

Relatório

Atividades do Grupo de Trabalho Técnico Operacional da 2ª Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental

Porto Alegre, 2025

Diretoria de Planejamento Urbano

Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

GOVERNO MUNICIPAL

Sebastião Melo

Prefeito de Porto Alegre

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E
SUSTENTABILIDADE

Germano Bremm

Secretário do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Júlia Zardo

Secretária Adjunta do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Patrícia da Silva Tschoepke

Diretora de Planejamento Urbano

Vaneska Paiva Henrique

Guilherme Silveira Castanheira

Catiane Burghausen Cardoso

Coordenação do Grupo de Trabalho Técnico Operacional

EQUIPE TÉCNICA

*Coordenação Técnica da
Revisão do Plano Diretor:*

Arq. Esp. Patrícia da Silva Tschoepke

Arq. Esp. Gisele Coelho Vargas

Arq. Esp. Renata Saffer

Eng. MSc. Matheus Chidiac Marchiori

Arq. Esp. Caroline Glordani Meine

Arq. MSc. Vaneska Paiva Henrique

Arq. MSc. Guilherme Silveira Castanheira

Arq. Esp. Catiane Burghausen Cardoso

Arq. Daniela Vieira da Silva

Arq. Letícia Cruz Klein

Arq. Esp. Carolina Wallau de Oliveira Kessler

Eng. Tânia Regina Quintana Rodrigues

Arq. Esp. Antônio Luis Gomes Pinto

Eng. Tiago Rutsatz Salomoni

Apoio Técnico:

Arq. Esp. Maria Paula Ludke Regal

Arq. Vinícios da Silva

Arq. Esp. Ana Aguirre

Sumário

Lista de Abreviações e Siglas	3
Lista de Ilustrações	4
I. Introdução	7
1. Contexto: a 2ª Revisão do PDDUA	7
2. A estrutura organizacional da Revisão do Plano Diretor	9
3. O Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO)	10
4. A estrutura deste documento	16
II. GT-TO: avaliação do Plano Diretor vigente	18
5. Dinâmica sobre os Princípios do PDDUA	18
6. Leitura das Secretarias e Órgãos acerca das Estratégias do PDDUA	22
a. Estratégia de Estruturação Urbana	25
b. Estratégia de Mobilidade Urbana	31
c. Estratégia de Uso do Solo Privado	38
d. Estratégia de Qualificação Ambiental	39
e. Estratégia de Promoção Econômica	50
f. Estratégia de Produção da Cidade	59
g. Estratégia do Sistema de Planejamento	66
III. GT-TO: Eixos Temáticos	72
a. Eixo Temático: Desenvolvimento Social e Cultural	77
b. Eixo Temático: Ambiente Natural	82
c. Eixo Temático: Mobilidade e Transporte	88
d. Eixo Temático: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana	90
e. Eixo Temático: Desenvolvimento Econômico	101
f. Eixo Temático: Gestão da Cidade	105
IV. Conferência de Avaliação do Plano Diretor	108
7. Consolidação dos Eixos Temáticos	108
8. Grupos Temáticos	108
9. Organização	108
10. Participação	108
V. Considerações Finais	109
11. Conclusões	109

Lista de Abreviações e Siglas

CMDUA - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental

CPU - Coordenação de Planejamento Urbano

CT - Coordenação Técnica

DAV - Diretoria de Áreas Verdes

DEL - Diretoria do Escritório de Licenciamento

DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgotos

DEMHAB/SMHARF - Departamento Municipal de Habitação/ Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária

DLMA - Diretoria de Licenciamento e Monitoramento Ambiental

DMLU - Departamento Municipal de Limpeza Urbana

DPPS - Diretoria de Projetos e Políticas de Sustentabilidade

DPU - Diretoria de Planejamento Urbano

EPTC - Empresa Pública de Transporte e Circulação de Porto Alegre

ET - Eixo Temático

EY - Ernst & Young Global Limited

FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania

GERPD - Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores

GT-CT - Grupo de Trabalho Consultivo Técnico

GT-CR - Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Planejamento

GT-TO - Grupo de Trabalho Técnico Operacional

IC/96 - Informe Complementar de 1996

IN - Instrução Normativa

LTA - Long Term Agreement

NAU - Nova Agenda Urbana

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

ONU-Habitat - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

OP - Orçamento Participativo

PCTI - Projeto de Cooperação Técnica Internacional

PDDUA - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental

PGM - Procuradoria-Geral do Município

PNUD - Projeto de Cooperação Técnica Internacional

PROCEMPA - Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre

RGP - Regiões de Gestão do Planejamento

SMAMUS - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

SMCEC - Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

SMDS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

SMDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

SMED - Secretaria Municipal de Educação

SMELJ - Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude

SMF - Secretaria Municipal da Fazenda

SMGOV - Secretaria de Governança Local e Coordenação Política

SMMU - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana

SMOI - Secretaria de Obras e Infraestrutura de Porto Alegre

SMPAE - Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos

SMS - Secretaria Municipal da Saúde

SMSEG - Secretaria Municipal de Segurança

SMSURB - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

Lista de Ilustrações

Figuras

Figura 1 – Painel de contribuições da dinâmica sobre os Princípios do PDDUA	18
Figura 2 – IC/96 capa e índice	22
Figura 3 – Correlação temas CMDUA e ODSs	74
Figura 4 – Dinâmica CT	76

Quadros

Quadro 1 – Contribuições do Grupo 1 sobre os Princípios do PDDUA	19
Quadro 2 – Contribuições do Grupo 2 sobre os Princípios do PDDUA	19
Quadro 3 – Contribuições do Grupo 3 sobre os Princípios do PDDUA	20
Quadro 4 – Contribuições do Grupo 4 sobre os Princípios do PDDUA	20
Quadro 5 – Contribuições do Grupo 5 sobre os Princípios do PDDUA	20
Quadro 6 – Contribuições do Grupo 6 sobre os Princípios do PDDUA	21
Quadro 7 – Conflitos e potencialidades	23
Quadro 8 – Sumário: Estratégias, Programas e Subprogramas	24
Quadro 9 – Estratégia de Estruturação Urbana	24
Quadro 10 – Programa de Espaços Abertos	25
Quadro 11 – Quadro Estratégia de Estruturação Urbana – I. Programa de Espaços Abertos	26
Quadro 12 – Quadro Estratégia de Estruturação Urbana – I. Programa de Integração Metropolitana	30
Quadro 13 – Estratégia de Mobilidade Urbana – I. Programa de Transporte Coletivo	32
Quadro 14 – Estratégia de Mobilidade Urbana – II. Programa de Centros de Transbordo e de Transferência	33
Quadro 15 – Estratégia de Mobilidade Urbana – III. Programa Viário	34
Quadro 16 – Estratégia de Mobilidade Urbana – IV. Programa de Garagens e Estacionamentos	36
Quadro 17 – Estratégia de Mobilidade Urbana – V. Programa de Trânsito	37
Quadro 18 – Estratégia de Uso do Solo Privado – I. Programa de Gerenciamento do Plano Regulador	38
Quadro 19 – Estratégia de Qualificação Ambiental – I. Programa de Valorização do Patrimônio Cultural	41
Quadro 20 – Estratégia de Qualificação Ambiental – II. Programa de Proteção às Áreas Naturais	42
Quadro 21 – Estratégia de Qualificação Ambiental – III. Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas	44
Quadro 22 – Estratégia de Qualificação Ambiental – IV. Programa de Conservação de Energia	46
Quadro 23 – Estratégia de Qualificação Ambiental – V. Programa de Gestão Ambiental	47
Quadro 24 – Estratégia de Qualificação Ambiental – VI. Programa Prevenção e Controle da Poluição	48
Quadro 25 – Estratégia de Promoção Econômica – I. Programa de Dinamização da Economia	51

Quadro 26 – Estratégia de Promoção Econômica – II. Programa de Qualificação da Cidadania	53
Quadro 27 – Estratégia de Promoção Econômica – III. Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8	55
Quadro 28 – Estratégia de Promoção Econômica – IV. Programa de Incentivos a Investimentos	56
Quadro 29 – Estratégia de Promoção Econômica – V. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no Centro Histórico	57
Quadro 30 – Estratégia de Promoção Econômica – VI. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no Centro Histórico, durante o turno da noite	58
Quadro 31 – Estratégia de Produção de Cidade – I. Programa de Projetos Especiais	60
Quadro 32 – Estratégia de Produção de Cidade – II. Implementação de Programas de Habitação de Interesse Social	61
Quadro 33 – Estratégia de Produção de Cidade – III. Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano	63
Quadro 34 – Estratégia de Produção de Cidade – IV. Programa de Incentivos à Habitação para baixa e média renda	64
Quadro 35 – Estratégia de Produção de Cidade – V. Programa de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do Centro Histórico	65
Quadro 36 – Estratégia do Sistema de Planejamento – I. Programa de Gerenciamento de Políticas	67
Quadro 37 – Estratégia do Sistema de Planejamento – II. Programa de Regionalização e Participação da Comunidade	68
Quadro 38 – Estratégia do Sistema de Planejamento – III. Programa de Sistema de Informações	69
Quadro 39 – Estratégia do Sistema de Planejamento – IV. Programa de Comunicação e Educação Ambiental	70
Quadro 40 – Estratégia do Sistema de Planejamento – V. Programa de Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano	71
Quadro 41 – Correlação temas CMDUA e Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores	74
Quadro 42 – Correlação estratégias CMDUA e ODSs	75
Quadro 43 – Temas e subtemas	76
Quadro 44 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Desenvolvimento Social e Cultural	77
Quadro 45 – temas sugeridos: Ambiente Natural	83
Quadro 46 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Ambiente Natural	83
Quadro 47 – temas sugeridos: Mobilidade e Transporte	88
Quadro 48 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Mobilidade e Transporte	88
Quadro 49 – temas sugeridos: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana	90
Quadro 50 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana	91
Quadro 51 – temas sugeridos: Desenvolvimento Econômico	101
Quadro 52 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Desenvolvimento Econômico	102
Quadro 53 – temas sugeridos: Gestão da Cidade	106
Quadro 54 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Gestão da Cidade	106

I. Introdução

O objetivo deste relatório é demonstrar um panorama geral dos trabalhos realizados no Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO) da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, desde o início dos trabalhos de avaliação do mesmo, o que ocorreu no ano de 2022, passando pela etapa da elaboração de subsídios para a realização da Conferência de Avaliação do Plano Diretor, ocorrida nos dias 07, 08 e 09 de março de 2023, até o início das discussões dos Grupos Temáticos.

Este relatório tem como objetivo apresentar um panorama geral das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO) no âmbito da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. O período abordado inicia-se em 2022, com os primeiros trabalhos de avaliação do Plano, passando pela elaboração de subsídios para a Conferência de Avaliação, realizada nos dias 07, 08 e 09 de março de 2023, e se estende até o início das discussões conduzidas pelos Grupos Temáticos.

1. Contexto: a 2ª Revisão do PDDUA

O **Plano Diretor** é uma Lei Municipal que, de acordo com as diretrizes do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), deve ser revisado a cada, no máximo, 10 anos. O atual Plano Diretor de Porto Alegre, chamado Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), foi instituído pela **Lei Complementar 434/1999** e modificado pela **Lei Complementar 646/2010**, produto de sua primeira revisão, e por alterações posteriores.

Mais do que uma Lei, o Plano Diretor é um pacto entre a sociedade, o Estado (enquanto entidade técnica que deve trabalhar para concretizar o pacto) e os governos (atual e os que virão até 2030). Ele influi em questões como o tempo que gastamos para nos deslocar na cidade, a segurança, a qualidade de vida e a capacidade de prevenção a eventos climáticos extremos. E, para garantirmos a manutenção desse pacto ao longo da década, é fundamental que todos façam parte de sua construção.

Desde 2016, o poder Executivo vem planejando como será a 2ª Revisão do PDDUA. Em agosto de 2019, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre firmou um **Memorando de Entendimento**¹ com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) a fim de realizar cooperação técnica internacional com o objetivo de contribuir para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Porto Alegre e outras iniciativas urbano-ambientais.

¹ Memorando de Entendimento disponível em:

https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Documentos/MemorandoONUHabitat.pdf

Entre outubro e novembro de 2019, ocorreu a primeira rodada participativa do processo de Revisão do Plano Diretor, no formato de **Oficinas Temáticas Territoriais nas Regiões de Gestão do Planejamento**.

Em dezembro de 2019, foi assinado o **Projeto de Cooperação Técnica Internacional** com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), denominado **“POA 2030, Inovadora, Integrada, Resiliente e Sustentável”**², com o objetivo geral de promover o desenvolvimento urbano integrado e sustentável do Município através do fornecimento de subsídios para a elaboração da revisão do Plano Diretor, tendo como base de referência os princípios da Nova Agenda Urbana (NAU) e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

No início de 2020, após o término da primeira rodada participativa do processo de Revisão do Plano Diretor, o país e o mundo viveram o período da pandemia do Coronavírus e, em virtude disto, através da **Instrução Normativa 15/2020**³, ficou decretada a suspensão das atividades do processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre:

Art. 13 Ficam suspensas todas as atividades do processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre, à exceção das atividades de atribuição exclusiva do Executivo Municipal, a cargo da Diretoria-Geral de Planejamento Urbano Sustentável, conforme anexo desta Instrução Normativa.

Durante o período de pandemia, foram desenvolvidos trabalhos internos de sistematização e análise dos resultados das Oficinas Temáticas Territoriais nas Regiões de Gestão do Planejamento realizadas em 2019 e foi elaborada a **Instrução Normativa 04/2021**⁴, aprovada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), instituindo o procedimento para a Revisão do Plano Diretor. Na IN 04/2021, foram definidos os objetivos da Revisão, sua estrutura organizacional básica, suas etapas e os procedimentos dos processos de participação no âmbito da Revisão.

² Projeto de Cooperação Técnica Internacional assinado, disponível em:

https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Documentos/PCTI_assinado.pdf

³ Instrução Normativa 15/2020, disponível em:

https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Documentos/in_15.2020.pdf

⁴ Instrução Normativa 04/2021, disponível em:

https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Documentos/IN_04-2021.pdf

Em maio de 2022, a Secretaria do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade anunciou o **novo cronograma de trabalho para a Revisão** do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) durante uma reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA). Os passos seguintes foram a consolidação e operação dos Grupos de Trabalho previstos na Instrução Normativa 04/2021, o planejamento dos próximos momentos de participação da sociedade e a contratação das consultorias.

Em dezembro de 2022, já havia sido finalizada a **(i) Etapa Preparatória** da Revisão e estava em andamento a segunda etapa, chamada **(ii) Leitura da Cidade**, que tem como objetivo a apropriação das características do território e a discussão dos seus principais problemas, conflitos e potencialidades, levando em consideração as avaliações técnicas produzidas e as avaliações efetuadas pela população como um todo. Na sequência, iriam ocorrer as etapas **(iii) da Sistematização e das Propostas**, **(iv) da Aprovação e (v) da Implantação e Monitoramento**.

2. A estrutura organizacional da Revisão do Plano Diretor

Conforme estabelecido pela **IN 04/2021**, para garantir o controle social do processo através da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade, o processo da 2ª Revisão do PDDUA vem sendo conduzido através da seguinte estrutura organizacional básica:

I – Coordenação Técnica (CT), de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS), composta por servidores da Diretoria de Planejamento Urbano (DPU-SMAMUS), com o apoio das demais estruturas administrativas da SMAMUS.

A CT é responsável, em termos gerais, por coordenar e gerenciar os trabalhos da Revisão, desde sua concepção até o fornecimento de apoio técnico ao Legislativo para o debate dos Projetos de Lei na Câmara Municipal, incluindo a produção dos estudos técnicos necessários com subsídio das consultorias técnicas contratadas, dos órgãos do Município e dos Grupos de Trabalho, no que couber.

II – Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO), composto por representantes dos órgãos da Administração Municipal, direta e indireta, com membros indicados pelo Prefeito Municipal.

Compete ao GT-TO, em termos gerais, participar na elaboração e no desenvolvimento dos trabalhos da Revisão do Plano Diretor, contribuindo com análises e formulações técnicas de propostas relacionadas às políticas setoriais.

III - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), Conselho permanente com composição determinada no art. 40 do PDDUA⁵.

Compete ao CMDUA, no âmbito da Revisão do PDDUA, em termos gerais, acompanhar e monitorar o processo e aprovar a conclusão de suas etapas; assim como discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão, emitindo pareceres, e acompanhar a tramitação do projeto de lei na Câmara Municipal.

IV - Grupo de Trabalho Consultivo Técnico (GT-CT), composto por integrantes do **CMDUA**, por **Universidades** com curso de graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo que manifestarem interesse na participação e por demais **entidades**, com atuação afetas ao planejamento urbano com sede em Porto Alegre, que ingressaram no grupo mediante manifestação de interesse em resposta ao **Edital de Convocação 002/2022**, com portaria a ser publicada.

Compete ao GT-CT, em termos gerais, discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão, emitindo manifestações técnicas conjuntas; assim como participar, apoiar a organização e colaborar na mobilização da sociedade para participar das atividades colaborativas da Revisão.

V - Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR), com representação composta pelas oito Regiões de Gestão do Planejamento (RGP), bem como um representante do Orçamento Participativo e demais integrantes do CMDUA que tiverem interesse em participar.

Compete ao GT-CR, em termos gerais, discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão, emitindo pareceres conjuntos; assim como participar, apoiar a organização e colaborar na mobilização da sociedade para participar das atividades colaborativas da Revisão.

Para caracterizações detalhadas das atribuições de cada grupo, consultar a integralidade do conteúdo da Instrução Normativa 04/2021.

3. O Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO)

O Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO) da 2ª Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre, composto por representantes de órgãos da Administração Municipal direta e indireta, indicados pelo

⁵ L.C. 434/99, atualizada e compilada até a L.C. 667/11, incluindo a L.C. 646/10.

Prefeito Municipal, foi instituído pela **IN 04/2021** e constituído através da **Portaria 460/22**⁶.

Conforme a Portaria, foram designados para integrar o GT-TO representantes do DEMHAB/SMHARF, SMMU, EPTC, SMCEC, SMOI, SMPAE, SMGOV, PGM, SMED, SMF, SMS, SMSEG, SMDS, FASC, SMDDET, SMELJ, SMSURB, DMLU, DMAE, PROCEMPA, SMAMUS-DPU, SMAMUS-DLMA, SMAMUS-DAV, SMAMUS-DEL e SMAMUS-DPPS. Foram também designados três representantes da SMAMUS-DPU, integrantes da Coordenação Técnica (CT), para a coordenação do grupo.

O **objetivo do GT-TO** é colaborar nas diversas etapas da Revisão a partir de uma visão multidisciplinar e integrada dos diversos aspectos referentes ao ordenamento territorial, promovendo a troca de conhecimento entre os integrantes, facilitando a construção do conhecimento e possibilitando a prática da cooperação para atingir o objetivo central da 2ª Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre: a promoção do desenvolvimento, qualificação e expansão urbana a partir de “estratégias de desenvolvimento sustentável, harmonia com o meio ambiente e garantia de qualidade de vida para as futuras gerações” (PORTO ALEGRE, 2010)⁵.

Em termos de atribuições, **compete ao GT-TO** participar na elaboração e no desenvolvimento dos trabalhos, contribuindo com análises e formulações técnicas de propostas relacionadas às políticas setoriais, envolvendo:

- I – fornecer os dados e informações que forem solicitadas pela Coordenação Técnica;
- II – colaborar na análise dos resultados dos estudos realizados, propondo ajustes e complementações, quando for o caso;
- III – colaborar na elaboração dos documentos consolidados e na sistematização das informações produzidas;
- IV – colaborar na elaboração de minutas de Projetos de Lei e regulamentações, com vistas a garantir a efetiva implementação das políticas resultantes do processo de revisão;
- V – prestar suporte na realização dos processos de participação da sociedade, bem como na análise de resultados.

Em termos de atividades, o GT-TO realizou sua primeira reunião, em formato remoto, em 01 de julho de 2022. Ao longo do segundo semestre de 2022, foram realizadas 17 reuniões que trataram da avaliação do Plano Diretor vigente e da proposição de Eixos

⁶ Portaria 460, de 14/06/2022 (Processo 21.0.000053535-1), disponível em: https://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/4413_ce_20220615_executivo.pdf

Temáticos de debate para o processo de Revisão do Plano, seguidas por um encontro com representantes da Consultoria Internacional Ernst Young (EY), contratada para subsidiar a Revisão do Plano Diretor. No início de 2023 foram realizadas mais duas reuniões (18ª e 19ª), que trataram sobre a organização dos grupos de trabalho por Eixo Temático e sobre a Conferência de Avaliação do Plano Diretor. A 20ª reunião foi em conjunto com os demais GTs (GT-CT, GT-TO e GT-CR), com a apresentação do cronograma da revisão do Plano Diretor e dos principais marcos do processo, detalhando a estrutura e o funcionamento dos grupos de trabalho. Entre a 21ª e a 26ª reunião do GT-TO, os encontros abordaram o cronograma e as etapas da revisão do Plano Diretor, a apresentação e discussão dos Produtos 2, 3 e 4 da consultoria EY, a sistematização das contribuições técnicas, a realização e avaliação das Oficinas Temáticas, além de discussões sobre atribuições das secretarias, territorialidades e a proposta de reuniões específicas para aprofundar temas técnicos e garantir maior integração entre os setores municipais envolvidos no processo.

Os registros das 26 reuniões do **Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO)** estão disponíveis no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), processo nº 22.0.000086353-3. Abaixo, apresenta-se um breve resumo das principais discussões e encaminhamentos ocorridos em cada encontro, evidenciando o acompanhamento contínuo das etapas da revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, a articulação entre os diferentes grupos temáticos e a interlocução com a consultoria técnica responsável.

A **1ª reunião (01/07/2022)** e a **2ª reunião (08/07/2022)** trataram de uma introdução à temática. Abordou-se a estrutura do PDDUA, o Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCTI) assinado com o PNUD para auxiliar a Revisão do Plano, os conceitos a serem trabalhados no processo de revisão, a Plataforma de Planejamento, a estrutura e as etapas da Revisão do PDDUA, bem como os mecanismos de participação social. Também foram apresentados a estrutura de trabalho dos grupos, os objetivos e as atribuições do GT-TO. Na ocasião, realizou-se ainda uma breve apresentação dos integrantes do grupo..

Na **3ª reunião (15/07/2022)**, foram apresentados os Princípios e as Estratégias do PDDUA, bem como sua interlocução com agendas internacionais, como a Nova Agenda Urbana (NAU) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em seguida, realizou-se uma dinâmica de discussão sobre os Princípios.

As **4ª (29/07/2022)**, **5ª (05/08/2022)** e **6ª (12/08/2022) reuniões** foram dedicadas à apresentação, por parte das secretarias e órgãos municipais, de planos, projetos e programas, correlacionando-os às Estratégias do PDDUA.

Na **7ª reunião (19/08/2022)**, foi retomado o cronograma de atividades do GT-TO e apresentada a proposta de Modelo Espacial do PDDUA.

Na **8ª reunião (26/08/2022)**, foi apresentada a compilação dos resultados da leitura realizada pelas secretarias e órgãos sobre as Estratégias do PDDUA.

A **9ª reunião (02/09/2022)** foi a primeira atividade presencial do GT-TO. Na ocasião, foi apresentada uma correlação entre os temas elencados pela sociedade e debatidos no CMDUA no início do processo de Revisão do Plano Diretor, os temas do *Guia para Elaboração e Revisão dos Planos Diretores do Ministério do Desenvolvimento Regional (GERPD)*⁷, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁸ (Agenda 2030 da ONU) e as Estratégias do PDDUA. Em seguida, a Coordenação Técnica (CT) apresentou uma proposta de seis Eixos Temáticos para orientar os debates da Revisão do Plano, a saber:

- Desenvolvimento Social e Cultural;
- Ambiente Natural;
- Mobilidade e Transporte;
- Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana;
- Desenvolvimento Econômico;
- Gestão da Cidade.

Os integrantes do GT-TO foram divididos entre os Eixos, participando de uma dinâmica colaborativa voltada à discussão dos tópicos que compõem cada um deles.

Na **10ª reunião (16/09/2022)**, foram realizados alinhamentos gerais sobre o processo de revisão, abordando o número de reuniões previstas, exposições técnicas e o andamento das contratações de consultorias. Também foi apresentada uma compilação das contribuições registradas na reunião anterior, referentes aos Eixos Temáticos.

Na **11ª reunião (23/09/2022)**, foram trazidas atualizações sobre as contratações das consultorias voltadas à Revisão do Plano Diretor. Foi apresentada a estrutura do *Long Term Agreement* (LTA), por meio do qual foi contratada a Consultoria Internacional Ernst & Young (EY), bem como os temas a serem abordados pelas consultorias, os produtos

⁷ Disponível em:

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/guia-para-elaboracao-e-revisao-de-planos-diretores>

⁸ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Os ODS estão disponíveis para consulta em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

esperados, as previsões de entrega e a correlação desses elementos com as etapas do processo de revisão.

Nas **12ª (30/09/2022), 13ª (07/10/2022), 14ª (21/10/2022), 15ª (04/11/2022), 16ª (25/11/2022) e 17ª (08/12/2022) reuniões**, foram realizadas apresentações e debates aprofundados sobre cada um dos seis Eixos Temáticos propostos.

Próximo ao final do ano, em 14/12/2022, foi realizado um **encontro do GT-TO com a equipe da Consultoria Internacional Ernst Young (EY)**, contratada para subsidiar a Revisão do Plano Diretor. Na ocasião, a Coordenação Técnica (CT) apresentou à consultoria os debates conduzidos pelo GT-TO em torno de cada Eixo Temático, seguidos de momentos destinados a perguntas e discussões entre os participantes.

A **18ª reunião (12/01/2023) e 19ª reunião (24/02/2023)** trataram de atualizações sobre as contratações em andamento, o cronograma da Revisão e as ações subsequentes, com destaque para a Conferência de Avaliação do Plano Diretor. Discutiu-se, ainda, a organização dos grupos de trabalho por Eixo Temático e a programação da Conferência.

A **20ª reunião (19/04/2023)** ocorreu de forma conjunta entre os Grupos de Trabalho GT-TO, GT-CT e GT-CR. Na ocasião, a diretora Arquiteta Patrícia (DPU/SMAMUS) apresentou o cronograma da revisão do Plano Diretor, destacando os principais marcos do processo, como o Diagnóstico POA 2030, a Conferência de Avaliação do Plano Diretor, as Oficinas Temáticas, a Leitura da Cidade, os momentos de Debate das Propostas, a Conferência de Revisão e a Audiência Pública. Também foram detalhadas a estrutura e o funcionamento dos grupos de trabalho, com agendas quinzenais, bem como o papel dos GTs e do CMDUA na interlocução com a consultoria EY. Ao final, foi feito o convite para participação nos grupos dos eixos temáticos, com a indicação dos canais de comunicação e consulta, encerrando-se com a abertura para questionamentos.

Na **21ª reunião (05/05/2023)**, foram apresentadas as atualizações sobre o cronograma da revisão do Plano Diretor, os eventos já realizados e previstos, a entrega do Produto 2 da consultoria EY e os próximos passos, com destaque para a realização das Oficinas Temáticas entre os dias 15 e 31 de maio. Detalhou-se a metodologia das oficinas, o calendário de reuniões dos GTs e Eixos Temáticos, bem como o formulário elaborado para sistematizar as contribuições técnicas às entregas da consultoria. Também foram informadas a atualização dos registros das reuniões do grupo. Por fim, reforçou-se a importância da participação dos técnicos nas discussões, do envolvimento dos membros nos Eixos Temáticos e da atualização da portaria do GT-TO.

Na **22ª reunião (19/05/2023)**, foi apresentada e discutida a versão preliminar do Produto 2 da consultoria EY, com a participação ativa de representantes de diversas secretarias e integrantes da própria consultoria. Foram feitos apontamentos críticos aos diagnósticos temáticos — especialmente nas áreas de resíduos sólidos, áreas verdes, mobilidade urbana, saneamento e meio ambiente —, destacando-se a necessidade de qualificar os conceitos utilizados, melhorar a apresentação dos mapas, explicitar a origem dos dados e ampliar o diálogo com os setores técnicos da Prefeitura, incorporando legislações e estudos atualizados. A consultoria comprometeu-se a considerar as contribuições e propôs a realização de reuniões temáticas para aprofundar as análises. Também foram tratadas questões processuais, como o envio das contribuições via SEI, a participação nas Oficinas Temáticas, a atualização da portaria do GT-TO e o compartilhamento dos dados e mapas digitais utilizados nos estudos.

Na **23ª reunião (02/06/2023)**, foram apresentadas atualizações sobre o processo de revisão do Plano Diretor, com destaque para os resultados das Oficinas Temáticas, realizadas em formato híbrido. Os participantes avaliaram positivamente a metodologia e a qualidade das palestras, destacando o engajamento do público e a clareza dos temas, embora tenham sido apontadas dificuldades no entendimento de algumas perguntas, especialmente nos eixos mais complexos, como o de Gestão da Cidade. Também foi abordada a sistematização das contribuições sobre o Produto 2 da consultoria EY, com orientações sobre o envio e categorização das observações técnicas. Ressaltou-se a importância da participação contínua dos técnicos nas reuniões dos eixos temáticos e da articulação entre os planos setoriais e o Plano Diretor. Por fim, enfatizou-se a necessidade de aprofundar os debates técnicos com a definição de metodologias claras e a construção coletiva de propostas consistentes.

Na **24ª reunião (30/06/2023)**, foram apresentadas atualizações sobre o andamento da revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, com destaque para o envio da versão revisada do Produto 2 e os encaminhamentos para os Produtos 3 e 4, que serão tratados conjuntamente pela consultoria EY, por sua inter-relação e por otimizarem o processo de avaliação técnica. Também foi anunciada a realização do seminário de encerramento da etapa de Leitura da Cidade, previsto para o dia 22 de julho, com participação dos grupos de trabalho e eixos temáticos. Durante a reunião, foram discutidos os critérios de categorização das contribuições feitas pelas secretarias ao Produto 2, bem como a importância de verificar se essas contribuições foram efetivamente incorporadas. Foi reforçada a necessidade de participação ativa nos grupos temáticos e o compromisso da equipe técnica em revisar o cronograma, divulgando os prazos atualizados para

análise dos produtos. Por fim, destacou-se a relevância da colaboração técnica contínua para consolidar uma base sólida para a próxima etapa da revisão.

A **25ª reunião (15/09/2023)** teve como objetivo a retomada dos trabalhos do grupo e a atualização dos integrantes sobre a revisão do Plano Diretor. Foi apresentado um panorama das ações realizadas, com destaque para a etapa atual de sistematização e formulação de propostas com base nos produtos da consultoria EY (P2, P3 e P4). Detalharam-se os conteúdos dos documentos e esclareceram-se dúvidas sobre a incorporação de contribuições anteriores. Informou-se que será elaborado um relatório com a sistematização dos eixos temáticos e que as próximas reuniões integrarão os GTs temáticos e o GT-CT. Foram discutidos temas como a necessidade de abordar a regularização fundiária na CTARF, os conflitos entre o regime urbanístico e áreas sem proteção contra cheias, e os desafios trazidos pela nova legislação sobre cabeamento subterrâneo. Também foi destacada a importância de revisar critérios técnicos, como o tempo de retorno. A reunião foi encerrada com a expectativa sobre as estratégias que deverão ser apresentadas no P5 e a definição de novas agendas conforme o andamento dos trabalhos.

Na **26ª reunião (06/10/2023)** foram apresentados os avanços da revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, com destaque para os Produtos 3 e 4 da consultoria, que tratam do modelo espacial e do sistema de gestão e planejamento urbano. Durante o encontro, discutiram-se as atribuições das secretarias e a necessidade de maior clareza nas propostas da consultoria, especialmente quanto à compatibilização das diferentes territorialidades e à preservação das competências técnicas setoriais. Manifestaram-se preocupações com possíveis sobreposições de funções e sugeriu-se a realização de reuniões técnicas específicas para aprofundar esses temas. Informou-se também sobre uma consultoria paralela em andamento, voltada à estruturação de um sistema de dados espaciais para subsidiar o planejamento urbano. Como encaminhamento, definiu-se a elaboração de uma agenda de reuniões com as secretarias envolvidas, além da possibilidade de encontros com a consultoria, com o objetivo de alinhar propostas e promover maior integração entre os setores técnicos.

4. A estrutura deste documento

Para fins de registro das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO) no âmbito da 2ª Revisão do PDDUA, ao longo dos anos de 2022 e 2023, o presente documento está estruturado em cinco capítulos, incluindo esta introdução (Capítulo I).

O **Capítulo II** trata das atividades de **Avaliação do Plano Diretor vigente** realizadas pelo GT-TO. Nele são apresentados os resultados da dinâmica de discussão sobre os

Princípios do PDDUA, bem como os resultados da leitura crítica das Estratégias do Plano realizada pelas secretarias e órgãos que compõem o GT-TO.

O **Capítulo III** é dedicado ao relato das discussões desenvolvidas pelo GT-TO com base nos 6 Eixos Temáticos iniciais⁹ de debate: Desenvolvimento Social e Cultural; Ambiente Natural; Mobilidade e Transporte; Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana; Desenvolvimento Econômico; e Gestão da Cidade.

O **Capítulo IV** abordará a realização da Conferência de Avaliação do Plano Diretor, que contou com a ativa participação do GT-TO e dos grupos temáticos na organização metodológica, nas discussões e nas dinâmicas do evento, promovendo um rico debate sobre a cidade e o Plano Diretor.

Por fim, no **Capítulo V** são apresentadas as considerações finais.

⁹ Inicialmente, foram propostos 6 Eixos Temáticos, que guiaram as discussões do GT-TO durante 2022. Com o decorrente amadurecimento dos tópicos abordados, avaliou-se que era mais adequado que “Patrimônio Cultural” formasse um Eixo Temático próprio, independente do “Desenvolvimento Social e Cultural”, totalizando os 7 (sete) Eixos Temáticos debatidos na Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre em março de 2023. Como este documento relata as atividades já realizadas pelo GT-TO, as discussões sobre os Eixos Temáticos serão apresentadas conforme ocorreram, subdivididas em 6 Eixos.

II. GT-TO: avaliação do Plano Diretor vigente

5. Dinâmica sobre os Princípios do PDDUA

Na 3ª reunião do GT-TO, após a apresentação dos Princípios e as Estratégias do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e de sua interlocução com a Nova Agenda Urbana (NAU) e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, realizou-se uma dinâmica de discussão sobre os **Princípios do PDDUA**. Para a realização da dinâmica, os membros do GT-TO foram divididos de forma aleatória em grupos pelo *software* Teams e as contribuições de cada grupo foram inseridas na plataforma Miro.

Figura 1 – Painel de contribuições da dinâmica sobre os Princípios do PDDUA



Fonte: elaboração DPU

No processo posterior de sistematização da dinâmica, optou-se por identificar de qual Eixo Temático (Desenvolvimento Social e Cultural; Ambiente Natural; Mobilidade e Transporte; Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana; Desenvolvimento Econômico; e Gestão da Cidade) cada contribuição mais se aproximava, conforme elencado na sequência.

Quadro 1 – Contribuições do Grupo 1 sobre os Princípios do PDDUA

Contribuições do Grupo 1 sobre os Princípios do PDDUA	Eixos Temáticos
Programas (Rio tem incentivo para empreendedores cuidarem das Áreas de Preservação).	Ambiente Natural
Incentivos reais para a preservação das Áreas de Preservação. Continuidade da sua manutenção pós entrega das obras. Áreas acabam sendo invadidas.	
Áreas verdes como sistema: áreas de praça, parques, arborização viária.	
Classificação e tipificação de áreas verdes.	
Revisão das áreas de patrimônio cultural com inclusão de áreas verdes – percursos culturais/áreas verdes.	
Agregar acessibilidade – conflito entre rampas e rotas acessíveis com ciclovias/ciclofaixas sobre passeio público ou em interseções. Também podem ser revistos materiais aceitos para passeios.	Mobilidade e Transporte
Cidade miscigenada – redução do problema de mobilidade.	Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana
Política Pública para Planejamento do Sistema de Áreas Verdes (hoje se utiliza mais o sistema de parcelamento).	
Planejamento dos Equipamentos Comunitários.	
Promover a produtividade da cidade.	Desenvolvimento Econômico
Priorizar o real planejamento da cidade – incentivos tributários, agilidade, desenvolvimento.	
Fiscalização preventiva.	Gestão da Cidade

Quadro 2 – Contribuições do Grupo 2 sobre os Princípios do PDDUA

Contribuições do Grupo 2 sobre os Princípios do PDDUA	Eixos Temáticos
Necessário contemplar questões de gênero.	Desenvolvimento Social e Cultural
Penso que falta um Princípio que contemple a questão da sustentabilidade.	Ambiente Natural
Vazios urbanos com fachadas ativas (ex.: Pocket Parks).	Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana
Incentivar a miscigenação urbana.	
É necessário haver um Princípio específico para preservar as zonas de aeródromo?	Gestão da Cidade

Quadro 3 – Contribuições do Grupo 3 sobre os Princípios do PDDUA

Contribuições do Grupo 3 sobre os Princípios do PDDUA	Eixos Temáticos
Promoção da Habitação de Interesse Social nas regiões centrais e providas de infraestrutura.	Desenvolvimento Social e Cultural
Faltam Princípios que incluam as diversas formas de sustentabilidade.	Ambiente Natural
O Plano de Mobilidade Urbana (PMU) aprovado nesta semana menciona sustentabilidade, inovação, acessibilidade, mobilidade e ações integradas.	Mobilidade e Transporte
Densificação visando a utilização ótima da infraestrutura existente.	Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana
Revisitar a Lei Orgânica – tem atualizações – por exemplo economia criativa...	Desenvolvimento Econômico
É válido contemplar os Princípios de Planos Setoriais entre os Princípios do Plano Diretor ou eles entram apenas como referência?	Gestão da Cidade
É necessária a permanência do inciso XV (eixo Lomba-Restinga)?	

Quadro 4 – Contribuições do Grupo 4 sobre os Princípios do PDDUA

Contribuições do Grupo 4 sobre os Princípios do PDDUA	Eixos Temáticos
Regularização Fundiária: estabelecer conceito e estratégias de obtenção de recursos.	Desenvolvimento Social e Cultural
Habitação de Interesse Social: estabelecer estratégias para viabilizar a produção de forma mais efetiva.	
Definição das Áreas Urbanas de Ocupação Prioritária - AUOPS.	Gestão da Cidade

Quadro 5 – Contribuições do Grupo 5 sobre os Princípios do PDDUA

Contribuições do Grupo 5 sobre os Princípios do PDDUA	Eixos Temáticos
Reduzir a desigualdades socioterritoriais para garantir, em todos os bairros, o acesso a equipamentos sociais, à infraestrutura e a serviços urbanos.	Desenvolvimento Social e Cultural
Compatibilização da intensificação da ocupação do solo com a ampliação da capacidade de infraestrutura para atender às demandas atuais e futura. Prever espaços para viabilizar redes subterrâneas de energia e telecomunicações.	Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana
Na SMOI sentimos falta de maior interação do Plano com empreendimentos públicos (licenciamento, contrapartidas, etc.).	Gestão da Cidade
Integração com o licenciamento com identificação dos projetos e EVUs via Plataforma com mapas e consulta a todos.	
Mapas com camadas de EVUs, projetos, Expedientes Únicos, Habite-se, condicionantes...	
Tecnologia e georreferenciamento (plano totalmente digitalizado).	



Mapeamento dos equipamentos públicos, atuais e futuros (previstos) visando o ordenamento e direcionamento entre gestão pública e novos empreendimentos.	
Plano Diretor inteligente e dinâmico; atualizado de acordo com a vida da cidade (novos empreendimentos, intervenções públicas e atividades).	
Educação urbanística, em todos os níveis de ensino e às comunidades, capacitando-as para a participação ativa na ordenação urbana.	
A eficiência e efetividade do PDDUA é diretamente proporcional à sua facilidade de aplicação prática. Com inteligência e, principalmente, tecnologia, integrando suas regras e a aplicação na vida real (projetos).	

Quadro 6 – Contribuições do Grupo 6 sobre os Princípios do PDDUA

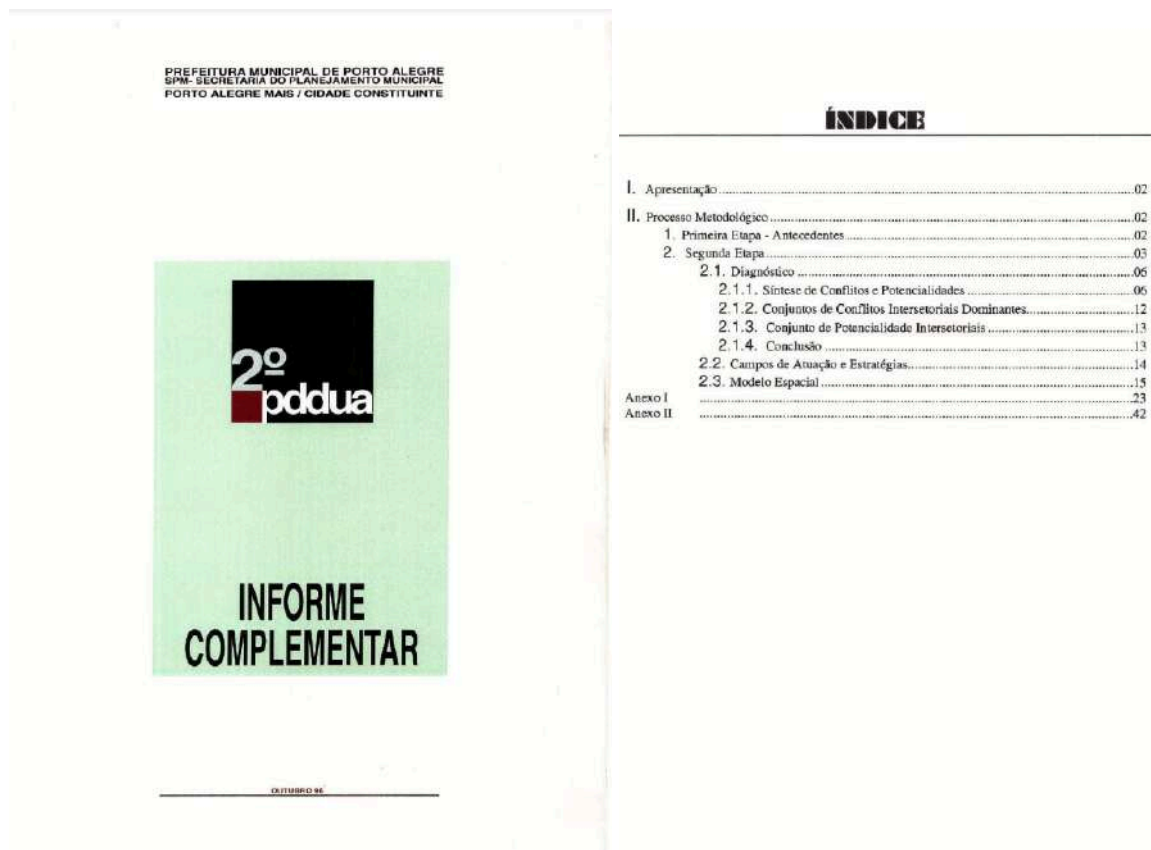
Contribuições do Grupo 6 sobre os Princípios do PDDUA	Eixos Temáticos
Não fala especificamente em espaços públicos nem em educação.	Desenvolvimento Social e Cultural
Cidade para as pessoas, para pedestres.	
Evitar segregação de populações de baixa renda, subsidiar moradias e habitação social para reduzir a desigualdade.	
Incluir nos Princípios a inclusão social: de gênero, necessidades especiais, crianças.	
Não vejo nenhuma referência a tratamento de resíduos e saneamento quando se fala em qualidade de vida, art. II e IX deveria ter alguma referência.	Ambiente Natural
Incluir as dimensões da sustentabilidade. Evitar acúmulo de resíduos em áreas não ocupadas.	Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana
Pensar nos espaços já existentes – modificações de uso.	
Sistema de áreas verdes. Valorização dos espaços públicos.	
Reflexão sobre a sustentabilidade urbano-ambiental do modelo urbano adotado; fragmentado e disperso, horizontalizado versus compacto/verticalizado.	
Pensar a cidade para um futuro longínquo. Pensar em novas formas de preservar áreas de uso comum (verdes, praças, escolas, etc.) pois acreditamos que a população aumentará e mais espaços serão necessários.	Gestão da Cidade
Programas não foram implementados.	
Os princípios são “bem intencionados”, porém pouquíssimos ou quase nenhum resultou em efeitos práticos.	

6. Leitura das Secretarias e Órgãos acerca das Estratégias do PDDUA

Na 4ª, 5ª e 6ª reuniões do GT-TO, as secretarias e órgãos municipais integrantes do grupo realizaram apresentações correlacionando seus **planos, projetos e programas** às Estratégias do PDDUA.

A partir da análise das Estratégias do PDDUA, realizou-se uma comparação com o Informe Complementar de 1996 (IC/96), documento que apresenta metodologicamente o processo de confecção do 2º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, assim como a síntese da base conceitual que fundamentou suas propostas (Figura 2).

Figura 2 – IC/96 capa e índice



Fonte: digitalização volume impresso IC/96¹⁰.

Pesquisa da Coordenação de Planejamento Urbano (CPU) identificou um documento que detalha a parte estratégica do PDDUA — com Estratégias, Programas,

¹⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL. Porto Alegre Mais/ Cidade Constituinte. 2º PDDUA: Informe Complementar. Porto Alegre: Out. 1996. 130 p.

Subprogramas e Ações, incluindo prazos de execução —, mas que, por não estar incluído na Lei, perdeu vigência e referência ao longo do tempo, especialmente após a revisão de 2010, sendo constatado que diversas ações previstas não foram implementadas e que houve alterações significativas nos programas desde então.

Quadro 7 – Conflitos e potencialidades

CONFLITOS E POTENCIALIDADES	CAMPOS DE ATUAÇÃO	ESTRATÉGIAS
CONFLITOS DA CIDADE CONSOLIDADA 32/POTENCIALIZAR E FLEXIBILIZAR OS ELEMENTOS ESTRUTURAIS 33/CLAREZA E VALORIZAÇÃO DA POLICENTRALIDADE 30/MODELO DE USOS DO SOLO X DESLOCAMENTOS 1/ALTA DENSIDADE X LIMITE DE INFRAESTRUTURA 22/ZONAS DE MÉDIA DENSIDADE COM INFRAESTRUTURA 23/ZONAS DE BAIXA DENSIDADE COM INFRAESTRUTURA	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CIDADE CONSOLIDADA	1 ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA 2 ESTRATÉGIA DE MOBILIDADE URBANA
DESPERDÍCIO DAS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO SUL 10/COMPROMETIMENTO DE ÁREAS NATURAIS DE INTERESSE PARA PRESERVAÇÃO DEVIDO A OCUPAÇÃO INADEQUADA 12/FALTA DE CRITÉRIOS, FRAGILIDADE E INSUFICIÊNCIA DE INSTRUMENTOS ADEQUADOS PARA A PRESERVAÇÃO.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CIDADE NÃO CONSOLIDADA	3 ESTRATÉGIA DE USO DO SOLO PRIVADO
NECESSIDADE DE AMPLIAR A PROBLEMÁTICA DOS ESPAÇOS	ESTÍMULO AOS ESPAÇOS ABERTOS E A REVALORIZAÇÃO CULTURAL	4 ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL
OPORTUNIDADE PARA UM NOVO PAPEL METROPOLITANO	ARTICULAÇÃO METROPOLITANA	5 ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO ECONÔMICA E GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO
FALTA DE MECANISMOS PARA A PRODUÇÃO CONCERTADA 36/UTILIZAÇÃO DO SOLO CRIADO NO DESENVOLVIMENTO URBANO	ESTÍMULO À PRODUÇÃO CONCERTADA	6 ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO DA CIDADE
MUDANÇAS DE ENFOQUE E SEUS INSTRUMENTOS 18/EXCESSO DE INGERÊNCIA NA ÁREA PRIVADA X OMISSÃO ÁREA PÚBLICA	NOVO SISTEMA DE PLANEJAMENTO ABERTO, CONTÍNUO E PARTICIPATIVO	7 SISTEMA DE PLANEJAMENTO

FIGURA 7

Fonte: IC/96, p. 20.

Este material foi analisado e compilado pela CPU, e apresentado no GT-TO para fins de disseminação do conhecimento e verificação do que foi efetivamente desenvolvido até o momento, tanto das ações previstas como de novas iniciativas e que não estavam abordadas anteriormente. A seguir algumas imagens do IC/96 exemplificam como os temas foram abordados e detalhados¹¹.

¹¹ Muitas das secretarias e órgãos envolvidos listados na parte referente ao IC/96 não correspondem às atuais, pois passaram por diferentes reorganizações administrativas.



Quadro 8 – Sumário: Estratégias, Programas e Subprogramas

ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS	
SUMÁRIO	
1. ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	1.1. PROGRAMA DE ESPAÇOS ABERTOS 1.1.1. SUB-PROGRAMA: FORTALECIMENTO DE CENTRALIDADES 1.1.2. SUB-PROGRAMA: FORTALECIMENTO DE ÁREAS DE INTERESSE CULTURAL 1.2. PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO METROPOLITANA
2. ESTRATÉGIA DE MOBILIDADE URBANA	2.1. PROGRAMA DE TRANSPORTE DE MASSA 2.2. PROGRAMA DE CENTROS DE TRANSBORDO E DE TRANSFERÊNCIA 2.3. PROGRAMA VIÁRIO 2.4. PROGRAMA DE GARAGENS E ESTACIONAMENTOS 2.5. PROGRAMA DE TRÁFEGO
3. ESTRATÉGIA DE USO DO SOLO PRIVADO	3.1. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DO PLANO REGULADOR
4. ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	4.1. PROGRAMA: PLANO DE MANEJO AMBIENTAL 4.2. PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS NATURAIS 4.2.1. SUB-PROGRAMA: CONSERVAÇÃO DE ÁREAS NATURAIS 4.2.2. SUB-PROGRAMA: RECUPERAÇÃO DE ECOSISTEMAS OU ÁREAS DEGRADADAS 4.2.3. SUB-PROGRAMA: PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS 4.3. PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS PÚBLICAS E PRIVADAS 4.4. PROGRAMA DE SANEAMENTO E MONITORAMENTO DA POLUIÇÃO 4.4.1. SUB-PROGRAMA: SANEAMENTO 4.4.2. SUB-PROGRAMA: MONITORAMENTO DA POLUIÇÃO 4.4.3. SUB-PROGRAMA: MANEJO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS 4.5. PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA
5. ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO ECONÔMICA E GERAÇÃO DE EMPREGOS	5.1. PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA CIDADANIA 5.1.1. SUB-PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO EMPRESARIAL PARA O MEIO-AMBIENTE 5.1.2. SUB-PROGRAMA: PRODUÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO TECNOLÓGICO E GERENCIAL 5.1.3. SUB-PROGRAMA: OCUPAÇÃO, RENDA E CONSUMO PARA OS EXCLUÍDOS 5.2. PROGRAMA DE DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA 5.2.1. SUB-PROGRAMA: FOMENTO À ATIVIDADE ECONÔMICA 5.2.2. SUB-PROGRAMA: INTEGRAÇÃO REGIONAL 5.2.3. SUB-PROGRAMA: INFRA-ESTRUTURA EM TELECOMUNICAÇÕES 5.2.4. SUB-PROGRAMA: PROMOÇÃO DE ATIVIDADES RUR-URBANAS 5.2.5. SUB-PROGRAMA: ABASTECIMENTO
6. ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO DA CIDADE	6.1. PROGRAMA DE OPERAÇÕES CONCERTADAS 6.2. PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL 6.3. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DOS INSTRUMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS
7. ESTRATÉGIA DE SISTEMA DE PLANEJAMENTO	7.1. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS 7.2. PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO 7.3. PROGRAMA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES 7.4. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

Fonte: IC/96, p. 39.

Quadro 9 – Estratégia de Estruturação Urbana

1	ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	2ºPDDUA
Conceitos básicos:	Policentralidade, descentralização, miscigenação, diversidade, legibilidade, fortalecimento da rede de espaços públicos, valorização da identidade natural e cultural, integração metropolitana.	
Objetivos gerais:	<ul style="list-style-type: none">■ Promover a estruturação do espaço urbano, considerando predominantemente o território público do município;■ Promover a integração metropolitana através de ações conjuntas com os outros municípios da região.	
Espaço envolvido:	Todo o território predominantemente público do município, associado às interfaces metropolitanas.	
Descrição técnica geral:	<ul style="list-style-type: none">■ Conceituação, identificação e classificação dos elementos referenciais do espaço urbano, existentes ou potenciais, e de suas conexões, com vistas a uma valorização da legibilidade da estrutura urbana através de sua reestruturação.■ Estímulo à produção concertada através de parcerias público - privadas e intervenções por projetos especiais.	
Programas correspondentes:	1.1. Programa de Espaços Abertos 1.2. Programa de Integração Metropolitana	
Áreas de governo com incumbência:	<ul style="list-style-type: none">■ Secretarias municipais (SPM, SMIC, SMAM, SMT, SMOV, SMC, Captação de Recursos, etc.);■ Organismos estaduais de pesquisa, financiamento e planejamento (METROPLAN, FEPAM, etc.);■ Universidades e agências financiadoras federais.	
Pautas para sua implementação:	<ul style="list-style-type: none">■ Capacitação dos técnicos para projetos e gerenciamento;■ Definição de instrumentos para financiamentos;■ Elaboração de planos de prioridade para investimentos compatibilizados com as diretrizes das estratégias do plano de desenvolvimento;■ Estruturação administrativa compatível com as demandas dos planos e com a perspectiva de participação da população;■ Montagem de um processo de discussão pública e de comunicação das idéias do plano.	

Fonte: IC/96, p. 40.

Quadro 10 – Programa de Espaços Abertos

ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA						
1.1	PROGRAMA DE ESPAÇOS ABERTOS - 1/2	2ºPDDUA				
1 - Descrição É o programa que visa a implementação de um "Sistema de Espaços Abertos" predominantemente públicos, que propicie o aumento da legibilidade da cidade, estruturando referenciais de caráter urbano, local ou regional. Por espaço aberto entende-se prioritariamente o espaço edificado ou não, de forte uso coletivo e interação social, com caráter de permanência. Podem estar representados por áreas especiais lugares ou unidades, quer sejam de interesse natural ou cultural, e ainda por todas as formas de conexão que permitem viabilizar fluxos entre as diversas partes do sistema. Baseia-se na perspectiva de projeção ambiental, de forma que o espaço não se configure apenas através do Plano Regulador						
2 - Componentes do Programa 1.1.1. Sub-programa: Fortalecimento de Centralidades 1.1.2. Sub-programa: Fortalecimento de Áreas de Interesse Cultural						
2.1 - Ações e ou Obras		ORGÃOS ENVOLVIDOS	PRAZOS			
			Em Andam.	Curto	Médio	Longo
■ Implantação e gerenciamento do cadastro de imóveis destinados ao Sistema de Espaços Abertos.		SPM		X		
■ Elaboração do plano anual de implantação dos espaços abertos		SPM/SMAM		X		
■ Estruturação do setor administrativo que dê suporte ao desenvolvimento do programa		SPM		X		
■ Formação de recursos humanos para o gerenciamento de projetos especiais.		UNIV / SMA/ ORG.PESQUISA		X		
■ Formulação e detalhamento de instrumentos para viabilização de propostas tais como: acordos especiais com urbanizadores, aquisição com fundos públicos, bloqueios de áreas públicas, banco de lotes, taxas de impacto, ganhos de planejamento, controle de rede espacial		SPM		X		
■ Promoção de projetos especiais e Operações Concertadas		PMPA			X	X

Fonte: IC/96, p. 41.

Na sequência, apresenta-se a compilação dos resultados das leituras das secretarias e órgãos municipais acerca de cada uma das Estratégias do PDDUA, agrupados por Estratégia - Programa, e seu comparativo com o que constava no IC/96, conforme produzido para a 8ª reunião do GT-TO.

a. Estratégia de Estruturação Urbana

Conforme o PDDUA, a Estratégia de Estruturação Urbana tem como **objetivos gerais** promover a estruturação do espaço na cidade e a integração metropolitana. Sua implementação ocorreria a partir da conceituação, identificação e classificação dos elementos referenciais do espaço urbano, existentes ou potenciais, e das suas conexões, valorizando prioritariamente o espaço público e a proposição de projetos articulados com os municípios da Região Metropolitana. Para isso, a Estratégia é constituída por dois Programas, resumidos na sequência.

O **Programa de Espaços Abertos** propõe a implementação de um sistema de espaços referenciais (edificados ou não) articulados entre si. Estes espaços teriam desde abrangência local, até urbana ou regional, e são caracterizados pelo uso coletivo e pela promoção da interação social, buscando potencializar a legibilidade da cidade através do fortalecimento das centralidades e da valorização do patrimônio ambiental.

O **Programa de Integração Metropolitana** visa articular o Plano Diretor de Porto Alegre e as ações e políticas que envolvem os municípios da Região Metropolitana, com

ênfase nas interfaces dos limites norte e leste do Município, em especial no que se refere ao transporte, uso do solo e saneamento.

Quadro 11 – Estratégia de Estruturação Urbana – I. Programa de Espaços Abertos

PDDUA – Estratégia de Estruturação Urbana – I. Programa de Espaços Abertos		Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996		
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Estruturação Urbana	I. Programa de Espaços Abertos	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Gestão de áreas verdes municipais	DAV/SMAMUS
			Gravames de áreas verdes	UEU/SMAMUS
			Terrários Urbanos	DPPS/SMAMUS
			Hortas Urbanas	DPPS/SMAMUS/ SMS
			Arborização Urbana	CAU/SMAMUS
			Projetos de Requalificação Urbana (João Alfredo, 4PECH)	CIP/DMU/SMMU
			Projetos de Urbanismo tático	CIP/DMU/SMMU
			Rede Ciclo	CIP/DMU/SMMU
			Participação em diversos projetos transversais, de escalas diferenciadas, com olhares de diversas áreas da prefeitura	SMCEC
			Execução dos projetos da Orla e revitalização e urbanização do Quadrilátero e Rua da Praia	SMOI
			Centro de Transferências de Cargas do Porto Seco	SMOI
			Trabalhos CPOAV: Orla (trecho 1 e 3); caminho do gol (Copa 2014); projeto estruturante da orla (demarcação de todas áreas verdes, mapeamento, propostas de percursos); Viva o Centro (2006); GT passagens Vila Assunção (estruturação urbana)	DAV/SMAMUS
			Espaços de promoção de saúde e ambientes adequados para atividades físicas	SMS
			Plano Municipal da Pessoa Idosa de Porto Alegre 2021-2023	SMS
			Lei 12452/18 que institui a Política Municipal dos Direitos do Idoso no Município de Porto Alegre	SMS
			Política Intersetorial de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares e de Fitoterápicos (MPMACF)	SMS
			O maior desafio para a implantação de novos equipamentos é em áreas já ocupadas, onde não há uma reserva de área para o equipamento	SMED
			Utilizam um artigo do código civil, que define as áreas urbanas, e que tem que ter um equipamento num raio de 3Km. Considera o atendimento das escolas infantis estando distante até 3Km da residência da criança que será atendida.	SMED



		Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996		Secr./órgãos envolvidos		
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Estruturação Urbana	Programa de Espaços Abertos	Implantação do cadastro de imóveis destinados ao Sistema de Espaços Abertos	SPM		
			Elaboração plano anual de implantação dos espaços abertos	SPM/SMAM		
			Estruturação setor administrativo que dê suporte ao desenvolvimento do programa	SPM		
			Formação de recursos humanos para o gerenciamento de projetos especiais	UNIV./SMA/ORG PESQUISA		
			Formulação e detalhamento de instrumentos para viabilizar propostas como: acordos especiais com urbanizadores, aquisição com fundos públicos, bloqueios de áreas públicas, banco de lotes, taxas de impacto, ganhos de planejamento, controle de rede espacial	SPM		
			Promoção de projetos especiais e Operações Concertadas	PMPA		
			Estruturação de oficinas permanentes de projetos a serem realizadas pelo setor público, também identificando ações a desenvolver em parceria com o privado	SPM/DEMHAB/ SMAM/SMIC/ SMT/UNIV.		
			Implantação de um sistema de gerenciamento de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos	SPAM/PGM/SMF		
			Subprograma Fortalecimento de Centralidades		Projetos "Centros de bairro":	
				Identificação de áreas com potencialidade de estruturação das centralidades locais	SPM/SMAM/ SMS/DEMHAB	
			Priorização às ações já definidas para os "Centros de Bairros" Azenha, Restinga e Dona Leopoldina	SPM		
			Desenvolvimento de projetos especiais para áreas de urbanização precária	SPM/DEMHAB/ SMAM/SMOV		
				Projeto Corredor Assis Brasil-Sertório:		
			Projeto da interface entre o conjunto IAPI e Av. Assis Brasil	SPM/SMAM/ SMOV/SMT		
			Identificação dos elementos estruturadores e potenciais do corredor	SPM/SMAM/ SMC		
			Detalhamento das áreas de terminal de transporte	SPM/SMT		
			Projeto de arquitetura da paisagem da Av. Assis Brasil	SPM/SMAM		
			Estudo de viabilidade para implantação das vias limítrofes do corredor	SPM/SMT/SMOV		
			Elaboração de Termos de Referência com vistas à contratação de projetos	SPM/SMAM/ SMOV/SMT		
				Projeto Anita-Nilo:		
	Identificação dos espaços com potencial de estruturar lugares urbanos	SPM/SMAM/SMC				
	Estudo de viabilidade para implantação das vias limítrofes do corredor	SPM/SMT				



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Estruturação Urbana	Programa de Espaços Abertos	Subprograma Fortalecimento de Centralidades	Elaboração de Termos de Referência com vistas à contratação de projetos	SPM/SMAM/ SMOV/SMT
				Projeto Corredor Bento-Ipiranga:	
				Estudo de viabilidade para implantação das vias limítrofes do corredor	SPM/SMT/SMOV
				Elaboração de Termos de Referência com vistas à contratação de projetos	SPM/SMAM/ SMOV/SMT
				Identificação de local para o desenvolvimento do projeto de "Centro de Bairro"	SPM/SMAM/SMT
				Desenvolvimento de uma Operação Concertada para valorização da área do Hospital São Pedro com usos diferenciados	SPM/SMC/ SMAM/SMT/ GOV. ESTADO
				Desenvolvimento de um projeto urbano no cruzamento da 3ª Perimetral com Bento Gonçalves e Ipiranga	SPM/SMT/SMOV/ SMAM/GOV. ESTADO
				Projeto Corredor Norte-Sul 3ª Perimetral:	
				Detalhamento do espaço público compreendido na confluência das Av. Protásio Alves, Carlos Gomes e Salvador França	SPM/SMT/SMOV/ SMAM
				Estudo de viabilidade para a ligação das Av. Barão do Amazonas e Ijuí	SPM/SMOV
				Projeto Eixos Estruturadores:	
				1ª Perimetral	SPM/SMOV/SMT
				3ª Perimetral	SPM/SMOV/SMT
				Avenida Voluntários da Pátria	SPM/SMOV/SMT
			Avenida Nilo Peçanha	SPM//SMOV/SMT	
			Avenida Grécia	SPM/SMOV/SMT	
			Ligações metropolitanas norte e leste	SPM/SMOV/SMT	
			Subprograma Fortalecimento de Áreas de Interesse Cultural	Identificação dos elementos de valor cultural componentes do Sistema de Espaços Abertos	SPM/SMC/UNIV.
				Definição de entornos de bens tombados	SMC/IPHAN/ IPHAE
				Montagem do projeto de Revitalização Urbana dos Bairros Navegantes, São Geraldo e Floresta:	
				Estruturação da equipe técnica	SPM/SMC/UNIV.
				Execução do inventário de patrimônio cultural	SMC/UNIV.
				Seleção de projetos a desenvolver	SPM/SMC/SMAM/ SMIC/ V. FÉRREA /UNIV.
			Implantação das ações prioritárias do plano	SPM/SMC/UNIV./ SMOV/SMIC/DEP/ DMAE	



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Estruturação Urbana	Programa de Espaços Abertos	Subprograma Fortalecimento de Áreas de Interesse Cultural	Desenvolvimento de projetos especiais para a área central:	
				Projeto do Corredor Cultural	SMC/SMIC
				Identificação de lugares de interesse cultural e entorno de bens tombados	SMC
				Orla portuária	PMPA/GOV. DO ESTADO
				Projeto da Usina do Gasômetro	SMC
				Projeto Museu de Arte de Porto Alegre	SMC
				Seleção de projetos a desenvolver	SPM/SMC
				Dar continuidade ao Inventário do Patrimônio Cultural do município	SMC/UNIV.
				Desenvolvimento de projetos especiais para a orla e pontos de observação de paisagens significativas:	
				Estruturação da equipe técnica	SPM/SMC/SMAM
				Seleção de projetos a desenvolver	SPM/SMC/SMAM
				Implantação das ações prioritárias do plano	SPM/SMC/SMAM
				Revitalização e restauração do restaurante do balneário Belém Novo	SPM/SMC/SMAM/ CAR RESTINGA
				Revitalização e restauração da Propriedade Família Brunelli - Belém Novo	SPM/SMC/SMAM/ CAR RESTINGA
				Revitalização da orla através da realocação das moradias - Belém Novo	SPM/SMC/SMAM/ CAR RESTINGA
				Desenvolvimento de projetos para espaços públicos como praças, jardins, parques, etc.:	
				Estruturação da equipe técnica	SPM/SMC/SMAM
				Seleção de projetos a desenvolver	SPM/SMC/SMAM
				Projeto "Morro do Osso"	SPM/SMC/SMAM
				Projeto "Parque Germânia"	SPM/SMC/SMAM
				Analisar estudos de viabilidade para intervenções em bens do patrimônio cultural:	
				Projeto especial de recuperação de estatuárias das áreas verdes públicas	SMC/SMAM
				Instituir os limites da Áreas Especiais de Interesse Cultural	SPM/SMC/PGM
				Promover os tombamentos necessários	SPM/SMC
				Estabelecer diretrizes para projetos de intervenção em áreas de interesse cultura com ocupação consolidada (intervenções através de obras ou de veículos de publicidade)	SMC/SMAM
				Elaborar projetos de restauração ou recuperação de unidades ou de conjuntos edificados, possivelmente via de Operações Concertadas	SPM/SMC/SMIC

Quadro 12 – Estratégia de Estruturação Urbana – I. Programa de Integração Metropolitana

PDDUA – Estratégia de Estruturação Urbana – II. Programa de Integração Metropolitana				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Estruturação Urbana	II. Programa de Integração Metropolitana	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Articulação da mobilidade de POA com a região metropolitana	CIP/DMU/SMMU
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Estruturação Urbana	Programa de Integração Metropolitana	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Articulação dos organismos envolvidos com a questão metropolitana com vistas à formulação de ações conjuntas	SPM/GAB. PREF. /METROPLAN
			Priorização dos projetos que sejam relacionados com questões de transporte, estruturação das ligações metropolitanas, uso do solo e saneamento	PMPA/GOV. ESTADO
			Elaboração de Termo de Referência com vistas à contratação de projetos	PMPA/GOV. ESTADO
			Implementação de ações concertadas com vistas a criação de um Pólo de Desenvolvimento Metropolitano	PMPA/GOV. ESTADO
			Elaboração de Termo de Referência tratando de lugares que marcam ingressos e definem relações com a malha urbana	PMPA/GOV. ESTADO
			Fortalecimento de um fórum regional de discussão das questões metropolitanas	PMPA/GOV. ESTADO
			Estudo de viabilidade de integração entre a Rodoviária, o Aeroporto e a Região Metropolitana	PMPA/GOV. ESTADO/ORG. FEDERAIS
			Recuperação e valorização das Ilhas do Delta do Jacuí como espaço de importância regional	PMPA/GOV. ESTADO

b. Estratégia de Mobilidade Urbana

Conforme o PDDUA, a Estratégia de Mobilidade Urbana tem como **objetivo geral** qualificar a circulação e o transporte urbano, proporcionando deslocamentos na cidade e atendendo às distintas necessidades da população.

A Estratégia prevê que seja dada prioridade ao transporte coletivo, aos pedestres e às bicicletas, e objetiva a redução das necessidades de deslocamento, das distâncias a percorrer, dos tempos de viagem, dos custos operacionais, do consumo energético e do impacto ambiental. Também prevê a racionalização do transporte coletivo de passageiros, o desenvolvimento de um sistema de transporte coletivo por via fluvial e a capacitação da malha viária, dos sistemas de transporte, das tecnologias veiculares, dos sistemas operacionais de tráfego e dos equipamentos de apoio. Propõe ainda o resguardo de setores urbanos à mobilidade local e o estímulo à implantação de garagens e estacionamentos com vistas a reconquistar os logradouros públicos como espaços abertos para interação social e circulação veicular. Também prevê a elaboração de um Plano de Transporte Urbano Integrado com a região metropolitana. Para isso, a Estratégia é constituída por cinco Programas, resumidos na sequência.

O **Programa de Transporte Coletivo** abrange questões físicas, operacionais e tecnológicas ligadas ao transporte de alta, média e baixa capacidades, bem como ao transporte seletivo.

O **Programa de Centros de Transbordo e de Transferência** visa a qualificação dos transbordos e transferências modais e intermodais das demandas de deslocamento da população e de cargas através da implantação ou do melhoramento de terminais de integração, de terminais de retorno, de pontos de conexão, do Centro de Transferência de Cargas do Porto Seco e da estratificação em áreas especiais, junto aos eixos de carga, de centrais de abastecimento, armazenamento e comércio atacadista.

O **Programa Viário** abrange gravames e projetos/obras de implementação da malha viária, incluindo ciclovias e vias para pedestres.

O **Programa de Garagens e Estacionamentos** define a implantação de sistemas de terminais de estacionamento destinados a substituir progressivamente os estacionamentos na superfície dos logradouros e de estacionamentos dissuasórios integrados com centros de transbordo. Também prevê a implementação de incentivos legais à construção de garagens.

O **Programa de Trânsito** corresponde ao tratamento da malha viária básica do Município no que diz respeito ao uso das potencialidades da engenharia de tráfego para garantir fluidez e segurança ao trânsito. As tecnologias seriam utilizadas, ainda,

visando a conservação energética, o controle da qualidade ambiental e a prioridade ao transporte coletivo.

Quadro 13 – Estratégia de Mobilidade Urbana – I. Programa de Transporte Coletivo

PDDUA – Estratégia de Mobilidade Urbana – I. Programa de Transporte Coletivo						
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996						
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Mobilidade Urbana	I. Programa de Transporte Coletivo	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos		
			PMU - Plano de Mobilidade Urbana (LC 951/22)	CIP/DMU/SMMU		
			EDOM toda cidade – já com orçamento e TR prontos	CIP/DMU/SMMU		
			Acesso Norte	CIP/DMU/SMMU		
			Sugere que para EMEIs deveria haver algum dispositivo no PD para ter transporte público e paradas de ônibus próximas, que tivesse algum texto de forma clara	SMED		
			Regulamentação da frota elétrica de ônibus no município	DPPS/SMAMUS		
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Mobilidade Urbana	Programa de Transporte Coletivo	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos		
			Elaboração do Plano Geral de Transporte	SMT/SPM/SMAM/SMOV		
			Elaboração de estudo de viabilidade técnico-financeira e de projeto operacional, com vistas a reformulação, integração modal e tarifária e a expansão da atual malha de transporte coletivo de forma tramada nos sentidos Leste/Oeste - Norte/Sul:			
			Elaboração de pesquisa das linhas de desejo de mobilidade da população	SMT/SPM/METROPLAN		
			Definição da malha operacional	SMT/SPM		
			Carregamento da rede	SMT/SPM		
			Cálculo da demanda	SMT/SPM		
			Estabelecimento das modalidades	SMT/SPM		
			Projeto das obras civis	SMT/SPM/METROPLAN		
			Especificações operacionais, fiscalização e monitoramento dos serviços	SMT/SPM/METROPLAN		

Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Mobilidade Urbana	Programa de Transporte Coletivo	Elaboração de projeto funcional operacional com vistas à elaboração do projeto executivo de sistema segregado de transporte coletivo na 3ª Perimetral.	SMT/SPM
			Reformulação operacional e tecnológica do serviço de transporte coletivo e implantação de corredor viário no setor Norte/Nordeste da cidade.	SMT
			Elaboração de estudo de viabilidade técnico-financeira e termo de referência urbanístico com vistas ao projeto executivo de implantação de transporte de alta capacidade no eixo Leste/Oeste	SMT/SPM/ METROPLAN

Quadro 14– Estratégia de Mobilidade Urbana – II. Programa de Centros de Transbordo e de Transferência

PDDUA – Estratégia de Mobilidade Urbana – II. Programa de Centros de Transbordo e de Transferência				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Mobilidade Urbana	II. Programa de Centros de Transbordo e de Transferência	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Observatório de Logística	CIP/DMU/SMMU
			CAF – LOGUS [logística]	CIP/DMU/SMMU
			Centro de Transferências de Cargas do Porto Seco	SMOI
			Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Elaboração de projeto dos centros de transbordo da malha de transporte coletivo:	
			Identificação de locais de implantação dos terminais de integração, de retorno e pontos de conexão, conforme diretrizes de uso e ocupação do solo do 2º PDDUA e do Plano Geral de Transportes	SMT/SPM/SMOV
			Definição das funções e modalidades de transporte afluente a cada local	SMT/SPM/SMOV



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Mobilidade Urbana	Programa de Centros de Transbordo e de Transferência	Elaboração de estudo de viabilidade técnica e financeira com vistas a implantação de comércio e serviços de apoio	SMT/SPM/SMOV
			Dimensionamento dos estacionamentos dissuasórios	SMT/SPM/SMOV
			Elaboração dos projetos executivos	SMT/SPM/SMOV
			Elaboração de estudo técnico específico, com vistas à melhoria da inserção urbana ou a realocização do terminal Estação Rodoviária	SMT/SPM/SMOV/ METROPLAN/ DAER/DNER/ SCPERGS
			Elaboração de projeto especial de integração de transporte intermodal (rodoviário, urbano e metropolitano, ferroviário, metroviário e aeroviário) junto ao eixo de acesso Norte do município	SMT/SPM/SMOV/ METROPLAN/ DAER/DNER/ SCPERGS
			Elaboração de termo de referência operacional com vistas aos projetos executivos dos centros de transbordo do corredor viário Norte-Nordeste (terminais Triângulo e Cairú) e da 3ª Perimetral	SMT/SPM/SMOV
			Elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica com vistas a implantação dos terminais Parobé e Mercado Público Provisório	SMT/SPM/SMOV
			Elaboração de estudo de viabilidade técnica econômica dos terminais intermodais do sistema de transportes de alta capacidade	SMT/SPM/ TRENSURB
			Complementação das obras de infraestrutura do Porto Seco	SMIC/SMOV

Quadro 15 – Estratégia de Mobilidade Urbana – III. Programa Viário

PDDUA – Estratégia de Mobilidade Urbana – III. Programa Viário				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Mobilidade Urbana	III. Programa Viário	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Rever malha viária básica e perfis viários	CIP/DMU/SMMU
			PDCI – iniciado processo de revisão	CIP/DMU/SMMU
			Plano de Acessibilidade – em revisão	CIP/DMU/SMMU
			EDOM – já com orçamento e TR prontos	CIP/DMU/SMMU
			Estudo de Mob. CH – em andamento	CIP/DMU/SMMU
			Estudo de Mob. 4D – fase de formatação do TR	CIP/DMU/SMMU
			Projetos que abrangem os gravames, obras de implementação da malha viária, ciclovias e vias de pedestres. Observou que muitos projetos elaborados não estão mais adequados com o gabarito que se espera para cidade.	SMOI
			Considerações: incluir a altimetria nos gravames viários, pois muitas vezes há problemas de compatibilização quando da execução; os gravames devem ser compatibilizados com as diretrizes do plano; rever gravame de áreas verdes em gabaritos de vias; atualizar gabaritos viários; compatibilizar gabaritos viários com passeios acessíveis e ciclovias/ciclofaixas; devem ser revistos os gravames viários inviáveis	SMOI



Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Mobilidade Urbana	III. Programa Viário	(como exemplo os túneis); incorporar os corredores de transporte aos perfis viários; possibilidade de georreferenciar os passeios??		
			Incorporar os corredores de transporte aos perfis viários	SMPAE	
			Compatibilização dos perfis com a arborização, de enxergar a árvore como equipamento urbano vivo	DAV/SMAMUS	
			Plano Municipal de Cuidados à Saúde das pessoas com deficiência 2022-2025	SMS	
			Plano Municipal da Pessoa Idosa de Porto Alegre 2021-2023	SMS	
			Lei 12452/18 que institui a Política Municipal dos Direitos do Idoso no Município de Porto Alegre	SMS	
			Convênio da SMED com a EPTC para avaliação das escolas, levantamento do entorno e propor melhorias	SMED	
			Atualização do decreto das calçadas	DPPS/SMAMUS	
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Mobilidade Urbana	Programa Viário	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos	
			Classificação funcional e hierarquização das vias, com vistas ao planejamento e monitoramento da malha viária básica, dos corredores viários, da malha de transporte coletivo e dos setores urbanos de mobilidade.	SPM/SMT/SMOV	
			Elaboração de plano de investimento e de obras da malha viária básica:		
			Identificação e hierarquização dos pontos críticos de conflitos e trechos saturados	SPM/SMT/SMOV	
			Elaboração de projeto executivo e implantação da 3º Perimetral	SPM/SMT/SMOV	
			Reformulação do Plano de Implantação de Rede Cicloviária - SPM/83:		
			Elaboração de pesquisa das linhas de desejo e demanda da modalidade bicicleta	SPM/SMT/SMAM/SMOV	
			Elaboração dos projetos executivos das ciclovias, integradas com a malha de transporte coletivo	SPM/SMT/SMAM/SMOV	
			Elaboração de plano de investimento e obras da malha cicloviária	SPM/SMT/SMAM/SMOV	
			Elaboração de projeto específico, com vistas à reformulação e ou implantação de vias exclusivas para pedestres	SPM/SMT/SMOV/SMC	

Quadro 16 – Estratégia de Mobilidade Urbana – IV. Programa de Garagens e Estacionamentos

PDDUA – Estratégia de Mobilidade Urbana – IV. Programa de Garagens e Estacionamentos				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Mobilidade Urbana	IV. Programa de Garagens e Estacionamentos	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Decreto estacionamento?	
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Mobilidade Urbana	Programa de Garagens e Estacionamentos	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Monitoramento dos trechos saturados nas áreas de grande diversidade, com vistas à implantação de estacionamento temporários públicos e ou a sua restrição total	SMT
			Elaboração de estudos de viabilidade técnico-financeira, com vistas à localização e implantação de terminais de estacionamentos subterrâneos	SMT/SPM/SMOV/SMIC
Elaboração de estudo de viabilidade técnico-financeiras com vistas à implantação de estacionamentos dissuasórios	SMT/SPM/SMOV			

Quadro 17 – Estratégia de Mobilidade Urbana – V. Programa de Trânsito

PDDUA – Estratégia de Mobilidade Urbana – V. Programa de Trânsito			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Mobilidade Urbana	V. Programa de Trânsito	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA
			Sistema de compartilhamento de bicicletas
			Concessão abrigos / terminais
			Plano de Qualificação Semafórica
			Pesquisa QUALIÔNIBUS 2022
			Plano de Priorização do Transporte Coletivo – vinculado ao PSVS e PMU
			Plano de Segurança Viária Sustentável – apresentado ao GP
			Verificar com DPPS o plano de gases
Secr./órgãos envolvidos	EPTC		
EPTC			
EPTC			
EPTC			
EPTC			
CIP/DMU/SMMU			
DPPS/SMAMUS			
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Mobilidade Urbana	Programa de Trânsito	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996
			Implantação de metodologias e tecnologias de simulação de tráfego, de avaliação da potencialidade de empreendimentos como pólos geradores de tráfego e, de aferição do impacto de vizinhança e repercussões no sistema de mobilidade local e regional, com vistas à redução do referido impacto e ao ressarcimento de prejuízos que suas inserções possam causar ao ambiente
			Implantação de tecnologia que permita monitoramento, em tempo real, do tráfego em setores saturados e pontos de conflitos
			Elaboração de projeto de manejo de tráfego, com vistas à compatibilização da capacidade viária com o volume veículos nos cruzamentos e trechos saturados e, de implantação de equipamentos de segurança
			Implementação da distribuição temporal das demandas do tráfego, através do reescalonamento dos horários de funcionamento do comércio e serviços nas áreas de grande diversidade
			Elaboração de projeto de segurança para pedestres e, em particular, para portadores de deficiência física, com implantação de equipamentos e obras especiais
			Desenvolvimento de programa permanente de educação de trânsito, que inclua amplos segmentos sociais, em especial as redes de ensino público e privado
			Municipalização do controle e da fiscalização do trânsito
			Secr./órgãos envolvidos
SMT			
SMT			
SMT/SPM/SMIC/CMPA			
SMT/SPM			
SMT/SMED			

c. Estratégia de Uso do Solo Privado

Conforme o PDDUA, a Estratégia de Uso do Solo Privado tem como **objetivos gerais** disciplinar e ordenar a ocupação do solo privado através de instrumentos de regulação que definem a distribuição espacial das atividades, a densificação e a configuração da paisagem urbana no que se refere à edificação e ao parcelamento do solo.

A Estratégia corresponde, portanto, ao **Plano Regulador**, apresentado na Parte III do PDDUA e composto por normas gerais do regime urbanístico que tratam do regime de atividades, dos dispositivos de controle das edificações e do parcelamento do solo.

A Estratégia tem também como instrumento de regulação da paisagem urbana a avaliação de **Projetos Especiais de Impacto Urbano**, caracterizados na Parte II do PDDUA como um dos instrumentos de regulação para a intervenção do solo previstos pelo plano diretor.

Em termos de Programas, a Estratégia de Uso do Solo Privado é composta pelo **Programa de Gerenciamento do Plano Regulador**, que engloba o conjunto de procedimentos de natureza técnica, legal e administrativa para viabilizar um processo de planejamento dinâmico, participativo e ancorado em uma estrutura administrativa capaz de responder a estes objetivos.

Quadro 18 – Estratégia de Uso do Solo Privado – I. Programa de Gerenciamento do Plano Regulador

PDDUA – Estratégia de Uso do Solo Privado – I. Programa de Gerenciamento do Plano Regulador				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Uso do Solo Privado	I. Programa de Gerenciamento do Plano Regulador	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			PDDUA digital, uma plataforma em que o requerente pudesse aprovar diretamente o protótipo	DEL/SMAMUS

		Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos		
		Monitoramento do Plano Regulador:			
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Uso do Solo Privado	Programa de Gerenciamento do Plano Regulador	Implantação do Sistema de Avaliação de Impacto Ambiental considerando:	PMPA/UNIV.	
			- Impacto sobre infraestrutura (abastecimento de água, coleta de esgotos, abastecimento de energia e condições de pavimento da via pública)		
			- Impactos sobre a estrutura (sistema viário/ circulação, atratividade/ centralidade, valor imobiliário)		
			- Impactos sobre o ambiente (poluição aérea e hídrica, obstrução de ventilação e insolação, incômodos às demais atividades)		
			Projeto de adequação do sistema de controle da construção privada ao novo plano.	SPM/PROCEMPA	
			Estruturação de setor administrativo com caráter prospectivo.	SPM/SMA	
			Projeto de implantação de controle da construção informal.	SPM/DEM HAB/ONGs	
			Revisão do Plano Regulador:		
			Implementação de um processo de discussão do Plano Regulador nas Regiões de Planejamento com periodicidade	SPM/GAB. PREFEITO/CARs	
			Implantação de um processo de discussão do Plano Regulador no Conselho do Plano Diretor	SPM/CMPDDUA	
Elaboração de relatórios anuais de avaliação dos conflitos e ajustes do Plano Regulador	SPM				
Gerenciamento de instrumentos redistributivos da renda urbana e da terra	SPM/SMF				

d. Estratégia de Qualificação Ambiental

Conforme o PDDUA, a Estratégia de Qualificação Ambiental tem como **objetivo geral** qualificar o território municipal através da valorização do Patrimônio Ambiental, que abrange tanto o Patrimônio Cultural quanto o Patrimônio Natural do Município. Também compõem o objetivo geral da Estratégia superar os conflitos referentes à poluição e à degradação do meio ambiente, saneamento e desperdício energético.

A implementação da Estratégia ocorreria através da conceituação, identificação e classificação dos espaços representativos do Patrimônio Natural para fins de disciplinar sua ocupação, assim como da valorização do Patrimônio Natural com espaços diversificados na ocupação do território para fortalecimento das identidades cultural e natural e da aplicação de instrumentos urbanísticos e tributários que estimulem a proteção deste Patrimônio. Ocorreria também através da inclusão do Patrimônio

Natural no Programa de Espaços Abertos, enquanto elemento significativo da valorização da paisagem e da estruturação dos espaços públicos, e da promoção de ações de saneamento, monitoramento da poluição e otimização do consumo energético.

Para isto, a Estratégia é constituída por seis Programas, resumidos na sequência.

O **Programa de Valorização do Patrimônio Cultural** envolve ações e políticas para identificar e classificar elementos de valor cultural, estabelecer diretrizes e desenvolver projetos com vistas ao resgate da memória cultural, assim como criar ou aperfeiçoar instrumentos normativos para incentivar a preservação.

O **Programa de Proteção das Áreas Naturais** propõe desenvolver estudos para identificação de espaços representativos de valor cultural com vistas a estabelecer usos sustentáveis, resguardando as características que lhe conferem peculiaridade e envolvendo a recuperação de áreas degradadas e a preservação de riscos ambientais.

O **Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas** envolve ações permanentes de implantação e manutenção de parques e praças, de disciplinamento da arborização nos passeios públicos e de criação de incentivos à arborização e ao ajardinamento em áreas privadas.

O **Programa de Conservação de Energia** propõe ações para garantir melhor qualidade de vida na cidade, com o mínimo de consumo energético e a menor agressão ao ambiente, envolvendo a elaboração do Plano de Gerenciamento de Energia.

O **Programa de Gestão Ambiental** propõe a elaboração do Plano de Gestão Ambiental, contendo diretrizes gerais de atuação consolidadas a partir dos planos setoriais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, gerenciamento de resíduos sólidos e de energia e do plano de proteção ambiental. Visa estabelecer prioridades de atuação articuladas, qualificando soluções e reduzindo custos operacionais no âmbito das bacias hidrográficas.

O **Programa de Prevenção e Controle da Poluição** propõe ações permanentes de monitoramento da qualidade do ar, da água, do solo e do espaço urbano, visando à prevenção, ao controle e à fiscalização das atividades potencialmente poluidoras, considerando as condições atmosférica, hídrica, do solo, sonora e visual e a degradação do meio ambiente.

Quadro 19 – Estratégia de Qualificação Ambiental – I. Programa de Valorização do Patrimônio Cultural

PDDUA – Estratégia de Qualificação Ambiental – I. Programa de Valorização do Patrimônio Cultural				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Qualificação Ambiental	I. Programa de Valorização do Patrimônio Cultural	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Sugestão: tratar as áreas especiais de interesse cultural como áreas estratégicas de interesse urbanístico	SMCEC
			Participação em diversos projetos transversais, de escalas diferenciadas, com olhares de diversas áreas da prefeitura	SMCEC
			Obras e projetos (CPPP/SMOI)	SMOI
			Áreas verdes são patrimônio ambiental e cultural, sendo necessário revisar as Áreas de Interesse Cultural onde existem áreas de lazer.	CPOAV/DAV/ SMAMUS
			Passagens de pedestres (Vila Assunção, IAPI, 4D, Petrópolis)	SMCEC/PGM/ SMAMUS
			Revisão do Inventário do Patrimônio Cultural	SMCEC
			Gerenciamento dos equipamentos culturais na cidade	SMCEC
			Isenção IPTU para edificações de Patrimônio Cultural	SMF
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	-	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Não consta	-

Quadro 20 – Estratégia de Qualificação Ambiental – II. Programa de Proteção às Áreas Naturais

PDDUA – Estratégia de Qualificação Ambiental – II. Programa de Proteção às Áreas Naturais		
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996		
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Qualificação Ambiental	II. Programa de Proteção às Áreas Naturais
		Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA
		Conservação do patrimônio natural, como forma de garantir equilíbrio urbano e promoção de saúde e qualidade de vida
		Política Intersetorial de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares e de Fitoterápicos (MPMACF)
		Promoção de hortas comunitárias (Decreto 21.576 de julho de 2022)
		Plano Municipal de Recuperação da Mata Atlântica
		Mapeamento e caracterização das áreas de preservação permanente (APPs)
		Inventário da fauna do município
Preocupação em se manter a área rarefeita sem ocupações, e promover a densificação onde há infraestrutura disponível		
Implantação e gestão das Unidades de Conservação		
Secr./órgãos envolvidos	SMS	
	SMS	
	SMS	
	DLMA/SMAMUS	
	DLMA/SMAMUS	
	DLMA/SMAMUS	
	DLMA/SMAMUS	
	UPAN/DAV/SMAMUS	
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	Programa de Conservação e Recuperação de Áreas Naturais
		Subprograma Conservação de Áreas Naturais
		Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996
		Secr./órgãos envolvidos
	Realizar estudos sobre as condições atuais das áreas de interesse ambiental natural identificadas no 2º PDDUA	
	Identificação dos lugares e unidades de interesse ambiental, conforme estabelece o 2º PDDUA	
	Elaborar o Plano de Conservação contendo: limites geográficos, grau de proteção e destinação e critérios de uso e ocupação do solo.	
		SMAM/SPM/UNIV.
		SPM/SMAM
		SMAM/SPM/DEP/SMIC/SMS/GUAÍBA VIVE



		Subprograma Recuperação de Ecossistemas ou Áreas Degradadas	Identificação e diagnóstico de áreas e ecossistemas degradados, bem como a identificação dos responsáveis pelos danos, em caso de extração mineral, com vistas a subsidiar a definição de diretrizes para a elaboração dos respectivos projetos de recuperação	SPM/SMAM/PGM
		Subprograma Prevenção de Riscos Ambientais	Sistema de Proteção contra as Cheias: complementação do Sistema Gravataí e Guaíba, nas zonas norte (rio Gravataí) e sul (arroyos Cavahada e Passo Fundo)	DEP
			Programa Áreas de Risco:	
			Ações de remoção, relocação ou reassentamento em áreas adequadas, de moradias situadas em áreas de risco geológico ou intervenções com obras de estabilização ou contenção.	SMAM/DEM HAB/ SOMV/SPM/DEP
			Atualização do trabalho Diagnóstico das Áreas de Risco de Porto Alegre	SMAM/SPM/ DEM HAB
			Plano de Prevenção a Acidentes Ambientais e Riscos Naturais:	
			Transporte, manuseio e armazenagem de cargas perigosas	SMAM
		Coordenação Municipal de Defesa Civil	PMPA	

Quadro 21 – Estratégia de Qualificação Ambiental – III. Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas

PDDUA – Estratégia de Qualificação Ambiental – III. Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Qualificação Ambiental	III. Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas	
		Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	
		Secr./órgãos envolvidos	
		Ações permanentes de implantação e manutenção de parques e praças	CPOAV/DAV/ SMAMUS
		Planejamento urbano e ambiental de áreas verdes públicas (EPAV); Elaboração e aprovação de projetos paisagísticos de urbanização e reurbanização de áreas verdes urbanas (EP); e Fiscalização de obras de urbanização, reurbanização e revitalização de áreas verdes urbanas (EO)	CPOAV/DAV/ SMAMUS
		Lei do parcelamento do solo; lei Orgânica do Município (que prevê meta de 12m ² de AV/hab); e o PDDUA	CPOAV/DAV/ SMAMUS
		Plano Setorial de Arborização Urbana (Plano Diretor de Arborização Urbana) que não é mencionado no PDDUA, que a arborização entra apenas no disciplinamento, e que poderia ser muito mais abrangente	CAU/DAV/ SMAMUS
		Ações em desenvolvimento: implantação da arborização e manutenção do plantio; garantia do espaço árvore (revisão do decreto de calçadas 17.302, revisão dos perfis viários) com a necessidade de se compatibilizar a vegetação com o sistema viário e canteiros, emissão de diretrizes (árvore de grande porte) nos processos das comissões; planejamento sistêmico da arborização urbana; revisão continuada do PDAU, reestruturação do Viveiro Municipal. Outro exemplo seria a vaga sustentável, que representa um canteiro na via onde no passeio não é possível implantar vegetação (sugestão para o PD). Cita que de acordo com o Plano Diretor de Arborização Urbana é necessário atingir uma meta de cobertura de copa, mas ainda se está na fase de inventário da vegetação existente. Revisão do Anexo 9 - Perfis viários	CAU/DAV/ SMAMUS
		Câmara técnica de arborização no COMAM	DAV/SMAMUS



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	Programa de Implantação, Recuperação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas Públicas e Privadas	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Plano de arborização urbana	SMAM
			Programa "Porto das Flores"	SMAM (DMLU)
			Programa "Adote uma Praça"	SMAM
			Programa "Parque Aberto ao Cidadão"	SMAM
			Identificação de árvores imunes ao corte	SMAM
			Atividades permanentes de conservação e fiscalização	SMAM/DMLU

Quadro 22 – Estratégia de Qualificação Ambiental – IV. Programa de Conservação de Energia

PDDUA – Estratégia de Qualificação Ambiental – IV. Programa de Conservação de Energia				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Qualificação Ambiental	IV. Programa de Conservação de Energia	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Plano de Ação Climática	DPSS/SMAMUS
			Programa de Certificação Ambiental	DPSS/SMAMUS
			IPTU Sustentável	DPSS/SMAMUS
			Programa Luzes do Saber - instalação de placas fotovoltaicas nas escolas	SMED
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	Programa de Conservação de Energia	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Elaboração do plano de gerenciamento de energia, atendendo prioritariamente:	
			Identificação de padrões eficientes de consumo mínimo para edificações, principalmente residenciais e comerciais, associados à iluminação, ventilação e insolação	SPM/SMOV/UNIV.
			Redução do consumo de combustíveis para mobilidade urbana através da diminuição dos deslocamentos, do incentivo ao uso e qualificação do transporte coletivo e das demais formas alternativas de transporte	SPM/SMT
			Incentivo à implantação de atividades econômicas de baixo consumo energético	SMIC
			Qualificação e otimização do consumo energético no saneamento	DMAE/DEP/DMLU
			Incentivo à produção de alimentos no âmbito da cidade e da região metropolitana, diminuindo o consumo energético envolvido na produção e distribuição	SMIC

Quadro 23 – Estratégia de Qualificação Ambiental – V. Programa de Gestão Ambiental

PDDUA – Estratégia de Qualificação Ambiental – V. Programa de Gestão Ambiental				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Qualificação Ambiental	V. Programa de Gestão Ambiental	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS/2013), que está em processo de atualização	DMLU
			Programa de Coleta Seletiva	DMLU
			Lei 10847/2010 do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil	DMLU
			Lei 728/2014 do código de limpeza urbana de Porto Alegre (em processo de atualização)	DMLU
			Plano Municipal de Saneamento Básico (2015): água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos	DMAE
			Inventário da fauna do município	DLMA/SMAMUS
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	Plano de Manejo Ambiental	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Revisão e atualização do plano de abastecimento de água	SPM/DMAE
			Revisão do plano de esgotos	SPM/DMAE
			Aplicação do plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos	DMLU/SMAM
			Elaboração do plano de conservação de áreas de interesse natural	SPM/SMAM
			Atualização do plano de drenagem urbana	DEP/SPM
			Elaboração do plano de gerenciamento de energia	PMPA
			Aplicação do código municipal de saúde	SMS

Quadro 24 – Estratégia de Qualificação Ambiental – VI. Progr. Prevenção e Controle da Poluição

PDDUA – Estratégia de Qualificação Ambiental – VI. Programa Prevenção e Controle da Poluição					
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996					
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Qualificação Ambiental	VI. Programa Prevenção e Controle da Poluição	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos	
			PMU - Plano de Mobilidade Urbana (LC 951/22)	CIP/DMU/SMMU	
			Operação Urbana Consorciada da Avenida Ipiranga, que visa a despoluição do Arroio Dilúvio	DPPS/SMAMUS	
			Mapeamento de áreas contaminadas e potencialmente contaminadas	DLMA/SMAMUS	
			Mapeamento de ruídos, visando identificar os pontos de poluição sonora na cidade	DLMA/SMAMUS	
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	Programa de Saneamento e Monitoramento da Poluição	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos	
			Subprograma Saneamento	Programa de substituição, expansão e melhorias dos sistemas e redes de abastecimento de água com controle de perdas	DMAE
				Proteção e manutenção da qualidade da água bruta nos pontos de captação e controle da qualidade da água distribuída	DMAE
				Expansão e melhorias dos sistemas de esgotamento sanitário	DMAE
				Participação no programa estadual Pró-Guaíba	PMPA
				Programa de integração do esgotamento pluvial/ cloacal	DMAE/DEP
				Definição de alternativas tecnológicas dos sistemas de saneamento para atender às populações em áreas rurais e rururbanas	DMAE/DEP/ DMLU/DEM HAB
				Definição de alternativas locais para unidades de reciclagem e de disposição final dos resíduos sólidos	SPM/SMAM/ DMLU
				Gestão integrada dos resíduos sólidos	DMLU
				Ampliação da rede de drenagem urbana	DEP



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	Programa de Saneamento e Monitoramento da Poluição	Subprograma Monitoramento da Poluição	Licenciamento, cadastramento e fiscalização de atividades potencialmente poluidoras: extração mineral, uso de explosivos, movimentação de terra, veículos de divulgação, tanques subterrâneos de combustíveis, atividades comerciais e industriais	SPM/SMAM/SMOV/SMIC
				Monitoramento da qualidade da água do Guaíba e dos corpos d'água interiores do município	DMAE
				Cadastramento e controle de qualidade da água subterrânea utilizada para consumo humano	DMAE/SMS
				Monitoramento da qualidade do ar	SMAM
				Operação Ar Puro	SMAM/PETROBR.
				Projeto Química do Ar	SMAM/UNIV.
				Divulgação à população dos dados de monitoramento da qualidade do ar	SMAM/8º D.Met.
				Gestão integrada dos resíduos sólidos	DMLU
			Subprograma Manejo de Bacias Hidrográficas	Dar continuidade aos estudos de avaliação dos níveis de contaminação dos corpos d'água e das respectivas cargas, bem como da avaliação da capacidade receptora do mesmo	DMAE
				Desenvolver estudos e ações de controle e avaliação das intervenções nos corpos d'água (canalizações, tubulações, aterros, outros) e dos usos e ocupação do solo nas nascentes e margens	DEP/SPM/SMAM
				Dar continuidade de priorização às intervenções que contribuam para diminuir a contaminação das águas dos arroios	PMPA
				Compatibilizar as leis federais nºs 4771/65 e 6766/79, no que se refere aos corpos d'água, com a legislação municipal e estabelecer critérios para suas aplicações	SPM/SMAM/DEP
				Participação nos Comitês Estaduais das bacias dos rios Sinos e Gravataí	PMPA

e. Estratégia de Promoção Econômica

Conforme o PDDUA, a Estratégia de Promoção Econômica tem como **objetivo principal** estabelecer políticas que busquem a dinamização da economia da cidade, a melhoria da qualidade de vida e a qualificação da cidadania através de ações diretas com a comunidade e com os setores produtivos, assim como da articulação com outras esferas de poder.

Sua implementação ocorreria através da revalorização do papel de Porto Alegre como pólo metropolitano, da redefinição de seu perfil de competitividade no Mercosul e do estímulo ao crescimento, à desconcentração econômica, à criação de pólos econômicos e à geração de postos de trabalho próximos aos locais de residência dos trabalhadores. Ocorreria, também, através da criação de programas de incentivo fiscal para alcançar o desenvolvimento urbano e ambiental, da promoção de condições favoráveis para a produção de valor agregado à atividade rural e do incentivo às atividades de comércio e serviços no Centro Histórico.

A Estratégia seria implementada também através do fomento à organização de iniciativas empreendedoras, da garantia de condições mínimas de abastecimento e de consumo a todos e da promoção de programas de inclusão social para população de baixa renda em processo de regularização fundiária. Ela envolve, ainda, o estabelecimento de mecanismos urbanísticos que promovam a produção econômica, incentivando a implantação de indústrias e centros de excelência na fabricação de componentes de alta tecnologia, o incentivo à criação de escolas técnicas para formação e capacitação profissional e a produção e socialização de conhecimento tecnológico. A Estratégia é constituída por seis Programas, resumidos na sequência.

O **Programa de Dinamização da Economia** visa promover o crescimento e a desconcentração econômica.

O **Programa de Qualificação da Cidadania** busca a democratização do conhecimento técnico para os diversos tipos de atividades produtivas no Município, o incentivo a medidas que orientem para a visão de desenvolvimento sustentável nas empresas e a oferta de alternativas de atividades para a população de baixa renda.

O **Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8** abrange ações e políticas de fomento à produção primária, de proteção ao patrimônio natural e de saneamento ambiental, com vistas à fixação das populações rurais, ao desenvolvimento de atividades de lazer e turismo e à qualificação das áreas habitacionais.

O **Programa de Incentivos a Investimentos** propõe-se a criar condições de competitividade e atração que dêem suporte aos demais Programas.

O Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no Centro Histórico e o Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no Centro Histórico, durante o turno da noite buscam fortalecer tais atividades tradicionais da região.

Quadro 25 – Estratégia de Promoção Econômica – I. Programa de Dinamização da Economia

PDDUA – Estratégia de Promoção Econômica – I. Programa de Dinamização da Economia				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Promoção Econômica	I. Programa de Dinamização da Economia	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	
			Secr./órgãos envolvidos	
			Incluir incentivo para a criação de centros de distribuição de cargas de abrangência local [definição de critérios para implantação no plano setorial de Cargas]. Políticas de distribuição de cargas/mercadorias, relacionadas aos polos econômicos a serem incentivados [descentralização, etc.]. Não incentivar habitação no entorno de porto seco e aeroporto.	
			SMMU/EPTC – verificar questão do comércio em áreas tradicionais [carga/descarga, horários, etc.] – relacionar com o Plano de Transp. Cargas [incluído no PMU].	
			Questões de logística	
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	Programa de Dinamização da Economia	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	
			Subprograma Fomento à Atividade Econômica	Disponibilização de informações e orientações ao empreendedor visando a promoção econômica do município
			Disponibilização de recursos para o financiamento de empreendimentos de pequeno porte	
			Desenvolvimento de campanhas de promoção da cidade para fins de atração de turismo e investimentos	



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	Programa de Dinamização da Economia	Subprograma Integração Regional	Consolidação do fórum das "Merco-Cidades"	SECAR
				Dinamização da GRANPAL (Associação dos prefeitos da Grande Porto Alegre)	SGM
				Instalação do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Metropolitana	SGM
			Subprograma Infraestrutura em Telecomunicações	Adequação da PROCEMPA para a prestação de serviços para pequenos e microempreendedores	PROCEMPA
				Estudo sobre a disponibilidade e demanda de linhas de telecomunicações em Porto Alegre	SMIC/CRT
				Ações em conjunto com a CRT a fim de prover as áreas deficitárias em linhas telefônicas	SMIC/CRT
			Subprograma Promoção de Atividades Rururbanas	Estudos complementares ao "Diagnóstico do Meio Rural de Porto Alegre" e ao "Atlas Ambiental" para detalhamento dos usos potenciais do solo	SMIC/SMAM/ UNIV.
				Projeto de manejo de sub-bacias hidrográficas consorciado a ações de apoio à produção primária	SPM/SMIC/ SMAM/UNIV.
				Criação de mecanismos de incentivo à implantação do Corredor Agroindustrial	SPM/SMIC
				Definição de incentivos à criação de parques turísticos ecológicos	SPM/SMIC/ SMAM/EPATUR
				Criação de instrumentos para a ocupação adequada da região	SPM/SMIC/ SMAM/SMF/PGM

Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	Programa de Dinamização da Economia	Subprograma Abastecimento	Consolidação das "Feiras Modelo"	SMIC
				Fortalecimento dos "Pontos de Oferta" como equipamento de comercialização direta	SMIC
				Regularização dos hortomercados como equipamentos públicos de abastecimento concedidos à exploração privada	SMIC
				Fortalecimento das feiras de produtos da época como instrumento de popularização do consumo e escoamento da produção	SMIC
				Estudos para implementação de projeto de abastecimento de vestuário	SMIC
				Estudos para implementação de restaurante popular	SMIC
				Implantação do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor	SMIC/SMS/PGM

Quadro 26 – Estratégia de Promoção Econômica – II. Programa de Qualificação da Cidadania

PDDUA – Estratégia de Promoção Econômica – II. Programa de Qualificação da Cidadania				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Promoção Econômica	II. Programa de Qualificação da Cidadania	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Incluir incentivo para a criação de centros de distribuição de cargas de abrangência local [definição de critérios para implantação no plano setorial de Cargas]. Políticas de distribuição de cargas/mercadorias, relacionadas aos polos econômicos a serem incentivados [descentralização, etc.]. Não incentivar habitação no entorno de porto seco e aeroporto.	CIP/DMU/SMMU
			SMMU/EPTC – verificar questão do comércio em áreas tradicionais [carga/descarga, horários, etc.] – relacionar com o Plano de Transp. Cargas [incluído no PMU].	
			InovaPoa	SMF
			Incentivo 4D economia criativa	SMF
			Programa de compliance	SMF
			Isenção CEF e FAR/ Programas Habitacionais, cooperativas, bônus moradia	SMF
			Isenção Pólo do Centro Histórico	SMF
Programa Creative - ISSQN	SMF			



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996		Secr./órgãos envolvidos			
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	Programa de Qualificação da Cidadania	Subprograma Qualificação Empresarial para o Meio Amb.	Avaliação dos tipos de conflitos ambientais causados pelas empresas em relação a sua sustentabilidade econômica	SMIC/SMAM
			Classificação das empresas segundo o cumprimento aos requisitos ambientais	SMIC/SMAM	
			Elaboração de um projeto de assessoramentos e capacitação empresarial	SMIC/SMAM	
		Subprograma Produção e Democratização do Conhecimento Tecnológico e Gerencial	Avaliação da oferta atual da capacitação em tecnologia e gerenciamento segundo níveis empresariais	SMIC/CONSELHO TECNÓPOLE	
		Pesquisa sobre as potencialidades e dificuldades das pequenas e médias empresas em administração, comercialização, desenvolvimento do produto, produção e financiamento	SMIC/SEBRAE/UNIVERSIDADE		
		Consolidação e desenvolvimento de projetos, tais como: "Incubadora Empresarial e Tecnológica", "Santo de Casa", "Incubadora Industrial", etc.	SMIC/UNIVERSIDADE		
	Subprograma Ocupação, Renda e Consumo para os excluídos	"Frentes de trabalho e cidadania"	DMAE/SMOV/DEM HAB/SMIC		
		Ações coletivas	SMIC		
		Reciclagem do "lixo seco"	SMIC/DMLU		
		Reciclagem do "lixo orgânico"	SMIC/DMLU		

Quadro 27 – Estratégia de Promoção Econômica – III. Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8

PDDUA – Estratégia de Promoção Econômica – III. Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Promoção Econômica	III. Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA
			Secr./órgãos envolvidos
			Corredor de produção e questões de logística
			Lei orgânicos
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	-	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996
			Secr./órgãos envolvidos
			Não consta
			-

Quadro 28 – Estratégia de Promoção Econômica – IV. Programa de Incentivos a Investimentos

PDDUA – Estratégia de Promoção Econômica – IV. Programa de Incentivos a Investimentos				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Promoção Econômica	IV. Programa de Incentivos a Investimentos	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Terrários Urbanos	DPPS/SMAMUS
Operação Urbana Consorciada da Avenida Ipiranga	DPPS/SMAMUS			
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	.	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Não consta	-

Quadro 29 – Estratégia de Promoção Econômica – V. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no Centro Histórico

PDDUA – Estratégia de Promoção Econômica – V. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no Centro Histórico				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Promoção Econômica	V. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no CH	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Questões de logística local (carga e descarga, última milha)	CIP/DMU/SMMU
Proposta de criação de clusters (identificação visual, dentro do projeto do Banco Mundial)	SMPAE/SMDDET			
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica		Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Não consta	-

Quadro 30 – Estratégia de Promoção Econômica – VI. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no Centro Histórico, durante o turno da noite

PDDUA – Estratégia de Promoção Econômica – VI. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no Centro Histórico, durante o turno da noite				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Promoção Econômica	VI. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no CH durante o turno da noite	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Questões de logística local	CIP/DMU/SMMU
			Programa Centro +/- Pólo do Centro Histórico	SMPAE/SMDDET
			Proposta de abertura das vitrines a noite (mais vitalidade)	SMPAE/SMDDET
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	.	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Não consta	-

f. Estratégia de Produção da Cidade

Conforme o PDDUA, a Estratégia de Produção da Cidade tem como **objetivo** a capacitação do Município para a promoção do seu desenvolvimento através de um conjunto de ações políticas e instrumentos de gerenciamento do solo urbano, que envolvem a diversidade dos agentes produtores da cidade e incorporam as oportunidades empresariais aos interesses do desenvolvimento urbano como um todo.

Sua efetivação ocorreria através da promoção, por parte do Município, de oportunidades empresariais para o desenvolvimento urbano, do estímulo e gerenciamento de propostas negociadas, com vistas à consolidação do desenvolvimento urbano, da implementação de uma política habitacional para as populações de baixa e média renda, com incentivo à produção de habitação, e da implementação de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o Município para a produção pública de Habitação de Interesse Social.

Ocorreria também através da promoção da retomada da função habitacional do Centro Histórico, visando ao atendimento da demanda de interesse social, assim como da implementação de políticas de incentivo ao desenvolvimento harmônico, tendo em vista a equidade de ocupação e uso da infraestrutura urbana disponível, da localização e indicação das Áreas Urbanas de Ocupação Prioritária (AUOPs) e da criação de um programa em parceria com o Estado do Rio Grande do Sul e a União para a utilização conjunta das áreas da Brigada Militar e do Exército, para a implantação de equipamentos públicos, especialmente em segurança pública, infraestrutura urbana, lazer, cultura e saúde comunitária.

Para isto, a Estratégia é constituída por cinco Programas, resumidos na sequência.

O **Programa de Projetos Especiais** busca promover intervenções que, pela multiplicidade de agentes envolvidos no seu processo de produção, ou por suas especificidades ou localização, necessitam critérios especiais e passam por acordos programáticos estabelecidos com o Poder Público, tendo como referência os padrões do Plano Regulador.

A implementação de **Programas de Habitação de Interesse Social** visa, através de ações, projetos e procedimentos administrativos, incidir no processo de ocupação informal do solo urbano por meio da regulamentação, da manutenção conforme cadastro e da produção de empreendimentos de HIS, viabilizando o acesso dos setores sociais de baixa renda ao solo urbanizado, legalizado e adequadamente localizado.

O **Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano** busca gerenciar os instrumentos de planejamento, monitorando o desenvolvimento urbano, potencializar a aplicação dos instrumentos captadores e redistributivos da renda urbana e sistematizar procedimentos para a elaboração de projetos que viabilizem a captação de recursos.

O **Programa de Incentivos à Habitação para baixa e média renda** busca a criação de procedimentos simplificados no exame e aprovação de projetos direcionados à população de baixa e média renda através de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada e da adoção de incentivos fiscais, financiamentos especiais e oferta de Solo Criado, dentre outros instrumentos.

Por fim, o **Programa de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do Centro Histórico** visa estabelecer procedimentos alternativos para a adequação das edificações do Centro Histórico às atuais exigências de habitabilidade, objetivando o atendimento da demanda de Habitação de Interesse Social.

Quadro 31 – Estratégia de Produção de Cidade – I. Programa de Projetos Especiais

PDDUA – Estratégia de Produção de Cidade – I. Programa de Projetos Especiais				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Produção de Cidade	I. Programa de Projetos Especiais/Operações Concertadas	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Sugestão: padrões viários específicos para regularização fundiária	CIP/DMU/SMMU



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Produção de Cidade	Programa de Operações Concertadas	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Identificação e elaboração dos projetos especiais de interesse do município para o desenvolvimento de ações prioritárias	SPM
			Implementação dos mecanismos e rotinas para a avaliação dos Projetos Especiais na área intensiva e extensiva	SPM/SMIC/SMAM/SMT
			Detalhamento dos mecanismos e rotinas para a avaliação dos Projetos Especiais na área intensiva e extensiva	SPM/SECAR
			Detalhamento dos instrumentos para viabilizar Operações Concertadas	SPM/SMIC/SMAM/SMT
			Implementação do Sistema de Avaliação do Impacto	SPM/SMIC/SMAM/SMT
			Desenvolvimento de Projetos Especiais de Realização Necessária (prioridades, programa de atividades, entidades responsáveis, recursos correspondentes)	SPM/SMIC/SMAM/SMT
			Desenvolvimento de Projetos Especiais nas áreas urbanas de ocupação intensiva e extensiva	SPM/SMIC/SMAM/SMT

Quadro 32 – Estratégia de Produção de Cidade – II. Implementação de Programas de Habitação de Interesse Social

PDDUA – Estratégia de Produção de Cidade – II. Implementação de Programas de Habitação de Interesse Social				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Produção de Cidade	II. Implementação de Programas de Habitação de Interesse Social	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Plano Municipal de Habitação, realizado entre 2007 e 2009 e a necessidade da aprovação do mesmo como Lei, pois é apenas utilizado como recomendações (buscam revisão e adequação às políticas nacionais, tecnologias)	DEM HAB
			Lei 13465/2017 - Legitimação Fundiária	DEM HAB
			Política pública Aluguel Social, moradia temporária, transitória, emergencial	DEM HAB
			Bônus-Moradia, como instrumento utilizado para o reassentamento	DEM HAB
			Existências de programas para atender a produção habitacional (Ex. Protótipos - Cond. Dona Zaida, Cond. Banco da Província, Cond. Jacuí). O Programa Pró-Moradia (Cristal), Programa Avançar (Restinga), Programa Parceria Instituto Vivenda - de melhorias habitacionais (Restinga, Lomba e Bom Jesus). Recebem recursos dos fundos e de emendas impositivas. Fonte de captação do BRICS, voltados à habitação de interesse social, com propostas mais sustentáveis.	DEM HAB
			Programa Casa Melhor Idosos, com a implementação da 1ª habitação para idosos, atendendo às questões de acessibilidade e saúde	DEM HAB
			Eficiência energética nas habitações é uma ferramenta importante para a sustentabilidade (uso de placas fotovoltaicas)	DEM HAB



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996		Secr./órgãos envolvidos		
		Regulação progressiva dos assentamentos existentes:		
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Produção de Cidade	Programa de Habitação de Interesse Social	Instituição de AEIS para os núcleos em regularização	SPM/DEM HAB/ GAPLAN/CRC/ PGM/ SMAM/ COMATHAB
			Formação de grupo intersecretarias para o gerenciamento das AEIS	SPM/DEM HAB/ GAPLAN/CRC/ PGM/SMAM/ COMATHAB
			Regulamentação dos procedimentos das AEIS	SPM/DEM HAB/ GAPLAN/CRC/ PGM/SMAM/ COMATHAB
			Capacitação para a produção pública para atendimento na Demanda Habitacional Prioritária:	
			Identificação de áreas potenciais para a Habitação de Interesse Social e da viabilidade instituição anual de AEIS III	SPM/DEM HAB/ COMATHAB
			Elaboração anual do plano de aplicação dos recursos do FMD	SPM/DEM HAB/ COMATHAB
			Incorporação e regulação do potencial da produção informal (habitação):	
			Elaboração e detalhamento dos procedimentos e regulamentação do "Urbanizador Social"	SPM/DEM HAB/ COMATHAB
			Definição de mecanismos para a ampliação da produção da Habitação de Interesse Social pelo mercado formal:	
Elaboração e detalhamento de objetivos, critérios e procedimentos para potencializar e articular a aplicação dos instrumentos AUOPs e AEIS III	SPM/DEM HAB/ COMATHAB			

Quadro 33 – Estratégia de Produção de Cidade – III. Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano

PDDUA – Estratégia de Produção de Cidade – III. Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Produção de Cidade	III. Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenv. Urbano	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			CDRI	DEL/SMAMUS
			Alienação de índices - FUNPROMOB	SMF
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Produção de Cidade	Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano e de Captação de Recursos	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Projeto de gerenciamento das transferências de índices de aproveitamento:	
			Elaboração do detalhamento dos objetivos, critérios de aplicação e formas de regulamentação do instrumento	SPM/PGM
			Definição anual dos espaços potenciais de utilização do instrumento	SPM
			Avaliação dos impactos da implementação do instrumento nos diversos setores urbanos	SPM
			Projeto de gerenciamento do Solo Criado:	
			Estruturação de setor administrativo que dê suporte ao desenvolvimento do projeto	SPM
			Monitoramento das operações de Solo Criado com emissão de relatórios de avaliação dos resultados urbanísticos, financeiros e sociais de sua aplicação	SPM
			Publicação e divulgação anual à sociedade dos resultados das alienações do Solo Criado e do plano de aplicação de recursos	SPM
			Elaboração anual do plano de aplicação dos recursos do FMD	SPM/SMF/DEMHAB / CMPDDUA/ COMATHAB/O.P.
			Identificação dos demais instrumentos em implementação e avaliação dos fluxos e potenciais	SPM/SMF/ DEMHAB
			Identificação de instrumentos não implementados e avaliação das potencialidades	SPM/SMF
			Criação de grupo técnico operativo que elabore estudos referenciais para os projetos prioritários para o desenvolvimento urbano	SPM/SMIC/ GAPLAN/SECAR

Quadro 34 – Estratégia de Produção de Cidade – IV. Programa de Incentivos à Habitação para baixa e média renda

PDDUA – Estratégia de Produção de Cidade – IV. Programa de Incentivos à Habitação para baixa e média renda				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Produção de Cidade	IV. Programa de Incentivos à Habitação para baixa e média renda	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Não houve ações ou obras correlacionadas a este Programa	-
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Produção de Cidade	-	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Não consta	-

Quadro 35 – Estratégia de Produção de Cidade – V. Programa de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do Centro Histórico

PDDUA – Estratégia de Produção de Cidade – V. Programa de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do Centro Histórico			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Produção de Cidade	V. Programa de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do CH	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA
			Secr./órgãos envolvidos
			Não houve ações ou obras correlacionadas a este Programa
			-
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Produção de Cidade	-	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996
			Secr./órgãos envolvidos
			Não consta
			-

g. Estratégia do Sistema de Planejamento

Conforme o PDDUA, a Estratégia do Sistema de Planejamento tem como **objetivo** um processo de planejamento dinâmico e contínuo, que articule as políticas da administração municipal com os diversos interesses da sociedade, promovendo instrumentos para o monitoramento do desenvolvimento urbano.

Sua efetivação ocorreria através da rearticulação da estrutura administrativa e do estabelecimento de canais de participação, como os Conselhos Municipais, Entidades Profissionais, Sindicais e Empresariais, funcionalmente vinculadas ao desenvolvimento urbano da cidade, as Associações de Moradores e as Regiões de Gestão do Planejamento, assim como através dos Planos de Ação Regional, dos instrumentos básicos do PDDUA, do Sistema de Informações, do Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano, da definição de ações e políticas de desenvolvimento urbano globais e setoriais, programas, projetos especiais e demais instrumentos de gestão.

Para isto, a Estratégia é constituída por cinco programas, resumidos na sequência.

O **Programa de Gerenciamento de Políticas** visa articular as diversas políticas que definem as diretrizes do desenvolvimento urbano, garantindo maior racionalidade na produção sustentável da cidade.

O **Programa de Regionalização e Participação da Comunidade** busca a concretização de canais de participação, assegurando às Regiões de Gestão do Planejamento o espaço de deliberação sobre políticas de desenvolvimento regional.

O **Programa de Sistema de Informações** visa disponibilizar informações para a gestão do desenvolvimento urbano, articulando produtores e usuários e estabelecendo critérios que garantam a qualidade das informações produzidas.

O **Programa de Comunicação e Educação Ambiental** objetiva dar suporte de comunicação e divulgação sobre as principais ideias e conteúdos do desenvolvimento urbano ambiental, com caráter educativo, buscando uma adequada compreensão do tema e incentivando a cultura participativa no planejamento urbano.

E, por fim, o **Programa de Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano** visa descrever os elementos que propiciam avaliar a qualidade de vida urbana, bem como a aplicação das disposições do PDDUA.

Quadro 36 – Estratégia do Sistema de Planejamento – I. Programa de Gerenciamento de Políticas

PDDUA – Estratégia do Sistema de Planejamento – I. Programa de Gerenciamento de Políticas				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia do Sistema de Planejamento	I. Programa de Gerenciamento de Políticas	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Coordenação de Políticas Públicas	SMPAE
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia do Sistema de Planejamento	Programa de Gerenciamento de Políticas	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Criação de grupos técnicos operativos	SPM/SMA
			Criação de grupos técnicos interdisciplinares	SPM/SMA
			Identificação e compatibilização dos projetos e programas que representem ações setoriais	SPM
			Implementação de metodologias de gerenciamento horizontal, que envolvam os técnicos dos órgãos municipais na elaboração e execução dos projetos prioritários	SPM/SMA
			Identificação dos principais conflitos da estrutura administrativa que dificultam a articulação entre os órgãos municipais	SPM
			Reforma administrativa e/ ou reestruturação básica dos organismos administrativos	SPM/SMA
			Articulação entre os conselhos municipais setoriais	PMPA

Quadro 37 – Estratégia do Sistema de Planejamento – II. Programa de Regionalização e Participação da Comunidade

PDDUA – Estratégia do Sistema de Planejamento – II. Programa de Regionalização e Participação da Comunidade				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia do Sistema de Planejamento	II. Programa de Regionalização e Participação da Comunidade	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			ObservaPOA	SMPAE
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia do Sistema de Planejamento	Programa de Regionalização e Participação da Comunidade	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Instalação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental	SPM/SGM/CRC
			Estudo e avaliação dos Conselhos Municipais	SPM/SGM/CRC
			Estabelecimento de canais diretos com demais conselhos municipais e o Orçamento Participativo	SPM/SGM/CRC
			Implementação de Planos de Ação Regional:	
			Definição de metodologia e plano de trabalho	SPM
			Detalhamento da regulamentação e legislação pertinente	SPM/PGM/SMAM/SMIC/SMT

Quadro 38 – Estratégia do Sistema de Planejamento – III. Programa de Sistema de Informações

PDDUA – Estratégia do Sistema de Planejamento – III. Programa de Sistema de Informações				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia do Sistema de Planejamento	III. Programa de Sistema de Informações	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Observatório de Mobilidade poderia integrar este sistema (https://eptctransparente.com.br/observamobilidade)	CIP/DMU/SMMU
			Sistema de Monitoramento do Plano de Mobilidade Urbana, a ser regulamentado	CIP/DMU/SMMU
			Observatório de Logística	CIP/DMU/SMMU
			Índice mínimo de 12m ² de AV/hab	CPOAV/DAV/SMAMUS
			De acordo com o Plano Diretor de Arborização Urbana é necessário atingir uma meta de cobertura de copa, mas ainda se está na fase de inventário da vegetação existente.	CAU/DAV/SMAMUS
			Power BI - informações do licenciamento urbanístico	DEL/SMAMUS
			ObservaPOA	SMPAE
			Diretoria de Monitoramento	SMPAE
			Sistema de Licenciamento	PROCEMPA
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia do Sistema de Planejamento	Programa Sistema de Informações	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Definição dos dados prioritários para caracterizar a cidade real	SPM
			Modelagem do Banco de Dados, a partir dos dados priorizados	SPM
			Treinamento e capacitação profissional	SMA/PROCEMPA/CONSULTORIAS
			Definição de uma base espacial compatível com as diversas necessidades do planejamento	

Quadro 39 – Estratégia do Sistema de Planejamento – IV. Programa de Comunicação e Educação Ambiental

PDDUA – Estratégia do Sistema de Planejamento – IV. Programa de Comunicação e Educação Ambiental				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia do Sistema de Planejamento	IV. Programa de Comunicação e Educação Ambiental	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Educação ambiental SMAMUS	DAV/SMAMUS
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia do Sistema de Planejamento	Programa de Comunicação e Educação Ambiental	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Adaptação da linguagem técnica a uma linguagem de comunicação para leigos	SPM/CCS/CRC
			Elaboração de material de comunicação (folders, livretos, programação audio-visual, e outros)	SPM/CCS/CRC
			Desenvolvimento de um programa de divulgação aos setores administrativos de diversos níveis, das principais ideias e conteúdos do 2º PDDUA	SPM/CCS
			Organização de eventos que propiciem a participação (nível global e regional)	SPM/CCS/CRC/SMC
			Criação de um programa de educação ambiental	SPM/CCS/CRC/SMED/SMC/SMAM

Quadro 40 – Estratégia do Sistema de Planejamento – V. Programa de Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano

PDDUA – Estratégia do Sistema de Planejamento – V. Programa de Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia do Sistema de Planejamento	V. programa de Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA
			Secr./órgãos envolvidos
			<p>Iniciativas de desenvolvimento do sistema:</p> <ul style="list-style-type: none"> * 2009/2012 - SPM: SDU (Arq. Andrea Oberrather), SADUR (Eng. Agr. Inêz Maria de Barros Pavlick; Arq. Gládis Weissheimer e Arq. Tulio Calliari); * 2012/2014 - SMURB: CEU (Arq. Gládis Weissheimer); * 2014/2015 - SMURB: SPU (Arq. Rodrigo Linn), CPM (Eng. Mara Rejane Rivatto), UADUR (Arq. Guilherme Castanheira e Arq. Gládis Weissheimer); * 2015/2017 - SMURB: SPU (Eng. Elaine Vianna Hoher), CGM (Eng. Mara Rejane Rivatto), UMDU (Arq. Guilherme Castanheira e Arq. Gládis Weissheimer).
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia do Sistema de Planejamento	Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996
			Secr./órgãos envolvidos
			Não consta

III. GT-TO: Eixos Temáticos

Conforme descrito na página 22 do **Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores** (GERPD) do Ministério do Desenvolvimento Regional, documento adotado como referência na estruturação da atual Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, **temas** são *“assuntos relevantes para o desenvolvimento urbano local, frequentemente associados às políticas setoriais ou a questões de gestão do território identificadas pelo próprio município”*.

Na metodologia de trabalho da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, portanto, a **identificação de temas e problemáticas a serem priorizados pelo Município** integra a etapa (ii) da Leitura da Cidade, realizada após a etapa (i) Preparatória e na sequência da qual será possível passar à Etapa (iii) da Sistematização e das Propostas, com a definição das estratégias e instrumentos mais adequados para cada problemática identificada.

Nesse sentido, os Eixos Temáticos da Revisão do Plano Diretor trabalhados pelo GT-TO são resultado de discussões internas e da participação da sociedade no processo de Revisão do Plano, o qual envolveu a compatibilização das atuais Estratégias do PDDUA, dos Temas elencados pela sociedade e debatidos no CMDUA¹² no início do processo de Revisão do Plano e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O PDDUA, conforme caracterizado na seção anterior deste documento, conta atualmente com **7 Estratégias**. São elas as Estratégias (I) Da Estruturação Urbana, (II) Da Mobilidade Urbana, (III) Do Uso do Solo Privado, (IV) Da Qualificação Ambiental, (V) Da Promoção Econômica, (VI) Da Produção da Cidade e (VII) Do Sistema de Planejamento.

Já os **12 temas prioritários** do Plano Diretor, identificados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA) em 2017 com base nas informações coletadas no 1º Seminário Preparatório para a Revisão do Plano Diretor (2016), são:

1. Uso do solo, estrutura e paisagem urbana e ambiental;
2. Desempenho e Habilidade das Edificações;
3. Patrimônio Histórico e Cultural;

¹² 12 (doze) Temas definidos a partir de informações coletadas no Seminário Preparatório da Revisão do Plano Diretor realizado no Cine Capitólio, em 07/12/2016, em Porto Alegre, e do Workshop com o CMDUA realizado em 04/10/2017.

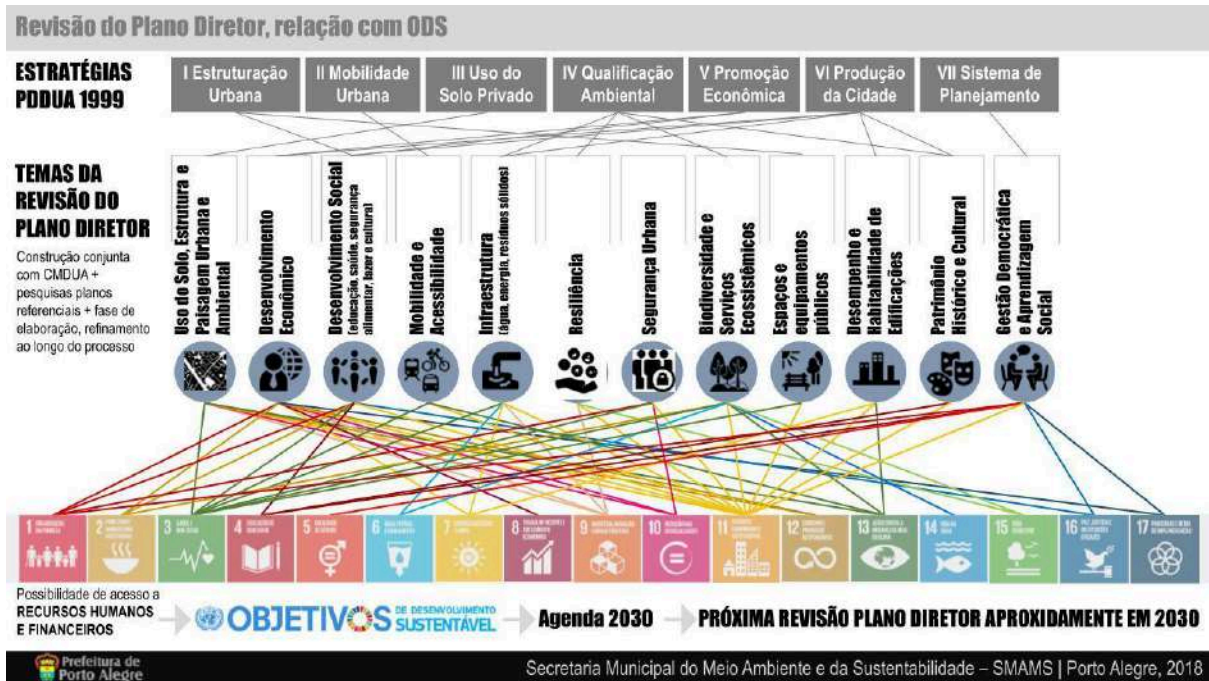
<https://prefeitura.poa.br/planodiretor/linha-do-tempo/definicao-dos-12-temas-prioritarios>

-
4. Desenvolvimento Econômico;
 5. Segurança Urbana;
 6. Espaços e Equipamentos Públicos;
 7. Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos;
 8. Resiliência;
 9. Infraestrutura;
 10. Mobilidade e Acessibilidade;
 11. Gestão Democrática e Aprendizado Social;
 12. Desenvolvimento Social.

Os **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável** (ODS), por sua vez, integram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, política global adotada pelos países membros das Nações Unidas a partir de 2015, e somam 17 metas. São elas: ODS 1 - Erradicação da pobreza, ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável, ODS 3 - Saúde e bem-estar, ODS 4 - Educação de qualidade, ODS 5 - Igualdade de gênero, ODS 6 - Água potável e saneamento, ODS 7 - Energia limpa e acessível, ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico, ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura, ODS 10 - Redução das desigualdades, ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, ODS 12 - Consumo e produção responsáveis, ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima, ODS 14 - Vida na Água, ODS 15 - Vida terrestre, ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes e ODS 17 - Parcerias e meios de implementação.

Tendo por base estas referências para a Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, buscou-se compatibilizá-las como meio de guiar a definição de Eixos Temáticos de debate sobre desenvolvimento urbano local.

Figura 3 – Correlação temas CMDUA e ODS



Fonte: SMAMS, 2018.

Quadro 41 – Correlação temas CMDUA e Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores

TEMAS CMDUA	TEMAS GUIA				
1. Uso do solo, estrutura e paisagem urbana e ambiental	T7 Uso e ocupação do solo	T2 Expansão urbana	T5 Qualidade urbana e ambiental	T13 Desenvolvimento rural sustentável	T17 Financiamento do desenvolvimento urbano
2. Desempenho e Habitabilidade das Edificações	T1 Habitação	T2 Expansão urbana	T3 Dinâmica imobiliária	T9 Grandes projetos de impacto	
3. Patrimônio Histórico e Cultural	T6 Patrimônio cultural	T15 Turismo			
4. Desenvolvimento Econômico	T8 Desenvolvimento econômico	T3 Dinâmica imobiliária	T9 Grandes projetos de impacto	T15 Turismo	
5. Segurança Urbana	T4 Segurança	T16 Áreas de risco à vida			
6. Espaços e Equipamentos Públicos	T14 Equipamentos públicos	T2 Expansão urbana	T5 Qualidade urbana e ambiental	T7 Uso e ocupação do solo	
7. Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos	T10 Meio ambiente	T11 Saneamento ambiental	T13 Desenvolvimento rural sustentável		
8. Resiliência	T5 Qualidade urbana e ambiental	T16 Áreas de risco à vida	T10 Meio ambiente		
9. Infraestrutura	T2 Expansão urbana	T7 Uso e ocupação do solo	T9 Grandes projetos de impacto		
10. Mobilidade e Acessibilidade	T12 Mobilidade e transporte	T2 Expansão urbana	T9 Grandes projetos de impacto		
11. Gestão Democrática e Aprendizagem Social	T18 Gestão democrática e participação popular	T17 Financiamento do desenvolvimento urbano			
12. Desenvolvimento Social	T1 Habitação	T11 Saneamento ambiental			

Fonte: elaboração DPU.

Quadro 42 – Correlação temas CMDUA, estratégias PDDUA e ODS

TEMAS CMDUA	ESTRATÉGIAS PDDUA		ODS													ODS		
1. Uso do solo, estrutura e paisagem urbana e ambiental	III. Uso do Solo Privado		3	9	10	11	12	13										1. Erradicar a pobreza
2. Desempenho e Habitabilidade das Edificações	VI. Produção da Cidade		7	11	13	1	3	10										2. Fome zero e agricultura sustentável
3. Patrimônio Histórico e Cultural	IV. Qualificação Ambiental	VI. Produção da Cidade	4	11	8													3. Saúde e bem-estar
4. Desenvolvimento Econômico	V. Promoção Econômica		1	2	7	8	9	10	11	12	16	17						4. Educação de qualidade
5. Segurança Urbana			1	3	10	11	5	8	16									5. Igualdade de gênero
6. Espaços e Equipamentos Públicos	I. Estruturação Urbana		3	11	10													6. Água potável e saneamento
7. Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos	IV. Qualificação Ambiental		2	3	6	11	13	14	15	12								7. Energia acessível e limpa
8. Resiliência	IV. Qualificação Ambiental		9	11	15	16	17											8. Trabalho decente e Crescimento econômico
9. Infraestrutura	IV. Qualificação Ambiental	VI. Produção da Cidade	3	6	7	9	11											9. Indústria, Inovação e Infraestrutura
10. Mobilidade e Acessibilidade	II. Mobilidade Urbana		3	11	13													10. Redução das desigualdades
11. Gestão Democrática e Aprendizado Social	VII. Sistema de Planejamento		1	4	5	11	16	17	10									11. Cidades e Comunidades Sustentáveis
12. Desenvolvimento Social	I. Estruturação Urbana	VI. Produção da Cidade	1	2	3	4	11	5	8	10	16							12. Consumo e Produção Responsáveis
																		13. Ação contra a mudança global do clima
																		14. Vida na água
																		15. Vida terrestre
																		16. Paz, Justiça e Instituições eficazes
																		17. Parcerias e Meios de Implementação

Fonte: elaboração DPU.

Para consolidação dos Eixos Temáticos na esfera da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, durante 2022, foram realizadas atividades que envolveram a participação da sociedade em oficinas e exposições interativas, reuniões da Coordenação Técnica (CT) da Revisão do Plano Diretor, o trabalho do Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO) para a Revisão do PDDUA, bem como da consultoria contratada para dar subsídios à revisão do Plano Diretor - Ernst & Young (EY) e parceiros.

Em 29/08/2022, a Coordenação Técnica (CT) da revisão do PDDUA realizou uma dinâmica interna que resultou na proposição de 6 Eixos Temáticos, que posteriormente foram apresentados e validados pelo GT-TO na 9ª reunião do grupo, realizada em 02/09/2022.

Figura 4 – Dinâmica CT



Fonte: elaboração DPU.

Os temas e subtemas elencados aparecem na figura a seguir:

Quadro 43 – Temas e subtemas

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL	AMBIENTE NATURAL	MOBILIDADE E TRANSPORTE	DESEMPENHO, ESTRUTURA E INFRAESTRUTURA URBANA	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	GESTÃO DA CIDADE
Inclusão Social Lazer Educação Saúde Emprego Moradia Praças para Todos Segurança Cultura Identidade e Patrimônio Histórico Cultural População em Situação de Rua Comunidades Autóctones Perspectiva de Gênero Resíduos Acessibilidade a todos Segurança Alimentar Agricultura Habitação de Interesse Social Regularização Fundiária	Áreas Ambientais Áreas Verdes Corredores Ecológicos Meio Ambiente Sustentabilidade Áreas de Risco Poluição do Ar Serviços Ecosistêmicos	Mobilidade Calçadas Ciclovias Mobilidade Ativa Trânsito Transporte Transporte Coletivo Aplicativos Logística	Desempenho das Edificações: Conforto, Iluminação, Ventilação, Sol Densidade Calçadas Parcelamento do Solo Regulador Espaço Público Uso do Solo Uso do Recuo de Jardim Forma dos Prédios Saneamento Básico Abastecimento de Água Manutenção e Conservação das Vias Públicas Infraestrutura Urbana Redes de Fibras Ótica Gestão de Resíduos	Zona Rural Indústria Turismo Cultura Economia Habitação Tecnologia Dinâmica Imobiliária Emprego e Renda Agricultura Familiar Economia Criativa, Solidária, Inovação Ecoturismo Atividades Econômicas	Políticas Públicas Participação no Processo de Planejamento Especulação Imobiliária Contrapartidas Planos de Bairro Funcionamento da Prefeitura Mudar Rgtps Financiamento da Cidade Estudo de Impacto de Vizinhança

Fonte: elaboração DPU.

Com a intenção de promover a integração entre os membros do GT-TO e alinhamento acerca dos temas a serem discutidos, foi proposta uma dinâmica de grupo com base na metodologia de *design thinking*. Para os trabalhos, os participantes foram divididos em um grupo para cada Eixo Temático, levando em consideração a área de atuação de cada

um e, como objetivo final da discussão, foi solicitado que cada grupo organizasse uma oficina temática levando em consideração os seguintes aspectos:

- definir temas a serem abordados;
- definir data e local para o evento;
- listar *stakeholders* envolvidos;
- definir divulgação;
- definir metodologia a ser utilizada nos eventos;
- listar participantes e palestrantes;
- identificar os insumos necessários.

Os resultados das discussões foram apresentados pelos grupos e estão detalhados por Eixo Temático. Após este trabalho, foi realizada uma apresentação por Eixo, correlacionando as Estratégias do PDDUA com os temas do GERPD e os Conflitos e Potencialidades Projetuais elencados no IC/96, anexos a este documento.

a. Eixo Temático: Desenvolvimento Social e Cultural

Na dinâmica sobre a oficina temática, o grupo chegou nos seguintes pontos: temas a serem abordados: os mesmos temas listados ao lado, exceto "Identidade e Patrimônio Histórico Cultural". Com relação ao tema "Identidade e Patrimônio Cultural", houve manifestação de que o tema deveria ser abordado em outro eixo, pois não foi identificada uma relação deste com o desenvolvimento social. O resultado quanto ao objetivo de organizar oficina temática resultou nas contribuições do quadro a seguir.

Quadro 44– Resultado dinâmica Eixo Temático: Desenvolvimento Social e Cultural

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
A data não foi definida. Local: Largo Zumbi dos Palmares, RGPs - evento descentralizado - praças, largos ou parques.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ministério Público 2. CEA - Vila Pinto 3. Estação Cidadania da Restinga 4. Conexão Jovem PoA 5. SMDS 6. SMELJ 7. SMHARF 	Meios de comunicação da PMPA, Instagram, transmissão em tempo real pelo Youtube	Feira multiatividades: <ul style="list-style-type: none"> - exposição e venda de produtores locais; - palestras sobre reg. fundiária, ressocialização, ed. ambiental, reciclagem de resíduos sólidos; - dinâmica para desenvolver um projeto de regularização fundiária; - dinâmica para explicar de forma didática o que é o Plano Diretor; - cabine do planejamento: tipo cabine de foto instantânea. A pessoa entra na cabine e responde a pergunta: "Como tu gostarias de ver a cidade de Porto Alegre em 2030?" para uma câmera e as respostas são compiladas na produção de um vídeo. - atividades interativas: grafite, dança, capoeira; - Podcast sobre as questões do Plano Diretor. 	população em geral	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ministério Público; 2. Simone Somensi; 3. Entidades que trabalham com ressocialização de infratores; 4. Entidades/pessoas que trabalham com comunidades abordando a requalificação de áreas ocupadas desordenadamente a partir do resgate social dos moradores; 	Equipamento multimídia, filmadora, cabine fechada, bancas para feira, mapas, papel, canetas coloridas.

A partir da análise do GERPD, identificamos os seguintes temas relacionados com o Eixo Temático Desenvolvimento Social e Cultural: habitação (T1), segurança (T4), patrimônio cultural (T6), equipamentos públicos (T14), gestão democrática e participação popular

(T18). Cada tema do Guia elenca problemáticas (P) e estratégias (E) de enfrentamento, sendo que as identificadas em conformidade com o eixo estão detalhadas a seguir:

- T1 - Habitação

P01 - O município possui assentamentos precários irregulares sem infraestrutura básica (favelas, loteamentos, conjuntos habitacionais):

E01 - Avaliar os assentamentos precários existentes e qualificá-los, priorizando a intervenção em assentamentos para urbanização ou em situações de risco à vida;

E02 - Promover a regularização e/ou a urbanização de áreas ambientais ou de transição urbano-rural ocupadas de forma sustentável.

P02 - O município apresenta população de baixa renda ou povos e comunidades tradicionais, cuja permanência em seus bairros ou territórios está sob ameaça de remoção ou substituição:

E03 - Corrigir parâmetros vigentes de uso e de ocupação do solo de forma a garantir a permanência do uso e ocupação real do solo de forma segura e sustentável;

E04 - Garantir a segurança na posse, de modo a permitir a permanência da população de baixa renda e/ou de povos e comunidades tradicionais.

P03 - O município apresenta déficit habitacional, sobretudo para a população de baixa renda:

E05 - Reservar terra para produção de Habitação de Interesse Social (HIS);

E06 - Garantir a permanência da população de baixa renda e melhorar as condições habitacionais em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura;

E07 - Garantir parâmetros urbanísticos compatíveis com as tipologias e demanda existente e produzida no território;

E17 - Constituir banco de terras públicas.

P04 - O município apresenta população de baixa renda vivendo em áreas de risco:

E08 - Controlar o avanço da ocupação urbana e planejar frentes de expansão considerando as condições de risco existentes;

E09 - Garantir ocupação urbana adequada em situações de risco e reserva de terras com infraestrutura para reassentamento;

P05 - O município apresenta concentração de moradias precárias em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura (como cortiços e ocupações):

E03 - Corrigir parâmetros vigentes de uso e de ocupação do solo de forma a garantir a permanência do uso e ocupação real do solo de forma segura e sustentável;

E05 - Reservar terra para produção de Habitação de Interesse Social (HIS);

E06 - Garantir a permanência da população de baixa renda e melhorar as condições habitacionais em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura;

E10 - Direcionar a produção imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano.

- T4 - Segurança

P13 - O município possui áreas públicas (ruas, calçadas, áreas verdes) ou regiões com alta concentração de ocorrências relacionadas à segurança pública:

E22 - Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E23 - Melhorar a qualidade do sistema de microacessibilidade, como calçadas, arborização, iluminação, viário e mobilidade ativa, entre outros;

E24 - Prever melhor localização do equipamento, adequando o uso do solo e articulando a escolha da localização à dinâmica de mobilidade, de adensamento e de desenvolvimento urbano prevista;

E25 - Articular as áreas verdes públicas, garantindo o fortalecimento das áreas ambientais do município.

P14 - O município possui áreas vazias ou degradadas, pontos viciados de lixo e/ou descarte irregular:

E16 - Promover a ocupação de vazios urbanos de forma articulada ao desenvolvimento urbano;

E26 - Promover a transformação e/ou ocupação de áreas urbanas

degradadas e/ou subutilizadas.

- T6 - Patrimônio cultural

P18 - O município deve reconhecer ou possibilitar a preservação de bens imóveis ou áreas de relevância histórica, cultural, natural e paisagística:

E20 – Preservar imóveis, usos ou conjuntos urbanos de interesse cultural ou histórico;

E33 – Integrar as normas para facilitar os processos de aprovação e fiscalização relacionados aos bens de interesse de preservação;

E34 – Garantir a presença de usos compatíveis com a preservação e a dinamização das áreas históricas;

E35 - Garantir a preservação e permanência de territórios tradicionais e culturais, bem como dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais;

E36 - Garantir a preservação do patrimônio natural ou paisagístico.

P19 - O município apresenta necessidade de dinamização urbana e/ou econômica de áreas centrais ou históricas:

E06 – Garantir a permanência da população de baixa renda e melhorar as condições habitacionais em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura;

E10 – Direcionar a produção imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano;

E19 – Promover a transformação e/ou ocupação visando ao interesse público em conjunto com a iniciativa privada;

E34 – Garantir a presença de usos compatíveis com a preservação e a dinamização das áreas históricas.

- T14 - Equipamentos Públicos

P47 - O município possui demanda para construção de novos equipamentos públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, esporte e lazer, entre outros:

E82 - Promover melhor aproveitamento da terra ocupada, realizando

parcerias e integrando o planejamento e a gestão de equipamentos públicos municipais;

E83 - Viabilizar a aquisição de imóveis para a construção de equipamentos públicos necessários ao desenvolvimento urbano e social do município;

E24 - Prever melhor localização do equipamento, adequando o uso do solo e articulando a escolha da localização à dinâmica de mobilidade, de adensamento e de desenvolvimento urbano prevista.

P48 - O município necessita prever áreas para construção ou ampliação de equipamentos para mobilidade e transporte, como terminais rodoviários municipais e intermunicipais, ou estações de trem, entre outros:

E82 - Promover melhor aproveitamento da terra ocupada, realizando parcerias e integrando o planejamento e a gestão de equipamentos públicos municipais;

E83 - Viabilizar a aquisição de imóveis para a construção de equipamentos públicos necessários ao desenvolvimento urbano e social do município;

E77 - Prever localização do equipamento de impacto na mobilidade de maneira articulada à dinâmica dos deslocamentos, de adensamento e de desenvolvimento urbano, com atenção para a mitigação e para o controle dos impactos decorrentes dessa implantação;

E24 - Prever melhor localização do equipamento, adequando o uso do solo e articulando a escolha da localização à dinâmica de mobilidade, de adensamento e de desenvolvimento urbano prevista;

E84 Planejar mitigação e controle de possíveis impactos da instalação de equipamento de mobilidade e de transporte sobre o meio urbano ou seu entorno.

- T18 - Gestão democrática e participação popular

P56 - O sistema de gestão democrática municipal não existe, é pouco articulado ou funciona mal, prejudicando a integração e a continuidade dos processos participativos de comunicação, informação, debate, decisão e monitoramento da política urbano-ambiental municipal:

E98 - Fortalecer as instâncias de participação popular com a ampliação de seu papel propositivo e deliberativo na política urbano-ambiental municipal;

E100 - Criar um sistema integrado de gestão democrática municipal que determine o papel e a responsabilidade de cada instância, órgão e etapa de participação popular, bem como as formas de interação entre cada um deles;

E99 - Criar órgão(s) colegiado(s) da política urbana e ambiental municipal a fim de fomentar a gestão democrática contínua;

E98 - Fortalecer as instâncias de participação popular com a ampliação de seu papel propositivo e deliberativo na política urbano-ambiental municipal;

E101 - Criar e/ou ampliar os mecanismos de debate público sobre a política urbano-ambiental para aumentar a mobilização coletiva e capacitar a população, a fim de que esta possa atuar de forma propositiva e com iniciativas próprias.

P57 - No município há baixa representatividade de setores da sociedade em processos participativos:

ver Problemática P56:

E101 - Criar e/ou ampliar os mecanismos de debate público sobre a política urbano-ambiental para aumentar a mobilização coletiva e capacitar a população, a fim de que esta possa atuar de forma propositiva e com iniciativas próprias.

b. Eixo Temático: Ambiente Natural

O grupo considera que uma alteração no nome seria ideal para representar melhor o tema. Foi sugerido a alteração para “Meio Ambiente e Sustentabilidade”. Na dinâmica sobre os eixos temáticos e temas, apresentados inicialmente, foi levantada a necessidade de um melhor esclarecimento sobre os conceitos abordados. Surgiram alguns assuntos que precisam ser contemplados, conforme segue.

Quadro 33 – Temas sugeridos: Ambiente Natural

Áreas de interesse ambiental (APP, Topo de Morro, remanescente, etc)	Áreas verdes públicas (parques, praças, unidades de conservação, etc)	Passivos ambientais (áreas degradadas do passado que devem ser sanadas), recuperação destas áreas e incentivos	Áreas de risco (esse tema possui grande vínculo com a questão social e deve prever ações para evitar ocupações e promover remoções)
Poluição (água, solo, visual, sonora)	Políticas públicas de incentivo à sustentabilidade	Incentivo à soluções ecológicas	Estímulo à energias alternativas
Fauna silvestre	Educação ambiental	Corredores ecológicos	Arborização urbana

O resultado quanto ao objetivo de organizar oficina temática resultou nas contribuições do quadro a seguir.

Quadro 46 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Ambiente Natural

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
A data poderia aproveitar a semana da primavera ou conferência do meio ambiente , datas que já estão no calendário da SMAMUS . A sugestão de local seria em um parque ou praça, ao ar livre . Se levantou o auditório Araújo Viana, Cais Mauá e o Auditório do Morro do Osso .	1. SMAMUS em geral 2. DMAE 3. Serviços Urbanos 4. SMOI 5. EPTC 6. DMLU 7. Universidades 8. Conselhos (CMDUA, COMAM) 9. Secretarias de Educação e Saúde)	Meios de comunicação da PMPA, Instagram, Youtube	<ul style="list-style-type: none"> • apresentações • palestras • brainstorm com contribuições (post-it) • oportunizar a opinião do público • questionário online sobre os temas e questões ambientais • envolver as crianças e escolas (não necessariamente na oficina, mas em geral); 	Não informado	1. Rualdo Menegat, autor do Atlas Ambiental de Porto Alegre	Tela, microfone, folders e material para contribuições (post-it, caneta, papel).

A partir da análise do GERPD, identificamos os seguintes temas relacionados com o Eixo Temático Ambiente Natural: qualidade urbana e ambiental (T5), meio ambiente (T10), saneamento ambiental (T11), áreas de risco à vida (T16). Cada tema do Guia elenca problemáticas (P) e estratégia (E) de enfrentamento, sendo que as identificadas em conformidade com o eixo estão detalhadas a seguir:

- T5 - Qualidade Urbana e Ambiental

P15 - O município carece de melhorias das condições de qualidade ambiental em seu território (ilhas de calor*, drenagem e arborização, entre outras):

E25 – Articular as áreas verdes públicas, garantindo o fortalecimento das áreas ambientais do município;

E27 – Melhorar as condições de drenagem do município considerando o uso e a ocupação do solo;

E28 – Incorporar agenda ambiental local (bioma) no planejamento do território.

P16 - O município deseja adequar sua morfologia e seu desenho urbano à infraestrutura prevista ou existente e/ou às condicionantes ambientais e territoriais (como a relação entre edificação e calçadas ou outros espaços livres):

E22 – Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E23 – Melhorar a qualidade do sistema de microacessibilidade, como calçadas, arborização, iluminação, viário e mobilidade ativa, entre outros;

E29 – Incentivar desenho urbano que garanta qualidade no uso e na ocupação do solo, bem como relações mais humanas no espaço urbano público;

E52 – Regulamentar as formas de uso do espaço público e da instalação de comércio ambulante, visando maior qualidade ambiental e urbana para o município.

P17 - No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos entre áreas que concentram empregos e áreas que concentram moradia:

E14 - Promover o adensamento de áreas urbanas com infraestrutura;

E22 - Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E30 - Criar novas centralidades ou áreas de desenvolvimento econômico de forma a equilibrar os usos no território;

E31 - Incentivar o uso habitacional nas áreas com concentração de empregos;

E32 - Reduzir o tempo de deslocamento cotidiano entre moradia, emprego, equipamentos públicos e serviços básicos.

- T10 - Meio Ambiente

P34 - O município está integral ou grandemente inserido em área de

preservação ambiental e/ou proteção de mananciais com necessidade de conciliar a preservação ambiental e o desenvolvimento urbano e econômico local:

E13 – Garantir a preservação e a conservação das áreas ambientalmente frágeis;

E25 – Articular as áreas verdes públicas, garantindo o fortalecimento das áreas ambientais do município;

E63 – Incentivar a preservação por parte de proprietários de áreas privadas com importância ambiental;

E64 – Fortalecer o desenvolvimento econômico sustentável integrado às áreas de preservação e suas potencialidades.

P35 – O município carece de novos parques, praças e/ou da estruturação de áreas verdes públicas, constituindo um sistema de áreas verdes:

E25 – Articular as áreas verdes públicas, garantindo o fortalecimento das áreas ambientais do município;

E63 – Incentivar a preservação por parte de proprietários de áreas privadas com importância ambiental;

E65 – Viabilizar a aquisição de imóveis estratégicos para conversão em áreas verdes públicas;

E66 – Planejar e articular as áreas verdes municipais às áreas de relevância regional ou metropolitana.

P36 - O município apresenta situações de avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis, como mananciais, matas, manguezais e APPs, entre outras:

E02 – Promover a regularização e/ou a urbanização de áreas de transição urbano-rural ocupadas de forma sustentável;

E11 – Delimitar áreas aptas à ocupação para expansão urbana nas áreas de transição urbano-rural e garantir a recuperação da valorização da terra rural para urbana;

E13 – Garantir a preservação e a conservação das áreas ambientalmente

frágeis;

E63 – Incentivar a preservação por parte de proprietários de áreas privadas com importância ambiental.

P37 – O município precisa promover melhor utilização dos recursos hídricos:

E67 – Promover a articulação e a integração da rede hídrica às áreas verdes municipais, considerando a dimensão regional das áreas de preservação;

E68 – Garantir a segurança hídrica de forma articulada à produção rural sustentável, integrando a rede hídrica municipal às áreas verdes;

E69 – Controlar a expansão urbana considerando as áreas ambientalmente degradadas e a capacidade de suporte da infraestrutura instalada ou prevista.

P38 - O município necessita evitar e/ou mitigar e recuperar áreas ambientalmente degradadas:

E62 – Promover a recuperação e a preservação das áreas ambientais degradadas;

E69 – Controlar a expansão urbana considerando as áreas ambientalmente degradadas e a capacidade de suporte da infraestrutura instalada ou prevista.

- T11 - Saneamento Ambiental

P39 - O município precisa universalizar o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário:

E70 – Promover a urbanização de assentamentos precários, prevendo investimentos em infraestrutura de água e saneamento ambiental;

E71 – Promover investimentos e parcerias intermunicipais para viabilizar infraestrutura visando melhor aproveitamento da terra urbana.

P 40 - O município apresenta dificuldades em coletar, triar e destinar seus resíduos sólidos (DMLU):

E72 – Estruturar uma política de gestão de resíduos sólidos, vinculada à política de desenvolvimento urbano e com articulação regional para

construção e gestão de aterro sanitário, centrais de compostagem ou reciclagem e demais equipamentos que componham o sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos.

P 41 - O município apresenta alagamentos decorrentes de problemas de drenagem urbana e de ocupação do solo:

E27 - Melhorar as condições de drenagem do município considerando uso e ocupação do solo;

E73 - Mitigar situações de risco, alagamento e inundações;

E74 - Articular planejamento de novas áreas de ocupação urbana à capacidade de drenagem existente e prevista no município.

- T16 - Áreas de Risco à Vida

P29 - O município possui ou está localizado em áreas de influência e/ou risco de grandes projetos de impacto ambiental, como barragens, hidrelétricas, mineração e pedreiras, entre outros:

E09 - Garantir ocupação urbana adequada em situações de risco e reserva de terras com infraestrutura para reassentamento;

E53 - Controlar a expansão urbana de modo a limitar seu avanço sobre áreas com maiores riscos de acidentes relacionados a grandes projetos de impacto;

E54 - Garantir a participação social na implementação de projetos de impacto, bem como nas ações de mitigação e em contrapartidas sobre impactos ambientais previstos;

E55 - Prever articulação intermunicipal e interfederativa para planejamento, controle e ação emergencial;

E56 - Controlar e mitigar impactos ambientais e urbanos de atividades de impacto, condicionando a implementação do projeto ao atendimento das demandas social, ambiental, urbana e econômica identificadas.

P53 - O município apresenta áreas de risco à vida ocupadas, como risco de enchentes, deslizamentos e outros:

E08 - Controlar o avanço da ocupação urbana e planejar novas frentes de

expansão considerando as condições de risco existentes;

E09 – Garantir ocupação urbana adequada em situações de risco e reserva de terras com infraestrutura para reassentamento;

E27 – Melhorar as condições de drenagem do município considerando uso e ocupação do solo;

E73 – Mitigar ou solucionar situações de risco, alagamento e inundações.

c. Eixo Temático: Mobilidade e Transporte

Foi comentado que o eixo temático poderia ser apenas mobilidade, uma vez que o transporte está contemplado. Além das temáticas ao lado, surgiram outros temas.

Quadro 47 – Temas sugeridos: Mobilidade e Transporte

Acessibilidade universal	Tecnologia	Sistema de informação das redes que existem nos espaços públicos para gestão do sistema e estratégia de planejamento	Mobiliário urbano
Segurança viária	Sustentabilidade (mobilidade sustentável)		Mudança de cultura
Segurança pública	Inovação	Cessão de estacionamento	Estudar diferentes modais para mobilidade e transporte sustentável

O resultado quanto ao objetivo de organizar oficina temática resultou nas contribuições do quadro a seguir.

Quadro 48 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Mobilidade e Transporte

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
Araújo Viana Unisinos PUC.	<ol style="list-style-type: none"> 1. População em geral 2. Técnicos de diversas esferas (municipal, estadual e federal) 3. Sociedade civil organizada 4. Academia (estudantes e professores) 5. Políticos 6. Representantes dos transportes públicos 	Não foi debatido	<ul style="list-style-type: none"> • Palestras interativas • Mesas temáticas com painéis sobre: <ol style="list-style-type: none"> 1. Mobilidade ativa; 2. Sustentabilidade (transportes, tecnologias, oportunidades, poluição, etc.); 3. Crescimento da cidade (revisão dos gravames viários, perfis viários, expansão da cidade); 4. Infraestrutura necessária; 5. Segurança viária; 6. Economia (impacto); 7. Cessão da Mobilidade; 8. Espaço público viário (elementos necessários, sistemas); 9. Modais <p>Possibilidade de extrair diretrizes destas conversas</p>	Não informado	<ol style="list-style-type: none"> 1. Exemplos de cidades: <ul style="list-style-type: none"> - Fortaleza - Curitiba - Belo Horizonte - Medellín 2. Consultorias <ul style="list-style-type: none"> - WRI - ITDP 3. Palestrantes que representem idosos, cegos, PCDs e da área da saúde 	Não informado

A partir da análise do GERPD, identificamos um tema relacionado com o Eixo Temático Mobilidade e Transporte, que leva o mesmo nome (T12). Cada tema do Guia elenca

problemáticas (P) e estratégia (E) de enfrentamento, sendo que as identificadas em conformidade com o eixo estão detalhadas a seguir:

- T12 - Mobilidade e Transporte

P17 - No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos entre áreas que concentram empregos e áreas que concentram moradia:

E14 - Promover o adensamento de áreas urbanas com infraestrutura;

E22 - Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E30 - Criar novas centralidades ou áreas de desenvolvimento econômico de forma a equilibrar os usos no território;

E31 - Incentivar o uso habitacional nas áreas com concentração de empregos;

E32 - Reduzir o tempo de deslocamento cotidiano entre moradia, emprego, equipamentos públicos e serviços básicos.

P42 - O município apresenta situações de dificuldade de deslocamento, como ausência ou deficiência de transporte público, trânsito intenso, congestionamento, barreiras urbanas, entre outros:

E22 - Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E75 - Promover adensamento populacional e de usos junto ao sistema de transporte público coletivo;

E76 - Viabilizar condições para a ampliação da mobilidade ativa e do transporte não motorizado;

E77 - Prever localização do equipamento de impacto na mobilidade de maneira articulada à dinâmica dos deslocamentos, de adensamento e de desenvolvimento urbano, com atenção para a mitigação e o controle dos impactos decorrentes dessa implantação;

E84 - Planejar mitigação e controle de possíveis impactos da instalação de

equipamento de mobilidade e de transporte sobre o meio urbano ou seu entorno.

P43 - O município tem necessidade de ampliação dos deslocamentos por modos não motorizados, como a pé ou em bicicletas, e de melhoria das condições de calçadas, estruturas cicláveis, microacessibilidade e acessibilidade:

E30 - Criar novas centralidades ou áreas de desenvolvimento econômico de forma a equilibrar os usos no território;

E76 - Viabilizar condições para a ampliação da mobilidade ativa e do transporte não motorizado;

E77 - Prever localização do equipamento de impacto na mobilidade de maneira articulada à dinâmica dos deslocamentos, de adensamento e de desenvolvimento urbano, com atenção para a mitigação e o controle dos impactos decorrentes dessa implantação.

d. Eixo Temático: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana

Houve a sugestão de separação em dois subgrupos: uso e ocupação do solo e forma urbana.

Quadro 49 – Temas sugeridos: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana

Uso e ocupação do solo			Forma Urbana
Densidade	Infraestrutura de comunicação	A cidade consolidada (impactos, mitigações, reciclagem de uso, reconhecimento da cidade existente)	Verticalização
Espaços públicos	Regularização fundiária		Plano regulador
Mobilidade	Questionamento: "Toda a regularização deve gerar novas áreas?"	Infraestrutura (drenagem, saneamento, abastecimento de água, gestão de resíduos)	Miscigenação
Mudanças climáticas	Sustentabilidade	Equipamentos urbanos/comunitários	Gestão de calçadas

O resultado quanto ao objetivo de organizar oficina temática resultou nas contribuições do quadro a seguir.

Quadro 50 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
<p>Data do evento: início de 2023</p> <p>Local: Salão de Atos da UFRGS, Teatro Unisinos (podendo ser utilizadas salas para discussões em diferentes grupos)</p>	<p>1. Entidades representativas da construção Civil (SINDUSCON), ASBEA, SERGS, CAU, CREA, representantes do Mercado Imobiliário, IAB</p> <p>2. Universidades (PUC, UFRGS, outras instituições de ensino superior com programa de pesquisa sobre o tema</p> <p>3. Profissionais com atuação/expertise na área (Marilú, Lucia Mascaró, Célia Ferraz de Souza, Maria Tereza Albano, Salvador Rueda)</p> <p>4. Outras prefeituras</p> <p>5. MLM (movimento de luta pela Moradia e afins)</p>	Impressão e mídias sociais	<p>Divisão de grupos, elaboração de perguntas, organização dos dados para apresentar e nivelamento dos dados, criar módulos e visualização de resultados/impactos (cenários possíveis)</p> <ul style="list-style-type: none"> Organização de um passeio pelos bairros da cidade para visita técnica, Seriam necessários eventos menores para discussão e apropriação dos tópicos Transversalidade com os demais temas. 	Não informado	Não informado	Espaços (salas), equipamento multimídia, material de escritório (papel, caneta, post its, etc.)

A partir da análise do GERPD, identificamos os seguintes temas relacionados com o Eixo Temático Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana: habitação (T1), expansão urbana (T2), dinâmica imobiliária (T3), qualidade urbana e ambiental (T5), uso e ocupação do solo (T7), grandes projetos de impacto (T9), desenvolvimento rural sustentável (T13), financiamento do desenvolvimento urbano (T17). Cada tema do Guia elenca problemáticas (P) e estratégia (E) de enfrentamento, sendo que as identificadas em conformidade com o eixo estão detalhadas a seguir:

- T1 - Habitação - mesmo itens que constam no Eixo Desenvolvimento Social e Cultural
- T2 - Expansão Urbana

P06 – O município apresenta avanço da ocupação urbana sobre áreas de transição urbano-rural ou sobre áreas rurais:

E02 - Promover a regularização e/ou a urbanização de áreas ambientais ou de transição urbano-rural ocupadas de forma sustentável;

E11 - Delimitar áreas aptas à ocupação para expansão urbana nas áreas de transição urbano-rural e garantir a recuperação da valorização da terra rural para urbana;

E12 - Demarcar áreas para produção rural, garantindo reserva para a produção de agricultura familiar, agroecológica e sustentável, evitando o espraiamento da mancha urbana;

E13 - Garantir a preservação e a conservação das áreas ambientalmente frágeis;

E46 - Demarcar e garantir áreas para a produção rural;

E69 - Controlar a expansão urbana considerando as áreas ambientalmente degradadas e a capacidade de infraestrutura instalada ou prevista.

P07 – O município apresenta restrição de área para expansão urbana:

E11 - Delimitar áreas aptas à ocupação para expansão urbana nas áreas de transição urbano-rural e garantir a recuperação da valorização da terra rural para a urbana;

E12 - Demarcar áreas para a produção rural, garantindo reserva para produção de agricultura familiar, agroecológica e sustentável, evitando o espraiamento da mancha urbana;

E13 - Garantir a preservação e a conservação das áreas ambientais frágeis;

E14 - Promover o adensamento de áreas urbanas com infraestrutura.

P08 – O município possui ocupações de perfil urbano fragmentadas, dispersas ou descontínuas em território urbano ou rural:

E08 - Controlar o avanço da ocupação urbana e planejar frentes de expansão considerando as condições de risco existentes;

E11 - Delimitar áreas aptas à ocupação para expansão urbana nas áreas de transição urbano-rural e garantir a recuperação da valorização da terra rural para urbana;

E12 - Demarcar áreas para a produção rural, garantindo reserva para produção de agricultura familiar, agroecológica e sustentável, evitando o espraiamento da mancha urbana;

E15 - Demarcar áreas para ocupação com convivência de atividades rurais e urbanas de baixa densidade (ex. chácaras, sítio de recreio, lazer);

E16 - Promover a ocupação de vazios urbanos de forma articulada ao desenvolvimento urbano;

E18 - Restringir o perímetro urbano para conter o espraiamento, de forma a incentivar uma cidade mais compacta;

E19 - Promover a transformação e/ou ocupação de áreas urbanas aptas em parceria com a iniciativa privada.

P48 – O município necessita rever áreas para construção ou ampliação de equipamentos para mobilidade e transporte, como terminais rodoviários municipais e intermunicipais, ou estações de trem, entre outros:

E24 – Prever melhor localização do equipamento, adequando o uso do solo e articulando a escolha da localização à dinâmica de mobilidade, de adensamento e de desenvolvimento urbano prevista;

E77 – Prever localização do equipamento de impacto na mobilidade de maneira articulada à dinâmica dos deslocamentos, de adensamento e de desenvolvimento urbano, com atenção para a mitigação e o controle dos impactos decorrentes dessa implantação;

E82 – Promover melhor aproveitamento da terra ocupada, realizando parcerias e integrando o planejamento e a gestão de equipamentos públicos municipais;

E83 – Viabilizar a aquisição de imóveis para a construção de equipamentos públicos necessários ao desenvolvimento urbano e social do município;

E84 – Planejar mitigação e controle de possíveis impactos da instalação do equipamento de mobilidade e transporte sobre o meio urbano ou seu entorno.

P60 - O município possui intensa atividade imobiliária, nos quais os empreendimentos isolados ou em seu conjunto causam impacto na infraestrutura existente (condomínios horizontais ou verticais, loteamentos, dentre outros:

E10 - Direcionar a produção imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano;

E102 - Implementar regras e condicionantes para implementação de novos loteamentos e condomínios de forma articulada à política de desenvolvimento urbano.

- T3 - Dinâmica Imobiliária

P09 – O município possui vazios urbanos (imóveis ou glebas):

E10 – Direcionar a produção imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano;

E14 – Promover o adensamento de áreas urbanas com infraestrutura;

E16 – Promover a ocupação de vazios urbanos de forma articulada ao desenvolvimento urbano;

E17 – Constituir banco de terras públicas;

E18 - Restringir perímetro urbano para conter o espraiamento de forma a incentivar uma cidade mais compacta;

E19 – Promover a transformação e/ou ocupação de áreas aptas à urbanização em parceria com a iniciativa privada.

P10 – A dinâmica imobiliária no município tem alterado o perfil da população, o uso e/ou a morfologia urbana:

E03 – Corrigir parâmetros vigentes de uso e de ocupação do solo de forma a garantir a permanência do uso e ocupação real do solo de forma segura e sustentável;

E06 – Garantir a permanência da população de baixa renda e melhorar as condições habitacionais em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura;

E10 – Direcionar dinâmica imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano;

E20 – Preservar imóveis, usos ou conjuntos urbanos de interesse cultural e histórico.

P11 – O valor de aluguéis ou de venda de imóveis no município é incompatível com o perfil de renda da população.

E04 – Garantir a segurança na posse, de modo a permitir a permanência da população de baixa Renda, vulnerabilizada e/ou de povos e comunidades tradicionais.

E05 – Reservar terra para produção de habitação de interesse social (HIS).

E06 - Garantir a permanência da população de baixa renda e melhorar as condições habitacionais em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura.

E21 – Promover o aumento da oferta para unidades habitacionais de padrões variados e/ou para usos não residenciais.

P12 – O município possui baixa dinâmica imobiliária, com predominância da atuação de empresas locais da construção civil ou produção da própria moradia.

E05 – Reservar terra para produção de Habitação de Interesse Social (HIS).

E07 – Garantir parâmetros urbanísticos compatíveis com as tipologias e demanda existente e produzida no território.

E09 – Garantir ocupação urbana adequada em situações de risco e reserva de terras com infraestrutura para reassentamento.

P60 - O município possui intensa atividade imobiliária, ou seja, possui empreendimentos que causam isolados ou em seu conjunto impacto na infraestrutura existente (condomínios horizontais ou verticais, loteamentos, dentre outros).

E10 - Direcionar a produção imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano.

E102 - Implementar regras e condicionantes para implementação de novos loteamentos e condomínios de forma articulada à política de desenvolvimento urbano.

- T5 - Qualidade Urbana e Ambiental - mesmo itens que constam no Eixo Ambiente Natural
- T7 - Uso e Ocupação do Solo

P17 - No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos entre áreas que concentram empregos e áreas que concentram moradia.

E14 - Promover o adensamento de áreas urbanas com infraestrutura;

E22 - Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E30 - Criar novas centralidades ou áreas de desenvolvimento econômico de forma a equilibrar os usos no território;

E31 - Incentivar o uso habitacional nas áreas com concentração de empregos;

E32 - Reduzir o tempo de deslocamento cotidiano entre moradia, emprego, equipamentos públicos e serviços básicos.

P20 - O município apresenta perda populacional em áreas centrais e/ou bem infraestruturadas.

E06 - Garantir a permanência da população de baixa renda e melhorar as condições habitacionais em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura;

E14 - Promover o adensamento de áreas urbanas com infraestrutura;

E22 - Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E37 - Adequar parâmetros de incomodidade para garantir a compatibilidade entre usos residenciais e não residenciais.

P21 - O município apresenta áreas com incompatibilidade entre parâmetros de uso e ocupação do solo em relação à cidade existente e suas novas ocupações.

E03 - Corrigir parâmetros vigentes de uso e de ocupação do solo de forma a garantir a permanência do uso e ocupação real do solo de forma segura e sustentável;

E05 - Reservar terra para produção de Habitação de Interesse Social (HIS);

E10 - Direcionar a produção imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano;

E20 - Preservar imóveis, usos ou conjuntos urbanos de interesse cultural e histórico;

E38 - Promover a regularização fundiária, edificação e/ou de uso.

P22 - No município há áreas que apresentam problemas de incomodidade e/ou conflitos de vizinhança.

E37 - Adequar parâmetros de incomodidade para garantir a compatibilidade entre usos residenciais e não residenciais;

E39 - Viabilizar melhorias e adequações urbanas na implementação de empreendimentos de impacto;

E40 - Garantir qualidade urbana e participação da vizinhança na avaliação e na implementação de empreendimentos de impacto.

- T9 - Grandes Projetos de Impacto

P29 - O município possui ou está localizado em áreas de influência e/ou risco de grandes projetos de impacto ambiental, como barragens, hidrelétricas, mineração e pedreiras, entre outros.

E09 - Garantir ocupação urbana adequada em situações de risco e reserva de terras com infraestrutura para reassentamento.

E53 - Controlar a expansão urbana de modo a limitar seu avanço sobre áreas com maiores riscos de acidentes relacionados a grandes projetos de impacto.

E54 - Garantir a participação social na implementação de projetos de impacto, bem como nas ações de mitigação e em contrapartidas sobre impactos ambientais previstos.

E55 - Prever articulação intermunicipal e interfederativa para planejamento, controle e ação emergencial.

E56 - Controlar e mitigar impactos ambientais e urbanos de atividades de impacto, condicionando a implementação do projeto ao atendimento das demandas social, ambiental, urbana e econômica identificada.

P30 - O município possui atividades extrativistas no seu território.

E56 - Controlar e mitigar impactos ambientais e urbanos de atividades de impacto, condicionando a implementação do projeto ao atendimento das demandas social, ambiental, urbana e econômica identificada.

E57 - Garantir que a implementação e a operação de atividade extrativista ocorram de forma articulada à política de desenvolvimento urbano e ambiental do município.

P31 - O município possui ou prevê a instalação de grandes complexos industriais de impacto urbano ou ambiental.

E56 - Controlar e mitigar impactos ambientais e urbanos de atividades de impacto, condicionando a implementação do projeto ao atendimento das demandas social, ambiental, urbana e econômica identificada.

E58 - Garantir a implementação do complexo industrial de impacto de forma articulada à política de desenvolvimento urbano e ambiental do município.

P32 - O município possui ou prevê grandes equipamentos urbanos de impacto relacionados à mobilidade e ao transporte, como terminais, aeroportos, aeródromos, portos e/ou rodoviárias, entre outros.

E56 - Controlar e mitigar impactos ambientais e urbanos de atividades de impacto, condicionando a implementação do projeto ao atendimento das demandas social, ambiental, urbana e econômica identificada.

E59 - Garantir a implementação do equipamento de impacto de forma articulada à política de desenvolvimento urbano e ambiental do município.

P33 - O município possui ou prevê grandes projetos de reestruturação ou requalificação urbana e/ou ambiental.

E60 - Fomentar a requalificação urbana de maneira coerente com a política de desenvolvimento urbano.

E61 - Garantir a preservação ou mitigação de áreas ambientalmente frágeis na implementação de novos empreendimentos.

E62 - Promover a recuperação e a preservação das áreas ambientais degradadas.

- T13 - Desenvolvimento Rural Sustentável

P06 - O município apresenta avanço da ocupação urbana sobre áreas de transição urbano-rural ou sobre áreas rurais.

E02 - Promover a regularização e/ou a urbanização de áreas ambientais ou de transição urbano-rural ocupadas de forma sustentável.

E11 - Delimitar áreas aptas à ocupação para expansão urbana nas áreas de transição urbano-rural e garantir a recuperação da valorização da terra rural para urbana.

E12 – Demarcar áreas para produção rural, garantindo reserva para produção de agricultura familiar, agroecológica e sustentável, evitando o espraiamento da mancha urbana.

E13 – Garantir a preservação e a conservação das áreas ambientalmente frágeis.

E69 – Controlar a expansão urbana considerando as áreas ambientalmente degradadas e a capacidade de infraestrutura instalada ou prevista.

P25 - O município possui atividade rural ou extrativista próspera e necessita ampliar essas áreas e/ou de controlar seus impactos urbanos e ambientais.

E46 – Demarcar e garantir áreas para produção rural.

E47 – Estimular uso mais intensivo da terra já demarcada para uso rural.

E48 – Controlar impactos ambientais e urbanos oriundos da atividade rural ou extrativista.

P44 - O município apresenta desarticulação entre sua produção rural e o abastecimento e consumo urbano de alimentos.

E78 – Promover a articulação e a integração do desenvolvimento rural sustentável e solidário, regionalmente e entre diversos setores e esferas de governo, por meio de agendas comuns nos territórios.

E79 – Garantir área de produção de agricultura familiar, agroecológica e sustentável.

E80 – Promover ampliação da rede de distribuição dos alimentos produzidos no município ou na região.

E81 – Garantir a permanência e o estímulo contínuo à produção oriunda de povos e comunidades tradicionais.

P45 - O município deseja estimular sua produção rural e/ou possui áreas rurais sem uso ou subutilizadas.

E46 – Demarcar e garantir áreas para produção rural.

E57 – Garantir que a implementação e a operação de atividade extrativista ocorram de forma articulada à política de desenvolvimento

urbano e ambiental do município.

E68 – Garantir a segurança hídrica de forma articulada à produção rural sustentável, integrando a rede hídrica municipal às áreas verdes.

E79 – Garantir área de produção de agricultura familiar, agroecológica e sustentável.

P46 - O município apresenta situações de conflito entre produção rural e conservação do meio ambiente.

E64 – Fortalecer o desenvolvimento econômico sustentável integrado às áreas de preservação e suas potencialidades.

E68 – Garantir a segurança hídrica de forma articulada à produção rural sustentável, integrando a rede hídrica municipal às áreas verdes.

- T17 - Financiamento do Desenvolvimento Urbano

P54 - O município necessita viabilizar recursos para investimento público, mas apresenta diminuta arrecadação tributária própria (baixa arrecadação com IPTU, por exemplo).

E45 - Promover a regularização e o fortalecimento das atividades econômicas existentes de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local;

E91 - Estruturar os tributos sobre a propriedade de forma articulada ao desenvolvimento urbano;

E92 - Atualizar a Planta Genérica de Valores para valores próximos aos praticados pelo mercado, de forma a induzir a justa recuperação da valorização imobiliária;

E93 - Promover a cooperação entre entes públicos, a fim de viabilizar ações de interesse comum;

E94 - Recuperar recursos investidos em melhorias urbanas junto aos beneficiados pelas obras;

E95 - Orientar e fomentar melhorias urbanas por meio de contrapartidas oriundas de empreendimentos de impacto.

P55 - O município tem necessidade de recursos e financiamento para

desenvolvimento urbano (infraestrutura, habitação, equipamentos).

E83 - Viabilizar a aquisição de imóveis para a construção de equipamentos públicos necessários ao desenvolvimento urbano e social do município;

E95 - Orientar e fomentar melhorias urbanas por meio de contrapartidas oriundas de empreendimentos de impacto;

E96 - Recuperar a valorização fundiária para aplicação de tais recursos, priorizando áreas mais precárias e buscando reduzir desigualdades socioterritoriais e melhorar a qualidade urbana em todo o município;

E97 - Viabilizar parceria entre a iniciativa privada e o poder público para implementação de projetos específicos.

e. Eixo Temático: Desenvolvimento Econômico

Segundo o grupo, os temas estão adequados, porém está um pouco confuso pois existem temas guarda-chuvas que poderiam ser título e agrupar alguns outros temas neles, como por exemplo: título: zona rural; subgrupo: agricultura familiar, ecoturismo, etc. Houve também a sugestão de dividir os temas em dois títulos/grupos:

Quadro 51 – Temas sugeridos: Desenvolvimento Econômico

Zona Rural	Zona Urbana	
Economia primária	Indústria	Turismo
Agricultura Familiar	Comércio	Cultura
Turismo/Ecoturismo	Serviços	Habitação
Habitação rural	Tecnologia	Economia Criativa, Solidária, Inovação

O resultado quanto ao objetivo de organizar oficina temática resultou nas contribuições do quadro a seguir.

Quadro 52 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Desenvolvimento Econômico

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
Locais: - Sindilojas - Calderia - Araujo Viana - Cervejarias - Zona Rural	<ol style="list-style-type: none"> 1. Empresários 2. Secretarias PMPA 3. Donos de Indústrias (para habitação, móveis, iluminação, inovação) 4. Economia Criativa 5. Esportes Náuticos 6. Caminhos Rurais 7. Produtores Rurais 8. Donos de cervejarias 9. Construtoras 	Não informado	<p>Momento 1: Vídeo ou palestra provocativa que instigue o participante a pensar no tema das VOCAÇÕES da cidade.</p> <p>Momento 2: Apresentação de tendências. Carências ou potenciais Apresentação de dados PMPA: - Alverás geoespacializados - Dados da construção civil - Equipamentos culturais geoespacializados</p> <p>Momento 3: Validação da sociedade em relação aos dados apresentados e coleta de novas contribuições e percepções sobre o tema.</p>	População em geral, em especial os Stakeholders	Não informado	Não informado

A partir da análise do GERPD, identificamos os seguintes temas relacionados com o Eixo Temático Desenvolvimento Econômico: patrimônio cultural (T6), desenvolvimento econômico (T8), grandes projetos de impacto (T9), meio ambiente (T10), desenvolvimento rural sustentável (T13), turismo (T15). Cada tema do Guia elenca problemáticas (P) e estratégia (E) de enfrentamento, sendo que as identificadas em conformidade com o eixo estão detalhadas a seguir:

- T6 - Patrimônio Cultural - mesmo itens que constam no Eixo Desenvolvimento Social e Cultural
- T8 - Desenvolvimento Econômico

P23 – O município possui demanda para estimular novas atividades econômicas, por meio de polos tecnológicos, distritos industriais, centros comerciais, entre outras.

E41 – Identificar áreas de interesse e estimular a atividade industrial de forma articulada ao desenvolvimento urbano e econômico municipal.

E42 – Identificar áreas de interesse e estimular o desenvolvimento de atividades produtivas vinculadas à pesquisa e a tecnologia de maneira articulada ao desenvolvimento urbano e econômico municipal.

E43 – Identificar áreas de interesse e promover a criação de polo comercial e/ou circuito de compras articulado ao desenvolvimento urbano e econômico municipal.

P24 – O município apresenta estagnação econômica ou perda de atividades

geradoras de emprego em consequência da desindustrialização, da competição fiscal entre cidades ou da falta de infraestrutura, entre outros.

E44 – Dinamizar ou criar centralidades de bairro de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local, fortalecendo comércios e usos populares existentes e promovendo melhor aproveitamento do solo.

E45 – Promover a regularização e o fortalecimento das atividades econômicas existentes de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local.

P25 – O município possui atividade rural ou extrativista próspera e necessita ampliar essas áreas e/ou de controlar seus impactos urbanos e ambientais.

E46 – Demarcar e garantir áreas para produção rural.

E47 – Estimular uso mais intensivo da terra já demarcada para uso rural.

P26 – O município integra Área de Especial Interesse Turístico ou apresenta forte atividade turística.

Ver problemáticas e estratégias do tema Turismo.

P27 – O município apresenta bairros populosos com baixa oferta de postos de trabalho.

E49 – Viabilizar a instalação formal de atividades econômicas que tenham potencial de gerar empregos para a população local.

E50 – Viabilizar investimentos em infraestrutura para que a região possa acolher novos usos.

P28 – O município necessita manter e fortalecer comércios e usos populares.

E44 – Dinamizar ou criar centralidades de bairro de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local, fortalecendo comércios e usos populares existentes e promovendo melhor aproveitamento do solo.

E45 – Promover a regularização e o fortalecimento das atividades econômicas existentes de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local.

E52 – Regularizar as formas de uso do espaço público e da instalação de comércio ambulante, visando maior qualidade ambiental e urbana para o município.

- T9 - Grandes Projetos de Impacto - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T10 - Meio Ambiente - mesmo itens que constam no Eixo Ambiente Natural
- T13 - Desenvolvimento Rural Sustentável - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T15 - Turismo

P49 – O município possui áreas naturais e/ou protegidas com potencial para o desenvolvimento de turismo ambiental sustentável. (Rppn ucs)

E33 – Integrar as normas para facilitar os processos de aprovação e de fiscalização relacionados aos bens de interesse de preservação.

E36 – Garantir a preservação do patrimônio natural ou paisagístico.

E64 – Fortalecer o desenvolvimento econômico sustentável integrado às áreas de preservação e suas potencialidades.

E85 – Fortalecer as parcerias interinstitucionais e regionais para desenvolvimento do segmento turístico em diversos níveis e escalas de atuação.

P50 – O município busca promover o desenvolvimento turístico de forma articulada à preservação cultural.

E20 – Preservar imóveis, usos ou conjuntos urbanos de interesse cultural e histórico.

E33 – Integrar as normas para facilitar os processos de aprovação e de fiscalização relacionados aos bens de interesse de preservação.

E34 – Garantir a presença de usos compatíveis com a preservação e a dinamização das áreas históricas.

E86 – Garantir a implementação de equipamentos turísticos culturais (equipamentos-âncora) de forma articulada ao patrimônio cultural e ao desenvolvimento urbano.

E87 – Estimular o turismo de base comunitária junto aos povos e às comunidades tradicionais.

P51 – O município possui turismo sol e praia com necessidade de melhoria e ampliação da infraestrutura instalada.

E64 – Fortalecer o desenvolvimento econômico sustentável integrado às áreas de preservação e suas potencialidades.

E85 – Fortalecer as parcerias interinstitucionais e regionais para desenvolvimento do segmento turístico em diversos níveis e escalas de atuação.

E88 – Estímulo à diversificação de atividades turísticas complementares.

P52 – O município busca a promoção e melhoria do turismo de negócios e de eventos relacionados à dinâmica urbana.

E85 – Fortalecer as parcerias interinstitucionais e regionais para desenvolvimento do segmento turístico em diversos níveis e escalas de atuação.

E90 – Garantir qualidade na implementação e utilização de equipamentos e atividades relacionadas

ao turismo de negócios e de eventos de forma integrada ao desenvolvimento urbano.

f. Eixo Temático: Gestão da Cidade

De acordo com o grupo, o tema "Funcionamento da Prefeitura" é pouco preciso, foi substituído pelo Sistema Municipal de Gestão do Planejamento (SMGP), que tem atribuições de gerenciamento do Planejamento Urbano do Município; "Mudar RGPS": é uma ação, e não um tema, que inclusive pode não ocorrer após as discussões. Quanto à "Especulação Imobiliária" optou-se por Mercado Imobiliário, pois a ideia é atrair os representantes do setor (fundos de investimentos, incorporadores, construtoras de diversos portes e segmentos (habitacional, industrial, infraestrutura) para as discussões. O grupo propõe a subdivisão em 3 grupos: instrumentos urbanísticos, instrumentos jurídicos e econômicos e gestão da cidade (gestão + monitoramento +

fiscalização). O resultado quanto ao objetivo de organizar oficina temática resultou nas contribuições da planilha a seguir.

Quadro 53 – Temas sugeridos: Gestão da Cidade

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
Última oficina	<ol style="list-style-type: none"> 1. Investidores 2. Mercado Imobiliário 3. SMF 4. PGM 5. SINDUSCON 6. Incorporadoras 7. Esp. Dir. Urb. Planejamento Urbano 8. População. 	Convites Personalizados (endereçados) ao público identificado (limitado 100 pessoas)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alinhamento, nivelamento, conhecimento; 2. Debate baseado em casos; 3. Conclusões. 	100 pessoas	3 palestrantes	local; gravação e transmissão online

Quadro 54 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Gestão da Cidade

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
Data do evento: início de 2023 Local: Salão de Atos da UFRGS, Teatro Unisinos (podendo ser utilizadas salas para discussões em diferentes grupos)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Entidades representativas da construção Civil (SINDUSCON), ASBEA, SERGS, CAU, CREA, representantes do Mercado Imobiliário, IAB 2. Universidades (PUC, UFRGS, outras instituições de ensino superior com programa de pesquisa sobre o tema) 3. Profissionais com atuação/expertise na área (Marily, Lucia Mascaró, Célia Ferraz de Souza, Maria Tereza Albano, Salvador Rueda) 4. Outras prefeituras 5. MLM (movimento de luta pela Moradia e afins) 	Impressão e mídias sociais	<p>Divisão de grupos, elaboração de perguntas, organização dos dados para apresentar e nivelamento dos dados, criar módulos e visualização de resultados/impactos (cenários possíveis)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organização de um passeio pelos bairros da cidade para visita técnica, • Seriam necessários eventos menores para discussão e apropriação dos tópicos • Transversalidade com os demais temas. 	Não informado	Não informado	Espaços (salas), equipamento multimídia, material de escritório (papel, caneta, post its, etc.)

A partir da análise do GERPD, identificamos os seguintes temas relacionados com o Eixo Temático Gestão da Cidade: expansão urbana (T2), dinâmica imobiliária (T3), uso e ocupação do solo (T7), grandes projetos de impacto (T9), financiamento do desenvolvimento urbano (T17) e gestão democrática e participação popular (T18). Cada tema do Guia elenca problemáticas (P) e estratégia (E) de enfrentamento, sendo que as identificadas em conformidade com o eixo estão detalhadas a seguir:

- T2 - Expansão Urbana - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T3 - Dinâmica Imobiliária - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T7 - Uso e Ocupação do Solo - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana

- T9 - Grandes Projetos de Impacto - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T17 - Financiamento do Desenvolvimento Urbano - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T18 - Gestão democrática e participação popular - mesmo itens que constam no Eixo Desenvolvimento Social e Cultural.

IV. Conferência de Avaliação do Plano Diretor

7. Consolidação dos Eixos Temáticos

Após a realização de debates no GT-TO e com o decorrente amadurecimento dos tópicos abordados, avaliou-se que era mais adequado que **Patrimônio Cultural formasse um Eixo Temático próprio**, independente do Desenvolvimento Social e Cultural, **totalizando 7 (sete) Eixos Temáticos**. Estes foram debatidos na Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre, realizada nos dias 07, 08 e 09 de março de 2023.

8. Grupos Temáticos

A partir da consolidação dos 7 Eixos Temáticos, foram criados, durante o mês de janeiro de 2023, grupos para cada Eixo Temático (ET). Os grupos dos Eixos Temáticos eram formados por integrantes da CT, do GT-TO, do GT-CT e do GT-CR, que reuniram-se em agendas remotas específicas, em que o foco inicial de discussões foi a organização da Conferência de Avaliação do Plano Diretor. Os grupos criados foram:

- ET1 - Desenvolvimento Social e Cultural;
- ET2 - Ambiente Natural;
- ET3 - Patrimônio Cultural;
- ET4 - Mobilidade e Transporte;
- ET5 - Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana;
- ET6 - Desenvolvimento Econômico;
- ET7 - Gestão da Cidade.

9. Organização

Durante os primeiros meses de 2023, o GT-TO e os grupos temáticos participaram da elaboração da metodologia a ser aplicada na Conferência de Avaliação do Plano Diretor, na indicação de palestrantes e na consolidação dos subgrupos e tópicos a serem discutidos nos grupos temáticos ampliados (incluindo a população inscrita no evento) no segundo dia da Conferência.

10. Participação

Diversos integrantes do GT-TO e dos grupos temáticos participaram da Conferência, seja como ouvintes, colaboradores, coordenadores de Eixo Temático e apoiadores das dinâmicas de Eixo Temático realizadas durante o segundo dia de Conferência, o que resultou em um trabalho rico de informações sobre a cidade e sobre o Plano Diretor.

V. Considerações Finais

11. Conclusões

O trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO) ao longo dos anos de 2022 e 2023 foi fundamental para consolidar as bases técnicas da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. Com a realização de 26 reuniões, o GT-TO se destacou pela constância, profundidade técnica e ampla articulação institucional, promovendo debates qualificados entre diferentes secretarias e órgãos municipais, com ênfase na avaliação crítica do Plano Diretor vigente, na organização metodológica do processo de revisão e na proposição e amadurecimento dos Eixos Temáticos que nortearam as etapas subsequentes.

A estruturação dos sete Eixos Temáticos permitiu a organização dos debates de maneira transversal e integrada, viabilizando uma leitura abrangente das dinâmicas urbanas e das políticas públicas em curso. A atuação dos grupos temáticos contribuiu significativamente para a Conferência de Avaliação do Plano Diretor, realizada em março de 2023, assim como para a estruturação das Oficinas Temáticas e a análise crítica dos produtos apresentados pela consultoria técnica contratada (EY).

Entre os pontos fortes do processo destacam-se:

- a qualificação técnica dos debates, com participação ativa de diversas secretarias e técnicos especializados;
- o aprofundamento analítico dos produtos da consultoria, com contribuições expressivas em temas como mobilidade, meio ambiente, resíduos sólidos, estrutura urbana e governança;
- a valorização da interlocução intersetorial, promovendo maior integração entre as políticas públicas e os instrumentos de planejamento urbano;
- a consolidação de uma abordagem colaborativa, com metodologias participativas e produção coletiva de conhecimento.

O GT-TO também cumpriu papel relevante na sistematização das contribuições técnicas, na identificação de lacunas conceituais e operacionais dos documentos analisados, e na proposição de encaminhamentos para o aprimoramento dos materiais da revisão, garantindo coerência com os marcos legais, técnicos e institucionais. A experiência acumulada durante esse período demonstra a importância de um grupo técnico estável, propositivo e articulado, que contribui de forma decisiva para o fortalecimento da política urbana de Porto Alegre e para a efetiva implementação de um Plano Diretor alinhado aos desafios contemporâneos da cidade.



DIÁRIO OFICIAL PORTO ALEGRE

Órgão de Divulgação do Município - Ano XXVII - Edição 6781 - Quarta-feira, 15 de Junho de 2022.

Divulgação: Quarta-feira, 15 de Junho de 2022. **Publicação:** Sexta-feira, 17 de Junho de 2022.

EXECUTIVO PESSOAL

Portarias

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais,

Protocolo: 365685

DESIGNA os membros abaixo elencados para constituírem Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO), para revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), a contar da publicação desta, através da Portaria 460, de 14/06/2022 (Processo 21.0.000053535-1).

Nome	Matrícula	Cargo	Atuação	Órgão
VANESKA PAIVA HENRIQUE	1279653	Arquiteto	Coordenador Titular	SMAMUS
GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA	560835	Arquiteto	Coordenador 1º Suplente	SMAMUS
CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO	1120085	Arquiteto	Coordenador 2º Suplente	SMAMUS
DENISE PACHECO TILL CAMPOS	678305	Arquiteto	Titular	DEM HAB/ SMHARF
ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA	678664	Arquiteto	Suplente	DEM HAB/ SMHARF
FABIANA KRUSE	539913	Arquiteto	Titular	SMMU
ANA PAULA HOPPE BONINI	1065939	Arquiteto	Suplente	SMMU
JÚLIO CEZAR FARIAS MIRANDA	5401	Téc. em Trânsito e Transporte	Titular	EPTC
LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER	364219	Arquiteto	Titular	SMCEC
CAMILA WARPECHOWSKI	581255	Arquiteto	Suplente	SMCEC
LUCIANO CE	1141317	Engenheiro	Titular	SMOI
PAULO LIMA LOGE	1116959	Arquiteto	Suplente	SMOI
LUCIA DE BORBA MACIEL	1230590	Arquiteto	Titular	SMPAE
GLÊNIO VIANNA BOHRER	87169	Gerente de Atividades VII	Suplente	SMPAE
JOSÉ CARLOS SERPA PINGO VILAR	678032	Coordenador	Titular	SMGOV
ELTON PINTO DE FRAGA	770258	Gerente de Atividades VI	Suplente	SMGOV
ELEONORA BRAZ SERRALTA	518879	Procurador Municipal	Titular	PGM
ANDREZA SABALLA	545895	Procurador Municipal	Suplente	PGM
JULIANA BELARDINELLI	793490	Engenheiro	Titular	SMED
GIOVANE MARTINS VAZ DOS SANTOS	1556460	Assessor Técnico	Suplente	SMED
FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER	1279670	Arquiteto	Titular	SMF
JÉSSICA LANGE	1279688	Arquiteto	Suplente	SMF
LUCIANA VALENTE GAIESKY	1104098	Arquiteto	Titular	SMS
MARCELO PÁSCOA PINTO	1080555	Médico Veterinário	Suplente	SMS
CARLOS EDUARDO FRANCO COUTO	1027093	Guarda Municipal	Titular	SMSEG
RODRIGO MEOTTI TENTARDINI	538891	Guarda	Suplente	SMSEG

		Municipal		
LUCIANA MENDINA DE SOUZA MARTINEZ	1554883	Assessor VI	Titular	SMDS
ADILSO LUIS PIMENTEL CORLASSOLI	435378	Professor M5	Suplente	SMDS
ADEMIR ANTONIO MARIA	1065645	Coordenador	Titular	FASC
RODRIGO SCARAVONATO	1366521	Diretor Administrativo	Suplente	FASC
ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF	1395521	Coordenador	Titular	SMDDET
VICENTE ALTMAYER PERRONE	1537989	Secretário Municipal	Suplente	SMDDET
NELSON BERON CARVALHO FILHO	1214420	Secretário Adjunto	Titular	SMELJ
DEINER SALOME GOULART	1540378	Diretor-Geral	Suplente	SMELJ
RODRIGO CHIES	1157353	Diretor-Geral	Titular	SMSURB
ARCEU BANDEIRA RODRIGUES	664276	Engenheiro	Titular	DMLU
GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA	1275852	Arquiteto	Suplente	DMLU
ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER	546760	Engenheiro	Titular	DMAE
JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO	1142151	Engenheiro	Suplente	DMAE
PAULO CASAGRANDE	30023	Supervisor	Titular	PROCEMPA
ADRIANA VIAL FILIPPI	24026	Gerente	Suplente	PROCEMPA
CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER	1326880	Arquiteto	Titular	SMAMUS
TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES	292993	Chefe de Equipe	Titular	SMAMUS
DANIELA VIEIRA DA SILVA	687380	Arquiteto	Titular	SMAMUS
GISELE COELHO VARGAS	1306120	Arquiteto	Titular	SMAMUS
PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE	499794	Arquiteto	Titular	SMAMUS
MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI	1563548	Coordenador	Titular	SMAMUS
LETÍCIA CRUZ KLEIN	461870	Arquiteto	Titular	SMAMUS
RENATA SAFFER	1302442	Assessor V	Titular	SMAMUS
KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO	412056	Arquiteto	Titular	SMAMUS
TIAGO RUTSATZ SALOMONI	1007408	Engenheiro	Titular	SMAMUS
PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM	818784	Engenheiro Agrônomo	Titular	SMAMUS
KARLA FERNANDA FAILLACE	450100	Biólogo	Suplente	SMAMUS
ALEX PEREIRA DE SOUZA	1274236	Arquiteto	Titular	SMAMUS
MARCOS BERWANGER PROFES	1026844	Arquiteto	Titular	SMAMUS
VERÔNICA RIFFEL	1295004	Arquiteto	Titular	SMAMUS
GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ	1064460	Arquiteto	Suplente	SMAMUS
PRISCILA HUNING SPOHR	1523287	Assessor V	Titular	SMAMUS
MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI	74436	Assessor VI	Titular	SMAMUS
CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER	1164864	Diretor-Geral	Titular	SMAMUS
FERNANDA BRITO DA SILVEIRA	392203	Chefe de Unidade	Titular	SMAMUS
ELIANA BRIDI	437806	Engenheiro	Titular	SMAMUS
SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO	91495	Gerente de Atividades VI	Suplente	SMAMUS
ADRIANO TEDESCO ROSSETTO	1315404	Arquiteto	Titular	SMAMUS
ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH	1331604	Arquiteto	Suplente	SMAMUS
GIOVANA CRISTINA BERTOTTI	334069	Arquiteto	Titular	SMAMUS
MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS	547533	Arquiteto	Suplente	SMAMUS
COSME DE ASSIS DA SILVA	1074121	Arquiteto	Titular	SMAMUS
MÔNICA MOCELLIN RAYMUNDO	315130	Arquiteto	Suplente	SMAMUS
FLÁVIA LUIZA REBELATO	1337971	Arquiteto	Titular	SMAMUS
SELMA RUBINA THOMAZ	977679	Arquiteto	Suplente	SMAMUS
ROVANA REALE BORTOLINI	1428381	Arquiteto	Titular	SMAMUS
NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS	276434	Arquiteto	Suplente	SMAMUS


[Edição Completa](#)


Imprimir

**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E
SUSTENTABILIDADE**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04/2021

Institui o procedimento para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE, na condição de titular do órgão gerenciador do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento, no uso das atribuições conferidas pelo art. 37 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 4º da Lei Complementar nº 810, de 4 de janeiro de 2017,

CONSIDERANDO a necessidade de revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, atendendo ao disposto no parágrafo 3º do art. 40 do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

CONSIDERANDO que, para a revisão do Plano Diretor, deve ser promovida a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, de acordo com o inciso II do art. 2º do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

CONSIDERANDO que é atribuição do Executivo Municipal a promoção de audiências e debates com a participação popular, a publicidade dos documentos e informações produzidos, bem como a garantia do acesso a qualquer interessado do material produzido, nos termos do parágrafo 4º do art. 40 do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

CONSIDERANDO a aprovação desta Instrução Normativa pelo Conselho Municipal do Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA),

D E T E R M I N A:

**TÍTULO I
Das Disposições Gerais**

Art. 1º Fica instituído o procedimento para a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre.

Art. 2º Além das atividades já desenvolvidas que envolvem o processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre, as demais serão regidas por esta Instrução Normativa.

CAPÍTULO I Dos Objetivos

Art. 3º É objetivo do processo de Revisão do Plano Diretor aperfeiçoar a gestão do planejamento urbano para promover o desenvolvimento urbano integrado e sustentável do Município de Porto Alegre, tendo como base de referência os princípios da Nova Agenda Urbana e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco no ODS 11- Cidades Sustentáveis.

Art. 4º Para garantir o cumprimento dos objetivos, quanto à gestão democrática e participativa, o presente processo se valerá de Leituras Técnicas e Comunitárias, nos termos do disposto nas legislações vigentes sobre o tema.

Art. 5º Para os fins desta instrução normativa considera-se:

I – Modelo Jurídico - o conjunto das diretrizes de planejamento e de desenvolvimento urbano e de instrumentos jurídicos e urbanísticos adotados pelo Município, expressos através da redação da lei;

II – Instrumentos Urbanísticos - o conjunto de ações e instrumentos jurídicos, urbanísticos e tributários, legalmente facultadas ao Poder Público para intervir na ordenação do espaço urbano, regulamentando, controlando-o ou direcionando-o, na forma do disposto na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, no que couber;

III – Sistema Municipal de Gestão do Planejamento (SMGP) - processo contínuo, dinâmico e flexível com o objetivo de assegurar canais de participação da sociedade na gestão municipal, garantir o gerenciamento eficaz do planejamento e do desenvolvimento urbano, direcionado à promoção da melhoria da qualidade de vida das pessoas e à resolução das problemáticas sociais, urbanas e ambientais, com vistas a instituir um processo permanente de sistematização e atualização do PDDUA;

IV – Leitura Técnica - leitura da realidade local, através de dados e informações técnicas, as quais devem ser consideradas para fins de obtenção de estudos, diagnósticos, elaboração e consolidação das propostas;

V – Leitura Comunitária - leitura da realidade local através dos dados, das informações, das experiências e dos saberes das comunidades e da sociedade civil organizada, com o uso dos processos de participação, a qual deve ser considerada para fins de obtenção de diagnósticos, elaboração e consolidação das propostas.

TÍTULO II

Do Processo de Revisão do PDDUA

CAPÍTULO I

Da Estrutura Organizacional do Processo de Revisão do Plano Diretor

Art. 6º Com vistas a garantir o controle social do processo, através da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, o processo de Revisão do PDDUA será conduzido através da seguinte estrutura organizacional básica:

I – Coordenação Técnica (CT), de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS), composta por servidores da Diretoria de Planejamento Urbano (DPU-SMAMUS), com o apoio das demais estruturas administrativas da SMAMUS;

II – Grupo de Trabalho denominado GT Técnico Operacional (GT-TO), composto pelos órgãos da Administração Municipal, direta e indireta, com membros indicados pelo Prefeito Municipal;

III – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), com composição determinada no art. 40 do PDDUA;

IV – Grupo de Trabalho denominado GT Consultivo Técnico (GT-CT), com representação composta por integrantes do CMDUA e por Universidades com curso de graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e áreas afetas ao planejamento urbano, com sede em Porto Alegre;

V – Grupo de Trabalho denominado GT Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR), com representação composta pelas 08 (oito) Regiões de Planejamento, bem como 01 (um) representante do Orçamento Participativo, bem como pelos demais integrantes do CMDUA que tiverem interesse em participação do grupo.

Parágrafo único. Conforme necessidade no decorrer do andamento dos trabalhos, é facultada a formação de novos grupos de trabalho ou a inclusão de novos membros nos Grupos de Trabalho descritos nesta Instrução Normativa, a fim de possibilitar a participação de outras representações da sociedade, além de se garantir a criação de fóruns para discussão sobre temas específicos.

Art. 7º Compete à Coordenação Técnica (CT), nos termos do disposto no art. 37 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999 e na alínea “f” do inciso III do art. 4º da Lei Complementar nº 810, de 4 de janeiro de 2017:

I – promover a revisão e a atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental - PDDUA, coordenando e gerenciando o desenvolvimento dos trabalhos no decorrer do processo, com vistas a promover a sua efetiva realização;

II – elaborar todo o material técnico necessário para o desenvolvimento do processo de Revisão do Plano Diretor, subsidiando-se das consultorias técnicas contratadas, dos órgãos do Município e dos Grupos de Trabalho, no que couber;

III – estabelecer as formas de interlocução com a sociedade e entre os integrantes do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento (SMGP), assegurando a interlocução com os órgãos municipais, com organismos governamentais e não governamentais, bem como com os diversos segmentos da sociedade sobre as questões relacionadas à revisão do Plano Diretor;

IV – estabelecer meios de sensibilizar e mobilizar a sociedade para debater as questões relativas ao planejamento urbano e ao Plano Diretor, com a finalidade de garantir a efetiva participação popular no decorrer do processo;

V – manter e divulgar canais de comunicação que possibilitem a disponibilização de informações relativas ao processo de Revisão do Plano Diretor, que possibilite a formulação de consultas públicas e recebimento de contribuições oriundas da população em geral;

VI – efetuar as convocações relativas aos processos de participação previstos, bem como efetuar as devidas divulgações, garantida a divulgação nos fóruns regionais de planejamento com o apoio dos conselheiros regionais;

VII – coordenar as atividades relativas aos processos de participação previstos, bem como as reuniões dos grupos de trabalho;

VIII – indicar a metodologia de realização das atividades desenvolvidas no decorrer do processo, em conjunto com os GTs, no que couber, considerando a característica da atividade a ser desenvolvida;

IX – estabelecer o cronograma para o desenvolvimento das atividades, em conjunto com os GTs no que couber, considerando a característica da atividade a ser desenvolvida;

X – oferecer suporte aos Conselhos Municipais em reuniões destinadas ao debate das matérias relacionadas à Revisão do Plano Diretor;

XI – prestar esclarecimentos em eventos oficiais destinados ao debate das matérias relacionadas à Revisão do Plano Diretor;

XII – sistematizar as informações obtidas ao longo do desenvolvimento das atividades relacionadas à Revisão do Plano Diretor, bem como analisar e compilar as propostas advindas dos processos de participação da sociedade e dos grupos de trabalho, garantido o retorno aos proponentes de alteração;

XIII – elaborar a minuta de Projeto de Lei, bem como as regulamentações decorrentes dos resultados do processo;

XIV – fornecer apoio técnico e esclarecimentos ao Legislativo para o debate e a discussão dos Projetos de Lei na Câmara Municipal.

Art. 8º Compete ao GT Técnico Operacional (GT-TO), grupo de trabalho composto pelos órgãos da Administração Municipal, direta e indireta, no âmbito de suas competências, participar na elaboração e no desenvolvimento dos trabalhos, contribuindo com análises e formulações técnicas de propostas relacionadas às políticas setoriais, envolvendo:

I – fornecer os dados e informações que forem solicitadas pela Coordenação Técnica;

II – colaborar na análise dos resultados dos estudos realizados, propondo ajustes e complementações, quando for o caso;

III – colaborar na elaboração dos documentos consolidados e na sistematização das informações produzidas;

IV – colaborar na elaboração de minutas de Projetos de Lei e regulamentações, com vistas a garantir a efetiva implementação das políticas resultantes do processo de revisão;

V – prestar suporte na realização dos processos de participação da sociedade, bem como na análise de resultados.

Art. 9º Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), no âmbito do desenvolvimento do trabalho de Revisão do Plano Diretor, nos termos do inciso I do art. 39 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999:

I – discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão do Plano Diretor, emitindo pareceres, quando couber;

II – acompanhar e monitorar o processo de Revisão do Plano Diretor, atuando especialmente sobre:

a) recebimento dos relatórios do andamento do processo de Revisão, conforme cronograma a ser estabelecido pela CT;

b) recebimento e avaliação dos resultados consolidados obtidos, após a avaliação dos GT, emitindo parecer, quando necessário;

c) acompanhamento do andamento e dos resultados dos processos de participação;

d) proposição de ajustes pertinentes e complementações que subsidiem a Revisão do Plano Diretor.

III – aprovar a conclusão das diferentes etapas de desenvolvimento do processo, nos termos definidos nesta Instrução Normativa;

IV – acompanhar a tramitação do projeto de lei complementar na Câmara de Vereadores de Porto Alegre (CMPA), com direito à participação nos debates realizados em Comissões Especiais que tratam do tema, junto à CMPA.

Art. 10. Compete ao GT Consultivo Técnico (GT-CT), grupo de trabalho composto por integrantes do CMDUA e pelas Universidades:

I – discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão do Plano Diretor emitindo manifestações técnicas conjuntas, conforme cronograma a ser estabelecido, envolvendo:

a) avaliação dos resultados consolidados pela CT em conjunto com o GT-TO, obtidos nas diferentes etapas do processo, através de parecer técnico conjunto, propondo ajustes e complementações, quando for o caso;

b) avaliação e proposição de soluções para os diferentes temas relativos à revisão do Plano Diretor, colaborando na construção das propostas consolidadas;

c) avaliação do conteúdo de propostas sistematizadas pela CT e GT-TO oriundas dos processos de participação da sociedade, incluindo a metodologia utilizada nestes processos.

II – participar e apoiar a organização e a realização dos processos de participação como as oficinas, os seminários, as audiências públicas, conferências, entre outros;

III – colaborar na mobilização da sociedade civil organizada para participação dos eventos destinados à Leitura Comunitária.

Parágrafo único. Os interessados em se tornarem componentes do GT Consultivo Técnico deverão ter ciência da necessidade da efetiva participação no calendário de agendas a fim de garantir o pleno andamento dos trabalhos, desta forma, a ausência não justificada em 03 (três) reuniões sucessivas desabilitará o representante, devendo este ser substituído oficialmente por outro, se assim for o interesse da entidade ou da região de planejamento.

Art. 11. Compete ao GT Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR), grupo de trabalho composto pelos representantes das 08 (oito) Regiões de Planejamento, pelo representante do Orçamento Participativo, bem como pelos demais integrantes com assento no CMDUA, que manifestarem interesse na participação:

I – discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão do Plano Diretor emitindo pareceres conjuntos, quando for o caso, conforme cronograma a ser estabelecido, envolvendo:

a) avaliação dos resultados consolidados pela CT em conjunto com o GT-TO, obtidos nas diferentes etapas do processo, através de parecer conjunto, propondo ajustes e complementações, quando for o caso;

b) propostas de soluções para os diferentes temas relativos à revisão do Plano Diretor, colaborando na construção das propostas consolidadas;

c) colaboração no recebimento e apresentação de propostas oriundas da sociedade;

d) participação, em conjunto com a Coordenação Técnica (CT), em encontros com a sociedade organizada no âmbito das Regiões de Planejamento, denominados Diálogos com a Sociedade, buscando ouvir anseios, expectativas e recebimento de propostas.

II – participar e apoiar a organização e realização dos processos colaborativos como as oficinas, os seminários, as audiências públicas, conferências, entre outros;

III – colaborar na mobilização da sociedade para participação dos eventos destinados à Leitura Comunitária.

Parágrafo único. Os interessados em se tornarem componentes do GT Consultivo Técnico deverão ter ciência da necessidade da efetiva participação no calendário de agendas a fim de garantir o pleno andamento dos trabalhos, desta forma a ausência não justificada em 03 (três) reuniões sucessivas desabilitará o representante, devendo este ser substituído oficialmente por outro, se assim for o interesse da entidade ou da região de planejamento.

TÍTULO III

Do Desenvolvimento das Etapas no Processo de Revisão do PDDUA

Art. 12. O processo de Revisão do Plano Diretor está previsto para ser desenvolvido em 05 (cinco) etapas, sendo prevista o encaminhamento para a Aprovação no início do ano de 2023:

I – Etapa Preparatória: Em andamento desde agosto de 2019, com previsão para conclusão em 2021, a partir da conclusão das ações previstas e com o advento da contratação dos estudos específicos para a revisão do Plano Diretor no âmbito do projeto POA 2030: Inovadora, Integrada, Resiliente e Sustentável, junto ao PNUD.

II – Leitura da Cidade: Etapa prevista para ser iniciada e concluída no ano de 2021.

III – Sistematização e Propostas: Etapa com previsão de início em 2021 e previsão de conclusão em 2022.

IV – Aprovação: Previsão de início em 2023 a partir da entrega e aprovação do projeto na CMPA.

V – Implantação e Monitoramento: Etapa prevista para ser iniciada posteriormente à aprovação do projeto na CMPA.

CAPÍTULO I

Da Etapa Preparatória

Art. 13. A etapa preparatória consiste em etapa preliminar necessária à estruturação do desenvolvimento dos trabalhos, sendo algumas delas já realizadas ou em andamento, contemplando:

I – definição da metodologia de trabalho, do cronograma de atividades, das formas de comunicação e interlocução com a sociedade, bem como o planejamento dos processos de participação dentro do processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, a ser consolidada através desta Instrução Normativa;

II – realização da primeira rodada de oficinas temáticas-territoriais, bem como a realização das devolutivas nas Regiões de Planejamento para apresentação dos resultados consolidados;

III – elaboração de termos de referência, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/19/014;

IV – organização preliminar do banco de dados e das informações necessárias para a Revisão do Plano Diretor;

V – realização de processos de participação online e presenciais, envolvendo consultas preliminares que servirão de subsídio para a realização dos diagnósticos, caso se fizerem necessárias;

VI – constituição dos grupos de trabalho.

CAPÍTULO II

Da Leitura da Cidade

Art. 14. São etapas da Leitura da Cidade:

I – Nivelamento do Conhecimento;

II – Leitura Técnica;

III – Leitura Comunitária.

Parágrafo único. A Leitura da Cidade tem como objetivo a apropriação das características do território e a discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, levando em consideração as avaliações técnicas produzidas e as avaliações efetuadas pela população como um todo.

Art. 15. O Nivelamento do Conhecimento é executado pela CT, envolvendo a estruturação e a consolidação dos dados e informações, os quais servirão de subsídios ao desenvolvimento dos trabalhos, contemplando as seguintes atividades:

I – elaboração de termos de referência, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/19/014, no que couber para a Etapa;

II – estruturação de dados e informações, pelo PNUD, com subsídios fornecidos pela CT e GT-TO;

III – capacitação do quadro técnico Municipal e dos agentes envolvidos no processo de planejamento urbano, incluindo os conselheiros do CMDUA, em conjunto com os GT.

Art. 16. A realização da Leitura da Cidade, através das Leituras Técnica e Comunitária, é consolidada pela CT e pelo GT-TO, com subsídios do PNUD, com base nos resultados obtidos nas discussões realizadas pelos GT-CT, GT-CR e CMDUA, tendo como objetivos avaliar o território, a fim de estabelecer diagnósticos e propor soluções para as questões da cidade.

§ 1º A Leitura Técnica tem como objetivo estudar o território e a paisagem, realizando estudos, diagnósticos e propondo soluções prévias para os diversos temas envolvendo as questões da cidade.

§ 2º A Leitura Comunitária tem como objetivo ouvir a população, em seus diversos segmentos socioeconômicos, buscando identificar os problemas existentes, as potencialidades e as questões prioritárias para o desenvolvimento urbano sustentável da cidade, que devem ser enfrentadas na formulação das propostas.

§ 3º Os processos de participação necessários à Leitura Comunitária estão descritos no Título IV desta Instrução Normativa.

§ 4º O GT-CT avaliará os resultados consolidados obtidos na Leitura da Cidade, emitindo parecer técnico conjunto, propondo ajustes e complementações, quando for o caso.

§ 5º O GT-CR avaliará os resultados consolidados obtidos na Leitura da Cidade, propondo ajustes e complementações, quando for o caso.

§ 6º O CMDUA receberá a avaliação e se manifestará sobre a consolidação dos resultados consolidados da Leitura Técnica, propondo ajustes e complementações, quando for o caso.

§ 7º Após a manifestação do CMDUA, os resultados serão disponibilizados online, sendo aberto espaço para contribuições da sociedade e, posteriormente serão encaminhados para a realização de conferência para apresentação dos resultados e recebimento de indicações de propostas para a Revisão do Plano Diretor, tendo em vista os resultados apresentados.

§ 8º Após a realização da conferência, os resultados serão considerados para a realização da Etapa de Sistematização e Propostas.

CAPÍTULO III

Da Sistematização e das Propostas

Art. 17. A etapa de Sistematização e Propostas consiste na sistematização e consolidação dos resultados dos diagnósticos obtidos das Leituras Técnica e Comunitária, atendendo aos preceitos da Nova Agenda Urbana e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco no ODS 11, com a respectiva elaboração de propostas.

§ 1º A sistematização e a consolidação dos resultados e propostas serão efetuadas pela CT em conjunto com o GT-TO.

§ 2º A sistematização e consolidação dos resultados e propostas serão encaminhadas pela CT ao GT-CT, o qual emitirá parecer técnico conjunto, propondo ajustes e complementações, quando for o caso.

§ 3º Concomitantemente às atividades previstas no § 2º, a sistematização e a consolidação dos resultados e propostas serão encaminhadas pela CT ao GT-CR, o qual emitirá parecer conjunto, propondo ajustes e complementações, quando for o caso.

§ 4º A sistematização e consolidação dos resultados e das propostas, após avaliação dos pareceres emitidos pelos GT-CT e GT-CR, serão encaminhadas ao plenário do CMDUA para que este possa, em conjunto, discutir, propor e opinar, emitindo pareceres propondo e indicando ajustes e/ou complementações, quando for o caso.

§ 5º Após a manifestação do CMDUA, os resultados serão disponibilizados online, sendo aberto espaço para contribuições da sociedade e, posteriormente, serão encaminhados para a realização de conferência para apresentação dos resultados e recebimento de indicações de propostas para a Revisão do Plano Diretor, tendo em vista os resultados apresentados.

§ 6º Após a realização da conferência, os resultados serão considerados para a elaboração da Minuta Prévia de Revisão do Plano Diretor.

§ 7º Após a consolidação dos resultados da Etapa da Sistematização e Propostas, bem como a realização da conferência parte desta etapa, se dará andamento à Etapa de Aprovação, através da elaboração da minuta prévia de Projeto de Lei Complementar para a Revisão do Plano Diretor.

CAPÍTULO IV

Da Etapa de Aprovação

Art. 18. Serão submetidos à Audiência Pública os resultados consolidados pela CT e pelo GT-TO e avaliados nas discussões realizadas pelos GT-CT, GT-CR e CMDUA, a partir das etapas da Leitura da Cidade e de Sistematização e Propostas,

bem como a proposta de minuta de Projeto de Lei Complementar relativa à revisão do Plano Diretor.

§ 1º A minuta de lei Complementar de Revisão do Plano Diretor será elaborada pela CT e pelo GT-TO, com base na conclusão dos resultados da Etapa de Sistematização e Propostas e será encaminhada aos GT-CT e GT-CR para avaliação dos resultados e emissão de parecer, propondo ajustes e complementações, quando for o caso.

§ 2º Após a consolidação dos resultados, a minuta será encaminhada ao CMDUA para considerações finais e encaminhamento às Audiências Públicas.

Art. 19. Previamente às Audiências Públicas de apresentação da minuta de Projeto de Lei Complementar, será aberta consulta pública para fins de recebimento de contribuições da sociedade através do site.

Art. 20. A CT, em conjunto com o GT-CT e o GT-CR, bem como indicados do CMDUA, realizará o acompanhamento e o apoio técnico ao debate e discussão dos Projetos de Lei referentes ao processo de Revisão do Plano Diretor na Câmara Municipal.

CAPÍTULO V **Da Implantação e do Monitoramento**

Art. 21. A etapa de Implantação e do Monitoramento consiste no acompanhamento da implementação do projeto a fim de garantir o monitoramento e a transparência dos resultados.

Art. 22. Durante a etapa de implementação e monitoramento, a CT realizará:

I – capacitação dos técnicos municipais na gestão dos Modelos Jurídico e Espacial propostos;

II – capacitação dos agentes envolvidos com a gestão da política urbana para operação nos Modelos Jurídico e Espacial propostos;

III – capacitação dos conselheiros, delegados regionais e fóruns de planejamento regional, de forma a qualificar a participação comunitária na gestão do sistema de planejamento;

IV – atualização permanente dos dados e acompanhamento da implementação do Plano Diretor através dos indicadores de desenvolvimento estabelecidos.

TÍTULO IV

Dos Procedimentos dos Processos de Participação

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 23. Os processos de participação, no âmbito da Revisão do Plano Diretor, farão parte e subsidiarão as Leituras Técnica e Comunitária, ocorrendo durante todas as etapas do processo, a partir de diferentes estratégias de participação, tais como:

I – Oficinas Territoriais/Técnicas/Temáticas;

II – Diálogos com a Sociedade;

III – Consultas e Participação Online;

IV – Seminários;

V – Conferências;

VI – Audiências Públicas.

Parágrafo único. Poderão ser realizadas outras estratégias, além das previstas nesta instrução normativa, a critério da Coordenação Técnica, considerando a necessidade de qualificar os dados obtidos.

CAPÍTULO II

Das Oficinas

Art. 24. Serão realizadas Oficinas, com o intuito de coletar, de maneira sistematizada, demandas, anseios e perspectivas da população em relação ao Plano Diretor, sendo previstas:

I – realização de Oficinas Temáticas destinadas à Leitura da Cidade, com foco em temas específicos do planejamento urbano, relativos a toda a cidade, a serem definidas pela CT em conjunto com o GT-CR, em locais de fácil acesso e com disponibilidade de transporte público e divulgadas com antecedência de pelo menos 15 (quinze) dias corridos, em diferentes meios de comunicação, a fim de assegurar o processo participativo;

II – realização de Oficinas Territoriais destinadas à Leitura da Cidade, que tratam de partes específicas do território, a serem definidas pela CT em conjunto com o GT-CR, em locais de fácil acesso e com disponibilidade de transporte público e divulgadas com antecedência de pelo menos 15 (quinze) dias corridos, em diferentes meios de comunicação, a fim de assegurar o processo participativo;

III – realização de oficinas técnicas destinadas à Leitura da Cidade e à validação dos parâmetros e modelos propostos, a serem definidas pela CT em conjunto com o GT-CT, em locais de fácil acesso e com disponibilidade de transporte público e divulgadas com antecedência de pelo menos 15 (quinze) dias corridos, em diferentes meios de comunicação, a fim de assegurar o processo participativo.

Parágrafo único. Poderão ser realizadas oficinas complementares, além das previstas nesta Instrução Normativa, a critério da CT, considerando a necessidade de qualificar os dados e informações obtidos.

CAPÍTULO III Dos Diálogos

Art. 25. Os Diálogos com a Sociedade têm o objetivo de coletar contribuições advindas da sociedade organizada, com o intuito de registrar problemáticas, anseios e perspectivas específicos, sendo demandados pela sociedade ou pela Administração.

Art. 26. Na realização dos Diálogos com a Sociedade, será observado o seguinte:

I – Agendamento prévio, com definição de horário de início e término, sendo também definido o tema a ser abordado, o qual será amplamente divulgado;

II – Registro em lista dos presentes, elaboração de relatório sobre as principais questões abordadas e síntese dos encaminhamentos acordados;

III - Na realização dos Diálogos será oportunizada a fala dos presentes, observando o horário pré-estabelecido no inciso I.

Art. 27. Os Diálogos também serão configurados como canais para atendimento complementar às Oficinas Territoriais.

CAPÍTULO IV Dos Seminários

Art. 28. Serão realizados seminários com o objetivo de qualificar o desenvolvimento das Etapas de Revisão do Plano Diretor, através da discussão coletiva de diversos temas relacionados.

CAPÍTULO V

Das Consultas e das Colaborações On-line

Art. 29. Durante todo o processo serão realizadas consultas, por diferentes meios, bem como colaborações on-line.

Art. 30. Para a realização das consultas e colaborações on-line, serão disponibilizados os canais eletrônicos de site e e-mail do Plano Diretor.

Art. 31. Poderão ser realizadas consultas presenciais e pesquisas para complementação dos processos colaborativos.

Art. 32. As respostas às consultas serão avaliadas, sistematizadas e estruturadas, sendo disponibilizadas no decorrer do processo e utilizadas para complementar a Leitura da Cidade.

Art. 33. Previamente à Conferência e às Audiências Públicas serão abertas consultas públicas para fins de recebimento de contribuições da sociedade através do site.

CAPÍTULO VI

Das Conferências na Revisão do Plano Diretor

Art. 34. Para cada uma das Etapas de Leitura da Cidade e de Sistematização e Propostas, após a consolidação dos resultados, será realizada conferência para discutir a Revisão do Plano Diretor, aberta à participação da sociedade como um todo, prevista para ser realizada durante 3 (três) dias, em local de fácil acesso e com disponibilidade de transporte público, em data a ser marcada, conforme estimativa prevista no calendário do site.

Parágrafo único. A definição dos ritos para a realização da Conferência tais como o planejamento da estrutura do evento, a composição de comissão preparatória, o cronograma de reuniões, a definição do local e data, as formas de divulgação, entre outros, será definida pela CT, em conjunto com o GT-CT e GT-CR e aprovada pelo CMDUA.

Art. 35. Os resultados decorrentes da Conferência serão analisados, sistematizados e considerados para a conclusão das etapas de Leitura da Cidade e de Sistematização e Propostas do processo de Revisão do Plano Diretor.

CAPÍTULO VII

Das Audiências Públicas

Art. 36. As Audiências Públicas serão destinadas à apresentação e ao debate dos resultados consolidados, quando se identificar necessidade e da minuta de Projeto de Lei Complementar de Revisão do Plano Diretor, sendo divulgadas com antecedência mínima de 30 dias.

§ 1º A necessidade de realização de audiências públicas no decorrer do processo será definida pela CT, em conjunto com o GT-CT e o GT-CR, dependendo dos temas a serem abordados, sendo ratificada pelo CMDUA, considerando os resultados obtidos no decorrer do processo.

§ 2º O processo de condução e participação das audiências a que se refere o caput será objeto de normativa específica, observado o disposto na Lei Complementar nº 382, de 24 de julho de 1996.

Art. 37. Após a consolidação dos resultados, a minuta de Projeto de Lei Complementar será encaminhada pelo Executivo à Câmara de Vereadores, acompanhados de um relatório-síntese, contendo as contribuições oriundas da Audiência Pública, assim como os encaminhamentos dados pelo Executivo Municipal, contemplando as justificativas técnicas decorrentes das análises.

Art. 38. A CT efetuará divulgação dos resultados no site, garantindo o amplo acesso à informação.

CAPÍTULO VIII

Da Comunicação e acesso à informação

Art. 39. Além da divulgação no site, os processos colaborativos decorrentes da Revisão do Plano Diretor serão precedidos de ampla divulgação nos meios de comunicação, com a finalidade de garantir a ampla participação da sociedade.

Art. 40. O site do Plano Diretor, www.prefeitura.poa.br/planodiretor, é o canal oficial de comunicação com a sociedade, onde serão divulgadas todas as ações institucionais decorrentes do processo de revisão, bem como:

I – cronograma de atividades realizadas e a realizar;

II – divulgação dos eventos realizados e a realizar;

III – divulgação dos resultados das atividades e trabalhos técnicos realizados;

IV – divulgação dos resultados dos eventos públicos;

V – realização de canais de consultas e colaborações online;

VI – divulgação dos resultados finais e da minuta do Projeto Lei Complementar, com abertura de canal de contribuições.

Art. 41. Esta Instrução Normativa poderá ser alterada, de acordo com o andamento do processo, a partir da avaliação da CT e dos Grupos de Trabalho e aprovação do CMDUA.

Art. 42. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2021.

Registre-se e publique-se.

Germano Bremm
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO - CPU/SMAMUS
DESPACHO

Aos membros do GT-TO

O Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO) foi instituído pela Instrução Normativa 04/2021 (19553105), a qual institui o procedimento para a Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre. O GT-TO se caracteriza como um dos integrantes da estrutura organizacional básica do processo de Revisão do Plano Diretor, que terá como função acompanhar o desenvolvimento do processo até sua conclusão.

INFORMA-SE que os seguintes documentos foram anexados ao SEI:

- 19552684 - Portaria 460/22, de 14/06/2022 (Processo 21.0.000053535-1), com designação dos membros integrantes dos órgãos da Administração Municipal para constituírem Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO), para revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA);
- 19553105 - Instrução Normativa 04/2021, de 10/02/2021, que institui o procedimento para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), e dá outras providências.

Também disponibilizamos o link do documento [Projeto de Cooperação Técnica Internacional \(PCTI\)](#) assinado.

Os registros das reuniões 001/2022 e 002/2022, realizadas nos dias 01/07/2022 e 08/07/2022, serão anexadas em breve para aprovação e assinatura dos presentes.

Att,

Arquiteta e Urbanista Vaneska Paiva Henrique | CPU/DPU/SMAMUS

Coordenadora Titular do GT-TO

Arquiteto e Urbanista Guilherme Silveira Castanheira | UPU/CPU/DPU/SMAMUS

Coordenador 1º Suplente do GT-TO

Arquiteta e Urbanista Catiane Burghausen Cardoso | UEU/CPU/DPU/SMAMUS

Coordenadora 2º Suplente do GT-TO



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silveira Castanheira, Chefe de Unidade**, em 12/07/2022, às 18:27, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Catiane Burghausen Cardoso, Chefe de Unidade**, em 13/07/2022, às 09:40, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vaneska Paiva Henrique, Coordenador(a)**, em 13/07/2022, às 15:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **19553168** e o código
CRC **737E1E2A**.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 001/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
01/07/2022	Início: 14h Término: 15h30	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Abertura da primeira reunião do GT com rápida apresentação dos integrantes por secretarias e diretorias. A coordenadora de planejamento urbano, arquiteta Vaneska Paiva Henrique (CPU), iniciou a apresentação reforçando a composição (órgãos da PMPA) do GT, passando algumas orientações gerais para as reuniões do grupo. Após fez uma breve introdução sobre os tópicos que seriam tratados na reunião:

- estrutura do Plano Diretor;
- objetivo e atribuições do grupo de trabalho;
- o Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCTI);
- o processo de Revisão do Plano Diretor (etapas);
- estrutura do trabalho dos grupos (etapas/blocos);
- encaminhamentos.

Encerrada a apresentação foi aberto espaço para contribuições e questionamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Guilherme Castanheira (CPU) - comentou a importância de reforçar a busca pela participação dos membros do GT. Que os membros participem ativamente, trazendo contribuições. Se acreditam que não haverá possibilidade de participação, devam sinalizar para que a Coordenação do GT possa solicitar indicação de novos técnicos.

Catiane Cardoso (CPU) - feliz por estarmos dando o pontapé inicial.

Diretora Patrícia (DPU) - comentou sobre a estrutura do trabalho dos grupos, sobre os blocos. Que dois primeiros blocos são para que os membros do GT possam estar sintonizados. Que as secretarias devam se preparar para troca de informações no Bloco 2.

Dra. Leonora (PGM) - questionou sobre a agenda ser fixa na sexta, se haveria flexibilidade de horário.

Coordenadora Arq. Vaneska (CPU) - comentou que irá levar a este questionamento para o grupo.

Karla Failace (DLMA) - também questionou o calendário de reuniões.

Fabiana Kruse (SSMU) - questionou sobre colocar o material numa pasta do drive da PROCEMPA.

Coordenadora Arq. Vaneska (CPU) - comentou que será verificado a possibilidade com a PROCEMPA.

Luciana Gaiesky (SMS) – questionou sobre o acesso aos documentos, se será aberto processo SEI para contribuições de cada secretaria, como será a disponibilização das atas.

Coordenadora Arq. Vaneska (CPU) – a coordenação do GT já está verificando a melhor opção.

Selma (DEL) - contribuiu comentando sobre a utilização do SEI para lista de presenças e disponibilização de pautas. As comissões possuem dois processos SEI, um para pareceres e outro para a lista de presenças.

Fabiana Kruse (SSMU) - comentou que a SMMU não existia quando a SMAMUS encaminhou os primeiros processos SEI solicitando contribuições para revisão do PD, que os processos que foram encaminhados para SMIM e EPTC sejam direcionados à CIP/SMMU, para que as colegas possam olhar o que foi encaminhado na época.

Diretora Patrícia (DPU) - reforçou a importância do drive para o material a ser compartilhado.

Guilherme Castanheira (CPU) - comentou sobre como se dará a disponibilização dos setores de cada membro do GT para recebimento dos processos SEI.

Coordenadora Arq. Vaneska (CPU) – inicialmente será solicitado os setores via e-mail.

Paulo Casagrande (PROCEMPA) - auxiliará na disponibilização do e-mail do GT e pasta no drive da PROCEMPA.

Guilherme Castanheira (CPU) - reforçou sobre a disponibilização dos mini-currículos dos membros para que possam estar disponíveis para consulta, para dar visibilidade no processo de revisão do plano.

ENCAMINHAMENTOS:

1. Levantamento dos processos via SEI para ratificação e/ou retificação das contribuições originais registradas em 2019;
2. Confirmação da escala de agendas semanais;
3. Confirmação agenda 08.07.22 para apresentação do PCTI;
4. Currículos e setores de atuação dos servidores integrantes do grupo;
5. Outras questões do grupo;
6. Reforçar convite com as secretarias que não puderam participar desta primeira reunião.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEMHAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ELEONORA BRAZ SERRALTA
	ANDREZA SABALLA
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
	JÉSSICA LANGE
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
SMSEG	RODRIGO MEOTTI TENTARDINI
SMDS	ADILSO LUIS PIMENTEL CORLASSOLI
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
PROCEMPA	PAULO CASAGRANDE
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
TIAGO RUTSATZ SALOMONI	

SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
	KARLA FERNANDA FAILLACE
SMAMUS DAV	ALEX PEREIRA DE SOUZA
	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	ELIANA BRIDI
	ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	MÔNICA MOCELLIN RAYMUNDO
	FLAVIA LUIZA REBELATO
SMAMUS DPPS	SELMA RUBINA THOMAZ
	ROVANA REALE BORTOLINI
	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMDS	WILLIAM

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO - CPU/SMAMUS
ATA Nº 001/2022



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 001/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO		LOCAL
01/07/2022	Início: 14h	Término: 15h30	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Abertura da primeira reunião do GT com rápida apresentação dos integrantes por secretarias e diretorias. A coordenadora de planejamento urbano, arquiteta Vaneska Paiva Henrique (CPU), iniciou a apresentação reforçando a composição (órgãos da PMPA) do GT, passando algumas orientações gerais para as reuniões do grupo. Após fez uma breve introdução sobre os tópicos que seriam tratados na reunião:

- Estrutura do Plano Diretor;
- Objetivo e atribuições do grupo de trabalho;
- O Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCTI);
- O processo de Revisão do Plano Diretor (etapas);
- Estrutura do trabalho dos grupos (etapas/blocos);
- Encaminhamentos.

Encerrada a apresentação foi aberto espaço para contribuições e questionamentos.



REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Guilherme Castanheira (CPU) - comentou a importância de reforçar a busca pela participação dos membros do GT. Que os membros participem ativamente, trazendo contribuições. Se acreditam que não haverá possibilidade de participação, devam sinalizar para que a Coordenação do GT possa solicitar indicação de novos técnicos.

Catiane Cardoso (CPU) - feliz por estarmos dando o pontapé inicial.

Diretora Patrícia (DPU) - comentou sobre a estrutura do trabalho dos grupos, sobre os blocos. Que dois primeiros blocos são para que os membros do GT possam estar sintonizados. Que as secretarias devam se preparar para troca de informações no Bloco 2.

Dra. Leonora (PGM) - questionou sobre a agenda ser fixa na sexta, se haveria flexibilidade de horário.

Coordenadora Arq. Vaneska (CPU) - comentou que irá levar a este questionamento para o grupo.

Karla Failace (DLMA) - também questionou o calendário de reuniões.

Fabiana Kruse (SSMU) - questionou sobre colocar o material numa pasta do drive da PROCEMPA.

Coordenadora Arq. Vaneska (CPU) - comentou que será verificado a possibilidade com a PROCEMPA.

Luciana Gaiesky (SMS) - questionou sobre o acesso aos documentos, se será aberto processo SEI para contribuições de cada secretaria, como será a disponibilização das atas.

Coordenadora Arq. Vaneska (CPU) - a coordenação do GT já está verificando a melhor opção.

Selma (DEL) - contribuiu comentando sobre a utilização do SEI para lista de presenças e disponibilização de pautas. As comissões possuem dois processos SEI, um para pareceres e outro para a lista de presenças.

Fabiana Kruse (SSMU) - comentou que a SMMU não existia quando a SMAMUS encaminhou os primeiros processos SEI solicitando contribuições para revisão do PD, que os processos que foram encaminhados para SMIM e EPTC sejam direcionados à CIP/SMMU, para que as colegas possam olhar o que foi encaminhado na época.

Diretora Patrícia (DPU) - reforçou a importância do drive para o material a ser compartilhado.

Guilherme Castanheira (CPU) - comentou sobre como se dará a disponibilização dos setores de cada membro do GT para recebimento dos processos SEI.



aneska (CPU) – inicialmente será solicitado os setores via e-mail.

'ROCEMPA) - auxiliará na disponibilização do e-mail do GT e pasta no drive da PROCEMPA.

referenciado sobre a disponibilização dos mini-currículos dos membros para que
possam es
ilidade no processo de revisão do plano.

1. Levantamento e/ou retificação das contribuições originais registradas em :
2. Conferência e/ou retificação das contribuições originais registradas
3. Confirmação agenda 08.07.22 para apresentação do PCTI;
4. Currículos e setores de atuação de integrantes do grupo;
5. Outras questões do grupo;
6. Reforçar convite com as secretarias que não puderam participar desta primeira reunião.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ELEONORA BRAZ SERRALTA
	ANDREZA SABALLA
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
	JÉSSICA LANGE
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
SMSEG	RODRIGO MEOTTI TENTARDINI
SMDS	ADILSO LUIS PIMENTEL CORLASSOLI
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
PROCEMPA	PAULO CASAGRANDE
	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

SMAMUS



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GISELE COELHO VARGAS

PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE

MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI

LETÍCIA CRUZ KLEIN

RENATA SAFFER

TIAGO RUTSATZ SALOMONI

SMAMUS | DLMA

PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM

KARLA FERNANDA FAILLACE

SMAMUS | DAV

ALEX PEREIRA DE SOUZA

MARCOS BERWANGER PROFES

GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ

PRISCILA HUNING SPOHR

SMAMUS | DEL

MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI

CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER

ELIANA BRIDI

ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH

MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS

COSME DE ASSIS DA SILVA

MÔNICA MOCELLIN RAYMUNDO

FLAVIA LUIZA REBELATO

SELMA RUBINA THOMAZ

SMAMUS | DPPS

ROVANA REALE BORTOLINI

NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:

ÓRGÃO | SECRETARIA

NOME

SMAMUS | DPU

VINÍCIOS DA SILVA | UPU/CPU

SMAMUS | DPU

ANTÔNIO GOMES | UGDU/CGMU

SMDS

WILLIAM



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silveira Castanheira, Chefe de Unidade**, em 22/08/2022, às 16:19, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Catiane Burghausen Cardoso, Chefe de Unidade**, em 22/08/2022, às 16:29, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vaneska Paiva Henrique, Coordenador(a)**, em 22/08/2022, às 16:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Wallau de Oliveira Kessler, Chefe de Unidade**, em 22/08/2022, às 16:59, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giulianna Carneiro de França, Servidor Público**, em 22/08/2022, às 17:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Arceu Bandeira Rodrigues, Diretor(a)**, em 23/08/2022, às 09:50, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giovane Martins Vaz dos Santos, Coordenador(a)**, em 23/08/2022, às 11:38, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gláucia Elen Ribeiro Cazarré, Técnico Responsável**, em 23/08/2022, às 12:35, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Antônio Jung de Moura Jardim, Coordenador(a)**, em 23/08/2022, às 17:51, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Saballa, Procurador(a) Municipal**, em 24/08/2022, às 14:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gisele Coelho Vargas, Coordenador(a)**, em 24/08/2022, às 16:39, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Hoppe Bonini, Arquiteto(a)**, em 25/08/2022, às 14:47, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Valente Gaiesty, Arquiteto(a)**, em 25/08/2022, às 15:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ademir Antônio Maria, Coordenador(a)**, em 25/08/2022, às 15:58, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Garcia Cademartori, Servidor Público**, em 25/08/2022, às 17:10, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Brito da Silveira, Presidente de Comissão**, em 26/08/2022, às 08:00, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rovana Reale Bortolini, Diretor(a)-Geral**, em 26/08/2022, às 09:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Selma Rubina Thomaz, Técnico Responsável**, em 26/08/2022, às 16:58, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gustavo de Los Santos Ferreira, Coordenador(a)**, em 05/09/2022, às 11:09, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Belardinelli, Servidor Público**, em 05/09/2022, às 14:37, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Klein, Coordenador(a)**, em 05/09/2022, às 15:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tania Regina Quintana Rodrigues, Gestor**, em 08/09/2022, às 09:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Kruse, Servidor Público**, em 12/09/2022, às 18:14, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Roberto Schwartz, Arquiteto(a)**, em 16/09/2022, às 13:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Skrebsky Reinheimer, Assistente**, em 16/09/2022, às 14:22, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Chidiac Marchiori, Coordenador(a)**, em 03/10/2022, às 17:14, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Bridi, Chefe de Unidade**, em 03/10/2022, às 17:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Huning Spohr, Servidor Público**, em 04/10/2022, às 08:44, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Saffer, Chefe de Unidade**, em 04/10/2022, às 18:11, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Lange, Arquiteto(a)**, em 05/10/2022, às 10:12, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Fialho Teixeira Machado, Chefe de Unidade**, em 06/10/2022, às 09:31, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Merino de F. Xavier, Servidor Público**, em 14/10/2022, às 17:03, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Nemo Franchini Marisco, Procurador(a)-Geral Adjunto(a)**, em 31/10/2022, às 11:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Natercia Munari Domingos, Coordenador(a)**, em 03/03/2023, às 09:32, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Sales, Diretor(a)**, em 12/05/2023, às 15:12, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Vieira da Silva, Chefe de Unidade**, em 05/04/2024, às 14:48, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **19928967** e o código CRC **946E7DCE**.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 002/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
08/07/2022	Início: 14h Término: 16h30	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Nesta reunião a diretora de planejamento urbano, arquiteta Patrícia Tschoepke (DPU), e a coordenadora de planejamento urbano, arquiteta Vaneska Paiva Henrique (CPU), apresentaram o Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCTI) assinado com o PNUD para auxiliar a Revisão do PDDUA, pontuaram sobre os conceitos a serem abordados dentro desta revisão, sobre a Plataforma de planejamento e como se dará o processo da Revisão do Plano Diretor: estrutura, etapas, participação social.

Encerrada a apresentação foi aberto espaço para contribuições e questionamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Paulo Lima Loge (SMOI) - importância da incorporação da trama verde e azul e padrão ecológico, *Lei Grenele* (França), estratégia nacional de tramas que se interligam.

Não necessariamente ser uma restrição administrativa, mas estar inserido na cidade, importância de incorporação no PDDUA.

Solicitado pela Diretora Patrícia (DPU) o compartilhamento de referências.

Ademir Maria (COOP/FASC) - regularização de ocupações, organização em cooperativas. Questiona como será abordada a questão das ocupações no PDDUA, principalmente quanto às infraestruturas.

Diretora Patrícia (DPU) - definição de fluxos e posteriormente projeto piloto para utilização.

Cosme Assis (CE/DEL) - preocupação enquanto Coordenação de Edificações quanto às contribuições sobre o plano regulador, informações obtidas via ferramenta "BI". Ex: verificação anual de quantidade de projetos aprovados e metragem. É possível qualificar a ferramenta verificando TO, ALP, infraestruturas. Aprovação em lotes criados a partir da configuração das cooperativas, questões quanto à regularização das edificações quanto ao cadastramento das vias.

Contribuição via Chat - Adriano Reinheimer (DMAE)

[15:30] Reinheimer (Convidado)

Sobre a manifestação do colega Ademir Maria. Ocupações e ausência de infraestrutura, o Plano Diretor de Recife é um bom exemplo e prevê para o saneamento básico "sistema condominial": *Lei 15547/91 - Art. 77 - O padrão de coleta na cidade do Recife será aquele em que a rede pública atende coletivamente cada quadra, entendida essa como a unidade de parcelamento do solo, delimitada por logradouros públicos.

§ 1º A responsabilidade do Poder Executivo restringe-se à implantação da rede pública, que viabilize o acesso de todas as quadras e das estações de tratamento e outras unidades necessárias ao funcionamento da parte pública do sistema.

§ 2º A canalização que reúne os esgotos de todos os lotes da quadra, para lançá-los na rede pública, constitui o ramal-condomínio, cuja implantação, operação e manutenção é responsabilidade dos proprietários dos imóveis integrantes das quadras.

Coordenadora Arg. Vaneska (CPU) - necessidade dos dados para avaliação do plano atual.

Dra. Leonora (PGM) - importância do reconhecimento da cidade, o que está consolidado não representa necessariamente o que está acontecendo. Quando vai ser o momento de colocar a mão na massa com relação a redações importantes, por exemplo, TPCs relacionados ao patrimônio histórico, Art. 122.

Diretora Patrícia (DPU) - reconhecimento de núcleos intensivos consolidados, por exemplo. A coordenação técnica está analisando a legislação atual, que pode receber sugestões e críticas.

Arceu Bandeira Rodrigues (DMLU) - gap entre o que se planeja e o que acontece, há 22 anos no DMLU, destino final, pensamento de que o plano não prevê o DMLU. A questão dos resíduos é recente, há cerca de 30 anos. Áreas contaminadas que não podem ser objeto de parcelamento, áreas de disposição irregular, ampliar unidades de destino certo. Conceber as unidades existentes e outros tipos de infraestrutura. Integração de atividades orgânicas da cidade. Em Abril foi sancionado o Plano Nacional de Resíduos Sólidos com metas bem importantes, entre elas a redução da disposição em aterros sanitários, prever espaços para reciclagem de resíduos sólidos. A cidade usa outro município para dispor os resíduos, o que gera poluição.

Diretora Patrícia (DPU) - enxergar a cidade como um sistema e incluir a gestão de resíduos

Guilherme Miranda (Coordenador CTAAPS) - dificuldades de implementar parcelamentos em algumas regiões das cidades, equipamentos públicos comunitários, definir regramento para segurança dos técnicos, áreas com regime urbanístico mas são áreas de risco, não tem plano de proteção contra cheias, compatibilizar o PDDUA com o planejamento metropolitano, compatibilização do PD com os demais Planos do município, por exemplo, plano de arborização, plano de drenagem.

Maria Cristina Cademartori (DEL) - questão das áreas privativas, detalhes muito rígidos de programa de necessidades, plano precisa se preocupar com as áreas públicas e relação com as áreas privativas. Reconhecimento das edificações existentes (capítulo específico) que não se aplicam, impossibilitando a regularização.

Luciana Gaiesky (SMS) – com relação ao tema saúde, no Plano Diretor, ressaltou que os equipamentos comunitários pensados para serem autônomos com relação às UEUs (unidades de estruturação urbana) não são analisados desta forma na saúde, mas de acordo com as áreas de atendimento.

Coordenadora Arq. Vaneska (CPU) – pontuou que existe a preocupação em estruturar melhor as análises.

ENCAMINHAMENTOS:

1. CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA: das reuniões as sextas, 14h;
2. FREQUÊNCIA SEMANAL: os temas que serão abordados nas próximas agendas serão encaminhados em um documento no início da próxima semana;
3. DRIVE PROCEMPA: será disponibilizado link para acesso aos documentos;
4. SEI PRINCIPAL: abriremos o SEI para registro de Pautas e Atas das reuniões;
5. SEI ESPECÍFICO: específico para as contribuições das secretarias e solicitação de dados, vinculados ao SEI Principal;
6. PRÓXIMA SEMANA: para o dia 15/07/2022 - AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR, Discussão dos Princípios e das Estratégias e Interlocação com Agendas Internacionais.

Diretora Patrícia (DPU) - esclarecer aos membros do GT-TO que estão sendo realizadas reuniões de interlocação com a sociedade (GT-CR e GT-CT), e chegará um momento que serão discutidos temas específicos. Neste momento seria muito importante que integrantes das secretarias responsáveis pelas temáticas estejam presentes, preparando material para debater a avaliação crítica da situação vigente do Plano Diretor. Já há um calendário prévio para estas discussões, e seria importante que o GT-TO estivesse à frente das mesmas, para que possamos levar posteriormente o debate para os outros GTs.

Guilherme Castanheira (CPU) - posteriormente haverá um espaço para contribuições e para debater alguns problemas, a exemplo do que os colegas pontuaram ao longo desta reunião (PGM, DMLU, DEL). Não queremos apressar o caminho, pois será apresentada a metodologia nas próximas reuniões. Importante que seja discutido as estratégias do plano, para que elas possam conversar com as regulamentações. Importante que todos estejam em contato com os materiais que a DPU vem estudando, disponibilizando-se este conteúdo para os colegas já irem se familiarizando com o que já vem sendo estudado, para podermos dar continuidade às conversas.

Diretora Patrícia (DPU) - lembrou que no final de cada bloco está previsto um seminário, com previsão de dois seminários neste ano (2022) e fechamento com uma conferência.

PARTICIPANTES:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
SMOI	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
SMGOV	JOSÉ CARLOS SERPA PINGO VILAR
	ELTON PINTO DE FRAGA
PGM	ELEONORA BRAZ SERRALTA
	ANDREZA SABALLA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
	JÉSSICA LANGE
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
SMSEG	CARLOS EDUARDO FRANCO COUTO
	RODRIGO MEOTTI TENTARDINI
SMDS	ADILSO LUIS PIMENTEL CORLASSOLI
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	MÔNICA MOCELLIN RAYMUNDO
	FLAVIA LUIZA REBELATO
SELMA RUBINA THOMAZ	
SMAMUS DPPS	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO - CPU/SMAMUS
ATA Nº 002/2022



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 002/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO		LOCAL
08/07/2022	Início: 14h	Término: 16h30	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Nesta reunião a diretora de planejamento urbano, arquiteta Patrícia Tschoepke (DPU), e a coordenadora de planejamento urbano, arquiteta Vaneska Paiva Henrique (CPU), apresentaram o Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCTI) assinado com o PNUD para auxiliar a Revisão do PDDUA, pontuaram sobre os conceitos a serem abordados dentro desta revisão, sobre a Plataforma de planejamento e como se dará o processo da Revisão do Plano Diretor: estrutura, etapas, participação social.

Encerrada a apresentação foi aberto espaço para contribuições e questionamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Paulo Lima Loge (SMOI) - importância da incorporação da trama verde e azul e padrão ecológico, Lei Grenele (França), estratégia nacional de tramas que se interligam.

Não necessariamente ser uma restrição administrativa, mas estar inserido na cidade, importância de incorporação no PDDUA.

Solicitado pela Diretora Patrícia (DPU) o compartilhamento de referências.

Ademir Maria (COOP/FASC) - regularização de ocupações, organização em cooperativas. Questiona como será abordada a questão das ocupações no PDDUA, principalmente quanto às infraestruturas.

Diretora Patrícia (DPU) - definição de fluxos e posteriormente projeto piloto para utilização.

ao cadast

Contribuiç

[15:30] Re

Sobr

**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

Ocupações e ausência de infraestrutura, o Plano Diretor de

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIAO

Resife é um bom exemplo e prevê o parcelamento básico "sistema condominial": *Lei 15547/91 - Art. 77

- O padrão de coleta na cidade do Recife será aquele em que a rede pública atende coletivamente cada quadra, entendida essa como a unidade de parcelamento do solo, delimitada por logradouros públicos.

§ 1º A responsabilidade do Poder Executivo restringe-se à implantação da rede pública, que viabilize o acesso de todas as quadras e das estações de tratamento e outras unidades necessárias ao funcionamento da parte pública do sistema.

§ 2º A canalização que reúne os esgotos de todos os lotes da quadra, para lançá-los na rede pública, constitui o ramal-condomínio, cuja implantação, operação e manutenção é responsabilidade dos proprietários dos imóveis integrantes das quadras.

Coordenadora Arq. Vaneska (CPU) - necessidade dos dados para avaliação do plano atual.

Dra. Leonora (PGM) - importância do reconhecimento da cidade, o que está consolidado não representa necessariamente o que está acontecendo. Quando vai ser o momento de colocar a mão na massa com relação a redações importantes, por exemplo, TPCs relacionados ao patrimônio histórico, Art. 122.

Diretora Patrícia (DPU) - reconhecimento de núcleos intensivos consolidados, por exemplo. A coordenação técnica está analisando a legislação atual, que pode receber sugestões e críticas.

Arceu Bandeira Rodrigues (DMLU) - gap entre o que se planeja e o que acontece, há 22 anos no DMLU, destino final, pensamento de que o plano não prevê o DMLU. A questão dos resíduos é recente, há cerca de 30 anos. Áreas contaminadas que não podem ser objeto de parcelamento, áreas de disposição irregular, ampliar unidades de destino certo. Conceber as unidades existentes e outros tipos de infraestrutura. Integração de atividades orgânicas da cidade. Em Abril foi sancionado o Plano Nacional de Resíduos Sólidos com metas bem importantes, entre elas a redução da disposição em aterros sanitários, prever espaços para reciclagem de resíduos sólidos. A cidade usa outro município para dispor os resíduos, o que gera poluição.

Diretora Patrícia (DPU) - enxergar a cidade como um sistema e incluir a gestão de resíduos

Guilherme Miranda (Coordenador CTAAPS) - dificuldades de implementar parcelamentos em algumas regiões das cidades, equipamentos públicos comunitários, definir regramento para segurança dos técnicos, áreas com regime urbanístico mas são áreas de risco, não tem plano de proteção contra cheias, compatibilizar o PDDUA



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
NECESSIDADES. DIÁRIO

Reconhec
regulariza



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

Luciana C
comunitár

analizados desta forma na saúde, mas de acordo com as áreas de atendimento.

metropolitano, compatibilização do PD com os demais Planos do município, por exemplo,
, plano de drenagem.

martori (DEL) - questão das áreas privativas, detalhes muito rígidos de programa de
precisa se preocupar com as áreas públicas e relação com as áreas privativas.

(título específico) que não se aplicam, impossibilitando a

saúde, no Plano Diretor, ressaltou que os equipamentos
relação às UEUs (unidades de estruturação urbana) não são

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

Coordenadora Arq. Vaneska (CPU) – pontuou que existe a preocupação em estruturar melhor as análises.

ENCAMINHAMENTOS:

1. CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA: das reuniões as sextas, 14h;
2. FREQUÊNCIA SEMANAL: os temas que serão abordados nas próximas agendas serão encaminhados em um documento no início da próxima semana;
3. DRIVE PROCEMPA: será disponibilizado link para acesso aos documentos;
4. SEI PRINCIPAL: abriremos o SEI para registro de Pautas e Atas das reuniões;
5. SEI ESPECÍFICO: específico para as contribuições das secretarias e solicitação de dados, vinculados ao SEI Principal;
6. PRÓXIMA SEMANA: para o dia 15/07/2022 - AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR, Discussão dos Princípios e das Estratégias e Interlocação com Agendas Internacionais.

Diretora Patrícia (DPU) - esclarecer aos membros do GT-TO que estão sendo realizadas reuniões de interlocação com a sociedade (GT-CR e GT-CT), e chegará um momento que serão discutidos temas específicos. Neste momento seria muito importante que integrantes das secretarias responsáveis pelas temáticas estejam presentes, preparando material para debater a avaliação crítica da situação vigente do Plano Diretor. Já há um calendário prévio para estas discussões, e seria importante que o GT-TO estivesse à frente das mesmas, para que possamos levar posteriormente o debate para os outros GTs.

Guilherme Castanheira (CPU) - posteriormente haverá um espaço para contribuições e para debater alguns problemas, a exemplo do que os colegas pontuaram ao longo desta reunião (PGM, DMLU, DEL). Não queremos apressar o caminho, pois será apresentada a metodologia nas próximas reuniões. Importante que seja discutido as estratégias do plano, para que elas possam conversar com as regulamentações. Importante que todos estejam em contato com os materiais que a DPU vem estudando, disponibilizando-se este conteúdo para os colegas já irem se familiarizando com o que já vem sendo estudado, para podermos dar continuidade às conversas.

Diretora Patrícia (DPU) - lembrou que no final de cada bloco está previsto um seminário, com previsão de dois seminários neste ano (2022) e fechamento com uma conferência.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)

**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA**REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO**

DEM HAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
SMOI	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
SMGOV	JOSÉ CARLOS SERPA PINGO VILAR
	ELTON PINTO DE FRAGA
PGM	ELEONORA BRAZ SERRALTA
	ANDREZA SABALLA
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
	JÉSSICA LANGE
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
SMSEG	CARLOS EDUARDO FRANCO COUTO
	RODRIGO MEOTTI TENTARDINI
SMDS	ADILSO LUIS PIMENTEL CORLASSOLI
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER

**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA**REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO**

	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	MÔNICA MOCELLIN RAYMUNDO
	FLAVIA LUIZA REBELATO
SELMA RUBINA THOMAZ	
SMAMUS DPPS	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS
CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silveira Castanheira, Chefe de Unidade**, em 22/08/2022, às 16:19, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Catiane Burghausen Cardoso, Chefe de Unidade**, em 22/08/2022, às 16:30, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vaneska Paiva Henrique, Coordenador(a)**, em 22/08/2022, às 16:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Wallau de Oliveira Kessler, Chefe de Unidade**, em 22/08/2022, às 16:59, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giulianna Carneiro de França, Servidor Público**, em 22/08/2022, às 17:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Arceu Bandeira Rodrigues, Diretor(a)**, em 23/08/2022, às 09:51, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giovane Martins Vaz dos Santos, Coordenador(a)**, em 23/08/2022, às 11:38, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gláucia Elen Ribeiro Cazarré, Técnico Responsável**, em 23/08/2022, às 12:35, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Antônio Jung de Moura Jardim, Coordenador(a)**, em 23/08/2022, às 17:51, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Saballa, Procurador(a) Municipal**, em 24/08/2022, às 14:57, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gisele Coelho Vargas, Coordenador(a)**, em 24/08/2022, às 16:38, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Hoppe Bonini, Arquiteto(a)**, em 25/08/2022, às 14:48, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Valente Gaiesky, Arquiteto(a)**, em 25/08/2022, às 15:43, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ademir Antônio Maria, Coordenador(a)**, em 25/08/2022, às 15:59, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Garcia Cademartori, Servidor Público**, em 25/08/2022, às 17:09, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Brito da Silveira, Presidente de Comissão**, em 26/08/2022, às 08:12, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rovana Reale Bortolini, Diretor(a)-Geral**, em 26/08/2022, às 09:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Selma Rubina Thomaz, Técnico Responsável**, em 26/08/2022, às 16:58, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gustavo de Los Santos Ferreira, Coordenador(a)**, em 05/09/2022, às 11:09, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Klein, Coordenador(a)**, em 05/09/2022, às 15:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tania Regina Quintana Rodrigues, Gestor**, em 08/09/2022, às 09:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Kruse, Servidor Público**, em 12/09/2022, às 18:14, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Roberto Schwartz, Arquiteto(a)**, em 16/09/2022, às 13:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Skrebsky Reinheimer, Assistente**, em 16/09/2022, às 14:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Chidiac Marchiori, Coordenador(a)**, em 03/10/2022, às 17:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Bridi, Chefe de Unidade**, em 03/10/2022, às 17:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Huning Spohr, Servidor Público**, em 04/10/2022, às 08:44, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Saffer, Chefe de Unidade**, em 04/10/2022, às 18:11, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Lange, Arquiteto(a)**, em 05/10/2022, às 10:11, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Fialho Teixeira Machado, Chefe de Unidade**, em 06/10/2022, às 09:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Merino de F. Xavier, Servidor Público**, em 14/10/2022, às 17:03, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Nemo Franchini Marisco, Procurador(a)-Geral Adjunto(a)**, em 31/10/2022, às 11:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Natercia Munari Domingos, Coordenador(a)**, em 03/03/2023, às 09:31, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Sales, Diretor(a)**, em 12/05/2023, às 15:13, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Vieira da Silva, Chefe de Unidade**, em 05/04/2024, às 14:48, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **19938687** e o código CRC **1B4C742C**.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 003/2022

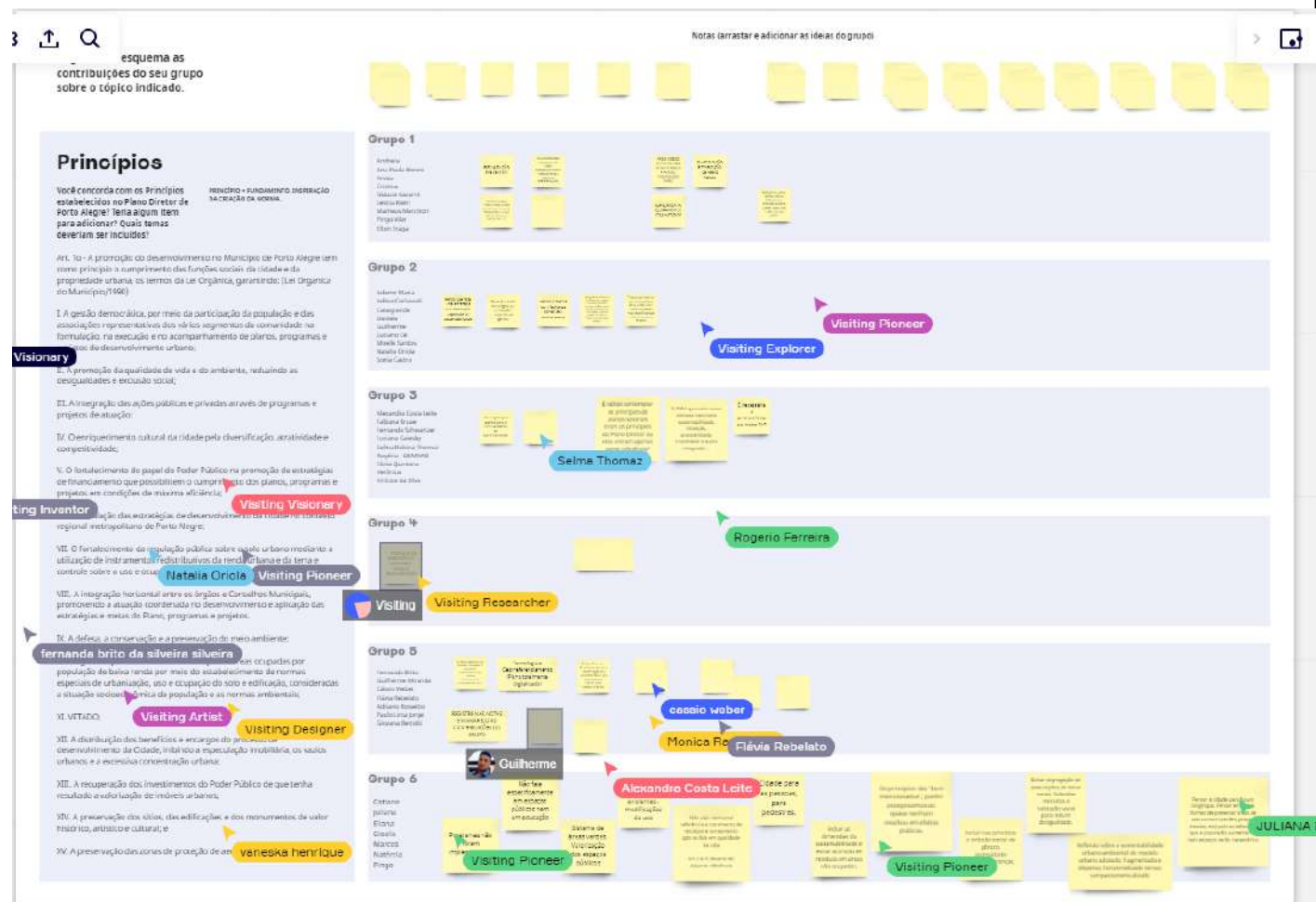
DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
15/07/2022	Início: 14h Término: 17h05	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Foi realizada a apresentação Princípios, Estratégias e Interlocação com Agendas Internacionais pela Arq. Vaneska Henrique, coordenadora da CPU. Após, foi explanado como se daria a dinâmica de discussão sobre o tema princípios do PDDUA, com divisão de grupos de forma aleatória pelo software de reuniões Teams e registro das discussões e contribuições na plataforma Miro, https://miro.com/app/board/uXjVOlpOHBc=/?share_link_id=493910958888.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Os participantes da reunião foram divididos em 6 grupos para discussão sobre os princípios do PDDUA. A discussão teve tempo de duração de cerca de 40 minutos, onde cada grupo registrou as contribuições no quadro da plataforma Miro, a imagem abaixo retrata a interação durante a dinâmica de grupos.



Após o período de discussão, os participantes voltaram à sala principal e iniciou-se a exposição dos grupos, onde o representante de cada grupo listou os principais pontos discutidos, com complementação dos demais.

A imagem a seguir retrata as contribuições após o encerramento das atividades.

Registre no esquema as contribuições do seu grupo sobre o tópico indicado.

Notas (arrastar e adicionar as ideias do grupo)

Princípios

Você concorda com os Princípios estabelecidos no Plano Diretor de Porto Alegre? Tem algum item para adicionar? Quais temas deveriam ser incluídos?

FRANCIOSI - FUNDAMENTO, INOVAÇÃO DA CRIAÇÃO DA NORMA.

Art. 1º - A promoção do desenvolvimento no Município de Porto Alegre tem como princípio o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana os termos da Lei Orgânica, garantindo (I) a Organização do Município (1990)

I. Agência democrática, por meio da participação da população das associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

II. A promoção da qualidade de vida e do ambiente, reduzindo as desigualdades e excluindo social.

III. A integração das ações públicas e privadas através de programas e projetos de atuação.

IV. O enriquecimento cultural da cidade pelo desenvolvimento, a atividade e competitividade.

V. O fortalecimento do papel do Poder Público na promoção de estratégias de financiamento que possibilitem o cumprimento dos planos, programas e projetos em condições de máxima eficiência.

VI. A articulação das estratégias de desenvolvimento da cidade no contexto regional metropolitana da Porto Alegre.

VII. O fortalecimento da regulação pública sobre o solo urbano mediante a utilização de instrumentos redistributivos de terra urbana e da terra e controle sobre o uso e ocupação do espaço da cidade.

VIII. A integração horizontal entre os órgãos e Conselhos Municipais, promovendo a atuação coordenada no desenvolvimento e aplicação das estratégias e metas do Plano, programas e projetos.

IX. A defesa, a conservação e a preservação do meio ambiente;

X. A regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda por meio do estabelecimento de normas, especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

XI. VETADO.

XII. A distribuição dos benefícios e encargos do processo de desenvolvimento da Cidade, incluindo a especulação imobiliária, os vazios urbanos e a excessiva concentração urbana.

XIII. A recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização imobiliária urbana.

XIV. A preservação dos sítios, das edificações e dos monumentos de valor histórico, artístico e cultural; e

XV. A preservação das zonas de proteção de aeródromos.

XVI. A preservação das zonas de proteção de aeródromos.

Grupo 1
 Inicialmente não foi possível estabelecer uma conexão entre o plano diretor e a realidade atual da cidade. O plano diretor deve ser mais abrangente e considerar a realidade atual da cidade. O plano diretor deve ser mais abrangente e considerar a realidade atual da cidade.

Grupo 2
 A ideia de uma cidade mais sustentável e resiliente é muito importante. É necessário considerar a realidade atual da cidade e a necessidade de uma cidade mais sustentável e resiliente. É necessário considerar a realidade atual da cidade e a necessidade de uma cidade mais sustentável e resiliente.

Grupo 3
 A ideia de uma cidade mais sustentável e resiliente é muito importante. É necessário considerar a realidade atual da cidade e a necessidade de uma cidade mais sustentável e resiliente. É necessário considerar a realidade atual da cidade e a necessidade de uma cidade mais sustentável e resiliente.

Grupo 4
 A ideia de uma cidade mais sustentável e resiliente é muito importante. É necessário considerar a realidade atual da cidade e a necessidade de uma cidade mais sustentável e resiliente. É necessário considerar a realidade atual da cidade e a necessidade de uma cidade mais sustentável e resiliente.

Grupo 5
 A ideia de uma cidade mais sustentável e resiliente é muito importante. É necessário considerar a realidade atual da cidade e a necessidade de uma cidade mais sustentável e resiliente. É necessário considerar a realidade atual da cidade e a necessidade de uma cidade mais sustentável e resiliente.

Grupo 6
 A ideia de uma cidade mais sustentável e resiliente é muito importante. É necessário considerar a realidade atual da cidade e a necessidade de uma cidade mais sustentável e resiliente. É necessário considerar a realidade atual da cidade e a necessidade de uma cidade mais sustentável e resiliente.

Os participantes apontaram a necessidade de mais tempo para as discussões e contribuições, assim como sugestões para as próximas discussões. Foi solicitado que seja encaminhado o material que será discutido nas reuniões previamente, para que os participantes possam se inteirar sobre o assunto.

ENCAMINHAMENTOS:

Será encaminhado previamente material a ser abordado na próxima reunião do GT-TO.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
SMOI	LUCIANO CÉ
	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
SMGOV	JOSÉ CARLOS SERPA PINGO VILAR
	ELTON PINTO DE FRAGA
PGM	ELEONORA BRAZ SERRALTA
	ANDREZA SABALLA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
	JÉSSICA LANGE
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY

SMDS	ADILSO LUIS PIMENTEL CORLASSOLI
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
PROCEMPA	PAULO CASAGRANDE
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
	KARLA FERNANDA FAILLACE
SMAMUS DAV	ALEX PEREIRA DE SOUZA
	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	MÔNICA MOCELLIN RAYMUNDO
	FLAVIA LUIZA REBELATO
SELMA RUBINA THOMAZ	
SMAMUS DPPS	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
SMAMUS DPU	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMDS	WILLIAM



PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 003/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO		LOCAL
15/07/2022	Início: 14h	Término: 17h05	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Foi realizada a apresentação Princípios, Estratégias e Interlocação com Agendas Internacionais pela Arq. Vaneska Henrique, coordenadora da CPU. Após, foi explanado como se daria a dinâmica de discussão sobre o tema princípios do PDDUA, com divisão de grupos de forma aleatória pelo software de reuniões Teams e registro das discussões e contribuições na plataforma Miro, https://miro.com/app/board/uXjVOlpOHBc=?share_link_id=493910958888.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Os participantes da reunião foram divididos em 6 grupos para discussão sobre os princípios do PDDUA. A discussão teve tempo de duração de cerca de 40 minutos, onde cada grupo registrou as contribuições no quadro da plataforma Miro, a imagem abaixo retrata a interação durante a dinâmica de grupos.



The screenshot shows a Miro board interface. On the left, there is a sidebar with the title 'esquema as contribuições do seu grupo sobre o tópico indicado.' and a section titled 'Princípios'. Below this, there are several bullet points and a 'Visionary' label. The main workspace is divided into four horizontal sections labeled 'Grupo 1', 'Grupo 2', 'Grupo 3', and 'Grupo 4'. Each group section contains several yellow sticky notes with text. Labels for participants are placed near the sticky notes: 'Selma Thomas' (blue), 'Rogerio Ferreira' (green), 'Natalia Onilo' (red), and 'Visiting Explorer' (blue). At the top right, there is a search bar and a note 'Notas (arrastar e adicionar as ideias do grupo)'. At the bottom, there are labels for 'Visiting Visionary' and 'Visiting Researcher'.



REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

Após o período de discussão, os participantes voltaram à sala principal e iniciou-se a exposição dos grupos, onde o representante de cada grupo listou os principais pontos discutidos, com complementação dos demais.

A imagem a seguir retrata as contribuições após o encerramento das atividades.

Registre no esquema as contribuições do seu grupo sobre o tópico indicado.

Princípios

Você concorda com os Princípios estabelecidos no Plano Diretor de Porto Alegre? Tem algum item para adicionar? Quais temas deveriam ser incluídos?

Art. 1º - A promoção do desenvolvimento no Município de Porto Alegre tem como princípio o cumprimento das funções sociais de cidade e da propriedade urbana, os termos da Lei Orgânica, querendo: (Lei Orgânica do Município/1992)

- I. A gestão descentralizada, por meio da participação da população e das associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, na avaliação e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- II. A promoção de qualidade de vida e do ambiente, reduzindo as desigualdades e exclusão social;
- III. A integração das ações públicas e privadas através de programas e projetos de atuação;
- IV. O enriquecimento cultural da cidade pela diversificação, atratividade e compatibilidade;
- V. O fortalecimento do papel do Poder Público na promoção de estratégias de financiamento que possibilitem o cumprimento dos planos, programas e projetos em condições de máxima eficiência;
- VI. A articulação das estratégias de desenvolvimento da cidade no contexto regional metropolitana de Porto Alegre;
- VII. O fortalecimento da regulação pública sobre o solo urbano mediante a utilização de instrumentos regulatórios da renda urbana e do terra e controle sobre o uso e ocupação do espaço da cidade;
- VIII. A integração horizontal entre os órgãos, e Comitês, Municipais, promovendo a atuação coordenada no desenvolvimento e aplicação das estratégias e metas do Plano, programas e projetos;
- IX. A defesa, a conservação e a preservação do meio ambiente;
- X. A regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda por meio do estabelecimento de normas reguladoras de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, considerando a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;
- XI. VETADO;
- XII. A distribuição dos benefícios e encargos do processo de desenvolvimento da cidade, incluindo a especulação imobiliária, os valores urbanos e a excessiva concentração urbana;
- XIII. A recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;
- XIV. A preservação dos sítios, das edificações e dos monumentos de valor histórico, artístico e cultural; e
- XV. A preservação das zonas de proteção de aeródromos.

Notas carregar e adicionar as ideias do grupo:

Grupo 1

Grupo 2

Grupo 3

Grupo 4

Grupo 5

Grupo 6

Os participantes apontaram a necessidade de mais tempo para as discussões e contribuições, assim como sugestões para as próximas discussões. Foi solicitado que seja encaminhado o material que será discutido nas reuniões previamente, para que os participantes possam se inteirar sobre o assunto.

ENCAMINHAMENTOS:

Será encaminhado previamente material a ser abordado na próxima reunião do GT-TO.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
--------------------	------



REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
SMOI	LUCIANO CÉ
	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
SMGOV	JOSÉ CARLOS SERPA PINGO VILAR
	ELTON PINTO DE FRAGA
PGM	ELEONORA BRAZ SERRALTA
	ANDREZA SABALLA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
	JÉSSICA LANGE
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
SMDS	ADILSO LUIS PIMENTEL CORLASSOLI
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
PROCEMPA	PAULO CASAGRANDE
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
	KARLA FERNANDA FAILLACE
SMAMUS DAV	ALEX PEREIRA DE SOUZA
	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	PRISCILA HUNING SPOHR
	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	MÔNICA MOCELLIN RAYMUNDO
	FLAVIA LUIZA REBELATO

**REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO**

SELMA RUBINA THOMAZ

SMAMUS | DPPS

NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
SMAMUS DPU	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMDS	WILLIAM



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silveira Castanheira, Chefe de Unidade**, em 22/08/2022, às 16:20, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Catiane Burghausen Cardoso, Chefe de Unidade**, em 22/08/2022, às 16:30, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vaneska Paiva Henrique, Coordenador(a)**, em 22/08/2022, às 16:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Wallau de Oliveira Kessler, Chefe de Unidade**, em 22/08/2022, às 17:00, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giulianna Carneiro de França, Servidor Público**, em 22/08/2022, às 17:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Arceu Bandeira Rodrigues, Diretor(a)**, em 23/08/2022, às 09:51, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giovane Martins Vaz dos Santos, Coordenador(a)**, em 23/08/2022, às 11:38, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gláucia Elen Ribeiro Cazarré, Técnico Responsável**, em 23/08/2022, às 12:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Antônio Jung de Moura Jardim, Coordenador(a)**, em 23/08/2022, às 17:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Saballa, Procurador(a) Municipal**, em 24/08/2022, às 14:58, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gisele Coelho Vargas, Coordenador(a)**, em 24/08/2022, às 16:39, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Hoppe Bonini, Arquiteto(a)**, em 25/08/2022, às 14:49, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Valente Gaiesky, Arquiteto(a)**, em 25/08/2022, às 15:44, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ademir Antônio Maria, Coordenador(a)**, em 25/08/2022, às 15:59, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Garcia Cademartori, Servidor Público**, em 25/08/2022, às 17:09, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Brito da Silveira, Presidente de Comissão**, em 26/08/2022, às 08:13, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rovana Reale Bortolini, Diretor(a)-Geral**, em 26/08/2022, às 09:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Selma Rubina Thomaz, Técnico Responsável**, em 26/08/2022, às 16:58, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gustavo de Los Santos Ferreira, Coordenador(a)**, em 05/09/2022, às 11:09, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Belardinelli, Servidor Público**, em 05/09/2022, às 14:39, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Klein, Coordenador(a)**, em 05/09/2022, às 15:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tania Regina Quintana Rodrigues, Gestor**, em 08/09/2022, às 09:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Kruse, Servidor Público**, em 12/09/2022, às 18:13, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Roberto Schwartzer, Arquiteto(a)**, em 16/09/2022, às 13:35, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Skrebsky Reinheimer, Assistente**, em 16/09/2022, às 14:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Chidiac Marchiori, Coordenador(a)**, em 03/10/2022, às 17:17, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Bridi, Chefe de Unidade**, em 03/10/2022, às 17:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Saffer, Chefe de Unidade**, em 04/10/2022, às 18:11, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Lange, Arquiteto(a)**, em 05/10/2022, às 10:11, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Merino de F. Xavier, Servidor Público**, em 14/10/2022, às 17:03, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Nemo Franchini Marisco, Procurador(a)-Geral Adjunto(a)**, em 31/10/2022, às 11:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Natercia Munari Domingos, Coordenador(a)**, em 03/03/2023, às 09:30, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Sales, Diretor(a)**, em 12/05/2023, às 15:13, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Vieira da Silva, Chefe de Unidade**, em 05/04/2024, às 14:49, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **19939857** e o código CRC **B47EB643**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO - CPU/SMAMUS
DESPACHO

Aos membros do GT-TO

INFORMA-SE que os seguintes documentos foram anexados ao SEI:

- Registro da 1ª Reunião do GT-TO - Anexo Registro reunião GT-TO 001/2022 (19928741) e Ata 001/2022 (19928967);
- Registro da 2ª Reunião do GT-TO - Anexo Registro reunião GT-TO 002/2022 (19938645) e Ata 002/2022 (19938687);
- Registro da 3ª Reunião do GT-TO - Anexo Registro reunião GT-TO 003/2022 (19939828) e Ata 003/2022 (19939857).

Também disponibilizamos o link da pasta GT-TO no Drive Procempa: [GT-TO](#)

Neste drive estão disponíveis alguns documentos de apoio (pasta Material de Apoio), os registros e gravações das reuniões (pasta Reuniões GT-TO) e as apresentações das secretarias/órgãos acerca das Estratégias do PDDUA (pasta Apresentações secretarias - ESTRATÉGIAS DO PDDUA).

Os registros das reuniões 004/2022 e 005/2022, realizadas nos dias 29/07/2022 e 05/08/2022, serão anexadas em breve.

Att,

Arquiteta e Urbanista Vaneska Paiva Henrique | CPU/DPU/SMAMUS

Coordenadora Titular do GT-TO

Arquiteto e Urbanista Guilherme Silveira Castanheira | UPU/CPU/DPU/SMAMUS

Coordenador 1º Suplente do GT-TO

Arquiteta e Urbanista Catiane Burghausen Cardoso | UEU/CPU/DPU/SMAMUS

Coordenadora 2º Suplente do GT-TO



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silveira Castanheira, Chefe de Unidade**, em 22/08/2022, às 15:16, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **19940324** e o código
CRC **235094F8**.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 004/2022

DATA	HORÁRIO	DURAÇÃO	LOCAL
29/07/2022	Início: 14h01	Término: 17h12	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Foi realizada a apresentação das Secretarias com relação às Estratégias do PDDUA, abordando os seguintes pontos, conforme e-mail enviado anteriormente:

- a. Planos, Projetos e Programas relacionados às Estratégias do PDDUA vigentes e/ou em elaboração em suas Secretarias/Órgãos;
- b. Metas existentes em documentos em vigência em suas Secretarias/Órgãos que deveriam ser incluídas no PDDUA;
- c. Serão disponibilizados 10 minutos para que cada Secretaria/Órgão possa fazer uma breve apresentação das contribuições referidas em a e b.

As apresentações foram realizadas em ordem pelas seguintes Secretarias:

SMMU - Arq. Fabiana Kruse

SMCEC - Arqs. Camila Warpechowski e Luiz Merino de Freitas Xavier

SMOI - Eng. Luciano Cé e Arq. Paulo Lima Loge

Foi realizado um intervalo entre 15h42 e 15h55. Em seguida seguiu-se a apresentação:

DMLU - Eng. Arceu Bandeira Rodrigues

DMAE - Eng. Adriano Skrebsky Reinheimer

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Para cada apresentação foi aberto espaço para discussão, e foram feitos apontamentos pelos membros da Coordenação Técnica (CT) e do GT-TO.

SMMU - Arq. Fabiana Kruse apresentou os projetos e programas vinculados às Estratégias do PDDUA. Com relação a **Estratégia de Estruturação Urbana** e o “Programa de Espaços Abertos”, falou de alguns exemplos de projetos de requalificação urbana que a SMMU está envolvida/gerenciando (João Alfredo, 4PECH), além dos em desenvolvimento de urbanismo tático e mobilidade ativa. Entendem que este Programa de Espaços Abertos deve ser mantido. No “Programa de Integração Metropolitana” foi apontada a existência de uma proposta de articulação da mobilidade de POA com a região metropolitana. **Estratégia de Mobilidade Urbana**, entendem que deve ser avaliada em reuniões e seminários internos SMMU/EPTC, informou sobre a recente aprovação na Câmara de Vereadores do Plano de Mobilidade Urbana (PMU), que deve ser considerado e também incluída algumas diretrizes, além de atualizar informações da NBR 9050. Comentou a necessidade de incluir um artigo que atenda o PMU, PDCl, Plano de Acessibilidade e demais Planos Setoriais de mobilidade e acessibilidade urbanas. Rever e atualizar os conceitos (ex. hidrovial, parque náutico). Propõem a substituição dos Programas existentes na Estratégia de Mobilidade Urbana pelos que constam no PMU, a saber: 1) Programa de Transporte Ativo e Acessibilidade; 2) Programa de Transporte Coletivo e Seletivo; 3) Programa de Transporte de Cargas; 4) Programa de Transporte Individual Motorizado; 5) Programa de Mobilidade Segura; 6) Programa de Informação, Comunicação e Educação para a Mobilidade; 7) Programa de Espaço Urbano, Meio Ambiente, Inovação; e 8) Programa de Planejamento e Gestão da Mobilidade. Ainda entendem que deve ser revista a malha viária básica e os perfis viários, dando ênfase ao transporte coletivo e à mobilidade ativa. Na **Estratégia de Qualificação Ambiental**, comenta que se for mantido o Programa de Prevenção e Controle da Poluição, ele pode ter relação com o PMU. Na **Estratégia de Promoção Econômica**, concentraram-se

nas questões das cargas e logística, sugerindo como diretrizes a criação de centros de distribuição de cargas de abrangência local, políticas de distribuição de cargas/mercadorias, não incentivar habitação no entorno do aeroporto e porto seco, verificar as questões do comércio e áreas tradicionais e relacionar com o Plano de Transporte de Cargas (incluído no PMU). Com relação aos Programas, verificam que as questões de logística tem grande influência no: Programa de Dinamização da Economia; no Programa de Desenvolvimento Sustentável para MZ 8, as questões do corredor de produção; no Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no CH, as questões de logística local (carga e descarga/última milha); e no Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no CH, durante turno da noite, as questões de logística local. Na **Estratégia de Produção da Cidade** falou sobre os padrões viários específicos para regularização fundiária. Na **Estratégia de Sistema de Planejamento**, comentou sobre o Programa de Sistema de Informações, em que o Observatório de Mobilidade (<https://eptctransparente.com.br/observamobilidade>) poderia integrar este sistema, pois é uma ferramenta importante no monitoramento, já possuindo alguns dados. Falou ainda que no PMU foi criado o Sistema de Monitoramento do Plano de Mobilidade Urbana, a ser regulamentado. Após, apresentou os Planos, Programas e Projetos vinculados a SMMU - EPTC.

Arq. Patrícia Tschoepke (DPU/SMAMUS) falou sobre o planejamento dos GTs e do momento posterior que serão tratadas estratégias por estratégias, e convidou a SMMU para apresentar o PMU aos colegas.

Arq. Vaneska Paiva (CPU/SMAMUS) falou sobre diversos projetos-chave das secretarias e das costuras que o PD vai ter que ser capaz de absorver.

SMCEC - Arq. Camila e Arq. Luiz Merino apresentaram os projetos e programas vinculados principalmente à Estratégia de Qualificação Ambiental - Interesse Cultural. Comentaram da participação da secretaria (SMCEC) em diversos projetos transversais, de escalas diferenciadas, com olhares de diversas áreas da prefeitura. Foi falado sobre tratar as áreas especiais de interesse cultural como áreas estratégicas de interesse urbanístico.

Arq. Vaneska Paiva (CPU/SMAMUS) falou sobre o exemplo de Lisboa (Portugal) em que o PD tem demarcado pontos de interesse visual e bacias visuais dos prédios de interesse.

Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) e Arq. Camila e Arq. Luiz Merino (SMCEC) falaram sobre a importância do mapeamento das áreas especiais incluindo as áreas de manifestações culturais e o patrimônio imaterial. Foi questionado quanto à demarcação de terras quilombolas e indígenas, as quais devem ser mapeadas no PDDUA.

A **SMPAE** através da Arq. Lúcia de Borba Maciel manifestou-se no sentido de que a Secretaria trata das questões estratégicas necessárias para a viabilização dos projetos da Prefeitura, mas não é uma secretaria fim. Trata das questões de orçamento e priorização de obras além de financiamentos junto às instituições competentes.

Arq. Vaneska Paiva (CPU/SMAMUS) comentou que entende que, da forma como a PMPA está estruturada, a SMPAE deve ter uma relação de todos planos, projetos e programas, ou, em tese, deveria ter de tudo que está tramitando nas secretarias, e como está a situação e andamento destes planos, projetos e programas, pelo menos aqueles que são vistos pela gestão como os principais, protagonistas (estratégicos). Considerando a facilidade de trazer informações para os colegas das diversas secretarias, considerando o sistema de acompanhamento (monitoramento dos programas) dos projetos, saber como isto estrutura a nossa organização da prefeitura.

Arq. Lúcia de Borba Maciel (SMPAE) complementa que a sua diretoria monitora o que está no PPA e contrato de Gestão, mas não sabe ao certo o quanto isso está ligado às estratégias do PDDUA.

Procuradora Eleonora Serralta (PGM) pediu para deixar apresentação para próxima semana.

Arq. Denise Pacheco (DEM HAB/SMHARF) também pediu para ficar para a próxima semana.

SMOI - Eng. Luciano Cé relatou que a secretaria trata das obras realizadas pelo Município, fiscalização, além de questões relacionadas diretamente à Estratégia de Estruturação Urbana, Mobilidade e Qualificação Ambiental, através dos projetos viários. Na **Estratégia de Estruturação Urbana**, dentro do Programa de Espaços Abertos, comentou da execução dos projetos da Orla e revitalização e urbanização do Quadrilátero e Rua da Praia. Ainda na mesma estratégia, falou do envolvimento no Centro de Transferências de Cargas do Porto Seco. Na **Estratégia de Mobilidade Urbana**, no Programa Viário, identificou os projetos que abrangem os gravames, obras de implementação da malha viária, ciclovias e vias de pedestres. Observou que muitos projetos elaborados não estão mais adequados com o gabarito que se espera para cidade. Dentro da **Estratégia de Qualificação Ambiental** comentou sobre algumas obras e projetos que relacionam-se com o Programa de Valorização do Patrimônio Cultural, e que estão vinculadas à diretoria do Arq. Paulo Loge. Para finalizar propôs algumas considerações: incluir a altimetria nos gravames viários, pois muitas vezes há problemas de compatibilização quando da execução; os gravames devem ser compatibilizados com as diretrizes do plano; rever gravame de áreas verdes em gabaritos de vias; atualizar gabaritos viários; compatibilizar gabaritos viários com passeios acessíveis e ciclovias/ciclofaixas; devem

ser revistos os gravames viários inviáveis (como exemplo os túneis); incorporar os corredores de transporte aos perfis viários; possibilidade de georreferenciar os passeios?? Paulo Loge comentou que na diretoria (Predial) sente falta de uma interação com outras secretarias, em alguns temas, e até com a sociedade (comunicação).

Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) comentou que é necessário definir o sentido do que se quer para a cidade com relação às vias e à circulação.

Arq. Lúcia de Borba Maciel (SMPAE) falou da importância de incorporar os corredores de transporte aos perfis viários.

Arq. Alex de Souza (DAV/SMAMUS) falou da necessidade de compatibilização dos perfis com a arborização, de enxergar a árvore como equipamento urbano vivo.

Arq. Luciana (SMS) fez uma breve fala onde menciona que a questão da saúde não aparece claramente no PDDUA e que não existe uma estratégia de esporte e lazer onde possa se enquadrar. Está trabalhando junto com demais setores para finalizar uma apresentação.

DMLU - Eng. Arceu Bandeira e Arq. Giuliana Carneiro inicia a apresentação questionando “Onde está o DMLU no PDDUA atual?” Falam da Estratégia de Qualificação Ambiental e os programas, trazendo o Plano de Gestão Ambiental e metas relacionadas com a cidade. O DMLU possui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS/2013), que está em processo de atualização, e que traz diretrizes para a gestão de resíduos para o município. Que o PMGIRS é muito maior que o DMLU, pois falam de resíduos que não são de competência do DMLU. O PMGIRS trabalha com diversos eixos e macrodiretrizes estratégicas: Geração de Resíduos Sólidos; Coleta e Transporte; Tratamento e Disposição Final; Qualificação do Ambiente Urbano; Sistema de Gestão e Estratégia. Pontuam que dentro das macrodiretrizes estão vários projetos e programas (Programa de Coleta Seletiva). Na atualização do PMGIRS estão revendo as metas, que entendem como ousadas. Falaram da Lei 10847/2010 do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, mais precisamente do Art. 4, e da Lei 728/2014 do código de limpeza urbana de Porto Alegre (em processo de atualização). Comentam que a gestão de resíduos não aparece no PDDUA, devendo ser incluída devido sua importância para a sociedade; trouxe também a necessidade de se incluir, nas destinações de áreas públicas, áreas para equipamentos relacionados à disposição e tratamento de resíduos.

DMAE - Eng. Adriano abordou questões sobre água, esgoto e drenagem e que estão presentes no Plano Municipal de Saneamento Básico (2015). Necessidade de atualização dos planos de saneamento, insegurança. Planos trazem projeções de 20 anos. Falou sobre um movimento forte na cidade, o Museu das Águas, que tem como objetivo preservar os cursos d'água da cidade.

A coordenadora da CPU, Arq. Vaneska, comentou da necessidade de se utilizar os territórios das bacias hidrográficas no planejamento, e questionou como eram feitas as projeções de dados para dimensionamento do atendimento do abastecimento.

Arq. Patrícia Tschoepke (DPU/SMAMUS) perguntou ao Eng. Adriano sobre as atualizações das informações e mapas do DEP.

Eng. Adriano (DMAE) respondeu o questionamento da Patrícia comentando que dúvidas podem ser tiradas no e-mail (cadastro.pluvial@dmae.pref.poa.com.br), ainda comentou sobre o caso de Recife (PE) que utiliza soluções condominiais para o tratamento de esgoto em áreas de moradias carentes, que seria uma boa solução para áreas de regularização fundiária.

Arq. Cosme (DEL/SMAMUS) comenta que o DMAE talvez seja um dos setores da prefeitura que possam detectar com mais antecedência as questões da cidade informal, que é um trabalho relevante para termos todas informações que o DMAE é capaz de produzir, devendo compartilhar com os demais setores do município.

Foi solicitado pela Arq. Patrícia Tschoepke (DPU) que o material das apresentações fosse disponibilizado à CT, assim como a indicação de especialistas para o debate de questões específicas.

ENCAMINHAMENTOS:

Tendo em vista que nem todas as secretarias conseguiram apresentar seu material, ficou agendada reunião para a próxima sexta-feira (05/08/22) para continuidade das apresentações e debates.

PARTICIPANTES:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEMHAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
SMOI	LUCIANO CÉ
	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ELEONORA BRAZ SERRALTA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
PROCEMPA	PAULO CASAGRANDE
SMAMUS DPU	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
	KARLA FERNANDA FAILLACE
SMAMUS DAV	ALEX PEREIRA DE SOUZA
	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
SELMA RUBINA THOMAZ	
SMAMUS DPPS	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO - CPU/SMAMUS
ATA Nº 004/2022



PREFEITURA

Mais **cidade**. Mais **vida**.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 004/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO		LOCAL
29/07/2022	Início: 14h01	Término: 17h12	Reunião virtual - Microsoft Teams



REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

ASSUNTOS TRATADOS:

Foi realizada a apresentação das Secretarias com relação às Estratégias do PDDUA, abordando os seguintes pontos, conforme e-mail enviado anteriormente:

- a. Planos, Projetos e Programas relacionados às Estratégias do PDDUA vigentes e/ou em elaboração em suas Secretarias/Órgãos;
- b. Metas existentes em documentos em vigência em suas Secretarias/Órgãos que deveriam ser incluídas no PDDUA;
- c. Serão disponibilizados 10 minutos para que cada Secretaria/Órgão possa fazer uma breve apresentação das contribuições referidas em a e b.

As apresentações foram realizadas em ordem pelas seguintes Secretarias:

SMMU - Arq. Fabiana Kruse

SMCEC - Arqs. Camila Warpechowski e Luiz Merino de Freitas Xavier

SMOI - Eng. Luciano Cé e Arq. Paulo Lima Loge

Foi realizado um intervalo entre 15h42 e 15h55. Em seguida seguiu-se a apresentação:

DMLU - Eng. Arceu Bandeira Rodrigues

DMAE - Eng. Adriano Skrebsky Reinheimer

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Para cada apresentação foi aberto espaço para discussão, e foram feitos apontamentos pelos membros da Coordenação Técnica (CT) e do GT-TO.

SMMU - Arq. Fabiana Kruse apresentou os projetos e programas vinculados às Estratégias do PDDUA. Com relação a **Estratégia de Estruturação Urbana** e o “Programa de Espaços Abertos”, falou de alguns exemplos de projetos de requalificação urbana que a SMMU está envolvida/gerenciando (João Alfredo, 4PECH), além dos em desenvolvimento de urbanismo tático e mobilidade ativa. Entendem que este Programa de Espaços Abertos deve ser mantido. No “Programa de Integração Metropolitana” foi apontada a existência de uma proposta de articulação da mobilidade de POA com a região metropolitana. **Estratégia de Mobilidade Urbana**, entendem que deve ser avaliada em reuniões e seminários internos SMMU/EPTC, informou sobre a recente aprovação na



res do Plano de Mobilidade Urbana (PMU), que deve ser considerado e também incluída além de atualizar informações da NBR 9050. Comentou a necessidade de incluir um artigo PDCI, Plano de Acessibilidade e demais Planos Setoriais de mobilidade e acessibilidade detalhar os conceitos (ex. hidroviário, parque náutico). Propõem a substituição dos Programas de Mobilidade Urbana pelos que constam no PMU, a saber: 1) Programa de Transporte Coletivo e Seletivo; 2) Programa de Transporte Coletivo e Seletivo; 3) Programa de Transporte de Cargas; 4) Programa de Mobilidade Segura; 6) Programa de Informação, Programa de Espaço Urbano, Meio Ambiente, Inovação; e 8) Programa de Informação. Ainda entendem que deve ser revista a malha viária básica ativo e à mobilidade ativa. Na **Estratégia de Qualificação** de Prevenção e Controle da Poluição, ele pode ter relação **ica**, concentraram-se nas questões das cargas e logística,

sugerindo como diretrizes a criação de centros de distribuição de cargas de abrangência local, políticas de distribuição de cargas/mercado, não incentivar habitação no entorno do aeroporto e porto seco, verificar as

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

questões do comércio e áreas tradicionais e relacionar com o Plano de Transporte de Cargas (incluído no PMU). Com relação aos Programas, verificam que as questões de logística tem grande influência no: Programa de Dinamização da Economia; no Programa de Desenvolvimento Sustentável para MZ 8, as questões do corredor de produção; no Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no CH, as questões de logística local (carga e descarga/última milha); e no Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no CH, durante turno da noite, as questões de logística local. Na **Estratégia de Produção da Cidade** falou sobre os padrões viários específicos para regularização fundiária. Na **Estratégia de Sistema de Planejamento**, comentou sobre o Programa de Sistema de Informações, em que o Observatório de Mobilidade (<https://eptctransparente.com.br/observamobilitade>) poderia integrar este sistema, pois é uma ferramenta importante no monitoramento, já possuindo alguns dados. Falou ainda que no PMU foi criado o Sistema de Monitoramento do Plano de Mobilidade Urbana, a ser regulamentado. Após, apresentou os Planos, Programas e Projetos vinculados a SMMU - EPTC.

Arq. Patrícia Tschoepke (DPU/SMAMUS) falou sobre o planejamento dos GTs e do momento posterior que serão tratadas estratégias por estratégias, e convidou a SMMU para apresentar o PMU aos colegas.

Arq. Vaneska Paiva (CPU/SMAMUS) falou sobre diversos projetos-chave das secretarias e das costuras que o PD vai ter que ser capaz de absorver.

SMCEC - Arq. Camila e Arq. Luiz Merino apresentaram os projetos e programas vinculados principalmente à **Estratégia de Qualificação Ambiental - Interesse Cultural**. Comentaram da participação da secretaria (SMCEC) em diversos projetos transversais, de escalas diferenciadas, com olhares de diversas áreas da prefeitura. Foi falado sobre tratar as áreas especiais de interesse cultural como áreas estratégicas de interesse urbanístico.

Arq. Vaneska Paiva (CPU/SMAMUS) falou sobre o exemplo de Lisboa (Portugal) em que o PD tem demarcado pontos de interesse visual e bacias visuais dos prédios de interesse.

Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) e Arq. Camila e Arq. Luiz Merino (SMCEC) falaram sobre a importância do mapeamento das áreas especiais incluindo as áreas de manifestações culturais e o patrimônio imaterial. Foi questionado quanto à demarcação de terras quilombolas e indígenas, as quais devem ser mapeadas no PDDUA.

A **SMPAE** através da Arq. Lúcia de Borba Maciel manifestou-se no sentido de que a Secretaria trata das questões estratégicas necessárias para a viabilização dos projetos da Prefeitura, mas não é uma secretaria fim. Trata das questões de orçamento e priorização de obras além de financiamentos junto às instituições competentes.

Arq. Vaneska Paiva (CPU/SMAMUS) comentou que entende que, da forma como a PMPA está estruturada, a SMPAE deve ter uma relação de todos planos, projetos e programas, ou, em tese, deveria ter de tudo que está

Arq. Lúcia

Gestão, r

Procurad



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

etarias, e como está a situação e andamento destes planos, projetos e programas, pelo são vistos pela gestão como os principais, protagonistas (estratégicos). Considerando a informações para os colegas das diversas secretarias, considerando o sistema de monitoramento dos programas) dos projetos, saber como isto estrutura a nossa organização

que a sua diretoria monitora o que está no PPA e contrato de
jado às estratégias do PDDUA.

car apresentação para próxima semana.

Arq. Denise Pacheco (DEMHAB/SMHARE) também pediu para ficar para a próxima semana.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

SMOI - Eng. Luciano Cé relatou que a secretaria trata das obras realizadas pelo Município, fiscalização, além de questões relacionadas diretamente à Estratégia de Estruturação Urbana, Mobilidade e Qualificação Ambiental, através dos projetos viários. Na **Estratégia de Estruturação Urbana**, dentro do Programa de Espaços Abertos, comentou da execução dos projetos da Orla e revitalização e urbanização do Quadrilátero e Rua da Praia. Ainda na mesma estratégia, falou do envolvimento no Centro de Transferências de Cargas do Porto Seco. Na **Estratégia de Mobilidade Urbana**, no Programa Viário, identificou os projetos que abrangem os gravames, obras de implementação da malha viária, ciclovias e vias de pedestres. Observou que muitos projetos elaborados não estão mais adequados com o gabarito que se espera para cidade. Dentro da **Estratégia de Qualificação Ambiental** comentou sobre algumas obras e projetos que relacionam-se com o Programa de Valorização do Patrimônio Cultural, e que estão vinculadas à diretoria do Arq. Paulo Loge. Para finalizar propôs algumas considerações: incluir a altimetria nos gravames viários, pois muitas vezes há problemas de compatibilização quando da execução; os gravames devem ser compatibilizados com as diretrizes do plano; rever gravame de áreas verdes em gabaritos de vias; atualizar gabaritos viários; compatibilizar gabaritos viários com passeios acessíveis e ciclovias/ciclofaixas; devem ser revistos os gravames viários inviáveis (como exemplo os túneis); incorporar os corredores de transporte aos perfis viários; possibilidade de georreferenciar os passeios?? Paulo Loge comentou que na diretoria (Predial) sente falta de uma interação com outras secretarias, em alguns temas, e até com a sociedade (comunicação).

Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) comentou que é necessário definir o sentido do que se quer para a cidade com relação às vias e à circulação.

Arq. Lúcia de Borba Maciel (SMPAE) falou da importância de incorporar os corredores de transporte aos perfis viários.

Arq. Alex de Souza (DAV/SMAMUS) falou da necessidade de compatibilização dos perfis com a arborização, de enxergar a árvore como equipamento urbano vivo.

Arq. Luciana (SMS) fez uma breve fala onde menciona que a questão da saúde não aparece claramente no PDDUA e que não existe uma estratégia de esporte e lazer onde possa se enquadrar. Está trabalhando junto com demais setores para finalizar uma apresentação.

DMLU - Eng. Arceu Bandeira e Arq. Giuliana Carneiro iniciam a apresentação questionando “Onde está o DMLU no PDDUA atual?” Falam da Estratégia de Qualificação Ambiental e os programas, trazendo o Plano de Gestão Ambiental e metas relacionadas com a cidade. O DMLU possui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS/2013), que está em processo de atualização, e que traz diretrizes para a gestão de resíduos para o município. Que o PMGIRS é muito maior que o DMLU, pois falam de resíduos que não são de competência do DMLU. O PMGIRS trabalha com diversos eixos e macrodiretrizes estratégicas: Geração de Resíduos Sólidos; Coleta e Transporte; Tratamento e Disposição Final; Qualificação do Ambiente Urbano;



e Estratégia. Pontuam que dentro das macrodiretrizes estão vários projetos e programas (como o Plano de Saneamento Básico e a Lei 10847/2010 do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, o Art. 4, e da Lei 728/2014 do código de limpeza urbana de Porto Alegre (em processo de atualização) e o Plano Diretor de Porto Alegre, que prevê a criação de uma Secretaria de Resíduos Sólidos, o que indica que a gestão de resíduos não aparece no PDDUA, devendo ser incluída devido sua importância para a sociedade; trouxe também a necessidade de se incluir, nas destinações de áreas públicas, áreas par: e tratamento de resíduos.

gua, esgoto e drenagem e que estão presentes no Plano Diretor de Porto Alegre, o que indica a necessidade de atualização dos planos de saneamento, insegurança alimentar e nutricional. Além disso, devido ao movimento forte na cidade, o Museu das Águas, que tem

como objetivo preservar os cursos d'água da cidade.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

A coordenadora da CPU, Arq. Vaneska, comentou da necessidade de se utilizar os territórios das bacias hidrográficas no planejamento, e questionou como eram feitas as projeções de dados para dimensionamento do atendimento do abastecimento.

Arq. Patrícia Tschoepke (DPU/SMAMUS) perguntou ao Eng. Adriano sobre as atualizações das informações e mapas do DEP.

Eng. Adriano (DMAE) respondeu o questionamento da Patrícia comentando que dúvidas podem ser tiradas no e-mail (cadastro.pluvial@dmae.pref.poa.com.br), ainda comentou sobre o caso de Recife (PE) que utiliza soluções condominiais para o tratamento de esgoto em áreas de moradias carentes, que seria uma boa solução para áreas de regularização fundiária.

Arq. Cosme (DEL/SMAMUS) comenta que o DMAE talvez seja um dos setores da prefeitura que possam detectar com mais antecedência as questões da cidade informal, que é um trabalho relevante para termos todas as informações que o DMAE é capaz de produzir, devendo compartilhar com os demais setores do município.

Foi solicitado pela Arq. Patrícia Tschoepke (DPU) que o material das apresentações fosse disponibilizado à CT, assim como a indicação de especialistas para o debate de questões específicas.

ENCAMINHAMENTOS:

Tendo em vista que nem todas as secretarias conseguiram apresentar seu material, ficou agendada reunião para a próxima sexta-feira (05/08/22) para continuidade das apresentações e debates.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
SMOI	LUCIANO CE
	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ELEONORA BRAZ SERRALTA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA



REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
PROCEMPA	PAULO CASAGRANDE
SMAMUS DPU	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
	KARLA FERNANDA FAILLACE
SMAMUS DAV	ALEX PEREIRA DE SOUZA
	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
SELMA RUBINA THOMAZ	
SMAMUS DPPS	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU



REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

SMAMUS | DEL

ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE | CTARF/SMAMUS



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silveira Castanheira, Chefe de Unidade**, em 22/08/2022, às 16:20, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Catiane Burghausen Cardoso, Chefe de Unidade**, em 22/08/2022, às 16:30, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vaneska Paiva Henrique, Coordenador(a)**, em 22/08/2022, às 16:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giulianna Carneiro de França, Servidor Público**, em 22/08/2022, às 17:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Arceu Bandeira Rodrigues, Diretor(a)**, em 23/08/2022, às 09:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giovane Martins Vaz dos Santos, Coordenador(a)**, em 23/08/2022, às 11:38, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gláucia Elen Ribeiro Cazarré, Técnico Responsável**, em 23/08/2022, às 12:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Antônio Jung de Moura Jardim, Coordenador(a)**, em 23/08/2022, às 17:53, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gisele Coelho Vargas, Coordenador(a)**, em 24/08/2022, às 16:40, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Verônica Riffel, Gestor**, em 24/08/2022, às 17:57, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Valente Gaiesky, Arquiteto(a)**, em 25/08/2022, às 15:45, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ademir Antônio Maria, Coordenador(a)**, em 25/08/2022, às 16:31, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Garcia Cademartori, Servidor Público**, em 25/08/2022, às 17:08, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Brito da Silveira, Presidente de Comissão**, em 26/08/2022, às 08:14, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rovana Reale Bortolini, Diretor(a)-Geral**, em 26/08/2022, às 09:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Selma Rubina Thomaz, Técnico Responsável**, em 26/08/2022, às 16:58, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gustavo de Los Santos Ferreira, Coordenador(a)**, em 05/09/2022, às 11:09, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Belardinelli, Servidor Público**, em 05/09/2022, às 14:40, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Klein, Coordenador(a)**, em 05/09/2022, às 15:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tania Regina Quintana Rodrigues, Gestor**, em 08/09/2022, às 09:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Saballa, Procurador(a) Municipal**, em 08/09/2022, às 17:45, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Skrebsky Reinheimer, Assistente**, em 16/09/2022, às 14:24, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Chidiac Marchiori, Coordenador(a)**, em 03/10/2022, às 17:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Bridi, Chefe de Unidade**, em 03/10/2022, às 17:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Saffer, Chefe de Unidade**, em 04/10/2022, às 18:11, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Merino de F. Xavier, Servidor Público**, em 14/10/2022, às 17:04, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Nemo Franchini Marisco, Procurador(a)-Geral Adjunto(a)**, em 31/10/2022, às 11:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Natercia Munari Domingos, Coordenador(a)**, em 03/03/2023, às 09:30, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Sales, Diretor(a)**, em 12/05/2023, às 15:13, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **20117136** e o código CRC **0241B648**.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 005/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
05/08/2022	Início: 14h Término: 17h20	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Foi realizada a apresentação das Secretarias com relação às Estratégias do PDDUA, abordando os seguintes pontos, conforme e-mail enviado anteriormente:

- a. Planos, Projetos e Programas relacionados às Estratégias do PDDUA vigentes e/ou em elaboração em suas Secretarias/Órgãos;
- b. Metas existentes em documentos em vigência em suas Secretarias/Órgãos que deveriam ser incluídas no PDDUA;
- c. Serão disponibilizados 10 minutos para que cada Secretaria/Órgão possa fazer uma breve apresentação das contribuições referidas em a e b.

As apresentações foram realizadas em ordem pelas seguintes Secretarias, iniciando pela Diretoria de Áreas Verdes (DAV/SMAMUS), face solicitação prévia do diretor Alex de Souza:

SMAMUS | DAV - Arq. Gláucia e Arq. Verônica

SMS - Arq. Luciana Valente convidou colegas, Kelma Nunes Soares (ASSEPLA/SMS), Roxana Pinto Nishimura (JVA/DVS/SMS) e Alex Elias Lamas (DVS/SMS)

Foi realizado um intervalo de 10min, em seguida seguiu-se a apresentação:

SMED - Eng. Juliana Belardinelli

DEM HAB/SMHARF - Arq. Denise Pacheco e Arq. Rogério Ferreira

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Para cada apresentação foi aberto espaço para discussão, e foram feitos apontamentos pelos membros da Coordenação Técnica (CT) e do GT-TO.

DAV - O Diretor Arq. Alex de Souza começou apresentando a Diretoria e as colegas que fariam as apresentações sobre as áreas verdes e arborização, respectivamente.

Com relação às áreas verdes, enquadram-se na **Estratégia de Estruturação Urbana**, através do Programa de Espaços Abertos e na **Estratégia de Qualificação Ambiental**, através do Programa de Implantação e Manutenção das áreas verdes com o entorno. Com relação às áreas verdes, falou que na malha espacial da cidade, temos uma distribuição homogênea na maioria das regiões de planejamento. Que na RGP 5 (Lomba do Pinheiro) é onde menos áreas verdes existem na cidade. Ressaltou a importância da existência de espaços públicos de lazer, de áreas verdes de lazer, que refletem na saúde e bem estar das pessoas. Arq. Gláucia (EPAV/CPOAV/DAV/SMAMUS) continuou apresentando a Coordenação de Projetos e Obras de Áreas Verdes (CPO) e exemplificando as funções das áreas verdes urbanas: estruturação urbana; ecológica e ambiental; social (esporte, recreação, lazer, socialização); psicológica; estética, educativa; e cultural. Na **Estratégia de Estruturação Urbana**, lembrou que as áreas verdes estão dentro do Prog. de Espaços Abertos e comentou sobre a importância da interligação das áreas verdes entre si e com os demais espaços livres para atenderem a população. Que a coordenação tem algumas ações que buscam esta integração, com alguns trabalhos: Orla (trecho 1 e 3); caminho do gol (Copa 2014); projeto estruturante da orla (demarcação de todas áreas verdes, mapeamento, propostas de percursos); Viva o Centro (2006); GT passagens Vila Assunção (estruturação urbana). Na **Estratégia de Qualificação Ambiental**, entendem que as áreas verdes são patrimônio ambiental e cultural, sendo necessário revisar as Áreas de Interesse Cultural onde existem áreas de lazer. Dentro da estratégia existe o Programa de Implantação e Manutenção das Áreas Verdes Urbanas, que envolve ações permanentes de implantação e manutenção de parques e praças, que seria o trabalho da coordenação. Que a CPOAV está dividida

em ações de: Planejamento urbano e ambiental de áreas verdes públicas (EPAV); Elaboração e aprovação de projetos paisagísticos de urbanização e reurbanização de áreas verdes urbanas (EP); e Fiscalização de obras de urbanização, reurbanização e revitalização de áreas verdes urbanas (EO). Que as praças novas vêm do parcelamento do solo, apresentando um exemplo do Lot. Parque Restinga que teve ações das 3 equipes. O planejamento das áreas verdes é balizado por legislações: lei do parcelamento do solo; lei Orgânica do Município (que prevê meta de 12m² de AV/hab); e o PDDUA. Citou o Programa Cidades Mais Verdes (do Ministério do Meio Ambiente) e a necessidade de se garantir um percentual específico de áreas verdes. Pontuou sobre alguns problemas: garantia de área verde no parcelamento do solo (percentual para área verde); doação de equipamentos nos desmembramentos (desobrigação de urbanizar, levando ao adensamento sem área de lazer); ocupação de áreas gravadas como áreas verdes por população de baixa renda; áreas não urbanizadas e ociosas; e adensamento das áreas rarefeitas e na zona rural com loteamentos predominantemente de baixa renda sem infraestrutura e equipamentos. Apontou a existência de inúmeros loteamentos irregulares sem áreas de equipamentos na regularização fundiária e a necessidade de se observar o Art. 77 do PDDUA, que quando há desafetação de uma área verde, esta deve ser substituída na região. Apresentou algumas metas, como o índice mínimo de 12m² de AV/hab (necessário detalhar); implantar novas áreas verdes para suprir a carência por espaços verdes; criar política pública para qualificação dos espaços públicos de lazer existentes; ampliar incentivos para preservação de áreas com bens ambientais (cita o exemplo de São Paulo onde os empreendedores ficam responsáveis pela gestão de áreas de preservação dentro dos empreendimentos); qualificar sistema de áreas verdes urbanas; rever gravames; criar sistema de monitoramento e planejamento de áreas verdes. Termina a apresentação com duas perguntas: *“O que queremos para Porto Alegre em relação às áreas verdes? Qual a importância das áreas verdes na revisão do PDDUA?”* Necessidade de tratamento e qualificação dos caminhos que interligam as áreas verdes.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) perguntou sobre os indicadores de áreas verdes por região. Gláucia respondeu que já possuem e consideram as áreas urbanizadas, apenas do município, sem contar com as estaduais. A ideia é tipificar as áreas verdes, mapeando as não urbanizadas. Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) falou sobre os vazios urbanos que são vistos como áreas subaproveitadas, e que os ecologistas as enxergam como áreas de respiro urbano. Que é necessário para a revisão do PD trazer conceitos novos de áreas verdes, como os Terrários, Pocket Parks, miolos de quarteirão. Comentou da importância da apropriação do espaço pela população, que estratégias iremos utilizar para ampliar. Merino (SMCEC) comentou do exemplo do Caminho do Gol, conectando algumas praças no percurso, que reforça a estratégia de pensar as praças como sistema, sistema de espaços abertos conectados, com tratamento de caminhos para pedestres, bicicletas, arborização. Arq. Rovana (DPPS/SMAMUS) reforça que os Terrários urbanos são a utilização de próprios municipais (não são gravames de praças), e que contribuem para a conexão dos espaços verdes da cidade, reutilizando as sobras de terrenos desde que contribua para a vitalidade do espaço.

Com relação à arborização urbana, a Arq. Verônica (CAU/SMAMUS) iniciou falando do papel da arborização na cidade e o desafio da revisão do PD relativo a este tema tão importante. A partir de 2018 o município centralizou o planejamento para implantação da arborização pública, definindo os locais de plantio e espécies a serem implantadas, construindo um referencial para o futuro, retomar o papel positivo da arborização. Nas vias públicas, seja no canteiro central ou nos passeios, é que os conflitos aparecem. Nas vias existem muitas infraestruturas, usos e funções no mesmo espaço, que é limitado fisicamente. A árvore é um organismo e interage com elementos estáticos (boca de lobo, iluminação). Citou a necessidade de se entender a vegetação como mobiliário urbano, buscando o máximo retorno (ambiental, paisagístico, sociocultural), interagindo em todos os espaços urbanos. Que é imprescindível a colaboração dos responsáveis pelo planejamento, principalmente nas vias, pois é preciso garantir o espaço para a árvore e ele deve ser adequado, para ela poder dar o retorno das suas funções. A falta do planejamento é visível nas vias públicas, incompatibilidade de espaços entre as mais diferentes estruturas que constituem a cidade (trazendo escurecimento de ruas, danos aos cabeamentos aéreos, placas de sinalização). O que se quer é uma árvore para o lugar certo, com qualidade. É necessário manter a sustentabilidade da árvore com a sustentabilidade das necessidades da população que vive no ambiente urbano, sendo necessário garantir a interação dos elementos urbanos para evitar conflitos. O tema é ligado às **Estratégias de Estruturação Urbana**, no Sistema de Espaços Abertos, através da infraestrutura aparente na paisagem urbana, e a **Estratégia de Qualificação Ambiental**, através do Programa de Implantação e Manutenção das Áreas Verdes Urbanas (disciplinamento da arborização nos passeios públicos e criação de incentivos à arborização). Comentou da existência do Plano Setorial de Arborização Urbana (Plano Diretor de Arborização Urbana) que não é mencionado no PDDUA, que a arborização entra apenas no disciplinamento, e que poderia ser muito mais abrangente, sendo um programa para ela. Ações em desenvolvimento: implantação da arborização e manutenção do plantio; garantia do espaço árvore (revisão do decreto de calçadas 17.302, revisão dos perfis viários) com a necessidade de se compatibilizar a vegetação com o sistema viário e canteiros, emissão de diretrizes (árvore de grande porte) nos processos das comissões; planejamento sistêmico da arborização urbana; revisão continuada do PDAU, reestruturação do Viveiro Municipal. Outro exemplo seria a vaga sustentável, que representa um canteiro na via onde no passeio não é possível implantar vegetação (sugestão para o PD). Cita que de acordo com o Plano Diretor de Arborização Urbana é necessário atingir

uma meta de cobertura de copa, mas ainda se está na fase de inventário da vegetação existente. Finaliza com os benefícios da arborização urbana.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) falou da importância de compatibilizar os serviços ecossistêmicos da cidade, e que existem índices e parâmetros internacionais de qualidade urbana que podem servir como referência.

Alex de Souza comenta que foi criada uma câmara técnica de arborização no COMAM para debater o assunto.

Fabiana (SMMU) falou da importância de trabalharmos alinhados nas questões apontadas pela Verônica.

SMS - Arq. Luciana inicia a apresentação comentando que as estratégias que mais se relacionam com a saúde são:

Estruturação Urbana - Programa de Espaços Abertos, como espaços de promoção de saúde e ambientes adequados para atividades físicas. A **Mobilidade Urbana**, em termos de acessibilidade e a **Qualificação Ambiental** na parte da conservação do patrimônio natural, como forma de garantir equilíbrio urbano e promoção de saúde e qualidade de vida. Colegas de outros setores da Secretaria participaram da reunião para demonstrar seus trabalhos e a forma como se relacionam com a cidade. Kelma (convidada) falou da relação das políticas com alguns exemplos. Foram apresentados rapidamente algumas ações da Política Nacional de Promoção da Saúde (Prática corporal/atividade física, Desenvolvimento sustentável), Planos Municipais como o Plano Municipal de Cuidados à Saúde das pessoas com deficiência 2022-2025 (acessibilidade, direito de ir e vir - mobilidade urbana), Plano Municipal da Pessoa Idosa de Porto Alegre 2021-2023 (estruturação urbana e mobilidade), Lei 12452/18 que institui a Política Municipal dos Direitos do Idoso no Município de Porto Alegre (diretrizes: direito ao esporte, lazer, promoção da saúde e qualidade de vida; execução de obras; garantia ao transporte público com qualidade e segurança), Política Intersectorial de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares e de Fitoterápicos (MPMACF) relacionado a Estratégia de Qualificação Ambiental - promoção de hortas comunitárias (Decreto 21.576 de julho de 2022). Alex Lamas (convidado) falou sobre a vigilância em saúde ambiental (Qualificação Ambiental), que tem o objetivo de prevenir, diminuir, eliminar riscos e intervir nos problemas socioambientais; plano da dengue (Plano Municipal de Contingência DENGUE, ZICA VÍRUS e CHIKUNGUNYA); Programa Saúde na escola - PSE (Qualificação Ambiental); e o Projeto Horta Escolar: do vasinho ao pomar.

Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) agradeceu o empenho dos colegas da saúde.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) reforçou a necessidade de integração das diversas áreas do conhecimento.

Luciana comentou de terem aberto um processo SEI (22.0.000094548-3) para juntar as contribuições.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) frisou a importância de espaços públicos de qualidade e das vegetações/arborização para a saúde das pessoas e a necessidade de integrar as diferentes áreas, objetivando melhores resultados. Também lembrou do número alto de idosos em Porto Alegre.

Ademir (FASC) falou que a saúde se integra muito com as ações da FASC.

SMED - Eng. Juliana apresentou alguns casos concretos de escolas e suas problemáticas de implantação. O maior desafio para a implantação de novos equipamentos é em áreas já ocupadas, onde não há uma reserva de área para o equipamento; escola aberta para uso da comunidade causam problemas de vandalismo; problemas com relação à infraestrutura: não é permitido redes de esgoto em áreas de escola mas algumas possuem, teria que ter remanejamento das redes, a proximidade com bacias de detenção causa problemas de infestação de insetos em algumas escolas, então deveria ser pensado de restringir esses equipamentos nas proximidades das escolas (sugestão); falou sobre problemas de cadastro das redes do DMAE na DMWeb; muitas apresentam carência de infraestrutura e problemas de acessibilidade devido à falta de pavimentação, passeios, transporte público ou pontos de ônibus nas proximidades; sugere que para EMELs deveria haver algum dispositivo no PD para ter transporte público e paradas de ônibus próximas, que tivesse algum texto de forma clara; que haja maior atenção a iluminação, segurança (faixas de segurança), e limpeza (redução de acúmulo de lixo).

Arq. Gláucia (DAV/SMAMUS) mencionou que algumas escolas exemplificadas estão próximas (500m) a praças com estrutura (quadras esportivas), mas entende que talvez elas não sejam suficientes para atender a população. Juliana falou que diretoras das escolas relatam o problema de tráfego e faixões em algumas regiões, o que pode ser um dos motivos para que solicitem o uso das escolas aos finais de semana, por ser um ambiente neutro.

Arq. Giuliana (DMLU) se solidariza com os problemas apresentados pela SMED. Perguntou sobre a existência de políticas de separação correta de resíduos (lixo) nas escolas, pois o DMLU poderia contribuir com isso, criar políticas em conjunto.

Tiago Salomoni (CGIU/DPU/SMAMUS) falou da importância dos cadastros (DMWeb) e manutenção das informações. Foi apontado pela Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) o exemplo de Medellín que abriu as quadras de escolas para utilização pela comunidade, o que não causou vandalismo, mas inclusive ajudou a diminuir a criminalidade. Foi questionado também quanto ao dimensionamento da demanda a ser atendida pelas escolas, e que a SMED abriu mão de alguns terrenos, ao que foi respondido que como a tendência é a diminuição da demanda de vagas, a Secretaria optou por suprir as vagas atualmente através de convênio com escolas particulares. Arq. Catiane

(CPU/SMAMUS) perguntou sobre as demandas de vagas e Juliana ficou de encaminhar o material (lista da demanda de vagas, metodologia).

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) questionou a metodologia utilizada para a localização e distribuição das escolas, se existe um setor na SMED que pense sobre estas questões. Juliana respondeu que utilizam um artigo do código civil, que define as áreas urbanas, e que tem que ter um equipamento num raio de 3Km. Considera o atendimento das escolas infantis estando distante até 3Km da residência da criança que será atendida.

Lúcia (SMPAE) contou da sua experiência na EPTC (comissões) da existência de uma normativa que restringe a localização de escolas em vias arteriais.

Arq. Fabiana (SMMU) informou sobre um convênio da SMED com a EPTC para avaliação das escolas, levantamento do entorno e propor melhorias.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) contribuiu falando das métricas sobre distâncias das escolas infantis e as residências da população, que mundialmente utilizam valores de 400m para atendimento infantil e que as distâncias vão aumentando conforme a idade.

DEMHAB - Arq. Denise informou sobre a necessidade de revisão do Plano Municipal de Habitação, realizado entre 2007 e 2009 e a necessidade da aprovação do mesmo como Lei, pois é apenas utilizado como recomendações (buscam revisão e adequação às políticas nacionais, tecnologias); falou da Lei 13465/2017 - Legitimação Fundiária, que a questão da regularização fundiária é muito importante, atualmente existem cerca de 800 núcleos informais na cidade; falou sobre o Política pública Aluguel Social, moradia temporária, transitória, emergencial; Bônus-Moradia, como instrumento utilizado para o reassentamento; também a necessidade de produção habitacional para atender ao déficit; existências de programas para atender a produção habitacional (Ex. Protótipos - Cond. Dona Zaida, Cond. Banco da Província, Cond. Jacuí). O Programa Pró-Moradia (Cristal), Programa Avançar (Restinga), Programa Parceria Instituto Vivenda - de melhorias habitacionais (Restinga, Lomba e Bom Jesus). Recebem recursos dos fundos e de emendas impositivas. Fonte de captação do BRICS, voltados à habitação de interesse social, com propostas mais sustentáveis. Esta fonte de recurso deve ser utilizada em projetos, foram apresentadas 7 propostas. A regularização fundiária propicia a recuperação ambiental, principalmente em áreas de risco; a recuperação de prédios abandonados é uma necessidade, como acontece atualmente em algumas cidades. Atualmente há o programa Casa Melhor Idosos, com a implementação da primeira habitação para idosos, atendendo às questões de acessibilidade e saúde. A utilização de eficiência energética nas habitações é uma ferramenta importante para a sustentabilidade (uso de placas fotovoltaicas).

Guilherme solicitou aos colegas que encaminhassem suas apresentações para o e-mail do GT (gtto@portoalegre.rs.gov.br).

Após as apresentações das 4 secretarias, Guilherme apresentou o calendário de eventos da retomada da revisão do Plano Diretor, lembrando da importância da participação dos membros do GT-TO nestes eventos, para ampliar a escuta ativa da população.

ENCAMINHAMENTOS:

Tendo em vista que nem todas as secretarias conseguiram apresentar seu material, na próxima reunião (12/08/22) retomaremos as apresentações e debates iniciando pela DPPS/SMAMUS, conforme combinado com a Diretora Rovana.

Será encaminhado e-mail para os membros do GT relembrando a necessidade de sua participação nas reuniões. Será encaminhado um arquivo com as datas dos eventos nas Regiões de Planejamento para, aqueles que quiserem participar, irem se programando.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEMHAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI

SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CE
	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	ALEX PEREIRA DE SOUZA
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
SELMA RUBINA THOMAZ	
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMS	KELMA NUNES SOARES ASSEPLA/SMS
	ROXANA PINTO NISHIMURA UVA/DVS/SMS
	ALEX ELIAS LAMAS DVS/SMS
FASC	BRUNO BOER FERNANDES COOP/FASC

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO - CPU/SMAMUS
ATA Nº 005/2022



PREFEITURA

Mais **cidade**. Mais **vida**.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 005/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO		LOCAL
	Início:	Término:	
05/08/2022	14h	17h20	Reunião virtual - Microsoft Teams



REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

ASSUNTOS TRATADOS:

Foi realizada a apresentação das Secretarias com relação às Estratégias do PDDUA, abordando os seguintes pontos, conforme e-mail enviado anteriormente:

- a. Planos, Projetos e Programas relacionados às Estratégias do PDDUA vigentes e/ou em elaboração em suas Secretarias/Órgãos;
- b. Metas existentes em documentos em vigência em suas Secretarias/Órgãos que deveriam ser incluídas no PDDUA;
- c. Serão disponibilizados 10 minutos para que cada Secretaria/Órgão possa fazer uma breve apresentação das contribuições referidas em a e b.

As apresentações foram realizadas em ordem pelas seguintes Secretarias, iniciando pela Diretoria de Áreas Verdes (DAV/SMAMUS), face solicitação prévia do diretor Alex de Souza:

SMAMUS | DAV - Arq. Gláucia e Arq. Verônica

SMS - Arq. Luciana Valente convidou colegas, Kelma Nunes Soares (ASSEPLA/SMS), Roxana Pinto Nishimura (UVA/DVS/SMS) e Alex Elias Lamas (DVS/SMS)

Foi realizado um intervalo de 10min, em seguida seguiu-se a apresentação:

SMED - Eng. Juliana Belardinelli

DEM HAB/SMHARF - Arq. Denise Pacheco e Arq. Rogério Ferreira

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Para cada apresentação foi aberto espaço para discussão, e foram feitos apontamentos pelos membros da Coordenação Técnica (CT) e do GT-TO.

DAV - O Diretor Arq. Alex de Souza começou apresentando a Diretoria e as colegas que fariam as apresentações sobre as áreas verdes e arborização, respectivamente.

Com relação às áreas verdes, enquadram-se na **Estratégia de Estruturação Urbana**, através do Programa de Espaços Abertos e na **Estratégia de Qualificação Ambiental**, através do Programa de Implantação e Manutenção das áreas verdes com o entorno. Com relação às áreas verdes, falou que na malha espacial da cidade, temos uma distribuição homogênea na maioria das regiões de planejamento. Que na RGP 5 (Lomba do Pinheiro) é onde menos áreas verdes existem na cidade. Ressaltou a importância da existência de espaços

populaçã
(trecho 1
mapeame
urbana). I
cultural, s
estratégia



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

e áreas verdes de lazer, que refletem na saúde e bem estar das pessoas. Arq. Gláucia (SMAMUS) continuou apresentando a Coordenação de Projetos e Obras de Áreas Verdes tendo as funções das áreas verdes urbanas: estruturação urbana; ecológica e ambiental; social (lazer, socialização); psicológica; estética, educativa; e cultural. Na **Estratégia de** Arq. Gláucia, lembrou que as áreas verdes estão dentro do Prog. de Espaços Abertos e comentou sobre a importância da interligação das áreas verdes entre si e com os demais espaços livres para atenderem a população que buscam esta integração, com alguns trabalhos: Orla estruturante da orla (demarcação de todas áreas verdes, dentro (2006); GT passagens Vila Assunção (estruturação urbana); Arq. Gláucia entende que as áreas verdes são patrimônio ambiental e interesse Cultural onde existem áreas de lazer. Dentro da manutenção das Áreas Verdes Urbanas, que envolve ações

permanentes de implantação e manutenção de parques e praças, que seria o trabalho da coordenação. Que a CPOAV está dividida em ações de Planejamento urbano e ambiental de áreas verdes públicas (EPAV);

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

Elaboração e aprovação de projetos paisagísticos de urbanização e reurbanização de áreas verdes urbanas (EP); e Fiscalização de obras de urbanização, reurbanização e revitalização de áreas verdes urbanas (EO). Que as praças novas vêm do parcelamento do solo, apresentando um exemplo do Lot. Parque Restinga que teve ações das 3 equipes. O planejamento das áreas verdes é balizado por legislações: lei do parcelamento do solo; lei Orgânica do Município (que prevê meta de 12m² de AV/hab); e o PDDUA. Citou o Programa Cidades Mais Verdes (do Ministério do Meio Ambiente) e a necessidade de se garantir um percentual específico de áreas verdes. Pontuou sobre alguns problemas: garantia de área verde no parcelamento do solo (percentual para área verde); doação de equipamentos nos desmembramentos (desobrigação de urbanizar, levando ao adensamento sem área de lazer); ocupação de áreas gravadas como áreas verdes por população de baixa renda; áreas não urbanizadas e ociosas; e adensamento das áreas rarefeitas e na zona rural com loteamentos predominantemente de baixa renda sem infraestrutura e equipamentos. Apontou a existência de inúmeros loteamentos irregulares sem áreas de equipamentos na regularização fundiária e a necessidade de se observar o Art. 77 do PDDUA, que quando há desafetação de uma área verde, esta deve ser substituída na região. Apresentou algumas metas, como o índice mínimo de 12m² de AV/hab (necessário detalhar); implantar novas áreas verdes para suprir a carência por espaços verdes; criar política pública para qualificação dos espaços públicos de lazer existentes; ampliar incentivos para preservação de áreas com bens ambientais (cita o exemplo de São Paulo onde os empreendedores ficam responsáveis pela gestão de áreas de preservação dentro dos empreendimentos); qualificar sistema de áreas verdes urbanas; rever gravames; criar sistema de monitoramento e planejamento de áreas verdes. Termina a apresentação com duas perguntas: "O que queremos para Porto Alegre em relação às áreas verdes? Qual a importância das áreas verdes na revisão do PDDUA?" Necessidade de tratamento e qualificação dos caminhos que interligam as áreas verdes.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) perguntou sobre os indicadores de áreas verdes por região. Gláucia respondeu que já possuem e consideram as áreas urbanizadas, apenas do município, sem contar com as estaduais. A ideia é tipificar as áreas verdes, mapeando as não urbanizadas. Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) falou sobre os vazios urbanos que são vistos como áreas subaproveitadas, e que os ecologistas as enxergam como áreas de respiro urbano. Que é necessário para a revisão do PD trazer conceitos novos de áreas verdes, como os Terrários, Pocket Parks, miolos de quarteirão. Comentou da importância da apropriação do espaço pela população, que estratégias iremos utilizar para ampliar. Merino (SMCEC) comentou do exemplo do Caminho do Gol, conectando algumas praças no percurso, que reforça a estratégia de pensar as praças como sistema, sistema de espaços abertos conectados, com tratamento de caminhos para pedestres, bicicletas, arborização. Arq. Rovana (DPPS/SMAMUS) reforça que os Terrários urbanos são a utilização de próprios municipais (não são gravames de praças), e que contribuem para a conexão dos espaços verdes da cidade, reutilizando as sobras de terrenos desde que contribua para a vitalidade do espaço.

Com relação à arborização urbana, a Arq. Verônica (CAU/SMAMUS) iniciou falando do papel da arborização na cidade e o desafio da revisão do PD relativo a este tema tão importante. A partir de 2018 o município centralizou o planejamento para implantação da arborização pública, definindo os locais de plantio e espécies a serem implantadas, construindo um referencial para o futuro, retomar o papel positivo da arborização. Nas vias públicas, seja no canteiro central ou nos passeios, é que os conflitos aparecem. Nas vias existem muitas infraestruturas,



mesmo espaço, que é limitado fisicamente. A árvore é um organismo e interage com (boca de lobo, iluminação). Citou a necessidade de se entender a vegetação como mobiliário máximo retorno (ambiental, paisagístico, sociocultural), interagindo em todos os espaços escindível a colaboração dos responsáveis pelo planejamento, principalmente nas vias, pois espaço para a árvore e ele deve ser adequado, para ela poder dar o retorno das suas planejamento é visível nas vias públicas, incompatibilidade de espaços entre as mais do escurecimento de ruas, danos aos cabeamentos aéreos, para o lugar certo, com qualidade. É necessário manter as necessidades da população que vive no ambiente urbano, pontos urbanos para evitar conflitos. O tema é ligado às de Espaços Abertos, através da infraestrutura aparente na **ção Ambiental**, através do Programa de Implantação e

Manutenção das Áreas Verdes Urbanas (disciplinamento da arborização nos passeios públicos e criação de incentivos à arborização). Comentou da existência do Plano Setorial de Arborização Urbana (Plano Diretor de

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

Arborização Urbana) que não é mencionado no PDDUA, que a arborização entra apenas no disciplinamento, e que poderia ser muito mais abrangente, sendo um programa para ela. Ações em desenvolvimento: implantação da arborização e manutenção do plantio; garantia do espaço árvore (revisão do decreto de calçadas 17.302, revisão dos perfis viários) com a necessidade de se compatibilizar a vegetação com o sistema viário e canteiros, emissão de diretrizes (árvore de grande porte) nos processos das comissões; planejamento sistêmico da arborização urbana; revisão continuada do PDAU, reestruturação do Viveiro Municipal. Outro exemplo seria a vaga sustentável, que representa um canteiro na via onde no passeio não é possível implantar vegetação (sugestão para o PD). Cita que de acordo com o Plano Diretor de Arborização Urbana é necessário atingir uma meta de cobertura de copa, mas ainda se está na fase de inventário da vegetação existente. Finaliza com os benefícios da arborização urbana.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) falou da importância de compatibilizar os serviços ecossistêmicos da cidade, e que existem índices e parâmetros internacionais de qualidade urbana que podem servir como referência.

Alex de Souza comenta que foi criada uma câmara técnica de arborização no COMAM para debater o assunto.

Fabiana (SMMU) falou da importância de trabalharmos alinhados nas questões apontadas pela Verônica.

SMS - Arq. Luciana inicia a apresentação comentando que as estratégias que mais se relacionam com a saúde são: **Estruturação Urbana** - Programa de Espaços Abertos, como espaços de promoção de saúde e ambientes adequados para atividades físicas. A **Mobilidade Urbana**, em termos de acessibilidade e a **Qualificação Ambiental** na parte da conservação do patrimônio natural, como forma de garantir equilíbrio urbano e promoção de saúde e qualidade de vida. Colegas de outros setores da Secretaria participaram da reunião para demonstrar seus trabalhos e a forma como se relacionam com a cidade. Kelma (convidada) falou da relação das políticas com alguns exemplos. Foram apresentados rapidamente algumas ações da Política Nacional de Promoção da Saúde (Prática corporal/atividade física, Desenvolvimento sustentável), Planos Municipais como o Plano Municipal de Cuidados à Saúde das pessoas com deficiência 2022-2025 (acessibilidade, direito de ir e vir - mobilidade urbana), Plano Municipal da Pessoa Idosa de Porto Alegre 2021-2023 (estruturação urbana e mobilidade), Lei 12452/18 que institui a Política Municipal dos Direitos do Idoso no Município de Porto Alegre (diretrizes: direito ao esporte, lazer, promoção da saúde e qualidade de vida; execução de obras; garantia ao transporte público com qualidade e segurança), Política Intersetorial de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares e de Fitoterápicos (MPMACF) relacionado a Estratégia de Qualificação Ambiental - promoção de hortas comunitárias (Decreto 21.576 de julho de 2022). Alex Lamas (convidado) falou sobre a vigilância em saúde ambiental (Qualificação Ambiental), que tem o objetivo de prevenir, diminuir, eliminar riscos e intervir nos problemas socioambientais; plano da dengue (Plano Municipal de Contingência DENGUE, ZICA VÍRUS e CHIKUNGUNYA); Programa Saúde na escola - PSE (Qualificação Ambiental); e o Projeto Horta Escolar: do vasinho ao pomar.

Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) agradeceu o empenho dos colegas da saúde.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) reforçou a necessidade de integração das diversas áreas do conhecimento.

e terem aberto um processo SEI (22.0.000094548-3) para juntar as contribuições.

CPU/SMAMUS) frisou a importância de espaços públicos de qualidade e da importância para a saúde das pessoas e a necessidade de integrar as diferentes áreas, objetivando. Também lembrou do número alto de idosos em Porto Alegre.

que a saúde se interessa muito com as ações da FASC.

SMED - É maior des área para com relação



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

cretos de escolas e suas problemáticas de implantação. O entos é em áreas já ocupadas, onde não há uma reserva de a comunidade causam problemas de vandalismo; problemas de esgoto em áreas de escola mas algumas possuem, teria

~~que ter remanejamento das redes, a proximidade com bacias de retenção causa problemas de infestação de insetos em algumas escolas, então de~~
~~REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO~~
(sugestão); falou sobre problemas de cadastro das redes do DMAE na DMWeb; muitas apresentam carência de infraestrutura e problemas de acessibilidade devido à falta de pavimentação, passeios, transporte público ou pontos de ônibus nas proximidades; sugere que para EMELs deveria haver algum dispositivo no PD para ter transporte público e paradas de ônibus próximas, que tivesse algum texto de forma clara; que haja maior atenção a iluminação, segurança (faixas de segurança), e limpeza (redução de acúmulo de lixo).

Arq. Gláucia (DAV/SMAMUS) mencionou que algumas escolas exemplificadas estão próximas (500m) a praças com estrutura (quadras esportivas), mas entende que talvez elas não sejam suficientes para atender a população. Juliana falou que diretoras das escolas relatam o problema de trânsito e facções em algumas regiões, o que pode ser um dos motivos para que solicitem o uso das escolas aos finais de semana, por ser um ambiente neutro.

Arq. Giuliana (DMLU) se solidariza com os problemas apresentados pela SMED. Perguntou sobre a existência de políticas de separação correta de resíduos (lixo) nas escolas, pois o DMLU poderia contribuir com isso, criar políticas em conjunto.

Tiago Salomoni (CGIU/DPU/SMAMUS) falou da importância dos cadastros (DMWeb) e manutenção das informações.

Foi apontado pela Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) o exemplo de Medellín que abriu as quadras de escolas para utilização pela comunidade, o que não causou vandalismo, mas inclusive ajudou a diminuir a criminalidade. Foi questionado também quanto ao dimensionamento da demanda a ser atendida pelas escolas, e que a SMED abriu mão de alguns terrenos, ao que foi respondido que como a tendência é a diminuição da demanda de vagas, a Secretaria optou por suprir as vagas atualmente através de convênio com escolas particulares. Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) perguntou sobre as demandas de vagas e Juliana ficou de encaminhar o material (lista da demanda de vagas, metodologia).

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) questionou a metodologia utilizada para a localização e distribuição das escolas, se existe um setor na SMED que pense sobre estas questões. Juliana respondeu que utilizam um artigo do código civil, que define as áreas urbanas, e que tem que ter um equipamento num raio de 3Km. Considera o atendimento das escolas infantis estando distante até 3Km da residência da criança que será atendida.

Lúcia (SMPAE) contou da sua experiência na EPTC (comissões) da existência de uma normativa que restringe a localização de escolas em vias arteriais.

Arq. Fabiana (SMMU) informou sobre um convênio da SMED com a EPTC para avaliação das escolas, levantamento do entorno e propor melhorias.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) contribuiu falando das métricas sobre distâncias das escolas infantis e as residências da população, que mundialmente utilizam valores de 400m para atendimento infantil e que as distâncias vão aumentando conforme a idade.

DEM HAB - Arq. Denise informou sobre a necessidade de revisão do Plano Municipal de Habitação, realizado



e a necessidade da aprovação do mesmo como Lei, pois é apenas utilizado como
scam revisão e adequação às políticas nacionais, tecnologias); falou da Lei 13465/2017 -
ia, que a questão da regularização fundiária é muito importante, atualmente existem cerca de
is na cidade; falou sobre o Política pública Aluguel Social, moradia temporária, transitória,
-Moradia, como instrumento utilizado para o reassentamento; também a necessidade de

a Província, Cond. Jacuí). O Programa Pró-Moradia (Cristal),
Instituto Vivenda - de melhorias habitacionais (Restinga,
is e de emendas impositivas. Fonte de captação do BRICS,
postas mais sustentáveis. Esta fonte de recurso deve ser
postas. A regularização fundiária propicia a recuperação
peração de prédios abandonados é uma necessidade, como

acontece atualmente em algumas cidades. Atualmente há o programa Casa Melhor Idosos, com a
implementação da primeira habitação para idosos, atendendo as questões de acessibilidade e saúde. A

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

utilização de eficiência energética nas habitações é uma ferramenta importante para a sustentabilidade (uso de
placas fotovoltaicas).

Guilherme solicitou aos colegas que encaminhassem suas apresentações para o e-mail do GT
(gtto@portoalegre.rs.gov.br).

Após as apresentações das 4 secretarias, Guilherme apresentou o calendário de eventos da retomada da
revisão do Plano Diretor, lembrando da importância da participação dos membros do GT-TO nestes eventos,
para ampliar a escuta ativa da população.

ENCAMINHAMENTOS:

Tendo em vista que nem todas as secretarias conseguiram apresentar seu material, na próxima reunião
(12/08/22) retomaremos as apresentações e debates iniciando pela DPPS/SMAMUS, conforme combinado com
a Diretora Rovana.

Será encaminhado e-mail para os membros do GT lembrando a necessidade de sua participação nas reuniões.
Será encaminhado um arquivo com as datas dos eventos nas Regiões de Planejamento para, aqueles que
quiserem participar, irem se programando.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CE
	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA



REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	ALEX PEREIRA DE SOUZA
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI

CONVIDADOS:

**REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO**

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMS	KELMA NUNES SOARES ASSEPLA/SMS
	ROXANA PINTO NISHIMURA UVA/DVS/SMS
	ALEX ELIAS LAMAS DVS/SMS
FASC	BRUNO BOER FERNANDES COOP/FASC



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silveira Castanheira, Chefe de Unidade**, em 22/08/2022, às 16:20, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Catiane Burghausen Cardoso, Chefe de Unidade**, em 22/08/2022, às 16:30, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vaneska Paiva Henrique, Coordenador(a)**, em 22/08/2022, às 16:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Wallau de Oliveira Kessler, Chefe de Unidade**, em 22/08/2022, às 17:00, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giulianna Carneiro de França, Servidor Público**, em 22/08/2022, às 17:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giovane Martins Vaz dos Santos, Coordenador(a)**, em 23/08/2022, às 11:38, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gláucia Elen Ribeiro Cazarré, Técnico Responsável**, em 23/08/2022, às 12:33, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Antônio Jung de Moura Jardim, Coordenador(a)**, em 23/08/2022, às 17:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Saballa, Procurador(a) Municipal**, em 24/08/2022, às 14:59, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gisele Coelho Vargas, Coordenador(a)**, em 24/08/2022, às 16:47, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Verônica Riffel, Gestor**, em 24/08/2022, às 17:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Hoppe Bonini, Arquiteto(a)**, em 25/08/2022, às 14:50, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Valente Gaiesty, Arquiteto(a)**, em 25/08/2022, às 15:47, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ademir Antônio Maria, Coordenador(a)**, em 25/08/2022, às 16:31, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Garcia Cademartori, Servidor Público**, em 25/08/2022, às 17:08, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Brito da Silveira, Presidente de Comissão**, em 26/08/2022, às 08:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rovana Reale Bortolini, Diretor(a)-Geral**, em 26/08/2022, às 09:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Selma Rubina Thomaz, Técnico Responsável**, em 26/08/2022, às 16:58, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gustavo de Los Santos Ferreira, Coordenador(a)**, em 05/09/2022, às 11:09, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Belardinelli, Servidor Público**, em 05/09/2022, às 14:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Klein, Coordenador(a)**, em 05/09/2022, às 15:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tania Regina Quintana Rodrigues, Gestor**, em 08/09/2022, às 09:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Kruse, Servidor Público**, em 12/09/2022, às 18:13, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Skrebsky Reinheimer, Assistente**, em 16/09/2022, às 14:24, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Chidiac Marchiori, Coordenador(a)**, em 03/10/2022, às 17:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Bridi, Chefe de Unidade**, em 03/10/2022, às 17:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Saffer, Chefe de Unidade**, em 04/10/2022, às 18:11, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Fialho Teixeira Machado, Chefe de Unidade**, em 06/10/2022, às 09:37, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Merino de F. Xavier, Servidor Público**, em 14/10/2022, às 17:04, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Nemo Franchini Marisco, Procurador(a)-Geral Adjunto(a)**, em 31/10/2022, às 11:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Sales, Diretor(a)**, em 12/05/2023, às 15:13, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Vieira da Silva, Chefe de Unidade**, em 05/04/2024, às 14:50, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **20117965** e o código
CRC **C85E031D**.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 006/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
12/08/2022	Início: 14h Término: 17h12	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Foi realizada a continuação da apresentação das Secretarias com relação às Estratégias do PDDUA, abordando os seguintes pontos, conforme e-mail enviado anteriormente:

- a. Planos, Projetos e Programas relacionados às Estratégias do PDDUA vigentes e/ou em elaboração em suas Secretarias/Órgãos;
- b. Metas existentes em documentos em vigência em suas Secretarias/Órgãos que deveriam ser incluídas no PDDUA;
- c. Serão disponibilizados 10 minutos para que cada Secretaria/Órgão possa fazer uma breve apresentação das contribuições referidas em a e b.

As apresentações foram realizadas em ordem pelas seguintes Secretarias, iniciando pela Diretoria de Projetos e Políticas de Sustentabilidade (DPPS/SMAMUS):

SMAMUS | DPPS - Arq. Rovana e Arq. Natércia

SMAMUS | DLMA - Eng. Paulo Antonio Jung de Moura Jardim

Foi realizado um intervalo de 10min (das 15h33 às 15h43), em seguida seguiu-se a apresentação:

SMAMUS | DEL - Diretor Cássio de Assis Brasil Weber

SMPAE - Arq. Lucia de Borba Maciel

PROCEMPA - Paulo Casagrande

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Anteriormente ao início das apresentações, a Arq. Verônica (CAU/DAV/SMAMUS) questionou quanto à possibilidade de inclusão da lista da vegetação ameaçada de extinção, ao que a Arq. Natércia (DPPS/SMAMUS) reforçou a importância de inserir estas espécies nos Terrários Urbanos.

Para cada apresentação foi aberto espaço para discussão, e foram feitos apontamentos pelos membros da Coordenação Técnica (CT) e do GT-TO.

A Diretora Rovana (DPPS/SMAMUS) iniciou a apresentação falando da importância de se inserir a sustentabilidade e a pauta climática no PDDUA. O urbanismo sustentável, formado pelo tripé social, econômico e ambiental também deve ser estimulado na cidade. Como itens a serem abordados na questão climática estão a conectividade, compacidade, biofilia e o uso de edificações de alto desempenho. Os projetos da DPPS possuem relação direta com a Estratégia de Qualificação Ambiental, como os Terrários Urbanos, hortas comunitárias, implementação de biodigestores e a Operação Urbana Consorciada da Avenida Ipiranga, que visa a despoluição do Arroio Dilúvio. Com relação à Estratégia de Mobilidade Urbana, a regulamentação da frota elétrica de ônibus no município e a atualização do decreto das calçadas. A Arq. Natércia continuou a apresentação falando sobre os Terrários Urbanos e a potencialização dos espaços abertos de pequeno porte, relacionados à Estratégia de Estruturação Urbana, que deve ser pensada em termos de resiliência urbana junto com o uso do solo. A reabilitação e adaptação de uso nas edificações, assim como os Terrários Urbanos (através dos termos de concessão de uso onerosos ou não) e a OUC alinham-se à Estratégia de Promoção Econômica pela possibilidade de incentivo às atividades econômicas locais. Todos os projetos da diretoria baseiam-se sempre que possível nas estratégias do PDDUA e na Lei de Políticas de Sustentabilidade (872/20).

Eng. Juliana (SMED) questionou quanto à despoluição do Arroio Dilúvio pois a nascente é em Viamão, e que deve ser feito um trabalho conjunto entre os municípios.

Contribuição via Chat - Arq. Fabiana Kruse (SMMU)

[12/08 14:53] Fabiana Kruse - SMMU (Convidado)

Muito interessante a apresentação e as ações da DPPS. Vamos entrar em contato para conversarmos sobre o status e etapas das ações!

DLMA - O coordenador Paulo Jardim falou sobre a atuação da diretoria e algumas ações que se inserem na Estratégia de Qualificação Ambiental, como o Plano Municipal de Recuperação da Mata Atlântica e o mapeamento e caracterização das áreas de preservação permanente (APPs). A diretoria possui um sistema de base de dados do licenciamento ambiental (LAN) onde constam os dados referente a licenças emitidas, atividades implantadas, etc, dados estes que possibilitam uma leitura dos reflexos dos planos anteriores no zoneamento da cidade. Outras ações que estão ainda em desenvolvimento são o mapeamento de áreas contaminadas e potencialmente contaminadas, resultantes de passivos ambientais, o inventário da fauna do município e em fase de projeto ainda o mapeamento de ruídos, visando identificar os pontos de poluição sonora na cidade.

Arq. Natércia (DPPS) colocou-se à disposição para apresentação da sua tese que fala de aspectos urbanísticos e do meio ambiente.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) questionou se existe algum trabalho com relação à poluição pela iluminação, ao que o coordenador Paulo Jardim respondeu que não há nada específico, mas que tem conhecimento que a iluminação pode ser prejudicial para a fauna nos espaços públicos.

Paulo Jardim ainda manifesta sua preocupação em se manter a área rarefeita sem ocupações, e promover a densificação onde há infraestrutura disponível.

O diretor Cássio Weber (DEL/SMAMUS) explanou sobre as atividades da diretoria, voltadas principalmente à aprovação e licenciamento dos projetos no município, sendo que a diretoria é responsável pela aplicação direta do PDDUA, principalmente no que diz respeito ao plano regulador. As estratégias que estão diretamente relacionadas com o trabalho da DEL são do Uso do Solo Privado e do Sistema de Planejamento. Falou sobre a proposta de um PDDUA digital, uma plataforma em que o requerente pudesse aprovar diretamente o protótipo, se enquadrado no plano regulador. Atualmente os requerimentos que ingressam no sistema estão geolocalizados, Arq. Cosme comentou sobre estas informações fazerem parte do monitoramento da cidade, e resultam na materialização do Plano Diretor.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) falou sobre o sistema de planejamento, de como torná-lo mais autônomo e do plano regulador, que deveria ser baseado no desempenho das edificações. Questionou aos colegas do DEL quanto das dimensões estratégicas do PD são consideradas nas análises de projeto, fora os EVUs.

Cássio Weber (DEL/SMAMUS) respondeu concordando que nas aprovações muito pouco é considerado, e que nos EVUs sim. Que na aprovação é utilizado as regras, Plano Regulador, tornando-se inclusive cansativo aos revisores. Concorda que as estratégias deveriam estar mais presentes nas aprovações, considerando o uso de inteligência artificial para auxiliar estas aprovações.

Luiz Merino (SMCEC) questionou sobre os setores de licenciamento terem maior capacidade de entender os pontos do Plano Regulador que possuem alguma divergência, que já poderiam ser revisados.

Arq. Lúcia Maciel (SMPAE) falou sobre a estrutura da secretaria, comentando sobre os 4 eixos estratégicos de atuação e os vários projetos e entregáveis da PMPA que a secretaria acompanha. Identificou atribuições da SMPAE na Estratégia do Sistema de Planejamento em 3 programas (Gerenciamento de Políticas, Sistema de Informações e Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano) que poderiam estar vinculados a unidades da secretaria, como a Coordenação de Políticas Públicas, ObservaPOA e Diretoria de Monitoramento. Ainda complementou com outras ações da secretaria: apoio técnico, disponibilização de informações (ObservaPOA) e tentativa de alinhamento do mapa estratégico, objetivos e eixos da administração pública com o que está previsto no PDDUA. Finalizou considerando como desafio inserir a SMPAE no PDDUA, para que o alinhamento estratégico seja fortalecido, sem o afastamento do projeto de cidade.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) falou sobre sua experiência com os sistemas de informações do município, dos diversos grupos de trabalho, e de sua participação nos estudos relacionados ao SADUR (Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano), previsto no PDDUA.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) falou da importância de entendermos o monitoramento dos projetos vistos como estratégicos pela gestão. Da dificuldade que a gestão tem relacionada aos dados das secretarias que possam ser aproveitados para alimentar o SADUR (Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano) ou qualquer outro sistema de monitoramento.

Paulo Casagrande (PROCEMPA) encerrou as apresentações do dia falando sobre os projetos estratégicos da PROCEMPA, em que alguns podem impactar a infraestrutura da cidade e o atendimento às secretarias, entre eles a ampliação da infovia de 1 Gb para 10 Gb, mapeamento da rede de fibra ótica e a terceirização da infraestrutura de TIC. Abordou também os trabalhos no Sistema de Licenciamento e na instalação do 5G.
Arq. Lúcia Maciel (SMPAE) reforçou a necessidade de unificação dos sistemas do Município.

Guilherme (CPU/SMAMUS) solicitou aos colegas que encaminhassem suas apresentações para o e-mail do GT (gtto@portoalegre.rs.gov.br).

Após as 5 apresentações, Guilherme compartilhou a tela para demonstrar, no site do Plano Diretor, onde encontrar o material relativo à exposição com os resultados das oficinas de 2019.

Link material exposições: <https://prefeitura.poa.br/planodiretor/publicacoes/exposicao-diagnostico-poa-2030>

ENCAMINHAMENTOS:

Foi comunicado que seria encaminhado e-mail, no início da próxima semana, com o link para o acesso ao material da exposição, as datas e locais dos próximos eventos e reforço sobre o material da pasta do drive.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEMHAB/SMHARF	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	CAMILA WARPECHOWSKI
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMF	JÉSSICA LANGE
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
SMDS	ADILSO LUIS PIMENTEL CORLASSOLI
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
PROCEMPA	PAULO CASAGRANDE
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
	COSME DE ASSIS DA SILVA
FLAVIA LUIZA REBELATO	

SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI
	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	MARIA PAULA LUDKE REGAL
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
FASC	BRUNO BOER FERNANDES COOP/FASC

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO - CPU/SMAMUS
ATA Nº 006/2022



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 006/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO		LOCAL
12/08/2022	Início: 14h	Término: 17h12	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Foi realizada a continuação da apresentação das Secretarias com relação às Estratégias do PDDUA, abordando os seguintes pontos, conforme e-mail enviado anteriormente:

- a. Planos, Projetos e Programas relacionados às Estratégias do PDDUA vigentes e/ou em elaboração em suas Secretarias/Órgãos;
- b. Metas existentes em documentos em vigência em suas Secretarias/Órgãos que deveriam ser incluídas no PDDUA;
- c. Serão disponibilizados 10 minutos para que cada Secretaria/Órgão possa fazer uma breve apresentação das contribuições referidas em a e b.

As apresentações foram realizadas em ordem pelas seguintes Secretarias, iniciando pela Diretoria de Projetos e Políticas de Sustentabilidade (DPPS/SMAMUS):

SMAMUS | DPPS - Arq. Rovana e Arq. Natércia

SMAMUS | DLMA - Eng. Paulo Antonio Jung de Moura Jardim

Foi realizado um intervalo de 10min (das 15h33 às 15h43), em seguida seguiu-se a apresentação:

SMAMUS | DEL - Diretor Cássio de Assis Brasil Weber

SMPAE - Arq. Lucia de Borba Maciel

PROCEMPA - Paulo Casagrande

SMAMUS
sustentab
ambiental



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

QUESTIONAMENTOS:

nício das apresentações, a Arq. Verônica (CAU/DAV/SMAMUS) questionou quanto à usão da lista da vegetação ameaçada de extinção, ao que a Arq. Natércia (DPPS/SMAMUS) ia de inserir estas espécies nos Terrários Urbanos.

Para cada apresentação foi aberto espaço para discussão, e foram feitos apontamentos pelos membros da Coordena

a apresentação falando da importância de se inserir a banismo sustentável, formado pelo tripé social, econômico e como itens a serem abordados na questão climática estão a

conectividade, compacidade, biofilia e o uso de edificações de alto desempenho. Os projetos da DPPS possuem relação direta com a **Estratégia de Recursos Ambientais** Urbanos, hortas comunitárias, implementação de biodigestores e a Operação Urbana Consorciada da Avenida Ipiranga, que visa a despoluição do Arroio Dilúvio. Com relação à **Estratégia de Mobilidade Urbana**, a regulamentação da frota elétrica de ônibus no município e a atualização do decreto das calçadas. A Arq. Natércia continuou a apresentação falando sobre os Terrários Urbanos e a potencialização dos espaços abertos de pequeno porte, relacionados à **Estratégia de Estruturação Urbana**, que deve ser pensada em termos de resiliência urbana junto com o uso do solo. A reabilitação e adaptação de uso nas edificações, assim como os Terrários Urbanos (através dos termos de concessão de uso onerosos ou não) e a OUC alinham-se à **Estratégia de Promoção Econômica** pela possibilidade de incentivo às atividades econômicas locais. Todos os projetos da diretoria baseiam-se sempre que possível nas estratégias do PDDUA e na Lei de Políticas de Sustentabilidade (872/20).

Eng. Juliana (SMED) questionou quanto à despoluição do Arroio Dilúvio pois a nascente é em Viamão, e que deve ser feito um trabalho conjunto entre os municípios.

Contribuição via Chat - Arq. Fabiana Kruse (SMMU)

[12/08 14:53] Fabiana Kruse - SMMU (Convidado)

Muito interessante a apresentação e as ações da DPPS. Vamos entrar em contato para conversarmos sobre o status e etapas das ações!

SMAMUS | DLMA - O coordenador Paulo Jardim falou sobre a atuação da diretoria e algumas ações que se inserem na **Estratégia de Qualificação Ambiental**, como o Plano Municipal de Recuperação da Mata Atlântica e o mapeamento e caracterização das áreas de preservação permanente (APPs). A diretoria possui um sistema de base de dados do licenciamento ambiental (LAN) onde constam os dados referente a licenças emitidas, atividades implantadas, etc, dados estes que possibilitam uma leitura dos reflexos dos planos anteriores no zoneamento da cidade. Outras ações que estão ainda em desenvolvimento são o mapeamento de áreas contaminadas e potencialmente contaminadas, resultantes de passivos ambientais, o inventário da fauna do município e em fase de projeto ainda o mapeamento de ruídos, visando identificar os pontos de poluição sonora na cidade.

Arq. Natércia (DPPS) colocou-se à disposição para apresentação da sua tese que fala de aspectos urbanísticos e do meio ambiente.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) questionou se existe algum trabalho com relação à poluição pela iluminação, ao que o coordenador Paulo Jardim respondeu que não há nada específico, mas que tem conhecimento que a iluminação pode ser prejudicial para a fauna nos espaços públicos.

Paulo Jardim ainda manifesta sua preocupação em se manter a área rarefeita sem ocupações, e promover a densificação onde há infraestrutura disponível.

SMAMUS | DEL - O diretor Cássio Weber explanou sobre as atividades da diretoria, voltadas principalmente à aprovação e licenciamento dos projetos no município, sendo que a diretoria é responsável pela aplicação direta

resultam r

Arq. Vane
plano reg
quanto da

Cássio W.
nos EVUs

**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

almente no que diz respeito ao plano regulador. As estratégias que estão diretamente trabalho da DEL são do Uso do Solo Privado e do Sistema de Planejamento. Falou sobre a DUA digital, uma plataforma em que o requerente pudesse aprovar diretamente o protótipo, plano regulador. Atualmente os requerimentos que ingressam no sistema estão Cosme comentou sobre estas informações fazerem parte do monitoramento da cidade, e

ia de planejamento, de como torná-lo mais autônomo e do mpenho das edificações. Questionou aos colegas do DEL deradas nas análises de projeto, fora os EVUs.

ndo que nas aprovações muito pouco é considerado, e que gras, Plano Regulador, tornando-se inclusive cansativo aos

revisores. Concorda que as estratégias deveriam estar mais presentes nas aprovações, considerando o uso de inteligência artificial para auxiliar estas aprovações.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

Luiz Merino (SMCEC) questionou sobre os setores de licenciamento terem maior capacidade de entender os pontos do Plano Regulador que possuem alguma divergência, que já poderiam ser revisados.

SMPAE - Arq. Lúcia Maciel (SMPAE) falou sobre a estrutura da secretaria, comentando sobre os 4 eixos estratégicos de atuação e os vários projetos e entregáveis da PMPA que a secretaria acompanha. Identificou atribuições da SMPAE na **Estratégia do Sistema de Planejamento** em 3 programas (Gerenciamento de Políticas, Sistema de Informações e Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano) que poderiam estar vinculados a unidades da secretaria, como a Coordenação de Políticas Públicas, ObservaPOA e Diretoria de Monitoramento. Ainda complementou com outras ações da secretaria: apoio técnico, disponibilização de informações (ObservaPOA) e tentativa de alinhamento do mapa estratégico, objetivos e eixos da administração pública com o que está previsto no PDDUA. Finalizou considerando como desafio inserir a SMPAE no PDDUA, para que o alinhamento estratégico seja fortalecido, sem o afastamento do projeto de cidade.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) falou sobre sua experiência com os sistemas de informações do município, dos diversos grupos de trabalho, e de sua participação nos estudos relacionados ao SADUR (Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano), previsto no PDDUA.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) falou da importância de entendermos o monitoramento dos projetos vistos como estratégicos pela gestão. Da dificuldade que a gestão tem relacionada aos dados das secretarias que possam ser aproveitados para alimentar o SADUR (Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano) ou qualquer outro sistema de monitoramento.

PROCEMPA - Paulo Casagrande (PROCEMPA) encerrou as apresentações do dia falando sobre os projetos estratégicos da PROCEMPA, em que alguns podem impactar a infraestrutura da cidade e o atendimento às secretarias, entre eles a ampliação da infovia de 1 Gb para 10 Gb, mapeamento da rede de fibra ótica e a terceirização da infraestrutura de TIC. Abordou também os trabalhos no Sistema de Licenciamento e na instalação do 5G.

Arq. Lúcia Maciel (SMPAE) reforçou a necessidade de unificação dos sistemas do Município.

Guilherme (CPU/SMAMUS) solicitou aos colegas que encaminhassem suas apresentações para o e-mail do GT (gtto@portoalegre.rs.gov.br).

Após as 5 apresentações, Guilherme compartilhou a tela para demonstrar, no site do Plano Diretor, onde encontrar o material relativo à exposição com os resultados das oficinas de 2019.

Link material exposições: <https://prefeitura.poa.br/planodiretor/publicacoes/exposicao-diagnostico-poa-2030>



PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

PARTICIPANTES.

ÓRGÃO |

SMAMUS



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

OS:

seria encaminhado e-mail, no início da próxima semana, com o link para o acesso ao o, as datas e locais dos próximos eventos e reforço sobre o material da pasta do drive.

NRIQUE (Coordenador)

RA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)

SEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)

DEM HAB/

ROSENO COSTA DE LOS SANTOS FERREIRA

SMMU

FABIANA KRUSE
REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

ANA PAULA HOPPE BONINI

SMCEC

LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER

CAMILA WARPECHOWSKI

SMPAE

LUCIA DE BORBA MACIEL

PGM

ANDREZA SABALLA

SMED

JULIANA BELARDINELLI

SMF

JÉSSICA LANGE

SMS

LUCIANA VALENTE GAIESKY

SMDS

ADILSO LUIS PIMENTEL CORLASSOLI

FASC

ADEMIR ANTONIO MARIA

DMLU

GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA

DMAE

ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER

JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO

PROCEMPA

PAULO CASAGRANDE

SMAMUS | DPU

CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER

TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES

SMAMUS | DLMA

PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM

SMAMUS | DAV

MARCOS BERWANGER PROFES

GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ

VERÔNICA RIFFEL

PRISCILA HUNING SPOHR

MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI

CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER

FERNANDA BRITO DA SILVEIRA

SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO

ADRIANO TEDESCO ROSSETTO

ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH

GIOVANA CRISTINA BERTOTTI

MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS

COSME DE ASSIS DA SILVA

FLAVIA LUIZA REBELATO



REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

SMAMUS | DPPS

ROVANA REALE BORTOLINI

NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	MARIA PAULA LUDKE REGAL
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
FASC	BRUNO BOER FERNANDES COOP/FASC



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silveira Castanheira, Chefe de Unidade**, em 22/08/2022, às 16:20, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Catiane Burghausen Cardoso, Chefe de Unidade**, em 22/08/2022, às 16:30, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vaneska Paiva Henrique, Coordenador(a)**, em 22/08/2022, às 16:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Wallau de Oliveira Kessler, Chefe de Unidade**, em 22/08/2022, às 17:00, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giulianna Carneiro de França, Servidor Público**, em 22/08/2022, às 17:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giovane Martins Vaz dos Santos, Coordenador(a)**, em 23/08/2022, às 11:38, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gláucia Elen Ribeiro Cazarré, Técnico Responsável**, em 23/08/2022, às 12:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Antônio Jung de Moura Jardim, Coordenador(a)**, em 23/08/2022, às 17:49, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Saballa, Procurador(a) Municipal**, em 24/08/2022, às 14:59, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Verônica Riffel, Gestor**, em 24/08/2022, às 17:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Hoppe Bonini, Arquiteto(a)**, em 25/08/2022, às 14:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Valente Giesky, Arquiteto(a)**, em 25/08/2022, às 15:48, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ademir Antônio Maria, Coordenador(a)**, em 25/08/2022, às 15:58, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Garcia Cademartori, Servidor Público**, em 25/08/2022, às 17:07, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Brito da Silveira, Presidente de Comissão**, em 26/08/2022, às 08:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rovana Reale Bortolini, Diretor(a)-Geral**, em 26/08/2022, às 09:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Selma Rubina Thomaz, Técnico Responsável**, em 26/08/2022, às 16:58, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gustavo de Los Santos Ferreira, Coordenador(a)**, em 05/09/2022, às 11:09, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Belardinelli, Servidor Público**, em 05/09/2022, às 14:42, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Klein, Coordenador(a)**, em 05/09/2022, às 15:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tania Regina Quintana Rodrigues, Gestor**, em 08/09/2022, às 09:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Kruse, Servidor Público**, em 12/09/2022, às 18:13, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Skrebsky Reinheimer, Assistente**, em 16/09/2022, às 14:25, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Chidiac Marchiori, Coordenador(a)**, em 03/10/2022, às 17:16, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Bridi, Chefe de Unidade**, em 03/10/2022, às 17:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Huning Spohr, Servidor Público**, em 04/10/2022, às 08:42, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Saffer, Chefe de Unidade**, em 04/10/2022, às 18:11, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Lange, Arquiteto(a)**, em 05/10/2022, às 10:10, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Fialho Teixeira Machado, Chefe de Unidade**, em 06/10/2022, às 09:37, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Merino de F. Xavier, Servidor Público**, em 14/10/2022, às 17:05, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Nemo Franchini Marisco, Procurador(a)-Geral Adjunto(a)**, em 31/10/2022, às 11:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Natercia Munari Domingos, Coordenador(a)**, em 03/03/2023, às 09:28, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Sales, Diretor(a)**, em 12/05/2023, às 15:14, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **20118985** e o código CRC **9DF05D3D**.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 007/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
19/08/2022	Início: 14h Término: 16h22	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião realizando uma chamada para confirmar os setores dos membros do GT, para futuro encaminhamento dos relatórios de reunião via processo SEI, e para serem assinados por todos.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) apresentou o cronograma das etapas para a revisão do Plano Diretor e os blocos para discussões no GT-TO. O Bloco 1 já foi realizado, que as reuniões 1 e 2 foram de apresentação geral e alinhamentos e sobre a estrutura do Projeto com o PNUD. Já o Bloco 2 foi com as dinâmicas sobre os princípios do Plano Diretor e apresentação das estratégias relacionadas a cada secretaria e órgãos competentes, incluindo a apresentação do dia de hoje, a apresentação da compilação dos resultados da Leitura das Secretarias (na próxima semana) e uma reunião presencial e dinâmica prevista para o dia 02/09/22. Em setembro inicia-se o Bloco 3 com o detalhamento dos princípios e estratégias, seguido do Bloco 4 sobre o sistema de planejamento.

Arq. Antônio Gomes Pinto (UGDU/CGMU/DPU/SMAMUS) realizou uma apresentação sobre o Modelo Espacial do PDDUA e definições, além de resgatar o histórico sobre a criação da LC 434/99. Apresenta também os princípios básicos do Modelo Espacial e sua representação gráfica e elementos que compõem o modelo. Discorreu sobre as áreas de ocupação intensiva, rarefeita e rural, assim como as unidades de estruturação urbana, macrozonas e regiões de planejamento e demais elementos estruturadores. Apresentou a diferença entre os tipos de equipamentos urbanos, áreas especiais e áreas urbanas de ocupação prioritárias e de contenção ao crescimento urbano previstas no PDDUA. Apresentou as áreas de revitalização previstas desde 2010, incluindo o Centro Histórico, a Orla e o Quarto Distrito, que tiveram projetos específicos nos últimos tempos e ainda as Ilhas do Delta do Jacuí, Praia de Belas e o Cais do Porto que estão em processo de contratação. Quanto às áreas de interesse ambiental trouxe os conceitos das áreas de preservação, de proteção e conservação e de interesse ambiental e cultural.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Dra. Eleonora (PGM) questionou o Arq. Gomes quanto à gestão do território da área rural, se caberia ao INCRA, mas continua sendo gerida pelo município.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) questiona se não deveria ter um texto mais específico sobre as vias, abordando não só a questão da mobilidade, mas sua importância quanto espaço público.

Arq. Gomes (CGMU/SMAMUS) ressalta que desde o PDDUA muitos conceitos já foram modificados, a LC 43/79 já tinha alguns conceitos ambientais mas que foram alterados e precisam ser ampliados.

Dra. Eleonora (PGM) traz como contribuição a necessidade de uniformização de conceitos com a legislação federal, por exemplo, a área de preservação permanente é diferente do conceito do Código Florestal, e a necessidade de compatibilizar e simplificar os termos sem interferir na área técnica.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) reforça a necessidade de adequar os conceitos.

Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) dificuldade de leitura do Modelo Espacial, que é uma abstração da sobreposição das estratégias, quando se aumenta a escala do lote se perde a relação com as estratégias. Um dos desafios do plano é conseguir enxergar as estratégias durante a formação da cidade.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) tentativa de entender de onde surgiram os conceitos e subdivisões do plano, atualmente temos um mapa estático que é uma sobreposição de layers que se comunicam entre si, mas na escala da subunidade se perde a ideia do todo.

Arq. Gomes (CGMU/SMAMUS) relata que na sua época quando o arquiteto ingressava na prefeitura para fazer a DM (declaração informativa) e aprendia sobre o Plano Diretor, o que se perdeu por diversas razões.

Arq. Sônia (DEL/SMAMUS) nas análises dos projetos especiais nas Comissões há uma preocupação grande com a relação entre o privado e o público, pois se tem uma visão de viabilidade urbanística.

Arq. Luiz Merino (SMCEC) reforça a importância da fala do Arq. Gomes sobre o Modelo Espacial e a comparação com a LC 43/79, se perdeu algo das UDTs, atuais UEUs desta Lei que tinha uma concepção espacial bem clara de vizinhança, se prevendo que a densificação pudesse ser dinâmico desde que houvesse capacidade e comunicação entre os equipamentos urbanos e acompanhamento das infraestruturas. Possibilidade de trabalhar dentro das unidades menores de forma projetual, no sentido de uma configuração mais cuidadosa do ponto de vista morfológico.

Arq. Gomes (CGMU/SMAMUS) acredita que o projeto bem estruturado pode selecionar de melhor forma o que o PD prevê, podendo dar soluções melhores do que a Lei prevê de forma genérica. Tecido urbano e topografia apresentam fatores que não contribuem para a homogeneidade, sendo que a Lei é igual para alguns setores e na aplicação da lei é prejudicada.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) questiona se a inexistência de demarcação de algumas áreas especiais dá-se pela falta de continuidade da leitura, que ainda não foram demarcadas ou se há alguma “briga” por demarcar alguma região, por exemplo a CCRU, ao que o Arq. Gomes responde que existem algumas implicações jurídicas, proprietários que não querem o zoneamento, nunca viu algum processo do tipo ser demarcado, é difícil determinar o porquê não foi feito, relata que trabalhava em outro setor, que não o responsável.

Arq. Gomes (CGMU/SMAMUS) o PD previu diversas situações que antes não eram solicitadas e a partir do conhecimento e apropriação da Lei as pessoas foram solicitando. Diz que poucos conhecem realmente o Plano Diretor e que deveríamos conhecer melhor, estudar e entender os conceitos.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) questiona se os colegas vêem alguma interferência do que foi apresentado com seu trabalho, e se sabem por que as áreas não foram demarcadas, ao que a Dra. Leonora informa ter algumas informações que vai encaminhar por escrito.

Arq. Gláucia (DAV/SMAMUS) reforça a necessidade de revisão dos conceitos, que acaba por causar alguns conflitos com relação às áreas de parque natural e Apan.

Dra. Eleonora (PGM) questiona quanto ao momento de contribuição e propostas de alteração dos conceitos e temas e demonstra sua ansiedade em já ir trabalhando nisto em grupos menores devido ao tempo.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) entende que devemos nos qualificar mais com relação ao Plano Diretor. O Modelo Espacial não reflete as estratégias do Plano, nem no plano regulador. Necessário se criar um ambiente de compilação das contribuições durante todo o processo. Consultoria também irá aportar sobre conceitos e metodologias de como abordar todos os temas. Debate de conceitos e definições deve ser feito em todos os grupos, inclusive da sociedade que tem muitas contribuições. Contamos com o grupo para complementação técnica de outras áreas de conhecimento e metodologias a serem abordadas na construção do Plano. A revisão deve ser no sentido de não abandonar a estrutura conceitual do plano, entender a motivação das regras, pois muitos conceitos foram perdidos ao longo do tempo e atualmente não fazem mais sentido e são questionados. Quando as normas são baseadas nas dimensões dos lotes e eles são em sua maior parte irregulares, há um descontrole da forma gerada.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) algumas secretarias já possuem Sei de contribuições criados por volta de 2019, onde podem colocar o material de contribuições e anotações, mas de qualquer forma aguardamos a contratação da consultoria para compilação de todo o material.

Eng. Guilherme (CTAAPS/SMAMUS) encaminhar Sei interno na Comissão para contribuições, em três pontos principais: relatarem conflitos na legislação; verificar o que falta de detalhamento e causa insegurança jurídica e proposições; propôr um processo de simplificação das análises. Arq. Vaneska fala sobre levar a discussão para as comissões e promover as contribuições através do GT e do sistema de gestão.

ENCAMINHAMENTOS:

Será encaminhado o processo SEI (22.0.000086353-3) com os registros das reuniões do GT. Foi reforçado que se encaminhem todas as contribuições das Secretarias até a metade da próxima semana, para que se tenha tempo para

as compilações. Foi apresentado novamente os próximos passos de acordo com o cronograma e a reunião presencial a ser realizada em setembro, a confirmar o local.

Foi informado sobre as próximas Exposições das Oficinas de 2019, na RGP1 no sábado (20/08/22) e na RGP2 - Ilhas no domingo (21/08/22) e reforçado o convite aos membros do GT.

Informou-se sobre a existência da consulta pública on-line para Revisão do Plano Diretor, e realizou-se o convite para que todos participem/respondam enquanto cidadãos.

Foi reforçado a existência do link para o drive PROCempa onde estão disponibilizados os registros das reuniões e materiais encaminhados pelas secretarias, o qual será copiado nos e-mails.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CÉ
	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ELEONORA BRAZ SERRALTA
	ANDREZA SABALLA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
	JÉSSICA LANGE
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
SMDET	ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	GISELE COELHO VARGAS
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
SELMA RUBINA THOMAZ	
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
SMDDET	DANIELA ALVES MACHADO BRAGA SE/SMDDET

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO - CPU/SMAMUS
ATA Nº 007/2022



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 007/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO		LOCAL
19/08/2022	Início: 14h	Término: 16h22	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião realizando uma chamada para confirmar os setores dos membros do GT, para futuro encaminhamento dos relatórios de reunião via processo SEI, e para serem assinados por todos.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) apresentou o cronograma das etapas para a revisão do Plano Diretor e os blocos para discussões no GT-TO. O Bloco 1 já foi realizado, que as reuniões 1 e 2 foram de apresentação geral e alinhamentos e sobre a estrutura do Projeto com o PNUD. Já o Bloco 2 foi com as dinâmicas sobre os princípios do Plano Diretor e apresentação das estratégias relacionadas a cada secretaria e órgãos competentes, incluindo a apresentação do dia de hoje, a apresentação da compilação dos resultados da Leitura das Secretarias (na próxima semana) e uma reunião presencial e dinâmica prevista para o dia 02/09/22. Em setembro inicia-se o Bloco 3 com o detalhamento dos princípios e estratégias, seguido do Bloco 4 sobre o sistema de planejamento.

Arq. Antônio Gomes Pinto (UGDU/CGMU/DPU/SMAMUS) realizou uma apresentação sobre o Modelo Espacial do PDDUA e definições, além de resgatar o histórico sobre a criação da LC 434/99. Apresenta também os princípios básicos do Modelo Espacial e sua representação gráfica e elementos que compõem o modelo. Discorreu sobre as áreas de ocupação intensiva, rarefeita e rural, assim como as unidades de estruturação urbana, macrozonas e regiões de planejamento e demais elementos estruturadores. Apresentou a diferença entre os tipos de equipamentos urbanos, áreas especiais e áreas urbanas de ocupação prioritárias e de contenção ao crescimento urbano previstas no PDDUA. Apresentou as áreas de revitalização previstas desde 2010, incluindo o Centro Histórico, a Orla e o Quarto Distrito, que tiveram projetos específicos nos últimos tempos e ainda as Ilhas do Delta do Jacuí, Praia de Belas e o Cais do Porto que estão em processo de contratação. Quanto às áreas de interesse ambiental trouxe os conceitos das áreas de preservação, de proteção e conservação e de interesse ambiental e cultural.

QUESTIONAMENTOS:

Arq. Gomes questionou o Arq. Gomes quanto à gestão do território da área rural, se caberia ao INCRA, gerida pelo município.

Dra. Eleonora questiona se não deveria ter um texto mais específico sobre as vias, abordando não só a questão da mobilidade, mas sua importância quanto espaço público.

Arq. Gomes já tinha al

Dra. Eleonora federal, p
necessida



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

o PDDUA muitos conceitos já foram modificados, a LC 43/79 alterados e precisam ser ampliados.

ecessidade de uniformização de conceitos com a legislação nanente é diferente do conceito do Código Florestal, e a ; sem interferir na área técnica.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) reforça a necessidade de adequar os conceitos,

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) dificuldade de leitura do Modelo Espacial, que é uma abstração da sobreposição das estratégias, quando se aumenta a escala do lote se perde a relação com as estratégias. Um dos desafios do plano é conseguir enxergar as estratégias durante a formação da cidade.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) tentativa de entender de onde surgiram os conceitos e subdivisões do plano, atualmente temos uma mapa estático que é uma sobreposição de layers que se comunicam entre si, mas na escala da subunidade se perde a ideia do todo.

Arq. Gomes (CGMU/SMAMUS) relata que na sua época quando o arquiteto ingressava na prefeitura para fazer a DM (declaração informativa) e aprendia sobre o Plano Diretor, o que se perdeu por diversas razões.

Arq. Sônia (DEL/SMAMUS) nas análises dos projetos especiais nas Comissões há uma preocupação grande com a relação entre o privado e o público, pois se tem uma visão de viabilidade urbanística.

Arq. Luiz Merino (SMCEC) reforça a importância da fala do Arq. Gomes sobre o Modelo Espacial e a comparação com a LC 43/79, se perdeu algo das UDTs, atuais UEUs desta Lei que tinha uma concepção espacial bem clara de vizinhança, se prevendo que a densificação pudesse ser dinâmico desde que houvesse capacidade e comunicação entre os equipamentos urbanos e acompanhamento das infraestruturas. Possibilidade de trabalhar dentro das unidades menores de forma projetual, no sentido de uma configuração mais cuidadosa do ponto de vista morfológico.

Arq. Gomes (CGMU/SMAMUS) acredita que o projeto bem estruturado pode selecionar de melhor forma o que o PD prevê, podendo dar soluções melhores do que a Lei prevê de forma genérica. Tecido urbano e topografia apresentam fatores que não contribuem para a homogeneidade, sendo que a Lei é igual para alguns setores e na aplicação da lei é prejudicada.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) questiona se a inexistência de demarcação de algumas áreas especiais dá-se pela falta de continuidade da leitura, que ainda não foram demarcadas ou se há alguma “briga” por demarcar alguma região, por exemplo a CCRU, ao que o Arq. Gomes responde que existem algumas implicações jurídicas, proprietários que não querem o zoneamento, nunca viu algum processo do tipo ser demarcado, é difícil determinar o porquê não foi feito, relata que trabalhava em outro setor, que não o responsável.

Arq. Gomes (CGMU/SMAMUS) o PD previu diversas situações que antes não eram solicitadas e a partir do conhecimento e apropriação da Lei as pessoas foram solicitando. Diz que poucos conhecem realmente o Plano Diretor e que deveríamos conhecer melhor, estudar e entender os conceitos.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) questiona se os colegas vêem alguma interferência do que foi apresentado com seu trabalho, e se sabem por que as áreas não foram demarcadas, ao que a Dra. Leonora informa ter algumas informações que vai encaminhar por escrito.

Arq. Gláucia (DAV/SMAMUS) reforça a necessidade de revisão dos conceitos, que acaba por causar alguns conflitos com relação às áreas de parque natural e Apan.

Dra. Eleonora (PGM) questiona quanto ao momento de contribuição e propostas de alteração dos conceitos e temas e demonstra sua ansiedade em já ir trabalhando nisto em grupos menores devido ao tempo.



(SMAMUS) entende que devemos nos qualificar mais com relação ao Plano Diretor. O plano reflete as estratégias do Plano, nem no plano regulador. Necessário se criar um ambiente de contribuições durante todo o processo. Consultoria também irá aportar sobre conceitos e não abordar todos os temas. Debate de conceitos e definições deve ser feito em todos os setores da sociedade que tem muitas contribuições. Contamos com o grupo para complementação técnica de outras áreas de conhecimento e metodologias a serem abordadas na construção do Plano. A revisão conceitual do plano, entender a motivação das regras, pois muitos não fazem mais sentido e são questionados. Os lotes e eles são em sua maior parte irregulares, há um

Arq. Guilh

que já possuem Sei de contribuições criados por volta de 2019,

onde podem colocar o material de contribuições e anotações, mas de qualquer forma aguardamos a contratação da consultoria para compilação de todo o material.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

Eng. Guilherme (CTAAPS/SMAMUS) encaminhar Sei interno na Comissão para contribuições, em três pontos principais: relataram conflitos na legislação; verificar o que falta de detalhamento e causa insegurança jurídica e proposições; propôr um processo de simplificação das análises. Arq. Vaneska fala sobre levar a discussão para as comissões e promover as contribuições através do GT e do sistema de gestão.

ENCAMINHAMENTOS:

Será encaminhado o processo SEI (22.0.000086353-3) com os registros das reuniões do GT. Foi reforçado que se encaminhem todas as contribuições das Secretarias até a metade da próxima semana, para que se tenha tempo para as compilações. Foi apresentado novamente os próximos passos de acordo com o cronograma e a reunião presencial a ser realizada em setembro, a confirmar o local.

Foi informado sobre as próximas Exposições das Oficinas de 2019, na RGP1 no sábado (20/08/22) e na RGP2 - Ilhas no domingo (21/08/22) e reforçado o convite aos membros do GT.

Informou-se sobre a existência da consulta pública on-line para Revisão do Plano Diretor, e realizou-se o convite para que todos participem/respondam enquanto cidadãos.

Foi reforçado a existência do link para o drive PROCEMPA onde estão disponibilizados os registros das reuniões e materiais encaminhados pelas secretarias, o qual será copiado nos e-mails.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CE
	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ELEONORA BRAZ SERRALTA
	ANDREZA SABALLA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

SMF



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

JÉSSICA LANGE

SMS

LUCIANA VALENTE GAIESKY

SMDET

ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF

DMLU

GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA

DMAE

ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER

SMAMUS | DPU

CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER

TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES

GISELE COELHO VARGAS

MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI

LETÍCIA CRUZ KLEIN

RENATA SAFFER

TIAGO RUTSATZ SALOMONI

SMAMUS | DLMA

PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM

SMAMUS | DAV

MARCOS BERWANGER PROFES

GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ

VERÔNICA RIFFEL

PRISCILA HUNING SPOHR

SMAMUS | DEL

MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI

CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER

SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO

ADRIANO TEDESCO ROSSETTO

GIOVANA CRISTINA BERTOTTI

MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS

COSME DE ASSIS DA SILVA

MÔNICA MOCELLIN RAYMUNDO

FLAVIA LUIZA REBELATO

SELMA RUBINA THOMAZ

SMAMUS | DPPS

ROVANA REALE BORTOLINI

CONVIDADOS:

ÓRGÃO | SECRETARIA

NOME

**REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO**

SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
SMDET	DANIELA ALVES MACHADO BRAGA SE/SMDET



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silveira Castanheira, Chefe de Unidade**, em 24/08/2022, às 17:53, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Catiane Burghausen Cardoso, Chefe de Unidade**, em 24/08/2022, às 17:58, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Verônica Riffel, Gestor**, em 25/08/2022, às 11:05, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Antônio Jung de Moura Jardim, Coordenador(a)**, em 25/08/2022, às 14:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Wallau de Oliveira Kessler, Chefe de Unidade**, em 25/08/2022, às 14:16, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Hoppe Bonini, Arquiteto(a)**, em 25/08/2022, às 14:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Valente Giesky, Arquiteto(a)**, em 25/08/2022, às 15:49, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ademir Antônio Maria, Coordenador(a)**, em 25/08/2022, às 15:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Garcia Cademartori, Servidor Público**, em 25/08/2022, às 17:06, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Brito da Silveira, Presidente de Comissão**, em 26/08/2022, às 08:16, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rovana Reale Bortolini, Diretor(a)-Geral**, em 26/08/2022, às 09:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Selma Rubina Thomaz, Técnico Responsável**, em 26/08/2022, às 16:58, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gustavo de Los Santos Ferreira, Coordenador(a)**, em 05/09/2022, às 11:09, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Belardinelli, Servidor Público**, em 05/09/2022, às 14:43, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Klein, Coordenador(a)**, em 05/09/2022, às 15:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tania Regina Quintana Rodrigues, Gestor**, em 08/09/2022, às 09:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Andreza Saballa, Procurador(a) Municipal**, em 08/09/2022, às 17:46, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giulianna Carneiro de França, Servidor Público**, em 09/09/2022, às 09:26, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Kruse, Servidor Público**, em 12/09/2022, às 18:12, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Roberto Schwartzer, Arquiteto(a)**, em 16/09/2022, às 13:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Skrebsky Reinheimer, Assistente**, em 16/09/2022, às 14:25, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Chidiac Marchiori, Coordenador(a)**, em 03/10/2022, às 17:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Bridi, Chefe de Unidade**, em 03/10/2022, às 17:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Huning Spohr, Servidor Público**, em 04/10/2022, às 08:42, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Saffer, Chefe de Unidade**, em 04/10/2022, às 18:11, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Lange, Arquiteto(a)**, em 05/10/2022, às 10:09, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Fialho Teixeira Machado, Chefe de Unidade**, em 06/10/2022, às 09:39, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Merino de F. Xavier, Servidor Público**, em 14/10/2022, às 17:05, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giovane Martins Vaz dos Santos, Coordenador(a)**, em 17/10/2022, às 11:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Nemo Franchini Marisco, Procurador(a)-Geral Adjunto(a)**, em 31/10/2022, às 11:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Sales, Diretor(a)**, em 12/05/2023, às 15:14, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **20163003** e o código CRC **30C3BEEE**.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL		Nº/ANO: 008/2022	
DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL	
26/08/2022	Início: 14h Término: 17h10	Reunião virtual - Microsoft Teams	

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado dia 19/08/2022, foi apresentado a “Compilação de Resultados da Leitura das Secretarias/órgãos acerca das estratégias do PDDUA”. A apresentação das contribuições iniciou de acordo com cada uma das 7 estratégias do PDDUA:

- I. Estruturação Urbana;
- II. Mobilidade Urbana;
- III. Uso do Solo Privado;
- IV. Qualificação Ambiental;
- V. Promoção Econômica;
- VI. Produção da Cidade;
- VII. Sistema de Planejamento.

Após a leitura das ações de cada estratégia foi solicitado que os colegas se manifestassem, fazendo complementações ou apontando alguma inconsistência.

Foi realizado um intervalo de 10min (das 15h47 às 15h57), em seguida seguiu-se a apresentação:

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arg. Guilherme (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião lembrando aos membros do GT sobre a combinação de apresentarmos o compilado de informações das três reuniões de apresentações das secretarias.

Arg. Catiane (CPU/SMAMUS) apresentou a compilação de informações no formato de planilha Excel, documento elaborado pela coordenação do GT. Antes ela lembrou a existência de alguns documentos que estão no drive, mais precisamente do Informe Complementar de outubro de 1996, o qual possui a descrição do processo metodológico e das discussões realizadas para elaboração do 2º PDDUA. Falou da importância do registro de documentos num processo de revisão do PD, de registrar as reuniões, debates, documentos pois são poucos os materiais que a coordenação possui da revisão dos últimos planos diretores de Porto Alegre.

Na apresentação das contribuições das secretarias (planilha Excel), iniciou pela Estratégia de Estruturação Urbana, falando dos programas e subprogramas pensados na época do Informe de 96 e mostrando os órgãos envolvidos em cada programa e subprograma. Depois fala dos programas que continuam no PDDUA, dentro da Estratégia de Estruturação Urbana, e apresenta as ações e/ou obras que as secretarias indicaram. As ações foram preenchidas nas linhas ao lado dos Programas com identificação do órgão envolvido, conforme o que foi identificado das contribuições. Para facilitar o entendimento de todos, Guilherme (CPU/SMAMUS) propôs que Catiane lesse o que cada programa do PDDUA propõe/prevê, texto que está abaixo do título de cada programa.

Guilherme (CPU/SMAMUS) comenta que inseriu no drive, na pasta Material de apoio, outros documentos que podem auxiliar os colegas no entendimento das estratégias e programas pensados. Falou do documento PDDUA COMENTADO, que possui alguns textos que exemplificam a ideia das propostas pensadas à época, com descrição de alguns conceitos. Apontou que as ações apontadas pelas secretarias não se apoiam nos programas indicados pelo PDDUA, pois eles na prática não existem, pois não trazem orientações e diretrizes para suportar as ações e obras indicadas. Que as ações e projetos indicados representam as atividades das unidades de uma secretaria ou órgão de governo, mas que não estão relacionados aos programas previstos. Catiane complementa sobre as ações pulverizadas que acabam não sendo medidos e nem monitorados para dizer se as coisas estão acontecendo ou não. Falou que para cada programa deveria existir um regimento próprio, com orçamento, que estruturasse melhor a forma de como o programa deve ser implantado, considerando seus resultados.

Catiane (CPU/SMAMUS) passa para Estratégia de Mobilidade Urbana falando sobre os programas e subprogramas e das ações indicadas, sendo maioria vinculados à SMMU. Fabiana (CIP/SMMU) comentou sobre os programas sugeridos no PMU, que estão na planilha descritos nos comentários (conforme apontado por Guilherme). Falou ainda da Estratégia de Estruturação Urbana e seus dois programas, fazendo alguns comentários como a falta de um sistema de espaços abertos e que a integração metropolitana envolve mais ações de outros setores, não somente o que foi apontado pela SMMU.

Não havendo mais contribuições sobre mobilidade, a Catiane (CPU/SMAMUS) passa para Estratégia de Uso do Solo Privado apresentando o único programa existente e a ação apontada pela DEL/SMAMUS. Guilherme (CPU/SMAMUS) faz um comentário sobre a relação desta estratégia e programa com os campos de atuação que aparecem no Informe Complementar de 96.

Em seguida, Catiane (CPU/SMAMUS) passa para Estratégia de Qualificação Ambiental apresentando os programas e subprogramas pensados na época do Informe de 96. Depois falou sobre os programas previstos no PDDUA e realizou a leitura das ações apontadas pelas secretarias. Guilherme (CPU/SMAMUS) faz um comentário sobre os planos setoriais apontados no PDDUA, os quais alguns parecem estar contemplados pelas secretarias, enquanto outros não foram citados, como o gerenciamento de energias. Adriano (DMAE) complementa dizendo que o Plano Municipal de Saneamento Básico de 2015 contempla as 4 áreas: água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos. Nesta estratégia foram sendo pontuados outras ações relacionadas aos programas. Guilherme Miranda (CTAAPS/SMAMUS) lembrou da adequação dos perfis viários, no Anexo 9, à arborização. Verônica (CAU/DAV/SMAMUS) falou sobre o que foi apontado como vaga sustentável, que se refere ao uso do espaço de uma vaga, ou parte dela, para implantação de arborização quando não há espaço na calçada. No Programa de Conservação de Energia Rovana (DPPS) falou do Plano de Ação Climática, do Programa de Certificação Ambiental e do IPTU Sustentável. Guilherme (CPU/SMAMUS) faz um comentário sobre as ações apontadas no Informe de 96 e que o município poderia trabalhar um programa com ações para redução do consumo de energia em edifícios públicos, que possa servir de exemplo. Ainda falou sobre os incentivos econômicos, pontuados na apresentação da SMF (encaminhada por e-mail) e também confirmada pela Rovana (DPPS). Juliana (SMED) falou sobre o Programa Luzes do Saber, que são placas fotovoltaicas instaladas em escolas municipais. No Programa de Valorização do Patrimônio Cultural foram apontadas outras ações pelos colegas, Camila e Merino (SMCEC) falaram sobre a Revisão do Inventário do Patrimônio Cultural e sobre as passagens de pedestre (Vila Assunção, IAPI, 4D, Petrópolis). Que a SMCEC realiza o gerenciamento de equipamentos culturais na cidade. Fernando (SMF) falou da isenção de IPTU para edificações de Patrimônio cultural, e também comentou sobre os incentivos fiscais de programas como o +4D. Natércia (DPPS) falou sobre as passagens de pedestres e deu exemplo de solução adotada por San Francisco, projeto Living Alleys (<https://sfplanning.org/market-octavia-living-alleys>) que traz soluções para as passagens de pedestres da cidade.

Após o intervalo Catiane (CPU/SMAMUS) passa para Estratégia de Promoção Econômica apresentando os programas e subprogramas pensados na época do Informe de 96, complementando com as ações das secretarias relacionadas aos programas previstos no PDDUA. Fernando (SMF) falou que para o Programa da Cidadania entraria algumas ações da Fazenda, como o InovaPoa, incentivo 4D para economia criativa, Programa de Compliance, entre outros (ver planilha Contribuições_Estratégias.xlsx). Guilherme (CPU/SMAMUS) falou que as colegas da SMDet (Daniela e Estefania) também teriam algumas contribuições, mas que estavam sem microfone na reunião, e lembrou que elas poderiam encaminhar sua apresentação para o e-mail do GT-TO (gtto@portoalegre.rs.gov.br). Falou também que alguns incentivos não são divulgados de maneira que atinja um grande público, dando o exemplo de uma situação em que o secretário da SMDet (Vicente Perrone) havia comentado que o incentivo previsto para economia criativa não consegue ser disponibilizado da maneira que foi pensada pois poucas pessoas conhecem o benefício, necessitando de maior divulgação. Catiane segue a leitura das contribuições e no Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8 faz um comentário que, conforme previsto no programa, as ações deveriam servir para todo o território, não somente para uma MZ. Lúcia (SMPAE) falou sobre a proposta de criação de clusters no Centro Histórico, ampliando as ações indicadas pelos colegas e relacionadas ao Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no Centro Histórico. Já no de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no Centro Histórico, durante o turno da noite Lúcia (SMPAE) trouxe a proposta de abertura das vitrines a noite (mais vitalidade).

Dando continuidade, Catiane (CPU/SMAMUS) passa para Estratégia de Produção da Cidade apresentando os programas e ações pensados na época do Informe de 96, complementando com as ações das secretarias relacionadas aos programas previstos no PDDUA, que tiveram acréscimo de dois programas. No Programa de Projetos Especiais é feita uma manifestação sobre quais projetos deveriam ser analisados coletivamente, considerando o interesse do município para o desenvolvimento de ações prioritárias. No Programa de Habitação de Interesse Social Catiane comenta da falta de algo específico no PDDUA sobre regularização fundiária. Denise

(DEM HAB) corrobora com a manifestação de Catiane. No Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano foi indicado por Guilherme (CPU/SMAMUS) às ações da CDRI/SMAMUS e a SMF completou com a Alienação de índices - FUNPROMOB.

Para finalizar, Catiane (CPU/SMAMUS) passa para Estratégia do Sistema de Planejamento apresentando os programas e ações pensados na época do Informe de 96, complementando com as ações das secretarias relacionadas aos programas previstos no PDDUA, que teve acréscimo de um programa, de “Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano - SADUR”. Para todos os programas apresentados a Arg. Catiane (CPU/SMAMUS) fez comentários pertinentes e quando falou sobre o SADUR, pediu o depoimento do colega Guilherme. Guilherme por sua vez fez um relato da sua participação na tentativa de desenvolvimento do sistema, juntamente com a colega Gládis Weissheimer, que já vinha estudando o assunto anteriormente.

ENCAMINHAMENTOS:

Será encaminhado, no início da semana, um e-mail com informações sobre a próxima reunião do GT-TO, que deverá ser presencial no auditório da EPTC, que tem capacidade para 50 pessoas. Também foi informado sobre o arquivo das contribuições utilizado nesta reunião, o qual será disponibilizado no drive para que os colegas possam fazer suas contribuições no arquivo.

Foi informado sobre as próximas Exposições das Oficinas de 2019, na RGP2 - Continente no sábado (27/08/22) e na RGP6 no domingo (28/08/22) e reforçado o convite aos membros do GT.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
SMMU	FABIANA KRUSE
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CÉ
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
	JÉSSICA LANGE
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
SMDET	ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
PROCEMPA	PAULO CASAGRANDE
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	GISELE COELHO VARGAS
	RENATA SAFFER
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO

	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI
	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
SMDET	DANIELA ALVES MACHADO BRAGA SE/SMDET
SMAMUS DPPS	LUIZA GOULART DPPS
CONSULTOR PNUD	BAKER RIBEIRO Consultor Comunicação

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO - CPU/SMAMUS
ATA Nº 008/2022



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 008/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO		LOCAL
26/08/2022	Início: 14h	Término: 17h10	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado dia 19/08/2022, foi apresentado a “Compilação de Resultados da Leitura das Secretarias/órgãos acerca das estratégias do PDDUA”. A apresentação das contribuições iniciou de acordo com cada uma das 7 estratégias do PDDUA:

- I. Estruturação Urbana;
- II. Mobilidade Urbana;
- III. Uso do Solo Privado;
- IV. Qualificação Ambiental;
- V. Promoção Econômica;
- VI. Produção da Cidade;
- VII. Sistema de Planejamento.

Após a leitura das ações de cada estratégia foi solicitado que os colegas se manifestassem, fazendo complementações ou apontando alguma inconsistência.

Foi realizado um intervalo de 10min (das 15h47 às 15h57), em seguida seguiu-se a apresentação.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião lembrando aos membros do GT sobre a combinação de apresentarmos o compilado de informações das três reuniões de apresentações das secretarias.

Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) apresentou a compilação de informações no formato de planilha Excel, documento elaborado pela coordenação do GT. Antes ela lembrou a existência de alguns documentos que estão no drive,

as contribuições das secretarias (planilha Excel), iniciou pela Estratégia de Estruturação Urbana, fr
envolvido:
Estratégia
foram pre
identificad
Catiane le



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

do Informe Complementar de outubro de 1996, o qual possui a descrição do processo discussões realizadas para elaboração do 2º PDDUA. Falou da importância do registro de processo de revisão do PD, de registrar as reuniões, debates, documentos pois são poucos os denação possui da revisão dos últimos planos diretores de Porto Alegre.

As contribuições das secretarias (planilha Excel), iniciou pela Estratégia de Estruturação Urbana, fr envolvidos na época do Informe de 96 e mostrando os órgãos envolvidos: as ações e/ou obras que as secretarias indicaram. As ações foram pre as com identificação do órgão envolvido, conforme o que foi identificad as rendimento de todos, Guilherme (CPU/SMAMUS) propôs que Catiane le ãe/prevê, texto que está abaixo do título de cada programa.

Guilherme (CPU/SMAMUS) comenta que inseriu no drive, na pasta Material de apoio, outros documentos que podem auxiliar os colegas no **REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO**. Falou do documento PDDUA

COMENTADO, que possui alguns textos que exemplificam a ideia das propostas pensadas à época, com descrição de alguns conceitos. Apontou que as ações apontadas pelas secretarias não se apoiam nos programas indicados pelo PDDUA, pois eles na prática não existem, pois não trazem orientações e diretrizes para suportar as ações e obras indicadas. Que as ações e projetos indicados representam as atividades das unidades de uma secretaria ou órgão de governo, mas que não estão relacionados aos programas previstos. Catiane complementa sobre as ações pulverizadas que acabam não sendo medidos e nem monitorados para dizer se as coisas estão acontecendo ou não. Falou que para cada programa deveria existir um regramento próprio, com orçamento, que estruturasse melhor a forma de como o programa deve ser implantado, considerando seus resultados.

Catiane (CPU/SMAMUS) passa para Estratégia de Mobilidade Urbana falando sobre os programas e subprogramas e das ações indicadas, sendo maioria vinculados à SMMU. Fabiana (CIP/SMMU) comentou sobre os programas sugeridos no PMU, que estão na planilha descritos nos comentários (conforme apontado por Guilherme). Falou ainda da Estratégia de Estruturação Urbana e seus dois programas, fazendo alguns comentários como a falta de um sistema de espaços abertos e que a integração metropolitana envolve mais ações de outros setores, não somente o que foi apontado pela SMMU.

Não havendo mais contribuições sobre mobilidade, a Catiane (CPU/SMAMUS) passa para Estratégia de Uso do Solo Privado apresentando o único programa existente e a ação apontada pela DEL/SMAMUS. Guilherme (CPU/SMAMUS) faz um comentário sobre a relação desta estratégia e programa com os campos de atuação que aparecem no Informe Complementar de 96.

Em seguida, Catiane (CPU/SMAMUS) passa para Estratégia de Qualificação Ambiental apresentando os programas e subprogramas pensados na época do Informe de 96. Depois falou sobre os programas previstos no PDDUA e realizou a leitura das ações apontadas pelas secretarias. Guilherme (CPU/SMAMUS) faz um comentário sobre os planos setoriais apontados no PDDUA, os quais alguns parecem estar contemplados pelas secretarias, enquanto outros não foram citados, como o gerenciamento de energias. Adriano (DMAE) complementa dizendo que o Plano Municipal de Saneamento Básico de 2015 contempla as 4 áreas: água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos. Nesta estratégia foram sendo pontuados outras ações relacionadas aos programas. Guilherme Miranda (CTAAPS/SMAMUS) lembrou da adequação dos perfis viários, no Anexo 9, à arborização. Verônica (CAU/DAV/SMAMUS) falou sobre o que foi apontado como vaga sustentável, que se refere ao uso do espaço de uma vaga, ou parte dela, para implantação de arborização quando não há espaço na calçada. No Programa de Conservação de Energia Rovana (DPPS) falou do Plano de Ação Climática, do Programa de Certificação Ambiental e do IPTU Sustentável. Guilherme (CPU/SMAMUS) faz um comentário sobre as ações apontadas no Informe de 96 e que o município poderia trabalhar um programa com ações para redução do consumo de energia em edifícios públicos, que possa servir de exemplo. Ainda falou sobre os incentivos econômicos, pontuados na apresentação da SMF (encaminhada por e-mail) e também confirmada pela Rovana (DPPS). Juliana (SMED) falou sobre o Programa Luzes do Saber, que são placas fotovoltaicas instaladas em escolas municipais. No Programa de Valorização do Patrimônio Cultural foram apontadas outras ações pelos colegas, Camila e Merino (SMCEC) falaram sobre a Revisão do Inventário do Patrimônio Cultural e sobre as passagens de pedestre (Vila Assunção, IAPI, 4D, Petrópolis). Que a SMCEC realiza o gerenciamento

SMAMUS

**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA**REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO**

GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)

CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)

DEM HAB/SMHARF

DENISE PACHECO TILL CAMPOS

SMMU

FABIANA KRUSE

SMCEC

LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER

CAMILA WARPECHOWSKI

SMOI

LUCIANO CE

SMPAE

LUCIA DE BORBA MACIEL

PGM

ANDREZA SABALLA

SMED

JULIANA BELARDINELLI

SMF

FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER

JÉSSICA LANGE

SMS

LUCIANA VALENTE GAIESKY

FASC

ADEMIR ANTONIO MARIA

SMDET

ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF

DMLU

ARCEU BANDEIRA RODRIGUES

GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA

DMAE

ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER

JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO

PROCEMPA

PAULO CASAGRANDE

SMAMUS | DPU

TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES

GISELE COELHO VARGAS

RENATA SAFFER

TIAGO RUTSATZ SALOMONI

SMAMUS | DLMA

PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM

SMAMUS | DAV

MARCOS BERWANGER PROFES

GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ

VERÔNICA RIFFEL

MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI

CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER

SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

SMAMUS



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

ELIANA BRIDI
ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
FLAVIA LUIZA REBELATO
SELMA RUBINA THOMAZ

SMAMUS | DPPS

ROVANA REALE BORTOLINI
NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
SMDET	DANIELA ALVES MACHADO BRAGA SE/SMDET
SMAMUS DPPS	LUISA GOULART DPPS
CONSULTOR PNUD	BAKER RIBEIRO Consultor Comunicação



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silveira Castanheira, Chefe de Unidade**, em 30/08/2022, às 16:31, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Belardinelli, Servidor Público**, em 05/09/2022, às 14:29, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gláucia Elen Ribeiro Cazarré, Técnico Responsável**, em 05/09/2022, às 14:59, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Klein, Coordenador(a)**, em 05/09/2022, às 15:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Selma Rubina Thomaz, Técnico Responsável**, em 05/09/2022, às 15:58, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Verônica Riffel, Gestor**, em 05/09/2022, às 16:12, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Antônio Jung de Moura Jardim, Coordenador(a)**, em 05/09/2022, às 18:38, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tania Regina Quintana Rodrigues, Gestor**, em 08/09/2022, às 09:55, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Catiane Burghausen Cardoso, Chefe de Unidade**, em 08/09/2022, às 10:48, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giulianna Carneiro de França, Servidor Público**, em 09/09/2022, às 09:25, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Kruse, Servidor Público**, em 12/09/2022, às 18:12, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Roberto Schwartzer, Arquiteto(a)**, em 16/09/2022, às 13:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Skrebsky Reinheimer, Assistente**, em 16/09/2022, às 14:25, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Brito da Silveira, Presidente de Comissão**, em 16/09/2022, às 14:45, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Estefania Cordeiro de Carvalho Macluf, Chefe de Gabinete**, em 03/10/2022, às 13:45, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Chidiac Marchiori, Coordenador(a)**, em 03/10/2022, às 17:19, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Bridi, Chefe de Unidade**, em 03/10/2022, às 17:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Arceu Bandeira Rodrigues, Diretor(a)**, em 03/10/2022, às 17:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Saffer, Chefe de Unidade**, em 04/10/2022, às 18:11, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Lange, Arquiteto(a)**, em 05/10/2022, às 10:09, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Fialho Teixeira Machado, Chefe de Unidade**, em 06/10/2022, às 09:43, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Valente Gaiesty, Arquiteto(a)**, em 06/10/2022, às 16:50, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Merino de F. Xavier, Servidor Público**, em 14/10/2022, às 17:05, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giovane Martins Vaz dos Santos, Coordenador(a)**, em 17/10/2022, às 11:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Nemo Franchini Marisco, Procurador(a)-Geral Adjunto(a)**, em 31/10/2022, às 11:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Denise Pacheco Till Campos, Diretor(a)**, em 16/11/2022, às 15:18, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Natercia Munari Domingos, Coordenador(a)**, em 03/03/2023, às 09:27, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Sales, Diretor(a)**, em 12/05/2023, às 15:14, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **20233856** e o código CRC **777F2B6E**.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 009/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
02/09/2022	Início: 14h Término: 17h30	Auditório EPTC - Rua João Neves da Fontoura, 7

ASSUNTOS TRATADOS:

A primeira reunião presencial do GT-TO foi realizada no Auditório da EPTC - Rua João Neves da Fontoura, 7. Após a recepção aos colegas, a reunião teve início com a fala da Coordenadora de Planejamento Urbano Vaneska Paiva Henrique, que explicou como se daria a organização da reunião além de fazer um breve panorama sobre a atual situação da revisão do PDDUA. Após, o consultor Baker Ribeiro, da Consultoria de Comunicação e Advocacy contratada através do PNUD, fez uma fala sobre o seu trabalho junto ao processo de revisão do PDDUA, e apresentou sua colaboradora em Porto Alegre, a jornalista Daiane Wolf. A seguir o Arq. Guilherme Castanheira (CPU/SMAMUS) apresentou uma análise realizada sobre a correlação entre os temas elencados pelo CMDUA, temas do Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores (Ministério do Desenvolvimento Regional), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS - Agenda 2030 da ONU) e as Estratégias do PDDUA. Apresentou ainda a dinâmica realizada pela Coordenação Técnica (CT) que resultou nos seguintes eixos temáticos:

- Desenvolvimento Social e Cultural;
- Ambiente Natural;
- Mobilidade e Transporte;
- Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana;
- Desenvolvimento Econômico; e
- Gestão da Cidade.

A seguir a Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) apresentou os conceitos de desenho participativo e da dinâmica a ser realizada em dois momentos, com os seguintes objetivos:

- Discutir os Eixos Temáticos e Temas apresentados;
- Organizar uma Oficina temática.

Os participantes foram divididos em grupos para então iniciarem o trabalho colaborativo.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Após as discussões e um intervalo, iniciou-se a apresentação dos grupos de acordo com os temas:

Desenvolvimento Social e Cultural

Integrantes: Catiane Burghausen Cardoso, Daniela Vieira da Silva, Selma Rubina Thomaz, Natália Fernanda Oriola, Simone Madeira, Rogério Gustavo Ferreira, Camila Warpechowski, Ademir Antonio Maria, Giulianna Carneiro de França e Deiner Salomé Goulart.

Os resultados das discussões realizadas pelo grupo foram apresentadas pela Arq. Natalia (CPU/SMAMUS), assim como a proposta de oficinas itinerantes tipo feira.

Ambiente Natural

Integrantes: Katia Assis Da Silveira Pinheiro, Tiago Rutsatz Salomoni, Paulo Antonio Jardim, Gláucia Elen Ribeiro Cazarré.

Os temas discutidos foram apresentados pelo Eng. Tiago (CGIU/SMAMUS), o grupo sugeriu novo nome para o tema “Meio Ambiente e Sustentabilidade” para melhor representar o tema e apresentou a proposta para oficina temática.

Mobilidade e Transporte

Integrantes: Guilherme Silveira Castanheira, Matheus Chidiac Marchiori, Vinícios da Silva, Verônica Riffel, Guilherme Miranda de Souza, Fabiana Kruse, Luciano Cé e Janaina Fialho Teixeira Machado.

Os resultados foram apresentados pelo Arg. Guilherme (CPU/SMAMUS), com a inclusão de temas no eixo-temático, foi ressaltado que o tema mobilidade já inclui o transporte, não sendo necessária a citação específica. Foi apresentada a ideia de oficina para o tema.

Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana

Integrantes: Vaneska Paiva Henrique, Letícia Cruz Klein, Antônio Gomes Ana Aguirre, Marcos Berwanger Profes, Maria Cristina Garcia Cademartori, Adriano Tedesco Rossetto, Giovana Cristina Bertotti, Flavia Luiza Rebelato, Paulo Lima Loge, Juliana Belardinelli, Adriano Skrebsky Reinheimer e Luciana Valente Gaiesky.

As contribuições do grupo foram apresentadas pela Arg. Letícia (CPU/SMAMUS), que trouxe a necessidade de subdivisão do eixo temático, pois trata de muitos assuntos. Apresentou a proposta de organização de diversos eventos específicos para cada tema.

Desenvolvimento econômico

Integrantes: Patricia Da Silva Tschopke, Renata Saffer, Cassio de Assis Brasil Weber, Eliana Bridi, Luiz Merino de Freitas Xavier, Fernando Roberto Schwartz, Jéssica Lange e Estefania Cordeiro Macluf.

As considerações do grupo foram apresentadas pelo Arg. Fernando (SMF) e o formato da oficina, que deverá contar com 2 ou mais momentos.

Gestão da cidade

Integrantes: Tânia Regina Quintana Rodrigues, Gisele Coelho Vargas, Fernanda Brito da Silveira, Sônia Maria Dos Santos Castro, Lucia De Borba Maciel e Vânia Klein Silva.

As contribuições do eixo temático foram apresentadas pela Arg. Gisele (CPU/SMAMUS), que sugeriu algumas adequações nos temas envolvidos, bem como apresentou a proposta de evento realizada pelo grupo.

ENCAMINHAMENTOS:

Os coordenadores do GT-TO agradeceram a presença dos colegas e informaram que as contribuições seriam compiladas e depois disponibilizadas a todos os membros do grupo. Foi avisado que na próxima semana não haveria reunião do GT-TO, pois durante esta semana seria realizado o alinhamento entre os demais coordenadores dos GTs.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEMHAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CÉ
	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
	JÉSSICA LANGE
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY

FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
SMDET	ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF
SMELJ	DEINER SALOME GOULART
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
	KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
	SMAMUS DLMA
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	FLAVIA LUIZA REBELATO
SELMA RUBINA THOMAZ	

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	VÂNIA KLEIN SILVA UADU/CGMU
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
CONSULTOR PNUD	BACKER RIBEIRO Consultor Comunicação
CONSULTOR PNUD	DAIANE WOLK Consultor Comunicação
SMAMUS Comunicação	FERNANDO RAMIREZ Comunicação/SMAMUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO - CPU/SMAMUS
ATA Nº 009/2022



PREFEITURA

Mais **cidade**. Mais **vida**.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 009/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO		LOCAL
02/09/2022	Início: 14h	Término: 17h30	Auditório EPTC - Rua João Neves da Fontoura, 7



REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

ASSUNTOS TRATADOS:

A primeira reunião presencial do GT-TO foi realizada no Auditório da EPTC - Rua João Neves da Fontoura, 7. Após a recepção aos colegas, a reunião teve início com a fala da Coordenadora de Planejamento Urbano Vaneska Paiva Henrique, que explicou como se daria a organização da reunião além de fazer um breve panorama sobre a atual situação da revisão do PDDUA. Após, o consultor Baker Ribeiro, da Consultoria de Comunicação e Advocacy contratada através do PNUD, fez uma fala sobre o seu trabalho junto ao processo de revisão do PDDUA, e apresentou sua colaboradora em Porto Alegre, a jornalista Daiane Wolf. A seguir o Arq. Guilherme Castanheira (CPU/SMAMUS) apresentou uma análise realizada sobre a correlação entre os temas elencados pelo CMDUA, temas do Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores (Ministério do Desenvolvimento Regional), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs - Agenda 2030 da ONU) e as Estratégias do PDDUA. Apresentou ainda a dinâmica realizada pela Coordenação Técnica (CT) que resultou nos seguintes eixos temáticos:

- Desenvolvimento Social e Cultural;
- Ambiente Natural;
- Mobilidade e Transporte;
- Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana;
- Desenvolvimento Econômico; e
- Gestão da Cidade.

A seguir a Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) apresentou os conceitos de desenho participativo e da dinâmica a ser realizada em dois momentos, com os seguintes objetivos:

- Discutir os Eixos Temáticos e Temas apresentados;
- Organizar uma Oficina temática.

Os participantes foram divididos em grupos para então iniciarem o trabalho colaborativo.



REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Após as discussões e um intervalo, iniciou-se a apresentação dos grupos de acordo com os temas:

Desenvolvimento Social e Cultural

Integrantes: Catiane Burghausen Cardoso, Daniela Vieira da Silva, Selma Rubina Thomaz, Natália Fernanda Oriola, Simone Madeira, Rogério Gustavo Ferreira, Camila Warpechowski, Ademir Antonio Maria, Giulianna Carneiro de França e Deiner Salomé Goulart.

Os resultados das discussões realizadas pelo grupo foram apresentadas pela Arq. Natalia (CPU/SMAMUS), assim como a proposta de oficinas itinerantes tipo feira.

Ambiente Natural

Integrantes: Katia Assis Da Silveira Pinheiro, Tiago Rutsatz Salomoni, Paulo Antonio Jardim, Gláucia Elen Ribeiro Cazarré.

Os temas discutidos foram apresentados pelo Eng. Tiago (CGIU/SMAMUS), o grupo sugeriu novo nome para o tema “Meio Ambiente e Sustentabilidade” para melhor representar o tema e apresentou a proposta para oficina temática.

Mobilidade e Transporte

Integrantes: Guilherme Silveira Castanheira, Matheus Chidiac Marchiori, Vinícios da Silva, Verônica Riffel, Guilherme Miranda de Souza, Fabiana Kruse, Luciano Cé e Janaina Fialho Teixeira Machado.

Os resultados foram apresentados pelo Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS), com a inclusão de temas no eixo-temático, foi ressaltado que o tema mobilidade já inclui o transporte, não sendo necessária a citação específica. Foi apresentada a ideia de oficina para o tema.

Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana

Integrantes: Vaneska Paiva Henrique, Leticia Cruz Klein, Antônio Gomes Ana Aguirre, Marcos Berwanger Profes, Maria Cristina Garcia Cademartori, Adriano Tedesco Rossetto, Giovana Cristina Bertotti, Flavia Luiza Rebelato, Paulo Lima Loge, Juliana Belardinelli, Adriano Skrebsky Reinheimer e Luciana Valente Gaiesky.

As contribuições do grupo foram apresentadas pela Arq. Leticia (CPU/SMAMUS), que trouxe a necessidade de subdivisão do eixo temático, pois trata de muitos assuntos. Apresentou a proposta de organização de diversos eventos específicos para cada tema.



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONTAR COM / OU MAIS MOMENTOS

conômico

Da Silva Tschoepke, Renata Saffer, Cassio de Assis Brasil Weber, Eliana Bridi, Luiz Merino, Fernando Roberto Schwartzter, Jéssica Lange e Estefania Cordeiro Macluf.

Os trabalhos do grupo foram apresentadas pelo Arq. Fernando (SMF) e o formato da oficina, que deverá contar com / ou mais momentos

Gestão de

Integrante
Dos Santos



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

Arq. Gisele Coelho Vargas, Fernanda Brito da Silveira, Sônia Maria
de Almeida Silva.

As contribuições do eixo temático foram apresentadas pela Arq. Gisele (CPU/SMAMUS), que sugeriu algumas adequações nos temas envolvidos, bem como apresentou a proposta de agenda a ser realizada pelo grupo.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

ENCAMINHAMENTOS:

Os coordenadores do GT-TO agradeceram a presença dos colegas e informaram que as contribuições seriam compiladas e depois disponibilizadas a todos os membros do grupo. Foi avisado que na próxima semana não haveria reunião do GT-TO, pois durante esta semana seria realizado o alinhamento entre os demais coordenadores dos GTs.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CE
	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
	JÉSSICA LANGE
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
SMDET	ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF
SMELJ	DEINER SALOME GOULART
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS

SMAMUS



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
LETÍCIA CRUZ KLEIN
RENATA SAFFER
KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO
TIAGO RUTSATZ SALOMONI

SMAMUS | DLMA

PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM

SMAMUS | DAV

MARCOS BERWANGER PROFES
GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
VERÔNICA RIFFEL

SMAMUS | DEL

MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
ELIANA BRIDI
ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
FLAVIA LUIZA REBELATO
SELMA RUBINA THOMAZ

CONVIDADOS:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	VÂNIA KLEIN SILVA UADU/CGMU
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
CONSULTOR PNUD	BACKER RIBEIRO Consultor Comunicação
CONSULTOR PNUD	DAIANE WOLK Consultor Comunicação



REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

SMAMUS | Comunicação

FERNANDO RAMIREZ | Comunicação/SMAMUS



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silveira Castanheira, Chefe de Unidade**, em 08/09/2022, às 16:35, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Catiane Burghausen Cardoso, Chefe de Unidade**, em 08/09/2022, às 16:46, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Estefania Cordeiro de Carvalho Macluf, Chefe de Gabinete**, em 08/09/2022, às 16:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gustavo de Los Santos Ferreira, Coordenador(a)**, em 08/09/2022, às 17:02, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giuliana Carneiro de França, Servidor Público**, em 09/09/2022, às 09:25, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Selma Rubina Thomaz, Técnico Responsável**, em 09/09/2022, às 09:53, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ademir Antônio Maria, Coordenador(a)**, em 09/09/2022, às 10:14, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Skrebsky Reinheimer, Assistente**, em 09/09/2022, às 10:30, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gláucia Elen Ribeiro Cazarré, Técnico Responsável**, em 12/09/2022, às 09:10, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Kruse, Servidor Público**, em 12/09/2022, às 18:11, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Roberto Schwartzter, Arquiteto(a)**, em 16/09/2022, às 13:37, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Brito da Silveira, Presidente de Comissão**, em 16/09/2022, às 14:43, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tania Regina Quintana Rodrigues, Gestor**, em 03/10/2022, às 16:48, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Chidiac Marchiori, Coordenador(a)**, em 03/10/2022, às 17:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Bridi, Chefe de Unidade**, em 03/10/2022, às 17:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Klein, Coordenador(a)**, em 04/10/2022, às 10:37, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Saffer, Chefe de Unidade**, em 04/10/2022, às 18:11, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Lange, Arquiteto(a)**, em 05/10/2022, às 10:08, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Fialho Teixeira Machado, Chefe de Unidade**, em 06/10/2022, às 09:45, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Valente Gaiesky, Arquiteto(a)**, em 06/10/2022, às 16:49, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Merino de F. Xavier, Servidor Público**, em 14/10/2022, às 17:06, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giovane Martins Vaz dos Santos, Coordenador(a)**, em 17/10/2022, às 11:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Antônio Jung de Moura Jardim, Coordenador(a)**, em 20/10/2022, às 15:43, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Nemo Franchini Marisco, Procurador(a)-Geral Adjunto(a)**, em 31/10/2022, às 11:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Vieira da Silva, Chefe de Unidade**, em 05/04/2024, às 15:01, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **20354969** e o código CRC **CF89DC00**.



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AVIÁ A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

LISTA DE PRESENÇA
9ª REUNIÃO GT-TO

Alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Data: 02/03/2022

Local: Auditório EPTC, Rua João Neves da Fontoura, 7 | Bairro Azenha

Horário: 14h

Nº	NOME	MATRÍCULA	SECRETARIA/ÓRGÃO	ASSINATURA
1	LUANA VALENTE GATSKY	1104098-1	SMS	Luana Valente Gatsky
2	SULIANA BELARDINELLI	78348.0	SMED	Suliana B.
3	GIULIANA CARNEIRO DE FRANÇA	1275852	DMLU	Giuliana Carneiro de França
4	RENATA SAFFER	151210	SMANUS	Renata Saffer Renata Saffer
5	GISELE VAREAS	13061201	SMANUS	Giselle Vareas
6	MATEUS OTTONE MARCHIONI	1503548101	DRU/SMANUS	Mateus Ottone Marchioni
7	TÂNIA R. QUINTANA R.	292993	DRU/SMANUS	Tânia R. Quintana R.
8	LETÍCIA CROZ KLEIN	46181.0	DRU/SMANUS	Letícia Croz Klein
9	Daniela Vieira da Silva	687380	UPRU/SMANUS	Daniela Vieira da Silva
10	ROGERIO DE LOS SANTOS FERREIRA	678664	CUR/DEMHAB	Rogério de los Santos Ferreira
11	TIAO RUTSATZ SALMONI	1007108	CEU-SMANUS	Tiao Rutsatz Salmoni
12	KARLA ASSIS DA SILVEIRA PIMENTA	412056	VAIU-SMANUS	Karla Assis da Silveira Pimenta
13	Phylicia S. Schoepke	40999.0	DRU-SMANUS	Phylicia S. Schoepke



LISTA DE PRESENÇA
9ª REUNIÃO GT-TO

Data: 02/09/2022

Local: Auditório E110, Rua João Neves da Fontoura, 7 | Bairro Avenida

Horário: 14h

Nº	NOME	MATRÍCULA	SECRETARIA/ÓRGÃO	ASSINATURA
1	FABIANA KRUE	539913.6	SMMU	FKR
2	LUIZ MERINO XAVIER	364219.01	SMCEC	LMX
3	ANILA WARCHENSKI	581255-02	SMCB	Anila Warchenki
4	GLÁUCIA CAZARÉ	1064460	SMATUS	Gláucia
5	MARCOS B. PROTES	1026844	SMAMUS	M.B. Protes
6	VERÔNICA FIRMA	1295004	SMAMUS	Verônica Firma
7	PAULO ANTONIO J.M. JARDIM	818784.01	SMAMUS - CLT	Paulo Jardim
8	FLAVIA L. REBELA TO	1337971	JAP - SMAMUS	Flaviane
9	GIOVANNA C. ZEFERANI	334068.2	JAP - SMAMUS	Giovanna
10	ADRIANUS T. ROSSETTE	1315404	JAP - SMAMUS	Adrianus
11	DEIMER SOLOME GOUBART	154037801	SMELT	Deimer
12	LÍDIA DE FÓRORA MATTEZ	1230590	SMPEE	Lidia
13	LUCIANO C.	1141311	SMO1	Luciano



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

LISTA DE PRESENÇA
9ª REUNIÃO GT-TO

Alegre
PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Data: 02/05/2022

Local: Auditório EPTC, Rua João Neves da Fontoura, 7 | Bairro: Aceiland

Horário: 14h

NR	NOME	MATRÍCULA	SECRETARIA/ÓRGÃO	ASSINATURA
1	Stephanie Camillo	1395521	SMDER	Stephanie Camillo
2	Simone M. Moduro	526025	SMAMUS	Simone Moduro
3	DEISE RACETTO TIL CAMPES	678305	DEMTM3	
4	MENIRE MAREIA	106564502	FAS C	Menire Mareia
5	Arturo Luis Gones Pinto	86906	SMAMUS	Arturo
6	Loliana Brudi	437806	SMAMUS	Loliana Brudi
7	M. CECILIA D. FADENMANN RIBE	74463	SMAMUS	M. Cecilia
8	Caizis de Artis Brad Wolke	1164864	SMAMUS	Caizis
9	FERNANDA BRITO DA SILVA DA	392203	SMAMUS	Fernanda
10	SELMA RUBINA THOMAZ	977679	SMAMUS	Selma
11	Guilherme Miltonato de Souza	153284704	SMAMUS	Guilherme
12	SONIA MARIA S. CASTRO	091495	SMAMUS	Sonia
13	Adriano S. Reinheimer	546760	DMATE	Adriano













ATA DE PRESENÇA

9ª REUNIÃO GT-TO

Data: 02/09/2022

Local: Auditório EPTC, Rua João Neves da Fontoura, 7 | Bairro Azeiteira

Horário: 14h

NR	NOME	MATRÍCULA	SECRETARIA/ÓRGÃO	ASSINATURA
1	JANAÍNA FILHO TEIXEIRA MACHADO	1142151	DMA5	
2	CAROLINE GIORGIANI MENDE	1559834	SMANUS	
3	Ana Aguiar	157116801	SMANUS	
4	Vinícios DA SILVA	1288547	SMANUS	
5	Vânio Klein silve	126227061	SMANUS	
6	NATÁLIA FERNANDA DRIOTA	1294977-01	SMANUS	
7	DACKEN ALBERTINO		PNUS / SMANUS	
8	João me loer	-	SMANUS	
9	Esmeraldo Ramiroza		SMANUS	
10	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZK	1279670	SMF	
11	Jessica LANEZ	1299688	SMF	
12	Paulo Lima loee	1116959	SMO1	
13	GRUITHERINE CASPARIKIAN	560835	SMANUS	



DEPARTAMENTO
DE FORTIFICAÇÃO
DE FORTI O ALEURE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

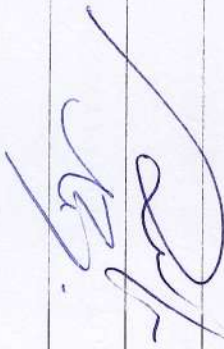
9ª REUNIÃO GT-TO

PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Data: 02/05/2022

Local: Auditório EPTC, Rua João Neves da Fontoura, 7 | Bairro Azenha

Horário: 14h

Nº	NOME	MATRÍCULA	SECRETARIA/ÓRGÃO	ASSINATURA
1	VANESKA RAIVA MENTRIQUE	1279653	SMAMUS	
2	CATANE B. CARDOZO	1120085	SMAMUS	
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 010/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
16/09/2022	Início: 14h Término: 15h44	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, foram apresentados alguns alinhamentos e informações sobre o processo da revisão do Plano Diretor (número de reuniões, exposições e andamento das contratações). Após foi realizada a apresentação das contribuições realizadas na última reunião do GT-TO, presencial, sobre os eixos temáticos. Em seguida foi informado o papel dos representantes dos grupos nos eixos temáticos. Posteriormente discutiu-se sobre os encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião agradecendo aos colegas pela presença na reunião presencial, ocorrida no dia 02/09/2022, que contou com a presença de 54 pessoas. Agradeceu também a colega Fabiana Kruse por disponibilizar o auditório da EPTC. Passou pelos tópicos a serem tratados na apresentação, atualizando os membros do GT com algumas informações gerais sobre número de reuniões dos GTs, sobre as exposições do “Diagnóstico POA 2030” e sobre as contratações para revisão do Plano Diretor. Relembrou os colegas sobre os eixos temáticos, falando da dinâmica anterior a reunião presencial (dia 29/08/22 - Coordenação Técnica) e sobre o que foi trabalhado/desenvolvido com os colegas que participaram da reunião presencial. Após passou para a apresentação das contribuições, iniciando pelo eixo temático **Desenvolvimento Social e Cultural**. Neste eixo houve a manifestação do grupo de que o tema “Identidade e Patrimônio Histórico Cultural” deveria ser abordado em outro eixo. Camila (SMCEC) falou que talvez ações culturais, eventos e equipamentos culturais se encaixassem melhor neste eixo do que patrimônio. Questionou também sobre a possibilidade da secretaria ter mais um representante no GT. Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) comunicou que este assunto será tratado mais à frente na reunião. Finalizou as contribuições do primeiro eixo com informações sobre a organização da oficina temática pontuadas pelo grupo.

Dando continuidade, Guilherme (CPU/SMAMUS) apresentou o segundo eixo temático, **Ambiente Natural**. Este grupo considera que poderia haver uma alteração no nome, pois representaria melhor o tema. Sugeriu-se “Meio Ambiente e Sustentabilidade”. O grupo identificou a necessidade de esclarecimento de alguns conceitos e também outros temas que precisam ser contemplados. Rovana (DPPS/SMAMUS) comentou que poderia ser incluído aos temas a serem abordados neste eixo as adequações às mudanças climáticas, a questão das áreas verdes (terrários), áreas verdes públicas. Gláucia (DAV/SMAMUS) comentou que ficou faltando a revisão dos gravames de parques naturais. Natércia (DPPS/SMAMUS) falou sobre repensar o nome do eixo/grupo. Alex (DAV/SMAMUS) perguntou sobre onde entraria a temática do espaço público, rede de espaços públicos. Guilherme (CPU/SMAMUS) comentou que no eixo mobilidade teria a temática do espaço público, mas que este tema talvez seja transversal em outros eixos. Finalizou as contribuições do segundo eixo com informações sobre a organização da oficina temática pontuadas pelo grupo.

Guilherme (CPU/SMAMUS) apresentou o terceiro eixo temático, **Mobilidade e Transporte**. Este grupo considera que poderia haver uma alteração no nome, pois conforme apontado pela colega Fabiana, quando falamos de mobilidade o transporte já está incluído, desta forma poderia ser apenas “Mobilidade”. O grupo identificou outras temáticas que devem ser debatidas. Após falou sobre as contribuições do terceiro eixo com informações sobre a organização da oficina temática pontuadas pelo grupo. Vaneska (CPU/SMAMUS) perguntou sobre a existência de calendários e outros eventos vinculados à temática da mobilidade e que não apareceram na apresentação. Falou que seria importante aproveitar estes calendários, pessoas envolvidas e temas em discussão para serem aproveitados dentro da revisão do PD. Fabiana (SMMU) falou que foi discutido no grupo o calendário da Semana Nacional de Trânsito, que é em setembro. Comentou que dentro da temática de mobilidade e segurança viária existem ações do “Maio Amarelo” vinculadas a previsão de acidentes e mortes. Guilherme (CPU/SMAMUS) falou sobre a importância dos colegas do GT participarem destes eventos, palestras, seminários que discutem assuntos que podem ser

aproveitados para revisão. Lúcia (SMPAE) tentou manifestação oral mas teve problemas então registramos a manifestação do Chat:

[14:46] Lucia/SMPAE (Convidado)

era sobre a importância do foco na mudança da cultura, pois muito se fala em mobilidade ativa, mas a prática é totalmente diferente da retórica!!!

[14:46] Arq. Guilherme Castanheira (Convidado)

ok, manifestação registrada

Guilherme (CPU/SMAMUS) apresentou o quarto eixo temático, **Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana**. Este grupo sugeriu dividir este eixo em dois subgrupos: 1) Uso e ocupação do solo; 2) Forma Urbana. Com esta sugestão os temas também foram divididos para que atendessem mais especificamente os grupos. Vaneska (CPU/SMAMUS) reforçou que com estas divisões fica mais evidente a necessidade de participação de outros colegas para discussão de temáticas mais específicas, e que isto só tende a ampliar o debate necessário para revisão do PD. Necessário a divisão dos membros em grupos e que talvez alguns participem de mais de um grupo. Guilherme (CPU/SMAMUS) finalizou as contribuições do quarto eixo com informações sobre a organização da oficina temática pontuadas pelo grupo. Vaneska (CPU/SMAMUS) lembrou que na dinâmica o grupo acabou não separando os stakeholders dos palestrantes, desta forma alguns que foram pontuados como stakeholders seriam, na verdade, opções de palestrantes, como: Marilu, Lucia Mascaró, Célia Ferraz de Souza, Maria Tereza Albano, Salvador Rueda. Guilherme (CPU/SMAMUS) verificou a existência de um questionamento no Chat da colega Liana (Procempa), abaixo descrito. Respondeu comunicando que a Procempa havia ficado no eixo temático Desenvolvimento Econômico mas que ela poderia representar a Procempa neste eixo. Liana (Procempa) acrescentou que seria importante a Procempa estar incluída em duas temáticas: infraestrutura de comunicação e redes de fibra ótica.

[14:50] Liana Rigon - Procempa (Convidado)

Prezados, boa tarde! Liana da Procempa. A Procempa faz parte deste grupo?

Guilherme (CPU/SMAMUS) apresentou o quinto eixo temático, **Desenvolvimento Econômico**. Este grupo entendeu que os eixos temáticos estão adequados, porém acham um pouco confusos pois existem temas guarda-chuvas que poderiam ser títulos e agrupar outros temas neles, como zona rural (agricultura familiar, ecoturismo, etc.). Sugeriram dividir os temas em dois títulos/grupos: Zona Rural e Zona Urbana. Finalizou as contribuições do quinto eixo com informações sobre a organização da oficina temática pontuadas pelo grupo.

Guilherme (CPU/SMAMUS) apresentou o último eixo temático, **Gestão da Cidade**. Este grupo sugeriu a substituição de alguns temas, como "Funcionamento da prefeitura" pelo Sistema Municipal de Gestão do Planejamento (SMGP) por entenderem que o primeiro seria pouco preciso. Pontuaram outras temáticas. Natércia (DPPS/SMAMUS) trouxe como contribuição, para reflexão do grupo, que uma das questões que compromete o desenvolvimento do trabalho da prefeitura seria a fragmentação dos temas nas diversas secretarias. Que só na divisão dos eixos temáticos é possível perceber o quanto um tema tem implicação dentro do outro, pois tudo está conectado, é um sistema. Perguntou se a coordenação chegou a dar uma olhada em outros exemplos (referências), com subdivisão de temas, que trabalham com tendências. Que em sua tese verificou um estudo de caso europeu que trabalhou com a subdivisão de temas não associados a uma condição física, espacial, morfológica e sim a condições de vida, que são objetivo do planejamento urbano. Por exemplo, a qualidade espacial: que busca, através de eixos temáticos, atingir a condição de vida que é o objetivo daquela sociedade/comunidade. Um dos casos que olhou era dividido em 8 temas bem voltados para questões ambientais, que é a base desta cidade europeia, que tem particularidades a serem resolvidas (alagamentos), e que trabalham nos temas estas questões: qualidade espacial, mobilidade saudável, água, permeabilidade do solo, energia, sustentabilidade dos materiais. Vaneska (CPU/SMAMUS) solicitou à colega Natércia que encaminhasse estas referências para o GT, e ainda comentou sobre a sua tese, se estaria disponível para consulta. Natércia (DPPS/SMAMUS) respondeu dizendo que irá disponibilizar sua tese e as referências e se colocou à disposição para apresentar seu trabalho para o GT, após sua viagem. Guilherme (CPU/SMAMUS) finalizou as contribuições do sexto eixo com informações sobre a organização da oficina temática pontuadas pelo grupo. Vaneska

(CPU/SMAMUS) manifestou que talvez seja importante olharmos em termos de gestão não focar somente na gestão de cidade mas na gestão como matéria, como disciplina, que possa envolver alguns outros temas especialistas. Entende que na parte da gestão deva estar envolvida o monitoramento, avaliação do plano. Gisele (DPU/SMAMUS) reforçou que foi pontuado como temática a ser discutida neste eixo. Foi registrado a manifestação da colega Lúcia (SMPAE) no Chat:

[15:12] Lucia/SMPAE (Convidado)

e o "projeto de cidade" poderia estar como tema também

Após a contribuição dos eixos temáticos, Guilherme (CPU/SMAMUS) informou aos colegas qual seria o papel dos membros do GT, considerando o cronograma de Participação na Revisão do Plano Diretor. Falou também sobre o papel dos representantes dos grupos nos eixos temáticos, que auxiliariam a Coordenação Técnica (CT) na organização das Oficinas Temáticas, Seminários e Conferência, bem como na interlocução com entidades e sociedade, e demais GTs (GT-CT e GT-CR). Apresentou uma planilha com o nome dos responsáveis pelos grupos nos eixos temáticos, que seriam 02 (dois) integrantes do CT e comentou que seria importante que pelos menos dois colegas do GT-TO, designados pela Portaria 460/22, estivessem compondo cada um dos grupos. Que agora seria o momento dos colegas, que se identificam com outro eixo temático, se manifestem para que possam participar das discussões desses grupos.

Guilherme (CPU/SMAMUS) finalizou a reunião comunicando os encaminhamentos. Neste momento alguns colegas já manifestaram sua intenção de participar de outros grupos temáticos. João Marcelo (SMS) fez um comentário sobre o eixo de desenvolvimento econômico, que em sua secretaria existe um grupo conversando (com hospitais públicos e privados) sobre as possibilidades de Porto Alegre ser um pólo de saúde, de turismo de saúde. Falou que possui contatos para falar com estas entidades, caso necessário. Fernando (SMF) falou que no eixo econômico foi comentado sobre o pólo de saúde. Fabiana (SMMU) se dispôs a auxiliar na organização do grupo do eixo Mobilidade e comentou sobre o Seminário que irá ocorrer na semana que vem. Camila (SMCEC) falou de incluir sua secretaria no eixo Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana. Maria Cristina (DEL/SMAMUS) se colocou à disposição para auxiliar na organização do grupo do eixo Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana. Verônica (DAV/SMAMUS) informou que a arborização deve participar também no eixo Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana. Comentou que poderá chamar outros colegas da sua coordenação para participar das discussões.

ENCAMINHAMENTOS:

Será encaminhado, no início da semana, um e-mail com informações sobre o procedimento para definição dos integrantes dos grupos temáticos. A coordenação do GT-TO irá inserir os arquivos da apresentação, vídeo e registro da reunião no drive da PROCempa. Será anexado registro da reunião no SEI 22.0.000086353-3, e disponibilizado bloco de assinatura (132681). Ficou definido que será mantida reunião do GT da próxima semana, dia 23/09/2022.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
DEMHAB/SMHARF	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CÉ
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER

PROCEMPA	LIANA RIGON ROJAS LIMA
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
	KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	ALEX PEREIRA DE SOUZA
	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI
	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE DPU/SMAMUS
EPTC	VÂNIA CRISTINA DE ABREU

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO - CPU/SMAMUS
ATA Nº 010/2022



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 010/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO		LOCAL
16/09/2022	Início: 14h	Término: 15h44	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, foram apresentados alguns alinhamentos e informações sobre o processo da revisão do Plano Diretor (número de reuniões, exposições e andamento das contratações). Após foi realizada a apresentação das contribuições realizadas na última reunião do GT-TO, presencial, sobre os eixos temáticos. Em seguida foi informado o papel dos representantes dos grupos nos eixos temáticos. Posteriormente discutiu-se sobre os encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião agradecendo aos colegas pela presença na reunião presencial, ocorrida no dia 02/09/2022, que contou com a presença de 54 pessoas. Agradeceu também a colega Fabiana Kruse por disponibilizar o auditório da EPTC. Passou pelos tópicos a serem tratados na apresentação, atualizando os membros do GT com algumas informações gerais sobre número de reuniões dos GTs, sobre as exposições do “Diagnóstico POA 2030” e sobre as contratações para revisão do Plano Diretor. Relembrou os colegas sobre os eixos temáticos, falando da dinâmica anterior a reunião presencial (dia 29/08/22 - Coordenação Técnica) e sobre o que foi trabalhado/desenvolvido com os colegas que participaram da reunião presencial. Após passou para a apresentação das contribuições, iniciando pelo eixo temático **Desenvolvimento Social e Cultural**. Neste eixo houve a manifestação do grupo de que o tema “Identidade e Patrimônio Histórico Cultural” deveria ser abordado em outro eixo. Camila (SMCEC) falou que talvez ações culturais, eventos e equipamentos culturais se encaixassem melhor neste eixo do que patrimônio. Questionou também sobre a possibilidade da secretaria ter mais um representante no GT. Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) comunicou que este assunto será tratado mais à frente na reunião. Finalizou as contribuições do primeiro eixo com informações sobre a organização da oficina temática pontuadas pelo grupo.

verdes (temáticas) áreas verdes públicas. Cláudia (DAV/SMAMUS) comentou que ficou faltando a revisão dos gravames (DAV/SM/ Guilherme tema talvez a organiza



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

Guilherme (CPU/SMAMUS) apresentou o segundo eixo temático, **Ambiente Natural**. Este poderia haver uma alteração no nome, pois representaria melhor o tema. Sugeriu-se “Meio Ambiente”. O grupo identificou a necessidade de esclarecimento de alguns conceitos e temas que precisam ser contemplados. Rovana (DPPS/SMAMUS) comentou que poderia ser abordados neste eixo as adequações às mudanças climáticas, a questão das áreas verdes (temáticas) áreas verdes públicas. Cláudia (DAV/SMAMUS) comentou que ficou faltando a revisão dos gravames (DAV/SM/ Guilherme tema talvez a organiza

Cláudia (DAV/SMAMUS) comentou que ficou faltando a revisão dos gravames (DAV/SM/ Guilherme tema talvez a organiza

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO
Guilherme (CPU/SMAMUS) apresentou o terceiro eixo temático, **Mobilidade e Transporte**. Este grupo considera que poderia haver uma alteração no nome, pois conforme apontado pela colega Fabiana, quando falamos de mobilidade o transporte já está incluído, desta forma poderia ser apenas "Mobilidade". O grupo identificou outras temáticas que devem ser debatidas. Após falou sobre as contribuições do terceiro eixo com informações sobre a organização da oficina temática pontuadas pelo grupo. Vaneska (CPU/SMAMUS) perguntou sobre a existência de calendários e outros eventos vinculados à temática da mobilidade e que não apareceram na apresentação. Falou que seria importante aproveitar estes calendários, pessoas envolvidas e temas em discussão para serem aproveitados dentro da revisão do PD. Fabiana (SMMU) falou que foi discutido no grupo o calendário da Semana Nacional de Trânsito, que é em setembro. Comentou que dentro da temática de mobilidade e segurança viária existem ações do “Maio Amarelo” vinculadas a previsão de acidentes e mortes. Guilherme (CPU/SMAMUS) falou sobre a importância dos colegas do GT participarem destes eventos, palestras, seminários que discutem assuntos que podem ser aproveitados para revisão. Lúcia (SMPAE) tentou manifestação oral mas teve problemas então registramos a manifestação do Chat:

[14:46] Lucia/SMPAE (Convidado)

era sobre a importância do foco na mudança da cultura, pois muito se fala em mobilidade ativa, mas a prática é totalmente diferente da retórica!!!

[14:46] Arq. Guilherme Castanheira (Convidado)

ok, manifestação registrada

Guilherme (CPU/SMAMUS) apresentou o quarto eixo temático, **Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana**. Este grupo sugeriu dividir este eixo em dois subgrupos: 1) Uso e ocupação do solo; 2) Forma Urbana. Com esta sugestão os temas também foram divididos para que atendessem mais especificamente os grupos. Vaneska (CPU/SMAMUS) reforçou que com estas divisões fica mais evidente a necessidade de participação de outros colegas para discussão de temáticas mais específicas, e que isto só tende a ampliar o debate necessário para revisão do PD. Necessário a divisão dos membros em grupos e que talvez alguns participem de mais de um grupo. Guilherme (CPU/SMAMUS) finalizou as contribuições do quarto eixo com informações sobre a organização da oficina temática pontuadas pelo grupo. Vaneska (CPU/SMAMUS) lembrou que na dinâmica o grupo acabou não separando os stakeholders dos palestrantes, desta forma alguns que foram pontuados como stakeholders seriam, na verdade, opções de palestrantes, como: Marilu, Lucia Mascaró, Célia Ferraz de Souza, Maria Tereza Albano, Salvador Rueda. Guilherme (CPU/SMAMUS) verificou a existência de um questionamento no Chat da colega Liana (Procempa), abaixo descrito. Respondeu comunicando que a Procempa havia ficado no eixo temático Desenvolvimento Econômico mas que ela poderia representar a Procempa neste eixo. Liana (Procempa) acrescentou que seria importante a Procempa estar incluída em duas temáticas: infraestrutura de comunicação e redes de fibra ótica.

[14:50] Liana Rigon - Procempa (Convidado)

Prezados, boa tarde! Liana da Procempa. A Procempa faz parte deste grupo?

contribuição

Guilherme
substituição
Planejame

(DPPS/SM

**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

IAMUS) apresentou o quinto eixo temático, **Desenvolvimento Econômico**. Este grupo de eixos temáticos estão adequados, porém acham um pouco confusos pois existem temas poderiam ser títulos e agrupar outros temas neles, como zona rural (agricultura familiar, geriram dividir os temas em dois títulos/grupos: Zona Rural e Zona Urbana. Finalizou as a organização da oficina temática pontuadas pelo grupo.

eixo temático, **Gestão da Cidade**. Este grupo sugeriu a "plano da prefeitura" pelo Sistema Municipal de Gestão do "o seria pouco preciso. Pontuaram outras temáticas. Natércia

(DPPS/SMAMUS) trouxe como contribuição, para reflexão do grupo, que uma das questões que compromete o

desenvolvimento do trabalho da prefeitura seria a fragmentação dos temas nas diversas secretarias. Que só na divisão dos eixos temáticos é possível perceber o quanto um tema tem implicação dentro do outro, pois tudo está

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

conectado, é um sistema. Perguntou se a coordenação chegou a dar uma olhada em outros exemplos (referências), com subdivisão de temas, que trabalham com tendências. Que em sua tese verificou um estudo de caso europeu que trabalhou com a subdivisão de temas não associados a uma condição física, espacial, morfológica e sim a condições de vida, que são objetivo do planejamento urbano. Por exemplo, a qualidade espacial: que busca, através de eixos temáticos, atingir a condição de vida que é o objetivo daquela sociedade/comunidade. Um dos casos que olhou era dividido em 8 temas bem voltados para questões ambientais, que é a base desta cidade europeia, que tem particularidades a serem resolvidas (alagamentos), e que trabalham nos temas estas questões: qualidade espacial, mobilidade saudável, água, permeabilidade do solo, energia, sustentabilidade dos materiais. Vaneska (CPU/SMAMUS) solicitou à colega Natércia que encaminhasse estas referências para o GT, e ainda comentou sobre a sua tese, se estaria disponível para consulta. Natércia (DPPS/SMAMUS) respondeu dizendo que irá disponibilizar sua tese e as referências e se colocou à disposição para apresentar seu trabalho para o GT, após sua viagem. Guilherme (CPU/SMAMUS) finalizou as contribuições do sexto eixo com informações sobre a organização da oficina temática pontuadas pelo grupo. Vaneska (CPU/SMAMUS) manifestou que talvez seja importante olharmos em termos de gestão não focar somente na gestão de cidade mas na gestão como matéria, como disciplina, que possa envolver alguns outros temas especialistas. Entende que na parte da gestão deva estar envolvida o monitoramento, avaliação do plano. Gisele (DPU/SMAMUS) reforçou que foi pontuado como temática a ser discutida neste eixo. Foi registrado a manifestação da colega Lúcia (SMPAE) no Chat:

[15:12] Lucia/SMPAE (Convidado)

e o "projeto de cidade" poderia estar como tema também

Após a contribuição dos eixos temáticos, Guilherme (CPU/SMAMUS) informou aos colegas qual seria o papel dos membros do GT, considerando o cronograma de Participação na Revisão do Plano Diretor. Falou também sobre o papel dos representantes dos grupos nos eixos temáticos, que auxiliariam a Coordenação Técnica (CT) na organização das Oficinas Temáticas, Seminários e Conferência, bem como na interlocução com entidades e sociedade, e demais GTs (GT-CT e GT-CR). Apresentou uma planilha com o nome dos responsáveis pelos grupos nos eixos temáticos, que seriam 02 (dois) integrantes do CT e comentou que seria importante que pelos menos dois colegas do GT-TO, designados pela Portaria 460/22, estivessem compondo cada um dos grupos. Que agora seria o momento dos colegas, que se identificam com outro eixo temático, se manifestem para que possam participar das discussões desses grupos.

Guilherme (CPU/SMAMUS) finalizou a reunião comunicando os encaminhamentos. Neste momento alguns colegas já manifestaram sua intenção de participar de outros grupos temáticos. João Marcelo (SMS) fez um comentário sobre o eixo de desenvolvimento econômico, que em sua secretaria existe um grupo conversando (com hospitais públicos e privados) sobre as possibilidades de Porto Alegre ser um pólo de saúde, de turismo de saúde. Falou que possui contatos para falar com estas entidades, caso necessário. Fernando (SMF) falou que no eixo econômico foi comentado sobre o pólo de saúde. Fabiana (SMMU) se dispôs a auxiliar na organização

Mobilidade e comentou sobre o Seminário que irá ocorrer na semana que vem. Camila incluir sua secretaria no eixo Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana. Maria Cristina colocou à disposição para auxiliar na organização do grupo do eixo Desempenho, Estrutura Urbana. Verônica (DAV/SMAMUS) informou que a arborização deve participar também no eixo Infraestrutura e Infraestrutura Urbana. Comentou que poderá chamar outros colegas da sua coordenação para participar das discussões

ENCAMIN

Será encaminhado integrante do registro disponível



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE PLANEJA O FUTURO COM ELA

com informações sobre o procedimento para definição do GT-TO irá inserir os arquivos da apresentação, vídeo e anexo registro da reunião no SEI 22.0.000086353-3, e seu definido que será mantida reunião do GT da próxima

semana, dia 23/09/2022.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
DEM HAB/SMHARF	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
PROCEMPA	LIANA RIGON ROJAS LIMA
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
	KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	ALEX PEREIRA DE SOUZA
	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

SMAMUS ,

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
ELIANA BRIDI
ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
COSME DE ASSIS DA SILVA
FLAVIA LUIZA REBELATO
SELMA RUBINA THOMAZ

SMAMUS | DPPS

ROVANA REALE BORTOLINI
NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE DPU/SMAMUS
EPTC	VÂNIA CRISTINA DE ABREU



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silveira Castanheira, Chefe de Unidade**, em 23/09/2022, às 09:24, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Roberto Schwartz, Arquiteto(a)**, em 30/09/2022, às 16:07, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Selma Rubina Thomaz, Técnico Responsável**, em 30/09/2022, às 16:24, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gláucia Elen Ribeiro Cazarré, Técnico Responsável**, em 30/09/2022, às 16:58, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Kruse, Servidor Público**, em 03/10/2022, às 08:05, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Lima Loge, Arquiteto(a)**, em 03/10/2022, às 09:47, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Hoppe Bonini, Arquiteto(a)**, em 03/10/2022, às 11:58, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gustavo de Los Santos Ferreira, Coordenador(a)**, em 03/10/2022, às 14:27, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tania Regina Quintana Rodrigues, Gestor**, em 03/10/2022, às 16:47, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Chidiac Marchiori, Coordenador(a)**, em 03/10/2022, às 17:16, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Bridi, Chefe de Unidade**, em 03/10/2022, às 17:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Huning Spohr, Servidor Público**, em 04/10/2022, às 08:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Klein, Coordenador(a)**, em 04/10/2022, às 10:38, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Saffer, Chefe de Unidade**, em 04/10/2022, às 18:11, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ademir Antônio Maria, Coordenador(a)**, em 05/10/2022, às 12:16, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Skrebsky Reinheimer, Assistente**, em 05/10/2022, às 16:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giovane Martins Vaz dos Santos, Coordenador(a)**, em 17/10/2022, às 11:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Antônio Jung de Moura Jardim, Coordenador(a)**, em 20/10/2022, às 15:43, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Nemo Franchini Marisco, Procurador(a)-Geral Adjunto(a)**, em 31/10/2022, às 11:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Natercia Munari Domingos, Coordenador(a)**, em 03/03/2023, às 09:26, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Vieira da Silva, Chefe de Unidade**, em 05/04/2024, às 15:02, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **20546502** e o código CRC **317578A9**.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 011/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
23/09/2022	Início: 14h Término: 15h28	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Apresentação Estrutura Edital LTA;
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião comentando os tópicos a serem tratados, trazendo, primeiramente, informações sobre a atualização das contratações das consultorias para Revisão do Plano Diretor. Falou sobre o TR LTA, disponibilizado pelo Arq. Guilherme: "LTA_TR Revisão Plano Diretor POA.pdf" - pasta drive Procempa GT-TO/Material de Apoio. Na apresentação, Vaneska explicou o formato de contratação Long Term Agreement (LTA), trazendo a justificativa para este tipo de contratação. Que o TR traz alguns pontos que devem ser considerados pela consultoria, como as Premissas (9), o Modelo Espacial do PD e o Sistema de Gestão e Planejamento. Depois falou sobre o processo, com descrição das etapas (IN 04/2021), baseado no Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores (elaborado pelo Instituto Pólis, 2019). Mostrou os cronogramas da participação da população e das entregas de produtos/consultorias. Reforçou a estrutura organizacional prevista na IN 04/2021 e depois entrou nos produtos esperados da consultoria do LTA. Produtos P1 ao P4, relacionados à etapa de Leitura da Cidade; P5 ao P7, relacionados a etapa de Sistematização e Propostas; e o P8 vinculado à etapa de Aprovação. Posteriormente foi apresentado o calendário esquematizado com divisão dos produtos e previsão das entregas, neste momento Patrícia (DPU) falou sobre a necessidade de atualização das datas em decorrência do atraso na contratação da consultoria responsável pelo LTA.

Com relação à proposta apresentada pela consultoria, Vaneska (CPU/SMAMUS) demonstrou a estrutura, falando da existência de um líder do projeto e dos eixos a serem abordados, num total de 7 (sete). Falou da necessidade de adequar os eixos aos grupos temáticos de trabalho para uma troca de informações e para facilitar o andamento dos estudos. Finalizou a apresentação comentando sobre as contribuições a serem realizadas pelos membros do GT relativas ao TR, que poderão indicar possíveis complementações quanto: ao conteúdo técnico e eixos de desenvolvimento; as metas e objetivos; aos prazos e relação de tarefas; bem como outras considerações.

Posteriormente Vaneska (CPU/SMAMUS) mostrou o calendário com previsões de reuniões do GT para os próximos meses, com identificação de momentos chave, eventos que acontecerão (Feira do livro, conferência Meio Ambiente).

Para reforçar o entendimento, Guilherme (CPU/SMAMUS) explicou o que a coordenação do GT espera dos colegas com relação às contribuições ao TR LTA.

A colega Simone Madeira (SMAMUS) perguntou se as contribuições feitas pelas comissões, em 2019, estariam contempladas no TR. Vaneska (CPU/SMAMUS) respondeu que sim, que as contribuições foram incorporadas. Completou dizendo que muitas contribuições foram enviadas como anexo pelo grau de informação.

Vaneska falou na possibilidade de disponibilizarmos a proposta da consultoria do GEO para os membros do GT e já identificou a necessidade de termos colegas participando das discussões. Neste momento o colega Arceu (DMLU) se dispôs a contribuir e participar das discussões, pois já é um membro do Comitê Gestor de Cartografia e Geoprocessamento (CGCG). Liana (Procempa) também se dispôs a contribuir. Fabiana (SMMU) falou da existência de outro grupo, Coordenador de Dados (Decreto 21.094/2021).

Considerando a existência de um eixo sobre Dados Espaciais (consultoria), Vaneska falou de criarmos um outro eixo temático que possa ter colegas do GT discutindo e auxiliando a consultoria nesta temática. Na planilha dos grupos temáticos foi criado mais uma coluna, Infraestrutura de Dados Espaciais.

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Uon4Sc8c1LXkNCIm_A1rFshtvZ54J9I3kuMEjUvtf7U/edit?usp=sharing

Guilherme reforçou o convite para os colegas preencherem a planilha acima, a qual ainda estará disponível. Falou sobre o Seminário que tinha ocorrido pela manhã, V Seminário Nacional de Trânsito - Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS) e abriu espaço para a colega Fabiana (SMMU) dar seu depoimento.

ENCAMINHAMENTOS:

Segue alguns encaminhamentos e combinações:

1. Leitura da LTA (pasta drive T-TO/Material de Apoio/LTA_TR Revisão Plano Diretor POA.pdf);
2. Disponibilizar proposta do consultor GEO (pasta drive T-TO/Material de Apoio/Proposta Consultor GEO_Terrena Tech.pdf);
3. Preencher a planilha dos Grupos temáticos (https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Uon4Sc8c1LXkNCIm_A1rFshtvZ54J9I3kuMEjUvtf7U/edit?usp=sharing);
4. Encaminhar aos membros do GT as datas dos próximos eventos da Revisão do Plano Diretor e de outros que tiverem relação;
5. Criar Grupo de WhatsApp do GT-TO (<https://chat.whatsapp.com/FvMfSu3SVaV1f8FZwVX8Vg>).

Link do drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Convidou-se os colegas, que ainda não tiveram a oportunidade de ver a exposição sobre “Diagnóstico POA 2030”, para comparecerem no dia 8 de outubro na sede da SMAMUS, das 10h às 15h, para acompanhar o fechamento das exposições.

Convite para preenchimento da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>

Convite para Audiência pública sobre estudo de mobilidade do centro histórico: <https://prefeitura.poa.br/smmu/noticias/audiencia-publica-discute-estudo-de-mobilidade-urbana-do-centro-historico>

Informou-se estar mantida a próxima reunião do dia 30/09/2022 às 14h.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
DEMHAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
SMCEC	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CÉ
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	TATIANA RITA WEISSHEIMER
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA

DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
DMAE	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
PROCEMPA	LIANA RIGON ROJAS LIMA
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	ALEX PEREIRA DE SOUZA
	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	MÔNICA MOCELLIN RAYMUNDO
	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	MARIA PAULA UEU/CPU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO - CPU/SMAMUS
ATA Nº 011/2022



PREFEITURA

Mais **cidade**. Mais **vida**.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 011/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO		LOCAL
23/09/2022	Início: 14h	Término: 15h28	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Apresentação Estrutura Edital LTA;
- Encaminhamentos.



REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião comentando os tópicos a serem tratados, trazendo, primeiramente, informações sobre a atualização das contratações das consultorias para Revisão do Plano Diretor. Falou sobre o TR LTA, disponibilizado pelo Arq. Guilherme: "LTA_TR Revisão Plano Diretor POA.pdf" - pasta drive Procempa GT-TO/Material de Apoio. Na apresentação, Vaneska explicou o formato de contratação Long Term Agreement (LTA), trazendo a justificativa para este tipo de contratação. Que o TR traz alguns pontos que devem ser considerados pela consultoria, como as Premissas (9), o Modelo Espacial do PD e o Sistema de Gestão e Planejamento. Depois falou sobre o processo, com descrição das etapas (IN 04/2021), baseado no Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores (elaborado pelo Instituto Pólis, 2019). Mostrou os cronogramas da participação da população e das entregas de produtos/consultorias. Reforçou a estrutura organizacional prevista na IN 04/2021 e depois entrou nos produtos esperados da consultoria do LTA. Produtos P1 ao P4, relacionados à etapa de Leitura da Cidade; P5 ao P7, relacionados a etapa de Sistematização e Propostas; e o P8 vinculado à etapa de Aprovação. Posteriormente foi apresentado o calendário esquematizado com divisão dos produtos e previsão das entregas, neste momento Patrícia (DPU) falou sobre a necessidade de atualização das datas em decorrência do atraso na contratação da consultoria responsável pelo LTA.

Com relação à proposta apresentada pela consultoria, Vaneska (CPU/SMAMUS) demonstrou a estrutura, falando da existência de um líder do projeto e dos eixos a serem abordados, num total de 7 (sete). Falou da necessidade de adequar os eixos aos grupos temáticos de trabalho para uma troca de informações e para facilitar o andamento dos estudos. Finalizou a apresentação comentando sobre as contribuições a serem realizadas pelos membros do GT relativas ao TR, que poderão indicar possíveis complementações quanto: ao conteúdo técnico e eixos de desenvolvimento; as metas e objetivos; aos prazos e relação de tarefas; bem como outras considerações.

Posteriormente Vaneska (CPU/SMAMUS) mostrou o calendário com previsões de reuniões do GT para os próximos meses, com identificação de momentos chave, eventos que acontecerão (Feira do livro, conferência Meio Ambiente).

Para reforçar o entendimento, Guilherme (CPU/SMAMUS) explicou o que a coordenação do GT espera dos colegas com relação às contribuições ao TR LTA.

A colega Simone Madeira (SMAMUS) perguntou se as contribuições feitas pelas comissões, em 2019, estariam contempladas no TR. Vaneska (CPU/SMAMUS) respondeu que sim, que as contribuições foram incorporadas. Completou dizendo que muitas contribuições foram enviadas como anexo pelo grau de informação.

Vaneska falou na possibilidade de disponibilizarmos a proposta da consultoria do GEO para os membros do GT e já identificou a necessidade de termos colegas participando das discussões. Neste momento o colega Arceu (DMLU) se dispôs a contribuir e participar das discussões, pois já é um membro do Comitê Gestor de Cartografia e Geoprocessamento (CGCG). Liana (Procempa) também se dispôs a contribuir. Fabiana (SMMU) falou da existência de outro grupo, Coordenador de Dados (Decreto 21.094/2021).

Considerando a existência de um eixo sobre Dados Espaciais (consultoria), Vaneska falou de criarmos um outro



PREFEITURA
Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Falou sobre o Seminário que tinha ocorrido pela manhã, V Seminário Nacional de Trânsito - Plano Nacional de

Redução de
depoimen



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

essa ter colegas do GT discutindo e auxiliando a consultoria nesta temática. Na planilha dos criado mais uma coluna, Infraestrutura de Dados Espaciais.

[om/spreadsheets/d/1Uon4Sc8c1LXkNCIm_A1rFshtvZ54J9I3kuMEjUvtf7U/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Uon4Sc8c1LXkNCIm_A1rFshtvZ54J9I3kuMEjUvtf7U/edit?usp=sharing)

o convite para os colegas preencherem a planilha acima, a qual ainda estará disponível. NS) e abriu espaço para a colega Fabiana (SMMU) dar seu

ENCAMIN

Segue alg

1. Leitura da LTA (pasta drive T-TO/Material de Apoio/LTA_TR Revisão Plano Diretor POA.pdf);
2. Disponibilizar proposta do consultor GEO (pasta drive T-TO/Material de Apoio/Proposta Consultor GEO_Terrena Tech.pdf);
3. Preencher a planilha dos Grupos temáticos (https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Uon4Sc8c1LXkNCIm_A1rFshtvZ54J9I3kuMEjUvtf7U/edit?usp=sharing);
4. Encaminhar aos membros do GT as datas dos próximos eventos da Revisão do Plano Diretor e de outros que tiverem relação;
5. Criar Grupo de WhatsApp do GT-TO (<https://chat.whatsapp.com/FvMfSu3SVaV1f8FZwVX8Vg>).

Link do drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Convidou-se os colegas, que ainda não tiveram a oportunidade de ver a exposição sobre “Diagnóstico POA 2030”, para comparecerem no dia 8 de outubro na sede da SMAMUS, das 10h às 15h, para acompanhar o fechamento das exposições.

Convite para preenchimento da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>

Convite para Audiência pública sobre estudo de mobilidade do centro histórico: <https://prefeitura.poa.br/smmu/noticias/audiencia-publica-discute-estudo-de-mobilidade-urbana-do-centro-historico>

Informou-se estar mantida a próxima reunião do dia 30/09/2022 às 14h.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
DEMHAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
SMCEC	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CÉ
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	TATIANA RITA WEISSHEIMER
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER

**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA**REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO**

SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
PROCEMPA	LIANA RIGON ROJAS LIMA
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	ALEX PEREIRA DE SOUZA
	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	MÔNICA MOCELLIN RAYMUNDO
	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI
CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME

**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA**REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO**

SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	MARIA PAULA UEU/CPU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silveira Castanheira, Chefe de Unidade**, em 03/10/2022, às 17:06, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Bridi, Chefe de Unidade**, em 03/10/2022, às 17:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Arceu Bandeira Rodrigues, Diretor(a)**, em 03/10/2022, às 17:36, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Selma Rubina Thomaz, Técnico Responsável**, em 03/10/2022, às 20:05, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Huning Spohr, Servidor Público**, em 04/10/2022, às 08:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Klein, Coordenador(a)**, em 04/10/2022, às 10:38, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Saffer, Chefe de Unidade**, em 04/10/2022, às 18:11, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ademir Antônio Maria, Coordenador(a)**, em 05/10/2022, às 12:16, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Skrebsky Reinheimer, Assistente**, em 05/10/2022, às 16:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Fialho Teixeira Machado, Chefe de Unidade**, em 06/10/2022, às 09:47, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gláucia Elen Ribeiro Cazarré, Técnico Responsável**, em 06/10/2022, às 16:40, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Valente Gaiesty, Arquiteto(a)**, em 06/10/2022, às 16:47, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Rita Weissheimer, Servidor Público**, em 14/10/2022, às 15:32, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giovane Martins Vaz dos Santos, Coordenador(a)**, em 17/10/2022, às 11:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Antônio Jung de Moura Jardim, Coordenador(a)**, em 20/10/2022, às 15:44, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Nemo Franchini Marisco, Procurador(a)-Geral Adjunto(a)**, em 31/10/2022, às 11:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Roberto Schwartzter, Arquiteto(a)**, em 01/11/2022, às 11:09, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Kruse, Servidor Público**, em 03/04/2023, às 13:58, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Vieira da Silva, Chefe de Unidade**, em 05/04/2024, às 15:02, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **20679802** e o código
CRC **77F6B9A2**.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 012/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
30/09/2022	Início: 14h Término: 15h51	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Contribuições dos membros do GT sobre o documento LTA;
- Discussão dos grupos temáticos;
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião comentando os tópicos a serem tratados, trazendo, primeiramente, informações sobre o cronograma da revisão do Plano Diretor: relativo a etapas do processo, reuniões dos grupos de trabalho e exposições “Diagnóstico POA 2030”. Falou sobre a atualização das contratações das consultorias para Revisão do Plano Diretor e sobre as próximas ações. Após as atualizações, Guilherme abriu espaço para os colegas da Comissão Técnica falarem sobre as consultorias contratadas. Vaneska (CPU/SMAMUS) falou sobre a proposta da LTA e que talvez o Tiago (CGIU/SMAMUS) possa falar sobre a consultoria em Tecnologia da Informação. Tiago (CGIU/SMAMUS) sobre as duas primeiras reuniões que tiveram com a empresa “Terrena”. Gisele (DPU/SMAMUS) falou sobre o contrato da consultoria de Comunicação e Advocacy e as ações que estão em andamento.

Dando sequência a pauta, Guilherme comentou que alguns colegas do GT haviam entrado em contato para falar das contribuições ao documento LTA, desta forma solicitou para que os mesmos se manifestassem. Rovana (DPPS/SMAMUS) falou que estavam fazendo alguns comentários diretamente no documento e que iriam encaminhar suas contribuições por e-mail. Questionou se o documento estava fechado ou havia espaço para ajustes. Vaneska falou que ainda existe espaço para ajustes. Que no plano de trabalho da empresa que será realizado o detalhamento, mas antes iremos ter reuniões com os técnicos para tirar algumas dúvidas. Guilherme chamou atenção para os processos SEI que foram abertos para contribuições das secretarias em 2019. Falou que iria disponibilizar o número dos processos para o grupo. João (SMS) comentou sobre algumas dificuldades da secretaria com relação a utilização de ferramentas de Geoprocessamento. Guilherme questionou os colegas do CT sobre itens da contratação das consultorias, se estão previstas capacitações. Vaneska e Tiago fizeram alguns comentários e disseram que não faz parte do escopo as capacitações em ferramentas, nem trabalho braçal. Liana (Procempa) se colocou à disposição para os colegas tirarem algumas dúvidas sobre o GeoPortal. Falaram sobre o trabalho do colega Rodrigo Linn (SMPAE) o qual poderá ser convidado a participar do GT, e que o mesmo trabalhava na secretaria anteriormente. Fabiana (SMMU) pediu a palavra falando sobre suas contribuições ao documento LTA, as quais comunicou que iria encaminhar por e-mail. Aproveitou para já falar sobre alguns pontos: 1) que no início do documento fala que deverá ser mantida a estrutura básica, base conceitual, mas que muitos colegas já manifestaram que ser necessária trabalhar melhor alguns conceitos do Plano Diretor; 2) na página 9, quando fala sobre as Macrozonas, é mencionado a OUC da Lomba, e questiona se esta não foi revogada (<https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/aprovada-a-revogacao-da-operacao-consorciada-lomba-do-pinheiro>); 3) ainda nas Macrozonas, se fala sobre conceitos e limites territoriais, ficou em dúvida com relação aos planos setoriais como os do Centro e 4D, aprovados recentemente, e como se dará estes limites e a relação destes planos com as Macrozonas; 4) na parte da mobilidade, pedir para considerar o PMU e outros plano específicos, comunicando que esta semana teria sido apresentado o Plano de Segurança Viária Sustentável de POA (Decreto 21.652/2022); 5) na página 29, ficou em dúvida com relação aos instrumentos, questiona o que seria os Planos de Pormenor. Guilherme respondeu o último apontamento, explicando que os Planos de Pormenor são utilizados em alguns locais como detalhamento de lugares específicos, e teria sido indicado no documento como sendo uma possibilidade de ser mais um instrumento utilizado pelo município para auxiliar o planejamento urbano. Falou sobre as atualizações necessárias a serem encaminhadas para consultoria, e que iria apresentar um modelo do que se imagina que será

encaminhado à consultoria. Vaneska falou sobre os outros apontamentos da colega Fabiana. Comentou sobre a necessidade de termos repositórios para a documentação sobre leis, programas e demais documentos que possam servir para consulta dos membros do GT e das consultorias. Guilherme completou que para cada temática poderá ser criado o repositório.

Camila (SMCEC) falou que analisou o documento, comentando que ele está bem completo. Falou sobre as legislações mais atualizadas para passar para a consultoria e sobre atualização dos conceitos. Pontuou ainda sobre os eixos temáticos, pois ainda tem algumas dúvidas. Guilherme aproveitou para falar que a Coordenação Técnica fez o questionamento a consultoria sobre os eixos/grupos, através de uma diligência, pois havia uma dúvida com relação aos especialistas e os temas agrupados/indicados na proposta. Vaneska reforçou o convite para os colegas trazerem suas contribuições.

Não havendo mais contribuições ou dúvidas relativas ao LTA, Guilherme sugeriu utilizarmos parte das reuniões de sexta-feira para discutirmos os grupos temáticos, informação ratificada pela colega Vaneska.

Guilherme então iniciou a segunda apresentação da reunião, sobre o Grupo Temático Mobilidade, trazendo uma análise sobre a Estratégia de Mobilidade Urbana, a qual apresenta alguns estudos realizados antes da pandemia e que podem servir de exemplo para organização das informações dos grupos temáticos. Na apresentação constam informações da dinâmica realizada na reunião presencial do auditório da EPTC, considerando aquilo que foi discutido naquela tarde. Depois passa pela compilação das informações trazidas pelas secretarias e dos textos que constam no PDDUA e no Informe Complementar de 1996 (material disponível no drive Procempa - "Compilação 8ª Reunião GT-TO _ 09.22.pdf"). Segue com algumas informações sobre o "Guia para elaboração e revisão de planos diretores (2019)", relacionadas ao Tema 12 (T12 Mobilidade e transporte), que inclui: mapeamentos que os municípios devem ter; levantamentos complementares; problemáticas apresentadas (P17, P42 e P43) e algumas estratégias propostas para dar conta das problemáticas. Depois mostra a leitura sobre o documento Informe Complementar 1996 (IC 1996), relacionado a mobilidade urbana, que traz informações sobre conflitos e potencialidades projetuais desta temática. Passa pela comparação de três documentos (IC 1996, PDDUA 1999 e PDDUA 2010), mostrando as estratégias desses documentos, os instrumentos sugeridos e a leitura das problemáticas relacionadas às estratégias, já considerando, também, informações do Guia de 2019. Finaliza a apresentação com uma análise da leitura dos mapas e diagramas que constam nos três documentos anteriores (IC 1996, PDDUA 1999 e PDDUA 2010). Complementa que este trabalho apresentado pode e deve ser atualizado pelos colegas, mas que talvez seja um bom exemplo do que poderia ser elaborado para cada grupo temático. Fabiana (SMMU) perguntou se o material apresentado já estava no drive, e completou que possui materiais que poderiam ser incluídos no drive, que servem como atualização deste tema. Guilherme respondeu que o material iria para o drive após a reunião, e que seria interessante criarmos este espaço para irmos armazenando a documentação.

Guilherme perguntou aos colegas sobre o que achavam da organização de informações apresentada. Vaneska entende que é um ótimo modelo de organização, que ajuda a organizar o pensamento e o material para consultoria. Entende que a organização técnica deva replicar este modelo com os outros grupos temáticos, e que os colegas das outras secretarias poderiam ajudar a trazer alguns questionamentos que auxiliem os eixos temáticos. Comentou apenas ter dúvida na utilização deste modelo para o grupo temático da Gestão. Tânia (CGMU/SMAMUS) entende que o material está muito bem pensado e pergunta se a intenção é ter este material com informações das outras temáticas. Guilherme responde que seria o ideal.

Antes de seguir para os encaminhamentos, Guilherme reforçou que as contribuições das secretarias podem ser encaminhadas para o e-mail do GT-TO: gtto@portoalegre.rs.gov.br

Antes de finalizar a reunião foi compartilhado o calendário elaborado no Miro com as próximas datas marcantes dos próximos meses: reuniões dos GTs, conferência, e outros eventos.

ENCAMINHAMENTOS:

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Será mantida reunião da próxima sexta-feira, dia **07/10/2022**;
2. Para próxima reunião iremos debater as contribuições dos membros do GT com relação aos documentos:
 - a) LTA - **LTA_TR Revisão Plano Diretor POA.pdf** (disponível na pasta do drive Procempa GT-TO/Material de Apoio)

- b) Proposta Consultoria juntamente a diligência – “**Proposta EY_PNUD RFP JOF 4111-2022_SS.pdf** e **Proposta EY_PNUD RFP JOF 4111-2022_SS_Diligencia.pdf**” (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Material de Apoio)
- Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 12ª reunião “**12ª Reunião GT-TO _ 30.09.22.pdf**”, Apresentação Grupo Temático Mobilidade “**Grupo Temático Mobilidade.pdf**” (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO);
 - Disponibilizar tabela com os números dos processos SEI de cada secretaria com as contribuições de 2019: “**Organização Geral - Contribuições.pdf**” (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Material de Apoio);
 - Atualizar processo **SEI 22.0.000086353-3** com os Registros das últimas duas reuniões e Atas (bloco de assinatura 132681);
 - Reforçado o convite para última exposição “Diagnóstico POA 2030”, no dia 08/10/2022, na sede da SMAMUS.

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
DEMHAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CÉ
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	TATIANA RITA WEISSHEIMER
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
SMSEG	RODRIGO MEOTTI TENTARDINI
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
DMAE	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
PROCEMPA	LIANA RIGON ROJAS LIMA
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
SMAMUS DLMA	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DAV	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	PRISCILA HUNING SPOHR

SMAMUS DEL	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	MARIA PAULA UEU/CPU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO - CPU/SMAMUS
ATA Nº 012/2022



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 012/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO		LOCAL
30/09/2022	Início: 14h	Término: 15h51	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Contribuições dos membros do GT sobre o documento LTA;
- Discussão dos grupos temáticos;
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião comentando os tópicos a serem tratados, trazendo, primeiramente, informações sobre o cronograma da revisão do Plano Diretor: relativo a etapas do processo, reuniões dos grupos de trabalho e exposições “Diagnóstico POA 2030”. Falou sobre a atualização das contratações das consultorias para Revisão do Plano Diretor e sobre as próximas ações. Após as atualizações, Guilherme abriu espaço para os colegas da Comissão Técnica falarem sobre as consultorias contratadas. Vaneska (CPU/SMAMUS) falou sobre a proposta da LTA e comunicou que talvez o Tiago (CGIU/SMAMUS) pudesse falar sobre a consultoria em Tecnologia da Informação. Tiago (CGIU/SMAMUS) falou sobre as duas primeiras reuniões que tiveram com a empresa “Terrena”. Gisele (DPU/SMAMUS) falou sobre o contrato da consultoria de Comunicação e Advocacy e as ações que estão em andamento.

Dando sequência a pauta, Guilherme comentou que alguns colegas do GT haviam entrado em contato para falar das contribuições ao documento LTA, desta forma solicitou para que os mesmos se manifestassem. Rovana (DPPS/SMAMUS) falou que estavam fazendo alguns comentários diretamente no documento e que iriam encaminhar suas contribuições por e-mail. Questionou se o documento estava fechado ou havia espaço para

alguns co
braçal. Li
Falaram s
que o me
contribuiç
sobre alg

**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

ou que ainda existe espaço para ajustes. Que no plano de trabalho da empresa que será
ento, mas antes iremos ter reuniões com os técnicos para tirar algumas dúvidas. Guilherme
ra os processos SEI que foram abertos para contribuições das secretarias em 2019. Falou
r o número dos processos para o grupo. João (SMS) comentou sobre algumas dificuldades
lação a utilização de ferramentas de Geoprocessamento. Guilherme questionou os colegas
se estão previstas capacitações. Vaneska e Tiago fizeram
do escopo as capacitações em ferramentas, nem trabalho
ara os colegas tirarem algumas dúvidas sobre o GeoPortal.
MPAE) o qual poderá ser convidado a participar do GT, e
nte. Fabiana (SMMU) pediu a palavra falando sobre suas
ou que iria encaminhar por e-mail. Aproveitou para já falar
nto fala que deverá ser mantida a estrutura básica, base

conceitual, mas que muitos colegas já manifestaram que ser necessária trabalhar melhor alguns conceitos do
Plano Diretor; 2) na página 9, quando fala sobre as Macrozonas, e mencionado a OUC da Lomba, e questiona se

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

esta não foi revogada (<https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/aprovada-a-revogacao-da-operacao-consorciada-lomba-do-pinheiro>); 3) ainda nas Macrozonas, se fala sobre conceitos e limites territoriais, ficou em
dúvida com relação aos planos setoriais como os do Centro e 4D, aprovados recentemente, e como se dará
estes limites e a relação destes planos com as Macrozonas; 4) na parte da mobilidade, pedir para considerar o
PMU e outros plano específicos, comunicando que esta semana teria sido apresentado o Plano de Segurança
Viária Sustentável de POA (Decreto 21.652/2022); 5) na página 29, ficou em dúvida com relação aos
instrumentos, questiona o que seria os Planos de Pormenor. Guilherme respondeu o último apontamento,
explicando que os Planos de Pormenor são utilizados em alguns locais como detalhamento de lugares
específicos, e teria sido indicado no documento como sendo uma possibilidade de ser mais um instrumento
utilizado pelo município para auxiliar o planejamento urbano. Falou sobre as atualizações necessárias a serem
encaminhadas para consultoria, e que iria apresentar um modelo do que se imagina que será encaminhado à
consultoria. Vaneska falou sobre os outros apontamentos da colega Fabiana. Comentou sobre a necessidade de
termos repositórios para a documentação sobre leis, programas e demais documentos que possam servir para
consulta dos membros do GT e das consultorias. Guilherme completou que para cada temática poderá ser criado
o repositório.

Camila (SMCEC) falou que analisou o documento, comentando que ele está bem completo. Falou sobre as
legislações mais atualizadas para passar para a consultoria e sobre atualização dos conceitos. Pontuou ainda
sobre os eixos temáticos, pois ainda tem algumas dúvidas. Guilherme aproveitou para falar que a Coordenação
Técnica fez o questionamento a consultoria sobre os eixos/grupos, através de uma diligência, pois havia uma
dúvida com relação aos especialistas e os temas agrupados/indicados na proposta. Vaneska reforçou o convite
para os colegas trazerem suas contribuições.

Não havendo mais contribuições ou dúvidas relativas ao LTA, Guilherme sugeriu utilizarmos parte das reuniões
de sexta-feira para discutirmos os grupos temáticos, informação ratificada pela colega Vaneska.

Guilherme então iniciou a segunda apresentação da reunião, sobre o Grupo Temático Mobilidade, trazendo uma
análise sobre a Estratégia de Mobilidade Urbana, a qual apresenta alguns estudos realizados antes da pandemia
e que podem servir de exemplo para organização das informações dos grupos temáticos. Na apresentação
constam informações da dinâmica realizada na reunião presencial do auditório da EPTC, considerando aquilo
que foi discutido naquela tarde. Depois passa pela compilação das informações trazidas pelas secretarias e dos
textos que constam no PDDUA e no Informe Complementar de 1996 (material disponível no drive Procempa -
"Compilação 8ª Reunião GT-TO _ 09.22.pdf"). Segue com algumas informações sobre o "Guia para elaboração e
revisão de planos diretores (2019)", relacionadas ao Tema 12 (T12 Mobilidade e transporte), que inclui:
mapeamentos que os municípios devem ter; levantamentos complementares; problemáticas apresentadas (P17,
P42 e P43) e algumas estratégias propostas para dar conta das problemáticas. Depois mostra a leitura sobre o
documento Informe Complementar 1996 (IC 1996), relacionado a mobilidade urbana, que traz informações sobre
conflitos e potencialidades projetuais desta temática. Passa pela comparação de três documentos (IC 1996,
PDDUA 1999 e PDDUA 2010), mostrando as estratégias desses documentos, os instrumentos sugeridos e a
leitura das problemáticas relacionadas às estratégias, já considerando, também, informações do Guia de 2019.

irmos arm

Guilherme

entende c

consultori

os colega

temáticos. Comentou apenas ter ouvido na utilização deste modelo para o grupo temático da Gestão. Tânia(CGMU/SMAMUS) entende que o material está muito bem pensado e pergunta se a intenção é ter este material com informações das outras temáticas. Guilherme responde que seria o ideal.**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

ção com uma análise da leitura dos mapas e diagramas que constam nos três documentos PDDUA 1999 e PDDUA 2010). Complementa que este trabalho apresentado pode e deve ser feito em conjunto com as colegas, mas que talvez seja um bom exemplo do que poderia ser elaborado para cada secretaria. Tânia perguntou se o material apresentado já estava no drive, e completou que não e poderiam ser incluídos no drive, que servem como atualização deste tema. Guilherme respondeu que o material iria para o drive após a reunião, e que seria interessante criarmos este espaço para

vam da organização de informações apresentada. Vaneska comentou que ajuda a organizar o pensamento e o material para a reunião e replicar este modelo com os outros grupos temáticos, e que gostaria de trazer alguns questionamentos que auxiliem os eixos temáticos.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

Antes de seguir para os encaminhamentos, Guilherme reforçou que as contribuições das secretarias podem ser encaminhadas para o e-mail do GT-TO: gtto@portoalegre.rs.gov.br

Antes de finalizar a reunião foi compartilhado o calendário elaborado no Miro com as próximas datas marcantes dos próximos meses: reuniões dos GTs, conferência, e outros eventos.

ENCAMINHAMENTOS:

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Será mantida reunião da próxima sexta-feira, dia **07/10/2022**;
2. Para próxima reunião iremos debater as contribuições dos membros do GT com relação aos documentos:
 - a) LTA - **LTA_TR Revisão Plano Diretor POA.pdf** (disponível na pasta do drive Procempa GT-TO/Material de Apoio)
 - b) Proposta Consultoria juntamente a diligência – **Proposta EY_PNUD RFP JOF 4111-2022_SS.pdf** e **Proposta EY_PNUD RFP JOF 4111-2022_SS_Diligencia.pdf** (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Material de Apoio)
3. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 12ª reunião **“12ª Reunião GT-TO _ 30.09.22.pdf”**, Apresentação Grupo Temático Mobilidade **“Grupo Temático Mobilidade.pdf”** (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO);
4. Disponibilizar tabela com os números dos processos SEI de cada secretaria com as contribuições de 2019: **“Organização Geral - Contribuições.pdf”** (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Material de Apoio);
5. Atualizar processo **SEI 22.0.000086353-3** com os Registros das últimas duas reuniões e Atas (bloco de assinatura 132681);
6. Reforçado o convite para última exposição **“Diagnóstico POA 2030”**, no dia **08/10/2022**, na sede da SMAMUS.

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA**REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO****PARTICIPANTES:**

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
DEM HAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	TATIANA RITA WEISSHEIMER
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
SMSEG	RODRIGO MEOTTI TENTARDINI
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
DMAE	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
PROCEMPA	LIANA RIGON ROJAS LIMA
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
	MARCOS BERWANGER PROFES



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

SMAMUS



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ

PRISCILA HUNING SPOHR

SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO

ELIANA BRIDI

ADRIANO TEDESCO ROSSETTO

GIOVANA CRISTINA BERTOTTI

MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS

COSME DE ASSIS DA SILVA

FLAVIA LUIZA REBELATO

SELMA RUBINA THOMAZ

SMAMUS | DPPS

ROVANA REALE BORTOLINI

CONVIDADOS:

ÓRGÃO | SECRETARIA

NOME

SMAMUS | DPU

NATÁLIA FERNANDA ORIOLA | EPE III/CPU

SMAMUS | DPU

SIMONE MADEIRA | EPE III/CPU

SMAMUS | DPU

CAROLINE GIORDANI MEINE | DPU/SMAMUS

SMAMUS | DPU

MARIA PAULA | UEU/CPU

SMAMUS | DPU

ANA AGUIRRE (residente) | DPU/SMAMUS

SMAMUS | DEL

ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE | CTARF/SMAMUS

SMAMUS | DEL

GUILHERME MIRANDA DE SOUZA | CTAAPS/SMAMUS



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silveira Castanheira, Chefe de Unidade**, em 04/10/2022, às 18:04, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Saffer, Chefe de Unidade**, em 04/10/2022, às 18:11, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ademir Antônio Maria, Coordenador(a)**, em 05/10/2022, às 12:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Skrebsky Reinheimer, Assistente**, em 05/10/2022, às 16:53, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Selma Rubina Thomaz, Técnico Responsável**, em 05/10/2022, às 17:38, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Fialho Teixeira Machado, Chefe de Unidade**, em 06/10/2022, às 09:48, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Valente Giesky, Arquiteto(a)**, em 06/10/2022, às 16:39, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gláucia Elen Ribeiro Cazarré, Técnico Responsável**, em 06/10/2022, às 16:40, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Rita Weissheimer, Servidor Público**, em 14/10/2022, às 15:31, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giovane Martins Vaz dos Santos, Coordenador(a)**, em 17/10/2022, às 11:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Antônio Jung de Moura Jardim, Coordenador(a)**, em 20/10/2022, às 15:45, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Nemo Franchini Marisco, Procurador(a)-Geral Adjunto(a)**, em 31/10/2022, às 11:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Roberto Schwartzer, Arquiteto(a)**, em 01/11/2022, às 11:09, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Hoppe Bonini, Arquiteto(a)**, em 08/11/2022, às 10:34, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Berwanger Profes, Servidor Público**, em 22/11/2022, às 17:02, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gustavo de Los Santos Ferreira**, **Coordenador(a)**, em 13/12/2022, às 16:46, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Arceu Bandeira Rodrigues**, **Diretor(a)**, em 29/12/2022, às 12:00, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Kruse**, **Servidor Público**, em 03/04/2023, às 13:58, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Vieira da Silva**, **Chefe de Unidade**, em 05/04/2024, às 15:03, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **20699713** e o código CRC **28650C6A**.



DIÁRIO OFICIAL PORTO ALEGRE

Órgão de Divulgação do Município - Ano XXVII - Edição 6857 - Segunda-feira, 3 de Outubro de 2022.

Divulgação: Segunda-feira, 3 de Outubro de 2022. **Publicação:** Terça-feira, 4 de Outubro de 2022.

EXECUTIVO PESSOAL

Portarias

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais,

Protocolo: 379296

MODIFICA a Portaria 460, de 14/06/2022, divulgada no DOPA-e, Edição 6781, de 15/06/2022, que designou o Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO), para revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), conforme abaixo, a contar da publicação desta, através da Portaria 800, de 29/09/2022 (Processo 21.0.000053535-1).

Nomear	Matrícula	Cargo	Em Substituição a	Matrícula	Atuação	Órgão
NELSON NEMO FRANCHINI MARISCO	536249	Procurador Municipal	ELEONORA BRAZ SERRALTA	518879	Titular	PGM
JOÃO MARCELO LOPES FONSECA	397584	Médico Especialista	MARCELO PÁSCOA PINTO	1080555	Suplente	SMS
TATIANA RITA WEISSHEIMER	185076	Assessor V	JULIANA BELARDINELLI	793490	Titular	SMED

  [Edição Completa](#)



Imprimir

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 013/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
07/10/2022	Início: 14h Término: 15h59	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Contribuições dos membros do GT sobre o documento LT e Proposta Consultoria juntamente a Diligência;
- Discussão dos grupos temáticos;
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião dando boas vindas aos colegas que irão começar a participar das reuniões do GT e apresentou os tópicos a serem tratados. Reforçou algumas informações sobre as contribuições dos membros do GT relativas ao TR LTA e a proposta apresentada pela consultoria (Ernest & Young), juntamente com a diligência solicitada. Sobre as atualizações, apresentou a informação sobre a sanção da lei do Programa +4D de Regeneração Urbana do 4º Distrito de Porto Alegre (LC 960/22). Após trouxe informações sobre o cronograma da revisão do Plano Diretor: relativo a etapas do processo, reuniões dos grupos de trabalho e exposições “Diagnóstico POA 2030”. Falou sobre a atualização das contratações das consultorias para Revisão do Plano Diretor e sobre as próximas ações. Após as atualizações, Guilherme falou sobre as contribuições já recebidas de alguns membros do GT e abriu espaço para os demais se manifestarem. Reforçou que as contribuições das secretarias sejam encaminhadas para o e-mail do GT-TO: gtto@portoalegre.rs.gov.br.

Fabiana (SMMU) fez alguns questionamentos relacionados ao documento da Proposta da E&Y, mais precisamente sobre a divulgação dos relatórios. Guilherme (CPU/SMAMUS) logo respondeu a dúvida, comentando que na entrega da proposta estava uma representante do PNUD, a qual já havia nos comunicado que os relatórios entregues pela consultoria são da contratada e poderão ser divulgados. Catiane (CPU/SMAMUS) reforçou a informação, comunicando também da primeira entrega, Plano de trabalho, que seria o produto onde terá a informação dos técnicos responsáveis por cada produto/entrega. Fabiana (SMMU) finalizou dizendo que suas dúvidas foram sanadas e que não irá encaminhar, então, seus questionamentos sobre a proposta da consultoria.

Camila (SMCEC) também comentou sobre dúvidas relacionadas à equipe, e perguntou como se dará o relacionamento da consultoria com o GT. Guilherme respondeu a colega comentando que as sugestões de profissionais devem ser encaminhadas antes das primeiras reuniões com a consultoria, que a diligência encaminhada à consultoria foi relativa a dúvidas que a coordenação técnica teve. Que a consultoria irá se reportar à Coordenação técnica (DPU/SMAMUS) e se esta tiver necessidade irá solicitar suporte dos membros do GT-TO. Gláucia (CPOAV/SMAMUS) perguntou sobre o prazo para contribuições, uma vez que a equipe tem algumas dúvidas e ao mesmo tempo contribuições a serem realizadas. Guilherme respondeu que não temos data marcada para primeira reunião com a consultoria, mas que seria importante os colegas encaminharem o quanto antes suas contribuições e dúvidas. Gláucia (CPOAV/SMAMUS) perguntou se na primeira reunião o GT iria participar. Guilherme respondeu que seria apenas com a Coordenação Técnica.

Antes de iniciar a segunda parte da reunião, Guilherme falou da combinação de utilizarmos as reuniões de sextas para os grupos dos eixos temáticos se reunirem, para aproveitar este dia e não onerar os colegas que já possuem muitos compromissos/agendas. Adriano (DMAE) falou que irão encaminhar suas contribuições sobre a proposta da consultoria e que ficou com dúvida sobre a equipe de profissionais indicada, mais precisamente sobre as áreas de abastecimento de água e saneamento. Guilherme respondeu ao colega comunicando que os coordenadores das equipes não necessariamente precisam ser os especialistas dos assuntos, mas que poderemos solicitar que algum membro tenha esses conhecimentos. Vânia (EPTC) perguntou sobre a reunião da semana passada, pois não estava presente, e queria saber se deveria ver o vídeo. Guilherme comunicou que a gravação da última reunião ainda não tinha sido disponibilizada no drive, mas que o encaminhamento da reunião, que está no drive e no SEI, teria

informações suficientes para atualizar a colega. Que juntamente a apresentação, também disponível no drive Procempa, já auxiliaria no entendimento do que teria sido tratado na última reunião. Vânia (EPTC) perguntou, ainda, se esta apresentação seria o ponto de partida para análise da consultoria e se o trabalho da consultoria envolveria estudos/levantamentos de campo, se estariam incluídos. Guilherme respondeu que levantamentos não estão no escopo do trabalho, mas sim diagnósticos/relatórios, utilizando os documentos/materiais existentes. Giulianna (DMLU) perguntou se os especialistas da área ambiental incluíam a área de resíduos. Guilherme informou que eles devem atender ao que foi solicitado no TR, caso não esteja claro podemos verificar e sugerir novas especialidades. Catiane (CPU/SMAMUS) reforçou que a área ambiental é uma consultoria contratada pela E&Y, e que a necessidade de estudos/levantamentos específicos pode ser um indicativo da consultoria para futuras contratações do município.

Guilherme então iniciou a segunda apresentação da reunião, sobre o Grupo Temático Desenvolvimento Econômico, trazendo uma análise sobre a Estratégia de Promoção Econômica, a qual apresenta alguns estudos realizados antes da pandemia e que podem servir de exemplo para organização das informações dos grupos temáticos. Na apresentação constam informações da dinâmica realizada na reunião presencial do auditório da EPTC, considerando aquilo que foi discutido naquela tarde. Depois passa pela compilação das informações trazidas pelas secretarias e dos textos que constam no PDDUA e no Informe Complementar de 1996 (material disponível no drive Procempa - "Compilação 8ª Reunião GT-TO _ 09.22.pdf"). Segue com algumas informações sobre o "Guia para elaboração e revisão de planos diretores (2019)", relacionadas ao Tema 8 (T8 Desenvolvimento econômico), que inclui: mapeamentos que os municípios devem ter; levantamentos complementares; problemáticas apresentadas (P23, P24, P26, P27, P28) do desenv. econômico, (P49, P50, P51, P52) do desenv. econômico e turismo (P06, P25, P44, P45 e P46) do desenv. rural sustentável; e algumas estratégias propostas para dar conta das problemáticas. Depois mostra a leitura sobre o documento Informe Complementar 1996 (IC 1996), relacionado ao desenvolvimento econômico, que traz informações sobre conflitos e potencialidades projetuais desta temática. Passa pela comparação de três documentos (IC 1996, PDDUA 1999 e PDDUA 2010), mostrando as estratégias desses documentos, os instrumentos sugeridos e a leitura das problemáticas relacionadas às estratégias, já considerando, também, informações do Guia de 2019. Finaliza a apresentação com uma análise da leitura dos mapas e diagramas que constam nos três documentos anteriores (IC 1996, PDDUA 1999 e PDDUA 2010). Complementa que este trabalho apresentado pode e deve ser atualizado pelos colegas, mas que talvez seja um bom exemplo do que poderia ser elaborado para cada grupo temático. Lucia (SMPAE) falou da importância do desenvolvimento econômico para cidade, e atualmente visualiza a cidade um pouco empobrecida. Questiona como, através do Plano Diretor, podemos agir sobre esta perspectiva? Se haveriam outros instrumentos possíveis de serem utilizados no PD que ajudassem na estratégia de Promoção da Cidade? Guilherme reforça a importância de trazermos questionamentos para ampliar o debate, inclusive quando for envolvida a consultoria. Estas apresentações servem para este objetivo. Tânia (CGMU/SMAMUS) comentou sobre as questões voltadas ao turismo rural, Caminhos rurais, ecoturismo, agricultura familiar que fazem parte da discussão do desenvolvimento econômico. Merino (SMCEC) reforçou o comentário da colega, trazendo a importância de tratarmos e valorizarmos melhor as áreas rurais da cidade. Guilherme aproveitou os comentários de Tânia e Merino para trazer um exemplo de discussão tida naquela semana, que envolve a zona sul, e entende que definições claras do que o município quer para o território facilitaria a tomada de decisão do poder público. Fabiana (SMMU) trouxe uma visão sobre a mobilidade com relação aos comentários dos três colegas que a antecederam.

Vaneska (CPU/SMAMUS) pediu que Guilherme a atualizasse sobre o que havia sido discutido pois estava em outra agenda antes de entrar na reunião. Guilherme fez um resumo do que foi discutido e aproveitou para demonstrar para os colegas o conteúdo existente no drive Procempa (<https://drive.procapa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>). Guilherme comentou para Vaneska que os colegas questionaram se a consultoria poderia fazer algum levantamento. Vaneska entende que levantamentos não estão incluídos no escopo do trabalho, mas que pode ser verificada a necessidade de se realizar, futuramente, determinados levantamentos para auxiliar a revisão do PD. Depois apresentou os documentos que estão no **SEI 22.0.000086353-3**: Portaria, IN, Registro e Atas das reuniões. Vaneska parabeniza pelos registros que estão sendo realizados.

Antes de finalizar a reunião, Vaneska explicou o que entende como se dará o contato da consultoria com a Coordenação Técnica e com os membros do GT.

Adriano (DMAE) compartilhou, via chat, um link com vídeo.

<https://www.dw.com/pt-br/a-import%C3%A2ncia-do-vento-nas-cidades/video-62305296>

Liana (Procempa) comentou que irá entrar em contato diretamente com a coordenação do GT-TO para falarmos sobre a pasta para compartilhamento de informações.

ENCAMINHAMENTOS:

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Próxima sexta-feira, dia 14/10/2022, não haverá reunião do GT-TO;
2. Enviar convite para reunião do dia 17/10/2022, “**Encontro Presencial dos Grupos de Trabalho da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre**”, que acontecerá no Cinema Capitólio, Rua Demétrio Ribeiro nº 1085 | Centro Histórico;
3. Disponibilizar as gravações das últimas duas reuniões do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);
4. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 13ª reunião “**13ª Reunião GT-TO _ 07.10.22.pdf**”, Apresentação Grupo Temático Desenvolvimento Econômico “**Grupo Temático Desenvolvimento Econômico.pdf**” (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO);
5. Verificar com PROCempa possibilidade de termos um espaço no drive, com possibilidade dos membros inserirem documentos relativos aos eixos temáticos (legislações, estudos, documentos, etc.). Ainda em discussão...
6. Atualizar processo **SEI 22.0.000086353-3** com o Registro da 13ª reunião e Ata (bloco de assinatura 132681);
7. Reforçado o convite para última exposição “**Diagnóstico POA 2030**”, no dia 08/10/2022, na sede da SMAMUS;
8. Atualizar o link da reunião e disponibilizar na descrição do grupo do WhatsApp os links: reduzido da reunião, para consulta e para o dashboard.

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
EPTC	VÂNIA CRISTINA DE ABREU
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CÉ
	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	NELSON NEMO MARISCO
	ANDREZA SABALLA
SMED	TATIANA RITA WEISSHEIMER
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
SMSEG	RODRIGO MEOTTI TENTARDINI
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
SMDET	ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF

DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
DMAE	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
PROCEMPA	LIANA RIGON ROJAS LIMA
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	RENATA SAFFER
	KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
SMAMUS DEL	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO - CPU/SMAMUS
ATA Nº 013/2022



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 013/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO		LOCAL
07/10/2022	Início: 14h	Término: 15h59	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Contribuições dos membros do GT sobre o documento LT e Proposta Consultoria juntamente a Diligência;
- Discussão dos grupos temáticos;
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arg. Guilherme (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião dando boas vindas aos colegas que irão começar a participar das reuniões do GT e apresentou os tópicos a serem tratados. Reforçou algumas informações sobre as contribuições dos membros do GT relativas ao TR LTA e a proposta apresentada pela consultoria (Ernest & Young), juntamente com a diligência solicitada. Sobre as atualizações, apresentou a informação sobre a sanção da lei do Programa +4D de Regeneração Urbana do 4º Distrito de Porto Alegre (LC 960/22). Após trouxe informações sobre o cronograma da revisão do Plano Diretor: relativo a etapas do processo, reuniões dos grupos de trabalho e exposições "Diagnóstico POA 2030". Falou sobre a atualização das contratações das consultorias para Revisão do Plano Diretor e sobre as próximas ações. Após as atualizações, Guilherme falou sobre as contribuições já recebidas de alguns membros do GT e abriu espaço para os demais se manifestarem. Reforçou que as contribuições das secretarias sejam encaminhadas para o e-mail do GT-TO: gtto@portoalegre.rs.gov.br.

Fabiana (SMMU) fez alguns questionamentos relacionados ao documento da Proposta da E&Y, mais precisamente sobre a divulgação dos relatórios. Guilherme (CPU/SMAMUS) logo respondeu a dúvida, comentando que na entrega da proposta estava uma representante do PNUD, a qual já havia nos comunicado

entregues pela consultoria são da contratada e poderão ser divulgados. Catiane reforçou a informação, comunicando também da primeira entrega, Plano de trabalho, que seria a informação dos técnicos responsáveis por cada produto/entrega. Fabiana (SMMU) finalizou dúvidas foram sanadas e que não irá encaminhar, então, seus questionamentos sobre a

ria.

Camila (S) relacionar profissionais encaminhados e reportar à do GT-TC



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

as relacionadas à equipe, e perguntou como se dará o ne respondeu a colega comentando que as sugestões de primeiras reuniões com a consultoria, que a diligência que a coordenação técnica teve. Que a consultoria irá se se esta tiver necessidade irá solicitar suporte dos membros obre o prazo para contribuições, uma vez que a equipe tem

algumas dúvidas e ao mesmo tempo contribuições a serem realizadas. Guilherme respondeu que não temos

data marcada para primeira reunião com a consultoria, mas que seria importante os colegas encaminharem o quanto antes suas contribuições e dúvidas. Gláucia (CPOAV/SMAMUS) perguntou se na primeira reunião o GT

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

iria participar. Guilherme respondeu que seria apenas com a Coordenação Técnica.

Antes de iniciar a segunda parte da reunião, Guilherme falou da combinação de utilizarmos as reuniões de sextas para os grupos dos eixos temáticos se reunirem, para aproveitar este dia e não onerar os colegas que já possuem muitos compromissos/agendas. Adriano (DMAE) falou que irão encaminhar suas contribuições sobre a proposta da consultoria e que ficou com dúvida sobre a equipe de profissionais indicada, mais precisamente sobre as áreas de abastecimento de água e saneamento. Guilherme respondeu ao colega comunicando que os coordenadores das equipes não necessariamente precisam ser os especialistas dos assuntos, mas que poderemos solicitar que algum membro tenha esses conhecimentos. Vânia (EPTC) perguntou sobre a reunião da semana passada, pois não estava presente, e queria saber se deveria ver o vídeo. Guilherme comunicou que a gravação da última reunião ainda não tinha sido disponibilizada no drive, mas que o encaminhamento da reunião, que está no drive e no SEI, teria informações suficientes para atualizar a colega. Que juntamente a apresentação, também disponível no drive Procempa, já auxiliaria no entendimento do que teria sido tratado na última reunião. Vânia (EPTC) perguntou, ainda, se esta apresentação seria o ponto de partida para análise da consultoria e se o trabalho da consultoria envolveria estudos/levantamentos de campo, se estariam incluídos. Guilherme respondeu que levantamentos não estão no escopo do trabalho, mas sim diagnósticos/relatórios, utilizando os documentos/materiais existentes. Giuliana (DMLU) perguntou se os especialistas da área ambiental incluíam a área de resíduos. Guilherme informou que eles devem atender ao que foi solicitado no TR, caso não esteja claro podemos verificar e sugerir novas especialidades. Catiane (CPU/SMAMUS) reforçou que a área ambiental é uma consultoria contratada pela E&Y, e que a necessidade de estudos/levantamentos específicos pode ser um indicativo da consultoria para futuras contratações do município.

Guilherme então iniciou a segunda apresentação da reunião, sobre o Grupo Temático Desenvolvimento Econômico, trazendo uma análise sobre a Estratégia de Promoção Econômica, a qual apresenta alguns estudos realizados antes da pandemia e que podem servir de exemplo para organização das informações dos grupos temáticos. Na apresentação constam informações da dinâmica realizada na reunião presencial do auditório da EPTC, considerando aquilo que foi discutido naquela tarde. Depois passa pela compilação das informações trazidas pelas secretarias e dos textos que constam no PDDUA e no Informe Complementar de 1996 (material disponível no drive Procempa - "Compilação 8ª Reunião GT-TO _ 09.22.pdf"). Segue com algumas informações sobre o "Guia para elaboração e revisão de planos diretores (2019)", relacionadas ao Tema 8 (T8 Desenvolvimento econômico), que inclui: mapeamentos que os municípios devem ter; levantamentos complementares; problemáticas apresentadas (P23, P24, P26, P27, P28) do desenv. econômico, (P49, P50, P51, P52) do desenv. econômico e turismo (P06, P25, P44, P45 e P46) do desenv. rural sustentável; e algumas estratégias propostas para dar conta das problemáticas. Depois mostra a leitura sobre o documento Informe Complementar 1996 (IC 1996), relacionado ao desenvolvimento econômico, que traz informações sobre conflitos e potencialidades projetuais desta temática. Passa pela comparação de três documentos (IC 1996, PDDUA 1999 e PDDUA 2010), mostrando as estratégias desses documentos, os instrumentos sugeridos e a leitura das problemáticas relacionadas às estratégias, já considerando, também, informações do Guia de 2019. Finaliza a apresentação com uma análise da leitura dos mapas e diagramas que constam nos três documentos anteriores

inclusive
(CGMU/S
agricultura
comentári
Guilherme
semana, r

**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

1999 e PDDUA 2010). Complementa que este trabalho apresentado pode e deve ser
agas, mas que talvez seja um bom exemplo do que poderia ser elaborado para cada grupo
(PAE) falou da importância do desenvolvimento econômico para cidade, e atualmente
n pouco empobrecida. Questiona como, através do Plano Diretor, podemos agir sobre esta
eriam outros instrumentos possíveis de serem utilizados no PD que ajudassem na estratégia

Estas apresentações servem para este objetivo. Tânia
voltadas ao turismo rural, Caminhos rurais, ecoturismo,
o desenvolvimento econômico. Merino (SMCEC) reforçou o
ratarmos e valorizarmos melhor as áreas rurais da cidade.
Merino para trazer um exemplo de discussão tida naquela
definições claras do que o município quer para o território

facilitaria a tomada de decisão do poder público. Fabiana (SMMU) trouxe uma visão sobre a mobilidade com
relação aos comentários dos três colegas que a antecederam.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

Vaneska (CPU/SMAMUS) pediu que Guilherme a atualizasse sobre o que havia sido discutido pois estava em
outra agenda antes de entrar na reunião. Guilherme fez um resumo do que foi discutido e aproveitou para
demonstrar para os colegas o conteúdo existente no drive Procempa
(<https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>). Guilherme comentou para Vaneska que os colegas
questionaram se a consultoria poderia fazer algum levantamento. Vaneska entende que levantamentos não estão
incluídos no escopo do trabalho, mas que pode ser verificada a necessidade de se realizar, futuramente,
determinados levantamentos para auxiliar a revisão do PD. Depois apresentou os documentos que estão no SEI
22.0.000086353-3: Portaria, IN, Registro e Atas das reuniões. Vaneska parabeniza pelos registros que estão
sendo realizados.

Antes de finalizar a reunião, Vaneska explicou o que entende como se dará o contato da consultoria com a
Coordenação Técnica e com os membros do GT.

Adriano (DMAE) compartilhou, via chat, um link com vídeo. <https://www.dw.com/pt-br/a-import%C3%A2ncia-do-vento-nas-cidades/video-62305296>

Liana (Procempa) comentou que irá entrar em contato diretamente com a coordenação do GT-TO para falarmos
sobre a pasta para compartilhamento de informações.



REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

ENCAMINHAMENTOS:

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Próxima sexta-feira, dia 14/10/2022, não haverá reunião do GT-TO;
2. Enviar convite para reunião do dia 17/10/2022, “**Encontro Presencial dos Grupos de Trabalho da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre**”, que acontecerá no Cinema Capitólio, Rua Demétrio Ribeiro nº 1085 | Centro Histórico;
3. Disponibilizar as gravações das últimas duas reuniões do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);
4. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 13ª reunião “**13ª Reunião GT-TO _ 07.10.22.pdf**”, Apresentação Grupo Temático Desenvolvimento Econômico “**Grupo Temático Desenvolvimento Econômico.pdf**” (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO);
5. Verificar com PROCempa possibilidade de termos um espaço no drive, com possibilidade dos membros inserirem documentos relativos aos eixos temáticos (legislações, estudos, documentos, etc.). Ainda em discussão...
6. Atualizar processo SEI 22.0.000086353-3 com o Registro da 13ª reunião e Ata (bloco de assinatura 132681);
7. Reforçado o convite para última exposição “**Diagnóstico POA 2030**”, no dia 08/10/2022, na sede da SMAMUS;
8. Atualizar o link da reunião e disponibilizar na descrição do grupo do WhatsApp os links: reduzido da reunião, para consulta e para o dashboard.

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)

SMAMUS

**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

	REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
EPTC	VÂNIA CRISTINA DE ABREU
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CE
	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	NELSON NEMO MARISCO
	ANDREZA SABALLA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
SMSEG	RODRIGO MEOTTI TENTARDINI
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
SMDET	ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
PROCEMPA	LIANA RIGON ROJAS LIMA
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	RENATA SAFFER
	KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
	MARCOS BERWANGER PROFES

SMAMUS

**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA**REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO**

GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ

SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO

ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH

SMAMUS | DEL

GIOVANA CRISTINA BERTOTTI

FLAVIA LUIZA REBELATO

SELMA RUBINA THOMAZ

CONVIDADOS:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silveira Castanheira, Chefe de Unidade**, em 14/10/2022, às 19:19, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Selma Rubina Thomaz, Técnico Responsável**, em 17/10/2022, às 09:14, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giovane Martins Vaz dos Santos, Coordenador(a)**, em 17/10/2022, às 11:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Valente Gaiesky, Arquiteto(a)**, em 21/10/2022, às 11:59, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Catiane Burghausen Cardoso, Chefe de Unidade**, em 24/10/2022, às 14:59, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Rita Weissheimer, Servidor Público**, em 26/10/2022, às 09:09, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Nemo Franchini Marisco, Procurador(a)-Geral Adjunto(a)**, em 31/10/2022, às 11:52, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Roberto Schwartz, Arquiteto(a)**, em 01/11/2022, às 11:09, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Hoppe Bonini, Arquiteto(a)**, em 08/11/2022, às 10:35, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giuliana Carneiro de França, Servidor Público**, em 09/11/2022, às 14:39, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gustavo de Los Santos Ferreira, Coordenador(a)**, em 16/11/2022, às 15:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Kruse, Servidor Público**, em 03/04/2023, às 13:57, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Merino de F. Xavier, Servidor Público**, em 03/07/2023, às 15:31, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Vieira da Silva, Chefe de Unidade**, em 05/04/2024, às 15:03, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **20838815** e o código CRC **F94588B3**.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 014/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
21/10/2022	Início: 14h Término: 16h16	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Contribuições dos membros do GT sobre o documento LTA e Proposta Consultoria juntamente a Diligência;
- Discussão dos grupos temáticos - Eixo Ambiente Natural;
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião dando boas vindas aos colegas que irão começar a participar das reuniões do GT e para os colegas da Diretoria de Licenciamento e Monitoramento Ambiental (DLMA/SMAMUS), que foram convidados durante a semana. Vanéska (CPU/SMAMUS) fez uma fala ratificando as boas vindas aos colegas de outras áreas, destacando a importância da multidisciplinaridade do GT. Guilherme apresentou os tópicos a serem tratados. Reforçou algumas informações sobre as contribuições dos membros do GT relativas ao TR LTA e a proposta apresentada pela consultoria (Ernest & Young), juntamente com a diligência solicitada. Sobre as atualizações, trouxe informações sobre o cronograma da revisão do Plano Diretor: relativo a etapas do processo, reuniões dos grupos de trabalho e exposições “Diagnóstico POA 2030”. Falou sobre a atualização das contratações das consultorias para Revisão do Plano Diretor e sobre as próximas ações. Após as atualizações, Guilherme abriu espaço para os colegas se manifestarem quanto às contribuições a LTA e Proposta Consultoria juntamente a Diligência. Agradeceu aos colegas que já enviaram as suas contribuições: SMMU, DPPS, DMLU e DMAE. Reforçou que as contribuições das secretarias sejam encaminhadas para o e-mail do GT-TO: gtto@portoalegre.rs.gov.br.

Não havendo manifestações quanto às contribuições, Guilherme então iniciou a segunda apresentação da reunião, sobre o Grupo Temático Ambiente Natural, trazendo uma análise sobre a Estratégia de Qualificação Ambiental, a qual apresenta alguns estudos realizados antes da pandemia e que podem servir de exemplo para organização das informações dos grupos temáticos. Na apresentação constam informações da dinâmica realizada na reunião presencial do auditório da EPTC, considerando aquilo que foi discutido naquela tarde. Depois passa pela compilação das informações trazidas pelas secretarias e dos textos que constam no PDDUA e no Informe Complementar de 1996 (material disponível no drive Procempa - “Compilação 8ª Reunião GT-TO _ 09.22.pdf”). Segue com algumas informações sobre o “Guia para elaboração e revisão de planos diretores (2019)”, relacionadas ao Tema 5 (T5 Qualidade urbana e ambiental), Tema 10 (T10 Meio ambiente), Tema 11 (T11 Saneamento ambiental) e Tema 16 (T16 Áreas de risco à vida) que inclui: mapeamentos que os municípios devem ter; levantamentos básicos e levantamentos complementares, sugerindo as escalas e o que deve ser identificado. Antes de entrar nas problemáticas a colega Eleonora (GI/GP) fez um questionamento, trazendo suas preocupações a uma necessária compatibilização de conceitos que são diferentes no atual plano diretor e no código florestal, por exemplo. Conceitos de topo de morro são um dos exemplos contestados. Eleonora pergunta se o município irá fazer os levantamentos apresentados. Guilherme responde dizendo que o “Guia para elaboração e revisão de planos diretores (2019)” sugere os mapeamentos e levantamentos que os municípios devem ter para iniciar as análises e identificação de problemáticas. Com relação aos conceitos, Guilherme comenta que quando convidou os colegas da DLMA para participar da reunião já fizeram um pequeno debate sobre a necessidade de atualização de conceitos e compatibilização de legislações. Janine, engenheira agrônoma (EOUS/DLMA), aproveitou as colocações da Eleonora e perguntou se seria possível incluir no PD o conceito de APP de Topo de Morro, pois comenta que atualmente não existe este conceito. Guilherme responde que sim e comenta que dentro da estrutura da Ernest & Young (EY) terá uma consultoria especialista em questões ambientais. Aproveita para solicitar aos colegas que encaminhem suas contribuições, sugestões, dúvidas para o e-mail do GT-TO: gtto@portoalegre.rs.gov.br. Daniela (CPU/SMAMUS) contribui para o debate comentando que no PDDUA já existem alguns conceitos soltos no texto e que entende que seria possível incluir o de APP de Topo de Morro. Karla (DLMA/SMAMUS) traz sua contribuição ao tema comentando

que já existe consultoria contratada pela SMAMUS para fazer mapeamento das áreas de preservação permanente do município. Que o trabalho está sendo desenvolvido mas empacou justamente nas questões dos conceitos, em virtude da mudança da legislação (novo código florestal) e de pareceres revogados da PGM. Que estão passando por problemas de não saberem qual legislação seguir, e fala que aguarda retorno da assessoria jurídica para dar seguimento ao mapeamento das áreas de preservação permanente. Luiz Merino (SMCEC) fala da percepção que na legislação municipal não tenha que apenas mencionar o que está nas legislações estaduais e federais, pois não sendo divergente ou contraditório, pode se fazer normas, inclusive, mais restritivas que sejam do interesse do município. Janine (EOUS/DLMA) concorda com o Merino (SMCEC) e diz que esta é a posição técnica da equipe. Após as colocações anteriores, o colega João Roberto (DLMA) comenta sobre os planos diretores anteriores, e que nesta revisão deverá se tomar atenção para atualizações de estratégias e conceitos, considerando as normas legais. Daniela (CPU/SMAMUS) pergunta quando serão entregues os levantamentos. Karla (DLMA/SMAMUS) responde dizendo que a previsão era para final de 2022, mas em virtude dos problemas comentados anteriormente o prazo passou para fevereiro de 2023. Aproveita para convidar os colegas da DPU para uma apresentação prévia dos resultados preliminares do diagnóstico das áreas de mata atlântica, para dar conhecimento ao que já foi feito até agora. Esta apresentação deverá ocorrer ainda em novembro deste ano. O diagnóstico já identificou as áreas com maiores restrições à ocupação urbana. Eleonora (GI/GP) fez uma manifestação com relação a um parecer da PGM, de 2015, que tenta resolver conflitos entre normas, exemplificando a área da Av. Ipiranga. Falou sobre a necessidade de compatibilizar as linguagens (normas federais, estaduais e municipais) e depois estabelecer normas municipais que atendam ao interesse da nossa região, do nosso território.

Com relação às problemáticas, Guilherme apresentou-as de forma individualizada conforme os temas do Guia de 2019. Iniciou pelas problemáticas do Tema 5 - Qualidade urbana e ambiental (P15, P16, P17), com identificação de algumas estratégias propostas para dar conta das problemáticas e suas correlações com os Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). Para o Tema 10 - Meio ambiente, apresentou as problemáticas (P34, P35, P36, P37, P38), com identificação de algumas estratégias propostas para dar conta das problemáticas e suas correlações com os ODS. Com relação ao Tema 11 - Saneamento ambiental, apresentou as problemáticas (P39, P40, P41), com identificação de algumas estratégias propostas para dar conta das problemáticas e suas correlações com os ODS. Por último, para o Tema 16 - Áreas de risco a vida, apresentou as problemáticas (P29, P53), com identificação de algumas estratégias propostas para dar conta das problemáticas e suas correlações com os ODS. Antes de mostrar os conflitos e potencialidades, a colega Deri (EAPIS/DLMA) comentou a identificação de atividades de prestação de serviço e industriais que têm conflito com a vizinhança. Pergunta como a revisão do PD irá tratar este tipo de conflito, como se darão as compatibilidades. Vaneska (CPU/SMAMUS) comenta que já havia conversado com a colega sobre este assunto e está ciente destes conflitos. Falou que este tipo de conflito irá aparecer tanto nas questões do meio ambiente (compatibilidade de atividades) como na de desempenho (regime urbanístico e normativas de ocupação do solo), e que uma alternativa seria deixar esses assuntos bem claros na lei, compreendendo aquilo que se quer e o que será melhor para a cidade/região. Acrescentou na discussão que o eixo de gestão também é de suma importância para podermos entender melhor as competências de cada setor. Daniela (SMDDET) comentou que os enfrentados pela Deri no licenciamento ambiental são os mesmos que ela enfrenta na Sala do Empreendedor, ou seja, atividades instaladas em regiões que prenderam um pouco da sua característica original, que tem atividades estabelecidas a muitos anos, e que não conseguem licenciar pela existência deste conflito. João Roberto (DLMA) comenta sobre as estratégias do PD, que se optou por um plano estratégico, justamente por reconhecer a existência de diferentes realidades e atuar estrategicamente a partir daquela realidade. O conjunto de legislações (federais, estaduais, municipais) impõem restrições quase que insuperáveis. No entanto, por ser estratégico, o PD dá condições de dialogar soluções para diferentes situações. Daniela Senff, engenheira química (EAPIS/DLMA) comenta sobre as falas anteriores, da Déri e da Daniela, porque é uma preocupação diária da equipe, pelo recebimento de reclamações e denúncias da comunidade em decorrência de emissões atmosféricas (odores e fumaças). Estão cientes do desejo de flexibilização de atividades, para que empreendedores possam se instalar em diferentes regiões, só que suas experiências é de que quando vão aos locais para tratar das denúncias percebem que, para estes mesmos empreendedores, fica inviável economicamente ele tratar da remediação dos impactos por eles causados.

Após o debate, Guilherme continua a apresentação mostrando uma leitura sobre o documento Informe Complementar 1996 (IC 1996), relacionado ao ambiente natural, que traz informações sobre conflitos e potencialidades projetuais desta temática. Passa pela comparação de três documentos (IC 1996, PDDUA 1999 e PDDUA 2010), mostrando as estratégias desses documentos, os instrumentos sugeridos e a leitura das problemáticas relacionadas às estratégias, já considerando, também, informações do Guia de 2019. Finaliza a apresentação com uma análise da leitura dos mapas e diagramas que constam nos três documentos anteriores (IC 1996, PDDUA 1999 e PDDUA 2010). Complementa que este trabalho apresentado pode e deve ser atualizado pelos colegas, mas que

talvez seja um bom exemplo do que poderia ser elaborado para cada grupo temático. Após finalizar a apresentação e antes dos encaminhamentos, foi disponibilizado espaço para manifestações. Guilherme Miranda (CTAAPS/SMAMUS) falou sobre assunto que tem sido frequente nas reuniões da comissão, da representação parte ambiental, pois tem muitos conflitos de regiões de Porto Alegre que possuem regime urbanístico com previsão de ocupação em áreas de inundação, de APP que não estão gravadas, áreas que realmente possuem restrições de ocupações que não estão previstas. Questiona como serão feitos os encaminhamentos para cruzamento de informações, ou como a DPU pensa em resolver estas áreas que possuem regime urbanístico mas que sabemos que não tem condições de serem ocupadas. Falou sobre áreas da cidade sem proteção contra cheias, e com possibilidade de ocupação, trazendo uma preocupação de insegurança jurídica. Guilherme responde que com a chegada da consultoria (EY) poderemos tratar destes assuntos de uma forma mais concertada.

Giulianna (DMLU) pergunta se o DMLU foi tirado do PD ou ele somente aparecia no plano setorial. Vaneska (CPU/SMAMUS) comenta que deve ser incorporado. Arceu (DMLU) falou que em reuniões anteriores foi dito que o plano regra muito os espaços privados e pouco os espaços públicos. Entende que deva vir desta revisão do PD mais definições sobre como planejar os espaços públicos. Que os planos setoriais devam falar a mesma linguagem do PD. Vaneska (CPU/SMAMUS) falou de entendermos como os planos setoriais podem se conectar melhor com as definições do PD. Daniela (CPU/SMAMUS) aproveitou para esclarecer a Giulianna o porquê do DMLU não ter sido contemplado no plano de 99.

ENCAMINHAMENTOS:

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Próxima sexta-feira, dia 28/10/2022, poderá haver reunião do GT-TO, mas será confirmado durante a semana;
2. Enviar convite para o “1º Seminário POA 2030”, que acontecerá no dia 11/11/2022 no Teatro da Unisinos;
3. Enviar convite para o “Seminário Mobilidade +Ativa”, que acontecerá no dia 03/11/2022 no Teatro da Unisinos;
4. Disponibilizar as gravações das últimas duas reuniões do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);
5. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 14ª reunião “14ª Reunião GT-TO _ 21.10.22.pdf”, Apresentação Grupo Temático Ambiente Natural “Grupo Temático Ambiente Natural.pdf” (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO);
6. Será encaminhado e-mail para os colegas da DLMA com as apresentações de hoje;
7. Atualizar processo SEI 22.0.000086353-3 com o Registro da 14ª reunião e Ata (bloco de assinatura 132681);
8. Reforçado o convite aos colegas da DLMA participarem das reuniões do GT-TO, enviando sua manifestação para o e-mail do GT-TO: gtto@portoalegre.rs.gov.br.
9. Agradecimento especial aos colegas que participaram do 1º Encontro Presencial dos Grupos de Trabalho da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre.

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFJKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
DEMHAB/SMHARF	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
EPTC	VÂNIA CRISTINA DE ABREU

SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
SMOI	LUCIANO CÉ
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	TATIANA RITA WEISSHEIMER
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
SMDET	ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	RENATA SAFFER
	KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
	KARLA FERNANDA FAILLACE
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
SMAMUS DPPS	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	LÍGIA SARAIVA SOARES UPU/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE FERNANDES UEU/CPU
SMAMUS DPU	MARIA PAULA UEU/CPU
SMAMUS DPU	LUIZA MORON UPE/CPU
SMAMUS DPU	VERÔNICA MEDINA UPE/CPU
SMAMUS DPU	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS UPE/CPU
SMAMUS DAV	ALESSANDRA CPOAV/SMAMUS
SMAMUS DAV	NAIANA JOHN CPOAV/SMAMUS
SMAMUS DAV	VALÉRIA CPOAV/SMAMUS
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
SMDET	DANIELA ALVES MACHADO BRAGA SE/SMDET
SMAMUS DLMA	ANGELICE ZAMBONI DLMA/SMAMUS

SMAMUS DLMA	DANIELA SENFF EAPIS/DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	DÉRI EAPIS/DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	JANINE V EOUS/DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	JOÃO ROBERTO MEIRA EOUS/DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	LUIS FELIPE DORNELES EOUS/DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	SÉRGIO MOURA EOUS/DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	LISANDRO DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	ROSANA FRANCO DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	SIMONE BERRES DLMA/SMAMUS
GI GP	ELEONORA BRAZ SERRALTA Gabinete de Inovação

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO - CPU/SMAMUS
ATA Nº 014/2022



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 014/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO		LOCAL
21/10/2022	Início: 14h	Término: 16h16	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Contribuições dos membros do GT sobre o documento LTA e Proposta Consultoria juntamente a Diligência;
- Discussão dos grupos temáticos - Eixo Ambiente Natural;
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião dando boas vindas aos colegas que irão começar a participar das reuniões do GT e para os colegas da Diretoria de Licenciamento e Monitoramento Ambiental (DLMA/SMAMUS), que foram convidados durante a semana. Vaneska (CPU/SMAMUS) fez uma fala ratificando as boas vindas aos colegas de outras áreas, destacando a importância da multidisciplinaridade do GT. Guilherme apresentou os tópicos a serem tratados. Reforçou algumas informações sobre as contribuições dos membros do GT relativas ao TR LTA e a proposta apresentada pela consultoria (Ernest & Young), juntamente com a diligência solicitada. Sobre as atualizações, trouxe informações sobre o cronograma da revisão do Plano Diretor: relativo a etapas do processo, reuniões dos grupos de trabalho e exposições "Diagnóstico POA 2030". Falou sobre a atualização das contratações das consultorias para Revisão do Plano Diretor e sobre as próximas ações. Após as atualizações, Guilherme abriu espaço para os colegas se manifestarem quanto às contribuições a LTA e Proposta Consultoria juntamente a Diligência. Agradeceu aos colegas que já enviaram as suas contribuições: SMMU, DPPS, DMLU e DMAE. Reforçou que as contribuições das secretarias sejam encaminhadas para o e-mail do GT-TO: gto@portoalegre.rs.gov.br.

Depois pa
no Inform
09.22.pdf"
(2019)", re
(T11 Sane
devem tei



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

festações quanto às contribuições, Guilherme então iniciou a segunda apresentação da upo Temático Ambiente Natural, trazendo uma análise sobre a Estratégia de Qualificação apresenta alguns estudos realizados antes da pandemia e que podem servir de exemplo para formações dos grupos temáticos. Na apresentação constam informações da dinâmica o presencial do auditório da EPTC, considerando aquilo que foi discutido naquela tarde.

das pelas secretarias e dos textos que constam no PDDUA e ível no drive Procempa - "Compilação 8ª Reunião GT-TO _ re o "Guia para elaboração e revisão de planos diretores ana e ambiental), Tema 10 (T10 Meio ambiente), Tema 11 de risco à vida) que inclui: mapeamentos que os municípios ; complementares, sugerindo as escalas e o que deve ser

identificado. Antes de entrar nas problemáticas a colega Eleonora (GI/GP) fez um questionamento, trazendo suas

preocupações a uma necessária compatibilização de conceitos que são diferentes no atual plano diretor e no código florestal, por exemplo. Conceitos de topo de morro são um dos exemplos contestados. Eleonora pergunta

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

se o município irá fazer os levantamentos apresentados. Guilherme responde dizendo que o "Guia para elaboração e revisão de planos diretores (2019)" sugere os mapeamentos e levantamentos que os municípios devem ter para iniciar as análises e identificação de problemáticas. Com relação aos conceitos, Guilherme comenta que quando convidou os colegas da DLMA para participar da reunião já fizeram um pequeno debate sobre a necessidade de atualização de conceitos e compatibilização de legislações. Janine, engenheira agrônoma (EOUS/DLMA), aproveitou as colocações da Eleonora e perguntou se seria possível incluir no PD o conceito de APP de Topo de Morro, pois comenta que atualmente não existe este conceito. Guilherme responde que sim e comenta que dentro da estrutura da Ernest & Young (EY) terá uma consultoria especialista em questões ambientais. Aproveita para solicitar aos colegas que encaminhem suas contribuições, sugestões, dúvidas para o e-mail do GT-TO: gtto@portoalegre.rs.gov.br. Daniela (CPU/SMAMUS) contribui para o debate comentando que no PDDUA já existem alguns conceitos soltos no texto e que entende que seria possível incluir o de APP de Topo de Morro. Karla (DLMA/SMAMUS) traz sua contribuição ao tema comentando que já existe consultoria contratada pela SMAMUS para fazer mapeamento das áreas de preservação permanente do município. Que o trabalho está sendo desenvolvido mas empacou justamente nas questões dos conceitos, em virtude da mudança da legislação (novo código florestal) e de pareceres revogados da PGM. Que estão passando por problemas de não saberem qual legislação seguir, e fala que aguarda retorno da assessoria jurídica para dar seguimento ao mapeamento das áreas de preservação permanente. Luiz Merino (SMCEC) fala da percepção que na legislação municipal não tenha que apenas mencionar o que está nas legislações estaduais e federais, pois não sendo divergente ou contraditório, pode se fazer normas, inclusive, mais restritivas que sejam do interesse do município. Janine (EOUS/DLMA) concorda com o Merino (SMCEC) e diz que esta é a posição técnica da equipe. Após as colocações anteriores, o colega João Roberto (DLMA) comenta sobre os planos diretores anteriores, e que nesta revisão deverá se tomar atenção para atualizações de estratégias e conceitos, considerando as normas legais. Daniela (CPU/SMAMUS) pergunta quando serão entregues os levantamentos. Karla (DLMA/SMAMUS) responde dizendo que a previsão era para final de 2022, mas em virtude dos problemas comentados anteriormente o prazo passou para fevereiro de 2023. Aproveita para convidar os colegas da DPU para uma apresentação prévia dos resultados preliminares do diagnóstico das áreas de mata atlântica, para dar conhecimento ao que já foi feito até agora. Esta apresentação deverá ocorrer ainda em novembro deste ano. O diagnóstico já identificou as áreas com maiores restrições à ocupação urbana. Eleonora (GI/GP) fez uma manifestação com relação a um parecer da PGM, de 2015, que tenta resolver conflitos entre normas, exemplificando a área da Av. Ipiranga. Falou sobre a necessidade de compatibilizar as linguagens (normas federais, estaduais e municipais) e depois estabelecer normas municipais que atendam ao interesse da nossa região, do nosso território.

Com relação às problemáticas, Guilherme apresentou-as de forma individualizada conforme os temas do Guia de 2019. Iniciou pelas problemáticas do Tema 5 - Qualidade urbana e ambiental (P15, P16, P17), com identificação de algumas estratégias propostas para dar conta das problemáticas e suas correlações com os Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). Para o Tema 10 - Meio ambiente, apresentou as problemáticas (P34, P35, P36, P37, P38), com identificação de algumas estratégias propostas para dar conta das problemáticas e suas correlações com os ODS. Com relação ao Tema 11 - Saneamento ambiental, apresentou as problemáticas (P39,

(CPU/SM/

conflitos. I

atividades

alternativa

melhor pa

para pode



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

ntificação de algumas estratégias propostas para dar conta das problemáticas e suas ODS. Por último, para o Tema 16 - Áreas de risco a vida, apresentou as problemáticas (P29, ção de algumas estratégias propostas para dar conta das problemáticas e suas correlações s de mostrar os conflitos e potencialidades, a colega Deri (EAPIS/DLMA) comentou a idades de prestação de serviço e industriais que têm conflito com a vizinhança. Pergunta

o com a colega sobre este assunto e está ciente destes r tanto nas questões do meio ambiente (compatibilidade de anístico e normativas de ocupação do solo), e que uma i na lei, compreendendo aquilo que se quer e o que será ssão que o eixo de gestão também é de suma importância cada setor. Daniela (SMDET) comentou que os enfrentados

pela Deri no licenciamento ambiental são os mesmos que ela enfrenta na Sala do Empreendedor, ou seja, atividades instaladas em regiões que perderam um pouco da sua característica original, que tem atividades

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

estabelecidas a muitos anos, e que não conseguem licenciar pela existência deste conflito. João Roberto (DLMA) comenta sobre as estratégias do PD, que se optou por um plano estratégico, justamente por reconhecer a existência de diferentes realidades e atuar estrategicamente a partir daquela realidade. O conjunto de legislações (federais, estaduais, municipais) impõem restrições quase que insuperáveis. No entanto, por ser estratégico, o PD dá condições de dialogar soluções para diferentes situações. Daniela Senff, engenheira química (EAPIS/DLMA) comenta sobre as falas anteriores, da Déri e da Daniela, porque é uma preocupação diária da equipe, pelo recebimento de reclamações e denúncias da comunidade em decorrência de emissões atmosféricas (odores e fumaças). Estão cientes do desejo de flexibilização de atividades, para que empreendedores possam se instalar em diferentes regiões, só que suas experiências é de que quando vão aos locais para tratar das denúncias percebem que, para estes mesmos empreendedores, fica inviável economicamente ele tratar da remediação dos impactos por eles causados.

Após o debate, Guilherme continua a apresentação mostrando uma leitura sobre o documento Informe Complementar 1996 (IC 1996), relacionado ao ambiente natural, que traz informações sobre conflitos e potencialidades projetuais desta temática. Passa pela comparação de três documentos (IC 1996, PDDUA 1999 e PDDUA 2010), mostrando as estratégias desses documentos, os instrumentos sugeridos e a leitura das problemáticas relacionadas às estratégias, já considerando, também, informações do Guia de 2019. Finaliza a apresentação com uma análise da leitura dos mapas e diagramas que constam nos três documentos anteriores (IC 1996, PDDUA 1999 e PDDUA 2010). Complementa que este trabalho apresentado pode e deve ser atualizado pelos colegas, mas que talvez seja um bom exemplo do que poderia ser elaborado para cada grupo temático. Após finalizar a apresentação e antes dos encaminhamentos, foi disponibilizado espaço para manifestações. Guilherme Miranda (CTAAPS/SMAMUS) falou sobre assunto que tem sido frequente nas reuniões da comissão, da representação parte ambiental, pois tem muitos conflitos de regiões de Porto Alegre que possuem regime urbanístico com previsão de ocupação em áreas de inundação, de APP que não estão gravadas, áreas que realmente possuem restrições de ocupações que não estão previstas. Questiona como serão feitos os encaminhamentos para cruzamento de informações, ou como a DPU pensa em resolver estas áreas que possuem regime urbanístico mas que sabemos que não tem condições de serem ocupadas. Falou sobre áreas da cidade sem proteção contra cheias, e com possibilidade de ocupação, trazendo uma preocupação de insegurança jurídica. Guilherme responde que com a chegada da consultoria (EY) poderemos tratar destes assuntos de uma forma mais concertada.

Giulianna (DMLU) pergunta se o DMLU foi tirado do PD ou ele somente aparecia no plano setorial. Vaneska (CPU/SMAMUS) comenta que deve ser incorporado. Arceu (DMLU) falou que em reuniões anteriores foi dito que o plano regra muito os espaços privados e pouco os espaços públicos. Entende que deva vir desta revisão do PD mais definições sobre como planejar os espaços públicos. Que os planos setoriais devam falar a mesma linguagem do PD. Vaneska (CPU/SMAMUS) falou de entendermos como os planos setoriais podem se conectar melhor com as definições do PD. Daniela (CPU/SMAMUS) aproveitou para esclarecer a Giulianna o porquê do DMLU não ter sido contemplado no plano de 99.

**REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO****ENCAMINHAMENTOS:**

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Próxima sexta-feira, dia 28/10/2022, poderá haver reunião do GT-TO, mas será confirmado durante a semana;
2. Enviar convite para o “**1º Seminário POA 2030**”, que acontecerá no dia 11/11/2022 no Teatro da Unisinos;
3. Enviar convite para o “**Seminário Mobilidade +Ativa**”, que acontecerá no dia 03/11/2022 no Teatro da Unisinos;
4. Disponibilizar as gravações das últimas duas reuniões do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);
5. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 14ª reunião “**14ª Reunião GT-TO _ 21.10.22.pdf**”, Apresentação Grupo Temático Ambiente Natural “**Grupo Temático Ambiente Natural.pdf**” (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO);
6. Será encaminhado e-mail para os colegas da DLMA com as apresentações de hoje;
7. Atualizar processo **SEI 22.0.000086353-3** com o Registro da 14ª reunião e Ata (bloco de assinatura 132681);
8. Reforçado o convite aos colegas da DLMA participarem das reuniões do GT-TO, enviando sua manifestação para o e-mail do GT-TO: gtto@portoalegre.rs.gov.br;
9. Agradecimento especial aos colegas que participaram do 1º Encontro Presencial dos Grupos de Trabalho da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre.

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procapa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:**ÓRGÃO | SECRETARIA****NOME**

VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)

SMAMUS

**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA**REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO**

GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)

DEM HAB/SMHARF

ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA

SMMU

FABIANA KRUSE

ANA PAULA HOPPE BONINI

EPTC

VÂNIA CRISTINA DE ABREU

SMCEC

LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER

SMOI

LUCIANO CE

SMPAE

LUCIA DE BORBA MACIEL

PGM

ANDREZA SABALLA

SMED

TATIANA RITA WEISSHEIMER

SMF

FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER

SMS

LUCIANA VALENTE GAIESKY

JOÃO MARCELO LOPES FONSECA

FASC

ADEMIR ANTONIO MARIA

SMDET

ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF

DMLU

ARCEU BANDEIRA RODRIGUES

GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA

DMAE

ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER

PROCEMPA

LIANA RIGON ROJAS LIMA

SMAMUS | DPU

TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES

DANIELA VIEIRA DA SILVA

GISELE COELHO VARGAS

PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE

RENATA SAFFER

KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO

TIAGO RUTSATZ SALOMONI

SMAMUS | DLMA

PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM

KARLA FERNANDA FAILLACE

MARCOS BERWANGER PROFES

GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ

VERÔNICA RIFFEL



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

SMAMUS



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

PRISCILA HUNING SPOHR

SMAMUS | DEL

SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO

ELIANA BRIDI

ADRIANO TEDESCO ROSSETTO

COSME DE ASSIS DA SILVA

FLAVIA LUIZA REBELATO

SELMA RUBINA THOMAZ

SMAMUS | DPPS

ROVANA REALE BORTOLINI

CONVIDADOS:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	LÍGIA SARAIVA SOARES UPU/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE FERNANDES UEU/CPU
SMAMUS DPU	MARIA PAULA UEU/CPU
SMAMUS DPU	LUIZA MORON UPE/CPU
SMAMUS DPU	VERÔNICA MEDINA UPE/CPU
SMAMUS DPU	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS UPE/CPU
SMAMUS DAV	ALESSANDRA CPOAV/SMAMUS
SMAMUS DAV	NAIANA JOHN CPOAV/SMAMUS
SMAMUS DAV	VALÉRIA CPOAV/SMAMUS
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
SMDET	DANIELA ALVES MACHADO BRAGA SE/SMDET
SMAMUS DLMA	ANGELICE ZAMBONI DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	DANIELA SENFF EAPIS/DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	DÉRI EAPIS/DLMA/SMAMUS

**REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO**

SMAMUS DLMA	JANINE V EOUS/DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	JOÃO ROBERTO MEIRA EOUS/DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	LUIS FELIPE DORNELES EOUS/DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	SÉRGIO MOURA EOUS/DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	LISANDRO DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	ROSANA FRANCO DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	SIMONE BERRES DLMA/SMAMUS
GI GP	ELEONORA BRAZ SERRALTA Gabinete de Inovação



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silveira Castanheira, Chefe de Unidade**, em 07/11/2022, às 17:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Selma Rubina Thomaz, Técnico Responsável**, em 07/11/2022, às 20:18, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giuliana Carneiro de França, Servidor Público**, em 08/11/2022, às 08:55, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gláucia Elen Ribeiro Cazarré, Técnico Responsável**, em 08/11/2022, às 09:58, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Hoppe Bonini, Arquiteto(a)**, em 08/11/2022, às 10:37, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Rita Weissheimer, Servidor Público**, em 08/11/2022, às 16:18, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Merino de F. Xavier**, **Servidor Público**, em 09/11/2022, às 10:28, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Valente Giesky**, **Arquiteto(a)**, em 10/11/2022, às 15:53, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gustavo de Los Santos Ferreira**, **Coordenador(a)**, em 16/11/2022, às 15:14, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Berwanger Profes**, **Chefe de Unidade**, em 22/11/2022, às 17:00, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Roberto Schwartzer**, **Arquiteto(a)**, em 02/12/2022, às 11:38, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Arceu Bandeira Rodrigues**, **Diretor(a)**, em 29/12/2022, às 12:01, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Kruse**, **Servidor Público**, em 03/04/2023, às 13:57, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Vieira da Silva**, **Chefe de Unidade**, em 05/04/2024, às 15:03, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **21140748** e o código CRC **8AA44E8D**.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 015/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
04/11/2022	Início: 14h Término: 15h55	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Discussão dos Grupos temáticos;
- Apresentação **Eixo Temático Desenvolvimento Social e Cultural**.
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião dando boas vindas aos colegas e iniciando a gravação.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) cumprimenta os colegas e abre a reunião informando a pauta do dia, atualizações e informações gerais, relato de eventos que aconteceram nas últimas semanas e apresentação do Eixo Temático Desenvolvimento Social e Cultural no mesmo formato das apresentadas anteriormente. Inicia a apresentação da pauta com as informações gerais, lembrando as etapas do projeto e eventos realizados, com exposição realizada no início da semana no Colégio Concórdia (RGP2), informação do cronograma da revisão, com a primeira reunião do GT-CT expandida com as demais entidades após a apresentação na Cinemateca Capitólio. Quanto às contratações, a LTA teve início da contratação em 28/10, aguardando assinaturas digitais que estão em tramitação. Com relação às próximas ações, cita a Feira do Livro na próxima semana, na Orla sem data definida e do 1º Seminário POA 2030 a se realizar na próxima sexta-feira, Conferência do Meio Ambiente na outra semana, além de demais eventos previstos.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) reforça a importância da participação de todos no Seminário, com a participação de colegas que participaram em outras revisões e da consultoria Ernest Young.

Arq. Patrícia (DPU/SMAMUS) será um primeiro seminário para início dos debates, e reforça o convite a todos.

Liana (PROCEMPA) solicita relato sobre a empresa de Tecnologia da Informação.

Matheus ((DPU/SMAMUS) informa que estão entrando em contato com todas as secretarias que responderam aos questionários encaminhados pela empresa Terrena Tech, como se fosse um inventário, fase de levantamento de sistemas que utilizam Geo, e de que maneira, para mapear o máximo e fazer um levantamento sobre os dados de relevância para a revisão do PD. Estão sendo realizadas agendas semanais, todas às quartas-feiras com as secretarias, a próxima sendo a Procempa. Eng. Tiago (CGIU/SMAMUS) complementa que estão faltando Dmae e Demhab que ainda não fizeram as apresentações, Dmae está fazendo um levantamento mais detalhado pois possui muitos sistemas. Eng. Tânia (CGMU/SMAMUS) complementa que o Produto 1 será um Plano de Projeto Global de Infraestrutura de Dados Espaciais, visando o suporte ao planejamento urbano, em forma de relatório. Matheus ((DPU/SMAMUS) fala da importância de encadear esses produtos com a LTA. Liana questiona quem da PROCEMPA irá apresentar, ao que Matheus informa que serão Sílvia Barbas e Casagrande.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) agradece pelas informações e solicita à Arq. Fabiana (SMMU) para iniciar o relato sobre o Seminário Mobilidade +Ativa, realizado no dia anterior. Fabiana inicia agradecendo a todos que participaram do Seminário, incluindo os palestrantes de outras cidades e entidades/instituições que trouxeram suas contribuições sobre a dinâmica econômica da área da bicicleta. Há necessidade de ampliação da malha cicloviária na cidade, que é desconexa, realizar conexões intermodais, principalmente com o transporte coletivo, a ser revisto no PDCI (Plano Diretor Cicloviário) de como fazer as integrações nos terminais. Importante estabelecer dentro das aprovações dos projetos especiais/de impacto, o projeto cicloviário. Será iniciada a revisão do PDCI com contratação através de Termo de Referência, nova rodada de conversa com hospitais, instituições de ensino e demais setores da sociedade. Será realizada contagem. Disponibilizará as apresentações assim que as tiver. Arq. Guilherme destaca a apresentação

do colega de Florianópolis, que trouxe um conectividade grande com a cidade, desenvolvimento de produtos como manuais de desenho de calçada e ciclovias, conexão com a revisão do plano diretor de lá, além de demais exemplos apresentados, como um espaço de Recife que foi tratado com urbanismo tático. Arq. Fabiana reforça que independente do tamanho da cidade, as conexões são muito similares e podem ser adaptadas para a nossa realidade; vale a pena o investimento nos modais ativos e na acessibilidade dos passeios públicos.

Arq. Daniela (CPU/SMAMUS) apresentou um relato sobre o I Fórum Estadual Municípios Lixo Zero, que ocorreu em 27/10 na Assembleia Legislativa do Estado e citou alguns cases sobre reciclagem, compostagem, redução de resíduo para aterros e sua redução e geração de renda e resgate social. Citou os projetos da Ambividro sobre reciclagem e doação para bancos de leite materno, empresas de reciclagem, de gestão de resíduos e soluções ambientais, aproveitamento de resíduos plásticos, além de entidades envolvidas com a reciclagem de resíduos, com destaque para o caso do Centro da Vila Pinto em Porto Alegre. Também citou projetos de geração de renda a partir dos resíduos, além do projeto “Pila Verde” de Lajeado, onde a cada 5kg de lixo entregue (vira adubo) equivale a 1 Pila que pode ser utilizado nas feiras locais. A SEMA apresentou as políticas para gestão de resíduos no Estado, assim como a UFRGS mostrou seu projeto, entre outros apresentados.

Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) inicia a apresentação do Eixo Temático Desenvolvimento Social e Cultural dentro da metodologia já apresentada anteriormente, retomando a discussão realizada na dinâmica presencial no auditório da EPTC em 02/09/22 sobre os temas apresentados. Apresenta a Estratégia de Produção da Cidade, reforçando que não há tema específico no PDDUA que abranja a questão social. Em seguida detalha os Programas previstos, sendo eles: Programa de Projetos Especiais, de Habitação de Interesse Social, de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano, de Incentivos à Habitação para Baixa e Média Renda e de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do Centro Histórico. Arq. Daniela continua a apresentação com os temas do Guia para Elaboração Revisão de Planos Diretores identificados como pertencentes ao eixo, iniciando pela parte de mapeamento geral e dados necessários. A seguir passa pela apresentação dos temas: Habitação, Segurança, Patrimônio Histórico, Equipamentos Públicos e Gestão Democrática e Participação Popular, com as indicações específicas de mapeamento e problemáticas por tema, assim como as estratégias envolvidas em cada problemática e os ODS relacionados. Arq. Catiane continua a apresentação demonstrando os conflitos e potencialidades projetuais de produção da cidade, onde se identificam situações problemáticas na cidade e o tipo de conflito existente em termos de valorização (baixo, médio e alto), além de potencialidades também identificadas. Em seguida é apresentado o resultado de um cruzamento entre a estratégia com base no Informe Complementar de 1996, PDDUA de 1999 e 2010 e os temas e problemáticas apontadas no Guia. Por fim, apresenta uma análise dos mapas da estratégia constantes no PDDUA, onde o mapa da Política Habitacional/ Programa de Habitação de Interesse Social não apresentou alterações significativas de 1996 a 2010, no entanto no IC de 1996 havia um Mapa da Produção Informal da Cidade, com a localização de assentamentos irregulares, que é citado no PDDUA mas não consta como Anexo.

Arq. Guilherme relata a dificuldade do mapeamento das AEIS junto com a Arq. Gládis Weissheimer quando da reestruturação da antiga SMURB junto à Coordenação de Geoprocessamento na época, por problemas nas Leis de instituição quanto à descrição. Arq. Daniela lembra que em razão da Lei do Programa Minha Casa Minha Vida houve uma banalização na instituição de AEIS, muitas não estão mapeadas há necessidade de serem revistas.

Arq. Vaneska fala sobre os mapeamentos no Guia, que muitas vezes excedem ao que está previsto na contratação da revisão, mas que são importantes para o incremento de informações ao longo do tempo e construção de uma base conjunta para fins de planejamento. Arq. Catiane fala da importância da consultoria do Geo para todos os mapeamentos e respostas necessárias para a revisão. Arq. Vaneska ressalta que o primeiro passo é ter os dados, depois desenvolver a inteligência para a leitura. Eng. Tânia ressalta que cada dado deve sofrer uma modelagem para atender à expectativa do que se quer como resultado, existem muitos dados mas muitos sistemas diferentes, e há dificuldade na extração desses dados. Fala da necessidade de dados fidedignos para se planejar sobre uma cidade real, além do projeto de Geo corporativo para todos os órgãos da cidade além de disponibilizar para os cidadãos.

Arq. Guilherme abre a palavra para os participantes e relembra que as apresentações não estão finalizadas, e sim serão trabalhadas depois nos grupos específicos de cada tema.

ENCAMINHAMENTOS:

Arq. Vaneska compartilhou o folder do Seminário e a estrutura do mesmo, assim como as apresentações previstas.

Arq. Guilherme encerra a reunião reforçando o convite para o Seminário e Conferência do Meio Ambiente.

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Convite atualizado do Seminário com o nome dos palestrantes e horários definidos será encaminhado em breve;
2. Não haverá reunião dia 11 em função do Seminário e dia 18 da Conferência do Meio Ambiente. Próxima reunião a princípio fica agendada para o dia 25/11;
3. Disponibilizar a gravação da reunião do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);
4. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 15ª reunião “15ª Reunião GT-TO _ 04.11.22.pdf”, Apresentação Grupo Temático Desenvolvimento Econômico “Eixo Temático Desenvolvimento Social e Cultural.pdf” (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO);
5. Atualizar processo **SEI 22.0.000086353-3** com o Registro das 14ª e 15ª reunião e Ata (bloco de assinatura 132681).

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
SMOI	LUCIANO CÉ
	PAULO LIMA LOGE
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	TATIANA RITA WEISSHEIMER
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
SMDET	ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
PROCEMPA	LIANA RIGON ROJAS LIMA
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	RENATA SAFFER
	KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO
TIAGO RUTSATZ SALOMONI	
SMAMUS DAV	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI

	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	LÍGIA SARAIVA SOARES UPU/CPU
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS UPE/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	LUIZA MORON UPE/CPU
SMAMUS DPU	MARIA PAULA UEU/CPU
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
GI GP	ELEONORA BRAZ SERRALTA Gabinete de Inovação
SMCEC	JULIANA BELARDINELLI
SMAMUS DAV	ALESSANDRA CPOAV/SMAMUS
SMAMUS DAV	NAIANA JOHN CPOAV/SMAMUS
SMAMUS DAV	VALÉRIA CPOAV/SMAMUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO - CPU/SMAMUS
ATA Nº 015/2022



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 015/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO		LOCAL
04/11/2022	Início: 14h	Término: 15h55	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Discussão dos Grupos temáticos;
- Apresentação **Eixo Temático Desenvolvimento Social e Cultural**.
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião dando boas vindas aos colegas e iniciando a gravação.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) cumprimenta os colegas e abre a reunião informando a pauta do dia, atualizações e informações gerais, relato de eventos que aconteceram nas últimas semanas e apresentação do Eixo Temático Desenvolvimento Social e Cultural no mesmo formato das apresentadas anteriormente. Inicia a apresentação da pauta com as informações gerais, lembrando as etapas do projeto e eventos realizados, com exposição realizada no início da semana no Colégio Concórdia (RGP2), informação do cronograma da revisão, com a primeira reunião do GT-CT expandida com as demais entidades após a apresentação na Cinemateca Capitólio. Quanto às contratações, a LTA teve início da contratação em 28/10, aguardando assinaturas digitais que estão em tramitação. Com relação às próximas ações, cita a Feira do Livro na próxima semana, na Orla sem data definida e do 1º Seminário POA 2030 a se realizar na próxima sexta-feira, Conferência do Meio Ambiente na outra semana, além de demais eventos previstos.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) reforça a importância da participação de todos no Seminário, com a participação de colegas que participaram em outras revisões e da consultoria Ernest & Young.

levantamento de sistemas que utilizam Geo e de que maneira, para mapear o máximo e fazer um levantamento sobre os PD. Estão sendo realizadas agendas semanais, todas às quartas-fe a Procempa. Eng. Tiago (CGIU/SMAMUS) complementa que estão faltã am as apresentações, Dmae está fazendo um levantamento mais deta ãnia (CGMU/SMAMUS) complementa que o Produto 1 será um Plano ados Espaciais, visando o suporte ao planejamento urbano, em forma ilita da importância de encadear esses produtos com a LTA.

**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

MAMUS) será um primeiro seminário para início dos debates, e reforça o convite a todos.

solicita relato sobre a empresa de Tecnologia da Informação.

MUS) informa que estão entrando em contato com todas as secretarias que responderam encaminhados pela empresa Terrena Tech, como se fosse um inventário, fase de levantamento de sistemas que utilizam Geo e de que maneira, para mapear o máximo e fazer um levantamento sobre os PD. Estão sendo realizadas agendas semanais, todas às quartas-fe a Procempa. Eng. Tiago (CGIU/SMAMUS) complementa que estão faltã am as apresentações, Dmae está fazendo um levantamento mais deta ãnia (CGMU/SMAMUS) complementa que o Produto 1 será um Plano ados Espaciais, visando o suporte ao planejamento urbano, em forma ilita da importância de encadear esses produtos com a LTA.

Liana questiona quem da PROCempa irá apresentar, ao que Matheus informa que serão Silvio Barbas e Casagrande.

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) agradece pelas informações e solicita à Arq. Fabiana (SMMU) para iniciar o relato sobre o Seminário Mobilidade +Ativa, realizado no dia anterior. Fabiana inicia agradecendo a todos que participaram do Seminário, incluindo os palestrantes de outras cidades e entidades/instituições que trouxeram suas contribuições sobre a dinâmica econômica da área da bicicleta. Há necessidade de ampliação da malha cicloviária na cidade, que é desconexa, realizar conexões intermodais, principalmente com o transporte coletivo, a ser revisto no PDCI (Plano Diretor Cicloviário) de como fazer as integrações nos terminais. Importante estabelecer dentro das aprovações dos projetos especiais/de impacto, o projeto cicloviário. Será iniciada a revisão do PDCI com contratação através de Termo de Referência, nova rodada de conversa com hospitais, instituições de ensino e demais setores da sociedade. Será realizada contagem. Disponibilizará as apresentações assim que as tiver. Arq. Guilherme destaca a apresentação do colega de Florianópolis, que trouxe um conectividade grande com a cidade, desenvolvimento de produtos como manuais de desenho de calçada e ciclovias, conexão com a revisão do plano diretor de lá, além de demais exemplos apresentados, como um espaço de Recife que foi tratado com urbanismo tático. Arq. Fabiana reforça que independente do tamanho da cidade, as conexões são muito similares e podem ser adaptadas para a nossa realidade; vale a pena o investimento nos modais ativos e na acessibilidade dos passeios públicos.

Arq. Daniela (CPU/SMAMUS) apresentou um relato sobre o I Fórum Estadual Municípios Lixo Zero, que ocorreu em 27/10 na Assembleia Legislativa do Estado e citou alguns cases sobre reciclagem, compostagem, redução de resíduo para aterros e sua redução e geração de renda e resgate social. Citou os projetos da Ambividro sobre reciclagem e doação para bancos de leite materno, empresas de reciclagem, de gestão de resíduos e soluções ambientais, aproveitamento de resíduos plásticos, além de entidades envolvidas com a reciclagem de resíduos, com destaque para o caso do Centro da Vila Pinto em Porto Alegre. Também citou projetos de geração de renda a partir dos resíduos, além do projeto "Pila Verde" de Lajeado, onde a cada 5kg de lixo entregue (vira adubo) equivale a 1 Pila que pode ser utilizado nas feiras locais. A SEMA apresentou as políticas para gestão de resíduos no Estado, assim como a UFRGS mostrou seu projeto, entre outros apresentados.

Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) inicia a apresentação do Eixo Temático Desenvolvimento Social e Cultural dentro da metodologia já apresentada anteriormente, retomando a discussão realizada na dinâmica presencial no auditório da EPTC em 02/09/22 sobre os temas apresentados. Apresenta a Estratégia de Produção da Cidade, reforçando que não há tema específico no PDDUA que abranja a questão social. Em seguida detalha os Programas previstos, sendo eles: Programa de Projetos Especiais, de Habitação de Interesse Social, de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano, de Incentivos à Habitação para Baixa e Média Renda e de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do Centro Histórico. Arq. Daniela continua a apresentação com os temas do Guia para Elaboração Revisão de Planos Diretores identificados como pertencentes ao eixo, iniciando pela parte de mapeamento geral e dados necessários. A seguir passa pela apresentação dos temas: Habitação, Segurança, Patrimônio Histórico, Equipamentos Públicos e Gestão Democrática e Participação Popular, com as indicações específicas de mapeamento e problemáticas por tema, assim como as estratégias envolvidas em cada problemática e os ODS relacionados. Arq. Catiane continua a apresentação demonstrando os conflitos e potencialidades projetuais de produção da cidade, onde se identificam situações problemáticas na cidade e o tipo de conflito existente em termos de valorização (baixo, médio e alto),



des também identificadas. Em seguida é apresentado o resultado de um cruzamento entre a : no Informe Complementar de 1996, PDDUA de 1999 e 2010 e os temas e problemáticas Por fim, apresenta uma análise dos mapas da estratégia constantes no PDDUA, onde o Habitacional/ Programa de Habitação de Interesse Social não apresentou alterações 6 a 2010, no entanto no IC de 1996 havia um Mapa da Produção Informal da Cidade, com a localização do no PDDUA mas não consta como Anexo.

das AEIS junto com a Arq. Gládis Weissheimer quando da ão de Geoprocessamento na época, por problemas nas Leis a que em razão da Lei do Programa Minha Casa Minha Vida is não estão mapeadas há necessidade de serem revistas.

ia, que muitas vezes excedem ao que está previsto na

contratação da revisão, mas que são importantes para o incremento de informações ao longo do tempo e construção de uma base conjunta para fins de planejamento. **REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO** Arq. Cattane fala da importância da consultoria do

Geo para todos os mapeamentos e respostas necessárias para a revisão. Arq. Vaneska ressalta que o primeiro passo é ter os dados, depois desenvolver a inteligência para a leitura. Eng. Tânia ressalta que cada dado deve sofrer uma modelagem para atender à expectativa do que se quer como resultado, existem muitos dados mas muitos sistemas diferentes, e há dificuldade na extração desses dados. Fala da necessidade de dados fidedignos para se planejar sobre uma cidade real, além do projeto de Geo corporativo para todos os órgãos da cidade além de disponibilizar para os cidadãos.

Arq. Guilherme abre a palavra para os participantes e lembra que as apresentações não estão finalizadas, e sim serão trabalhadas depois nos grupos específicos de cada tema.



REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

ENCAMINHAMENTOS:

Arq. Vaneska compartilhou o folder do Seminário e a estrutura do mesmo, assim como as apresentações previstas.

Arq. Guilherme encerra a reunião reforçando o convite para o "1º Seminário POA 2030" e "Conferência do Meio Ambiente".

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Convite atualizado do Seminário com o nome dos palestrantes e horários definidos será encaminhado em breve;
2. Não haverá reunião dia 11 em função do Seminário e dia 18 da Conferência do Meio Ambiente. Próxima reunião a princípio fica agendada para o dia 25/11;
3. Disponibilizar a gravação da reunião do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);
4. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 15ª reunião "15ª Reunião GT-TO _ 04.11.22.pdf", Apresentação Grupo Temático Desenvolvimento Econômico "Eixo Temático Desenvolvimento Social e Cultural.pdf" (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO);
5. Atualizar processo SEI 22.0.000086353-3 com o Registro das 14ª e 15ª reunião e Ata (bloco de assinatura 132681).

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.proцемpa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)



PREFEITURA

Mais **cidade**. Mais **vida**.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE



PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

DEM HAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
SMOI	LUCIANO CE
	PAULO LIMA LOGE
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	TATIANA RITA WEISSHEIMER
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
SMDET	ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
PROCEMPA	LIANA RIGON ROJAS LIMA
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	RENATA SAFFER
	KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DAV	PRISCILA HUNING SPOHR
	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI



PREFEITURA

Mais cidade. Mais vida.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE,
URBANISMO E SUSTENTABILIDADE



**PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE**

QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

SELMA RUBINA THOMAZ

SMAMUS | DPPS

NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	LÍGIA SARAIVA SOARES UPU/CPU
SMAMUS DPU	MARIA PAULA UEU/CPU
SMAMUS DPU	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	LUIZA MORON UPE/CPU
SMAMUS DPU	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS UPE/CPU
SMAMUS DAV	ALESSANDRA CPOAV/SMAMUS
SMAMUS DAV	NAIANA JOHN CPOAV/SMAMUS
SMAMUS DAV	VALÉRIA CPOAV/SMAMUS
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
GI GP	ELEONORA BRAZ SERRALTA Gabinete de Inovação
SMCEC	JULIANA BELARDINELLI



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silveira Castanheira, Chefe de Unidade**, em 07/11/2022, às 18:17, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Selma Rubina Thomaz, Técnico Responsável**, em 07/11/2022, às 20:19, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giuliana Carneiro de França, Servidor Público**, em 08/11/2022, às 08:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Catiane Burghausen Cardoso, Chefe de Unidade**, em 08/11/2022, às 09:19, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Rita Weissheimer, Servidor Público**, em 08/11/2022, às 16:19, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Merino de F. Xavier, Servidor Público**, em 09/11/2022, às 10:29, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Valente Gaiesky, Arquiteto(a)**, em 10/11/2022, às 15:54, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gustavo de Los Santos Ferreira, Coordenador(a)**, em 16/11/2022, às 15:14, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Roberto Schwartzer, Arquiteto(a)**, em 02/12/2022, às 11:37, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Arceu Bandeira Rodrigues, Diretor(a)**, em 29/12/2022, às 12:03, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Natercia Munari Domingos, Coordenador(a)**, em 03/03/2023, às 09:23, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Kruse, Servidor Público**, em 03/04/2023, às 13:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Sales, Diretor(a)**, em 12/05/2023, às 15:15, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Vieira da Silva, Chefe de Unidade**, em 05/04/2024, às 15:04, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **21141289** e o código
CRC **3BF119EF**.



DIÁRIO OFICIAL PORTO ALEGRE

Órgão de Divulgação do Município - Ano XXVII - Edição 6913 - Segunda-feira, 26 de Dezembro de 2022.

Divulgação: Segunda-feira, 26 de Dezembro de 2022. **Publicação:** Terça-feira, 27 de Dezembro de 2022.

EXECUTIVO PESSOAL

Portarias

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais,

Protocolo: 390115

DESIGNA os membros abaixo elencados para constituírem Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO), para revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), e CESSA EFEITOS da Portaria 460, de 14/06/2022, divulgada no DOPA-e, Edição 6781, de 15/06/2022, a contar da publicação desta, através da Portaria 1035, de 22/12/2022 (Processo 21.0.000053535-1).

Nome	Matrícula	Cargo	Atuação	Órgão
VANESKA PAIVA HENRIQUE	1279653	Arquiteto	Coordenador Titular	SMAMUS
GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA	560835	Arquiteto	Coordenador 1º Suplente	SMAMUS
CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO	1120085	Arquiteto	Coordenador 2º Suplente	SMAMUS
ELEONORA BRAZ SERRALTA	518879	Procurador Municipal	Titular	GI/GP
DENISE PACHECO TILL CAMPOS	678305	Arquiteto	Titular	DEMHAB/SMHARF
ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA	678664	Arquiteto	Suplente	DEMHAB/SMHARF
FABIANA KRUSE	539913	Arquiteto	Titular	SMMU
ANA PAULA HOPPE BONINI	1065939	Arquiteto	Suplente	SMMU
VÂNIA CRISTINA DE ABREU	5533	Téc. em Trânsito e Transporte	Titular	EPTC
JULIA LOPES DE OLIVEIRA FREITAS	16390	Téc. em Trânsito e Transporte	Suplente	EPTC
LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER	364219	Arquiteto	Titular	SMCEC
CAMILA WARPECHOWSKI	581255	Arquiteto	Suplente	SMCEC
JULIANA BELARDINELLI	793490	Engenheiro	Suplente	SMCEC
LUCIANO CE	1141317	Engenheiro	Titular	SMOI
PAULO LIMA LOGE	1116959	Arquiteto	Suplente	SMOI
LUCIA DE BORBA MACIEL	1230590	Arquiteto	Titular	SMPAE
GLÊNIO VIANNA BOHRER	87169	Gerente de Atividades VII	Suplente	SMPAE
JOSÉ CARLOS SERPA PINGO VILAR	678032	Coordenador	Titular	SMGOV
ELTON PINTO DE FRAGA	770258	Gerente de Atividades VI	Suplente	SMGOV
NELSON NEMO FRANCHINI MARISCO	536249	Procurador Municipal	Titular	PGM

ANDREZA SABALLA	545895	Procurador Municipal	Suplente	PGM
ERIKA KUPAC VIANNA	1308866	Arquiteto	Titular	SMED
TATIANA RITA WEISSHEIMER	1556460	Assessor Técnico	Suplente	SMED
FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER	1279670	Arquiteto	Titular	SMF
JÉSSICA LANGE	1279688	Arquiteto	Suplente	SMF
LUCIANA VALENTE GAIESKY	1104098	Arquiteto	Titular	SMS
JOÃO MARCELO LOPES FONSECA	397584	Médico Especialista	Suplente	SMS
CARLOS EDUARDO FRANCO COUTO	1027093	Guarda Municipal	Titular	SMSEG
RODRIGO MEOTTI TENTARDINI	538891	Guarda Municipal	Suplente	SMSEG
LUCIANA MENDINA DE SOUZA MARTINEZ	1554883	Assessor VI	Titular	SMDS
ADILSO LUIS PIMENTEL CORLASSOLI	435378	Professor M5	Suplente	SMDS
ADEMIR ANTONIO MARIA	1065645	Coordenador	Titular	FASC
RODRIGO SCARAVONATO	1366521	Diretor Administrativo	Suplente	FASC
ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF	1395521	Coordenador	Titular	SMDDET
VICENTE ALTMAYER PERRONE	1537989	Secretário Municipal	Suplente	SMDDET
NELSON BERON CARVALHO FILHO	1214420	Secretário Adjunto	Titular	SMELJ
DEINER SALOME GOULART	1540378	Diretor-Geral	Suplente	SMELJ
RODRIGO CHIES	1157353	Diretor-Geral	Titular	SMSURB
ARCEU BANDEIRA RODRIGUES	664276	Engenheiro	Titular	DMLU
GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA	1275852	Arquiteto	Suplente	DMLU
ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER	546760	Engenheiro	Titular	DMAE
JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO	1142151	Engenheiro	Suplente	DMAE
PAULO CASAGRANDE	30023	Supervisor	Titular	PROCEMPA
ADRIANA VIAL FILIPPI	24026	Gerente	Suplente	PROCEMPA
CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER	1326880	Arquiteto	Titular	SMAMUS
TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES	292993	Chefe de Equipe	Titular	SMAMUS
DANIELA VIEIRA DA SILVA	687380	Arquiteto	Titular	SMAMUS
GISELE COELHO VARGAS	1306120	Arquiteto	Titular	SMAMUS
PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE	499794	Arquiteto	Titular	SMAMUS
MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI	1563548	Coordenador	Titular	SMAMUS
LETÍCIA CRUZ KLEIN	461870	Arquiteto	Titular	SMAMUS
RENATA SAFFER	1302442	Assessor V	Titular	SMAMUS
KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO	412056	Arquiteto	Titular	SMAMUS
TIAGO RUTSATZ SALOMONI	1007408	Engenheiro	Titular	SMAMUS
PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM	818784	Engenheiro Agrônomo	Titular	SMAMUS
KARLA FERNANDA FAILLACE	450100	Biólogo	Suplente	SMAMUS
ALEX PEREIRA DE SOUZA	1274236	Arquiteto	Titular	SMAMUS
MARCOS BERWANGER PROFES	1026844	Arquiteto	Titular	SMAMUS
VERÔNICA RIFFEL	1295004	Arquiteto	Titular	SMAMUS
GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ	1064460	Arquiteto	Suplente	SMAMUS
PRISCILA HUNING SPOHR	1523287	Assessor V	Titular	SMAMUS
MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI	74436	Assessor VI	Titular	SMAMUS

CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER	1164864	Diretor-Geral	Titular	SMAMUS
FERNANDA BRITO DA SILVEIRA	392203	Chefe de Unidade	Titular	SMAMUS
ELIANA BRIDI	437806	Engenheiro	Titular	SMAMUS
SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO	91495	Gerente de Atividades VI	Suplente	SMAMUS
ADRIANO TEDESCO ROSSETTO	1315404	Arquiteto	Titular	SMAMUS
ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH	1331604	Arquiteto	Suplente	SMAMUS
GIOVANA CRISTINA BERTOTTI	334069	Arquiteto	Titular	SMAMUS
MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS	547533	Arquiteto	Suplente	SMAMUS
COSME DE ASSIS DA SILVA	1074121	Arquiteto	Titular	SMAMUS
MÔNICA MOCELLIN RAYMUNDO	315130	Arquiteto	Suplente	SMAMUS
FLAVIA LUIZA REBELATO	1337971	Arquiteto	Titular	SMAMUS
SELMA RUBINA THOMAZ	977679	Arquiteto	Suplente	SMAMUS
ROVANA REALE BORTOLINI	1428381	Arquiteto	Titular	SMAMUS
NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS	276434	Arquiteto	Suplente	SMAMUS

 [Edição Completa](#)



REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 016/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
25/11/2022	Início: 14h Término: 16h44	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Relato **1º SEMINÁRIO POA 2030 | REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE;**
- Relato **6º Conferência Municipal de Meio Ambiente;**
- Discussão dos Grupos temáticos;
- Apresentação **Eixo Temático Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana.**
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) cumprimenta os colegas e abre a reunião informando a pauta do dia, atualizações e informações gerais, relato de eventos que aconteceram nas últimas semanas (1º Seminário POA 2030 Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre e 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente), atualizações sobre o trabalho da consultoria e apresentação do Eixo Temático Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana no mesmo formato das apresentadas anteriormente.

Inicialmente pede aos colegas que quiserem se manifestar sobre o Seminário. Dra. Eleonora (GI/GP) inicia a fala dando os parabéns e dizendo que gostou muito do formato do evento, que talvez pudesse ter mais tempo para debates, entendeu que a Consultoria da Ernest Young estava apropriada. Parabenizou os organizadores pela organização do todo.

Arq. Patrícia (DPU/SMAMUS) se manifestou sobre a Conferência do Meio Ambiente, comenta que coordenou grupos de trabalho, que é necessário se aprofundar sobre as questões apontadas e que podem ser inseridas no Plano Diretor. Arq. Guilherme diz que é importante trazer o resultado da Conferência para debate do grupo.

Eng. Tiago (CGIU/SMAMUS) compartilhou um roteiro definido pela Consultoria de visitas aos órgãos do Município acerca dos dados e informações necessários para o trabalho. Explicou que encaminhou email já solicitando esses dados para já terem disponíveis na ocasião das visitas. Arq. Fabiana (SMMU) questiona o encaminhamento pois diz que não foi encaminhado o email. Arq. Patrícia esclarece que trata-se de uma lista preliminar que vai ainda ser complementada e passada para os Secretários. Eng. Tânia (CGMU/SMAMUS) diz que a CGMU já havia feito uma lista com a consultoria Terrena Tech sobre os subsídios para a plataforma de planejamento urbano. Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) esclarece que a lista da EY é menor e da plataforma mais complexa, mas que a da EY é a prioridade.

Arq. Vaneska inicia então a apresentação sobre o Grupo Temático Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana e a análise das Estratégias de Estruturação Urbana e Uso do Solo Privado e as correlações com o Informe Complementar de 1996 e o Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores.

Arq. Patrícia disse que ficou impressionada com a apresentação, e como os problemas elencados a anos atrás continuam, e por isso temos que fazer diferente. Ressalta a importância de se focar nos espaços públicos e na efetivação das estratégias no território. O que se necessita é conseguir com que o que foi previsto anteriormente realmente funcione.

Arq. Guilherme fala que os conflitos e as problemáticas permanecem atuais, talvez as causas não sejam as mesmas e que não se conseguiu solucionar essas problemáticas. As estratégias precisam ser melhor descritas, com estratégias para solução dos problemas, não só diretrizes. É necessário pensar na transversalidade das ações.

Arq. Fabiana relata que participou de uma reunião com a CAF e Logus que trabalha com logística urbana e entregaram na data um roteiro com ações relativas à logística urbana. Uma questão levantada foi a do zoneamento, principalmente na zona norte e trouxeram questionamentos sobre as habitações irregulares em torno do Porto Seco e terminais de distribuição. Foi apontado para o pessoal do Banco a necessidade de passarem esse material para a Coordenação Técnica da revisão do PDDUA. Apontaram a perda de ampliação da capacidade logística em função das ocupações e que devem haver políticas específicas para resguardar os setores industriais e de distribuição de cargas.

Arq. Vaneska diz que é muito importante, que determinados usos podem impedir o desenvolvimento de algumas atividades, que são necessárias reservas de áreas. Fala da oportunidade de se fazer o Plano de Ação Climática compatível com a revisão do PDDUA. Arq. Rovana (DPPS/SMAMUS) diz que é importante trabalhar juntos e aproveitar a estrutura de organização dos grupos de trabalho para convergir nos assuntos e alinhamentos. Arq. Vaneska relata que há muitos questionamentos sobre o desenvolvimento de trabalhos paralelos na prefeitura. Arq. Guilherme lembrou que o assunto do Plano de Ação Climática foi bastante discutido na Conferência do Meio Ambiente. Arq. Rovana disse que foi entregue na COP o Estudo para Eletrificação da Frota, desenvolvido com coordenação da SMMU, e que o Inventário dos Gases de Efeito Estufa já mostra o alinhamento com essas políticas. Arq. Fabiana disse que foi mencionada a questão da emissão específica do transporte logístico e a necessidade de se ter essa informação separada. Arq. Rovana disse que a separação é feita pelo tipo de combustível utilizado, mas ainda não existe metodologia para esse tipo de separação, ou por zona, mas é necessário isso ser revisto para os próximos. Arq. Natércia complementa que já foi solicitado a emissão por CEP mas atualmente não é, mas já viu trabalhos em um Congresso onde se faz essa correlação, mas tratam-se de estudos recentes. Arq. Vaneska disse que as consultorias podem auxiliar na leitura e mapeamento no sentido de entender melhor esses dados. Arq. Natércia questiona se as problemáticas apresentadas já foram apresentadas à Consultoria, ao que a Arq. Vaneska explica que a lista elaborada pela CGMU levou como base os mapeamentos do Guia.

Eng. Tânia falou que os dados listados foram embasados na leitura e compilação de todo material e que se trata de lista mais extensa que o que foi solicitado pela EY, que nem todos são especializados. Arq. Patrícia disse que é bom já compartilhar porque darão subsídios ao nosso trabalho. Matheus (DPU/SMAMUS) falou da importância de encadear essas informações e disponibilizou o link que dá acesso à lista no drive.

ENCAMINHAMENTOS:

Arq. Guilherme expõe a dificuldade de data para a próxima reunião em função de diversos eventos no calendário.

Arq. Vaneska fala da importância de se encerrar as apresentações dos eixos temáticos e sugere realizar a reunião em outro dia, em uma quinta-feira tendo em vista não ter mais agendas de Comissões no ano.

Arq. Guilherme sugere encaminhar consulta sobre os dias no Whatsapp do grupo e e-mail.

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Encaminhamento de consulta sobre a data da reunião;
2. Apresentação na próxima reunião do último eixo temático - Gestão da Cidade;
3. Debater os eixos com a Consultoria EY;
4. Disponibilizar a gravação da reunião do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);
5. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 16ª reunião "16ª Reunião GT-TO _ 25.11.22.pdf", Apresentação Grupo "Eixo Temático Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana.pdf" (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO);
6. Atualizar processo **SEI 22.0.000086353-3** com o Registro da 16ª reunião e Ata (bloco de assinatura 132681).

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFJKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
---------------------------	-------------

SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	ANA PAULA HOPE BONINI
	FABIANA KRUSE
SMCEC	JULIANA BELARDINELLI
SMOI	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
	LUCIANA VALENTE GAIESKY
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI
	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE
SMAMUS DPU	LÍGIA SARAIVA SOARES UPU/CPU
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	MARIA PAULA UEU/CPU
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
GI GP	ELEONORA BRAZ SERRALTA Gabinete de Inovação
SMAMUS DAV	ALESSANDRA NICOLETTI CPOAV/SMAMUS
EOUS/DLMA/SMAMUS	JANINE VIEZER
CGMU/SMAMUS	LUCIANE ZANETTE
	LUIS CR
SMCEC	MANDERPOOL CARDOSO DAMASIO

SMAMUS DAV	NAIANA JOHN CPOAV/SMAMUS
UPE/SMAMUS	PATRICK STEPHANOU
UEU/CPU	SIMONE FERNANDES
EPE III/CPU	SIMONE MADEIRA
UADU/CGMU	VÂNIA KLEIN SILVA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 017/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
08/12/2022	Início: 14h Término: 15h42	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Discussão dos Grupos temáticos;
 - Apresentação **Eixo Temático Gestão da Cidade.**
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) informa que a gravação foi iniciada, cumprimenta os colegas e informa a participação dos Procuradores do Município Dra. Carolina e Dr. Marisco e outros membros da PGM. Informa que inicia-se sempre com uma apresentação da Coordenação do GT e posteriormente será feita a apresentação do último eixo.

Dr. Andressa (PGM) manifesta-se informando que a PGM se reuniu para discutir o tema Gestão da Cidade e solicita que a apresentação seja disponibilizada posteriormente para tirar possíveis dúvidas.

Arq. Guilherme apresenta a ordem do dia, com o alinhamento e informações gerais sobre o andamento da revisão do Plano Diretor. Informa sobre o encontro com a consultoria da Ernest & Young (EY) e parceiros a ser realizado no dia 14/12/2022 no auditório da SMAP, assim como as próximas ações a serem realizadas. Detalha informações sobre o encontro com a Consultoria, apresentando a programação, onde pela manhã serão apresentados os Eixos Desenvolvimento Social e Cultural, Desenvolvimento Econômico e Gestão da Cidade, e a tarde Ambiente Natural, Mobilidade e Transporte e Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana e conteúdos a serem abordados. Informa a importância dos participantes dos respectivos eixos estarem presentes e apresenta a equipe técnica da EY (Governo e Infraestrutura, Real Estate e Economics) e parceiros (Victor Carvalho Pinto Sociedade Individual de Advocacia - Direito Urbanístico, Deltainfra - Consultor Ambiental e Oficina Urbana - Urbanismo). Informa que será realizado um debate com a Consultoria e parceiros sobre cada eixo.

Arq. Gisele (DPU/SMAMUS) inicia a apresentação do Grupo Temático Gestão da Cidade, informando como foi realizada a análise, com base nas correlações do PDDUA com o Informe Complementar e o Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores. Eng. Tânia (CGMU/SMAMUS) complementou que se analisou o que já tinha sido pensado na época e entender como foi realizado aquele material, e que se pode observar que as problemáticas e potencialidade elencadas ainda estão atuais. A partir desta breve explanação, a Arq. Vânia (CGMU/SMAMUS) inicia a apresentação no mesmo formato das já realizadas anteriormente para os demais eixos. Devido à falha na conexão, a Eng. Tânia deu continuidade à apresentação com complementações da Arq. Gisele sobre o Guia.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) diz que gostaria de saber da visão de quem trabalha com a dimensão legal do Plano com relação à algumas ações previstas mas não detalhadas, se existe alguma aplicabilidade pela simples previsão, ao que o Dr. Marisco (PGM) diz que este é o seu questionamento, que quem trabalha com a parte jurídica trabalha muito mais com a lei posta do que com a elaboração, ainda mais se tratando de um Plano, uma norma programática que detém muitos limitadores, que é onde os advogados têm maior atuação. Fala que a parte do Plano Diretor que contém as estratégias e questiona quanto à real aplicabilidade, que as estratégias podem ser diferentes de acordo com o governo, e o que o Plano deveria prever isso. Fala que em reunião interna foi discutido genericamente falando o que se gostaria no plano, a questão de não ser tão rigoroso na definição das atividades das áreas, que a situação real pode ser diferente, e quem está errado? Fala da burocracia de se alterar uma atividade que já tem um uso diferente do previsto no Plano.

Arq. Guilherme diz que se compreende que as estratégias atuais do Plano Diretor não sejam estratégias, que deveriam mostrar como se chegar em um resultado, que as atuais são mais temáticas. Fala que já em 1996 foi pensado em como se avaliar o desempenho da cidade, que acabou não sendo implementado (SADUR), que possibilitaria a leitura e monitoramento da cidade e suas transformações. Fala sobre as problemáticas previstas no Guia e no informe de 1996 e as que se alteraram ao longo do tempo. Dr. Marisco (PGM) fala sobre a criação das Comissões, sempre objeto de críticas, e é uma estratégia que deu certo, pois é onde se cria muitos espaços urbanos, e que futuramente se possa pensar em algo nos termos das Comissões para o planejamento. Fala que o início da caminhada para a revisão do Plano gerou receio em todos pois não havia algo que se pudesse resgatar ao longo do tempo nos últimos 10 anos sobre a transformação da cidade, dessa forma seria importante construir isso para a próxima revisão para não sair do zero.

Arq. Vaneska faz algumas considerações, onde se tem maior rigor e onde se estabelece limites mais flexíveis é uma questão de entender a estratégia que se vai adotar para os parâmetros que se está citando, por exemplo, o Plano Diretor é muito específico para alguns casos que entende que não precisaria dessa regulação e deixa em aberto questões importantíssimas que não são objeto de regulamentação. No nosso exercício vemos que não tem definições para algumas questões problemáticas, quanto se tem parâmetros sobre as alturas mas se não deveria se preocupar em estabelecer os indicadores ou metas, uma dimensão flexível de como a edificação vai se conformar mas ser mais rigoroso quanto ao papel que aquela edificação vai desempenhar no território. Por isso se pensa muito nessa questão e por isso o monitoramento é tão importante, mas desconhece referências que trabalham desta forma. Cita como exemplo os Planos de Pormenor, mas que as regras do monitoramento poderiam ser muito importantes. O grande desafio é que os arquitetos entendem de desenho urbano, mas transformar isso em uma lei é uma questão complicada. Fala que além das Comissões, outra figura muito questionada no Plano é o Projeto Especial, e entende que o PDDUA foi inovador em pensar uma figura de projeto para configurar o desempenho, e as regras de conformidade estariam postas em 90% dos casos, acredita que talvez o Projeto Especial possa ter perdido um pouco do espírito, mas é importante para o que não se consegue prever, não é possível prever tudo. As pessoas anseiam por uma lei que tenha tudo bem definido, sem variações, mas necessita a questão do método de avaliação. Fala do Programa de Comunicação e Educação Ambiental, e da importância de se levar os temas da cidade para dentro das escolas.

Arq. Patrícia (DPU/SMAMUS) diz que quando se fala em sistema de gestão lembra que o Plano Diretor apresenta muitos programas que não foram levados adiante, que se focou no controle do espaço privado e das regras urbanísticas. Mas dos programas que visam desenvolver as estratégias não aconteceram, a equipe tentou através dos programas específicos do Centro Histórico e do 4º Distrito, cumprindo o que estava previsto para aqueles territórios, um dos desafios é se revisar esses programas e a intenção da criação deles.

Arq. Vaneska fala do Plano Diretor de Lisboa, que tem programas transversais, uma série de tipos de programas, relações de melhorias que precisam ser feitas no espaço e método de ranqueamento para algum grau de prioridade. Questiona o que seria mais importante de se regulamentar em lei, se o recuo de jardim de 4m ou talvez as ações que tem que acontecer em 10 anos para o desenvolvimento, mas também não colocar dimensões temporais no Plano que não conseguem ser seguidas. Parabeniza a apresentação e a comparação com o sistema de melhoria contínua e visitar esses modelos de gestão.

Arq. Patrícia uma das grandes respostas que se tem que responder é o “como” que está no sistema de gestão, cita então as Comissões, esse exercício de como fazer não foi feito, e passa por se buscar referências e novas ideias, pois problemas continuam sem avançar desde a LC 43/79.

Arq. Gisele fala da necessidade de uma modernização do sistema de participação, ter a educação contínua e tornar mais atraente para a população, de forma direta e sem “assembleísmo”, que acaba por desqualificar a participação, sem deliberação necessária, por isso necessária a dinamização e modernização.

Arq. Guilherme abre para os colegas se manifestarem se tiverem dúvidas sobre o encontro com a Consultoria e parceiros e retoma o assunto, tendo em vista que alguns colegas entraram depois na apresentação.

Eng. Vânia (EPTC) disse que entrou depois da apresentação e terá outra agenda no dia, então questiona se a Consultoria analisará os dados repassados e qual seria a dinâmica, ao que o Arq. Guilherme esclarece que alguns técnicos da Consultoria e parceiros estarão em missão entre diversas reuniões e pensam em um encontro tipo entrevista, mas haverá oportunidade para os técnicos questionarem a Consultoria também.

Dra. Anelise (PGM) diz que não participou das outras reuniões, sendo a primeira e viu que a discussão está mais genérica, do conceito, e a procuradoria trabalha com artigos específicos, como ingressos de ações contra o município

e relata sobre três processos em andamento pontuando revisões de artigo. Informa que pontuaram em processo Sei alguns desses casos mas que pode ser que alguns sejam suprimidos, por algo mais genérico. Diz que é possível usar ideias de outros países, que podem ser descritas e incorporadas na legislação, desde que não confrontem a Constituição Federal e o ordenamento jurídico. Arg. Vaneska diz que é muito importante saber que é possível, e fala da ideia de trazer especialistas de outros locais para debater.

Arg. Patrícia relata que alguns conceitos de fora foram utilizados nos Programas do Centro (gabaritos) e do 4º Distrito (tabela de pontos) com base no design readlines, manual de boas práticas de outras cidades. Afirma a importância de se trabalhar em diversas escalas, consolidando isso de forma mais adequada, utilizando dessas referências. O exercício do urbanismo pressupõe que se pense sobre as questões.

Arg. Vaneska comenta que entende que por parte de quem trabalha com a aplicação das regras do Plano Diretor existe uma ansiedade em poder trabalhar essa dimensão das regras, mas vê a importância de entender nessas outras referências de planos, primeiro em uma dimensão mais conceitual, em se tratando de uma revisão sem mudar a estrutura do plano, entender esse esqueleto dessa estrutura e deixar o mais bem conectado possível para daí encher ele, colocar a próxima camada de detalhamento. Pegando o exemplo de Lisboa, existe conceitualmente uma organização de termos, elementos, instrumentos e escalas que depois vai estar presente em toda a estrutura do plano. Talvez o próximo exercício seria, como já estão definidos os temas, olhar referências à luz desses temas. A questão do sistema de gestão é uma questão inicial para amadurecer o debate, e que talvez envolva pessoas de todos os grupos, pois se está colocando que a gestão é a chave para tudo que a gente não resolver no Plano Diretor e se estiver bem estruturado um sistema de gestão, entende que não terá tanto problema se não se definir tudo, porque teremos uma máquina que funciona para poder trabalhar essas definições continuamente, tomar as decisões mais acertadas e saber o que priorizar de projetos, para o planejamento poder trabalhar ao longo do tempo detalhando isso. É necessário pensar em como serão trabalhadas as próximas ações no grupo.

Dra. Carolina (PGM) agradece pelo convite e informa que foi a primeira reunião do tema que participou e que todas as vezes que ouve os técnicos é uma aula, que é um outro olhar, diferente dos operadores do direito. Entende que no momento os debates ainda estão bastante gerais do planejamento, do que se pretende para a revisão do Plano Diretor. Posteriormente, até falando da área em que atua, regularização fundiária, quando se for tratar desse assunto, tem a questão do regime urbanístico para regularização fundiária de interesse específico, assunto que daqui a pouco o município vai ser provocado a falar sobre isso e quais as regras, que quando se fala de interesse social não há dúvidas pois se aplica o regime da AEIS, mas quando se está falando de uma Reurb-E, que vão começar a aparecer pois já existem algumas instauradas, vai vir o questionamento sobre qual regime urbanístico, quais as regras aplicáveis, eventualmente para terrenos que estejam dentro de um perímetro de uma Reurb-E, como é bem específico é necessário pensar, como estamos nesse debate, qual a concepção dos técnicos, do que se entende, de como é que se deve trabalhar essa temática. Como contribuição na área, entende que ainda não é a seara para ser tratada, que entende ainda estar em um momento mais amplo.

Arg. Guilherme explica que essas apresentações servem para provocar e servir de material de apoio para se discutir determinadas temáticas em grupos menores, quanto aos artigos e ações, deveriam formar uma lista de ocorrências para se entender o porque acontece e tentar solucionar, é uma problemática que acontece na PGM mas pode acontecer em outros setores, se percebe que dependo envolve não só uma secretaria, mas a cidade inteira, que o problema vai variando conforme a escala. Solicita que façam o exercício e já encaminhem ao grupo, independente do processo Sei, para tentar se ter um texto de lei que se consiga interpretar melhor, ter um documento comentado para entender que o artigo foi escrito de tal forma, para ajudar na interpretação. Informa que a Arq. Erika Kupac Viana está ingressando no grupo pela Secretaria de Educação e lhe dá boas-vindas.

Informa sobre o drive da Procempa e todos os materiais que estão disponibilizados e todos os contatos do grupo caso queiram entrar em contato.

ENCAMINHAMENTOS:

Arg. Guilherme relembra o encontro com a Consultoria EY e parceiros na semana seguinte, que a DPU terá encontros de segunda a quinta-feira em diversas agendas paralelas, em reuniões e visitas pelos territórios e reuniões com Secretários.

Informa que é a última reunião do GT-TO de 2022, que haverá um recesso no final do ano e ainda não há uma organização específica sobre o início de 2023. Informa também que não houve muito retorno do email encaminhado

solicitando os dados para as Secretarias e que pode ser tiradas dúvidas com a Consultoria sobre os dados, compreender quais informações são necessárias.

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Disponibilizar a apresentação do último eixo temático - Gestão da Cidade;
2. Disponibilizar a gravação da reunião do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);
3. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 17ª reunião “17ª Reunião GT-TO _ 25.11.22.pdf”, Apresentação Grupo “Eixo Temático Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana.pdf” (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO);
4. Atualizar processo **SEI 22.0.000086353-3** com o Registro da 17ª reunião e Ata (bloco de assinatura 132681).

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
SMMU	FABIANA KRUSE
EPTC	VÂNIA CRISTINA DE ABREU
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	JULIANA BELARDINELLI
SMOI	LUCIANO CE
	PAULO LIMA LOGE
PGM	NELSON NEMO MARISCO
	ANDREZA SABALLA
SMED	TATIANA RITA WEISSHEIMER
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
SMAMUS DAV	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
	MARCOS BERWANGER PROFES
SMAMUS DEL	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH
MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS	
COSME DE ASSIS DA SILVA	

	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente)
PGM	ANELISE ANDRADE
PGM	CAROLINA TEODORO FALLEIROS
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE
SMED	ERIKA KUPAC VIANA
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO
SMAMUS DPU	LÍGIA SARAIVA SOARES UPU/CPU
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	LUCIANE ZANETTE CGMU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	VÂNIA KLEIN SILVA UADU/CGMU

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 018/2023

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
12/01/2023	Início: 14h Término: 15h39	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Conferência Avaliação do Plano Diretor vigente, agendada para os dias 07, 08 e 09 de março de 2023;
- Organização dos Grupos de trabalho por eixos temáticos;
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) informa que a gravação foi iniciada.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) cumprimenta a todos e passa a palavra para o Arq. Guilherme apresentar as atualizações sobre os trabalhos em desenvolvimento e da consultoria. Arq. Vaneska fala brevemente sobre as entregas da Consultoria da Ernst & Young. Inicia a apresentação sobre a Conferência Municipal de Avaliação do PDDUA, mostrando a estrutura e o planejamento da mesma, com foco nos itens programa e conteúdo, papel dos agentes e grupos de trabalho envolvidos e espaço físico e logística. Material de conferências anteriores serviu como base para a elaboração, incluindo a 6ª Conferência do Meio Ambiente realizada em novembro de 2022 e a 1ª Conferência de Avaliação do Plano Diretor que aconteceu entre setembro e outubro de 2003. Apresenta o cronograma da Conferência e como acontecerão os trabalhos. Encerra falando que o mais importante do dia é organizar os grupos dos eixos temáticos para que possam realizar reuniões específicas. Arq. Guilherme fala que a expectativa é de contribuições dos colegas com relação ao objetivo geral e abordagem da Conferência, que precisa estar definido para o trabalho nos grupos, e que o papel da Conferência é levar um material com recomendações para a revisão do Plano Diretor.

Arq. Guilherme faz apresentação da estrutura da equipe por eixos temáticos encaminhado pela Consultoria. Abre a planilha dos integrantes por eixo para validar com os colegas as indicações, informando que os indicados, além de participar das discussões deverão apoiar na realização do evento e serão nomeados por portaria. Arq. Sônia (DEL/SMAMUS) confirma sua disponibilidade no eixo Gestão da Cidade, incluindo os coordenadores das Comissões. Arq. Fabiana (SMMU) informa que permanece à disposição para o eixo de Mobilidade Urbana. Arq. Guilherme informa que os representantes do GT-CT também irão participar dos grupos dos eixos temáticos. Arq. Natércia (DPPS/SMAMUS) se coloca à disposição e diz que gostaria de integrar o eixo desempenho e infraestrutura urbana, por ter a ver com sua tese defendida e que poderia também indicar palestrantes. Arq. Vaneska diz que entende que nesse eixo pode ser discutido a integração com o Plano de Ação Climática, o desempenho da cidade e que será necessário um cronograma de reuniões dos grupos para abordar os temas. Explica que serão 2 palestrantes por tema e devido ao tempo o debate ficará para o dia dos trabalhos em grupo. Fala da importância de ter técnicos no grupo de desempenho em função de discutir os estudos de impacto de vizinhança, indicadores.

Arq. Patrícia (DPU/SMAMUS) explica que a ideia da Conferência, conforme previsto na Instrução normativa que rege o processo de revisão do PDDUA, é fazer uma avaliação do Plano Diretor vigente, um comparativo da cidade atual a partir da visão de cada um, com o previsto no plano diretor, e a partir daí uma avaliação crítica do que funcionou ou não e estabelecer indicações para o desenvolvimento das propostas. Na 2ª Conferência é prevista a avaliação das propostas e um fechamento para o encaminhamento da proposta de revisão.

Arq. Guilherme fala da importância de ter colegas de outras áreas nos eixos, para auxiliar a pensar nos temas, indicar palestrantes e auxiliar nos trabalhos. Arq. Patrícia (DPU/SMAMUS) fala que a revisão do Plano Diretor é um trabalho de todos, gerenciado pela DPU mas que todos são protagonistas no desenvolvimento do trabalho, e a importância de se fazer a troca com a comunidade e desenvolver o trabalho para a cidade. Arq. Rogério (DEMHAB/SMHARF)

coloca-se à disposição para o eixo desenvolvimento social e cultural. Arg. Luciana (SMED) fala que acredita que poderia contribuir mais com o desempenho e infraestrutura ao invés do desenvolvimento social e cultural. Arg. Guilherme diz que é possível participar de mais de um eixo nas reuniões. Arg. Juliana (SMCEC) também coloca-se à disposição. Arg. Patrícia fala da importância de ter colegas do licenciamento ambiental e áreas verdes no eixo ambiente natural, assim como a Arg. Vaneska fala da importância de ter alguém das áreas verdes no eixo desempenho e infraestrutura também. Priscila (DAV/SMAMUS) coloca-se à disposição. Arg. Patrícia fala da importância de ter alguém da Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou da Fazenda no eixo do desenvolvimento econômico, ao que o Arg. Fernando (SMF) se coloca à disposição mas que não poderá auxiliar nos dias da Conferência por motivo de férias; Eng. Eliana (DEL/SMAMUS) coloca-se à disposição. Outros colegas manifestaram-se via chat. Arg. Giuliana (DMLU) coloca-se à disposição do eixo desenvolvimento social e cultural. Arg. Erika (SMED) ficaria no grupo desenvolvimento social e cultural e sua coordenadora Tatiana no grupo desempenho, estrutura e infraestrutura urbana. Arg. Vaneska comenta de ter alguém da parte jurídica no grupo da gestão da cidade.

Arg. Patrícia fala de disponibilizar uma proposta de calendário das reuniões para ajudar as pessoas a se programarem. Arg. Alexandra (DEL/SMAMUS) pediu para ser incluída no eixo desenvolvimento social e cultural. Maria Cristina (DEL/SMAMUS) coloca-se à disposição do grupo desempenho, estrutura e infraestrutura urbana mas informa que não estará em Porto Alegre nos dias da Conferência. Arg. Sônia fala da importância de colocar alguém da SMPAE no eixo gestão da cidade.

ENCAMINHAMENTOS:

Arg. Vaneska reforça que o material será compartilhado.

Arg. Guilherme reforça a importância de se indicar mais nomes de colegas para participarem das discussões nos eixos e na Conferência. Informa que assim que tiver produtos da Consultoria serão disponibilizados.

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Disponibilizar a apresentação sobre a Conferência no drive da Procempa;
2. Disponibilizar link da planilha dos eixos temáticos e integrantes no drive da Procempa;
3. Disponibilizar a gravação da reunião do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);
4. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 17ª reunião “17ª Reunião GT-TO _ 25.11.22.pdf”;
5. Atualizar processo **SEI 22.0.000086353-3** com o Registro da 18ª reunião e Ata (bloco de assinatura 132681).

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	JULIANA BELARDINELLI
SMOI	LUCIANO CE
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
SMDET	ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF

DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
	KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO
SMAMUS DAV	VERÔNICA RIFFEL
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente)
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE
SMED	ERIKA KUPAC VIANA
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO
SMAMUS DPU	LÍGIA SARAIVA SOARES UPU/CPU
SMAMUS DPU	MARIA PAULA REGAL
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 019/2023

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
24/02/2023	Início: 14h Término: 16h08	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações sobre os Grupos Temáticos;
- Atualizações e combinações Conferência de Avaliação do Plano diretor, dias 7, 8 e 9 de março de 2023;
- Assuntos gerais.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) cumprimenta a todos e informa sobre a ordem da reunião, iniciando a gravação.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) inicia a apresentação com informações gerais e alinhamento sobre o cronograma de revisão do Plano Diretor, atualizações sobre a Conferência de Avaliação do PDDUA, como serão os trabalhos nos dias e palestrantes confirmados por eixo. Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) solicita que sejam informados os Coordenadores de cada eixo temático para os colegas terem como foco os contatos de cada grupo. Arq. Vaneska apresenta a metodologia a ser utilizada no segundo dia, com os grupos dos eixos temáticos, baseada na metodologia *World Café* e fala da necessidade de termos apoiadores dos diversos órgãos e secretarias para ajudarem no trabalho, deixando a palavra então para os colegas para esclarecimentos.

Arq. Fabiana (SMOI) pede esclarecimento sobre o trabalho nas mesas em rodadas para melhor entendimento, se os participantes terão que trocar de mesas, se todos irão debater em todas as mesas ou se podem ficar em determinado tema durante todo o trabalho. Arq. Vaneska esclarece que a ideia é as pessoas se movimentarem porque foi visto que muitas pessoas gostariam de debater sobre mais de um tema, além da interconexão entre os subgrupos. Arq. Fabiana pergunta se o anfitrião será da prefeitura ou do público, ao que a Arq. Vaneska responde que alguém vai ter que permanecer, que teria o apoiador e os viajantes. Arq. Fabiana questiona como será feita a síntese depois da dinâmica, se é de todas as mesas, ou se a pessoa de referência que leva as informações, ao que a Arq. Sônia (DEL/SMAMUS) questiona se cada apoiador poderia ser de todos os assuntos, não só de um, não sendo necessário girar as mesas e em cada rodada discutir sobre outros assuntos e depois todos contribuem sobre todos os assuntos. Arq. Guilherme esclarece que nem todas as pessoas vão trocar de mesa, mas ficam outros fixos, para possibilitar a troca, e explica que será feita uma adaptação da metodologia porque são grupos grandes e relata que já participou de uma oficina com esta metodologia. Arq. Maria Paula (CPU/SMAMUS) sugere que se entregue números às pessoas na hora da inscrição para depois seguir a sequência, ao que a Arq. Natalia (CPU/SMAMUS) complementa, ao que Arq. Sônia manifesta-se achando uma boa ideia. Arq. Fabiana questiona então porque só o apoiador não troca de mesa, e Arq. Sônia disse que entendeu que a troca enriquece a discussão. Os participantes continuam discutindo o formato da troca das mesas e trazendo diversas contribuições.

Arq. Vaneska diz que a forma de como serão feitos os registros ainda precisa ser definida. Passa a convidar os participantes para atuarem como apoiadores. Reforça que é necessário que a pessoa esteja de manhã e de tarde para auxiliar nos trabalhos e informa a quantidade de inscritos por tema, e a necessidade de se ter mais de uma sala por tema dependendo do número de inscritos. Arq. Catiane reforça a necessidade de ter os papéis definidos, mas também a possibilidade de no dia ter que assumir outra função conforme a necessidade. Arq. Ana Paula (SMOI) fala da importância de se ir fazendo os registros nas mesas, com as perguntas na mesa, e que isso já serviria como registro. Arq. Catiane esclarece que na parte da manhã será realizado o exercício tipo brainstorm e na parte da tarde serão feitos os registros e compilação de tudo o que foi discutido pela manhã, e compor as indicações de cada grupo. Arq. Selma (DEL/SMAMUS) questiona como será feito o registro já que as pessoas estão trocando de mesa, e como fazer o exercício da tarde. Arq. Vaneska esclarece que o apoiador auxiliará no registro que ficará nas mesas, e a tarde

será feita a compilação, e fala da importância de fazer um teste para ver quais materiais necessários. O grupo continua discutindo sobre a questão dos registros, com contribuições diversas.

Arg. Guilherme passa para a leitura da planilha com os nomes dos apoiadores e confirmando a disponibilidade dos colegas.

ENCAMINHAMENTOS:

Arg. Guilherme reunião de alinhamento sobre a metodologia. Informa sobre as vistorias realizadas junto com a Consultoria EY e parceiros. Reforça a importância das reuniões dos eixos para aprofundar as discussões específicas.

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Disponibilizar a apresentação sobre a Conferência no drive da Procempa;
2. Disponibilizar link da planilha dos eixos temáticos e integrantes no drive da Procempa;
3. Disponibilizar a gravação da reunião do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);
4. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 19ª reunião “19ª Reunião GT-TO _ 24.02.23.pdf”;
5. Atualizar processo **SEI 22.0.000086353-3** com o Registro da 19ª reunião e Ata (bloco de assinatura 132681).

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
EPTC	VÂNIA CRISTINA DE ABREU
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	JULIANA BELARDINELLI
SMOI	LUCIANO CE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
SMAMUS DAV	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
SMAMUS DEL	VERÔNICA RIFFEL
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI

	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI
	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	LÍGIA SARAIVA SOARES UPU/CPU
SMED	ERIKA KUPAC VIANA
SMAMUS DPU	VINÍCIOS SILVA UPU/CPU
SMAMUS DLMA	JOÃO ROBERTO MEIRA EOUS
SMAMUS DAV	NAIANA MAURA JOHN CPOAV
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO
SMAMUS DAV	VALERIA CPOAV
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente)
SMAMUS DLMA	CLAUDIO ROBERTO NILSON
SMAMUS DPU	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	MARIA PAULA REGAL
SMAMUS DPU	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS UPE/CPU
SMAMUS DAV	ALESSANDRA MOREIRA CPOAV
SMCEC	MANDERPOOL CARDOSO DAMASIO
SMAMUS DLMA	JANINE VIEZER EOUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO URBANO - CPU/SMAMUS
DESPACHO

Aos membros do GT-TO,

Anexamos o Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho Técnico Operacional da 2ª Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de 2022/2023 (23465805) até a Conferência de Avaliação do PDDUA, conforme mencionado na reunião de 05/05/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Catiane Burghausen Cardoso, Chefe de Unidade**, em 05/05/2023, às 16:39, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Silveira Castanheira, Chefe de Unidade**, em 13/06/2023, às 12:41, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **23465715** e o código CRC **E35C6B74**.

Relatório

Atividades do Grupo de Trabalho Técnico Operacional da 2ª Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental

Porto Alegre, 2023

Diretoria de Planejamento Urbano

Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

GOVERNO MUNICIPAL

Sebastião Melo

Prefeito de Porto Alegre

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E
SUSTENTABILIDADE

Germano Bremm

Secretário do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Cíntia Rockenbach

Secretária Adjunta do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Patrícia da Silva Tschoepke

Diretora de Planejamento Urbano

Vaneska Paiva Henrique

Guilherme Silveira Castanheira

Catiane Burghausen Cardoso

Coordenação do Grupo de Trabalho Técnico Operacional

EQUIPE TÉCNICA

*Coordenação Técnica da
Revisão do Plano Diretor:*

Arq. Esp. Patrícia da Silva Tschoepke

Arq. Esp. Gisele Coelho Vargas

Arq. Esp. Renata Saffer

Eng. MSc. Matheus Chidiac Marchiori

Arq. Esp. Caroline Glordani Meine

Arq. MSc. Vaneska Paiva Henrique

Arq. MSc. Guilherme Silveira Castanheira

Arq. Esp. Catiane Burghausen Cardoso

Arq. Daniela Vieira da Silva

Arq. Letícia Cruz Klein

Arq. Esp. Carolina Wallau de Oliveira Kessler

Eng. Tânia Regina Quintana Rodrigues

Arq. Esp. Antônio Luis Gomes Pinto

Eng. Tiago Rutsatz Salomoni

Apoio Técnico:

Arq. Esp. Maria Paula Ludke Regal

Arq. Vinícios da Silva

Arq. Esp. Ana Aguirre

Sumário

I. Introdução	7
1. Contexto: a 2ª Revisão do PDDUA	7
2. A estrutura organizacional da Revisão do Plano Diretor	9
3. O Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO)	10
4. A estrutura deste documento	13
II. GT-TO: avaliação do Plano Diretor vigente	14
5. Dinâmica sobre os Princípios do PDDUA	14
6. Leitura das Secretarias e Órgãos acerca das Estratégias do PDDUA	18
a. Estratégia de Estruturação Urbana	21
b. Estratégia de Mobilidade Urbana	27
c. Estratégia de Uso do Solo Privado	34
d. Estratégia de Qualificação Ambiental	35
e. Estratégia de Promoção Econômica	45
f. Estratégia de Produção da Cidade	54
g. Estratégia do Sistema de Planejamento	61
III. GT-TO: Eixos Temáticos	67
a. Eixo Temático: Desenvolvimento Social e Cultural	72
b. Eixo Temático: Ambiente Natural	79
c. Eixo Temático: Mobilidade e Transporte	85
d. Eixo Temático: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana	88
e. Eixo Temático: Desenvolvimento Econômico	99
f. Eixo Temático: Gestão da Cidade	103
IV. Conferência de Avaliação do Plano Diretor	105
7. Consolidação dos Eixos Temáticos	105
8. Grupos Temáticos	105
9. Organização	105
10. Participação	105
V. Considerações Finais	106
11. Conclusões	106
12. Próximos passos	106
VI. Anexos	107
13. Portaria GT-TO	
14. Registros de Reuniões	
15. Correlação Estratégia PDDUA, temas do GERPD e Conflitos e Potencialidades Projetuais elencados no IC (1996), anexos a este documento.	

Lista de Abreviações e Siglas

CMDUA - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental
CPU - Coordenação de Planejamento Urbano
CT - Coordenação Técnica
DAV - Diretoria de Áreas Verdes
DEL - Diretoria do Escritório de Licenciamento
DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgotos
DEM HAB/SMHARF - Departamento Municipal de Habitação/ Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária
DLMA - Diretoria de Licenciamento e Monitoramento Ambiental
DMLU - Departamento Municipal de Limpeza Urbana
DPPS - Diretoria de Projetos e Políticas de Sustentabilidade
DPU - Diretoria de Planejamento Urbano
EPTC - Empresa Pública de Transporte e Circulação de Porto Alegre
ET - Eixo Temático
EY - Ernst & Young Global Limited
FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania
GERPD - Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores
GT-CT - Grupo de Trabalho Consultivo Técnico
GT-CR - Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Planejamento
GT-TO - Grupo de Trabalho Técnico Operacional
IC/96 - Informe Complementar de 1996
IN - Instrução Normativa
LTA - Long Term Agreement
NAU - Nova Agenda Urbana
ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU - Organização das Nações Unidas
ONU-Habitat - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

OP - Orçamento Participativo

PCTI - Projeto de Cooperação Técnica Internacional

PDDUA - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental

PGM - Procuradoria-Geral do Município

PNUD - Projeto de Cooperação Técnica Internacional

PROCEMPA - Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre

RGP - Regiões de Gestão do Planejamento

SMAMUS - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

SMCEC - Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

SMDS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

SMDET - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

SMED - Secretaria Municipal de Educação

SMELJ - Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude

SMF - Secretaria Municipal da Fazenda

SMGOV - Secretaria de Governança Local e Coordenação Política

SMMU - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana

SMOI - Secretaria de Obras e Infraestrutura de Porto Alegre

SMPAE - Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos

SMS - Secretaria Municipal da Saúde

SMSEG - Secretaria Municipal de Segurança

SMSURB - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

Lista de Ilustrações

Figuras

Figura 1 – Painel de contribuições da dinâmica sobre os Princípios do PDDUA	14
Figura 2 – IC/96 capa e índice	18
Figura 3 – Correlação temas CMDUA e ODSs	69
Figura 4 – Dinâmica CT	71

Quadros

Quadro 1 – Contribuições do Grupo 1 sobre os Princípios do PDDUA	15
Quadro 2 – Contribuições do Grupo 2 sobre os Princípios do PDDUA	15
Quadro 3 – Contribuições do Grupo 3 sobre os Princípios do PDDUA	16
Quadro 4 – Contribuições do Grupo 4 sobre os Princípios do PDDUA	16
Quadro 5 – Contribuições do Grupo 5 sobre os Princípios do PDDUA	16
Quadro 6 – Contribuições do Grupo 6 sobre os Princípios do PDDUA	17
Quadro 7 – Conflitos e potencialidades	19
Quadro 8 – Sumário: Estratégias, Programas e Subprogramas	20
Quadro 9 – Estratégia de Estruturação Urbana	20
Quadro 10 – Programa de Espaços Abertos	21
Quadro 11 – Quadro Estratégia de Estruturação Urbana – I. Programa de Espaços Abertos	22
Quadro 12 – Quadro Estratégia de Estruturação Urbana – I. Programa de Integração Metropolitana	26
Quadro 13 – Estratégia de Mobilidade Urbana – I. Programa de Transporte Coletivo	28
Quadro 14 – Estratégia de Mobilidade Urbana – II. Programa de Centros de Transbordo e de Transferência	29
Quadro 15 – Estratégia de Mobilidade Urbana – III. Programa Viário	31
Quadro 16 – Estratégia de Mobilidade Urbana – IV. Programa de Garagens e Estacionamentos	32
Quadro 17 – Estratégia de Mobilidade Urbana – V. Programa de Trânsito	33
Quadro 18 – Estratégia de Uso do Solo Privado – I. Programa de Gerenciamento do Plano Regulador	34
Quadro 19 – Estratégia de Qualificação Ambiental – I. Programa de Valorização do Patrimônio Cultural	37
Quadro 20 – Estratégia de Qualificação Ambiental – II. Programa de Proteção às Áreas Naturais	38
Quadro 21 – Estratégia de Qualificação Ambiental – III. Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas	39
Quadro 22 – Estratégia de Qualificação Ambiental – IV. Programa de Conservação de Energia	41
Quadro 23 – Estratégia de Qualificação Ambiental – V. Programa de Gestão Ambiental	42
Quadro 24 – Estratégia de Qualificação Ambiental – VI. Programa Prevenção e Controle da Poluição	43
Quadro 25 – Estratégia de Promoção Econômica – I. Programa de Dinamização da Economia	46

Quadro 26 – Estratégia de Promoção Econômica – II. Programa de Qualificação da Cidadania	48
Quadro 27 – Estratégia de Promoção Econômica – III. Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8	50
Quadro 28 – Estratégia de Promoção Econômica – IV. Programa de Incentivos a Investimentos	51
Quadro 29 – Estratégia de Promoção Econômica – V. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no Centro Histórico	52
Quadro 30 – Estratégia de Promoção Econômica – VI. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no Centro Histórico, durante o turno da noite	53
Quadro 31 – Estratégia de Produção de Cidade – I. Programa de Projetos Especiais	55
Quadro 32 – Estratégia de Produção de Cidade – II. Implementação de Programas de Habitação de Interesse Social	56
Quadro 33 – Estratégia de Produção de Cidade – III. Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano	58
Quadro 34 – Estratégia de Produção de Cidade – IV. Programa de Incentivos à Habitação para baixa e média renda	59
Quadro 35 – Estratégia de Produção de Cidade – V. Programa de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do Centro Histórico	60
Quadro 36 – Estratégia do Sistema de Planejamento – I. Programa de Gerenciamento de Políticas	62
Quadro 37 – Estratégia do Sistema de Planejamento – II. Programa de Regionalização e Participação da Comunidade	63
Quadro 38 – Estratégia do Sistema de Planejamento – III. Programa de Sistema de Informações	64
Quadro 39 – Estratégia do Sistema de Planejamento – IV. Programa de Comunicação e Educação Ambiental	65
Quadro 40 – Estratégia do Sistema de Planejamento – V. Programa de Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano	66
Quadro 41 – Correlação temas CMDUA e Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores	69
Quadro 42 – Correlação estratégias CMDUA e ODSs	70
Quadro 43 – Temas e subtemas	72
Quadro 44 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Desenvolvimento Social e Cultural	73
Quadro 45 – temas sugeridos: Ambiente Natural	79
Quadro 46 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Ambiente Natural	79
Quadro 47 – temas sugeridos: Mobilidade e Transporte	85
Quadro 48 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Mobilidade e Transporte	85
Quadro 49 – temas sugeridos: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana	88
Quadro 50 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana	88
Quadro 51 – temas sugeridos: Desenvolvimento Econômico	99
Quadro 52 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Desenvolvimento Econômico	99
Quadro 53 – temas sugeridos: Gestão da Cidade	103
Quadro 54 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Gestão da Cidade	104

I. Introdução

O objetivo deste relatório é demonstrar um panorama geral dos trabalhos realizados no Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO) da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, desde o início dos trabalhos de avaliação do mesmo, o que ocorreu no ano de 2022, até a elaboração de subsídios para a realização da Conferência de Avaliação do Plano Diretor, ocorrida nos dias 07, 08 e 09 de março de 2023.

1. Contexto: a 2ª Revisão do PDDUA

O **Plano Diretor** é uma Lei Municipal que, de acordo com as diretrizes do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), deve ser revisado a cada, no máximo, 10 anos. O atual Plano Diretor de Porto Alegre, chamado Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), foi instituído pela **Lei Complementar 434/99** e modificado pela LC 646/2010, produto de sua primeira revisão, e por alterações posteriores.

Mais do que uma Lei, o Plano Diretor é um pacto entre a sociedade, o Estado (enquanto entidade técnica que deve trabalhar para concretizar o pacto) e os governos (atual e os que virão até 2030). Ele influi em questões como o tempo que gastamos para nos deslocar na cidade, a segurança, a qualidade de vida e a capacidade de prevenção a eventos climáticos extremos. E, para garantirmos a manutenção desse pacto ao longo da década, é fundamental que todos façam parte de sua construção.

Desde 2016, o poder Executivo vem planejando como será a 2ª Revisão do PDDUA. Em agosto de 2019, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre firmou um **Memorando de Entendimento** com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) a fim de realizar cooperação técnica internacional com o objetivo de contribuir para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Porto Alegre e outras iniciativas urbano-ambientais.

Entre outubro e novembro de 2019, ocorreu a primeira rodada participativa do processo de Revisão do Plano Diretor, no formato de **Oficinas Temáticas Territoriais nas Regiões de Gestão do Planejamento**.

Em dezembro de 2019, foi assinado o **Projeto de Cooperação Técnica Internacional** com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), denominado **“POA 2030, Inovadora, Integrada, Resiliente e Sustentável”**, com o objetivo geral de promover o desenvolvimento urbano integrado e sustentável do Município através do fornecimento de subsídios para a elaboração da revisão do Plano Diretor, tendo como base de referência os princípios da Nova Agenda Urbana (NAU) e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

No início de 2020, após o término da primeira rodada participativa do processo de Revisão do Plano Diretor, o país e o mundo viveram o período da pandemia do Coronavírus e, em virtude disto, através da **Instrução Normativa 15/2020**, ficou decretada a suspensão das atividades do processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre

:

Art. 13 Ficam suspensas todas as atividades do processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre, à exceção das atividades de atribuição exclusiva do Executivo Municipal, a cargo da Diretoria-Geral de Planejamento Urbano Sustentável, conforme anexo desta Instrução Normativa.

Durante o período de pandemia, foram desenvolvidos trabalhos internos de sistematização e análise dos resultados das Oficinas Temáticas Territoriais nas Regiões de Gestão do Planejamento realizadas em 2019 e foi elaborada a **Instrução Normativa 04/2021**¹, aprovada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), instituindo o procedimento para a Revisão do Plano Diretor. Na IN 04/2021, foram definidos os objetivos da Revisão, sua estrutura organizacional básica, suas etapas e os procedimentos dos processos de participação no âmbito da Revisão.

Em maio de 2022, a Secretaria do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade anunciou o **novo cronograma de trabalho para a revisão** do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) durante uma reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA). Os passos seguintes foram a consolidação e operação dos Grupos de Trabalho previstos na Instrução Normativa 04/2021, o planejamento dos próximos momentos de participação da sociedade e a contratação das consultorias.

Em dezembro de 2022, momento de elaboração deste Relatório, já havia sido finalizada a **(i) Etapa Preparatória** da Revisão e estava em andamento a segunda etapa, chamada **(ii) Leitura da Cidade**, que tem como objetivo a apropriação das características do território e a discussão dos seus principais problemas, conflitos e potencialidades, levando em consideração as avaliações técnicas produzidas e as avaliações efetuadas

¹ PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. **Instrução Normativa nº 4, de 10 de fevereiro de 2021**. Institui o procedimento para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), e dá outras providências. Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/hotsites/smams/plano-diretor/IN_04-2021.pdf.

pela população como um todo. Na sequência, ocorrerão as etapas **(iii) da Sistematização e das Propostas, (iv) da Aprovação e (v) da Implantação e Monitoramento.**

2. A estrutura organizacional da Revisão do Plano Diretor

Conforme estabelecido pela **IN 04/2021**, para garantir o controle social do processo através da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade, o processo da 2ª Revisão do PDDUA vem sendo conduzido através da seguinte estrutura organizacional básica:

I – Coordenação Técnica (CT), de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS), composta por servidores da Diretoria de Planejamento Urbano (DPU-SMAMUS), com o apoio das demais estruturas administrativas da SMAMUS.

A CT é responsável, em termos gerais, por coordenar e gerenciar os trabalhos da Revisão, desde sua concepção até o fornecimento de apoio técnico ao Legislativo para o debate dos Projetos de Lei na Câmara Municipal, incluindo a produção dos estudos técnicos necessários com subsídio das consultorias técnicas contratadas, dos órgãos do Município e dos Grupos de Trabalho, no que couber.

II – Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO), composto por representantes dos órgãos da Administração Municipal, direta e indireta, com membros indicados pelo Prefeito Municipal.

Compete ao GT-TO, em termos gerais, participar na elaboração e no desenvolvimento dos trabalhos da Revisão do Plano Diretor, contribuindo com análises e formulações técnicas de propostas relacionadas às políticas setoriais.

III – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), Conselho permanente com composição determinada no art. 40 do PDDUA.

Compete ao CMDUA, no âmbito da Revisão do PDDUA, em termos gerais, acompanhar e monitorar o processo e aprovar a conclusão de suas etapas; assim como discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão, emitindo pareceres, e acompanhar a tramitação do projeto de lei na Câmara Municipal.

IV – Grupo de Trabalho Consultivo Técnico (GT-CT), composto por integrantes do **CMDUA**, por **Universidades** com curso de graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo que manifestarem interesse na participação e por demais **entidades**, com atuação afetas ao planejamento urbano com sede em Porto Alegre, que

ingressaram no grupo mediante manifestação de interesse em resposta ao **Edital de Convocação 002/2022**, com portaria a ser publicada.

Compete ao GT-CT, em termos gerais, discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão, emitindo manifestações técnicas conjuntas; assim como participar, apoiar a organização e colaborar na mobilização da sociedade para participar das atividades colaborativas da Revisão.

V - Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR), com representação composta pelas oito Regiões de Gestão do Planejamento (RGP), bem como um representante do Orçamento Participativo e demais integrantes do CMDUA que tiverem interesse em participar.

Compete ao GT-CR, em termos gerais, discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão, emitindo pareceres conjuntos; assim como participar, apoiar a organização e colaborar na mobilização da sociedade para participar das atividades colaborativas da Revisão.

Para caracterizações detalhadas das atribuições de cada grupo, consultar a integralidade do conteúdo da Instrução Normativa 04/2021.

3. O Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO)

O Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO) da 2ª Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre, composto por representantes de órgãos da Administração Municipal direta e indireta, indicados pelo Prefeito Municipal, foi instituído pela **IN 04/2021** e constituído através da **Portaria 460/22²**, de 14/06/2022 (Processo 21.0.000053535-1).

Conforme a Portaria, foram designados para integrar o GT-TO representantes do DEMHAB/SMHARF, SMMU, EPTC, SMCEC, SMOI, SMPAE, SMGOV, PGM, SMED, SMF, SMS, SMSEG, SMDS, FASC, SMDDET, SMELJ, SMSURB, DMLU, DMAE, PROCEMPA, SMAMUS-DPU, SMAMUS-DLMA, SMAMUS-DAV, SMAMUS-DEL e SMAMUS-DPPS. Foram também designados três representantes da SMAMUS-DPU, integrantes da Coordenação Técnica (CT), para a coordenação do grupo.

O **objetivo do GT-TO** é colaborar nas diversas etapas da Revisão a partir de uma visão multidisciplinar e integrada dos diversos aspectos referentes ao ordenamento territorial, promovendo a troca de conhecimento entre os integrantes, facilitando a construção do conhecimento e possibilitando a prática da cooperação para atingir o

² Disponível em: https://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/4413_ce_20220615_executivo.pdf

objetivo central da 2ª Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre: a promoção do desenvolvimento, qualificação e expansão urbana a partir de “estratégias de desenvolvimento sustentável, harmonia com o meio ambiente e garantia de qualidade de vida para as futuras gerações” (PORTO ALEGRE, 2010).

Em termos de atribuições, **compete ao GT-TO** participar na elaboração e no desenvolvimento dos trabalhos, contribuindo com análises e formulações técnicas de propostas relacionadas às políticas setoriais, envolvendo:

- I – fornecer os dados e informações que forem solicitadas pela Coordenação Técnica;
- II – colaborar na análise dos resultados dos estudos realizados, propondo ajustes e complementações, quando for o caso;
- III – colaborar na elaboração dos documentos consolidados e na sistematização das informações produzidas;
- IV – colaborar na elaboração de minutas de Projetos de Lei e regulamentações, com vistas a garantir a efetiva implementação das políticas resultantes do processo de revisão;
- V – prestar suporte na realização dos processos de participação da sociedade, bem como na análise de resultados.

Em termos de atividades, o GT-TO realizou sua primeira reunião, em formato remoto, em 01 de julho de 2022. Ao longo do segundo semestre de 2022, foram realizadas 17 reuniões que trataram da avaliação do Plano Diretor vigente e da proposição de Eixos Temáticos de debate para o processo de Revisão do Plano, seguidas por um encontro com representantes da Consultoria Internacional Ernst Young (EY), contratada para subsidiar a Revisão do Plano Diretor. No início de 2023 foram realizadas mais duas reuniões (18ª e 19ª), que trataram sobre a organização dos grupos de trabalho por Eixo Temático e sobre a Conferência de Avaliação do Plano Diretor.

A **1ª (01/07/2022)** e a **2ª (08/07/2022) reuniões** trataram de uma introdução à temática. Abordou-se a estrutura do PDDUA, o Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCTI) assinado com o PNUD para auxiliar a Revisão do Plano, conceitos a serem abordados dentro da Revisão, a Plataforma de Planejamento, como se dará o processo da Revisão do PDDUA (estrutura, etapas, participação social), a estrutura de trabalho dos grupos, os objetivos e as atribuições do GT-TO. Também foi realizada uma breve apresentação dos integrantes do GT.

Na **3ª reunião (15/07/2022)**, apresentaram-se os Princípios e as Estratégias do PDDUA, sua interlocução com Agendas Internacionais (NAU e ODS) e, na sequência, realizou-se uma dinâmica de discussão sobre seus Princípios. Na **4ª (29/07/2022)**, **5ª (05/08/2022)** e

6ª (12/08/2022) reuniões, secretarias e órgãos realizaram apresentações correlacionando seus planos, projetos e programas às Estratégias do PDDUA. Na **7ª reunião (19/08/2022)**, retomou-se o cronograma de atividades do GT-TO e realizou-se uma apresentação sobre o Modelo Espacial do PDDUA. Na **8ª reunião (26/08/2022)**, foi apresentada a compilação de resultados da leitura das secretarias/órgãos acerca das Estratégias do PDDUA.

A **9ª reunião (02/09/2022)** foi a primeira atividade presencial do GT-TO. Nela, apresentou-se uma correlação entre os temas elencados pela sociedade e debatidos no CMDUA³ no início do processo de Revisão do Plano Diretor, os temas do Guia para Elaboração e Revisão dos Planos Diretores do Ministério do Desenvolvimento Regional, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável⁴ (Agenda 2030 da ONU) e as Estratégias do PDDUA. Na sequência, apresentou-se uma proposta de seis Eixos Temáticos para guiar os debates sobre a Revisão do Plano, concebida pela Coordenação Técnica (CT): Desenvolvimento Social e Cultural; Ambiente Natural; Mobilidade e Transporte; Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana; Desenvolvimento Econômico; e Gestão da Cidade. Os participantes do GT-TO foram divididos entre os Eixos para uma dinâmica colaborativa de debate sobre os tópicos que compõem cada um.

Na **10ª reunião (16/09/2022)**, foram elencados alguns alinhamentos sobre o processo de revisão (número de reuniões, exposições e andamento das contratações de consultorias) e apresentou-se uma compilação das contribuições sobre os Eixos Temáticos realizadas na reunião anterior.

Na **11ª reunião (23/09/2022)**, foram trazidas atualizações sobre as contratações das consultorias para a Revisão do Plano Diretor e apresentou-se a estrutura do *Long Term Agreement* (LTA), através do qual foi contratada a Consultoria Internacional Ernst & Young (EY), os temas a serem considerados pelas consultorias, os produtos esperados, previsões de entrega e sua correlação com as etapas da Revisão.

³ Definiu-se 12 Temas a partir de informações coletadas no Seminário de Revisão do Plano Diretor, realizado em 07/12/2016, e do Workshop com o CMDUA, realizado em 04/10/2017, que estão disponíveis para consulta em:

<https://prefeitura.poa.br/planodiretor/linha-do-tempo/definicao-dos-12-temas-prioritarios>).

⁴ Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são compostos por 169 metas e integram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, uma política global adotada pelos países membros das Nações Unidas a partir da Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em setembro de 2015. Os ODS estão disponíveis para consulta em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Na **12^a (30/09/2022)**, **13^a (07/10/2022)**, **14^a (21/10/2022)**, **15^a (04/11/2022)**, **16^a (25/11/2022)** e **17^a (08/12/2022)** reuniões foram realizadas apresentações de cada um dos seis eixos temáticos de debate.

Próximo ao final do ano, em 14/12/2022, foi realizado um **encontro do GT-TO com a equipe da Consultoria Internacional Ernst Young (EY)**, contratada para subsidiar a Revisão do Plano, no qual a Coordenação Técnica (CT) apresentou o que o GT-TO vinha discutindo relativo a cada Eixo Temático e ocorreram momentos para debates e perguntas.

Na **18^a (12/01/2023)** e **19^a (24/02/2023)** reuniões, foram trazidas atualizações das contratações, cronograma da Revisão e das próximas ações, em especial a Conferência de Avaliação do Plano Diretor. Falou-se sobre a organização dos grupos de trabalho por Eixo Temático e sobre a programação da Conferência.

4. A estrutura deste documento

Para registro das atividades elaboradas pelo Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO) da 2^a Revisão do PDDUA, no transcorrer de suas atividades em 2022, o presente documento estrutura-se em três capítulos, após esta introdução (Capítulo I).

O **Capítulo II** trata das atividades de Avaliação do Plano Diretor vigente realizadas pelo GT-TO. Apresentam-se os resultados da dinâmica de discussão sobre os Princípios do PDDUA e os resultados da leitura das secretarias e órgãos integrantes do GT-TO acerca das Estratégias do PDDUA.

O **Capítulo III** é dedicado a relatar as discussões desenvolvidas pelo GT-TO a partir de 6 Eixos Temáticos iniciais⁵ de debate: Desenvolvimento Social e Cultural; Ambiente Natural; Mobilidade e Transporte; Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana; Desenvolvimento Econômico; e Gestão da Cidade.

Por fim, no **Capítulo IV** são apresentadas considerações finais e próximos passos para as atividades do GT-TO.

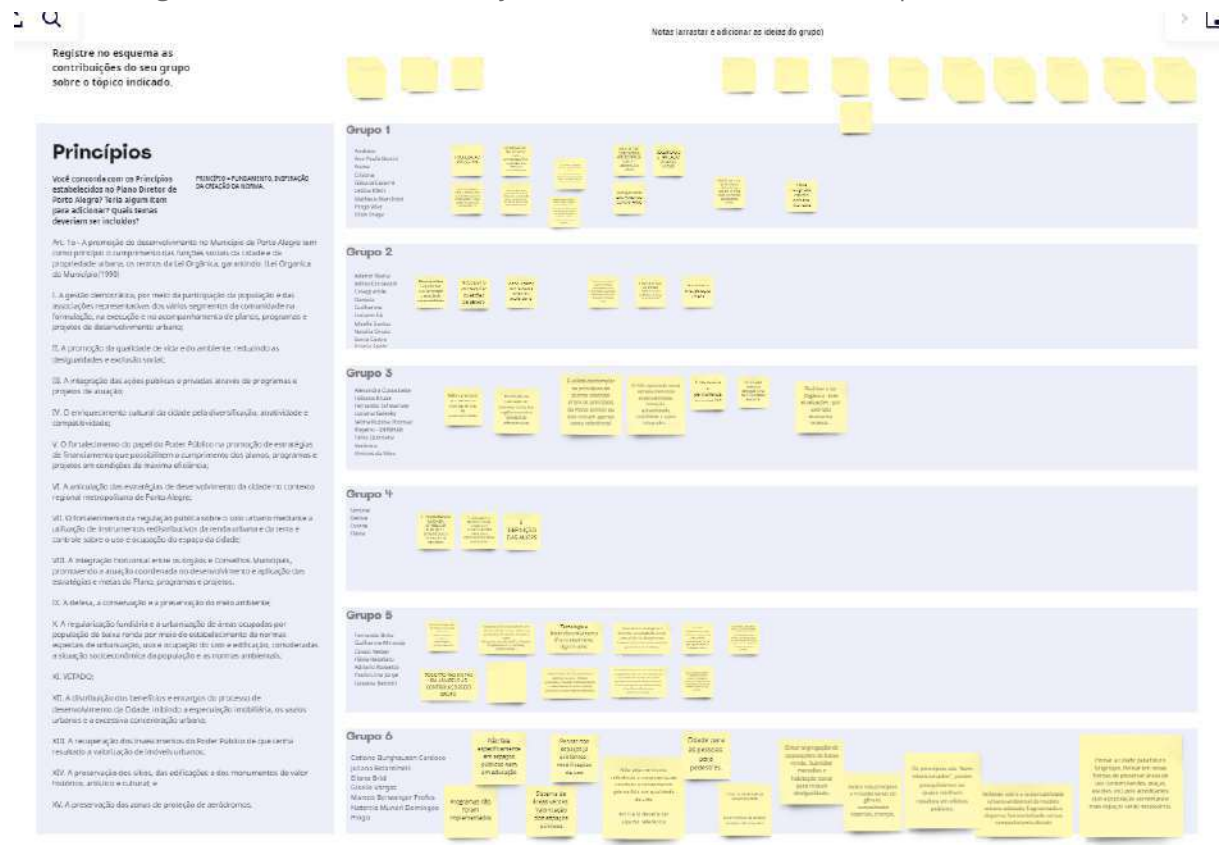
⁵ Inicialmente, foram propostos 6 Eixos Temáticos, que guiaram as discussões do GT-TO durante 2022. Com o decorrente amadurecimento dos tópicos abordados, avaliou-se que era mais adequado que “Patrimônio Cultural” formasse um Eixo Temático próprio, independente do “Desenvolvimento Social e Cultural”, totalizando os 7 (sete) Eixos Temáticos debatidos na Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre em março de 2023. Como este documento relata as atividades já realizadas pelo GT-TO, as discussões sobre os Eixos Temáticos serão apresentadas conforme ocorreram, subdivididas em 6 Eixos.

II. GT-TO: avaliação do Plano Diretor vigente

5. Dinâmica sobre os Princípios do PDDUA

Na 3ª reunião do GT-TO, após a apresentação dos Princípios e as Estratégias do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e de sua interlocução com a Nova Agenda Urbana (NAU) e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, realizou-se uma dinâmica de discussão sobre os **Princípios do PDDUA**. Para a realização da dinâmica, os membros do GT-TO foram divididos de forma aleatória em grupos pelo *software* Teams e as contribuições de cada grupo foram inseridas na plataforma Miro.

Figura 1 – Painel de contribuições da dinâmica sobre os Princípios do PDDUA



Fonte: elaboração DPU

No processo posterior de sistematização da dinâmica, optou-se por identificar de qual Eixo Temático (Desenvolvimento Social e Cultural; Ambiente Natural; Mobilidade e Transporte; Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana; Desenvolvimento Econômico; e Gestão da Cidade) cada contribuição mais se aproximava, conforme elencado na sequência.

Quadro 1 – Contribuições do Grupo 1 sobre os Princípios do PDDUA

Contribuições do Grupo 1 sobre os Princípios do PDDUA	Eixos Temáticos
Programas (Rio tem incentivo para empreendedores cuidarem das Áreas de Preservação).	Ambiente Natural
Incentivos reais para a preservação das Áreas de Preservação. Continuidade da sua manutenção pós entrega das obras. Áreas acabam sendo invadidas.	
Áreas verdes como sistema: áreas de praça, parques, arborização viária.	
Classificação e tipificação de áreas verdes.	
Revisão das áreas de patrimônio cultural com inclusão de áreas verdes – percursos culturais/áreas verdes.	
Agregar acessibilidade – conflito entre rampas e rotas acessíveis com ciclovias/ciclofaixas sobre passeio público ou em interseções. Também podem ser revistos materiais aceitos para passeios.	Mobilidade e Transporte
Cidade miscigenada – redução do problema de mobilidade.	Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana
Política Pública para Planejamento do Sistema de Áreas Verdes (hoje se utiliza mais o sistema de parcelamento).	
Planejamento dos Equipamentos Comunitários.	
Promover a produtividade da cidade.	Desenvolvimento Econômico
Priorizar o real planejamento da cidade – incentivos tributários, agilidade, desenvolvimento.	
Fiscalização preventiva.	Gestão da Cidade

Quadro 2 – Contribuições do Grupo 2 sobre os Princípios do PDDUA

Contribuições do Grupo 2 sobre os Princípios do PDDUA	Eixos Temáticos
Necessário contemplar questões de gênero.	Desenvolvimento Social e Cultural
Penso que falta um Princípio que contemple a questão da sustentabilidade.	Ambiente Natural
Vazios urbanos com fachadas ativas (ex.: Pocket Parks).	Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana
Incentivar a miscigenação urbana.	
É necessário haver um Princípio específico para preservar as zonas de aeródromo?	Gestão da Cidade

Quadro 3 – Contribuições do Grupo 3 sobre os Princípios do PDDUA



Contribuições do Grupo 3 sobre os Princípios do PDDUA	Eixos Temáticos
Promoção da Habitação de Interesse Social nas regiões centrais e providas de infraestrutura.	Desenvolvimento Social e Cultural
Faltam Princípios que incluam as diversas formas de sustentabilidade.	Ambiente Natural
O Plano de Mobilidade Urbana (PMU) aprovado nesta semana menciona sustentabilidade, inovação, acessibilidade, mobilidade e ações integradas.	Mobilidade e Transporte
Densificação visando a utilização ótima da infraestrutura existente.	Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana
Revisitar a Lei Orgânica - tem atualizações - por exemplo economia criativa...	Desenvolvimento Econômico
É válido contemplar os Princípios de Planos Setoriais entre os Princípios do Plano Diretor ou eles entram apenas como referência?	Gestão da Cidade
É necessária a permanência do inciso XV (eixo Lomba-Restinga)?	

Quadro 4 – Contribuições do Grupo 4 sobre os Princípios do PDDUA

Contribuições do Grupo 4 sobre os Princípios do PDDUA	Eixos Temáticos
Regularização Fundiária: estabelecer conceito e estratégias de obtenção de recursos.	Desenvolvimento Social e Cultural
Habitação de Interesse Social: estabelecer estratégias para viabilizar a produção de forma mais efetiva.	
Definição das Áreas Urbanas de Ocupação Prioritária - AUOPS.	Gestão da Cidade

Quadro 5 – Contribuições do Grupo 5 sobre os Princípios do PDDUA

Contribuições do Grupo 5 sobre os Princípios do PDDUA	Eixos Temáticos
Reduzir a desigualdades socioterritoriais para garantir, em todos os bairros, o acesso a equipamentos sociais, à infraestrutura e a serviços urbanos.	Desenvolvimento Social e Cultural
Compatibilização da intensificação da ocupação do solo com a ampliação da capacidade de infraestrutura para atender às demandas atuais e futura. Prever espaços para viabilizar redes subterrâneas de energia e telecomunicações.	Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana
Na SMOI sentimos falta de maior interação do Plano com empreendimentos públicos (licenciamento, contrapartidas, etc.).	Gestão da Cidade
Integração com o licenciamento com identificação dos projetos e EVUs via Plataforma com mapas e consulta a todos.	
Mapas com camadas de EVUs, projetos, Expedientes Únicos, Habite-se, condicionantes...	
Tecnologia e georreferenciamento (plano totalmente digitalizado).	

Mapeamento dos equipamentos públicos, atuais e futuros (previstos) visando o ordenamento e direcionamento entre gestão pública e novos empreendimentos.	
Plano Diretor inteligente e dinâmico; atualizado de acordo com a vida da cidade (novos empreendimentos, intervenções públicas e atividades).	
Educação urbanística, em todos os níveis de ensino e às comunidades, capacitando-as para a participação ativa na ordenação urbana.	
A eficiência e efetividade do PDDUA é diretamente proporcional à sua facilidade de aplicação prática. Com inteligência e, principalmente, tecnologia, integrando suas regras e a aplicação na vida real (projetos).	

Quadro 6 – Contribuições do Grupo 6 sobre os Princípios do PDDUA

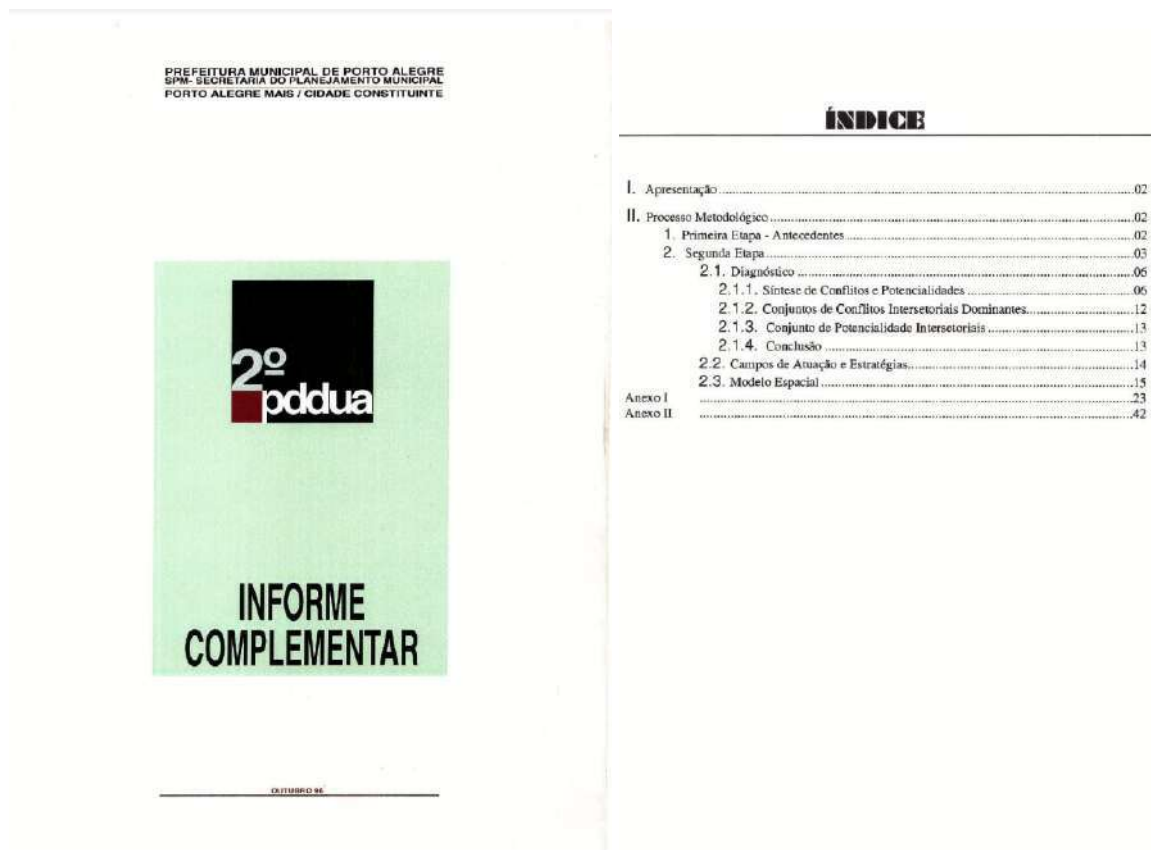
Contribuições do Grupo 6 sobre os Princípios do PDDUA	Eixos Temáticos
Não fala especificamente em espaços públicos nem em educação.	Desenvolvimento Social e Cultural
Cidade para as pessoas, para pedestres.	
Evitar segregação de populações de baixa renda, subsidiar moradias e habitação social para reduzir a desigualdade.	
Incluir nos Princípios a inclusão social: de gênero, necessidades especiais, crianças.	
Não vejo nenhuma referência a tratamento de resíduos e saneamento quando se fala em qualidade de vida, art. II e IX deveria ter alguma referência.	Ambiente Natural
Incluir as dimensões da sustentabilidade. Evitar acúmulo de resíduos em áreas não ocupadas.	
Pensar nos espaços já existentes – modificações de uso.	Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana
Sistema de áreas verdes. Valorização dos espaços públicos.	
Reflexão sobre a sustentabilidade urbano-ambiental do modelo urbano adotado; fragmentado e disperso, horizontalizado versus compacto/verticalizado.	
Pensar a cidade para um futuro longínquo. Pensar em novas formas de preservar áreas de uso comum (verdes, praças, escolas, etc.) pois acreditamos que a população aumentará e mais espaços serão necessários.	
Programas não foram implementados.	Gestão da Cidade
Os princípios são “bem intencionados”, porém pouquíssimos ou quase nenhum resultou em efeitos práticos.	

6. Leitura das Secretarias e Órgãos acerca das Estratégias do PDDUA

Na 4ª, 5ª e 6ª reuniões do GT-TO, as secretarias e órgãos municipais integrantes do grupo realizaram apresentações correlacionando seus **planos, projetos e programas** às Estratégias do PDDUA.

A partir da análise das Estratégias do PDDUA, realizou-se uma comparação com o Informe Complementar de 1996 (IC/96), documento que apresenta metodologicamente o processo de confecção do 2º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, assim como a síntese da base conceitual que fundamentou suas propostas (Figura 2).

Figura 2 – IC/96 capa e índice



Fonte: digitalização volume impresso IC/96⁶.

Em pesquisa realizada pela Coordenação de Planejamento Urbano (CPU), este foi o documento encontrado que apresenta maiores informações acerca da elaboração do

⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL. Porto Alegre Mais/ Cidade Constituinte. 2º PDDUA: Informe Complementar. Porto Alegre: Out. 1996. 130 p.

PDDUA, e que detalha as Estratégias, Programas, Subprogramas e Ações a serem realizados pelas secretarias e órgãos municipais, incluindo prazos de curto, médio e longo prazos, o que realmente configura a parte estratégica do Plano, mas por não estar inserido no texto da Lei, acabou se perdendo, inclusive na primeira revisão do PDDUA em 2010 (LC 646/10). Foi possível observar que muitas ações não foram efetivamente realizadas, e os programas dentro das Estratégias sofreram alterações desde a última revisão.

Quadro 7 – Conflitos e potencialidades

CONFLITOS E POTENCIALIDADES	CAMPOS DE ATUAÇÃO	ESTRATÉGIAS
CONFLITOS DA CIDADE CONSOLIDADA 32/POTENCIALIZAR E FLEXIBILIZAR OS ELEMENTOS ESTRUTURAIS 33/CLAREZA E VALORIZAÇÃO DA POLICENTRALIDADE 30/MODELO DE USOS DO SOLO X DESLOCAMENTOS 1/ALTA DENSIDADE X LIMITE DE INFRAESTRUTURA 22/ZONAS DE MÉDIA DENSIDADE COM INFRAESTRUTURA 23/ZONAS DE BAIXA DENSIDADE COM INFRAESTRUTURA	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CIDADE CONSOLIDADA	1 ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA 2 ESTRATÉGIA DE MOBILIDADE URBANA
DESPERDÍCIO DAS OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO SUL 10/COMPROMETIMENTO DE ÁREAS NATURAIS DE INTERESSE PARA PRESERVAÇÃO DEVIDO A OCUPAÇÃO INADEQUADA 12/FALTA DE CRITÉRIOS, FRAGILIDADE E INSUFICIÊNCIA DE INSTRUMENTOS ADEQUADOS PARA A PRESERVAÇÃO.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CIDADE NÃO CONSOLIDADA	3 ESTRATÉGIA DE USO DO SOLO PRIVADO
NECESSIDADE DE AMPLIAR A PROBLEMÁTICA DOS ESPAÇOS	ESTÍMULO AOS ESPAÇOS ABERTOS E A REVALORIZAÇÃO CULTURAL	4 ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL
OPORTUNIDADE PARA UM NOVO PAPEL METROPOLITANO	ARTICULAÇÃO METROPOLITANA	5 ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO ECONÔMICA E GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO
FALTA DE MECANISMOS PARA A PRODUÇÃO CONCERTADA 36/UTILIZAÇÃO DO SOLO CRIADO NO DESENVOLVIMENTO URBANO	ESTÍMULO À PRODUÇÃO CONCERTADA	6 ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO DA CIDADE
MUDANÇAS DE ENFOQUE E SEUS INSTRUMENTOS 18/EXCESSO DE INGERÊNCIA NA ÁREA PRIVADA X OMISSÃO ÁREA PÚBLICA	NOVO SISTEMA DE PLANEJAMENTO ABERTO, CONTÍNUO E PARTICIPATIVO	7 SISTEMA DE PLANEJAMENTO

FIGURA 7

Fonte: IC/96, p. 20.

Este material foi analisado e compilado pela CPU, e apresentado no GT-TO para fins de disseminação do conhecimento e verificação do que foi efetivamente desenvolvido até o momento, tanto das ações previstas como de novas iniciativas e que não estavam abordadas anteriormente. A seguir algumas imagens do IC/96 exemplificam como os temas foram abordados e detalhados⁷.

⁷ Muitas das secretarias e órgãos envolvidos listados na parte referente ao IC/96 não correspondem às atuais, pois passaram por diferentes reorganizações administrativas.



Quadro 8 – Sumário: Estratégias, Programas e Subprogramas

ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS	
SUMÁRIO	
1. ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	1.1. PROGRAMA DE ESPAÇOS ABERTOS 1.1.1. SUB-PROGRAMA: FORTALECIMENTO DE CENTRALIDADES 1.1.2. SUB-PROGRAMA: FORTALECIMENTO DE ÁREAS DE INTERESSE CULTURAL 1.2. PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO METROPOLITANA
2. ESTRATÉGIA DE MOBILIDADE URBANA	2.1. PROGRAMA DE TRANSPORTE DE MASSA 2.2. PROGRAMA DE CENTROS DE TRANSBORDO E DE TRANSFERÊNCIA 2.3. PROGRAMA VIÁRIO 2.4. PROGRAMA DE GARAGENS E ESTACIONAMENTOS 2.5. PROGRAMA DE TRÁFEGO
3. ESTRATÉGIA DE USO DO SOLO PRIVADO	3.1. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DO PLANO REGULADOR
4. ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	4.1. PROGRAMA: PLANO DE MANEJO AMBIENTAL 4.2. PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS NATURAIS 4.2.1. SUB-PROGRAMA: CONSERVAÇÃO DE ÁREAS NATURAIS 4.2.2. SUB-PROGRAMA: RECUPERAÇÃO DE ECOSISTEMAS OU ÁREAS DEGRADADAS 4.2.3. SUB-PROGRAMA: PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS 4.3. PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS PÚBLICAS E PRIVADAS 4.4. PROGRAMA DE SANEAMENTO E MONITORAMENTO DA POLUIÇÃO 4.4.1. SUB-PROGRAMA: SANEAMENTO 4.4.2. SUB-PROGRAMA: MONITORAMENTO DA POLUIÇÃO 4.4.3. SUB-PROGRAMA: MANEJO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS 4.5. PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA
5. ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO ECONÔMICA E GERAÇÃO DE EMPREGOS	5.1. PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA CIDADANIA 5.1.1. SUB-PROGRAMA: QUALIFICAÇÃO EMPRESARIAL PARA O MEIO-AMBIENTE 5.1.2. SUB-PROGRAMA: PRODUÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO TECNOLÓGICO E GERENCIAL 5.1.3. SUB-PROGRAMA: OCUPAÇÃO, RENDA E CONSUMO PARA OS EXCLUIDOS 5.2. PROGRAMA DE DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA 5.2.1. SUB-PROGRAMA: FOMENTO À ATIVIDADE ECONÔMICA 5.2.2. SUB-PROGRAMA: INTEGRAÇÃO REGIONAL 5.2.3. SUB-PROGRAMA: INFRA-ESTRUTURA EM TELECOMUNICAÇÕES 5.2.4. SUB-PROGRAMA: PROMOÇÃO DE ATIVIDADES RUR-URBANAS 5.2.5. SUB-PROGRAMA: ABASTECIMENTO
6. ESTRATÉGIA DE PRODUÇÃO DA CIDADE	6.1. PROGRAMA DE OPERAÇÕES CONCERTADAS 6.2. PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL 6.3. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DOS INSTRUMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS
7. ESTRATÉGIA DE SISTEMA DE PLANEJAMENTO	7.1. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS 7.2. PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO 7.3. PROGRAMA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES 7.4. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

Fonte: IC/96, p. 39.

Quadro 9 – Estratégia de Estruturação Urbana

1	ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA	2ºPDDUA
Conceitos básicos:	Policentralidade, descentralização, miscigenação, diversidade, legibilidade, fortalecimento da rede de espaços públicos, valorização da identidade natural e cultural, integração metropolitana.	
Objetivos gerais:	<ul style="list-style-type: none">■ Promover a estruturação do espaço urbano, considerando predominantemente o território público do município;■ Promover a integração metropolitana através de ações conjuntas com os outros municípios da região.	
Espaço envolvido:	Todo o território predominantemente público do município, associado às interfaces metropolitanas.	
Descrição técnica geral:	<ul style="list-style-type: none">■ Conceituação, identificação e classificação dos elementos referenciais do espaço urbano, existentes ou potenciais, e de suas conexões, com vistas a uma valorização da legibilidade da estrutura urbana através de sua reestruturação.■ Estímulo à produção concertada através de parcerias público - privadas e intervenções por projetos especiais.	
Programas correspondentes:	1.1. Programa de Espaços Abertos 1.2. Programa de Integração Metropolitana	
Áreas de governo com incumbência:	<ul style="list-style-type: none">■ Secretarias municipais (SPM, SMIC, SMAM, SMT, SMOV, SMC, Captação de Recursos, etc.);■ Organismos estaduais de pesquisa, financiamento e planejamento (METROPLAN, FEPAM, etc.);■ Universidades e agências financiadoras federais.	
Pautas para sua implementação:	<ul style="list-style-type: none">■ Capacitação dos técnicos para projetos e gerenciamento;■ Definição de instrumentos para financiamentos;■ Elaboração de planos de prioridade para investimentos compatibilizados com as diretrizes das estratégias do plano de desenvolvimento;■ Estruturação administrativa compatível com as demandas dos planos e com a perspectiva de participação da população;■ Montagem de um processo de discussão pública e de comunicação das idéias do plano.	

Fonte: IC/96, p. 40.

Quadro 10 – Programa de Espaços Abertos

ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA						
1.1	PROGRAMA DE ESPAÇOS ABERTOS - 1/2	2ºPDDUA				
1 - Descrição É o programa que visa a implementação de um "Sistema de Espaços Abertos" predominantemente públicos, que propicie o aumento da legibilidade da cidade, estruturando referenciais de caráter urbano, local ou regional. Por espaço aberto entende-se prioritariamente o espaço edificado ou não, de forte uso coletivo e interação social, com caráter de permanência. Podem estar representados por áreas especiais lugares ou unidades, quer sejam de interesse natural ou cultural, e ainda por todas as formas de conexão que permitem viabilizar fluxos entre as diversas partes do sistema. Baseia-se na perspectiva de projeção ambiental, de forma que o espaço não se configure apenas através do Plano Regulador						
2 - Componentes do Programa 1.1.1. Sub-programa: Fortalecimento de Centralidades 1.1.2. Sub-programa: Fortalecimento de Áreas de Interesse Cultural						
2.1 - Ações e ou Obras		ORGÃOS ENVOLVIDOS	PRAZOS			
			Em Andam.	Curto	Médio	Longo
■ Implantação e gerenciamento do cadastro de imóveis destinados ao Sistema de Espaços Abertos.		SPM		X		
■ Elaboração do plano anual de implantação dos espaços abertos		SPM/SMAM		X		
■ Estruturação do setor administrativo que dê suporte ao desenvolvimento do programa		SPM		X		
■ Formação de recursos humanos para o gerenciamento de projetos especiais.		UNIV / SMA/ ORG.PESQUISA		X		
■ Formulação e detalhamento de instrumentos para viabilização de propostas tais como: acordos especiais com urbanizadores, aquisição com fundos públicos, bloqueios de áreas públicas, banco de lotes, taxas de impacto, ganhos de planejamento, controle de rede espacial		SPM		X		
■ Promoção de projetos especiais e Operações Concertadas		PMPA			X	X

Fonte: IC/96, p. 41.

Na sequência, apresenta-se a compilação dos resultados das leituras das secretarias e órgãos municipais acerca de cada uma das Estratégias do PDDUA, agrupados por Estratégia - Programa, e seu comparativo com o que constava no IC/96, conforme produzido para a 8ª reunião do GT-TO.

a. Estratégia de Estruturação Urbana

Conforme o PDDUA, a Estratégia de Estruturação Urbana tem como **objetivos gerais** promover a estruturação do espaço na cidade e a integração metropolitana. Sua implementação ocorreria a partir da conceituação, identificação e classificação dos elementos referenciais do espaço urbano, existentes ou potenciais, e das suas conexões, valorizando prioritariamente o espaço público e a proposição de projetos articulados com os municípios da Região Metropolitana. Para isso, a Estratégia é constituída por dois Programas, resumidos na sequência.

O **Programa de Espaços Abertos** propõe a implementação de um sistema de espaços referenciais (edificados ou não) articulados entre si. Estes espaços teriam desde abrangência local, até urbana ou regional, e são caracterizados pelo uso coletivo e pela promoção da interação social, buscando potencializar a legibilidade da cidade através do fortalecimento das centralidades e da valorização do patrimônio ambiental.

O **Programa de Integração Metropolitana** visa articular o Plano Diretor de Porto Alegre e as ações e políticas que envolvem os municípios da Região Metropolitana, com

ênfase nas interfaces dos limites norte e leste do Município, em especial no que se refere ao transporte, uso do solo e saneamento.

Quadro 11 – Estratégia de Estruturação Urbana – I. Programa de Espaços Abertos

PDDUA – Estratégia de Estruturação Urbana – I. Programa de Espaços Abertos		Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996		
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Estruturação Urbana	I. Programa de Espaços Abertos	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Gestão de áreas verdes municipais	DAV/SMAMUS
			Gravames de áreas verdes	UEU/SMAMUS
			Terrários Urbanos	DPPS/SMAMUS
			Hortas Urbanas	DPPS/SMAMUS/ SMS
			Arborização Urbana	CAU/SMAMUS
			Projetos de Requalificação Urbana (João Alfredo, 4PECH)	CIP/DMU/SMMU
			Projetos de Urbanismo tático	CIP/DMU/SMMU
			Rede Ciclo	CIP/DMU/SMMU
			Participação em diversos projetos transversais, de escalas diferenciadas, com olhares de diversas áreas da prefeitura	SMCEC
			Execução dos projetos da Orla e revitalização e urbanização do Quadrilátero e Rua da Praia	SMOI
			Centro de Transferências de Cargas do Porto Seco	SMOI
			Trabalhos CPOAV: Orla (trecho 1 e 3); caminho do gol (Copa 2014); projeto estruturante da orla (demarcação de todas áreas verdes, mapeamento, propostas de percursos); Viva o Centro (2006); GT passagens Vila Assunção (estruturação urbana)	DAV/SMAMUS
			Espaços de promoção de saúde e ambientes adequados para atividades físicas	SMS
			Plano Municipal da Pessoa Idosa de Porto Alegre 2021-2023	SMS
			Lei 12452/18 que institui a Política Municipal dos Direitos do Idoso no Município de Porto Alegre	SMS
			Política Intersetorial de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares e de Fitoterápicos (MPMACF)	SMS
			O maior desafio para a implantação de novos equipamentos é em áreas já ocupadas, onde não há uma reserva de área para o equipamento	SMED
			Utilizam um artigo do código civil, que define as áreas urbanas, e que tem que ter um equipamento num raio de 3Km. Considera o atendimento das escolas infantis estando distante até 3Km da residência da criança que será atendida.	SMED
			Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	

Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Estruturação Urbana	Programa de Espaços Abertos	Implantação do cadastro de imóveis destinados ao Sistema de Espaços Abertos	SPM			
			Elaboração plano anual de implantação dos espaços abertos	SPM/SMAM			
			Estruturação setor administrativo que dê suporte ao desenvolvimento do programa	SPM			
			Formação de recursos humanos para o gerenciamento de projetos especiais	UNIV./SMA/ORG PESQUISA			
			Formulação e detalhamento de instrumentos para viabilizar propostas como: acordos especiais com urbanizadores, aquisição com fundos públicos, bloqueios de áreas públicas, banco de lotes, taxas de impacto, ganhos de planejamento, controle de rede espacial	SPM			
			Promoção de projetos especiais e Operações Concertadas	PMPA			
			Estruturação de oficinas permanentes de projetos a serem realizadas pelo setor público, também identificando ações a desenvolver em parceria com o privado	SPM/DEMHAB/ SMAM/SMIC/ SMT/UNIV.			
			Implantação de um sistema de gerenciamento de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos	SPAM/PGM/SMF			
			Subprograma Fortalecimento de Centralidades	Projetos "Centros de bairro":			
				Identificação de áreas com potencialidade de estruturação das centralidades locais	SPM/SMAM/ SMS/DEMHAB		
				Priorização às ações já definidas para os "Centros de Bairros" Azenha, Restinga e Dona Leopoldina	SPM		
				Desenvolvimento de projetos especiais para áreas de urbanização precária	SPM/DEMHAB/ SMAM/SMOV		
				Projeto Corredor Assis Brasil-Sertório:			
				Projeto da interface entre o conjunto IAPI e Av. Assis Brasil	SPM/SMAM/ SMOV/SMT		
				Identificação dos elementos estruturadores e potenciais do corredor	SPM/SMAM/ SMC		
				Detalhamento das áreas de terminal de transporte	SPM/SMT		
				Projeto de arquitetura da paisagem da Av. Assis Brasil	SPM/SMAM		
				Estudo de viabilidade para implantação das vias limítrofes do corredor	SPM/SMT/SMOV		
				Elaboração de Termos de Referência com vistas à contratação de projetos	SPM/SMAM/ SMOV/SMT		
				Projeto Anita-Nilo:			
				Identificação dos espaços com potencial de estruturar lugares urbanos	SPM/SMAM/SMC		
				Estudo de viabilidade para implantação das vias limítrofes do corredor	SPM/SMT		
				Elaboração de Termos de Referência com vistas à contratação de projetos	SPM/SMAM/ SMOV/SMT		



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Estruturação Urbana	Programa de Espaços Abertos	Subprograma Fortalecimento de Centralidades	Projeto Corredor Bento-Ipiranga:	
				Estudo de viabilidade para implantação das vias limítrofes do corredor	SPM/SMT/SMOV
				Elaboração de Termos de Referência com vistas à contratação de projetos	SPM/SMAM/SMOV/SMT
				Identificação de local para o desenvolvimento do projeto de "Centro de Bairro"	SPM/SMAM/SMT
				Desenvolvimento de uma Operação Concertada para valorização da área do Hospital São Pedro com usos diferenciados	SPM/SMC/SMAM/SMT/GOV. ESTADO
				Desenvolvimento de um projeto urbano no cruzamento da 3ª Perimetral com Bento Gonçalves e Ipiranga	SPM/SMT/SMOV/SMAM/GOV. ESTADO
				Projeto Corredor Norte-Sul 3ª Perimetral:	
				Detalhamento do espaço público compreendido na confluência das Av. Protásio Alves, Carlos Gomes e Salvador França	SPM/SMT/SMOV/SMAM
				Estudo de viabilidade para a ligação das Av. Barão do Amazonas e Ijuí	SPM/SMOV
				Projeto Eixos Estruturadores:	
				1ª Perimetral	SPM/SMOV/SMT
				3ª Perimetral	SPM/SMOV/SMT
				Avenida Voluntários da Pátria	SPM/SMOV/SMT
				Avenida Nilo Peçanha	SPM/SMOV/SMT
			Avenida Grécia	SPM/SMOV/SMT	
			Ligações metropolitanas norte e leste	SPM/SMOV/SMT	
			Subprograma Fortalecimento de Áreas de Interesse Cultural	Identificação dos elementos de valor cultural componentes do Sistema de Espaços Abertos	SPM/SMC/UNIV.
				Definição de entornos de bens tombados	SMC/IPHAN/IPHAE
				Montagem do projeto de Revitalização Urbana dos Bairros Navegantes, São Geraldo e Floresta:	
				Estruturação da equipe técnica	SPM/SMC/UNIV.
				Execução do inventário de patrimônio cultural	SMC/UNIV.
				Seleção de projetos a desenvolver	SPM/SMC/SMAM/SMIC/ V. FÉRREA/UNIV.
				Implantação das ações prioritárias do plano	SPM/SMC/UNIV./SMOV/SMIC/DEP/DMAE
				Desenvolvimento de projetos especiais para a área central:	
Projeto do Corredor Cultural	SMC/SMIC				

Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Estruturação Urbana	Programa de Espaços Abertos	Subprograma Fortalecimento de Áreas de Interesse Cultural	Identificação de lugares de interesse cultural e entorno de bens tombados	SMC
				Orla portuária	PMPA/GOV. DO ESTADO
				Projeto da Usina do Gasômetro	SMC
				Projeto Museu de Arte de Porto Alegre	SMC
				Seleção de projetos a desenvolver	SPM/SMC
				Dar continuidade ao Inventário do Patrimônio Cultural do município	SMC/UNIV.
				Desenvolvimento de projetos especiais para a orla e pontos de observação de paisagens significativas:	
				Estruturação da equipe técnica	SPM/SMC/SMAM
				Seleção de projetos a desenvolver	SPM/SMC/SMAM
				Implantação das ações prioritárias do plano	SPM/SMC/SMAM
				Revitalização e restauração do restaurante do balneário Belém Novo	SPM/SMC/SMAM/ CAR RESTINGA
				Revitalização e restauração da Propriedade Família Brunelli - Belém Novo	SPM/SMC/SMAM/ CAR RESTINGA
				Revitalização da orla através da realocação das moradias - Belém Novo	SPM/SMC/SMAM/ CAR RESTINGA
				Desenvolvimento de projetos para espaços públicos como praças, jardins, parques, etc.:	
				Estruturação da equipe técnica	SPM/SMC/SMAM
				Seleção de projetos a desenvolver	SPM/SMC/SMAM
				Projeto "Morro do Osso"	SPM/SMC/SMAM
				Projeto "Parque Germânia"	SPM/SMC/SMAM
				Analisar estudos de viabilidade para intervenções em bens do patrimônio cultural:	
				Projeto especial de recuperação de estatuárias das áreas verdes públicas	SMC/SMAM
				Instituir os limites da Áreas Especiais de Interesse Cultural	SPM/SMC/PGM
				Promover os tombamentos necessários	SPM/SMC
				Estabelecer diretrizes para projetos de intervenção em áreas de interesse cultura com ocupação consolidada (intervenções através de obras ou de veículos de publicidade)	SMC/SMAM
				Elaborar projetos de restauração ou recuperação de unidades ou de conjuntos edificados, possivelmente via de Operações Concertadas	SPM/SMC/SMIC

Quadro 12 – Estratégia de Estruturação Urbana – I. Programa de Integração Metropolitana

PDDUA – Estratégia de Estruturação Urbana – II. Programa de Integração Metropolitana				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Estruturação Urbana	II. Programa de Integração Metropolitana	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Articulação da mobilidade de POA com a região metropolitana	CIP/DMU/SMMU
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Estruturação Urbana	Programa de Integração Metropolitana	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Articulação dos organismos envolvidos com a questão metropolitana com vistas à formulação de ações conjuntas	SPM/GAB. PREF. /METROPLAN
			Priorização dos projetos que sejam relacionados com questões de transporte, estruturação das ligações metropolitanas, uso do solo e saneamento	PMPA/GOV. ESTADO
			Elaboração de Termo de Referência com vistas à contratação de projetos	PMPA/GOV. ESTADO
			Implementação de ações concertadas com vistas a criação de um Pólo de Desenvolvimento Metropolitano	PMPA/GOV. ESTADO
			Elaboração de Termo de Referência tratando de lugares que marcam ingressos e definem relações com a malha urbana	PMPA/GOV. ESTADO
			Fortalecimento de um fórum regional de discussão das questões metropolitanas	PMPA/GOV. ESTADO
			Estudo de viabilidade de integração entre a Rodoviária, o Aeroporto e a Região Metropolitana	PMPA/GOV. ESTADO/ORG. FEDERAIS
			Recuperação e valorização das Ilhas do Delta do Jacuí como espaço de importância regional	PMPA/GOV. ESTADO

b. Estratégia de Mobilidade Urbana

Conforme o PDDUA, a Estratégia de Mobilidade Urbana tem como **objetivo geral** qualificar a circulação e o transporte urbano, proporcionando deslocamentos na cidade e atendendo às distintas necessidades da população.

A Estratégia prevê que seja dada prioridade ao transporte coletivo, aos pedestres e às bicicletas, e objetiva a redução das necessidades de deslocamento, das distâncias a percorrer, dos tempos de viagem, dos custos operacionais, do consumo energético e do impacto ambiental. Também prevê a racionalização do transporte coletivo de passageiros, o desenvolvimento de um sistema de transporte coletivo por via fluvial e a capacitação da malha viária, dos sistemas de transporte, das tecnologias veiculares, dos sistemas operacionais de tráfego e dos equipamentos de apoio. Propõe ainda o resguardo de setores urbanos à mobilidade local e o estímulo à implantação de garagens e estacionamentos com vistas a reconquistar os logradouros públicos como espaços abertos para interação social e circulação veicular. Também prevê a elaboração de um Plano de Transporte Urbano Integrado com a região metropolitana. Para isso, a Estratégia é constituída por cinco Programas, resumidos na sequência.

O **Programa de Transporte Coletivo** abrange questões físicas, operacionais e tecnológicas ligadas ao transporte de alta, média e baixa capacidades, bem como ao transporte seletivo.

O **Programa de Centros de Transbordo e de Transferência** visa a qualificação dos transbordos e transferências modais e intermodais das demandas de deslocamento da população e de cargas através da implantação ou do melhoramento de terminais de integração, de terminais de retorno, de pontos de conexão, do Centro de Transferência de Cargas do Porto Seco e da estratificação em áreas especiais, junto aos eixos de carga, de centrais de abastecimento, armazenamento e comércio atacadista.

O **Programa Viário** abrange gravames e projetos/obras de implementação da malha viária, incluindo ciclovias e vias para pedestres.

O **Programa de Garagens e Estacionamentos** define a implantação de sistemas de terminais de estacionamento destinados a substituir progressivamente os estacionamentos na superfície dos logradouros e de estacionamentos dissuasórios integrados com centros de transbordo. Também prevê a implementação de incentivos legais à construção de garagens.

O **Programa de Trânsito** corresponde ao tratamento da malha viária básica do Município no que diz respeito ao uso das potencialidades da engenharia de tráfego para garantir fluidez e segurança ao trânsito. As tecnologias seriam utilizadas, ainda,

visando a conservação energética, o controle da qualidade ambiental e a prioridade ao transporte coletivo.

Quadro 13 – Estratégia de Mobilidade Urbana – I. Programa de Transporte Coletivo

PDDUA – Estratégia de Mobilidade Urbana – I. Programa de Transporte Coletivo			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Mobilidade Urbana	I. Programa de Transporte Coletivo	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA
			PMU - Plano de Mobilidade Urbana (LC 951/22)
			EDOM toda cidade – já com orçamento e TR prontos
			Acesso Norte
			Sugere que para EMEIs deveria haver algum dispositivo no PD para ter transporte público e paradas de ônibus próximas, que tivesse algum texto de forma clara
			Secr./órgãos envolvidos
			CIP/DMU/SMMU
			CIP/DMU/SMMU
			CIP/DMU/SMMU
			SMED
			DPPS/SMAMUS
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Mobilidade Urbana	Programa de Transporte Coletivo	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996
			Elaboração do Plano Geral de Transporte
			Elaboração de estudo de viabilidade técnico-financeira e de projeto operacional, com vistas a reformulação, integração modal e tarifária e a expansão da atual malha de transporte coletivo de forma tramada nos sentidos Leste/Oeste - Norte/Sul:
			Elaboração de pesquisa das linhas de desejo de mobilidade da população
			Definição da malha operacional
			Carregamento da rede
			Cálculo da demanda
			Estabelecimento das modalidades
			Projeto das obras civis
			Especificações operacionais, fiscalização e monitoramento dos serviços
			Secr./órgãos envolvidos
			SMT/SPM/SMAM/SMOV
			SMT/SPM/METROPLAN
			SMT/SPM
			SMT/SPM
			SMT/SPM
			SMT/SPM/METROPLAN
			SMT/SPM/METROPLAN
			SMT/SPM

Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Mobilidade Urbana	Programa de Transporte Coletivo	Reformulação operacional e tecnológica do serviço de transporte coletivo e implantação de corredor viário no setor Norte/Nordeste da cidade.	SMT
			Elaboração de estudo de viabilidade técnico-financeira e termo de referência urbanístico com vistas ao projeto executivo de implantação de transporte de alta capacidade no eixo Leste/Oeste	SMT/SPM/ METROPLAN

Quadro 14- Estratégia de Mobilidade Urbana – II. Programa de Centros de Transbordo e de Transferência

PDDUA – Estratégia de Mobilidade Urbana – II. Programa de Centros de Transbordo e de Transferência				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Mobilidade Urbana	II. Programa de Centros de Transbordo e de Transferência	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Observatório de Logística	CIP/DMU/SMMU
			CAF – LOGUS [logística]	CIP/DMU/SMMU
			Centro de Transferências de Cargas do Porto Seco	SMOI
			Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Elaboração de projeto dos centros de transbordo da malha de transporte coletivo:	
			Identificação de locais de implantação dos terminais de integração, de retorno e pontos de conexão, conforme diretrizes de uso e ocupação do solo do 2º PDDUA e do Plano Geral de Transportes	SMT/SPM/SMOV



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Mobilidade Urbana	Programa de Centros de Transbordo e de Transferência	Definição das funções e modalidades de transporte afluente a cada local	SMT/SPM/SMOV
			Elaboração de estudo de viabilidade técnica e financeira com vistas a implantação de comércio e serviços de apoio	SMT/SPM/SMOV
			Dimensionamento dos estacionamentos dissuasórios	SMT/SPM/SMOV
			Elaboração dos projetos executivos	SMT/SPM/SMOV
			Elaboração de estudo técnico específico, com vistas à melhoria da inserção urbana ou a realocação do terminal Estação Rodoviária	SMT/SPM/SMOV/ METROPLAN/ DAER/DNER/ SCPERGS
			Elaboração de projeto especial de integração de transporte intermodal (rodoviário, urbano e metropolitano, ferroviário, metroviário e aeroviário) junto ao eixo de acesso Norte do município	SMT/SPM/SMOV/ METROPLAN/ DAER/DNER/ SCPERGS
			Elaboração de termo de referência operacional com vistas aos projetos executivos dos centros de transbordo do corredor viário Norte-Nordeste (terminais Triângulo e Cairú) e da 3ª Perimetral	SMT/SPM/SMOV
			Elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica com vistas a implantação dos terminais Parobé e Mercado Público Provisório	SMT/SPM/SMOV
			Elaboração de estudo de viabilidade técnica econômica dos terminais intermodais do sistema de transportes de alta capacidade	SMT/SPM/ TRENSURB
			Complementação das obras de infraestrutura do Porto Seco	SMIC/SMOV

Quadro 15 – Estratégia de Mobilidade Urbana – III. Programa Viário

PDDUA – Estratégia de Mobilidade Urbana – III. Programa Viário			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Mobilidade Urbana	III. Programa Viário	
		Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
		Rever malha viária básica e perfis viários	CIP/DMU/SMMU
		PDCI – iniciado processo de revisão	CIP/DMU/SMMU
		Plano de Acessibilidade – em revisão	CIP/DMU/SMMU
		EDOM – já com orçamento e TR prontos	CIP/DMU/SMMU
		Estudo de Mob. CH – em andamento	CIP/DMU/SMMU
		Estudo de Mob. 4D – fase de formatação do TR	CIP/DMU/SMMU
		Projetos que abrangem os gravames, obras de implementação da malha viária, ciclovias e vias de pedestres. Observou que muitos projetos elaborados não estão mais adequados com o gabarito que se espera para cidade.	SMOI
Considerações: incluir a altimetria nos gravames viários, pois muitas vezes há problemas de compatibilização quando da execução; os gravames devem ser compatibilizados com as diretrizes do plano; rever	SMOI		



Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Mobilidade Urbana	III. Programa Viário	gravame de áreas verdes em gabaritos de vias; atualizar gabaritos viários; compatibilizar gabaritos viários com passeios acessíveis e ciclovias/ciclofaixas; devem ser revistos os gravames viários inviáveis (como exemplo os túneis); incorporar os corredores de transporte aos perfis viários; possibilidade de georreferenciar os passeios??		
			Incorporar os corredores de transporte aos perfis viários	SMPAE	
			Compatibilização dos perfis com a arborização, de enxergar a árvore como equipamento urbano vivo	DAV/SMAMUS	
			Plano Municipal de Cuidados à Saúde das pessoas com deficiência 2022-2025	SMS	
			Plano Municipal da Pessoa Idosa de Porto Alegre 2021-2023	SMS	
			Lei 12452/18 que institui a Política Municipal dos Direitos do Idoso no Município de Porto Alegre	SMS	
			Convênio da SMED com a EPTC para avaliação das escolas, levantamento do entorno e propor melhorias	SMED	
			Atualização do decreto das calçadas	DPPS/SMAMUS	
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Mobilidade Urbana	Programa Viário	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos	
			Classificação funcional e hierarquização das vias, com vistas ao planejamento e monitoramento da malha viária básica, dos corredores viários, da malha de transporte coletivo e dos setores urbanos de mobilidade.	SPM/SMT/SMOV	
			Elaboração de plano de investimento e de obras da malha viária básica:		
			Identificação e hierarquização dos pontos críticos de conflitos e trechos saturados	SPM/SMT/SMOV	
			Elaboração de projeto executivo e implantação da 3º Perimetral	SPM/SMT/SMOV	
			Reformulação do Plano de Implantação de Rede Cicloviária - SPM/83:		
			Elaboração de pesquisa das linhas de desejo e demanda da modalidade bicicleta	SPM/SMT/SMAM/SMOV	
			Elaboração dos projetos executivos das ciclovias, integradas com a malha de transporte coletivo	SPM/SMT/SMAM/SMOV	
			Elaboração de plano de investimento e obras da malha cicloviária	SPM/SMT/SMAM/SMOV	
Elaboração de projeto específico, com vistas à reformulação e ou implantação de vias exclusivas para pedestres	SPM/SMT/SMOV/SMC				

Quadro 16 – Estratégia de Mobilidade Urbana – IV. Programa de Garagens e Estacionamentos

PDDUA – Estratégia de Mobilidade Urbana – IV. Programa de Garagens e Estacionamentos				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Mobilidade Urbana	IV. Programa de Garagens e Estacionamentos	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Decreto estacionamento?	
			PMU - Plano de Mobilidade Urbana (LC 951/22) – ver texto	CIP/DMU/SMMU
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Mobilidade Urbana	Programa de Garagens e Estacionamentos	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Monitoramento dos trechos saturados nas áreas de grande diversidade, com vistas à implantação de estacionamento temporários públicos e ou a sua restrição total	SMT
			Elaboração de estudos de viabilidade técnico-financeira, com vistas à localização e implantação de terminais de estacionamentos subterrâneos	SMT/SPM/SMOV/SMIC
			Elaboração de estudo de viabilidade técnico-financeiras com vistas à implantação de estacionamentos dissuasórios	SMT/SPM/SMOV

Quadro 17 – Estratégia de Mobilidade Urbana – V. Programa de Trânsito

PDDUA – Estratégia de Mobilidade Urbana – V. Programa de Trânsito				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Mobilidade Urbana	V. Programa de Trânsito	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	
			Sistema de compartilhamento de bicicletas	EPTC
			Concessão abrigos / terminais	EPTC
			Plano de Qualificação Semafórica	EPTC
			Pesquisa QUALIÔNIBUS 2022	EPTC
			Plano de Priorização do Transporte Coletivo – vinculado ao PSVS e PMU	EPTC
			Plano de Segurança Viária Sustentável – apresentado ao GP	CIP/DMU/SMMU
			Verificar com DPPS o plano de gases	DPPS/SMAMUS
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Mobilidade Urbana	Programa de Trânsito	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	
			Implantação de metodologias e tecnologias de simulação de tráfego, de avaliação da potencialidade de empreendimentos como pólos geradores de tráfego e, de aferição do impacto de vizinhança e repercussões no sistema de mobilidade local e regional, com vistas à redução do referido impacto e ao ressarcimento de prejuízos que suas inserções possam causar ao ambiente	SPM/SMT
			Implantação de tecnologia que permita monitoramento, em tempo real, do tráfego em setores saturados e pontos de conflitos	SMT
			Elaboração de projeto de manejo de tráfego, com vistas à compatibilização da capacidade viária com o volume veículos nos cruzamentos e trechos saturados e, de implantação de equipamentos de segurança	SMT
			Implementação da distribuição temporal das demandas do tráfego, através do reescalonamento dos horários de funcionamento do comércio e serviços nas áreas de grande diversidade	SMT/SPM/SMIC/CMPA
			Elaboração de projeto de segurança para pedestres e, em particular, para portadores de deficiência física, com implantação de equipamentos e obras especiais	SMT/SPM
			Desenvolvimento de programa permanente de educação de trânsito, que inclua amplos segmentos sociais, em especial as redes de ensino público e privado	SMT/SMED
			Municipalização do controle e da fiscalização do trânsito	

c. Estratégia de Uso do Solo Privado

Conforme o PDDUA, a Estratégia de Uso do Solo Privado tem como **objetivos gerais** disciplinar e ordenar a ocupação do solo privado através de instrumentos de regulação que definem a distribuição espacial das atividades, a densificação e a configuração da paisagem urbana no que se refere à edificação e ao parcelamento do solo.

A Estratégia corresponde, portanto, ao **Plano Regulador**, apresentado na Parte III do PDDUA e composto por normas gerais do regime urbanístico que tratam do regime de atividades, dos dispositivos de controle das edificações e do parcelamento do solo.

A Estratégia tem também como instrumento de regulação da paisagem urbana a avaliação de **Projetos Especiais de Impacto Urbano**, caracterizados na Parte II do PDDUA como um dos instrumentos de regulação para a intervenção do solo previstos pelo plano diretor.

Em termos de Programas, a Estratégia de Uso do Solo Privado é composta pelo **Programa de Gerenciamento do Plano Regulador**, que engloba o conjunto de procedimentos de natureza técnica, legal e administrativa para viabilizar um processo de planejamento dinâmico, participativo e ancorado em uma estrutura administrativa capaz de responder a estes objetivos.

Quadro 18 – Estratégia de Uso do Solo Privado – I. Programa de Gerenciamento do Plano Regulador

PDDUA – Estratégia de Uso do Solo Privado – I. Programa de Gerenciamento do Plano Regulador				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Uso do Solo Privado	I. Programa de Gerenciamento do Plano Regulador	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			PDDUA digital, uma plataforma em que o requerente pudesse aprovar diretamente o protótipo	DEL/SMAMUS

		Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
		Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996 Estratégia de Uso do Solo Privado Programa de Gerenciamento do Plano Regulador	Monitoramento do Plano Regulador:
Implantação do Sistema de Avaliação de Impacto Ambiental considerando:	- Impacto sobre infraestrutura (abastecimento de água, coleta de esgotos, abastecimento de energia e condições de pavimento da via pública) - Impactos sobre a estrutura (sistema viário/ circulação, atratividade/ centralidade, valor imobiliário) - Impactos sobre o ambiente (poluição aérea e hídrica, obstrução de ventilação e insolação, incômodos às demais atividades)		PMPA/UNIV.
Projeto de adequação do sistema de controle da construção privada ao novo plano.	SPM/PROCEMPA		
Estruturação de setor administrativo com caráter prospectivo.	SPM/SMA		
Projeto de implantação de controle da construção informal.	SPM/DEMHAB/ONGs		
Revisão do Plano Regulador:			
Implementação de um processo de discussão do Plano Regulador nas Regiões de Planejamento com periodicidade	SPM/GAB. PREFEITO/CARs		
Implantação de um processo de discussão do Plano Regulador no Conselho do Plano Diretor	SPM/CMPDDUA		
Elaboração de relatórios anuais de avaliação dos conflitos e ajustes do Plano Regulador	SPM		
Gerenciamento de instrumentos redistributivos da renda urbana e da terra	SPM/SMF		

d. Estratégia de Qualificação Ambiental

Conforme o PDDUA, a Estratégia de Qualificação Ambiental tem como **objetivo geral** qualificar o território municipal através da valorização do Patrimônio Ambiental, que abrange tanto o Patrimônio Cultural quanto o Patrimônio Natural do Município. Também compõem o objetivo geral da Estratégia superar os conflitos referentes à poluição e à degradação do meio ambiente, saneamento e desperdício energético.

A implementação da Estratégia ocorreria através da conceituação, identificação e classificação dos espaços representativos do Patrimônio Natural para fins de disciplinar sua ocupação, assim como da valorização do Patrimônio Natural com espaços diversificados na ocupação do território para fortalecimento das identidades cultural e natural e da aplicação de instrumentos urbanísticos e tributários que estimulem a proteção deste Patrimônio. Ocorreria também através da inclusão do Patrimônio

Natural no Programa de Espaços Abertos, enquanto elemento significativo da valorização da paisagem e da estruturação dos espaços públicos, e da promoção de ações de saneamento, monitoramento da poluição e otimização do consumo energético.

Para isto, a Estratégia é constituída por seis Programas, resumidos na sequência.

O **Programa de Valorização do Patrimônio Cultural** envolve ações e políticas para identificar e classificar elementos de valor cultural, estabelecer diretrizes e desenvolver projetos com vistas ao resgate da memória cultural, assim como criar ou aperfeiçoar instrumentos normativos para incentivar a preservação.

O **Programa de Proteção das Áreas Naturais** propõe desenvolver estudos para identificação de espaços representativos de valor cultural com vistas a estabelecer usos sustentáveis, resguardando as características que lhe conferem peculiaridade e envolvendo a recuperação de áreas degradadas e a preservação de riscos ambientais.

O **Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas** envolve ações permanentes de implantação e manutenção de parques e praças, de disciplinamento da arborização nos passeios públicos e de criação de incentivos à arborização e ao ajardinamento em áreas privadas.

O **Programa de Conservação de Energia** propõe ações para garantir melhor qualidade de vida na cidade, com o mínimo de consumo energético e a menor agressão ao ambiente, envolvendo a elaboração do Plano de Gerenciamento de Energia.

O **Programa de Gestão Ambiental** propõe a elaboração do Plano de Gestão Ambiental, contendo diretrizes gerais de atuação consolidadas a partir dos planos setoriais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, gerenciamento de resíduos sólidos e de energia e do plano de proteção ambiental. Visa estabelecer prioridades de atuação articuladas, qualificando soluções e reduzindo custos operacionais no âmbito das bacias hidrográficas.

O **Programa de Prevenção e Controle da Poluição** propõe ações permanentes de monitoramento da qualidade do ar, da água, do solo e do espaço urbano, visando à prevenção, ao controle e à fiscalização das atividades potencialmente poluidoras, considerando as condições atmosférica, hídrica, do solo, sonora e visual e a degradação do meio ambiente.

Quadro 19 – Estratégia de Qualificação Ambiental – I. Programa de Valorização do Patrimônio Cultural

PDDUA – Estratégia de Qualificação Ambiental – I. Programa de Valorização do Patrimônio Cultural				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Qualificação Ambiental	I. Programa de Valorização do Patrimônio Cultural	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Sugestão: tratar as áreas especiais de interesse cultural como áreas estratégicas de interesse urbanístico	SMCEC
			Participação em diversos projetos transversais, de escalas diferenciadas, com olhares de diversas áreas da prefeitura	SMCEC
			Obras e projetos (CPPP/SMOI)	SMOI
			Áreas verdes são patrimônio ambiental e cultural, sendo necessário revisar as Áreas de Interesse Cultural onde existem áreas de lazer.	CPOAV/DAV/ SMAMUS
			Passagens de pedestres (Vila Assunção, IAPI, 4D, Petrópolis)	SMCEC/PGM/ SMAMUS
			Revisão do Inventário do Patrimônio Cultural	SMCEC
			Gerenciamento dos equipamentos culturais na cidade	SMCEC
			Isenção IPTU para edificações de Patrimônio Cultural	SMF
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	-	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Não consta	-

Quadro 20 – Estratégia de Qualificação Ambiental – II. Programa de Proteção às Áreas Naturais

PDDUA – Estratégia de Qualificação Ambiental – II. Programa de Proteção às Áreas Naturais		Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996		
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Qualificação Ambiental	II. Programa de Proteção às Áreas Naturais	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Conservação do patrimônio natural, como forma de garantir equilíbrio urbano e promoção de saúde e qualidade de vida	SMS
			Política Intersetorial de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares e de Fitoterápicos (MPMACF)	SMS
			Promoção de hortas comunitárias (Decreto 21.576 de julho de 2022)	SMS
			Plano Municipal de Recuperação da Mata Atlântica	DLMA/SMAMUS
			Mapeamento e caracterização das áreas de preservação permanente (APPs)	DLMA/SMAMUS
			Inventário da fauna do município	DLMA/SMAMUS
			Preocupação em se manter a área rarefeita sem ocupações, e promover a densificação onde há infraestrutura disponível	DLMA/SMAMUS
Implantação e gestão das Unidades de Conservação	UPAN/DAV/SMAMUS			
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	Programa de Conservação e Recuperação de Áreas Naturais	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Realizar estudos sobre as condições atuais das áreas de interesse ambiental natural identificadas no 2º PDDUA	SMAM/SPM/UNIV.
			Identificação dos lugares e unidades de interesse ambiental, conforme estabelece o 2º PDDUA	SPM/SMAM
			Elaborar o Plano de Conservação contendo: limites geográficos, grau de proteção e destinação e critérios de uso e ocupação do solo.	SMAM/SPM/DEP/SMIC/SMS/GUAÍBA VIVE

			Subprograma Recuperação de Ecossistemas ou Áreas Degradadas	Identificação e diagnóstico de áreas e ecossistemas degradados, bem como a identificação dos responsáveis pelos danos, em caso de extração mineral, com vistas a subsidiar a definição de diretrizes para a elaboração dos respectivos projetos de recuperação	SPM/SMAM/PGM
				Subprograma Prevenção de Riscos Ambientais	Sistema de Proteção contra as Cheias: complementação do Sistema Gravataí e Guaíba, nas zonas norte (rio Gravataí) e sul (arroyos Cavalhada e Passo Fundo)
			Programa Áreas de Risco:		
			Ações de remoção, relocação ou reassentamento em áreas adequadas, de moradias situadas em áreas de risco geológico ou intervenções com obras de estabilização ou contenção.		SMAM/DEM HAB/ SOMV/SPM/DEP
			Atualização do trabalho Diagnóstico das Áreas de Risco de Porto Alegre		SMAM/SPM/ DEM HAB
			Plano de Prevenção a Acidentes Ambientais e Riscos Naturais:		
			Transporte, manuseio e armazenagem de cargas perigosas	SMAM	
Coordenação Municipal de Defesa Civil	PMPA				

Quadro 21 – Estratégia de Qualificação Ambiental – III. Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas

PDDUA – Estratégia de Qualificação Ambiental – III. Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas		
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996		
	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
	Ações permanentes de implantação e manutenção de parques e praças	CPOAV/DAV/ SMAMUS
	Planejamento urbano e ambiental de áreas verdes públicas (EPAV); Elaboração e aprovação de projetos paisagísticos de urbanização e reurbanização de áreas verdes urbanas (EP); e Fiscalização de obras de urbanização, reurbanização e revitalização de áreas verdes urbanas (EO)	CPOAV/DAV/ SMAMUS



Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Qualificação Ambiental	III. Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas	Lei do parcelamento do solo; lei Orgânica do Município (que prevê meta de 12m ² de AV/hab); e o PDDUA	CPOAV/DAV/ SMAMUS
			Plano Setorial de Arborização Urbana (Plano Diretor de Arborização Urbana) que não é mencionado no PDDUA, que a arborização entra apenas no disciplinamento, e que poderia ser muito mais abrangente	CAU/DAV/ SMAMUS
			Ações em desenvolvimento: implantação da arborização e manutenção do plantio; garantia do espaço árvore (revisão do decreto de calçadas 17.302, revisão dos perfis viários) com a necessidade de se compatibilizar a vegetação com o sistema viário e canteiros, emissão de diretrizes (árvore de grande porte) nos processos das comissões; planejamento sistêmico da arborização urbana; revisão continuada do PDAU, reestruturação do Viveiro Municipal. Outro exemplo seria a vaga sustentável, que representa um canteiro na via onde no passeio não é possível implantar vegetação (sugestão para o PD). Cita que de acordo com o Plano Diretor de Arborização Urbana é necessário atingir uma meta de cobertura de copa, mas ainda se está na fase de inventário da vegetação existente. Revisão do Anexo 9 - Perfis viários	CAU/DAV/ SMAMUS
			Câmara técnica de arborização no COMAM	DAV/SMAMUS
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	Programa de Implantação, Recuperação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas Públicas e Privadas	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Plano de arborização urbana	SMAM
			Programa "Porto das Flores"	SMAM (DMLU)
			Programa "Adote uma Praça"	SMAM
			Programa "Parque Aberto ao Cidadão"	SMAM
			Identificação de árvores imunes ao corte	SMAM
			Atividades permanentes de conservação e fiscalização	SMAM/DMLU

Quadro 22 – Estratégia de Qualificação Ambiental – IV. Programa de Conservação de Energia

PDDUA – Estratégia de Qualificação Ambiental – IV. Programa de Conservação de Energia						
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996						
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Qualificação Ambiental	IV. Programa de Conservação de Energia	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos		
			Plano de Ação Climática	DPPS/SMAMUS		
			Programa de Certificação Ambiental	DPPS/SMAMUS		
			IPTU Sustentável	DPPS/SMAMUS		
			Programa Luzes do Saber - instalação de placas fotovoltaicas nas escolas	SMED		
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	Programa de Conservação de Energia	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos		
			Elaboração do plano de gerenciamento de energia, atendendo prioritariamente:			
			Identificação de padrões eficientes de consumo mínimo para edificações, principalmente residenciais e comerciais, associados à iluminação, ventilação e insolação	SPM/SMOV/UNIV.		
			Redução do consumo de combustíveis para mobilidade urbana através da diminuição dos deslocamentos, do incentivo ao uso e qualificação do transporte coletivo e das demais formas alternativas de transporte	SPM/SMT		
			Incentivo à implantação de atividades econômicas de baixo consumo energético	SMIC		
			Qualificação e otimização do consumo energético no saneamento	DMAE/DEP/DMLU		
			Incentivo à produção de alimentos no âmbito da cidade e da região metropolitana, diminuindo o consumo energético envolvido na produção e distribuição	SMIC		

Quadro 23 – Estratégia de Qualificação Ambiental – V. Programa de Gestão Ambiental

PDDUA – Estratégia de Qualificação Ambiental – V. Programa de Gestão Ambiental				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Qualificação Ambiental	V. Programa de Gestão Ambiental	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS/2013), que está em processo de atualização	DMLU
			Programa de Coleta Seletiva	DMLU
			Lei 10847/2010 do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil	DMLU
			Lei 728/2014 do código de limpeza urbana de Porto Alegre (em processo de atualização)	DMLU
			Plano Municipal de Saneamento Básico (2015): água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos	DMAE
			Inventário da fauna do município	DLMA/SMAMUS
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	Plano de Manejo Ambiental	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Revisão e atualização do plano de abastecimento de água	SPM/DMAE
			Revisão do plano de esgotos	SPM/DMAE
			Aplicação do plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos	DMLU/SMAM
			Elaboração do plano de conservação de áreas de interesse natural	SPM/SMAM
			Atualização do plano de drenagem urbana	DEP/SPM
			Elaboração do plano de gerenciamento de energia	PMPA
			Aplicação do código municipal de saúde	SMS

Quadro 24 – Estratégia de Qualificação Ambiental – VI. Progr. Prevenção e Controle da Poluição

PDDUA – Estratégia de Qualificação Ambiental – VI. Programa Prevenção e Controle da Poluição

Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996

Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Qualificação Ambiental	VI. Programa Prevenção e Controle da Poluição	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			PMU - Plano de Mobilidade Urbana (LC 951/22)	CIP/DMU/SMMU
			Operação Urbana Consorciada da Avenida Ipiranga, que visa a despoluição do Arroio Dilúvio	DPPS/SMAMUS
			Mapeamento de áreas contaminadas e potencialmente contaminadas	DLMA/SMAMUS
			Mapeamento de ruídos, visando identificar os pontos de poluição sonora na cidade	DLMA/SMAMUS
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	Programa de Saneamento e Monitoramento da Poluição	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Programa de substituição, expansão e melhorias dos sistemas e redes de abastecimento de água com controle de perdas	DMAE
			Proteção e manutenção da qualidade da água bruta nos pontos de captação e controle da qualidade da água distribuída	DMAE
			Expansão e melhorias dos sistemas de esgotamento sanitário	DMAE
			Participação no programa estadual Pró-Guaíba	PMPA
			Programa de integração do esgotamento pluvial/ cloacal	DMAE/DEP
			Definição de alternativas tecnológicas dos sistemas de saneamento para atender às populações em áreas rurais e rururbanas	DMAE/DEP/ DMLU/DEM HAB
			Definição de alternativas locais para unidades de reciclagem e de disposição final dos resíduos sólidos	SPM/SMAM/ DMLU
			Gestão integrada dos resíduos sólidos	DMLU
			Ampliação da rede de drenagem urbana	DEP



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Qualificação Ambiental	Programa de Saneamento e Monitoramento da Poluição	Subprograma Monitoramento da Poluição	Licenciamento, cadastramento e fiscalização de atividades potencialmente poluidoras: extração mineral, uso de explosivos, movimentação de terra, veículos de divulgação, tanques subterrâneos de combustíveis, atividades comerciais e industriais	SPM/SMAM/SMOV/SMIC
				Monitoramento da qualidade da água do Guaíba e dos corpos d'água interiores do município	DMAE
				Cadastramento e controle de qualidade da água subterrânea utilizada para consumo humano	DMAE/SMS
				Monitoramento da qualidade do ar	SMAM
				Operação Ar Puro	SMAM/PETROBR.
				Projeto Química do Ar	SMAM/UNIV.
				Divulgação à população dos dados de monitoramento da qualidade do ar	SMAM/8º D.Met.
				Gestão integrada dos resíduos sólidos	DMLU
			Subprograma Manejo de Bacias Hidrográficas	Dar continuidade aos estudos de avaliação dos níveis de contaminação dos corpos d'água e das respectivas cargas, bem como da avaliação da capacidade receptora do mesmo	DMAE
				Desenvolver estudos e ações de controle e avaliação das intervenções nos corpos d'água (canalizações, tubulações, aterros, outros) e dos usos e ocupação do solo nas nascentes e margens	DEP/SPM/SMAM
				Dar continuidade de priorização às intervenções que contribuam para diminuir a contaminação das águas dos arroios	PMPA
				Compatibilizar as leis federais nºs 4771/65 e 6766/79, no que se refere aos corpos d'água, com a legislação municipal e estabelecer critérios para suas aplicações	SPM/SMAM/DEP
				Participação nos Comitês Estaduais das bacias dos rios Sinos e Gravataí	PMPA

e. Estratégia de Promoção Econômica

Conforme o PDDUA, a Estratégia de Promoção Econômica tem como **objetivo principal** estabelecer políticas que busquem a dinamização da economia da cidade, a melhoria da qualidade de vida e a qualificação da cidadania através de ações diretas com a comunidade e com os setores produtivos, assim como da articulação com outras esferas de poder.

Sua implementação ocorreria através da revalorização do papel de Porto Alegre como pólo metropolitano, da redefinição de seu perfil de competitividade no Mercosul e do estímulo ao crescimento, à desconcentração econômica, à criação de pólos econômicos e à geração de postos de trabalho próximos aos locais de residência dos trabalhadores. Ocorreria, também, através da criação de programas de incentivo fiscal para alcançar o desenvolvimento urbano e ambiental, da promoção de condições favoráveis para a produção de valor agregado à atividade rural e do incentivo às atividades de comércio e serviços no Centro Histórico.

A Estratégia seria implementada também através do fomento à organização de iniciativas empreendedoras, da garantia de condições mínimas de abastecimento e de consumo a todos e da promoção de programas de inclusão social para população de baixa renda em processo de regularização fundiária. Ela envolve, ainda, o estabelecimento de mecanismos urbanísticos que promovam a produção econômica, incentivando a implantação de indústrias e centros de excelência na fabricação de componentes de alta tecnologia, o incentivo à criação de escolas técnicas para formação e capacitação profissional e a produção e socialização de conhecimento tecnológico. A Estratégia é constituída por seis Programas, resumidos na sequência.

O **Programa de Dinamização da Economia** visa promover o crescimento e a desconcentração econômica.

O **Programa de Qualificação da Cidadania** busca a democratização do conhecimento técnico para os diversos tipos de atividades produtivas no Município, o incentivo a medidas que orientem para a visão de desenvolvimento sustentável nas empresas e a oferta de alternativas de atividades para a população de baixa renda.

O **Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8** abrange ações e políticas de fomento à produção primária, de proteção ao patrimônio natural e de saneamento ambiental, com vistas à fixação das populações rurais, ao desenvolvimento de atividades de lazer e turismo e à qualificação das áreas habitacionais.

O **Programa de Incentivos a Investimentos** propõe-se a criar condições de competitividade e atração que dêem suporte aos demais Programas.

O Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no Centro Histórico e o Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no Centro Histórico, durante o turno da noite buscam fortalecer tais atividades tradicionais da região.

Quadro 25 – Estratégia de Promoção Econômica – I. Programa de Dinamização da Economia

PDDUA – Estratégia de Promoção Econômica – I. Programa de Dinamização da Economia					
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996					
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Promoção Econômica	I. Programa de Dinamização da Economia	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos	
			Incluir incentivo para a criação de centros de distribuição de cargas de abrangência local [definição de critérios para implantação no plano setorial de Cargas]. Políticas de distribuição de cargas/mercadorias, relacionadas aos polos econômicos a serem incentivados [descentralização, etc.]. Não incentivar habitação no entorno de porto seco e aeroporto. SMMU/EPTC – verificar questão do comércio em áreas tradicionais [carga/descarga, horários, etc.] – relacionar com o Plano de Transp. Cargas [incluído no PMU].	CIP/DMU/SMMU	
			Questões de logística	CIP/DMU/SMMU	
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	Programa de Dinamização da Economia	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996		Secr./órgãos envolvidos
			Subprograma Fomento à Atividade Econômica	Disponibilização de informações e orientações ao empreendedor visando a promoção econômica do município	SMIC
				Disponibilização de recursos para o financiamento de empreendimentos de pequeno porte	SECAR/ICC
				Desenvolvimento de campanhas de promoção da cidade para fins de atração de turismo e investimentos	PMPA

Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	Programa de Dinamização da Economia	Subprograma Integração Regional	Consolidação do fórum das "Merco-Cidades"	SECAR
				Dinamização da GRANPAL (Associação dos prefeitos da Grande Porto Alegre)	SGM
				Instalação do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Metropolitana	SGM
			Subprograma Infraestrutura em Telecomunicações	Adequação da PROCEMPA para a prestação de serviços para pequenos e microempreendedores	PROCEMPA
				Estudo sobre a disponibilidade e demanda de linhas de telecomunicações em Porto Alegre	SMIC/CRT
				Ações em conjunto com a CRT a fim de prover as áreas deficitárias em linhas telefônicas	SMIC/CRT
			Subprograma Promoção de Atividades Rururbanas	Estudos complementares ao "Diagnóstico do Meio Rural de Porto Alegre" e ao "Atlas Ambiental" para detalhamento dos usos potenciais do solo	SMIC/SMAM/ UNIV.
				Projeto de manejo de sub-bacias hidrográficas consorciado a ações de apoio à produção primária	SPM/SMIC/ SMAM/UNIV.
				Criação de mecanismos de incentivo à implantação do Corredor Agroindustrial	SPM/SMIC
				Definição de incentivos à criação de parques turísticos ecológicos	SPM/SMIC/ SMAM/EPATUR
				Criação de instrumentos para a ocupação adequada da região	SPM/SMIC/ SMAM/SMF/PGM

Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	Programa de Dinamização da Economia	Subprograma Abastecimento	Consolidação das "Feiras Modelo"	SMIC
				Fortalecimento dos "Pontos de Oferta" como equipamento de comercialização direta	SMIC
				Regularização dos hortomercados como equipamentos públicos de abastecimento concedidos à exploração privada	SMIC
				Fortalecimento das feiras de produtos da época como instrumento de popularização do consumo e escoamento da produção	SMIC
				Estudos para implementação de projeto de abastecimento de vestuário	SMIC
				Estudos para implementação de restaurante popular	SMIC
				Implantação do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor	SMIC/SMS/PGM

Quadro 26 – Estratégia de Promoção Econômica – II. Programa de Qualificação da Cidadania

PDDUA – Estratégia de Promoção Econômica – II. Programa de Qualificação da Cidadania				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Promoção Econômica	II. Programa de Qualificação da Cidadania	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Incluir incentivo para a criação de centros de distribuição de cargas de abrangência local [definição de critérios para implantação no plano setorial de Cargas]. Políticas de distribuição de cargas/mercadorias, relacionadas aos polos econômicos a serem incentivados [descentralização, etc.]. Não incentivar habitação no entorno de porto seco e aeroporto.	CIP/DMU/SMMU
			SMMU/EPTC – verificar questão do comércio em áreas tradicionais [carga/descarga, horários, etc.] – relacionar com o Plano de Transp. Cargas [incluído no PMU].	
			InovaPoa	SMF
			Incentivo 4D economia criativa	SMF
			Programa de compliance	SMF
			Isenção CEF e FAR/ Programas Habitacionais, cooperativas, bônus moradia	SMF
			Isenção Pólo do Centro Histórico	SMF
Programa Creative - ISSQN	SMF			



Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996		Secr./órgãos envolvidos			
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	Programa de Qualificação da Cidadania	Subprograma Qualificação Empresarial para o Meio Amb.	Avaliação dos tipos de conflitos ambientais causados pelas empresas em relação a sua sustentabilidade econômica	SMIC/SMAM
				Classificação das empresas segundo o cumprimento aos requisitos ambientais	SMIC/SMAM
				Elaboração de um projeto de assessoramentos e capacitação empresarial	SMIC/SMAM
	Subprograma Produção e Democratização do Conhecimento Tecnológico e Gerencial	Avaliação da oferta atual da capacitação em tecnologia e gerenciamento segundo níveis empresariais	SMIC/CONSELHO TECNÓPOLE		
		Pesquisa sobre as potencialidades e dificuldades das pequenas e médias empresas em administração, comercialização, desenvolvimento do produto, produção e financiamento	SMIC/SEBRAE/ UNIVERSIDADE		
		Consolidação e desenvolvimento de projetos, tais como: "Incubadora Empresarial e Tecnológica", "Santo de Casa", "Incubadora Industrial", etc.	SMIC/ UNIVERSIDADE		
	Subprograma Ocupação, Renda e Consumo para os excluídos	"Frentes de trabalho e cidadania"	DMAE/SMOV/ DEMHAB/SMIC		
		Ações coletivas	SMIC		
		Reciclagem do "lixo seco"	SMIC/DMLU		
		Reciclagem do "lixo orgânico"	SMIC/DMLU		

Quadro 27 – Estratégia de Promoção Econômica – III. Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8

PDDUA – Estratégia de Promoção Econômica – III. Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996			
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Promoção Econômica	III. Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA
			Secr./órgãos envolvidos
			Corredor de produção e questões de logística
			Lei orgânicos
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	-	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996
			Secr./órgãos envolvidos
			Não consta
			-

Quadro 28 – Estratégia de Promoção Econômica – IV. Programa de Incentivos a Investimentos

PDDUA – Estratégia de Promoção Econômica – IV. Programa de Incentivos a Investimentos				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Promoção Econômica	IV. Programa de Incentivos a Investimentos	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Terrários Urbanos	DPPS/SMAMUS
			Operação Urbana Consorciada da Avenida Ipiranga	DPPS/SMAMUS
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	-	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Não consta	-

Quadro 29 – Estratégia de Promoção Econômica – V. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no Centro Histórico

PDDUA – Estratégia de Promoção Econômica – V. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no Centro Histórico				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Promoção Econômica	V. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no CH	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Questões de logística local (carga e descarga, última milha)	CIP/DMU/SMMU
Proposta de criação de clusters (identificação visual, dentro do projeto do Banco Mundial)	SMPAE/SMDDET			
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica		Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Não consta	-

Quadro 30 – Estratégia de Promoção Econômica – VI. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no Centro Histórico, durante o turno da noite

PDDUA – Estratégia de Promoção Econômica – VI. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no Centro Histórico, durante o turno da noite				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Promoção Econômica	VI. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no CH durante o turno da noite	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Questões de logística local	CIP/DMU/SMMU
			Programa Centro +/- Pólo do Centro Histórico	SMPAE/SMDDET
			Proposta de abertura das vitrines a noite (mais vitalidade)	SMPAE/SMDDET
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Promoção Econômica	-	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Não consta	-

f. Estratégia de Produção da Cidade

Conforme o PDDUA, a Estratégia de Produção da Cidade tem como **objetivo** a capacitação do Município para a promoção do seu desenvolvimento através de um conjunto de ações políticas e instrumentos de gerenciamento do solo urbano, que envolvem a diversidade dos agentes produtores da cidade e incorporam as oportunidades empresariais aos interesses do desenvolvimento urbano como um todo.

Sua efetivação ocorreria através da promoção, por parte do Município, de oportunidades empresariais para o desenvolvimento urbano, do estímulo e gerenciamento de propostas negociadas, com vistas à consolidação do desenvolvimento urbano, da implementação de uma política habitacional para as populações de baixa e média renda, com incentivo à produção de habitação, e da implementação de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o Município para a produção pública de Habitação de Interesse Social.

Ocorreria também através da promoção da retomada da função habitacional do Centro Histórico, visando ao atendimento da demanda de interesse social, assim como da implementação de políticas de incentivo ao desenvolvimento harmônico, tendo em vista a equidade de ocupação e uso da infraestrutura urbana disponível, da localização e indicação das Áreas Urbanas de Ocupação Prioritária (AUOPs) e da criação de um programa em parceria com o Estado do Rio Grande do Sul e a União para a utilização conjunta das áreas da Brigada Militar e do Exército, para a implantação de equipamentos públicos, especialmente em segurança pública, infraestrutura urbana, lazer, cultura e saúde comunitária.

Para isto, a Estratégia é constituída por cinco Programas, resumidos na sequência.

O **Programa de Projetos Especiais** busca promover intervenções que, pela multiplicidade de agentes envolvidos no seu processo de produção, ou por suas especificidades ou localização, necessitam critérios especiais e passam por acordos programáticos estabelecidos com o Poder Público, tendo como referência os padrões do Plano Regulador.

A implementação de **Programas de Habitação de Interesse Social** visa, através de ações, projetos e procedimentos administrativos, incidir no processo de ocupação informal do solo urbano por meio da regulamentação, da manutenção conforme cadastro e da produção de empreendimentos de HIS, viabilizando o acesso dos setores sociais de baixa renda ao solo urbanizado, legalizado e adequadamente localizado.

O **Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano** busca gerenciar os instrumentos de planejamento, monitorando o desenvolvimento urbano, potencializar a aplicação dos instrumentos captadores e redistributivos da renda urbana e sistematizar procedimentos para a elaboração de projetos que viabilizem a captação de recursos.

O **Programa de Incentivos à Habitação para baixa e média renda** busca a criação de procedimentos simplificados no exame e aprovação de projetos direcionados à população de baixa e média renda através de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada e da adoção de incentivos fiscais, financiamentos especiais e oferta de Solo Criado, dentre outros instrumentos.

Por fim, o **Programa de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do Centro Histórico** visa estabelecer procedimentos alternativos para a adequação das edificações do Centro Histórico às atuais exigências de habitabilidade, objetivando o atendimento da demanda de Habitação de Interesse Social.

Quadro 31 – Estratégia de Produção de Cidade – I. Programa de Projetos Especiais

PDDUA – Estratégia de Produção de Cidade – I. Programa de Projetos Especiais				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Produção de Cidade	I. Programa de Projetos Especiais/Operações Concertadas	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Sugestão: padrões viários específicos para regularização fundiária	CIP/DMU/SMMU

Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Produção de Cidade	Programa de Operações Concertadas	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Identificação e elaboração dos projetos especiais de interesse do município para o desenvolvimento de ações prioritárias	SPM
			Implementação dos mecanismos e rotinas para a avaliação dos Projetos Especiais na área intensiva e extensiva	SPM/SMIC/SMAM/SMT
			Detalhamento dos mecanismos e rotinas para a avaliação dos Projetos Especiais na área intensiva e extensiva	SPM/SECAR
			Detalhamento dos instrumentos para viabilizar Operações Concertadas	SPM/SMIC/SMAM/SMT
			Implementação do Sistema de Avaliação do Impacto	SPM/SMIC/SMAM/SMT
			Desenvolvimento de Projetos Especiais de Realização Necessária (prioridades, programa de atividades, entidades responsáveis, recursos correspondentes)	SPM/SMIC/SMAM/SMT
			Desenvolvimento de Projetos Especiais nas áreas urbanas de ocupação intensiva e extensiva	SPM/SMIC/SMAM/SMT

Quadro 32 – Estratégia de Produção de Cidade – II. Implementação de Programas de Habitação de Interesse Social

PDDUA – Estratégia de Produção de Cidade – II. Implementação de Programas de Habitação de Interesse Social				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Produção de Cidade	II. Implementação de Programas de Habitação de Interesse Social	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Plano Municipal de Habitação, realizado entre 2007 e 2009 e a necessidade da aprovação do mesmo como Lei, pois é apenas utilizado como recomendações (buscam revisão e adequação às políticas nacionais, tecnologias)	DEM HAB
			Lei 13465/2017 - Legitimação Fundiária	DEM HAB
			Política pública Aluguel Social, moradia temporária, transitória, emergencial	DEM HAB
			Bônus-Moradia, como instrumento utilizado para o reassentamento	DEM HAB
			Existências de programas para atender a produção habitacional (Ex. Protótipos - Cond. Dona Zaida, Cond. Banco da Província, Cond. Jacuí). O Programa Pró-Moradia (Cristal), Programa Avançar (Restinga), Programa Parceria Instituto Vivenda - de melhorias habitacionais (Restinga, Lomba e Bom Jesus). Recebem recursos dos fundos e de emendas impositivas. Fonte de captação do BRICS, voltados à habitação de interesse social, com propostas mais sustentáveis.	DEM HAB
			Programa Casa Melhor Idosos, com a implementação da primeira habitação para idosos, atendendo às questões de acessibilidade e saúde	DEM HAB

		<p>Eficiência energética nas habitações é uma ferramenta importante para a sustentabilidade (uso de placas fotovoltaicas)</p>	DEM HAB
<p>Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996</p>	<p>Estratégia de Produção de Cidade</p>	<p>Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996</p>	
		<p>Regulação progressiva dos assentamentos existentes:</p>	
		<p>Instituição de AEIS para os núcleos em regularização</p>	<p>SPM/DEM HAB/ GAPLAN/CRC/ PGM/ SMAM/ COMATHAB</p>
		<p>Formação de grupo intersecretarias para o gerenciamento das AEIS</p>	<p>SPM/DEM HAB/ GAPLAN/CRC/ PGM/SMAM/ COMATHAB</p>
		<p>Regulamentação dos procedimentos das AEIS</p>	<p>SPM/DEM HAB/ GAPLAN/CRC/ PGM/SMAM/ COMATHAB</p>
		<p>Capacitação para a produção pública para atendimento na Demanda Habitacional Prioritária:</p>	
		<p>Identificação de áreas potenciais para a Habitação de Interesse Social e da viabilidade instituição anual de AEIS III</p>	<p>SPM/DEM HAB/ COMATHAB</p>
		<p>Elaboração anual do plano de aplicação dos recursos do FMD</p>	<p>SPM/DEM HAB/ COMATHAB</p>
		<p>Incorporação e regulação do potencial da produção informal (habitação):</p>	
		<p>Elaboração e detalhamento dos procedimentos e regulamentação do "Urbanizador Social"</p>	<p>SPM/DEM HAB/ COMATHAB</p>
		<p>Definição de mecanismos para a ampliação da produção da Habitação de Interesse Social pelo mercado formal:</p>	
		<p>Elaboração e detalhamento de objetivos, critérios e procedimentos para potencializar e articular a aplicação dos instrumentos AUOPs e AEIS III</p>	<p>SPM/DEM HAB/ COMATHAB</p>

Quadro 33 – Estratégia de Produção de Cidade – III. Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano

PDDUA – Estratégia de Produção de Cidade – III. Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Produção de Cidade	III. Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenv. Urbano	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			CDRI	DEL/SMAMUS
			Alienação de índices - FUNPROMOB	SMF
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Produção de Cidade	Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano e de Captação de Recursos	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Projeto de gerenciamento das transferências de índices de aproveitamento:	
			Elaboração do detalhamento dos objetivos, critérios de aplicação e formas de regulamentação do instrumento	SPM/PGM
			Definição anual dos espaços potenciais de utilização do instrumento	SPM
			Avaliação dos impactos da implementação do instrumento nos diversos setores urbanos	SPM
			Projeto de gerenciamento do Solo Criado:	
			Estruturação de setor administrativo que dê suporte ao desenvolvimento do projeto	SPM
			Monitoramento das operações de Solo Criado com emissão de relatórios de avaliação dos resultados urbanísticos, financeiros e sociais de sua aplicação	SPM
			Publicação e divulgação anual à sociedade dos resultados das alienações do Solo Criado e do plano de aplicação de recursos	SPM
			Elaboração anual do plano de aplicação dos recursos do FMD	SPM/SMF/DEMHAB / CMPDDUA/ COMATHAB/O.P.
			Identificação dos demais instrumentos em implementação e avaliação dos fluxos e potenciais	SPM/SMF/ DEMHAB
			Identificação de instrumentos não implementados e avaliação das potencialidades	SPM/SMF
			Criação de grupo técnico operativo que elabore estudos referenciais para os projetos prioritários para o desenvolvimento urbano	SPM/SMIC/ GAPLAN/SECAR

Quadro 34 – Estratégia de Produção de Cidade – IV. Programa de Incentivos à Habitação para baixa e média renda

PDDUA – Estratégia de Produção de Cidade – IV. Programa de Incentivos à Habitação para baixa e média renda				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Produção de Cidade	IV. Programa de Incentivos à Habitação para baixa e média renda	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Não houve ações ou obras correlacionadas a este Programa	-
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Produção de Cidade	-	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Não consta	-

Quadro 35 – Estratégia de Produção de Cidade – V. Programa de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do Centro Histórico

PDDUA – Estratégia de Produção de Cidade – V. Programa de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do Centro Histórico				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia de Produção de Cidade	V. Programa de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do CH	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia de Produção de Cidade	-	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos

g. Estratégia do Sistema de Planejamento

Conforme o PDDUA, a Estratégia do Sistema de Planejamento tem como **objetivo** um processo de planejamento dinâmico e contínuo, que articule as políticas da administração municipal com os diversos interesses da sociedade, promovendo instrumentos para o monitoramento do desenvolvimento urbano.

Sua efetivação ocorreria através da rearticulação da estrutura administrativa e do estabelecimento de canais de participação, como os Conselhos Municipais, Entidades Profissionais, Sindicais e Empresariais, funcionalmente vinculadas ao desenvolvimento urbano da cidade, as Associações de Moradores e as Regiões de Gestão do Planejamento, assim como através dos Planos de Ação Regional, dos instrumentos básicos do PDDUA, do Sistema de Informações, do Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano, da definição de ações e políticas de desenvolvimento urbano globais e setoriais, programas, projetos especiais e demais instrumentos de gestão.

Para isto, a Estratégia é constituída por dois programas, resumidos na sequência.

O **Programa de Gerenciamento de Políticas** visa articular as diversas políticas que definem as diretrizes do desenvolvimento urbano, garantindo maior racionalidade na produção sustentável da cidade.

O **Programa de Regionalização e Participação da Comunidade** busca a concretização de canais de participação, assegurando às Regiões de Gestão do Planejamento o espaço de deliberação sobre políticas de desenvolvimento regional.

O **Programa de Sistema de Informações** visa disponibilizar informações para a gestão do desenvolvimento urbano, articulando produtores e usuários e estabelecendo critérios que garantam a qualidade das informações produzidas.

O **Programa de Comunicação e Educação Ambiental** objetiva dar suporte de comunicação e divulgação sobre as principais ideias e conteúdos do desenvolvimento urbano ambiental, com caráter educativo, buscando uma adequada compreensão do tema e incentivando a cultura participativa no planejamento urbano.

E, por fim, o **Programa de Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano** visa descrever os elementos que propiciam avaliar a qualidade de vida urbana, bem como a aplicação das disposições do PDDUA.

Quadro 36 – Estratégia do Sistema de Planejamento – I. Programa de Gerenciamento de Políticas

PDDUA – Estratégia do Sistema de Planejamento – I. Programa de Gerenciamento de Políticas				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia do Sistema de Planejamento	I. Programa de Gerenciamento de Políticas	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Coordenação de Políticas Públicas	SMPAE
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia do Sistema de Planejamento	Programa de Gerenciamento de Políticas	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Criação de grupos técnicos operativos	SPM/SMA
			Criação de grupos técnicos interdisciplinares	SPM/SMA
			Identificação e compatibilização dos projetos e programas que representem ações setoriais	SPM
			Implementação de metodologias de gerenciamento horizontal, que envolvam os técnicos dos órgãos municipais na elaboração e execução dos projetos prioritários	SPM/SMA
			Identificação dos principais conflitos da estrutura administrativa que dificultam a articulação entre os órgãos municipais	SPM
			Reforma administrativa e/ ou reestruturação básica dos organismos administrativos	SPM/SMA
			Articulação entre os conselhos municipais setoriais	PMPA

Quadro 37 – Estratégia do Sistema de Planejamento – II. Programa de Regionalização e Participação da Comunidade

PDDUA – Estratégia do Sistema de Planejamento – II. Programa de Regionalização e Participação da Comunidade				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia do Sistema de Planejamento	II. Programa de Regionalização e Participação da Comunidade	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			ObservaPOA	SMPAE
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia do Sistema de Planejamento	Programa de Regionalização e Participação da Comunidade	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Instalação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental	SPM/SGM/CRC
			Estudo e avaliação dos Conselhos Municipais	SPM/SGM/CRC
			Estabelecimento de canais diretos com demais conselhos municipais e o Orçamento Participativo	SPM/SGM/CRC
			Implementação de Planos de Ação Regional:	
			Definição de metodologia e plano de trabalho	SPM
			Detalhamento da regulamentação e legislação pertinente	SPM/PGM/SMAM/SMIC/SMT

Quadro 38 – Estratégia do Sistema de Planejamento – III. Programa de Sistema de Informações

PDDUA – Estratégia do Sistema de Planejamento – III. Programa de Sistema de Informações				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia do Sistema de Planejamento	III. Programa de Sistema de Informações	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Observatório de Mobilidade poderia integrar este sistema (https://eptctransparente.com.br/observamobilidade)	CIP/DMU/SMMU
			Sistema de Monitoramento do Plano de Mobilidade Urbana, a ser regulamentado	CIP/DMU/SMMU
			Observatório de Logística	CIP/DMU/SMMU
			Índice mínimo de 12m ² de AV/hab	CPOAV/DAV/SMAMUS
			De acordo com o Plano Diretor de Arborização Urbana é necessário atingir uma meta de cobertura de copa, mas ainda se está na fase de inventário da vegetação existente.	CAU/DAV/SMAMUS
			Power BI - informações do licenciamento urbanístico	DEL/SMAMUS
			ObservaPOA	SMPAE
			Diretoria de Monitoramento	SMPAE
			Sistema de Licenciamento	PROCEMPA
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia do Sistema de Planejamento	Programa Sistema de Informações	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Definição dos dados prioritários para caracterizar a cidade real	SPM
			Modelagem do Banco de Dados, a partir dos dados priorizados	SPM
			Treinamento e capacitação profissional	SMA/PROCEMPA/CONSULTORIAS
			Definição de uma base espacial compatível com as diversas necessidades do planejamento	

Quadro 39 – Estratégia do Sistema de Planejamento – IV. Programa de Comunicação e Educação Ambiental

PDDUA – Estratégia do Sistema de Planejamento – IV. Programa de Comunicação e Educação Ambiental				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia do Sistema de Planejamento	IV. Programa de Comunicação e Educação Ambiental	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
			Educação ambiental SMAMUS	DAV/SMAMUS
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia do Sistema de Planejamento	Programa de Comunicação e Educação Ambiental	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Adaptação da linguagem técnica a uma linguagem de comunicação para leigos	SPM/CCS/CRC
			Elaboração de material de comunicação (folders, livretos, programação audio-visual, e outros)	SPM/CCS/CRC
			Desenvolvimento de um programa de divulgação aos setores administrativos de diversos níveis, das principais ideias e conteúdos do 2º PDDUA	SPM/CCS
			Organização de eventos que propiciem a participação (nível global e regional)	SPM/CCS/CRC/SMC
			Criação de um programa de educação ambiental	SPM/CCS/CRC/SMED/SMC/SMAM

Quadro 40 – Estratégia do Sistema de Planejamento – V. Programa de Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano

PDDUA – Estratégia do Sistema de Planejamento – V. Programa de Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA x Informe Complementar de 1996				
Ações/obras das secretarias/órgãos do GT-TO articuladas ao PDDUA	Estratégia do Sistema de Planejamento	V. programa de Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano	Ações/obras elencadas no GT-TO articuladas ao PDDUA	Secr./órgãos envolvidos
Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Estratégia do Sistema de Planejamento	Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano	Ações/obras previstas no Informe Complementar de 1996	Secr./órgãos envolvidos
			Não consta	-

III. GT-TO: Eixos Temáticos

Conforme o **Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores** (GERPD)⁸ do Ministério do Desenvolvimento Regional (2022, p. 36), um dos documentos adotados como referência na estruturação da atual Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, temas são “assuntos relevantes para o desenvolvimento urbano local, frequentemente associados às políticas setoriais ou a questões de gestão do território identificadas pelo próprio município”.

Na metodologia de trabalho da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, portanto, a **identificação de temas e problemáticas a serem priorizados pelo Município** integra a etapa (ii) da Leitura da Cidade, realizada após a etapa (i) Preparatória e na sequência da qual será possível passar à Etapa (iii) da Sistematização e das Propostas, com a definição das estratégias e instrumentos mais adequados para cada problemática identificada.

Nesse sentido, os Eixos Temáticos da Revisão do Plano Diretor trabalhados pelo GT-TO são resultado de discussões internas e da participação da sociedade no processo de Revisão do Plano, o qual envolveu a compatibilização das atuais Estratégias do PDDUA, dos Temas elencados pela sociedade e debatidos no CMDUA⁹ no início do processo de Revisão do Plano e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável¹⁰.

O PDDUA, conforme caracterizado na seção anterior deste documento, conta atualmente com **7 Estratégias**. São elas as Estratégias (I) Da Estruturação Urbana, (II) Da Mobilidade Urbana, (III) Do Uso do Solo Privado, (IV) Da Qualificação Ambiental, (V)

⁸ Disponível em:

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/guia-para-elaboracao-e-revisao-de-planos-diretores>

⁹ 12 (doze) Temas definidos a partir de informações coletadas no Seminário Preparatório da Revisão do Plano Diretor realizado no Cine Capitólio, em 07/12/2016, em Porto Alegre, e do Workshop com o CMDUA realizado em 04/10/2017.

<https://prefeitura.poa.br/planodiretor/linha-do-tempo/definicao-dos-12-temas-prioritarios>

¹⁰ Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são compostos por 169 metas e integram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, uma política global adotada pelos países membros das Nações Unidas a partir da Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em setembro de 2015. Os ODS estão disponíveis para consulta em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Da Promoção Econômica, (VI) Da Produção da Cidade e (VII) Do Sistema de Planejamento.

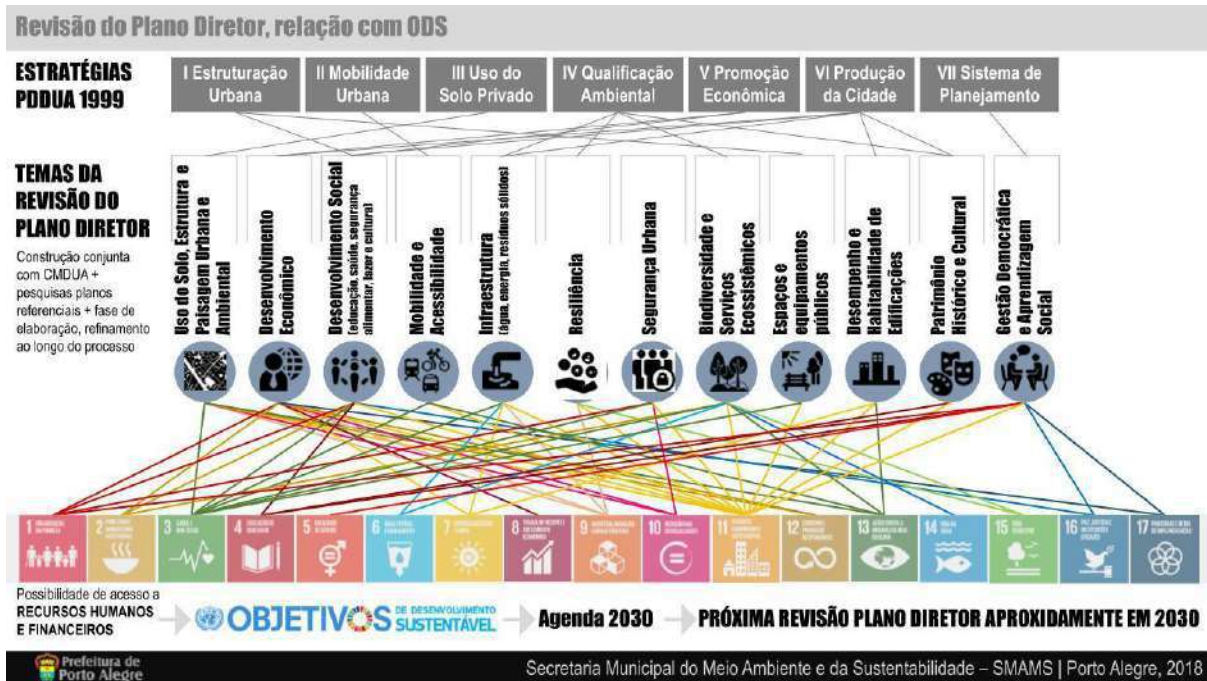
Já os **12 temas prioritários** do Plano Diretor, identificados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA) em 2017 com base nas informações coletadas no 1º Seminário Preparatório para a Revisão do Plano Diretor (2016), são:

1. Uso do solo, estrutura e paisagem urbana e ambiental;
2. Desempenho e Habilidade das Edificações;
3. Patrimônio Histórico e Cultural;
4. Desenvolvimento Econômico;
5. Segurança Urbana;
6. Espaços e Equipamentos Públicos;
7. Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos;
8. Resiliência;
9. Infraestrutura;
10. Mobilidade e Acessibilidade;
11. Gestão Democrática e Aprendizado Social;
12. Desenvolvimento Social.

Os **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável** (ODS), por sua vez, integram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, política global adotada pelos países membros das Nações Unidas a partir de 2015, e somam 17 metas. São elas: ODS 1 - Erradicação da pobreza, ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável, ODS 3 - Saúde e bem-estar, ODS 4 - Educação de qualidade, ODS 5 - Igualdade de gênero, ODS 6 - Água potável e saneamento, ODS 7 - Energia limpa e acessível, ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico, ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura, ODS 10 - Redução das desigualdades, ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, ODS 12 - Consumo e produção responsáveis, ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima, ODS 14 - Vida na Água, ODS 15 - Vida terrestre, ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes e ODS 17 - Parcerias e meios de implementação.

Tendo por base estas referências para a Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, buscou-se compatibilizá-las como meio de guiar a definição de Eixos Temáticos de debate sobre desenvolvimento urbano local.

Figura 3 – Correlação temas CMDUA e ODSs



Fonte: SMAMS, 2018.

Quadro 41 – Correlação temas CMDUA e Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores

TEMAS CMDUA	TEMAS GUIA				
1. Uso do solo, estrutura e paisagem urbana e ambiental	T7 Uso e ocupação do solo	T2 Expansão urbana	T5 Qualidade urbana e ambiental	T13 Desenvolvimento rural sustentável	T17 Financiamento do desenvolvimento urbano
2. Desempenho e Habitabilidade das Edificações	T1 Habitação	T2 Expansão urbana	T3 Dinâmica imobiliária	T9 Grandes projetos de impacto	
3. Patrimônio Histórico e Cultural	T6 Patrimônio cultural	T15 Turismo			
4. Desenvolvimento Econômico	T8 Desenvolvimento econômico	T3 Dinâmica imobiliária	T9 Grandes projetos de impacto	T15 Turismo	
5. Segurança Urbana	T4 Segurança	T16 Áreas de risco à vida			
6. Espaços e Equipamentos Públicos	T14 Equipamentos públicos	T2 Expansão urbana	T5 Qualidade urbana e ambiental	T7 Uso e ocupação do solo	
7. Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos	T10 Meio ambiente	T11 Saneamento ambiental	T13 Desenvolvimento rural sustentável		
8. Resiliência	T5 Qualidade urbana e ambiental	T16 Áreas de risco à vida	T10 Meio ambiente		
9. Infraestrutura	T2 Expansão urbana	T7 Uso e ocupação do solo	T9 Grandes projetos de impacto		
10. Mobilidade e Acessibilidade	T12 Mobilidade e transporte	T2 Expansão urbana	T9 Grandes projetos de impacto		
11. Gestão Democrática e Aprendizagem Social	T18 Gestão democrática e participação popular	T17 Financiamento do desenvolvimento urbano			
12. Desenvolvimento Social	T1 Habitação	T11 Saneamento ambiental			

Fonte: elaboração DPU.

Quadro 42 – Correlação temas CMDUA, estratégias PDDUA e ODS

TEMAS CMDUA	ESTRATÉGIAS PDDUA		ODS													ODS		
1. Uso do solo, estrutura e paisagem urbana e ambiental	III. Uso do Solo Privado		3	9	10	11	12	13										1. Erradicar a pobreza
2. Desempenho e Habitabilidade das Edificações	VI. Produção da Cidade		7	11	13	1	3	10										2. Fome zero e agricultura sustentável
3. Patrimônio Histórico e Cultural	IV. Qualificação Ambiental	VI. Produção da Cidade	4	11	8													3. Saúde e bem-estar
4. Desenvolvimento Econômico	V. Promoção Econômica		1	2	7	8	9	10	11	12	16	17						4. Educação de qualidade
5. Segurança Urbana			1	3	10	11	5	8	16									5. Igualdade de gênero
6. Espaços e Equipamentos Públicos	I. Estruturação Urbana		3	11	10													6. Água potável e saneamento
7. Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos	IV. Qualificação Ambiental		2	3	6	11	13	14	15	12								7. Energia acessível e limpa
8. Resiliência	IV. Qualificação Ambiental		9	11	15	16	17											8. Trabalho decente e Crescimento econômico
9. Infraestrutura	IV. Qualificação Ambiental	VI. Produção da Cidade	3	6	7	9	11											9. Indústria, Inovação e Infraestrutura
10. Mobilidade e Acessibilidade	II. Mobilidade Urbana		3	11	13													10. Redução das desigualdades
11. Gestão Democrática e Aprendizado Social	VII. Sistema de Planejamento		1	4	5	11	16	17	10									11. Cidades e Comunidades Sustentáveis
12. Desenvolvimento Social	I. Estruturação Urbana	VI. Produção da Cidade	1	2	3	4	11	5	8	10	16							12. Consumo e Produção Responsáveis
																		13. Ação contra a mudança global do clima
																		14. Vida na água
																		15. Vida terrestre
																		16. Paz, Justiça e Instituições eficazes
																		17. Parcerias e Meios de Implementação

Fonte: elaboração DPU.

Para consolidação dos Eixos Temáticos na esfera da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, durante 2022, foram realizadas atividades que envolveram a participação da sociedade em oficinas e exposições interativas, reuniões da Coordenação Técnica (CT) da Revisão do Plano Diretor, o trabalho do Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO) para a Revisão do PDDUA, bem como da consultoria contratada para dar subsídios à revisão do Plano Diretor - Ernst & Young (EY) e parceiros.

Em 29/08/2022, a Coordenação Técnica (CT) da revisão do PDDUA realizou uma dinâmica interna que resultou na proposição de 6 Eixos Temáticos, que posteriormente foram apresentados e validados pelo GT-TO na 9ª reunião do grupo, realizada em 02/09/2022.

Figura 4 – Dinâmica CT



Fonte: elaboração DPU.

Os temas e subtemas elencados aparecem na figura a seguir:

Quadro 43 – Temas e subtemas

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL	AMBIENTE NATURAL	MOBILIDADE E TRANSPORTE	DESEMPENHO, ESTRUTURA E INFRAESTRUTURA URBANA	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	GESTÃO DA CIDADE
Inclusão Social Lazer Educação Saúde Emprego Moradia Praças para Todos Segurança Cultura Identidade e Patrimônio Histórico Cultural População em Situação de Rua Comunidades Autóctones Perspectiva de Gênero Resíduos Acessibilidade a todos Segurança Alimentar Agricultura Habitação de Interesse Social Regularização Fundiária	Áreas Ambientais Áreas Verdes Corredores Ecológicos Meio Ambiente Sustentabilidade Áreas de Risco Poluição do Ar Serviços Ecosistêmicos	Mobilidade Calçadas Ciclovias Mobilidade Ativa Trânsito Transporte Transporte Coletivo Aplicativos Logística	Desempenho das Edificações: Conforto, Iluminação, Ventilação, Sol Densidade Calçadas Parcelamento do Solo Regulador Espaço Público Uso do Solo Uso do Recuo de Jardim Forma dos Prédios Saneamento Básico Abastecimento de Água Manutenção e Conservação das Vias Públicas Infraestrutura Urbana Redes de Fibras Ótica Gestão de Resíduos	Zona Rural Indústria Turismo Cultura Economia Habitação Tecnologia Dinâmica Imobiliária Emprego e Renda Agricultura Familiar Economia Criativa, Solidária, Inovação Ecoturismo Atividades Econômicas	Políticas Públicas Participação no Processo de Planejamento Especulação Imobiliária Contrapartidas Planos de Bairro Funcionamento da Prefeitura Mudar Rgps Financiamento da Cidade Estudo de Impacto de Vizinhança

Fonte: elaboração DPU.

Com a intenção de promover a integração entre os membros do GT-TO e alinhamento acerca dos temas a serem discutidos, foi proposta uma dinâmica de grupo com base na metodologia de *design thinking*. Para os trabalhos, os participantes foram divididos em um grupo para cada Eixo Temático, levando em consideração a área de atuação de cada um e, como objetivo final da discussão, foi solicitado que cada grupo organizasse uma oficina temática levando em consideração os seguintes aspectos:

- definir temas a serem abordados;
- definir data e local para o evento;
- listar *stakeholders* envolvidos;
- definir divulgação;
- definir metodologia a ser utilizada nos eventos;
- listar participantes e palestrantes;
- identificar os insumos necessários.

Os resultados das discussões foram apresentados pelos grupos e estão detalhados por Eixo Temático. Após este trabalho, foi realizada uma apresentação por Eixo, correlacionando as Estratégias do PDDUA com os temas do GERPD e os Conflitos e Potencialidades Projetuais elencados no IC/96, anexos a este documento.

a. Eixo Temático: Desenvolvimento Social e Cultural

Na dinâmica sobre a oficina temática, o grupo chegou nos seguintes pontos: temas a serem abordados: os mesmos temas listados ao lado, exceto "Identidade e Patrimônio Histórico Cultural". Com relação ao tema "Identidade e Patrimônio Cultural", houve manifestação de que o tema deveria ser abordado em outro eixo, pois não foi identificada uma relação deste com o desenvolvimento social. O resultado quanto ao objetivo de organizar oficina temática resultou nas contribuições do quadro a seguir.

Quadro 44– Resultado dinâmica Eixo Temático: Desenvolvimento Social e Cultural

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
A data não foi definida. Local: Largo Zumbi dos Palmares. RGPs - evento descentralizado - praças, largos ou parques.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ministério Público 2. CEA - Vila Pinto 3. Estação Cidadania da Restinga 4. Conexão Jovem PoA 5. SMDS 6. SMELJ 7. SMHARF 	Meios de comunicação da PMPA, Instagram, transmissão em tempo real pelo Youtube	Feira multiatividades: <ul style="list-style-type: none"> - exposição e venda de produtores locais; - palestras sobre reg. fundiária, ressocialização, ed. ambiental, reciclagem de resíduos sólidos; - dinâmica para desenvolver um projeto de regularização fundiária; - dinâmica para explicar de forma didática o que é o Plano Diretor; - cabine do planejamento: tipo cabine de foto instantânea. A pessoa entra na cabine e responde a pergunta: "Como tu gostaria de ver a cidade de Porto Alegre em 2030?" para uma câmera e as respostas são compiladas na produção de um vídeo. - atividades interativas: grafite, dança, capoeira; - Podcast sobre as questões do Plano Diretor. 	população em geral	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ministério Público; 2. Simone Sornensj; 3. Entidades que trabalham com ressocialização de infratores; 4. Entidades/pessoas que trabalham com comunidades abordando a requalificação de áreas ocupadas desordenadamente a partir do resgate social dos moradores; 	Equipamento multimídia, filmadora, cabine fechada, bancas para feira, mapas, papel, canetas coloridas.

A partir da análise do GERPD, identificamos os seguintes temas relacionados com o Eixo Temático Desenvolvimento Social e Cultural: habitação (T1), segurança (T4), patrimônio cultural (T6), equipamentos públicos (T14), gestão democrática e participação popular (T18). Cada tema do Guia elenca problemáticas (P) e estratégias (E) de enfrentamento, sendo que as identificadas em conformidade com o eixo estão detalhadas a seguir:

- T1 - Habitação

P01 - O município possui assentamentos precários irregulares sem infraestrutura básica (favelas, loteamentos, conjuntos habitacionais):

E01 - Avaliar os assentamentos precários existentes e qualificá-los, priorizando a intervenção em assentamentos para urbanização ou em situações de risco à vida;

E02 - Promover a regularização e/ou a urbanização de áreas ambientais ou de transição urbano-rural ocupadas de forma sustentável.

P02 - O município apresenta população de baixa renda ou povos e comunidades tradicionais, cuja permanência em seus bairros ou territórios está sob ameaça de remoção ou substituição:

E03 - Corrigir parâmetros vigentes de uso e de ocupação do solo de forma a garantir a permanência do uso e ocupação real do solo de forma segura e sustentável;

E04 - Garantir a segurança na posse, de modo a permitir a permanência da população de baixa renda e/ou de povos e comunidades tradicionais.

P03 - O município apresenta déficit habitacional, sobretudo para a população de

baixa renda:

E05 - Reservar terra para produção de Habitação de Interesse Social (HIS);

E06 - Garantir a permanência da população de baixa renda e melhorar as condições habitacionais em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura;

E07 - Garantir parâmetros urbanísticos compatíveis com as tipologias e demanda existente e produzida no território;

E17 - Constituir banco de terras públicas.

P04 - O município apresenta população de baixa renda vivendo em áreas de risco:

E08 - Controlar o avanço da ocupação urbana e planejar frentes de expansão considerando as condições de risco existentes;

E09 - Garantir ocupação urbana adequada em situações de risco e reserva de terras com infraestrutura para reassentamento;

P05 - O município apresenta concentração de moradias precárias em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura (como cortiços e ocupações):

E03 - Corrigir parâmetros vigentes de uso e de ocupação do solo de forma a garantir a permanência do uso e ocupação real do solo de forma segura e sustentável;

E05 - Reservar terra para produção de Habitação de Interesse Social (HIS);

E06 - Garantir a permanência da população de baixa renda e melhorar as condições habitacionais em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura;

E10 - Direcionar a produção imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano.

- T4 - Segurança

P13 - O município possui áreas públicas (ruas, calçadas, áreas verdes) ou regiões com alta concentração de ocorrências relacionadas à segurança pública:

E22 - Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E23 - Melhorar a qualidade do sistema de microacessibilidade, como calçadas, arborização, iluminação, viário e mobilidade ativa, entre outros;

E24 - Prever melhor localização do equipamento, adequando o uso do solo e articulando a escolha da localização à dinâmica de mobilidade, de adensamento e de desenvolvimento urbano prevista;

E25 - Articular as áreas verdes públicas, garantindo o fortalecimento das áreas ambientais do município.

P14 - O município possui áreas vazias ou degradadas, pontos viciados de lixo e/ou descarte irregular:

E16 - Promover a ocupação de vazios urbanos de forma articulada ao desenvolvimento urbano;

E26 - Promover a transformação e/ou ocupação de áreas urbanas degradadas e/ou subutilizadas.

- T6 - Patrimônio cultural

P18 - O município deve reconhecer ou possibilitar a preservação de bens imóveis ou áreas de relevância histórica, cultural, natural e paisagística:

E20 - Preservar imóveis, usos ou conjuntos urbanos de interesse cultural ou histórico;

E33 - Integrar as normas para facilitar os processos de aprovação e fiscalização relacionados aos bens de interesse de preservação;

E34 - Garantir a presença de usos compatíveis com a preservação e a dinamização das áreas históricas;

E35 - Garantir a preservação e permanência de territórios tradicionais e culturais, bem como dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais;

E36 - Garantir a preservação do patrimônio natural ou paisagístico.

P19 - O município apresenta necessidade de dinamização urbana e/ou econômica de áreas centrais ou históricas:

E06 - Garantir a permanência da população de baixa renda e melhorar as condições habitacionais em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura;

E10 - Direcionar a produção imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano;

E19 - Promover a transformação e/ou ocupação visando ao interesse público em conjunto com a iniciativa privada;

E34 - Garantir a presença de usos compatíveis com a preservação e a dinamização das áreas históricas.

- T14 - Equipamentos Públicos

P47 - O município possui demanda para construção de novos equipamentos públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, esporte e lazer, entre outros:

E82 - Promover melhor aproveitamento da terra ocupada, realizando parcerias e integrando o planejamento e a gestão de equipamentos públicos municipais;

E83 - Viabilizar a aquisição de imóveis para a construção de equipamentos públicos necessários ao desenvolvimento urbano e social do município;

E24 - Prever melhor localização do equipamento, adequando o uso do solo e articulando a escolha da localização à dinâmica de mobilidade, de adensamento e de desenvolvimento urbano prevista.

P48 - O município necessita prever áreas para construção ou ampliação de equipamentos para mobilidade e transporte, como terminais rodoviários municipais e intermunicipais, ou estações de trem, entre outros:

E82 - Promover melhor aproveitamento da terra ocupada, realizando parcerias e integrando o planejamento e a gestão de equipamentos públicos municipais;

E83 - Viabilizar a aquisição de imóveis para a construção de equipamentos públicos necessários ao desenvolvimento urbano e social do município;

E77 - Prever localização do equipamento de impacto na mobilidade de maneira articulada à dinâmica dos deslocamentos, de adensamento e de desenvolvimento urbano, com atenção para a mitigação e para o controle dos impactos decorrentes dessa implantação;

E24 - Prever melhor localização do equipamento, adequando o uso do solo e articulando a escolha da localização à dinâmica de mobilidade, de adensamento e de desenvolvimento urbano prevista;

E84 Planejar mitigação e controle de possíveis impactos da instalação de equipamento de mobilidade e de transporte sobre o meio urbano ou seu entorno.

- T18 - Gestão democrática e participação popular

P56 - O sistema de gestão democrática municipal não existe, é pouco articulado ou funciona mal, prejudicando a integração e a continuidade dos processos participativos de comunicação, informação, debate, decisão e monitoramento da política urbano-ambiental municipal:

E98 - Fortalecer as instâncias de participação popular com a ampliação de seu papel propositivo e deliberativo na política urbano-ambiental municipal;

E100 - Criar um sistema integrado de gestão democrática municipal que determine o papel e a responsabilidade de cada instância, órgão e etapa de participação popular, bem como as formas de interação entre cada um deles;

E99 - Criar órgão(s) colegiado(s) da política urbana e ambiental municipal a fim de fomentar a gestão democrática contínua;

E98 - Fortalecer as instâncias de participação popular com a ampliação de seu papel propositivo e deliberativo na política urbano-ambiental municipal;

E101 - Criar e/ou ampliar os mecanismos de debate público sobre a política urbano-ambiental para aumentar a mobilização coletiva e capacitar a população, a fim de que esta possa atuar de forma propositiva e com iniciativas próprias.

P57 - No município há baixa representatividade de setores da sociedade em processos participativos:

ver Problemática P56;

E101 - Criar e/ou ampliar os mecanismos de debate público sobre a política urbano-ambiental para aumentar a mobilização coletiva e

capacitar a população, a fim de que esta possa atuar de forma propositiva e com iniciativas próprias.

b. Eixo Temático: Ambiente Natural

O grupo considera que uma alteração no nome seria ideal para representar melhor o tema. Foi sugerido a alteração para “Meio Ambiente e Sustentabilidade”. Na dinâmica sobre os eixos temáticos e temas, apresentados inicialmente, foi levantada a necessidade de um melhor esclarecimento sobre os conceitos abordados. Surgiram alguns assuntos que precisam ser contemplados, conforme segue.

Quadro 33 – Temas sugeridos: Ambiente Natural

Áreas de interesse ambiental (APP, Topo de Morro, remanescente, etc)	Áreas verdes públicas (parques, praças, unidades de conservação, etc)	Passivos ambientais (áreas degradadas do passado que devem ser sanadas), recuperação destas áreas e incentivos	Áreas de risco (esse tema possui grande vínculo com a questão social e deve prever ações para evitar ocupações e promover remoções)
Poluição (água, solo, visual, sonora)	Políticas públicas de incentivo à sustentabilidade	Incentivo à soluções ecológicas	Estímulo à energias alternativas
Fauna silvestre	Educação ambiental	Corredores ecológicos	Arborização urbana

O resultado quanto ao objetivo de organizar oficina temática resultou nas contribuições do quadro a seguir.

Quadro 46 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Ambiente Natural

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
A data poderia aproveitar a semana da primavera ou conferência do meio ambiente , datas que já estão no calendário da SMAMUS . A sugestão de local seria em um parque ou praça, ao ar livre . Se levantou o auditório Araújo Viana, Cais Mauá e o Auditório do Morro do Osso .	1. SMAMUS em geral 2. DMAE 3. Serviços Urbanos 4. SMOI 5. EPTC 6. DMLU 7. Universidades 8. Conselhos (CMDUA, COMAM) 9. Secretarias de Educação e Saúde)	Meios de comunicação da PMPA, Instagram, Youtube	<ul style="list-style-type: none"> • apresentações • palestras • brainstorm com contribuições (post-it) • oportunizar a opinião do público • questionário online sobre os temas e questões ambientais • envolver as crianças e escolas (não necessariamente na oficina, mas em geral); 	Não informado	1. Rualdo Menegat, autor do Atlas Ambiental de Porto Alegre	Tela, microfone, folders e material para contribuições (post-it, caneta, papel).

A partir da análise do GERPD, identificamos os seguintes temas relacionados com o Eixo Temático Ambiente Natural: qualidade urbana e ambiental (T5), meio ambiente (T10), saneamento ambiental (T11), áreas de risco à vida (T16). Cada tema do Guia elenca problemáticas (P) e estratégia (E) de enfrentamento, sendo que as identificadas em conformidade com o eixo estão detalhadas a seguir:

- T5 - Qualidade Urbana e Ambiental

P15 - O município carece de melhorias das condições de qualidade ambiental em seu território (ilhas de calor*, drenagem e arborização, entre outras):

E25 – Articular as áreas verdes públicas, garantindo o fortalecimento das áreas ambientais do município;

E27 – Melhorar as condições de drenagem do município considerando o uso e a ocupação do solo;

E28 – Incorporar agenda ambiental local (bioma) no planejamento do território.

P16 - O município deseja adequar sua morfologia e seu desenho urbano à infraestrutura prevista ou existente e/ou às condicionantes ambientais e territoriais (como a relação entre edificação e calçadas ou outros espaços livres):

E22 – Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E23 – Melhorar a qualidade do sistema de microacessibilidade, como calçadas, arborização, iluminação, viário e mobilidade ativa, entre outros;

E29 – Incentivar desenho urbano que garanta qualidade no uso e na ocupação do solo, bem como relações mais humanas no espaço urbano público;

E52 – Regulamentar as formas de uso do espaço público e da instalação de comércio ambulante, visando maior qualidade ambiental e urbana para o município.

P17 - No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos entre áreas que concentram empregos e áreas que concentram moradia:

E14 - Promover o adensamento de áreas urbanas com infraestrutura;

E22 - Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E30 - Criar novas centralidades ou áreas de desenvolvimento econômico de forma a equilibrar os usos no território;

E31 - Incentivar o uso habitacional nas áreas com concentração de empregos;

E32 - Reduzir o tempo de deslocamento cotidiano entre moradia, emprego, equipamentos públicos e serviços básicos.

- T10 - Meio Ambiente

P34 - O município está integral ou grandemente inserido em área de preservação ambiental e/ou proteção de mananciais com necessidade de conciliar a preservação ambiental e o desenvolvimento urbano e econômico local:

E13 – Garantir a preservação e a conservação das áreas ambientalmente frágeis;

E25 – Articular as áreas verdes públicas, garantindo o fortalecimento das áreas ambientais do município;

E63 – Incentivar a preservação por parte de proprietários de áreas privadas com importância ambiental;

E64 – Fortalecer o desenvolvimento econômico sustentável integrado às áreas de preservação e suas potencialidades.

P35 – O município carece de novos parques, praças e/ou da estruturação de áreas verdes públicas, constituindo um sistema de áreas verdes:

E25 – Articular as áreas verdes públicas, garantindo o fortalecimento das áreas ambientais do município;

E63 – Incentivar a preservação por parte de proprietários de áreas privadas com importância ambiental;

E65 – Viabilizar a aquisição de imóveis estratégicos para conversão em áreas verdes públicas;

E66 – Planejar e articular as áreas verdes municipais às áreas de relevância regional ou metropolitana.

P36 - O município apresenta situações de avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis, como mananciais, matas, manguezais e APPs, entre outras:

E02 – Promover a regularização e/ou a urbanização de áreas de transição urbano-rural ocupadas de forma sustentável;

E11 – Delimitar áreas aptas à ocupação para expansão urbana nas áreas de transição urbano-rural e garantir a recuperação da valorização da terra rural para urbana;

E13 – Garantir a preservação e a conservação das áreas ambientalmente frágeis;

E63 – Incentivar a preservação por parte de proprietários de áreas privadas com importância ambiental.

P37 – O município precisa promover melhor utilização dos recursos hídricos:

E67 – Promover a articulação e a integração da rede hídrica às áreas verdes municipais, considerando a dimensão regional das áreas de preservação;

E68 – Garantir a segurança hídrica de forma articulada à produção rural sustentável, integrando a rede hídrica municipal às áreas verdes;

E69 – Controlar a expansão urbana considerando as áreas ambientalmente degradadas e a capacidade de suporte da infraestrutura instalada ou prevista.

P38 - O município necessita evitar e/ou mitigar e recuperar áreas ambientalmente degradadas:

E62 – Promover a recuperação e a preservação das áreas ambientais degradadas;

E69 – Controlar a expansão urbana considerando as áreas ambientalmente degradadas e a capacidade de suporte da infraestrutura instalada ou prevista.

- T11 - Saneamento Ambiental

P39 - O município precisa universalizar o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário:

E70 – Promover a urbanização de assentamentos precários, prevendo investimentos em infraestrutura de água e saneamento ambiental;

E71 – Promover investimentos e parcerias intermunicipais para viabilizar infraestrutura visando melhor aproveitamento da terra urbana.

P 40 - O município apresenta dificuldades em coletar, triar e destinar seus resíduos sólidos (DMLU):

E72 – Estruturar uma política de gestão de resíduos sólidos, vinculada à política de desenvolvimento urbano e com articulação regional para construção e gestão de aterro sanitário, centrais de compostagem ou reciclagem e demais equipamentos que componham o sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos.

P 41 - O município apresenta alagamentos decorrentes de problemas de drenagem urbana e de ocupação do solo:

E27 – Melhorar as condições de drenagem do município considerando uso e ocupação do solo;

E73 – Mitigar situações de risco, alagamento e inundações;

E74 – Articular planejamento de novas áreas de ocupação urbana à capacidade de drenagem existente e prevista no município.

- T16 - Áreas de Risco à Vida

P29 – O município possui ou está localizado em áreas de influência e/ou risco de grandes projetos de impacto ambiental, como barragens, hidrelétricas, mineração e pedreiras, entre outros:

E09 – Garantir ocupação urbana adequada em situações de risco e reserva de terras com infraestrutura para reassentamento;

E53 – Controlar a expansão urbana de modo a limitar seu avanço sobre áreas com maiores riscos de acidentes relacionados a grandes projetos de impacto;

E54 – Garantir a participação social na implementação de projetos de impacto, bem como nas ações de mitigação e em contrapartidas sobre impactos ambientais previstos;

E55 – Prever articulação intermunicipal e interfederativa para planejamento, controle e ação emergencial;

E56 – Controlar e mitigar impactos ambientais e urbanos de atividades de impacto, condicionando a implementação do projeto ao atendimento das demandas social, ambiental, urbana e econômica identificadas.

P53 – O município apresenta áreas de risco à vida ocupadas, como risco de enchentes, deslizamentos e outros:

E08 – Controlar o avanço da ocupação urbana e planejar novas frentes de expansão considerando as condições de risco existentes;

E09 – Garantir ocupação urbana adequada em situações de risco e reserva de terras com infraestrutura para reassentamento;

E27 – Melhorar as condições de drenagem do município considerando uso e ocupação do solo;

E73 – Mitigar ou solucionar situações de risco, alagamento e inundações.

c. Eixo Temático: Mobilidade e Transporte

Foi comentado que o eixo temático poderia ser apenas mobilidade, uma vez que o transporte está contemplado. Além das temáticas ao lado, surgiram outros temas.

Quadro 47 – Temas sugeridos: Mobilidade e Transporte

Acessibilidade universal	Tecnologia	Sistema de informação das redes que existem nos espaços públicos para gestão do sistema e estratégia de planejamento	Mobiliário urbano
Segurança viária	Sustentabilidade (mobilidade sustentável)		Mudança de cultura
Segurança pública	Inovação	Cessão de estacionamento	Estudar diferentes modais para mobilidade e transporte sustentável

O resultado quanto ao objetivo de organizar oficina temática resultou nas contribuições do quadro a seguir.

Quadro 48 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Mobilidade e Transporte

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
Araújo Viana Unisinos PUC	<ol style="list-style-type: none"> 1. População em geral 2. Técnicos de diversas esferas (municipal, estadual e federal) 3. Sociedade civil organizada 4. Academia (estudantes e professores) 5. Políticos 6. Representantes dos transportes públicos 	Não foi debatido	<ul style="list-style-type: none"> • Palestras interativas • Mesas temáticas com painéis sobre: <ol style="list-style-type: none"> 1. Mobilidade ativa; 2. Sustentabilidade (transportes, tecnologias, oportunidades, poluição, etc.); 3. Crescimento da cidade (revisão dos gravames viários, perfis viários, expansão da cidade); 4. Infraestrutura necessária; 5. Segurança viária; 6. Economia (impacto); 7. Cessão da Mobilidade; 8. Espaço público viário (elementos necessários, sistemas); 9. Modais <p>Possibilidade de extrair diretrizes destas conversas.</p>	Não informado	<ol style="list-style-type: none"> 1. Exemplos de cidades: <ul style="list-style-type: none"> - Fortaleza - Curitiba - Belo Horizonte - Medellín 2. Consultorias: <ul style="list-style-type: none"> - WRI - ITDP 3. Palestrantes que representem idosos, cegos, PCDs e da área da saúde 	Não informado

A partir da análise do GERPD, identificamos um tema relacionado com o Eixo Temático Mobilidade e Transporte, que leva o mesmo nome (T12). Cada tema do Guia elenca problemáticas (P) e estratégia (E) de enfrentamento, sendo que as identificadas em conformidade com o eixo estão detalhadas a seguir:

- T12 - Mobilidade e Transporte

P17 - No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos entre áreas que concentram empregos e áreas que concentram moradia:

E14 - Promover o adensamento de áreas urbanas com infraestrutura;

E22 - Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E30 - Criar novas centralidades ou áreas de desenvolvimento econômico de forma a equilibrar os usos no território;

E31 - Incentivar o uso habitacional nas áreas com concentração de empregos;

E32 - Reduzir o tempo de deslocamento cotidiano entre moradia, emprego, equipamentos públicos e serviços básicos.

P42 - O município apresenta situações de dificuldade de deslocamento, como ausência ou deficiência de transporte público, trânsito intenso, congestionamento, barreiras urbanas, entre outros:

E22 - Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E75 - Promover adensamento populacional e de usos junto ao sistema de transporte público coletivo;

E76 - Viabilizar condições para a ampliação da mobilidade ativa e do transporte não motorizado;

E77 - Prever localização do equipamento de impacto na mobilidade de maneira articulada à dinâmica dos deslocamentos, de adensamento e de desenvolvimento urbano, com atenção para a mitigação e o controle dos impactos decorrentes dessa implantação;

E84 - Planejar mitigação e controle de possíveis impactos da instalação de equipamento de mobilidade e de transporte sobre o meio urbano ou seu entorno.

P43 - O município tem necessidade de ampliação dos deslocamentos por modos não motorizados, como a pé ou em bicicletas, e de melhoria das condições de calçadas, estruturas cicláveis, microacessibilidade e acessibilidade:

E30 - Criar novas centralidades ou áreas de desenvolvimento econômico de forma a equilibrar os usos no território;

E76 - Viabilizar condições para a ampliação da mobilidade ativa e do transporte não motorizado;

E77 - Prever localização do equipamento de impacto na mobilidade de maneira articulada à dinâmica dos deslocamentos, de adensamento e de desenvolvimento urbano, com atenção para a mitigação e o controle dos impactos decorrentes dessa implantação.

d. Eixo Temático: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana

Houve a sugestão de separação em dois subgrupos: uso e ocupação do solo e forma urbana.

Quadro 49 – Temas sugeridos: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana

Uso e ocupação do solo			Forma Urbana
Densidade	Infraestrutura de comunicação	A cidade consolidada (impactos, mitigações, reciclagem de uso, reconhecimento da cidade existente)	Verticalização
Espaços públicos	Regularização fundiária		Plano regulador
Mobilidade	Questionamento: "Toda a regularização deve gerar novas áreas?"	Infraestrutura (drenagem, saneamento, abastecimento de água, gestão de resíduos)	Miscigenação
Mudanças climáticas	Sustentabilidade	Equipamentos urbanos/comunitários	Gestão de calçadas

O resultado quanto ao objetivo de organizar oficina temática resultou nas contribuições do quadro a seguir.

Quadro 50 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
Data do evento: início de 2023. Local: Salão de Atos da UFRGS, Teatro Unisinos (podendo ser utilizadas salas para discussões em diferentes grupos)	<ol style="list-style-type: none"> Entidades representativas da construção Civil (SINDUSCON), ASBEA, SERGS, CAU, CREA, representantes do Mercado Imobiliário, IAB Universidades (PUC, UFRGS, outras instituições de ensino superior com programa de pesquisa sobre o tema) Profissionais com atuação/expertise na área (Marily, Lucia Mascaró, Célia Ferraz de Souza, Maria Tereza Albano, Salvador Rueda) Outras prefeituras MLM (movimento de luta pela Moradia e afins) 	Impressão e mídias sociais	Divisão de grupos, elaboração de perguntas, organização dos dados para apresentar e nivelamento dos dados, criar módulos e visualização de resultados/impactos (cenários possíveis) <ul style="list-style-type: none"> Organização de um passeio pelos bairros da cidade para visita técnica, Seriam necessários eventos menores para discussão e apropriação dos tópicos Transversalidade com os demais temas. 	Não informado	Não informado	Espaços (salas), equipamento multimídia, material de escritório (papel, caneta, post its, etc.)

A partir da análise do GERPD, identificamos os seguintes temas relacionados com o Eixo Temático Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana: habitação (T1), expansão urbana (T2), dinâmica imobiliária (T3), qualidade urbana e ambiental (T5), uso e ocupação do solo (T7), grandes projetos de impacto (T9), desenvolvimento rural sustentável (T13), financiamento do desenvolvimento urbano (T17). Cada tema do Guia elenca problemáticas (P) e estratégia (E) de enfrentamento, sendo que as identificadas em conformidade com o eixo estão detalhadas a seguir:

- T1 - Habitação - mesmo itens que constam no Eixo Desenvolvimento Social e Cultural
- T2 - Expansão Urbana

P06 – O município apresenta avanço da ocupação urbana sobre áreas de transição urbano-rural ou sobre áreas rurais:

E02 - Promover a regularização e/ou a urbanização de áreas ambientais ou de transição urbano-rural ocupadas de forma sustentável;

E11 - Delimitar áreas aptas à ocupação para expansão urbana nas áreas de transição urbano-rural e garantir a recuperação da valorização da terra rural para urbana;

E12 - Demarcar áreas para produção rural, garantindo reserva para a produção de agricultura familiar, agroecológica e sustentável, evitando o espraiamento da mancha urbana;

E13 - Garantir a preservação e a conservação das áreas ambientalmente frágeis;

E46 - Demarcar e garantir áreas para a produção rural;

E69 - Controlar a expansão urbana considerando as áreas ambientalmente degradadas e a capacidade de infraestrutura instalada ou prevista.

P07 – O município apresenta restrição de área para expansão urbana:

E11 - Delimitar áreas aptas à ocupação para expansão urbana nas áreas de transição urbano-rural e garantir a recuperação da valorização da terra rural para a urbana;

E12 - Demarcar áreas para a produção rural, garantindo reserva para produção de agricultura familiar, agroecológica e sustentável, evitando o espraiamento da mancha urbana;

E13 - Garantir a preservação e a conservação das áreas ambientais frágeis;

E14 - Promover o adensamento de áreas urbanas com infraestrutura.

P08 – O município possui ocupações de perfil urbano fragmentadas, dispersas ou descontínuas em território urbano ou rural:

E08 - Controlar o avanço da ocupação urbana e planejar frentes de expansão considerando as condições de risco existentes;

E11 - Delimitar áreas aptas à ocupação para expansão urbana nas áreas de transição urbano-rural e garantir a recuperação da valorização da terra rural para urbana;

E12 - Demarcar áreas para a produção rural, garantindo reserva para produção de agricultura familiar, agroecológica e sustentável, evitando o espraiamento da mancha urbana;

E15 - Demarcar áreas para ocupação com convivência de atividades rurais e urbanas de baixa densidade (ex. chácaras, sítio de recreio, lazer);

E16 - Promover a ocupação de vazios urbanos de forma articulada ao desenvolvimento urbano;

E18 - Restringir o perímetro urbano para conter o espraiamento, de forma a incentivar uma cidade mais compacta;

E19 - Promover a transformação e/ou ocupação de áreas urbanas aptas em parceria com a iniciativa privada.

P48 – O município necessita rever áreas para construção ou ampliação de equipamentos para mobilidade e transporte, como terminais rodoviários municipais e intermunicipais, ou estações de trem, entre outros:

E24 – Prever melhor localização do equipamento, adequando o uso do solo e articulando a escolha da localização à dinâmica de mobilidade, de adensamento e de desenvolvimento urbano prevista;

E77 – Prever localização do equipamento de impacto na mobilidade de maneira articulada à dinâmica dos deslocamentos, de adensamento e de desenvolvimento urbano, com atenção para a mitigação e o controle dos impactos decorrentes dessa implantação;

E82 – Promover melhor aproveitamento da terra ocupada, realizando parcerias e integrando o planejamento e a gestão de equipamentos públicos municipais;

E83 - Viabilizar a aquisição de imóveis para a construção de equipamentos públicos necessários ao desenvolvimento urbano e social do município;

E84 - Planejar mitigação e controle de possíveis impactos da instalação do equipamento de mobilidade e transporte sobre o meio urbano ou seu entorno.

P60 - O município possui intensa atividade imobiliária, nos quais os empreendimentos isolados ou em seu conjunto causam impacto na infraestrutura existente (condomínios horizontais ou verticais, loteamentos, dentre outros:

E10 - Direcionar a produção imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano;

E102 - Implementar regras e condicionantes para implementação de novos loteamentos e condomínios de forma articulada à política de desenvolvimento urbano.

- T3 - Dinâmica Imobiliária

P09 - O município possui vazios urbanos (imóveis ou glebas):

E10 - Direcionar a produção imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano;

E14 - Promover o adensamento de áreas urbanas com infraestrutura;

E16 - Promover a ocupação de vazios urbanos de forma articulada ao desenvolvimento urbano;

E17 - Constituir banco de terras públicas;

E18 - Restringir perímetro urbano para conter o espraiamento de forma a incentivar uma cidade mais compacta;

E19 - Promover a transformação e/ou ocupação de áreas aptas à urbanização em parceria com a iniciativa privada.

P10 - A dinâmica imobiliária no município tem alterado o perfil da população, o uso e/ou a morfologia urbana:

E03 - Corrigir parâmetros vigentes de uso e de ocupação do solo de

forma a garantir a permanência do uso e ocupação real do solo de forma segura e sustentável;

E06 – Garantir a permanência da população de baixa renda e melhorar as condições habitacionais em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura;

E10 – Direcionar dinâmica imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano;

E20 – Preservar imóveis, usos ou conjuntos urbanos de interesse cultural e histórico.

P11 – O valor de aluguéis ou de venda de imóveis no município é incompatível com o perfil de renda da população.

E04 – Garantir a segurança na posse, de modo a permitir a permanência da população de baixa Renda, vulnerabilizada e/ou de povos e comunidades tradicionais.

E05 – Reservar terra para produção de habitação de interesse social (HIS).

E06 - Garantir a permanência da população de baixa renda e melhorar as condições habitacionais em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura.

E21 – Promover o aumento da oferta para unidades habitacionais de padrões variados e/ou para usos não residenciais.

P12 – O município possui baixa dinâmica imobiliária, com predominância da atuação de empresas locais da construção civil ou produção da própria moradia.

E05 – Reservar terra para produção de Habitação de Interesse Social (HIS).

E07 – Garantir parâmetros urbanísticos compatíveis com as tipologias e demanda existente e produzida no território.

E09 – Garantir ocupação urbana adequada em situações de risco e reserva de terras com infraestrutura para reassentamento.

P60 - O município possui intensa atividade imobiliária, ou seja, possui empreendimentos que causam isolados ou em seu conjunto impacto na infraestrutura existente (condomínios horizontais ou verticais, loteamentos, dentre outros).

E10 - Direcionar a produção imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano.

E102 - Implementar regras e condicionantes para implementação de novos loteamentos e condomínios de forma articulada à política de desenvolvimento urbano.

- T5 - Qualidade Urbana e Ambiental - mesmo itens que constam no Eixo Ambiente Natural
- T7 - Uso e Ocupação do Solo

P17 - No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos entre áreas que concentram empregos e áreas que concentram moradia.

E14 - Promover o adensamento de áreas urbanas com infraestrutura;

E22 - Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E30 - Criar novas centralidades ou áreas de desenvolvimento econômico de forma a equilibrar os usos no território;

E31 - Incentivar o uso habitacional nas áreas com concentração de empregos;

E32 - Reduzir o tempo de deslocamento cotidiano entre moradia, emprego, equipamentos públicos e serviços básicos.

P20 - O município apresenta perda populacional em áreas centrais e/ou bem infraestruturadas.

E06 - Garantir a permanência da população de baixa renda e melhorar as condições habitacionais em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura;

E14 - Promover o adensamento de áreas urbanas com infraestrutura;

E22 - Promover o uso misto do espaço, de forma a garantir áreas com equilíbrio entre oferta de emprego e moradia, além de maior qualidade do espaço urbano e segurança;

E37 - Adequar parâmetros de incomodidade para garantir a compatibilidade entre usos residenciais e não residenciais.

P21 - O município apresenta áreas com incompatibilidade entre parâmetros de uso e ocupação do solo em relação à cidade existente e suas novas ocupações.

E03 - Corrigir parâmetros vigentes de uso e de ocupação do solo de forma a garantir a permanência do uso e ocupação real do solo de forma segura e sustentável;

E05 - Reservar terra para produção de Habitação de Interesse Social (HIS);

E10 - Direcionar a produção imobiliária para áreas adequadas ao desenvolvimento urbano;

E20 - Preservar imóveis, usos ou conjuntos urbanos de interesse cultural e histórico;

E38 - Promover a regularização fundiária, edilícia e/ou de uso.

P22 - No município há áreas que apresentam problemas de incomodidade e/ou conflitos de vizinhança.

E37 - Adequar parâmetros de incomodidade para garantir a compatibilidade entre usos residenciais e não residenciais;

E39 - Viabilizar melhorias e adequações urbanas na implementação de empreendimentos de impacto;

E40 - Garantir qualidade urbana e participação da vizinhança na avaliação e na implementação de empreendimentos de impacto.

- T9 - Grandes Projetos de Impacto

P29 - O município possui ou está localizado em áreas de influência e/ou risco de grandes projetos de impacto ambiental, como barragens, hidrelétricas, mineração e pedreiras, entre outros.

E09 – Garantir ocupação urbana adequada em situações de risco e reserva de terras com infraestrutura para reassentamento.

E53 – Controlar a expansão urbana de modo a limitar seu avanço sobre áreas com maiores riscos de acidentes relacionados a grandes projetos de impacto.

E54 – Garantir a participação social na implementação de projetos de impacto, bem como nas ações de mitigação e em contrapartidas sobre

impactos ambientais previstos.

E55 - Prever articulação intermunicipal e interfederativa para planejamento, controle e ação emergencial.

E56 - Controlar e mitigar impactos ambientais e urbanos de atividades de impacto, condicionando a implementação do projeto ao atendimento das demandas social, ambiental, urbana e econômica identificada.

P30 - O município possui atividades extrativistas no seu território.

E56 - Controlar e mitigar impactos ambientais e urbanos de atividades de impacto, condicionando a implementação do projeto ao atendimento das demandas social, ambiental, urbana e econômica identificada.

E57 - Garantir que a implementação e a operação de atividade extrativista ocorram de forma articulada à política de desenvolvimento urbano e ambiental do município.

P31 - O município possui ou prevê a instalação de grandes complexos industriais de impacto urbano ou ambiental.

E56 - Controlar e mitigar impactos ambientais e urbanos de atividades de impacto, condicionando a implementação do projeto ao atendimento das demandas social, ambiental, urbana e econômica identificada.

E58 - Garantir a implementação do complexo industrial de impacto de forma articulada à política de desenvolvimento urbano e ambiental do município.

P32 - O município possui ou prevê grandes equipamentos urbanos de impacto relacionados à mobilidade e ao transporte, como terminais, aeroportos, aeródromos, portos e/ou rodoviárias, entre outros.

E56 - Controlar e mitigar impactos ambientais e urbanos de atividades de impacto, condicionando a implementação do projeto ao atendimento das demandas social, ambiental, urbana e econômica identificada.

E59 - Garantir a implementação do equipamento de impacto de forma articulada à política de desenvolvimento urbano e ambiental do município.

P33 - O município possui ou prevê grandes projetos de reestruturação ou

requalificação urbana e/ou ambiental.

E60 - Fomentar a requalificação urbana de maneira coerente com a política de desenvolvimento urbano.

E61 - Garantir a preservação ou mitigação de áreas ambientalmente frágeis na implementação de novos empreendimentos.

E62 - Promover a recuperação e a preservação das áreas ambientais degradadas.

- T13 - Desenvolvimento Rural Sustentável

P06 - O município apresenta avanço da ocupação urbana sobre áreas de transição urbano-rural ou sobre áreas rurais.

E02 - Promover a regularização e/ou a urbanização de áreas ambientais ou de transição urbano-rural ocupadas de forma sustentável.

E11 - Delimitar áreas aptas à ocupação para expansão urbana nas áreas de transição urbano-rural e garantir a recuperação da valorização da terra rural para urbana.

E12 - Demarcar áreas para produção rural, garantindo reserva para produção de agricultura familiar, agroecológica e sustentável, evitando o espraiamento da mancha urbana.

E13 - Garantir a preservação e a conservação das áreas ambientalmente frágeis.

E69 - Controlar a expansão urbana considerando as áreas ambientalmente degradadas e a capacidade de infraestrutura instalada ou prevista.

P25 - O município possui atividade rural ou extrativista próspera e necessita ampliar essas áreas e/ou de controlar seus impactos urbanos e ambientais.

E46 - Demarcar e garantir áreas para produção rural.

E47 - Estimular uso mais intensivo da terra já demarcada para uso rural.

E48 - Controlar impactos ambientais e urbanos oriundos da atividade rural ou extrativista.

P44 - O município apresenta desarticulação entre sua produção rural e o abastecimento e consumo urbano de alimentos.

E78 - Promover a articulação e a integração do desenvolvimento rural sustentável e solidário, regionalmente e entre diversos setores e esferas de governo, por meio de agendas comuns nos territórios.

E79 - Garantir área de produção de agricultura familiar, agroecológica e sustentável.

E80 - Promover ampliação da rede de distribuição dos alimentos produzidos no município ou na região.

E81 - Garantir a permanência e o estímulo contínuo à produção oriunda de povos e comunidades tradicionais.

P45 - O município deseja estimular sua produção rural e/ou possui áreas rurais sem uso ou subutilizadas.

E46 - Demarcar e garantir áreas para produção rural.

E57 - Garantir que a implementação e a operação de atividade extrativista ocorram de forma articulada à política de desenvolvimento urbano e ambiental do município.

E68 - Garantir a segurança hídrica de forma articulada à produção rural sustentável, integrando a rede hídrica municipal às áreas verdes.

E79 - Garantir área de produção de agricultura familiar, agroecológica e sustentável.

P46 - O município apresenta situações de conflito entre produção rural e conservação do meio ambiente.

E64 - Fortalecer o desenvolvimento econômico sustentável integrado às áreas de preservação e suas potencialidades.

E68 - Garantir a segurança hídrica de forma articulada à produção rural sustentável, integrando a rede hídrica municipal às áreas verdes.

- T17 - Financiamento do Desenvolvimento Urbano

P54 - O município necessita viabilizar recursos para investimento público, mas apresenta diminuta arrecadação tributária própria (baixa arrecadação com IPTU,

por exemplo).

E45 - Promover a regularização e o fortalecimento das atividades econômicas existentes de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local;

E91 - Estruturar os tributos sobre a propriedade de forma articulada ao desenvolvimento urbano;

E92 - Atualizar a Planta Genérica de Valores para valores próximos aos praticados pelo mercado, de forma a induzir a justa recuperação da valorização imobiliária;

E93 - Promover a cooperação entre entes públicos, a fim de viabilizar ações de interesse comum;

E94 - Recuperar recursos investidos em melhorias urbanas junto aos beneficiados pelas obras;

E95 - Orientar e fomentar melhorias urbanas por meio de contrapartidas oriundas de empreendimentos de impacto.

P55 - O município tem necessidade de recursos e financiamento para desenvolvimento urbano (infraestrutura, habitação, equipamentos).

E83 - Viabilizar a aquisição de imóveis para a construção de equipamentos públicos necessários ao desenvolvimento urbano e social do município;

E95 - Orientar e fomentar melhorias urbanas por meio de contrapartidas oriundas de empreendimentos de impacto;

E96 - Recuperar a valorização fundiária para aplicação de tais recursos, priorizando áreas mais precárias e buscando reduzir desigualdades socioterritoriais e melhorar a qualidade urbana em todo o município;

E97 - Viabilizar parceria entre a iniciativa privada e o poder público para implementação de projetos específicos.

e. Eixo Temático: Desenvolvimento Econômico

Segundo o grupo, os temas estão adequados, porém está um pouco confuso pois existem temas guarda-chuvas que poderiam ser título e agrupar alguns outros temas neles, como por exemplo: título: zona rural; subgrupo: agricultura familiar, ecoturismo, etc. Houve também a sugestão de dividir os temas em dois títulos/grupos:

Quadro 51 – Temas sugeridos: Desenvolvimento Econômico

Zona Rural	Zona Urbana	
Economia primária	Indústria	Turismo
Agricultura Familiar	Comércio	Cultura
Turismo/Ecoturismo	Serviços	Habitação
Habitação rural	Tecnologia	Economia Criativa, Solidária, Inovação

O resultado quanto ao objetivo de organizar oficina temática resultou nas contribuições do quadro a seguir.

Quadro 52 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Desenvolvimento Econômico

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
Locais: - Sindilojas - Caldeira - Araujo Viana - Cervejarias - Zona Rural	<ol style="list-style-type: none"> 1. Empresários 2. Secretarias PMPA 3. Donos de Indústrias (para habitação, móveis, iluminação, inovação) 4. Economia Criativa 5. Esportes Náuticos 6. Caminhos Rurais 7. Produtores Rurais 8. Donos de cervejarias 9. Construtoras 	Não informado	<p>Momento 1: Vídeo ou palestra provocativa que instigue o participante a pensar no tema das VOCAÇÕES da cidade.</p> <p>Momento 2: Apresentação de tendências: Carências ou potenciais Apresentação de dados PMPA: - Alvarás geoespacializados - Dados da construção civil - Equipamentos culturais geoespacializados</p> <p>Momento 3: Validação da sociedade em relação aos dados apresentados e coleta de novas contribuições e percepções sobre o tema.</p>	População em geral, em especial os Stakeholders	Não informado	Não informado

A partir da análise do GERPD, identificamos os seguintes temas relacionados com o Eixo Temático Desenvolvimento Econômico: patrimônio cultural (T6), desenvolvimento econômico (T8), grandes projetos de impacto (T9), meio ambiente (T10),

desenvolvimento rural sustentável (T13), turismo (T15). Cada tema do Guia elenca problemáticas (P) e estratégia (E) de enfrentamento, sendo que as identificadas em conformidade com o eixo estão detalhadas a seguir:

- T6 - Patrimônio Cultural - mesmo itens que constam no Eixo Desenvolvimento Social e Cultural
- T8 - Desenvolvimento Econômico

P23 – O município possui demanda para estimular novas atividades econômicas, por meio de polos tecnológicos, distritos industriais, centros comerciais, entre outras.

E41 – Identificar áreas de interesse e estimular a atividade industrial de forma articulada ao desenvolvimento urbano e econômico municipal.

E42 – Identificar áreas de interesse e estimular o desenvolvimento de atividades produtivas vinculadas à pesquisa e a tecnologia de maneira articulada ao desenvolvimento urbano e econômico municipal.

E43 – Identificar áreas de interesse e promover a criação de polo comercial e/ou circuito de compras articulado ao desenvolvimento urbano e econômico municipal.

P24 – O município apresenta estagnação econômica ou perda de atividades geradoras de emprego em consequência da desindustrialização, da competição fiscal entre cidades ou da falta de infraestrutura, entre outros.

E44 – Dinamizar ou criar centralidades de bairro de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local, fortalecendo comércios e usos populares existentes e promovendo melhor aproveitamento do solo.

E45 – Promover a regularização e o fortalecimento das atividades econômicas existentes de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local.

P25 – O município possui atividade rural ou extrativista próspera e necessita ampliar essas áreas e/ou de controlar seus impactos urbanos e ambientais.

E46 – Demarcar e garantir áreas para produção rural.

E47 – Estimular uso mais intensivo da terra já demarcada para uso rural.

P26 – O município integra Área de Especial Interesse Turístico ou apresenta forte atividade turística.

Ver problemáticas e estratégias do tema Turismo.

P27 – O município apresenta bairros populosos com baixa oferta de postos de trabalho.

E49 – Viabilizar a instalação formal de atividades econômicas que tenham potencial de gerar empregos para a população local.

E50 – Viabilizar investimentos em infraestrutura para que a região possa acolher novos usos.

P28 – O município necessita manter e fortalecer comércios e usos populares.

E44 – Dinamizar ou criar centralidades de bairro de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local, fortalecendo comércios e usos populares existentes e promovendo melhor aproveitamento do solo.

E45 – Promover a regularização e o fortalecimento das atividades econômicas existentes de forma articulada ao desenvolvimento econômico e urbano local.

E52 – Regulamentar as formas de uso do espaço público e da instalação de comércio ambulante, visando maior qualidade ambiental e urbana para o município.

- T9 - Grandes Projetos de Impacto - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T10 - Meio Ambiente - mesmo itens que constam no Eixo Ambiente Natural
- T13 - Desenvolvimento Rural Sustentável - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T15 - Turismo

P49 – O município possui áreas naturais e/ou protegidas com potencial para o desenvolvimento de turismo ambiental sustentável. (Rppn ucs)

E33 – Integrar as normas para facilitar os processos de aprovação e de fiscalização relacionados aos bens de interesse de preservação.

-
- E36 – Garantir a preservação do patrimônio natural ou paisagístico.
- E64 – Fortalecer o desenvolvimento econômico sustentável integrado às áreas de preservação e suas potencialidades.
- E85 – Fortalecer as parcerias interinstitucionais e regionais para desenvolvimento do segmento turístico em diversos níveis e escalas de atuação.
- P50 – O município busca promover o desenvolvimento turístico de forma articulada à preservação cultural.
- E20 – Preservar imóveis, usos ou conjuntos urbanos de interesse cultural e histórico.
- E33 – Integrar as normas para facilitar os processos de aprovação e de fiscalização relacionados aos bens de interesse de preservação.
- E34 – Garantir a presença de usos compatíveis com a preservação e a dinamização das áreas históricas.
- E86 – Garantir a implementação de equipamentos turísticos culturais (equipamentos-âncora) de forma articulada ao patrimônio cultural e ao desenvolvimento urbano.
- E87 – Estimular o turismo de base comunitária junto aos povos e às comunidades tradicionais.
- P51 – O município possui turismo sol e praia com necessidade de melhoria e ampliação da infraestrutura instalada.
- E64 – Fortalecer o desenvolvimento econômico sustentável integrado às áreas de preservação e suas potencialidades.
- E85 – Fortalecer as parcerias interinstitucionais e regionais para desenvolvimento do segmento turístico em diversos níveis e escalas de atuação.
- E88 – Estímulo à diversificação de atividades turísticas complementares.
- P52 – O município busca a promoção e melhoria do turismo de negócios e de eventos relacionados à dinâmica urbana.
- E85 – Fortalecer as parcerias interinstitucionais e regionais para

desenvolvimento do segmento turístico em diversos níveis e escalas de atuação.

E90 – Garantir qualidade na implementação e utilização de equipamentos e atividades relacionadas

ao turismo de negócios e de eventos de forma integrada ao desenvolvimento urbano.

f. Eixo Temático: Gestão da Cidade

De acordo com o grupo, o tema "Funcionamento da Prefeitura" é pouco preciso, foi substituído pelo Sistema Municipal de Gestão do Planejamento (SMGP), que tem atribuições de gerenciamento do Planejamento Urbano do Município; "Mudar RGPS": é uma ação, e não um tema, que inclusive pode não ocorrer após as discussões. Quanto à "Especulação Imobiliária" optou-se por Mercado Imobiliário, pois a ideia é atrair os representantes do setor (fundos de investimentos, incorporadores, construtoras de diversos portes e segmentos (habitacional, industrial, infraestrutura) para as discussões. O grupo propõe a subdivisão em 3 grupos: instrumentos urbanísticos, instrumentos jurídicos e econômicos e gestão da cidade (gestão + monitoramento + fiscalização). O resultado quanto ao objetivo de organizar oficina temática resultou nas contribuições da planilha a seguir.

Quadro 53 – Temas sugeridos: Gestão da Cidade

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
Última oficina	<ol style="list-style-type: none"> 1. Investidores; 2. Mercado Imobiliário; 3. SMF; 4. PGM; 5. SINDUSCON; 6. Incorporadoras; 7. Esp. Dir. Urb. Planejamento Urbano; 8. População. 	Convites Personalizados (endereçados) ao público identificado (limitado 100 pessoas)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alinhamento, nivelamento, conhecimento; 2. Debate baseado em cases; 3. Conclusões. 	100 pessoas	3 palestrantes	local; gravação e transmissão online

Quadro 54 – Resultado dinâmica Eixo Temático: Gestão da Cidade

Data e local	Stakeholders	Divulgação	Metodologia eventos	Participantes	Palestrantes	Insumos
<p>Data do evento: início de 2023.</p> <p>Local: Salão de Atos da UFRGS, Teatro Unisinos (podendo ser utilizadas salas para discussões em diferentes grupos)</p>	<p>1. Entidades representativas da construção Civil (SINDUSCON), ASBEA, SERGS, CAU, CREA, representantes do Mercado Imobiliário, IAB</p> <p>2. Universidades (PUC, UFRGS, outras instituições de ensino superior com programa de pesquisa sobre o tema</p> <p>3. Profissionais com atuação/expertise na área (Marily, Lucia Mascaró, Célia Ferraz de Souza, Maria Tereza Albano, Salvador Rueda)</p> <p>4. Outras prefeituras</p> <p>5. MLM (movimento de luta pela Moradia e afins)</p>	Impressão e mídias sociais	<p>Divisão de grupos, elaboração de perguntas, organização dos dados para apresentar e nivelamento dos dados, criar módulos e visualização de resultados/impactos (cenários possíveis)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organização de um passeio pelos bairros da cidade para visita técnica, • Seriam necessários eventos menores para discussão e apropriação dos tópicos • Transversalidade com os demais temas. 	Não informado	Não informado	Espaços (salas), equipamento multimídia, material de escritório (papel, caneta, post its, etc.)

A partir da análise do GERPD, identificamos os seguintes temas relacionados com o Eixo Temático Gestão da Cidade: expansão urbana (T2), dinâmica imobiliária (T3), uso e ocupação do solo (T7), grandes projetos de impacto (T9), financiamento do desenvolvimento urbano (T17) e gestão democrática e participação popular (T18). Cada tema do Guia elenca problemáticas (P) e estratégia (E) de enfrentamento, sendo que as identificadas em conformidade com o eixo estão detalhadas a seguir:

- T2 - Expansão Urbana - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T3 - Dinâmica Imobiliária - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T7 - Uso e Ocupação do Solo - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T9 - Grandes Projetos de Impacto - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T17 - Financiamento do Desenvolvimento Urbano - mesmo itens que constam no Eixo Desempenho e Infraestrutura Urbana
- T18 - Gestão democrática e participação popular - mesmo itens que constam no Eixo Desenvolvimento Social e Cultural.

IV. Conferência de Avaliação do Plano Diretor

7. Consolidação dos Eixos Temáticos

Após a realização de debates no GT-TO e com o decorrente amadurecimento dos tópicos abordados, avaliou-se que era mais adequado que **Patrimônio Cultural formasse um Eixo Temático próprio**, independente do Desenvolvimento Social e Cultural, **totalizando 7 (sete) Eixos Temáticos**. Estes foram debatidos na Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre, realizada nos dias 07, 08 e 09 de março de 2023.

8. Grupos Temáticos

A partir da consolidação dos 7 Eixos Temáticos, foram criados, durante o mês de janeiro de 2023, grupos para cada Eixo Temático (ET). Os grupos dos Eixos Temáticos eram formados por integrantes da CT, do GT-TO, do GT-CT e do GT-CR, que reuniram-se em agendas remotas específicas, em que o foco inicial de discussões foi a organização da Conferência de Avaliação do Plano Diretor. Os grupos criados foram:

- ET1 - Desenvolvimento Social e Cultural;
- ET2 - Ambiente Natural;
- ET3 - Patrimônio Cultural;
- ET4 - Mobilidade e Transporte;
- ET5 - Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana;
- ET6 - Desenvolvimento Econômico;
- ET7 - Gestão da Cidade.

9. Organização

Durante os primeiros meses de 2023, o GT-TO e os grupos temáticos participaram da elaboração da metodologia a ser aplicada na Conferência de Avaliação do Plano Diretor, na indicação de palestrantes e na consolidação dos subgrupos e tópicos a serem discutidos nos grupos temáticos ampliados (incluindo a população inscrita no evento) no segundo dia da Conferência.

10. Participação

Diversos integrantes do GT-TO e dos grupos temáticos participaram da Conferência, seja como ouvintes, colaboradores, coordenadores de Eixo Temático e apoiadores das dinâmicas de Eixo Temático realizadas durante o segundo dia de Conferência, o que resultou em um trabalho rico de informações sobre a cidade e sobre o Plano Diretor.

V. Considerações Finais

11. Conclusões

O trabalho realizado pelo GT-TO ao longo de 2022 até a Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre teve grande importância na definição dos ETs a serem ainda discutidos com a população em geral, bem como na elaboração de subsídios técnicos para a avaliação do Plano Diretor atual e para a realização do diagnóstico do mesmo por parte da consultoria contratada. A troca entre servidores das diversas secretarias e órgãos municipais possibilitou um entendimento de como cada uma se relaciona com o Plano Diretor no âmbito de suas competências, assim como foi possível identificar diversas questões não previstas ou que não tiveram eficácia no Plano Diretor atual e que podem vir a ser incorporadas e melhor desenvolvidas no processo de revisão.

12. Próximos passos

O GT-TO e os grupos temáticos continuarão discutindo os Eixos durante a Revisão do PDDUA, que ainda contará com a fase de propostas e outros eventos participativos.

VI. Anexos

13. [Portaria GT-TO](#)
14. Registros de Reuniões
15. Correlação Estratégia PDDUA, temas do GERPD e Conflitos e Potencialidades Projetuais elencados no IC (1996), anexos a este documento.



DIÁRIO OFICIAL PORTO ALEGRE

Órgão de Divulgação do Município - Ano XXVII - Edição 6913 - Segunda-feira, 26 de Dezembro de 2022.

Divulgação: Segunda-feira, 26 de Dezembro de 2022. **Publicação:** Terça-feira, 27 de Dezembro de 2022.

EXECUTIVO PESSOAL

Portarias

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais,

Protocolo: 390115

DESIGNA os membros abaixo elencados para constituírem Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO), para revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), e CESSA EFEITOS da Portaria 460, de 14/06/2022, divulgada no DOPA-e, Edição 6781, de 15/06/2022, a contar da publicação desta, através da Portaria 1035, de 22/12/2022 (Processo 21.0.000053535-1).

Nome	Matrícula	Cargo	Atuação	Órgão
VANESKA PAIVA HENRIQUE	1279653	Arquiteto	Coordenador Titular	SMAMUS
GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA	560835	Arquiteto	Coordenador 1º Suplente	SMAMUS
CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO	1120085	Arquiteto	Coordenador 2º Suplente	SMAMUS
ELEONORA BRAZ SERRALTA	518879	Procurador Municipal	Titular	GI/GP
DENISE PACHECO TILL CAMPOS	678305	Arquiteto	Titular	DEMHAB/SMHARF
ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA	678664	Arquiteto	Suplente	DEMHAB/SMHARF
FABIANA KRUSE	539913	Arquiteto	Titular	SMMU
ANA PAULA HOPPE BONINI	1065939	Arquiteto	Suplente	SMMU
VÂNIA CRISTINA DE ABREU	5533	Téc. em Trânsito e Transporte	Titular	EPTC
JULIA LOPES DE OLIVEIRA FREITAS	16390	Téc. em Trânsito e Transporte	Suplente	EPTC
LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER	364219	Arquiteto	Titular	SMCEC
CAMILA WARPECHOWSKI	581255	Arquiteto	Suplente	SMCEC
JULIANA BELARDINELLI	793490	Engenheiro	Suplente	SMCEC
LUCIANO CE	1141317	Engenheiro	Titular	SMOI
PAULO LIMA LOGE	1116959	Arquiteto	Suplente	SMOI
LUCIA DE BORBA MACIEL	1230590	Arquiteto	Titular	SMPAE
GLÊNIO VIANNA BOHRER	87169	Gerente de Atividades VII	Suplente	SMPAE
JOSÉ CARLOS SERPA PINGO VILAR	678032	Coordenador	Titular	SMGOV
ELTON PINTO DE FRAGA	770258	Gerente de Atividades VI	Suplente	SMGOV
NELSON NEMO FRANCHINI MARISCO	536249	Procurador Municipal	Titular	PGM

ANDREZA SABALLA	545895	Procurador Municipal	Suplente	PGM
ERIKA KUPAC VIANNA	1308866	Arquiteto	Titular	SMED
TATIANA RITA WEISSHEIMER	1556460	Assessor Técnico	Suplente	SMED
FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER	1279670	Arquiteto	Titular	SMF
JÉSSICA LANGE	1279688	Arquiteto	Suplente	SMF
LUCIANA VALENTE GAIESKY	1104098	Arquiteto	Titular	SMS
JOÃO MARCELO LOPES FONSECA	397584	Médico Especialista	Suplente	SMS
CARLOS EDUARDO FRANCO COUTO	1027093	Guarda Municipal	Titular	SMSEG
RODRIGO MEOTTI TENTARDINI	538891	Guarda Municipal	Suplente	SMSEG
LUCIANA MENDINA DE SOUZA MARTINEZ	1554883	Assessor VI	Titular	SMDS
ADILSO LUIS PIMENTEL CORLASSOLI	435378	Professor M5	Suplente	SMDS
ADEMIR ANTONIO MARIA	1065645	Coordenador	Titular	FASC
RODRIGO SCARAVONATO	1366521	Diretor Administrativo	Suplente	FASC
ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF	1395521	Coordenador	Titular	SMDDET
VICENTE ALTMAYER PERRONE	1537989	Secretário Municipal	Suplente	SMDDET
NELSON BERON CARVALHO FILHO	1214420	Secretário Adjunto	Titular	SMELJ
DEINER SALOME GOULART	1540378	Diretor-Geral	Suplente	SMELJ
RODRIGO CHIES	1157353	Diretor-Geral	Titular	SMSURB
ARCEU BANDEIRA RODRIGUES	664276	Engenheiro	Titular	DMLU
GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA	1275852	Arquiteto	Suplente	DMLU
ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER	546760	Engenheiro	Titular	DMAE
JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO	1142151	Engenheiro	Suplente	DMAE
PAULO CASAGRANDE	30023	Supervisor	Titular	PROCEMPA
ADRIANA VIAL FILIPPI	24026	Gerente	Suplente	PROCEMPA
CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER	1326880	Arquiteto	Titular	SMAMUS
TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES	292993	Chefe de Equipe	Titular	SMAMUS
DANIELA VIEIRA DA SILVA	687380	Arquiteto	Titular	SMAMUS
GISELE COELHO VARGAS	1306120	Arquiteto	Titular	SMAMUS
PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE	499794	Arquiteto	Titular	SMAMUS
MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI	1563548	Coordenador	Titular	SMAMUS
LETÍCIA CRUZ KLEIN	461870	Arquiteto	Titular	SMAMUS
RENATA SAFFER	1302442	Assessor V	Titular	SMAMUS
KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO	412056	Arquiteto	Titular	SMAMUS
TIAGO RUTSATZ SALOMONI	1007408	Engenheiro	Titular	SMAMUS
PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM	818784	Engenheiro Agrônomo	Titular	SMAMUS
KARLA FERNANDA FAILLACE	450100	Biólogo	Suplente	SMAMUS
ALEX PEREIRA DE SOUZA	1274236	Arquiteto	Titular	SMAMUS
MARCOS BERWANGER PROFES	1026844	Arquiteto	Titular	SMAMUS
VERÔNICA RIFFEL	1295004	Arquiteto	Titular	SMAMUS
GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ	1064460	Arquiteto	Suplente	SMAMUS
PRISCILA HUNING SPOHR	1523287	Assessor V	Titular	SMAMUS
MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI	74436	Assessor VI	Titular	SMAMUS

CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER	1164864	Diretor-Geral	Titular	SMAMUS
FERNANDA BRITO DA SILVEIRA	392203	Chefe de Unidade	Titular	SMAMUS
ELIANA BRIDI	437806	Engenheiro	Titular	SMAMUS
SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO	91495	Gerente de Atividades VI	Suplente	SMAMUS
ADRIANO TEDESCO ROSSETTO	1315404	Arquiteto	Titular	SMAMUS
ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH	1331604	Arquiteto	Suplente	SMAMUS
GIOVANA CRISTINA BERTOTTI	334069	Arquiteto	Titular	SMAMUS
MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS	547533	Arquiteto	Suplente	SMAMUS
COSME DE ASSIS DA SILVA	1074121	Arquiteto	Titular	SMAMUS
MÔNICA MOCELLIN RAYMUNDO	315130	Arquiteto	Suplente	SMAMUS
FLAVIA LUIZA REBELATO	1337971	Arquiteto	Titular	SMAMUS
SELMA RUBINA THOMAZ	977679	Arquiteto	Suplente	SMAMUS
ROVANA REALE BORTOLINI	1428381	Arquiteto	Titular	SMAMUS
NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS	276434	Arquiteto	Suplente	SMAMUS

 [Edição Completa](#)



REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 001/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
01/07/2022	Início: 14h Término: 15h30	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Abertura da primeira reunião do GT com rápida apresentação dos integrantes por secretarias e diretorias. A coordenadora de planejamento urbano, arquiteta Vaneska Paiva Henrique (CPU), iniciou a apresentação reforçando a composição (órgãos da PMPA) do GT, passando algumas orientações gerais para as reuniões do grupo. Após fez uma breve introdução sobre os tópicos que seriam tratados na reunião:

- estrutura do Plano Diretor;
- objetivo e atribuições do grupo de trabalho;
- o Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCTI);
- o processo de Revisão do Plano Diretor (etapas);
- estrutura do trabalho dos grupos (etapas/blocos);
- encaminhamentos.

Encerrada a apresentação foi aberto espaço para contribuições e questionamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Guilherme Castanheira (CPU) - comentou a importância de reforçar a busca pela participação dos membros do GT. Que os membros participem ativamente, trazendo contribuições. Se acreditam que não haverá possibilidade de participação, devam sinalizar para que a Coordenação do GT possa solicitar indicação de novos técnicos.

Catiane Cardoso (CPU) - feliz por estarmos dando o pontapé inicial.

Diretora Patrícia (DPU) - comentou sobre a estrutura do trabalho dos grupos, sobre os blocos. Que dois primeiros blocos são para que os membros do GT possam estar sintonizados. Que as secretarias devam se preparar para troca de informações no Bloco 2.

Dra. Eleonora (PGM) - questionou sobre a agenda ser fixa na sexta, se haveria flexibilidade de horário.

Coordenadora Arq. Vaneska (CPU) - comentou que irá levar a este questionamento para o grupo.

Karla Failace (DLMA) - também questionou o calendário de reuniões.

Fabiana Kruse (SSMU) - questionou sobre colocar o material numa pasta do drive da PROCEMPA.

Coordenadora Arq. Vaneska (CPU) - comentou que será verificado a possibilidade com a PROCEMPA.

Luciana Gaiesky (SMS) – questionou sobre o acesso aos documentos, se será aberto processo SEI para contribuições de cada secretaria, como será a disponibilização das atas.

Coordenadora Arq. Vaneska (CPU) – a coordenação do GT já está verificando a melhor opção.

Selma (DEL) - contribuiu comentando sobre a utilização do SEI para lista de presenças e disponibilização de pautas. As comissões possuem dois processos SEI, um para pareceres e outro para a lista de presenças.

Fabiana Kruse (SSMU) - comentou que a SMMU não existia quando a SMAMUS encaminhou os primeiros processos SEI solicitando contribuições para revisão do PD, que os processos que foram encaminhados para SMIM e EPTC sejam direcionados à CIP/SMMU, para que as colegas possam olhar o que foi encaminhado na época.

Diretora Patrícia (DPU) - reforçou a importância do drive para o material a ser compartilhado.

Guilherme Castanheira (CPU) - comentou sobre como se dará a disponibilização dos setores de cada membro do GT para recebimento dos processos SEI.

Coordenadora Arq. Vaneska (CPU) – inicialmente será solicitado os setores via e-mail.

Paulo Casagrande (PROCEMPA) - auxiliará na disponibilização do e-mail do GT e pasta no drive da PROCEMPA.

Guilherme Castanheira (CPU) - reforçou sobre a disponibilização dos mini-currículos dos membros para que possam estar disponíveis para consulta, para dar visibilidade no processo de revisão do plano.

ENCAMINHAMENTOS:

1. Levantamento dos processos via SEI para ratificação e/ou retificação das contribuições originais registradas em 2019;
2. Confirmação da escala de agendas semanais;
3. Confirmação agenda 08.07.22 para apresentação do PCTI;
4. Currículos e setores de atuação dos servidores integrantes do grupo;
5. Outras questões do grupo;
6. Reforçar convite com as secretarias que não puderam participar desta primeira reunião.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEMHAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ELEONORA BRAZ SERRALTA
	ANDREZA SABALLA
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
	JÉSSICA LANGE
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
SMSEG	RODRIGO MEOTTI TENTARDINI
SMDS	ADILSO LUIS PIMENTEL CORLASSOLI
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
PROCEMPA	PAULO CASAGRANDE
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
TIAGO RUTSATZ SALOMONI	

SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
	KARLA FERNANDA FAILLACE
SMAMUS DAV	ALEX PEREIRA DE SOUZA
	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	ELIANA BRIDI
	ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	MÔNICA MOCELLIN RAYMUNDO
	FLAVIA LUIZA REBELATO
SMAMUS DPPS	SELMA RUBINA THOMAZ
	ROVANA REALE BORTOLINI
	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMDS	WILLIAM

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 002/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
08/07/2022	Início: 14h Término: 16h30	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Nesta reunião a diretora de planejamento urbano, arquiteta Patrícia Tschoepke (DPU), e a coordenadora de planejamento urbano, arquiteta Vaneska Paiva Henrique (CPU), apresentaram o Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCTI) assinado com o PNUD para auxiliar a Revisão do PDDUA, pontuaram sobre os conceitos a serem abordados dentro desta revisão, sobre a Plataforma de planejamento e como se dará o processo da Revisão do Plano Diretor: estrutura, etapas, participação social.

Encerrada a apresentação foi aberto espaço para contribuições e questionamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Paulo Lima Loge (SMOI) - importância da incorporação da trama verde e azul e padrão ecológico, *Lei Grenele* (França), estratégia nacional de tramas que se interligam.

Não necessariamente ser uma restrição administrativa, mas estar inserido na cidade, importância de incorporação no PDDUA.

Solicitado pela Diretora Patrícia (DPU) o compartilhamento de referências.

Ademir Maria (COOP/FASC) - regularização de ocupações, organização em cooperativas. Questiona como será abordada a questão das ocupações no PDDUA, principalmente quanto às infraestruturas.

Diretora Patrícia (DPU) - definição de fluxos e posteriormente projeto piloto para utilização.

Cosme Assis (CE/DEL) - preocupação enquanto Coordenação de Edificações quanto às contribuições sobre o plano regulador, informações obtidas via ferramenta "BI". Ex: verificação anual de quantidade de projetos aprovados e metragem. É possível qualificar a ferramenta verificando TO, ALP, infraestruturas. Aprovação em lotes criados a partir da configuração das cooperativas, questões quanto à regularização das edificações quanto ao cadastramento das vias.

Contribuição via Chat - Adriano Reinheimer (DMAE)

[15:30] Reinheimer (Convidado)

Sobre a manifestação do colega Ademir Maria. Ocupações e ausência de infraestrutura, o Plano Diretor de Recife é um bom exemplo e prevê para o saneamento básico "sistema condominial": *Lei 15547/91 - Art. 77 - O padrão de coleta na cidade do Recife será aquele em que a rede pública atende coletivamente cada quadra, entendida essa como a unidade de parcelamento do solo, delimitada por logradouros públicos.

§ 1º A responsabilidade do Poder Executivo restringe-se à implantação da rede pública, que viabilize o acesso de todas as quadras e das estações de tratamento e outras unidades necessárias ao funcionamento da parte pública do sistema.

§ 2º A canalização que reúne os esgotos de todos os lotes da quadra, para lançá-los na rede pública, constitui o ramal-condomínio, cuja implantação, operação e manutenção é responsabilidade dos proprietários dos imóveis integrantes das quadras.

Coordenadora Arg. Vaneska (CPU) - necessidade dos dados para avaliação do plano atual.

Dra. Leonora (PGM) - importância do reconhecimento da cidade, o que está consolidado não representa necessariamente o que está acontecendo. Quando vai ser o momento de colocar a mão na massa com relação a redações importantes, por exemplo, TPCs relacionados ao patrimônio histórico, Art. 122.

Diretora Patrícia (DPU) - reconhecimento de núcleos intensivos consolidados, por exemplo. A coordenação técnica está analisando a legislação atual, que pode receber sugestões e críticas.

Arceu Bandeira Rodrigues (DMLU) - gap entre o que se planeja e o que acontece, há 22 anos no DMLU, destino final, pensamento de que o plano não prevê o DMLU. A questão dos resíduos é recente, há cerca de 30 anos. Áreas contaminadas que não podem ser objeto de parcelamento, áreas de disposição irregular, ampliar unidades de destino certo. Conceber as unidades existentes e outros tipos de infraestrutura. Integração de atividades orgânicas da cidade. Em Abril foi sancionado o Plano Nacional de Resíduos Sólidos com metas bem importantes, entre elas a redução da disposição em aterros sanitários, prever espaços para reciclagem de resíduos sólidos. A cidade usa outro município para dispor os resíduos, o que gera poluição.

Diretora Patrícia (DPU) - enxergar a cidade como um sistema e incluir a gestão de resíduos

Guilherme Miranda (Coordenador CTAAPS) - dificuldades de implementar parcelamentos em algumas regiões das cidades, equipamentos públicos comunitários, definir regramento para segurança dos técnicos, áreas com regime urbanístico mas são áreas de risco, não tem plano de proteção contra cheias, compatibilizar o PDDUA com o planejamento metropolitano, compatibilização do PD com os demais Planos do município, por exemplo, plano de arborização, plano de drenagem.

Maria Cristina Cademartori (DEL) - questão das áreas privativas, detalhes muito rígidos de programa de necessidades, plano precisa se preocupar com as áreas públicas e relação com as áreas privativas. Reconhecimento das edificações existentes (capítulo específico) que não se aplicam, impossibilitando a regularização.

Luciana Gaiesky (SMS) – com relação ao tema saúde, no Plano Diretor, ressaltou que os equipamentos comunitários pensados para serem autônomos com relação às UEUs (unidades de estruturação urbana) não são analisados desta forma na saúde, mas de acordo com as áreas de atendimento.

Coordenadora Arq. Vaneska (CPU) – pontuou que existe a preocupação em estruturar melhor as análises.

ENCAMINHAMENTOS:

1. CONSOLIDAÇÃO DA AGENDA: das reuniões as sextas, 14h;
2. FREQUÊNCIA SEMANAL: os temas que serão abordados nas próximas agendas serão encaminhados em um documento no início da próxima semana;
3. DRIVE PROCEMPA: será disponibilizado link para acesso aos documentos;
4. SEI PRINCIPAL: abriremos o SEI para registro de Pautas e Atas das reuniões;
5. SEI ESPECÍFICO: específico para as contribuições das secretarias e solicitação de dados, vinculados ao SEI Principal;
6. PRÓXIMA SEMANA: para o dia 15/07/2022 - AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR, Discussão dos Princípios e das Estratégias e Interlocação com Agendas Internacionais.

Diretora Patrícia (DPU) - esclarecer aos membros do GT-TO que estão sendo realizadas reuniões de interlocação com a sociedade (GT-CR e GT-CT), e chegará um momento que serão discutidos temas específicos. Neste momento seria muito importante que integrantes das secretarias responsáveis pelas temáticas estejam presentes, preparando material para debater a avaliação crítica da situação vigente do Plano Diretor. Já há um calendário prévio para estas discussões, e seria importante que o GT-TO estivesse à frente das mesmas, para que possamos levar posteriormente o debate para os outros GTs.

Guilherme Castanheira (CPU) - posteriormente haverá um espaço para contribuições e para debater alguns problemas, a exemplo do que os colegas pontuaram ao longo desta reunião (PGM, DMLU, DEL). Não queremos apressar o caminho, pois será apresentada a metodologia nas próximas reuniões. Importante que seja discutido as estratégias do plano, para que elas possam conversar com as regulamentações. Importante que todos estejam em contato com os materiais que a DPU vem estudando, disponibilizando-se este conteúdo para os colegas já irem se familiarizando com o que já vem sendo estudado, para podermos dar continuidade às conversas.

Diretora Patrícia (DPU) - lembrou que no final de cada bloco está previsto um seminário, com previsão de dois seminários neste ano (2022) e fechamento com uma conferência.

PARTICIPANTES:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
SMOI	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
SMGOV	JOSÉ CARLOS SERPA PINGO VILAR
	ELTON PINTO DE FRAGA
PGM	ELEONORA BRAZ SERRALTA
	ANDREZA SABALLA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
	JÉSSICA LANGE
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
SMSEG	CARLOS EDUARDO FRANCO COUTO
	RODRIGO MEOTTI TENTARDINI
SMDS	ADILSO LUIS PIMENTEL CORLASSOLI
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
TIAGO RUTSATZ SALOMONI	
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	MÔNICA MOCELLIN RAYMUNDO
	FLAVIA LUIZA REBELATO
SELMA RUBINA THOMAZ	
SMAMUS DPPS	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 003/2022

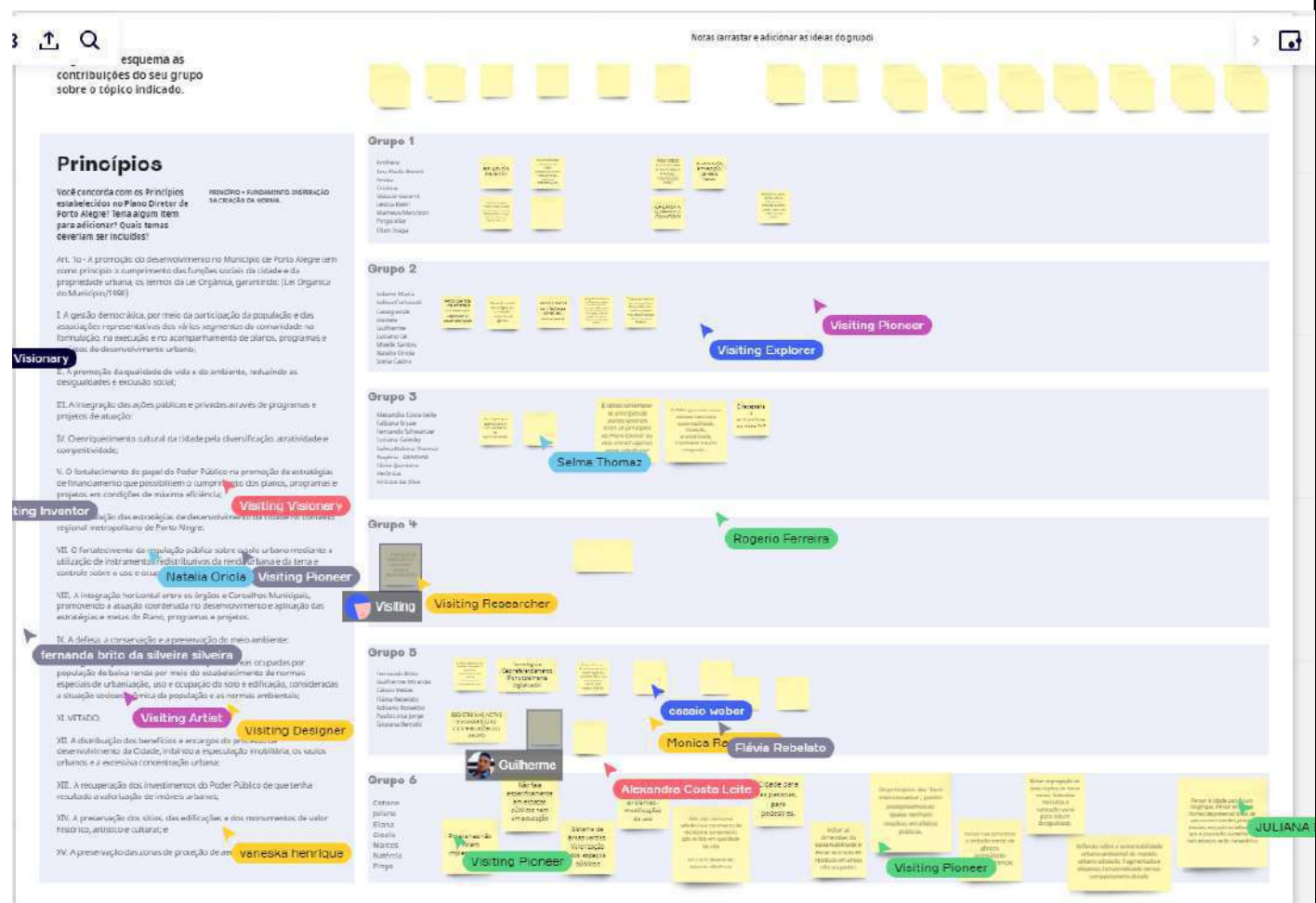
DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
15/07/2022	Início: 14h Término: 17h05	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Foi realizada a apresentação Princípios, Estratégias e Interlocação com Agendas Internacionais pela Arq. Vaneska Henrique, coordenadora da CPU. Após, foi explanado como se daria a dinâmica de discussão sobre o tema princípios do PDDUA, com divisão de grupos de forma aleatória pelo software de reuniões Teams e registro das discussões e contribuições na plataforma Miro, https://miro.com/app/board/uXjVOlpOHBc=?share_link_id=493910958888.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Os participantes da reunião foram divididos em 6 grupos para discussão sobre os princípios do PDDUA. A discussão teve tempo de duração de cerca de 40 minutos, onde cada grupo registrou as contribuições no quadro da plataforma Miro, a imagem abaixo retrata a interação durante a dinâmica de grupos.



Após o período de discussão, os participantes voltaram à sala principal e iniciou-se a exposição dos grupos, onde o representante de cada grupo listou os principais pontos discutidos, com complementação dos demais.

A imagem a seguir retrata as contribuições após o encerramento das atividades.

Registre no esquema as contribuições do seu grupo sobre o tópico indicado.

Notas (arrastar e adicionar as ideias do grupo)

Princípios

Você concorda com os Princípios estabelecidos no Plano Diretor de Porto Alegre? Tem algum item para adicionar? Quais temas deveriam ser incluídos?

FRANCIOSI – FUNDAMENTO, INOVAÇÃO DA CRIAÇÃO DA NORMA.

Art. 1º - A promoção do desenvolvimento no Município de Porto Alegre tem como princípio o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana os termos da Lei Orgânica, garantindo (I) a Organização do Município (1920)

I. Agência democrática, por meio da participação da população das associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

II. A promoção da qualidade de vida e do ambiente, reduzindo as desigualdades e excluindo social.

III. A integração das ações públicas e privadas através de programas e projetos de atuação.

IV. O enriquecimento cultural da cidade pelo desenvolvimento, a atividade e competitividade.

V. O fortalecimento do papel do Poder Público na promoção de estratégias de financiamento que possibilitem o cumprimento dos planos, programas e projetos em condições de máxima eficiência.

VI. A articulação das estratégias de desenvolvimento da cidade no contexto regional metropolitana da Porto Alegre.

VII. O fortalecimento da regulação pública sobre o solo urbano mediante a utilização de instrumentos redistributivos de terra urbana e da terra e controle sobre o uso e ocupação do espaço da cidade.

VIII. A integração horizontal entre os órgãos e Conselhos Municipais, promovendo a atuação coordenada no desenvolvimento e aplicação das estratégias e metas do Plano, programas e projetos.

IX. A defesa, a conservação e a preservação do meio ambiente;

X. A regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda por meio do estabelecimento de normas, especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

XI. VETADO.

XII. A distribuição dos benefícios e encargos do processo de desenvolvimento da Cidade, incluindo a especulação imobiliária, os vazios urbanos e a excessiva concentração urbana;

XIII. A recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização imobiliária urbana;

XIV. A preservação dos sítios, das edificações e dos monumentos de valor histórico, artístico e cultural; e

XV. A preservação das zonas de proteção de aeródromos.

Grupo 1: Inicialmente não foi possível, mas depois de algumas reuniões, foi possível estabelecer um plano diretor. O plano diretor deve ser elaborado em conjunto com a população e os órgãos competentes. O plano diretor deve ser elaborado em conjunto com a população e os órgãos competentes. O plano diretor deve ser elaborado em conjunto com a população e os órgãos competentes.

Grupo 2: A ideia é de que o plano diretor seja elaborado em conjunto com a população e os órgãos competentes. O plano diretor deve ser elaborado em conjunto com a população e os órgãos competentes. O plano diretor deve ser elaborado em conjunto com a população e os órgãos competentes.

Grupo 3: O plano diretor deve ser elaborado em conjunto com a população e os órgãos competentes. O plano diretor deve ser elaborado em conjunto com a população e os órgãos competentes. O plano diretor deve ser elaborado em conjunto com a população e os órgãos competentes.

Grupo 4: O plano diretor deve ser elaborado em conjunto com a população e os órgãos competentes. O plano diretor deve ser elaborado em conjunto com a população e os órgãos competentes. O plano diretor deve ser elaborado em conjunto com a população e os órgãos competentes.

Grupo 5: O plano diretor deve ser elaborado em conjunto com a população e os órgãos competentes. O plano diretor deve ser elaborado em conjunto com a população e os órgãos competentes. O plano diretor deve ser elaborado em conjunto com a população e os órgãos competentes.

Grupo 6: O plano diretor deve ser elaborado em conjunto com a população e os órgãos competentes. O plano diretor deve ser elaborado em conjunto com a população e os órgãos competentes. O plano diretor deve ser elaborado em conjunto com a população e os órgãos competentes.

Os participantes apontaram a necessidade de mais tempo para as discussões e contribuições, assim como sugestões para as próximas discussões. Foi solicitado que seja encaminhado o material que será discutido nas reuniões previamente, para que os participantes possam se inteirar sobre o assunto.

ENCAMINHAMENTOS:

Será encaminhado previamente material a ser abordado na próxima reunião do GT-TO.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
SMOI	LUCIANO CÉ
	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
SMGOV	JOSÉ CARLOS SERPA PINGO VILAR
	ELTON PINTO DE FRAGA
PGM	ELEONORA BRAZ SERRALTA
	ANDREZA SABALLA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
	JÉSSICA LANGE
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY

SMDS	ADILSO LUIS PIMENTEL CORLASSOLI
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
PROCEMPA	PAULO CASAGRANDE
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
	KARLA FERNANDA FAILLACE
SMAMUS DAV	ALEX PEREIRA DE SOUZA
	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	MÔNICA MOCELLIN RAYMUNDO
	FLAVIA LUIZA REBELATO
SELMA RUBINA THOMAZ	
SMAMUS DPPS	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
SMAMUS DPU	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMDS	WILLIAM

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 004/2022

DATA	HORÁRIO	DURAÇÃO	LOCAL
29/07/2022	Início: 14h01	Término: 17h12	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Foi realizada a apresentação das Secretarias com relação às Estratégias do PDDUA, abordando os seguintes pontos, conforme e-mail enviado anteriormente:

- a. Planos, Projetos e Programas relacionados às Estratégias do PDDUA vigentes e/ou em elaboração em suas Secretarias/Órgãos;
- b. Metas existentes em documentos em vigência em suas Secretarias/Órgãos que deveriam ser incluídas no PDDUA;
- c. Serão disponibilizados 10 minutos para que cada Secretaria/Órgão possa fazer uma breve apresentação das contribuições referidas em a e b.

As apresentações foram realizadas em ordem pelas seguintes Secretarias:

SMMU - Arq. Fabiana Kruse

SMCEC - Arqs. Camila Warpechowski e Luiz Merino de Freitas Xavier

SMOI - Eng. Luciano Cé e Arq. Paulo Lima Loge

Foi realizado um intervalo entre 15h42 e 15h55. Em seguida seguiu-se a apresentação:

DMLU - Eng. Arceu Bandeira Rodrigues

DMAE - Eng. Adriano Skrebsky Reinheimer

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Para cada apresentação foi aberto espaço para discussão, e foram feitos apontamentos pelos membros da Coordenação Técnica (CT) e do GT-TO.

SMMU - Arq. Fabiana Kruse apresentou os projetos e programas vinculados às Estratégias do PDDUA. Com relação a **Estratégia de Estruturação Urbana** e o “Programa de Espaços Abertos”, falou de alguns exemplos de projetos de requalificação urbana que a SMMU está envolvida/gerenciando (João Alfredo, 4PECH), além dos em desenvolvimento de urbanismo tático e mobilidade ativa. Entendem que este Programa de Espaços Abertos deve ser mantido. No “Programa de Integração Metropolitana” foi apontada a existência de uma proposta de articulação da mobilidade de POA com a região metropolitana. **Estratégia de Mobilidade Urbana**, entendem que deve ser avaliada em reuniões e seminários internos SMMU/EPTC, informou sobre a recente aprovação na Câmara de Vereadores do Plano de Mobilidade Urbana (PMU), que deve ser considerado e também incluída algumas diretrizes, além de atualizar informações da NBR 9050. Comentou a necessidade de incluir um artigo que atenda o PMU, PDCl, Plano de Acessibilidade e demais Planos Setoriais de mobilidade e acessibilidade urbanas. Rever e atualizar os conceitos (ex. hidrovial, parque náutico). Propõem a substituição dos Programas existentes na Estratégia de Mobilidade Urbana pelos que constam no PMU, a saber: 1) Programa de Transporte Ativo e Acessibilidade; 2) Programa de Transporte Coletivo e Seletivo; 3) Programa de Transporte de Cargas; 4) Programa de Transporte Individual Motorizado; 5) Programa de Mobilidade Segura; 6) Programa de Informação, Comunicação e Educação para a Mobilidade; 7) Programa de Espaço Urbano, Meio Ambiente, Inovação; e 8) Programa de Planejamento e Gestão da Mobilidade. Ainda entendem que deve ser revista a malha viária básica e os perfis viários, dando ênfase ao transporte coletivo e à mobilidade ativa. Na **Estratégia de Qualificação Ambiental**, comenta que se for mantido o Programa de Prevenção e Controle da Poluição, ele pode ter relação com o PMU. Na **Estratégia de Promoção Econômica**, concentraram-se

nas questões das cargas e logística, sugerindo como diretrizes a criação de centros de distribuição de cargas de abrangência local, políticas de distribuição de cargas/mercadorias, não incentivar habitação no entorno do aeroporto e porto seco, verificar as questões do comércio e áreas tradicionais e relacionar com o Plano de Transporte de Cargas (incluído no PMU). Com relação aos Programas, verificam que as questões de logística tem grande influência no: Programa de Dinamização da Economia; no Programa de Desenvolvimento Sustentável para MZ 8, as questões do corredor de produção; no Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no CH, as questões de logística local (carga e descarga/última milha); e no Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no CH, durante turno da noite, as questões de logística local. Na **Estratégia de Produção da Cidade** falou sobre os padrões viários específicos para regularização fundiária. Na **Estratégia de Sistema de Planejamento**, comentou sobre o Programa de Sistema de Informações, em que o Observatório de Mobilidade (<https://eptctransparente.com.br/observamobilidade>) poderia integrar este sistema, pois é uma ferramenta importante no monitoramento, já possuindo alguns dados. Falou ainda que no PMU foi criado o Sistema de Monitoramento do Plano de Mobilidade Urbana, a ser regulamentado. Após, apresentou os Planos, Programas e Projetos vinculados a SMMU - EPTC.

Arq. Patrícia Tschoepke (DPU/SMAMUS) falou sobre o planejamento dos GTs e do momento posterior que serão tratadas estratégias por estratégias, e convidou a SMMU para apresentar o PMU aos colegas.

Arq. Vaneska Paiva (CPU/SMAMUS) falou sobre diversos projetos-chave das secretarias e das costuras que o PD vai ter que ser capaz de absorver.

SMCEC - Arq. Camila e Arq. Luiz Merino apresentaram os projetos e programas vinculados principalmente à Estratégia de Qualificação Ambiental - Interesse Cultural. Comentaram da participação da secretaria (SMCEC) em diversos projetos transversais, de escalas diferenciadas, com olhares de diversas áreas da prefeitura. Foi falado sobre tratar as áreas especiais de interesse cultural como áreas estratégicas de interesse urbanístico.

Arq. Vaneska Paiva (CPU/SMAMUS) falou sobre o exemplo de Lisboa (Portugal) em que o PD tem demarcado pontos de interesse visual e bacias visuais dos prédios de interesse.

Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) e Arq. Camila e Arq. Luiz Merino (SMCEC) falaram sobre a importância do mapeamento das áreas especiais incluindo as áreas de manifestações culturais e o patrimônio imaterial. Foi questionado quanto à demarcação de terras quilombolas e indígenas, as quais devem ser mapeadas no PDDUA.

A **SMPAE** através da Arq. Lúcia de Borba Maciel manifestou-se no sentido de que a Secretaria trata das questões estratégicas necessárias para a viabilização dos projetos da Prefeitura, mas não é uma secretaria fim. Trata das questões de orçamento e priorização de obras além de financiamentos junto às instituições competentes.

Arq. Vaneska Paiva (CPU/SMAMUS) comentou que entende que, da forma como a PMPA está estruturada, a SMPAE deve ter uma relação de todos planos, projetos e programas, ou, em tese, deveria ter de tudo que está tramitando nas secretarias, e como está a situação e andamento destes planos, projetos e programas, pelo menos aqueles que são vistos pela gestão como os principais, protagonistas (estratégicos). Considerando a facilidade de trazer informações para os colegas das diversas secretarias, considerando o sistema de acompanhamento (monitoramento dos programas) dos projetos, saber como isto estrutura a nossa organização da prefeitura.

Arq. Lúcia de Borba Maciel (SMPAE) complementa que a sua diretoria monitora o que está no PPA e contrato de Gestão, mas não sabe ao certo o quanto isso está ligado às estratégias do PDDUA.

Procuradora Eleonora Serralta (PGM) pediu para deixar apresentação para próxima semana.

Arq. Denise Pacheco (DEM HAB/SMHARF) também pediu para ficar para a próxima semana.

SMOI - Eng. Luciano Cé relatou que a secretaria trata das obras realizadas pelo Município, fiscalização, além de questões relacionadas diretamente à Estratégia de Estruturação Urbana, Mobilidade e Qualificação Ambiental, através dos projetos viários. Na **Estratégia de Estruturação Urbana**, dentro do Programa de Espaços Abertos, comentou da execução dos projetos da Orla e revitalização e urbanização do Quadrilátero e Rua da Praia. Ainda na mesma estratégia, falou do envolvimento no Centro de Transferências de Cargas do Porto Seco. Na **Estratégia de Mobilidade Urbana**, no Programa Viário, identificou os projetos que abrangem os gravames, obras de implementação da malha viária, ciclovias e vias de pedestres. Observou que muitos projetos elaborados não estão mais adequados com o gabarito que se espera para cidade. Dentro da **Estratégia de Qualificação Ambiental** comentou sobre algumas obras e projetos que relacionam-se com o Programa de Valorização do Patrimônio Cultural, e que estão vinculadas à diretoria do Arq. Paulo Loge. Para finalizar propôs algumas considerações: incluir a altimetria nos gravames viários, pois muitas vezes há problemas de compatibilização quando da execução; os gravames devem ser compatibilizados com as diretrizes do plano; rever gravame de áreas verdes em gabaritos de vias; atualizar gabaritos viários; compatibilizar gabaritos viários com passeios acessíveis e ciclovias/ciclofaixas; devem

ser revistos os gravames viários inviáveis (como exemplo os túneis); incorporar os corredores de transporte aos perfis viários; possibilidade de georreferenciar os passeios?? Paulo Loge comentou que na diretoria (Predial) sente falta de uma interação com outras secretarias, em alguns temas, e até com a sociedade (comunicação).

Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) comentou que é necessário definir o sentido do que se quer para a cidade com relação às vias e à circulação.

Arq. Lúcia de Borba Maciel (SMPAE) falou da importância de incorporar os corredores de transporte aos perfis viários.

Arq. Alex de Souza (DAV/SMAMUS) falou da necessidade de compatibilização dos perfis com a arborização, de enxergar a árvore como equipamento urbano vivo.

Arq. Luciana (SMS) fez uma breve fala onde menciona que a questão da saúde não aparece claramente no PDDUA e que não existe uma estratégia de esporte e lazer onde possa se enquadrar. Está trabalhando junto com demais setores para finalizar uma apresentação.

DMLU - Eng. Arceu Bandeira e Arq. Giuliana Carneiro inicia a apresentação questionando “Onde está o DMLU no PDDUA atual?” Falam da Estratégia de Qualificação Ambiental e os programas, trazendo o Plano de Gestão Ambiental e metas relacionadas com a cidade. O DMLU possui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS/2013), que está em processo de atualização, e que traz diretrizes para a gestão de resíduos para o município. Que o PMGIRS é muito maior que o DMLU, pois falam de resíduos que não são de competência do DMLU. O PMGIRS trabalha com diversos eixos e macrodiretrizes estratégicas: Geração de Resíduos Sólidos; Coleta e Transporte; Tratamento e Disposição Final; Qualificação do Ambiente Urbano; Sistema de Gestão e Estratégia. Pontuam que dentro das macrodiretrizes estão vários projetos e programas (Programa de Coleta Seletiva). Na atualização do PMGIRS estão revendo as metas, que entendem como ousadas. Falaram da Lei 10847/2010 do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, mais precisamente do Art. 4, e da Lei 728/2014 do código de limpeza urbana de Porto Alegre (em processo de atualização). Comentam que a gestão de resíduos não aparece no PDDUA, devendo ser incluída devido sua importância para a sociedade; trouxe também a necessidade de se incluir, nas destinações de áreas públicas, áreas para equipamentos relacionados à disposição e tratamento de resíduos.

DMAE - Eng. Adriano abordou questões sobre água, esgoto e drenagem e que estão presentes no Plano Municipal de Saneamento Básico (2015). Necessidade de atualização dos planos de saneamento, insegurança. Planos trazem projeções de 20 anos. Falou sobre um movimento forte na cidade, o Museu das Águas, que tem como objetivo preservar os cursos d'água da cidade.

A coordenadora da CPU, Arq. Vaneska, comentou da necessidade de se utilizar os territórios das bacias hidrográficas no planejamento, e questionou como eram feitas as projeções de dados para dimensionamento do atendimento do abastecimento.

Arq. Patrícia Tschoepke (DPU/SMAMUS) perguntou ao Eng. Adriano sobre as atualizações das informações e mapas do DEP.

Eng. Adriano (DMAE) respondeu o questionamento da Patrícia comentando que dúvidas podem ser tiradas no e-mail (cadastro.pluvial@dmae.pref.poa.com.br), ainda comentou sobre o caso de Recife (PE) que utiliza soluções condominiais para o tratamento de esgoto em áreas de moradias carentes, que seria uma boa solução para áreas de regularização fundiária.

Arq. Cosme (DEL/SMAMUS) comenta que o DMAE talvez seja um dos setores da prefeitura que possam detectar com mais antecedência as questões da cidade informal, que é um trabalho relevante para termos todas informações que o DMAE é capaz de produzir, devendo compartilhar com os demais setores do município.

Foi solicitado pela Arq. Patrícia Tschoepke (DPU) que o material das apresentações fosse disponibilizado à CT, assim como a indicação de especialistas para o debate de questões específicas.

ENCAMINHAMENTOS:

Tendo em vista que nem todas as secretarias conseguiram apresentar seu material, ficou agendada reunião para a próxima sexta-feira (05/08/22) para continuidade das apresentações e debates.

PARTICIPANTES:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
SMOI	LUCIANO CÉ
	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ELEONORA BRAZ SERRALTA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
PROCEMPA	PAULO CASAGRANDE
SMAMUS DPU	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
	KARLA FERNANDA FAILLACE
SMAMUS DAV	ALEX PEREIRA DE SOUZA
	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
SELMA RUBINA THOMAZ	
SMAMUS DPPS	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 005/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
05/08/2022	Início: 14h Término: 17h20	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Foi realizada a apresentação das Secretarias com relação às Estratégias do PDDUA, abordando os seguintes pontos, conforme e-mail enviado anteriormente:

- Planos, Projetos e Programas relacionados às Estratégias do PDDUA vigentes e/ou em elaboração em suas Secretarias/Órgãos;
- Metas existentes em documentos em vigência em suas Secretarias/Órgãos que deveriam ser incluídas no PDDUA;
- Serão disponibilizados 10 minutos para que cada Secretaria/Órgão possa fazer uma breve apresentação das contribuições referidas em a e b.

As apresentações foram realizadas em ordem pelas seguintes Secretarias, iniciando pela Diretoria de Áreas Verdes (DAV/SMAMUS), face solicitação prévia do diretor Alex de Souza:

SMAMUS | DAV - Arq. Gláucia e Arq. Verônica

SMS - Arq. Luciana Valente convidou colegas, Kelma Nunes Soares (ASSEPLA/SMS), Roxana Pinto Nishimura (JVA/DVS/SMS) e Alex Elias Lamas (DVS/SMS)

Foi realizado um intervalo de 10min, em seguida seguiu-se a apresentação:

SMED - Eng. Juliana Belardinelli

DEM HAB/SMHARF - Arq. Denise Pacheco e Arq. Rogério Ferreira

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Para cada apresentação foi aberto espaço para discussão, e foram feitos apontamentos pelos membros da Coordenação Técnica (CT) e do GT-TO.

DAV - O Diretor Arq. Alex de Souza começou apresentando a Diretoria e as colegas que fariam as apresentações sobre as áreas verdes e arborização, respectivamente.

Com relação às áreas verdes, enquadram-se na **Estratégia de Estruturação Urbana**, através do Programa de Espaços Abertos e na **Estratégia de Qualificação Ambiental**, através do Programa de Implantação e Manutenção das áreas verdes com o entorno. Com relação às áreas verdes, falou que na malha espacial da cidade, temos uma distribuição homogênea na maioria das regiões de planejamento. Que na RGP 5 (Lomba do Pinheiro) é onde menos áreas verdes existem na cidade. Ressaltou a importância da existência de espaços públicos de lazer, de áreas verdes de lazer, que refletem na saúde e bem estar das pessoas. Arq. Gláucia (EPAV/CPOAV/DAV/SMAMUS) continuou apresentando a Coordenação de Projetos e Obras de Áreas Verdes (CPOAV

) e exemplificando as funções das áreas verdes urbanas: estruturação urbana; ecológica e ambiental; social (esporte, recreação, lazer, socialização); psicológica; estética, educativa; e cultural. Na **Estratégia de Estruturação Urbana**, lembrou que as áreas verdes estão dentro do Prog. de Espaços Abertos e comentou sobre a importância da interligação das áreas verdes entre si e com os demais espaços livres para atenderem a população. Que a coordenação tem algumas ações que buscam esta integração, com alguns trabalhos: Orla (trecho 1 e 3); caminho do gol (Copa 2014); projeto estruturante da orla (demarcação de todas áreas verdes, mapeamento, propostas de percursos); Viva o Centro (2006); GT passagens Vila Assunção (estruturação urbana). Na **Estratégia de Qualificação Ambiental**, entendem que as áreas verdes são patrimônio ambiental e cultural, sendo necessário revisar as Áreas de Interesse Cultural onde existem áreas de lazer. Dentro da estratégia existe o Programa de Implantação e Manutenção das Áreas Verdes Urbanas, que envolve ações permanentes de implantação e manutenção de parques e praças, que

seria o trabalho da coordenação. Que a CPOAV está dividida em ações de: Planejamento urbano e ambiental de áreas verdes públicas (EPAV); Elaboração e aprovação de projetos paisagísticos de urbanização e reurbanização de áreas verdes urbanas (EP); e Fiscalização de obras de urbanização, reurbanização e revitalização de áreas verdes urbanas (EO). Que as praças novas vêm do parcelamento do solo, apresentando um exemplo do Lot. Parque Restinga que teve ações das 3 equipes. O planejamento das áreas verdes é balizado por legislações: lei do parcelamento do solo; lei Orgânica do Município (que prevê meta de 12m² de AV/hab); e o PDDUA. Citou o Programa Cidades Mais Verdes (do Ministério do Meio Ambiente) e a necessidade de se garantir um percentual específico de áreas verdes. Pontuou sobre alguns problemas: garantia de área verde no parcelamento do solo (percentual para área verde); doação de equipamentos nos desmembramentos (desobrigação de urbanizar, levando ao adensamento sem área de lazer); ocupação de áreas gravadas como áreas verdes por população de baixa renda; áreas não urbanizadas e ociosas; e adensamento das áreas rarefeitas e na zona rural com loteamentos predominantemente de baixa renda sem infraestrutura e equipamentos. Apontou a existência de inúmeros loteamentos irregulares sem áreas de equipamentos na regularização fundiária e a necessidade de se observar o Art. 77 do PDDUA, que quando há desafetação de uma área verde, esta deve ser substituída na região. Apresentou algumas metas, como o índice mínimo de 12m² de AV/hab (necessário detalhar); implantar novas áreas verdes para suprir a carência por espaços verdes; criar política pública para qualificação dos espaços públicos de lazer existentes; ampliar incentivos para preservação de áreas com bens ambientais (cita o exemplo de São Paulo onde os empreendedores ficam responsáveis pela gestão de áreas de preservação dentro dos empreendimentos); qualificar sistema de áreas verdes urbanas; rever gravames; criar sistema de monitoramento e planejamento de áreas verdes. Termina a apresentação com duas perguntas: *“O que queremos para Porto Alegre em relação às áreas verdes? Qual a importância das áreas verdes na revisão do PDDUA?”* Necessidade de tratamento e qualificação dos caminhos que interligam as áreas verdes.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) perguntou sobre os indicadores de áreas verdes por região. Gláucia respondeu que já possuem e consideram as áreas urbanizadas, apenas do município, sem contar com as estaduais. A ideia é tipificar as áreas verdes, mapeando as não urbanizadas. Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) falou sobre os vazios urbanos que são vistos como áreas subaproveitadas, e que os ecologistas as enxergam como áreas de respiro urbano. Que é necessário para a revisão do PD trazer conceitos novos de áreas verdes, como os Terrários, Pocket Parks, miolos de quarteirão. Comentou da importância da apropriação do espaço pela população, que estratégias iremos utilizar para ampliar. Merino (SMCEC) comentou do exemplo do Caminho do Gol, conectando algumas praças no percurso, que reforça a estratégia de pensar as praças como sistema, sistema de espaços abertos conectados, com tratamento de caminhos para pedestres, bicicletas, arborização. Arq. Rovana (DPPS/SMAMUS) reforça que os Terrários urbanos são a utilização de próprios municipais (não são gravames de praças), e que contribuem para a conexão dos espaços verdes da cidade, reutilizando as sobras de terrenos desde que contribua para a vitalidade do espaço.

Com relação à arborização urbana, a Arq. Verônica (CAU/SMAMUS) iniciou falando do papel da arborização na cidade e o desafio da revisão do PD relativo a este tema tão importante. A partir de 2018 o município centralizou o planejamento para implantação da arborização pública, definindo os locais de plantio e espécies a serem implantadas, construindo um referencial para o futuro, retomar o papel positivo da arborização. Nas vias públicas, seja no canteiro central ou nos passeios, é que os conflitos aparecem. Nas vias existem muitas infraestruturas, usos e funções no mesmo espaço, que é limitado fisicamente. A árvore é um organismo e interage com elementos estáticos (boca de lobo, iluminação). Citou a necessidade de se entender a vegetação como mobiliário urbano, buscando o máximo retorno (ambiental, paisagístico, sociocultural), interagindo em todos os espaços urbanos. Que é imprescindível a colaboração dos responsáveis pelo planejamento, principalmente nas vias, pois é preciso garantir o espaço para a árvore e ele deve ser adequado, para ela poder dar o retorno das suas funções. A falta do planejamento é visível nas vias públicas, incompatibilidade de espaços entre as mais diferentes estruturas que constituem a cidade (trazendo escurecimento de ruas, danos aos cabeamentos aéreos, placas de sinalização). O que se quer é uma árvore para o lugar certo, com qualidade. É necessário manter a sustentabilidade da árvore com a sustentabilidade das necessidades da população que vive no ambiente urbano, sendo necessário garantir a interação dos elementos urbanos para evitar conflitos. O tema é ligado às **Estratégias de Estruturação Urbana**, no Sistema de Espaços Abertos, através da infraestrutura aparente na paisagem urbana, e a **Estratégia de Qualificação Ambiental**, através do Programa de Implantação e Manutenção das Áreas Verdes Urbanas (disciplinamento da arborização nos passeios públicos e criação de incentivos à arborização). Comentou da existência do Plano Setorial de Arborização Urbana (Plano Diretor de Arborização Urbana) que não é mencionado no PDDUA, que a arborização entra apenas no disciplinamento, e que poderia ser muito mais abrangente, sendo um programa para ela. Ações em desenvolvimento: implantação da arborização e manutenção do plantio; garantia do espaço árvore (revisão do decreto de calçadas 17.302, revisão dos perfis viários) com a necessidade de se compatibilizar a vegetação com o sistema viário e canteiros, emissão de diretrizes (árvore de grande porte) nos processos das comissões; planejamento sistêmico da arborização urbana; revisão continuada do PDAU, reestruturação do Viveiro Municipal. Outro exemplo seria a vaga sustentável, que representa um canteiro na via onde no passeio não é possível implantar

vegetação (sugestão para o PD). Cita que de acordo com o Plano Diretor de Arborização Urbana é necessário atingir uma meta de cobertura de copa, mas ainda se está na fase de inventário da vegetação existente. Finaliza com os benefícios da arborização urbana.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) falou da importância de compatibilizar os serviços ecossistêmicos da cidade, e que existem índices e parâmetros internacionais de qualidade urbana que podem servir como referência.

Alex de Souza comenta que foi criada uma câmara técnica de arborização no COMAM para debater o assunto.

Fabiana (SMMU) falou da importância de trabalharmos alinhados nas questões apontadas pela Verônica.

SMS - Arq. Luciana inicia a apresentação comentando que as estratégias que mais se relacionam com a saúde são: **Estruturação Urbana** - Programa de Espaços Abertos, como espaços de promoção de saúde e ambientes adequados para atividades físicas. A **Mobilidade Urbana**, em termos de acessibilidade e a **Qualificação Ambiental** na parte da conservação do patrimônio natural, como forma de garantir equilíbrio urbano e promoção de saúde e qualidade de vida. Colegas de outros setores da Secretaria participaram da reunião para demonstrar seus trabalhos e a forma como se relacionam com a cidade. Kelma (convidada) falou da relação das políticas com alguns exemplos. Foram apresentados rapidamente algumas ações da Política Nacional de Promoção da Saúde (Prática corporal/atividade física, Desenvolvimento sustentável), Planos Municipais como o Plano Municipal de Cuidados à Saúde das pessoas com deficiência 2022-2025 (acessibilidade, direito de ir e vir - mobilidade urbana), Plano Municipal da Pessoa Idosa de Porto Alegre 2021-2023 (estruturação urbana e mobilidade), Lei 12452/18 que institui a Política Municipal dos Direitos do Idoso no Município de Porto Alegre (diretrizes: direito ao esporte, lazer, promoção da saúde e qualidade de vida; execução de obras; garantia ao transporte público com qualidade e segurança), Política Intersetorial de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares e de Fitoterápicos (MPMACF) relacionado a Estratégia de Qualificação Ambiental - promoção de hortas comunitárias (Decreto 21.576 de julho de 2022). Alex Lamas (convidado) falou sobre a vigilância em saúde ambiental (Qualificação Ambiental), que tem o objetivo de prevenir, diminuir, eliminar riscos e intervir nos problemas socioambientais; plano da dengue (Plano Municipal de Contingência DENGUE, ZICA VÍRUS e CHIKUNGUNYA); Programa Saúde na escola - PSE (Qualificação Ambiental); e o Projeto Horta Escolar: do vasinho ao pomar.

Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) agradeceu o empenho dos colegas da saúde.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) reforçou a necessidade de integração das diversas áreas do conhecimento.

Luciana comentou de terem aberto um processo SEI (22.0.000094548-3) para juntar as contribuições.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) frisou a importância de espaços públicos de qualidade e das vegetações/arborização para a saúde das pessoas e a necessidade de integrar as diferentes áreas, objetivando melhores resultados. Também lembrou do número alto de idosos em Porto Alegre.

Ademir (FASC) falou que a saúde se integra muito com as ações da FASC.

SMED - Eng. Juliana apresentou alguns casos concretos de escolas e suas problemáticas de implantação. O maior desafio para a implantação de novos equipamentos é em áreas já ocupadas, onde não há uma reserva de área para o equipamento; escola aberta para uso da comunidade causam problemas de vandalismo; problemas com relação à infraestrutura: não é permitido redes de esgoto em áreas de escola mas algumas possuem, teria que ter remanejamento das redes, a proximidade com bacias de detenção causa problemas de infestação de insetos em algumas escolas, então deveria ser pensado de restringir esses equipamentos nas proximidades das escolas (sugestão); falou sobre problemas de cadastro das redes do DMAE na DMWeb; muitas apresentam carência de infraestrutura e problemas de acessibilidade devido à falta de pavimentação, passeios, transporte público ou pontos de ônibus nas proximidades; sugere que para EMELs deveria haver algum dispositivo no PD para ter transporte público e paradas de ônibus próximas, que tivesse algum texto de forma clara; que haja maior atenção a iluminação, segurança (faixas de segurança), e limpeza (redução de acúmulo de lixo).

Arq. Gláucia (DAV/SMAMUS) mencionou que algumas escolas exemplificadas estão próximas (500m) a praças com estrutura (quadras esportivas), mas entende que talvez elas não sejam suficientes para atender a população. Juliana falou que diretoras das escolas relatam o problema de trânsito e faixões em algumas regiões, o que pode ser um dos motivos para que solicitem o uso das escolas aos finais de semana, por ser um ambiente neutro.

Arq. Julianna (DMLU) se solidariza com os problemas apresentados pela SMED. Perguntou sobre a existência de políticas de separação correta de resíduos (lixo) nas escolas, pois o DMLU poderia contribuir com isso, criar políticas em conjunto.

Tiago Salomoni (CGIU/DPU/SMAMUS) falou da importância dos cadastros (DMWeb) e manutenção das informações. Foi apontado pela Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) o exemplo de Medellín que abriu as quadras de escolas para utilização pela comunidade, o que não causou vandalismo, mas inclusive ajudou a diminuir a criminalidade. Foi questionado também quanto ao dimensionamento da demanda a ser atendida pelas escolas, e que a SMED abriu mão de alguns terrenos, ao que foi respondido que como a tendência é a diminuição da demanda de vagas, a Secretaria optou por suprir as vagas atualmente através de convênio com escolas particulares. Arq. Catiane

(CPU/SMAMUS) perguntou sobre as demandas de vagas e Juliana ficou de encaminhar o material (lista da demanda de vagas, metodologia).

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) questionou a metodologia utilizada para a localização e distribuição das escolas, se existe um setor na SMED que pense sobre estas questões. Juliana respondeu que utilizam um artigo do código civil, que define as áreas urbanas, e que tem que ter um equipamento num raio de 3Km. Considera o atendimento das escolas infantis estando distante até 3Km da residência da criança que será atendida.

Lúcia (SMPAE) contou da sua experiência na EPTC (comissões) da existência de uma normativa que restringe a localização de escolas em vias arteriais.

Arq. Fabiana (SMMU) informou sobre um convênio da SMED com a EPTC para avaliação das escolas, levantamento do entorno e propor melhorias.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) contribuiu falando das métricas sobre distâncias das escolas infantis e as residências da população, que mundialmente utilizam valores de 400m para atendimento infantil e que as distâncias vão aumentando conforme a idade.

DEMHAB - Arq. Denise informou sobre a necessidade de revisão do Plano Municipal de Habitação, realizado entre 2007 e 2009 e a necessidade da aprovação do mesmo como Lei, pois é apenas utilizado como recomendações (buscam revisão e adequação às políticas nacionais, tecnologias); falou da Lei 13465/2017 - Legitimação Fundiária, que a questão da regularização fundiária é muito importante, atualmente existem cerca de 800 núcleos informais na cidade; falou sobre o Política pública Aluguel Social, moradia temporária, transitória, emergencial; Bônus-Moradia, como instrumento utilizado para o reassentamento; também a necessidade de produção habitacional para atender ao déficit; existências de programas para atender a produção habitacional (Ex. Protótipos - Cond. Dona Zaida, Cond. Banco da Província, Cond. Jacuí). O Programa Pró-Moradia (Cristal), Programa Avançar (Restinga), Programa Parceria Instituto Vivenda - de melhorias habitacionais (Restinga, Lomba e Bom Jesus). Recebem recursos dos fundos e de emendas impositivas. Fonte de captação do BRICS, voltados à habitação de interesse social, com propostas mais sustentáveis. Esta fonte de recurso deve ser utilizada em projetos, foram apresentadas 7 propostas. A regularização fundiária propicia a recuperação ambiental, principalmente em áreas de risco; a recuperação de prédios abandonados é uma necessidade, como acontece atualmente em algumas cidades. Atualmente há o programa Casa Melhor Idosos, com a implementação da primeira habitação para idosos, atendendo às questões de acessibilidade e saúde. A utilização de eficiência energética nas habitações é uma ferramenta importante para a sustentabilidade (uso de placas fotovoltaicas).

Guilherme solicitou aos colegas que encaminhassem suas apresentações para o e-mail do GT (gtto@portoalegre.rs.gov.br).

Após as apresentações das 4 secretarias, Guilherme apresentou o calendário de eventos da retomada da revisão do Plano Diretor, lembrando da importância da participação dos membros do GT-TO nestes eventos, para ampliar a escuta ativa da população.

ENCAMINHAMENTOS:

Tendo em vista que nem todas as secretarias conseguiram apresentar seu material, na próxima reunião (12/08/22) retomaremos as apresentações e debates iniciando pela DPPS/SMAMUS, conforme combinado com a Diretora Rovana.

Será encaminhado e-mail para os membros do GT relembrando a necessidade de sua participação nas reuniões. Será encaminhado um arquivo com as datas dos eventos nas Regiões de Planejamento para, aqueles que quiserem participar, irem se programando.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEMHAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI

SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CE
	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	ALEX PEREIRA DE SOUZA
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
SELMA RUBINA THOMAZ	
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMS	KELMA NUNES SOARES ASSEPLA/SMS
	ROXANA PINTO NISHIMURA UVA/DVS/SMS
	ALEX ELIAS LAMAS DVS/SMS
FASC	BRUNO BOER FERNANDES COOP/FASC

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 006/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
12/08/2022	Início: 14h Término: 17h12	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Foi realizada a continuação da apresentação das Secretarias com relação às Estratégias do PDDUA, abordando os seguintes pontos, conforme e-mail enviado anteriormente:

- a. Planos, Projetos e Programas relacionados às Estratégias do PDDUA vigentes e/ou em elaboração em suas Secretarias/Órgãos;
- b. Metas existentes em documentos em vigência em suas Secretarias/Órgãos que deveriam ser incluídas no PDDUA;
- c. Serão disponibilizados 10 minutos para que cada Secretaria/Órgão possa fazer uma breve apresentação das contribuições referidas em a e b.

As apresentações foram realizadas em ordem pelas seguintes Secretarias, iniciando pela Diretoria de Projetos e Políticas de Sustentabilidade (DPPS/SMAMUS):

SMAMUS | DPPS - Arq. Rovana e Arq. Natércia

SMAMUS | DLMA - Eng. Paulo Antonio Jung de Moura Jardim

Foi realizado um intervalo de 10min (das 15h33 às 15h43), em seguida seguiu-se a apresentação:

SMAMUS | DEL - Diretor Cássio de Assis Brasil Weber

SMPAE - Arq. Lucia de Borba Maciel

PROCEMPA - Paulo Casagrande

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Anteriormente ao início das apresentações, a Arq. Verônica (CAU/DAV/SMAMUS) questionou quanto à possibilidade de inclusão da lista da vegetação ameaçada de extinção, ao que a Arq. Natércia (DPPS/SMAMUS) reforçou a importância de inserir estas espécies nos Terrários Urbanos.

Para cada apresentação foi aberto espaço para discussão, e foram feitos apontamentos pelos membros da Coordenação Técnica (CT) e do GT-TO.

A Diretora Rovana (DPPS/SMAMUS) iniciou a apresentação falando da importância de se inserir a sustentabilidade e a pauta climática no PDDUA. O urbanismo sustentável, formado pelo tripé social, econômico e ambiental também deve ser estimulado na cidade. Como itens a serem abordados na questão climática estão a conectividade, compacidade, biofilia e o uso de edificações de alto desempenho. Os projetos da DPPS possuem relação direta com a Estratégia de Qualificação Ambiental, como os Terrários Urbanos, hortas comunitárias, implementação de biodigestores e a Operação Urbana Consorciada da Avenida Ipiranga, que visa a despoluição do Arroio Dilúvio. Com relação à Estratégia de Mobilidade Urbana, a regulamentação da frota elétrica de ônibus no município e a atualização do decreto das calçadas. A Arq. Natércia continuou a apresentação falando sobre os Terrários Urbanos e a potencialização dos espaços abertos de pequeno porte, relacionados à Estratégia de Estruturação Urbana, que deve ser pensada em termos de resiliência urbana junto com o uso do solo. A reabilitação e adaptação de uso nas edificações, assim como os Terrários Urbanos (através dos termos de concessão de uso onerosos ou não) e a OUC alinham-se à Estratégia de Promoção Econômica pela possibilidade de incentivo às atividades econômicas locais. Todos os projetos da diretoria baseiam-se sempre que possível nas estratégias do PDDUA e na Lei de Políticas de Sustentabilidade (872/20).

Eng. Juliana (SMED) questionou quanto à despoluição do Arroio Dilúvio pois a nascente é em Viamão, e que deve ser feito um trabalho conjunto entre os municípios.

Contribuição via Chat - Arq. Fabiana Kruse (SMMU)

[12/08 14:53] Fabiana Kruse - SMMU (Convidado)

Muito interessante a apresentação e as ações da DPPS. Vamos entrar em contato para conversarmos sobre o status e etapas das ações!

DLMA - O coordenador Paulo Jardim falou sobre a atuação da diretoria e algumas ações que se inserem na Estratégia de Qualificação Ambiental, como o Plano Municipal de Recuperação da Mata Atlântica e o mapeamento e caracterização das áreas de preservação permanente (APPs). A diretoria possui um sistema de base de dados do licenciamento ambiental (LAN) onde constam os dados referente a licenças emitidas, atividades implantadas, etc, dados estes que possibilitam uma leitura dos reflexos dos planos anteriores no zoneamento da cidade. Outras ações que estão ainda em desenvolvimento são o mapeamento de áreas contaminadas e potencialmente contaminadas, resultantes de passivos ambientais, o inventário da fauna do município e em fase de projeto ainda o mapeamento de ruídos, visando identificar os pontos de poluição sonora na cidade.

Arq. Natércia (DPPS) colocou-se à disposição para apresentação da sua tese que fala de aspectos urbanísticos e do meio ambiente.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) questionou se existe algum trabalho com relação à poluição pela iluminação, ao que o coordenador Paulo Jardim respondeu que não há nada específico, mas que tem conhecimento que a iluminação pode ser prejudicial para a fauna nos espaços públicos.

Paulo Jardim ainda manifesta sua preocupação em se manter a área rarefeita sem ocupações, e promover a densificação onde há infraestrutura disponível.

O diretor Cássio Weber (DEL/SMAMUS) explanou sobre as atividades da diretoria, voltadas principalmente à aprovação e licenciamento dos projetos no município, sendo que a diretoria é responsável pela aplicação direta do PDDUA, principalmente no que diz respeito ao plano regulador. As estratégias que estão diretamente relacionadas com o trabalho da DEL são do Uso do Solo Privado e do Sistema de Planejamento. Falou sobre a proposta de um PDDUA digital, uma plataforma em que o requerente pudesse aprovar diretamente o protótipo, se enquadrado no plano regulador. Atualmente os requerimentos que ingressam no sistema estão geolocalizados, Arq. Cosme comentou sobre estas informações fazerem parte do monitoramento da cidade, e resultam na materialização do Plano Diretor.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) falou sobre o sistema de planejamento, de como torná-lo mais autônomo e do plano regulador, que deveria ser baseado no desempenho das edificações. Questionou aos colegas do DEL quanto das dimensões estratégicas do PD são consideradas nas análises de projeto, fora os EVUs.

Cássio Weber (DEL/SMAMUS) respondeu concordando que nas aprovações muito pouco é considerado, e que nos EVUs sim. Que na aprovação é utilizado as regras, Plano Regulador, tornando-se inclusive cansativo aos revisores. Concorda que as estratégias deveriam estar mais presentes nas aprovações, considerando o uso de inteligência artificial para auxiliar estas aprovações.

Luiz Merino (SMCEC) questionou sobre os setores de licenciamento terem maior capacidade de entender os pontos do Plano Regulador que possuem alguma divergência, que já poderiam ser revisados.

Arq. Lúcia Maciel (SMPAE) falou sobre a estrutura da secretaria, comentando sobre os 4 eixos estratégicos de atuação e os vários projetos e entregáveis da PMPA que a secretaria acompanha. Identificou atribuições da SMPAE na Estratégia do Sistema de Planejamento em 3 programas (Gerenciamento de Políticas, Sistema de Informações e Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano) que poderiam estar vinculados a unidades da secretaria, como a Coordenação de Políticas Públicas, ObservaPOA e Diretoria de Monitoramento. Ainda complementou com outras ações da secretaria: apoio técnico, disponibilização de informações (ObservaPOA) e tentativa de alinhamento do mapa estratégico, objetivos e eixos da administração pública com o que está previsto no PDDUA. Finalizou considerando como desafio inserir a SMPAE no PDDUA, para que o alinhamento estratégico seja fortalecido, sem o afastamento do projeto de cidade.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) falou sobre sua experiência com os sistemas de informações do município, dos diversos grupos de trabalho, e de sua participação nos estudos relacionados ao SADUR (Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano), previsto no PDDUA.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) falou da importância de entendermos o monitoramento dos projetos vistos como estratégicos pela gestão. Da dificuldade que a gestão tem relacionada aos dados das secretarias que possam ser aproveitados para alimentar o SADUR (Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano) ou qualquer outro sistema de monitoramento.

Paulo Casagrande (PROCEMPA) encerrou as apresentações do dia falando sobre os projetos estratégicos da PROCEMPA, em que alguns podem impactar a infraestrutura da cidade e o atendimento às secretarias, entre eles a ampliação da infovia de 1 Gb para 10 Gb, mapeamento da rede de fibra ótica e a terceirização da infraestrutura de TIC. Abordou também os trabalhos no Sistema de Licenciamento e na instalação do 5G.

Arq. Lúcia Maciel (SMPAE) reforçou a necessidade de unificação dos sistemas do Município.

Guilherme (CPU/SMAMUS) solicitou aos colegas que encaminhassem suas apresentações para o e-mail do GT (gtto@portoalegre.rs.gov.br).

Após as 5 apresentações, Guilherme compartilhou a tela para demonstrar, no site do Plano Diretor, onde encontrar o material relativo à exposição com os resultados das oficinas de 2019.

Link material exposições: <https://prefeitura.poa.br/planodiretor/publicacoes/exposicao-diagnostico-poa-2030>

ENCAMINHAMENTOS:

Foi comunicado que seria encaminhado e-mail, no início da próxima semana, com o link para o acesso ao material da exposição, as datas e locais dos próximos eventos e reforço sobre o material da pasta do drive.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEMHAB/SMHARF	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	CAMILA WARPECHOWSKI
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMF	JÉSSICA LANGE
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
SMDS	ADILSO LUIS PIMENTEL CORLASSOLI
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
PROCEMPA	PAULO CASAGRANDE
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
	COSME DE ASSIS DA SILVA
FLAVIA LUIZA REBELATO	

SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI
	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	MARIA PAULA LUDKE REGAL
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
FASC	BRUNO BOER FERNANDES COOP/FASC

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 007/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
19/08/2022	Início: 14h Término: 16h22	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião realizando uma chamada para confirmar os setores dos membros do GT, para futuro encaminhamento dos relatórios de reunião via processo SEI, e para serem assinados por todos.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) apresentou o cronograma das etapas para a revisão do Plano Diretor e os blocos para discussões no GT-TO. O Bloco 1 já foi realizado, que as reuniões 1 e 2 foram de apresentação geral e alinhamentos e sobre a estrutura do Projeto com o PNUD. Já o Bloco 2 foi com as dinâmicas sobre os princípios do Plano Diretor e apresentação das estratégias relacionadas a cada secretaria e órgãos competentes, incluindo a apresentação do dia de hoje, a apresentação da compilação dos resultados da Leitura das Secretarias (na próxima semana) e uma reunião presencial e dinâmica prevista para o dia 02/09/22. Em setembro inicia-se o Bloco 3 com o detalhamento dos princípios e estratégias, seguido do Bloco 4 sobre o sistema de planejamento.

Arq. Antônio Gomes Pinto (UGDU/CGMU/DPU/SMAMUS) realizou uma apresentação sobre o Modelo Espacial do PDDUA e definições, além de resgatar o histórico sobre a criação da LC 434/99. Apresenta também os princípios básicos do Modelo Espacial e sua representação gráfica e elementos que compõem o modelo. Discorreu sobre as áreas de ocupação intensiva, rarefeita e rural, assim como as unidades de estruturação urbana, macrozonas e regiões de planejamento e demais elementos estruturadores. Apresentou a diferença entre os tipos de equipamentos urbanos, áreas especiais e áreas urbanas de ocupação prioritárias e de contenção ao crescimento urbano previstas no PDDUA. Apresentou as áreas de revitalização previstas desde 2010, incluindo o Centro Histórico, a Orla e o Quarto Distrito, que tiveram projetos específicos nos últimos tempos e ainda as Ilhas do Delta do Jacuí, Praia de Belas e o Cais do Porto que estão em processo de contratação. Quanto às áreas de interesse ambiental trouxe os conceitos das áreas de preservação, de proteção e conservação e de interesse ambiental e cultural.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Dra. Eleonora (PGM) questionou o Arq. Gomes quanto à gestão do território da área rural, se caberia ao INCRA, mas continua sendo gerida pelo município.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) questiona se não deveria ter um texto mais específico sobre as vias, abordando não só a questão da mobilidade, mas sua importância quanto espaço público.

Arq. Gomes (CGMU/SMAMUS) ressalta que desde o PDDUA muitos conceitos já foram modificados, a LC 43/79 já tinha alguns conceitos ambientais mas que foram alterados e precisam ser ampliados.

Dra. Eleonora (PGM) traz como contribuição a necessidade de uniformização de conceitos com a legislação federal, por exemplo, a área de preservação permanente é diferente do conceito do Código Florestal, e a necessidade de compatibilizar e simplificar os termos sem interferir na área técnica.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) reforça a necessidade de adequar os conceitos.

Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) dificuldade de leitura do Modelo Espacial, que é uma abstração da sobreposição das estratégias, quando se aumenta a escala do lote se perde a relação com as estratégias. Um dos desafios do plano é conseguir enxergar as estratégias durante a formação da cidade.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) tentativa de entender de onde surgiram os conceitos e subdivisões do plano, atualmente temos um mapa estático que é uma sobreposição de layers que se comunicam entre si, mas na escala da subunidade se perde a ideia do todo.

Arq. Gomes (CGMU/SMAMUS) relata que na sua época quando o arquiteto ingressava na prefeitura para fazer a DM (declaração informativa) e aprendia sobre o Plano Diretor, o que se perdeu por diversas razões.

Arq. Sônia (DEL/SMAMUS) nas análises dos projetos especiais nas Comissões há uma preocupação grande com a relação entre o privado e o público, pois se tem uma visão de viabilidade urbanística.

Arq. Luiz Merino (SMCEC) reforça a importância da fala do Arq. Gomes sobre o Modelo Espacial e a comparação com a LC 43/79, se perdeu algo das UDTs, atuais UEUs desta Lei que tinha uma concepção espacial bem clara de vizinhança, se prevendo que a densificação pudesse ser dinâmico desde que houvesse capacidade e comunicação entre os equipamentos urbanos e acompanhamento das infraestruturas. Possibilidade de trabalhar dentro das unidades menores de forma projetual, no sentido de uma configuração mais cuidadosa do ponto de vista morfológico.

Arq. Gomes (CGMU/SMAMUS) acredita que o projeto bem estruturado pode selecionar de melhor forma o que o PD prevê, podendo dar soluções melhores do que a Lei prevê de forma genérica. Tecido urbano e topografia apresentam fatores que não contribuem para a homogeneidade, sendo que a Lei é igual para alguns setores e na aplicação da lei é prejudicada.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) questiona se a inexistência de demarcação de algumas áreas especiais dá-se pela falta de continuidade da leitura, que ainda não foram demarcadas ou se há alguma “briga” por demarcar alguma região, por exemplo a CCRU, ao que o Arq. Gomes responde que existem algumas implicações jurídicas, proprietários que não querem o zoneamento, nunca viu algum processo do tipo ser demarcado, é difícil determinar o porquê não foi feito, relata que trabalhava em outro setor, que não o responsável.

Arq. Gomes (CGMU/SMAMUS) o PD previu diversas situações que antes não eram solicitadas e a partir do conhecimento e apropriação da Lei as pessoas foram solicitando. Diz que poucos conhecem realmente o Plano Diretor e que deveríamos conhecer melhor, estudar e entender os conceitos.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) questiona se os colegas vêem alguma interferência do que foi apresentado com seu trabalho, e se sabem por que as áreas não foram demarcadas, ao que a Dra. Leonora informa ter algumas informações que vai encaminhar por escrito.

Arq. Gláucia (DAV/SMAMUS) reforça a necessidade de revisão dos conceitos, que acaba por causar alguns conflitos com relação às áreas de parque natural e Apan.

Dra. Eleonora (PGM) questiona quanto ao momento de contribuição e propostas de alteração dos conceitos e temas e demonstra sua ansiedade em já ir trabalhando nisto em grupos menores devido ao tempo.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) entende que devemos nos qualificar mais com relação ao Plano Diretor. O Modelo Espacial não reflete as estratégias do Plano, nem no plano regulador. Necessário se criar um ambiente de compilação das contribuições durante todo o processo. Consultoria também irá aportar sobre conceitos e metodologias de como abordar todos os temas. Debate de conceitos e definições deve ser feito em todos os grupos, inclusive da sociedade que tem muitas contribuições. Contamos com o grupo para complementação técnica de outras áreas de conhecimento e metodologias a serem abordadas na construção do Plano. A revisão deve ser no sentido de não abandonar a estrutura conceitual do plano, entender a motivação das regras, pois muitos conceitos foram perdidos ao longo do tempo e atualmente não fazem mais sentido e são questionados. Quando as normas são baseadas nas dimensões dos lotes e eles são em sua maior parte irregulares, há um descontrole da forma gerada.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) algumas secretarias já possuem Sei de contribuições criados por volta de 2019, onde podem colocar o material de contribuições e anotações, mas de qualquer forma aguardamos a contratação da consultoria para compilação de todo o material.

Eng. Guilherme (CTAAPS/SMAMUS) encaminhar Sei interno na Comissão para contribuições, em três pontos principais: relataram conflitos na legislação; verificar o que falta de detalhamento e causa insegurança jurídica e proposições; propôr um processo de simplificação das análises. Arq. Vaneska fala sobre levar a discussão para as comissões e promover as contribuições através do GT e do sistema de gestão.

ENCAMINHAMENTOS:

Será encaminhado o processo SEI (22.0.000086353-3) com os registros das reuniões do GT. Foi reforçado que se encaminhem todas as contribuições das Secretarias até a metade da próxima semana, para que se tenha tempo para

as compilações. Foi apresentado novamente os próximos passos de acordo com o cronograma e a reunião presencial a ser realizada em setembro, a confirmar o local.

Foi informado sobre as próximas Exposições das Oficinas de 2019, na RGP1 no sábado (20/08/22) e na RGP2 - Ilhas no domingo (21/08/22) e reforçado o convite aos membros do GT.

Informou-se sobre a existência da consulta pública on-line para Revisão do Plano Diretor, e realizou-se o convite para que todos participem/respondam enquanto cidadãos.

Foi reforçado a existência do link para o drive PROCempa onde estão disponibilizados os registros das reuniões e materiais encaminhados pelas secretarias, o qual será copiado nos e-mails.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CÉ
	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ELEONORA BRAZ SERRALTA
	ANDREZA SABALLA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
	JÉSSICA LANGE
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
SMDET	ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	GISELE COELHO VARGAS
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
SELMA RUBINA THOMAZ	
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO GOMES UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
SMDDET	DANIELA ALVES MACHADO BRAGA SE/SMDDET

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 008/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
26/08/2022	Início: 14h Término: 17h10	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado dia 19/08/2022, foi apresentado a “Compilação de Resultados da Leitura das Secretarias/órgãos acerca das estratégias do PDDUA”. A apresentação das contribuições iniciou de acordo com cada uma das 7 estratégias do PDDUA:

- I. Estruturação Urbana;
- II. Mobilidade Urbana;
- III. Uso do Solo Privado;
- IV. Qualificação Ambiental;
- V. Promoção Econômica;
- VI. Produção da Cidade;
- VII. Sistema de Planejamento.

Após a leitura das ações de cada estratégia foi solicitado que os colegas se manifestassem, fazendo complementações ou apontando alguma inconsistência.

Foi realizado um intervalo de 10min (das 15h47 às 15h57), em seguida seguiu-se a apresentação.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arg. Guilherme (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião lembrando aos membros do GT sobre a combinação de apresentarmos o compilado de informações das três reuniões de apresentações das secretarias.

Arg. Catiane (CPU/SMAMUS) apresentou a compilação de informações no formato de planilha Excel, documento elaborado pela coordenação do GT. Antes ela lembrou a existência de alguns documentos que estão no drive, mais precisamente do Informe Complementar de outubro de 1996, o qual possui a descrição do processo metodológico e das discussões realizadas para elaboração do 2º PDDUA. Falou da importância do registro de documentos num processo de revisão do PD, de registrar as reuniões, debates, documentos pois são poucos os materiais que a coordenação possui da revisão dos últimos planos diretores de Porto Alegre.

Na apresentação das contribuições das secretarias (planilha Excel), iniciou pela Estratégia de Estruturação Urbana, falando dos programas e subprogramas pensados na época do Informe de 96 e mostrando os órgãos envolvidos em cada programa e subprograma. Depois fala dos programas que continuam no PDDUA, dentro da Estratégia de Estruturação Urbana, e apresenta as ações e/ou obras que as secretarias indicaram. As ações foram preenchidas nas linhas ao lado dos Programas com identificação do órgão envolvido, conforme o que foi identificado das contribuições. Para facilitar o entendimento de todos, Guilherme (CPU/SMAMUS) propôs que Catiane lesse o que cada programa do PDDUA propõe/prevê, texto que está abaixo do título de cada programa.

Guilherme (CPU/SMAMUS) comenta que inseriu no drive, na pasta Material de apoio, outros documentos que podem auxiliar os colegas no entendimento das estratégias e programas pensados. Falou do documento PDDUA COMENTADO, que possui alguns textos que exemplificam a ideia das propostas pensadas à época, com descrição de alguns conceitos. Apontou que as ações apontadas pelas secretarias não se apoiam nos programas indicados pelo PDDUA, pois eles na prática não existem, pois não trazem orientações e diretrizes para suportar as ações e obras indicadas. Que as ações e projetos indicados representam as atividades das unidades de uma secretaria ou órgão de governo, mas que não estão relacionados aos programas previstos. Catiane complementa sobre as ações pulverizadas que acabam não sendo medidos e nem monitorados para dizer se as coisas estão acontecendo ou não. Falou que para cada programa deveria existir um regimento próprio, com orçamento, que estruturasse melhor a forma de como o programa deve ser implantado, considerando seus resultados.

Catiane (CPU/SMAMUS) passa para Estratégia de Mobilidade Urbana falando sobre os programas e subprogramas e das ações indicadas, sendo maioria vinculados à SMMU. Fabiana (CIP/SMMU) comentou sobre os programas sugeridos no PMU, que estão na planilha descritos nos comentários (conforme apontado por Guilherme). Falou ainda da Estratégia de Estruturação Urbana e seus dois programas, fazendo alguns comentários como a falta de um sistema de espaços abertos e que a integração metropolitana envolve mais ações de outros setores, não somente o que foi apontado pela SMMU.

Não havendo mais contribuições sobre mobilidade, a Catiane (CPU/SMAMUS) passa para Estratégia de Uso do Solo Privado apresentando o único programa existente e a ação apontada pela DEL/SMAMUS. Guilherme (CPU/SMAMUS) faz um comentário sobre a relação desta estratégia e programa com os campos de atuação que aparecem no Informe Complementar de 96.

Em seguida, Catiane (CPU/SMAMUS) passa para Estratégia de Qualificação Ambiental apresentando os programas e subprogramas pensados na época do Informe de 96. Depois falou sobre os programas previstos no PDDUA e realizou a leitura das ações apontadas pelas secretarias. Guilherme (CPU/SMAMUS) faz um comentário sobre os planos setoriais apontados no PDDUA, os quais alguns parecem estar contemplados pelas secretarias, enquanto outros não foram citados, como o gerenciamento de energias. Adriano (DMAE) complementa dizendo que o Plano Municipal de Saneamento Básico de 2015 contempla as 4 áreas: água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos. Nesta estratégia foram sendo pontuados outras ações relacionadas aos programas. Guilherme Miranda (CTAAPS/SMAMUS) lembrou da adequação dos perfis viários, no Anexo 9, à arborização. Verônica (CAU/DAV/SMAMUS) falou sobre o que foi apontado como vaga sustentável, que se refere ao uso do espaço de uma vaga, ou parte dela, para implantação de arborização quando não há espaço na calçada. No Programa de Conservação de Energia Rovana (DPPS) falou do Plano de Ação Climática, do Programa de Certificação Ambiental e do IPTU Sustentável. Guilherme (CPU/SMAMUS) faz um comentário sobre as ações apontadas no Informe de 96 e que o município poderia trabalhar um programa com ações para redução do consumo de energia em edifícios públicos, que possa servir de exemplo. Ainda falou sobre os incentivos econômicos, pontuados na apresentação da SMF (encaminhada por e-mail) e também confirmada pela Rovana (DPPS). Juliana (SMED) falou sobre o Programa Luzes do Saber, que são placas fotovoltaicas instaladas em escolas municipais. No Programa de Valorização do Patrimônio Cultural foram apontadas outras ações pelos colegas, Camila e Merino (SMCEC) falaram sobre a Revisão do Inventário do Patrimônio Cultural e sobre as passagens de pedestre (Vila Assunção, IAPI, 4D, Petrópolis). Que a SMCEC realiza o gerenciamento de equipamentos culturais na cidade. Fernando (SMF) falou da isenção de IPTU para edificações de Patrimônio cultural, e também comentou sobre os incentivos fiscais de programas como o +4D. Natércia (DPPS) falou sobre as passagens de pedestres e deu exemplo de solução adotada por San Francisco, projeto Living Alleys (<https://sfplanning.org/market-octavia-living-alleys>) que traz soluções para as passagens de pedestres da cidade.

Após o intervalo Catiane (CPU/SMAMUS) passa para Estratégia de Promoção Econômica apresentando os programas e subprogramas pensados na época do Informe de 96, complementando com as ações das secretarias relacionadas aos programas previstos no PDDUA. Fernando (SMF) falou que para o Programa da Cidadania entraria algumas ações da Fazenda, como o InovaPoa, incentivo 4D para economia criativa, Programa de Compliance, entre outros (ver planilha Contribuições_Estratégias.xlsx). Guilherme (CPU/SMAMUS) falou que as colegas da SMDet (Daniela e Estefania) também teriam algumas contribuições, mas que estavam sem microfone na reunião, e lembrou que elas poderiam encaminhar sua apresentação para o e-mail do GT-TO (gtto@portoalegre.rs.gov.br). Falou também que alguns incentivos não são divulgados de maneira que atinja um grande público, dando o exemplo de uma situação em que o secretário da SMDet (Vicente Perrone) havia comentado que o incentivo previsto para economia criativa não consegue ser disponibilizado da maneira que foi pensada pois poucas pessoas conhecem o benefício, necessitando de maior divulgação. Catiane segue a leitura das contribuições e no Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8 faz um comentário que, conforme previsto no programa, as ações deveriam servir para todo o território, não somente para uma MZ. Lúcia (SMPAE) falou sobre a proposta de criação de clusters no Centro Histórico, ampliando as ações indicadas pelos colegas e relacionadas ao Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no Centro Histórico. Já no de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no Centro Histórico, durante o turno da noite Lúcia (SMPAE) trouxe a proposta de abertura das vitrines a noite (mais vitalidade).

Dando continuidade, Catiane (CPU/SMAMUS) passa para Estratégia de Produção da Cidade apresentando os programas e ações pensados na época do Informe de 96, complementando com as ações das secretarias relacionadas aos programas previstos no PDDUA, que tiveram acréscimo de dois programas. No Programa de Projetos Especiais é feita uma manifestação sobre quais projetos deveriam ser analisados coletivamente, considerando o interesse do município para o desenvolvimento de ações prioritárias. No Programa de Habitação de Interesse Social Catiane comenta da falta de algo específico no PDDUA sobre regularização fundiária. Denise

(DEM HAB) corrobora com a manifestação de Catiane. No Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano foi indicado por Guilherme (CPU/SMAMUS) às ações da CDRI/SMAMUS e a SMF completou com a Alienação de índices - FUNPROMOB.

Para finalizar, Catiane (CPU/SMAMUS) passa para Estratégia do Sistema de Planejamento apresentando os programas e ações pensados na época do Informe de 96, complementando com as ações das secretarias relacionadas aos programas previstos no PDDUA, que teve acréscimo de um programa, de “Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano - SADUR”. Para todos os programas apresentados a Arg. Catiane (CPU/SMAMUS) fez comentários pertinentes e quando falou sobre o SADUR, pediu o depoimento do colega Guilherme. Guilherme por sua vez fez um relato da sua participação na tentativa de desenvolvimento do sistema, juntamente com a colega Gládis Weissheimer, que já vinha estudando o assunto anteriormente.

ENCAMINHAMENTOS:

Será encaminhado, no início da semana, um e-mail com informações sobre a próxima reunião do GT-TO, que deverá ser presencial no auditório da EPTC, que tem capacidade para 50 pessoas. Também foi informado sobre o arquivo das contribuições utilizado nesta reunião, o qual será disponibilizado no drive para que os colegas possam fazer suas contribuições no arquivo.

Foi informado sobre as próximas Exposições das Oficinas de 2019, na RGP2 - Continente no sábado (27/08/22) e na RGP6 no domingo (28/08/22) e reforçado o convite aos membros do GT.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
SMMU	FABIANA KRUSE
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CÉ
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
	JÉSSICA LANGE
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
SMDET	ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
PROCEMPA	PAULO CASAGRANDE
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	GISELE COELHO VARGAS
	RENATA SAFFER
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI

	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI
	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
SMDDET	DANIELA ALVES MACHADO BRAGA SE/SMDDET
SMAMUS DPPS	LUIZA GOULART DPPS
CONSULTOR PNUD	BAKER RIBEIRO Consultor Comunicação

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 009/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
02/09/2022	Início: 14h Término: 17h30	Auditório EPTC - Rua João Neves da Fontoura, 7

ASSUNTOS TRATADOS:

A primeira reunião presencial do GT-TO foi realizada no Auditório da EPTC - Rua João Neves da Fontoura, 7. Após a recepção aos colegas, a reunião teve início com a fala da Coordenadora de Planejamento Urbano Vaneska Paiva Henrique, que explicou como se daria a organização da reunião além de fazer um breve panorama sobre a atual situação da revisão do PDDUA. Após, o consultor Baker Ribeiro, da Consultoria de Comunicação e Advocacy contratada através do PNUD, fez uma fala sobre o seu trabalho junto ao processo de revisão do PDDUA, e apresentou sua colaboradora em Porto Alegre, a jornalista Daiane Wolf. A seguir o Arq. Guilherme Castanheira (CPU/SMAMUS) apresentou uma análise realizada sobre a correlação entre os temas elencados pelo CMDUA, temas do Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores (Ministério do Desenvolvimento Regional), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS - Agenda 2030 da ONU) e as Estratégias do PDDUA. Apresentou ainda a dinâmica realizada pela Coordenação Técnica (CT) que resultou nos seguintes eixos temáticos:

- Desenvolvimento Social e Cultural;
- Ambiente Natural;
- Mobilidade e Transporte;
- Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana;
- Desenvolvimento Econômico; e
- Gestão da Cidade.

A seguir a Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) apresentou os conceitos de desenho participativo e da dinâmica a ser realizada em dois momentos, com os seguintes objetivos:

- Discutir os Eixos Temáticos e Temas apresentados;
- Organizar uma Oficina temática.

Os participantes foram divididos em grupos para então iniciarem o trabalho colaborativo.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Após as discussões e um intervalo, iniciou-se a apresentação dos grupos de acordo com os temas:

Desenvolvimento Social e Cultural

Integrantes: Catiane Burghausen Cardoso, Daniela Vieira da Silva, Selma Rubina Thomaz, Natália Fernanda Oriola, Simone Madeira, Rogério Gustavo Ferreira, Camila Warpechowski, Ademir Antonio Maria, Giulianna Carneiro de França e Deiner Salomé Goulart.

Os resultados das discussões realizadas pelo grupo foram apresentadas pela Arq. Natalia (CPU/SMAMUS), assim como a proposta de oficinas itinerantes tipo feira.

Ambiente Natural

Integrantes: Katia Assis Da Silveira Pinheiro, Tiago Rutsatz Salomoni, Paulo Antonio Jardim, Gláucia Elen Ribeiro Cazarré.

Os temas discutidos foram apresentados pelo Eng. Tiago (CGIU/SMAMUS), o grupo sugeriu novo nome para o tema “Meio Ambiente e Sustentabilidade” para melhor representar o tema e apresentou a proposta para oficina temática.

Mobilidade e Transporte

Integrantes: Guilherme Silveira Castanheira, Matheus Chidiac Marchiori, Vinícios da Silva, Verônica Riffel, Guilherme Miranda de Souza, Fabiana Kruse, Luciano Cé e Janaina Fialho Teixeira Machado.

Os resultados foram apresentados pelo Arg. Guilherme (CPU/SMAMUS), com a inclusão de temas no eixo-temático, foi ressaltado que o tema mobilidade já inclui o transporte, não sendo necessária a citação específica. Foi apresentada a ideia de oficina para o tema.

Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana

Integrantes: Vaneska Paiva Henrique, Letícia Cruz Klein, Antônio Gomes Ana Aguirre, Marcos Berwanger Profes, Maria Cristina Garcia Cademartori, Adriano Tedesco Rossetto, Giovana Cristina Bertotti, Flavia Luiza Rebelato, Paulo Lima Loge, Juliana Belardinelli, Adriano Skrebsky Reinheimer e Luciana Valente Gaiesky.

As contribuições do grupo foram apresentadas pela Arg. Letícia (CPU/SMAMUS), que trouxe a necessidade de subdivisão do eixo temático, pois trata de muitos assuntos. Apresentou a proposta de organização de diversos eventos específicos para cada tema.

Desenvolvimento econômico

Integrantes: Patricia Da Silva Tschöepke, Renata Saffer, Cassio de Assis Brasil Weber, Eliana Bridi, Luiz Merino de Freitas Xavier, Fernando Roberto Schwartz, Jéssica Lange e Estefania Cordeiro Macluf.

As considerações do grupo foram apresentadas pelo Arg. Fernando (SMF) e o formato da oficina, que deverá contar com 2 ou mais momentos.

Gestão da cidade

Integrantes: Tânia Regina Quintana Rodrigues, Gisele Coelho Vargas, Fernanda Brito da Silveira, Sônia Maria Dos Santos Castro, Lucia De Borba Maciel e Vânia Klein Silva.

As contribuições do eixo temático foram apresentadas pela Arg. Gisele (CPU/SMAMUS), que sugeriu algumas adequações nos temas envolvidos, bem como apresentou a proposta de evento realizada pelo grupo.

ENCAMINHAMENTOS:

Os coordenadores do GT-TO agradeceram a presença dos colegas e informaram que as contribuições seriam compiladas e depois disponibilizadas a todos os membros do grupo. Foi avisado que na próxima semana não haveria reunião do GT-TO, pois durante esta semana seria realizado o alinhamento entre os demais coordenadores dos GTs.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEMHAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CÉ
	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
	JÉSSICA LANGE
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY

FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
SMDET	ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF
SMELJ	DEINER SALOME GOULART
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
	KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
	SMAMUS DLMA
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	FLAVIA LUIZA REBELATO
SELMA RUBINA THOMAZ	

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	VÂNIA KLEIN SILVA UADU/CGMU
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
CONSULTOR PNUD	BACKER RIBEIRO Consultor Comunicação
CONSULTOR PNUD	DAIANE WOLK Consultor Comunicação
SMAMUS Comunicação	FERNANDO RAMIREZ Comunicação/SMAMUS

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 010/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
16/09/2022	Início: 14h Término: 15h44	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, foram apresentados alguns alinhamentos e informações sobre o processo da revisão do Plano Diretor (número de reuniões, exposições e andamento das contratações). Após foi realizada a apresentação das contribuições realizadas na última reunião do GT-TO, presencial, sobre os eixos temáticos. Em seguida foi informado o papel dos representantes dos grupos nos eixos temáticos. Posteriormente discutiu-se sobre os encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião agradecendo aos colegas pela presença na reunião presencial, ocorrida no dia 02/09/2022, que contou com a presença de 54 pessoas. Agradeceu também a colega Fabiana Kruse por disponibilizar o auditório da EPTC. Passou pelos tópicos a serem tratados na apresentação, atualizando os membros do GT com algumas informações gerais sobre número de reuniões dos GTs, sobre as exposições do “Diagnóstico POA 2030” e sobre as contratações para revisão do Plano Diretor. Relembrou os colegas sobre os eixos temáticos, falando da dinâmica anterior a reunião presencial (dia 29/08/22 - Coordenação Técnica) e sobre o que foi trabalhado/desenvolvido com os colegas que participaram da reunião presencial. Após passou para a apresentação das contribuições, iniciando pelo eixo temático **Desenvolvimento Social e Cultural**. Neste eixo houve a manifestação do grupo de que o tema “Identidade e Patrimônio Histórico Cultural” deveria ser abordado em outro eixo. Camila (SMCEC) falou que talvez ações culturais, eventos e equipamentos culturais se encaixassem melhor neste eixo do que patrimônio. Questionou também sobre a possibilidade da secretaria ter mais um representante no GT. Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) comunicou que este assunto será tratado mais à frente na reunião. Finalizou as contribuições do primeiro eixo com informações sobre a organização da oficina temática pontuadas pelo grupo.

Dando continuidade, Guilherme (CPU/SMAMUS) apresentou o segundo eixo temático, **Ambiente Natural**. Este grupo considera que poderia haver uma alteração no nome, pois representaria melhor o tema. Sugeriu-se “Meio Ambiente e Sustentabilidade”. O grupo identificou a necessidade de esclarecimento de alguns conceitos e também outros temas que precisam ser contemplados. Rovana (DPPS/SMAMUS) comentou que poderia ser incluído aos temas a serem abordados neste eixo as adequações às mudanças climáticas, a questão das áreas verdes (terrários), áreas verdes públicas. Gláucia (DAV/SMAMUS) comentou que ficou faltando a revisão dos gravames de parques naturais. Natércia (DPPS/SMAMUS) falou sobre repensar o nome do eixo/grupo. Alex (DAV/SMAMUS) perguntou sobre onde entraria a temática do espaço público, rede de espaços públicos. Guilherme (CPU/SMAMUS) comentou que no eixo mobilidade teria a temática do espaço público, mas que este tema talvez seja transversal em outros eixos. Finalizou as contribuições do segundo eixo com informações sobre a organização da oficina temática pontuadas pelo grupo.

Guilherme (CPU/SMAMUS) apresentou o terceiro eixo temático, **Mobilidade e Transporte**. Este grupo considera que poderia haver uma alteração no nome, pois conforme apontado pela colega Fabiana, quando falamos de mobilidade o transporte já está incluído, desta forma poderia ser apenas “Mobilidade”. O grupo identificou outras temáticas que devem ser debatidas. Após falou sobre as contribuições do terceiro eixo com informações sobre a organização da oficina temática pontuadas pelo grupo. Vaneska (CPU/SMAMUS) perguntou sobre a existência de calendários e outros eventos vinculados à temática da mobilidade e que não apareceram na apresentação. Falou que seria importante aproveitar estes calendários, pessoas envolvidas e temas em discussão para serem aproveitados dentro da revisão do PD. Fabiana (SMMU) falou que foi discutido no grupo o calendário da Semana Nacional de Trânsito, que é em setembro. Comentou que dentro da temática de mobilidade e segurança viária existem ações do “Maio Amarelo” vinculadas a previsão de acidentes e mortes. Guilherme (CPU/SMAMUS) falou sobre a importância dos colegas do GT participarem destes eventos, palestras, seminários que discutem assuntos que podem ser

aproveitados para revisão. Lúcia (SMPAE) tentou manifestação oral mas teve problemas então registramos a manifestação do Chat:

[14:46] Lucia/SMPAE (Convidado)

era sobre a importância do foco na mudança da cultura, pois muito se fala em mobilidade ativa, mas a prática é totalmente diferente da retórica!!!

[14:46] Arq. Guilherme Castanheira (Convidado)

ok, manifestação registrada

Guilherme (CPU/SMAMUS) apresentou o quarto eixo temático, **Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana**. Este grupo sugeriu dividir este eixo em dois subgrupos: 1) Uso e ocupação do solo; 2) Forma Urbana. Com esta sugestão os temas também foram divididos para que atendessem mais especificamente os grupos. Vaneska (CPU/SMAMUS) reforçou que com estas divisões fica mais evidente a necessidade de participação de outros colegas para discussão de temáticas mais específicas, e que isto só tende a ampliar o debate necessário para revisão do PD. Necessário a divisão dos membros em grupos e que talvez alguns participem de mais de um grupo. Guilherme (CPU/SMAMUS) finalizou as contribuições do quarto eixo com informações sobre a organização da oficina temática pontuadas pelo grupo. Vaneska (CPU/SMAMUS) lembrou que na dinâmica o grupo acabou não separando os stakeholders dos palestrantes, desta forma alguns que foram pontuados como stakeholders seriam, na verdade, opções de palestrantes, como: Marilu, Lucia Mascaró, Célia Ferraz de Souza, Maria Tereza Albano, Salvador Rueda. Guilherme (CPU/SMAMUS) verificou a existência de um questionamento no Chat da colega Liana (Procempa), abaixo descrito. Respondeu comunicando que a Procempa havia ficado no eixo temático Desenvolvimento Econômico mas que ela poderia representar a Procempa neste eixo. Liana (Procempa) acrescentou que seria importante a Procempa estar incluída em duas temáticas: infraestrutura de comunicação e redes de fibra ótica.

[14:50] Liana Rigon - Procempa (Convidado)

Prezados, boa tarde! Liana da Procempa. A Procempa faz parte deste grupo?

Guilherme (CPU/SMAMUS) apresentou o quinto eixo temático, **Desenvolvimento Econômico**. Este grupo entendeu que os eixos temáticos estão adequados, porém acham um pouco confusos pois existem temas guarda-chuvas que poderiam ser títulos e agrupar outros temas neles, como zona rural (agricultura familiar, ecoturismo, etc.). Sugeriram dividir os temas em dois títulos/grupos: Zona Rural e Zona Urbana. Finalizou as contribuições do quinto eixo com informações sobre a organização da oficina temática pontuadas pelo grupo.

Guilherme (CPU/SMAMUS) apresentou o último eixo temático, **Gestão da Cidade**. Este grupo sugeriu a substituição de alguns temas, como "Funcionamento da prefeitura" pelo Sistema Municipal de Gestão do Planejamento (SMGP) por entenderem que o primeiro seria pouco preciso. Pontuaram outras temáticas. Natércia (DPPS/SMAMUS) trouxe como contribuição, para reflexão do grupo, que uma das questões que compromete o desenvolvimento do trabalho da prefeitura seria a fragmentação dos temas nas diversas secretarias. Que só na divisão dos eixos temáticos é possível perceber o quanto um tema tem implicação dentro do outro, pois tudo está conectado, é um sistema. Perguntou se a coordenação chegou a dar uma olhada em outros exemplos (referências), com subdivisão de temas, que trabalham com tendências. Que em sua tese verificou um estudo de caso europeu que trabalhou com a subdivisão de temas não associados a uma condição física, espacial, morfológica e sim a condições de vida, que são objetivo do planejamento urbano. Por exemplo, a qualidade espacial: que busca, através de eixos temáticos, atingir a condição de vida que é o objetivo daquela sociedade/comunidade. Um dos casos que olhou era dividido em 8 temas bem voltados para questões ambientais, que é a base desta cidade europeia, que tem particularidades a serem resolvidas (alagamentos), e que trabalham nos temas estas questões: qualidade espacial, mobilidade saudável, água, permeabilidade do solo, energia, sustentabilidade dos materiais. Vaneska (CPU/SMAMUS) solicitou à colega Natércia que encaminhasse estas referências para o GT, e ainda comentou sobre a sua tese, se estaria disponível para consulta. Natércia (DPPS/SMAMUS) respondeu dizendo que irá disponibilizar sua tese e as referências e se colocou à disposição para apresentar seu trabalho para o GT, após sua viagem. Guilherme (CPU/SMAMUS) finalizou as contribuições do sexto eixo com informações sobre a organização da oficina temática pontuadas pelo grupo. Vaneska

(CPU/SMAMUS) manifestou que talvez seja importante olharmos em termos de gestão não focar somente na gestão de cidade mas na gestão como matéria, como disciplina, que possa envolver alguns outros temas especialistas. Entende que na parte da gestão deva estar envolvida o monitoramento, avaliação do plano. Gisele (DPU/SMAMUS) reforçou que foi pontuado como temática a ser discutida neste eixo. Foi registrado a manifestação da colega Lúcia (SMPAE) no Chat:

[15:12] Lucia/SMPAE (Convidado)

e o "projeto de cidade" poderia estar como tema também

Após a contribuição dos eixos temáticos, Guilherme (CPU/SMAMUS) informou aos colegas qual seria o papel dos membros do GT, considerando o cronograma de Participação na Revisão do Plano Diretor. Falou também sobre o papel dos representantes dos grupos nos eixos temáticos, que auxiliariam a Coordenação Técnica (CT) na organização das Oficinas Temáticas, Seminários e Conferência, bem como na interlocução com entidades e sociedade, e demais GTs (GT-CT e GT-CR). Apresentou uma planilha com o nome dos responsáveis pelos grupos nos eixos temáticos, que seriam 02 (dois) integrantes do CT e comentou que seria importante que pelos menos dois colegas do GT-TO, designados pela Portaria 460/22, estivessem compondo cada um dos grupos. Que agora seria o momento dos colegas, que se identificam com outro eixo temático, se manifestem para que possam participar das discussões desses grupos.

Guilherme (CPU/SMAMUS) finalizou a reunião comunicando os encaminhamentos. Neste momento alguns colegas já manifestaram sua intenção de participar de outros grupos temáticos. João Marcelo (SMS) fez um comentário sobre o eixo de desenvolvimento econômico, que em sua secretaria existe um grupo conversando (com hospitais públicos e privados) sobre as possibilidades de Porto Alegre ser um pólo de saúde, de turismo de saúde. Falou que possui contatos para falar com estas entidades, caso necessário. Fernando (SMF) falou que no eixo econômico foi comentado sobre o pólo de saúde. Fabiana (SMMU) se dispôs a auxiliar na organização do grupo do eixo Mobilidade e comentou sobre o Seminário que irá ocorrer na semana que vem. Camila (SMCEC) falou de incluir sua secretaria no eixo Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana. Maria Cristina (DEL/SMAMUS) se colocou à disposição para auxiliar na organização do grupo do eixo Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana. Verônica (DAV/SMAMUS) informou que a arborização deve participar também no eixo Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana. Comentou que poderá chamar outros colegas da sua coordenação para participar das discussões.

ENCAMINHAMENTOS:

Será encaminhado, no início da semana, um e-mail com informações sobre o procedimento para definição dos integrantes dos grupos temáticos. A coordenação do GT-TO irá inserir os arquivos da apresentação, vídeo e registro da reunião no drive da PROCempa. Será anexado registro da reunião no SEI 22.0.000086353-3, e disponibilizado bloco de assinatura (132681). Ficou definido que será mantida reunião do GT da próxima semana, dia 23/09/2022.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
DEMHAB/SMHARF	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CÉ
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	JULIANA BELARDINELLI
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER

PROCEMPA	LIANA RIGON ROJAS LIMA
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
	KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	ALEX PEREIRA DE SOUZA
	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI
	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE DPU/SMAMUS
EPTC	VÂNIA CRISTINA DE ABREU

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 011/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
23/09/2022	Início: 14h Término: 15h28	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Apresentação Estrutura Edital LTA;
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião comentando os tópicos a serem tratados, trazendo, primeiramente, informações sobre a atualização das contratações das consultorias para Revisão do Plano Diretor. Falou sobre o TR LTA, disponibilizado pelo Arq. Guilherme: "LTA_TR Revisão Plano Diretor POA.pdf" - pasta drive Procempa GT-TO/Material de Apoio. Na apresentação, Vaneska explicou o formato de contratação Long Term Agreement (LTA), trazendo a justificativa para este tipo de contratação. Que o TR traz alguns pontos que devem ser considerados pela consultoria, como as Premissas (9), o Modelo Espacial do PD e o Sistema de Gestão e Planejamento. Depois falou sobre o processo, com descrição das etapas (IN 04/2021), baseado no Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores (elaborado pelo Instituto Pólis, 2019). Mostrou os cronogramas da participação da população e das entregas de produtos/consultorias. Reforçou a estrutura organizacional prevista na IN 04/2021 e depois entrou nos produtos esperados da consultoria do LTA. Produtos P1 ao P4, relacionados à etapa de Leitura da Cidade; P5 ao P7, relacionados a etapa de Sistematização e Propostas; e o P8 vinculado à etapa de Aprovação. Posteriormente foi apresentado o calendário esquematizado com divisão dos produtos e previsão das entregas, neste momento Patrícia (DPU) falou sobre a necessidade de atualização das datas em decorrência do atraso na contratação da consultoria responsável pelo LTA.

Com relação à proposta apresentada pela consultoria, Vaneska (CPU/SMAMUS) demonstrou a estrutura, falando da existência de um líder do projeto e dos eixos a serem abordados, num total de 7 (sete). Falou da necessidade de adequar os eixos aos grupos temáticos de trabalho para uma troca de informações e para facilitar o andamento dos estudos. Finalizou a apresentação comentando sobre as contribuições a serem realizadas pelos membros do GT relativas ao TR, que poderão indicar possíveis complementações quanto: ao conteúdo técnico e eixos de desenvolvimento; as metas e objetivos; aos prazos e relação de tarefas; bem como outras considerações.

Posteriormente Vaneska (CPU/SMAMUS) mostrou o calendário com previsões de reuniões do GT para os próximos meses, com identificação de momentos chave, eventos que acontecerão (Feira do livro, conferência Meio Ambiente).

Para reforçar o entendimento, Guilherme (CPU/SMAMUS) explicou o que a coordenação do GT espera dos colegas com relação às contribuições ao TR LTA.

A colega Simone Madeira (SMAMUS) perguntou se as contribuições feitas pelas comissões, em 2019, estariam contempladas no TR. Vaneska (CPU/SMAMUS) respondeu que sim, que as contribuições foram incorporadas. Completou dizendo que muitas contribuições foram enviadas como anexo pelo grau de informação.

Vaneska falou na possibilidade de disponibilizarmos a proposta da consultoria do GEO para os membros do GT e já identificou a necessidade de termos colegas participando das discussões. Neste momento o colega Arceu (DMLU) se dispôs a contribuir e participar das discussões, pois já é um membro do Comitê Gestor de Cartografia e Geoprocessamento (CGCG). Liana (Procempa) também se dispôs a contribuir. Fabiana (SMMU) falou da existência de outro grupo, Coordenador de Dados (Decreto 21.094/2021).

Considerando a existência de um eixo sobre Dados Espaciais (consultoria), Vaneska falou de criarmos um outro eixo temático que possa ter colegas do GT discutindo e auxiliando a consultoria nesta temática. Na planilha dos grupos temáticos foi criado mais uma coluna, Infraestrutura de Dados Espaciais.

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Uon4Sc8c1LXkNCIm_A1rFshtvZ54J9I3kuMEjUvtf7U/edit?usp=sharing

Guilherme reforçou o convite para os colegas preencherem a planilha acima, a qual ainda estará disponível. Falou sobre o Seminário que tinha ocorrido pela manhã, V Seminário Nacional de Trânsito - Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS) e abriu espaço para a colega Fabiana (SMMU) dar seu depoimento.

ENCAMINHAMENTOS:

Segue alguns encaminhamentos e combinações:

1. Leitura da LTA (pasta drive T-TO/Material de Apoio/LTA_TR Revisão Plano Diretor POA.pdf);
2. Disponibilizar proposta do consultor GEO (pasta drive T-TO/Material de Apoio/Proposta Consultor GEO_Terrena Tech.pdf);
3. Preencher a planilha dos Grupos temáticos (https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Uon4Sc8c1LXkNCIm_A1rFshtvZ54J9I3kuMEjUvtf7U/edit?usp=sharing);
4. Encaminhar aos membros do GT as datas dos próximos eventos da Revisão do Plano Diretor e de outros que tiverem relação;
5. Criar Grupo de WhatsApp do GT-TO (<https://chat.whatsapp.com/FvMfSu3SVaV1f8FZwVX8Vg>).

Link do drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Convidou-se os colegas, que ainda não tiveram a oportunidade de ver a exposição sobre “Diagnóstico POA 2030”, para comparecerem no dia 8 de outubro na sede da SMAMUS, das 10h às 15h, para acompanhar o fechamento das exposições.

Convite para preenchimento da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>

Convite para Audiência pública sobre estudo de mobilidade do centro histórico: <https://prefeitura.poa.br/smmu/noticias/audiencia-publica-discute-estudo-de-mobilidade-urbana-do-centro-historico>

Informou-se estar mantida a próxima reunião do dia 30/09/2022 às 14h.

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
DEMHAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
SMCEC	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CÉ
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	TATIANA RITA WEISSHEIMER
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA

DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
DMAE	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
PROCEMPA	LIANA RIGON ROJAS LIMA
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	ALEX PEREIRA DE SOUZA
	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	MÔNICA MOCELLIN RAYMUNDO
	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	MARIA PAULA UEU/CPU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 012/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
30/09/2022	Início: 14h Término: 15h51	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Contribuições dos membros do GT sobre o documento LTA;
- Discussão dos grupos temáticos;
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião comentando os tópicos a serem tratados, trazendo, primeiramente, informações sobre o cronograma da revisão do Plano Diretor: relativo a etapas do processo, reuniões dos grupos de trabalho e exposições “Diagnóstico POA 2030”. Falou sobre a atualização das contratações das consultorias para Revisão do Plano Diretor e sobre as próximas ações. Após as atualizações, Guilherme abriu espaço para os colegas da Comissão Técnica falarem sobre as consultorias contratadas. Vaneska (CPU/SMAMUS) falou sobre a proposta da LTA e comunicou que talvez o Tiago (CGIU/SMAMUS) pudesse falar sobre a consultoria em Tecnologia da Informação. Tiago (CGIU/SMAMUS) falou sobre as duas primeiras reuniões que tiveram com a empresa “Terrena”. Gisele (DPU/SMAMUS) falou sobre o contrato da consultoria de Comunicação e Advocacy e as ações que estão em andamento.

Dando sequência a pauta, Guilherme comentou que alguns colegas do GT haviam entrado em contato para falar das contribuições ao documento LTA, desta forma solicitou para que os mesmos se manifestassem. Rovana (DPPS/SMAMUS) falou que estavam fazendo alguns comentários diretamente no documento e que iriam encaminhar suas contribuições por e-mail. Questionou se o documento estava fechado ou havia espaço para ajustes. Vaneska falou que ainda existe espaço para ajustes. Que no plano de trabalho da empresa que será realizado o detalhamento, mas antes iremos ter reuniões com os técnicos para tirar algumas dúvidas. Guilherme chamou atenção para os processos SEI que foram abertos para contribuições das secretarias em 2019. Falou que iria disponibilizar o número dos processos para o grupo. João (SMS) comentou sobre algumas dificuldades da secretaria com relação a utilização de ferramentas de Geoprocessamento. Guilherme questionou os colegas do CT sobre itens da contratação das consultorias, se estão previstas capacitações. Vaneska e Tiago fizeram alguns comentários e disseram que não faz parte do escopo as capacitações em ferramentas, nem trabalho braçal. Liana (Procempa) se colocou à disposição para os colegas tirarem algumas dúvidas sobre o GeoPortal. Falaram sobre o trabalho do colega Rodrigo Linn (SMPAE) o qual poderá ser convidado a participar do GT, e que o mesmo trabalhava na secretaria anteriormente. Fabiana (SMMU) pediu a palavra falando sobre suas contribuições ao documento LTA, as quais comunicou que iria encaminhar por e-mail. Aproveitou para já falar sobre alguns pontos: 1) que no início do documento fala que deverá ser mantida a estrutura básica, base conceitual, mas que muitos colegas já manifestaram que ser necessária trabalhar melhor alguns conceitos do Plano Diretor; 2) na página 9, quando fala sobre as Macrozonas, é mencionado a OUC da Lomba, e questiona se esta não foi revogada (<https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/aprovada-a-revogacao-da-operacao-consorciada-lomba-do-pinheiro>); 3) ainda nas Macrozonas, se fala sobre conceitos e limites territoriais, ficou em dúvida com relação aos planos setoriais como os do Centro e 4D, aprovados recentemente, e como se dará estes limites e a relação destes planos com as Macrozonas; 4) na parte da mobilidade, pedir para considerar o PMU e outros plano específicos, comunicando que esta semana teria sido apresentado o Plano de Segurança Viária Sustentável de POA (Decreto 21.652/2022); 5) na página 29, ficou em dúvida com relação aos instrumentos, questiona o que seria os Planos de Pormenor. Guilherme respondeu o último apontamento, explicando que os Planos de Pormenor são utilizados em alguns locais como detalhamento de lugares específicos, e teria sido indicado no documento como sendo uma possibilidade de ser mais um instrumento utilizado pelo município para auxiliar o planejamento urbano. Falou sobre as atualizações necessárias a serem encaminhadas para consultoria, e que iria apresentar um modelo do que se imagina que será

encaminhado à consultoria. Vaneska falou sobre os outros apontamentos da colega Fabiana. Comentou sobre a necessidade de termos repositórios para a documentação sobre leis, programas e demais documentos que possam servir para consulta dos membros do GT e das consultorias. Guilherme completou que para cada temática poderá ser criado o repositório.

Camila (SMCEC) falou que analisou o documento, comentando que ele está bem completo. Falou sobre as legislações mais atualizadas para passar para a consultoria e sobre atualização dos conceitos. Pontuou ainda sobre os eixos temáticos, pois ainda tem algumas dúvidas. Guilherme aproveitou para falar que a Coordenação Técnica fez o questionamento a consultoria sobre os eixos/grupos, através de uma diligência, pois havia uma dúvida com relação aos especialistas e os temas agrupados/indicados na proposta. Vaneska reforçou o convite para os colegas trazerem suas contribuições.

Não havendo mais contribuições ou dúvidas relativas ao LTA, Guilherme sugeriu utilizarmos parte das reuniões de sexta-feira para discutirmos os grupos temáticos, informação ratificada pela colega Vaneska.

Guilherme então iniciou a segunda apresentação da reunião, sobre o Grupo Temático Mobilidade, trazendo uma análise sobre a Estratégia de Mobilidade Urbana, a qual apresenta alguns estudos realizados antes da pandemia e que podem servir de exemplo para organização das informações dos grupos temáticos. Na apresentação constam informações da dinâmica realizada na reunião presencial do auditório da EPTC, considerando aquilo que foi discutido naquela tarde. Depois passa pela compilação das informações trazidas pelas secretarias e dos textos que constam no PDDUA e no Informe Complementar de 1996 (material disponível no drive Procempa - "Compilação 8ª Reunião GT-TO _ 09.22.pdf"). Segue com algumas informações sobre o "Guia para elaboração e revisão de planos diretores (2019)", relacionadas ao Tema 12 (T12 Mobilidade e transporte), que inclui: mapeamentos que os municípios devem ter; levantamentos complementares; problemáticas apresentadas (P17, P42 e P43) e algumas estratégias propostas para dar conta das problemáticas. Depois mostra a leitura sobre o documento Informe Complementar 1996 (IC 1996), relacionado a mobilidade urbana, que traz informações sobre conflitos e potencialidades projetuais desta temática. Passa pela comparação de três documentos (IC 1996, PDDUA 1999 e PDDUA 2010), mostrando as estratégias desses documentos, os instrumentos sugeridos e a leitura das problemáticas relacionadas às estratégias, já considerando, também, informações do Guia de 2019. Finaliza a apresentação com uma análise da leitura dos mapas e diagramas que constam nos três documentos anteriores (IC 1996, PDDUA 1999 e PDDUA 2010). Complementa que este trabalho apresentado pode e deve ser atualizado pelos colegas, mas que talvez seja um bom exemplo do que poderia ser elaborado para cada grupo temático. Fabiana (SMMU) perguntou se o material apresentado já estava no drive, e completou que possui materiais que poderiam ser incluídos no drive, que servem como atualização deste tema. Guilherme respondeu que o material iria para o drive após a reunião, e que seria interessante criarmos este espaço para irmos armazenando a documentação.

Guilherme perguntou aos colegas sobre o que achavam da organização de informações apresentada. Vaneska entende que é um ótimo modelo de organização, que ajuda a organizar o pensamento e o material para consultoria. Entende que a organização técnica deva replicar este modelo com os outros grupos temáticos, e que os colegas das outras secretarias poderiam ajudar a trazer alguns questionamentos que auxiliem os eixos temáticos. Comentou apenas ter dúvida na utilização deste modelo para o grupo temático da Gestão. Tânia (CGMU/SMAMUS) entende que o material está muito bem pensado e pergunta se a intenção é ter este material com informações das outras temáticas. Guilherme responde que seria o ideal.

Antes de seguir para os encaminhamentos, Guilherme reforçou que as contribuições das secretarias podem ser encaminhadas para o e-mail do GT-TO: gtto@portoalegre.rs.gov.br

Antes de finalizar a reunião foi compartilhado o calendário elaborado no Miro com as próximas datas marcantes dos próximos meses: reuniões dos GTs, conferência, e outros eventos.

ENCAMINHAMENTOS:

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Será mantida reunião da próxima sexta-feira, dia **07/10/2022**;
2. Para próxima reunião iremos debater as contribuições dos membros do GT com relação aos documentos:
 - a) LTA - **LTA_TR Revisão Plano Diretor POA.pdf** (disponível na pasta do drive Procempa GT-TO/Material de Apoio)

- b) Proposta Consultoria juntamente a diligência – “**Proposta EY_PNUD RFP JOF 4111-2022_SS.pdf** e **Proposta EY_PNUD RFP JOF 4111-2022_SS_Diligencia.pdf**” (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Material de Apoio)
3. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 12ª reunião “**12ª Reunião GT-TO _ 30.09.22.pdf**”, Apresentação Grupo Temático Mobilidade “**Grupo Temático Mobilidade.pdf**” (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO);
 4. Disponibilizar tabela com os números dos processos SEI de cada secretaria com as contribuições de 2019: “**Organização Geral - Contribuições.pdf**” (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Material de Apoio);
 5. Atualizar processo **SEI 22.0.000086353-3** com os Registros das últimas duas reuniões e Atas (bloco de assinatura 132681);
 6. Reforçado o convite para última exposição “Diagnóstico POA 2030”, no dia 08/10/2022, na sede da SMAMUS.

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
DEMHAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CÉ
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	TATIANA RITA WEISSHEIMER
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
SMSEG	RODRIGO MEOTTI TENTARDINI
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
DMAE	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
PROCEMPA	LIANA RIGON ROJAS LIMA
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	PRISCILA HUNING SPOHR

SMAMUS DEL	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	NATÁLIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	MARIA PAULA UEU/CPU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 013/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
07/10/2022	Início: 14h Término: 15h59	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Contribuições dos membros do GT sobre o documento LT e Proposta Consultoria juntamente a Diligência;
- Discussão dos grupos temáticos;
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião dando boas vindas aos colegas que irão começar a participar das reuniões do GT e apresentou os tópicos a serem tratados. Reforçou algumas informações sobre as contribuições dos membros do GT relativas ao TR LTA e a proposta apresentada pela consultoria (Ernest & Young), juntamente com a diligência solicitada. Sobre as atualizações, apresentou a informação sobre a sanção da lei do Programa +4D de Regeneração Urbana do 4º Distrito de Porto Alegre (LC 960/22). Após trouxe informações sobre o cronograma da revisão do Plano Diretor: relativo a etapas do processo, reuniões dos grupos de trabalho e exposições “Diagnóstico POA 2030”. Falou sobre a atualização das contratações das consultorias para Revisão do Plano Diretor e sobre as próximas ações. Após as atualizações, Guilherme falou sobre as contribuições já recebidas de alguns membros do GT e abriu espaço para os demais se manifestarem. Reforçou que as contribuições das secretarias sejam encaminhadas para o e-mail do GT-TO: gtto@portoalegre.rs.gov.br.

Fabiana (SMMU) fez alguns questionamentos relacionados ao documento da Proposta da E&Y, mais precisamente sobre a divulgação dos relatórios. Guilherme (CPU/SMAMUS) logo respondeu a dúvida, comentando que na entrega da proposta estava uma representante do PNUD, a qual já havia nos comunicado que os relatórios entregues pela consultoria são da contratada e poderão ser divulgados. Catiane (CPU/SMAMUS) reforçou a informação, comunicando também da primeira entrega, Plano de trabalho, que seria o produto onde terá a informação dos técnicos responsáveis por cada produto/entrega. Fabiana (SMMU) finalizou dizendo que suas dúvidas foram sanadas e que não irá encaminhar, então, seus questionamentos sobre a proposta da consultoria.

Camila (SMCEC) também comentou sobre dúvidas relacionadas à equipe, e perguntou como se dará o relacionamento da consultoria com o GT. Guilherme respondeu a colega comentando que as sugestões de profissionais devem ser encaminhadas antes das primeiras reuniões com a consultoria, que a diligência encaminhada à consultoria foi relativa a dúvidas que a coordenação técnica teve. Que a consultoria irá se reportar à Coordenação técnica (DPU/SMAMUS) e se esta tiver necessidade irá solicitar suporte dos membros do GT-TO. Gláucia (CPOAV/SMAMUS) perguntou sobre o prazo para contribuições, uma vez que a equipe tem algumas dúvidas e ao mesmo tempo contribuições a serem realizadas. Guilherme respondeu que não temos data marcada para primeira reunião com a consultoria, mas que seria importante os colegas encaminharem o quanto antes suas contribuições e dúvidas. Gláucia (CPOAV/SMAMUS) perguntou se na primeira reunião o GT iria participar. Guilherme respondeu que seria apenas com a Coordenação Técnica.

Antes de iniciar a segunda parte da reunião, Guilherme falou da combinação de utilizarmos as reuniões de sextas para os grupos dos eixos temáticos se reunirem, para aproveitar este dia e não onerar os colegas que já possuem muitos compromissos/agendas. Adriano (DMAE) falou que irão encaminhar suas contribuições sobre a proposta da consultoria e que ficou com dúvida sobre a equipe de profissionais indicada, mais precisamente sobre as áreas de abastecimento de água e saneamento. Guilherme respondeu ao colega comunicando que os coordenadores das equipes não necessariamente precisam ser os especialistas dos assuntos, mas que poderemos solicitar que algum membro tenha esses conhecimentos. Vânia (EPTC) perguntou sobre a reunião da semana passada, pois não estava presente, e queria saber se deveria ver o vídeo. Guilherme comunicou que a gravação da última reunião ainda não tinha sido disponibilizada no drive, mas que o encaminhamento da reunião, que está no drive e no SEI, teria

informações suficientes para atualizar a colega. Que juntamente a apresentação, também disponível no drive Procempa, já auxiliaria no entendimento do que teria sido tratado na última reunião. Vânia (EPTC) perguntou, ainda, se esta apresentação seria o ponto de partida para análise da consultoria e se o trabalho da consultoria envolveria estudos/levantamentos de campo, se estariam incluídos. Guilherme respondeu que levantamentos não estão no escopo do trabalho, mas sim diagnósticos/relatórios, utilizando os documentos/materiais existentes. Giulianna (DMLU) perguntou se os especialistas da área ambiental incluíam a área de resíduos. Guilherme informou que eles devem atender ao que foi solicitado no TR, caso não esteja claro podemos verificar e sugerir novas especialidades. Catiane (CPU/SMAMUS) reforçou que a área ambiental é uma consultoria contratada pela E&Y, e que a necessidade de estudos/levantamentos específicos pode ser um indicativo da consultoria para futuras contratações do município.

Guilherme então iniciou a segunda apresentação da reunião, sobre o Grupo Temático Desenvolvimento Econômico, trazendo uma análise sobre a Estratégia de Promoção Econômica, a qual apresenta alguns estudos realizados antes da pandemia e que podem servir de exemplo para organização das informações dos grupos temáticos. Na apresentação constam informações da dinâmica realizada na reunião presencial do auditório da EPTC, considerando aquilo que foi discutido naquela tarde. Depois passa pela compilação das informações trazidas pelas secretarias e dos textos que constam no PDDUA e no Informe Complementar de 1996 (material disponível no drive Procempa - "Compilação 8ª Reunião GT-TO _ 09.22.pdf"). Segue com algumas informações sobre o "Guia para elaboração e revisão de planos diretores (2019)", relacionadas ao Tema 8 (T8 Desenvolvimento econômico), que inclui: mapeamentos que os municípios devem ter; levantamentos complementares; problemáticas apresentadas (P23, P24, P26, P27, P28) do desenv. econômico, (P49, P50, P51, P52) do desenv. econômico e turismo (P06, P25, P44, P45 e P46) do desenv. rural sustentável; e algumas estratégias propostas para dar conta das problemáticas. Depois mostra a leitura sobre o documento Informe Complementar 1996 (IC 1996), relacionado ao desenvolvimento econômico, que traz informações sobre conflitos e potencialidades projetuais desta temática. Passa pela comparação de três documentos (IC 1996, PDDUA 1999 e PDDUA 2010), mostrando as estratégias desses documentos, os instrumentos sugeridos e a leitura das problemáticas relacionadas às estratégias, já considerando, também, informações do Guia de 2019. Finaliza a apresentação com uma análise da leitura dos mapas e diagramas que constam nos três documentos anteriores (IC 1996, PDDUA 1999 e PDDUA 2010). Complementa que este trabalho apresentado pode e deve ser atualizado pelos colegas, mas que talvez seja um bom exemplo do que poderia ser elaborado para cada grupo temático. Lucia (SMPAE) falou da importância do desenvolvimento econômico para cidade, e atualmente visualiza a cidade um pouco empobrecida. Questiona como, através do Plano Diretor, podemos agir sobre esta perspectiva? Se haveriam outros instrumentos possíveis de serem utilizados no PD que ajudassem na estratégia de Promoção da Cidade? Guilherme reforça a importância de trazermos questionamentos para ampliar o debate, inclusive quando for envolvida a consultoria. Estas apresentações servem para este objetivo. Tânia (CGMU/SMAMUS) comentou sobre as questões voltadas ao turismo rural, Caminhos rurais, ecoturismo, agricultura familiar que fazem parte da discussão do desenvolvimento econômico. Merino (SMCEC) reforçou o comentário da colega, trazendo a importância de tratarmos e valorizarmos melhor as áreas rurais da cidade. Guilherme aproveitou os comentários de Tânia e Merino para trazer um exemplo de discussão tida naquela semana, que envolve a zona sul, e entende que definições claras do que o município quer para o território facilitaria a tomada de decisão do poder público. Fabiana (SMMU) trouxe uma visão sobre a mobilidade com relação aos comentários dos três colegas que a antecederam.

Vaneska (CPU/SMAMUS) pediu que Guilherme a atualizasse sobre o que havia sido discutido pois estava em outra agenda antes de entrar na reunião. Guilherme fez um resumo do que foi discutido e aproveitou para demonstrar para os colegas o conteúdo existente no drive Procempa (<https://drive.procapa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>). Guilherme comentou para Vaneska que os colegas questionaram se a consultoria poderia fazer algum levantamento. Vaneska entende que levantamentos não estão incluídos no escopo do trabalho, mas que pode ser verificada a necessidade de se realizar, futuramente, determinados levantamentos para auxiliar a revisão do PD. Depois apresentou os documentos que estão no **SEI 22.0.000086353-3**: Portaria, IN, Registro e Atas das reuniões. Vaneska parabeniza pelos registros que estão sendo realizados.

Antes de finalizar a reunião, Vaneska explicou o que entende como se dará o contato da consultoria com a Coordenação Técnica e com os membros do GT.

Adriano (DMAE) compartilhou, via chat, um link com vídeo.

<https://www.dw.com/pt-br/a-import%C3%A2ncia-do-vento-nas-cidades/video-62305296>

Liana (Procempa) comentou que irá entrar em contato diretamente com a coordenação do GT-TO para falarmos sobre a pasta para compartilhamento de informações.

ENCAMINHAMENTOS:

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Próxima sexta-feira, dia 14/10/2022, não haverá reunião do GT-TO;
2. Enviar convite para reunião do dia 17/10/2022, “**Encontro Presencial dos Grupos de Trabalho da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre**”, que acontecerá no Cinema Capitólio, Rua Demétrio Ribeiro nº 1085 | Centro Histórico;
3. Disponibilizar as gravações das últimas duas reuniões do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);
4. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 13ª reunião “**13ª Reunião GT-TO _ 07.10.22.pdf**”, Apresentação Grupo Temático Desenvolvimento Econômico “**Grupo Temático Desenvolvimento Econômico.pdf**” (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO);
5. Verificar com PROCempa possibilidade de termos um espaço no drive, com possibilidade dos membros inserirem documentos relativos aos eixos temáticos (legislações, estudos, documentos, etc.). Ainda em discussão...
6. Atualizar processo **SEI 22.0.000086353-3** com o Registro da 13ª reunião e Ata (bloco de assinatura 132681);
7. Reforçado o convite para última exposição “**Diagnóstico POA 2030**”, no dia 08/10/2022, na sede da SMAMUS;
8. Atualizar o link da reunião e disponibilizar na descrição do grupo do WhatsApp os links: reduzido da reunião, para consulta e para o dashboard.

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
EPTC	VÂNIA CRISTINA DE ABREU
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	CAMILA WARPECHOWSKI
SMOI	LUCIANO CÉ
	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	NELSON NEMO MARISCO
	ANDREZA SABALLA
SMED	TATIANA RITA WEISSHEIMER
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
SMSEG	RODRIGO MEOTTI TENTARDINI
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
SMDET	ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF

DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
PROCEMPA	LIANA RIGON ROJAS LIMA
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	RENATA SAFFER
	KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
SMAMUS DEL	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	LÍGIA SARAIVA SOARES UPU/CPU
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 014/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
21/10/2022	Início: 14h Término: 16h16	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Contribuições dos membros do GT sobre o documento LTA e Proposta Consultoria juntamente a Diligência;
- Discussão dos grupos temáticos - Eixo Ambiente Natural;
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião dando boas vindas aos colegas que irão começar a participar das reuniões do GT e para os colegas da Diretoria de Licenciamento e Monitoramento Ambiental (DLMA/SMAMUS), que foram convidados durante a semana. Vanessa (CPU/SMAMUS) fez uma fala ratificando as boas vindas aos colegas de outras áreas, destacando a importância da multidisciplinaridade do GT. Guilherme apresentou os tópicos a serem tratados. Reforçou algumas informações sobre as contribuições dos membros do GT relativas ao TR LTA e a proposta apresentada pela consultoria (Ernest & Young), juntamente com a diligência solicitada. Sobre as atualizações, trouxe informações sobre o cronograma da revisão do Plano Diretor: relativo a etapas do processo, reuniões dos grupos de trabalho e exposições “Diagnóstico POA 2030”. Falou sobre a atualização das contratações das consultorias para Revisão do Plano Diretor e sobre as próximas ações. Após as atualizações, Guilherme abriu espaço para os colegas se manifestarem quanto às contribuições a LTA e Proposta Consultoria juntamente a Diligência. Agradeceu aos colegas que já enviaram as suas contribuições: SMMU, DPPS, DMLU e DMAE. Reforçou que as contribuições das secretarias sejam encaminhadas para o e-mail do GT-TO: gtto@portoalegre.rs.gov.br.

Não havendo manifestações quanto às contribuições, Guilherme então iniciou a segunda apresentação da reunião, sobre o Grupo Temático Ambiente Natural, trazendo uma análise sobre a Estratégia de Qualificação Ambiental, a qual apresenta alguns estudos realizados antes da pandemia e que podem servir de exemplo para organização das informações dos grupos temáticos. Na apresentação constam informações da dinâmica realizada na reunião presencial do auditório da EPTC, considerando aquilo que foi discutido naquela tarde. Depois passa pela compilação das informações trazidas pelas secretarias e dos textos que constam no PDDUA e no Informe Complementar de 1996 (material disponível no drive Procempa - “Compilação 8ª Reunião GT-TO _ 09.22.pdf”). Segue com algumas informações sobre o “Guia para elaboração e revisão de planos diretores (2019)”, relacionadas ao Tema 5 (T5 Qualidade urbana e ambiental), Tema 10 (T10 Meio ambiente), Tema 11 (T11 Saneamento ambiental) e Tema 16 (T16 Áreas de risco à vida) que inclui: mapeamentos que os municípios devem ter; levantamentos básicos e levantamentos complementares, sugerindo as escalas e o que deve ser identificado. Antes de entrar nas problemáticas a colega Eleonora (GI/GP) fez um questionamento, trazendo suas preocupações a uma necessária compatibilização de conceitos que são diferentes no atual plano diretor e no código florestal, por exemplo. Conceitos de topo de morro são um dos exemplos contestados. Eleonora pergunta se o município irá fazer os levantamentos apresentados. Guilherme responde dizendo que o “Guia para elaboração e revisão de planos diretores (2019)” sugere os mapeamentos e levantamentos que os municípios devem ter para iniciar as análises e identificação de problemáticas. Com relação aos conceitos, Guilherme comenta que quando convidou os colegas da DLMA para participar da reunião já fizeram um pequeno debate sobre a necessidade de atualização de conceitos e compatibilização de legislações. Janine, engenheira agrônoma (EOUS/DLMA), aproveitou as colocações da Eleonora e perguntou se seria possível incluir no PD o conceito de APP de Topo de Morro, pois comenta que atualmente não existe este conceito. Guilherme responde que sim e comenta que dentro da estrutura da Ernest & Young (EY) terá uma consultoria especialista em questões ambientais. Aproveita para solicitar aos colegas que encaminhem suas contribuições, sugestões, dúvidas para o e-mail do GT-TO: gtto@portoalegre.rs.gov.br. Daniela (CPU/SMAMUS) contribui para o debate comentando que no PDDUA já existem alguns conceitos soltos no texto e que entende que seria possível incluir o de APP de Topo de Morro. Karla (DLMA/SMAMUS) traz sua contribuição ao tema comentando

que já existe consultoria contratada pela SMAMUS para fazer mapeamento das áreas de preservação permanente do município. Que o trabalho está sendo desenvolvido mas empacou justamente nas questões dos conceitos, em virtude da mudança da legislação (novo código florestal) e de pareceres revogados da PGM. Que estão passando por problemas de não saberem qual legislação seguir, e fala que aguarda retorno da assessoria jurídica para dar seguimento ao mapeamento das áreas de preservação permanente. Luiz Merino (SMCEC) fala da percepção que na legislação municipal não tenha que apenas mencionar o que está nas legislações estaduais e federais, pois não sendo divergente ou contraditório, pode se fazer normas, inclusive, mais restritivas que sejam do interesse do município. Janine (EOUS/DLMA) concorda com o Merino (SMCEC) e diz que esta é a posição técnica da equipe. Após as colocações anteriores, o colega João Roberto (DLMA) comenta sobre os planos diretores anteriores, e que nesta revisão deverá se tomar atenção para atualizações de estratégias e conceitos, considerando as normas legais. Daniela (CPU/SMAMUS) pergunta quando serão entregues os levantamentos. Karla (DLMA/SMAMUS) responde dizendo que a previsão era para final de 2022, mas em virtude dos problemas comentados anteriormente o prazo passou para fevereiro de 2023. Aproveita para convidar os colegas da DPU para uma apresentação prévia dos resultados preliminares do diagnóstico das áreas de mata atlântica, para dar conhecimento ao que já foi feito até agora. Esta apresentação deverá ocorrer ainda em novembro deste ano. O diagnóstico já identificou as áreas com maiores restrições à ocupação urbana. Eleonora (GI/GP) fez uma manifestação com relação a um parecer da PGM, de 2015, que tenta resolver conflitos entre normas, exemplificando a área da Av. Ipiranga. Falou sobre a necessidade de compatibilizar as linguagens (normas federais, estaduais e municipais) e depois estabelecer normas municipais que atendam ao interesse da nossa região, do nosso território.

Com relação às problemáticas, Guilherme apresentou-as de forma individualizada conforme os temas do Guia de 2019. Iniciou pelas problemáticas do Tema 5 - Qualidade urbana e ambiental (P15, P16, P17), com identificação de algumas estratégias propostas para dar conta das problemáticas e suas correlações com os Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). Para o Tema 10 - Meio ambiente, apresentou as problemáticas (P34, P35, P36, P37, P38), com identificação de algumas estratégias propostas para dar conta das problemáticas e suas correlações com os ODS. Com relação ao Tema 11 - Saneamento ambiental, apresentou as problemáticas (P39, P40, P41), com identificação de algumas estratégias propostas para dar conta das problemáticas e suas correlações com os ODS. Por último, para o Tema 16 - Áreas de risco a vida, apresentou as problemáticas (P29, P53), com identificação de algumas estratégias propostas para dar conta das problemáticas e suas correlações com os ODS. Antes de mostrar os conflitos e potencialidades, a colega Deri (EAPIS/DLMA) comentou a identificação de atividades de prestação de serviço e industriais que têm conflito com a vizinhança. Pergunta como a revisão do PD irá tratar este tipo de conflito, como se darão as compatibilidades. Vaneska (CPU/SMAMUS) comenta que já havia conversado com a colega sobre este assunto e está ciente destes conflitos. Falou que este tipo de conflito irá aparecer tanto nas questões do meio ambiente (compatibilidade de atividades) como na de desempenho (regime urbanístico e normativas de ocupação do solo), e que uma alternativa seria deixar esses assuntos bem claros na lei, compreendendo aquilo que se quer e o que será melhor para a cidade/região. Acrescentou na discussão que o eixo de gestão também é de suma importância para podermos entender melhor as competências de cada setor. Daniela (SMDT) comentou que os enfrentados pela Deri no licenciamento ambiental são os mesmos que ela enfrenta na Sala do Empreendedor, ou seja, atividades instaladas em regiões que prenderam um pouco da sua característica original, que tem atividades estabelecidas a muitos anos, e que não conseguem licenciar pela existência deste conflito. João Roberto (DLMA) comenta sobre as estratégias do PD, que se optou por um plano estratégico, justamente por reconhecer a existência de diferentes realidades e atuar estrategicamente a partir daquela realidade. O conjunto de legislações (federais, estaduais, municipais) impõem restrições quase que insuperáveis. No entanto, por ser estratégico, o PD dá condições de dialogar soluções para diferentes situações. Daniela Senff, engenheira química (EAPIS/DLMA) comenta sobre as falas anteriores, da Deri e da Daniela, porque é uma preocupação diária da equipe, pelo recebimento de reclamações e denúncias da comunidade em decorrência de emissões atmosféricas (odores e fumaças). Estão cientes do desejo de flexibilização de atividades, para que empreendedores possam se instalar em diferentes regiões, só que suas experiências é de que quando vão aos locais para tratar das denúncias percebem que, para estes mesmos empreendedores, fica inviável economicamente ele tratar da remediação dos impactos por eles causados.

Após o debate, Guilherme continua a apresentação mostrando uma leitura sobre o documento Informe Complementar 1996 (IC 1996), relacionado ao ambiente natural, que traz informações sobre conflitos e potencialidades projetuais desta temática. Passa pela comparação de três documentos (IC 1996, PDDUA 1999 e PDDUA 2010), mostrando as estratégias desses documentos, os instrumentos sugeridos e a leitura das problemáticas relacionadas às estratégias, já considerando, também, informações do Guia de 2019. Finaliza a apresentação com uma análise da leitura dos mapas e diagramas que constam nos três documentos anteriores (IC 1996, PDDUA 1999 e PDDUA 2010). Complementa que este trabalho apresentado pode e deve ser atualizado pelos colegas, mas que

talvez seja um bom exemplo do que poderia ser elaborado para cada grupo temático. Após finalizar a apresentação e antes dos encaminhamentos, foi disponibilizado espaço para manifestações. Guilherme Miranda (CTAAPS/SMAMUS) falou sobre assunto que tem sido frequente nas reuniões da comissão, da representação parte ambiental, pois tem muitos conflitos de regiões de Porto Alegre que possuem regime urbanístico com previsão de ocupação em áreas de inundação, de APP que não estão gravadas, áreas que realmente possuem restrições de ocupações que não estão previstas. Questiona como serão feitos os encaminhamentos para cruzamento de informações, ou como a DPU pensa em resolver estas áreas que possuem regime urbanístico mas que sabemos que não tem condições de serem ocupadas. Falou sobre áreas da cidade sem proteção contra cheias, e com possibilidade de ocupação, trazendo uma preocupação de insegurança jurídica. Guilherme responde que com a chegada da consultoria (EY) poderemos tratar destes assuntos de uma forma mais concertada.

Giulianna (DMLU) pergunta se o DMLU foi tirado do PD ou ele somente aparecia no plano setorial. Vaneska (CPU/SMAMUS) comenta que deve ser incorporado. Arceu (DMLU) falou que em reuniões anteriores foi dito que o plano regra muito os espaços privados e pouco os espaços públicos. Entende que deva vir desta revisão do PD mais definições sobre como planejar os espaços públicos. Que os planos setoriais devam falar a mesma linguagem do PD. Vaneska (CPU/SMAMUS) falou de entendermos como os planos setoriais podem se conectar melhor com as definições do PD. Daniela (CPU/SMAMUS) aproveitou para esclarecer a Giulianna o porquê do DMLU não ter sido contemplado no plano de 99.

ENCAMINHAMENTOS:

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Próxima sexta-feira, dia 28/10/2022, poderá haver reunião do GT-TO, mas será confirmado durante a semana;
2. Enviar convite para o “1º Seminário POA 2030”, que acontecerá no dia 11/11/2022 no Teatro da Unisinos;
3. Enviar convite para o “Seminário Mobilidade +Ativa”, que acontecerá no dia 03/11/2022 no Teatro da Unisinos;
4. Disponibilizar as gravações das últimas duas reuniões do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);
5. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 14ª reunião “14ª Reunião GT-TO _ 21.10.22.pdf”, Apresentação Grupo Temático Ambiente Natural “Grupo Temático Ambiente Natural.pdf” (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO);
6. Será encaminhado e-mail para os colegas da DLMA com as apresentações de hoje;
7. Atualizar processo SEI 22.0.000086353-3 com o Registro da 14ª reunião e Ata (bloco de assinatura 132681);
8. Reforçado o convite aos colegas da DLMA participarem das reuniões do GT-TO, enviando sua manifestação para o e-mail do GT-TO: gtto@portoalegre.rs.gov.br.
9. Agradecimento especial aos colegas que participaram do 1º Encontro Presencial dos Grupos de Trabalho da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre.

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procapa.com.br/s/BsFJKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
DEMHAB/SMHARF	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
EPTC	VÂNIA CRISTINA DE ABREU

SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
SMOI	LUCIANO CÉ
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	TATIANA RITA WEISSHEIMER
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
SMDET	ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	RENATA SAFFER
	KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
	KARLA FERNANDA FAILLACE
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
SMAMUS DPPS	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	LÍGIA SARAIVA SOARES UPU/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE FERNANDES UEU/CPU
SMAMUS DPU	MARIA PAULA UEU/CPU
SMAMUS DPU	LUIZA MORON UPE/CPU
SMAMUS DPU	VERÔNICA MEDINA UPE/CPU
SMAMUS DPU	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS UPE/CPU
SMAMUS DAV	ALESSANDRA CPOAV/SMAMUS
SMAMUS DAV	NAIANA JOHN CPOAV/SMAMUS
SMAMUS DAV	VALÉRIA CPOAV/SMAMUS
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
SMDET	DANIELA ALVES MACHADO BRAGA SE/SMDET
SMAMUS DLMA	ANGELICE ZAMBONI DLMA/SMAMUS

SMAMUS DLMA	DANIELA SENFF EAPIS/DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	DÉRI EAPIS/DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	JANINE V EOUS/DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	JOÃO ROBERTO MEIRA EOUS/DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	LUIS FELIPE DORNELES EOUS/DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	SÉRGIO MOURA EOUS/DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	LISANDRO DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	ROSANA FRANCO DLMA/SMAMUS
SMAMUS DLMA	SIMONE BERRES DLMA/SMAMUS
GI GP	ELEONORA BRAZ SERRALTA Gabinete de Inovação

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 015/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
04/11/2022	Início: 14h Término: 15h55	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Discussão dos Grupos temáticos;
- Apresentação **Eixo Temático Desenvolvimento Social e Cultural**.
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião dando boas vindas aos colegas e iniciando a gravação.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) cumprimenta os colegas e abre a reunião informando a pauta do dia, atualizações e informações gerais, relato de eventos que aconteceram nas últimas semanas e apresentação do Eixo Temático Desenvolvimento Social e Cultural no mesmo formato das apresentadas anteriormente. Inicia a apresentação da pauta com as informações gerais, lembrando as etapas do projeto e eventos realizados, com exposição realizada no início da semana no Colégio Concórdia (RGP2), informação do cronograma da revisão, com a primeira reunião do GT-CT expandida com as demais entidades após a apresentação na Cinemateca Capitólio. Quanto às contratações, a LTA teve início da contratação em 28/10, aguardando assinaturas digitais que estão em tramitação. Com relação às próximas ações, cita a Feira do Livro na próxima semana, na Orla sem data definida e do 1º Seminário POA 2030 a se realizar na próxima sexta-feira, Conferência do Meio Ambiente na outra semana, além de demais eventos previstos.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) reforça a importância da participação de todos no Seminário, com a participação de colegas que participaram em outras revisões e da consultoria Ernest Young.

Arq. Patrícia (DPU/SMAMUS) será um primeiro seminário para início dos debates, e reforça o convite a todos.

Liana (PROCEMPA) solicita relato sobre a empresa de Tecnologia da Informação.

Matheus ((DPU/SMAMUS) informa que estão entrando em contato com todas as secretarias que responderam aos questionários encaminhados pela empresa Terrena Tech, como se fosse um inventário, fase de levantamento de sistemas que utilizam Geo, e de que maneira, para mapear o máximo e fazer um levantamento sobre os dados de relevância para a revisão do PD. Estão sendo realizadas agendas semanais, todas às quartas-feiras com as secretarias, a próxima sendo a Procempa. Eng. Tiago (CGIU/SMAMUS) complementa que estão faltando Dmae e Demhab que ainda não fizeram as apresentações, Dmae está fazendo um levantamento mais detalhado pois possui muitos sistemas. Eng. Tânia (CGMU/SMAMUS) complementa que o Produto 1 será um Plano de Projeto Global de Infraestrutura de Dados Espaciais, visando o suporte ao planejamento urbano, em forma de relatório. Matheus ((DPU/SMAMUS) fala da importância de encadear esses produtos com a LTA. Liana questiona quem da PROCEMPA irá apresentar, ao que Matheus informa que serão Sílvia Barbas e Casagrande.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) agradece pelas informações e solicita à Arq. Fabiana (SMMU) para iniciar o relato sobre o Seminário Mobilidade +Ativa, realizado no dia anterior. Fabiana inicia agradecendo a todos que participaram do Seminário, incluindo os palestrantes de outras cidades e entidades/instituições que trouxeram suas contribuições sobre a dinâmica econômica da área da bicicleta. Há necessidade de ampliação da malha cicloviária na cidade, que é desconexa, realizar conexões intermodais, principalmente com o transporte coletivo, a ser revisto no PDCI (Plano Diretor Cicloviário) de como fazer as integrações nos terminais. Importante estabelecer dentro das aprovações dos projetos especiais/de impacto, o projeto cicloviário. Será iniciada a revisão do PDCI com contratação através de Termo de Referência, nova rodada de conversa com hospitais, instituições de ensino e demais setores da sociedade. Será realizada contagem. Disponibilizará as apresentações assim que as tiver. Arq. Guilherme destaca a apresentação

do colega de Florianópolis, que trouxe um conectividade grande com a cidade, desenvolvimento de produtos como manuais de desenho de calçada e ciclovias, conexão com a revisão do plano diretor de lá, além de demais exemplos apresentados, como um espaço de Recife que foi tratado com urbanismo tático. Arq. Fabiana reforça que independente do tamanho da cidade, as conexões são muito similares e podem ser adaptadas para a nossa realidade; vale a pena o investimento nos modais ativos e na acessibilidade dos passeios públicos.

Arq. Daniela (CPU/SMAMUS) apresentou um relato sobre o I Fórum Estadual Municípios Lixo Zero, que ocorreu em 27/10 na Assembleia Legislativa do Estado e citou alguns cases sobre reciclagem, compostagem, redução de resíduo para aterros e sua redução e geração de renda e resgate social. Citou os projetos da Ambividro sobre reciclagem e doação para bancos de leite materno, empresas de reciclagem, de gestão de resíduos e soluções ambientais, aproveitamento de resíduos plásticos, além de entidades envolvidas com a reciclagem de resíduos, com destaque para o caso do Centro da Vila Pinto em Porto Alegre. Também citou projetos de geração de renda a partir dos resíduos, além do projeto “Pila Verde” de Lajeado, onde a cada 5kg de lixo entregue (vira adubo) equivale a 1 Pila que pode ser utilizado nas feiras locais. A SEMA apresentou as políticas para gestão de resíduos no Estado, assim como a UFRGS mostrou seu projeto, entre outros apresentados.

Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) inicia a apresentação do Eixo Temático Desenvolvimento Social e Cultural dentro da metodologia já apresentada anteriormente, retomando a discussão realizada na dinâmica presencial no auditório da EPTC em 02/09/22 sobre os temas apresentados. Apresenta a Estratégia de Produção da Cidade, reforçando que não há tema específico no PDDUA que abranja a questão social. Em seguida detalha os Programas previstos, sendo eles: Programa de Projetos Especiais, de Habitação de Interesse Social, de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano, de Incentivos à Habitação para Baixa e Média Renda e de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do Centro Histórico. Arq. Daniela continua a apresentação com os temas do Guia para Elaboração Revisão de Planos Diretores identificados como pertencentes ao eixo, iniciando pela parte de mapeamento geral e dados necessários. A seguir passa pela apresentação dos temas: Habitação, Segurança, Patrimônio Histórico, Equipamentos Públicos e Gestão Democrática e Participação Popular, com as indicações específicas de mapeamento e problemáticas por tema, assim como as estratégias envolvidas em cada problemática e os ODS relacionados. Arq. Catiane continua a apresentação demonstrando os conflitos e potencialidades projetuais de produção da cidade, onde se identificam situações problemáticas na cidade e o tipo de conflito existente em termos de valorização (baixo, médio e alto), além de potencialidades também identificadas. Em seguida é apresentado o resultado de um cruzamento entre a estratégia com base no Informe Complementar de 1996, PDDUA de 1999 e 2010 e os temas e problemáticas apontadas no Guia. Por fim, apresenta uma análise dos mapas da estratégia constantes no PDDUA, onde o mapa da Política Habitacional/ Programa de Habitação de Interesse Social não apresentou alterações significativas de 1996 a 2010, no entanto no IC de 1996 havia um Mapa da Produção Informal da Cidade, com a localização de assentamentos irregulares, que é citado no PDDUA mas não consta como Anexo.

Arq. Guilherme relata a dificuldade do mapeamento das AEIS junto com a Arq. Gládis Weissheimer quando da reestruturação da antiga SMURB junto à Coordenação de Geoprocessamento na época, por problemas nas Leis de instituição quanto à descrição. Arq. Daniela lembra que em razão da Lei do Programa Minha Casa Minha Vida houve uma banalização na instituição de AEIS, muitas não estão mapeadas há necessidade de serem revistas.

Arq. Vaneska fala sobre os mapeamentos no Guia, que muitas vezes excedem ao que está previsto na contratação da revisão, mas que são importantes para o incremento de informações ao longo do tempo e construção de uma base conjunta para fins de planejamento. Arq. Catiane fala da importância da consultoria do Geo para todos os mapeamentos e respostas necessárias para a revisão. Arq. Vaneska ressalta que o primeiro passo é ter os dados, depois desenvolver a inteligência para a leitura. Eng. Tânia ressalta que cada dado deve sofrer uma modelagem para atender à expectativa do que se quer como resultado, existem muitos dados mas muitos sistemas diferentes, e há dificuldade na extração desses dados. Fala da necessidade de dados fidedignos para se planejar sobre uma cidade real, além do projeto de Geo corporativo para todos os órgãos da cidade além de disponibilizar para os cidadãos.

Arq. Guilherme abre a palavra para os participantes e relembra que as apresentações não estão finalizadas, e sim serão trabalhadas depois nos grupos específicos de cada tema.

ENCAMINHAMENTOS:

Arq. Vaneska compartilhou o folder do Seminário e a estrutura do mesmo, assim como as apresentações previstas.

Arq. Guilherme encerra a reunião reforçando o convite para o Seminário e Conferência do Meio Ambiente.

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Convite atualizado do Seminário com o nome dos palestrantes e horários definidos será encaminhado em breve;
2. Não haverá reunião dia 11 em função do Seminário e dia 18 da Conferência do Meio Ambiente. Próxima reunião a princípio fica agendada para o dia 25/11;
3. Disponibilizar a gravação da reunião do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);
4. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 15ª reunião “15ª Reunião GT-TO _ 04.11.22.pdf”, Apresentação Grupo Temático Desenvolvimento Econômico “Eixo Temático Desenvolvimento Social e Cultural.pdf” (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO);
5. Atualizar processo **SEI 22.0.000086353-3** com o Registro das 14ª e 15ª reunião e Ata (bloco de assinatura 132681).

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	DENISE PACHECO TILL CAMPOS
	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
SMOI	LUCIANO CÉ
	PAULO LIMA LOGE
PGM	ANDREZA SABALLA
SMED	TATIANA RITA WEISSHEIMER
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
SMDET	ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF
DMLU	ARCEU BANDEIRA RODRIGUES
	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
PROCEMPA	LIANA RIGON ROJAS LIMA
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	RENATA SAFFER
	KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DAV	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI

	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	LÍGIA SARAIVA SOARES UPU/CPU
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente) DPU/SMAMUS
SMAMUS DPU	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS UPE/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO UGDU/CGMU
SMAMUS DPU	LUIZA MORON UPE/CPU
SMAMUS DPU	MARIA PAULA UEU/CPU
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
SMAMUS DEL	ALEXANDRA MARIA COSTA LEITE CTARF/SMAMUS
GI GP	ELEONORA BRAZ SERRALTA Gabinete de Inovação
SMCEC	JULIANA BELARDINELLI
SMAMUS DAV	ALESSANDRA CPOAV/SMAMUS
SMAMUS DAV	NAIANA JOHN CPOAV/SMAMUS
SMAMUS DAV	VALÉRIA CPOAV/SMAMUS

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 016/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
25/11/2022	Início: 14h Término: 16h44	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Relato **1º SEMINÁRIO POA 2030 | REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE;**
- Relato **6º Conferência Municipal de Meio Ambiente;**
- Discussão dos Grupos temáticos;
 - Apresentação **Eixo Temático Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana.**
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) cumprimenta os colegas e abre a reunião informando a pauta do dia, atualizações e informações gerais, relato de eventos que aconteceram nas últimas semanas (1º Seminário POA 2030 Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre e 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente), atualizações sobre o trabalho da consultoria e apresentação do Eixo Temático Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana no mesmo formato das apresentadas anteriormente.

Inicialmente pede aos colegas que quiserem se manifestar sobre o Seminário. Dra. Eleonora (GI/GP) inicia a fala dando os parabéns e dizendo que gostou muito do formato do evento, que talvez pudesse ter mais tempo para debates, entendeu que a Consultoria da Ernest Young estava apropriada. Parabenizou os organizadores pela organização do todo.

Arq. Patrícia (DPU/SMAMUS) se manifestou sobre a Conferência do Meio Ambiente, comenta que coordenou grupos de trabalho, que é necessário se aprofundar sobre as questões apontadas e que podem ser inseridas no Plano Diretor. Arq. Guilherme diz que é importante trazer o resultado da Conferência para debate do grupo.

Eng. Tiago (CGIU/SMAMUS) compartilhou um roteiro definido pela Consultoria de visitas aos órgãos do Município acerca dos dados e informações necessários para o trabalho. Explicou que encaminhou email já solicitando esses dados para já terem disponíveis na ocasião das visitas. Arq. Fabiana (SMMU) questiona o encaminhamento pois diz que não foi encaminhado o email. Arq. Patrícia esclarece que trata-se de uma lista preliminar que vai ainda ser complementada e passada para os Secretários. Eng. Tânia (CGMU/SMAMUS) diz que a CGMU já havia feito uma lista com a consultoria Terrena Tech sobre os subsídios para a plataforma de planejamento urbano. Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) esclarece que a lista da EY é menor e da plataforma mais complexa, mas que a da EY é a prioridade.

Arq. Vaneska inicia então a apresentação sobre o Grupo Temático Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana e a análise das Estratégias de Estruturação Urbana e Uso do Solo Privado e as correlações com o Informe Complementar de 1996 e o Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores.

Arq. Patrícia disse que ficou impressionada com a apresentação, e como os problemas elencados a anos atrás continuam, e por isso temos que fazer diferente. Ressalta a importância de se focar nos espaços públicos e na efetivação das estratégias no território. O que se necessita é conseguir com que o que foi previsto anteriormente realmente funcione.

Arq. Guilherme fala que os conflitos e as problemáticas permanecem atuais, talvez as causas não sejam as mesmas e que não se conseguiu solucionar essas problemáticas. As estratégias precisam ser melhor descritas, com estratégias para solução dos problemas, não só diretrizes. É necessário pensar na transversalidade das ações.

Arq. Fabiana relata que participou de uma reunião com a CAF e Logus que trabalha com logística urbana e entregaram na data um roteiro com ações relativas à logística urbana. Uma questão levantada foi a do zoneamento, principalmente na zona norte e trouxeram questionamentos sobre as habitações irregulares em torno do Porto Seco e terminais de distribuição. Foi apontado para o pessoal do Banco a necessidade de passarem esse material para a Coordenação Técnica da revisão do PDDUA. Apontaram a perda de ampliação da capacidade logística em função das ocupações e que devem haver políticas específicas para resguardar os setores industriais e de distribuição de cargas.

Arq. Vaneska diz que é muito importante, que determinados usos podem impedir o desenvolvimento de algumas atividades, que são necessárias reservas de áreas. Fala da oportunidade de se fazer o Plano de Ação Climática compatível com a revisão do PDDUA. Arq. Rovana (DPPS/SMAMUS) diz que é importante trabalhar juntos e aproveitar a estrutura de organização dos grupos de trabalho para convergir nos assuntos e alinhamentos. Arq. Vaneska relata que há muitos questionamentos sobre o desenvolvimento de trabalhos paralelos na prefeitura. Arq. Guilherme lembrou que o assunto do Plano de Ação Climática foi bastante discutido na Conferência do Meio Ambiente. Arq. Rovana disse que foi entregue na COP o Estudo para Eletrificação da Frota, desenvolvido com coordenação da SMMU, e que o Inventário dos Gases de Efeito Estufa já mostra o alinhamento com essas políticas. Arq. Fabiana disse que foi mencionada a questão da emissão específica do transporte logístico e a necessidade de se ter essa informação separada. Arq. Rovana disse que a separação é feita pelo tipo de combustível utilizado, mas ainda não existe metodologia para esse tipo de separação, ou por zona, mas é necessário isso ser revisto para os próximos. Arq. Natércia complementa que já foi solicitado a emissão por CEP mas atualmente não é, mas já viu trabalhos em um Congresso onde se faz essa correlação, mas tratam-se de estudos recentes. Arq. Vaneska disse que as consultorias podem auxiliar na leitura e mapeamento no sentido de entender melhor esses dados. Arq. Natércia questiona se as problemáticas apresentadas já foram apresentadas à Consultoria, ao que a Arq. Vaneska explica que a lista elaborada pela CGMU levou como base os mapeamentos do Guia.

Eng. Tânia falou que os dados listados foram embasados na leitura e compilação de todo material e que se trata de lista mais extensa que o que foi solicitado pela EY, que nem todos são especializados. Arq. Patrícia disse que é bom já compartilhar porque darão subsídios ao nosso trabalho. Matheus (DPU/SMAMUS) falou da importância de encadear essas informações e disponibilizou o link que dá acesso à lista no drive.

ENCAMINHAMENTOS:

Arq. Guilherme expõe a dificuldade de data para a próxima reunião em função de diversos eventos no calendário.

Arq. Vaneska fala da importância de se encerrar as apresentações dos eixos temáticos e sugere realizar a reunião em outro dia, em uma quinta-feira tendo em vista não ter mais agendas de Comissões no ano.

Arq. Guilherme sugere encaminhar consulta sobre os dias no Whatsapp do grupo e e-mail.

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Encaminhamento de consulta sobre a data da reunião;
2. Apresentação na próxima reunião do último eixo temático - Gestão da Cidade;
3. Debater os eixos com a Consultoria EY;
4. Disponibilizar a gravação da reunião do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);
5. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 16ª reunião "16ª Reunião GT-TO _ 25.11.22.pdf", Apresentação Grupo "Eixo Temático Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana.pdf" (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO);
6. Atualizar processo **SEI 22.0.000086353-3** com o Registro da 16ª reunião e Ata (bloco de assinatura 132681).

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFJKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
---------------------------	-------------

SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	ANA PAULA HOPE BONINI
	FABIANA KRUSE
SMCEC	JULIANA BELARDINELLI
SMOI	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
	LUCIANA VALENTE GAIESKY
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	PAULO ANTONIO JUNG DE MOURA JARDIM
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	CASSIO DE ASSIS BRASIL WEBER
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI
	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE
SMAMUS DPU	LÍGIA SARAIVA SOARES UPU/CPU
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	MARIA PAULA UEU/CPU
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
GI GP	ELEONORA BRAZ SERRALTA Gabinete de Inovação
SMAMUS DAV	ALESSANDRA NICOLETTI CPOAV/SMAMUS
EOUS/DLMA/SMAMUS	JANINE VIEZER
CGMU/SMAMUS	LUCIANE ZANETTE
	LUIS CR
SMCEC	MANDERPOOL CARDOSO DAMASIO

SMAMUS DAV	NAIANA JOHN CPOAV/SMAMUS
UPE/SMAMUS	PATRICK STEPHANOU
UEU/CPU	SIMONE FERNANDES
EPE III/CPU	SIMONE MADEIRA
UADU/CGMU	VÂNIA KLEIN SILVA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 017/2022

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
08/12/2022	Início: 14h Término: 15h42	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Discussão dos Grupos temáticos;
 - Apresentação **Eixo Temático Gestão da Cidade.**
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) informa que a gravação foi iniciada, cumprimenta os colegas e informa a participação dos Procuradores do Município Dra. Carolina e Dr. Marisco e outros membros da PGM. Informa que inicia-se sempre com uma apresentação da Coordenação do GT e posteriormente será feita a apresentação do último eixo.

Dr. Andressa (PGM) manifesta-se informando que a PGM se reuniu para discutir o tema Gestão da Cidade e solicita que a apresentação seja disponibilizada posteriormente para tirar possíveis dúvidas.

Arq. Guilherme apresenta a ordem do dia, com o alinhamento e informações gerais sobre o andamento da revisão do Plano Diretor. Informa sobre o encontro com a consultoria da Ernest & Young (EY) e parceiros a ser realizado no dia 14/12/2022 no auditório da SMAP, assim como as próximas ações a serem realizadas. Detalha informações sobre o encontro com a Consultoria, apresentando a programação, onde pela manhã serão apresentados os Eixos Desenvolvimento Social e Cultural, Desenvolvimento Econômico e Gestão da Cidade, e a tarde Ambiente Natural, Mobilidade e Transporte e Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana e conteúdos a serem abordados. Informa a importância dos participantes dos respectivos eixos estarem presentes e apresenta a equipe técnica da EY (Governo e Infraestrutura, Real Estate e Economics) e parceiros (Victor Carvalho Pinto Sociedade Individual de Advocacia - Direito Urbanístico, Deltainfra - Consultor Ambiental e Oficina Urbana - Urbanismo). Informa que será realizado um debate com a Consultoria e parceiros sobre cada eixo.

Arq. Gisele (DPU/SMAMUS) inicia a apresentação do Grupo Temático Gestão da Cidade, informando como foi realizada a análise, com base nas correlações do PDDUA com o Informe Complementar e o Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores. Eng. Tânia (CGMU/SMAMUS) complementou que se analisou o que já tinha sido pensado na época e entender como foi realizado aquele material, e que se pode observar que as problemáticas e potencialidade elencadas ainda estão atuais. A partir desta breve explanação, a Arq. Vânia (CGMU/SMAMUS) inicia a apresentação no mesmo formato das já realizadas anteriormente para os demais eixos. Devido à falha na conexão, a Eng. Tânia deu continuidade à apresentação com complementações da Arq. Gisele sobre o Guia.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) diz que gostaria de saber da visão de quem trabalha com a dimensão legal do Plano com relação à algumas ações previstas mas não detalhadas, se existe alguma aplicabilidade pela simples previsão, ao que o Dr. Marisco (PGM) diz que este é o seu questionamento, que quem trabalha com a parte jurídica trabalha muito mais com a lei posta do que com a elaboração, ainda mais se tratando de um Plano, uma norma programática que detém muitos limitadores, que é onde os advogados têm maior atuação. Fala que a parte do Plano Diretor que contém as estratégias e questiona quanto à real aplicabilidade, que as estratégias podem ser diferentes de acordo com o governo, e o que o Plano deveria prever isso. Fala que em reunião interna foi discutido genericamente falando o que se gostaria no plano, a questão de não ser tão rigoroso na definição das atividades das áreas, que a situação real pode ser diferente, e quem está errado? Fala da burocracia de se alterar uma atividade que já tem um uso diferente do previsto no Plano.

Arq. Guilherme diz que se compreende que as estratégias atuais do Plano Diretor não sejam estratégias, que deveriam mostrar como se chegar em um resultado, que as atuais são mais temáticas. Fala que já em 1996 foi pensado em como se avaliar o desempenho da cidade, que acabou não sendo implementado (SADUR), que possibilitaria a leitura e monitoramento da cidade e suas transformações. Fala sobre as problemáticas previstas no Guia e no informe de 1996 e as que se alteraram ao longo do tempo. Dr. Marisco (PGM) fala sobre a criação das Comissões, sempre objeto de críticas, e é uma estratégia que deu certo, pois é onde se cria muitos espaços urbanos, e que futuramente se possa pensar em algo nos termos das Comissões para o planejamento. Fala que o início da caminhada para a revisão do Plano gerou receio em todos pois não havia algo que se pudesse resgatar ao longo do tempo nos últimos 10 anos sobre a transformação da cidade, dessa forma seria importante construir isso para a próxima revisão para não sair do zero.

Arq. Vaneska faz algumas considerações, onde se tem maior rigor e onde se estabelece limites mais flexíveis é uma questão de entender a estratégia que se vai adotar para os parâmetros que se está citando, por exemplo, o Plano Diretor é muito específico para alguns casos que entende que não precisaria dessa regulação e deixa em aberto questões importantíssimas que não são objeto de regulamentação. No nosso exercício vemos que não tem definições para algumas questões problemáticas, quanto se tem parâmetros sobre as alturas mas se não deveria se preocupar em estabelecer os indicadores ou metas, uma dimensão flexível de como a edificação vai se conformar mas ser mais rigoroso quanto ao papel que aquela edificação vai desempenhar no território. Por isso se pensa muito nessa questão e por isso o monitoramento é tão importante, mas desconhece referências que trabalham desta forma. Cita como exemplo os Planos de Pormenor, mas que as regras do monitoramento poderiam ser muito importantes. O grande desafio é que os arquitetos entendem de desenho urbano, mas transformar isso em uma lei é uma questão complicada. Fala que além das Comissões, outra figura muito questionada no Plano é o Projeto Especial, e entende que o PDDUA foi inovador em pensar uma figura de projeto para configurar o desempenho, e as regras de conformidade estariam postas em 90% dos casos, acredita que talvez o Projeto Especial possa ter perdido um pouco do espírito, mas é importante para o que não se consegue prever, não é possível prever tudo. As pessoas anseiam por uma lei que tenha tudo bem definido, sem variações, mas necessita a questão do método de avaliação. Fala do Programa de Comunicação e Educação Ambiental, e da importância de se levar os temas da cidade para dentro das escolas.

Arq. Patrícia (DPU/SMAMUS) diz que quando se fala em sistema de gestão lembra que o Plano Diretor apresenta muitos programas que não foram levados adiante, que se focou no controle do espaço privado e das regras urbanísticas. Mas dos programas que visam desenvolver as estratégias não aconteceram, a equipe tentou através dos programas específicos do Centro Histórico e do 4º Distrito, cumprindo o que estava previsto para aqueles territórios, um dos desafios é se revisar esses programas e a intenção da criação deles.

Arq. Vaneska fala do Plano Diretor de Lisboa, que tem programas transversais, uma série de tipos de programas, relações de melhorias que precisam ser feitas no espaço e método de ranqueamento para algum grau de prioridade. Questiona o que seria mais importante de se regulamentar em lei, se o recuo de jardim de 4m ou talvez as ações que tem que acontecer em 10 anos para o desenvolvimento, mas também não colocar dimensões temporais no Plano que não conseguem ser seguidas. Parabeniza a apresentação e a comparação com o sistema de melhoria contínua e visitar esses modelos de gestão.

Arq. Patrícia uma das grandes respostas que se tem que responder é o “como” que está no sistema de gestão, cita então as Comissões, esse exercício de como fazer não foi feito, e passa por se buscar referências e novas ideias, pois problemas continuam sem avançar desde a LC 43/79.

Arq. Gisele fala da necessidade de uma modernização do sistema de participação, ter a educação contínua e tornar mais atraente para a população, de forma direta e sem “assembleísmo”, que acaba por desqualificar a participação, sem deliberação necessária, por isso necessária a dinamização e modernização.

Arq. Guilherme abre para os colegas se manifestarem se tiverem dúvidas sobre o encontro com a Consultoria e parceiros e retoma o assunto, tendo em vista que alguns colegas entraram depois na apresentação.

Eng. Vânia (EPTC) disse que entrou depois da apresentação e terá outra agenda no dia, então questiona se a Consultoria analisará os dados repassados e qual seria a dinâmica, ao que o Arq. Guilherme esclarece que alguns técnicos da Consultoria e parceiros estarão em missão entre diversas reuniões e pensam em um encontro tipo entrevista, mas haverá oportunidade para os técnicos questionarem a Consultoria também.

Dra. Anelise (PGM) diz que não participou das outras reuniões, sendo a primeira e viu que a discussão está mais genérica, do conceito, e a procuradoria trabalha com artigos específicos, como ingressos de ações contra o município

e relata sobre três processos em andamento pontuando revisões de artigo. Informa que pontuaram em processo Sei alguns desses casos mas que pode ser que alguns sejam suprimidos, por algo mais genérico. Diz que é possível usar ideias de outros países, que podem ser descritas e incorporadas na legislação, desde que não confrontem a Constituição Federal e o ordenamento jurídico. Arg. Vaneska diz que é muito importante saber que é possível, e fala da ideia de trazer especialistas de outros locais para debater.

Arg. Patrícia relata que alguns conceitos de fora foram utilizados nos Programas do Centro (gabaritos) e do 4º Distrito (tabela de pontos) com base no design readlines, manual de boas práticas de outras cidades. Afirma a importância de se trabalhar em diversas escalas, consolidando isso de forma mais adequada, utilizando dessas referências. O exercício do urbanismo pressupõe que se pense sobre as questões.

Arg. Vaneska comenta que entende que por parte de quem trabalha com a aplicação das regras do Plano Diretor existe uma ansiedade em poder trabalhar essa dimensão das regras, mas vê a importância de entender nessas outras referências de planos, primeiro em uma dimensão mais conceitual, em se tratando de uma revisão sem mudar a estrutura do plano, entender esse esqueleto dessa estrutura e deixar o mais bem conectado possível para daí encher ele, colocar a próxima camada de detalhamento. Pegando o exemplo de Lisboa, existe conceitualmente uma organização de termos, elementos, instrumentos e escalas que depois vai estar presente em toda a estrutura do plano. Talvez o próximo exercício seria, como já estão definidos os temas, olhar referências à luz desses temas. A questão do sistema de gestão é uma questão inicial para amadurecer o debate, e que talvez envolva pessoas de todos os grupos, pois se está colocando que a gestão é a chave para tudo que a gente não resolver no Plano Diretor e se estiver bem estruturado um sistema de gestão, entende que não terá tanto problema se não se definir tudo, porque teremos uma máquina que funciona para poder trabalhar essas definições continuamente, tomar as decisões mais acertadas e saber o que priorizar de projetos, para o planejamento poder trabalhar ao longo do tempo detalhando isso. É necessário pensar em como serão trabalhadas as próximas ações no grupo.

Dra. Carolina (PGM) agradece pelo convite e informa que foi a primeira reunião do tema que participou e que todas as vezes que ouve os técnicos é uma aula, que é um outro olhar, diferente dos operadores do direito. Entende que no momento os debates ainda estão bastante gerais do planejamento, do que se pretende para a revisão do Plano Diretor. Posteriormente, até falando da área em que atua, regularização fundiária, quando se for tratar desse assunto, tem a questão do regime urbanístico para regularização fundiária de interesse específico, assunto que daqui a pouco o município vai ser provocado a falar sobre isso e quais as regras, que quando se fala de interesse social não há dúvidas pois se aplica o regime da AEIS, mas quando se está falando de uma Reurb-E, que vão começar a aparecer pois já existem algumas instauradas, vai vir o questionamento sobre qual regime urbanístico, quais as regras aplicáveis, eventualmente para terrenos que estejam dentro de um perímetro de uma Reurb-E, como é bem específico é necessário pensar, como estamos nesse debate, qual a concepção dos técnicos, do que se entende, de como é que se deve trabalhar essa temática. Como contribuição na área, entende que ainda não é a seara para ser tratada, que entende ainda estar em um momento mais amplo.

Arg. Guilherme explica que essas apresentações servem para provocar e servir de material de apoio para se discutir determinadas temáticas em grupos menores, quanto aos artigos e ações, deveriam formar uma lista de ocorrências para se entender o porque acontece e tentar solucionar, é uma problemática que acontece na PGM mas pode acontecer em outros setores, se percebe que dependo envolve não só uma secretaria, mas a cidade inteira, que o problema vai variando conforme a escala. Solicita que façam o exercício e já encaminhem ao grupo, independente do processo Sei, para tentar se ter um texto de lei que se consiga interpretar melhor, ter um documento comentado para entender que o artigo foi escrito de tal forma, para ajudar na interpretação. Informa que a Arq. Erika Kupac Viana está ingressando no grupo pela Secretaria de Educação e lhe dá boas-vindas.

Informa sobre o drive da Procempa e todos os materiais que estão disponibilizados e todos os contatos do grupo caso queiram entrar em contato.

ENCAMINHAMENTOS:

Arg. Guilherme relembra o encontro com a Consultoria EY e parceiros na semana seguinte, que a DPU terá encontros de segunda a quinta-feira em diversas agendas paralelas, em reuniões e visitas pelos territórios e reuniões com Secretários.

Informa que é a última reunião do GT-TO de 2022, que haverá um recesso no final do ano e ainda não há uma organização específica sobre o início de 2023. Informa também que não houve muito retorno do email encaminhado

solicitando os dados para as Secretarias e que pode ser tiradas dúvidas com a Consultoria sobre os dados, compreender quais informações são necessárias.

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Disponibilizar a apresentação do último eixo temático - Gestão da Cidade;
2. Disponibilizar a gravação da reunião do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);
3. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 17ª reunião “17ª Reunião GT-TO _ 25.11.22.pdf”, Apresentação Grupo “Eixo Temático Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana.pdf” (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO);
4. Atualizar processo **SEI 22.0.000086353-3** com o Registro da 17ª reunião e Ata (bloco de assinatura 132681).

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
SMMU	FABIANA KRUSE
EPTC	VÂNIA CRISTINA DE ABREU
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	JULIANA BELARDINELLI
SMOI	LUCIANO CE
	PAULO LIMA LOGE
PGM	NELSON NEMO MARISCO
	ANDREZA SABALLA
SMED	TATIANA RITA WEISSHEIMER
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
SMAMUS DPU	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
SMAMUS DAV	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
	MARCOS BERWANGER PROFES
SMAMUS DEL	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	ALEXANDRA MARIA BRITO WUNDERLICH
	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS
COSME DE ASSIS DA SILVA	

	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente)
PGM	ANELISE ANDRADE
PGM	CAROLINA TEODORO FALLEIROS
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE
SMED	ERIKA KUPAC VIANA
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO
SMAMUS DPU	LÍGIA SARAIVA SOARES UPU/CPU
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	LUCIANE ZANETTE CGMU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	VÂNIA KLEIN SILVA UADU/CGMU

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 018/2023

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
12/01/2023	Início: 14h Término: 15h39	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e informações gerais;
- Conferência Avaliação do Plano Diretor vigente, agendada para os dias 07, 08 e 09 de março de 2023;
- Organização dos Grupos de trabalho por eixos temáticos;
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) informa que a gravação foi iniciada.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) cumprimenta a todos e passa a palavra para o Arq. Guilherme apresentar as atualizações sobre os trabalhos em desenvolvimento e da consultoria. Arq. Vaneska fala brevemente sobre as entregas da Consultoria da Ernst & Young. Inicia a apresentação sobre a Conferência Municipal de Avaliação do PDDUA, mostrando a estrutura e o planejamento da mesma, com foco nos itens programa e conteúdo, papel dos agentes e grupos de trabalho envolvidos e espaço físico e logística. Material de conferências anteriores serviu como base para a elaboração, incluindo a 6ª Conferência do Meio Ambiente realizada em novembro de 2022 e a 1ª Conferência de Avaliação do Plano Diretor que aconteceu entre setembro e outubro de 2003. Apresenta o cronograma da Conferência e como acontecerão os trabalhos. Encerra falando que o mais importante do dia é organizar os grupos dos eixos temáticos para que possam realizar reuniões específicas. Arq. Guilherme fala que a expectativa é de contribuições dos colegas com relação ao objetivo geral e abordagem da Conferência, que precisa estar definido para o trabalho nos grupos, e que o papel da Conferência é levar um material com recomendações para a revisão do Plano Diretor.

Arq. Guilherme faz apresentação da estrutura da equipe por eixos temáticos encaminhado pela Consultoria. Abre a planilha dos integrantes por eixo para validar com os colegas as indicações, informando que os indicados, além de participar das discussões deverão apoiar na realização do evento e serão nomeados por portaria. Arq. Sônia (DEL/SMAMUS) confirma sua disponibilidade no eixo Gestão da Cidade, incluindo os coordenadores das Comissões. Arq. Fabiana (SMMU) informa que permanece à disposição para o eixo de Mobilidade Urbana. Arq. Guilherme informa que os representantes do GT-CT também irão participar dos grupos dos eixos temáticos. Arq. Natércia (DPPS/SMAMUS) se coloca à disposição e diz que gostaria de integrar o eixo desempenho e infraestrutura urbana, por ter a ver com sua tese defendida e que poderia também indicar palestrantes. Arq. Vaneska diz que entende que nesse eixo pode ser discutido a integração com o Plano de Ação Climática, o desempenho da cidade e que será necessário um cronograma de reuniões dos grupos para abordar os temas. Explica que serão 2 palestrantes por tema e devido ao tempo o debate ficará para o dia dos trabalhos em grupo. Fala da importância de ter técnicos no grupo de desempenho em função de discutir os estudos de impacto de vizinhança, indicadores.

Arq. Patrícia (DPU/SMAMUS) explica que a ideia da Conferência, conforme previsto na Instrução normativa que rege o processo de revisão do PDDUA, é fazer uma avaliação do Plano Diretor vigente, um comparativo da cidade atual a partir da visão de cada um, com o previsto no plano diretor, e a partir daí uma avaliação crítica do que funcionou ou não e estabelecer indicações para o desenvolvimento das propostas. Na 2ª Conferência é prevista a avaliação das propostas e um fechamento para o encaminhamento da proposta de revisão.

Arq. Guilherme fala da importância de ter colegas de outras áreas nos eixos, para auxiliar a pensar nos temas, indicar palestrantes e auxiliar nos trabalhos. Arq. Patrícia (DPU/SMAMUS) fala que a revisão do Plano Diretor é um trabalho de todos, gerenciado pela DPU mas que todos são protagonistas no desenvolvimento do trabalho, e a importância de se fazer a troca com a comunidade e desenvolver o trabalho para a cidade. Arq. Rogério (DEMHAB/SMHARF)

coloca-se à disposição para o eixo desenvolvimento social e cultural. Arg. Luciana (SMED) fala que acredita que poderia contribuir mais com o desempenho e infraestrutura ao invés do desenvolvimento social e cultural. Arg. Guilherme diz que é possível participar de mais de um eixo nas reuniões. Arg. Juliana (SMCEC) também coloca-se à disposição. Arg. Patrícia fala da importância de ter colegas do licenciamento ambiental e áreas verdes no eixo ambiente natural, assim como a Arg. Vaneska fala da importância de ter alguém das áreas verdes no eixo desempenho e infraestrutura também. Priscila (DAV/SMAMUS) coloca-se à disposição. Arg. Patrícia fala da importância de ter alguém da Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou da Fazenda no eixo do desenvolvimento econômico, ao que o Arg. Fernando (SMF) se coloca à disposição mas que não poderá auxiliar nos dias da Conferência por motivo de férias; Eng. Eliana (DEL/SMAMUS) coloca-se à disposição. Outros colegas manifestaram-se via chat. Arg. Giuliana (DMLU) coloca-se à disposição do eixo desenvolvimento social e cultural. Arg. Erika (SMED) ficaria no grupo desenvolvimento social e cultural e sua coordenadora Tatiana no grupo desempenho, estrutura e infraestrutura urbana. Arg. Vaneska comenta de ter alguém da parte jurídica no grupo da gestão da cidade.

Arg. Patrícia fala de disponibilizar uma proposta de calendário das reuniões para ajudar as pessoas a se programarem. Arg. Alexandra (DEL/SMAMUS) pediu para ser incluída no eixo desenvolvimento social e cultural. Maria Cristina (DEL/SMAMUS) coloca-se à disposição do grupo desempenho, estrutura e infraestrutura urbana mas informa que não estará em Porto Alegre nos dias da Conferência. Arg. Sônia fala da importância de colocar alguém da SMPAE no eixo gestão da cidade.

ENCAMINHAMENTOS:

Arg. Vaneska reforça que o material será compartilhado.

Arg. Guilherme reforça a importância de se indicar mais nomes de colegas para participarem das discussões nos eixos e na Conferência. Informa que assim que tiver produtos da Consultoria serão disponibilizados.

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Disponibilizar a apresentação sobre a Conferência no drive da Procempa;
2. Disponibilizar link da planilha dos eixos temáticos e integrantes no drive da Procempa;
3. Disponibilizar a gravação da reunião do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);
4. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 17ª reunião “17ª Reunião GT-TO _ 25.11.22.pdf”;
5. Atualizar processo **SEI 22.0.000086353-3** com o Registro da 18ª reunião e Ata (bloco de assinatura 132681).

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
DEM HAB/SMHARF	ROGÉRIO GUSTAVO DE LOS SANTOS FERREIRA
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
SMCEC	JULIANA BELARDINELLI
SMOI	LUCIANO CE
SMF	FERNANDO ROBERTO SCHWARTZER
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
	JOÃO MARCELO LOPES FONSECA
FASC	ADEMIR ANTONIO MARIA
SMDET	ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF

DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	JANAINA FIALHO TEIXEIRA MACHADO
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
	KATIA ASSIS DA SILVEIRA PINHEIRO
SMAMUS DAV	VERÔNICA RIFFEL
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente)
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE
SMED	ERIKA KUPAC VIANA
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO
SMAMUS DPU	LÍGIA SARAIVA SOARES UPU/CPU
SMAMUS DPU	MARIA PAULA REGAL
SMAMUS DPU	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 018/2023

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
24/02/2023	Início: 14h Término: 16h08	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações sobre os Grupos Temáticos;
- Atualizações e combinações Conferência de Avaliação do Plano diretor, dias 7, 8 e 9 de março de 2023;
- Assuntos gerais.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) cumprimenta a todos e informa sobre a ordem da reunião, iniciando a gravação.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) inicia a apresentação com informações gerais e alinhamento sobre o cronograma de revisão do Plano Diretor, atualizações sobre a Conferência de Avaliação do PDDUA, como serão os trabalhos nos dias e palestrantes confirmados por eixo. Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) solicita que sejam informados os Coordenadores de cada eixo temático para os colegas terem como foco os contatos de cada grupo. Arq. Vaneska apresenta a metodologia a ser utilizada no segundo dia, com os grupos dos eixos temáticos, baseada na metodologia *World Café* e fala da necessidade de termos apoiadores dos diversos órgãos e secretarias para ajudarem no trabalho, deixando a palavra então para os colegas para esclarecimentos.

Arq. Fabiana (SMOI) pede esclarecimento sobre o trabalho nas mesas em rodadas para melhor entendimento, se os participantes terão que trocar de mesas, se todos irão debater em todas as mesas ou se podem ficar em determinado tema durante todo o trabalho. Arq. Vaneska esclarece que a ideia é as pessoas se movimentarem porque foi visto que muitas pessoas gostariam de debater sobre mais de um tema, além da interconexão entre os subgrupos. Arq. Fabiana pergunta se o anfitrião será da prefeitura ou do público, ao que a Arq. Vaneska responde que alguém vai ter que permanecer, que teria o apoiador e os viajantes. Arq. Fabiana questiona como será feita a síntese depois da dinâmica, se é de todas as mesas, ou se a pessoa de referência que leva as informações, ao que a Arq. Sônia (DEL/SMAMUS) questiona se cada apoiador poderia ser de todos os assuntos, não só de um, não sendo necessário girar as mesas e em cada rodada discutir sobre outros assuntos e depois todos contribuem sobre todos os assuntos. Arq. Guilherme esclarece que nem todas as pessoas vão trocar de mesa, mas ficam outros fixos, para possibilitar a troca, e explica que será feita uma adaptação da metodologia porque são grupos grandes e relata que já participou de uma oficina com esta metodologia. Arq. Maria Paula (CPU/SMAMUS) sugere que se entregue números às pessoas na hora da inscrição para depois seguir a sequência, ao que a Arq. Natalia (CPU/SMAMUS) complementa, ao que Arq. Sônia manifesta-se achando uma boa ideia. Arq. Fabiana questiona então porque só o apoiador não troca de mesa, e Arq. Sônia disse que entendeu que a troca enriquece a discussão. Os participantes continuam discutindo o formato da troca das mesas e trazendo diversas contribuições.

Arq. Vaneska diz que a forma de como serão feitos os registros ainda precisa ser definida. Passa a convidar os participantes para atuarem como apoiadores. Reforça que é necessário que a pessoa esteja de manhã e de tarde para auxiliar nos trabalhos e informa a quantidade de inscritos por tema, e a necessidade de se ter mais de uma sala por tema dependendo do número de inscritos. Arq. Catiane reforça a necessidade de ter os papéis definidos, mas também a possibilidade de no dia ter que assumir outra função conforme a necessidade. Arq. Ana Paula (SMOI) fala da importância de se ir fazendo os registros nas mesas, com as perguntas na mesa, e que isso já serviria como registro. Arq. Catiane esclarece que na parte da manhã será realizado o exercício tipo brainstorm e na parte da tarde serão feitos os registros e compilação de tudo o que foi discutido pela manhã, e compor as indicações de cada grupo. Arq. Selma (DEL/SMAMUS) questiona como será feito o registro já que as pessoas estão trocando de mesa, e como fazer o exercício da tarde. Arq. Vaneska esclarece que o apoiador auxiliará no registro que ficará nas mesas, e a tarde

será feita a compilação, e fala da importância de fazer um teste para ver quais materiais necessários. O grupo continua discutindo sobre a questão dos registros, com contribuições diversas.

Arg. Guilherme solicita passa para a leitura da planilha com os nomes dos apoiadores e confirmando a disponibilidade dos colegas.

ENCAMINHAMENTOS:

Arg. Guilherme reunião de alinhamento sobre a metodologia. Informa sobre as vistorias realizadas junto com a Consultoria EY e parceiros. Reforça a importância das reuniões dos eixos para aprofundar as discussões específicas.

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Disponibilizar a apresentação sobre a Conferência no drive da Procempa;
2. Disponibilizar link da planilha dos eixos temáticos e integrantes no drive da Procempa;
3. Disponibilizar a gravação da reunião do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);
4. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 19ª reunião “19ª Reunião GT-TO _ 24.02.23.pdf”;
5. Atualizar processo **SEI 22.0.000086353-3** com o Registro da 19ª reunião e Ata (bloco de assinatura 132681).

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA HOPPE BONINI
EPTC	VÂNIA CRISTINA DE ABREU
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	JULIANA BELARDINELLI
SMOI	LUCIANO CE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
SMAMUS DAV	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
SMAMUS DEL	VERÔNICA RIFFEL
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	GIOVANA CRISTINA BERTOTTI

	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ
SMAMUS DPPS	ROVANA REALE BORTOLINI
	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	LÍGIA SARAIVA SOARES UPU/CPU
SMED	ERIKA KUPAC VIANA
SMAMUS DPU	VINÍCIOS SILVA UPU/CPU
SMAMUS DLMA	JOÃO ROBERTO MEIRA EOUS
SMAMUS DAV	NAIANA MAURA JOHN CPOAV
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO
SMAMUS DAV	VALERIA CPOAV
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente)
SMAMUS DLMA	CLAUDIO ROBERTO NILSON
SMAMUS DPU	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	MARIA PAULA REGAL
SMAMUS DPU	MIRELLE STUDZINSKI DOS SANTOS UPE/CPU
SMAMUS DAV	ALESSANDRA MOREIRA CPOAV
SMCEC	MANDERPOOL CARDOSO DAMASIO
SMAMUS DLMA	JANINE VIEZER EOUS



INFORME COMPLEMENTAR

OUTUBRO 96

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS DE PRODUÇÃO DA CIDADE



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA /VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
1. ZONAS COM ALTA DENSIDADE X LIMITE DE INFRAESTRUTURA (centro e imediações)	CONFLITO ALTO	O tipo de infraestrutura existente na cidade não é propício para altas densidades; estas solicitam novas tecnologias que demandam, por sua vez, grandes investimentos. Por outro lado, baixas densidades elevam os custos de infraestrutura por economia (unidade habitacional ou de comércio e serviços), resultando em áreas carentes de infraestrutura adequada em áreas de cidade com poucos recursos, constituindo como exceção aquelas áreas ocupadas por altas e médias rendas. Além disto, a cidade possui uma alta taxa de motorização, com tendência a aumentar, e um sistema de transporte coletivo deficiente. As deficiências de infraestrutura reduzem a qualidade de vida e prejudicam as atividades econômicas. O desafio do crescimento urbano é prover a cidade de serviços em qualidade e quantidade suficientes a custos acessíveis.
2. ZONAS DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR DENSIFICADAS SEM INFRA-ESTRUTURA (assentamentos informais de baixa renda)	CONFLITO ALTO	Assentamentos informais de baixa renda que apresentam infra-estrutura carente ou em situação precária.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA /VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
3. OCUPAÇÃO DO SOLO COM ALTOS CUSTOS DE INFRAESTRUTURA (1) OU TECNOLOGIAS DIFERENCIADAS (2)	CONFLITO BAIXO	(1) Tratam-se de áreas da cidade cuja ocupação exige custos adicionais de infraestrutura pela sua condição de solo, viável apenas através de empreendimentos capazes de suportar este diferencial. Sua potencialidade reside na sua localização, já que se encontram na zona norte do Município, centro geográfico da Região Metropolitana, junto aos principais eixos rodoviários e terminais aéreo, rodoviário, ferroviário e de trem metropolitano. (2) Tratam-se de áreas da cidade cuja ocupação exige tecnologias diferenciadas no que se refere à retenção pluvial devido a problemas de drenagem e assoreamento de cursos d'água, localizadas em especial na Bacia do Arroio Dilúvio. A utilização de reservatórios como alternativa para a retenção de águas nos terrenos, não representam custos adicionais significativos para construção civil.
7. TRAÇADO VIÁRIO X OCUPAÇÕES HABITACIONAIS INFORMAIS X ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL	CONFLITO MÉDIO	Observam-se inadequações na estrutura viária da cidade considerando as necessidades de deslocamentos, a distribuição espacial das atividades e os comprometimentos do traçado viário projetado com ocupações diversas como, por exemplo, as áreas de interesse ambiental. Salienta-se ainda, como de fundamental importância, uma necessidade de legibilidade de estrutura urbana que clarifique o sistema de circulação pretendido.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA /VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
10. COMPROMETIMENTO DE ÁREAS NATURAIS COM INTERESSE PARA PRESERVAÇÃO OU CONSERVAÇÃO PELA OCUPAÇÃO INADEQUADA (orla do Guaíba, áreas de risco em paisagens notáveis, etc.)	CONFLITO MÉDIO	O processo de urbanização desordenado, a privatização da orla do Guaíba, a extração de materiais minerais e práticas agrícolas indevidas têm afetado de forma significativa as áreas representativas do patrimônio natural da cidade.
13. DEGRADAÇÃO DA QUALIDADE DE ÁGUAS INTERIORES X FALTA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS	CONFLITO ALTO	A ausência de tratamento adequado dos esgotos domésticos e dos efluentes industriais e rurais, bem como a contaminação do lençol freático em função da disposição de resíduos sólidos sem tratamento, são responsáveis pela poluição dos arroios que cruzam o município, afetando diretamente a balneabilidade do Guaíba e a qualidade dos mananciais de abastecimento, o que implica diretamente nos elevados custos do tratamento da água para consumo humano.
14. ASSOREAMENTO DOS CURSOS D'ÁGUA E DAS REDES PÚBLICAS DE DRENAGEM	CONFLITO MÉDIO	O aporte de sedimentos oriundos da erosão das áreas marginais e de nascente e da movimentação de terras para a construção civil, assim como o lançamento de lixo diretamente nos leitos, são causas de assoreamento de arroios e de redes públicas de drenagem, acarretando altos prejuízos ao meio ambiente e à população e elevação dos custos de manutenção das redes.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/V ALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
15. MONOFUNCIONALIDADE X MISCIGENAÇÃO	CONFLITO MÉDIO	Existência significativa de áreas predominantemente monofuncionais em detrimento de áreas com maior grau de miscigenação, o que propiciaria menos deslocamentos, maior animação e múltiplas centralidades, numa concepção de cidade que admite a coexistência da habitação com praticamente todas as demais atividades urbanas, desde que controladas por critérios que avaliem incômodo e impacto.
16. CONTRADIÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA X ÁREAS EXTENSIVAS E RURAIS (indefinição de uma política de expansão urbana)	CONFLITO ALTO	A indefinição de uma política de expansão urbana e o desconhecimento das reais potencialidade das áreas denominadas pela legislação como extensivas e rurais, tem deixado num plano secundário a ação governamental nestas áreas. Desta forma, significativas parcelas do território municipal passam a representar uma opção de acesso à habitação para a população de baixa renda, nas terras com baixo valor para o mercado. Associam-se ainda a esta problemática, a baixa produção rural com falta de tecnologias adequadas para este fim e as dificuldades de comercialização. Esta última é decorrente, entre outras causas, de sua localização desfavorável em relação aos demais municípios metropolitanos.
17. PERIFERIZAÇÃO (alta, média e baixa renda) X ÔNUS DA EXPANSÃO DA MALHA URBANA (econômico, social, ambiental, etc.)	CONFLITO MÉDIO	A periferização de média e alta renda é viável através de formas de ocupação onde os custos da infraestrutura e dos serviços urbanos são de responsabilidade privada, como por exemplo, nos condomínios. Com relação à baixa renda o conflito se estabelece no momento em que o custo da terra viabiliza a ocupação porém os custos de infraestrutura, que são infinitamente maiores, a tornam economicamente inviável.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA /VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
18. EXCESSO DE INGERÊNCIA NA ÁREA PRIVADA X OMISSÃO NA ÁREA PÚBLICA X DINÂMICA DA CIDADE X BUROCRACIA (discussão do papel do estado no ordenamento e produção da cidade)	CONFLITO ALTO	A regulamentação excessiva da área privada provoca o engessamento da estrutura administrativa com a criação de inúmeros trâmites burocráticos que envolvem pessoas, informações e rotinas, em detrimento de ações efetivas do Município sobre os espaços públicos que vão assumindo outras funções em decorrência da dinâmica de crescimento da cidade.
21. FALTA DE VISÃO ESTRATÉGICA NA LOCALIZAÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES X POLÍTICA DE CRESCIMENTO URBANO	CONFLITO MÉDIO	A provisão de habitações populares pelo setor público e privado ocorre, frequentemente, em áreas periféricas ou inadequadas, em consequência da alta valorização de terras urbanizadas e a fraca incidência do poder público no mercado fundiário.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA /VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
22. ZONAS COM MÉDIA DENSIDADE COM INFRAESTRUTURA	POTENCIALIDAD E MÉDIA	O tipo de infraestrutura existente na cidade não é propício para altas densidades; estas solicitam novas tecnologias que demandam, por sua vez, grandes investimentos. Por outro lado, baixas densidades elevam os custos de infraestrutura por economia (unidade habitacional ou de comércio e serviços), resultando em áreas carentes de infraestrutura adequada em cidades com poucos recursos, constituindo exceção aquelas áreas ocupadas por altas e médias rendas. Além disto, a cidade possui uma alta taxa de motorização, com tendência a aumentar, e um sistema de transporte coletivo deficiente. As deficiências de infraestrutura reduzem a qualidade de vida e prejudicam as atividades econômicas. O desafio do crescimento urbano é prover a cidade de serviços em qualidade e quantidade suficientes a custos acessíveis.
23. ZONAS COM BAIXA DENSIDADE COM INFRAESTRUTURA	POTENCIALIDAD E MÉDIA	O tipo de infraestrutura existente na cidade não é propício para altas densidades; estas solicitam novas tecnologias que demandam, por sua vez, grandes investimentos. Por outro lado, baixas densidades elevam os custos de infraestrutura por economia (unidade habitacional ou de comércio e serviços), resultando em áreas carentes de infraestrutura adequada em cidades com poucos recursos, constituindo exceção aquelas áreas ocupadas por altas e médias rendas. Além disto, a cidade possui uma alta taxa de motorização, com tendência a aumentar, e um sistema de transporte coletivo deficiente. As deficiências de infraestrutura reduzem a qualidade de vida e prejudicam as atividades econômicas. O desafio do crescimento urbano é prover a cidade de serviços em qualidade e quantidade suficientes a custos acessíveis.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA /VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
25. VALOR DA TERRA X REGULARIDADE NA PRODUÇÃO E OFERTA DE LOTES OU HABITAÇÕES DE CARÁTER SOCIAL X INVESTIMENTOS PÚBLICOS	POTENCIALIDAD E BAIXA	Provisão pública de habitação de baixa renda para o atendimento do déficit anual, em áreas adequadas quanto à localização e ao valor da terra com regras especiais e incentivos e/ou definição de regimentos especiais para a produção privada.
29. DEFINIÇÃO DE USOS ESPECIAIS EM ÁREAS DE INTERESSE NATURAL E CULTURAL X PRESERVAÇÃO (ações concertadas que garantam sustentabilidade econômica)	POTENCIALIDAD E MÉDIA	Partindo-se do princípio de que a definição precisa da destinação destas áreas é fundamental para sua perpetuação, entende-se que grande parte poderá receber usos especiais compatibilizados com a imposição e características do meio natural, com finalidades habitacionais, de lazer ou turismo, rurais e de preservação permanente, sem uso humano. Estes resultados poderão ser obtidos através de ações conjuntas entre os poderes público e privado, garantindo a sustentabilidade social, ambiental, econômica e de gestão. Os instrumentos de controle urbanístico reguladores do uso, ocupação, adensamento, verticalização, que definem o grau do uso do solo, deverão ser estabelecidos a partir das características e condições do meio ambiente (critérios geológico, hidrológico, florístico, faunístico, climático, e das paisagens natural e urbana).

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO – OUTUBRO 1996

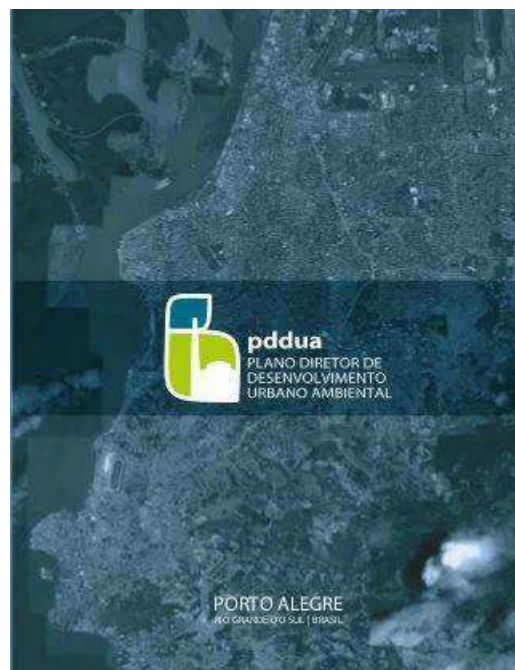
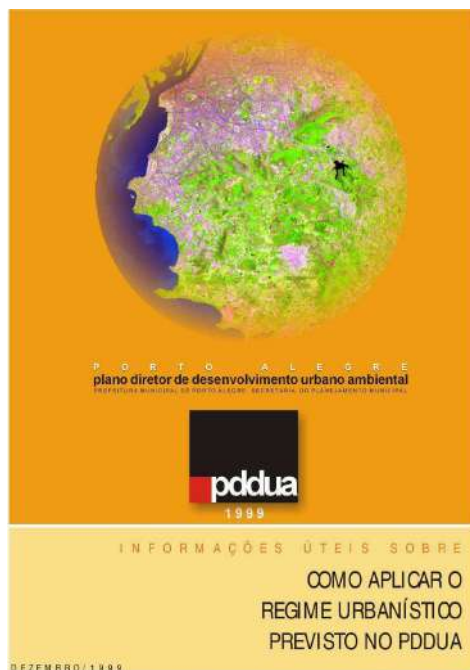
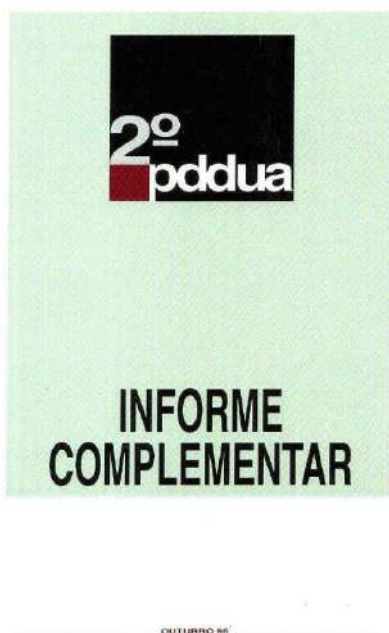
SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA /VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
30. MODELO DE USO DO SOLO X DESLOCAMENTO (redução de tempo e distância)	POTENCIALIDADE E ALTA	Considera-se como um dos desafios do planejamento urbano o de articular adequadamente o modelo de uso do solo com as necessidades de deslocamentos das mais diversas ordens. Neste sentido constitui potencialidade uma distribuição de usos que incorpore as centralidades reais e potenciais da cidade, a noção de miscigenação, incômodo e impacto associado a uma visão sistêmica na questão circulação e transporte eu tenha entre os seus objetivos a redução dos tempos e distância.
34. DISPONIBILIDADE E VALOR DE MERCADO DAS TERRAS PÚBLICAS X IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS URBANAS	POTENCIALIDADE E BAIXA	As terras públicas localizadas em zonas com significativo valor de mercado não estão quantificadas e cadastradas e não têm estratégia de utilização ou venda para viabilizar recursos para políticas públicas.
35. EXISTÊNCIA DE VAZIOS URBANOS	POTENCIALIDADE E MÉDIA	Os vazios urbanos existentes dentro da malha urbana (cidade urbanizada) possibilitaram a “concertação” de áreas já consolidadas, especialmente no que se refere à complementação da rede de espaços abertos e potencialização de centralidades. Por outro lado, dificilmente servirão para atender a programas de acesso à terra para a população de baixa renda, face ao seu alto custo. Constitui exceção alguns setores da cidade em que este custo poderia ser absorvido através de parcerias entre o setor público e o setor privado.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA /VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
36. UTILIZAÇÃO DO9 INSTRUMENTO SOLO CRIADO E TRANSFERÊNCIAS DE ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO URBANO	POTENCIALIDADE ALTA	O instrumento Solo Criado está associado em Porto Alegre a ideias como: <ul style="list-style-type: none"> - Retorno ao Município da valorização imobiliária resultante de adensamentos possibilitados por investimentos públicos em infra-estrutura ou equipamentos. - Possibilidade relativa de influenciar com controle da especulação imobiliária e fundiária. - Possibilidade de geração de recursos para programas habitacionais de baixa renda. - Capacidade relativa de intervir no processo de ordenamento do crescimento urbano. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Viabilização de desapropriações de áreas privadas atingidas por previsão de traçado do Plano Diretor (ruas, praças, parques, áreas para escolas) e prédios de interesse sócio-cultural.
38. SUBSTITUIÇÃO DA ATIVIDADE SECUNDÁRIA PELA TERCIÁRIA E PRODUÇÃO PRIMÁRIA COM POUCA COMPETITIVIDADE EM RALAÇÃO A PRODUÇÃO DE OUTRAS ÁREAS NA REGIÃO METROPOLITANA	CONFLITO ALTO	A substituição da atividade secundária tradicional pela terciária é um processo que se observa, fruto provavelmente da falta de políticas industriais, do custo elevado do solo, dos conflitos de circulação viária e de exigências maiores quanto ao controle ambiental. Permanecem na cidade apenas aquelas indústrias com características ou condicionantes que independem destes fatores (atendimento ao mercado local ou relacionadas aos centros de pesquisa das Universidades com massa crítica qualificada). A participação da atividade primária na economia do Município é inexpressiva e o custo do solo é atrativo para a localização de assentamentos populacionais de baixa renda.
40. DESEMPREGO E EXCLUSÃO	CONFLITO ALTO	Características da problemática urbana: 30% da população excluída do direito à cidade, 13% de desemprego e um percentual de crescimento da população de baixa renda maior do que o geral da população.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
45. INDEFINIÇÃO DAS REAIS POTENCIALIDADES DAS ÁREAS EXTENSIVAS E RURAIS	CONFLITO MÉDIO	A indefinição de uma política de expansão urbana e o desconhecimento das reais potencialidades das áreas denominadas pela legislação como extensivas e rurais, têm deixado num plano secundário a ação governamental nestas áreas. Desta forma, significativas parcelas do território municipal passam a representar uma opção de acesso à habitação para a população de baixa renda, nas terras com baixo valor para o mercado. Associam-se ainda, a esta problemática, a baixa produção rural com falta de tecnologias adequadas para este fim e as dificuldades de comercialização. Esta última é decorrente, entre outras causas, de sua localização desfavorável em relação aos demais municípios metropolitanos.
47. BAIXA PRODUÇÃO RURAL COM FALTA DE TECNOLOGIA ADEQUADA E DIFICULDADE DE COMERCIALIZAÇÃO	CONFLITO MÉDIO	A indefinição de uma política de expansão urbana e o desconhecimento das reais potencialidade das áreas denominadas pela legislação como extensivas e rurais, tem deixado num plano secundário a ação governamental nestas áreas. Desta forma, significativas parcelas do território municipal passam a representar uma opção de acesso à habitação para população de baixa renda, nas terras com baixo valor para o mercado. Associam-se ainda, a esta problemática, a baixa produção rural com falta de tecnologias adequadas para este fim e as dificuldades de comercialização. Esta última é decorrente, entre outras causas, de sua localização desfavorável em relação aos demais municípios metropolitanos.
51. TIPOLOGIAS RESIDENCIAIS DE BAIXA RENDA X COMPROMETIMENTO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	CONFLITO MÉDIO	A má qualidade da edificação de baixa renda é decorrente da utilização de materiais inadequados além da falta de insolação e ventilação devido à alta densidade e à ocupação desordenada em locais insalubres.



ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DA CIDADE Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010 - TEXTO -

ESTRATÉGIAS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>Execução de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o município para a produção pública de HIS; (IC 1996)</p> <p>Art. 21 III - da implementação de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o Município para a produção pública de Habitação de Interesse Social (HIS); (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>Programa de Habitação de Interesse Social (Ações: instituição e regulamentação de AEIS entre outras) (IC 1996)</p> <p>Art. 23 II - implementação de Programas de Habitação de Interesse Social por meio de ações, projetos e procedimentos administrativos específicos, que incidam no processo de ocupação informal do solo urbano, por meio da regulamentação, da manutenção conforme cadastro e da produção de empreendimentos de HIS, viabilizando o acesso dos setores sociais de baixa renda ao solo urbanizado e legalizado, adequadamente localizado, considerando, entre outros aspectos, áreas de risco, compatibilização com o meio ambiente, posição relativa aos locais estruturados da Cidade, em especial o acesso ao trabalho e aos serviços essenciais; (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010). (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p> <p>Arts. 76, 77 e 78 - definição de AEIS (PDDUA 1999; alterado pelo PDDUA 2010 em decorrência de instrumentos do Estatuto da Cidade)</p>	<p>INFRAESTRUTURA E RISCO</p> <p>P1. As deficiências de infraestrutura reduzem a qualidade de vida e prejudicam as atividades econômicas. Assentamentos informais de baixa renda que apresentam infraestrutura carente ou em situação precária. (IC 1996, 01, 02);</p> <p>Observam-se inadequações na estrutura viária da cidade considerando as necessidades de deslocamentos, a distribuição espacial das atividades e os comprometimentos do traçado viário projetado com ocupações diversas (IC 1996, 07);</p> <p>A ausência de tratamento adequado dos esgotos domésticos e dos efluentes industriais e rurais, bem como a contaminação do lençol freático em função da disposição de resíduos sólidos sem tratamento, são responsáveis pela poluição dos arroios. O aporte de sedimentos oriundos da erosão das áreas marginais e de nascente e da movimentação de terras para a construção civil, assim como o lançamento de lixo diretamente nos leitos, são causas de assoreamento de arroios e de redes públicas de drenagem, acarretando altos prejuízos ao meio ambiente e à população e elevação dos custos de manutenção das redes. (IC 1996, 13, 14);</p> <p>O tipo de infraestrutura existente na cidade não é propício para altas densidades; estas solicitam novas tecnologias que demandam, por sua vez, grandes investimentos. (IC 1996, 22, 23);</p>

ESTRATÉGIAS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>Execução de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o município para a produção pública de HIS; (IC 1996)</p> <p>Art. 21 III - da implementação de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o Município para a produção pública de Habitação de Interesse Social (HIS); (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>Programa de Habitação de Interesse Social (Ações: instituição e regulamentação de AEIS entre outras) (IC 1996)</p> <p>Art. 23 II - implementação de Programas de Habitação de Interesse Social por meio de ações, projetos e procedimentos administrativos específicos, que incidam no processo de ocupação informal do solo urbano, por meio da regulamentação, da manutenção conforme cadastro e da produção de empreendimentos de HIS, viabilizando o acesso dos setores sociais de baixa renda ao solo urbanizado e legalizado, adequadamente localizado, considerando, entre outros aspectos, áreas de risco, compatibilização com o meio ambiente, posição relativa aos locais estruturados da Cidade, em especial o acesso ao trabalho e aos serviços essenciais; (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010). (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p> <p>Arts. 76, 77 e 78 - definição de AEIS (PDDUA 1999; alterado pelo PDDUA 2010 em decorrência de instrumentos do Estatuto da Cidade)</p>	<p>INFRAESTRUTURA E RISCO</p> <p>P1. A urbanização e regularização das vilas e loteamentos é o principal objetivo deste programa para que mais pessoas passem a contar com os serviços que a cidade oferece, como redes de água, esgoto, ruas pavimentadas e luz, além de acesso à escola, postos de saúde, praças e telefones públicos. A regularização ocorrerá, sempre que for possível, nos mesmos locais onde as pessoas se encontram. Por habitação entende-se a moradia com uma infra-estrutura básica (água, luz, telefonia e esgoto), cujos moradores têm acesso aos serviços essenciais. (PDDUA 1999 Art.22 - comentado);</p> <p>O município possui assentamentos precários irregulares sem infraestrutura básica (favelas, loteamentos, conjuntos habitacionais) (Guia 2019, P01);</p> <p>O município apresenta população de baixa renda vivendo em áreas de risco (Guia 2019, P04);</p>

ESTRATÉGIAS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>Execução de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o município para a produção pública de HIS; (IC 1996)</p> <p>Art. 21 III - da implementação de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o Município para a produção pública de Habitação de Interesse Social (HIS); (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>Programa de Habitação de Interesse Social (Ações: instituição e regulamentação de AEIS entre outras) (IC 1996)</p> <p>Art. 23 II - implementação de Programas de Habitação de Interesse Social por meio de ações, projetos e procedimentos administrativos específicos, que incidam no processo de ocupação informal do solo urbano, por meio da regulamentação, da manutenção conforme cadastro e da produção de empreendimentos de HIS, viabilizando o acesso dos setores sociais de baixa renda ao solo urbanizado e legalizado, adequadamente localizado, considerando, entre outros aspectos, áreas de risco, compatibilização com o meio ambiente, posição relativa aos locais estruturados da Cidade, em especial o acesso ao trabalho e aos serviços essenciais; (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010). (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p> <p>Arts. 76, 77 e 78 - definição de AEIS (PDDUA 1999; alterado pelo PDDUA 2010 em decorrência de instrumentos do Estatuto da Cidade)</p>	<p>USO DO SOLO E ACESSO A TERRA</p> <p>P2. A indefinição de uma política de expansão urbana e o desconhecimento das reais potencialidades das áreas denominadas pela legislação como extensivas e rurais, tem deixado num plano secundário a ação governamental nestas áreas. Desta forma, significativas parcelas do território municipal passam a representar uma opção de acesso à habitação para a população de baixa renda, nas terras com baixo valor para o mercado. A periferização de média e alta renda é viável através de formas de ocupação onde os custos da infraestrutura e dos serviços urbanos são de responsabilidade privada, como por exemplo, nos condomínios. Com relação à baixa renda o conflito se estabelece no momento em que o custo da terra viabiliza a ocupação, porém os custos de infraestrutura, que são infinitamente maiores, a tornam economicamente inviável. A provisão de habitações populares pelo setor público e privado ocorre, frequentemente, em áreas periféricas ou inadequadas, em consequência da alta valorização de terras urbanizadas e a fraca incidência do poder público no mercado fundiário. A participação da atividade primária na economia do Município é inexpressiva e o custo do solo é atrativo para a localização de assentamentos populacionais de baixa renda. (IC 1996, 16, 17, 21, 38);</p>

ESTRATÉGIAS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>Execução de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o município para a produção pública de HIS; (IC 1996)</p> <p>Art. 21 III - da implementação de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o Município para a produção pública de Habitação de Interesse Social (HIS); (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>Programa de Habitação de Interesse Social (Ações: instituição e regulamentação de AEIS entre outras) (IC 1996)</p> <p>Art. 23 II - implementação de Programas de Habitação de Interesse Social por meio de ações, projetos e procedimentos administrativos específicos, que incidam no processo de ocupação informal do solo urbano, por meio da regulamentação, da manutenção conforme cadastro e da produção de empreendimentos de HIS, viabilizando o acesso dos setores sociais de baixa renda ao solo urbanizado e legalizado, adequadamente localizado, considerando, entre outros aspectos, áreas de risco, compatibilização com o meio ambiente, posição relativa aos locais estruturados da Cidade, em especial o acesso ao trabalho e aos serviços essenciais; (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010). (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p> <p>Arts. 76, 77 e 78 - definição de AEIS (PDDUA 1999; alterado pelo PDDUA 2010 em decorrência de instrumentos do Estatuto da Cidade)</p>	<p>USO DO SOLO E ACESSO A TERRA</p> <p>P2. Provisão pública de habitação de baixa renda para o atendimento do déficit anual, em áreas adequadas quanto à localização e ao valor da terra com regras especiais e incentivos e/ou definição de regimentos especiais para a produção privada. Os vazios urbanos existentes dentro da malha urbana (cidade urbanizada) possibilitaram a "concertação" de áreas já consolidadas, especialmente no que se refere à complementação da rede de espaços abertos e potencialização de centralidades. Por outro lado, dificilmente servirão para atender a programas de acesso à terra para a população de baixa renda, face ao seu alto custo. Constitui exceção alguns setores da cidade em que este custo poderia ser absorvido através de parcerias entre o setor público e o setor privado. (IC 1996, 35);</p> <p>A cidade é resultado de uma construção conjunta, onde cada um deve fazer a sua parte. O município dará condições e orientações para que as empresas e os proprietários de terra contribuam para o desenvolvimento urbano reduzindo o desequilíbrio social, bem como promovendo uma política para a construção de moradias de baixo custo. (PDDUA 1999 Art. 21 - comentado)</p> <p>A introdução dos aspectos relativos à política habitacional vinculando o papel do Plano Diretor a uma gestão mais democrática em relação à distribuição de renda urbana e à universalização do direito à cidade, com vistas a incidir na produção urbana, através da qualificação da habitação de interesse social e o acesso à terra urbanizada. (PDDUA 1999 - comentado)</p> <p>O município apresenta déficit habitacional, sobretudo para a população de baixa renda (Guia 2019, P03);</p>

ESTRATÉGIAS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>Execução de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o município para a produção pública de HIS; (IC 1996)</p> <p>Art. 21 III - da implementação de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o Município para a produção pública de Habitação de Interesse Social (HIS); (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>Programa de Habitação de Interesse Social (Ações: instituição e regulamentação de AEIS entre outras) (IC 1996)</p> <p>Art. 23 II - implementação de Programas de Habitação de Interesse Social por meio de ações, projetos e procedimentos administrativos específicos, que incidam no processo de ocupação informal do solo urbano, por meio da regulamentação, da manutenção conforme cadastro e da produção de empreendimentos de HIS, viabilizando o acesso dos setores sociais de baixa renda ao solo urbanizado e legalizado, adequadamente localizado, considerando, entre outros aspectos, áreas de risco, compatibilização com o meio ambiente, posição relativa aos locais estruturados da Cidade, em especial o acesso ao trabalho e aos serviços essenciais; (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010). (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p> <p>Arts. 76, 77 e 78 - definição de AEIS (PDDUA 1999; alterado pelo PDDUA 2010 em decorrência de instrumentos do Estatuto da Cidade)</p>	<p>INSTRUMENTOS</p> <p>P3. O instrumento Solo Criado está associado em Porto Alegre a ideias como: Possibilidade de geração de recursos para programas habitacionais de baixa renda. (IC 1996, 36); Parcerias entre a Prefeitura e os particulares serão estimuladas. O Município aplicará o dinheiro, obtido através dos novos instrumentos de planejamento com que passa a contar, como por exemplo, o Solo Criado (possibilidade de o particular construir a mais) nas vilas e bairros mais pobres. (PDDUA 1999 Art. 22 - comentado)</p>

ESTRATÉGIAS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>Execução de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o município para a produção pública de HIS; (IC 1996)</p> <p>Art. 21 III - da implementação de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o Município para a produção pública de Habitação de Interesse Social (HIS); (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>Programa de Habitação de Interesse Social (Ações: instituição e regulamentação de AEIS entre outras) (IC 1996)</p> <p>Art. 23 II - implementação de Programas de Habitação de Interesse Social por meio de ações, projetos e procedimentos administrativos específicos, que incidam no processo de ocupação informal do solo urbano, por meio da regulamentação, da manutenção conforme cadastro e da produção de empreendimentos de HIS, viabilizando o acesso dos setores sociais de baixa renda ao solo urbanizado e legalizado, adequadamente localizado, considerando, entre outros aspectos, áreas de risco, compatibilização com o meio ambiente, posição relativa aos locais estruturados da Cidade, em especial o acesso ao trabalho e aos serviços essenciais; (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010). (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p> <p>Arts. 76, 77 e 78 - definição de AEIS (PDDUA 1999; alterado pelo PDDUA 2010 em decorrência de instrumentos do Estatuto da Cidade)</p>	<p>PROBLEMA SOCIAL</p> <p>P4. Características da problemática urbana: 30% da população excluída do direito à cidade, 13% de desemprego e um percentual de crescimento da população de baixa renda maior do que o geral da população. (IC 1996, 40);</p> <p>Art. 22 - A democratização do acesso à terra e a ampliação do número de moradias para a população com renda familiar igual ou inferior a cinco salários mínimos é o grande desafio que a Prefeitura está assumindo. São pessoas que, em sua maioria, moram precariamente e não têm condições para comprar a casa própria através dos financiamentos usualmente disponíveis. (PDDUA 1999 - comentado)</p> <p>Art. 23 - O Município deverá, nas questões que envolvem a produção da cidade, promover intervenções na cidade através de Projetos Especiais; desenvolver programas voltados para as habitações de interesse social e de incentivo a habitação para a baixa e média rendas, bem como gerenciar todos os instrumentos de planejamento com vistas a buscar uma melhor distribuição dos recursos públicos. (PDDUA 1999 - comentado)</p> <p>O município apresenta déficit habitacional, sobretudo para a população de baixa renda. (Guia 2019, P03);</p>

ESTRATÉGIAS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>Execução de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o município para a produção pública de HIS; (IC 1996)</p> <p>Art. 21 III - da implementação de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o Município para a produção pública de Habitação de Interesse Social (HIS); (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>Programa de Habitação de Interesse Social (Ações: instituição e regulamentação de AEIS entre outras) (IC 1996)</p> <p>Art. 23 II - implementação de Programas de Habitação de Interesse Social por meio de ações, projetos e procedimentos administrativos específicos, que incidam no processo de ocupação informal do solo urbano, por meio da regulamentação, da manutenção conforme cadastro e da produção de empreendimentos de HIS, viabilizando o acesso dos setores sociais de baixa renda ao solo urbanizado e legalizado, adequadamente localizado, considerando, entre outros aspectos, áreas de risco, compatibilização com o meio ambiente, posição relativa aos locais estruturados da Cidade, em especial o acesso ao trabalho e aos serviços essenciais; (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010). (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p> <p>Arts. 76, 77 e 78 - definição de AEIS (PDDUA 1999; alterado pelo PDDUA 2010 em decorrência de instrumentos do Estatuto da Cidade)</p>	<p>HABITAÇÃO PRECÁRIA P5. A má qualidade da edificação de baixa renda é decorrente da utilização de materiais inadequados além da falta de insolação e ventilação devido à alta densidade e à ocupação desordenada em locais insalubres. (IC 1996, 51); O município apresenta população de baixa renda vivendo em áreas de risco. (Guia 2019, P04); O município apresenta concentração de moradias precárias em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura (como cortiços e ocupações) (Guia 2019, P05);</p> <p>POVOS OU COMUNIDADES TRADICIONAIS P6. O município apresenta população de baixa renda ou povos e comunidades tradicionais, cuja permanência em seus bairros ou territórios está sob ameaça de remoção ou substituição. (Guia 2019, P02);</p>

ESTRATÉGIAS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>Execução de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o município para a produção pública de HIS; (IC 1996)</p> <p>Art. 21 IV - da implementação de uma política habitacional para as populações de baixa e média renda, com incentivos e estímulos à produção de habitação; (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>Programa de Habitação de Interesse Social (Ações: instituição e regulamentação de AEIS entre outras) (IC 1996)</p> <p>Art. 23 IV - Programa de Incentivos à Habitação para baixa e média renda que, através de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, com a adoção de incentivos fiscais, financiamentos especiais e oferta de Solo Criado, dentre outros, busque a criação de procedimentos simplificados no exame e aprovação de projetos de edificação e parcelamento do solo direcionados à população de baixa e média renda; (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p> <p>Arts. 76, 77 e 78 - definição de AEIS (PDDUA 1999; alterado pelo PDDUA 2010 em decorrência de instrumentos do Estatuto da Cidade)</p> <p>- Criação da CAADHAP e CTARF</p>	<p>INFRAESTRUTURA E RISCO P1. O tipo de infraestrutura existente na cidade não é propício para altas densidades; estas solicitam novas tecnologias que demandam, por sua vez, grandes investimentos. (IC 1996, 22, 23); O município possui assentamentos precários irregulares sem infraestrutura básica (favelas, loteamentos, conjuntos habitacionais) (Guia 2019, P01); O município apresenta população de baixa renda vivendo em áreas de risco (Guia 2019, P04);</p> <p>USO DO SOLO E ACESSO A TERRA P2. A provisão de habitações populares pelo setor público e privado ocorre, frequentemente, em áreas periféricas ou inadequadas, em consequência da alta valorização de terras urbanizadas e a fraca incidência do poder público no mercado fundiário. A participação da atividade primária na economia do Município é inexpressiva e o custo do solo é atrativo para a localização de assentamentos populacionais de baixa renda. (IC 1996, 16, 17, 21, 38);</p>

ESTRATÉGIAS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>Execução de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o município para a produção pública de HIS; (IC 1996)</p> <p>Art. 21 IV - da implementação de uma política habitacional para as populações de baixa e média renda, com incentivos e estímulos à produção de habitação; (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>Programa de Habitação de Interesse Social (Ações: instituição e regulamentação de AEIS entre outras) (IC 1996)</p> <p>Art. 23 IV - Programa de Incentivos à Habitação para baixa e média renda que, através de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, com a adoção de incentivos fiscais, financiamentos especiais e oferta de Solo Criado, dentre outros, busque a criação de procedimentos simplificados no exame e aprovação de projetos de edificação e parcelamento do solo direcionados à população de baixa e média renda; (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p> <p>Arts. 76, 77 e 78 - definição de AEIS (PDDUA 1999; alterado pelo PDDUA 2010 em decorrência de instrumentos do Estatuto da Cidade)</p> <p>- Criação da CAADHAP e CTARF</p>	<p>USO DO SOLO E ACESSO A TERRA</p> <p>P2. Provisão pública de habitação de baixa renda para o atendimento do déficit anual, em áreas adequadas quanto à localização e ao valor da terra com regras especiais e incentivos e/ou definição de regramentos especiais para a produção privada. Os vazios urbanos existentes dentro da malha urbana (cidade urbanizada) possibilitaram a "concertação" de áreas já consolidadas, especialmente no que se refere à complementação da rede de espaços abertos e potencialização de centralidades. Por outro lado, dificilmente servirão para atender a programas de acesso à terra para a população de baixa renda, face ao seu alto custo. Constitui exceção alguns setores da cidade em que este custo poderia ser absorvido através de parcerias entre o setor público e o setor privado. (IC 1996, 35);</p> <p>A cidade é resultado de uma construção conjunta, onde cada um deve fazer a sua parte. O município dará condições e orientações para que as empresas e os proprietários de terra contribuam para o desenvolvimento urbano reduzindo o desequilíbrio social, bem como promovendo uma política para a construção de moradias de baixo custo. (PDDUA 1999 Art. 21 - comentado)</p> <p>A introdução dos aspectos relativos à política habitacional vinculando o papel do Plano Diretor a uma gestão mais democrática em relação à distribuição de renda urbana e à universalização do direito à cidade, com vistas a incidir na produção urbana, através da qualificação da habitação de interesse social e o acesso à terra urbanizada. (PDDUA 1999 - comentado)</p> <p>O município apresenta déficit habitacional, sobretudo para a população de baixa renda (Guia 2019, P03);</p>

ESTRATÉGIAS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>Execução de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o município para a produção pública de HIS; (IC 1996)</p> <p>Art. 21 IV - da implementação de uma política habitacional para as populações de baixa e média renda, com incentivos e estímulos à produção de habitação; (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>Programa de Habitação de Interesse Social (Ações: instituição e regulamentação de AEIS entre outras) (IC 1996)</p> <p>Art. 23 IV - Programa de Incentivos à Habitação para baixa e média renda que, através de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, com a adoção de incentivos fiscais, financiamentos especiais e oferta de Solo Criado, dentre outros, busque a criação de procedimentos simplificados no exame e aprovação de projetos de edificação e parcelamento do solo direcionados à população de baixa e média renda; (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p> <p>Arts. 76, 77 e 78 - definição de AEIS (PDDUA 1999; alterado pelo PDDUA 2010 em decorrência de instrumentos do Estatuto da Cidade)</p> <p>- Criação da CAADHAP e CTARF</p>	<p>INSTRUMENTOS</p> <p>P3. O instrumento Solo Criado está associado em Porto Alegre a ideias como: Possibilidade de geração de recursos para programas habitacionais de baixa renda. (IC 1996, 36);</p> <p>Parcerias entre a Prefeitura e os particulares serão estimuladas. O Município aplicará o dinheiro, obtido através dos novos instrumentos de planejamento com que passa a contar, como por exemplo, o Solo Criado (possibilidade de o particular construir a mais) nas vilas e bairros mais pobres. (PDDUA 1999 Art. 22 - comentado)</p> <p>PROBLEMA SOCIAL</p> <p>P4. Art. 22 - A democratização do acesso à terra e a ampliação do número de moradias para a população com renda familiar igual ou inferior a cinco salários mínimos é o grande desafio que a Prefeitura está assumindo. São pessoas que, em sua maioria, moram precariamente e não têm condições para comprar a casa própria através dos financiamentos usualmente disponíveis. (PDDUA 1999 - comentado)</p> <p>Art. 23 - O Município deverá, nas questões que envolvem a produção da cidade, promover intervenções na cidade através de Projetos Especiais; desenvolver programas voltados para as habitações de interesse social e de incentivo a habitação para a baixa e média rendas, bem como gerenciar todos os instrumentos de planejamento com vistas a buscar uma melhor distribuição dos recursos públicos. (PDDUA 1999 - comentado)</p> <p>O município apresenta déficit habitacional, sobretudo para a população de baixa renda. (Guia 2019, P03);</p>

ESTRATÉGIAS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>Execução de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o município para a produção pública de HIS; (IC 1996)</p> <p>Art. 21 VIII – do incentivo da promoção da retomada da função habitacional do Centro Histórico, por parte do Município, ou por meio de oportunidades empresariais, visando ao atendimento da demanda de interesse social. (NR) (Incluído pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010). (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>Programa de Habitação de Interesse Social (Ações: instituição e regulamentação de AEIS entre outras) (IC 1996)</p> <p>Art. 23 V – Programa de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do Centro Histórico, buscando procedimentos alternativos para a adequação dessas edificações às atuais exigências de habitabilidade, visando ao atendimento da demanda de HIS. (Incluído pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010); (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>INFRAESTRUTURA E RISCO</p> <p>P1. O tipo de infraestrutura existente na cidade não é propício para altas densidades; estas solicitam novas tecnologias que demandam, por sua vez, grandes investimentos. (IC 1996, 22, 23); O município possui assentamentos precários irregulares sem infraestrutura básica (favelas, loteamentos, conjuntos habitacionais) (Guia 2019, P01); O município apresenta população de baixa renda vivendo em áreas de risco (Guia 2019, P04);</p> <p>USO DO SOLO E ACESSO A TERRA</p> <p>P2. A provisão de habitações populares pelo setor público e privado ocorre, frequentemente, em áreas periféricas ou inadequadas, em consequência da alta valorização de terras urbanizadas e a fraca incidência do poder público no mercado fundiário. (IC 1996, 16, 17, 21); Provisão pública de habitação de baixa renda para o atendimento do déficit anual, em áreas adequadas quanto à localização e ao valor da terra com regras especiais e incentivos e/ou definição de regimentos especiais para a produção privada. Os vazios urbanos existentes dentro da malha urbana (cidade urbanizada) possibilitaram a “concertação” de áreas já consolidadas, especialmente no que se refere à complementação da rede de espaços abertos e potencialização de centralidades. Por outro lado, dificilmente servirão para atender a programas de acesso à terra para a população de baixa renda, face ao seu alto custo. Constitui exceção alguns setores da cidade em que este custo poderia ser absorvido através de parcerias entre o setor público e o setor privado. (IC 1996, 35);</p>

ESTRATÉGIAS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>Execução de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o município para a produção pública de HIS; (IC 1996)</p> <p>Art. 21 VIII – do incentivo da promoção da retomada da função habitacional do Centro Histórico, por parte do Município, ou por meio de oportunidades empresariais, visando ao atendimento da demanda de interesse social. (NR) (Incluído pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010). (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>Programa de Habitação de Interesse Social (Ações: instituição e regulamentação de AEIS entre outras) (IC 1996)</p> <p>Art. 23 V – Programa de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do Centro Histórico, buscando procedimentos alternativos para a adequação dessas edificações às atuais exigências de habitabilidade, visando ao atendimento da demanda de HIS. (Incluído pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010); (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>USO DO SOLO E ACESSO A TERRA</p> <p>P2. A cidade é resultado de uma construção conjunta, onde cada um deve fazer a sua parte. O município dará condições e orientações para que as empresas e os proprietários de terra contribuam para o desenvolvimento urbano reduzindo o desequilíbrio social, bem como promovendo uma política para a construção de moradias de baixo custo. (PDDUA 1999 Art. 21 - comentado) A introdução dos aspectos relativos à política habitacional vinculando o papel do Plano Diretor a uma gestão mais democrática em relação à distribuição de renda urbana e à universalização do direito à cidade, com vistas a incidir na produção urbana, através da qualificação da habitação de interesse social e o acesso à terra urbanizada. (PDDUA 1999 – comentado) O município apresenta déficit habitacional, sobretudo para a população de baixa renda (Guia 2019, P03);</p> <p>INSTRUMENTOS</p> <p>P3. O instrumento Solo Criado está associado em Porto Alegre a ideias como: Possibilidade de geração de recursos para programas habitacionais de baixa renda. (IC 1996, 36); Parcerias entre a Prefeitura e os particulares serão estimuladas. O Município aplicará o dinheiro, obtido através dos novos instrumentos de planejamento com que passa a contar, como por exemplo, o Solo Criado (possibilidade de o particular construir a mais) nas vilas e bairros mais pobres. (PDDUA 1999 Art. 22 - comentado)</p>

ESTRATÉGIAS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO

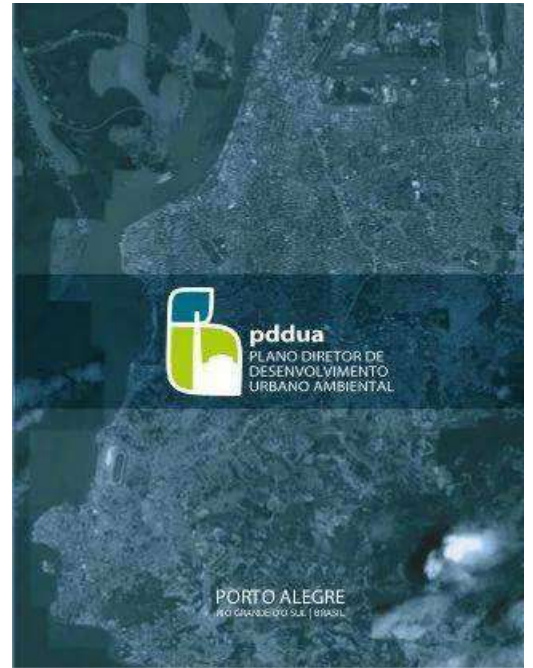
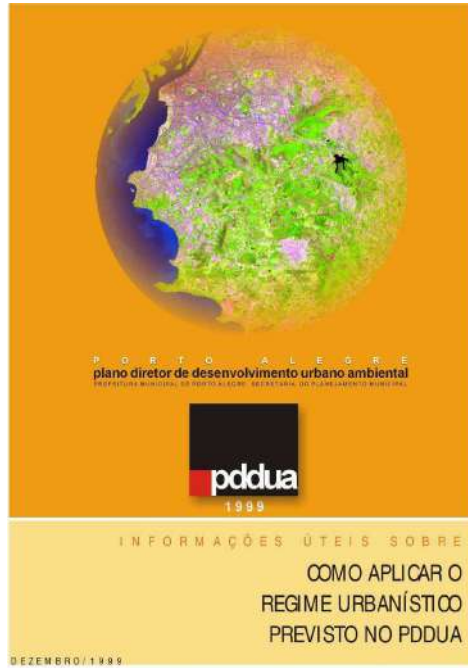
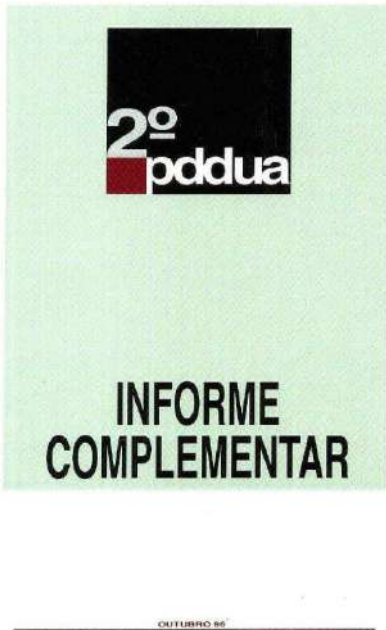
Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>Execução de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o município para a produção pública de HIS; (IC 1996)</p> <p>Art. 21 VIII – do incentivo da promoção da retomada da função habitacional do Centro Histórico, por parte do Município, ou por meio de oportunidades empresariais, visando ao atendimento da demanda de interesse social. (NR) (Incluído pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010). (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>Programa de Habitação de Interesse Social (Ações: instituição e regulamentação de AEIS entre outras) (IC 1996)</p> <p>Art. 23 V – Programa de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do Centro Histórico, buscando procedimentos alternativos para a adequação dessas edificações às atuais exigências de habitabilidade, visando ao atendimento da demanda de HIS. (Incluído pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010); (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>PROBLEMA SOCIAL</p> <p>P4. Art. 22 – A democratização do acesso à terra e a ampliação do número de moradias para a população com renda familiar igual ou inferior a cinco salários mínimos é o grande desafio que a Prefeitura está assumindo. São pessoas que, em sua maioria, moram precariamente e não têm condições para comprar a casa própria através dos financiamentos usualmente disponíveis. (PDDUA 1999 - comentado)</p> <p>Art. 23 – O Município deverá, nas questões que envolvem a produção da cidade, promover intervenções na cidade através de Projetos Especiais; desenvolver programas voltados para as habitações de interesse social e de incentivo a habitação para a baixa e média rendas, bem como gerenciar todos os instrumentos de planejamento com vistas a buscar uma melhor distribuição dos recursos públicos. (PDDUA 1999 - comentado)</p> <p>O município apresenta déficit habitacional, sobretudo para a população de baixa renda. (Guia 2019, P03);</p>

ESTRATÉGIAS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>Execução de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o município para a produção pública de HIS; (IC 1996)</p> <p>Art. 21 VIII – do incentivo da promoção da retomada da função habitacional do Centro Histórico, por parte do Município, ou por meio de oportunidades empresariais, visando ao atendimento da demanda de interesse social. (NR) (Incluído pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010). (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>Programa de Habitação de Interesse Social (Ações: instituição e regulamentação de AEIS entre outras) (IC 1996)</p> <p>Art. 23 V – Programa de Incentivo à Recuperação de Prédios Ociosos do Centro Histórico, buscando procedimentos alternativos para a adequação dessas edificações às atuais exigências de habitabilidade, visando ao atendimento da demanda de HIS. (Incluído pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010); (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>HABITAÇÃO PRECÁRIA</p> <p>P5. A má qualidade da edificação de baixa renda é decorrente da utilização de materiais inadequados além da falta de insolação e ventilação devido à alta densidade e à ocupação desordenada em locais insalubres. (IC 1996, 51);</p> <p>O município apresenta população de baixa renda vivendo em áreas de risco. (Guia 2019, P04);</p> <p>O município apresenta concentração de moradias precárias em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura (como cortiços e ocupações) (Guia 2019, P05);</p> <p>POVOS OU COMUNIDADES TRADICIONAIS</p> <p>P6. O município apresenta população de baixa renda ou povos e comunidades tradicionais, cuja permanência em seus bairros ou territórios está sob ameaça de remoção ou substituição. (Guia 2019, P02);</p>

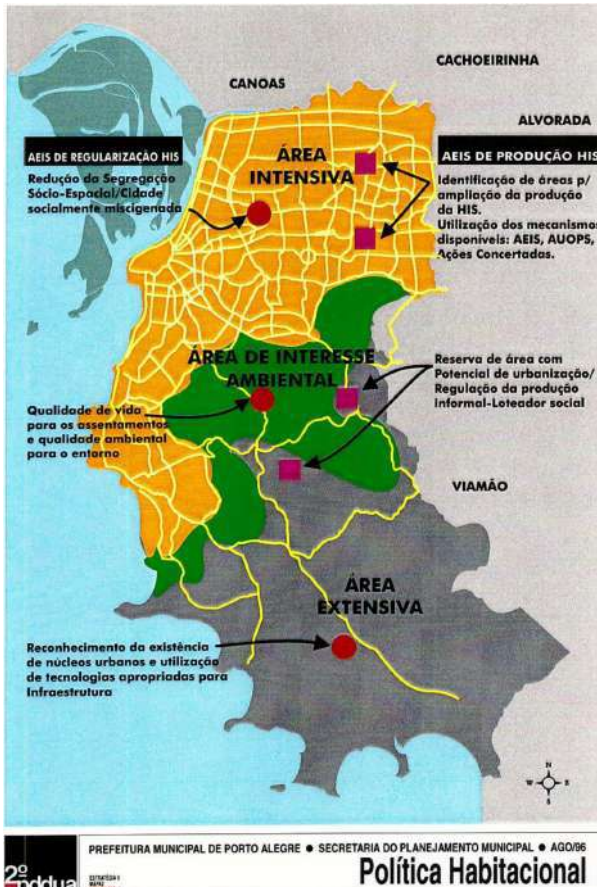


ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DA CIDADE

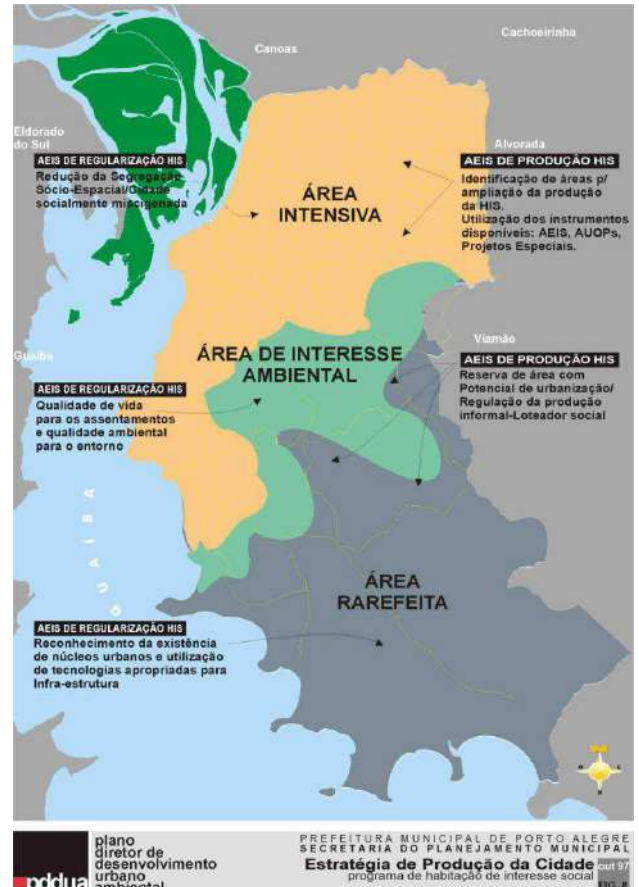
Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

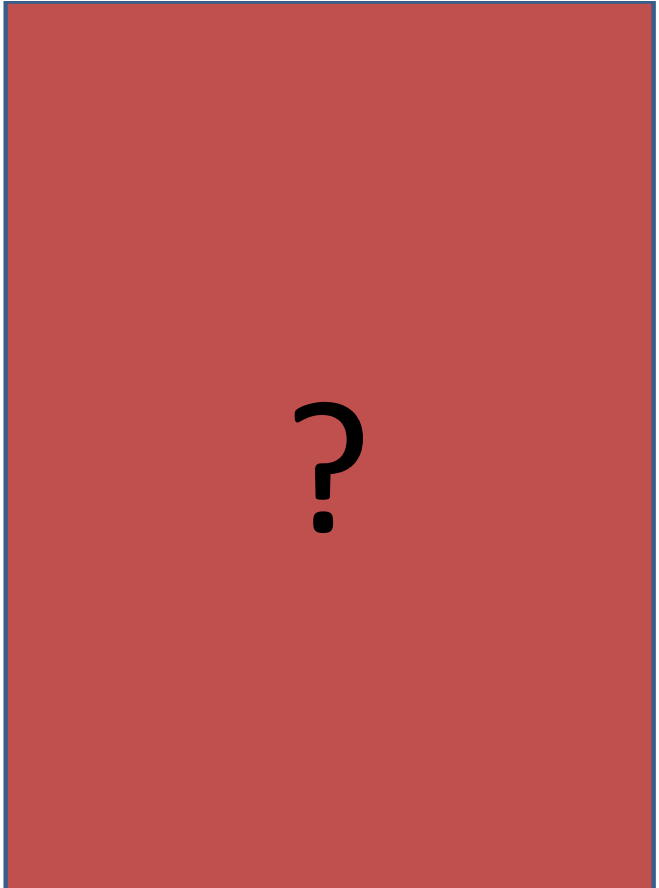
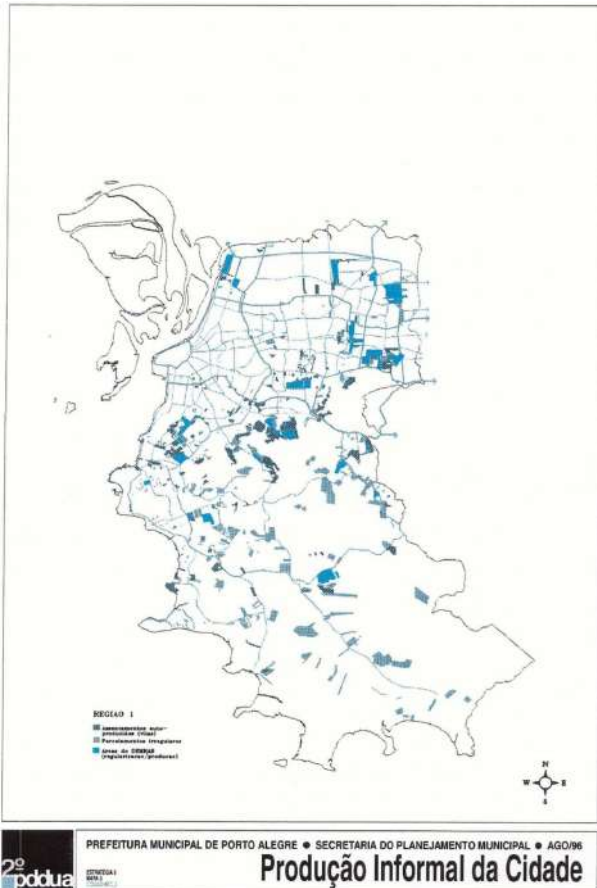
- LEITURA MAPAS E DIAGRAMAS -

Mapa Política Habitacional - IC 1996



Programa de Habitação de Interesse Social - PDDUA 1999





ESTRATÉGIAS PRODUÇÃO DA CIDADE/ HABITAÇÃO Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

LEITURA PESSOAL SOBRE O ASSUNTO

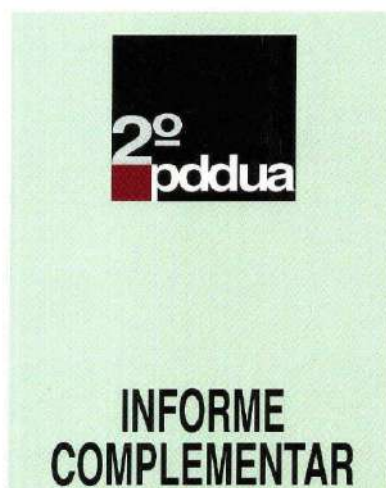
- Não houve muitas alterações no mapa de Política Habitacional (96) para o de Programa de Habitação de Interesse Social (99);
- Foram excluídos o traçado viário e indicações de áreas em retângulos e círculos cor de rosa;
- Houve inclusão de definição de áreas de produção ou de regularização de HIS;
- No informe complementar de 1996 há um mapa da Produção Informal da Cidade com indicações de assentamentos autoproduzidos (vilas), parcelamentos irregulares e áreas do DEMHAB (regularização/ produção);
- Este mapa não aparece no PDDUA/99;
- Na revisão de 2010 consta informação “mapas anexos com a demarcação de AEIS”, entretanto não estão disponíveis na versão encadernada nem no site.

LC 646/10

Art. 76. As Áreas Especiais de Interesse Social são aquelas destinadas à produção e à manutenção de Habitação de Interesse Social, com destinação específica, normas próprias de uso e ocupação do solo, compreendendo as seguintes situações:

§ 8º São consideradas como AEIS as áreas demarcadas nos mapas 1/4, 2/4, 3/4 e 4/4 em anexo a esta Lei Complementar, com regime urbanístico a ser definido por decreto. (Incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

???



CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS AMBIENTE NATURAL



CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
9. DEGRADAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL POR FALTA DE SUSTENTABILIDADE (econômica, ambiental, gestão)	CONFLITO ALTO	A inexistência de opções de usos diferenciados e de incentivos adequados, somados ao processo de urbanização descontrolada e à ineficiência no gerenciamento público, político e administrativo, acarretam a degradação do patrimônio natural do município, levando, em algumas situações, à quase total destruição deste.
10. COMPROMETIMENTO DE ÁREAS NATURAIS COM INTERESSE PARA PRESERVAÇÃO OU CONSERVAÇÃO PELA OCUPAÇÃO INADEQUADA (orla do Guaíba, áreas de risco em paisagens notáveis, etc)	CONFLITO MÉDIO	O processo de urbanização desordenado, a privatização da orla do Guaíba, a extração de materiais minerais e práticas agrícolas indevidas têm afetado de forma significativa as áreas representativas do patrimônio natural da cidade.
13. DEGRADAÇÃO DA QUALIDADE DE ÁGUAS INTERIORES X FALTA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS	CONFLITO ALTO	A ausência de tratamento adequado dos esgotos domésticos e dos efluentes industriais e rurais, bem como a contaminação do lençol freático em função da disposição de resíduos sólidos sem tratamento, são responsáveis pela poluição dos arroios que cruzam o município, afetando diretamente a balneabilidade do Guaíba e a qualidade dos mananciais de abastecimento, o que implica diretamente nos elevados custos do tratamento da água para consumo humano.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
14. ASSOAREAMENTO DOS CURSOS D'ÁGUA E DAS REDES PÚBLICAS DE DRENAGEM	CONFLITO MÉDIO	O aporte de sedimentos oriundos da erosão das áreas marginais e de nascente e da movimentação de terras para a construção civil, assim como o lançamento de lixo diretamente nos leitos, são causas de assoreamento de arroios e de redes públicas de drenagem, acarretando altos prejuízos ao meio ambiente e à população e elevação dos custos de manutenção das redes.
28. EXPLICAÇÃO DE UM SISTEMA DE ESPAÇOS ABERTOS (parques, praças, equipamentos especiais de diferentes tipos ou naturezas, etc.)	POTENCIALIDADE ALTA	A potencialização de um sistema de espaços abertos que avance em relação à simples ideia de estruturação de uma rede física de circulação, deve incorporar os demais espaços públicos ou de uso público da cidade com vistas à articulação dos diversos setores urbanos. Nesta concepção dever-se-á considerar equipamentos de abrangência urbana e cotidiana como praças, parques e centros culturais. Um sistema com estas características, deverá valorizar a policentralidade e adotar estratégias próprias de desenho e gestão.
29. DEFINIÇÃO DE USOS ESPECIAIS EM ÁREAS DE INTERESSE NATURAL E CULTURAL X PRESERVAÇÃO (ações concertadas que garantam a sustentabilidade econômica)	POTENCIALIDADE MÉDIA	Partindo-se do princípio de que a definição precisa da destinação destas áreas é fundamental para sua perpetuação, entende-se que grande parte poderá receber usos especiais compatibilizados com a imposição e características do meio natural, com finalidades habitacionais, de lazer ou turismo, rurais e de preservação permanente. sem uso humano. Estes resultados poderão ser obtidos através de ações conjuntas entre poderes público e privado, garantindo a sustentabilidade social, ambiental, econômica e de gestão. Os instrumentos de controle urbanístico reguladores do uso, ocupação, adensamento, verticalização, que definem o grau do uso do solo, deverão ser estabelecidos & partir das características e condições do meio ambiente (critérios geológico, hidrológico, florístico, faunístico, climático, e das paisagens natural e urbana).

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL – OUTUBRO 1996

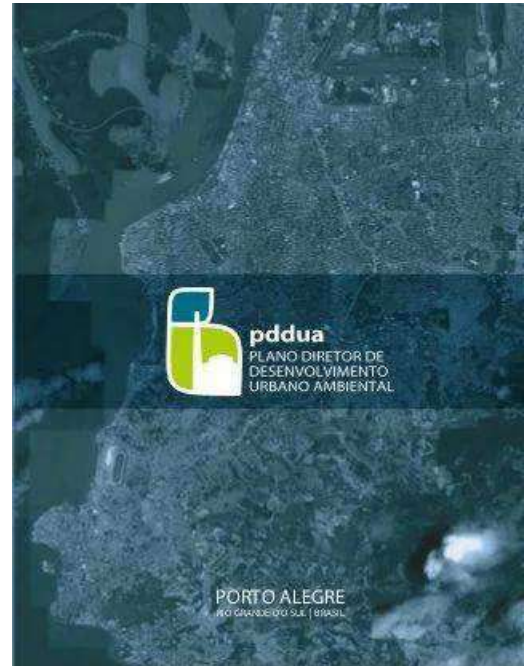
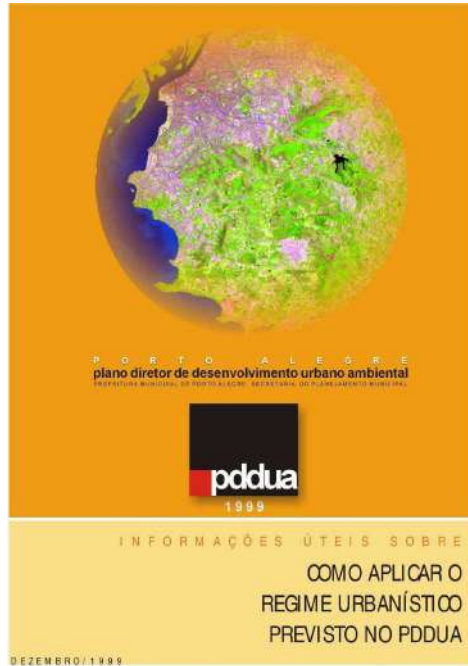
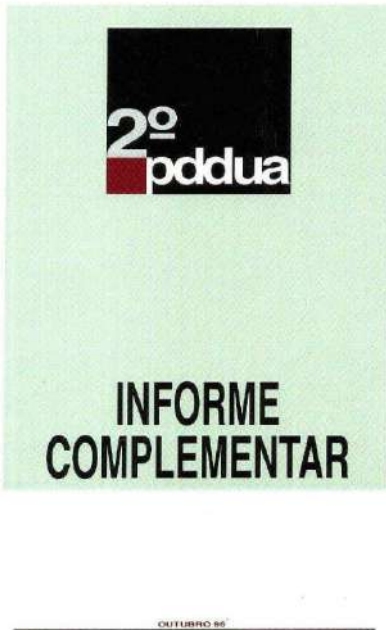
SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
31. VALOR AMBIENTAL DAS ÁREAS NÃO CONSOLIDADAS (extremo sul x interface com a cidade pré-existente)	POTENCIALIDADE ALTA	Nas áreas municipais onde ainda não se consolidou a urbanização, é significativa a presença de componentes matinais. Portanto, é imprescindível que a ocupação proposta para o futuro busque novas condições de equilíbrio, não mais o ecológico, mas sim, o urbano, assegurando a boa qualidade de vida para a sociedade. Grande parte destas áreas hoje são utilizadas para produção rural, com boas condições de sustentabilidade, apesar da pressão urbana existente. Localizam-se, basicamente, no extremo sul do município.
32. POTENCIALIZAR E FLEXIBILIZAR OS ELEMENTOS ESTRUTURAIS	POTENCIALIDADE MÉDIA	A potencialização de um sistema de espaços abertos que avance em relação à simples ideia de estruturação de uma rede física de circulação, deve incorporar os demais espaços públicos ou de uso público da cidade com vistas à articulação dos diversos setores urbanos. Nesta concepção dever-se-á considerar equipamentos de abrangência urbana e cotidiana como praças, parques e centros culturais. Um sistema com estas características, deverá valorizar a potencialidade e adotar estratégias próprias de desenho e gestão.
43. RETIRADA DA COBERTURA VEGETAL PARA USOS INADEQUADOS (disposição de resíduos sólidos sem, tratamento, saibreas, pedreiras, etc.)	CONFLITO MÉDIO	A extração mineral desordenada, a deposição de resíduos sólidos sem tratamento adequado e a retirada da cobertura vegetal em pontos de alta sensibilidade têm causado a paulatina degradação dos solos.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
44. REDUZIDA POSSIBILIDADE DE DESFRUTE DA PAISAGEM X ALTO POTENCIAL PAISAGÍSTICO	CONFLITO MÉDIO	Porto Alegre apresenta um alto potencial paisagístico, quer pela sua posição geográfica, quer pelas condições de seu sítio natural (ilhas, orla, morros, planícies) que atualmente não está sendo desfrutado pela população por falta de estrutura adequada para tal e pelo processo gradativo de privatização desta paisagem.
48. BAIXO ÍNDICE DE RECICLAGEM DE MATÉRIA LÍQUIDA E SÓLIDA E ALTA INTERFERÊNCIA DE RESÍDUOS NO AMBIENTE	CONFLITO MÉDIO	A ausência de tratamento de esgotos e efluentes (apenas 5% do total é tratado) e o baixo índice de reciclagem de lixo doméstico e dos demais resíduos sólidos leva à alta interferência no meio natural (degradação da qualidade da água e do solo).
49. DESPERDÍCIO DE ÁGUA E ENERGIA (mau uso, redes obsoletas e tecnologias inadequadas)	CONFLITO ALTO	Em Porto Alegre verifica-se um desperdício significativo de água potável em função do seu uso irracional por parte da população e da precariedade de grande parte dos equipamentos operacionais de distribuição, diminuindo o rendimento e a segurança e favorecendo as fugas de água (necessidade de substituição de redes antigas). Os serviços de saneamento – tratamento de água e recalque do pluvial – são demandadores de grandes quantidades de energia elétrica que poderiam ser evitados se a população fosse orientada para evitar o desperdício de água para tornar o uso energético o mais racional possível e considerar a possibilidade de recuperação de parcelas de energia através da transformação de esgotos, lixos e outras fontes. Outra demandadora de grande quantidade de energia obtida através da queima de combustíveis derivados do petróleo é a dos transportes, onde o desperdício é significativo, considerando-se os grandes percursos a serem vencidos e os constantes engarrafamentos.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
50. AVANÇOS INSUFICIENTES DA TECNOLOGIA EDÍLICA PARA A ECONOMIA ENERGÉTICA	CONFLITO MÉDIO	A arquitetura desenvolvida com base em exemplos geralmente importados de países do primeiro mundo, com clima diverso do nosso, exige para manutenção do conforto ambiental dessas edificações um alto consumo energético, extremamente caro tanto do ponto de vista ambiental, social como financeiro. Alguns avanços foram obtidos através das normas do Código de Edificações, embora ainda insuficientes para resolver este conflito.



ESTRATÉGIAS DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

- TEXTO -



ESTRATÉGIAS DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>I. Estabelecer Diretrizes Gerais de Atuação Consolidadas a partir dos Planos Setoriais de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem Urbana, Gerenciamento de Resíduos Sólidos e de Energia e do Plano de Proteção Ambiental</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>I. Programa de Conservação de Energia - Plano de Gerenciamento de Energia; II. Programa de Espaços Abertos; III. Programa de Prevenção e Controle da Poluição; IV. Programa de Proteção às Áreas Naturais V. Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. Falta de um Plano de Gestão Ambiental (PDDUA 1999; PDDUA 2010); P2. Carência de ações que garantam a Melhor Qualidade de Vida na Cidade, com o mínimo de Consumo Energético e a Menor Agressão ao Ambiente; P3. Não Valorização da Paisagem e da Estruturação dos Espaços Públicos; P4. Poluição e Degradação do Meio Ambiente; P5. Carência de Estudos para identificação de espaços representativos de valor Natural; P6. Falta de Ações Permanentes de Implantação e Manutenção de Parques e Praças.</p>

ESTRATÉGIAS DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>I. Estabelecer Diretrizes Gerais de Atuação Consolidadas a partir dos Planos Setoriais de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Drenagem Urbana, Gerenciamento de Resíduos Sólidos e de Energia e do Plano de Proteção Ambiental</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>1. Programa: Plano de Manejo Ambiental</p> <p>IC 1996</p> <p>V. Programa de Gestão Ambiental</p> <p>PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. Falta de um Plano de Gestão Ambiental (PDDUA 1999; PDDUA 2010);</p> <p>P2. Falta de Planos Setoriais de abastecimento de água, Esgotamento Sanitário, Drenagem Urbana, Gerenciamento de Resíduos Sólidos um Plano de Gestão Ambiental;</p> <p>P3. Inexistência de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Energia e de Proteção Ambiental.</p>
<p>II. Promover a Melhor Qualidade de Vida na Cidade, com o mínimo de Consumo Energético e a Menor Agressão ao Ambiente</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>5. Programa de Conservação de Energia</p> <p>IC 1996</p> <p>IV. Programa de Conservação de Energia</p> <p>PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. Carência de ações que garantam a Melhor Qualidade de Vida na Cidade, com o mínimo de Consumo Energético e a Menor Agressão ao Ambiente</p>

ESTRATÉGIAS DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

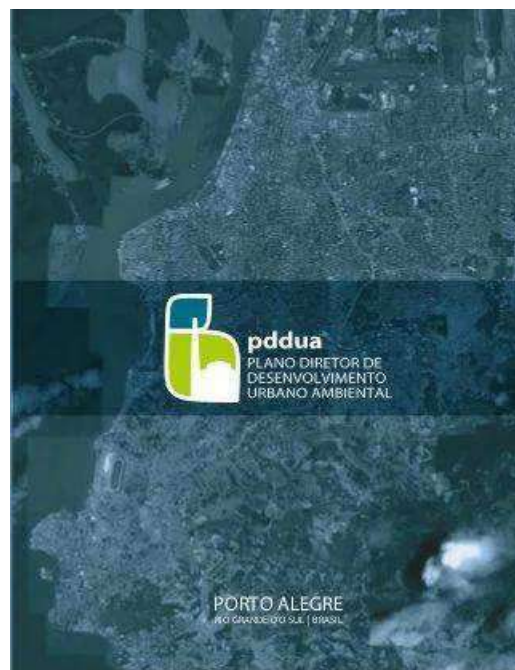
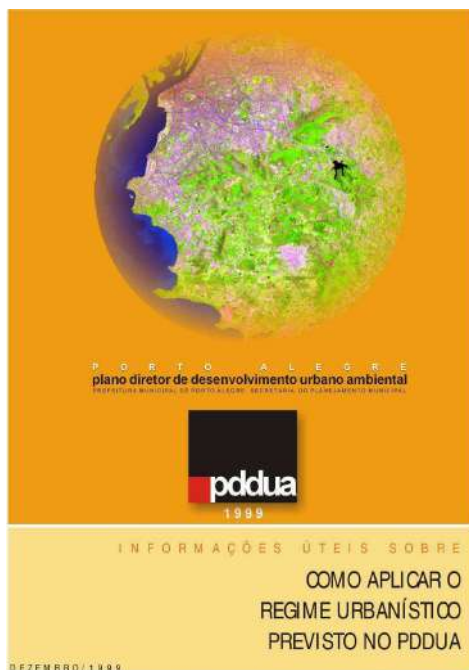
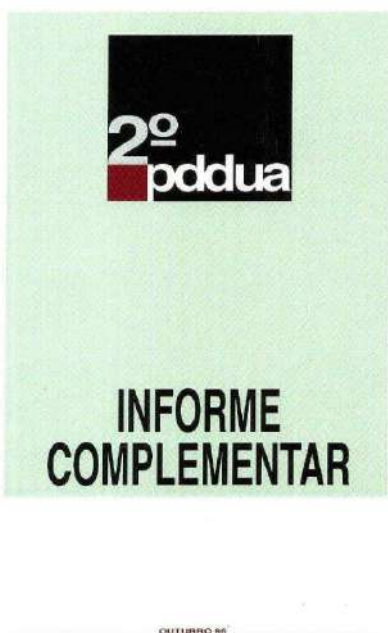
Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>III. Valorização da Paisagem e da Estruturação dos Espaços Públicos</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>I. Programa de Espaços Abertos (<i>Estratégia de Estruturação Urbana</i>)</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. Não Valorização da Paisagem e da Estruturação dos Espaços Públicos</p>
<p>IV. Promoção de Monitoramento da Poluição</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>4. Programa de Saneamento e Monitoramento da Poluição</p> <p>IC 1996</p> <p>VI. Programa de Prevenção e Controle da Poluição</p> <p>PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. Poluição e Degradação do Meio Ambiente</p>

ESTRATÉGIAS DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>V. Desenvolver Estudos para identificação de Espaços Representativos de Valor Natural</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>2. Programa de Conservação e Recuperação de Áreas Naturais</p> <p>IC 1996</p> <p>II. Programa de Proteção às Áreas Naturais</p> <p>PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. Carência de Estudos para identificação de espaços representativos de valor Natural</p>
<p>VI. Promoção de Ações Permanentes de Implantação e Manutenção de Parques e Praças</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>3. Programa de Implantação, Recuperação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas Públicas e Privadas</p> <p>IC 1996</p> <p>III. Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas</p> <p>PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. Carência de Estudos para identificação de espaços representativos de valor Natural</p>

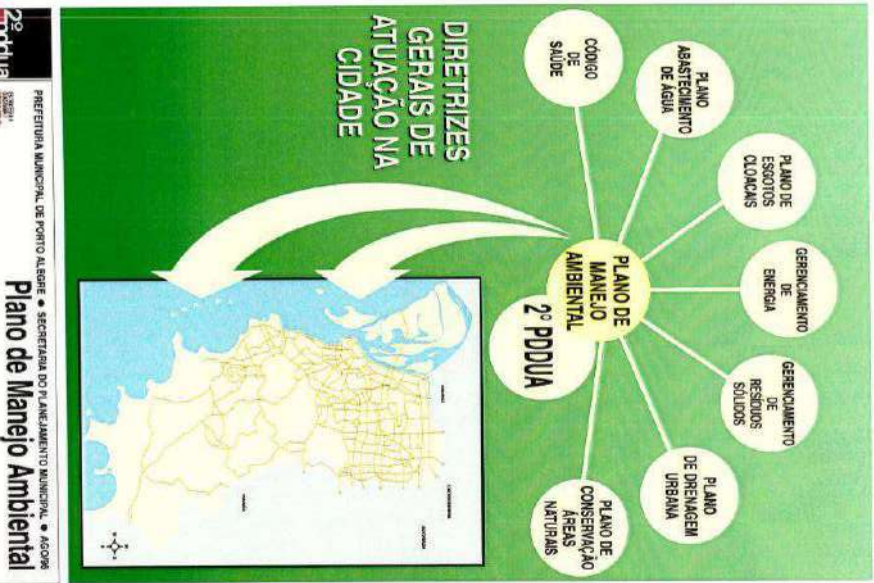


ESTRATÉGIAS DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

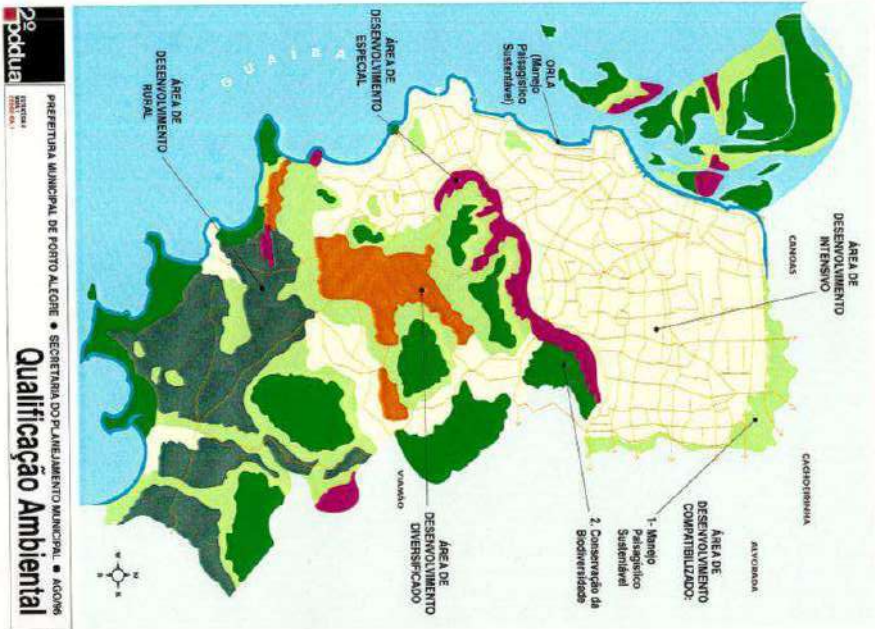
Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

- LEITURA MAPAS E DIAGRAMAS -

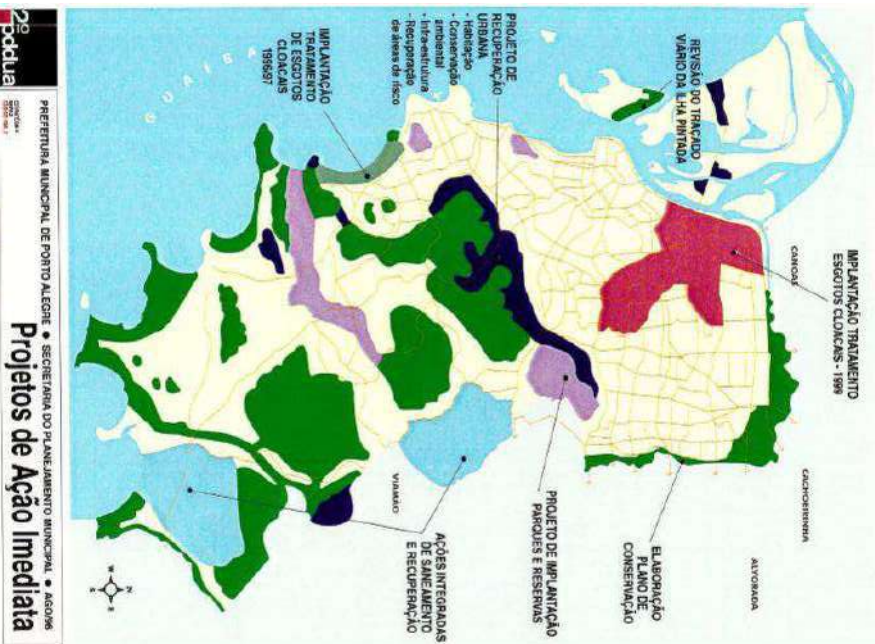
Plano de Manejo Ambiental - IC 1996



Mapa Qualificação Ambiental - IC 1996

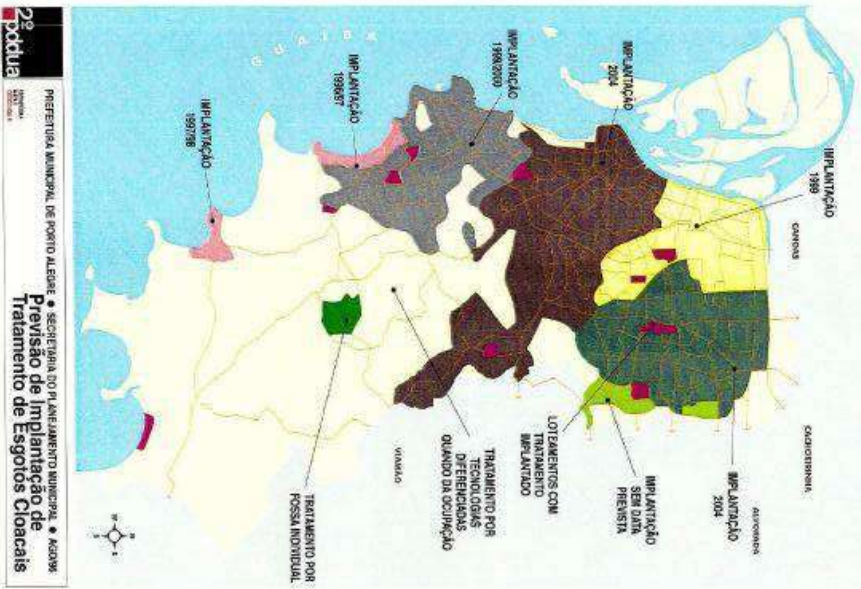


Proteção Natural - IC 1996

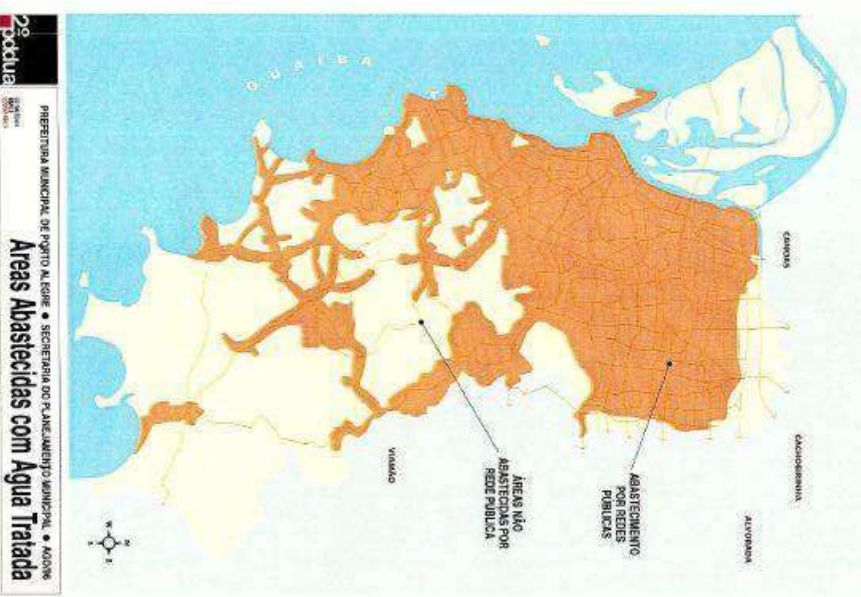


Projetos de Ação Imediata - IC 1996

Previsão de Implantação de Tratamento de Esgotos Cloacais- IC 1996

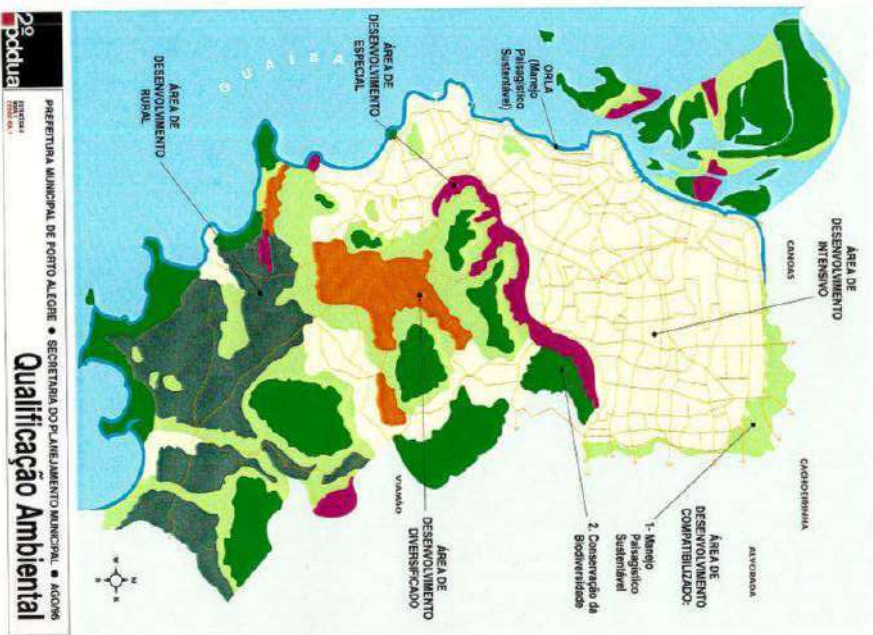


Recuperação de Áreas Degradadas - IC 1996

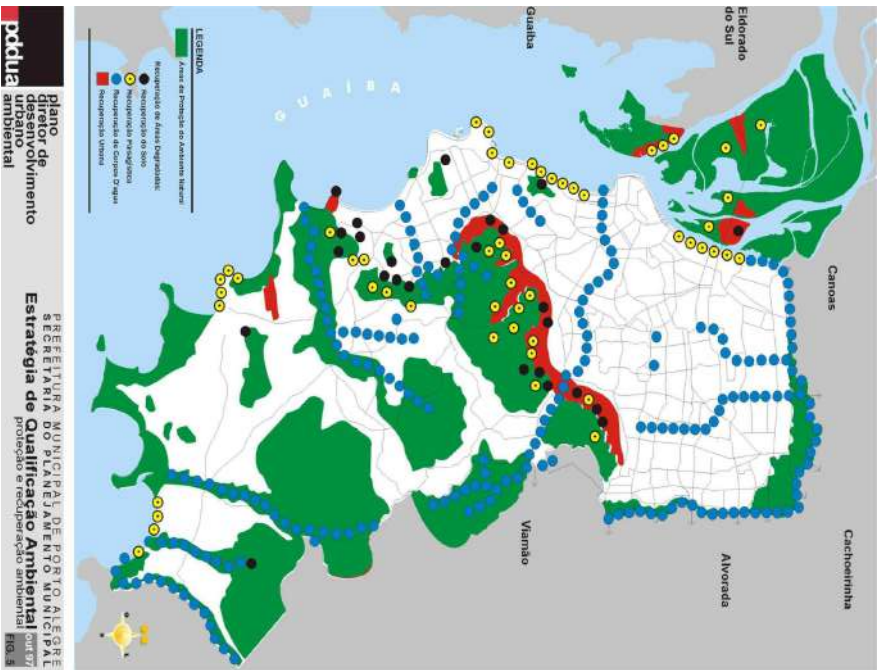
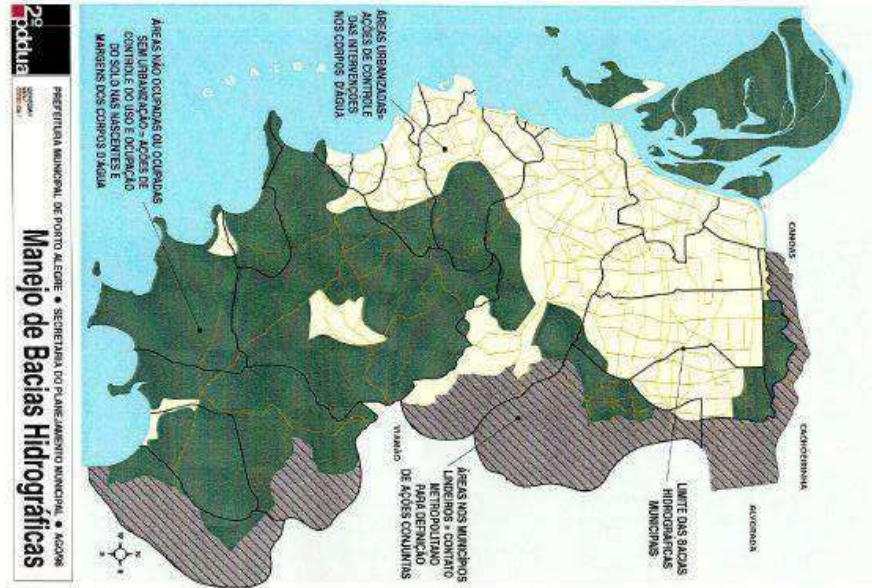


Áreas Abastecidas com Água Tratada - IC 1996

Mapa Qualificação Ambiental - IC 1996

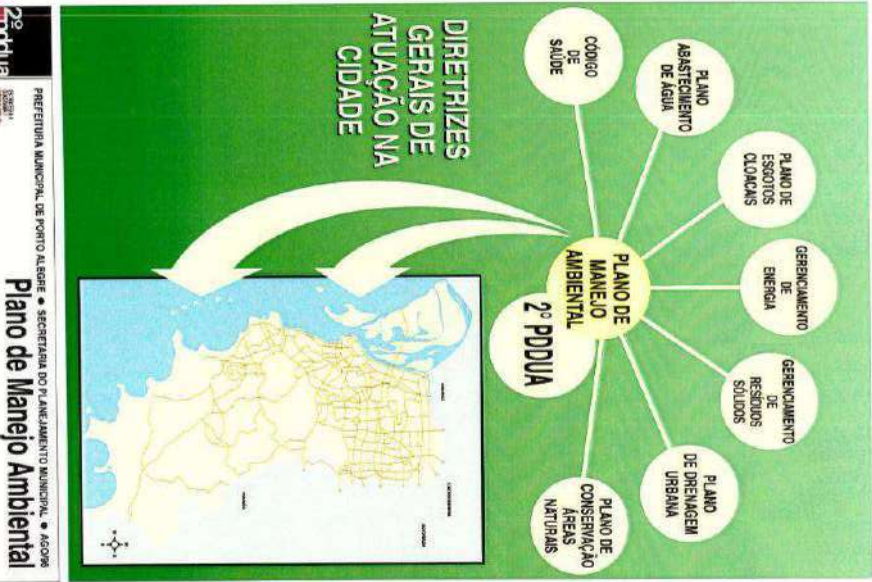


Manejo de Bacias Hidrográficas - IC 1996

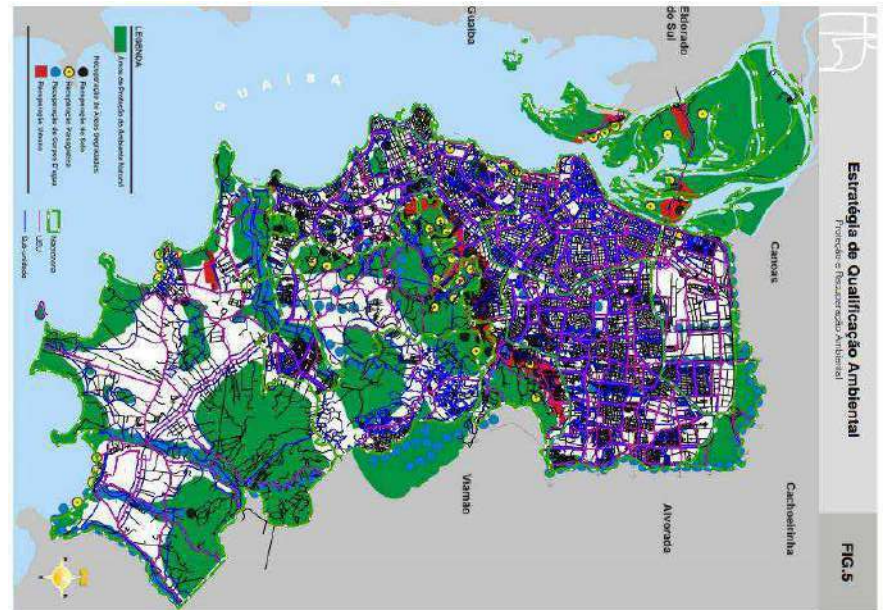
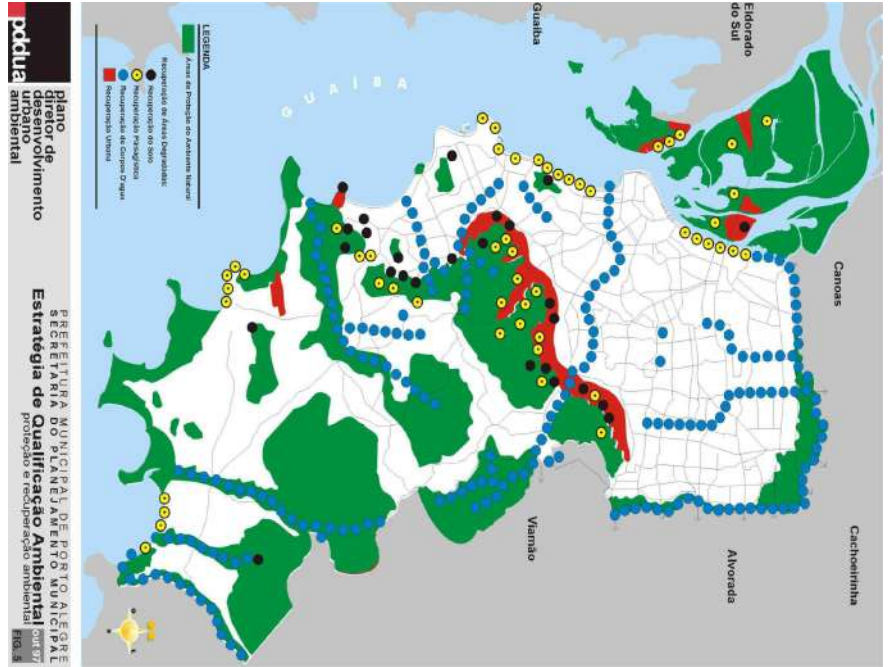


Proteção e Recuperação Ambiental - PDDUA 1999

Diagrama Plano de Manejo Ambiental - IC 1996



Proteção e Recuperação Ambiental - PDDUA 1999



Proteção e Recuperação Ambiental - PDDUA 2010

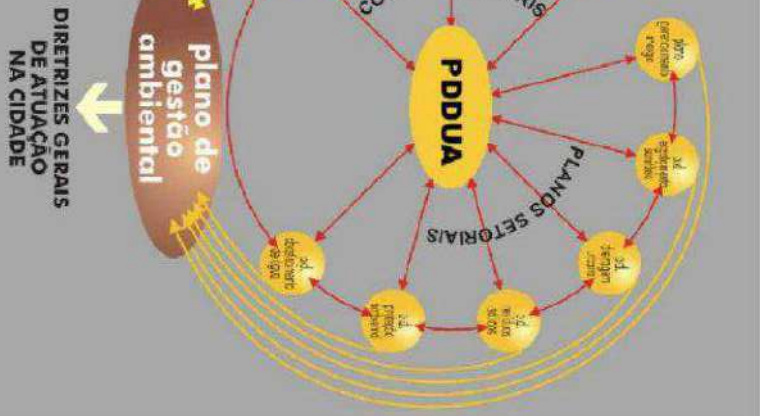


Diagrama Plano de Gestão Ambiental - PDDUA 1999

Diagrama Plano de Gestão Ambiental - PDDUA 1999

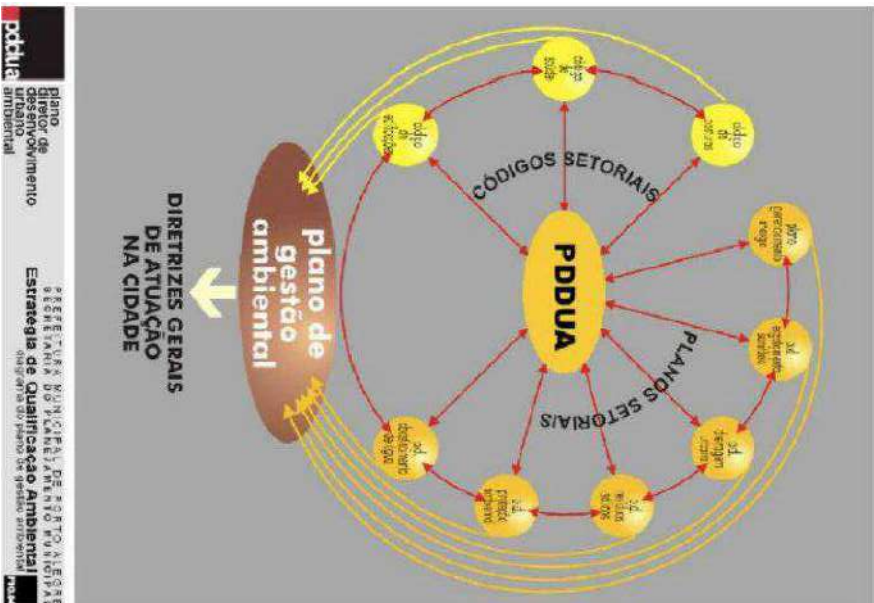


Diagrama Plano de Gestão Ambiental - PDDUA 2010

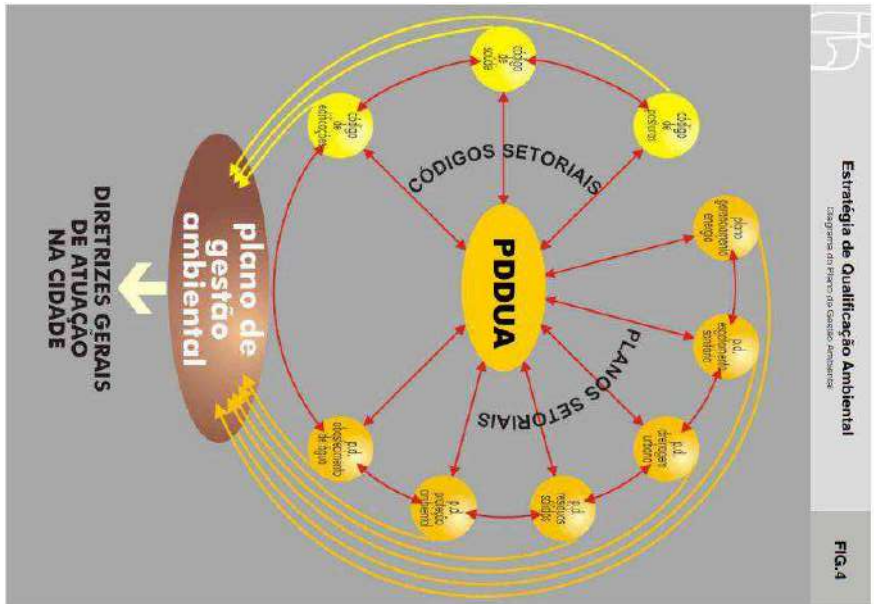


Diagrama Plano de Gestão Ambiental - PDDUA 2010



INFORME COMPLEMENTAR

OUTUBRO 96

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS MOBILIDADE URBANA



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS MOBILIDADE – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
1. ZONAS COM ALTA DENSIDADE X LIMITE DE INFRAESTRUTURA (centro e imediações)	CONFLITO ALTO	O tipo de infraestrutura existente na cidade não é propício para altas densidades; estas solicitam novas tecnologias que demandam, por sua vez, grandes investimentos. Por outro lado, baixas densidades elevam os custos de infraestrutura por economia (unidade habitacional ou de comércio e serviços), resultando em áreas carentes de infraestrutura adequada em áreas de cidade com poucos recursos, constituindo como exceção aquelas áreas ocupadas por altas e médias rendas. Além disto, a cidade possui uma alta taxa de motorização, com tendência a aumentar, e um sistema de transporte coletivo deficiente. As deficiências de infraestrutura reduzem a qualidade de vida e prejudicam as atividades econômicas. O desafio do crescimento urbano é prover a cidade de serviços em qualidade e quantidade suficientes a custos acessíveis.
3. OCUPAÇÃO DO SOLO COM ALTOS CUSTOS DE INFRAESTRUTURA (1) OU TECNOLOGIAS DIFERENCIADAS (2)	CONFLITO BAIXO	(1) Tratam-se de áreas da cidade cuja ocupação exige custos adicionais de infraestrutura pela sua condição de solo, viável apenas através de empreendimentos capazes de suportar este diferencial. Sua potencialidade reside na sua localização, já que se encontram na zona norte do Município, centro geográfico da Região Metropolitana, junto aos principais eixos rodoviários e terminais aéreo, rodoviário, ferroviário e de trem metropolitano. (2) Tratam-se de áreas da cidade cuja ocupação exige tecnologias diferenciadas no que se refere à retenção pluvial devido a problemas de drenagem e assoreamento de cursos d'água, localizadas em especial na Bacia do Arroio Dilúvio. A utilização de reservatórios como alternativa para a retenção de águas nos terrenos, não representam custos adicionais significativos para construção civil.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS MOBILIDADE – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
4. FALTA DE UMA HIERARQUIA VIÁRIA QUE CONSIDERE O CRITÉRIO FUNCIONAL	CONFLITO MÉDIO	Observam-se inadequações na estrutura viária da cidade considerando as necessidades de deslocamentos, a distribuição espacial das atividades e os comprometimentos do traçado viário projetado com ocupações diversas como, por exemplo, as áreas de interesse ambiental. Salienta-se ainda, como de fundamental importância, uma necessidade de legibilidade de estrutura urbana que clarifique o sistema de circulação pretendido.
5. FALTA DE CLARIFICAÇÃO NA ESTRUTURA VIÁRIA X NECESSIDADE DE LEGIBILIDADE (descont. de traçado, etc.)	CONFLITO ALTO	Observam-se inadequações na estrutura viária da cidade considerando as necessidades de deslocamentos, a distribuição espacial das atividades e os comprometimentos do traçado viário projetado com ocupações diversas como, por exemplo, as áreas de interesse ambiental. Salienta-se ainda, como de fundamental importância, uma necessidade de legibilidade de estrutura urbana que clarifique o sistema de circulação pretendido.
6. CIRCULAÇÃO X ESTACIONAMENTOS	CONFLITO ALTO	Insuficiência de uma política que dê sustentação à crescente demanda por estacionamentos, que articule as diretrizes de uso do solo, com as necessidades de circulação. Nas áreas consolidadas, por exemplo, dever-se-á estimular a construção de garagens comerciais que atendam à carência identificada nos prédios mais antigos. Nos polos de comércio e serviços, em especial na Área Central, dever-se-á implantar um sistema de estacionamentos, públicos ou privados, dissuasórios ao uso do automóvel em favor do transporte coletivo. Por outro lado, nas áreas novas, de renovação ou revitalização urbana, esta questão deverá ser equacionada na sua globalidade, junto às demais políticas afins com a temática da estruturação urbana. Em paralelo dever-se-á também dar prosseguimento à política de retomada da via pública como espaço de circulação uma vez que esta tem sido sistematicamente utilizada para estacionamento.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS MOBILIDADE – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
7. TRAÇADO VIÁRIO X OCUPAÇÕES HABITACIONAIS INFORMAIS X ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL	CONFLITO MÉDIO	Observam-se inadequações na estrutura viária da cidade considerando as necessidades de deslocamentos, a distribuição espacial das atividades e os comprometimentos do traçado viário projetado com ocupações diversas como, por exemplo, as áreas de interesse ambiental. Salienta-se ainda, como de fundamental importância, uma necessidade de legibilidade de estrutura urbana que clarifique o sistema de circulação pretendido.
8. CLASSIFICAÇÃO VIÁRIA X NECESSIDADE DE DESLOCAMENTO (tráfego de passagem X tráfego local X pedestre X bicicleta X automóvel X transporte coletivo e de massas)	CONFLITO ALTO	Observam-se inadequações na estrutura viária da cidade considerando as necessidades de deslocamentos, a distribuição espacial das atividades e os comprometimentos do traçado viário projetado com ocupações diversas como, por exemplo, as áreas de interesse ambiental. Salienta-se ainda, como de fundamental importância, uma necessidade de legibilidade de estrutura urbana que clarifique o sistema de circulação pretendido.
17. PERIFERIZAÇÃO (alta, média e baixa renda) X ÔNUS DA EXPANSÃO DA MALHA URBANA (econômico, social, ambiental, etc.)	CONFLITO MÉDIO	A periferação de média e alta renda é viável através de formas de ocupação onde os custos da infraestrutura e dos serviços urbanos são de responsabilidade privada, como por exemplo, nos condomínios. Com relação à baixa renda o conflito se estabelece no momento em que o custo da terra viabiliza a ocupação porém os custos de infraestrutura, que são infinitamente maiores, a tornam economicamente inviável.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS MOBILIDADE – OUTUBRO 1996

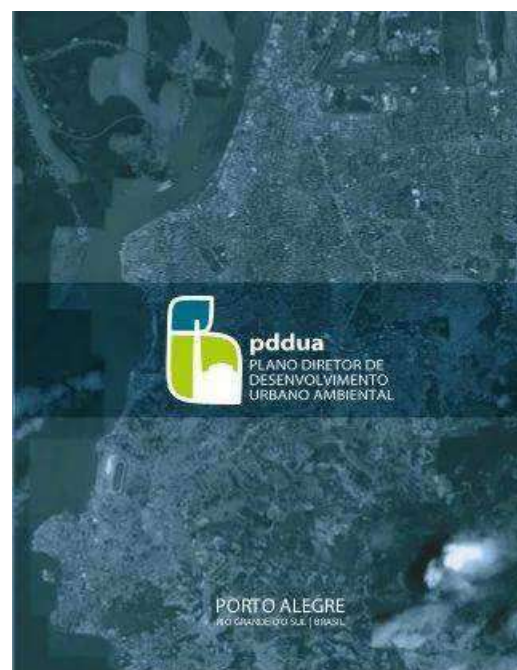
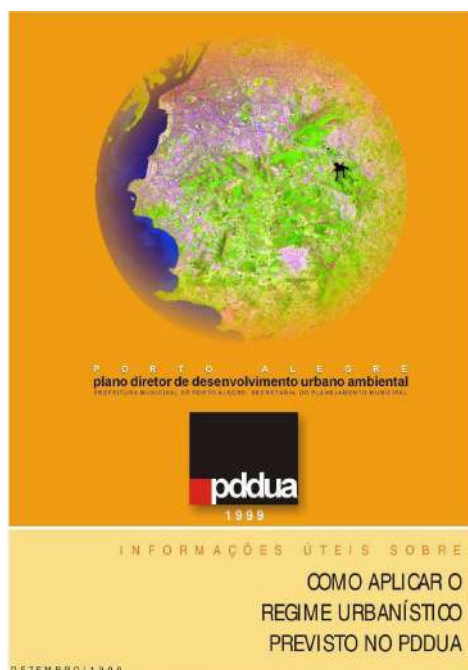
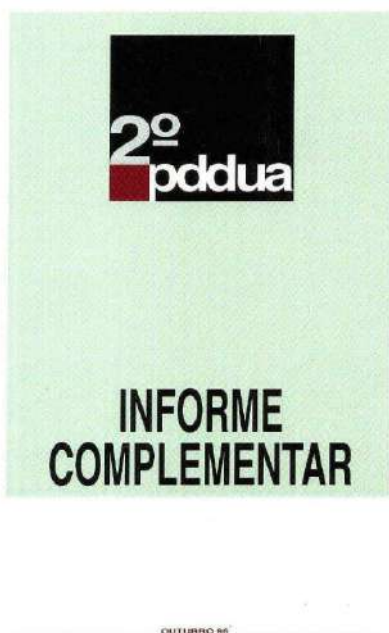
SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
22. ZONAS COM MÉDIA DENSIDADE COM INFRAESTRUTURA	POTENCIALIDADE MÉDIA	O tipo de infraestrutura existente na cidade não é propício para altas densidades; estas solicitam novas tecnologias que demandam, por sua vez, grandes investimentos. Por outro lado, baixas densidades elevam os custos de infraestrutura por economia (unidade habitacional ou de comércio e serviços), resultando em áreas carentes de infraestrutura adequada em cidades com poucos recursos, constituindo exceção aquelas áreas ocupadas por altas e médias rendas. Além disto, a cidade possui uma alta taxa de motorização, com tendência a aumentar, e um sistema de transporte coletivo deficiente. As deficiências de infraestrutura reduzem a qualidade de vida e prejudicam as atividades econômicas. O desafio do crescimento urbano é prover a cidade de serviços em qualidade e quantidade suficientes a custos acessíveis.
23. ZONAS COM BAIXA DENSIDADE COM INFRAESTRUTURA	POTENCIALIDADE MÉDIA	O tipo de infraestrutura existente na cidade não é propício para altas densidades; estas solicitam novas tecnologias que demandam, por sua vez, grandes investimentos. Por outro lado, baixas densidades elevam os custos de infraestrutura por economia (unidade habitacional ou de comércio e serviços), resultando em áreas carentes de infraestrutura adequada em cidades com poucos recursos, constituindo exceção aquelas áreas ocupadas por altas e médias rendas. Além disto, a cidade possui uma alta taxa de motorização, com tendência a aumentar, e um sistema de transporte coletivo deficiente. As deficiências de infraestrutura reduzem a qualidade de vida e prejudicam as atividades econômicas. O desafio do crescimento urbano é prover a cidade de serviços em qualidade e quantidade suficientes a custos acessíveis.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS MOBILIDADE – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
30. MODELO DE USO DO SOLO X DESLOCAMENTO (redução de tempo e distância)	POTENCIALIDADE ALTA	Considera-se como um dos desafios do planejamento urbano o de articular adequadamente o modelo de uso do solo com as necessidades de deslocamentos das mais diversas ordens. Neste sentido constitui potencialidade uma distribuição de usos que incorpore as centralidades reais e potenciais da cidade, a noção de miscigenação, incômodo e impacto associado a uma visão sistêmica na questão circulação e transporte que tenha entre os seus objetivos a redução dos tempos e distância.
32. POTENCIALIZAR E FLEXIBILIZAR OS ELEMENTOS ESTRUTURAIIS	POTENCIALIDADE ALTA	A potencialização de um sistema de espaços abertos que avance em relação à simples ideia de estruturação de uma rede física de circulação, deve incorporar os demais espaços públicos ou de uso público da cidade com vistas à articulação dos diversos setores urbanos. Nesta concepção dever-se-á considerar equipamentos de abrangência urbana e cotidiana como praças, parques e centros culturais. Um sistema com estas características, deverá valorizar a potencialidade e adotar estratégias próprias de desenho e gestão.
33. CLARIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA POLICENTRALIDADE	POTENCIALIDADE ALTA	A potencialização de um sistema de espaços abertos que avance em relação à simples ideia de estruturação de uma rede física de circulação, deve incorporar os demais espaços públicos ou de uso público da cidade com vistas à articulação dos diversos setores urbanos. Nesta concepção dever-se-á considerar equipamentos de abrangência urbana e cotidiana como praças, parques e centros culturais. Um sistema com estas características, deverá valorizar a potencialidade e adotar estratégias próprias de desenho e gestão.
46. FRACA ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS LINDEIROS E FALTA DE ESTRATÉGIAS REGIONAIS	CONFLITO ALTO	Decorre da inexistência de uma política de atuação metropolitana que promova e fortaleça as relações entre os municípios limítrofes, o que tem reflexos, em especial, na área de planejamento setorial como transportes e saúde.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS MOBILIDADE – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
47. BAIXA PRODUÇÃO RURAL COM FALTA DE TECNOLOGIA ADEQUADA E DIFICULDADE DE COMERCIALIZAÇÃO	CONFLITO MÉDIO	A indefinição de uma política de expansão urbana e o desconhecimento das reais potencialidades das áreas denominadas pela legislação como extensivas e rurais, tem deixado num plano secundário a ação governamental nestas áreas. Desta forma, significativas parcelas do território municipal passam a representar uma opção de acesso à habitação para população de baixa renda, nas terras com baixo valor para o mercado. Associam-se ainda, a esta problemática, a baixa produção rural com falta de tecnologias adequadas para este fim e as dificuldades de comercialização. Esta última é decorrente, entre outras causas, de sua localização desfavorável em relação aos demais municípios metropolitanos.
49. DESPERDÍCIO DE ÁGUA E ENERGIA (mau uso, redes obsoletas e tecnologias inadequadas)	CONFLITO ALTO	Em Porto Alegre verifica-se um desperdício significativo de água potável em função do seu uso irracional por parte da população e da precariedade de grande parte dos equipamentos operacionais de distribuição, diminuindo o rendimento e a segurança e favorecendo as fugas de água (necessidade de substituição de redes antigas). Os serviços de saneamento – tratamento de água e recalque do pluvial – são demandadores de grandes quantidades de energia elétrica que poderiam ser evitados se a população fosse orientada para evitar o desperdício de água para tornar o uso energético o mais racional possível e considerar a possibilidade de recuperação de parcelas de energia através da transformação de esgotos, lixos e outras fontes. Outra demandadora de grande quantidade de energia obtida através da queima de combustíveis derivados do petróleo é a dos transportes, onde o desperdício é significativo, considerando-se os grandes percursos a serem vencidos e os constantes engarrafamentos.



ESTRATÉGIAS MOBILIDADE URBANA Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010 - TEXTO -

ESTRATÉGIAS MOBILIDADE URBANA

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>I. prioridade ao transporte coletivo, aos pedestres e às bicicletas;</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>I. Programa de Transporte Coletivo (de Massa); III. Programa Viário</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. Falta de prioridade para o transporte coletivo, pedestres e ciclistas (PDDUA 1999; PDDUA 2010);</p> <p>P2. Possui rede pública de ônibus, Trensurb e outros modais de transporte mas necessita melhorar a oferta desses modais de transporte público e coletivo, de forma a incentivar a escolha por esses modais em detrimento dos geradores de trânsito intenso (Guia 2019, P42);</p> <p>P3. Não apresenta infraestrutura satisfatória de transporte ativo e pode melhorar essas condições ao incentivar a escolha por esses modais em detrimento dos geradores de trânsito intenso (Guia 2019, P42);</p> <p>P4. A cidade possui uma alta taxa de motorização, com tendência a aumentar, e um sistema de transporte coletivo deficiente (IC 1996, 01, 22 e 23).</p>

ESTRATÉGIAS MOBILIDADE URBANA

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>II. redução das distâncias a percorrer, dos tempos de viagem, dos custos operacionais, das necessidades de deslocamento, do consumo energético e do impacto ambiental;</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>II. Programa de Centros de Transbordo e de Transferência</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. População percorre longas distâncias diariamente (casa/trabalho e/ou casa/escola), com tempos de viagem excessivos, resultando em alto custo operacional (governo/usuário/empresa), e grande consumo energético, resultando em alto impacto ambiental (PDDUA 1999; PDDUA 2010);</p> <p>P2. Existência de áreas sem ou com poucos postos de trabalho, serviços e equipamentos (Guia 2019, P17);</p> <p>P3. Os municípios gastam grande tempo em deslocamento para acessar centralidades ou equipamentos (Guia 2019, P17);</p> <p>P4. Existem áreas do município onde há grande concentração de usos não residenciais, mas com pouca moradia, acarretando períodos em que permanecem vazias ou subutilizadas (Guia 2019, P17);</p> <p>P5. Ônus da expansão da malha urbana por conta da periferização - na média e alta renda é viável através de formas de ocupação onde os custos da infraestrutura e dos serviços urbanos são de responsabilidade privada, já com relação à baixa renda o conflito se estabelece no momento em que o custo da terra viabiliza a ocupação porém os custos de infraestrutura, que são infinitamente maiores, a tornam economicamente inviável (IC 1996, 17);</p> <p>P6. Modelo de uso do solo tem implicações no deslocamento, sendo considerado como um dos desafios do planejamento urbano o de articular adequadamente o modelo de uso do solo com as necessidades de deslocamentos das mais diversas ordens. Neste sentido constitui potencialidade uma distribuição de usos que incorpore as centralidades reais e potenciais da cidade, a noção de miscigenação, incômodo e impacto associado a uma visão sistêmica na questão circulação e transporte eu tenha entre os seus objetivos a redução dos tempos e distância (IC 1996, 30).</p>

ESTRATÉGIAS MOBILIDADE URBANA

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>III. capacitação da malha viária, dos sistemas de transporte, das tecnologias veiculares, dos sistemas operacionais de tráfego e dos equipamentos de apoio – incluindo a implantação de centros de transbordo e de transferência de cargas;</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>III. Programa Viário</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. Falta de investimento para ampliação da rede de transporte público existente e de novos modais (metrô, BRT, Trensurb, VLT, etc.), bem como para os equipamentos de apoio - terminais, paradas, estações, sinalização, calçadas, iluminação (Guia 2019, P42);</p> <p>P2. Falta de estímulo para ocupação urbana em territórios com infraestrutura pré-existente (Guia 2019, P17);</p> <p>P3. Necessidade de revisão da capacitação da malha viária, dos sistemas de transporte, das tecnologias veiculares, dos sistemas operacionais de tráfego e dos equipamentos de apoio (PDDUA 1999; PDDUA 2010);</p> <p>P4. Necessidade de estudos para implantação de centros de transbordo e de transferência de cargas (PDDUA 1999; PDDUA 2010);</p> <p>P5. Falta de hierarquia viária que considere o critério funcional juntamente a falta de clarificação na estrutura viária, onde observam-se inadequações na estrutura viária da cidade considerando as necessidades de deslocamentos, a distribuição espacial das atividades e os comprometimentos do traçado viário projetado com ocupações diversas como, por exemplo, as áreas de interesse ambiental. Salienta-se ainda, como de fundamental importância, uma necessidade de legibilidade de estrutura urbana que clarifique o sistema de circulação pretendido (IC 1996, 04, 05, 07 e 08).</p>

ESTRATÉGIAS MOBILIDADE URBANA

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>IV. Plano Geral de Circulação e Transportes;</p> <p>PDDUA 1999</p> <p>IV. Plano de Transporte Urbano Integrado, compatível com esta Lei Complementar, integrado à Região Metropolitana;</p> <p>PDDUA 2010</p>	<p>I. Programa de Transporte Coletivo (de massa)</p> <p>II. PROGRAMA de Centros de Transbordo e de Transferência</p> <p>III. Programa Viário</p> <p>IV. Programa de Trânsito</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. Falta de Integração do transporte público com a Região Metropolitana (PDDUA 1999; PDDUA 2010);</p> <p>P2. Inexistência de conexões intermodais eficientes e compatíveis com as necessidades de deslocamento dos municípios (Guia 2019, P43);</p> <p>P3. Fraca articulação com os municípios limítrofes e falta de estratégias regionais, que decorre da inexistência de uma política de atuação metropolitana que promova e fortaleça as relações entre os municípios limítrofes, o que tem reflexos, em especial, na área de planejamento setorial como transportes e saúde (IC 1996, 46).</p>

ESTRATÉGIAS MOBILIDADE URBANA

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>V. resguardo de setores urbanos (áreas da cidade reservadas especialmente para o tráfego de veículos de seus moradores e para os ciclistas e pedestres) à mobilidade local;</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>III. Programa Viário</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. Necessidade de preservação de áreas de interesse e ambiência cultural/natural, dando prioridade ao pedestre (caminhabilidade) e ciclistas, com garantia de acessibilidade (PDDUA 1999; PDDUA 2010; Castanheira, G. & Dornelles, G. 2020);</p> <p>P2. Necessidade de clarificação e valorização da policentralidade, juntamente a necessidade de potencialização de um sistema de espaços abertos que avance em relação à simples ideia de estruturação de uma rede física de circulação, devendo incorporar os demais espaços públicos ou de uso público da cidade com vistas à articulação dos diversos setores urbanos. Nesta concepção dever-se-á considerar equipamentos de abrangência urbana e cotidiana como praças, parques e centros culturais. Um sistema com estas características, deverá valorizar a potencialidade e adotar estratégias próprias de desenho e gestão (IC 1996, 28, 32 e 33).</p>

ESTRATÉGIAS MOBILIDADE URBANA

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>VI. estímulo à implantação de garagens e estacionamentos com vistas à reconquista dos logradouros públicos como espaços abertos para interação social e circulação veicular;</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>IV. Programa de Garagens e Estacionamentos</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. Excesso de veículos estacionados nos logradouros públicos (Castanheira, G. & Dornelles, G. 2020);</p> <p>P2. Necessário políticas para desestimular o uso de veículos privados com apenas um usuário (Castanheira, G. & Dornelles, G. 2020);</p> <p>P3. Valorizar o logradouro público - preservação, manutenção, iluminação, sinalização, arborização, qualidade do calçamento, instalação de equipamentos, acessibilidade (Castanheira, G. & Dornelles, G. 2020);</p> <p>P4. Priorizar o transporte coletivo, o pedestre e ciclistas (PDDUA 1999; PDDUA 2010);</p> <p>P5. Insuficiência de uma política que dê sustentação à crescente demanda por estacionamentos, que articule as diretrizes de uso do solo, com as necessidades de circulação. Nas áreas consolidadas, por exemplo, dever-se-á estimular a construção de garagens comerciais que atendam à carência identificada nos prédios mais antigos. Nos polos de comércio e serviços, em especial na Área Central, dever-se-á implantar um sistema de estacionamentos, públicos ou privados, dissuasórios ao uso do automóvel em favor do transporte coletivo. Por outro lado, nas áreas novas, de renovação ou revitalização urbana, esta questão deverá ser equacionada na sua globalidade, junto às demais políticas afins com a temática da estruturação urbana. Em paralelo dever-se-á também dar prosseguimento à política de retomada da via pública como espaço de circulação uma vez que esta tem sido sistematicamente utilizada para estacionamento (IC 1996, 06).</p>

ESTRATÉGIAS MOBILIDADE URBANA

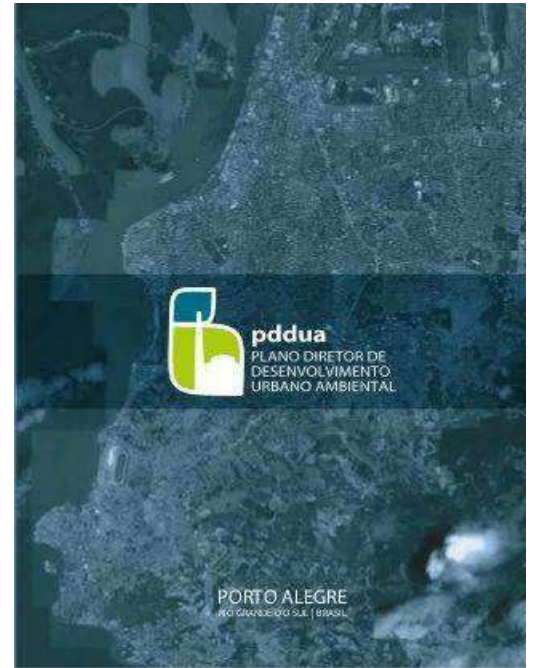
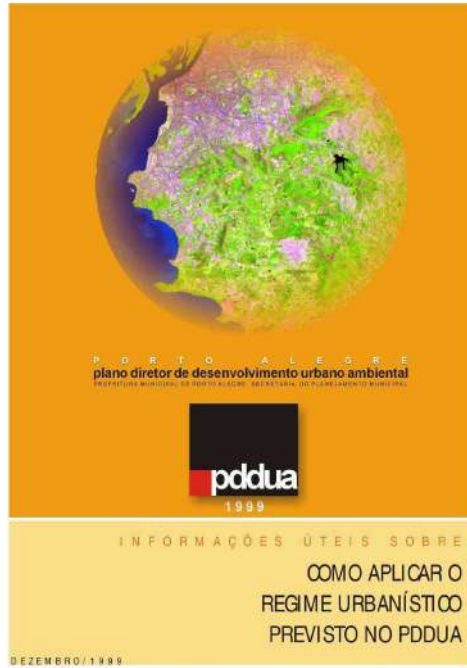
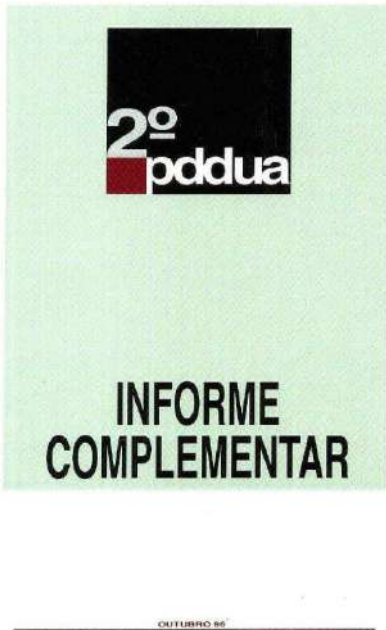
Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>VII. racionalização do transporte coletivo de passageiros, buscando evitar a sobreposição de sistemas, privilegiando sempre o mais econômico e menos poluente;</p> <p style="text-align: center;">PDDUA 2010</p>	<p>I. Programa de Transporte Coletivo (de massa) II. Programa de Centros de Transbordo e de Transferência III. Programa Viário V. Programa de Trânsito</p> <p style="text-align: center;">IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. Existência de sobreposições de linhas de transporte coletivo de passageiros (Castanheira, G. & Dornelles, G. 2020);</p> <p>P2. Falta de integração entre diferentes modais (Castanheira, G. & Dornelles, G. 2020);</p> <p>P3. Falta de integração com a região metropolitana (Castanheira, G. & Dornelles, G. 2020);</p> <p>P4. Falta de ofertas de novos modais mais sustentáveis (Castanheira, G. & Dornelles, G. 2020);</p> <p>P5. Inadequações na estrutura viária da cidade considerando as necessidades de deslocamentos, a distribuição espacial das atividades e os comprometimentos do traçado viário projetado com ocupações diversas como, por exemplo, as áreas de interesse ambiental. Salienta-se ainda, como de fundamental importância, uma necessidade de legibilidade de estrutura urbana que clarifique o sistema de circulação pretendido (IC 1996, 04, 05, 07 e 08);</p> <p>P6. Necessita melhorar a oferta dos modais de transporte público e coletivo, de forma a incentivar a escolha por esses modais em detrimento dos geradores de trânsito intenso (Guia 2019, P42).</p>

ESTRATÉGIAS MOBILIDADE URBANA

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>VIII. desenvolvimento de sistema de transporte coletivo de passageiros por via fluvial, aproveitando as potencialidades regionais.</p> <p style="text-align: center;">PDDUA 2010</p>	<p>V. Programa de Trânsito</p> <p style="text-align: center;">IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. Não aproveitamento do potencial regional no transporte coletivo de passageiros pela via fluvial (Castanheira, G. & Dornelles, G. 2020).</p>

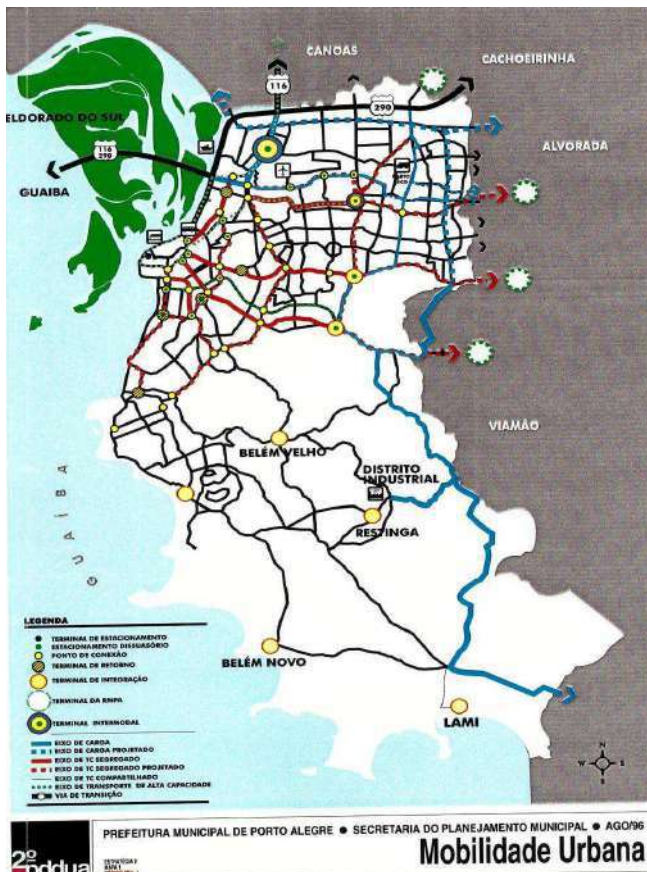


ESTRATÉGIAS MOBILIDADE URBANA

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

- LEITURA MAPAS E DIAGRAMAS -

Mapa Mobilidade Urbana - IC 1996



O QUE FOI PERCEBIDO VISUALMENTE?

O mapa da estratégia de Mobilidade Urbana (**IC 1996**) apresenta graficamente as propostas dos programas sugeridos. Ele mostra os eixos principais, existentes e projetados, condicionando uma visão geral das conexões intraurbanas e com a região metropolitana. A sugestão dos eixos projetados, de carga e de transporte coletivo, fazem parte do conjunto de ações para qualificar a mobilidade urbana (**P. Transporte Coletivo**). Com relação aos terminais, os diferentes tipos estão distribuídos na cidade conforme sua especificidade (integração, intermodal, retorno, RMPA), visando qualificar as demandas de deslocamento da população e das cargas (**P. Centros de Transbordo e Transferência**). É possível perceber no mapa uma introdução dos principais eixos e suas projeções, que viriam a constituir o desenho da hierarquia viária. Percebe-se, no entanto, a falta de informações como identificação dos nomes das vias para um melhor entendimento (**P. Viário**). Já os pontos de terminais de estacionamento, verifica-se que estes estão junto aos outros terminais, dando suporte a estes locais, onde o objetivo seria de substituir, progressivamente, os estacionamentos na superfície dos logradouros. Também são previstos os estacionamentos dissuasórios junto aos terminais de integração ou pontos de conexões, com vistas a dissuadir o uso do transporte individual (**P. Garagens e Estacionamentos**).

Diagrama Mobilidade Urbana - IC 1996

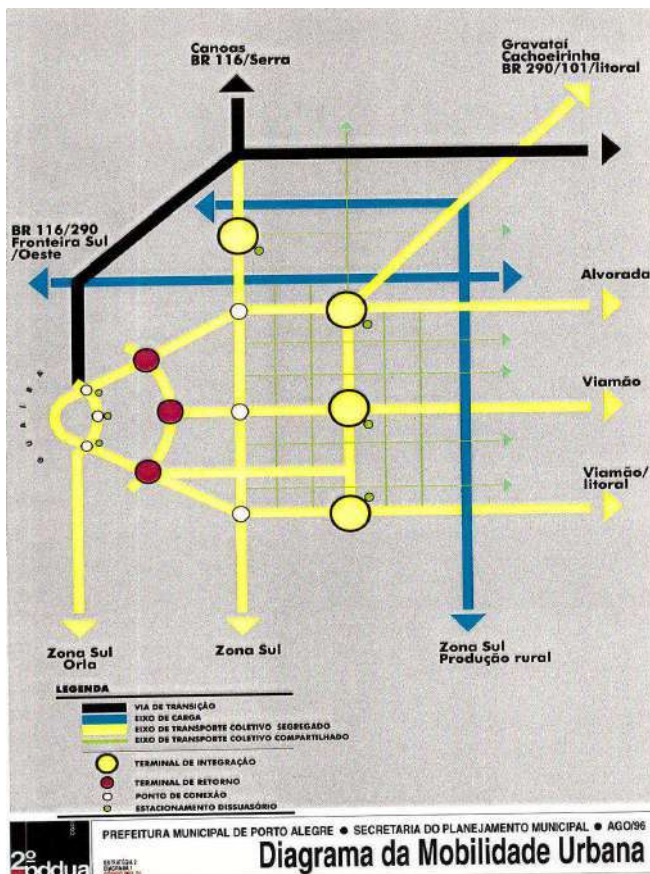
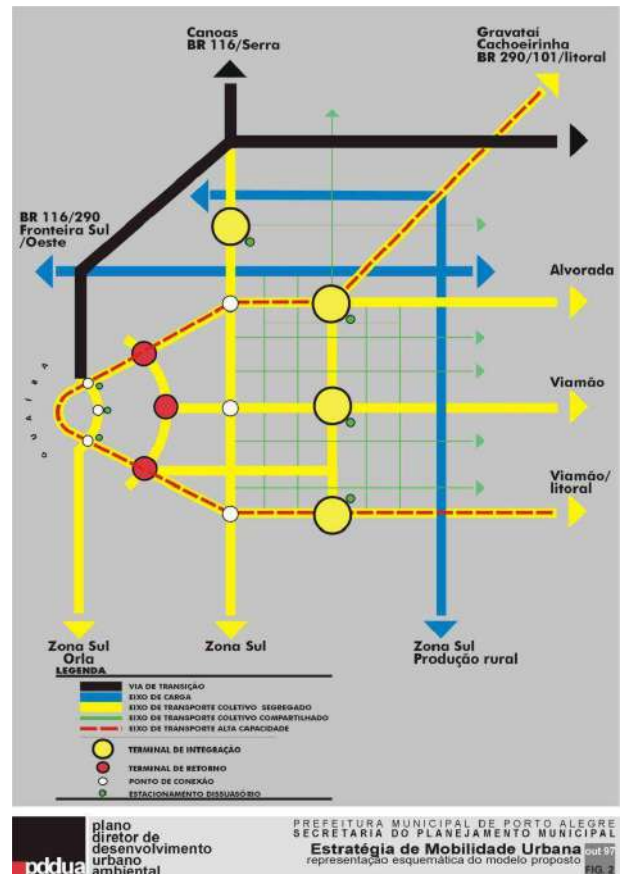


Diagrama Mobilidade Urbana - PDDUA 1999



O QUE FOI PERCEBIDO VISUALMENTE?

O Diagrama da estratégia de Mobilidade Urbana (**IC 1996**) apresenta graficamente as propostas dos programas sugeridos. Ele mostra os eixos principais, existentes e projetados, condicionando uma visão simplificada das conexões intraurbanas e com a região metropolitana. É apresentada linhas simplificadas dos principais eixos: **via de transição** (por onde ocorrem os deslocamentos mais significativos do trânsito regional); **eixo de carga** (principais eixos para transporte de carga); **eixo de transporte coletivo segregado** (grandes eixos destinados ao transporte de massa); eixo de transporte coletivo compartilhado. Além dos eixos, são representados os pontos dos terminais de integração, de retorno, pontos de conexão e os locais com proposta de estacionamento dissuasórios.

Neste diagrama podemos visualizar com facilidade as conexões do município com a RMPA, entretanto sua simplicidade atrapalha o entendimento de quem não conhece o território com facilidade. Faltam elementos para que este diagrama possa falar por si só.

Talvez se o diagrama apresentasse o nome das vias e dos pontos de terminais, nem que fossem os projetados, já ajudaria no entendimento.

A diferença entre os diagramas de 1996 e 1999 se dá apenas na inclusão do **eixo de transporte de alta capacidade** (metrô ou trem de superfície), que está sobre o eixo de transporte coletivo segregado (Bento e Assis Brasil).

Diagrama Mobilidade Urbana - PDDUA 1999

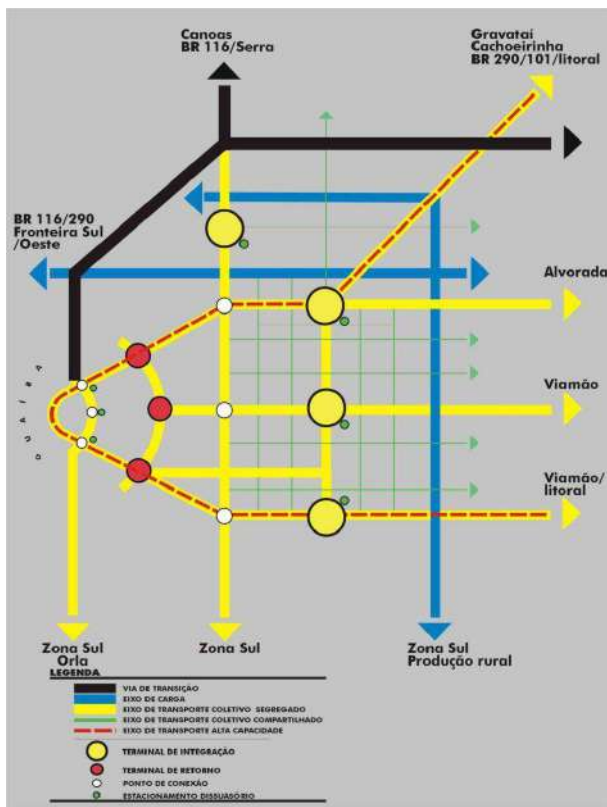
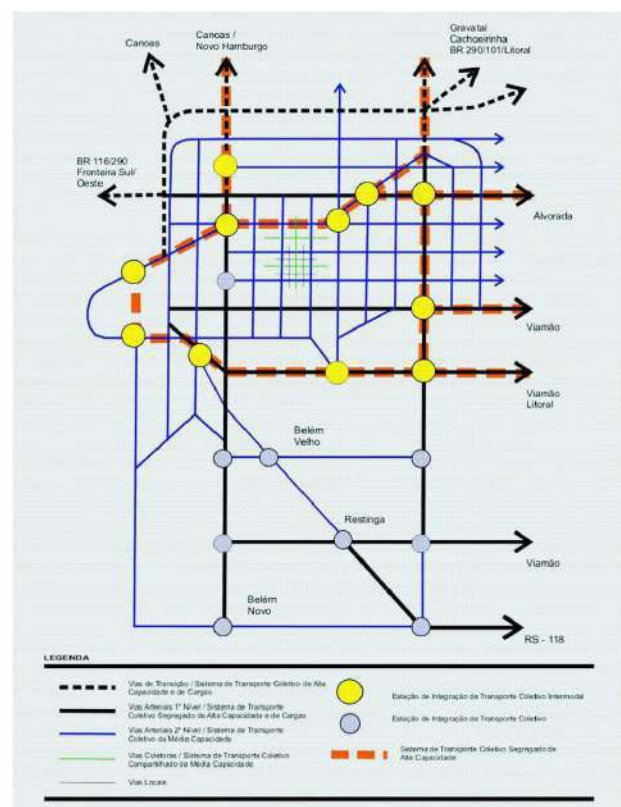


Diagrama Mobilidade Urbana - PDDUA 2010

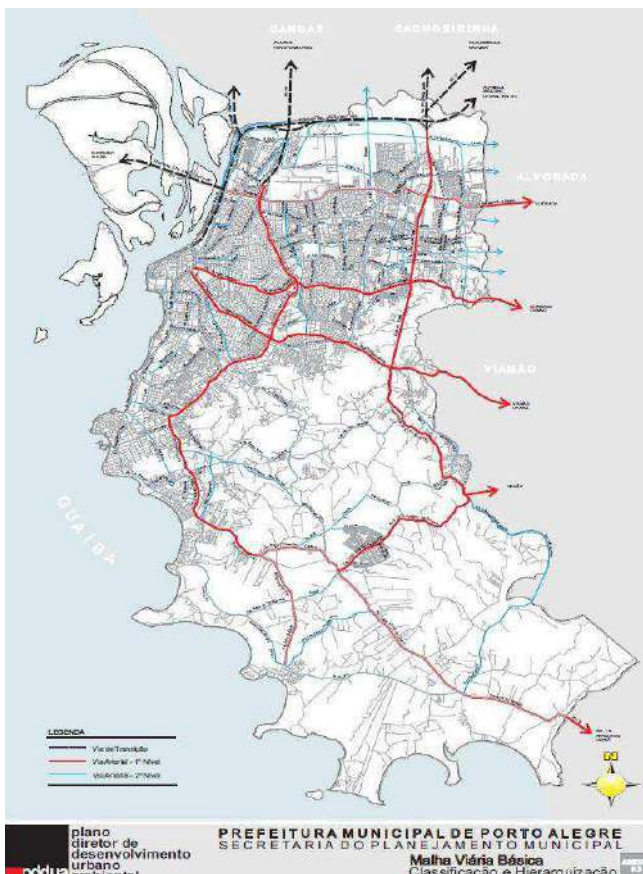


O QUE FOI PERCEBIDO VISUALMENTE?

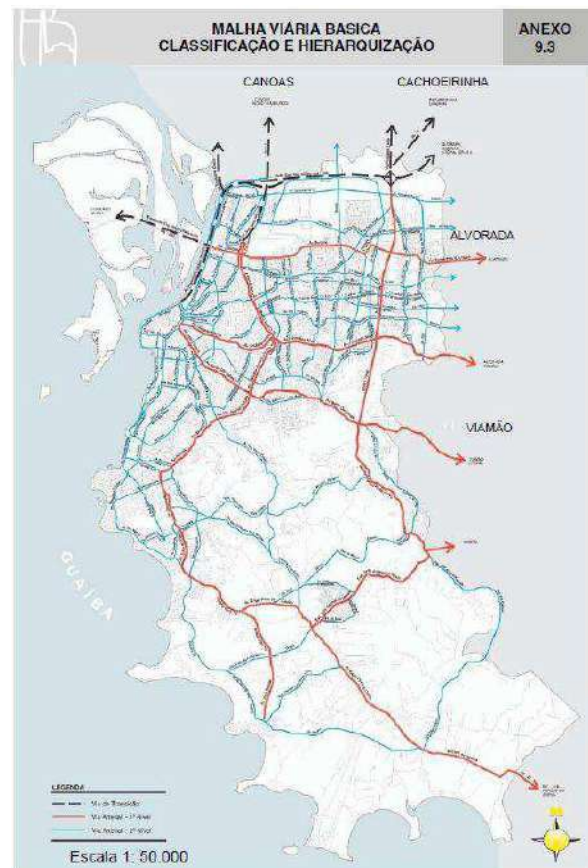
O Diagrama da estratégia de Mobilidade Urbana (**PDDUA 1999**) apresenta graficamente as propostas dos programas sugeridos. Ele mostra os eixos principais, existentes e projetados, condicionando uma visão simplificada das conexões intraurbanas e com a região metropolitana. É apresentado linhas simplificadas dos principais eixos: via de transição; eixo de carga; eixo de transporte coletivo segregado; eixo de transporte coletivo compartilhado. Além dos eixos, são representados os pontos dos terminais de integração, de retorno, pontos de conexão e os locais com proposta de estacionamento dissuasórios. Neste diagrama podemos visualizar com facilidade as conexões do município com a RMPA, entretanto sua simplicidade atrapalha o entendimento de quem não conhece o território com facilidade. Faltam elementos para que este diagrama possa falar por si só. Talvez se o diagrama apresentasse o nome das vias e dos pontos de terminais, nem que fossem os projetados, já ajudaria no entendimento.

Já o diagrama de 2010 mantém os eixos anteriores e aumenta sua expansão em direção a zona sul da cidade. Neste diagrama podemos verificar que a estratégia foi alterada, saíram os pontos de retorno e de conexão, onde estes últimos se tornaram pontos de integração. Os estacionamentos dissuasórios não aparecem mais no diagrama, mas a estratégia permanece. Neste PD já está sendo previsto novo sistema de transporte (BRT/ou transporte sobre trilhos) pois os terminais de integração já são considerados intermodais, com localização de novos pontos. Outra novidade são os pontos de estações de integração de transporte coletivo. Este diagrama já mostra o modelo da hierarquia viária adotada, mas ainda bem simplificada. Permanecem os problemas dos diagramas anteriores, como a falta de informações para facilitar a leitura. Como o diagrama é para demonstrar a proposta da estratégia, deveria estar vinculado a algum texto explicativo. Faltam mapas em escala adequada para auxiliar o entendimento.

Malha Viária Básica - PDDUA 1999

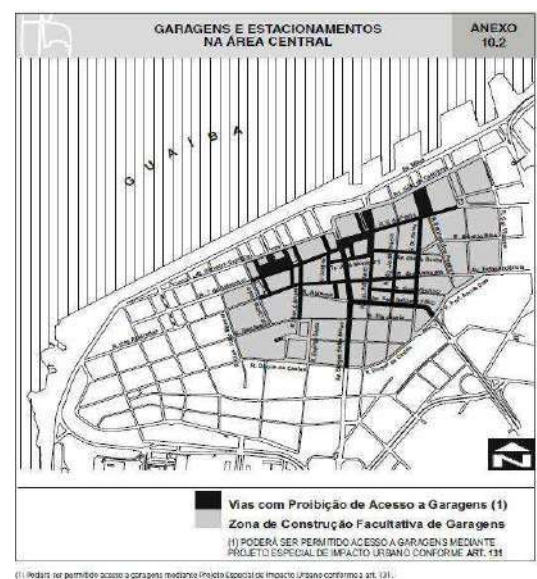
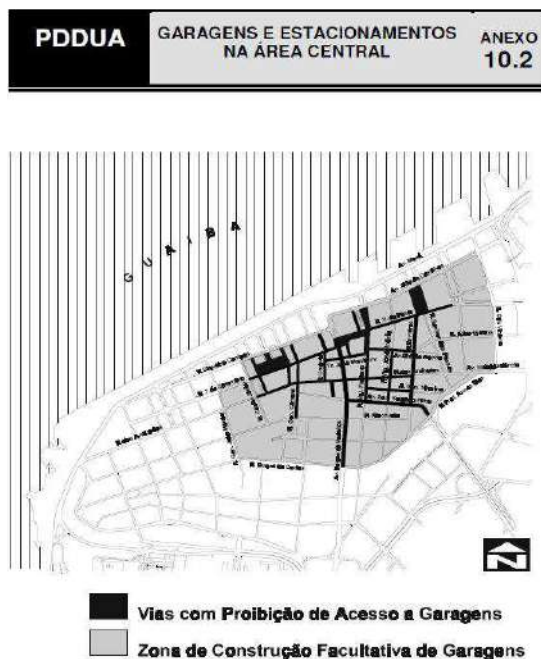


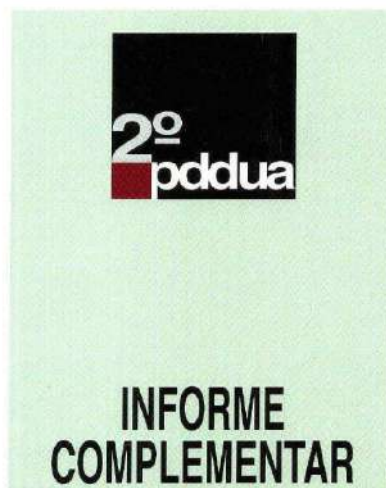
Malha Viária Básica - PDDUA 2010



LEITURA SOBRE O ASSUNTO

- FALHAS – deveria permanecer o mapa com a estratégia, não apenas diagrama
- PROBLEMAS – falta de informação no diagrama prejudica o entendimento
- PERCEPÇÕES – o diagrama resume a estratégia, mas chega a ser resumido demais, o que dificulta o entendimento
- SUGESTÕES DO QUE FAZER – tanto o diagrama como o mapa devem conter mais informações. Caso fique muito poluído, que se divida em mais mapas e diagramas
- COISAS QUE DEVERIAM SER RESOLVIDAS – as escalas dos mapas deveriam ser adequadas a sua leitura. Mapas ou diagramas em escala de folha A4 prejudicam a compreensão. Devem estar seguidos de texto explicativo
- DÚVIDAS – não foi possível entender alguns pontos dos diagramas
- TÓPICOS DA SITUAÇÃO ATUAL – o diagrama de 2010 talvez já esteja desatualizado, pois as estratégias pensadas para produção dele não foram levadas adiante. Os eixos cicloviários deveriam estar neste diagrama. O mapa com as estratégias, em escala adequada, pode auxiliar a compreensão.





OUTUBRO 96

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA E USO DO SOLO PRIVADO



CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA /VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
1. ZONAS COM ALTA DENSIDADE X LIMITE DE INFRAESTRUTURA (centro e imediações)	CONFLITO ALTO	O tipo de infraestrutura existente na cidade não é propício para altas densidades; estas solicitam novas tecnologias que demandam, por sua vez, grandes investimentos. Por outro lado, baixas densidades elevam os custos de infraestrutura por economia (unidade habitacional ou de comércio e serviços), resultando em áreas carentes de infraestrutura adequada em áreas de cidade com poucos recursos, constituindo como exceção aquelas áreas ocupadas por altas e médias rendas. Além disto, a cidade possui uma alta taxa de motorização, com tendência a aumentar, e um sistema de transporte coletivo deficiente. As deficiências de infraestrutura reduzem a qualidade de vida e prejudicam as atividades econômicas. O desafio do crescimento urbano é prover a cidade de serviços em qualidade e quantidade suficientes a custos acessíveis.
2. ZONAS DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR DENSIFICADAS SEM INFRA-ESTRUTURA (assentamentos informais de baixa renda)	CONFLITO ALTO	Assentamentos informais de baixa renda que apresentam infraestrutura carente ou em situação precária.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA /VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
3. OCUPAÇÃO DO SOLO COM ALTOS CUSTOS DE INFRAESTRUTURA (1) OU TECNOLOGIAS DIFERENCIADAS (2)	CONFLITO BAIXO	(1) Tratam-se de áreas da cidade cuja ocupação exige custos adicionais de infraestrutura pela sua condição de solo, viável apenas através de empreendimentos capazes de suportar este diferencial. Sua potencialidade reside na sua localização, já que se encontram na zona norte do Município, centro geográfico da Região Metropolitana, junto aos principais eixos rodoviários e terminais aéreo, rodoviário, ferroviário e de trem metropolitano. (2) Tratam-se de áreas da cidade cuja ocupação exige tecnologias diferenciadas no que se refere à retenção pluvial devido a problemas de drenagem e assoreamento de cursos d'água, localizadas em especial na Bacia do Arroio Dilúvio. A utilização de reservatórios como alternativa para a retenção de águas nos terrenos, não representam custos adicionais significativos para construção civil.
4. FALTA DE UMA HIERARQUIA VIÁRIA QUE CONSIDERE O CRITÉRIO FUNCIONAL	CONFLITO MÉDIO	Observam-se inadequações na estrutura viária da cidade considerando as necessidades de deslocamentos, a distribuição espacial das atividades e os comprometimentos do traçado viário projetado com ocupações diversas como, por exemplo, as áreas de interesse ambiental. Salienta-se ainda, como de fundamental importância, uma necessidade de legibilidade de estrutura urbana que clarifique o sistema de circulação pretendido.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA /VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
5. FALTA DE CLARIFICAÇÃO NA ESTRUTURA VIÁRIA X NECESSIDADE DE LEGIBILIDADE (descontinuidade de traçado, etc.).	CONFLITO ALTO	Observam-se inadequações na estrutura viária da cidade considerando as necessidades de deslocamentos, a distribuição espacial das atividades e os comprometimentos do traçado viário projetado com ocupações diversas como, por exemplo, as áreas de interesse ambiental. Salienta-se ainda, como de fundamental importância, uma necessidade de legibilidade de estrutura urbana que clarifique o sistema de circulação pretendido.
6. CIRCULAÇÃO X ESTACIONAMENTOS	CONFLITO ALTO	Insuficiência de uma política que dê sustentação à crescente demanda por estacionamentos, que articule as diretrizes de uso e ocupação do solo com as necessidades de circulação. Nas áreas consolidadas, por exemplo, dever-se-á estimular a construção de garagens comerciais que atendam à carência identificada nos prédios mais antigos. Nos pólos de comércio e serviços, em especial na Área Central, dever-se-á implantar um sistema de estacionamentos, públicos ou privados, dissuasórios ao uso do automóvel em favor do transporte coletivo. Por outro lado, nas áreas novas, de renovação ou revitalização urbana, esta questão deverá ser equacionada na sua globalidade, junto às demais políticas afins com a temática da estruturação urbana. Em paralelo dever-se-á também dar prosseguimento à política de retomada da via pública como espaço de circulação uma vez que esta tem sido sistematicamente utilizada para estacionamento.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA /VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
7. TRAÇADO VIÁRIO X OCUPAÇÕES HABITACIONAIS INFORMAIS X ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL	CONFLITO MÉDIO	Observam-se inadequações na estrutura viária da cidade considerando as necessidades de deslocamentos, a distribuição espacial das atividades e os comprometimentos do traçado viário projetado com ocupações diversas como, por exemplo, as áreas de interesse ambiental. Salienta-se ainda, como de fundamental importância, uma necessidade de legibilidade de estrutura urbana que clarifique o sistema de circulação pretendido.
8. CLASSIFICAÇÃO VIÁRIA X NECESSIDADE DE DESLOCAMENTO (tráfego de passagem x tráfego local x pedestre x bicicleta x automóvel x transporte coletivo e de massas).	CONFLITO ALTO	Observam-se inadequações na estrutura viária da cidade considerando as necessidades de deslocamentos, a distribuição espacial das atividades e os comprometimentos do traçado viário projetado com ocupações diversas como, por exemplo, as áreas de interesse ambiental. Salienta-se ainda, como de fundamental importância, uma necessidade de legibilidade de estrutura urbana que clarifique o sistema de circulação pretendido.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA /VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
9. DEGRADAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL POR FALTA DE SUSTENTABILIDADE (econômica, ambiental, gestão)	CONFLITO ALTO	A inexistência de opções de usos diferenciados e de incentivos adequados, somados ao processo de urbanização descontrolada e à ineficiência no gerenciamento público, político e administrativo, acarretam a degradação do patrimônio natural do município, levando, em algumas situações, à quase total destruição deste.
10. COMPROMETIMENTO DE ÁREAS NATURAIS COM INTERESSE PARA PRESERVAÇÃO OU CONSERVAÇÃO PELA OCUPAÇÃO INADEQUADA (orla do Guaíba, áreas de risco em paisagens notáveis, etc.)	CONFLITO MÉDIO	O processo de urbanização desordenado, a privatização da orla do Guaíba, a extração de materiais minerais e práticas agrícolas indevidas têm afetado de forma significativa as áreas representativas do patrimônio natural da cidade.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA /VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
11. PERDA GRADATIVA DO PATRIMÔNIO CULTURAL POR FALTA DE SUSTENTABILIDADE (econômica, ambiental, gestão)	CONFLITO MÉDIO	Uma das características do processo de crescimento de nossas cidades, nas últimas décadas, é que a produção e a apropriação do espaço se dá através da substituição dos elementos já construídos, sejam eles edificações ou ambientações. A isso se somam diretrizes do Plano Diretor atual ao estabelecer regras que incentivam a produção da cidade futura, ou seja, aquilo que será construído, em geral, desconsiderando ou desvalorizando a cidade existente e suas peculiaridades. O conflito revela-se quando os bens considerados integrantes do patrimônio cultural, e que devem ser preservados como expressões de especificidades da cidade e da sociedade, dentro dessa dinâmica da substituição, vem se perdendo gradativamente. São insuficientes e pouco ágeis as ações de gestão - políticas e administrativas - que poderiam preservá-los. Por outro lado, a maioria desse patrimônio se encontra em espaços já consolidados, ou em áreas temporariamente degradadas, portanto não atraentes para investimentos imobiliários, ou ao contrário, em áreas bastante valorizadas, cuja rentabilidade financeira é maior se forem substituídos e não mantidos.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA /VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
12. FALTA OU FRAGILIDADE DE CRITÉRIOS, OU INSUFICIÊNCIA DE INSTRUMENTOS ADEQUADOS PARA PRESERVAÇÃO (precariedade na identificação de áreas de interesse cultural e natural e ausência de consenso entre os diversos agentes envolvidos)	CONFLITO ALTO	Apesar de estarem institucionalizados alguns instrumentos que tem possibilitado ações de preservação do patrimônio cultural, ainda há insuficiência ou dificuldades no uso dos instrumentos que possibilitam a preservação do patrimônio cultural, tais como: falta de critérios claros e precisos para identificar o que deve ser objeto de preservação ou de tombamento; a falta de conhecimento do conjunto de bens a serem preservados (que se alcançará através da inventariação integral dos bens com valor de preservação); a possibilidade de usar índices construtivos potenciais de um lote com outro local, mantendo a edificação existente com valor para a preservação; a reserva de índices ainda precisa ser monitorada, sob pena de estar se criando problemas de concentração de áreas construídas em zonas mais valorizadas, com consequências prejudiciais até para as intenções de preservação; a quantidade de índices construtivos colocados no mercado pode trazer consequências no uso do solo criado como outro instrumento urbanístico, e até a concorrência com outros índices, vendidos pela própria Prefeitura. Por outro lado, há falta de outros instrumentos de incentivo à preservação como isenção total ou parcial de impostos, diferenciação de taxas, que incentivem ações consorciadas entre o público e o privado, direitos temporários de uso, de exploração de serviços ou comércio, etc.
15. MONOFUNCIONALIDADE X MISCIGENAÇÃO	CONFLITO MÉDIO	Existência significativa de áreas predominantemente monofuncionais em detrimento de áreas com maior grau de miscigenação, o que propiciaria menos deslocamentos, maior animação e múltiplas centralidades, numa concepção de cidade que admite a coexistência da habitação com praticamente todas as demais atividades urbanas, desde que controladas por critérios que avaliem incômodo e impacto.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/V ALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
16. CONTRADIÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA X ÁREAS EXTENSIVAS E RURAIS (indefinição de uma política de expansão urbana)	CONFLITO ALTO	A indefinição de uma política de expansão urbana e o desconhecimento das reais potencialidades das áreas denominadas pela legislação como extensivas e rurais, tem deixado num plano secundário a ação governamental nestas áreas. Desta forma, significativas parcelas do território municipal passam a representar uma opção de acesso à habitação para a população de baixa renda, nas terras com baixo valor para o mercado. Associam-se ainda a esta problemática, a baixa produção rural com falta de tecnologias adequadas para este fim e as dificuldades de comercialização. Esta última é decorrente, entre outras causas, de sua localização desfavorável em relação aos demais municípios metropolitanos.
17. PERIFERIZAÇÃO (alta, média e baixa renda) X ÔNUS DA EXPANSÃO DA MALHA URBANA (econômico, social, ambiental, etc.)	CONFLITO MÉDIO	A periferização de média e alta renda é viável através de formas de ocupação onde os custos da infraestrutura e dos serviços urbanos são de responsabilidade privada, como por exemplo, nos condomínios. Com relação à baixa renda o conflito se estabelece no momento em que o custo da terra viabiliza a ocupação porém os custos de infraestrutura, que são infinitamente maiores, a tornam economicamente inviável.
18. EXCESSO DE INGERÊNCIA NA ÁREA PRIVADA X OMISSÃO NA ÁREA PÚBLICA X DINÂMICA DA CIDADE X BUROCRACIA (discussão do papel do estado no ordenamento e produção da cidade)	CONFLITO ALTO	A regulamentação excessiva da área privada provoca o engessamento da estrutura administrativa com a criação de inúmeros trâmites burocráticos que envolvem pessoas, informações e rotinas, em detrimento de ações efetivas do Município sobre os espaços públicos que vão assumindo outras funções em decorrência da dinâmica de crescimento da cidade.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA /VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
19. MODELO MORFOLÓGICO RADIOCÊNTRICO (uso do solo, densidade, circulação na cidade pré-existente) X CENTRALIDADE REAL E POTENCIAL	CONFLITO MÉDIO	O Plano Diretor atual mantém o modelo radiocêntrico no momento que reforça um regime urbanístico de alturas, índices, diversidade de atividades e densidades decrescente em relação ao centro histórico. Além disto, esta situação é reforçada pelo sistema de circulação e transporte, que representa um vetor significativo da manutenção desta situação. A reformulação das normas e um novo modelo tipológico propiciarão a elaboração de projetos arquitetônicos diferenciados, possibilitando edificar nas divisas laterais, sem afastamentos em função da altura e permitindo ainda a simplificação na aplicação da legislação, hoje excessivamente detalhada. O novo modelo deverá ainda definir de forma mais clara a noção de público e privado oferecendo a possibilidade de melhorias nas condições de ventilação tomando por base o quarteirão e não o lote como se dá no plano atual. Entende-se também como melhoria os aspectos referentes à privacidade no momento em que as aberturas deverão se concentrar nas fachadas voltadas para a rua e para o interior da quadra. Para as situações de interfaces entre setores regulados por normas e setores com características diversas, introduz-se o conceito de projeto especial.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA /VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
20. PROPOSTA DE VOLUMETRIA X PRÉ-EXISTÊNCIA X ESTRUTURA FUNDIÁRIA X VENTILAÇÃO (dispositivos de controle em função de uma nova concepção que envolva mudança morfológica e simplificação da legislação)	CONFLITO ALTO	<p>O Plano Diretor atual mantém o modelo radiocêntrico no momento que reforça um regime urbanístico de alturas, índices, diversidade de atividades e densidades decrescente em relação ao centro histórico. Além disto, esta situação é reforçada pelo sistema de circulação e transporte, que representa um vetor significativo da manutenção desta situação.</p> <p>A reformulação das normas e um novo modelo tipológico propiciarão a elaboração de projetos arquitetônicos diferenciados, possibilitando edificar nas divisas laterais, sem afastamentos em função da altura e permitindo ainda a simplificação na aplicação da legislação, hoje excessivamente detalhada. O novo modelo deverá ainda definir de forma mais clara a noção de público e privado oferecendo a possibilidade de melhorias nas condições de ventilação tomando por base o quarteirão e não o lote como se dá no plano atual. Entende-se também como melhoria os aspectos referentes à privacidade no momento em que as aberturas deverão se concentrar nas fachadas voltadas para a rua e para o interior da quadra. Para as situações de interfaces entre setores regulados por normas e setores com características diversas, introduz-se o conceito de projeto especial.</p>
21. FALTA DE VISÃO ESTRATÉGICA NA LOCALIZAÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES X POLÍTICA DE CRESCIMENTO URBANO	CONFLITO MÉDIO	<p>A provisão de habitações populares pelo setor público e privado ocorre, frequentemente, em áreas periféricas ou inadequadas, em consequência da alta valorização de terras urbanizadas e a fraca incidência do poder público no mercado fundiário.</p>

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA /VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
22. ZONAS COM MÉDIA DENSIDADE COM INFRAESTRUTURA	POTENCIALIDADE E MÉDIA	<p>O tipo de infraestrutura existente na cidade não é propício para altas densidades; estas solicitam novas tecnologias que demandam, por sua vez, grandes investimentos. Por outro lado, baixas densidades elevam os custos de infraestrutura por economia (unidade habitacional ou de comércio e serviços), resultando em áreas carentes de infraestrutura adequada em cidades com poucos recursos, constituindo exceção aquelas áreas ocupadas por altas e médias rendas. Além disto, a cidade possui uma alta taxa de motorização, com tendência a aumentar, e um sistema de transporte coletivo deficiente. As deficiências de infraestrutura reduzem a qualidade de vida e prejudicam as atividades econômicas. O desafio do crescimento urbano é prover a cidade de serviços em qualidade e quantidade suficientes a custos acessíveis.</p>
23. ZONAS COM BAIXA DENSIDADE COM INFRAESTRUTURA	POTENCIALIDADE E MÉDIA	<p>O tipo de infraestrutura existente na cidade não é propício para altas densidades; estas solicitam novas tecnologias que demandam, por sua vez, grandes investimentos. Por outro lado, baixas densidades elevam os custos de infraestrutura por economia (unidade habitacional ou de comércio e serviços), resultando em áreas carentes de infraestrutura adequada em cidades com poucos recursos, constituindo exceção aquelas áreas ocupadas por altas e médias rendas. Além disto, a cidade possui uma alta taxa de motorização, com tendência a aumentar, e um sistema de transporte coletivo deficiente. As deficiências de infraestrutura reduzem a qualidade de vida e prejudicam as atividades econômicas. O desafio do crescimento urbano é prover a cidade de serviços em qualidade e quantidade suficientes a custos acessíveis.</p>

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
24. ÁREAS INDUSTRIAIS SUBUTILIZADAS X NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO X VOCAÇÃO TERCIÁRIA DA CIDADE	POTENCIALIDADE BAIXA	Subutilização das áreas reservadas exclusivamente para indústrias, provavelmente face às características da economia local (vocalização terciária, indústrias de pequeno e médio porte com potencial de localização em qualquer setor urbano, novas formas de produção e comercialização, custo elevado da terra, baixa competitividade com os demais municípios metropolitanos, etc.).
25. VALOR DA TERRA X REGULARIDADE NA PRODUÇÃO E OFERTA DE LOTES OU HABITAÇÕES DE CARÁTER SOCIAL X INVESTIMENTOS PÚBLICOS	POTENCIALIDADE BAIXA	Provisão pública de habitação de baixa renda para o atendimento do déficit anual, em áreas adequadas quanto à localização e ao valor da terra com regras especiais e incentivos e/ou definição de regramentos especiais para a produção privada.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
28. EXPLICAÇÃO DE UM SISTEMA DE ESPAÇOS ABERTOS (parques, praças, equipamentos especiais de diferentes tipos ou naturezas, etc.)	POTENCIALIDADE ALTA	A potencialidade de um sistema de espaços abertos que avance em relação à simples ideia de estruturação de uma rede física de circulação deve incorporar os demais espaços públicos ou de uso público da cidade com vistas à articulação dos diversos setores urbanos. Nesta concepção dever-se-á considerar equipamentos de abrangência urbana e cotidiana como praças, parques e centros culturais. Um sistema com estas características, deverá valorizar a policentralidade e adotar estratégias próprias de desenho e gestão.
29. DEFINIÇÃO DE USOS ESPECIAIS EM ÁREAS DE INTERESSE NATURAL E CULTURAL X PRESERVAÇÃO (ações concertadas que garantam sustentabilidade econômica)	POTENCIALIDADE MÉDIA	Partindo-se do princípio de que a definição precisa da destinação destas áreas é fundamental para sua perpetuação, entende-se que grande parte poderá receber usos especiais compatibilizados com a imposição e características do meio natural, com finalidades habitacionais, de lazer ou turismo, rurais e de preservação permanente, sem uso humano. Estes resultados poderão ser obtidos através de ações conjuntas entre os poderes público e privado, garantindo a sustentabilidade social, ambiental, econômica e de gestão. Os instrumentos de controle urbanístico reguladores do uso, ocupação, adensamento, verticalização, que definem o grau do uso do solo, deverão ser estabelecidos a partir das características e condições do meio ambiente (critérios geológico, hidrológico, florístico, faunístico, climático, e das paisagens natural e urbana).

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/V ALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
30. MODELO DE USO DO SOLO X DESLOCAMENTO (redução de tempo e distância)	POTENCIALIDADE ALTA	Considera-se como um dos desafios do planejamento urbano o de articular adequadamente o modelo de uso do solo com as necessidades de deslocamentos das mais diversas ordens. Neste sentido constitui potencialidade uma distribuição de usos que incorpore as centralidades reais e potenciais da cidade, a noção de miscigenação, incômodo e impacto associado a uma visão sistêmica na questão circulação e transporte eu tenha entre os seus objetivos a redução dos tempos e distância.
31. VALOR AMBIENTAL DAS ÁREAS NÃO CONSOLIDADAS (extremo sul x interface com a cidade pré-existente)	POTENCIALIDADE ALTA	Nas áreas municipais onde ainda não se consolidou a urbanização, é significativa a presença de componentes naturais. Portanto, é imprescindível que a ocupação proposta para o futuro busque novas condições de equilíbrio, não mais o ecológico, mas sim o urbano, assegurando a boa qualidade de vida para a sociedade. Grande parte destas áreas hoje são utilizadas para produção rural, com boas condições de sustentabilidade, apesar da pressão urbana existente. Localizam-se basicamente, no extremo sul do município.
32. POTENCIALIZAR E FLEXIBILIZAR OS ELEMENTOS ESTRUTURAIS	POTENCIALIDADE ALTA	A potencialização de um sistema de espaços abertos que avance em relação à simples ideia de estruturação de uma rede física de circulação, deve incorporar os demais espaços públicos ou de uso público da cidade com vistas à articulação dos diversos setores urbanos. Nesta concepção dever-se-á considerar equipamentos de abrangência urbana e cotidiana como praças, parques e centros culturais. Um sistema com estas características deverá valorizar a potencialidade e adotar estratégias próprias de desenho e gestão.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA /VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
33. CLARIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA POLICENTRALIDADE	POTENCIALIDAD E ALTA	A potencialização de um sistema de espaços abertos que avance em relação à simples ideia de estruturação de uma rede física de circulação, deve incorporar os demais espaços públicos ou de uso público da cidade com vistas à articulação dos diversos setores urbanos. Nesta concepção dever-se-á considerar equipamentos de abrangência urbana e cotidiana como praças, parques e centros culturais. Um sistema com estas características deverá valorizar a potencialidade e adotar estratégias próprias de desenho e gestão.
34. DISPONIBILIDADE E VALOR DE MERCADO DAS TERRAS PÚBLICAS X IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS URBANAS	POTENCIALIDAD E BAIXA	As terras públicas localizadas em zonas com significativo valor de mercado não estão quantificadas e cadastradas e não têm estratégia de utilização ou venda para viabilizar recursos para políticas públicas.
35. EXISTÊNCIA DE VAZIOS URBANOS	POTENCIALIDAD E MÉDIA	Os vazios urbanos existentes dentro da malha urbana (cidade urbanizada) possibilitaram a “concertação” de áreas já consolidadas, especialmente no que se refere à complementação da rede de espaços abertos e potencialização de centralidades. Por outro lado, dificilmente servirão para atender a programas de acesso à terra para a população de baixa renda, face ao seu alto custo. Constitui exceção alguns setores da cidade em que este custo poderia ser absorvido através de parcerias entre o setor público e o setor privado.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
36. UTILIZAÇÃO DO INSTRUMENTO SOLO CRIADO E TRANSFERÊNCIAS DE ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO URBANO	POTENCIALIDADE ALTA	O instrumento Solo Criado está associado em Porto Alegre a ideias como: <ul style="list-style-type: none"> - Retorno ao Município da valorização imobiliária resultante de adensamentos possibilitados por investimentos públicos em infra-estrutura ou equipamentos. - Possibilidade relativa de influenciar com controle da especulação imobiliária e fundiária. - Possibilidade de geração de recursos para programas habitacionais de baixa renda. - Capacidade relativa de intervir no processo de ordenamento do crescimento urbano. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Viabilização de desapropriações de áreas privadas atingidas por previsão de traçado do Plano Diretor (ruas, praças, parques, áreas para escolas) e prédios de interesse sócio-cultural.
37. EXISTÊNCIA DE PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL SIGNIFICATIVO A PRESERVAR	POTENCIALIDADE ALTA	Caracterizam a paisagem natural pré antrópica de Porto Alegre os morros, matas, campos, restingas, banhados, o Guaíba e sua orla, ilhas do Delta e ilhas rochosas. Muitos desses componentes do patrimônio natural ainda apresentam condições expressivas que devem ser preservadas como testemunho deste valor e pelo potencial paisagístico. Estas áreas são encontradas tanto dentro da malha urbana consolidada ou em consolidação, quanto nas áreas utilizadas para produção rural. O conjunto do patrimônio cultural construído aliado aos eventos culturais e paisagens notáveis podem contribuir para a criação de um sistema de turismo excepcional, aproveitando a posição geográfica de Porto Alegre, tanto em nível de Brasil, quanto de Mercosul. A revalorização do patrimônio cultural construído possibilita sua ocupação com outros usos, podendo abrigar inúmeras atividades terciárias, cuja tendência é constatada na economia do município.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
38. SUBSTITUIÇÃO DA ATIVIDADE SECUNDÁRIA PELA TERCIÁRIA E PRODUÇÃO PRIMÁRIA COM POUCA COMPETITIVIDADE EM RELAÇÃO À PRODUÇÃO DE OUTRAS ÁREAS NA REGIÃO METROPOLITANA	CONFLITO ALTO	A substituição da atividade secundária tradicional pela terciária é um processo que se observa, fruto provavelmente da falta de políticas industriais, do custo elevado do solo, dos conflitos de circulação viária e de exigências maiores quanto ao controle ambiental. Permanecem na cidade apenas aquelas indústrias com características ou condicionantes que independem destes fatores (atendimento ao mercado local ou relacionadas aos centros de pesquisa das Universidades com massa crítica qualificada). A participação da atividade primária na economia do Município é inexpressiva e o custo do solo é atrativo para a localização de assentamentos populacionais de baixa renda.
39. EXCESSIVA CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES NO CENTRO HISTÓRICO	CONFLITO MÉDIO	Apesar dos esforços das sucessivas administrações municipais em buscar a descentralização das atividades, principalmente no que se refere ao comércio e serviços, através de estímulo de índices de aproveitamento, registra-se como fundamental, a necessidade de adoção de outras estratégias específicas, como por exemplo, a do funcionamento de um sistema de transporte eficiente que articule diversos setores da cidade.
41. POTENCIAL DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL X INCAPACIDADE DE ARTICULAÇÃO PERMANENTE PARA DISCUSSÃO DE INTERESSES COLETIVOS	POTENCIALIDADE MÉDIA	Embora haja um número significativo de espaços culturais e de lazer na cidade, nota-se uma distribuição destes equipamentos no seu centro principal. Além disso, muitas áreas reservadas pelo poder público como locais de integração social estão pouco utilizadas ou sem condições de utilização face a insuficiência de projetos adequados.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
42. REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE LAZER INSUFICIENTE E/OU NÃO POTENCIALIZADA X ALTA DEMANDA DA POPULAÇÃO	CONFLITO MÉDIO	Embora haja um número significativo de espaços culturais e de lazer na cidade, nota-se uma má distribuição destes equipamentos com uma concentração predominante no seu centro principal. Além disto, muitas áreas reservadas pelo poder público como locais de integração social estão pouco utilizadas ou sem condições de utilização face à insuficiência de projetos adequados.
44. REDUZIDA POSSIBILIDADE DE DESFRUTE DA PAISAGEM X ALTO POTENCIAL PAISAGÍSTICO	CONFLITO MÉDIO	Porto Alegre apresenta um alto potencial paisagístico, quer pela sua posição geográfica, quer pelas condições de seu sítio natural (ilhas, orla, morros, planícies) que atualmente não está sendo desfrutado pela população por falta de uma estrutura adequada para tal e pelo processo gradativo de privatização desta paisagem.

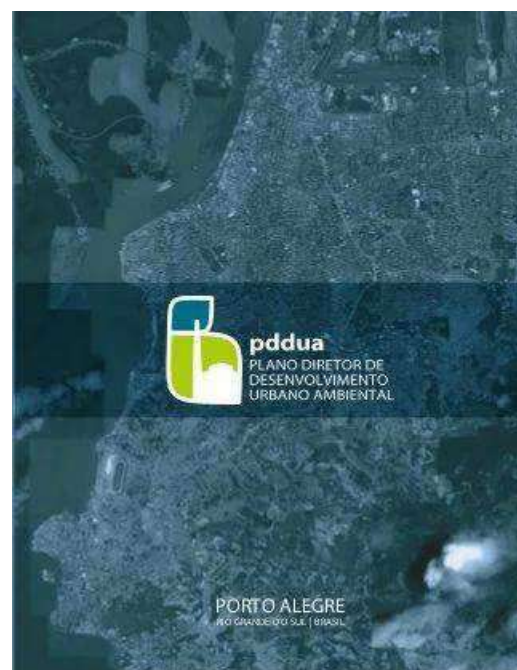
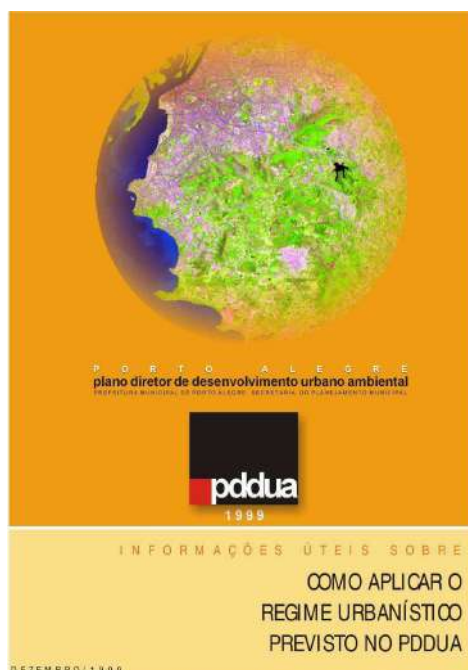
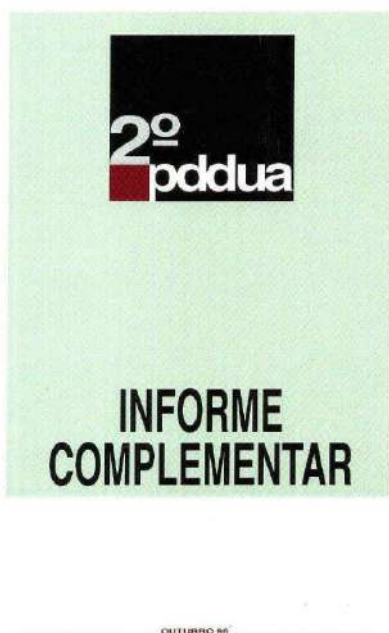
CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
45. INDEFINIÇÃO DAS REAIS POTENCIALIDADES DAS ÁREAS EXTENSIVAS E RURAIS	CONFLITO MÉDIO	A indefinição de uma política de expansão urbana e o desconhecimento das reais potencialidades das áreas denominadas pela legislação como extensivas e rurais, têm deixado num plano secundário a ação governamental nestas áreas. Desta forma, significativas parcelas do território municipal passam a representar uma opção de acesso à habitação para a população de baixa renda, nas terras com baixo valor para o mercado. Associam-se ainda, a esta problemática, a baixa produção rural com falta de tecnologias adequadas para este fim e as dificuldades de comercialização. Esta última é decorrente, entre outras causas, de sua localização desfavorável em relação aos demais municípios metropolitanos.
46. FRACA ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS LINDEIROS E FALTA DE ESTRATÉGIAS REGIONAIS	CONFLITO ALTO	Decorre da inexistência de uma política de atuação metropolitana que promova e fortaleça as relações entre os municípios limítrofes, o que tem reflexos, em especial, na área de planejamento setorial como transportes e saúde.
50. AVANÇOS INSUFICIENTES DA TECNOLOGIA EDÍLÍCIA PARA ECONOMIA ENERGÉTICA	CONFLITO MÉDIO	A arquitetura desenvolvida com base em exemplos geralmente importados de países do primeiro mundo, com clima diverso do nosso, exige para manutenção do conforto ambiental dessas edificações um alto consumo energético, extremamente caro tanto do ponto de vista ambiental, social como financeiro. Alguns avanços foram obtidos através das normas do Código de Edificações embora ainda insuficientes para resolver este conflito.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS

ESTRUTURAÇÃO URBANA/USO DO SOLO PRIVADO – OUT 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
51. TIPOLOGIAS RESIDENCIAIS DE BAIXA RENDA X COMPROMETIMENTO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	CONFLITO MÉDIO	A má qualidade da edificação de baixa renda é decorrente da utilização de materiais inadequados além da falta de insolação e ventilação devido à alta densidade e à ocupação desordenada em locais insalubres.
53. POLO COM POTENCIAL TECNOLÓGICO, TURÍSTICO E TERCIÁRIO	POTENCIALIDADE ALTA	O desenvolvimento econômico da cidade passa necessariamente por uma valorização do seu potencial tecnológico, turístico e terciário. Com relação ao potencial tecnológico, apresenta infraestrutura e localização adequadas, grande número de empresas já instaladas, um complexo médico-hospitalar de caráter regional e a presença de duas grandes universidades. Como capital do Estado do Rio Grande do Sul é uma cidade tipicamente terciária que atrai usuários de toda uma grande região reforçando o seu papel de centro prestador de serviços e sede de negócios com importância no Mercosul. Em termos de turismo há ainda que potencializar-se a sua situação de centro cultural da região que apresenta um patrimônio ambiental significativo com a presença do Guaíba numa extensão de costa de aproximadamente 90 km, paisagens notáveis através de sua topografia privilegiada e uma extensa área de ocupação rarefeita passível de projetos estratégicos especiais. O incremento tecnológico, turístico e terciário depende de melhorias nas ligações com as interfaces metropolitanas, otimizando os potenciais regionais.



ESTRUTURAÇÃO URBANA E USO DO SOLO PRIVADO

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

- TEXTO -

ESTRUTURAÇÃO URBANA E USO DO SOLO PRIVADO

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>Promover a estruturação do espaço na cidade</p>	<p>Programa de Espaços Abertos (IC 1996)</p> <p>Art. 5º - Constituem a Estratégia de Estruturação Urbana:</p> <p>I. Programa de Espaços Abertos, que propõe a implementação de um sistema de espaços referenciais articulados, edificados ou não, de abrangência local, urbana ou regional, caracterizados pelo uso coletivo e pela promoção da interação social, com vistas a potencializar a legibilidade da cidade através do fortalecimento das centralidades e da valorização do patrimônio ambiental.</p> <p>a) Integram o Sistema de Espaços Abertos todas as formas de conexão urbana que permitem viabilizar fluxos entre as diversas partes do sistema;</p> <p>b) Complementam o Sistema de Espaços Abertos todos os elementos que equipam o espaço público, tais como os de infra-estrutura aparente na paisagem urbana, os de mobiliário urbano e os veículos de publicidade que compõem o espaço visual urbano, a serem regulamentados por lei;</p> <p>(Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010). (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>P1. Falta de uma hierarquia viária que considere o critério funcional (IC 1996, 4)</p> <p>P2. Falta de clarificação na estrutura viária x necessidade de legibilidade (IC 1996, 5)</p> <p>P3. Circulação x estacionamentos (IC 1996, 6)</p> <p>P4. Traçado viário x ocupações habitacionais informais x áreas de interesse ambiental (IC 1996, 7)</p> <p>P5. Classificação viária x necessidade de deslocamento (IC 1996, 8)</p> <p>P6. Contradição da ocupação urbana x áreas extensivas e rurais (IC 1996, 16)</p> <p>P7. Periferização x ônus da expansão da malha urbana (IC 1996, 17)</p> <p>P8. Falta de visão estratégica na localização de habitações populares x política de crescimento urbano (IC 1996, 21)</p> <p>P9. Rede de equipamentos culturais e de lazer insuficiente e/ou não potencializada x alta demanda da população (IC 1996, 42)</p> <p>P10. Reduzida possibilidade de desfrute da paisagem x alto potencial paisagístico (IC 1996, 44)</p>

ESTRUTURAÇÃO URBANA E USO DO SOLO PRIVADO

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>Promover a estruturação do espaço na cidade</p>	<p>SUB-PROGRAMA: FORTALECIMENTO DE CENTRALIDADES (Informe Complementar de 96)</p> <p>SUB-PROGRAMA: FORTALECIMENTO DE ÁREAS DE INTERESSE CULTURAL (Inf. Complementar de 96)</p>	<p>P1. Monofuncionalidade x miscigenação (IC 1996, 15)</p> <p>P2. Modelo morfológico x centralidade real e potencial (IC 1996, 19)</p> <p>P1. Perda gradativa do patrimônio cultural por falta de sustentabilidade (IC 1996, 11)</p>

ESTRUTURAÇÃO URBANA E USO DO SOLO PRIVADO

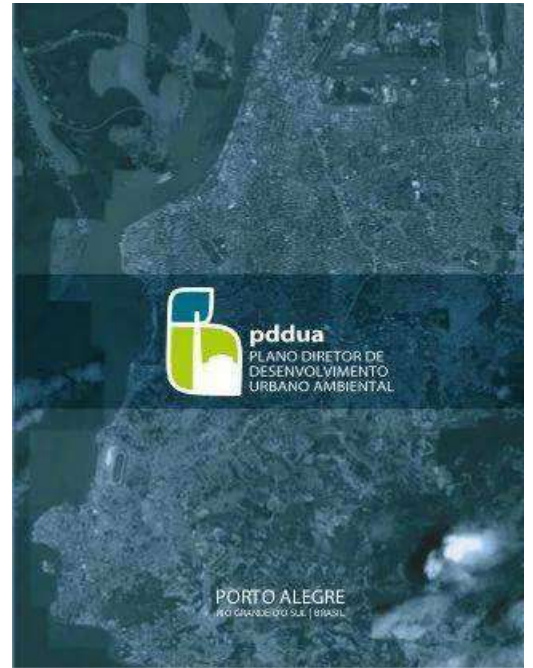
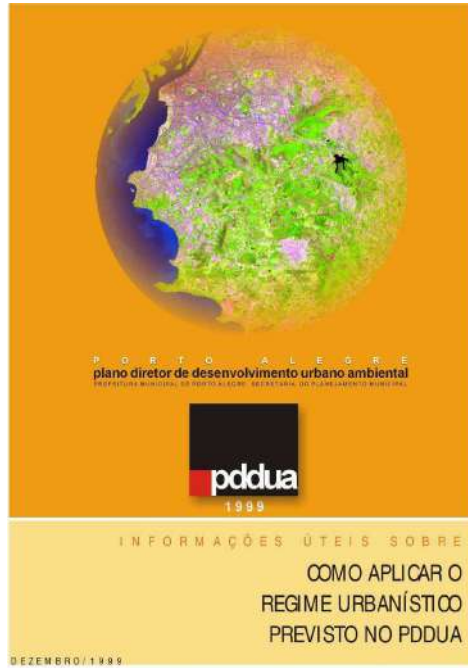
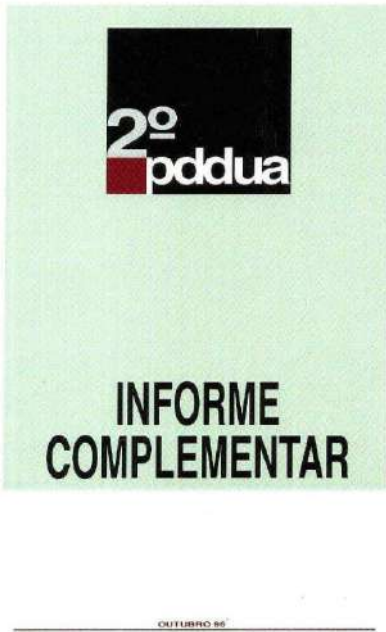
Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>Promover a integração metropolitana</p>	<p>Programa de Integração Metropolitana (IC 1996)</p> <p>Art. 5º - Constituem a Estratégia de Estruturação Urbana: ...</p> <p>II. Programa de Integração Metropolitana, que visa a articular o PDDUA com as ações e as políticas que envolvem os municípios da Região Metropolitana, dando ênfase às interfaces dos limites norte e leste do Município, prioritariamente no que se refere ao transporte, uso do solo e saneamento. (alterado pela LC 907/2021)</p> <p>(Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010). (PDDUA 1999; PDDUA 2010)</p>	<p>P1. Fraca articulação com os municípios limieiros e falta de estratégias regionais (IC 1996, 46)</p>

ESTRUTURAÇÃO URBANA E USO DO SOLO PRIVADO

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>Disciplinar e ordenar a ocupação do solo privado, através dos instrumentos de regulação que definem a distribuição espacial das atividades, a densificação e a configuração da paisagem urbana no que se refere à edificação e ao parcelamento do solo.</p>	<p>Plano Regulador</p> <p>Projetos Especiais de Impacto Urbano</p> <p>Art. 12 - O programa correspondente à Estratégia de Uso do Solo Privado é o Programa de Gerenciamento do Plano Regulador, que engloba o conjunto de procedimentos de natureza técnica, legal e administrativa para viabilizar um processo de planejamento dinâmico, participativo, ancorado numa estrutura administrativa capaz de responder a estes objetivos.</p>	<p>P1. Zonas com alta densidade x limite de infraestrutura (IC 1996, 1)</p> <p>P2. Zonas de habitação unifamiliar densificadas sem infraestrutura (IC 1996, 2)</p> <p>P3. Ocupação do solo com altos custos de infraestrutura ou tecnologias diferenciadas (IC 1996, 3)</p> <p>P4. Degradação do patrimônio natural por falta de sustentabilidade (IC 1996, 9)</p> <p>P5. Comprometimento de áreas naturais com interesse para preservação ou conservação pela ocupação inadequada (IC 1996, 10)</p> <p>P6. Falta ou fragilidade de critérios, ou insuficiência de instrumentos adequados para preservação (IC 1996, 12)</p> <p>P7. Monofuncionalidade x miscigenação (IC 1996, 15)</p> <p>P8. Excesso de ingerência na área privada x omissão na área pública x dinâmica da cidade x burocracia (IC 1996, 18)</p> <p>P9. Proposta de volumetria x pré-existência x estrutura fundiária x ventilação (IC 1996, 20)</p> <p>P10. Falta de visão estratégica na localização de habitações populares x política de crescimento urbano (IC 1996, 21)</p> <p>P11. Substituição da atividade secundária pela terciária e produção primária com pouca competitividade em relação à produção de outras áreas na região metropolitana (IC 1996, 38)</p> <p>P12. Excessiva concentração de atividades no Centro Histórico (IC 1996, 39)</p> <p>P13. Rede de equipamentos culturais e de lazer insuficiente e/ou não potencializada x alta demanda da população (IC 1996, 42)</p> <p>P14. Indefinição das reais potencialidades das áreas extensivas e rurais (IC 1996, 45)</p> <p>P15. Avanços insuficientes da tecnologia edilícia para economia energética (IC 1996, 50)</p> <p>P16. Tipologias residenciais de baixa renda x comprometimento da saúde e qualidade de vida (IC 1996, 51)</p>

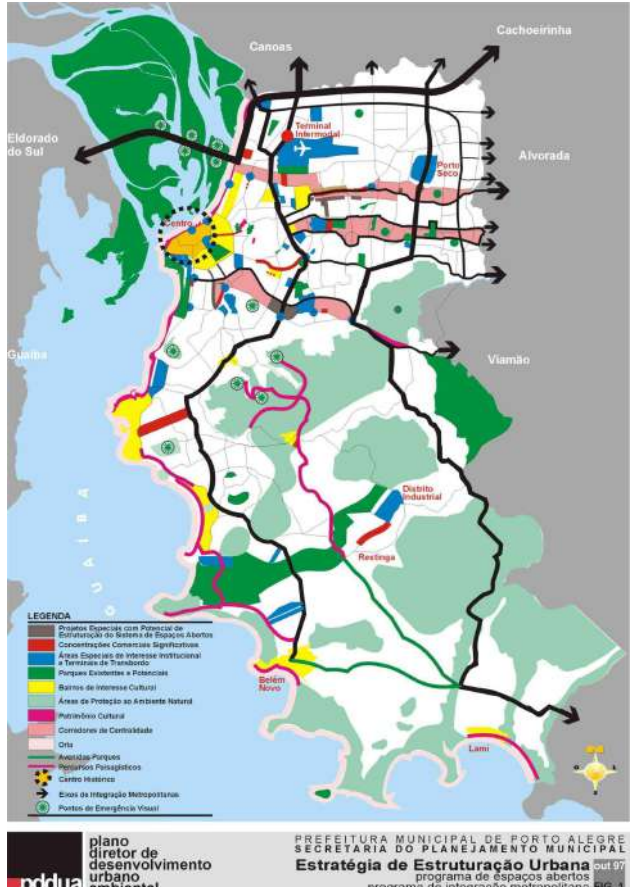
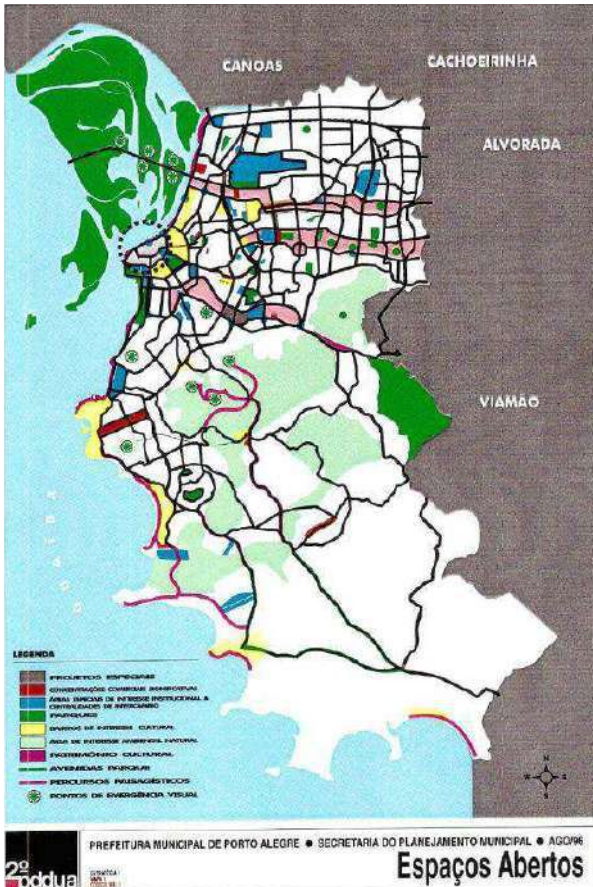


ESTRUTURAÇÃO URBANA E USO DO SOLO PRIVADO

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

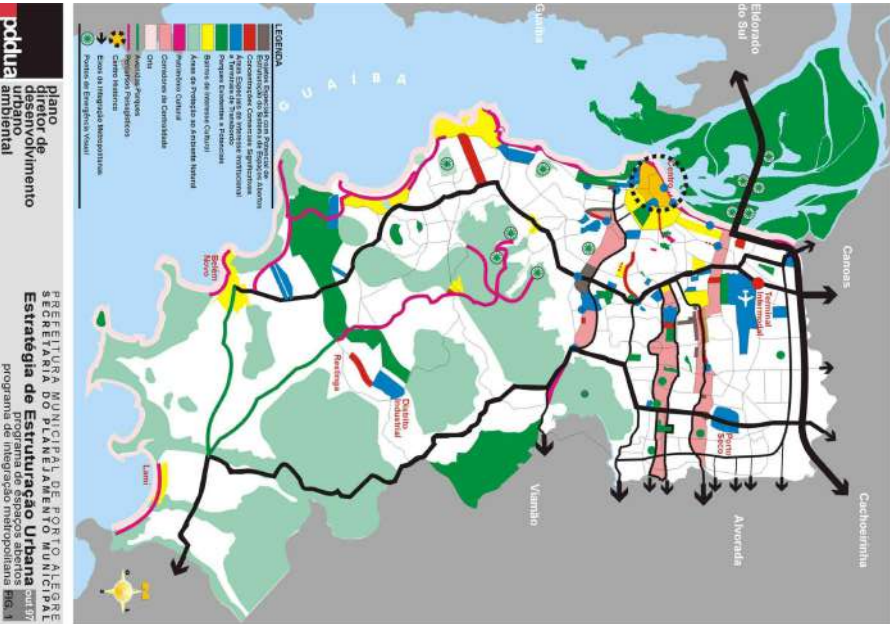
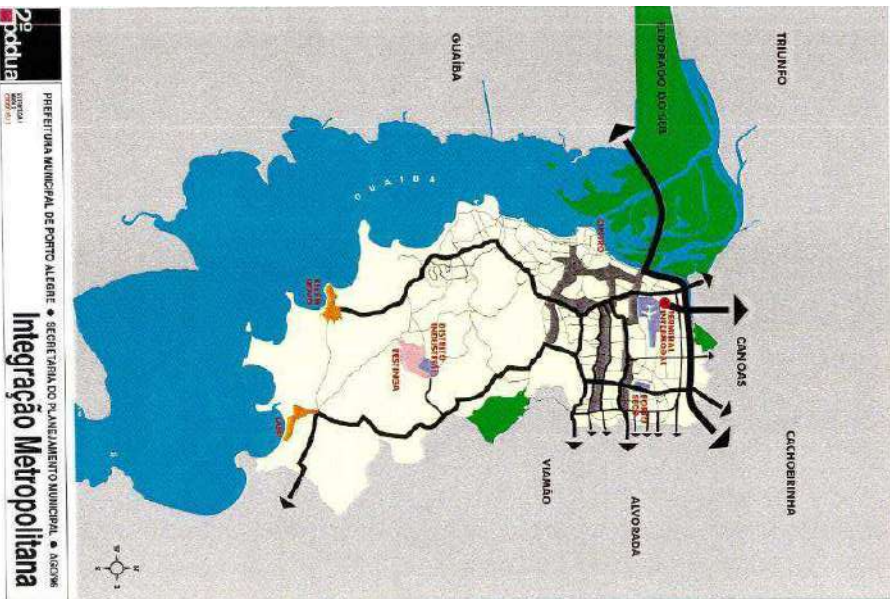
- LEITURA MAPAS E DIAGRAMAS -

Mapa Espaços Abertos - IC 1996

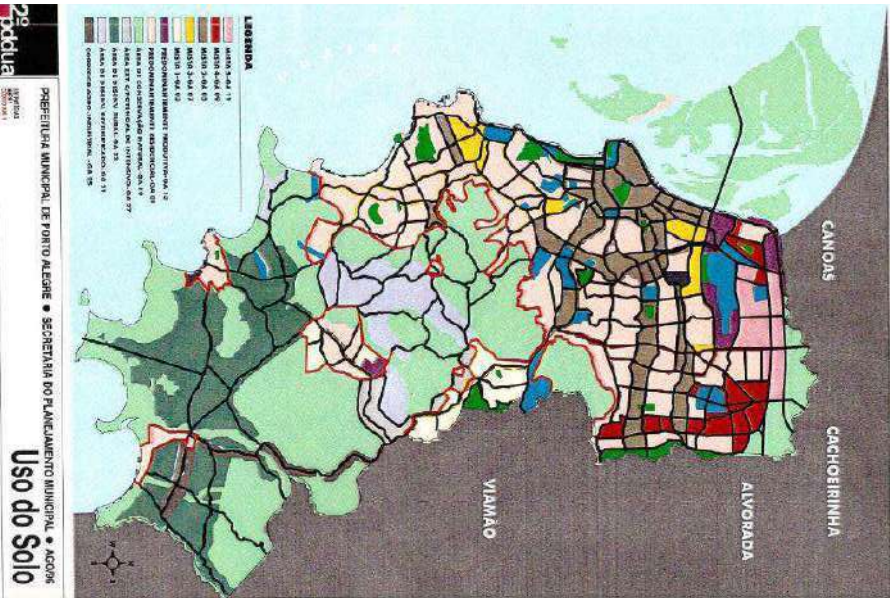


Estratégia de Estruturação Urbana - PDDUA 1999

Integração Metropolitana - IC 1996



Mapa Uso do Solo - IC 1996



ANEXO 5.1

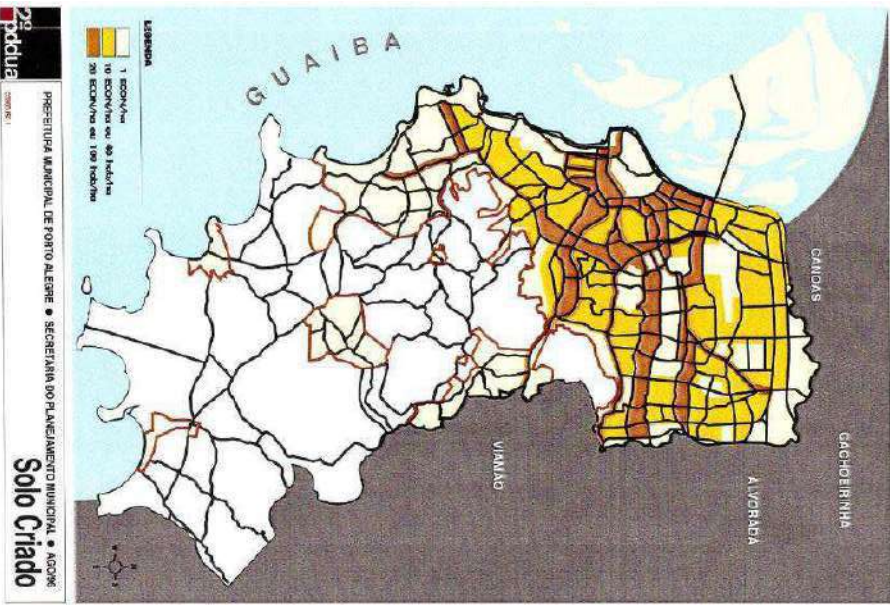
Grupos de Atividades

Código	22MUSEU 00	ANEXO 5.1
01	Área de preservação ambiental - Centro Histórico	
02	Museu	
03	Teatro, centro histórico	
04	Museu, centro histórico	
05	Museu	
06	Museu	
07	Museu	
08	Museu	
09	Museu	
10	Museu	
11	Museu	
12	Área de preservação ambiental	
13	Área de preservação ambiental	
14	Área de preservação ambiental	
15	Área de preservação ambiental	
16	Área de preservação ambiental	
17	Área de preservação ambiental	
18	Área de preservação ambiental	
19	Área de preservação ambiental	
20	Área de preservação ambiental	
21	Área de preservação ambiental	
22	Área de preservação ambiental	
23	Área de preservação ambiental	
24	Área de preservação ambiental	
25	Área de preservação ambiental	
26	Área de preservação ambiental	
27	Área de preservação ambiental	
28	Área de preservação ambiental	
29	Área de preservação ambiental	
30	Área de preservação ambiental	
31	Área de preservação ambiental	
32	Área de preservação ambiental	
33	Área de preservação ambiental	
34	Área de preservação ambiental	
35	Área de preservação ambiental	
36	Área de preservação ambiental	
37	Área de preservação ambiental	
38	Área de preservação ambiental	
39	Área de preservação ambiental	
40	Área de preservação ambiental	
41	Área de preservação ambiental	
42	Área de preservação ambiental	
43	Área de preservação ambiental	
44	Área de preservação ambiental	
45	Área de preservação ambiental	
46	Área de preservação ambiental	
47	Área de preservação ambiental	
48	Área de preservação ambiental	
49	Área de preservação ambiental	
50	Área de preservação ambiental	
51	Área de preservação ambiental	
52	Área de preservação ambiental	
53	Área de preservação ambiental	
54	Área de preservação ambiental	
55	Área de preservação ambiental	
56	Área de preservação ambiental	
57	Área de preservação ambiental	
58	Área de preservação ambiental	
59	Área de preservação ambiental	
60	Área de preservação ambiental	
61	Área de preservação ambiental	
62	Área de preservação ambiental	
63	Área de preservação ambiental	
64	Área de preservação ambiental	
65	Área de preservação ambiental	
66	Área de preservação ambiental	
67	Área de preservação ambiental	
68	Área de preservação ambiental	
69	Área de preservação ambiental	
70	Área de preservação ambiental	
71	Área de preservação ambiental	
72	Área de preservação ambiental	
73	Área de preservação ambiental	
74	Área de preservação ambiental	
75	Área de preservação ambiental	
76	Área de preservação ambiental	
77	Área de preservação ambiental	
78	Área de preservação ambiental	
79	Área de preservação ambiental	
80	Área de preservação ambiental	
81	Área de preservação ambiental	
82	Área de preservação ambiental	
83	Área de preservação ambiental	
84	Área de preservação ambiental	
85	Área de preservação ambiental	
86	Área de preservação ambiental	
87	Área de preservação ambiental	
88	Área de preservação ambiental	
89	Área de preservação ambiental	
90	Área de preservação ambiental	
91	Área de preservação ambiental	
92	Área de preservação ambiental	
93	Área de preservação ambiental	
94	Área de preservação ambiental	
95	Área de preservação ambiental	
96	Área de preservação ambiental	
97	Área de preservação ambiental	
98	Área de preservação ambiental	
99	Área de preservação ambiental	
100	Área de preservação ambiental	

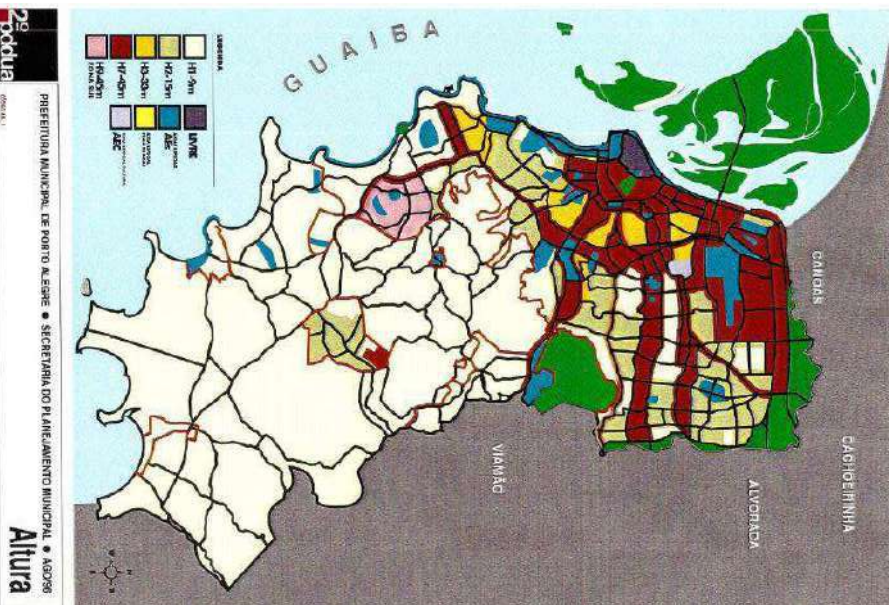
Anexo 5: REGIME DE ATIVIDADES - PDDUA 2010

Estratégia de Estruturação Urbana - PDDUA 1999

Mapa Solo Criado - IC 1996



Mapa Altura - IC 1996



ÍNDICES DE APROPRIAMENTO

ÍNDICE APROPRIADO	QUANTIDADE	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
ÁREA ÚTIL	01	1,0	180	180	1,5
	02	1,0	240	240	2,0
	03	1,0	300	300	2,5
	04	1,2	360	360	3,0
	05	1,5	450	450	3,75
	06	1,8	540	540	4,5
	07	2,0	600	600	5,0
	08	2,4	720	720	6,0
ÁREA CONSTRUÍDA	09	1,5	270	270	3,75
	10	1,8	324	324	4,5
	11	2,0	360	360	5,0
	12	2,4	432	432	6,0
	13	2,7	486	486	6,75
	14	3,0	540	540	7,5
	15	3,6	648	648	9,0
	16	4,2	756	756	10,5

*(1) 1% de área de impermeabilização;
 (2) 1% de área de impermeabilização;
 (3) 1% de área de impermeabilização;
 (4) 1% de área de impermeabilização;
 (5) 1% de área de impermeabilização;
 (6) 1% de área de impermeabilização;
 (7) 1% de área de impermeabilização;
 (8) 1% de área de impermeabilização;
 (9) 1% de área de impermeabilização;
 (10) 1% de área de impermeabilização;
 (11) 1% de área de impermeabilização;
 (12) 1% de área de impermeabilização;
 (13) 1% de área de impermeabilização;
 (14) 1% de área de impermeabilização;
 (15) 1% de área de impermeabilização;
 (16) 1% de área de impermeabilização;
 (17) 1% de área de impermeabilização;
 (18) 1% de área de impermeabilização;*

ANEXO 6: SOLO CRIADO E QUOTA - PDDUA 1999

REGIME VOLUMÉTRICO

ÁREA DO TERRENO	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
ÁREA ÚTIL	01	180	180	1,5
	02	240	240	2,0
	03	300	300	2,5
	04	360	360	3,0
	05	450	450	3,75
	06	540	540	4,5
	07	600	600	5,0
	08	720	720	6,0
	09	810	810	6,75
	10	900	900	7,5
ÁREA CONSTRUÍDA	11	270	270	3,75
	12	324	324	4,5
	13	360	360	5,0
	14	432	432	6,0
	15	486	486	6,75
	16	540	540	7,5
	17	648	648	9,0
	18	756	756	10,5

*(1) 1% de área de impermeabilização;
 (2) 1% de área de impermeabilização;
 (3) 1% de área de impermeabilização;
 (4) 1% de área de impermeabilização;
 (5) 1% de área de impermeabilização;
 (6) 1% de área de impermeabilização;
 (7) 1% de área de impermeabilização;
 (8) 1% de área de impermeabilização;
 (9) 1% de área de impermeabilização;
 (10) 1% de área de impermeabilização;
 (11) 1% de área de impermeabilização;
 (12) 1% de área de impermeabilização;
 (13) 1% de área de impermeabilização;
 (14) 1% de área de impermeabilização;
 (15) 1% de área de impermeabilização;
 (16) 1% de área de impermeabilização;
 (17) 1% de área de impermeabilização;
 (18) 1% de área de impermeabilização;*

ANEXO 7: REGIME VOLUMÉTRICO - PDDUA 1999

LEITURA PESSOAL SOBRE O ASSUNTO

- Tal qual as demais estratégias do PDDUA, o alcance dos objetivos ficou comprometido pela não implantação dos programas previstos;
- Para a execução da Estruturação Urbana, o distanciamento da escala macro com a implementação efetiva de uma rede de espaços abertos na escala meso e micro comprometeu a consolidação de um sistema;
- A ausência de detalhamento da dimensão estratégica do Plano Regulador conferiu protagonismo às regras em detrimento das estratégias que deram suporte a geração dos parâmetros do regime urbanístico;
- Dado que a Estratégia de Estruturação Urbana traz a representação de grande parte dos componentes do Modelo Espacial, se faz necessário uma maior compatibilização desta com o regramento urbanístico previsto no Plano Regulador.



INFORME COMPLEMENTAR

OUTUBRO 96

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS PROMOÇÃO ECONÔMICA – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
16. CONTRADIÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA X ÁREAS EXTENSIVAS E RURAIS (indefinição de uma política de expansão urbana)	CONFLITO ALTO	A indefinição de uma política de expansão urbana e o desconhecimento das reais potencialidades das áreas denominadas pela legislação como extensivas e rurais, tem deixado num plano secundário a ação governamental nestas áreas. Desta forma, significativas parcelas do território municipal passam a representar uma opção de acesso à habitação para a população de baixa renda, nas terras com baixo valor para o mercado. Associam-se ainda a esta problemática, a baixa produção rural com falta de tecnologias adequadas para este fim e as dificuldades de comercialização. Esta última é decorrente, entre outras causas, de sua localização desfavorável em relação aos demais municípios metropolitanos.
19. MODELO MORFOLOGICO RADIOCENTRICO (uso do solo, densidade, circulação pré-existente) X CENTRALIDADE REAL E POTENCIAL	CONFLITO MÉDIO	O Plano Diretor atual mantém o modelo radiocêntrico no momento em que reforça um regime urbanístico de alturas, índices, diversidade de atividades decrescente em relação ao centro histórico. Além disto, esta situação é reforçada pelo sistema de circulação e transporte, que representa um vetor significativo da manutenção desta situação. A reformulação das normas e um novo modelo tipológico propiciarão a elaboração de projetos arquitetônicos diferenciados, possibilitando edificar nas divisas laterais, sem afastamento em função da altura e permitindo ainda a simplificação na aplicação da legislação, hoje excessivamente detalhada. O novo modelo deverá ainda, definir de forma mais clara a noção de público e privado, oferecendo a possibilidade de melhorias nas condições de ventilação tomando por base o quarteirão e não o lote como se dá no plano atual. Entende-se também como melhoria, os aspectos referentes à privacidade no momento em que as aberturas deverão se concentrar nas fachadas voltadas para a rua e para o interior da quadra. Para as situações de interfaces entre setores regulados por normas e setores com características diversas, introduz-se o conceito de projetos especiais.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOIS PROMOÇÃO ECONÔMICA – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/V ALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
<p>24. ÁREAS INDUSTRIAIS SUBUTILIZADAS X NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO X VOCAÇÃO TERCIÁRIA DA CIDADE</p>	POTENCIALIDADE BAIXA	Subutilização das áreas reservadas exclusivamente para indústrias, provavelmente face às características da economia local (vocalização terciária, indústrias de pequeno e médio porte com potencial de localização em qualquer setor urbano, novas formas de produção e comercialização, custo elevado da terra, baixa competitividade com os demais municípios metropolitanos, etc)
<p>29. DEFINIÇÃO DE USOS ESPECIAIS EM ÁREAS DE INTERESSE NATURAL E CULTURAS X PRESERVAÇÃO (ações concertadas que garantam a sustentabilidade econômica)</p>	POTENCIALIDADE MÉDIA	Partindo-se do princípio de que a definição precisa da destinação destas áreas é fundamental para sua perpetuação, entende-se que grande parte poderá receber usos especiais compatibilizados com a imposição e características do meio natural, com finalidades habitacionais, de lazer ou turismo, rurais e de preservação permanente, sem uso do humano. Estes resultados poderão ser obtidos através de ações conjuntas entre os poderes público e privado, garantindo a sustentabilidade social, econômica e de gestão. Os instrumentos de controle urbanístico reguladores do uso, ocupação, adensamento, verticalização, que definem o grau do uso do solo, deverão ser estabelecidos a partir das características e condições do meio ambiente (critérios geológicos, hidrológicos, florísticos, faunísticos, climáticos, e das paisagens natural e urbana).

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOIS PROMOÇÃO ECONÔMICA – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/V ALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
<p>30. MODELO DE USO DO SOLO X DESLOCAMENTO (redução de tempo e distância)</p>	POTENCIALIDADE ALTA	Considera-se como um dos desafios do planejamento urbano o de articular adequadamente o modelo de uso do solo com as necessidades de deslocamentos das mais diversas ordens. Neste sentido constitui potencialidade uma distribuição de usos que incorpore as centralidades reais e potenciais da cidade, a noção de miscigenação, incômodo e impacto associado a uma visão sistêmica na questão circulação e transporte eu tenha entre os seus objetivos a redução dos tempos e distância.
<p>31. VALOR AMBIENTAL DAS ÁREAS NÃO CONSOLIDADAS (extremo sul x interface com a cidade pré-existente)</p>	POTENCIALIDADE ALTA	Nas áreas municipais onde ainda não se consolidou a urbanização, é significativa a presença de componentes naturais. Portanto, é imprescindível que a ocupação proposta para o futuro busque novas condições de equilíbrio, não mais o ecológico, mas sim, o urbano, assegurando a boa qualidade de vida para a sociedade. Grande parte destas áreas hoje são utilizadas para produção rural, com boas condições de sustentabilidade, apesar da pressão urbana existente. Localizam-se, basicamente, no extremo sul do município.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS PROMOÇÃO ECONÔMICA – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/V ALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
33. CLARIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA POLICENTRALIDADE	POTENCIALIDADE ALTA	A potencialização de um sistema de espaços abertos que avance em relação à simples ideia de estruturação de uma rede física de circulação, deve incorporar os demais espaços públicos ou de uso público da cidade com vistas à articulação dos diversos setores urbanos. Nesta concepção dever-se-á considerar equipamentos de abrangência urbana e cotidiana como praças, parques e centros culturais. Um sistema com estas características, deverá valorizar a potencialidade e adotar estratégias próprias de desenho e gestão.
36. UTILIZAÇÃO DO INSTRUMENTO SOLO CRIADO E TRANSFERÊNCIA DE ÍNDICES NO DESENVOLVIMENTO URBANO	POTENCIALIDADE ALTA	Capacidade relativa de intervir no processo de ordenamento do crescimento urbano. Viabilização de desapropriações de áreas privadas atingidas por previsão de traçado do Plano Diretor (ruas, praças, parques, áreas para escolas) e prédios de interesse sociocultural.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS PROMOÇÃO ECONÔMICA – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/V ALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
37. EXISTÊNCIA DE PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL SIGNIFICATIVO A PRESERVAR	POTENCIALIDADE ALTA	A revalorização do patrimônio cultural construído possibilita sua ocupação com outros usos, podendo abrigar inúmeras atividades terciárias, cuja tendência é constatada na economia do município.
38. SUBSTITUIÇÃO DA ATIVIDADE SECUNDÁRIA PELA TERCIÁRIA E PRODUÇÃO PRIMÁRIA REDUZIDA COM POUCA COMPETITIVIDADE EM RELAÇÃO A PRODUÇÃO DE OUTRAS ÁREAS NA REGIÃO METROPOLITANA	CONFLITO ALTO	A substituição da atividade secundária tradicional pela terciária é um processo que se observa, fruto provavelmente da falta de políticas industriais, do custo elevado do solo, dos conflitos de circulação viária e de exigências maiores quanto ao controle ambiental. Permanecem na cidade apenas aquelas indústrias com características ou condicionantes que independem destes fatores (atendimento ao mercado local ou relacionadas aos centros de pesquisa das Universidades com massa crítica qualificada). A participação da atividade primária na economia do Município é inexpressiva e o custo do solo é atrativo para a localização de assentamentos populacionais de baixa renda.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS PROMOÇÃO ECONÔMICA – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/V ALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
39. EXCESSIVA CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES NO CENTRO HISTÓRICO	CONFLITO MÉDIO	Apesar dos esforços das sucessivas administrações municipais em buscar a descentralização das atividades, principalmente no que se refere ao comércio e serviços, através de estímulo de índices de aproveitamento, registra-se como fundamental, a necessidade de adoção de outras estratégias específicas, como por exemplo, a do funcionamento de um sistema de transporte eficiente que articule diversos setores da cidade.
40. DESEMPREGO E EXCLUSÃO	CONFLITO ALTO	Características da problemática urbana: 30% da população excluída do direito à cidade, 13% de desemprego e um percentual de crescimento da população de baixa renda maior do que o geral da população.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS PROMOÇÃO ECONÔMICA – OUTUBRO 1996

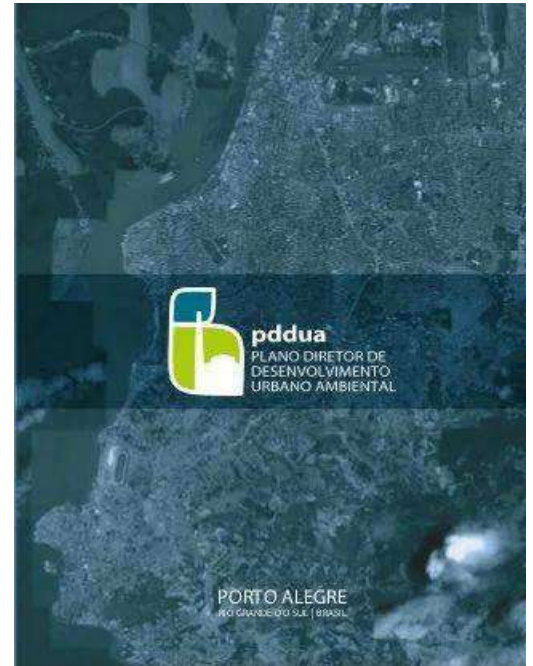
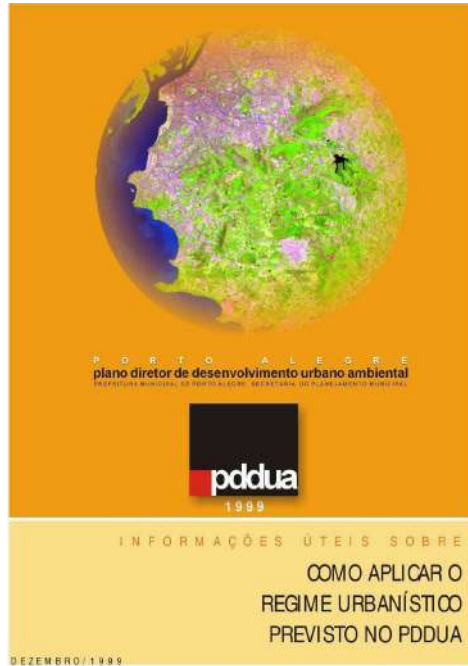
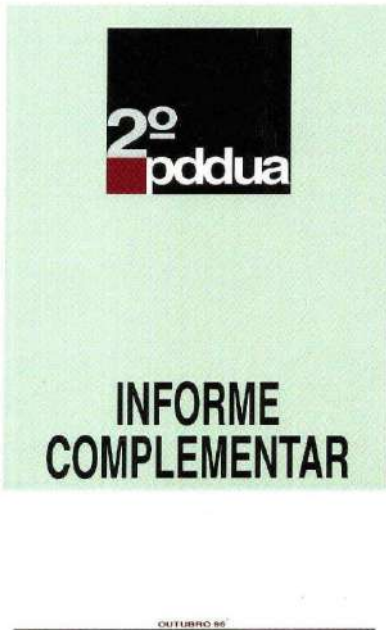
SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/V ALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
45. INDEFINIÇÃO DAS REAIS POTENCIALIDADES DAS ÁREAS EXTENSIVAS E RURAIS	CONFLITO MÉDIO	A indefinição de uma política de expansão urbana e o desconhecimento das reais potencialidades das áreas denominadas pela legislação como extensivas e rurais, têm deixado num plano secundário a ação governamental nestas áreas. Desta forma, significativas parcelas do território municipal passam a representar uma opção de acesso à habitação para a população de baixa renda, nas terras com baixo valor para o mercado. Associam-se ainda, a esta problemática, a baixa produção rural com falta de tecnologias adequadas para este fim e as dificuldades de comercialização. Esta última é decorrente, entre outras causas, de sua localização desfavorável em relação aos demais municípios metropolitanos.
46. FRACA ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS LINDEIROS E FALTA DE ESTRATÉGIAS REGIONAIS	CONFLITO ALTO	Decorre da inexistência de uma política de atuação metropolitana que promova e fortaleça as relações entre os municípios limítrofes, o que tem reflexos, em especial, na área de planejamento setorial como transportes e saúde.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS PROMOÇÃO ECONÔMICA – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/V ALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
47. BAIXA PRODUÇÃO RURAL COM FALTA DE TECNOLOGIA ADEQUADA E DIFICULDADE DE COMERCIALIZAÇÃO	CONFLITO MÉDIO	A indefinição de uma política de expansão urbana e o desconhecimento das reais potencialidades das áreas denominadas pela legislação como extensivas e rurais, tem deixado num plano secundário a ação governamental nestas áreas. Desta forma, significativas parcelas do território municipal passam a representar uma opção de acesso à habitação para população de baixa renda, nas terras com baixo valor para o mercado. Associam-se ainda, a esta problemática, a baixa produção rural com falta de tecnologias adequadas para este fim e as dificuldades de comercialização. Esta última é decorrente, entre outras causas, de sua localização desfavorável em relação aos demais municípios metropolitanos.
52. UTILIZAÇÃO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADO NA PRODUÇÃO CONCERTADA DO "HABITAT"	POTENCIALIDADE MÉDIA	Atuação em áreas de produção concertada com a utilização de instrumentos jurídicos, urbanísticos e tributários, através da parceria público-privada.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS PROMOÇÃO ECONÔMICA – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/V ALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
53. POLO COM POTENCIAL TECNOLÓGICO, TURÍSTICO E TERCIÁRIO	POTENCIALIDADE ALTA	<p>O desenvolvimento econômico da cidade passa necessariamente por uma valorização do seu potencial tecnológico, turístico e terciário.</p> <p>Com relação ao potencial tecnológico, apresenta infraestrutura e localização adequadas, grande número de empresas já instaladas, um complexo médico-hospitalar de caráter regional e a presença de duas grandes universidades.</p> <p>Como capital do Estado do Rio Grande do Sul é uma cidade tipicamente terciária que atrai usuários de toda uma grande região reforçando o seu papel de centro prestador de serviços e sede de negócios com importância no Mercosul.</p> <p>Em termos de turismo há ainda que potencializar-se a sua situação de centro cultural da região que apresenta um patrimônio ambiental significativo com a presença do Guaíba numa extensão de costa de aproximadamente 90 Km, paisagens notáveis através de sua topografia privilegiada e uma extensa área de ocupação rarefeita passível de projetos estratégicos especiais.</p> <p>O incremento tecnológico, turístico e terciário depende da melhoria nas ligações com as interfaces metropolitanas, otimizando os potenciais regionais.</p>



ESTRATÉGIAS PROMOÇÃO ECONÔMICA

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

- TEXTO -



ESTRATÉGIAS PROMOÇÃO ECONÔMICA

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>I - Revalorização do papel de Porto Alegre como polo econômico metropolitano.</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>5.2.2- Sub –programa : integração regional</p> <p style="text-align: center;">IC 1996</p>	<p>P1. Substituição da atividade secundária pela terciária e produção primária reduzida com pouca competitividade em relação à produção de outras áreas na região metropolitana (IC 1996, 38)</p> <p>P2. Fraca articulação com os municípios limieiros e falta de estratégias regionais (IC 1996, 46)</p> <p>P3. Polo com potencial tecnológico, turístico e terciário . (dentro pra fora) (IC 1996, 53)</p> <p>P4. O município possui demanda para estimular novas atividades econômicas, por meio de polos tecnológicos, distritos industriais, centros comerciais, entre outras. (GUIA 2019, P23)</p> <p>P5. O município integra Área de Especial Interesse Turístico ou apresenta forte atividade turística. (GUIA 2019, P26)</p> <p>P6. O município busca a promoção e melhoria do turismo de negócios e de eventos relacionados à dinâmica urbana. (GUIA 2019, P52)</p>
<p>II – Redefinição do perfil de competitividade no Mercosul</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p style="text-align: center;">-</p>	<p>P1. Polo com potencial tecnológico, turístico e terciário. (dentro pra fora) (IC 1996, 53)</p> <p>P2. O município possui demanda para estimular novas atividades econômicas, por meio de polos tecnológicos, distritos industriais, centros comerciais, entre outras. (GUIA 2019, P23)</p> <p>P3. O município integra Área de Especial Interesse Turístico ou apresenta forte atividade turística. (GUIA 2019, P26)</p> <p>P4. O município busca a promoção e melhoria do turismo de negócios e de eventos relacionados à dinâmica urbana. (GUIA 2019, P52)</p>

ESTRATÉGIAS PROMOÇÃO ECONÔMICA

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>III – Estímulo ao crescimento e à desconcentração econômica</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>I. Programa de Dinamização da Economia.</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. Modelo morfológico radiocêntrico x centralidade real e potencial. (IC 1996, 19)</p> <p>P2. Clarificação e valorização da policentralidade. (IC 1996, 33)</p> <p>P3. Excessiva concentração de atividades no centro histórico. (IC 1996, 39)</p> <p>P4. Polo com potencial tecnológico, turístico e terciário (fora pra dentro). (IC 1996, 53)</p> <p>P5. O município necessita manter e fortalecer serviços e usos populares. (GUIA 2019, P28)</p>
<p>IV – promoção da geração de postos de trabalho em sua relação com o lugar de residência</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>I. Programa de Qualificação da Cidadania</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p> <p>5.1.3 – Sub-programa: Ocupação, renda e consumo para os excluídos</p> <p>IC 1996</p>	<p>P1. Modelo de uso do solo x deslocamento (redução tempo distância). (IC 1996, 33)</p> <p>P2. Desemprego e exclusão. (IC 1996, 40)</p> <p>P3. O município necessita manter e fortalecer serviços e usos populares. (GUIA 2019, P28)</p> <p>P4. O município apresenta avanço da ocupação urbana sobre áreas de transição urbano-rural ou sobre áreas rurais. (GUIA 2019, P06)</p>

ESTRATÉGIAS PROMOÇÃO ECONÔMICA

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>V – fomento à organização e à autopromoção de iniciativas empreendedoras</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>5.1.1 - Qualificação Empresarial para o Meio ambiente</p> <p>5.1.2 - Produção e Democratização do Conhecimento Tecnológico e Gerencial</p> <p>IC 1996</p>	<p>P1. Áreas industriais subutilizadas x novas formas de produção x vocação terciária da cidade. (IC 1996, 24)</p> <p>P2. O município busca promover o desenvolvimento turístico de forma articulada à preservação cultural. (GUIA 2019, P50)</p> <p>P3. O município busca a promoção e melhoria do turismo de negócios e de eventos relacionados à dinâmica urbana. (GUIA 2019, P52)</p>
<p>VI – promoção de condições favoráveis para produzir um melhor valor agregado à atividade rural</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>I. Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8</p> <p>I. Programa de Incentivos a Investimentos</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. Contradição da ocupação urbana x áreas extensivas e rurais. (IC 1996, 16)</p> <p>P2. Indefinição das reais potencialidades das áreas extensivas e rurais. (IC 1996,45) (38) ????</p> <p>P3. Baixa produção rural com falta de tecnologia adequada e dificuldade de comercialização. (IC 1996, 47)</p> <p>P4. O município possui áreas naturais e/ou protegidas com potencial para o desenvolvimento de turismo ambiental sustentável. (GUIA 2019, P49)</p> <p>P5. O município apresenta avanço da ocupação urbana sobre áreas de transição urbano-rural ou sobre áreas rurais. (GUIA 2019, P06)</p> <p>P6. O município deseja estimular sua produção rural e/ou possui áreas rurais sem uso ou improdutiva. (GUIA 2019, P45)</p>

ESTRATÉGIAS PROMOÇÃO ECONÔMICA

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>VII – garantia de condições mínimas de abastecimento e de consumo a todos</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>5.2.5 - Sub-programa: Abastecimento</p> <p>IC 1996</p>	<p>P1. Município apresenta desarticulação entre sua produção rural e o abastecimento e consumo urbano de alimentos. (GUIA 2019, P44)</p>
<p>VIII – incentivo à produção e à socialização de conhecimento tecnológico.</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>I. Programa de Qualificação da Cidadania.</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p> <p>5.1.2 - Produção e Democratização do Conhecimento Tecnológico e Gerencial</p> <p>IC 1996</p>	<p>P1. Baixa produção rural com falta de tecnologia adequada e dificuldade de comercialização. (IC 1996, 47)</p> <p>P2. Baixo índice de reciclagem de matéria líquida e sólida e alta interferência de resíduos no ambiente. (IC 1996, 48)</p> <p>P3. Desperdício de água e energia. (IC 1996, 49)</p> <p>P4. O município busca a promoção e melhoria do turismo de negócios e de eventos relacionados à dinâmica urbana. (GUIA 2019, P52)</p> <p>P5. O município necessita manter e fortalecer serviços e usos populares. (GUIA 2019, P28)</p>

ESTRATÉGIAS PROMOÇÃO ECONÔMICA

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>IX - estabelecimento de mecanismos urbanísticos que promovam a produção econômica, incentivando a busca de implantação de indústrias e centros de excelência na fabricação de componentes de alta tecnologia;.</p> <p>PDDUA 2010</p>	<p>I. Programa de Qualificação da Cidadania.</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>(50) Avanços insuficientes da tecnologia edilícia para a economia energética</p> <p>(4D?)</p> <p>P1. O município apresenta estagnação econômica ou perda de atividades geradoras de emprego em consequência da desindustrialização, da competição fiscal entre cidades ou da falta de infraestrutura, entre outros. (GUIA 2019, P24)</p>
<p>X- incentivo à criação de escolas técnicas para formação e capacitação profissional;</p> <p>PDDUA 2010</p>	<p>I. Programa de Qualificação da Cidadania.</p> <p>IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. Baixa produção rural com falta de tecnologia adequada e dificuldade de comercialização. (IC 1996, 47)</p>

ESTRATÉGIAS PROMOÇÃO ECONÔMICA

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>XI- incentivo à criação de polos econômicos;</p> <p style="text-align: center;">PDDUA 2010</p>	<p>5.2.1 – Sub-programa: fomento a atividade econômica</p> <p style="text-align: center;">IC 1996</p> <p>IV – Programa de incentivo a investimentos</p> <p style="text-align: center;">PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. Polo com potencial tecnológico, turístico e terciário. (REPOT) (IC 1996, 53)</p> <p>P2. O município integra Área de Especial Interesse Turístico ou apresenta forte atividade turística. (GUIA 2019, P26)</p> <p>P3. O município busca a promoção e melhoria do turismo de negócios e de eventos relacionados à dinâmica urbana. (GUIA 2019, P52)</p>
<p>XII- criação de programas de incentivo fiscal para alcançar o desenvolvimento urbano e ambiental da Cidade;</p> <p style="text-align: center;">PDDUA 2010</p>	<p>I. Programa de Incentivo a Investimentos.</p> <p style="text-align: center; color: red;">LC 07/93????</p> <p style="text-align: center;">IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p>	<p>P1. Definição de usos especiais em áreas de interesse natural e cultural x preservação. (IC 1996, 29)</p> <p>P2. Utilização do instrumento solo criado e transferências de índices no desenvolvimento urbano. (IC 1996, 36)</p> <p>P3. O município apresenta estagnação econômica ou perda de atividades geradoras de emprego em consequência da desindustrialização, da competição fiscal entre cidades ou da falta de infraestrutura, entre outros. (GUIA 2019, P24)</p>

ESTRATÉGIAS PROMOÇÃO ECONÔMICA

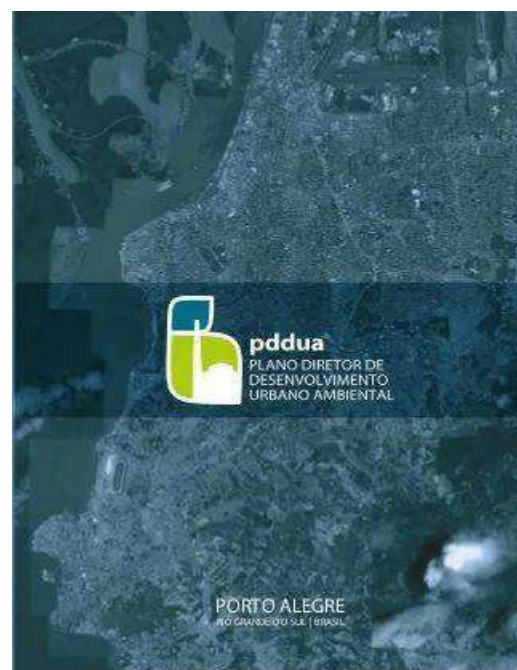
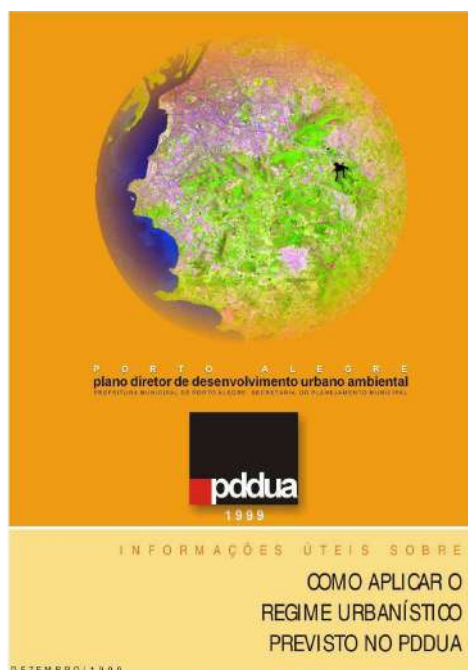
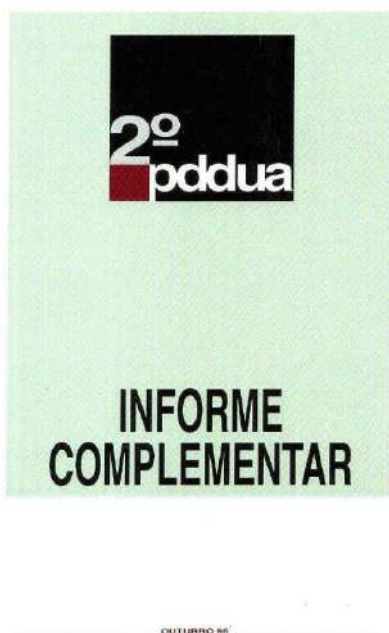
Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>XIII- promoção de programas de inclusão social para população de baixa renda em processo de regularização fundiária;</p> <p style="text-align: center;">PDDUA 2010</p>	<p>I. Programa de Qualificação da Cidadania.</p> <p style="text-align: center;">IC 1996; PDDUA 1999; PDDUA 2010</p> <p>5.1.3 – Sub-programa: Ocupação, renda e consumo para os excluídos</p> <p style="text-align: center;">IC 1996</p>	<p>P1. Falta de visão estratégica na localização de habitações populares x política de crescimento urbano (resiliência). (IC 1996, 21)</p> <p>P3. O município necessita manter e fortalecer serviços e usos populares. (GUIA 2019, P28)</p> <p>P4. O município apresenta avanço da ocupação urbana sobre áreas de transição urbano-rural ou sobre áreas rurais. (GUIA 2019, P06)</p>
<p>XIV- incentivo ao comércio tradicional de porta de rua no Centro Histórico, inclusive fiscal, condicionado à contrapartida de qualificação do serviço; e</p> <p style="text-align: center;">PDDUA 2010</p>	<p>I. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no Centro Histórico</p> <p style="text-align: center;">PDDUA 2010</p>	<p>P1. Polo com potencial tecnológico, turístico e terciário. (IC 1996, 53)</p> <p>P2. O município busca promover o desenvolvimento turístico de forma articulada à preservação cultural. (GUIA 2019, P50)</p> <p>P3. O município necessita manter e fortalecer serviços e usos populares. (GUIA 2019, P28)</p>

ESTRATÉGIAS PROMOÇÃO ECONÔMICA

Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

ESTRATÉGIAS	INSTRUMENTOS	PROBLEMÁTICAS
<p>XV- incentivo ao funcionamento do comércio e de serviços no Centro Histórico, durante o turno da noite.</p> <p>PDDUA 2010</p>	<p>I. Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no Centro Histórico, durante o turno da noite.</p> <p>PDDUA 2010</p>	<p>P1. Polo com potencial tecnológico, turístico e terciário e animação. (IC 1996, 53)</p> <p>P2. O município busca promover o desenvolvimento turístico de forma articulada à preservação cultural. (GUIA 2019, P50)</p> <p>P3. O município busca a promoção e melhoria do turismo de negócios e de eventos relacionados à dinâmica urbana. (GUIA 2019, P52)</p>

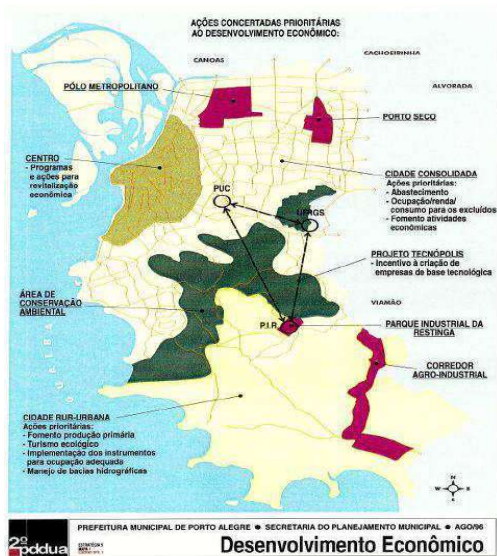


ESTRATÉGIAS PROMOÇÃO ECONÔMICA

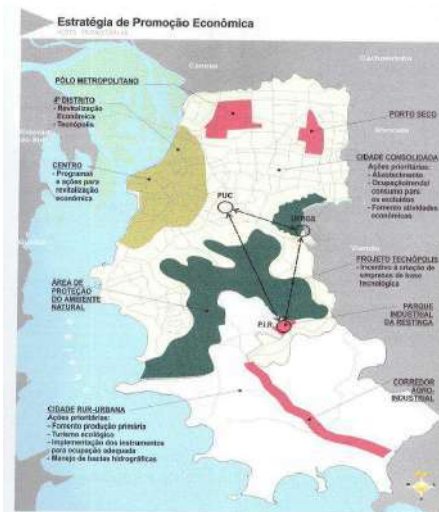
Informe Complementar, 1996 | PDDUA 1999 | PDDUA 2010

- LEITURA MAPAS E DIAGRAMAS -

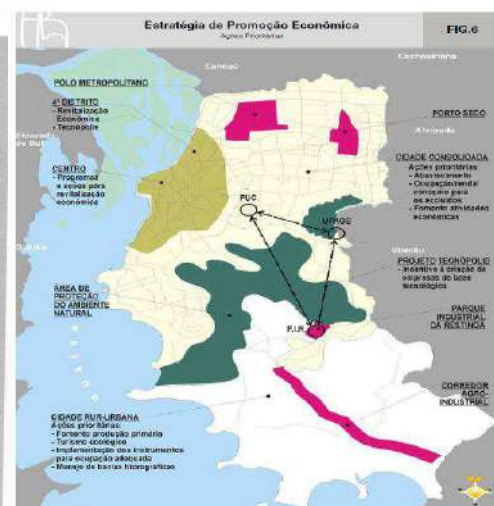
1996



1999

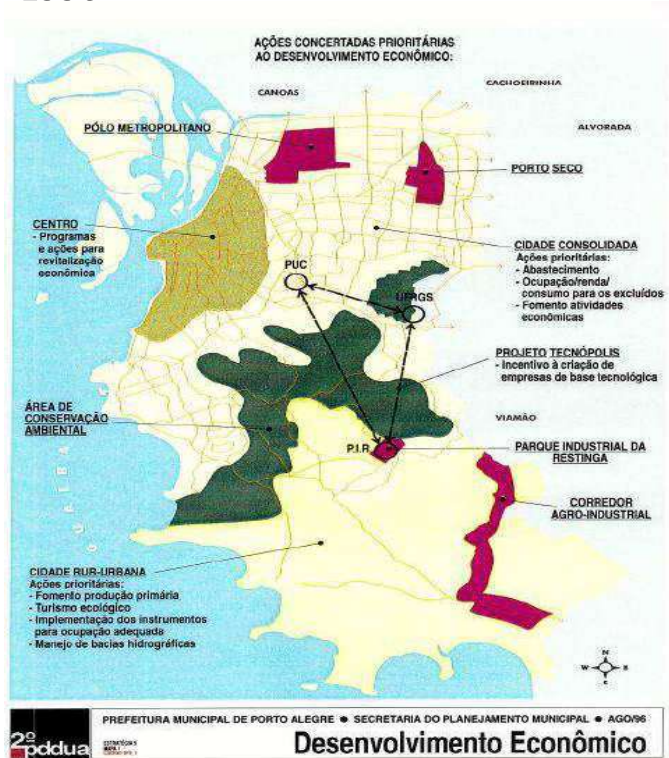


2010

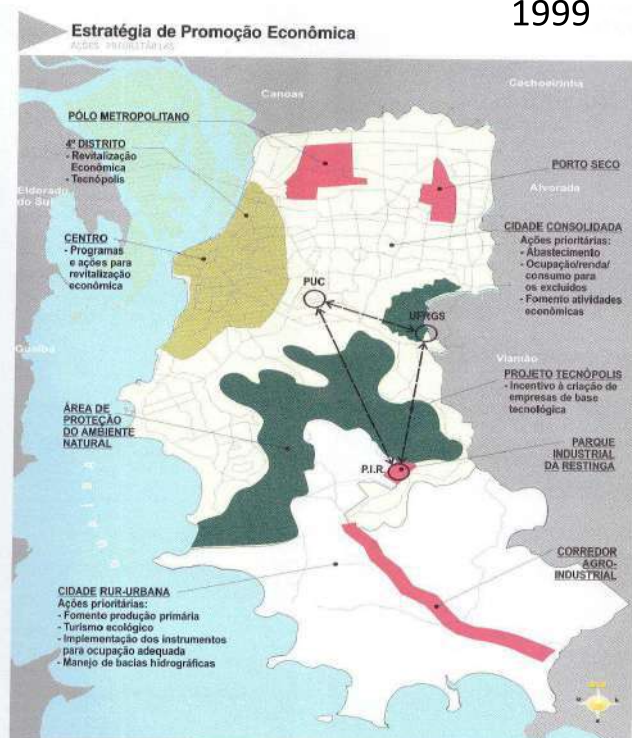


Houveram mudanças no mapa da estratégia entre 1996 e 1999. Em 2010, o mapa permaneceu igual à versão de 1999.

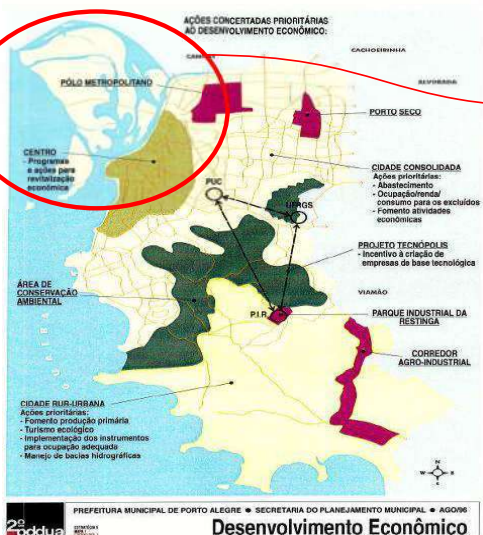
1996



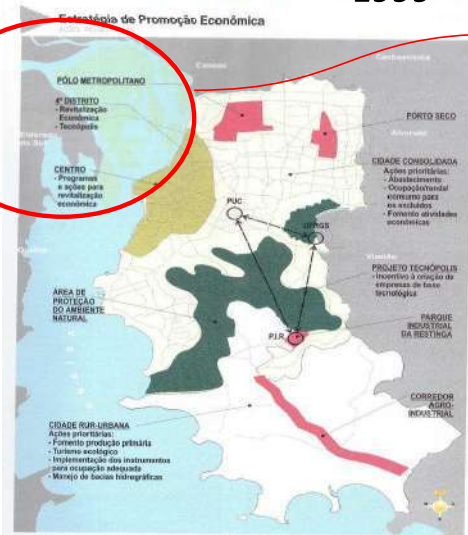
1999



1996

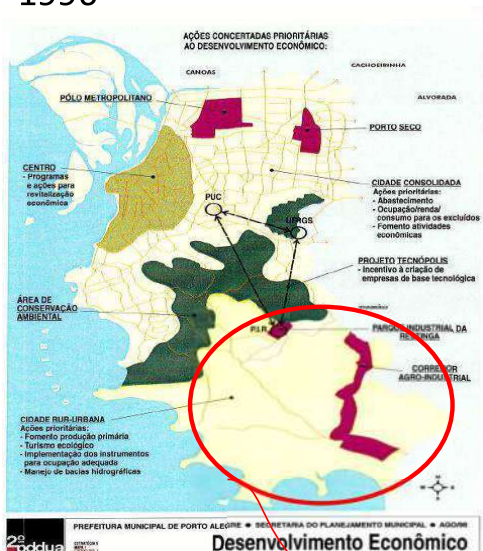


1999

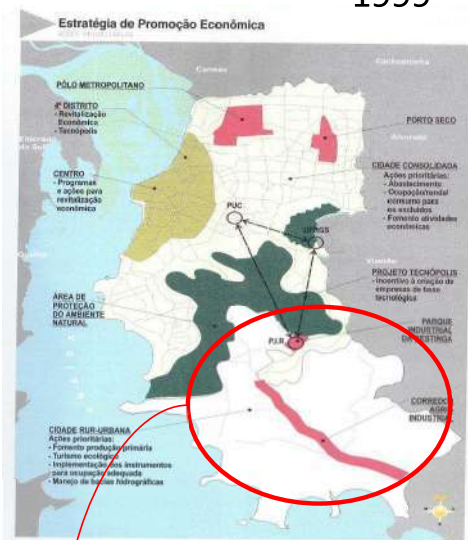


Em 1996, ainda não havia a marcação do 4º distrito como ponto de interesse econômico.

1996

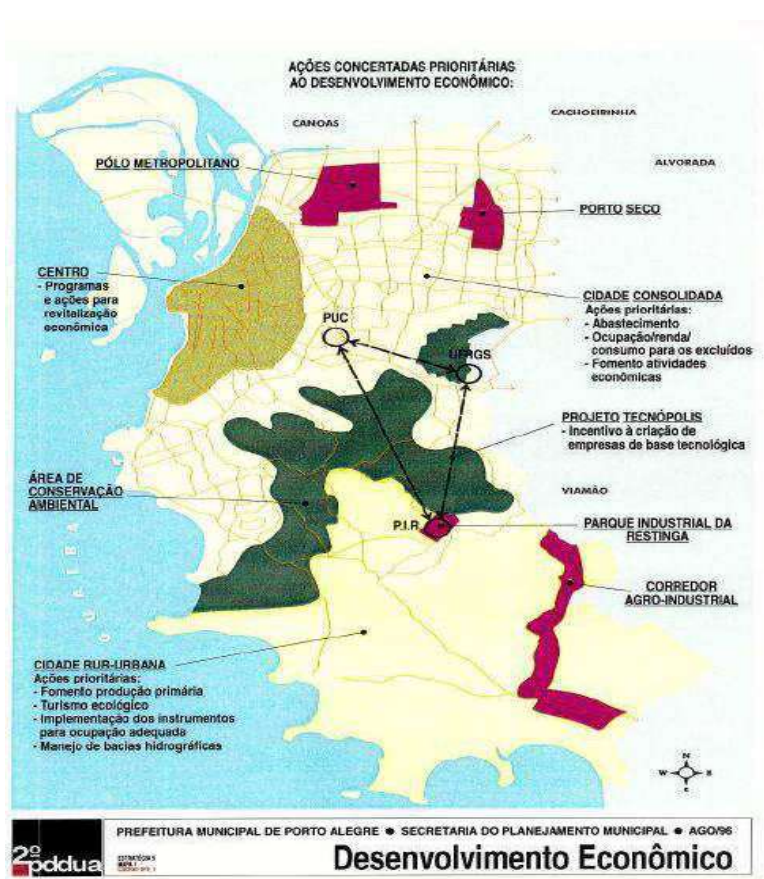
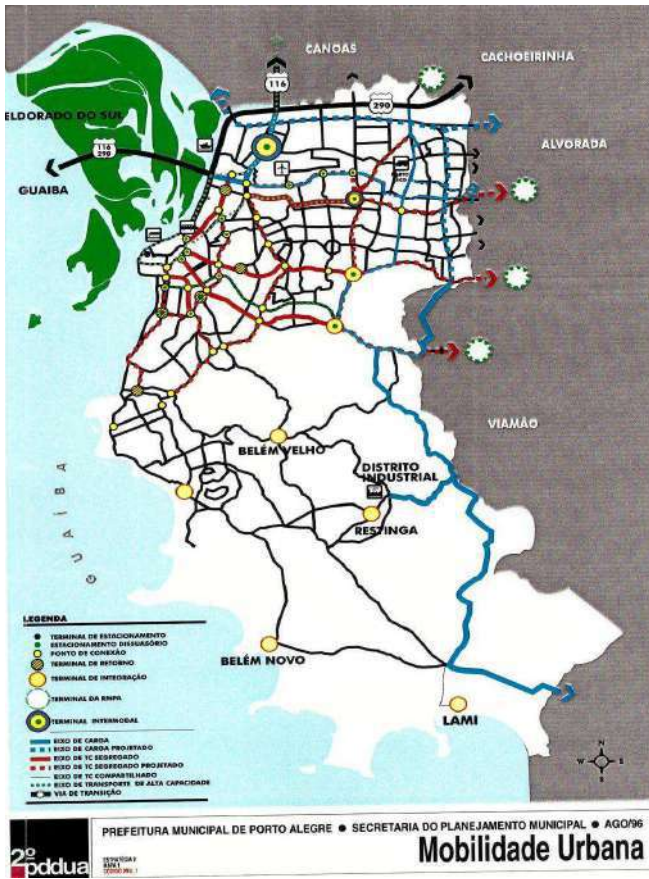


1999



Qual foi o embasamento na escolha do local do corredor agro-industrial? Fluxo de escoamento? Localização das propriedades produtoras?

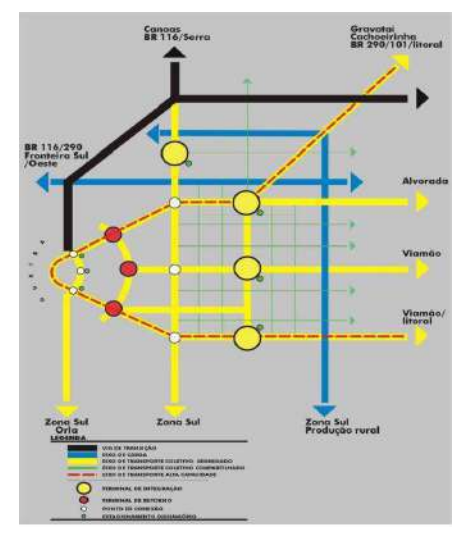
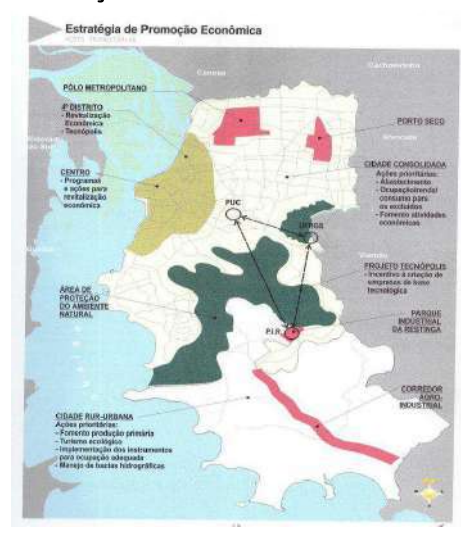
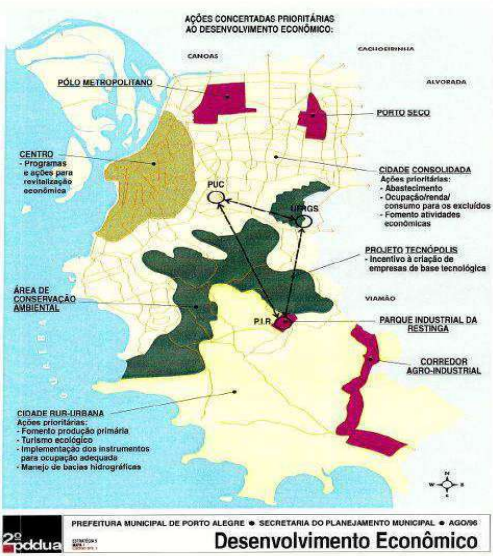
Na Promoção Económica o corredor agroindustrial modificou de local, entretanto, na Mobilidade o corredor agroindustrial seguiu no mesmo local em 1999.



1996

PROMOÇÃO ECONÔMICA 1999

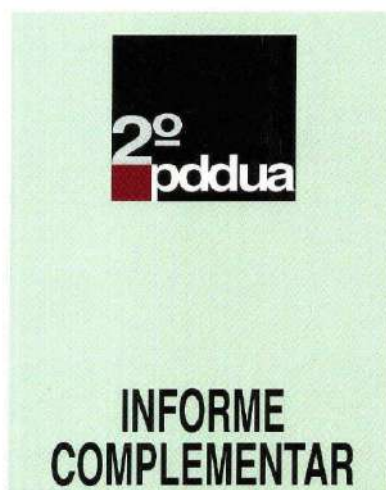
MOBILIDADE 1999



No diagrama de mobilidade de 1999, a via da produção rural aparentemente segue descendo pela porção leste, próxima à fronteira com Viamão.

LEITURA PESSOAL SOBRE O ASSUNTO

- FALHAS –
- PROBLEMAS –
- PERCEPÇÕES –
- SUGESTÕES DO QUE FAZER –
- COISAS QUE DEVERIAM SER RESOLVIDAS –
- DÚVIDAS –
- TÓPICOS DA SITUAÇÃO ATUAL –



CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS SISTEMA DE PLANEJAMENTO



PLANO DIRETOR
DE PORTO ALEGRE
QUEM AMA A CIDADE
PLANEJA O FUTURO COM ELA.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS SISTEMA DE PLANEJAMENTO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
01. ZONAS COM ALTA DENSIDADE X LIMITE DE INFRAESTRUTURA (centro e imediações)	CONFLITO ALTO	O tipo de infraestrutura existente na cidade não é propício para altas densidades; estas solicitam novas tecnologias que demandam por sua vez grandes investimentos. Por outro lado, baixas densidades elevam os custos de infraestrutura por economia (unidade habitacional ou de comércio e serviços), resultando em áreas carentes de infraestrutura adequada em áreas da cidade com poucos recursos, constituindo como exceção aquelas áreas ocupadas por altas e médias rendas. Além disto, a cidade possui uma alta taxa de motorização, com tendência a aumentar, e um sistema de transporte coletivo deficiente. As deficiências de infraestrutura reduzem a qualidade de vida e prejudicam as atividades econômicas. O desafio do crescimento urbano é prover a cidade de serviços em qualidade e quantidade suficientes a custos acessíveis.
02. ZONAS DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR DENSIFICADAS SEM INFRAESTRUTURA ("assentamentos" informais de baixa renda).	CONFLITO ALTO	Assentamentos informais de baixa renda que apresentam infraestrutura carente ou em situação precária.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS SISTEMA DE PLANEJAMENTO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
09. DEGRADAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL POR FALTA DE SUSTENTABILIDADE (econômica, ambiental, gestão)	CONFLITO ALTO	A ineficiência de opções de usos diferenciados e de incentivos adequados, somados ao processo de urbanização descontrolada e à ineficiência no gerenciamento público, político e administrativo, acarretam a degradação do patrimônio natural do município, levando, em algumas situações, à quase total destruição deste.
11. PERDA GRADATIVA DO PATRIMÔNIO CULTURAL POR FALTA DE SUSTENTABILIDADE (econômica, ambiental, gestão)	CONFLITO MÉDIO	Uma das características do processo de crescimento de nossas cidades, nas últimas décadas, é que a produção e apropriação do espaço se dão através da substituição dos elementos já construídos, sejam eles edificações ou ambientações. A isso se somam diretrizes do Plano Diretor atual ao estabelecer regras que incentivam a produção da cidade futura, ou seja, aquilo que será construído, em geral, desconsiderando ou desvalorizando a cidade existente e suas peculiaridades. O conflito revela-se quando os bens considerados integrantes do patrimônio cultural, e que devem ser preservados como expressões de especificidades da cidade e da sociedade, dentro dessa dinâmica da substituição, vêm se perdendo gradativamente. São insuficientes e pouco ágeis as ações de gestão -políticas e administrativas que poderiam preservá-los. Por outro lado, a maioria desse patrimônio se encontra em espaços já consolidados, ou em áreas temporariamente degradadas, portanto não atraentes para investimentos imobiliários, ou ao contrário, em áreas bastante valorizadas, cuja rentabilidade financeira é maior se forem substituídos e não mantidos.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS SISTEMA DE PLANEJAMENTO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
12. FALTA OU FRAGILIDADE DE CRITÉRIOS, OU INSUFICIÊNCIA DE INSTRUMENTOS ADEQUADOS PARA PRESERVAÇÃO (precariedade na identificação de áreas de interesse cultural e natural e ausência de consenso entre os diversos agentes envolvidos)	CONFLITO ALTO	Apesar de estarem institucionalizados alguns instrumentos que tem possibilitado ações de preservação do patrimônio cultural, ainda há insuficiência ou dificuldades no uso dos instrumentos que possibilitam a preservação do patrimônio cultural, tais como: falta de critérios claros e precisos para identificar o que deve ser objeto de preservação ou de tombamento; a falta de conhecimento do conjunto de bens a serem preservados (que se alcançará através da inventariação integral dos bens com valor de preservação); a possibilidade de usar índices construtivos potenciais de um lote com outro local, mantendo a edificação existente com valor para a preservação; a reserva de índices ainda precisa ser monitorada, sob pena de estar se criando problemas de concentração de áreas construídas em zonas mais valorizadas, com consequências prejudiciais até para as intenções de preservação; a quantidade de índices construtivos colocados no mercado pode trazer consequências no uso do solo criado como outro instrumento urbanístico, e até a concorrência com outros índices, vendidos pela própria Prefeitura. Por outro lado, há falta de outros instrumentos de incentivo à preservação como isenção total ou parcial de impostos, diferenciação de taxas, que incentivem ações consorciadas entre o público e o privado, direitos temporários de uso, de exploração de serviços ou comércio, etc.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS SISTEMA DE PLANEJAMENTO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
15. MONOFUNCIONALIDADE X MISCIGENAÇÃO	CONFLITO MÉDIO	Existência significativa de áreas predominantemente monofuncionais em detrimento de áreas com maior grau de miscigenação, o que proporciona menos deslocamentos, maior animação e múltiplas centralidades, numa concepção de cidade que admite a coexistência da habitação com praticamente todas as demais atividades urbanas, desde que controladas por critérios que avaliem o incômodo e o impacto.
16. CONTRADIÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA X ÁREAS EXTENSIVAS E RURAIS (indefinição de uma política de expansão urbana)	CONFLITO ALTO	A indefinição de uma política de expansão urbana e o desconhecimento das reais potencialidades das áreas denominadas pela legislação como extensivas e rurais, tem deixado num plano secundário a ação governamental nestas áreas. Desta forma, significativas parcelas do território municipal passam a representar uma opção de acesso à habitação para a população de baixa renda, nas terras com baixo valor para o mercado. Associam-se ainda a esta problemática, a baixa produção rural com falta de tecnologias adequadas para este fim e as dificuldades de comercialização. Esta última é decorrente, entre outras causas, de sua localização desfavorável em relação aos demais municípios metropolitanos.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS SISTEMA DE PLANEJAMENTO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
17. PERIFERIZAÇÃO (alta, média e baixa renda) X ÔNUS DA EXPANSÃO DA MALHA URBANA (econômico, social, ambiental, etc.)	CONFLITO MÉDIO	A periferização de média e alta renda é viável através de formas de ocupação onde os custos da infraestrutura e dos serviços urbanos são de responsabilidade privada, como por exemplo, nos condomínios. Com relação à baixa renda o conflito se estabelece no momento em que o custo da terra viabiliza a ocupação, porém os custos de infraestrutura, que são infinitamente maiores, a tornam economicamente inviável.
18. EXCESSO DE INGERÊNCIA NA ÁREA PRIVADA X OMISSÃO NA ÁREA PÚBLICA X DINÂMICA DA CIDADE X BUROCRACIA (discussão do papel do estado no ordenamento e produção da cidade)	CONFLITO ALTO	A regulamentação excessiva da área privada provoca o engessamento da estrutura administrativa com a criação de inúmeros trâmites burocráticos que envolvem pessoas, informações e rotinas, em detrimento de ações efetivas do Município sobre os espaços públicos no que vão assumindo outras funções em decorrência da dinâmica de crescimento da cidade.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS SISTEMA DE PLANEJAMENTO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
<p>19. MODELO MORFOLOGICO RADIOCENTRICO (uso do solo, densidade, circulação pré-existente) x CENTRALIDADE REAL E POTENCIAL</p>	<p>CONFLITO MÉDIO</p>	<p>O Plano Diretor atual mantém o modelo radiocêntrico no momento em que reforça um regime urbanístico de alturas, índices, diversidade de atividades decrescente em relação ao centro histórico. Além disto, esta situação é reforçada pelo sistema de circulação e transporte, que representa um vetor significativo da manutenção desta situação.</p> <p>A reformulação das normas e um novo modelo tipológico propiciarão a elaboração de projetos arquitetônicos diferenciados, possibilitando edificar nas divisas laterais, sem afastamento em função da altura e permitindo ainda a simplificação na aplicação da legislação, hoje excessivamente detalhada. O novo modelo deverá ainda, definir de forma mais clara a noção de público e privado, oferecendo a possibilidade de melhorias nas condições de ventilação tomando por base o quarteirão e não o lote como se dá no plano atual. Entende-se também como melhoria, os aspectos referentes à privacidade no momento em que as aberturas deverão se concentrar nas fachadas voltadas para a rua e para o interior da quadra.</p> <p>Para as situações de interfaces entre setores regulados por normas e setores com características diversas, introduz-se o conceito de projetos especiais.</p>
<p>21. FALTA DE VISÃO ESTRATÉGICA NA LOCALIZAÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES x POLÍTICA DE CRESCIMENTO URBANO</p>	<p>CONFLITO MÉDIO</p>	<p>A provisão de habitações populares pelo setor público e privado ocorre, frequentemente, em áreas periféricas ou inadequadas, em consequência da alta valorização de terras urbanizadas e a fraca incidência do poder público no mercado fundiário.</p>

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS SISTEMA DE PLANEJAMENTO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
<p>22. ZONAS COM MÉDIA DENSIDADE COM INFRAESTRUTURA</p>	<p>POTENCIALIDADE MÉDIA</p>	<p>O tipo de infraestrutura existente na cidade não é propício para altas densidades; estas solicitam novas tecnologias que demandam, por sua vez, grandes investimentos. Por outro lado, baixas densidades elevam os custos de infraestrutura por economia (unidade habitacional ou de comércio e serviços), resultando em áreas carentes de infraestrutura adequada em cidades com poucos recursos, constituindo exceção aquelas áreas ocupadas por altas e médias rendas. Além disto, a cidade possui uma alta taxa de motorização, com tendência a aumentar, e um sistema de transporte coletivo deficiente. As deficiências de infraestrutura reduzem a qualidade de vida e prejudicam as atividades econômicas. O desafio do crescimento urbano é prover a cidade de serviços em qualidade e quantidade suficientes a custos acessíveis.</p>
<p>23. ZONAS COM BAIXA DENSIDADE COM INFRAESTRUTURA</p>	<p>POTENCIALIDADE MÉDIA</p>	<p>O tipo de infraestrutura existente na cidade não é propício para altas densidades; estas solicitam novas tecnologias que demandam, por sua vez, grandes investimentos. Por outro lado, baixas densidades elevam os custos de infraestrutura por economia (unidade habitacional ou de comércio e serviços), resultando em áreas carentes de infraestrutura adequada em cidades com poucos recursos, constituindo exceção aquelas áreas ocupadas por altas e médias rendas. Além disto, a cidade possui uma alta taxa de motorização, com tendência a aumentar, e um sistema de transporte coletivo deficiente. As deficiências de infraestrutura reduzem a qualidade de vida e prejudicam as atividades econômicas. O desafio do crescimento urbano é prover a cidade de serviços em qualidade e quantidade suficientes a custos acessíveis.</p>

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS SISTEMA DE PLANEJAMENTO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
25. VALOR DA TERRA X REGULARIDADE NA PRODUÇÃO E OFERTA DE LOTES OU HABITAÇÕES DE CARÁTER SOCIAL X INVESTIMENTOS PÚBLICOS	POTENCIALIDADE BAIXA	Provisão pública de habitação de baixa renda para o atendimento do déficit anual, em áreas adequadas quanto à localização e ao valor da terra com regras especiais e incentivos e/ou definição de regramentos especiais para a produção privada.
26. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E ATUAÇÃO POR REGIÕES	POTENCIALIDADE ALTA	Planejamento Participativo nas Regiões de Planejamento significa a possibilidade de mudança no processo de trabalho da SPM e ao mesmo tempo garante o estabelecimento de uma relação efetiva entre o poder público e a cidadania em suas mais variadas formas de organização e interesses.
27. SISTEMA DE INFORMAÇÕES E SUPORTE ÀS DECISÕES	POTENCIALIDADE ALTA	O sistema de informações tem por objetivo organizar informações para subsidiar a atividade de gestão e planejamento e capacitar a participação da população.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETUAIS SISTEMA DE PLANEJAMENTO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
29. DEFINIÇÃO DE USOS ESPECIAIS EM ÁREAS DE INTERESSE NATURAL E CULTURAL X PRESERVAÇÃO (ações concertadas que garantam a sustentabilidade econômica)	POTENCIALIDADE MÉDIA	Partindo-se do princípio de que a definição precisa da destinação destas áreas é fundamental para sua perpetuação, entende-se que grande parte poderá receber usos especiais compatibilizados com a imposição e características do meio natural, com finalidades habitacionais, de lazer ou turismo, rurais e de preservação permanente, sem uso humano. Estes resultados poderão ser obtidos através de ações conjuntas entre os poderes público e privado, garantindo a sustentabilidade social, ambiental, econômica e de gestão. Os instrumentos de controle urbanístico reguladores do uso, ocupação, adensamento, verticalização, que definem o grau de uso do solo, deverão ser estabelecidos a partir das características e condições do meio ambiente (critérios geológico, hidrológico, florístico, faunístico, climático, e das paisagens natural e urbana).
31. VALOR AMBIENTAL DAS ÁREAS NÃO CONSOLIDADAS (extremo sul x interface com a cidade pré-existente)	POTENCIALIDADE ALTA	Nas áreas municipais onde ainda não se consolidou a urbanização, é significativa a presença de componentes matinais. Portanto, é imprescindível que a ocupação proposta para o futuro busque novas condições de equilíbrio, não mais ecológico, mas sim, o urbano, assegurando a boa qualidade de vida para a sociedade. Grande parte destas áreas hoje são utilizadas para produção rural, com boas condições de sustentabilidade, apesar da pressão urbana existente. Localizam-se, basicamente, no extremo sul do município.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS SISTEMA DE PLANEJAMENTO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
34. DISPONIBILIDADE E VALOR DE MERCADO DAS TERRAS PÚBLICAS X IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS URBANAS	POTENCIALIDADE BAIXA	As terras públicas localizadas em zonas com significativo valor de mercado não estão quantificadas e cadastradas e não têm estratégia de utilização ou venda para viabilizar recursos para políticas públicas.
35. EXISTÊNCIA DE VAZIOS URBANOS	POTENCIALIDADE MÉDIA	Os vazios urbanos existentes dentro da malha urbana (cidade urbanizada) possibilitam a “concentração” de áreas já consolidadas, especialmente no que se refere à complementação da rede de espaços abertos e potencialização de centralidades. Por outro lado, dificilmente servirão para atender a programas de acesso à terra para população de baixa renda, face o seu alto custo. Constitui exceção alguns setores da cidade em que este custo poderia ser absorvido através de parcerias entre o setor público e o setor privado.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS SISTEMA DE PLANEJAMENTO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
36. UTILIZAÇÃO DO INSTRUMENTO SOLO CRIADO E TRANSFERÊNCIA DE ÍNDICES NO DESENVOLVIMENTO URBANO	POTENCIALIDADE ALTA	O instrumento Solo Criado está associado em Porto Alegre a ideias como: <ul style="list-style-type: none"> - Retorno ao Município da valorização imobiliária resultante de adensamentos possibilitados por investimentos públicos em infra estrutura ou equipamentos. - Possibilidade relativa de influenciar no controle da especulação imobiliária e fundiária. - Possibilidade de geração de recursos para programas habitacionais de baixa renda. - Capacidade relativa de intervir no processo de ordenamento do crescimento urbano. *Viabilização de desapropriações de áreas privadas atingidas por previsão de traçado do Plano Diretor (ruas, praças, parques, áreas para escolas) e prédios de interesse sociocultural.
37. EXISTÊNCIA DE PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL SIGNIFICATIVO A PRESERVAR	POTENCIALIDADE ALTA	Caracterizam a paisagem natural pré antrópica de Porto Alegre os morros, matas, campos, restingas, banhados, o Guaíba e sua orla, ilhas do Delta e ilhas rochosas. Muitos desses componentes do patrimônio natural ainda apresentam condições expressivas que devem ser preservadas como testemunho deste valor e pelo potencial paisagístico. Estas áreas são encontradas tanto dentro da malha urbana consolidada ou em consolidação, quanto nas áreas utilizadas para produção rural. O conjunto do patrimônio cultural construído aliado aos eventos culturais e paisagens notáveis podem contribuir para a criação de um sistema de turismo excepcional, aproveitando a posição geográfica de Porto Alegre, tanto em nível de Brasil, quanto de Mercosul. A revalorização do patrimônio cultural construído possibilita sua ocupação com outros usos, podendo abrigar inúmeras atividades terciárias, cuja tendência é constatada na economia do município.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS SISTEMA DE PLANEJAMENTO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
41. POTENCIAL DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL X INCAPACIDADE DE ARTICULAÇÃO PERMANENTE PARA DISCUSSÃO DE INTERESSES COLETIVOS	POTENCIALIDADE MÉDIA	Embora haja um número significativo de espaços culturais e de lazer na cidade, nota-se uma distribuição destes equipamentos no seu centro principal. Além disso, muitas áreas reservadas pelo poder público como locais de integração social estão pouco utilizadas ou sem condições de utilização face a insuficiência de projetos adequados.
42. REDE DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DE LAZER INSUFICIENTE E/OI NÃO POTENCIALIZADA X ALTA DEMANDA DA POPULAÇÃO	CONFLITO MÉDIO	Embora haja um número significativo de espaços culturais e de lazer na cidade, nota-se uma distribuição destes equipamentos no seu centro principal. Além disso, muitas áreas reservadas pelo poder público como locais de integração social estão pouco utilizadas ou sem condições de utilização face a insuficiência de projetos adequados.

CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS SISTEMA DE PLANEJAMENTO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
45. INDEFINIÇÃO DAS REAIS POTENCIALIDADES DAS ÁREAS EXTENSIVAS RURAIS	CONFLITO MÉDIO	A indefinição de uma política de expansão urbana e o desconhecimento das reais potencialidades das áreas denominadas pela legislação como extensivas e rurais, têm deixado num plano secundário a ação governamental nestas áreas. Desta forma, significativas parcelas do território municipal passam a representar uma opção de acesso à habitação para a população de baixa renda, nas terras com baixo valor para o mercado. Associam-se ainda, a esta problemática, a baixa produção rural com falta de tecnologias adequadas para este fim e as dificuldades de comercialização. Esta última é decorrente, entre outras causas, de sua localização desfavorável em relação aos demais municípios metropolitanos.
46. FRACA ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS LINDEIROS E FALTA DE ESTRATÉGIAS REGIONAIS	CONFLITO ALTO	Decorre da inexistência de uma política de atuação metropolitana que promova e fortaleça as relações entre os municípios limítrofes, o que tem reflexos, em especial, na área de planejamento setorial como transportes e saúde.

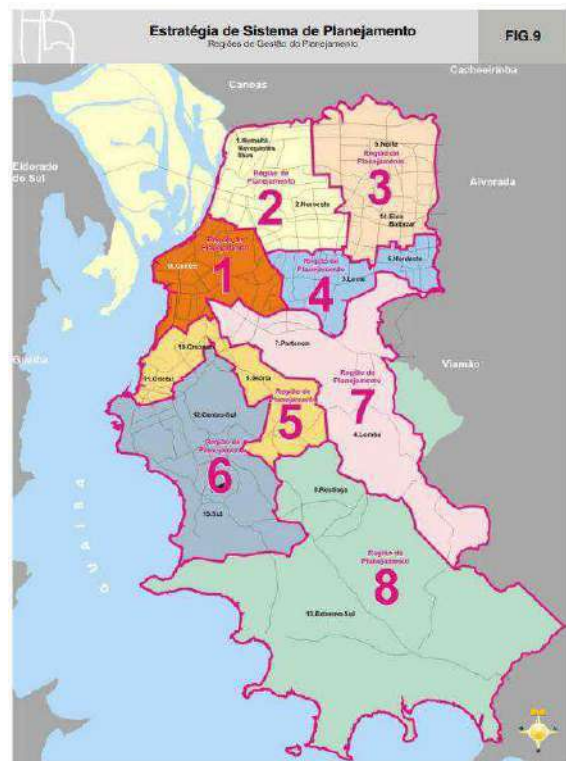
CONFLITOS E POTENCIALIDADES PROJETOAIS

SISTEMA DE PLANEJAMENTO – OUTUBRO 1996

SITUAÇÕES IDENTIFICADAS	CARACTERÍSTICA/ VALORIZAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA
54. INSUFICIÊNCIA DE INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E DE GESTÃO	CONFLITO ALTO	A insuficiência de instrumentos de monitoramento e gestão tem como consequência um acentuado grau de imobilidade do Poder Público. Isto também decorre da falta de um Sistema de Informações operante.
55. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA INADEQUADA PARA RESPALDAR A AÇÃO DO PLANEJAMENTO	CONFLITO ALTO	Ao se propor um novo processo de planejamento, este deverá conter uma estrutura administrativa adequada que lhe dê sustentação e que possibilite seu gerenciamento com base nos princípios em que foi concebido.



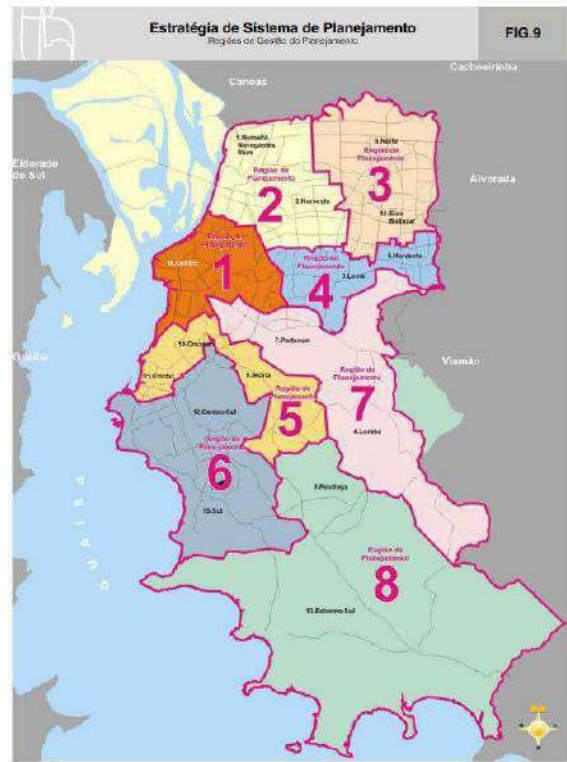
INFORME COMPLEMENTAR 1996



PDDUA 434/99 COMPILADO ATÉ 646/10



INFORME COMPLEMENTAR 1996



PDDUA 434/99 COMPILADO ATÉ 646/10

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 021/2023

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
05/05/2023	Início: 14h Término: 15h02	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações;
- Próximos passos: Consolidação da Leitura da Cidade;
- Assuntos gerais.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) cumprimenta a todos e informa sobre a ordem da reunião, iniciando a gravação.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) inicia a apresentação com informações sobre o cronograma de revisão do Plano Diretor, atualizações das reuniões dos GTs, participação e realização de eventos (Encontros, Seminário e Conferências). Aborda rapidamente sobre os números da Conferência de Avaliação do Plano Diretor, da participação dos três dias do evento e do número de participantes nas discussões dos Eixos Temáticos (2º dia da Conferência). Falou sobre as reuniões dos Eixos Temáticos e sobre as entregas das Consultorias, com destaque para a entrega do Produto 2 (P2) da LTA “Diagnósticos e Avaliação do Modelo Espacial e do Sistema de Gestão e Planejamento: Subsídios à Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre”. Finaliza a primeira parte da reunião falando sobre as próximas ações.

Seguindo para o segundo tópico, “Próximos passos: Consolidação da Leitura da Cidade”, Vaneska fala sobre as Oficinas Temáticas que serão realizadas de 15 a 31 de maio de 2023. Falou da importância de todos se inscreverem nas oficinas através do link encaminhado por e-mail, e que elas ocorrerão de forma híbrida, presencial e remota (online). Explicou como será a ordem do dia das oficinas: abertura, palestra, oficina e encerramento. Falou sobre a metodologia a ser utilizada nas oficinas e detalhou o calendário. De seguida apresentou a previsão das entregas da Consultoria EY, falando sobre as que compõem a Leitura da Cidade e das contribuições dos colegas quanto às entregas. Para facilitar estas contribuições, a coordenação do GT-TO preparou um documento (FORMULÁRIO DE CONTRIBUIÇÕES) que foi apresentado pela Vaneska, o qual está estruturado de maneira que facilite entender de que parte dos documentos (entregas) a contribuição está se referindo, se trata-se de ajuste de texto, conteúdo, figuras/gráficos, etc. Para finalizar comentou-se os técnicos do GT avaliassem, prioritariamente, os assuntos correlatos às suas expertises de acordo com seu setor/órgão.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) reforça que mesmo tendo no GT-TO técnicos das diversas secretarias/órgãos, entende-se que os mesmos poderão solicitar que outros colegas analisem as entregas.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) apresenta o calendário com as previsões de reuniões (Eixos e GTs) e entregas previstas, considerando os meses de maio, junho e julho.

Para finalizar a apresentação, Vaneska passa para os assuntos gerais, informando sobre as agendas quinzenais dos GTs e dos Eixos Temáticos, que serão intercaladas. Mostrou rapidamente os horários das reuniões e falou sobre os links para consultas de informações, reforçando o link para participação dos Eixos Temáticos.

Arq. Catiane (CPU/SMAMUS) informou sobre os atrasos dos registros das reuniões, mas que já estariam disponíveis no SEI os registros até a data da última reunião antes Conferência e o Relatório das Atividades do GT-TO, com um compilado de tudo o que foi visto e discutido em 2022 e reuniões que antecederam a Conferência de Avaliação do Plano Diretor. Pediu que os colegas leiam o relatório e tragam suas contribuições (feedback).

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) aproveitou para informar que os registros atrasados das reuniões foram inseridos no SEI em formato PDF, e que logo irão inserir em formato de texto para que todos possam assinar. Reforçou que o SEI

das contribuições do GT-TO sobre os produtos da LTA “Diagnósticos e Avaliação do Modelo Espacial e do Sistema de Gestão e Planejamento: Subsídios à Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre” separado do SEI dos registros. Ainda comentou sobre a troca de indicações de representantes das secretarias, e que deverá ser atualizada a Portaria do GT-TO. Guilherme também reforçou a necessidade dos colegas participarem das discussões dos eixos temáticos.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) também reforçou a importância da participação dos colegas nos Eixos Temáticos.

Antes de finalizar a reunião, o Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) aproveitou para registrar, com pesar, a informação do falecimento de uma colega integrante do GT-TO, Camila Warpechowski, ocorrido na segunda-feira, 1º de maio de 2023.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) respondeu às dúvidas dos colegas Marcos (CPOAV/SMAMUS) e Fabiana (CIP/SMMU).

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) falou sobre o SEI das indicações do GT-TO e da necessidade de atualização da portaria, dando exemplos de colegas que já estão participando mas ainda não estão na portaria.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) encerrou a reunião lembrando novamente da colega Camila e das informações sobre a missa de 7º dia que foram inseridas no Chat.

ENCAMINHAMENTOS:

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Fortalecer a participação dos membros do GT-TO nas discussões dos sete Eixos Temáticos propostos; Inscrição para os Grupos de Trabalho dos Eixos Temáticos pode ser realizada através desse link: <https://bit.ly/GTEIXOSTEMATICOS>
2. Disponibilizar a gravação da 21ª reunião do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões); STATUS (disponibilizado)
3. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 20ª e 21ª reunião “20ª Reunião GT-TO _ 19.04.23.pdf” e “21ª Reunião GT-TO _ 05.05.23.pdf” (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO); STATUS (disponibilizado)
4. Atualizar processo SEI 22.0.000086353-3 com o Registro das últimas reuniões (16ª, 17ª, 18ª e 19ª reunião) e Atas (bloco de assinatura 132681); STATUS (anexado ao SEI registro das reuniões, as atas serão atualizadas e bloco de assinatura será disponibilizado)
5. Disponibilizar o Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho Técnico Operacional da 2ª Revisão do PDDUA no SEI 22.0.000086353-3; STATUS (disponibilizado)
6. Inscrever-se para as OFICINAS TEMÁTICAS através do link <https://bit.ly/OFFICINASTEMATICAS>

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
SMMU	FABIANA KRUSE
EPTC	VÂNIA CRISTINA DE ABREU
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	JULIANA BELARDINELLI
SMOI	LUCIANO CE
	PAULO LIMA LOGE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
	ARCEU BANDEIRA
SMF	FERNANDO SCHWARTZER
	ROBERTA AYUB

SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
SMDET	ESTEFANIA CORDEIRO DE CARVALHO MACLUF
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	KARLA FERNANDA FAILLACE
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	GUILHERME MIRANDA
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	SELMA RUBINA THOMAZ

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	LÍGIA SARAIVA SOARES UPU/CPU
SMAMUS DPU	VINÍCIOS SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO
SMAMUS DPU	LÚCIA PANSERO DE MELO
SMAMUS DPU	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	MARIA PAULA REGAL
SMAMUS DPU	NATERCIA MUNARI CGMU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente)
SMAMUS DLMA	JOÃO ROBERTO MEIRA EOUS
SMAMUS DLMA	ROSANA FRANCO EUOS
PROCEMPA	VITOR HUGO

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 020/2023

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
19/04/2023	Início: 14h Término: 15h24	Reunião virtual - ZOOM

ASSUNTOS TRATADOS:

- Apresentação do Cronograma Geral;
- Resultados Gerais da Conferência de Avaliação do Plano Diretor;
- Agendas previstas;
- Conteúdos Gerais a serem abordados nos Grupos de Trabalho.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Reunião realizada em conjunto com os três Gts: **20ª Reunião GT-TO, 19ª Reunião GT-CT e 18ª Reunião GT-CR.**

Arg. Patrícia (DPU/SMAMUS) cumprimenta a todos participantes dos GTs (servidores, entidades, conselheiros) e informa sobre a pausa realizada depois da Conferência de Avaliação do Plano Diretor para compilar os resultados e organizar os trabalhos a serem desenvolvidos nos grupos dos eixos temáticos.

Arg. Patrícia (DPU/SMAMUS) inicia a apresentação com informações sobre o cronograma de revisão do Plano Diretor, detalhando os diferentes momentos:

- 1) Diagnóstico POA 2030, com os diversos eventos: Oficinas 2019, Exposições Interativas, Consulta Online, Seminário POA 2030 e participação da 6ª Conferência Municipal do Meio Ambiente;
- 2) Conferência de Avaliação do Plano Diretor: abordando sobre a participação dos três dias do evento, do número de participantes nas discussões dos Eixos Temáticos (2º dia da Conferência) e sobre as moções e recomendações votadas em plenária no 3º dia, as quais serão apresentadas nos grupos dos eixos temáticos;
- 3) Oficinas Temáticas: acontecerão em maio, na modalidade híbrida (online e presencial), contemplando os 7 eixos temáticos, sendo cada em dias distintos e no turno da noite;
- 4) Leitura da Cidade: evento de fechamento da leitura da cidade, contemplando evento a ser realizado nas Regiões de Planejamento e com o Seminário, proporcionando a troca entre os diferentes grupos de trabalho do Plano Diretor;
- 5) Debate das Propostas: momentos de discussão das propostas para revisão do PD, com a participação através de debates, oficinas técnicas, consulta online e diálogos com a sociedade;
- 6) Conferência de Revisão do Plano Diretor: avaliar cenários para Porto Alegre 2030, com evento a ser realizado em 3 dias, em local de fácil acesso, no final de semana (06, 07 e 08 de outubro de 2023);
- 7) Audiência Pública: após entrega final da consultoria.

Em seguida apresenta a estrutura dos grupos de trabalho, com agendas quinzenais intercaladas entre os GTs e os Eixos Temáticos. Informa os dias da semana e os horários programados para as reuniões dos diferentes grupos, bem como o número estimado de reuniões previstas até o final do ano de 2023.

Na sequência apresenta um quadro esquemático com as datas de entrega dos produtos da consultoria EY, informando o papel de cada um dos grupos de trabalho e do CMDUA nestas entregas.

Explica os Conteúdos Gerais a serem abordados nos Grupos de Trabalho, que envolvem a apresentação e discussão dos resultados das consultorias e processos participativos, recebimento dos resultados dos processos participativos, apresentação das contribuições e propostas, discussão e avaliação dos resultados, avaliação do resultado da leitura da cidade e da proposta final.

Aproveita o momento para convidar os colegas para participarem das discussões dos eixos temáticos, manifestando-se por e-mail ou através do formulário a ser disponibilizado. Também falou dos links para consultas de

informações (site do PD, pasta pública e moções compiladas). Ao finalizar sua apresentação, abriu espaço para questionamentos.

Foram realizadas manifestações: Antônio Carlos Zago, Marilu, Milton, Felisberto, Tânia Quintana, Simone Azambuja, Maria Dalila.

ENCAMINHAMENTOS:

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Disponibilizar mapas;
2. Disponibilizar o Diagnóstico Consultoria EY;
3. Disponibilizar conteúdo da apresentação.

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA BONINI
EPTC	VÂNIA CRISTINA DE ABREU
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	JULIANA BELARDINELLI
SMOI	LUCIANO CÉ
SMED	ERIKA KUPAC VIANNA
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
SMF	FERNANDO SCHWARTZER
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
DMAE	JANAINA FIALHO MACHADO
SMDET	DANIELA ALVES MACHADO
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
TIAGO RUTSATZ SALOMONI	
SMAMUS DLMA	KARLA FERNANDA FAILLACE
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	VERÔNICA RIFFEL
SMAMUS DEL	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	MARIA CRISTINA CADEMARTORI
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	GUILHERME MIRANDA
SELMA RUBINA THOMAZ	

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	LÍGIA SARAIVA SOARES UPU/CPU
SMAMUS DPU	VINÍCIOS SILVA UPU/CPU
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO
SMAMUS DPU	LÚCIA PANSERO DE MELO
SMAMUS DPU	MÁRCIA NUNES GRECCO
SMAMUS DPU	SIMONE MADEIRA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	SIMONE FERNANDES UEU/CPU
SMAMUS DPU	MARIA PAULA REGAL UEU/CPU
SMAMUS DPU	NATÉRCIA MUNARI CGMU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente)
SMAMUS DLMA	JOÃO ROBERTO MEIRA EOUS
SMAMUS DLMA	JANINE VIEZZER NASCIMENTO EUOS

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 022/2023

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
19/05/2023	Início: 14h Término: 15h40	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações;
- Contribuições P2;
- Assuntos gerais.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) inicia a reunião cumprimentando a todos e informa sobre a ordem da reunião.

Arq. Guilherme (CPU/SMAMUS) apresenta as atualizações e abre espaço para discussão das contribuições sobre o Produto 2 com os representantes da Consultoria da Ernest Young.

Arq. Giuliana (DMLU) diz que leu o documento e tem algumas considerações, não sabe até que ponto vai ser detalhado, diz que no capítulo relativo à coleta de resíduos e descarte irregular, não identificou os conceitos das unidades do DMLU, não explica como está a gestão de resíduos na cidade. Fica difícil compreender como funciona o sistema na cidade, as Unidades de Destino Certo, possui mapa mas não tem explicação. Fez outros apontamentos com relação à ortografia, formatação, resolução das imagens, faltou uma revisão geral. Questiona como encaminhar as contribuições, ao que o Arq. Guilherme responde que devem ser incluídas no processo Sei aberto, podendo ser encaminhada de outras formas também. Arq. Giuliana fala também da necessidade de prever áreas para os equipamentos que tratam dos resíduos, na forma de gravames, ao que a Arq. Vaneska reforça que nas doações de áreas previstas atualmente não contemplam esses equipamentos.

Arq. Vaneska explica que os Produtos 3 e 4 ainda serão para o fechamento da leitura da cidade, considerando as contribuições de todos. Passa então a palavra para os representantes da consultoria para responder aos questionamentos.

Gabriela Perez (EY) informa que serão anotadas as considerações para responder posteriormente e informa que a revisão geral do documento está em andamento.

Eng. Juliana (SMCEC) questiona se poderia ser passado o cronograma das próximas entregas para poderem se organizar dentro da equipe.

Arq. Marcos (DAV) informa que com relação às áreas verdes e parques ficou faltando o diagnóstico com base no TR, houve a indicação de alguns elementos de forma sucinta. Como o enfoque da revisão são os espaços públicos faltaram informações, detalhamento. Faltou relacionar o equipamento comunitário praça com o plano diretor. Arq. Gláucia (DAV) complementa que se não teve o olhar para área de lazer, e fala da área verde misturada com as demais áreas de proteção, possuem informação da quantidade de áreas por região e carências. Houve detalhamento maior dos equipamentos de saúde e educação e diz que seria importante a consultoria conversar com a equipe, pois possuem muitos dados. Arq. Alessandra (DAV) complementa que possuem diversos assuntos que se incluem em outras áreas, como dos assentamentos informais, ocupações, falta planejamento, projetos e recursos. Quanto ao índice de 12m² de área verde por habitante da Lei Orgânica existem pesquisas nacionais que falam em 15m² e internacionais em 9m², tem como detalhar mais o tema, que é importante para a saúde e sua prevenção. Imaginaram que fosse constar uma projeção de população futura e de domicílios em todas as classes para não se superestimar uma demanda habitacional. Quanto aos parques, incluir a questão da falta de parques na cidade. Arq. Valéria (DAV) reforça a questão que não se trata só de dados, mas que é importante a compreensão, pois as áreas

verdes estão misturadas como se fossem a mesma coisa, e tem as da parte ambiental, equipamentos comunitários de lazer, existem discussões temáticas sobre as áreas, faltou uma conversa para melhor entendimento.

Dr. Marisco (PGM) expõe que é muito discutido na Procuradoria sobre os artigos que definem os equipamentos comunitários, que entende que as definições dos parágrafos com fim de conversão de área pública limitam muito o poder público, pois estamos vivendo uma época de transformações diárias, e lança o alerta para que não fique fechada a norma, para que possam haver outros equipamentos que sejam definidos na análise técnica e conforme a necessidade dos órgãos. Arq. Vaneska reforça que é difícil listar um rol de equipamentos prevendo uma transformação de sociedade que muitas vezes pela dinâmica da evolução da tecnológica se torna difícil, e por isso a importância de monitorar essas questões. Dir. Patrícia (DPU/SMAMUS) diz que é necessário ter essa previsão.

Biól. João Meira (DLMA/SMAMUS) diz que fez uma leitura parcial do documento, em linhas gerais aborda a questão dos conceitos e diagnósticos e lembra que no Plano Diretor há um anexo, glossário que trata dos conceitos, e a importância de se atualizar tendo em vista novas legislações, novos conceitos como unidades de conservação. Alerta para a graficação das áreas de preservação permanente, como do lago Guaíba e áreas de interesse ambiental. Faltou mapa com as APANs, corredores ecológicos e outras categorias de áreas de interesse ambiental. Fala também sobre as questões relacionadas ao Código Florestal, APPs de morros e sobre a ausência de algumas referências e finaliza dizendo que o documento está bom pois levanta várias questões importantes.

Biól. Karla (DLMA/SMAMUS) diz que está em etapa adiantada da leitura do documento e focou-se mais na análise da parte ambiental e concorda com os colegas que a parte ambiental deixou a desejar. Com relação à legislação, há um rol que não foi citado, como a Lei da Mata Atlântica, que está nas contribuições. Não foram consultados os mapas já disponibilizados do mapeamento da Mata Atlântica e uso do solo, liberado em novembro de 2022, assim como as áreas de risco, liberado pela CPRM em janeiro deste ano. Em relação às áreas de preservação permanente, está sendo finalizado o mapeamento, existe uma confusão nos mapas com relação às APPs. O mapeamento da Mata Atlântica indica as áreas de fauna e flora em extinção e as áreas prioritárias para conservação. A parte de levantamento de unidades de conservação está equivocada, com problemas de conceitos e necessita várias correções. Equívoco de conceito entre as áreas verdes de proteção e de lazer, a parte de corredores ecológicos ficou superficial e já existe material disponibilizado. Concorda com a DAV sobre ter uma reunião específica com a consultoria para discutir a questão ambiental.

Arq. Giuliana (DMLU) questiona se em algum lugar foi abordada a questão dos moradores de rua.

Arq. Fabiana (SMMU) informa que o produto está sendo analisado em conjunto e aponta algumas questões da parte da mobilidade que foram usados dados de fontes como reportagens, e a secretaria possui esses dados. O diagnóstico da mobilidade ativa está incipiente e cita algumas incongruências. Os dados de transporte estão sendo analisados por um setor específico e destaca que dentro do processo de construção do plano de mobilidade existem vários documentos, incluindo diagnóstico e prognóstico, material que não é a Lei que instituiu o Plano de Mobilidade. Questiona se na apresentação do P2 para o CMDUA ou outros grupos foi apresentado outro material ou dados e fica à disposição para agenda específica.

Arq. Vaneska informa que foi disponibilizado o link da apresentação do P2 no CMDUA para que não fosse necessário repetir e aproveitar o momento da reunião para os esclarecimentos técnicos com a Consultoria. Esclarece que quanto foram solicitados dados para os setores houve uma certa dificuldade, e questiona se os dados informados agora foram encaminhados anteriormente quando solicitados.

Eng. Tânia (CGIU/SMAMUS) explica que referente aos dados, todas as secretarias receberam as solicitações, com registros no Sei e foram disponibilizados para a Consultoria.

Eng. Adriano (DMAE) expõe que o DMAE encaminhou os dados e as informações que constam no produto não estão corretas e precisam ser revistas. Questiona a qualificação da equipe técnica da Consultoria, quanto a ausência de profissionais com expertise na área de saneamento. Como incorporou o Dep o sistema de proteção contra cheia deveria ter um olhar da equipe, só há uma citação do Plano de Drenagem Urbana em relação à risco. A contribuição será encaminhada.

Arq. Vaneska complementa que essas informações implicam no zoneamento da cidade e adensamento de algumas regiões. Arq. Guilherme diz que a consultoria foi convidada para participar da reunião do eixo mobilidade e demais, para poder aprofundar as discussões específicas. Arq. Vaneska passa então a palavra para os representantes da Consultoria.

Gabriela Perez (EY) agradece aos apontamentos e o retorno e solicita que informem quais informações são necessárias e como e onde consegui-las. Informa que a consultora responsável pela análise ambiental não pode comparecer para responder às questões, mas as contribuições serão recebidas e incorporadas.

Eng. Bruno (EY) informa, com relação à mobilidade, que algumas análises não foram realizadas pois os dados não tinham sido recebidos, alguns foram encaminhados após a entrega do P2 e já incorporados e alterados após o recebimento da primeira Nota Técnica e que novas versões já foram encaminhadas. Gabriela Perez (EY) fala da importância de agendar reuniões específicas para cada tema, e que a Consultoria gostaria de ter acesso às contribuições antes das reuniões para poderem se preparar.

Econ. Sophia (EY) informa alguns dados do DMLU que foram trabalhados e alguns que não foram fornecidos, e sobre os moradores de rua, os dados vieram georreferenciados em outra base, o que dificultou a validação dos mesmos, então se optou por não incluir uma análise que pudesse ser validada estatisticamente. Informa que tiveram conversas com a FASC e constam algumas informações básicas. Informa que a forma de segregação dos dados, que não sendo por CEP dificultaram o uso de alguns dados.

Gabriela Perez (EY) informa que os mapas digitais das análises serão disponibilizados.

Arq. Giuliana fala da existência do PMGIRS, Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, que está em revisão e que possui os conceitos e informações sobre a gestão de resíduos na cidade.

Eng. Adriano faz uma consideração sobre o sistema de fossas, tipos diferentes de usuários, incluindo o sistema misto que faz uso da fossa e filtro e é um dado que está disponível.

Arq. Vaneska fala do limite o que vai ser abordado no Plano Diretor e escalas, de que forma serão abordados no Plano, correndo o risco de se entrar em questões dos Planos Setoriais. Informa que os dados utilizados serão disponibilizados para o grupo.

Arq. Guilherme reforça o convite para participarem das Oficinas Temáticas, sendo que as do Eixos 1 e 2 já haviam ocorrido. Apresentou o calendário de reuniões dos grupos técnicos e eixos e entrega do próximo Produto, mas que ainda precisa ser validada.

ENCAMINHAMENTOS:

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Agendar reuniões específicas com as Secretarias;
2. Convite para participação nas Oficinas Temáticas;
3. Fortalecer a participação dos membros do GT-TO nas discussões dos sete Eixos Temáticos propostos; Inscrição para os Grupos de Trabalho dos Eixos Temáticos pode ser realizada através desse link: <https://bit.ly/GTEIXOSTEMATICOS>
4. Disponibilizar a gravação da 22ª reunião do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões); STATUS (disponibilizado)
5. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação “22ª Reunião GT-TO _ 19.04.23.pdf” e “21ª Reunião GT-TO _ 19.05.23.pdf” (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO); STATUS (disponibilizado)
6. Atualizar processo SEI 22.0.000086353-3 com o Registro das últimas reuniões e Atas (bloco de assinatura 132681); STATUS (anexado ao SEI registro das reuniões, as atas serão atualizadas e bloco de assinatura será disponibilizado)
7. Inscrever-se para as OFICINAS TEMÁTICAS através do link <https://bit.ly/OFICINASTEMATICAS>

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
SMMU	FABIANA KRUSE

EPTC	VÂNIA CRISTINA DE ABREU
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	JULIANA BELARDINELLI
SMOI	LUCIANO CE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
SMF	ROBERTA AYUB
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	GISELE COELHO VARGAS
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
SMAMUS DLMA	KARLA FERNANDA FAILLACE
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	LÍGIA SARAIVA SOARES UPU/CPU
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO
SMAMUS DPU	MARIA PAULA REGAL
SMAMUS DPU	NATERCIA MUNARI CGMU
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente)
SMAMUS DLMA	JOÃO ROBERTO MEIRA EOUS
PROCEMPA	VITOR HUGO
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS/SMAMUS
SMAMUS DLMA	JANINE V EOUS/DLMA/SMAMUS
SMS	DEBORA BARAIBAR

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 023/2023

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
02/06/2023	Início: 14h Término: 15h01	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações;
- Apresentação resultados Oficinas Temáticas;
- Contribuições P2;
- Assuntos gerais

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arg. Vaneska (CPU/SMAMUS) cumprimenta a todos e inicia a apresentação com atualizações, apresentação dos resultados das Oficinas Temáticas, discussão acerca das contribuições sobre o Produto 2 (P2-Conceitos e Diagnósticos) da Consultoria da EY e assuntos gerais.

Arg. Catiane (CPU/SMAMUS) apresenta os resultados das Oficinas Temáticas, sobre como foi definida a metodologia, como aconteceram as oficinas que foram em formato híbrido e como foram as participações presenciais e online. Apresenta as problemáticas e propostas mais votadas para cada eixo temático e informa que todas as contribuições estão sendo planilhadas e serão consideradas. Passa então a palavra aos colegas que queiram se manifestar sobre as oficinas.

Arg. Guilherme (CPU/SMAMUS) contribui dizendo que as propostas selecionadas não são vencedoras, mas que foi realizado um exercício e não uma disputa, e sim verificar quais propostas iniciais teriam mais aceitação das pessoas, mas que não vão se tornar um artigo específico, e explica brevemente que os participantes do modo presencial contribuíram através de oito (8) insights para o desenvolvimentos das propostas. Arg. Vaneska informa que nas próximas semanas serão disponibilizadas as gravações, além dos registros apresentados, para quem não conseguiu acompanhar alguma palestra e tiver interesse. Arg. Fabiana (SMMU) diz que o resultado da oficina da mobilidade, a palestra foi muito boa e as pessoas conseguiram entender bem, e a proposta refletiu um pouco desse entendimento, que haviam outras bem diferentes mas as pessoas entenderam bem a vinculação entre a estruturação urbana, o uso do solo e a mobilidade. Informa que a Diretora Geral participou da oficina de forma online e gostou bastante da forma como se desenvolveu e parabenizou a todos, que participou da organização online, que foram muitas propostas e o tempo enxuto, parabenizando a todos.

Arg. Vaneska fala que se conseguiu fazer as oficinas e palestras dentro do tempo, importante para a credibilidade, e os números de participantes demonstram o sucesso das oficinas. Os palestrantes foram bem didáticos e foi importante para a compreensão geral, fazendo uma ponte de temas complexos para o entendimento da população. Inicia demonstrando os órgãos e departamentos que enviaram contribuições sobre o P2 e as que ainda não submeteram suas contribuições. Demonstra as contribuições organizadas em planilha, categorizando o tipo, e onde se enquadraria, se no Produto analisado ou a ser incorporado em outro momento, assim como assuntos específicos não relacionados diretamente ao Plano Diretor.

Arg. Guilherme complementa que mesmo já passando o prazo ainda é possível encaminhar as contribuições, apenas não poderão ser incorporadas pela consultoria na etapa. Arg. Vaneska agradece a disponibilidade dos colegas em ler o produto, que é bastante extenso, além das demandas que cada um já tem e abre para manifestações, questionamentos e assuntos gerais. Informa a retomada das reuniões dos eixos temáticos e a importância da participação dos colegas nesses grupos.

Arg. Lúcia (SMPAE) comenta com relação às oficinas temáticas, que participou do eixo gestão e que as pessoas tiveram dificuldades no entendimento da pergunta, qual era a problemática realmente, e as respostas vieram de forma confusa, ainda que a proposta selecionada foi elaborada por um setor específico que se organizou. Diz que a

palestra foi muito clara, mas não conseguiram fazer o link com a pergunta. Arg. Guilherme esclarece que alguns grupos organizados participaram das oficinas presenciais, mas a ideia era deixar fluir e deixar as pessoas responderem de acordo com o entendimento. Algumas propostas evoluíram para questões muito detalhadas, querendo abranger todos os problemas, reforçando que foi um exercício e que todas as contribuições serão consideradas. Fica a sugestão de aprimorar as perguntas para todos os públicos. Arg. Lúcia (SMPAE) relata que nas oficinas da Conferência na PUC também percebeu essa dificuldade, ou que se devem à complexidade do tema.

Arg. Gisele (CPU/SMAMUS) fala que concorda que o eixo é controverso pois ele atravessa os demais eixos, que os tópicos mais importantes como monitoramento, participação e instrumentos são assuntos difíceis para a maioria das pessoas, e que quando ocorrerem as dúvidas, estão sempre a disposição, que a pergunta foi como a prefeitura gerencia as suas ações para que a cidade aconteça de forma adequada, ao que a Arg. Lúcia diz que quem falou mais disso foram os técnicos, e que se falou mais em participação. Arg. Vaneska fala que estava no virtual no dia, e que se percebe que as pessoas que vão possuem algum vínculo com instituições, e conselheiros. Eng. Tânia (CGMU/SMAMUS) relata que determinado grupo sempre questionou que as coisas não são articuladas, que talvez houve uma falha em explicar melhor.

Arg. Luciana (SMS) fala que participou da oficina do eixo 5, gostaria de destacar que ficou preocupada quando a proposta foi votada, se que as demais serão consideradas, pois entende que algumas colocações, como exemplo planos setoriais referentes a equipamentos comunitários, seria uma preocupação de quem trabalha no setor público, que algumas questões são mais com a prefeitura para tomar frente, questões que a população não vai priorizar, mas que são muito importantes para resolver os problemas. Arg. Vaneska fala que a participação consegue contribuir até certo ponto, mas a elaboração técnica do plano depende da discussão técnica, é preciso vencer a etapa de diagnóstico para entrar nas propostas e nessas discussões, que a consultoria sozinha não consegue fazer todo o trabalho pois os técnicos que detém o conhecimento interno.

Eng. Guilherme (CTAAPS/DEL/SSMAMUS) fala que participou das oficinas e que achou as palestras muito interessantes, parabenizando o time, que foi muito produtivo e gostou dos resultados das propostas, que demonstra que as pessoas se engajaram e compreenderam o objetivo. Contribui falando sobre o trabalho na Ctaaps, comissão de análise de parcelamento e loteamentos e no descompasso de regime e resolver problemas de drenagem por exemplo, proteção contra cheias, falta uma metodologia para definir quais os parâmetros se vai utilizar para solicitar um equipamento ou não, que cada setor vai ter que definir seu plano setorial de acordo com o plano diretor. É necessário trabalhar em manuais e metodologias para tomar decisões técnicas, trazendo maior transparência para a população. Arg. Vaneska fala da necessidade de organizar as pautas para oportunizar o debate técnico.

Arg. Guilherme fala da importância de todos assistirem às palestras das oficinas temáticas, que complementou a apresentação com mais informações acerca dos palestrantes.

ENCAMINHAMENTOS:

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Agendamento de agendas técnicas específicas sobre as contribuições do P2;
2. Disponibilizar a gravação da reunião do GT (disponíveis na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);
3. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 23ª reunião “23ª Reunião GT-TO _ 24.02.23.pdf”;
4. Atualizar processo SEI 22.0.000086353-3 com o Registro da 23ª reunião e Ata (bloco de assinatura 132681).

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

Aproveitamos para dar outros comunicados:

- Link da Consulta Pública on-line sobre a Revisão do Plano Diretor: <http://bit.ly/CONSULTAREVPD>
- Link para o Dashboard da Consulta on-line da Revisão do Plano Diretor em tempo real: <https://bit.ly/PAINELCONSULTAREVPD>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)

	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
SMMU	FABIANA KRUSE
EPTC	VÂNIA CRISTINA DE ABREU
SMCEC	LUIZ MERINO DE FREITAS XAVIER
	JULIANA BELARDINELLI
SMOI	LUCIANO CE
SMPAE	LUCIA DE BORBA MACIEL
PGM	ANDREZA SABALLA
SMF	ROBERTA BRENNER AYUB
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
DMLU	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI
	RENATA SAFFER
	TIAGO RUTSATZ SALOMONI
	TANIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	GISELE COELHO VARGAS
SMAMUS DAV	MARCOS BERWANGER PROFES
	GLÁUCIA ELEN RIBEIRO CAZARRÉ
	PRISCILA HUNING SPOHR
SMAMUS DEL	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
	COSME DE ASSIS DA SILVA
	FLAVIA LUIZA REBELATO
	SELMA RUBINA THOMAZ

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	LÍGIA SARAIVA SOARES UPU/CPU
SMAMUS DLMA	JOÃO ROBERTO MEIRA EOUS
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO
SMAMUS DPU	ANA AGUIRRE (residente)
SMAMUS DPU	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
SMAMUS DPU	MARIA PAULA REGAL
SMAMUS DLMA	JANINE VIEZER EOUS
SMAMUS DPU	NATÉRCIA MUNARI DOMINGOS EACEU/CGMU
SMAMUS DLMA	ROSANA FRANCO EUOS
DPU/SMAMUS	ANA AGUIRRE (residente)
SMAMUS DEL	GUILHERME MIRANDA DE SOUZA CTAAPS
PROCEMPA	VITOR HUGO
SMS	DEBORA BARAIBAR
SMF	FERNANDO SCHWARTZER

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL		Nº/ANO: 024/2023	
DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL	
30/06/2023	Início: 14h Término: 14h35	Reunião virtual - Microsoft Teams	

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e alinhamentos;
- Seminário de Fechamento da Leitura da Cidade;
- Retorno Contribuições P2;
- Assuntos gerais;
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arquiteta Vaneska (CPU/SMAMUS) iniciou a reunião informando sobre as pautas principais e apresentando as atualizações sobre o andamento da revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, com destaque para o envio da versão revisada do Produto 2 e os encaminhamentos para os Produtos 3 e 4, que serão tratados conjuntamente pela consultoria EY, por sua inter-relação e por otimizarem o processo de avaliação técnica. Também foi anunciada a realização do seminário de encerramento da etapa de Leitura da Cidade, previsto para o dia 22 de julho, com participação dos grupos de trabalho e eixos temáticos. Durante a reunião, foram discutidos os critérios de categorização das contribuições feitas pelas secretarias ao Produto 2, bem como a importância de verificar se essas contribuições foram efetivamente incorporadas.

Arquiteto Guilherme (CPU/SMAMUS) complementou informando que a nova versão do Produto 2 já está inserida no SEI e que a análise técnica da coordenação será vinculada ao processo de liberação de pagamento da consultoria. Informou também que o processo foi parcialmente restrito e que será enviada uma comunicação oficial com todos os encaminhamentos e links relevantes.

Luciana (SMS) questionou sobre o prazo para análise do Produto 2 e se houve alteração no cronograma, solicitando datas para que as secretarias possam se organizar adequadamente. Vaneska respondeu que o cronograma será revisado, pois pode ter sofrido pequenos impactos em função da dedicação à análise do Produto 2, mas que a intenção é manter a estrutura geral dos prazos. Confirmou que a ideia é dedicar uma a duas semanas para análise do Produto 2 e que será enviada a nova versão do cronograma. Destacou a importância de garantir coerência entre os Produtos 2, 3 e 4, visando à finalização adequada da leitura da cidade.

Arquiteto Guilherme (CPU/SMAMUS) reforçou que o foco da análise do Produto 2 deve estar na verificação do atendimento às contribuições das secretarias. Sugeriu que seja disponibilizada a planilha com os encaminhamentos das contribuições, para que todos possam verificar quais foram acatadas, reencaminhadas ou descartadas. Ressaltou que os relatórios consolidados serão fundamentais para as próximas etapas de publicação.

Luciana (SMS) questionou se o seminário do dia 22 de julho incluiria apenas os GTs principais ou também os eixos temáticos. Vaneska respondeu que os eixos temáticos também estão contemplados e que serão organizadas mesas de debate para promover a troca transversal entre os grupos.

Ao final, **Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS)** reforçou a importância da leitura do Termo de Referência como guia técnico para avaliação dos produtos e lembrou que parte das contribuições recebidas poderá ser direcionada a planos setoriais, dependendo de sua natureza. Enfatizou que, embora o seminário marque o encerramento da leitura da cidade, os temas continuarão sendo revisados ao longo da etapa de propostas.

Arquiteto Guilherme (CPU/SMAMUS) lembrou a todos que o seminário será realizado em um sábado, justamente para permitir maior disponibilidade de participação e maior tempo para discussão.

Arq. Vaneska (CPU/SMAMUS) encerrou agradecendo a presença e a disponibilidade de todos os participantes, reforçando a necessidade de participação ativa nos grupos temáticos e o compromisso da equipe técnica em revisar o cronograma, divulgando os prazos atualizados para análise dos produtos. Por fim, destacou-se a relevância da colaboração técnica contínua para consolidar uma base sólida para a próxima etapa da revisão.

ENCAMINHAMENTOS:

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Disponibilizar a gravação da 24ª reunião do GT;
2. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 24ª reunião;
3. Atualizar processo SEI 22.0.000086353-3 com o Registro das últimas reuniões (20ª, 21ª, 22ª e 23ª reunião) e Atas ;
4. Atualizar processo SEI 22.0.000086353-3 com o Registro da última reunião (24ª reunião) e Ata
5. Disponibilizar o Entrega Produto 2 (P2) revisado no SEI 22.0.000086353-3;
6. Inscrever-se para o SEMINÁRIO LEITURA DA CIDADE, que acontecerá no dia 22/07/2023, através do link <http://bit.ly/SEMINARIOLEITURADACIDADE>

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
SMED	ERIKA KUPAC VIANA
SMMU	FABIANA KRUSE
SMCEC	JULIANA BELARDINELLI
	LUIZ MERINO
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
DMLU	ARCEU B. RODRIGUES
	GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
GP	ELEONORA BRAZ SERRALTA
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	TÂNIA REGINA QUINTANA RODRIGUES
	PATRICIA DA SILVA TSCHOEPKE
	LETÍCIA CRUZ KLEIN
	RENATA SAFFER
	TIAGO SALOMONI
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
SMAMUS DAV	PRISCILA HUNING SPOHR
	MARCOS B.
	GLÁUCIA CAZARRÉ
SMAMUS DEL	FERNANDA BRITO DA SILVEIRA
	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	FLÁVIA REBELATO
SMAMUS DLMA	KARLA FAILLACE
EPTC	VÂNIA ABREU

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	CAROLINE GIORDANI MEINE ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU MARIA PAULA
SMAMUS CTAAPS	GUILHERME MIRANDA
SMAMUS EUOS DLMA	JANINE
	JOÃO ROBERTO MEIRA
	PAULO

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 025/2023

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
15/09/2023	Início: 13h52 Término: 14h58	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e alinhamentos;
- Contribuições P3/P4;
- Assuntos gerais;
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

Arq. Catiane (CPU-SMAMUS) iniciou a reunião explicando que o objetivo era retomar as atividades do GT-TO e atualizar os integrantes sobre a revisão do Plano Diretor. Apresentou a pauta do dia e fez um panorama das ações realizadas até o momento, incluindo eventos, oficinas e dados de participação social desde 2019. Destacou que a revisão está na etapa de sistematização e formulação de propostas, com entrega dos produtos da consultoria, especialmente os volumes da Leitura da Cidade (P2, P3 e P4). Foi informado que as próximas reuniões integrarão os GTs temáticos e o GT-CT, a partir de 27 de setembro.

Arq. Guilherme (CPU-SMAMUS) apresentou os conteúdos dos produtos P3 e P4, incluindo metodologia, contribuições da sociedade, estratégias e sistema de gestão. Durante a apresentação, foram respondidas dúvidas sobre a incorporação das contribuições anteriores e a atualização dos documentos.

Catiane e Guilherme informaram que será apresentado um relatório com a sistematização das contribuições dos eixos temáticos. **Simone Madeira (EPE III-CPU-SMAMUS)** sugeriu levar o tema da regularização fundiária à CTARF; Catiane considerou válida a sugestão para posterior discussão, com base nas propostas do P5.

Em seguida, foram abordadas questões técnicas. **Simone Madeira (EPE III-CPU-SMAMUS)** reforçou que atuará como facilitadora na comissão e pretende apresentar os resultados à sua equipe. O **Eng. Guilherme Miranda (CTAAPS)** alertou para conflitos entre o regime urbanístico e áreas sem proteção contra cheias, propondo revisar o mapeamento e os estudos de macrodrenagem. Também mencionou desafios trazidos pela nova lei sobre cabeamento subterrâneo em empreendimentos.

Adriano Reinheimer (DMAE) esclareceu que algumas áreas desprotegidas estão em análise e que é possível adotar medidas de proteção por parte dos empreendedores. Destacou a necessidade de revisão dos critérios adotados no plano, como o tempo de retorno de 100 anos, que deve ser tratado via modelagem espacial. Guilherme Miranda complementou apontando conflitos entre o plano municipal e o da Metroplan.

A reunião foi encerrada com a expectativa de que o produto P5 traga estratégias territoriais específicas, e com a sugestão de novas agendas conforme o avanço dos trabalhos.

ENCAMINHAMENTOS:

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Disponibilizar a gravação da 25ª reunião do GT (disponível na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);

2. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 25ª reunião “25ª Reunião GT-TO _ 15.09.23.pdf” (disponível na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO);
3. Atualizar processo SEI 22.0.000086353-3 com o Registro das duas últimas reuniões (24ª e 25ª reunião) e Ata;
4. Apresentação P3/P4 no CMDUA - Ernest Young (EY) fará a apresentação do fechamento da Leitura da Cidade no dia 26/09/2023;
5. Avaliações/Contribuições P3/P4 GT-TO - SEI 23.0.000054084-6 (Contribuições Revisão PD | Avaliação entregas EY), seguir a lógica para avaliação da entrega anterior - "Formulário Contribuições_P2_GT-TO". Prazo é o dia 29/09/2023;
6. Contribuições P2 GT-TO - foi anexado ao SEI 23.0.000054084-6 a planilha Excel referente às contribuições do GT-TO no Produto 2, com comentários da consultoria.

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

PARTICIPANTES:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
SMMU	FABIANA KRUSE
	ANA PAULA BONINI
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
	DÉBORA BARAIBAR
DMLU	ARCEU B. RODRIGUES
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER
	RENATA SAFFER
	GISELE COELHO VARGAS
	DANIELA VIEIRA DA SILVA
	TIAGO SALOMONI
SMAMUS DEL	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO
	ELIANA BRIDI
	FLÁVIA REBELATO
	ADRIANO TEDESCO ROSSETTO
DMAE	ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER
SMDDET	DANIELA
SMC	LUIZ MERINO
SMAMUS DLMA	PAULO JARDIM
PGM	ANDREZA

CONVIDADOS:

ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO
	VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU
	ANA AGUIRRE (RESIDENTE DPU)
	NATERCIA MUNARI CGMU
	MARIA PAULA UEU/CPU
	NATALIA FERNANDA ORIOLA EPE III/CPU
	VERÔNICA MEDINA UPE/CPU
	SIMONE MADEIRA
SMAMUS CTAAPS	GUILHERME MIRANDA
PROCEMPA	MARILENE
SMAMUS DAV	NAIANA JOHN
SMAMUS EOUS	JOÃO ROBERTO MEIRA
	ROBERTA

REGISTRO E ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

GT: GT TÉCNICO OPERACIONAL

Nº/ANO: 026/2023

DATA	HORÁRIO DURAÇÃO	LOCAL
06/10/2023	Início: 13h52 Término: 14h58	Reunião virtual - Microsoft Teams

ASSUNTOS TRATADOS:

Conforme combinado no convite da reunião, a pauta foi:

- Atualizações e alinhamentos;
- Dúvidas relacionadas às contribuições P3/P4;
- Assuntos gerais;
- Encaminhamentos.

CONTRIBUIÇÕES | QUESTIONAMENTOS:

1. Abertura e Apresentações Iniciais

Arq. Guilherme Castanheira (CPU-SMAMUS) iniciou a reunião com as boas-vindas, explicando que o objetivo do encontro era realizar atualizações e alinhamentos, além de abrir espaço para dúvidas e contribuições sobre os produtos 3 e 4 da consultoria. Ressaltou que o GT-TO já realizou 26 reuniões, enquanto o GT-CT iniciou encontros conjuntos com os eixos temáticos. Apresentou panorama das ações realizadas no processo de revisão do Plano Diretor, incluindo eventos, oficinas, seminários, conferências e contratações. Informou que os produtos 1 a 4 da LTA foram entregues e que o produto 5 encontra-se em revisão. Mencionou também a próxima reunião conjunta em 11/10 e a conferência do Plano Diretor, prevista para os dias 7, 8 e 9 de novembro, na PUC.

2. Apresentação dos Produtos P3 e P4

Guilherme fez uma breve síntese dos conteúdos dos produtos 3 e 4, abordando avaliação das estratégias do modelo espacial, gestão do planejamento urbano e princípios do Plano Diretor. Destacou os cinco capítulos da entrega (metodologia, contribuições da sociedade, modelo espacial, estratégias e sistema de gestão) e os três anexos (dados da RAIS, comparativos e contribuições da sociedade). Reforçou que diversas secretarias já enviaram contribuições e que estas serão incorporadas ao relatório de integração.

3. Contribuições e Debates

Arq. Vaneska (CPU-SMAMUS) comentou sobre a retomada dos Fóruns Regionais de Planejamento, com apresentação da Leitura da Cidade aos delegados.

Fabiana (SMMU) questionou se haverá convite formal para a conferência e mencionou que as análises do P3-P4 pela EPTC e SMMU seriam protocoladas via SEI. Manifestou preocupações com trechos do relatório da consultoria que indicariam perda de atribuições por secretarias e diminuição da autonomia do Conselho Municipal. Solicitou reunião com a consultoria para esclarecimentos, especialmente sobre o conteúdo de mobilidade. Propôs também a realização de nova rodada técnica entre os setores para debater o material.

Vaneska respondeu que é importante esclarecer o entendimento das atribuições e defendeu maior integração entre as secretarias no planejamento urbano. Considerou pertinente repensar as competências do conselho, que hoje se ocupa de temas pouco estratégicos. Destacou que a proposta final do Plano será construída pela equipe técnica da prefeitura, não apenas pela consultoria.

Fabiana reiterou que a crítica se refere à proposta da consultoria e reforçou a necessidade de manter as competências das secretarias. Afirmou que a SMMU é contrária à transferência de atribuições setoriais para a SMAMUS e que isso estará expresso no relatório. Concordou com a realização de reuniões técnicas específicas, sugerindo que ocorra na EPTC.

Vaneska concordou com a proposta e reforçou que debates presenciais qualificam o processo, além de permitir aprofundamento técnico.

Guilherme destacou que já estava prevista a realização de reuniões temáticas com os setores técnicos e que a solicitação da SMMU e da EPTC será atendida. Convidou demais colegas a fazerem o mesmo, especialmente com a entrega do P5, que já apresenta estratégias territoriais e organizacionais mais avançadas do plano.

Lúcia (SMPAE) questionou sobre o prazo para envio das contribuições e a previsão de conclusão da minuta da nova lei do Plano Diretor.

Guilherme respondeu que o prazo para as contribuições estava aberto até o dia da reunião e que a minuta da lei será trabalhada após a conferência, ainda sem data definida para envio à Câmara Municipal.

Lúcia também reforçou a importância de discutir as atribuições das secretarias, considerando a preocupação trazida por Fabiana.

Luciana (SMS) complementou suas colocações anteriores, ressaltando que seria importante a realização de reuniões específicas com as secretarias envolvidas, seja inicialmente apenas com a Saúde ou com um grupo de secretarias vinculadas a equipamentos comunitários. Ela destacou a necessidade de compreender em que plano – regional, setorial ou outro – se dará a compatibilização da lógica atual de distribuição de equipamentos, considerando as diferentes territorialidades adotadas por cada pasta. Reforçou que outras áreas da SMS devem estar envolvidas nessa discussão e que precisa de tempo para organizar a agenda desses demais técnicos.

Natércia (CGMU-SMAMUS) reforçou que a equipe já realizou iniciativa de diálogo com a Secretaria da Saúde, buscando abordar a compatibilização das diferentes territorialidades adotadas pelas secretarias. Informou que existe um processo administrativo (SEI) aberto sobre o tema, com materiais e discussões em andamento. Ressaltou que essa compatibilização também deve envolver outras secretarias, como a Fazenda, já que o Estatuto da Cidade recomenda a integração entre política tributária e política urbana. Encerrou colocando que o trabalho segue em andamento e que a ODU está engajada nesse processo.

4. Encerramento:

Guilherme informou que a equipe (ele, Vaneska e Catiane) trabalhará na proposição de uma agenda específica com as secretarias, conforme as manifestações recebidas, com o objetivo de avançar nas discussões técnicas e promover uma melhor articulação entre as propostas da consultoria e as realidades das secretarias. Destacou a possibilidade de realização de reuniões conjuntas com a consultoria e os técnicos municipais para esclarecimentos e alinhamentos.

Vaneska reforçou que muitas dúvidas e propostas surgem a partir do conteúdo elaborado pela consultoria, e que seria interessante estruturar momentos distintos: primeiro com a consultoria e depois entre os técnicos, para consolidar as propostas. A proposta será desenvolvida e apresentada aos demais integrantes.

Guilherme finalizou agradecendo a participação de todos e desejou um excelente final de semana aos presentes.

ENCAMINHAMENTOS:

Segue os encaminhamentos e informações:

1. Disponibilizar a gravação da 26ª reunião do GT (disponível na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Vídeos reuniões);
2. Disponibilizar documentos no drive Procempa: Apresentação 26ª reunião "26ª Reunião GT-TO_06.10.23.pdf" (disponível na pasta do drive Procempa GT-TO/Reuniões GT-TO/Apresentações Coordenação GT-TO);
3. Atualizar processo SEI 22.0.000086353-3 com o Registro das duas últimas reuniões (24ª, 25ª e 26ª reunião) e Ata;
4. Avaliações/Contribuições P3/P4 GT-TO - SEI 23.0.000054084-6 (Contribuições Revisão PD | Avaliação entregas EY), seguir a lógica para avaliação da entrega anterior - "Formulário Contribuições_P2_GT-TO". Prazo expirado (06/10/2023), mas ainda iremos receber as contribuições que deverão ser incluídas no relatório de integração que a Coordenação Técnica da Revisão do Plano Diretor irá produzir.

Link pasta GT-TO no drive Procempa: <https://drive.procempa.com.br/s/BsFjKSE57c4dWXP>

PARTICIPANTES:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS CPU	VANESKA PAIVA HENRIQUE (Coordenador)
	GUILHERME SILVEIRA CASTANHEIRA (Coord. 1º suplente)
	CATIANE BURGHAUSEN CARDOSO (Coord. 2º suplente)
SMMU	FABIANA KRUSE ANA PAULA BONINI
SMS	LUCIANA VALENTE GAIESKY
DMLU	ARCEU B. RODRIGUES GIULIANNA CARNEIRO DE FRANÇA
SMAMUS DPU	CAROLINA WALLAU DE OLIVEIRA KESSLER GISELE VARGAS TIAGO SALOMONI DANIELA VIEIRA DA SILVA TANIA QUINTANA MATHEUS CHIDIAC MARCHIORI LETÍCIA KLEIN
SMAMUS DEL	SÔNIA MARIA DOS SANTOS CASTRO SELMA RUBINA THOMAZ MARIA CRISTINA GARCIA CADEMARTORI
SMAMUS DLMA	KARLA FAILLACE PAULO JARDIM
SMAMUS DAV	MARCOS PROFES GLÁUCIA CAZARRÉ
SMDET	DANIELA
SMCEC	LUIZ MERINO JULIANA
DMAE	ADRIANO REINHEIMER
SMED	ERIKA VIANNA
SMOI	LUCIANO CÉ
SMF	ROBERTA AYUB
SMPAE	LUCIA DE BORBA

CONVIDADOS:	
ÓRGÃO SECRETARIA	NOME
SMAMUS DPU	ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO VINÍCIOS DA SILVA UPU/CPU ANA AGUIRRE (RESIDENTE DPU) LIGIA SOARES MARIA PAULA UEU/CPU NATÉRCIA UADU CGMU NATALIA ORIOLA EPE III/ CPU
CTAAAPS	GUILHERME MIRANDA
SMAMUS	VERÔNICA
SMPAE	ADA SCHWARTZ
SMAMUS EOUS	JOÃO ROBERTO MEIRA
SMAMUS DAV	ALESSANDRA CPOAV/SMAMUS

Relatório Descritivo

Atividades do Grupo de Trabalho Consultivo Técnico da 2ª Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental

Porto Alegre, 2023

Diretoria de Planejamento Urbano

Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

GOVERNO MUNICIPAL

Sebastião Melo

Prefeito de Porto Alegre

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E
SUSTENTABILIDADE

Germano Bremm

Secretário do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Cíntia Rockenbach

Secretária Adjunta do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Patrícia da Silva Tschoepke

Diretora de Planejamento Urbano

Patrícia da Silva Tschoepke

Carolina Wallau de Oliveira Kessler

Coordenação do Grupo de Trabalho Consultivo Técnico

EQUIPE TÉCNICA

*Coordenação Técnica da
Revisão do Plano Diretor:*

Arq. Esp. Patrícia da Silva Tschoepke
Arq. Esp. Gisele Coelho Vargas
Arq. Esp. Renata Saffer
Eng. MSc. Matheus Chidiac Marchiori
Arq. Esp. Caroline Glordani Meine
Arq. MSc. Vaneska Paiva Henrique
Arq. MSc. Guilherme Silveira Castanheira
Arq. Esp. Catiane Burghausen Cardoso
Arq. Daniela Vieira da Silva
Arq. Letícia Cruz Klein
Arq. Esp. Carolina Wallau de Oliveira Kessler
Eng. Tânia Regina Quintana Rodrigues
Arq. Esp. Antônio Luis Gomes Pinto
Eng. Tiago Rutsatz Salomoni
Arq. Esp. Patrícia da Silva Tschoepke
Arq. Esp. Gisele Coelho Vargas

Objetivo:

Demonstrar um panorama geral dos trabalhos realizados no Grupo de Trabalho Consultivo Técnico (GT-CT) da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, desde o início dos trabalhos de avaliação do mesmo, o que ocorreu no ano de 2022, até a elaboração de subsídios para a realização da Conferência de Avaliação do Plano Diretor, ocorrida nos dias 07, 08 e 09 de março de 2023.

Contexto: a 2ª Revisão do PDDUA

O **Plano Diretor** é uma Lei Municipal que, de acordo com as diretrizes do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), deve ser revisado a cada, no máximo, 10 anos. O atual Plano Diretor de Porto Alegre, chamado Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), foi instituído pela **Lei Complementar 434/99** e modificado pela LC 646/2010, produto de sua primeira revisão, e por alterações posteriores.

Mais do que uma Lei, o Plano Diretor é um pacto entre a sociedade, o Estado (enquanto entidade técnica que deve trabalhar para concretizar o pacto) e os governos (atual e os que virão até 2030). Ele influi em questões como o tempo que gastamos para nos deslocar na cidade, a segurança, a qualidade de vida e a capacidade de prevenção a eventos climáticos extremos. E, para garantirmos a manutenção desse pacto ao longo da década, é fundamental que todos façam parte de sua construção.

Desde 2016, o poder Executivo vem planejando como será a 2ª Revisão do PDDUA. Em agosto de 2019, a Prefeitura municipal de Porto Alegre firmou um **Memorando de Entendimento** com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) a fim de realizar cooperação técnica internacional com o objetivo de contribuir para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Porto Alegre e outras iniciativas urbano-ambientais.

Entre outubro e novembro de 2019 ocorreu a primeira rodada participativa do processo de Revisão do Plano Diretor, no formato de **Oficinas Temáticas Territoriais nas Regiões de Gestão do Planejamento**.

Em dezembro de 2019, foi assinado o **Projeto de Cooperação Técnica Internacional** com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), denominado **“POA 2030, Inovadora, Integrada, Resiliente e Sustentável”**, com o objetivo geral de promover o desenvolvimento urbano integrado e sustentável do Município através do fornecimento de subsídios para a elaboração da revisão do Plano Diretor, tendo como

base de referência os princípios da Nova Agenda Urbana (NAU) e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

No início de 2020, após o término da primeira rodada participativa do processo de Revisão do Plano Diretor, o país e o mundo viveram o período da pandemia do Coronavírus e, em virtude disto, através da **Instrução Normativa 15/2020** ficou decretada a suspensão das atividades do processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, conforme artigo:

Art. 13 Ficam suspensas todas as atividades do processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre, à exceção das atividades de atribuição exclusiva do Executivo Municipal, a cargo da Diretoria-Geral de Planejamento Urbano Sustentável, conforme anexo desta Instrução Normativa.

Durante o período de pandemia, foram desenvolvidos trabalhos internos de sistematização e análise dos resultados das Oficinas Temáticas Territoriais nas Regiões de Gestão do Planejamento realizadas em 2019 e foi elaborada a **Instrução Normativa 04/2021**¹, aprovada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), instituindo o procedimento para a Revisão do Plano Diretor. Na IN 04/2021, foram definidos os objetivos da Revisão, sua estrutura organizacional básica, suas etapas e os procedimentos dos processos de participação no âmbito da Revisão.

Em maio de 2022, a Secretaria do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade anunciou o novo cronograma de trabalho para revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) durante uma reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA). Os passos seguintes foram a consolidação e operação dos Grupos de Trabalho previstos na Instrução Normativa 04/2021, o planejamento dos próximos momentos de participação da sociedade e a contratação das consultorias.

Em dezembro de 2022, momento de elaboração deste Relatório, já havia sido finalizada a **(i) Etapa Preparatória** da Revisão e estava em andamento a segunda etapa, chamada **(ii) Leitura da Cidade**, que tem como objetivo a apropriação das características do território e a discussão dos seus principais problemas, conflitos e potencialidades, levando em consideração as avaliações técnicas produzidas e as avaliações efetuadas pela população como um todo. Na sequência, ocorrerão as etapas **(iii) da**

¹Disponível em:

https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/hotsites/smams/plano-diretor/IN_04-2021.pdf

Sistematização e das Propostas, (iv) da Aprovação e (v) da Implantação e Monitoramento.

A estrutura organizacional da Revisão do Plano Diretor

Conforme estabelecido pela **IN 04/2021**, para garantir o controle social do processo através da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade, o processo da 2ª Revisão do PDDUA vem sendo conduzido através da seguinte estrutura organizacional básica:

I – Coordenação Técnica (CT), de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS), composta por servidores da Diretoria de Planejamento Urbano (DPU-SMAMUS), com o apoio das demais estruturas administrativas da SMAMUS.

A CT é responsável, em termos gerais, por coordenar e gerenciar os trabalhos da Revisão, desde sua concepção até o fornecimento de apoio técnico ao Legislativo para o debate dos Projetos de Lei na Câmara Municipal, incluindo a produção dos estudos técnicos necessários com subsídio das consultorias técnicas contratadas, dos órgãos do Município e dos Grupos de Trabalho, no que couber.

II – Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO), composto por representantes dos órgãos da Administração Municipal, direta e indireta, com membros indicados pelo Prefeito Municipal.

Compete ao GT-TO, em termos gerais, participar na elaboração e no desenvolvimento dos trabalhos da Revisão do Plano Diretor, contribuindo com análises e formulações técnicas de propostas relacionadas às políticas setoriais.

III – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), Conselho permanente com composição determinada no art. 40 do PDDUA.

Compete ao CMDUA, no âmbito da Revisão do PDDUA, em termos gerais, acompanhar e monitorar o processo e aprovar a conclusão de suas etapas; assim como discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão, emitindo pareceres, e acompanhar a tramitação do projeto de lei na Câmara Municipal.

IV – Grupo de Trabalho Consultivo Técnico (GT-CT), composto por integrantes do **CMDUA**, por **Universidades** com curso de graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo que manifestarem interesse na participação e por demais **entidades**, com atuação afetas ao planejamento urbano com sede em Porto Alegre que ingressaram no grupo mediante manifestação de interesse em resposta ao **Edital de Convocação 002/2022**, com portaria a ser publicada.

Compete ao GT-CT, em termos gerais, discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão, emitindo manifestações técnicas conjuntas; assim como participar, apoiar a organização e colaborar na mobilização da sociedade para participar das atividades colaborativas da Revisão.

V - Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR), com representação composta pelas oito Regiões de Gestão do Planejamento (RGP), bem como um representante do Orçamento Participativo e demais integrantes do CMDUA que tiverem interesse em participar.

Compete ao GT-CR, em termos gerais, discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão, emitindo pareceres conjuntos; assim como participar, apoiar a organização e colaborar na mobilização da sociedade para participar das atividades colaborativas da Revisão.

Para caracterizações detalhadas das atribuições de cada grupo, consultar a integralidade do conteúdo da Instrução Normativa 04/2021.

O Grupo de Trabalho Consultivo Técnico (GT-CT)

O Grupo de Trabalho Consultivo Técnico (GT-CT) da 2ª Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre, composto por entidades envolvidas com o planejamento urbano e interessadas na atuação ativa no processo de revisão do Plano Diretor, foi instituído pela **IN 04/2021**, de 10 de fevereiro de 2021, e teve Edital de Convocação, Nº 002/2022 - Processo SEI 22.0.000078458-7, publicado no DOPA de 19 de julho de 2022.

Para a coordenação do grupo foram designados três representantes da SMAMUS-DPU, as arquitetas e urbanistas Patrícia da Silva Tschoepke (coordenação) e Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª suplente da coordenação) e Gisele Coelho Vargas (2ª suplente da coordenação), e os demais participantes foram convidados por ofício - representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA) e das Universidades de Porto Alegre -, ou atenderam ao Chamamento Público de 19 de julho a 3 de agosto de 2022, através do link <https://bit.ly/INSCRICAOGT>, resultando no cadastramento das seguintes entidades e respectivos representantes:

Tabela 1 – Relação de Entidades e Representantes inscritos no GT-CT

ENTIDADE	REPRESENTANTES
ACESSO - Cidadania e Direitos Humanos	Claudete Aires Simas
	Fernando Campos Costa

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES/RS	Darci Barnech Campani
	Jussara Kalil Pires
	Claudia Maria Pereira Laydner
Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura - ASBEA RS	Juliana Sisson Castro
	Luis Henrique Bueno Villanova
	Audrey Bello Ramos
Associação Comercial de Porto Alegre - ACPA	Cláudio Luiz Zaffari
	Sérgio Juarez Kaminski
Associação das Empresas dos Bairros Humaitá e Navegantes - AEHN	Alexandre Mussi Fortes
	Everton Santos
	Luciana de Souza Borba
Associação de Moradores do Serra Verde - AMOSEV	Diaran Camargo Laone da Silva
	Gilda Iolanda Linhar
	Rosa Maria Nunes da Silva
Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul - APCEF/RS	Célia Margit Zingler
	Flávio Marcelo Pinto Soares
Associação dos Moradores do Bairro Lageado - AMBLA	Jorge Luiz Mendes
	Marcos Damião Romeiro Bertozzi
	Maria José Silva da Silva
Associação dos Moradores e Comerciantes do Bairro Azenha - AMCA	Delmar Moers
	Leonardo Dias da Cruz
	Luis Fernando Lima
Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre - ASTEC	Adinaldo Soares Fraga
	Irineu Pedro Foschiera
	Maércio de Almeida Flores Cruz
Associação Gaúcha de Empresas de Obras de Saneamento - AGEOS	André Sant'Anna
	Mariano Petracco Junior
	Sílvio Salazar
Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural - AGAPAN	Francisco Milanez
	Paulo Renato Menezes
	Simone Azambuja
Associação Gaúcha dos Advogados do Direito	Álvaro de Moraes Vasconcellos

Imobiliário Empresarial - AGADIE	Cristiane Carvalho Vargas
	José Euclésio dos Santos
Associação Gaúcha para Desenvolvimento do Varejo - AGV	Juarez Meneghetti
	Sérgio Axelrud Galbiski
	Vilson Noer
Associação Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo	Cristina da Rosa Nascimento
	Leandro Artur Anton
Associação Porto Alegre Rural	Isabel Cristina da Cruz Pacheco
	Ricardo Carneiro da Fontoura
	Rosélia Cilene Araújo Vianna
Associação Riograndense de Artes Plásticas Francisco Lisboa	Simone Plaszewski
	Tereza Forttini Albano
Associação Riograndense de Empreiteiros de Obras Públicas - AREOP	Athos Roberto Albernaz Cordeiro
	Paulo Eduardo Nunes Ponte
	Ricardo Lins Portella Nunes
ATUA POA	Maria Dalila Bohrer
Câmara dos Dirigentes Lojistas de Porto Alegre - CDL POA	Írio Piva
	Octávio José Noronha Scheibe
	Rafael Korndorfer Guerra
Centro Comunitário de Desenvolvimento da Tristeza, Pedra Redonda, Vilas Conceição e Assunção - CCD Tristeza	Jacqueline Custódio
	Lúcia Wilhelm Vêras de Miranda
	Luiz Alberto Garcia Moreira
Centro de Direitos Econômicos e Sociais - CDES	Gilnei da Silva
	Paulo Guarnieri
Centro de Inteligência Urbana de Porto Alegre - CIUPOA	Tânia Terezinha Pistorio Pires
Centro Universitário Metodista IPA	Vera Elaine Marques Maciel
	Marcelo Gindri Rigotti
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do RS - CAU RS	Valdir Bandeira Fiorentin
	Jeanice Dias Ramos
	Evandro Cardoso Medeiros
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul - CREA-RS	Matheus Borges
	Nanci Cristiane Josina Walter

	Nelson Kalil Moussalle
Entrepreneur's Organization - EO Porto Alegre	Augusto Cordova Guimarães
Escritório Modelo de Arquitetura da PUCRS - Lugares	Eduardo Motta da Rosa
	Mariana Giordani dos Santos
	Mike Steyvanne Miranda de Andrade
Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul - FEDERASUL	Paulo Sérgio de Almeida Peres
Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Instituições Financeiras do Rio Grande do Sul - Fetrafi-RS	Amanda Angélica Cardoso
	Juberlei Baes Bacelo
Instituto Atlantos	Felipe Krahe Schueler
	Leonardo Chagas dos Santos
	Pedro de Moraes Kreutz
Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU	João Telmo de Oliveira Filho
	Karina Macedo Fernandes
	Marcelo Eibs Cafrune
Instituto Cidades Responsivas	Flávia Blanco Tissot
	Luciana Marson Fonseca
	Rodrigo Rocha
Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB	Jéssica Neves
	Karolina Silva de Jesus
	Natan Arend
Laboratório de Políticas Públicas e Sociais - LAPPUS	Marcelo Sgarbossa
	Milton Cruz
	Paulo Vinicius Gerse Brum
Núcleo Amigos da Terra Brasil	Clarissa Trois Abreu
	Fernando Campos Costa
	Letícia Paranhos Menna de Oliveira
Núcleo Porto Alegre do Observatório das Metrópoles	Heleniza Ávila Campos
	Mário Leal Lahorgue
	Vanessa Marx
Ordem dos Advogados do Brasil RS - OAB/RS	Elaine Adelina Pagani
	Ricardo Vogt de Oliveira

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS	Bruno Giugliani
	Maria Alice Medeiros Dias
Serviço Social Mary Taranger - SESOMATR	Alexsander Cebage Barbosa
	José Amauri da Costa de Fraga
	Maria Jandira Rabelini de Fraga
Sindicato da Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem - SICEPOT-RS	Cylon Fernandes Rosa Neto
	Odilon Alberto Menezes
	Rafael Sacchi
Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul - Sinduscon-RS	Antonio Carlos Zago
	Eduardo Tonin Citolin
	Rogério Dal Molin
Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS	André Huyer
	Franciele Schallenberger
	Bruno dos Santos Cerezer
Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região - SindBancários	Ana Lucia Soares Guimaraens
	Eroni Batista Ribeiro
	Guaracy Padilha Gonçalves
Sindicato dos Engenheiros - SENGE RS	Fernando Martins Pereira da Silva
	Vinicius Teixeira Galeazzi
	João Leal Vivian
Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Porto Alegre - SINDIHOSPA	Daniel de Lima Giaccheri
	Henri Siegert Chazan
	Jorge Avelino Amarilho dos Santos
Sindicato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre - SINDILOJAS	Arcione Piva
	Victor Domingues Ventura Pires
Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União no Rio Grande do Sul - SINTRAJUFE/RS	Arlene da Silva Barcellos
	Fabricio Dias Loguércio
Sindicato Intermunicipal das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais no Rio Grande do Sul - SECOVI/RS	Moacyr Schukster
	Rafael Padoin Nenê
	Tiago Wodzig Strassburger
Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande Sul -	João Farias Rovati

ADUFRGS-SINDICAL	
Sindicato Rural de Porto Alegre	Cleber Quadros Vieira
	João Carlos Carvalho Machado
Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON	Mark Ramos Kuschick
	Sergio A. R. Gonzalez
	José Joaquim F. Marchisio
Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul - SERGS	Joaquim Haas
	Marilu Maraschin
	Paulo Coelho
Translab - Instituto de Pesquisa em Inovação Social	Isadora Scopel
	Leonardo Márquez
Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS	Nivea Maria Oppermann
	Joana Paradedda
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Joel Avruch Goldenfum
	Fernando Dutra Michel
	Angela de Moura Danilevicz

Em termos de atribuições, compete ao GT Consultivo Técnico (GT-CT):

1. Discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão do Plano Diretor emitindo manifestações técnicas conjuntas, conforme cronograma a ser estabelecido, envolvendo:
 - a) avaliação dos resultados consolidados pela CT em conjunto com o GT-TO, obtidos nas diferentes etapas do processo, através de parecer técnico conjunto, propondo ajustes e complementações, quando for o caso;
 - b) avaliação e proposição de soluções para os diferentes temas relativos à revisão do Plano Diretor, colaborando na construção das propostas consolidadas;
 - c) avaliação do conteúdo de propostas sistematizadas pela CT e GT-TO oriundas dos processos de participação da sociedade, incluindo a metodologia utilizada nestes processos.

2. Participar e apoiar a organização e a realização dos processos de participação como as oficinas, os seminários, as audiências públicas, conferências, entre outros;
3. Colaborar na mobilização da sociedade civil organizada para participação dos eventos destinados à Leitura Comunitária.

Quanto ao planejamento do processo, o desenvolvimento dos trabalhos foi previsto para ser efetuado em calendário coordenado com o andamento dos momentos de participação e com a produção de resultados obtidos pelas consultorias, pela Coordenação Técnica e pelos demais Grupos de Trabalho.

Para fins de cumprimento do acima exposto, as reuniões foram planejadas em 02 diferentes momentos:

MOMENTO 1: produção de trabalho específica do GT-CT, relativa ao item 1, com o objetivo de discutir e propor soluções para os temas relativos à revisão do Plano Diretor. Se propõe que os resultados obtidos sejam apresentados em seminários de discussão aberta a serem realizados a cada fechamento de bloco de discussão.

MOMENTO 2: Consiste no acompanhamento das ações em andamento conforme o calendário a ser consolidado, as quais se constituirão em manifestação técnica conjunta ou desenvolvimento de ações específicas, quando for o caso. Este momento envolve:

- a) Acompanhamento das ações de participação da sociedade, tomando conhecimento das ações planejadas e em andamento, colaborando e dando apoio na organização dos processos de participação, em especial:
 - i) Atuação no planejamento e na realização dos seminários de fechamento de bloco;
 - ii) Atuação no planejamento e na realização das conferências.
- b) Avaliação dos resultados do processo consolidados pela CT em conjunto com o GT-TO, obtidos nas diferentes etapas do processo.


Para o desenvolvimento dos trabalhos, foi elaborado calendário, a partir do qual se projetou passar por todo conteúdo relativo à avaliação do Plano Diretor, de forma coordenada com a Conferência correspondente, a qual se propôs a ser o momento de apresentação dos resultados obtidos na Etapa de Leitura da Cidade. Esta fase foi dividida em quatro blocos, conforme ilustramos a seguir:

Figura 1 – Cronograma esquemático das reuniões do GT-CT na Etapa de Leitura da Cidade









Em termos de atividades, o GT-CT realizou sua primeira reunião, em formato remoto, em 14 de junho de 2022. Ao longo do segundo semestre de 2022, foram realizadas 14 reuniões virtuais que trataram da avaliação do Plano Diretor vigente e da abordagem sobre os Eixos Temáticos de debate para o processo de Revisão do Plano - definidos pelo GT-TO. No início de 2023 foram realizadas mais quatro reuniões (15^a a 20^a), sendo a primeira de forma presencial (no Auditório da SMAP - Av. Siqueira Campos N° 1300 / 14° andar), que trataram sobre o Cronograma de Ações, os Eixos Temáticos, a Conferência de Avaliação do Plano Diretor e os Diagnósticos apresentados pela Consultoria da EY.










Tabela 2 – Relação de Reuniões do GT-CT desde 2022 até 2023

Nº	DATA	TEMA	APRESENTAÇÃO	GRAVAÇÃO
1	14/06/2022	BLOCO 1 <u>Parte 1</u> - Projeto de Cooperação Técnica Internacional; <u>Parte 2</u> - Revisão do Plano Diretor - conceitos; <u>Parte 3</u> - Revisão do Plano Diretor - do processo.	 2022.06.14 1ª Reuni...	https://youtu.be/HopBBkgqrPo







2	28/06/2022	BLOCO 1 <u>Parte 1</u> - Estrutura do processo e participação da sociedade; <u>Parte 2</u> - Funcionamento dos Grupos de Trabalho	 2022.06.28 2ª Reuni...	https://youtu.be/UM1zVtxSbwM
3	12/07/2022	BLOCO 1 <u>Parte 1</u> - Revisão do Plano Diretor - Conceitos - Ações Relacionadas; <u>Parte 2</u> - Plataforma de Planejamento Urbano; <u>Parte 3</u> - Próximas Ações	 2022.07.12 3ª Reuni...	https://youtu.be/77QbvQSSPn8
4	26/07/2022	BLOCO 2 Princípios e Estratégias (1ª parte) <u>Parte 1:</u> - Atualização do andamento do processo; - Planejamento do Seminário do Bloco 2; - Planejamento da Conferência de Avaliação do Plano Diretor; <u>Parte 2</u> - Revisão do Plano Diretor - Discussão dos princípios e das estratégias - Interlocução com as agendas internacionais	 2022.07.26 4ª Reuni...	Por problemas técnicos a gravação desta reunião não pôde ser acessada (arquivo original corrompido)
5	02/08/2022	BLOCO 2 Princípios e Estratégias (2ª Parte) <u>Parte 1:</u> - Atualização do andamento do processo; - Planejamento do Seminário do Bloco 2; - Planejamento das exposições devolutivas; <u>Parte 2:</u> - Revisão do Plano Diretor - Discussão dos princípios e das estratégias - Interlocução com as agendas internacionais	 2022.08.02 5ª Reuni...	https://youtu.be/qtzoRQE376c
6	09/08/2022	BLOCO 2 Contribuições Continuidade da 5ª reunião	 2022.08.09 6ª 7ª Re...	https://youtu.be/UjA6v85SqXY
7	19/08/2022	BLOCO 2 Contribuições Continuidade da 6ª reunião	 2022.08.09 6ª 7ª Re...	Não houve gravação pois a reunião foi



				dividida em pequenos grupos.
8	23/08/2022	BLOCO 2 Modelo Espacial	 2022.08.23 8ª Reuni...	https://youtu.be/wFhtmOP39Gs
9	06/09/2022	BLOCO 2 Sistema Municipal de Gestão do Planejamento	 2022.09.06 9ª Reuni...	https://youtu.be/xS34RK5V-zA
10	27/09/2022	BLOCO 2 Plano Regulador e Parcelamento do Solo	 2022.09.27 10ª Reu...  2022.09.27 10ª Reu...	https://youtu.be/5t7btt4uGYA
11	01/11/2022	BLOCO 3 Discussão por temas	 2022.11.01 11ª Reu...	https://youtu.be/oDPsF8nxs5Y
12	16/11/2022	BLOCO 3 Tema Mobilidade (parte 1)	 2022.11.16 12ª Reu...	https://youtu.be/HIaLzRGl9ks https://youtu.be/bEcd59CTCyc
13	30/11/2022	BLOCO 3 Tema Mobilidade (parte 2)	 2022.11.30 13ª Reu...	https://youtu.be/P2VIKauMdEg
14	07/12/2022	BLOCO 3 Reunião de Encerramento 2022	 2022.12.07 14ª Reu...	https://youtu.be/NSEUm3-sc
15	25/01/2023	BLOCO 3 Reunião Inicial 2023 Conferência de Avaliação do Plano Diretor <u>Parte 1:</u> - Minuta Regimento Interno - programação prevista; e - Adesão de interessados em participar da organização. <u>Parte 2:</u> - Desenvolvimento dos trabalhos do GT-CT; - Divisão nos grupos temáticos.	 2023.01.25 15ª Reu...	https://youtu.be/piNTLDK63_Y



16	01/02/2023	BLOCO 3 <u>Parte 1:</u> Cronograma de Ações e Conferência - Atualização do Cronograma de ações e das consultorias; - Grupos por eixos temáticos e comissão preparatória; e - Conferência de Avaliação do Plano Diretor. <u>Parte 2:</u> - Continuidade das Discussões dos Blocos	 2023.02.01 16ª Reu...	https://youtu.be/jcARQR MJz1U
17	08/02/2023	BLOCO 3 <u>Parte 1:</u> Conferência - Continuidade das Discussões. <u>Parte 2:</u> - Continuidade das Discussões dos Blocos	 2023.02.08 17ª Reu...	https://youtu.be/iwZlxFIN 2ik https://youtu.be/yKJMiaKfidE
18	23/02/2023	BLOCO 3 Conferência - Andamento dos Eixos Temáticos.	 2023.02.23 18ª Reu...	https://youtu.be/85a2pTL QyDk
19	19/04/2023	BLOCO 3 <u>Parte 1:</u> - Apresentação do Cronograma Geral; - Resultados gerais da Conferência de Avaliação do Plano Diretor. <u>Parte 2:</u> - Agendas previstas; - Conteúdos gerais a serem abordados nos Grupos de Trabalho.	 2023.04.19 19ª Reu...	https://youtu.be/FsiBSEl MmNc
20	17/05/2023	BLOCO 3 <u>Parte 1:</u> - Contextualização da apresentação dos Diagnósticos da Consultoria EY; <u>Parte 2:</u> - Apresentação da proposta de dinâmica dos trabalhos; <u>Parte 3:</u> - Desenvolvimento dos trabalhos.	 2023.05.17 20ª Reu...	https://youtu.be/0O3njSu E92U

21	31/05/2023	<p>BLOCO 3 <u>Parte 1:</u> - Revisão dos apontamentos indicados na reunião anterior pelo grupo;</p> <p><u>Parte 2:</u> - Contextualização das Macrozonas e do Modelo Espacial;</p> <p><u>Parte 3:</u> - Desenvolvimento dos trabalhos.</p>	 2023.05.31 21ª Reu...	https://youtu.be/iXliGiP0XoY
22	14/06/2023	<p>BLOCO 3 <u>Parte 1:</u> - Revisão dos apontamentos indicados na reunião anterior pelo grupo;</p> <p><u>Parte 2:</u> - Continuidade dos trabalhos sobre o Modelo Espacial e as Macrozonas.</p>	 2023.06.14 22ª Reu...	https://youtu.be/RAoq8cVXGeo
23	28/06/2023	<p>BLOCO 3 <u>Parte 1:</u> - Apresentação próximas passos;</p> <p><u>Parte 2:</u> - Revisão dos apontamentos indicados na reunião anterior pelo grupo;</p> <p><u>Parte 2:</u> - Continuidade dos trabalhos sobre o Modelo Espacial e as Macrozonas.</p>	 2023.06.28 23ª Reu...	https://youtu.be/rH0wx3AmfjM
24	27/09/2023	<p>BLOCO 4 <u>Parte 1:</u> - Apresentação integração trabalhos dos Eixos Temáticos; - Apresentação contexto proposta e próximas ações;</p> <p><u>Parte 2:</u> - Discussão sobre proposta EY e Contribuições a partir da visão do grupo.</p>	 2023.09.27 24ª Reu...  2023.09.27 24ª Reu...	https://youtu.be/n-TzShyw5kU

As reuniões do Grupo de Trabalho iniciaram com os integrantes do CMDUA em junho de 2022 e, posteriormente, foram agregadas as entidades que aderiram ao edital.

As reuniões iniciaram nesta composição, entretanto, para aprofundar as discussões, e por demanda dos próprios integrantes, as reuniões foram posteriormente organizadas por eixos temáticos, onde os representantes do GT-CT e do GT-TO debateram sobre os diferentes temas. Os grupos de trabalho por eixos temáticos, compostos por

integrantes dos mesmos GTs, foram formalizados pela IN 07/2023 - SMAMUS. Foram constituídos sete grupos, um para cada eixo temático.

No desenvolvimento dos trabalhos, os integrantes dos Eixos Temáticos contribuíram para o planejamento e a organização dos conteúdos abordados na Conferência de Avaliação do Plano Diretor. Eles atuaram na organização dos assuntos que seriam abordados por grupo e subgrupo, contribuíram na indicação dos palestrantes e, no momento das dinâmicas da Conferência, também colaboraram como anfitriões e apoiadores de mesas.

A consolidação dos resultados dos grupos de trabalho foi apresentada no Seminário Leitura da Cidade. Os resultados de cada GT foram apresentados pelos respectivos coordenadores, também havendo espaços para discussão e contribuições.

Relatório

Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Planejamento

Porto Alegre, 2023

Diretoria de Planejamento Urbano

Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

GOVERNO MUNICIPAL

Sebastião Melo

Prefeito de Porto Alegre

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E
SUSTENTABILIDADE

Germano Bremm

Secretário do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Cíntia Rockenbach

Secretária Adjunta do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Patrícia da Silva Tschoepke

Diretora de Planejamento Urbano

Renata Saffer

Daniela Vieira da Silva

Coordenação do Grupo de Trabalho Consultivo Técnico

EQUIPE TÉCNICA

*Coordenação Técnica da
Revisão do Plano Diretor:*

Arq. Esp. Patrícia da Silva Tschoepke
Arq. Esp. Gisele Coelho Vargas
Arq. Esp. Renata Saffer
Eng. MSc. Matheus Chidiac Marchiori
Arq. Esp. Caroline Glordani Meine
Arq. MSc. Vaneska Paiva Henrique
Arq. MSc. Guilherme Silveira Castanheira
Arq. Esp. Catiane Burghausen Cardoso
Arq. Daniela Vieira da Silva
Arq. Letícia Cruz Klein
Arq. Esp. Carolina Wallau de Oliveira Kessler
Eng. Tânia Regina Quintana Rodrigues
Arq. Esp. Antônio Luis Gomes Pinto
Eng. Tiago Rutsatz Salomoni
Arq. Esp. Patrícia da Silva Tschoepke
Arq. Esp. Gisele Coelho Vargas

Apoio Técnico:

Arq. Esp. Maria Paula Ludke Regal
Arq. Simone dos Santos Fernandes
Arq. Esp. Ana Aguirre

Objetivo:

Demonstrar um panorama geral dos trabalhos realizados no Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR) da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, desde o início dos trabalhos de avaliação do mesmo, o que ocorreu no ano de 2022, até a elaboração de subsídios para a realização da Conferência de Avaliação do Plano Diretor, ocorrida nos dias 07, 08 e 09 de março de 2023.

Contexto: a 2ª Revisão do PDDUA

O **Plano Diretor** é uma Lei Municipal que, de acordo com as diretrizes do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), deve ser revisado a cada, no máximo, 10 anos. O atual Plano Diretor de Porto Alegre, chamado Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), foi instituído pela **Lei Complementar 434/99** e modificado pela LC 646/2010, produto de sua primeira revisão, e por alterações posteriores.

Mais do que uma Lei, o Plano Diretor é um pacto entre a sociedade, o Estado (enquanto entidade técnica que deve trabalhar para concretizar o pacto) e os governos (atual e os que virão até 2030). Ele influi em questões como o tempo que gastamos para nos deslocar na cidade, a segurança, a qualidade de vida e a capacidade de prevenção a eventos climáticos extremos. E, para garantirmos a manutenção desse pacto ao longo da década, é fundamental que todos façam parte de sua construção.

Desde 2016, o poder Executivo vem planejando como será a 2ª Revisão do PDDUA. Em agosto de 2019, a Prefeitura municipal de Porto Alegre firmou um **Memorando de Entendimento** com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) a fim de realizar cooperação técnica internacional com o objetivo de contribuir para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Porto Alegre e outras iniciativas urbano-ambientais.

Entre outubro e novembro de 2019 ocorreu a primeira rodada participativa do processo de Revisão do Plano Diretor, no formato de **Oficinas Temáticas Territoriais nas Regiões de Gestão do Planejamento**.

Em dezembro de 2019, foi assinado o **Projeto de Cooperação Técnica Internacional** com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), denominado **“POA 2030, Inovadora, Integrada, Resiliente e Sustentável”**, com o objetivo geral de

promover o desenvolvimento urbano integrado e sustentável do Município através do fornecimento de subsídios para a elaboração da revisão do Plano Diretor, tendo como base de referência os princípios da Nova Agenda Urbana (NAU) e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

No início de 2020, após o término da primeira rodada participativa do processo de Revisão do Plano Diretor, o país e o mundo viveram o período da pandemia do Coronavírus e, em virtude disto, através da **Instrução Normativa 15/2020** ficou decretada a suspensão das atividades do processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, conforme artigo:

Art. 13 Ficam suspensas todas as atividades do processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre, à exceção das atividades de atribuição exclusiva do Executivo Municipal, a cargo da Diretoria-Geral de Planejamento Urbano Sustentável, conforme anexo desta Instrução Normativa.

Durante o período de pandemia, foram desenvolvidos trabalhos internos de sistematização e análise dos resultados das Oficinas Temáticas Territoriais nas Regiões de Gestão do Planejamento realizadas em 2019 e foi elaborada a **Instrução Normativa 04/2021**¹, aprovada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), instituindo o procedimento para a Revisão do Plano Diretor. Na IN 04/2021, foram definidos os objetivos da Revisão, sua estrutura organizacional básica, suas etapas e os procedimentos dos processos de participação no âmbito da Revisão.

Em maio de 2022, a Secretaria do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade anunciou o novo cronograma de trabalho para revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) durante uma reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA). Os passos seguintes foram a consolidação e operação dos Grupos de Trabalho previstos na Instrução Normativa 04/2021, o planejamento dos próximos momentos de participação da sociedade e a contratação das consultorias.

Em dezembro de 2022, momento de elaboração deste Relatório, já havia sido finalizada a **(i) Etapa Preparatória** da Revisão e estava em andamento a segunda etapa, chamada **(ii) Leitura da Cidade**, que tem como objetivo a apropriação das características do

¹Disponível em:

https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/hotsites/smams/plano-diretor/IN_04-2021.pdf

território e a discussão dos seus principais problemas, conflitos e potencialidades, levando em consideração as avaliações técnicas produzidas e as avaliações efetuadas pela população como um todo. Na sequência, ocorrerão as etapas **(iii) da Sistematização e das Propostas, (iv) da Aprovação e (v) da Implantação e Monitoramento.**

A estrutura organizacional da Revisão do Plano Diretor

Conforme estabelecido pela **IN 04/2021**, para garantir o controle social do processo através da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade, o processo da 2ª Revisão do PDDUA vem sendo conduzido através da seguinte estrutura organizacional básica:

I - Coordenação Técnica (CT), de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS), composta por servidores da Diretoria de Planejamento Urbano (DPU-SMAMUS), com o apoio das demais estruturas administrativas da SMAMUS.

A CT é responsável, em termos gerais, por coordenar e gerenciar os trabalhos da Revisão, desde sua concepção até o fornecimento de apoio técnico ao Legislativo para o debate dos Projetos de Lei na Câmara Municipal, incluindo a produção dos estudos técnicos necessários com subsídio das consultorias técnicas contratadas, dos órgãos do Município e dos Grupos de Trabalho, no que couber.

II - Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO), composto por representantes dos órgãos da Administração Municipal, direta e indireta, com membros indicados pelo Prefeito Municipal.

Compete ao GT-TO, em termos gerais, participar na elaboração e no desenvolvimento dos trabalhos da Revisão do Plano Diretor, contribuindo com análises e formulações técnicas de propostas relacionadas às políticas setoriais.

III - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), Conselho permanente com composição determinada no art. 40 do PDDUA.

Compete ao CMDUA, no âmbito da Revisão do PDDUA, em termos gerais, acompanhar e monitorar o processo e aprovar a conclusão de suas etapas; assim como discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão, emitindo pareceres, e acompanhar a tramitação do projeto de lei na Câmara Municipal.

IV – Grupo de Trabalho Consultivo Técnico (GT-CT), composto por integrantes do **CMDUA**, por **Universidades** com curso de graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo que manifestarem interesse na participação e por demais **entidades**, com atuação afetas ao planejamento urbano com sede em Porto Alegre que ingressaram no grupo mediante manifestação de interesse em resposta ao **Edital de Convocação 002/2022**, com portaria a ser publicada.

Compete ao GT-CT, em termos gerais, discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão, emitindo manifestações técnicas conjuntas; assim como participar, apoiar a organização e colaborar na mobilização da sociedade para participar das atividades colaborativas da Revisão.

V – Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR), com representação composta pelas oito Regiões de Gestão do Planejamento (RGP), bem como um representante do Orçamento Participativo e demais integrantes do CMDUA que tiverem interesse em participar.

Compete ao GT-CR, em termos gerais, discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão, emitindo pareceres conjuntos; assim como participar, apoiar a organização e colaborar na mobilização da sociedade para participar das atividades colaborativas da Revisão.

Para caracterizações detalhadas das atribuições de cada grupo, consultar a integralidade do conteúdo da Instrução Normativa 04/2021.

O Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR)

O Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR) da 2ª Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre, composto por representantes das Regiões do Planejamento (RGPs) e do Orçamento Participativo (OP), faz parte da estrutura organizacional básica do processo de Revisão do Plano Diretor estabelecida pela **IN 04/2021** e teve a sua composição alterada pela **IN 007/2023**, quando foram incluídos os representantes das Subprefeituras com o intuito de ampliar o alcance às comunidades, bem como às mais diversas realidades e demandas de cada território, uma vez que os gestores das Subprefeituras são os representantes do Poder Público Municipal que fazem a interlocução com os Conselheiros do OP.

Para a coordenação do grupo foram designados três representantes da SMAMUS-DPU, as arquitetas e urbanistas Renata Saffer (coordenação), Daniela Vieira da Silva (1ª suplente da coordenação) e Ana Aguirre da Rosa (Arquiteta Residente e 2ª suplente da coordenação). Os demais integrantes do GT-CR foram convidados através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA) e, após a publicação da IN 007/2023, os representantes das subprefeituras, através de convite enviado à DPC-SMGOV por meio do Processo SEI N° 22.0.000146790-9, passaram a compor o GT.

São integrantes do Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Planejamento:

Tabela 1 – Relação dos integrantes do GT-CR

CMDUA	
REGIÃO DE PLANEJAMENTO	CONSELHEIROS
RGP 1 - Centro	Felisberto Seabra Luisi
	Claucia Piccoli Faganello (Suplente)
RGP 2 - Humaitá Navegantes Ilhas Noroeste	Adroaldo Venturini Barboza
	Sandra Maciel (Suplente)
RGP 3 - Norte Eixo Baltazar	Jackson Roberto Santa Helena de Castro
RGP 4 - Leste Nordeste	Tânia Maria dos Santos da Silveira
RGP 5 - Glória Cruzeiro Cristal	Wagner Pereira dos Santos
RGP 6 - Centro-Sul Sul	Luiz Antonio Marques Gomes
	Denise Moreira (Suplente)
RGP 7 - Lomba do Pinheiro Partenon	Maristela Maffei
	Maria Elisabete Marques (Suplente)
RGP 8 - Restinga Extremo-Sul	Dinar Melo de Souza
REPRESENTANTE DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (OP)	
Emerson Gonçalves dos Santos	
SUBPREFEITURAS	
REGIÃO DO OP	GESTORES
Região 01: Humaitá Navegantes	Titular: Daniela Patussi Cordova Suplente: Marc Helan Mateus da Silva
Região 02: Noroeste	Titular: Márcio dos Santos Barreto Suplente: Juliana Waiteroscki Maciel de Almeida

Região 03: Leste	Titular: Tatiana Valenci Souza Suplente: Denise das Neves Flores Oliveira
Região 04: Lomba do Pinheiro	Titular: Marcelo Moreira Centeno Suplente: Leandro da Silva e Silva
Região 05: Norte	Titular: Darci José da Silva Suplente: Luciano Nunes
Região 06: Nordeste	Titular: Mauro Fabiano Silva de Souza Suplente: Aline Muller da Silveira
Região 07: Partenon	Titular: Luana Coelho Suplente: Alexsandro de Freitas
Região 08: Restinga	Titular: Cleser Prusch Gross Suplente: Getúlio amauri de Almeida Martins
Região 09: Glória	Titular: Pedro Sabino de Freitas Suplente: Keytty Danyelle Martins da Silva
Região 10: Cruzeiro	Titular: Márcio Jaques Feijó Suplente: Sérgio Luiz Fagundes Nunes
Região 11: Cristal	Titular: Walter Dalla Rosa da Silva Suplente: João Adão Gonçalves Neto
Região 12: Centro-Sul	Titular: Sandro Marcelo Desson Suplente: Cali Cristina Nunes
Região 13: Extremo-Sul	Titular: Leandro Annes Suplente: Carlos Rogério dos Anjos Farias
Região 14: Eixo Baltazar	Titular: Otacílio Rosa Nunes Suplente: Douglas Bassani de Araújo
Região 15: Sul	Titular: Leonardo Maricato de Mello Suplente: Gustavo Cruz da Silveira
Região 16: Centro	Titular: Fernando Vasconcellos Rodrigues Suplente: Vera Lúcia Garcia de Oliveira
Região 17: Ilhas	Titular: Patrícia da Silva Coelho Salcedo Suplente: Eduardo Rava de Campos

Fonte: DPU/SMAMUS

Em termos de atribuições, compete ao GT Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR):

1. Discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão do Plano Diretor emitindo manifestações técnicas conjuntas, conforme cronograma a ser estabelecido, envolvendo:

- a) avaliação dos resultados consolidados pela CT em conjunto com o GT-TO, obtidos nas diferentes etapas do processo, através de parecer conjunto, propondo ajustes e complementações, quando for o caso;
 - b) propostas de soluções para os diferentes temas relativos à revisão do Plano Diretor, colaborando na construção das propostas consolidadas;
 - c) colaboração no recebimento e apresentação de propostas oriundas da sociedade;
 - d) participação, em conjunto com a Coordenação Técnica (CT), em encontros com a sociedade organizada no âmbito das Regiões de Planejamento, denominados Diálogos com a Sociedade, buscando ouvir anseios, expectativas e recebimento de propostas.
2. Participar e apoiar a organização e realização dos processos colaborativos como as oficinas, os seminários, as audiências públicas, conferências, entre outros;
 3. Colaborar na mobilização da sociedade para participação dos eventos destinados à Leitura Comunitária.

Tem também a tarefa de aprofundar debates sobre a temática da Participação Social no PDDUA, colaborando na identificação de problemáticas prioritárias, na proposição de estratégias de solução e na construção de propostas consolidadas.

Quanto ao planejamento do processo, o desenvolvimento dos trabalhos foi previsto para ser efetuado em calendário coordenado com o andamento dos momentos de participação e com a produção de resultados obtidos pelas consultorias, pela Coordenação Técnica e pelos demais Grupos de Trabalho.

Para fins de cumprimento do acima exposto, as reuniões foram planejadas de forma que os assuntos abordados sirvam para além de informar, capacitar os integrantes do GT-CR para participação no processo de revisão do Plano Diretor.

Para o desenvolvimento dos trabalhos, foi elaborado calendário, a partir do qual se projetou passar por todo conteúdo relativo à avaliação do Plano Diretor, de forma coordenada com a Conferência correspondente, a qual se propôs a ser o momento de apresentação dos resultados obtidos na Etapa de Leitura da Cidade. Esta fase foi dividida em quatro blocos, conforme ilustramos a seguir:

Figura 1 – Cronograma esquemático das reuniões do GT-CT na Etapa de Leitura da Cidade



Em termos de atividades, o GT-CR realizou sua primeira reunião, em formato remoto, em 07 de junho de 2022. Ao longo do segundo semestre de 2022, foram realizadas 12 reuniões virtuais que trataram da avaliação do Plano Diretor vigente e da organização dos eventos participativos que compõem o processo de revisão do Plano Diretor.

Em 2023 foram realizadas mais onze reuniões (13^a a 22^a e uma extraordinária), sendo duas, a 14^a e a 21^a de forma presencial.

Na 14^a reunião, realizada no Auditório da SMAP - Av. Siqueira Campos N° 1300 / 14º andar, foi discutido o cronograma e o roteiro das visitas técnicas que foram realizadas pela consultora Ernst Young (EY) às Regiões de Planejamento juntamente com os integrantes do GT-CR.

Na 21^a reunião, realizada na Casa dos Conselhos do Município de Porto Alegre - Av. João Pessoa N° 1110, foi realizada uma dinâmica para a revisão dos limites das Regiões De Planejamento do Município (RGPs), considerando a revisão dos limites dos bairros, as características de cada território e as demandas da população residente, de onde saíram sugestões para uma nova organização territorial para a Gestão do Planejamento assim como foram abordadas as problemáticas e os desafios que envolvem o tema da Participação Social.






Tabela 2 – Relação de Reuniões do GT-CR desde 2022 até 2023

Nº	DATA	PAUTAS	APRESENTAÇÃO	GRAVAÇÃO
1	07/06/2022	<ul style="list-style-type: none"> - Novo cronograma dos processos participativos; - Objetivos e atribuições do Grupo de Trabalho; - Horário das reuniões quinzenais; - Resultados das oficinas/2019 - oficinas devolutivas do processo de participação no Plano Diretor; - Próximos passos e organização para os eventos de participação; 	 1ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/jx1wjP5XbLM?si=Q7mmNym0lqCOI5sc
2	21/06/2022	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação “Revisão do Plano Diretor POA” 	 2ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/4lWjXnAoQLc?si=IOhNWltxreXmtol3
3	05/07/2022	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição do Grupo de Trabalho (IN 04/2021) - Cronograma Reuniões 2022-2023 - Debate sobre Evento 1 - Diagnóstico POA 2030 	 3ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/_O6RI4-UteQ?si=DWekjoltGmJ8nZI
4	19/07/2022	<p>Parte 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico POA 2030 - Devolutivas / Consulta on line <p>Parte 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Princípios e Estratégias do PDDUA 	 4ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/Pmcgw24tPZ8?si=TYmDNqS0aZVndNYB








5	02/08/2022	Parte 1: - Atualização do Andamento do Processo; - Planejamento do Seminário do Bloco 2; - Planejamento das Exposições Devolutivas; Parte 2: - Revisão do Plano Diretor - Discussão dos Princípios e das Estratégias - Interlocação com as Agendas Internacionais.	5ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/qtzoRQE376c?si=aC3wcaJgAv_2orCM
6	16/08/2022	Parte 1: - Atualização do Andamento do Processo; - Planejamento do Seminário do Bloco 2; - Planejamento das Exposições Devolutivas; Parte 2: - Revisão do Plano Diretor - Discussão dos Princípios e das Estratégias - Interlocação com as Agendas Internacionais.	6ª Reunião GT-CR (...)	Por problemas técnicos a gravação desta reunião não pôde ser acessada (arquivo original corrompido).
7	30/08/2022	- Apresentação PDDUA - Modelo Espacial, pelo Arq. Luís Antônio Gomes (DPU - SMAMUS); - Apresentação Documento Reunião GT-CT	7ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/UqsKYiLWjrc?si=CeP_LTmYvy9LNnY4
8	13/09/2022	Parte 1: - Atualização do Andamento do Processo - Alinhamento - Debate sobre exposições (Comentários, Sugestões) Parte 2: - Revisão do Plano Diretor - Sistema Municipal de Gestão do Planejamento (SMGP) - Apresentação da Arq. Coordenadora da CPU - Vaneska Henrique	8ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/TgwzQ7aHMYQ?si=vqbHASGbBxyiS5gm








9	27/09/2022	- Encerramento do Bloco 3- Plano Regulador e Parcelamento do Solo, que será apresentado pela Arq. Letícia Klein e pelo Arq. Antônio Gomes.	 9ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/5t7btt4uGYA?si=c5vKG4GsdnPbKr56
10	11/10/2022	- Alinhamento Processo de Revisão do PDDUA	 10ª Reunião GT-CR ...	https://drive.google.com/file/d/1ECAGDO3hQWHCOxc49F1Og-Gi1NLdkBog/view?usp=drive_link
11	08/11/2022	- Retomada de como foram as Exposições nas RGP's e outras - Introdução ao Bloco 3 no GT CR	 11ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/Z97rdvR4tIE?si=xZ0fh6uDmXVa0ALB
12	29/11/2022	Parte 1: - Atualizações e informações gerais; - Consulta sobre data, horário e formato para as reuniões de 2023; - Convite para integração nas reuniões do GT CT; - Encerramento do ano de 2023; Parte 2: - Apresentação do processo de compilação dos dados das exposições temáticas;	 12ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/YcFSG-kYrp4?si=dcdDo-Zps34xHFtI
13	17/01/2023	Parte 1: - Atualização e Informações Gerais; - Apresentação dos gestores das subprefeituras; Parte 2: - Apresentação das representantes da EY, presentes na reunião; - Visita da Ernst Young (EY) às RGP's;	 13ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/PHyc5QbsNvc?si=Irh4X4k6OPM3NMly




14	24/01/2023	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação Dados e Informações Oficinas Temáticas Territoriais 2019 e Apresentação Dados e Informações Diagnóstico POA 2030 Exposições Interativas 2022; - Cronograma das Visitas da EY às RGPs com GT-CR; - Espaço para manifestação de cada uma das Regiões de Gestão do Planejamento (conselheiros das RGPs e representantes das subprefeituras); 	 14ª Reunião GT-CR...	<p>Reunião presencial - Auditório SMAP - Rua Siqueira Campos, 1300 - 14º andar</p>
15	31/01/2023	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração e aprovação dos roteiros das Visitas Técnicas da Consultoria Ernst & Young às Regiões de Gestão do Planejamento. 	<p>Sem apresentação, foram utilizados os mapas trabalhados na reunião anterior.</p>	<p>Não houve gravação pois a reunião foi dividida em pequenos grupos.</p>
16	14/02/2023	<ul style="list-style-type: none"> - A Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre: objetivos, planejamento, eixos temáticos 	 16ª Reunião GT-CR...	<p>https://youtu.be/chJ8ZwC7C5s?si=PCtRa5ZS003GF16Q</p>
17	28/02/2023	<p>Parte 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Visita Técnica da Consultoria EY às Regiões de Planejamento - elaboração do Relatório <p>Parte 2 :</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conferência - Andamento dos Eixos Temáticos 	 17ª Reunião GT-CR...	<p>https://youtu.be/1XEgi_fbtC8?si=1rxKXOqXiR_jTG-s</p>
1	07/06/2022	<ul style="list-style-type: none"> - Novo cronograma dos processos participativos; - Objetivos e atribuições do Grupo de Trabalho; - Horário das reuniões quinzenais; - Resultados das oficinas/2019 - oficinas devolutivas do processo de participação no Plano Diretor; - Próximos passos e organização para os eventos de participação; 	 1ª Reunião GT-CR_...	<p>https://youtu.be/jx1wjP5XbLM?si=Q7mmNym0lgCOI5sc</p>



2	21/06/2022	<ul style="list-style-type: none">- Apresentação “Revisão do Plano Diretor POA”-	 2ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/4IWjXnAoQLc?si=IOhNWltxreXmtol3
3	05/07/2022	<ul style="list-style-type: none">- Constituição do Grupo de Trabalho (IN 04/2021)- Cronograma Reuniões 2022-2023- Debate sobre Evento 1 - Diagnóstico POA 2030-	 3ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/O6RI4-UteQ?si=DWekjol_tGmJ8nZI
4	19/07/2022	<ul style="list-style-type: none">- Parte 1:<ul style="list-style-type: none">- Diagnóstico POA 2030 - Devolutivas / Consulta on line- Parte 2:<ul style="list-style-type: none">- Princípios e Estratégias do PDDUA-	 4ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/Pmcgw24tPZ8?si=TYmDNgS0aZVndNYB
5	02/08/2022	<p>Parte 1:</p> <ul style="list-style-type: none">- Atualização do Andamento do Processo;- Planejamento do Seminário do Bloco 2;- Planejamento das Exposições Devolutivas; <p>Parte 2:</p> <ul style="list-style-type: none">- Revisão do Plano Diretor - Discussão dos Princípios e das Estratégias - Interlocução com as Agendas Internacionais.	 5ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/qtzoRQE376c?si=aC3wcaJgAv_2orCM
6	16/08/2022	<ul style="list-style-type: none">- Parte 1:<ul style="list-style-type: none">- Atualização do Andamento do Processo;- Planejamento do Seminário do Bloco 2;- Planejamento das Exposições Devolutivas;- Parte 2:<ul style="list-style-type: none">- Revisão do Plano Diretor- Discussão dos Princípios	 6ª Reunião GT-CR (...)	Por problemas técnicos a gravação desta reunião não pôde ser acessada (arquivo original corrompido).








		e das Estratégias - Interlocução com as Agendas Internacionais. -		
7	30/08/2022	- Apresentação PDDUA - Modelo Espacial, pelo Arq. Luís Antônio Gomes (DPU - SMAMUS); - Apresentação Documento Reunião GT-CT	 7ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/UqsKYiLWjrc?si=CeP_LTmYvy9LNnY4
8	13/09/2022	Parte 1: - Atualização do Andamento do Processo - Alinhamento - Debate sobre exposições (Comentários, Sugestões) Parte 2: - Revisão do Plano Diretor - Sistema Municipal de Gestão do Planejamento (SMGP) - Apresentação da Arq. Coordenadora da CPU - Vaneska Henrique	 8ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/TgwzQ7aHMYQ?si=vgbHASGbBXyiS5gm
9	27/09/2022	- Encerramento do Bloco 3- Plano Regulador e Parcelamento do Solo, que será apresentado pela Arq. Letícia Klein e pelo Arq. Antônio Gomes.	 9ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/5t7btt4uGYA?si=c5vKG4GsdnPbKr56
10	11/10/2022	- Alinhamento Processo de Revisão do PDDUA	 10ª Reunião GT-CR ...	https://drive.google.com/file/d/1ECAGDO3hQWHCOxc49F1Og-Gi1NLdkBoq/view?usp=drive_link
11	08/11/2022	- Retomada de como foram as Exposições nas RGP's e outras - Introdução ao Bloco 3 no GT CR	 11ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/Z97rdvR4tIE?si=xZ0fh6uDmXVa0ALB
12	29/11/2022	Parte 1: - Atualizações e informações gerais;	 12ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/YcFSG-kYrp4?si=dcdDo-Zps34xH

		<ul style="list-style-type: none"> - Consulta sobre data, horário e formato para as reuniões de 2023; - Convite para integração nas reuniões do GT CT; - Encerramento do ano de 2023; <p>Parte 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do processo de compilação dos dados das exposições temáticas; 		EtI
13	17/01/2023	<p>Parte 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atualização e Informações Gerais; - Apresentação dos gestores das subprefeituras; <p>Parte 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação das representantes da EY, presentes na reunião; - Visita da Ernst Young (EY) às RGP's; 	 13ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/PHyc5QbsNvc?si=Irh4X4k6OPM3NMIy
14	24/01/2023	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação Dados e Informações Oficinas Temáticas Territoriais 2019 e Apresentação Dados e Informações Diagnóstico POA 2030 Exposições Interativas 2022; - Cronograma das Visitas da EY às RGP's com GT-CR; - Espaço para manifestação de cada uma das Regiões de Gestão do Planejamento (conselheiros das RGP's e representantes das subprefeituras); 	 14ª Reunião GT-CR...	Reunião presencial - Auditório SMAP - Rua Siqueira Campos, 1300 - 14º andar
15	31/01/2023	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração e aprovação dos roteiros das Visitas Técnicas da Consultoria Ernst & Young às Regiões de Gestão do Planejamento. 	Sem apresentação, foram utilizados os mapas trabalhados na reunião anterior.	Não houve gravação pois a reunião foi dividida em pequenos grupos.
16	14/02/2023	<ul style="list-style-type: none"> - A Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre: objetivos, planejamento, eixos temáticos 	 16ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/chJ8ZwC7C5s?si=PCtRa5ZS003GFI6O



17	28/02/2023	Parte 1: - Visita Técnica da Consultoria EY às Regiões de Planejamento - elaboração do Relatório Parte 2 : - Conferência - Andamento dos Eixos Temáticos	 17ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/1XEgi_fbtC8?si=1rxKXOqXiR_jTG-s
2	21/06/2022	- Apresentação “Revisão do Plano Diretor POA”	 2ª Reunião GT-CR_...	https://youtu.be/4IWjXnAoQLc?si=IOhNWItxreXmtol3
3	05/07/2022	- - Constituição do Grupo de Trabalho (IN 04/2021) - - Cronograma Reuniões 2022-2023 - - Debate sobre Evento 1 - Diagnóstico POA 2030 -	 3ª Reunião GT-CR_...	https://youtu.be/_O6RI4-UteQ?si=DWekjoltGmJ8nZI
4	19/07/2022	- Parte 1: - - Diagnóstico POA 2030 - Devolutivas / Consulta on line - Parte 2: - - Princípios e Estratégias do PDDUA -	 4ª Reunião GT-CR_...	https://youtu.be/PmcmgW24tPZ8?si=TYmDNgS0aZVndNYB
5	02/08/2022	- Parte 1: - - Atualização do Andamento do Processo; - - Planejamento do Seminário do Bloco 2; - - Planejamento das Exposições Devolutivas; - Parte 2: - - Revisão do Plano Diretor - Discussão dos Princípios e das Estratégias - Interlocução com as Agendas Internacionais. - -	 5ª Reunião GT-CR_...	https://youtu.be/gtzoRQE376c?si=aC3wcaJgAv_2orCM




6	16/08/2022	Parte 1: - Atualização do Andamento do Processo; - Planejamento do Seminário do Bloco 2; - Planejamento das Exposições Devolutivas; Parte 2: - Revisão do Plano Diretor - Discussão dos Princípios e das Estratégias - Interlocução com as Agendas Internacionais.	 6ª Reunião GT-CR (...)	Por problemas técnicos a gravação desta reunião não pôde ser acessada (arquivo original corrompido).
7	30/08/2022	- - Apresentação PDDUA - Modelo Espacial, pelo Arq. Luís Antônio Gomes (DPU - SMAMUS); - - Apresentação Documento Reunião GT-CT -	 7ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/UqsKYiLWjrc?si=CeP_LTmYvy9LNnY4
8	13/09/2022	Parte 1: - Atualização do Andamento do Processo - Alinhamento - Debate sobre exposições (Comentários, Sugestões) Parte 2: - Revisão do Plano Diretor - Sistema Municipal de Gestão do Planejamento (SMGP) - Apresentação da Arq. Coordenadora da CPU - Vaneska Henrique	 8ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/TgwzQ7aHMYQ?si=vgbHASGbBXyiS5gm
9	27/09/2022	- Encerramento do Bloco 3- Plano Regulador e Parcelamento do Solo, que será apresentado pela Arq. Letícia Klein e pelo Arq. Antônio Gomes.	 9ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/5t7btt4uGYA?si=c5vKG4GsdnPbKr56
10	11/10/2022	- Alinhamento Processo de Revisão do PDDUA	 10ª Reunião GT-CR ...	https://drive.google.com/file/d/1ECAGDO3hQWHCOxc49F10g-Gi1NLdkB



				og/view?usp=drive_link
11	08/11/2022	<ul style="list-style-type: none">- Retomada de como foram as Exposições nas RGP's e outras- Introdução ao Bloco 3 no GT CR	 11ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/Z97rdvR4tIE?si=xZ0fh6uDmXVa0ALB
12	29/11/2022	Parte 1: <ul style="list-style-type: none">- Atualizações e informações gerais;- Consulta sobre data, horário e formato para as reuniões de 2023;- Convite para integração nas reuniões do GT CT;- Encerramento do ano de 2023; Parte 2: <ul style="list-style-type: none">- Apresentação do processo de compilação dos dados das exposições temáticas;	 12ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/YcFSG-kYrp4?si=dcdDo-Zps34xHEtI
13	17/01/2023	Parte 1: <ul style="list-style-type: none">- Atualização e Informações Gerais;- Apresentação dos gestores das subprefeituras; Parte 2: <ul style="list-style-type: none">- Apresentação das representantes da EY, presentes na reunião;- Visita da Ernst Young (EY) às RGP's;	 13ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/PHyc5QbsNvc?si=Irh4X4k6OPM3NMIy
14	24/01/2023	<ul style="list-style-type: none">- Apresentação Dados e Informações Oficinas Temáticas Territoriais 2019 e Apresentação Dados e Informações Diagnóstico POA 2030 Exposições Interativas 2022;- Cronograma das Visitas da EY às RGP's com GT-CR;- Espaço para manifestação de cada uma das Regiões de Gestão do Planejamento (conselheiros das RGP's e representantes das subprefeituras);	 14ª Reunião GT-CR...	Reunião presencial - Auditório SMAP - Rua Siqueira Campos, 1300 - 14º andar








15	31/01/2023	- Elaboração e aprovação dos roteiros das Visitas Técnicas da Consultoria Ernst & Young às Regiões de Gestão do Planejamento.	Sem apresentação, foram utilizados os mapas trabalhados na reunião anterior.	Não houve gravação pois a reunião foi dividida em pequenos grupos.
16	14/02/2023	- A Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre: objetivos, planejamento, eixos temáticos	 16ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/chJ8ZwC7Ccs?si=PCtRa5ZS003GF16Q
17	28/02/2023	Parte 1: - Visita Técnica da Consultoria EY às Regiões de Planejamento - elaboração do Relatório Parte 2 : - Conferência - Andamento dos Eixos Temáticos	 17ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/1XEgi_fbtC8?si=1rxKXOqXiR_jTG-s
1	07/06/2022	- Novo cronograma dos processos participativos; - Objetivos e atribuições do Grupo de Trabalho; - Horário das reuniões quinzenais; - Resultados das oficinas/2019 - oficinas devolutivas do processo de participação no Plano Diretor; - Próximos passos e organização para os eventos de participação;	 1ª Reunião GT-CR_...	https://youtu.be/jx1wjP5XbLM?si=Q7mmNym0lgCOI5sc
2	21/06/2022	- - Apresentação “Revisão do Plano Diretor POA” -	 2ª Reunião GT-CR_...	https://youtu.be/4IWjXnAoQLc?si=IOhNWltxreXmtol3
3	05/07/2022	- - Constituição do Grupo de Trabalho (IN 04/2021) - - Cronograma Reuniões 2022-2023 - - Debate sobre Evento 1 - Diagnóstico POA 2030 -	 3ª Reunião GT-CR_...	https://youtu.be/O6RI4-UteQ?si=DWekjol_tGmJ8nZI








4	19/07/2022	<ul style="list-style-type: none">- Parte 1:- - Diagnóstico POA 2030 - Devolutivas / Consulta on line- Parte 2:- - Princípios e Estratégias do PDDUA-	 4ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/Pmcgw24tPZ8?si=TYmDNgS0aZVndNYB
5	02/08/2022	Parte 1: <ul style="list-style-type: none">- Atualização do Andamento do Processo;- Planejamento do Seminário do Bloco 2;- Planejamento das Exposições Devolutivas; Parte 2: <ul style="list-style-type: none">- Revisão do Plano Diretor - Discussão dos Princípios e das Estratégias - Interlocução com as Agendas Internacionais.	 5ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/gtzoRQE376c?si=aC3wcaJgAv2orCM
6	16/08/2022	<ul style="list-style-type: none">- Parte 1:- - Atualização do Andamento do Processo;- - Planejamento do Seminário do Bloco 2;- - Planejamento das Exposições Devolutivas;- Parte 2:- - Revisão do Plano Diretor - Discussão dos Princípios e das Estratégias - Interlocução com as Agendas Internacionais.-	 6ª Reunião GT-CR (...)	Por problemas técnicos a gravação desta reunião não pôde ser acessada (arquivo original corrompido).
7	30/08/2022	<ul style="list-style-type: none">- Apresentação PDDUA - Modelo Espacial, pelo Arq. Luís Antônio Gomes (DPU - SMAMUS);- Apresentação Documento Reunião GT-CT	 7ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/UqsKYiLWjrc?si=CeP_LTmYvy9LNnY4



8	13/09/2022	Parte 1: - Atualização do Andamento do Processo - Alinhamento - Debate sobre exposições (Comentários, Sugestões) Parte 2: - Revisão do Plano Diretor - Sistema Municipal de Gestão do Planejamento (SMGP) - Apresentação da Arq. Coordenadora da CPU - Vaneska Henrique	 8ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/TgwzQ7aHMYQ?si=vgbHASGbbXyiS5gm
9	27/09/2022	- Encerramento do Bloco 3- Plano Regulador e Parcelamento do Solo, que será apresentado pela Arq. Letícia Klein e pelo Arq. Antônio Gomes.	 9ª Reunião GT-CR _...	https://youtu.be/5t7bt4uGYA?si=c5vKG4GsdnPbKr56
10	11/10/2022	- Alinhamento Processo de Revisão do PDDUA	 10ª Reunião GT-CR ...	https://drive.google.com/file/d/1ECAGDO3hQWHCOxc49F1Og-Gi1NLdkBoq/view?usp=drive_link
11	08/11/2022	- Retomada de como foram as Exposições nas RGP's e outras - Introdução ao Bloco 3 no GT CR	 11ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/Z97rdvR4tIE?si=xZ0fh6uDmXVa0ALB
12	29/11/2022	Parte 1: - Atualizações e informações gerais; - Consulta sobre data, horário e formato para as reuniões de 2023; - Convite para integração nas reuniões do GT CT; - Encerramento do ano de 2023; Parte 2: - Apresentação do processo de compilação dos dados das exposições temáticas;	 12ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/YcFSG-kYrp4?si=dcdDo-Zps34xHFtI



13	17/01/2023	Parte 1: - Atualização e Informações Gerais; - Apresentação dos gestores das subprefeituras; Parte 2: - Apresentação das representantes da EY, presentes na reunião; - Visita da Ernst Young (EY) às RGPs;	 13ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/PHyc5QbsNvc?si=IrH4X4k6OPM3NMly
14	24/01/2023	- Apresentação Dados e Informações Oficinas Temáticas Territoriais 2019 e Apresentação Dados e Informações Diagnóstico POA 2030 Exposições Interativas 2022; - Cronograma das Visitas da EY às RGPs com GT-CR; - Espaço para manifestação de cada uma das Regiões de Gestão do Planejamento (conselheiros das RGPs e representantes das subprefeituras);	 14ª Reunião GT-CR...	Reunião presencial - Auditório SMAP - Rua Siqueira Campos, 1300 - 14º andar
15	31/01/2023	- Elaboração e aprovação dos roteiros das Visitas Técnicas da Consultoria Ernst & Young às Regiões de Gestão do Planejamento.	Sem apresentação, foram utilizados os mapas trabalhados na reunião anterior.	Não houve gravação pois a reunião foi dividida em pequenos grupos.
16	14/02/2023	- A Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre: objetivos, planejamento, eixos temáticos	 16ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/chJ8ZwC7Ccss?si=PCtRa5ZS003GFI6O
17	28/02/2023	Parte 1: - Visita Técnica da Consultoria EY às Regiões de Planejamento - elaboração do Relatório Parte 2 : - Conferência - Andamento dos Eixos Temáticos	 17ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/1XEgi_fbtC8?si=1rxKXOqXiR_jTG-s

18	19/04/2023	<p>Reunião conjunta dos Grupos de Trabalho</p> <p>Parte 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do cronograma geral; - Resultados gerais da Conferência de Avaliação do Plano Diretor <p>Parte 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Agendas previstas; - Conteúdos gerais a serem abordados nos Grupos de trabalho; 	 18ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/FsiBSEIMmNc
19	02/05/2023	<p>Parte 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Oficinas temáticas <p>Parte 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Próximos passos 	 19ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/FsiBSEIMmNc?si=0gxstJ0gkUvEwm9W
20	30/05/2023	<p>Parte 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cronograma próximas reuniões <p>Parte 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Exercício proposto 	 20ª Reunião GT-CR...	https://youtu.be/BuEhEeDKAOs?si=KrdKtFdXPDNsaUP9
-	01/06/2023	<p>Reunião Extraordinária</p> <p>Parte 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cronograma próximas reuniões <p>Parte 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Exercício proposto 	 Reunião Extraordiná...	https://youtu.be/hWwYlJogJqo?si=kQH8Fbnz0Xpn7Ci
21	15/06/2023	<p>Reunião presencial onde foi realizado o exercício proposto na reunião extraordinária. Não houve apresentação.</p>	<p>Reunião presencial - Casa dos Conselhos do Município de Porto Alegre - Av. João Pessoa, 1110</p>	https://youtu.be/3loeCb4jono?si=2D-lO7W6iEeEwZbN
22	10/10/2023	<p>Parte 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Onde estamos - Próximas etapas <p>Parte 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - Revisão dos limites das RGP's 	 22ª Reunião GT-CR...	<p>Por problemas técnicos a gravação desta reunião não pôde ser acessada (arquivo original corrompido).</p>

As reuniões do Grupo de Trabalho iniciaram com os integrantes do CMDUA em junho de 2022 e, posteriormente, foram agregadas as subprefeituras.

As reuniões iniciaram nesta composição, entretanto, para aprofundar as discussões, e por demanda dos próprios integrantes, as reuniões foram posteriormente organizadas por eixos temáticos, onde os representantes do GT-CR, juntamente com o GT-CT, o GT-TO e demais representantes da sociedade interessados em participar, debateram sobre os diferentes temas. Os grupos de trabalho por eixos temáticos, compostos por integrantes dos mesmos GTs, foram formalizados pela IN 07/2023 - SMAMUS. Foram constituídos sete grupos, um para cada eixo temático.

No desenvolvimento dos trabalhos, os integrantes dos Eixos Temáticos contribuíram para o planejamento e a organização dos conteúdos abordados na Conferência de Avaliação do Plano Diretor. Eles atuaram na organização dos assuntos que seriam abordados por grupo e subgrupo, contribuíram na indicação dos palestrantes e, no momento das dinâmicas da Conferência, também colaboraram como anfitriões e apoiadores de mesas.

A consolidação dos resultados dos grupos de trabalho foi apresentada no Seminário Leitura da Cidade. Os resultados de cada GT foram apresentados pelos respectivos coordenadores, também havendo espaços para discussão e contribuições.

Relatório Descritivo

Visitas técnicas da Consultoria Ernst & Young às Regiões de Gestão do Planejamento

Porto Alegre, abril de 2023

Diretoria de Planejamento Urbano

Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

GOVERNO MUNICIPAL

Sebastião Melo

Prefeito de Porto Alegre

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E
SUSTENTABILIDADE

Germano Bremm

Secretário do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Cíntia Rockenbach

Secretária Adjunta do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Patrícia da Silva Tschoepke

Diretora de Planejamento Urbano

Renata Saffer

Daniela Vieira da Silva

Coordenação do Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Planejamento

EQUIPE TÉCNICA

*Coordenação Técnica da
Revisão do Plano Diretor:*

Arq. Esp. Patrícia da Silva Tschoepke
Arq. Esp. Gisele Coelho Vargas
Arq. Esp. Renata Saffer
Eng. MSc. Matheus Chidiac Marchiori
Arq. Esp. Caroline Glordani Meine
Arq. MSc. Vaneska Paiva Henrique
Arq. MSc. Guilherme Silveira Castanheira
Arq. Esp. Catiane Burghausen Cardoso
Arq. Daniela Vieira da Silva
Arq. Letícia Cruz Klein
Arq. Esp. Carolina Wallau de Oliveira Kessler
Eng. Tânia Regina Quintana Rodrigues
Arq. Esp. Antônio Luis Gomes Pinto
Eng. Tiago Rutsatz Salomoni
Arq. Esp. Patrícia da Silva Tschoepke
Arq. Esp. Gisele Coelho Vargas

Apoio Técnico:

Arq. Esp. Maria Paula Ludke Regal
Arq. Simone dos Santos Fernandes
Arq. Esp. Ana Aguirre



Sumário

I. Introdução	4
II. Construção dos roteiros das visitas junto ao GT-CR	6
1. Integrantes do GT-CR	7
2. Metodologia da construção dos roteiros	9
3. Roteiros e datas das visitas	11
III. Realização das visitas técnicas às Regiões de Gestão do Planejamento	12
1. RGP 7 LOMBA DO PINHEIRO E PARTENON	13
a. Participantes	13
b. Roteiro	13
c. Visita	14
d. Relatos	15
2. RGP 8 RESTINGA E EXTREMO SUL	16
a. Participantes	16
b. Roteiro	16
c. Visita	17
d. Relatos	18
3. RGP 5 GLÓRIA, CRUZEIRO E CRISTAL	19
a. Participantes	19
b. Roteiro	19
c. Visita	20
d. Relatos	23
4. RGP 6 CENTRO SUL E SUL	24
a. Participantes	24
b. Roteiro	24
c. Visita	25
d. Relatos	27
5. RGP 2 HUMAITÁ/NAVEGANTES E NOROESTE	28
a. Participantes	28
b. Roteiro	28
c. Visita	29
d. Relatos	31
6. RGP 2 ILHAS	32
a. Participantes	32
b. Roteiro	32
c. Visita	33



d. Relatos	35
7. RGP 1 CENTRO	36
a. Participantes	36
b. Roteiro	36
c. Visita	37
d. Relatos	39
8. RGP 3 NORTE E EIXO BALTAZAR	40
a. Participantes	40
b. Roteiro	40
c. Visita	41
d. Relatos	43
9. RGP 4 LESTE E NORDESTE	44
a. Participantes	44
b. Roteiro	44
c. Visita	45
d. Relatos	47

I. Introdução

O **objetivo deste relatório** é demonstrar um panorama geral do conjunto de visitas técnicas da Consultoria Ernst & Young às Regiões de Gestão do Planejamento (RGPs) de Porto Alegre, realizadas em fevereiro de 2023. As visitas, assim como a contratação da Consultoria Ernst & Young, ocorreram inseridas no processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, atualmente em andamento.

O **Plano Diretor** é uma Lei Municipal que, de acordo com as diretrizes do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), deve ser revisado a cada, no máximo, 10 anos. O atual Plano Diretor de Porto Alegre, chamado Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), foi instituído pela **Lei Complementar 434/99** e modificado pela LC 646/2010, produto de sua primeira revisão, e por alterações posteriores.

Mais do que uma Lei, o Plano Diretor é um pacto entre a sociedade, o Estado (enquanto entidade técnica que deve trabalhar para concretizar o pacto) e os governos (atual e os que virão até 2030). Ele influi em questões como o tempo que gastamos para nos deslocar na cidade, a segurança, a qualidade de vida e a capacidade de prevenção a eventos climáticos extremos. E, para garantirmos a manutenção desse pacto ao longo da década, é fundamental que todos façam parte de sua construção.

Desde 2016, o poder Executivo vem planejando como será a 2ª Revisão do PDDUA. Em agosto de 2019, a Prefeitura municipal de Porto Alegre firmou um **Memorando de Entendimento** com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) a fim de realizar cooperação técnica internacional com o objetivo de contribuir para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Porto Alegre e outras iniciativas urbano-ambientais.

Entre outubro e novembro de 2019 ocorreu a primeira rodada participativa do processo de Revisão do Plano Diretor, no formato de **Oficinas Temáticas Territoriais nas Regiões de Gestão do Planejamento**.

Em dezembro de 2019, foi assinado o **Projeto de Cooperação Técnica Internacional** com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), denominado **“POA 2030, Inovadora, Integrada, Resiliente e Sustentável”**, com o objetivo geral de promover o desenvolvimento urbano integrado e sustentável do Município através do fornecimento de subsídios para a elaboração da revisão do Plano Diretor, tendo como

base de referência os princípios da Nova Agenda Urbana (NAU) e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

No início de 2020, após o término da primeira rodada participativa do processo de Revisão do Plano Diretor, o país e o mundo viveram o período da pandemia do Coronavírus e, em virtude disto, através da **Instrução Normativa 15/2020** ficou decretada a suspensão das atividades do processo de Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, conforme artigo:

Art. 13 Ficam suspensas todas as atividades do processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre, à exceção das atividades de atribuição exclusiva do Executivo Municipal, a cargo da Diretoria-Geral de Planejamento Urbano Sustentável, conforme anexo desta Instrução Normativa.

Durante o período de pandemia, foram desenvolvidos trabalhos internos de sistematização e análise dos resultados das Oficinas Temáticas Territoriais nas Regiões de Gestão do Planejamento realizadas em 2019 e foi elaborada a **Instrução Normativa 04/2021**¹, aprovada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA), instituindo o procedimento para a Revisão do Plano Diretor. Na IN 04/2021, foram definidos os objetivos da Revisão, sua estrutura organizacional básica, suas etapas e os procedimentos dos processos de participação no âmbito da Revisão.

Em maio de 2022, a Secretaria do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade anunciou o **novo cronograma de trabalho para a revisão** do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) durante uma reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA). Os passos seguintes foram a consolidação e operação dos Grupos de Trabalho previstos na Instrução Normativa 04/2021, o planejamento dos próximos momentos de participação da sociedade e a **contratação de consultorias** para subsidiar o processo de Revisão, dentre elas a empresa Ernst & Young .

A consultoria Ernst & Young (doravante chamada EY), empresa de alcance Internacional com ampla experiência em gestão de processos, irá desenvolver os subsídios para atualização do Modelo Jurídico/Espacial do Plano Diretor, através de análises técnicas realizadas a partir da leitura dos dados fornecidos pelo Município e do resultado dos processos participativos - onde são colhidas as colaborações da sociedade e da percepção da realidade local, obtida através das visitas técnicas aos diversos territórios da Cidade de Porto Alegre.

¹https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/hotsites/smams/plano-diretor/IN_04-2021.pdf

II. Construção dos roteiros das visitas junto ao GT-CR

A **Consultoria da EY**, na sua primeira missão a Porto Alegre, em Dezembro de 2022, percorreu as 08 Regiões de Planejamento, juntamente com representantes da Coordenação Técnica (CT) da Revisão do Plano Diretor, para um primeiro contato com o território do Município.

A partir das impressões obtidas nessa primeira visita, da leitura dos apontamentos efetuados pela sociedade nos eventos de participação e na consulta pública online e dos dados coletados para construção de um diagnóstico atual do município, os técnicos da consultoria organizaram uma **segunda missão a Porto Alegre (de 06 a 09 de Fevereiro)** com o objetivo de conhecer melhor o território através do olhar de representantes de cada região do Município e visualizar as situações apontadas nos processos de participação já citados, assim como para confrontar alguns dados com a realidade.

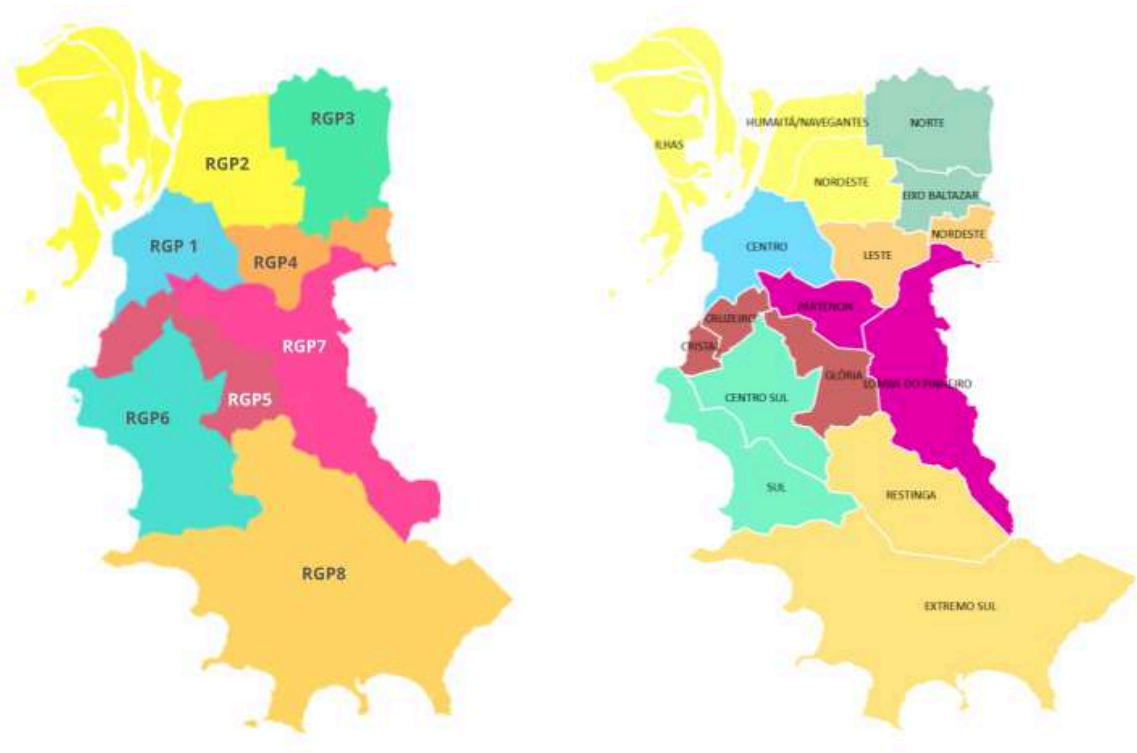
Com esse intuito, propôs-se a construção dos roteiros das visitas pelos integrantes do **Grupo de Trabalho das Regiões de Planejamento (GT-CR) da Revisão do Plano Diretor**, constituído com base na Instrução Normativa 04/2021 e cujas atribuições incluem: discutir, propor e opinar sobre temas relativos à Revisão do Plano Diretor; participar e apoiar a organização e realização dos processos colaborativos e, principalmente, colaborar na mobilização da sociedade para participação dos eventos.

O GT-CR, inicialmente, era constituído por representantes das 08 (oito) Regiões de Planejamento e 01 (um) representante do Orçamento Participativo, através dos Conselheiros eleitos no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA) ou de representantes indicados por eles para compor o GT-CR.

Após algumas reuniões de trabalho com o GT, constatou-se a necessidade de ampliar a representação dos territórios das RGP, através das Subprefeituras, que subdividem as 8 Regiões de Gestão do Planejamento, nas 17 Regiões do Orçamento Participativo e foi efetuado convite aos Gestores das Subprefeituras, para integrarem o GT-CR. A inclusão destes agentes contribuiu para aumentar o alcance às comunidades, bem como às mais diversas realidades e demandas de cada território, uma vez que os gestores são os representantes do Poder Público Municipal que fazem a relação com os Conselheiros do Orçamento Participativo (OP).

Assim, os roteiros das visitas foram elaborados pelos membros do GT-CR que, dentro dos seus territórios de atuação, elencaram os pontos mais relevantes para uma primeira visita da Consultoria EY, dentro do contexto já explicitado.

Figura 1 – RGPs e subprefeituras



Divisão Territorial Regiões de Gestão do Planejamento | Divisão Territorial Subprefeituras

Fonte: DPU/SMAMUS

1. Integrantes do GT-CR

São integrantes do Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Planejamento - GT-CR:

Tabela 1 – Integrantes do GT-CR

CMDUA	
Conselheiros	Região de Planejamento
Felisberto Seabra Luisi	RGP 1 - Centro
Claucia Piccoli Faganello (Suplente)	RGP 1 - Centro
Adroaldo Venturini Barboza	RGP 2 - Humaitá Navegantes Ilhas Noroeste
Sandra Maciel (Suplente)	RGP 2 - Humaitá Navegantes Ilhas Noroeste

Jackson Roberto Santa Helena de Castro	RGP 3 - Norte Eixo Baltazar
Tânia Maria dos Santos da Silveira	RGP 4 - Leste Nordeste
Wagner Pereira dos Santos	RGP 5 - Glória Cruzeiro Cristal
Luiz Antonio Marques Gomes	RGP 6 - Centro-Sul Sul
Denise Moreira (Suplente)	RGP 6 - Centro-Sul Sul
Maristela Maffei	RGP 7 - Lomba do Pinheiro Partenon
Maria Elisabete Marques (Suplente)	RGP 7 - Lomba do Pinheiro Partenon
Dinar Melo de Souza	RGP 8 - Restinga Extremo-Sul
Representante do Orçamento Participativo (OP)	
Emerson Gonçalves dos Santos	
Gestores Subprefeituras	Região do OP
Titular: Daniela Patussi Cordova Suplente: Marco Antônio Pires Silva	Região 01: Humaitá Navegantes
Titular: Márcio dos Santos Barreto Suplente: Juliana Waiteroscki Maciel de Almeida	Região 02: Noroeste
Titular: Tatiana Valenci Souza Suplente: Denise das Neves Flores Oliveira	Região 03: Leste
Titular: Marcelo Moreira Centeno Suplente: Leandro Silva e Silva	Região 04: Lomba do Pinheiro
Titular: Darci José da Silva Suplente: Luciano Nunes	Região 05: Norte
Titular: Mauro Fabiano Silva de Souza Suplente: Aline Muller da Silveira	Região 06: Nordeste
Titular: Luana Coelho Suplente: Alexsandro de Freitas	Região 07: Partenon
Titular: Cleser Prusch Gross Suplente: Getúlio amauri de Almeida Martins	Região 08: Restinga
Titular: Pedro Sabino de Freitas Suplente: Keytty Danyelle Martins da Silva	Região 09: Glória
Titular: Sérgio Luiz Fagundes Nunes Suplente: -	Região 10: Cruzeiro
Titular: Walter Dalla Rosa da Silva Suplente: João Adão Gonçalves Neto	Região 11: Cristal
Titular: Sandro Marcelo Desson Suplente: Cali Cristina Nunes	Região 12: Centro-Sul

Titular: Leandro Annes Suplente: Carlos Rogério dos Anjos Farias	Região 13: Extremo-Sul
Titular: Otacílio Rosa Nunes Suplente: -	Região 14: Eixo Baltazar
Titular: Adriana Altenhofen Viegas Suplente: Gustavo Cruz da Silveira	Região 15: Sul
Titular: Fernando Vasconcellos Rodrigues Suplente: Vera Lúcia Garcia de Oliveira	Região 16: Centro
Titular: Patrícia da Silva Coelho Salcedo Suplente: Vanderlei Cardoso	Região 17: Ilhas

Fonte: DPU/SMAMUS

2. Metodologia da construção dos roteiros

A materialização dos roteiros e do calendário de visitas foi desenvolvida por etapas, durante **03 (três) reuniões do GT-CR**.

Na **primeira reunião**, que ocorreu no dia 17/01/2023, no modo remoto, e teve a participação de membros da Consultoria EY, foram recepcionados os gestores das subprefeituras, que passaram a integrar o GT, e os representantes da Consultoria expuseram os objetivos das visitas às RGP. Também foi apresentada uma sugestão de calendário, elaborada pela Coordenação Técnica (CT) da Revisão do Plano Diretor, para instigar a manifestação dos conselheiros e gestores quanto à data e horário/turno para as visitas.

Como encaminhamento foi solicitado o envio, por e-mail, para a Coordenação do GT, da data e do turno preferencial de cada Conselheiro/Região para a visita, para a compatibilização e validação do cronograma.

Na **segunda reunião**, que ocorreu de modo presencial, em 24/01/2023, foram apresentados os dados e informações extraídos das Oficinas Temáticas Territoriais de 2019 e das Exposições Interativas de 2022 - Diagnóstico POA 2030 para subsidiar a construção dos roteiros. Os dados apresentados foram categorizados de forma a refletir as Estratégias de desenvolvimento do Município, previstas no atual Plano Diretor, relacionado-as com as demandas da sociedade a partir da realidade de cada território, com o objetivo de verificar a efetividade da aplicação do PDDUA no decorrer da sua vigência para construção de um diagnóstico de leitura da cidade.

A análise dos dados citados foi efetuada, primeiramente, por categoria e englobando todo o Município e, posteriormente, por Região de Gestão do Planejamento, para que cada conselheiro e/ou gestor de subprefeitura ficasse familiarizado com as demandas

da sociedade colhidas nas Oficinas e Exposições e, considerando-as, definiu pontos prioritários para serem visitados.

Após a apresentação da análise por Região, cada representante das Regiões no GT-CR teve 12 minutos para se manifestar sobre sua Região e citar locais que considerava importante visitar, tendo em vista seus conhecimentos sobre a Região e os dados colhidos nos eventos participativos. Também foi apresentada a sugestão atualizada do cronograma das visitas para ajuste e validação com o GT-CR.

Como encaminhamento, ficou definido que as propostas de pontos de visita e sugestão de roteiro deveriam ser enviados por e-mail e/ou WhatsApp, para a Coordenação do GT-CR, até o dia 27 de janeiro, para serem sistematizadas e apresentadas na reunião seguinte, para aprovação e validação com os participantes.

Na **terceira reunião**, que ocorreu no modo remoto, em 31/01/2023, foram apresentadas as propostas dos roteiros resultantes, sistematizados a partir dos pontos de visita definidos pelos integrantes do GT-CR, e os mesmos foram validados pelos membros do GT.

A metodologia adotada para a elaboração dos roteiros objetivou uma construção conjunta, dentro do calendário de reuniões do GT-CR, pelos Conselheiros e Delegados do CMDUA, e pelos gestores das subprefeituras, visando atender a solicitação da consultoria EY a partir das demandas da sociedade.



3. Roteiros e datas das visitas

Figura 2 – Roteiros das visitas às RGP

ROTEIROS			
DIA 06 DE FEVEREIRO		DIA 07 DE FEVEREIRO	
RGP7 - LOMBA DO PINHEIRO E PARTENON - 12h30 às 15h		RGP5 - GLÓRIA, CRUZEIRO E CRISTAL - 9h às 12h	
Roteiro		Roteiro	
Responsáveis SMAMUS: Renata Saffer e Vinícios Silva		Responsáveis SMAMUS: Catiane Cardoso e Ana Aguirre	
PONTOS	PARADA	HORÁRIO	
1 Praça da Amizade	SIM	12h30	1 Paróquia Nossa Senhora da Glória
2 Comunidade Alto da Alameda	SIM	12h45	2 Glorinha
3 Rua da Represa			3 Postão da Cruzeiro
4 Ocupação Altos da São Guilherme	SIM	13h15	4 Vila Pedreira - Rua Urso Maior
5 Estrada Antônio Borges			5 Icaraí
6 Pronto Atendimento Lomba do Pinheiro			6 Cel Massot
7 Rua da Comunidade	SIM	14h15	7 Wenceslau Escobar
RGP8 - RESTINGA E EXTREMO SUL - 15h30 às 18h		RGP6 - SUL E CENTRO-SUL - 13h30 às 17h30	
Roteiro		Roteiro	
Responsáveis SMAMUS: Renata Saffer e Vinícios Silva		Responsáveis SMAMUS: Daniela Silva e Ana Aguirre	
PONTOS	PARADA	HORÁRIO	
1 Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Restinga	SIM	15h30	1 Subprefeitura Centro-Sul
2 Centro Cultural Múltiplos Restinga			2 Morro da Tapera
3 Super Kan			3 Comunidade Vila Verde
4 Comunidade da Figueira			4 Comunidade São João
5 Rua Túnel Verde	SIM	16h30	5 Av. Serraria
6 Ponta Grossa			6 Calçada Ipanema
7 Beco do Buda	SIM	17h	7 Vila dos Pescadores
8 Central das Bikes			
9 Lami			
DIA 08 DE FEVEREIRO		DIA 09 DE FEVEREIRO	
RGP2 - HUMAITÁ, NAVEGANTES E NOROESTE - 8h30 às 11h		RGP3 - NORTE E EIXO-BALTAZAR - 9h às 12h	
Roteiro		Roteiro	
Responsáveis SMAMUS: Renata Saffer e Daniela Silva		Responsáveis SMAMUS: Guilherme Castanheira e Catiane Cardoso	
PONTOS	PARADA	HORÁRIO	
1 Estação Farrapos	SIM	8h30	1 Acesso BR290 - Posto Garoupa
2 4D - Mural do Kobra	SIM	9h	2 Complexo Porto Seco
3 Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes			3 FGTAS - Vida Centro Humanístico
4 UT Anitas			
5 Arena do Grêmio			
6 Vila Santo André	SIM	10h	
7 Parque Mascarenhas de Moraes	SIM	10h30	
RGP2 - ILHAS 11h30 às 15h		RGP4 - LESTE E NORDESTE - 13h30 às 16h	
Roteiro		Roteiro	
Responsáveis SMAMUS: Renata Saffer e Daniela Silva		Responsáveis SMAMUS: Guilherme Castanheira e Luiza Moron	
PONTOS	PARADA	HORÁRIO	
1 Subprefeitura Ilhas	SIM	11h30	1 Parque Chico Mendes - Subprefeitura Nordeste
2 Ponte Mauá			2 Vila Batista Flores
3 Estrada			3 Loteamento Irmãos Maristas
4 Almoço Ilha Doce	SIM	12h30	4 Retomada Kaingang e Xokleng
5 Ilha Grande dos Marinheiros Sul	SIM	14h	5 Beco Souza Costa
6 Ilha Grande dos Marinheiros Norte	SIM	14h30	6 Entrada Bom Jesus
			7 Centro de Educação Ambiental (CEA)
RGP1 - CENTRO 15h30 às 18h			
Roteiro			
Responsáveis SMAMUS: Renata Saffer e Daniela Silva			
PONTOS	PARADA	HORÁRIO	
1 Planetário	SIM	15h30	
2 Centro Municipal de Cultura Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues			
3 Quilombo Fidelix			
4 Quilombo do Areal			
5 SMOV/SMURB			
6 Largo Zumbi dos Palmares / Quilombo Mocambo	SIM	16h15	
7 Centro de Referência Indígena Afro	SIM	16h45	
8 Ksarosa			
9 Vila Santa Teresinha	SIM	17h15	
10 Assentamento 20 de Novembro			

Fonte: DPU/SMAMUS

III. Realização das visitas técnicas às Regiões de Gestão do Planejamento

As visitas técnicas da Consultoria Ernst & Young (EY) às Regiões de Gestão do Planejamento de Porto Alegre foram realizadas nos dias 6, 7, 8 e 9 de fevereiro de 2023.

Os percursos tiveram duração entre 2h30 e 4 horas, conforme a extensão de cada RGP e os diálogos com seus representantes no GT-CR, e foram realizados em uma van disponibilizada pela Prefeitura, com paradas em pontos definidos de cada itinerário.

Em cada visita, a equipe da EY foi acompanhada pelos membros do GT-CR responsáveis pela construção do roteiro e por dois técnicos da Diretoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS).

Nos pontos de parada de cada itinerário, as visitas também foram acompanhadas por lideranças locais convidadas pelos membros do GT-CR para apresentar os territórios.

1. RGP 7 | LOMBA DO PINHEIRO E PARTENON

No dia 6 de fevereiro de 2023, das 12h30 às 15h, foi realizada a visita na Região de Gestão do Planejamento 7, que abrange a Subprefeitura Lomba do Pinheiro e a Subprefeitura Partenon.

a. Participantes

Representantes da Região no GT-CR: Maristela Maffei (Ex-Conselheira da RGP7 no CMDUA), Maria Elisabete Marques (Conselheira Suplente da RGP7 no CMDUA), Luana Coelho e Alexandro de Freitas (Subprefeitura Partenon).

Equipe da Consultoria EY: Rose Hofmann, Ana Luísa Santos, Bruno Cunha, Caroline Cabral e Sophia Mitropoulos.

Técnicos da SMAMUS/PMPA: Arq. Renata Saffer e Arq. Vinícios Silva.

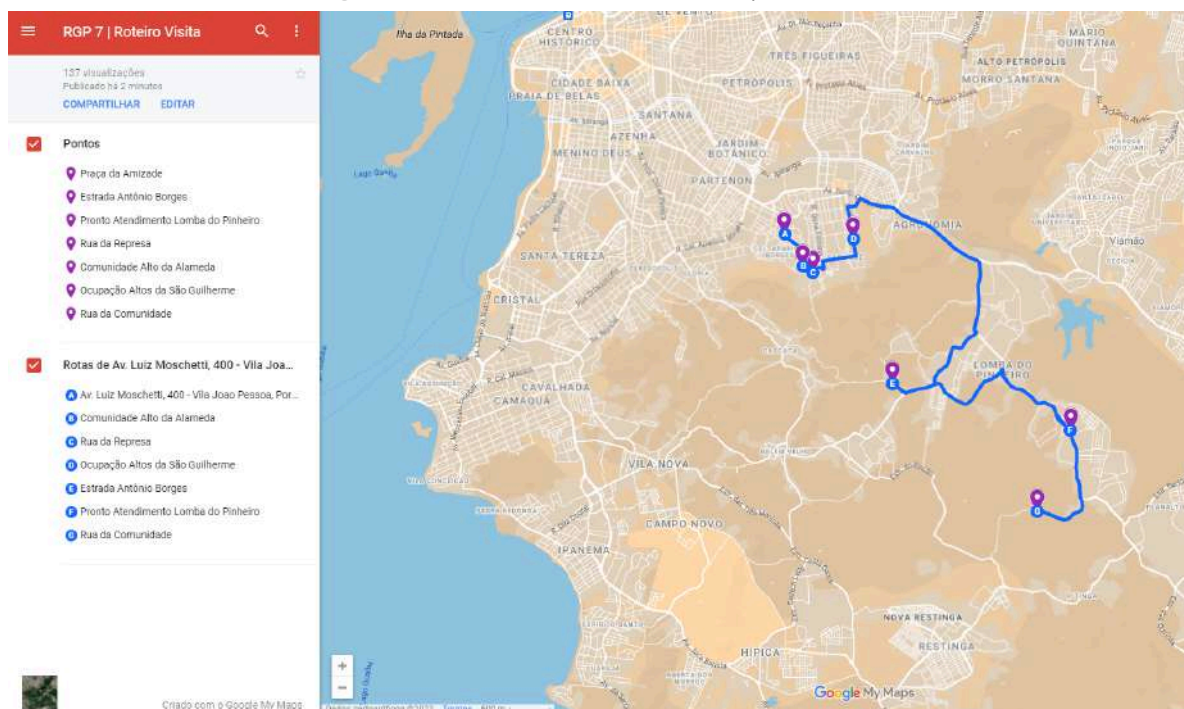
b. Roteiro

Figura 3 – Roteiro de visita à RGP7 | Pontos

RGP7 - LOMBA DO PINHEIRO E PARTENON - 12h30 às 15h			
<u>Roteiro</u>			
Responsáveis SMAMUS: Renata Saffer e Vinícios Silva			
	PONTOS	PARADA	HORÁRIO
1	Praça da Amizade	SIM	12h30
2	Comunidade Alto da Alameda	SIM	12h45
3	Rua da Represa		
4	Ocupação Altos da São Guilherme	SIM	13h15
5	Estrada Antônio Borges		
6	Pronto Atendimento Lomba do Pinheiro		
7	Rua da Comunidade	SIM	14h15

Fonte: DPU/SMAMUS

Figura 4 – Roteiro de visita à RGP7 | Percurso



Fonte: DPU/SMAMUS

c. Visita

A visita seguiu o roteiro previamente definido, tendo início na Praça da Amizade, ponto de encontro com as lideranças comunitárias e membros do GT-CR. Nesse momento, o Sr. Jorge e o Sr. Antônio realizaram relatos sobre a situação da ocupação Alto da Alameda, expondo sua preocupação com a área de risco em que a comunidade se instalou. Foram salientados também os problemas frequentes causados por enxurradas e a falta de infraestrutura de água e esgoto.

Logo após, a visita seguiu para a Rua da Represa, na qual a comunidade foi representada pela conselheira suplente do CMDUA Maria Elisabete, que é uma liderança local e apresentou a situação da ocupação na beira do arroio, também em área de risco. A seguir, foi visitada a comunidade Altos da São Guilherme, que lida com questões relacionadas com as antenas de alta tensão da região.

Terminadas essas visitas, seguiu-se até o Pronto Atendimento Lomba do Pinheiro, onde, com a presença da equipe do Conselho Gestor representado pelas lideranças Teresinha Beatriz Medeiros e Neosoli dos Santos, foram relatados problemas relacionados à invasão do terreno próprio municipal para fins de habitação, e finalizamos na rua da Comunidade, onde encontramos com a Sra. Rosaura, que falou dos seus projetos para a região da Rua da Comunidade.

Figuras 5 e 6 - Alto da Alameda, RGP7, Porto Alegre



Fonte: DPU/SMAMUS

Figuras 7 e 8 - Altos da São Guilherme, RGP7, Porto Alegre



Fonte: DPU/SMAMUS

d. Relatos

Relato enviado pela Consultoria Ernst & Young: ver **ANEXO I**.

Relato enviado por integrante(s) do GT-CR: não foi enviado até a publicação deste Relatório.

2. RGP 8 | RESTINGA E EXTREMO SUL

No dia 6 de fevereiro, das 15h30 às 18h, foi realizada a visita na Região de Gestão do Planejamento 8, que abrange a Subprefeitura Restinga e a Subprefeitura Extremo Sul.

a. Participantes

Representantes da Região no GT-CR: Dinar Melo de Souza (Conselheiro da RGP8 no CMDUA), Leandro Annes (Subprefeitura Extremo Sul), Cleser Prusch Gross (Subprefeitura Restinga) e Ricardo Carneiro da Fontoura (membro GT-CT).

Equipe da Consultoria EY: Rose Hofmann, Ana Luísa Santos, Bruno Cunha, Caroline Cabral e Sophia Mitropoulos.

Técnicos da SMAMUS/PMPA: Arq. Renata Saffer e Arq. Vinícios Silva.

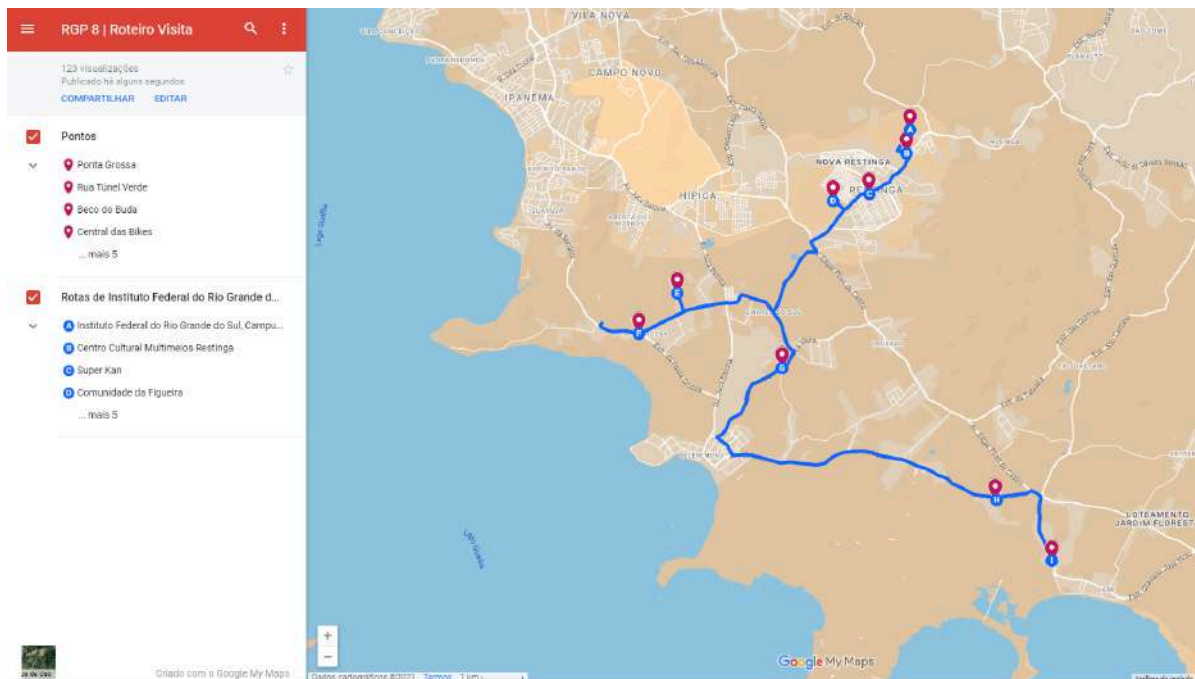
b. Roteiro

Figura 9 – Roteiro de visita à RGP8 | Pontos

RGP8 - RESTINGA E EXTREMO SUL - 15h30 às 18h			
<u>Roteiro</u>			
Responsáveis SMAMUS: Renata Saffer e Vinícios Silva			
	PONTOS	PARADA	HORÁRIO
1	Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Restinga	SIM	15h30
2	Centro Cultural Multimeios Restinga		
3	Super Kan		
4	Comunidade da Figueira		
5	Rua Túnel Verde	SIM	16h30
6	Ponta Grossa		
7	Beco do Buda	SIM	17h
8	Central das Bikes		
9	Lami		

Fonte: DPU/SMAMUS

Figura 10 – Roteiro de visita à RGP8 | Percurso



Fonte: DPU/SMAMUS

c. Visita

A visita teve início no Instituto Federal Campus Restinga, local que foi o ponto de encontro e é um equipamento atrator muito significativo para a Região da Restinga. A partir dali, iniciou-se um percurso de van com o relato do Gestor da Subprefeitura Restinga acerca do bairro, que se divide geográfica e socialmente entre Restinga Velha e Restinga Nova.

Na passagem pela localidade do “Super Kan”, foi relatado que acontecem frequentes alagamentos. Seguimos para a Comunidade da Figueira, um empreendimento Minha Casa Minha Vida e, conforme relatado pelo Gestor da Subprefeitura, a comunidade passou a sofrer mais eventos de alagamento depois da instalação de empreendimentos imobiliários nas proximidades.

Na sequência, realizou-se uma parada na comunidade Túnel Verde, que também sofre com alagamentos devido a proximidade do Arroio do Salso, que está canalizado.

Seguindo o roteiro, passamos pelo Beco do Buda, onde há uma comunidade em situação de extrema precariedade que sofre com enxurradas e falta de saneamento básico, e finalizamos a visita na Praia do Lami.

Devido ao tempo disponível para a visita, não adentramos na comunidade que fica localizada atrás da Central das Bikes que estava prevista no roteiro.

Figura 11 e 12 – Beco do Buda, RGP8, Porto Alegre



Fonte: DPU/SMAMUS

Figura 13 – Praia do Lami, RGP8, Porto Alegre



Fonte: DPU/SMAMUS

d. Relatos

Relato enviado pela Consultoria Ernst & Young: ver **ANEXO I**.

Relato enviado por integrante(s) do GT-CR: não foi enviado até a publicação deste Relatório.

3. RGP 5 | GLÓRIA, CRUZEIRO E CRISTAL

No dia 7 de fevereiro de 2023, das 9h às 12h, foi realizada a visita na Região de Gestão do Planejamento 5, que abrange a Subprefeitura Glória, a Subprefeitura Lomba do Pinheiro e a Subprefeitura Cristal.

a. Participantes

Representantes da Região no GT-CR: Keytty Danyelle Martins da Silva (Subprefeitura Glória), Sérgio Luiz Fagundes Nunes (Subprefeitura Cruzeiro), Walter Dalla Rosa da Silva (Subprefeitura Cristal).

Equipe da Consultoria EY: Diogo Mac Cord, Rose Hofmann, Ana Luísa Santos, Bruno Cunha, Caroline Cabral e Sophia Mitropoulos.

Técnicas da SMAMUS/PMPA: Arq. Catiane Cardoso e Arq. Residente Ana Aguirre.

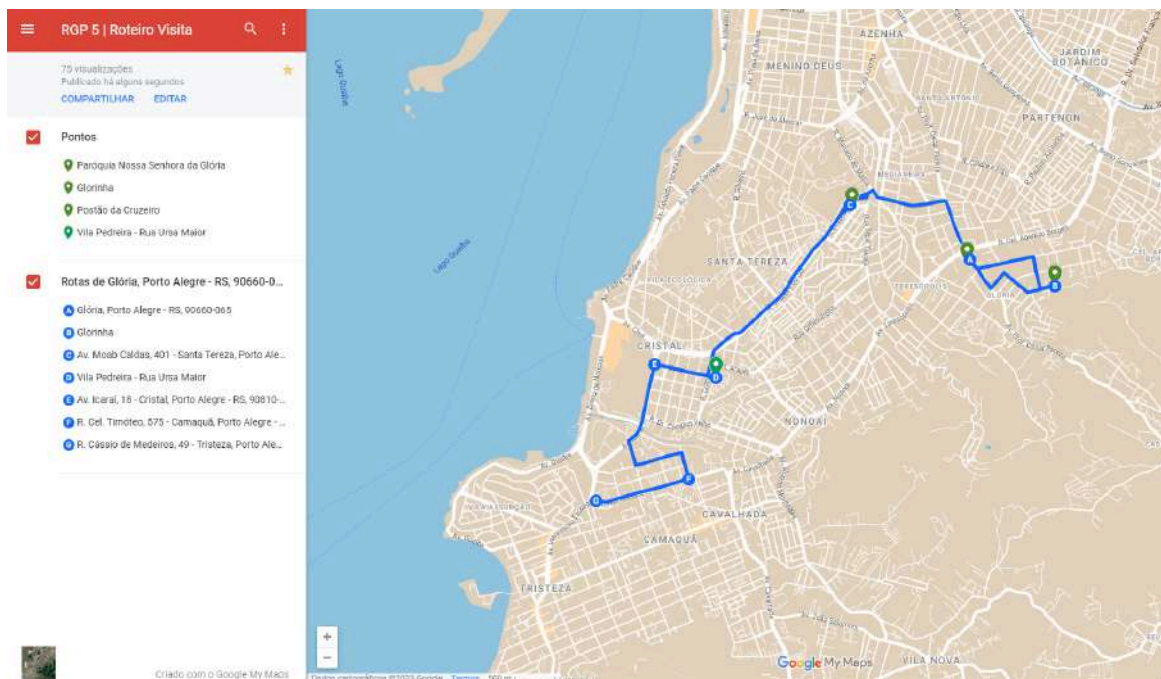
b. Roteiro

Figura 14 – Roteiro de visita à RGP5 | Pontos

RGP5 - GLÓRIA, CRUZEIRO E CRISTAL - 9h às 12h			
<u>Roteiro</u>			
Responsáveis SMAMUS: Ana Aguirre e Catiane Cardoso			
	PONTOS	PARADA	HORÁRIO
1	Paróquia Nossa Senhora da Glória	SIM	8h45
2	Glorinha	SIM	9h
3	Postão da Cruzeiro	SIM	10h
4	Vila Pedreira - Rua Ursa Maior	SIM	11h
5	Icarai		
6	Cel Massot		
7	Wenceslau Escobar		

Fonte: DPU/SMAMUS

Figura 15 – Roteiro de visita à RGP5 | Percurso



Fonte: DPU/SMAMUS

c. Visita

A visita à RGP5 iniciou-se na Paróquia Nossa Senhora da Glória e percorreu todos os pontos do roteiro, visitando ainda o ponto adicional da Casa de Nazaré - Centro de Apoio ao Menor. Durante as paradas, o grupo foi acompanhado por lideranças comunitárias, convidadas pelos membros do GT-CR para apresentar os territórios nos quais atuam.

Na parada na Comunidade Glorinha, a visita foi acompanhada pela liderança comunitária Lúcia que, juntamente com a Gestora da Subprefeitura Glória, relatou algumas das questões da comunidade local. Entre elas, a presença de habitações em áreas de risco de alta declividade, as carências de infraestrutura urbana, em especial de abastecimento de água, e a demanda por regularização fundiária e urbanização.

Na parada em frente ao Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, conhecido como Postão da Cruzeiro, a visita foi acompanhada pelo pelo Conselheiro da RGP5 Wagner dos Santos e pelo líder comunitário Michael que, juntamente com o Gestor da Subprefeitura Cruzeiro, falaram um pouco sobre o território. Foram destacadas a necessidade de regularização fundiária e urbanização, a demanda por infraestrutura, em especial por drenagem urbana para prevenir alagamentos em dias de chuva, as grandes distâncias

entre pontos de ônibus, que prejudicam a mobilidade e segurança dos moradores, e a falta de investimento no Postão da Cruzeiro.

Durante a visita à Vila Pedreira, no bairro Cristal, o grupo foi acompanhado por lideranças comunitárias do bairro Cristal que, junto do Gestor da Subprefeitura Cristal, destacaram a necessidade local de regularização fundiária, de urbanização e de investimento em habitação de interesse social, assim como apontaram a existência de áreas de risco devido à pedreira que existiu na Vila.

Por fim, o grupo finalizou a visita na parada adicional na Casa de Nazaré - Centro de Apoio ao Menor, onde a líder comunitária Jurema e integrantes do centro falaram sobre o papel da instituição no bairro Cristal.

Figura 16 - Glorinha - acesso, RGP5, Porto Alegre



Fonte: DPU/SMAMUS

Figura 17 - I.E.I. Nossa Senhora da Glória, Glorinha, RGP5, Porto Alegre



Fonte: DPU/SMAMUS

Figura 18 - Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, RGP5, Porto Alegre



Fonte: DPU/SMAMUS

Figuras 19 e 20 - Vila Pedreira, RGP5, Porto Alegre



Fonte: DPU/SMAMUS

d. Relatos

Relato enviado pela Consultoria Ernst & Young: ver **ANEXO I**.

Relato enviado por integrante(s) do GT-CR: não foi enviado até a publicação deste Relatório.

4. RGP 6 | CENTRO SUL E SUL

No dia 7 de fevereiro de 2023, das 13h30 às 17h30, foi realizada a visita na Região de Gestão do Planejamento 6, que abrange a Subprefeitura Centro Sul e a Subprefeitura Sul de Porto Alegre.

a. Participantes

Representantes da Região no GT-CR: Luiz Antônio Marques Gomes (Conselheiro da RGP6 no CMDUA), Sandro Marcelo Besson (Subprefeitura Centro Sul) e Adriana Altenhofen Viegas (Subprefeitura Sul).

Equipe da Consultoria EY: Diogo Mac Cord, Rose Hofmann, Ana Luísa Santos, Bruno Cunha, Caroline Cabral e Sophia Mitropoulos.

Técnicas da SMAMUS/PMPA: Arq. Daniela Silva e Arq. Residente Ana Aguirre.

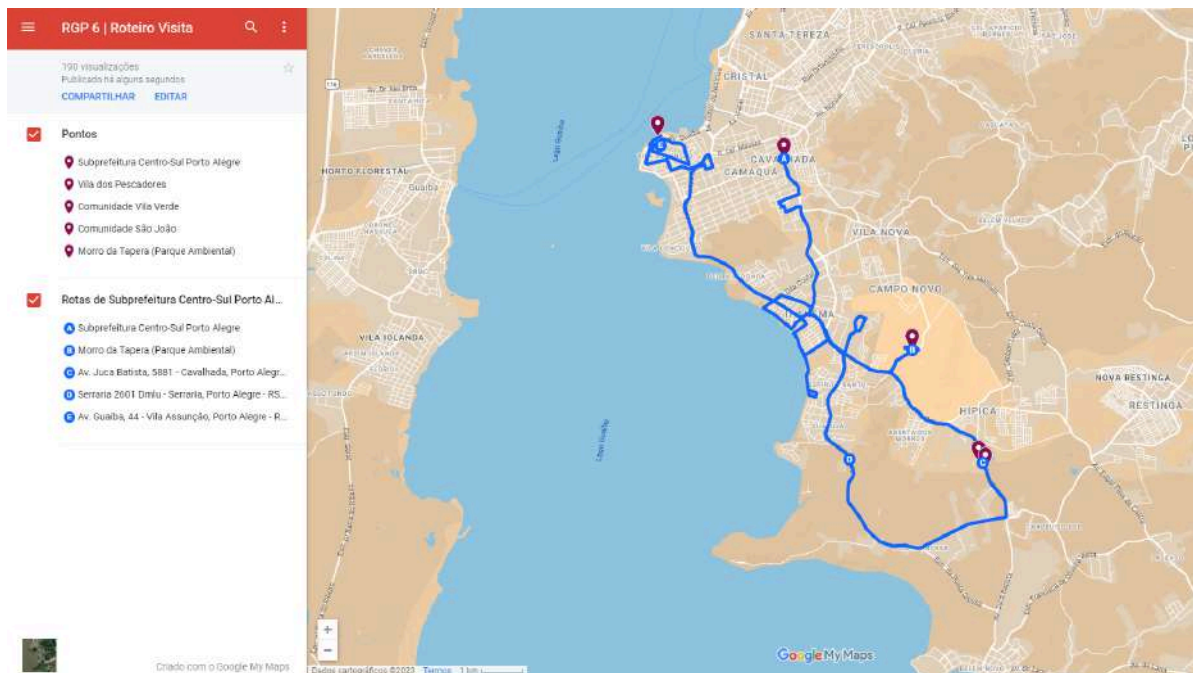
b. Roteiro

Figura 21 – Roteiro de visita à RGP6 | Pontos

RGP6 - SUL E CENTRO-SUL - 13h30 às 17h30			
Roteiro			
Responsáveis SMAMUS: Daniela Silva e Ana Aguirre			
	PONTOS	PARADA	HORÁRIO
1	Subprefeitura Centro-Sul	SIM	13h30
2	Morro da Tapera	SIM	14h
3	Comunidade Vila Verde	SIM	15h30
4	Comunidade São João	SIM	15h30
5	Av. Serraria		
6	Calçadão Ipanema		
7	Vila dos Pescadores	SIM	16h30

Fonte: DPU/SMAMUS

Figura 22 – Roteiro de visita à RGP6 | Percurso



Fonte: DPU/SMAMUS

c. Visita

A visita à RGP 6 iniciou-se na sede da Subprefeitura Centro-Sul, realizando as paradas previstas no roteiro. Na primeira parada, no Morro da Tapera, o grupo foi recepcionado pelo proprietário do terreno visitado, que fez um breve relato das condições do local e expôs a sua intenção de empreender sob a forma de condomínio, acompanhado por lideranças locais (Chefe de Democracia Calí Cristina Nunes). Devido à parada exigir mais tempo do que o estimado, foi necessária a adaptação no trajeto da visita, optando-se por não passar em frente ao Calçadão de Ipanema (local que a Consultoria da EY já havia visitado no primeiro contato com a cidade) para reduzir o tempo de deslocamento e não haver prejuízo às demais paradas previstas.

Na sequência, seguiu-se para as comunidades Vila Verde e São João, bem próximas, onde a visita foi recepcionada pelas lideranças locais Norma (Vila Verde) e João Carlos (São João) que, juntamente com a Gestora Adriana Altenhofen Viegas da Subprefeitura Sul, relataram os problemas que as comunidades enfrentam na sua rotina, especialmente a questão dos alagamentos.

De lá, o grupo partiu diretamente para a Vila dos Pescadores, localizada às margens do Guaíba, onde o Conselheiro da RGP 6 havia alinhado com a associação de moradores uma apresentação do projeto de regularização fundiária proposto para o local.

Após a recepção na Associação de Moradores, o grupo percorreu parte da Vila, acompanhado pelas lideranças locais, que relataram o histórico da comunidade: como ocorreu a sua instalação, seus laços com o local e sua demanda por regularização. Em seguida, o projeto de regularização fundiária para a Vila foi apresentado pelo Arq. Oscar Escher, autor do mesmo juntamente com o Arq. Luiz Gomes (Conselheiro da RGP 6). A visita encerrou-se após a apresentação do projeto.

Figuras 23 e 24 - Morro da Tapera (à esquerda) e Comunidades Vila Verde e São João (à direita), RGP6, Porto Alegre



Fonte: Conselheiro da RGP6 Luiz Antonio Marques Gomes

Figura 25 - Vila dos Pescadores, RGP6, Porto Alegre



Fonte: Conselheiro da RGP6 Luiz Antonio Marques Gomes

d. Relatos

Relato enviado pela Consultoria Ernst & Young: ver **ANEXO I**.

Relato enviado por integrante(s) do GT-CR: ver **ANEXO IV**.

5. RGP 2 | HUMAITÁ/NAVEGANTES E NOROESTE

No dia 8 de fevereiro de 2023, das 8h30 às 11h, foi realizada a visita na Região de Gestão do Planejamento 2 - Continente, que abrange a Subprefeitura Humaitá/Navegantes e a Subprefeitura Noroeste.

a. Participantes

Representantes da Região no GT-CR: Adroaldo Venturini Barboza (Conselheiro da RGP2 no CMDUA), Airton Merel (Conselheiro Suplente da RGP2 no CMDUA), Sandra Maciel (Conselheira Suplente da RGP2 no CMDUA), Daniela Patussi Cordova (Subprefeitura Humaitá-Navegantes) e Marcio dos Santos Barretos (Subprefeitura Noroeste).

Equipe da Consultoria EY: Rose Hofmann, Ana Luísa Santos, Bruno Cunha, Caroline Cabral e Sophia Mitropoulos

Técnicas da SMAMUS/PMPA: Arq. Renata Saffer e Arq. Daniela Silva.

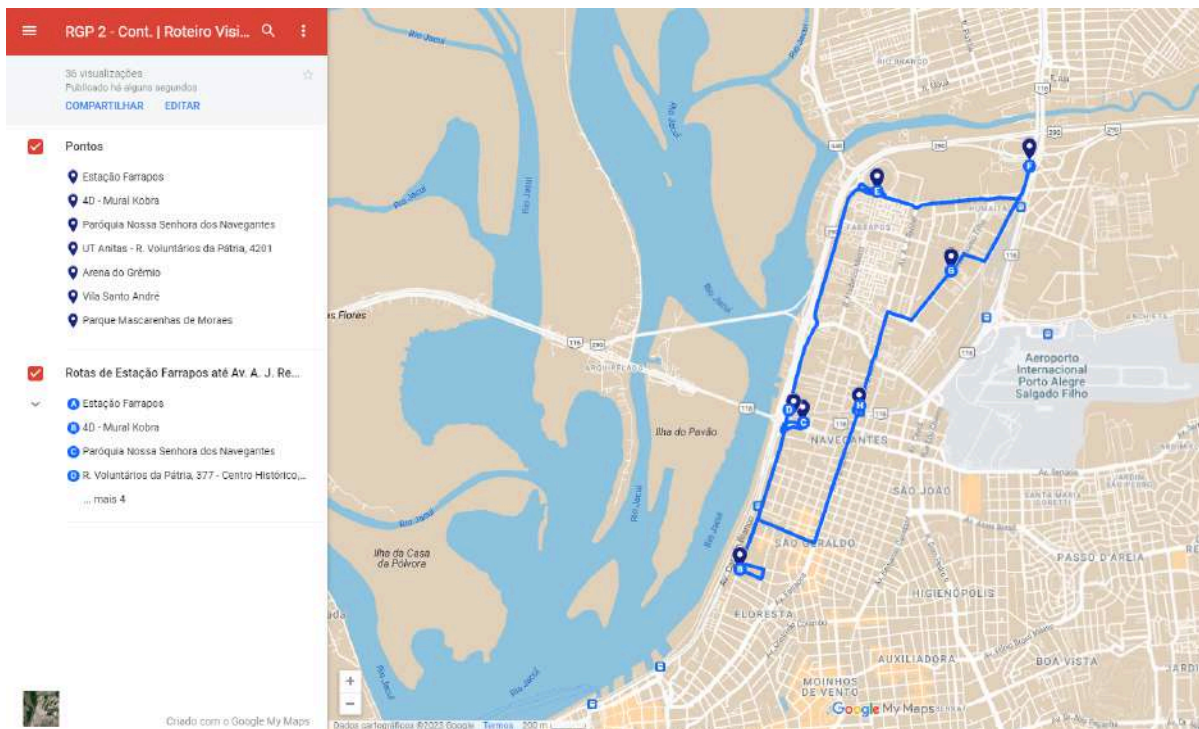
b. Roteiro

Figura 26 – Roteiro de visita à RGP2 Continente | Pontos

RGP2 - HUMAITÁ, NAVEGANTES E NOROESTE - 8h30 às 11h			
<u>Roteiro</u>			
Responsáveis SMAMUS: Renata Saffer e Daniela Silva			
	PONTOS	PARADA	HORÁRIO
1	Estação Farrapos	SIM	8h30
2	4D - Mural do Kobra	SIM	9h
3	Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes		
4	UT Anitas		
5	Arena do Grêmio		
6	Vila Santo André	SIM	10h
7	Parque Mascarenhas de Moraes	SIM	10h30

Fonte: DPU/SMAMUS

Figura 27 – Roteiro de visita à RGP2 Continente | Percurso



Fonte: DPU/SMAMUS

c. Visita

O roteiro foi realizado de forma diferente do que foi proposto, por sugestão dos Conselheiros que guiavam o grupo dentro da Van utilizada para o deslocamento. Desta forma, a visita teve início no entorno da Estação Farrapos e, de lá, o grupo se encaminhou para o Parque Mascarenhas de Moraes, onde foi exposta a falta de manutenção e de cuidados com o parque, assim como o trabalho da Subprefeitura HUmais/Navegantes para melhorar as condições do local.

De lá, o grupo seguiu para a Vila Santo André, onde foi recebido pela liderança local Cristiane Santana, que relatou os inúmeros desafios que os moradores da comunidade enfrentam, tais como a falta de infraestrutura de saneamento, a falta de local adequado para o trabalho com a triagem de resíduos, o pouco e perigoso acesso ao transporte público, a falta de escolas e creches para as crianças, entre outros. A visita teve continuidade, passando em frente à Arena do Grêmio, onde se observou o acesso à nova ponte do Guaíba, que ainda se encontra inacabado, e então realizou a segunda parada no galpão de Reciclagem As Evinhas, onde trabalham principalmente mulheres que fazem a triagem dos resíduos recolhidos pelos moradores das comunidades do entorno, em condições extremamente precárias. Após, seguiu-se para a Unidade de Triagem Anitas, liderada por mulheres, onde o grupo foi apresentado a Marines, que

relatou o processo que estão tentando realizar para tornarem a Unidade de Triagem regular.

Os últimos pontos visitados foram a Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes, onde o grupo foi recepcionado pela Sra. Dione, que explanou um pouco sobre as ações realizadas pela comunidade e, por fim, seguiu-se até a Av. Sertório, em frente ao Bourbon Shopping, onde foi abordada a questão do alto fluxo de veículos e o Gestor da Subprefeitura Noroeste trouxe a demanda de um possível alargamento da via.

Figura 28 - Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes, RGP2 Continente, Porto Alegre



Fonte: Adroaldo Venturini Barboza

Figura 29 - UT Anitas, RGP2 Continente, Porto Alegre



Fonte: Adroaldo Venturini Barboza

Figura 30 - Vila Santo André, RGP2 Continente, Porto Alegre



Fonte: Adroaldo Venturini Barboza

d. Relatos

Relato enviado pela Consultoria Ernst & Young: ver **ANEXO I**.

Relato enviado por integrante(s) do GT-CR: ver **ANEXO II**.

6. RGP 2 | ILHAS

No dia 8 de fevereiro de 2023, das 11h30 às 15h, foi realizada a visita na Região de Gestão do Planejamento 2 - Ilhas, que abrange a Subprefeitura Ilhas.

a. Participantes

Representantes da Região no GT-CR: Patrícia da Silva Coelho Salcedo (Subprefeitura Ilhas), Beatriz Gonçalves Pereira - Bia da Ilha (liderança da comunidade da Ilha da Pintada).

Equipe da Consultoria EY: Rose Hofmann, Ana Luísa Santos, Bruno Cunha, Caroline Cabral e Sophia Mitropoulos

Técnicas da SMAMUS/PMPA: Arq. Renata Saffer e Arq. Daniela Silva.

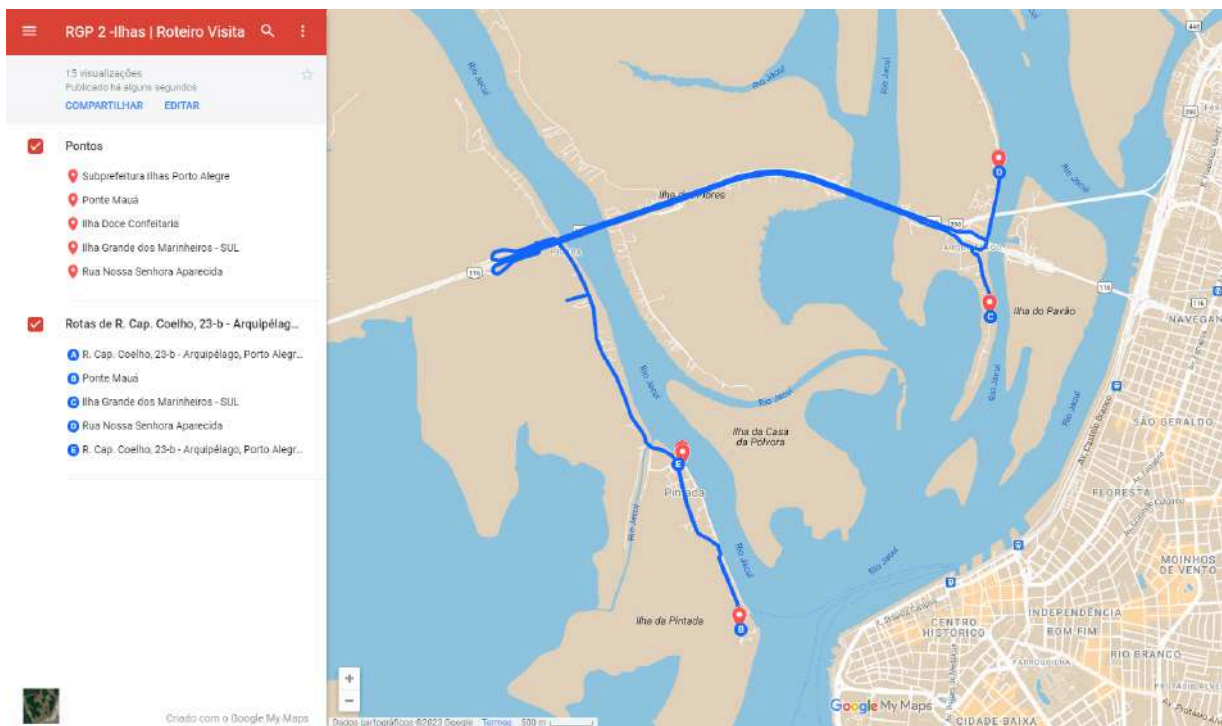
b. Roteiro

Figura 31 – Roteiro de visita à RGP2 Ilhas | Pontos

RGP2 - ILHAS 11h30 às 15h			
Roteiro			
Responsáveis SMAMUS: Renata Saffer e Daniela Silva			
	PONTOS	PARADA	HORÁRIO
1	Subprefeitura Ilhas	SIM	11h30
2	Ponte Mauá		
3	Estrada		
4	Almoço Ilha Doce	SIM	12h30
5	Ilha Grande dos Marinheiros Sul	SIM	14h
6	Ilha Grande dos Marinheiros Norte	SIM	14h30

Fonte: DPU/SMAMUS

Figura 32 – Roteiro de visita à RGP2 Ilhas | Percurso



Fonte: DPU/SMAMUS

c. Visita

Nesta etapa da visita à RGP 2, que teve um roteiro próprio devido às particularidades do Bairro Arquipélago, o encontro com as lideranças aconteceu na praça onde se localiza a Subprefeitura das Ilhas, na Ilha da Pintada, de onde seguiu-se para o almoço num dos restaurantes locais (Restaurante Ilha Doce). Após, teve início a visita, com percurso pela Rua Nossa Senhora da Boa Viagem, rua marginal, onde a Gestora da Subprefeitura Ilhas foi indicando empreendimentos (a maioria marinas) que estariam se instalando, sem nenhum cuidado ou critério, na borda da ilha, junto ao Rio Jacuá.

O percurso seguiu até a Ponte Mauá, que dá acesso à Ilha do Mauá e que, foi apontado, se encontra em condições precárias, colocando em risco os moradores e visitantes da ilha. A Ilha do Mauá, segundo o relato da Gestora da Subprefeitura local, foi criada artificialmente pelo Estaleiro Mabilde ao abrir um canal pluvial para escoamento da sua produção, e a ponte, que está passando por um processo de recuperação, é o único acesso à Ilha.

Na sequência, o grupo seguiu para a Ilha Grande dos Marinheiros, via Avenida Martinho Poeta, situada no Município de Eldorado do Sul e que tem conexão com a Ilha da Pintada e BR 290. Na Ilha Grande dos Marinheiros, foi possível observar o enorme

contraste entre as ocupações do lado Norte, ao longo da Rua Nossa Senhora Aparecida, com a predominância de pobreza extrema entre algumas poucas mansões, e do lado Sul, ao longo da Rua João Ignácio da Silveira, onde há uma ocupação mais homogênea, com predominância de condomínios horizontais e de alto padrão, com comércio e serviços mais estruturados. Todas as ocupações são irregulares, em ambos os lados. As lideranças ressaltaram a necessidade de um olhar mais assertivo da gestão municipal sobre as ilhas, com o reconhecimento das ocupações e comunidades existentes no arquipélago, a promoção da regularização fundiária e o resgate da população em situação extremamente vulnerável, possibilitando um desenvolvimento econômico saudável para o território.

A visita foi finalizada na Rua Capitão Coelho, onde se localiza a Subprefeitura Ilhas.

Figura 33 -Vista da Ponte Mauá, RGP2 Ilhas, Porto Alegre



Fonte: DPU/SMAMUS

Figura 34 -Ilha da Pintada, RGP2 Ilhas, Porto Alegre



Fonte: DPU/SMAMUS

d. Relatos

Relato enviado pela Consultoria Ernst & Young: ver **ANEXO I**.

Relato enviado pelo GT-CR: não foi enviado até a publicação deste Relatório.

7. RGP 1 | CENTRO

No dia 8 de fevereiro de 2023, das 15h30 às 18h, foi realizada a visita na Região de Gestão do Planejamento 1, que abrange a Subprefeitura Centro.

a. Participantes

Representantes da Região no GT-CR: Felisberto Seabra Luisi (Conselheiro da RGP1 no CMDUA), Cláucia Piccoli Faganello (Conselheira Suplente da RGP1 no CMDUA) e Vera Lucia Garcia de Oliveira (Subprefeitura Centro).

Equipe da Consultoria EY: Rose Hofmann, Ana Luísa Santos, Bruno Cunha, Caroline Cabral e Sophia Mitropoulos

Técnicas da SMAMUS/PMPA: Arq. Renata Saffer e Arq. Daniela Silva.

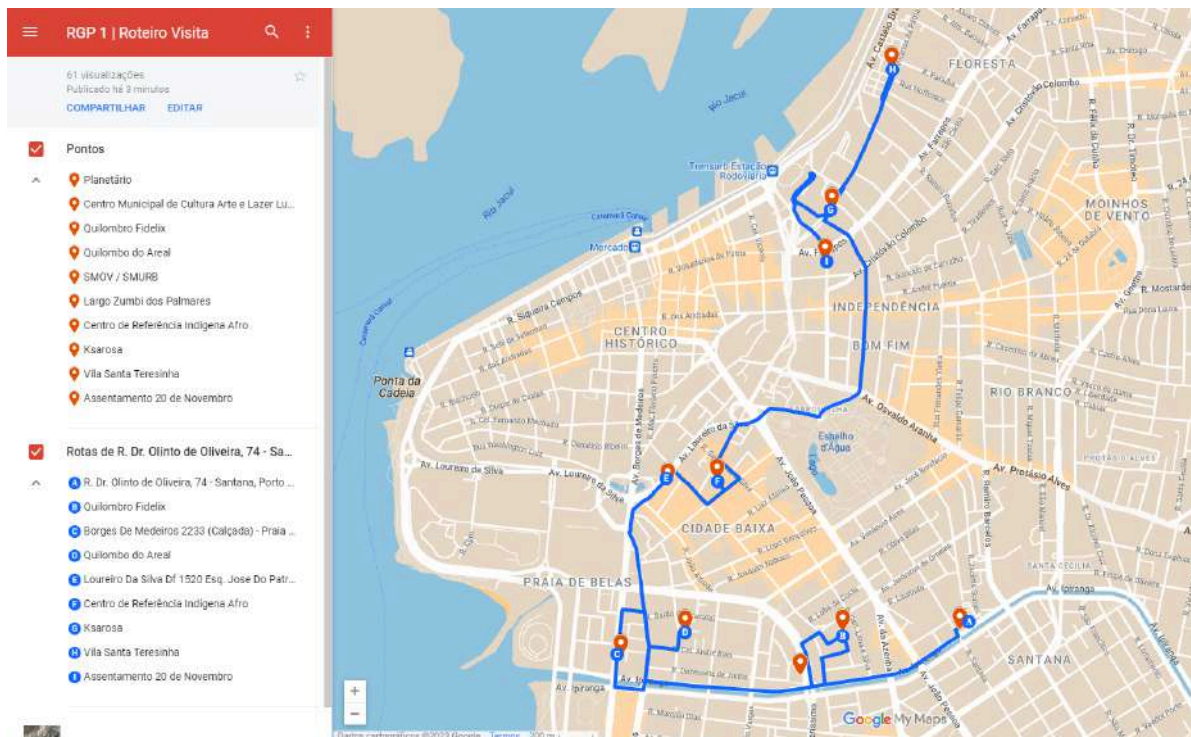
b. Roteiro

Figura 35 – Roteiro de visita à RGP1 | Pontos

RGP1 - CENTRO 15h30 às 18h			
<u>Roteiro</u>			
Responsáveis SMAMUS: Renata Saffer e Daniela Silva			
	PONTOS	PARADA	HORÁRIO
1	Planetário	SIM	15h30
2	Centro Municipal de Cultura Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues		
3	Quilombo Fidelix		
4	Quilombo do Areal		
5	SMOV/SMURB		
6	Largo Zumbi dos Palmares / Quilombo Mocambo	SIM	16h15
7	Centro de Referência Indígena Afro	SIM	16h45
8	Ksarosa		
9	Vila Santa Teresinha	SIM	17h15
10	Assentamento 20 de Novembro		

Fonte: DPU/SMAMUS

Figura 36 – Roteiro de visita à RGP1 | Percurso



Fonte: DPU/SMAMUS

c. Visita

A visita teve início na Vila Planetário, onde o grupo foi recepcionado pelos membros do Instituto Misturaí, que tem sede no local. Foram expostas as dificuldades que os moradores da comunidade enfrentam, tais como pouca ou nenhuma inserção no mercado de trabalho, baixa escolaridade e necessidade do trabalho como catadores e recicladores, sem um espaço adequado para armazenamento e trabalho. Por outro lado, através do relato das ações realizadas pelo Misturaí, foi pontuado que, para que esses desafios sejam enfrentados, é fundamental que a comunidade esteja em um local acessível e tenha condições dignas de moradia.

O percurso seguiu pela Av. Ipiranga, passando pelos Quilombo do Fidelix e Quilombo do Areal, cujos históricos o Conselheiro Felisberto relatou um pouco, e, em seguida, seguiu-se o trajeto pela Av. Borges de Medeiros, até o Estádio Beira Rio, passando em frente à antiga sede da SPM/SMOV e do Parque Marinha do Brasil. A segunda parada foi no Centro de Referência Indígena-Afro, uma casa ocupada no bairro Cidade Baixa, onde a liderança do movimento, Alice (Cacica Krexu Takuá), fez um relato sobre a situação da comunidade indígena no centro da cidade e como o local é um refúgio para indígenas que vivem em situação de vulnerabilidade em toda a cidade.

O próximo ponto de parada foi o Quilombo do Mocambo, localizado em frente ao Largo Zumbi dos Palmares, onde fomos recebidos pela liderança Griô Maria Elaine, que relatou a história dos quilombos no território da Cidade Baixa, como a área foi designada ao Quilombo do Mocambo e que há um projeto, em tramitação, de moradias para o local.

Devido ao limite de tempo, foi necessário fazer uma escolha entre os demais locais de parada previstos, e a última parada escolhida pelo Conselheiro foi a Vila Santa Terezinha, antiga Vila Central dos Papeleiros, localizada no início do território do 4º Distrito. No local, o grupo foi recebido pelo líder comunitário Antônio Carboneiro, que guiou a visita e contou um pouco do histórico da comunidade da qual faz parte.

Figuras 37 e 38 - Quilombo Mocambo (à esquerda) e Centro de Referência Indígena-Afro do RS (à direita), RGP2 Continente, Porto Alegre



Fonte: DPU/SMAMUS

Figura 39 - Vila Santa Terezinha, RGP2 Continente, Porto Alegre



Fonte: DPU/SMAMUS

d. Relatos

Relato enviado pela Consultoria Ernst & Young: ver **ANEXO I**.

Relato enviado por integrante(s) do GT-CR: ver **ANEXO III**.

8. RGP 3 | NORTE E EIXO BALTAZAR

No dia 9 de fevereiro de 2023, das 9h às 12h, foi realizada a visita na Região de Gestão do Planejamento 3, que abrange a Subprefeitura Norte e a Subprefeitura Eixo Baltazar.

a. Participantes

Representantes da Região no GT-CR: Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Conselheiro da RGP1 no CMDUA), Ronie Gomes (Conselheiro Suplente da RGP1 no CMDUA), Carlos Paixão (Conselheiro do OP), Lino Pereira (Conselheiro do OP), Luciano Sussi (Subprefeitura Norte) e Otacílio Junior (Subprefeitura Eixo Baltazar).

Equipe da Consultoria EY: Diogo Mac Cord, Rose Hofmann, Ana Luísa Santos, Bruno Cunha, Caroline Cabral e Sophia Mitropoulos.

Técnicos da SMAMUS/PMPA: Arq. Guilherme Castanheira e Arq. Catiane Cardoso.

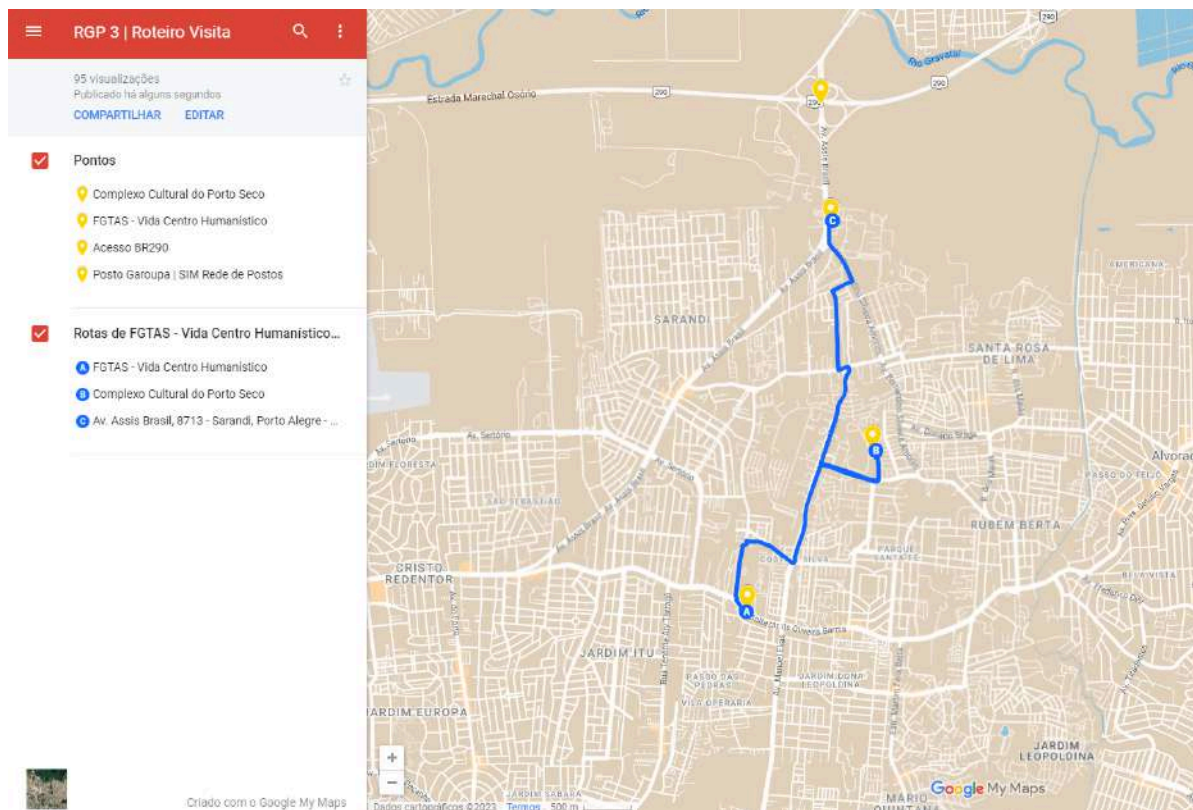
b. Roteiro

Figura 40 – Roteiro de visita à RGP3 | Pontos

RGP3 - NORTE E EIXO-BALTAZAR - 9h às 12h			
<u>Roteiro</u>			
Responsáveis SMAMUS: Guilherme Castanheira e Catiane Cardoso			
	PONTOS	PARADA	HORÁRIO
1	Acesso BR290 - Posto Garoupa	SIM	9h
2	Complexo Porto Seco	SIM	9h30
3	FGTAS - Vida Centro Humanístico	SIM	11h

Fonte: DPU/SMAMUS

Figura 41 – Roteiro de visita à RGP3 | Percurso



Fonte: DPU/SMAMUS

c. Visita

A visita iniciou no FGTAS - Vida Centro Humanístico, escolhido como ponto de encontro da equipe da secretaria e EY com o Conselheiro da RGP 3 Jackson e demais líderes comunitários.

Os espaços do FGTAS foram visitados e foi realizada uma apresentação breve pelo Conselheiro e representantes da RGP 3. A ideia foi demonstrar o potencial do espaço para região, que atualmente já é utilizado para atendimento da população através do provimento de vários serviços, mas que, na visão dos representantes da RGP 3, poderia ser ampliado.

O percurso seguiu então para o Complexo do Porto Seco. O primeiro ponto de parada foi em frente à entrada do estacionamento do Complexo Cultural do Porto Seco e depois seguiu-se o percurso de carro dentro do espaço. Neste local os representantes falaram dos problemas relacionados à utilização do espaço (somente no carnaval), da insegurança existente, das condições dos barracões das escolas de samba e da situação do entorno, com muitas ocupações e população carente. Foi realizada uma segunda

parada para um café no escritório do Complexo do Porto Seco, oferecido pelo Conselheiro da RGP 3 Jackson. No local, o Conselheiro realizou uma apresentação sobre o Complexo Porto Seco, com informações de números de viagens, empresas, potencial do lugar, desafios e oportunidades.

Seguindo o itinerário, foi realizado um percurso interno pela região, com destino às áreas de aterro próximo à Coca Cola e à Havan. Lá, os líderes comunitários falaram sobre as comunidades que podem ser afetadas por construções de condomínios na proximidade dos arroios existentes na região. Como ponto final da visita, a equipe retornou ao FGTAS para despedir-se do Conselheiro e demais representantes da RGP 3.

Figuras 42 e 43 - Pavilhão FGTAS, RGP3



Fonte: SMAMUS/DPU

Figuras 44 e 45 - Terreno FGTA5 (à esquerda) e entorno do Complexo do Porto Seco (à direita)



Fonte: SMAMUS/DPU

d. Relatos

Relato enviado pela Consultoria Ernst & Young: ver **ANEXO I**.

Relato enviado por integrante(s) do GT-CR: não foi enviado até a publicação deste Relatório.

9. RGP 4 | LESTE E NORDESTE

No dia 9 de fevereiro de 2023, das 13h30 às 16h, foi realizada a visita na Região de Gestão do Planejamento 4, que abrange a Subprefeitura Leste e a Subprefeitura Nordeste.

a. Participantes

Representantes da Região no GT-CR: digite aqui, digite aqui, digite aqui.

Equipe da Consultoria EY: Diogo Mac Cord, Rose Hofmann, Ana Luísa Santos, Bruno Cunha, Caroline Cabral e Sophia Mitropoulos.

Técnicos da SMAMUS/PMPA: Arq. Guilherme Castanheira e Arq. Luiza Moron.

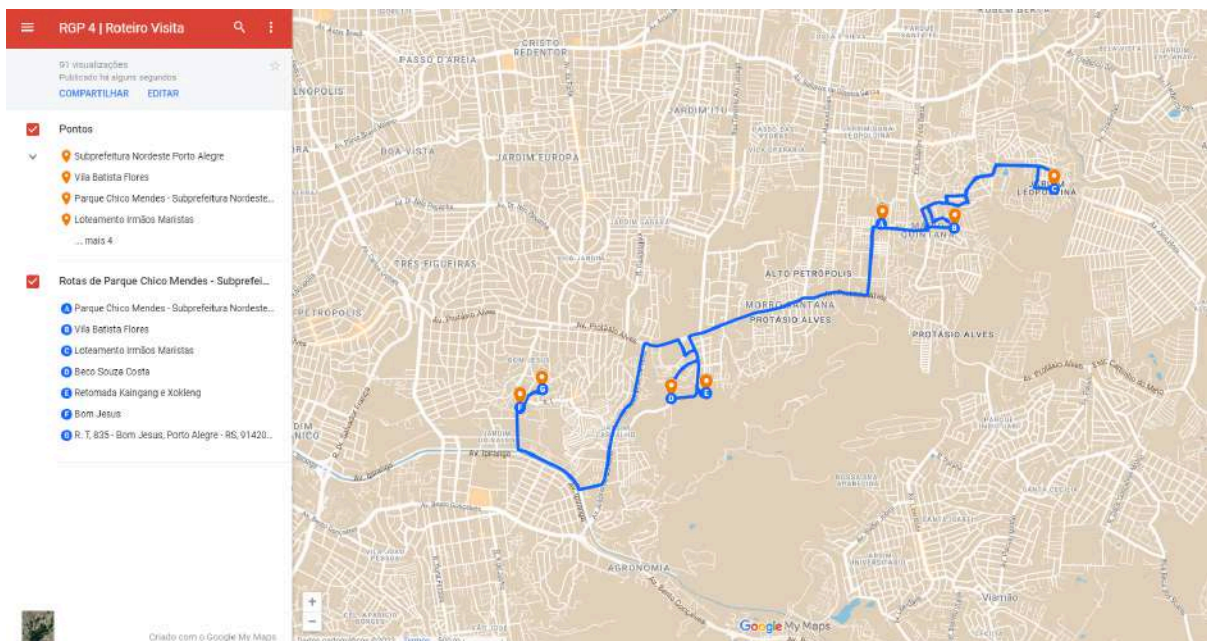
b. Roteiro

Figura 46 – Roteiro de visita à RGP4 | Pontos

RGP4 - LESTE E NORDESTE - 13h30 às 16h			
<u>Roteiro</u>			
Responsáveis SMAMUS: Guilherme Castanheira e Luiza Moron			
	PONTOS	PARADA	HORÁRIO
1	Parque Chico Mendes - Subprefeitura Nordeste	SIM	13h30
2	Vila Batista Flores		
3	Loteamento Irmãos Maristas	SIM	14h
4	Retomada Kaingang e Xokleng		
5	Beco Souza Costa		
6	Entrada Bom Jesus	SIM	15h
7	Centro de Educação Ambiental (CEA)	SIM	15h15

Fonte: DPU/SMAMUS

Figura 47 – Roteiro de visita à RGP4 | Percurso



Fonte: DPU/SMAMUS

c. Visita

A visita iniciou-se no Parque Chico Mendes, ponto combinado com a Conselheira da RGP 4 Tânia para início do percurso.

O percurso seguiu para algumas comunidades, entre elas Vila Batista Flores e Loteamento Irmãos Maristas. Durante o percurso, o líder comunitário Manoel Rocha relatou o histórico das comunidades que existem na região. Realizou-se uma parada no Loteamento Irmãos Maristas e outras áreas. Em cada uma das paradas, a Conselheira Tânia e o líder comunitário Manoel trouxeram informações sobre os processos realizados para implantação das moradias, os desafios das comunidades, o potencial da região, as carências, etc.

As representantes, Tatiana e Denise, da subprefeitura Leste e Aline, da subprefeitura Nordeste, se uniram ao percurso junto a Vila Jardim do Verde e, na sequência, o representante da Associação de Moradores, Davi, e **outros líderes comunitários** da região fizeram seus relatos sobre a comunidade. A visita seguiu para a Retomada Kaingang e Xokleng no Morro Santana, com parada e conversa com a **Cacique (nome)** que mora no local. A Cacique fez uma fala, juntamente com a representante de movimentos sociais Ni, a líder comunitária Cenir e Letícia Fagundes, Secretária do Conselho de Cultura, que estavam aguardando a chegada da equipe para fazerem algumas considerações sobre o processo de Revisão do PD.

O roteiro seguiu para o Beco Souza Costa em direção ao Centro de Educação Ambiental (CEA), localizado no Bairro Bom Jesus, onde o grupo realizou uma parada. O gestor local, Henrique, fez uma breve apresentação do trabalho realizado no centro. Após este ponto, a visita foi encerrada.

Figura 48 - Visita à RGP4, Porto Alegre



Fonte: Tânia Maria dos Santos da Silveira

Figura 49 - Retomada Kaigang e Xokleng, Morro Santana, RGP4, Porto Alegre



Fonte: Tânia Maria dos Santos da Silveira

Figura 50 - Retomada Kaingang e Xokleng, Morro Santana, RGP4, Porto Alegre



Fonte: Tânia Maria dos Santos da Silveira

d. Relatos

Relato enviado pela Consultoria Ernst & Young: ver **ANEXO I**.

Relato enviado por integrante(s) do GT-CR: não foi enviado até a publicação deste Relatório.

Relatório Descritivo

Eixos Temáticos

Porto Alegre, 2023

Diretoria de Planejamento Urbano

Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

GOVERNO MUNICIPAL

Sebastião Melo

Prefeito de Porto Alegre

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

Germano Bremm

Secretário do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Cíntia Rockenbach

Secretária Adjunta do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

Patrícia da Silva Tschoepke

Diretora de Planejamento Urbano

Vaneska Paiva Henrique

Coordenadora de Planejamento Urbano

EQUIPE TÉCNICA

*Coordenação Técnica da
Revisão do Plano Diretor:*

Arq. Esp. Patrícia da Silva Tschoepke
Arq. MSc. Vaneska Paiva Henrique
Arq. Esp. Gisele Coelho Vargas
Eng. MSc. Matheus Chidiac Marchiori
Arq. Esp. Renata Saffer
Arq. MSc. Guilherme Silveira Castanheira
Arq. Esp. Caroline Giordani Meine
Arq. Esp. Catiane Burghausen Cardoso
Arq. Letícia Cruz Klein
Arq. Daniela Vieira da Silva
Arq. Esp. Carolina Wallau de Oliveira Kessler
Eng. Tânia Regina Quintana Rodrigues
Arq. Esp. Antônio Luis Gomes Pinto
Eng. Tiago Rutsatz Salomoni

Apoio Técnico:

Arq. Luiza Carolina Moron
Arq. Lígia Saraiva Soares
Arq. Esp. Maria Paula Ludke Regal
Arq. Natalia Fernanda Oriola
Arq. Esp. Simone dos Santos Fernandes
Arq. Vânia Klein
Arq. Verônica Moraes Medina
Arq. Vinícios da Silva
Arq. Esp. Ana Aguirre
Assist. Adm. Lúcia Pansera de Melo
Assist. Adm. Márcia Nunes Grecco
Acad. José Roberto Parenti Gayotto

Sumário

1. Introdução	4
1.1 Os Eixos Temáticos da Etapa de Leitura da Cidade	4
2. Metodologia	7
3. Sistematização das Contribuições dos grupos	11
3.1 ET 1 Desenvolvimento Social e Cultural	12
3.1.1 ET 1 Caracterização	12
3.1.1.1 Subgrupo I Áreas de Interesse Sócio- Cultural	13
3.1.1.2 Subgrupo II Espaços Públicos	15
3.1.1.3 Subgrupos III e V Inclusão Social e Acesso à Cidade	15
3.1.1.4 Subgrupo IV Fomento ao Desenvolvimento Social	17
3.1.2 ET 1 Reuniões do eixo temático	18
3.2 ET 2 Ambiente Natural	20
3.2.1 ET 2 Caracterização	21
3.2.1.1 Subgrupo I Áreas de Risco	21
3.2.1.2 Subgrupo II Corredores Ecológicos	23
3.2.1.3 Subgrupo III Arborização Urbana	24
3.2.1.4 Subgrupo IV Áreas de Interesse Ambiental	26
3.2.1.5 Subgrupo V Áreas Verdes Públicas	30
3.2.2 ET 2 Reuniões do eixo temático	32
3.3 ET 3 Patrimônio Cultural	35
3.3.1 ET 3 Caracterização	35
3.3.1.1 Subgrupo I Patrimônio Material Edificado	37
3.3.1.2 Subgrupo II Paisagem e Conjuntos	42
3.3.1.3 Subgrupo III Patrimônio Móvel, Imaterial e Manifestações Culturais	44
3.3.2 ET 3 Reuniões do eixo temático	44
3.4 ET 4 Mobilidade e Transporte	47
3.4.1 ET 4 Caracterização	47
3.4.1.1 Subgrupo I Sistema Viário	49
3.4.1.2 Subgrupo II Zoneamento e Estrutura Urbana	51
3.4.1.3 Subgrupo III Mobilidade Ativa	52
3.4.1.4 Subgrupo IV Transporte	54
3.4.1.5 Subgrupo V Instrumentos e Programas	58
3.4.2 ET 4 Reuniões do eixo temático	62
3.5 ET 5 Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana	64
3.5.1 ET 5 Caracterização	65
3.5.1.1 Subgrupo I Densidade e Infraestrutura	68
3.5.1.2 Subgrupo II Equipamentos e Espaços Públicos	69
3.5.1.3 Subgrupo III Parcelamento e Uso do Solo	70

3.5.1.4 Subgrupo IV Desempenho das Edificações	73
3.5.1.5 Subgrupo V Cidade Consolidada e Regularização Fundiária	74
3.5.2 ET 5 Reuniões do eixo temático	76
3.6 ET 6 Desenvolvimento Econômico	78
3.6.1 ET 6 Caracterização	79
3.6.1.1 Subgrupo I Setor Terciário	81
3.6.1.2 Subgrupo II Atividades Econômicas	82
3.6.1.3 Subgrupo III Economia Primária/Área Rural	88
3.6.1.4 Subgrupo IV Indústrias	88
3.6.1.5 Subgrupo V Infraestrutura	89
3.6.2 ET 6 Reuniões do eixo temático	89
3.7 ET 7 Gestão da Cidade	91
3.7.1 ET 7 Caracterização	92
3.7.1.2 Subgrupo I Gestão Democrática e Participação	93
3.7.1.2 Subgrupo II Mecanismos de Aprovação, Programas e Projetos Especiais	95
3.7.1.3 Subgrupo III Ações e Políticas de Desenvolvimento	96
3.7.1.4 Subgrupo IV Instrumentos Urbanísticos para Implementação das Ações	97
3.7.2 ET 7 Reuniões do eixo temático	100
Referências	103
Bibliografia Consultada	105
Anexos	110
A - Registros das Reuniões e lista de presença	110
B - Apresentações Realizadas	110
C - Circuitos Esquemáticos	110

1. Introdução

O Planejamento Urbano trata-se de uma disciplina que lida com o processo de estruturação de ambientes urbanos complexos envolvendo, pela sua natureza, a correlação de fatores do meio natural e do meio antrópico para sua adequada execução. Atributos urbanos, como aspectos relacionados ao ambiente natural, uso do solo, hierarquia viária, dados socioeconômicos, valor do solo e a própria dinâmica de ocupação do território, envolvem debates específicos, orientados a tais temas.

O Plano Diretor, instrumento básico do planejamento urbano e da política de desenvolvimento e expansão urbana, conforme definido na Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, regulamentado pelo Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), deve ser capaz de estabelecer normas para ocupação do território lidando com as variáveis acima mencionadas.

Neste contexto, a partir da Instrução Normativa nº 07/2023 (Porto Alegre, 2023), regulamenta-se a criação de Grupos de Trabalho específicos voltados ao debate a partir dos seus eixos temáticos com o objetivo de **produzir resultados para o plano diretor e indicações para as políticas de desenvolvimento urbano no âmbito da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre.**

O presente relatório tem como objetivo apresentar a compilação das discussões realizadas por tais Grupos durante a Etapa de Leitura da Cidade da presente Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

1.1 Os Eixos Temáticos da Etapa de Leitura da Cidade

Conforme o Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores (Brasil, 2022)¹, uma das referências da atual Revisão do PDDUA, é durante a Leitura da Cidade que podemos identificar quais são os temas e problemáticas prioritários para o Município.

¹ O “Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores” é um dos produtos da cooperação técnica entre os governos Brasileiro e Alemão, no âmbito do Projeto ANDUS – Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil. É resultado da implementação do Ministério do Desenvolvimento Regional e da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, designada pelo Ministério do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha – BMU. Este produto mostra o quanto se pode avançar por meio do trabalho multinível, de aprendizagem mútua e constante, rumo à construção de cidades e de um mundo melhor para todos.

Nesse sentido, os trabalhos da Etapa de Leitura da Cidade da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre em 2023 foram estruturados em **sete eixos temáticos** de debate, resultantes da compatibilização entre as atuais Estratégias do PDDUA², os temas elencados pela sociedade e debatidos no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA) no início do processo de Revisão do Plano Diretor (Porto Alegre, 2016), os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Nações Unidas, c2023) e os trabalhos do Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO) para a Revisão do PDDUA, bem como da consultoria contratada para dar subsídios à Revisão do Plano Diretor - Ernst & Young (EY) e parceiros. Os sete eixos temáticos consolidados a partir desta compatibilização foram:

- I - Desenvolvimento Social e Cultural;
- II - Ambiente Natural;
- III - Patrimônio Cultural;
- IV - Mobilidade e Transporte;
- V - Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana;
- VI - Desenvolvimento Econômico;
- VII - Gestão da Cidade.

No início de 2023, foram constituídos sete grupos de trabalho por eixo temático para apoiar a organização da **Conferência de Avaliação do Plano Diretor** (2023), para os quais foram convidados os participantes dos grupos de trabalho da Revisão constituídos a partir da Instrução Normativa 04/2021 (Porto Alegre, 2021): Grupo de Trabalho Técnico Operacional (GT-TO), Grupo de Trabalho Consultivo Técnico (GT-CT) e Grupo de Trabalho Consultivo das Regiões de Planejamento (GT-CR). Uma vez realizada a Conferência, em março de 2023, os grupos de trabalho dos eixos temáticos foram novamente abertos para a inscrição, com convites enviados aos participantes dos demais GTs, e deu-se continuidade às suas reuniões com o intuito de aprofundar as discussões acerca da Revisão do PDDUA de acordo com os assuntos abordados em cada eixo.

As reuniões dos grupos de trabalho dos eixos temáticos tiveram continuidade de abril a julho de 2023, período no qual também foram realizadas sete **Oficinas Temáticas** (2023) abertas à população.

² O PDDUA conta atualmente com **7 Estratégias**. São elas as Estratégias (I) Da Estruturação Urbana, (II) Da Mobilidade Urbana, (III) Do Uso do Solo Privado, (IV) Da Qualificação Ambiental, (V) Da Promoção Econômica, (VI) Da Produção da Cidade e (VII) Do Sistema de Planejamento.

O trabalho desenvolvido em cada um dos grupos dos eixos temáticos resultou em indicações para as próximas etapas da Revisão do PDDUA utilizando como base conceitual metodológica o Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores (Brasil, 2022) e foi compartilhado no **Seminário de Leitura da Cidade**, em julho de 2023.

As seções a seguir apresentam a metodologia proposta para compilação dos resultados de cada grupo, bem como os registros de participação no decorrer do processo.

2. Metodologia

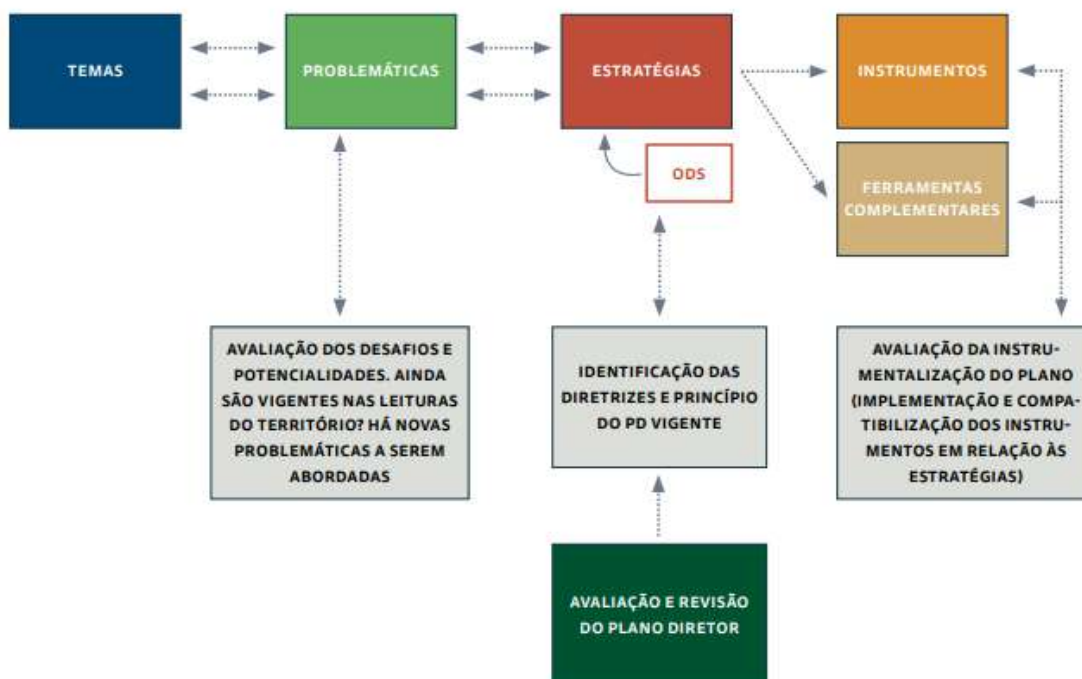
O **objetivo geral dos Grupos de Trabalho dos Eixos Temáticos** foi produzir resultados para o Plano Diretor e indicações para as políticas de desenvolvimento urbano no âmbito da Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre.

Considerando o objetivo geral acima estabelecido, dentre os objetivos específicos do processo metodológico está a consolidação dos seguintes resultados a partir do trabalho dos grupos:

- a) elaboração de **indicações de temas, estratégias e instrumentos** para a Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre;
- b) elaboração de **indicações para políticas de desenvolvimento urbano** a partir do Plano Diretor;
- c) elaboração de um **documento síntese com as contribuições desenvolvidas** nas alíneas a e b, a ser apresentado no Seminário Leitura da Cidade.

De acordo com o Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores (Brasil, 2022), o processo de construção de propostas para elaboração e revisão de Planos Diretores deve envolver um percurso vinculando temas às soluções propostas. Conforme o Guia, este percurso deve envolver (i) a identificação de temas, (ii) a identificação de problemáticas vinculadas a estes temas e (iii) a definição de estratégias para o enfrentamento das problemáticas, operadas através de (iv) instrumentos e ferramentas complementares.

Figura 1 - Circuito Problemática, Estratégia, Instrumento ou Ferramenta Complementar



Fonte: BRASIL, 2022.

O Guia estrutura-se a partir de algumas temáticas iniciais propostas, às quais somam-se os temas específicos de cada município. Neste sentido, a Equipe de Planejamento Urbano da Secretaria do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) estruturou uma proposta buscando relacionar as estratégias do atual Plano de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA) com as temáticas propostas no Guia e com as contribuições registradas no decorrer do processo de participação dos integrantes de cada eixo temático durante as reuniões de debate realizadas de abril a julho de 2023.

Figura 2 - Exemplo de aplicação do circuito

TEMAS	PROBLEMATÍCAS	QUESTÕES QUALIFICADORAS	ESTRATÉGIAS	QUESTÕES QUALIFICADORAS	INSTRUMENTOS	DETALHAMENTOS DOS INSTRUMENTOS	FERRAMENTAS COMPLEMENTARES
Escreva aqui o Tema relacionado à questão identificada no município.	P01 Escreva aqui a Problemática de acordo com as orientações da seção "Como montar seu próprio circuito: Problemática , Estratégia , Instrumento ou Ferramenta Complementar :" do Guia para implementação de planos diretores.	P01 Q1 Escreva nesta coluna as qualificações da problemática, caso necessário separá-la em duas ou mais abordagens da Problemática .	E01 Escreva nesta coluna as Estratégias Lembre-se que uma mesma Problemática (com ou sem questões qualificadoras) pode ser abordada por mais de uma Estratégia e que uma mesma Estratégia pode ser útil para diversas Problemáticas . Caso necessário, use setas ou linhas para construir cada percurso.	E01 Q1 Escreva nesta coluna as qualificações e detalhes de cada Estratégia , se houver.	Indique nesta coluna os Instrumentos mais pertinentes para operacionalizar cada Estratégia , de acordo com o exposto na seção "Instrumentos" do Guia para implementação de planos diretores. Sempre indique quando for interessante combinar dois ou mais Instrumentos . Lembre-se que uma mesma Estratégia (com ou sem questões qualificadoras) pode ser abordada por mais de um Instrumento e que um mesmo Instrumento pode ser útil para diversas Estratégias .	Caso haja algum detalhamento do Instrumento , escreva-o nesta coluna.	Caso haja Ferramentas Complementares pertinentes para operacionalizar qualquer Estratégia , escreva-as nesta coluna.
		P1 Q2	E02	E01 Q2			
				E01 Q3			
				E02 Q01			

Fonte: Brasil, 2022.

Para dar início à construção do circuito nos grupos de trabalho dos eixos temáticos, foram utilizados os resultados da Conferência de Avaliação do Plano Diretor, realizada em março de 2023. No decorrer do trabalho dos grupos, o modelo do circuito foi utilizado por cada Coordenador como base para sistematização das contribuições realizadas ao longo das reuniões (Quadro 1).

Quadro 1 - Insumos das participações para elaboração do circuito.

Temas	Temas extraídos dos tópicos prioritários definidos na dinâmica do dia 2 da Conferência.
Problemáticas	Problemáticas extraídas das respostas aos pontos negativos definidos na dinâmica do dia 2 da Conferência.
Questões Qualificadoras (Problemáticas)	Para as questões qualificadoras, adicionaram-se informações relativas às respostas da conferência: diagnósticos, resultados oficinas e da exposição, bem como as problemáticas extraídas do Guia (BRASIL, 2019).
Estratégias	Estratégias extraídas das resoluções aprovadas no dia 3 da Conferência.
Questões Qualificadoras (Estratégias)	Para as questões qualificadoras, adicionaram-se informações relativas às resoluções da Conferência, especialmente aquelas indicadas no Guia (BRASIL, 2019).
Instrumentos	Instrumentos extraídos das correlações no circuito no Guia (BRASIL, 2019).
Detalhamento dos Instrumentos	Idem anterior.
Ferramentas Complementares	Idem anterior.

O trabalho realizado apresentou os seguintes resultados preliminares:

- a) consolidação dos **temas e problemáticas** a serem abordados nas propostas para a revisão do Plano Diretor de Porto Alegre;
- b) indicações de possíveis **estratégias** para abordagem de soluções às problemáticas consolidadas;
- c) indicações de possíveis **instrumentos e ferramentas complementares** relacionados à estratégias elaboradas.

As seções seguintes detalham os trabalhos realizados para os sete eixos temáticos da Etapa de Leitura da Cidade.

3. Sistematização das Contribuições dos grupos

A compilação dos resultados das contribuições de cada Eixo Temático envolveu um processo de três passos, utilizando como base a metodologia descrita anteriormente:

- 1) Construção de um painel inicial contendo os resultados do 2º dia da Conferência de Avaliação do Plano Diretor, bem como as moções do 3º dia deste evento;
- 2) Registro das contribuições orais e escritas feitas pelos participantes nas reuniões do eixo temático sobre o painel inicial;
- 3) Realização de complementações técnicas feitas pelo corpo técnico da Diretoria de Planejamento Urbano (DPU-SMAMUS) no circuito para elaboração da versão final do painel por eixo temático, disponibilizada em anexo junto ao presente relatório.

Este trabalho resultou no cruzamento das contribuições com as indicações do Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores do Governo Federal (Brasil, 2022), referido anteriormente e utilizado como base para a elaboração do presente trabalho.

3.1 ET 1 | Desenvolvimento Social e Cultural

O Eixo Temático 1 trata da relação entre o Plano Diretor e a promoção da qualidade de vida da população, envolvendo os temas da inclusão social e de acesso a direitos sociais. Questões relacionadas às populações em situação de vulnerabilidade, à perspectiva de gênero no espaço urbano e às manifestações culturais locais também fazem parte desta discussão, bem como questões relacionadas a comunidades autóctones, à habitação de interesse social e à regularização fundiária.

Tópicos: inclusão social, educação, saúde, emprego, moradia, segurança, lazer, cultura, artes (visuais, música, teatro, dança, literatura), praças para todos, população em situação de rua, perspectiva de gênero, acessibilidade a todos, segurança alimentar, agricultura, resíduos, comunidades autóctones, habitação de interesse social, regularização fundiária.

Correlação com as Estratégias do PDDUA: VI. Da Produção da Cidade.

3.1.1 ET 1 | Caracterização

O tema “Desenvolvimento Social e Cultural” não é abordado no PDDUA como uma estratégia específica, como é o caso de outros temas, mas os Princípios do PDDUA (Art. 1º) trazem as questões sociais diretamente relacionadas nos seguintes incisos:

I – a gestão democrática, por meio da participação da população e das associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; (Alterado pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010).

II – a promoção da qualidade de vida e do ambiente, reduzindo as desigualdades e a exclusão social;

IV – o enriquecimento cultural da cidade pela diversificação, atratividade e competitividade;

X – a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda por meio do estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais; (Incluído pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010) (Porto Alegre, 2010).

Durante a Conferência de Avaliação do Plano Diretor e as reuniões do grupo de trabalho, os assuntos abordados no Eixo Temático 1 foram distribuídos em cinco subgrupos para melhor abordar suas especificidades. São eles (I) Áreas de Interesse Sócio-Cultural, (II) Espaços Públicos, (III) Inclusão Social, (IV) Fomento ao Desenvolvimento Social e (V) Acesso à Cidade. A seguir, cada um é apresentado.

3.1.1.1 Subgrupo I | Áreas de Interesse Sócio- Cultural

O PDDUA foi pioneiro na criação do instrumento de **Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS)** no país, que serviu inclusive como base para a integração do instrumento no Estatuto da Cidade. O Instrumento consta na SUBSEÇÃO I Das Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS Arts. 76 a 78, onde sua caracterização consta:

Art. 76. As Áreas Especiais de Interesse Social são aquelas destinadas à produção e à manutenção de Habitação de Interesse Social, com destinação específica, normas próprias de uso e ocupação do solo, compreendendo as seguintes situações:

I – AEIS I – assentamentos autoproduzidos por população de baixa renda em áreas públicas ou privadas, aplicando-se nessas áreas, conforme o caso, os seguintes instrumentos de regularização fundiária: (Alterado pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010).

a) nas áreas municipais: (Alterada pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010).

1. concessão do direito real de uso, em conformidade com o disposto na Lei Complementar n° 242, de 9 de janeiro de 1991, e alterações posteriores; (Alterado pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010).

2. concessão de uso especial para fins de moradia, nos termos da Medida Provisória n° 2.220, de 4 de setembro de 2001; (Alterado pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010).

3. o direito de superfície, em conformidade com o previsto nos arts. 21, 22, 23 e 24 da Lei Federal nº 10.257, de 2001, e alterações posteriores, dependendo de lei específica para a sua regulamentação; (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

b) nas áreas privadas, o usucapião especial de imóvel urbano, previsto nos arts. 9º e 14 da Lei Federal nº 10.257, de 2001, e alterações posteriores, e, para esses fins, o Poder Público Municipal fornecerá assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades ou os grupos sociais menos favorecidos; (Alterada pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

II – AEIS II – loteamentos públicos ou privados irregulares ou clandestinos que atendam às condições de habitabilidade nos termos do § 5º deste artigo;

III – AEIS III – imóveis não-edificados, subutilizados, localizados na Área de Ocupação Intensiva, que venham a ser destinados à implantação de Habitação de Interesse Social com interveniência do Poder Público.

IV – AEIS IV – áreas ocupadas com fins de uso habitacional por populações de baixa renda com incidência significativa de edificações precárias, não plenamente concluídas, degradadas ou destinadas originalmente a outras atividades, na maioria das vezes com carência de equipamentos públicos e comunitários (Porto Alegre, 2010).

Sendo que os demais artigos tratam de especificidades e formas de instituição. Já as Áreas de Interesse Cultural (AICs) aparecem na caracterização de zonas de uso:

Art. 32. As Zonas de Uso representam parcelas do território municipal, propostas com as mesmas características, em função de peculiaridades a serem estimuladas nas seguintes categorias:

IV – Áreas de Interesse Cultural – zonas que apresentam ocorrência de **patrimônio cultural representativo da história da cidade, com características físicas ou não**, que lhes conferem um caráter excepcional; [...] (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

E posteriormente detalhadas na SEÇÃO III Das Áreas Especiais de Interesse Ambiental, Subseção II, Art. 92 e 92-A, que trata das áreas de ambiência cultural, destacando-se, no caso em tela que visa tratar do patrimônio imaterial:

Art. 92. Áreas de Interesse Cultural são áreas que apresentam ocorrência de Patrimônio Cultural e que devem ser analisadas, visando a sua preservação no quadro da sustentabilidade urbana e ao **resgate da memória cultural** por meio da revitalização, restauração e potencialização das áreas significativas, por meio de flexibilização e fomento pelo Poder Público, identificadas no Anexo 3 desta Lei Complementar. (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

§ 1º Revogado. (L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

§ 2º A preservação de Áreas, Lugares e Unidades far-se-á pela definição de regime urbanístico específico, por tombamento e inventário.

§ 4º A identificação das áreas e dos bens que constituem Patrimônio Cultural será objeto de estudos específicos baseados no Inventário do Patrimônio Cultural, observados o valor histórico, o valor arqueológico, a excepcionalidade, **os valores de representatividade, de referência, arquitetônicos, simbólicos, práticas culturais, tradições e heranças**, considerando, ainda, as **relações físicas e culturais** com o entorno e a necessidade de manutenção de ambientação peculiar. (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

§ 5º Lei específica regulamentará o Inventário do Patrimônio Cultural, incluindo sítios arqueológicos e áreas de interesse arqueológico, estabelecendo conceitos, conteúdos, critérios de seleção, características, vigência, formas de proteção e de incentivo. (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

Art. 92-A. Áreas de Ambiência Cultural são áreas que, por apresentarem peculiaridades ambientais e culturais, devem ser preservadas, podendo também constituir transição entre as Áreas de Interesse Cultural e os demais setores da Cidade. (Incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

§ 1º Na identificação das Áreas de Ambiência Cultural, consideram-se as **relações físicas e culturais** com o entorno e a necessidade da manutenção de ambientação peculiar. (Incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010) (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

3.1.1.2 Subgrupo II | Espaços Públicos

O **espaço público** é aquele considerado de uso comum e pertencente a todos, sem distinção. Conforme glossário do PDDUA, **espaços abertos** - são lugares onde as pessoas podem se divertir, passear, buscar atendimento médico, comprar ou vender e aprender. Podem ser constituídos por áreas verdes (praças e parques) ou por edificações, como um shopping, um teatro ou mesmo um estádio de futebol.

O tema é abordado no PDDUA no CAPÍTULO I Da Estruturação Urbana, através dos Arts. 4º e 5º:

Art. 4º A Estratégia de Estruturação Urbana tem como objetivos gerais promover a estruturação do espaço na cidade e a integração metropolitana.

Parágrafo único - A implementação da Estratégia de Estruturação Urbana dar-se-á a partir da conceituação, identificação e classificação dos elementos referenciais do espaço urbano, existentes ou potenciais, e das suas conexões, valorizando prioritariamente o espaço público e, ainda, a proposição de projetos articulados com os municípios da Região Metropolitana.

Art. 5º Constituem a Estratégia de Estruturação Urbana:

I - Programa de Espaços Abertos, que propõe a implementação de um sistema de espaços referenciais articulados, edificados ou não, de abrangência local, urbana ou regional, caracterizados pelo uso coletivo e pela promoção da

interação social, com vistas a potencializar a legibilidade da cidade através do fortalecimento das centralidades e da valorização do patrimônio ambiental.

a) Integram o Sistema de Espaços Abertos todas as formas de conexão urbana que permitem viabilizar fluxos entre as diversas partes do sistema;

b) complementam o Sistema de Espaços Abertos todos os elementos que equipam o espaço público, tais como os de infraestrutura aparente na paisagem urbana, os de mobiliário urbano e os veículos de publicidade que compõem o espaço visual urbano, a serem regulamentados por lei; [...] (Porto Alegre, 2010).

3.1.1.3 Subgrupos III e V | Inclusão Social e Acesso à Cidade

Os subgrupos III e V foram unificados devido à similaridade entre os temas tratados. Além da **inclusão social** propriamente dita, do ponto de vista econômico, o **acesso à cidade** trata da possibilidade de qualquer cidadão acessar à moradia, serviços públicos, emprego, lazer, cultura, entre outros, não só do ponto de vista da acessibilidade física mas do direito de ir e vir e usufruir da cidade e tudo o que esta proporciona. Conforme mencionado anteriormente, alguns dos princípios (Art. 1º) do PDDUA abrangem questões relacionadas à inclusão social. No entanto, outras estratégias do PDDUA também abrangem a questão social e o acesso à cidade de formas indiretas.

O CAPÍTULO II, que trata da Mobilidade Urbana, prevê em seu Art. 6º:

Art. 6º A Estratégia de Mobilidade Urbana tem como objetivo geral qualificar a circulação e o transporte urbano, proporcionando os deslocamentos na cidade e **atendendo às distintas necessidades da população**, através de:

I – prioridade ao transporte coletivo, aos pedestres e às bicicletas;

II – redução das distâncias a percorrer, dos tempos de viagem, dos custos operacionais, das necessidades de deslocamento, do consumo energético e do impacto ambiental; [...] (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

A Estratégia de Produção da Cidade prevê em seu Art. 21, ações relacionadas ao tema, no Art. 22 as diretrizes para a implementação da política habitacional de interesse social e no Art. 23 os programas previstos.

Art. 21 [...]

III – da implementação de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de **acesso à terra** e capacite o Município para a produção pública de Habitação de Interesse Social (HIS);

IV – da implementação de uma **política habitacional para as populações de baixa e média renda**, com incentivos e estímulos à produção de habitação;

V – da implementação de políticas de incentivo ao **desenvolvimento harmônico visando à equidade** de ocupação e uso da infraestrutura urbana disponível;

Art. 22. Para a implementação da política habitacional de interesse social, serão adotadas as seguintes diretrizes:

I – a **regularização fundiária e a urbanização** específica dos assentamentos irregulares das populações de baixa renda e sua integração à malha urbana;

II – a **democratização do acesso à terra** e a ampliação da oferta de moradias para as populações de baixa e média renda;

III – a **redistribuição da renda urbana e do solo na cidade**, recuperando para a coletividade a valorização decorrente da ação do Poder Público; e

IV – a produção de padrões habitacionais adequados que **atendam às necessidades básicas** de habitabilidade, garantido os desempenhos técnico, econômico, humano, simbólico, social e ambiental.

Art. 23. Compõem a Estratégia de Produção da Cidade:

[...]

II – implementação de Programas de Habitação de Interesse Social por meio de ações, projetos e procedimentos administrativos específicos, que incidam no processo de ocupação informal do solo urbano, por meio da regulamentação, da manutenção conforme cadastro e da produção de empreendimentos de HIS, **viabilizando o acesso dos setores sociais de baixa renda ao solo urbanizado e legalizado**, adequadamente localizado, considerando, entre outros aspectos, áreas de risco, compatibilização com o meio ambiente, posição relativa aos locais estruturados da Cidade, em especial o acesso ao trabalho e aos serviços essenciais (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

3.1.1.4 Subgrupo IV | Fomento ao Desenvolvimento Social

Trata do acesso à educação e qualificação profissional, acesso ao mercado de trabalho e estímulo ao empreendedorismo local. A Estratégia de Promoção Econômica prevê as seguintes ações vinculadas ao tema:

Art. 19. A Estratégia de Promoção Econômica tem como principal objetivo o estabelecimento de políticas que busquem a dinamização da economia da cidade, a melhoria da **qualidade de vida e a qualificação da cidadania**, através de ações diretas com a comunidade e com os setores produtivos, assim como a articulação com outras esferas de poder.

§ 1º A implementação da Estratégia de Promoção Econômica dar-se-á através de:

[...]

III – estímulo ao crescimento e à desconcentração econômica;

IV – promoção da **geração de postos de trabalho** em sua relação com o lugar de residência;

V – **fomento à organização e à autopromoção** de iniciativas empreendedoras;

[...]

VII – **garantia de condições mínimas** de abastecimento e de consumo a todos;

VIII – **incentivo à produção e à socialização** de conhecimento tecnológico.

[...]

X – incentivo à criação de escolas técnicas para **formação e capacitação profissional**;

XI – incentivo à **criação de polos econômicos**;

XII – criação de programas de incentivo fiscal para alcançar o **desenvolvimento urbano e ambiental** da Cidade;

XIII – promoção de programas de **inclusão social para população de baixa renda** em processo de regularização fundiária;

Art. 20. Constituem a Estratégia de Promoção Econômica:

I – Programa de Dinamização da Economia, que visa a promover o **crescimento e a desconcentração econômica**;









II – Programa de Qualificação da Cidadania, que tem como principais metas a **democratização do conhecimento técnico** para os diversos tipos de atividades produtivas no Município, o incentivo a medidas que orientem para a visão de desenvolvimento sustentável nas empresas e a oferta de **alternativas de atividades para a população de baixa renda** (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).











3.1.2 ET 1 | Reuniões do eixo temático


O grupo de trabalho do Eixo Temático 1 - Desenvolvimento Social e Cultural teve cinco reuniões prévias à Conferência de Avaliação do Plano Diretor, que ocorreram entre janeiro e março de 2023, e seis encontros entre este evento e o Seminário Leitura da Cidade, que ocorreu em julho de 2023. Estas reuniões ocorreram na modalidade on-line, com a presença da equipe técnica da DPU-SMAMUS e os integrantes do ET1, dentre eles servidores de secretarias e autarquias do município, representantes de entidades e da comunidade. No total, as 11 reuniões contaram com um número de 115 participações. Alguns temas contaram com a participação de convidados, como a representante da Comissão Técnica de Análise de Regularização Fundiária (CTARF) para debater as Áreas de Interesse Sócio-cultural e da Diretoria de Fomento ao Empreendedorismo Social - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) na discussão sobre fomento ao desenvolvimento social.

Os encontros anteriores à Conferência de Avaliação do Plano Diretor foram focados na sua organização. Os encontros após a Conferência abordaram os assuntos descritos no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 - ET 1: assuntos abordados após a Conferência de Avaliação do Plano Diretor

DATA	ASSUNTO
25/04/2023	PARTE 1: - APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA GERAL - RESULTADOS GERAIS DA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PD - INSCRIÇÃO NO FORMULÁRIO EIXOS TEMÁTICOS PARTE 2: - ESPAÇO LIVRE
	APRESENTAÇÃO:  2023.04.25 6ª Reunião ET1-Cronograma e avaliação ...
	ATA / REGISTRO:  25.04.2023-Registro 6ª Reunião do Eixo Temático De...
	OUTROS:  Calendário Reuniões ET1.pdf
09/05/2023	PARTE 1: - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO - OFICINAS TEMÁTICAS PARTE 2: - METODOLOGIA GUIA PARA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES; - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO I ÁREAS DE INTERESSE SÓCIO-CULTURAL
	APRESENTAÇÃO:  2023.05.09 7ª Reunião ET1-Cronograma_Subgrupo I...
	ATA / REGISTRO:  09.05.2023-Registro 7ª Reunião do Eixo Temático De...
	OUTROS:  ET1-Painel-Subgrupo I GUIA.pdf
06/06/2023	PARTE 1: - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO - SEMINÁRIO - OFICINA TEMÁTICA ET1 - CONCEITUAÇÃO AEIS E AEIC PARTE 2: - APRESENTAÇÃO COMISSÕES (CTARF e CAADHAP) PARTE 3: - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO I ÁREAS DE INTERESSE SÓCIO-CULTURAL
	APRESENTAÇÃO:  2023.06.06 8ª Reunião ET1-Conceitos_Subgrupo_I.pdf
	ATA / REGISTRO:  06.06.2023-Registro 8ª Reunião do Eixo Temático De...

	OUTROS:	 ET1-Painel-Subgrupo I.pdf AEIS https://drive.google.com/drive/folders/14GU425oRIVfsnjFIMd6p6cID9g9Kvy6a?usp=drive link
20/06/2023	PARTE 1: - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO - CONCEITUAÇÃO ESPAÇOS PÚBLICOS PARTE 2: - APRESENTAÇÃO PARTE 3: - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO II ESPAÇOS PÚBLICOS	
	APRESENTAÇÃO:	 2023.06.20 9ª Reunião ET1-Conceitos_Subgrupo_II.pdf
	ATA / REGISTRO:	 20.06.2023-Registro 9ª Reunião do Eixo Temático De...
	OUTROS:	 ET1-Painel-Subgrupo II GUIA.pdf  ET1-Painel-Subgrupo II.pdf
27/06/2023	PARTE 1: - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO; - CONCEITUAÇÃO FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL PARTE 2: - APRESENTAÇÃO JOÃO FREIRE - DIRETOR DE FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SMDS) PARTE 3: - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO IV FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
	APRESENTAÇÃO:	 2023.06.27 10ª Reunião ET1-Conceitos_Subgrupo_IV...
	ATA / REGISTRO:	 27.06.2023-Registro 10ª Reunião do Eixo Temático D...
	OUTROS:	 ET1 - Subgrupo IV.pdf
04/07/2023	PARTE 1: - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO; - CONCEITUAÇÃO INCLUSÃO SOCIAL E ACESSO À CIDADE PARTE 2: - APRESENTAÇÃO PARTE 3: - DISCUSSÃO DOS SUBGRUPOS III e V INCLUSÃO SOCIAL E ACESSO À CIDADE	
	APRESENTAÇÃO:	 2023.07.04 11ª Reunião ET1-Conceitos_Subgrupo_III...
	ATA / REGISTRO:	 04.07.2023-Registro 11ª Reunião do Eixo Temático D...

	OUTROS:	 ET1 - Subgrupos III e V.pdf
--	---------	---

3.2 ET 2 | Ambiente Natural

O Eixo Temático 2 aborda, na esfera do Plano Diretor, a qualificação do território sob a perspectiva de valorização do meio ambiente. Envolve temas relacionados à sustentabilidade, à adequação às mudanças climáticas e à poluição. Engloba também questões relacionadas a áreas verdes, áreas de interesse ambiental, áreas de risco e áreas com passivos ambientais, entre outras. As discussões de políticas públicas voltadas para o incentivo a soluções ecológicas e para a integração entre as esferas urbana e ambiental no planejamento territorial também fazem parte deste eixo.

Tópicos: meio ambiente; sustentabilidade; adequação às mudanças climáticas; poluição (ar, água, solo, visual, sonora); áreas de interesse ambiental; áreas verdes públicas e privadas; áreas de risco; corredores ecológicos; serviços ecossistêmicos; arborização urbana; fauna silvestre; educação ambiental; recuperação de áreas com passivos ambientais; incentivo a soluções ecológicas; estímulo a energias alternativas.

Correlação com as Estratégias do PDDUA: IV. Da Qualificação Ambiental.

3.2.1 ET 2 | Caracterização

O tema “Ambiente Natural” está diretamente relacionado à “Estratégia IV - Da Qualificação Ambiental”, mas também possui forte correlação com as demais estratégias do PDDUA uma vez que a qualidade de vida humana, e urbana, depende diretamente da conservação dos nossos recursos naturais, o que está fortemente ligado à preservação do nosso patrimônio ambiental e à recuperação das áreas urbanas degradadas. Tanto, que isto está previsto no Título I da LC 434/99 (PDDUA) - Dos Princípios, no seu Art.1º, inciso IX:

Art. 1º - A promoção do desenvolvimento no Município de Porto Alegre tem como princípio o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, os termos da Lei Orgânica, garantindo:

[...]

IX. A defesa, a conservação e a preservação do meio ambiente; [...] (Porto Alegre, 2010).

Em síntese, Ambiente Natural também diz respeito às Estratégias de Estruturação Urbana, de Mobilidade Urbana, de Uso do Solo Privado, de Promoção Econômica e de Produção da Cidade, e as questões que envolvem sua conservação/preservação/

manutenção precisam estar presentes na Estratégia do Sistema de Planejamento para garantir um espaço urbano de qualidade para todos.

Durante a Conferência de Avaliação do Plano Diretor e as reuniões do grupo de trabalho, os assuntos abordados no Eixo Temático 2 foram distribuídos em cinco subgrupos para melhor abordar suas especificidades. São eles: (I) Áreas de Risco, (II) Corredores Ecológicos, (III) Arborização Urbana, (IV) Áreas de Interesse Ambiental e (V) Áreas Verdes Públicas. A seguir, cada um é apresentado.

3.2.1.1 Subgrupo I | Áreas de Risco

Apesar de não haver, no PDDUA, uma delimitação das “áreas de risco”, a questão da prevenção de riscos, é abordada desde os seus Princípios (Parte I - Do Desenvolvimento Urbano Ambiental, Título I - Dos Princípios, Artigo 1º), onde traz que o desenvolvimento urbano no município deve garantir a qualidade de vida assim como a preservação e conservação do ambiente, até as suas Disposições Finais e Transitórias (Parte IV - Das Disposições Finais e Transitórias, Artigo 159-B), quando reconhece o direito de se manter uma edificação desde que a legislação ambiental seja atendida na sua totalidade, ou seja, entre outras questões, desde que não haja incidência sobre áreas impróprias para edificar.

Art. 1º - A promoção do desenvolvimento no Município de Porto Alegre tem como princípio o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, nos termos da Lei Orgânica, garantindo:

[...]

II. A promoção da qualidade de vida e do ambiente, reduzindo as desigualdades e exclusão social;

[...]

VII. O fortalecimento da regulação pública sobre o solo urbano mediante a utilização de instrumentos redistributivos da renda urbana e da terra e controle sobre o uso e ocupação do espaço da cidade;

[...]

IX. A defesa, a conservação e a preservação do meio ambiente;

X. A regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda por meio do estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

[...]

Art. 159-B - As edificações comprovadamente existentes há mais de 20 (vinte) anos, pelos registros dos cadastros do Município ou por documentos comprobatórios, serão consideradas existentes e terão direito sobre a

respectiva área, devendo atender à legislação vigente somente na área a construir e à legislação de incêndio e ambiental na totalidade da edificação. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 646/2010) (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

A problemática das áreas de risco também está presente nas estratégias, programas, projetos e dispositivos de controle previstos no Plano que têm por objetivo a promoção de moradia digna, o acesso à cidade, a preservação do meio ambiente e a conservação das áreas ambientalmente sensíveis.

Art. 18 - Constituem a Estratégia de Qualificação Ambiental:

[...]

II. Programa de Proteção às Áreas Naturais, que propõe desenvolver estudos para a identificação de espaços representativos de valor natural, com vistas a estabelecer usos sustentáveis, resguardando as características que lhe conferem peculiaridade e envolvendo a recuperação de áreas degradadas e a preservação de riscos ambientais;

[...]

Art. 22 - Para a implementação da política habitacional de interesse social, serão adotadas as seguintes diretrizes:

[...]

II. A democratização do acesso à terra e a ampliação da oferta de moradias para as populações de baixa e média renda;

[...]

IV. A produção de padrões habitacionais adequados que atendam às necessidades básicas de habitabilidade, garantido os desempenhos técnico, econômico, humano, simbólico, social e ambiental. (Inciso IV incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010.)

§ 1º - No atendimento às diretrizes o Poder Público promoverá:

[...]

III. O reassentamento e/ou a recuperação do ambiente degradado das áreas ocupadas em situação de risco;

[...]

Art. 23 - Compõem a Estratégia de Produção da Cidade:

[...]

II. Implementação de Programas de Habitação de Interesse Social por meio de ações, projetos e procedimentos administrativos específicos, que incidam no processo de ocupação informal do solo urbano, por meio da regulamentação, da manutenção conforme cadastro e da produção de empreendimentos de HIS, viabilizando o acesso dos setores sociais de baixa renda ao solo urbanizado e legalizado, adequadamente localizado, considerando, entre

outros aspectos, áreas de risco, compatibilização com o meio ambiente, posição relativa aos locais estruturados da Cidade, em especial o acesso ao trabalho e aos serviços essenciais; (Redação do inc. II modificada pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010.)

[...]

Art. 65 - O núcleo autossustentável na Área de Ocupação Rarefeita, previsto no inc. V do art. 63 desta Lei Complementar, será admitido, quando observadas as seguintes condições: (NR) (Redação do “caput” modificada pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010.)

[...]

III. Não possua risco de alagamentos ou inundações; (Redação do inc. III modificada pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010.) (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

3.2.1.2 Subgrupo II | Corredores Ecológicos

No PDDUA, os corredores ecológicos foram incorporados à lei na revisão de 2010 como um dos componentes das áreas de proteção ambiental e estão presentes, juntamente com as áreas de preservação permanente e com as áreas de conservação, na Parte II - Do Sistema de Planejamento: Título IV - Dos Instrumentos de Regulação para a Intervenção no Solo, CAPÍTULO VII - Dos Equipamentos Urbanos e das Áreas Especiais, SEÇÃO III - Das Áreas Especiais de Interesse Ambiental, SUBSEÇÃO I - Das Áreas de Proteção ao Ambiente Natural, Art.88, parágrafo 5º:

Art. 88 - As Áreas de Proteção do Ambiente Natural terão o uso e a ocupação disciplinados por meio de regime urbanístico próprio, compatibilizados com as características que lhes conferem peculiaridades e admitem um zoneamento interno de uso, nos termos dos arts. 225, 235 e 245 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, compreendendo as seguintes situações: (Redação do “caput” modificada pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010.) (Lei Orgânica/1990)

[...]

III. Corredores Ecológicos. (Inciso III incluído pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010.)

[...]

§ 5º - Os Corredores Ecológicos são áreas remanescentes florestais, Unidades de Conservação, Reservas Particulares, Reservas Legais, Áreas de Preservação Permanente ou quaisquer outras áreas de florestas naturais que possibilitam o livre trânsito de animais e dispersão de sementes das espécies vegetais e o fluxo gênico entre as espécies da fauna e flora e a conservação da biodiversidade e garantia da conservação dos recursos hídricos do solo, do equilíbrio do clima e da paisagem, delimitados e instituídos por lei. (Parágrafo 5º incluído pela L.C. n° 646, de 22 de julho de 2010) (Porto Alegre, 2010).

3.2.1.3 Subgrupo III | Arborização Urbana

O PDDUA traz a arborização urbana como elemento que compõe diversas estratégias de solução para equilibrar as relações do ambiente natural com o ambiente construído, e dos conflitos ou conjunto de conflitos que surgem desta relação .

Na PARTE I - Do Desenvolvimento Urbano Ambiental, TÍTULO II - Das Estratégias, CAPÍTULO IV - Da Qualificação Ambiental, a arborização está implícita no Patrimônio Ambiental e na superação de conflitos referentes à poluição e degradação do meio ambiente, conforme os Artigos 13, 15 e 16, assim como citada nos programas que constituem a Estratégia da Qualificação Ambiental, no Art. 18.

Art. 13 - A Estratégia de Qualificação Ambiental tem como objetivo geral qualificar o território municipal, através da valorização do Patrimônio Ambiental, promovendo suas potencialidades e garantindo sua perpetuação, e da superação dos conflitos referentes à poluição e degradação do meio ambiente, saneamento e desperdício energético.

§ 1º - O Patrimônio Ambiental abrange os Patrimônios Cultural e Natural.

§ 2º- Os espaços representativos do Patrimônio Ambiental devem ter sua ocupação e utilização disciplinadas de forma a garantir a sua perpetuação, nos termos da Parte II.

[...]

Art. 15. Integram o Patrimônio Natural os elementos naturais ar, água, solo e subsolo, fauna, flora, assim como as amostras significativas dos ecossistemas originais do sítio de Porto Alegre indispensáveis à manutenção da biodiversidade ou à proteção das espécies ameaçadas de extinção, as manifestações fisionômicas que representam marcos referenciais da paisagem, que sejam de interesse proteger, preservar e conservar a fim de assegurar novas condições de equilíbrio urbano, essenciais à sadia qualidade de vida.

Art. 16. Para efeito desta Lei, considera-se:

[...]

VI. Árvore ou conjunto de árvores imunes ao corte: os exemplares botânicos que se destacam por sua raridade, beleza, localização, condição de porta-sementes, ameaçados de extinção ou de reconhecida utilidade à terra que revestem, os quais serão objeto de especificação e regulamentação nos termos do parágrafo único do art. 242 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. (Lei Orgânica/1990)

Art. 18. Constituem a Estratégia de Qualificação Ambiental:

[...]

III. Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas, que envolve ações permanentes de implantação e manutenção de parques e

praças, de disciplinamento da arborização nos passeios públicos e de criação de incentivos à arborização e ao ajardinamento em áreas privadas;

[...]

VI. Programa de Prevenção e Controle da Poluição, que propõe ações permanentes de monitoramento da qualidade do ar, da água, do solo e do espaço urbano, visando à prevenção, ao controle e à fiscalização das atividades potencialmente poluidoras, considerando as condições atmosférica, hídrica, do solo, sonora e visual e a degradação do meio ambiente. [...] (PORTO ALEGRE, 2010).

Já na PARTE III - Do Plano Regulador, TÍTULO I - Das Normas Gerais do Regime Urbanístico, CAPÍTULO III - Do Parcelamento do Solo, Seção I - Do Loteamento, a arborização aparece, no Art. 145, como uma das responsabilidades do loteador:

Art. 145. São de responsabilidade do loteador, de acordo com as normas técnicas dos órgãos competentes:

I. A execução e a arborização de vias, praças e parques;

II. A execução dos equipamentos públicos urbanos, de acordo com as normas técnicas dos órgãos competentes; [...] (Porto Alegre, 2010).

3.2.1.4 Subgrupo IV | Áreas de Interesse Ambiental

São porções de território localizadas dentro e nas bordas do perímetro urbano municipal, com características culturais ou naturais diferenciadas que estruturam a paisagem ou constituem ecossistemas importantes, atribuindo-lhes identidade, com repercussões em nível macro na cidade.

Conforme glossário do PDDUA, **áreas de interesse ambiental** são os espaços físicos que, pelas suas características, devam ter a sua ocupação e utilização reguladas, no sentido de conservar o patrimônio ambiental do Município, natural ou cultural.

Na LC 434/99 (PDDUA) o tema, um dos pilares do desenvolvimento urbano, é amplamente abordado conforme os artigos transcritos abaixo:

PARTE I - DO DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL

TÍTULO I - DOS PRINCÍPIOS

Art. 1º - A promoção do desenvolvimento no Município de Porto Alegre tem como princípio o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, nos termos da Lei Orgânica, garantindo:

[...]

II. A promoção da qualidade de vida e do ambiente, reduzindo as desigualdades e exclusão social;

[...]

IX. A defesa, a conservação e a preservação do meio ambiente

[...]

TÍTULO II - DAS ESTRATÉGIAS

CAPÍTULO IV - DA QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

Art. 13. A Estratégia de Qualificação Ambiental tem como objetivo geral qualificar o território municipal, através da valorização do Patrimônio Ambiental, promovendo suas potencialidades e garantindo sua perpetuação, e da superação dos conflitos referentes à poluição e degradação do meio ambiente, saneamento e desperdício energético.

§ 1º O Patrimônio Ambiental abrange os Patrimônios Cultural e Natural.

§ 2º Os espaços representativos do Patrimônio Ambiental devem ter sua ocupação e utilização disciplinadas de forma a garantir a sua perpetuação, nos termos da Parte II.

[...]

Art. 15. Integram o Patrimônio Natural os elementos naturais ar, água, solo e subsolo, fauna, flora, assim como as amostras significativas dos ecossistemas originais do sítio de Porto Alegre indispensáveis à manutenção da biodiversidade ou à proteção das espécies ameaçadas de extinção, as manifestações fisionômicas que representam marcos referenciais da paisagem, que sejam de interesse proteger, preservar e conservar a fim de assegurar novas condições de equilíbrio urbano, essenciais à sadia qualidade de vida.

Art. 16. Para efeito desta Lei, considera-se:

I - topo de morro: a área delimitada a partir da curva de nível correspondente a 2/3 (dois terços) da altura máxima da elevação em relação à base; (redação dada pela Lei Complementar nº646/2010)

II - nascente ou olho d'água: o local onde se verifica o aparecimento de água por afloramento do lençol freático;

III - talvegue: a linha de maior profundidade de um vale;

IV - curso d'água: a massa líquida que cobre uma superfície, seguindo um curso ou formando um banhado, cuja corrente pode ser perene, intermitente ou periódica;

V - faixas de Proteção de águas superficiais: as faixas de terreno compreendendo o conjunto de flora, fauna, solo e subsolo, correspondentes a nascentes, talvegues, cursos d'água, dimensionadas de forma a garantir a manutenção do manancial hídrico;

VI - árvore ou conjunto de árvores imunes ao corte: os exemplares botânicos que se destacam por sua raridade, beleza, localização, condição de porta-sementes, ameaçados de extinção ou de reconhecida utilidade à terra que revestem, os quais serão objeto de especificação e regulamentação nos termos do parágrafo único do art. 242 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre.

Art. 17. A implementação da Estratégia de Qualificação Ambiental dar-se-á através de:

I - conceituação, identificação e classificação dos espaços representativos do Patrimônio Ambiental, os quais deverão ter sua ocupação e utilização disciplinadas;

II - valorização do Patrimônio Ambiental como espaços diversificados na ocupação do território, constituindo elementos de fortalecimento das identidades cultural e natural;

III - caracterização do Patrimônio Ambiental como elemento significativo da valorização da paisagem e da estruturação dos espaços públicos e, como tal, integrante do Programa de Espaços Abertos;

IV - promoção de ações de saneamento, de monitoramento da poluição e de otimização do consumo energético.

V - aplicação de instrumentos urbanísticos e tributários com vistas ao estímulo à proteção do patrimônio natural nas propriedades identificadas nos termos do § 3o do art. 32.

Art. 18. Constituem a Estratégia de Qualificação Ambiental:

[...]

II - Programa de Proteção às Áreas Naturais, que propõe desenvolver estudos para a identificação de espaços representativos de valor natural, com vistas a estabelecer usos sustentáveis, resguardando as características que lhe conferem peculiaridade e envolvendo a recuperação de áreas degradadas e a preservação de riscos ambientais;

[...]

V - Programa de Gestão Ambiental, que propõe a elaboração do Plano de Gestão Ambiental, contendo diretrizes gerais de atuação consolidadas a partir dos planos setoriais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, gerenciamento de resíduos sólidos e de energia e do plano de proteção ambiental, visando a estabelecer prioridades de atuação articuladas, qualificando soluções e reduzindo custos operacionais no âmbito das bacias hidrográficas;

[...]

VI - Programa de Prevenção e Controle da Poluição, que propõe ações permanentes de monitoramento da qualidade do ar, da água, do solo e do espaço urbano, visando à prevenção, ao controle e à fiscalização das atividades potencialmente poluidoras, considerando as condições atmosférica, hídrica, do solo, sonora e visual e a degradação do meio ambiente.

[...]

PARTE II - DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO

TÍTULO III - DO MODELO ESPACIAL

CAPÍTULO IV - DAS ZONAS DE USO

Art. 31. As Zonas de Uso são concebidas de acordo com os seguintes conceitos básicos:

[...]

VI - manutenção do Patrimônio Ambiental do Município através da preservação dos bens naturais e culturais;

[...]

TÍTULO IV - DOS INSTRUMENTOS DE REGULAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO NO SOLO

CAPÍTULO VII - DOS EQUIPAMENTOS URBANOS E DAS ÁREAS ESPECIAIS

SEÇÃO III - DAS ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE AMBIENTAL

Art. 86. A identificação de Áreas Especiais de Interesse Ambiental visa ao cumprimento das diretrizes constantes na Lei Orgânica do Município referentes às políticas de preservação dos patrimônios cultural e natural e dividem-se em:

I - Áreas de Proteção do Ambiente Natural;

II - Áreas de Interesse Cultural.

§1º A abordagem das Áreas Especiais de Interesse Ambiental, nas Áreas de Ocupação Intensiva e Rarefeita, ocorrerá em três níveis, a partir da abrangência espacial e de suas peculiaridades:

I - Áreas de Interesse Ambiental - são porções de território com características culturais ou naturais diferenciadas que estruturam a paisagem ou constituem ecossistemas importantes, atribuindo-lhes identidade, com repercussões em nível macro na cidade;

II - Lugares de Interesse Ambiental - são porções de território, situados ou não em Áreas, que permitem identificar a ocorrência de conjuntos de elementos culturais ou naturais relacionados entre si, que, por seus valores, são passíveis de ações de preservação;

III - Unidades de Interesse Ambiental - são elementos pontuais, naturais ou culturais, que possuem valor significativo passível de ações de **preservação**.

§ 2º Através de lei, poderão ser instituídas novas Áreas de Interesse Cultural e de Proteção do Ambiente Natural com definição de limites e regime urbanístico próprios.

§ 3º As intervenções em Áreas Especiais de Interesse Ambiental serão objeto de Estudo de Viabilidade Urbanística, constituindo Projeto Especial.

§ 4º (vetado)

§ 5º Deverão ser criados critérios claros, objetivos e padrões diferenciados que ressalvem a supremacia dos elementos naturais sobre os de construção na Área de Ocupação Rarefeita na qual a conservação das condições naturais contribua para a manutenção e equilíbrio dos ecossistemas.

SUBSEÇÃO I - DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AO AMBIENTE NATURAL

Art. 88. As Áreas de Proteção do Ambiente Natural terão o uso e a ocupação disciplinados através de regime urbanístico próprio, compatibilizados com as características que lhes conferem peculiaridade e admitem um zoneamento interno de uso, nos termos dos arts. 225, 235 e 244 da Lei Orgânica do Município, compreendendo as seguintes situações:

I - Preservação Permanente;

II - Conservação.

§ 1º A Preservação Permanente aplicar-se-á às áreas referidas no art. 244 da Lei Orgânica do Município que, pelas suas condições fisiográficas, geológicas, hidrológicas, botânicas e climatológicas, formem um ecossistema de importância no ambiente natural.

§ 2º A Conservação aplicar-se-á às áreas naturais que se encontrem parcialmente descaracterizadas em suas condições naturais originais e apresentem maior compatibilidade com as transformações urbanas.

§ 3º As zonas de Preservação Permanente descritas no art. 244 da Lei Orgânica do Município que não estejam prejudicadas em seus atributos e funções essenciais poderão receber apenas o manejo indispensável para a recuperação do equilíbrio e de sua perpetuação.

§ 4º As zonas de Conservação poderão receber atividades destinadas à educação ambiental, ao lazer, à recreação, à habitação e à produção primária, desde que tais atividades não impliquem comprometimento significativo dos elementos naturais e da paisagem, favorecendo sua recuperação (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

3.2.1.5 Subgrupo V | Áreas Verdes Públicas

São áreas onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. As áreas verdes são de extrema importância para a qualidade da vida urbana pois agem, simultaneamente, sobre a percepção física e mental das pessoas, absorvendo ruídos e atenuando o calor do sol.

Conforme glossário do PDDUA, as áreas verdes se constituem como um dos componentes do sistema de espaços abertos. O tema é abordado no PDDUA no CAPÍTULO I Da Estruturação Urbana e no CAPÍTULO IV Da Qualificação Ambiental, através dos artigos citados abaixo.

TÍTULO II - DAS ESTRATÉGIAS

CAPÍTULO I - DA ESTRUTURAÇÃO URBANA

Art. 4º. A Estratégia de Estruturação Urbana tem como objetivos gerais promover a estruturação do espaço na cidade e a integração metropolitana.

Parágrafo único – A implementação da Estratégia de Estruturação Urbana dar-se-á a partir da conceituação, identificação e classificação dos elementos referenciais do espaço urbano, existentes ou potenciais, e das suas conexões,

valorizando prioritariamente o espaço público e, ainda, a proposição de projetos articulados com os municípios da Região Metropolitana.

Art. 5º. Constituem a Estratégia de Estruturação Urbana:

I – **Programa de Espaços Abertos**, que propõe a implementação de um sistema de espaços referenciais articulados, edificados ou não, de abrangência local, urbana ou regional, caracterizados pelo uso coletivo e pela promoção da interação social, com vistas a potencializar a legibilidade da cidade através do fortalecimento das centralidades e da valorização do patrimônio ambiental.

a) Integram o Sistema de Espaços Abertos todas as formas de conexão urbana que permitem viabilizar fluxos entre as diversas partes do sistema;

b) complementam o Sistema de Espaços Abertos todos os elementos que equipam o espaço público, tais como os de infraestrutura aparente na paisagem urbana, os de mobiliário urbano e os veículos de publicidade que compõem o espaço visual urbano, a serem regulamentados por lei.

CAPÍTULO IV - DA QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

Art. 13. A Estratégia de Qualificação Ambiental tem como objetivo geral qualificar o território municipal, através da valorização do Patrimônio Ambiental, promovendo suas potencialidades e garantindo sua perpetuação, e da superação dos conflitos referentes à poluição e degradação do meio ambiente, saneamento e desperdício energético.

§ 1º O Patrimônio Ambiental abrange os **Patrimônios Cultural e Natural**.

§ 2º Os espaços representativos do **Patrimônio Ambiental** devem ter sua ocupação e utilização disciplinadas de forma a garantir a sua perpetuação, nos termos da Parte II.

Art. 14. Integra o Patrimônio Cultural, para efeitos desta Lei, o conjunto de bens imóveis de valor significativo - edificações isoladas ou não -, ambiências, **parques urbanos e naturais, praças**, sítios e paisagens, assim como manifestações culturais - tradições, práticas e referências, denominados de bens intangíveis -, que conferem identidade a estes espaços.

[...]

Art. 15. Integram o Patrimônio Natural os elementos naturais ar, água, solo e subsolo, fauna, flora, assim como as amostras significativas dos ecossistemas originais do sítio de Porto Alegre indispensáveis à manutenção da biodiversidade ou à proteção das espécies ameaçadas de extinção, as manifestações fisionômicas que representam marcos referenciais da paisagem, que sejam de interesse proteger, preservar e conservar a fim de assegurar novas condições de equilíbrio urbano, essenciais à sadia qualidade de vida.

Art. 17. A implementação da Estratégia de Qualificação Ambiental dar-se-á através de:

[...]

II - valorização do Patrimônio Ambiental como espaços diversificados na ocupação do território, constituindo elementos de fortalecimento das identidades cultural e natural;

III - caracterização do Patrimônio Ambiental como elemento significativo da valorização da paisagem e da estruturação dos espaços públicos e, como tal, integrante do Programa de Espaços Abertos;

IV - promoção de ações de saneamento, de monitoramento da poluição e de otimização do consumo energético.

[...]

Art. 18. Constituem a Estratégia de Qualificação Ambiental:

[...]

III - **Programa de Implantação e Manutenção de Áreas Verdes Urbanas**, que envolve ações permanentes de implantação e manutenção de parques e praças, de disciplinamento da arborização nos passeios públicos e de criação de incentivos à arborização e ao ajardinamento em áreas privadas;

[...]

VI - **Programa de Prevenção e Controle da Poluição**, que propõe ações permanentes de monitoramento da qualidade do ar, da água, do solo e do espaço urbano, visando à prevenção, ao controle e à fiscalização das atividades potencialmente poluidoras, considerando as condições atmosférica, hídrica, do solo, sonora e visual e a degradação do meio ambiente (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

As áreas verdes públicas estão disciplinadas no CAPÍTULO III Do Parcelamento do Solo, através do Artigo 135 , conforme segue:

PARTE III - DO PLANO REGULADOR

TÍTULO I - DAS NORMAS GERAIS DO REGIME URBANÍSTICO

CAPÍTULO III - DO PARCELAMENTO DO SOLO

Art. 135. O parcelamento do solo observará as Zonas de Uso, os padrões urbanísticos dos Anexos 8 e 9 e o traçado do PDDUA.

[...]

§ 8º Nas áreas destinadas a praças ou parques públicos, são incluídas na definição do programa de atividades dos projetos executivos, a critério dos órgãos competentes, as funções fundamentais dos seguintes equipamentos:

I - efeito paisagístico e ambiental;

II - áreas ajardinadas e arborizadas;

III - espelhos d'água;

IV - monumentos; e

V - recreação infantil. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 646/2010)





§ 9º Relativamente ao disposto no § 8º deste artigo, em função da topografia e das aspirações dos moradores, serão destinados 2% (dois por cento) do total das áreas de praças e parques, existentes ou a serem executados na zona urbana intensiva do Município, para a construção de quadras de esportes, isoladas ou integradas às respectivas áreas. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 646/2010) (Porto Alegre, 2010).






3.2.2 ET 2 | Reuniões do eixo temático

O grupo de trabalho do Eixo Temático 2 - Ambiente Natural teve quatro reuniões prévias à Conferência de Avaliação do Plano Diretor, de março de 2023, e seis encontros entre este evento e o Seminário Leitura da Cidade, que ocorreu em julho de 2023. Estas reuniões ocorreram na modalidade on-line, com a presença da equipe técnica da DPU-SMAMUS e os integrantes do GT ET2, dentre dentre eles servidores de secretarias e autarquias do município, representantes de entidades e da comunidade. No total, as 10 reuniões contaram com um número de 152 participações.

Os encontros anteriores à Conferência de Avaliação do Plano Diretor foram focados na sua organização. Os encontros após a Conferência abordaram os assuntos descritos no Quadro 3 a seguir.

Quadro 3 - ET 2: assuntos abordados após a Conferência de Avaliação do Plano Diretor

DATA	ASSUNTO
28/04/2023	- APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA GERAL - RESULTADOS GERAIS DA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PD - INSCRIÇÃO NO FORMULÁRIO EIXOS TEMÁTICOS
	APRESENTAÇÃO:  2023.04.28 5ª Reunião ET2-Cronograma e avaliaçã...
	ATA / REGISTRO:  2023.04.28 Registro 5ª Reunião ET2.pdf
	OUTROS:  ET2 Recomendações Conferência Avaliação.pdf
12/05/2023	PARTE 1: - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO - OFICINAS TEMÁTICAS PARTE 2: - METODOLOGIA GUIA PARA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO I ÁREAS DE RISCO
	APRESENTAÇÃO:  2023.05.12 6ª Reunião ET2- Cronograma_Subgrup...

	ATA / REGISTRO:	 2023.05.12 Registro 6ª Reunião ET2.pdf
	OUTROS:	
16/06/2023	PARTE 1:	<ul style="list-style-type: none"> - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO - SEMINÁRIO - OFICINA TEMÁTICA ET 2
	PARTE 2:	<ul style="list-style-type: none"> - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO I ÁREAS DE RISCO - FINALIZAÇÃO
	PARTE 3:	<ul style="list-style-type: none"> - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO II CORREDORES ECOLÓGICOS
	APRESENTAÇÃO:	 2023.06.16 7ª Reunião ET2- Finalização Subgrupo I...
	ATA / REGISTRO:	 2023.06.16 Registro 7ª Reunião ET2.pdf
	OUTROS:	
23/06/2023	PARTE 1:	<ul style="list-style-type: none"> - ATUALIZAÇÕES ET2 - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO
	PARTE 2:	<ul style="list-style-type: none"> - INTRODUÇÃO DO SUBGRUPO IV - ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL - ABORDAGEM NO PDDUA - BIÓLOGO JOÃO ROBERTO MEIRA (EUOS/DLMA-SMAMUS) - REFERÊNCIA DO GUIA PARA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES
	PARTE 3:	<ul style="list-style-type: none"> - RESULTADOS DA CONFERÊNCIA E DEBATES SOBRE O SUBGRUPO IV
	APRESENTAÇÃO:	 2023.06.23 8ª Reunião ET2- Subgrupo IV.pdf
	ATA / REGISTRO:	 2023.06.23 Registro 8ª Reunião ET2.pdf
	OUTROS:	
30/06/2023	PARTE 1:	<ul style="list-style-type: none"> - RETOMADA DO CRONOGRAMA ATÉ JULHO - INTRODUÇÃO SUBGRUPO III - ARBORIZAÇÃO URBANA - REFERÊNCIA DOS GUIA PARA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES
	PARTE 2:	<ul style="list-style-type: none"> - APRESENTAÇÃO ARQ. VERÔNICA RIFFEL (CAU/DAV-SMAMUS)

	<p>PARTE 3: - RESULTADOS DA CONFERÊNCIA E DEBATES SOBRE O SUBGRUPO III</p>						
	<table border="1"> <tr> <td>APRESENTAÇÃO:</td> <td>📄 2023.06.30 9ª Reunião ET2- Subgrupo III.pdf</td> </tr> <tr> <td>ATA / REGISTRO:</td> <td>📄 2023.06.30 Registro 9ª Reunião ET2.pdf</td> </tr> <tr> <td>OUTROS:</td> <td> <ul style="list-style-type: none"> 📄 2023.06.30 9ª Reunião ET2-Apresentação_Arboriza... 📄 Plano Diretor de Arborização Urbana de Porto Ale... </td> </tr> </table>	APRESENTAÇÃO:	📄 2023.06.30 9ª Reunião ET2- Subgrupo III.pdf	ATA / REGISTRO:	📄 2023.06.30 Registro 9ª Reunião ET2.pdf	OUTROS:	<ul style="list-style-type: none"> 📄 2023.06.30 9ª Reunião ET2-Apresentação_Arboriza... 📄 Plano Diretor de Arborização Urbana de Porto Ale...
APRESENTAÇÃO:	📄 2023.06.30 9ª Reunião ET2- Subgrupo III.pdf						
ATA / REGISTRO:	📄 2023.06.30 Registro 9ª Reunião ET2.pdf						
OUTROS:	<ul style="list-style-type: none"> 📄 2023.06.30 9ª Reunião ET2-Apresentação_Arboriza... 📄 Plano Diretor de Arborização Urbana de Porto Ale... 						
07/07/2023	<p>PARTE 1: - RETOMADA DO CRONOGRAMA ATÉ O SEMINÁRIO - INTRODUÇÃO DO SUBGRUPO V ÁREAS VERDES PÚBLICAS - ABORDAGEM NO PDDUA - REFERÊNCIA DOS GUIA PARA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES</p> <p>PARTE 2: - APRESENTAÇÃO ARQ. ALESSANDRA NICOLETTI MOREIRA E ARQ. NAIANA MAURA JOHN (DPU-SMAMUS)</p> <p>PARTE 3: - RESULTADOS DA CONFERÊNCIA E DEBATES SOBRE O SUBGRUPO V</p>						
	<table border="1"> <tr> <td>APRESENTAÇÃO:</td> <td>📄 2023.07.07 10ª Reunião ET2- Subgrupo V.pdf</td> </tr> <tr> <td>ATA / REGISTRO:</td> <td>📄 2023.07.07 Registro 10ª Reunião ET2.pdf</td> </tr> <tr> <td>OUTROS:</td> <td>📄 2023.07.07 10ª Reunião ET2 -Apresentação_Áreas ...</td> </tr> </table>	APRESENTAÇÃO:	📄 2023.07.07 10ª Reunião ET2- Subgrupo V.pdf	ATA / REGISTRO:	📄 2023.07.07 Registro 10ª Reunião ET2.pdf	OUTROS:	📄 2023.07.07 10ª Reunião ET2 -Apresentação_Áreas ...
APRESENTAÇÃO:	📄 2023.07.07 10ª Reunião ET2- Subgrupo V.pdf						
ATA / REGISTRO:	📄 2023.07.07 Registro 10ª Reunião ET2.pdf						
OUTROS:	📄 2023.07.07 10ª Reunião ET2 -Apresentação_Áreas ...						

3.3 ET 3 | Patrimônio Cultural

O Eixo Temático 3 trata da relação do Plano Diretor com a valorização de bens imóveis e de bens intangíveis de valor significativo, de manifestações culturais, da memória cultural, das tradições e da identidade local. Também diz respeito às relações que os bens naturais e culturais guardam entre si, considerando as dinâmicas políticas, culturais e sociais do presente.

Tópicos: patrimônio histórico, bens arqueológicos, bens imóveis de valor significativo, paisagens, manifestações culturais, memória cultural, tradições, identidade local, relações entre bens naturais e culturais.

Correlação com as Estratégias do PDDUA: IV. Da Qualificação Ambiental.

3.3.1 ET 3 | Caracterização

O tema “Patrimônio Cultural” é abordado no PDDUA desde os Princípios, no Art. 1º:

Art. 1º A promoção do desenvolvimento no Município de Porto Alegre tem como princípio o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, nos termos da Lei Orgânica, garantindo:

[...]

XIV – a preservação dos sítios, das edificações e dos monumentos de valor histórico, artístico e cultural; e (Incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010) (Porto Alegre, 2010).

Nas Estratégias, o Patrimônio Cultural é contemplado na de Qualificação Ambiental:

Art. 13. A Estratégia de Qualificação Ambiental tem como objetivo geral qualificar o território municipal, através da valorização do Patrimônio Ambiental, promovendo suas potencialidades e garantindo sua perpetuação, e da superação dos conflitos referentes à poluição e degradação do meio ambiente, saneamento e desperdício energético.

§ 1º O Patrimônio Ambiental abrange os Patrimônios Cultural e Natural.

§ 2º Os espaços representativos do Patrimônio Ambiental devem ter sua ocupação e utilização disciplinadas de forma a garantir a sua perpetuação, nos termos da Parte II. (PORTO ALEGRE, 2010, grifo nosso).

Em seguida, o plano especifica os elementos que integram o Patrimônio Cultural no *caput* do Art. 14:

Art. 14 Integram o Patrimônio Cultural, para efeitos desta Lei Complementar, o conjunto de bens imóveis de valor significativo - edificações isoladas ou não, ambiências, parques urbanos e naturais, praças, sítios e áreas remanescentes de quilombos e comunidades indígenas -, paisagens, bens arqueológicos - históricos e pré-históricos -, bem como manifestações culturais - tradições, práticas e referências, denominados bens intangíveis, que conferem identidade a esses espaços. (Redação dada pela Lei Complementar nº 646/2010) (Porto Alegre, 2010).

Já no Art. 17, encontramos a descrição da implementação da Estratégia de Qualificação Ambiental:

Art. 17 A implementação da Estratégia de Qualificação Ambiental dar-se-á através de:

I - conceituação, identificação e classificação dos espaços representativos do Patrimônio Ambiental, os quais deverão ter sua ocupação e utilização disciplinadas;

II - valorização do Patrimônio Ambiental como espaços diversificados na ocupação do território, constituindo elementos de fortalecimento das identidades cultural e natural;

III - caracterização do Patrimônio Ambiental como elemento significativo da valorização da paisagem e da estruturação dos espaços públicos e, como tal, integrante do Programa de Espaços Abertos;

IV - promoção de ações de saneamento, de monitoramento da poluição e de otimização do consumo energético.

V - aplicação de instrumentos urbanísticos e tributários com vistas ao estímulo à proteção do patrimônio natural nas propriedades identificadas nos termos do § 3º do art. 32 (Porto Alegre, 2010).

Entre os programas que constituem a Estratégia de Qualificação Ambiental (Art. 18), existe um específico para o Patrimônio Cultural:

Art. 18 Constituem a Estratégia de Qualificação Ambiental:

I - **Programa de Valorização do Patrimônio Cultural**, que envolve ações e políticas que permitem identificar e classificar elementos de valor cultural, estabelecer diretrizes e desenvolver projetos com vistas ao resgate da memória cultural, tais como restauração, revitalização e potencialização de áreas significativas, e criar ou aperfeiçoar instrumentos normativos para incentivar a preservação; [...] (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

Quando o Plano passa a abordar as Zonas de Uso um dos conceitos básicos, para a concepção das mesmas, diz respeito ao Patrimônio Cultural:

Art. 31 As Zonas de Uso são concebidas de acordo com os seguintes conceitos básicos:

[...]

VI - manutenção do Patrimônio Ambiental do Município através da preservação dos bens naturais e culturais (Porto Alegre, 2010).

E quando passa a detalhar as Zonas de Uso, identificando os tipos de usos pretendidos para a cidade, destaca-se as Áreas de Interesse Cultural, no âmbito do Patrimônio Cultural:

Art. 32 As Zonas de Uso representam parcelas do território municipal, propostas com as mesmas características, em função de peculiaridades a serem estimuladas nas seguintes categorias:

[...]

IV - **Áreas de Interesse Cultural** - zonas que apresentam ocorrência de patrimônio cultural representativo da história da cidade, **com características físicas ou não**, que lhes conferem um caráter excepcional; [...] (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

Durante a Conferência de Avaliação do Plano Diretor e as reuniões do grupo de trabalho, os assuntos abordados no Eixo Temático 3 foram distribuídos em três subgrupos para melhor abordar suas especificidades. São eles (I) Patrimônio Material Edificado, (II) Paisagem e Conjuntos, (III) Patrimônio Móvel, Imaterial e Manifestações Culturais. A seguir, cada um é apresentado.

3.3.1.1 Subgrupo I | Patrimônio Material Edificado

O Subgrupo I - Patrimônio Material Edificado foi criado para abordar assuntos relacionados aos inventários, definição de níveis de preservação, regime urbanístico, incentivos, gestão e participação.

No Plano Diretor, encontramos as classificações das edificações de interesse cultural, no Parágrafo Único do Art. 14:

Parágrafo Único. **As edificações que integram o Patrimônio Cultural são identificadas como Tombadas e Inventariadas de Estruturação ou de Compatibilização**, nos termos de lei específica, observado que:

I - de **Estruturação** é aquela que por seus valores atribui identidade ao espaço, constituindo **elemento significativo** na estruturação da paisagem onde se localiza;

II - de **Compatibilização** é aquela que expressa relação significativa com a de Estruturação e seu **entorno**, cuja volumetria e outros elementos de composição requerem tratamento especial (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

Na Parte II - Sistema de Planejamento são apresentados instrumentos de regulação para intervenção no solo, onde percebemos a interface com o Patrimônio Cultural tanto na Transferência de Potencial Construtivo - TPC (Art. 51 a 52-A) como nos Projetos Especiais de 1º, 2º e 3º Graus (Art. 60 a 63):

Art. 51 Denomina-se **Transferência de Potencial Construtivo** a possibilidade do Município de transferir o direito correspondente à capacidade construtiva das áreas vinculadas ao sistema viário projetado, à instalação dos equipamentos públicos arrolados no § 1º do art. 52, bem como à preservação de bens tombados, como forma de pagamento em desapropriação ou outra forma de aquisição. (Regulamentado pelo Decreto nº 13116/2001)

§ 1º O potencial construtivo a transferir corresponde ao Índice de Aproveitamento relativo à parte atingida pela desapropriação ou pelo tombamento, observando-se a manutenção do equilíbrio entre os valores do terreno permutado e do terreno no qual seja aplicado o potencial construtivo, de acordo com avaliação dos órgãos técnicos municipais competentes, com base na planta de coeficientes de equivalência a ser publicada anualmente no Diário Oficial de Porto Alegre. (Parágrafo Único transformado em § 1º pela Lei Complementar nº 463/2001)

Art. 52 A Transferência de Potencial Construtivo pode ocorrer nos limites da Macrozona onde se situa o imóvel, desde que não sejam ultrapassados os patamares máximos de densificação da Unidade de Estruturação Urbana e do quarteirão.

[...]

§ 3º A Transferência de Potencial Construtivo para Áreas, Lugares e Unidades de Interesse Cultural deverá observar as limitações do regime urbanístico específico destas áreas.

§ 4º A Transferência de Potencial Construtivo decorrente de desapropriação de imóvel tombado e áreas de Parque Natural relacionadas por Lei ou Decreto alcançará toda a área de ocupação intensiva. (Redação dada pela Lei Complementar nº 515/2004)

[...]

§ 6º Dar-se-á prioridade à Transferência de Potencial Construtivo em decorrência do reconhecimento por parte do Poder Público de áreas de Patrimônio Ambiental, de acordo com a descrição proposta na Parte I - Do Desenvolvimento Urbano Ambiental, Título II - Das Estratégias, Capítulo IV - Da Qualificação Ambiental, art. 13, que por suas características integram o Patrimônio Cultural tombado, de acordo com o art. 14 desta Lei Complementar, alcançando toda a área de ocupação intensiva, observado o seguinte: (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 515/2004)

[...]

I - a Transferência de Potencial Construtivo somente será possível caso os proprietários comprovem, nas áreas com tal qualificação, o desenvolvimento tradicional de ações relacionadas com a assistência social, preferencialmente voltadas ao atendimento de crianças, adolescentes ou idosos, pertencentes a comunidades carentes ou, no caso de imóveis privados tombados, sua restauração e preservação; e (Redação dada pela Lei Complementar nº 646/2010)

II - o reconhecimento público das áreas de Patrimônio Público Ambiental será realizado mediante lei complementar, podendo ser atingidas as coleções de Patrimônio Ambiental tombadas ou inventariadas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 646/2010)

[...]

Art. 52-A Os índices construtivos dos imóveis tombados ou listados pelo Patrimônio Histórico e Cultural do Município poderão ser transferidos para outras regiões da Cidade.

Parágrafo Único - A transferência do índice construtivo referente aos imóveis que se enquadrarem no disposto no "caput" deste artigo **fica condicionada à comprovação do bom estado de conservação do imóvel tombado ou listado**, mediante laudo técnico da Secretaria Municipal da Cultura - SMC. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 646/2010)

Art. 60 Projeto Especial de Impacto Urbano de 1º Grau é a proposta de empreendimento ou atividade que, pela característica do impacto gerado, se classifica em:

[...]

b) adequação a terreno com características excepcionais de topografia, dimensão ou configuração, ou **com incidência de elementos naturais ou culturais a preservar;**

Art. 61 Projeto Especial de Impacto Urbano de 2º Grau é a proposta de empreendimento, atividade ou plano conjunto de parcelamento e edificação que, pela característica do impacto gerado, se classifica em:

I - por obrigatoriedade, devendo atender a condicionantes e solucionar impactos inerentes à atividade ou ao empreendimento proposto, nos casos previstos no Anexo 11.2, fls. 1 e 2, desta Lei Complementar; ou

II - por solicitação, com base neste artigo e no Anexo 11.2, fl. 3, desta Lei Complementar:

[...]

c) **de regime urbanístico específico, visando à qualificação da paisagem urbana, para terreno situado em Área de Interesse Cultural e Área de Ambiência Cultural;**

[...]

Art. 63 Projeto Especial de Impacto Urbano de 3º Grau é a Operação Urbana Consorciada prevista na Lei Federal nº 10.257, de 2001, e alterações posteriores, e constitui-se na proposta para setor da Cidade que, no seu processo de produção e pelas suas peculiaridades, envolve múltiplos agentes, com possibilidade de representar novas formas de ocupação do solo e de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.

§ 1º Classifica-se como Projeto Especial de Impacto Urbano de 3º Grau - Operação Urbana Consorciada - o projeto de:

[...]

III - preservação de identidades culturais locais; [...] (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

Já na Parte III - Do Plano Regulador, verificamos a relação do Patrimônio com o porte máximo das atividades (Art. 99), na classificação das áreas construídas (Art. 107), no regime volumétrico (Art. 113), no recuo para ajardinamento (Art. 123), no número de vagas de estacionamento (Art. 132) e nos estacionamentos subterrâneos (Art. 133-A):

Art. 99 O Anexo 5 desta Lei Complementar define os grupamentos de atividades, sua classificação, as restrições em cada Zona de Uso, assim como as condições relativas ao porte máximo das atividades.

[...]

§ 3º Mediante Projeto Especial de Impacto Urbano, nos termos do Capítulo V do Título IV da Parte II desta Lei Complementar, poderá ser solicitado:

I - aumento de porte, quando se tratar de reciclagem de uso de prédio existente; e

II - aumento de porte e implantação de atividade não prevista no grupamento de atividades, quando:

a) o entorno for constituído por atividades preexistentes predominantes e consolidadas; e

b) a edificação for Inventariada de Estruturação ou Tombada.

Art. 107 As áreas construídas são classificadas como adensáveis, não adensáveis e isentas, de acordo com sua natureza.

§ 1º São consideradas áreas construídas adensáveis as áreas de uso residencial, comercial, de serviço ou industrial integrantes das unidades privativas, excetuados os casos especificados em lei.

[...]

§ 8º São consideradas **áreas isentas as destinadas:**

[...]

IV - à preservação do Patrimônio Cultural nas edificações Tombadas e Inventariadas de Estruturação;

Art. 113 Quanto ao regime volumétrico, o projeto da edificação deve observar os parâmetros definidos no Anexo 7 e as seguintes regras de aplicação:

[...]

§ 2º A TO na Área de Ocupação Intensiva poderá ser aumentada:

[...]

IV - **mediante Projeto Especial de Impacto Urbano,** nos termos do Capítulo V do Título IV da Parte II desta Lei Complementar, **quando a edificação for Inventariada, Tombada, de Ambiência Cultural ou de Interesse Cultural.** (Redação dada pela Lei Complementar nº 646/2010)

[...]

§ 4º Mediante Projeto Especial de Impacto Urbano, nos termos do Capítulo V do Título IV da Parte II desta Lei Complementar, **a AL poderá ser reduzida ou suprimida quando:**

I - a edificação for Inventariada, Tombada, em Área de Ambiência Cultural ou de Interesse Cultural; e [...]

§ 6º A edificação poderá ter altura superior à limitada no Anexo 7.1 desta Lei Complementar, **mediante Projeto Especial de Impacto Urbano,** nos termos do Capítulo V do Título IV da Parte II desta Lei Complementar, quando:

I - o terreno apresente patrimônio ambiental, natural ou cultural a preservar;

Art. 123 Mediante Projeto Especial de Impacto Urbano, nos termos do Capítulo V do Título IV da Parte II desta Lei Complementar, o recuo para ajardinamento poderá ser alterado quando:

[...]

IV - o terreno possua patrimônio ambiental, natural ou cultural, a preservar;

Art. 132 Mediante Projeto Especial de Impacto Urbano, nos termos do Capítulo V do Título IV da Parte II desta Lei Complementar, poderá ser reduzida ou suprimida a exigência de vagas obrigatórias para guarda de veículos, prevista no Anexo 10 desta Lei Complementar, quando se tratar de:

[...]

II - edificação Inventariada de Estruturação ou Tombada;

Art. 133-A Na forma de diretriz estratégica para as áreas de praças e logradouros do Município, poderão ser construídos estacionamentos subterrâneos, mediante concessão para sua exploração econômica.

Parágrafo único. Ficam ressalvadas do disposto no "caput" deste artigo as áreas cujos subsolos serão utilizados na forma de bacias de contenção de águas pluviais ou que representem interesse do patrimônio histórico e cultural. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 646/2010) (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

3.3.1.2 Subgrupo II | Paisagem e Conjuntos

O Subgrupo II - Paisagem e Conjuntos trata do inventário urbano (proteção da paisagem cultural), do regime urbanístico (controle e compatibilização) e da ambiência urbana, da preservação dos usos característicos e da morfologia urbana.

Quando o PD passa a tratar das Áreas Especiais de Interesse Ambiental, identificamos que a primeira área se dedica ao Meio Ambiente e as duas seguintes ao Patrimônio Cultural:

Art. 86 A identificação de Áreas Especiais de Interesse Ambiental visa ao cumprimento das diretrizes constantes na Lei Orgânica do Município referentes às políticas de preservação dos patrimônios cultural e natural e dividem-se em:

I - Áreas de Proteção do Ambiente Natural;

II - Áreas de Interesse Cultural.

III - Áreas de Ambiência Cultural. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 646/2010) (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

No mesmo artigo, ocorre a descrição dos níveis de abordagem das Áreas Especiais de Interesse Ambiental, nas Áreas de Ocupação Intensiva e Rarefeita:

§ 1º **A abordagem das Áreas Especiais de Interesse Ambiental**, nas Áreas de Ocupação Intensiva e Rarefeita, **ocorrerá em três níveis**, a partir da abrangência espacial e de suas peculiaridades:

I - **Áreas** de Interesse Ambiental - são porções de território com características culturais ou naturais diferenciadas que estruturam a paisagem ou constituem ecossistemas importantes, atribuindo-lhes identidade, com repercussões em nível macro na cidade;

II - **Lugares** de Interesse Ambiental - são porções de território, situados ou não em Áreas, que permitem identificar a ocorrência de conjuntos de elementos culturais ou naturais relacionados entre si, que, por seus valores, são passíveis de ações de preservação;

III - **Unidades** de Interesse Ambiental - são elementos pontuais, naturais ou culturais, que possuem valor significativo passível de ações de preservação (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

E ainda, a possibilidade de instituição de novas Áreas e o respectivo Instrumento para tal:

§ 2º Por meio de lei, poderão ser instituídas novas Áreas de Proteção do Ambiente Natural, Áreas de Interesse Cultural e Áreas de Ambientação Cultural, com definição de limites e regimes urbanísticos próprios. (Redação dada pela Lei Complementar nº 646/2010) (Porto Alegre, 2010).

A Subseção II trata Das Áreas de Interesse Cultural:

Art. 92 Áreas de Interesse Cultural são áreas que apresentam ocorrência de Patrimônio Cultural e que devem ser analisadas, visando a sua preservação no quadro da sustentabilidade urbana e ao resgate da memória cultural por meio da **revitalização, restauração e potencialização das áreas significativas**, por meio de flexibilização e fomento pelo Poder Público, identificadas no Anexo 3 desta Lei Complementar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 646/2010)

§ 1º (Revogado pela Lei Complementar nº 646/2010)

§ 2º **A preservação de Áreas, Lugares e Unidades far-se-á pela definição de regime urbanístico específico, por tombamento e inventário.**

§ 3º **Na ausência de regime urbanístico específico para as Áreas de Interesse Cultural**, o uso e a ocupação serão autorizados desde que demonstradas as condições desejáveis de preservação, **através de Estudo de Viabilidade Urbanística.**

§ 4º **A identificação das áreas e dos bens que constituem Patrimônio Cultural será objeto de estudos específicos baseados no Inventário do Patrimônio Cultural**, observados o valor histórico, o valor arqueológico, a excepcionalidade, os valores de representatividade, de referência, arquitetônicos, simbólicos, práticas culturais, tradições e heranças, considerando, ainda, as relações físicas e culturais com o entorno e a

necessidade de manutenção de ambientação peculiar. (Redação dada pela Lei Complementar nº 646/2010)

§ 5º Lei específica regulamentará o Inventário do Patrimônio Cultural, incluindo sítios arqueológicos e áreas de interesse arqueológico, estabelecendo conceitos, conteúdos, critérios de seleção, características, vigência, formas de proteção e de incentivo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 646/2010)

§ 6º Com vistas à preservação das áreas e bens que constituem o Patrimônio Cultural, aplicam-se normas específicas para licenciamento de veículos de publicidade.

§ 7º A edificação em terreno situado em Área Especial de Interesse Cultural com regime urbanístico definido será analisada mediante Projeto Especial de Impacto Urbano, nos termos do Capítulo V do Título IV desta Parte, podendo ser utilizados:

I - dispositivos previstos nas als. "a" e "b" do inc. II do art. 60 e na al. "c" do inc. II do art. 61; e

II - estoques construtivos públicos alienáveis de Solo Criado e Transferência de Potencial Construtivo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 646/2010) (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

Em 2010, a LC 434/99 fora modificada pela LC 646, a qual incluiu no texto da lei a Subseção II-A Das Áreas de Ambiência Cultural:

Art. 92-A Áreas de Ambiência Cultural são áreas que, por apresentarem peculiaridades ambientais e culturais, **devem ser preservadas, podendo também constituir transição entre as Áreas de Interesse Cultural e os demais setores da Cidade.**

§ 1º **Na identificação** das Áreas de Ambiência Cultural, **consideram-se as relações físicas e culturais com o entorno e a necessidade da manutenção de ambientação peculiar.**

§ 2º **A edificação e o parcelamento do solo em terreno situado em Área de Ambiência Cultural deverão ser realizados conforme o regime urbanístico e as diretrizes constantes no Anexo 3** desta Lei Complementar **ou por solicitação, mediante Projeto Especial de Impacto Urbano**, nos termos do Capítulo V do Título IV desta Parte, visando à análise, ao fomento e à flexibilização de padrões urbanísticos, e utilizando ainda:

I - os dispositivos previstos nas als. "a" e "b" do inc. II do art. 60 e na al. "c" do inc. II do art. 61; e

II - estoques construtivos públicos alienáveis de Solo Criado e Transferência de Potencial Construtivo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 646/2010) (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

3.3.1.3 Subgrupo III | Patrimônio Móvel, Imaterial e Manifestações Culturais

O Subgrupo III - Patrimônio Móvel, Imaterial e Manifestações Culturais aborda o patrimônio móvel, os registros do patrimônio imaterial (os saberes, as festas, os lugares, as formas de expressão, os modos de criar), os instrumentos para a preservação desse patrimônio e das manifestações, o levantamento de lugares de referência da população e os quilombos e áreas indígenas.



O Plano Diretor não aborda o Patrimônio Móvel no texto da lei atual, sendo um ponto a ser enfrentado pelo planejamento urbano futuramente. Já o Patrimônio Imaterial e as Manifestações Culturais são contemplados no *caput* do Art. 14, supracitado. Mesmo estes últimos tendo sido abordados na lei atual, cabe pontuar a necessidade de aprofundamento nestes temas, principalmente no que tange aos povos originários, em especial aos quilombolas e indígenas.










3.3.2 ET 3 | Reuniões do eixo temático



















O grupo de trabalho do Eixo Temático 3 - Patrimônio Cultural teve quatro reuniões prévias à Conferência de Avaliação do Plano Diretor, de março de 2023, e seis encontros entre este evento e o Seminário Leitura da Cidade, que ocorreu em julho de 2023. Estas reuniões ocorreram na modalidade on-line, com a presença da equipe técnica da DPU-SMAMUS e os integrantes do GT ET3, dentre eles servidores da Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa (SMCEC), representantes de entidades e da comunidade. No total, as 10 reuniões contaram com um número de 134 participações.

Os encontros anteriores à Conferência de Avaliação do Plano Diretor foram focados na sua organização. Os encontros após a Conferência abordaram os assuntos descritos no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 - ET 3: assuntos abordados após a Conferência de Avaliação do Plano Diretor

DATA	ASSUNTO
25/04/2023	<ul style="list-style-type: none"> - APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA GERAL - RESULTADOS GERAIS DA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PD - INSCRIÇÃO NO FORMULÁRIO EIXOS TEMÁTICOS
	APRESENTAÇÃO:  2023.04.25 5ª Reunião ET3-Cronograma e avaliação C...
	ATA / REGISTRO:  2023.04.25 5ª Reunião ET3-Registro .pdf
	OUTROS: n/a

09/05/2023	<p>PARTE 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO; - OFICINAS TEMÁTICAS. <p>PARTE 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - METODOLOGIA GUIA PARA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES; - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO I PATRIMÔNIO MATERIAL E EDIFICADO. 	
	APRESENTAÇÃO:	 2023.05.09 6ª Reunião ET3-Cronograma_Subgrupo I.pdf
	ATA / REGISTRO:	 2023.05.09 6ª Reunião ET3-Registro.pdf
	OUTROS:	 2023.05.09 6ª Reunião ET3-Painel_Guia.pdf  ET3 Recomendações Conferência Avaliação.pdf
06/06/2023	<p>PARTE 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO - SEMINÁRIO; - OFICINA TEMÁTICA ET 3. <p>PARTE 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - APRESENTAÇÃO DIRETORIA DE PATRIMÔNIO E MEMÓRIA - SMCEC. <p>PARTE 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO I PATRIMÔNIO MATERIAL EDIFICADO. 	
	APRESENTAÇÃO:	 2023.06.06 7ª Reunião ET3-1_Subgrupo I.pdf
	ATA / REGISTRO:	 2023.06.06 7ª Reunião ET3-Registro.pdf
	OUTROS:	 2023.06.06 7ª Reunião ET3-2_Apresentação SMCEC.pdf
27/06/2023	<p>PARTE 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CONTEXTUALIZAÇÃO SUBGRUPO II (MOÇÕES CONFERÊNCIA E PDDUA); <p>PARTE 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - PALESTRA PROF. JÚLIO CELSO BORELLO VARGAS; <p>PARTE 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO II PAISAGEM E CONJUNTOS. 	
	APRESENTAÇÃO:	 2023.06.27 8ª Reunião ET3-Subgrupo II.pdf
	ATA / REGISTRO:	 2023.06.27 8ª Reunião ET3-Registro.pdf
	OUTROS:	n/a
04/07/2023	PARTE 1:	

	<ul style="list-style-type: none"> - CONTEXTUALIZAÇÃO SUBGRUPOS II E III (MOÇÕES CONFERÊNCIA E PDDUA); <p>PARTE 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - APRESENTAÇÃO DIRETORIA DE PATRIMÔNIO E MEMÓRIA - SMCEC; E <p>PARTE 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DISCUSSÃO DOS SUBGRUPOS II - PAISAGEM E CONJUNTOS E III - PATRIMÔNIO MÓVEL, IMATERIAL E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS 						
	<table border="1"> <tr> <td>APRESENTAÇÃO:</td> <td> 2023.07.04 9ª Reunião ET3-1_Subgrupos II e III.pdf</td> </tr> <tr> <td>ATA / REGISTRO:</td> <td> 2023.07.04 9ª Reunião ET3-Registro.pdf</td> </tr> <tr> <td>OUTROS:</td> <td> 2023.07.04 9ª Reunião ET3-2_Apresentação SMCEC....</td> </tr> </table>	APRESENTAÇÃO:	 2023.07.04 9ª Reunião ET3-1_Subgrupos II e III.pdf	ATA / REGISTRO:	 2023.07.04 9ª Reunião ET3-Registro.pdf	OUTROS:	 2023.07.04 9ª Reunião ET3-2_Apresentação SMCEC....
APRESENTAÇÃO:	 2023.07.04 9ª Reunião ET3-1_Subgrupos II e III.pdf						
ATA / REGISTRO:	 2023.07.04 9ª Reunião ET3-Registro.pdf						
OUTROS:	 2023.07.04 9ª Reunião ET3-2_Apresentação SMCEC....						
11/07/2023	<p>PARTE 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CONTEXTUALIZAÇÃO SUBGRUPO III (MOÇÕES CONFERÊNCIA E PDDUA); <p>PARTE 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - APRESENTAÇÃO DIRETORIA DE PATRIMÔNIO E MEMÓRIA - SMCEC; E <p>PARTE 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO III - PATRIMÔNIO MÓVEL, IMATERIAL E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS <p>PARTE 4:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CONSOLIDAÇÃO DA LEITURA DA CIDADE - PROBLEMÁTICAS E ESTRATÉGIAS. 						
	<table border="1"> <tr> <td>APRESENTAÇÃO:</td> <td> 2023.07.11 10ª Reunião ET3-1_Subgrupo III e Consol...</td> </tr> <tr> <td>ATA / REGISTRO:</td> <td> 2023.07.11 10ª Reunião ET3-Registro.pdf</td> </tr> <tr> <td>OUTROS:</td> <td> 2023.07.11 10ª Reunião ET3-2_Apresentação SMCEC...</td> </tr> </table>	APRESENTAÇÃO:	 2023.07.11 10ª Reunião ET3-1_Subgrupo III e Consol...	ATA / REGISTRO:	 2023.07.11 10ª Reunião ET3-Registro.pdf	OUTROS:	 2023.07.11 10ª Reunião ET3-2_Apresentação SMCEC...
APRESENTAÇÃO:	 2023.07.11 10ª Reunião ET3-1_Subgrupo III e Consol...						
ATA / REGISTRO:	 2023.07.11 10ª Reunião ET3-Registro.pdf						
OUTROS:	 2023.07.11 10ª Reunião ET3-2_Apresentação SMCEC...						

3.4 ET 4 | Mobilidade e Transporte

O Eixo Temático 4 trata de aspectos do Plano Diretor que influenciam na qualificação da mobilidade urbana, atendendo às distintas necessidades da população quanto aos deslocamentos na cidade. Questões relacionadas à qualificação do espaço público, eixos e hierarquia viária, gravames e perfil viário, modais de transporte, acessibilidade universal, mobilidade sustentável, segurança viária, uso da tecnologia, entre outros, também integram as discussões deste eixo temático.

Tópicos: calçadas; ciclovias; qualificação do espaço público; eixos e hierarquia viária; gravames e perfil viário; quadras/quarteirão; ruas e avenidas; zoneamento; infraestrutura; serviços; estacionamentos; DOT; mobilidade; mobilidade ativa; acessibilidade universal; segurança viária; mudança de cultura; mobiliário urbano; trânsito; transporte (individual, coletivo, de cargas, aéreo, hidroviário, seletivo); viabilidade do transporte coletivo; interface/integração metropolitana; pólos geradores; aplicativos; mais valia; logística; tecnologia e inovação; sistema de informações; sistema de monitoramento; Plano de Mobilidade; Política Nacional de Mobilidade Urbana; Planos Setoriais; Legislação.

Correlação com as Estratégias do PDDUA: I. Da Estruturação Urbana e II. Da Mobilidade Urbana.

3.4.1 ET 4 | Caracterização

A temática **“Mobilidade e Transporte”** é central para o planejamento e orientação das dinâmicas urbanas dentro do município e das suas relações com as diferentes escalas regionais. A **mobilidade urbana** é um dos **principais componentes do direito à cidade** e da formação de cidades mais sustentáveis, inclusivas, humanas, justas e economicamente eficientes. Já o **transporte público**, de acordo com a Constituição Federal, é um dos **direitos sociais** de toda a população brasileira (BRASIL, 2022).

O tema está diretamente relacionado à Estratégia de Mobilidade Urbana do PDDUA, a qual tem como objetivo geral “qualificar a circulação e o transporte urbano, proporcionando os deslocamentos na cidade e atendendo às distintas necessidades da população”. O PDDUA comentado, de março de 2000, traz uma leitura mais abrangente sobre a Estratégia de Mobilidade Urbana:

A cidade deve também planejar seus sistemas de transporte de passageiros, de cargas e sua malha viária, para que possa oferecer rapidez, conforto e segurança para motoristas, passageiros e pedestres e suas diferentes necessidades de deslocamento. As ruas e avenidas são espaços públicos. Portanto, devem ser usados de forma a favorecer o transporte coletivo, o pedestre, ciclistas e o trânsito de veículos. Para tanto, devem ser reservadas para circulação e cada vez menos usadas como estacionamento. Porto Alegre necessita que rapidamente o uso do automóvel seja melhor disciplinado, para o impedir que o mesmo prejudique nosso ambiente urbano (Porto Alegre, 2000)³.

³ Edição da Lei Complementar nº 434, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), acompanhada de notas que comentam seus artigos. Trata-se de um trabalho de responsabilidade da equipe técnica da Secretaria do Planejamento Municipal (SPM), em março de 2000.

Considerando os objetivos gerais da Estratégia de Estruturação Urbana, “promover a estruturação do espaço na cidade e a integração metropolitana”, verifica-se, também, a sua relação com o tema. Esta relação fica mais evidente no texto do PDDUA comentado que descreve a Estratégia de Estruturação Urbana:

Esta estratégia trata da forma como serão integrados os diferentes lugares que constituem a cidade (bairros, avenidas e ruas, praças e parques, morros e o Guaíba) valorizando os espaços existentes e estimulando a criação de outros (Porto Alegre, 2000).

Entende-se que a temática também se relaciona com alguns dos Princípios do PDDUA:

Art. 1º [...]

II – a promoção da qualidade de vida e do ambiente, reduzindo as desigualdades e a exclusão social;

[...]

V – o fortalecimento do papel do Poder Público na promoção de estratégias de financiamento que possibilitem o cumprimento dos planos, programas e projetos em condições de máxima eficiência;

VI – a articulação das estratégias de desenvolvimento da cidade no contexto regional metropolitano de Porto Alegre; [...] (Porto Alegre, 2010).

Durante a Conferência de Avaliação do Plano Diretor e as reuniões do grupo de trabalho, os assuntos abordados no Eixo Temático 4 foram distribuídos em cinco subgrupos para melhor abordar suas especificidades. São eles (I) Sistema Viário, (II) Zoneamento e Estrutura Urbana, (III) Mobilidade Ativa, (IV) Transporte e (V) Instrumentos e Programas. A seguir, cada um é apresentado.

3.4.1.1 Subgrupo I | Sistema Viário

A temática sobre o **Sistema Viário** é abordada no PDDUA por dois dos cinco programas que constituem a Estratégia de Mobilidade Urbana: Programa Viário e Programa de Trânsito.

O Programa Viário abrange os gravames, os projetos e as obras de implementação da malha viária, inclusive das ciclovias e vias de pedestres.

O Programa de Trânsito corresponde ao tratamento da malha viária no que concerne ao uso das potencialidades da engenharia de tráfego, com vistas à sua fluidez e segurança, utilizando as tecnologias para a conservação energética, o controle da qualidade ambiental e a prioridade ao transporte coletivo.

A discussão deste subgrupo também abrange a **Malha Viária**, que é descrita no Art. 9º do PDDUA como o conjunto de vias do Município, classificadas e hierarquizadas segundo critério funcional, observados os padrões urbanísticos estabelecidos no **Anexo 9 do PDDUA** (Classificação e Perfis Viários). Este artigo ainda traz dois incisos com mais definições:

Art. 9º [...]

§ 1º **Malha Viária Básica** é o conjunto das vias de transição, arteriais e coletoras, constituindo o principal suporte físico à mobilidade urbana.

§ 2º **Função da via** é o seu desempenho de mobilidade, considerados aspectos da infraestrutura, do uso e ocupação do solo, dos modais de transporte e do tráfego veicular (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

O Anexo 9 é composto por quatro itens (anexos), sendo que cada um aborda um detalhamento específico. O **Anexo 9.1** apresenta a **Classificação das Vias**, que é realizada de acordo com critérios de funcionalidade e hierarquia. As tabelas presentes neste anexo (Folhas 1, 2 e 3), trazem informações para auxiliar na elaboração de projetos e implantações das vias municipais. Para cada tipologia de via são apresentadas informações sobre: localização, função, gabaritos, etc. As tipologias de vias estão descritas no Art. 10 do PDDUA:

Art. 10 [...]

I – Vias de Transição (V-1) – estabelecem a **ligação** entre o **sistema rodoviário interurbano** e o **sistema viário urbano com intensa fluidez de tráfego**, apresentam **restrita conectividade**, proporcionam **restrita integração com o uso e a ocupação do solo**, próprias para a **operação de sistemas de transporte coletivo de alta capacidade e de cargas**;

II – Vias Arteriais (V-2) – permitem **ligações intraurbanas**, com **alta fluidez de tráfego**, apresentam **baixa conectividade**, proporcionam **baixa integração com o uso e a ocupação do solo**, próprias para a **operação de sistemas de transporte coletivo e de cargas**, subdividindo-se em:

a) Vias Arteriais de 1º Nível – principais **vias de estruturação** do território municipal e de **integração com a Região Metropolitana** de Porto Alegre (RMPA), próprias para a **operação de sistemas de transporte coletivo segregado de alta capacidade e de transporte de cargas**; e

b) Vias Arteriais de 2º Nível – **vias complementares de estruturação** do território municipal e de integração com a RMPA, próprias para a **operação de sistemas de transporte coletivo de média capacidade e de transporte de cargas fracionadas**;

III – Vias Coletoras (V-3) – **recebem e distribuem o tráfego** entre as **vias Locais e Arteriais** com **média fluidez de tráfego**, apresentam **média conectividade**, proporcionam **média integração com o uso e a ocupação**

do solo, próprias para a operação de sistemas de transporte coletivo compartilhado de média capacidade;

IV – Vias Locais (V-4) – promovem a **distribuição do tráfego local** com **baixa fluidez de tráfego**, apresentam **intensa conectividade**, e proporcionam **intensa integração com o uso e a ocupação do solo**, podendo finalizar em ‘cul-de-sac’, a critério do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento – SMGP;

V – Ciclovias (V-5) – vias com características geométricas e infra estruturas **próprias ao uso de bicicletas;**

VI – Vias Secundárias (V-6) – **ligações entre vias locais, exclusivas ou não para pedestres;**

VII – Vias para Pedestres (V-7) – logradouros públicos com características infra estruturais e paisagísticas **próprias de espaços abertos exclusivos aos pedestres.**

VIII – Hipovias (V-8) – vias com características geométricas e infra estruturais **próprias para cavalgadas; e**

IX – Motovias (V-9) – vias com características geométricas e infra estruturais **próprias ao uso de motocicletas** (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

O **Anexo 9.2** traz a representação gráfica dos perfis viários para cada tipologia de via. Os desenhos apresentam detalhes que auxiliam no planejamento viário. Para a qualificação do espaço público e priorização do transporte ativo e coletivo, este anexo possui grande importância na revisão do Plano Diretor, pois se faz necessário a definição de novos parâmetros de desenho viário seguro, compatibilizando o perfil viário com a arborização, dimensionamento de passeios, acessibilidade universal, ciclovias e implantação das infraestruturas (como iluminação, sinalização, saneamento). Deve-se prever o dimensionamento adequado a todos os modais.

Os **Anexos 9.3 e 9.4** tratam da representação gráfica e exemplificação da Malha Viária Básica, com as classificações e hierarquizações. O Anexo 9.3 é representado pelo mapa de Porto Alegre, com identificação das principais vias da cidade, conforme os três níveis de hierarquia: Via de Transição, Via Arterial de 1º Nível e Via Arterial de 2º Nível. Esta identificação aparece, também, representada de forma esquemática, na Figura 2, Diagrama da Estratégia de Mobilidade Urbana. O Anexo 9.4 identifica algumas vias de cada uma das três principais hierarquias. Os anexos e o diagrama são importantes para o planejamento urbano e mobilidade urbana da cidade. Eles trazem a representação estratégica da mobilidade urbana, e por sua importância, entende-se que devem ser revisados.

3.4.1.2 Subgrupo II | Zoneamento e Estrutura Urbana

A temática do **Zoneamento e Estrutura Urbana** é abordada, no PDDUA, pela Estratégia de Estruturação Urbana e Estratégia de Uso do Solo Privado. A primeira, como dito anteriormente no subtítulo 3.4.1., objetiva promover a estruturação do espaço na cidade e a integração metropolitana.

Art. 4º [...]

Parágrafo único – A implementação da Estratégia de Estruturação Urbana dar-se-á a partir da conceituação, identificação e classificação dos elementos referenciais do espaço urbano, existentes ou potenciais, e das suas conexões, valorizando prioritariamente o espaço público e, ainda, a proposição de projetos articulados com os municípios da Região Metropolitana (Porto Alegre, 2010).

Considerando as questões referentes a qualificação do espaço público, infraestrutura urbana, equipamentos públicos e integração metropolitana, entende-se que os dois programas previstos nesta estratégia trazem elementos importantes para a discussão.

O **Programa de Espaços Abertos** propõe a implementação de um sistema de espaços referenciais articulados, edificados ou não, de abrangência local, urbana ou regional, caracterizados pelo uso coletivo e pela promoção da interação social, com vistas a potencializar a legibilidade da cidade através do fortalecimento das centralidades e da valorização do patrimônio ambiental. Já o **Programa de Integração Metropolitana**, visa articular o PDDUA com as ações e as políticas que envolvem os municípios da Região Metropolitana, dando ênfase às interfaces dos limites norte e leste do Município, prioritariamente no que se refere ao transporte, uso do solo e saneamento. Diz ainda a versão comentada do PDDUA:

A cidade deve ter lugares onde as pessoas possam se divertir, passear, buscar atendimento médico, comprar ou vender e aprender. Chamados de Espaços Abertos, estes locais precisam estar espalhados pela cidade de uma maneira que cada habitante chegue até eles, a partir de suas casas, com facilidade, seja a pé ou de ônibus. Podem ser constituídos por áreas verdes (praças e parques), ou por edificações, como um shopping, um teatro ou mesmo um estádio de futebol. Esta estratégia também prevê um programa de integração com os municípios vizinhos possibilitando a definição de políticas de interesse comum e facilitando o acesso e a comunicação entre as cidades (Porto Alegre, 2000).

Por sua vez, a **Estratégia de Uso do Solo Privado** tem como objetivos gerais disciplinar e ordenar a ocupação do solo privado, através dos instrumentos de regulação que definem a distribuição espacial das atividades, a densificação e a configuração da paisagem urbana no que se refere à edificação e ao parcelamento do solo. Ainda

considerando tópicos relativos ao zoneamento, como usos do solo, atividades, polos geradores e densificação, verifica-se importante a discussão sobre o incentivo à miscigenação do uso do solo, pensando em viabilizar policentralidades alinhadas ao planejamento da mobilidade urbana. Na descrição da Caracterização do ET 5, é realizada uma abordagem mais detalhada.

Considerando as ações necessárias para atender ao objetivo geral da Estratégia de Mobilidade Urbana (Art. 6º), entende-se que estas somente serão alcançadas se forem coordenadas e integradas com as ações da Estratégia de Estruturação Urbana e Estratégia de Uso do Solo Privado.

3.4.1.3 Subgrupo III | Mobilidade Ativa

A temática sobre **Mobilidade Ativa** envolve discussões sobre mudança de cultura, calçadas, ciclovias, qualificação do espaço público, mobiliário urbano, acessibilidade universal, segurança viária, entre outros. Como conceito, a mobilidade ativa é **toda a forma de transporte que não é motorizada**, geralmente ligada à energia produzida pelo corpo humano. Os meios de transporte ativos mais amplamente usados são **andar a pé** e de **bicicleta**. Todavia outros meios menos frequentes com propulsão humana como por exemplo, qualquer velocípede não-motorizado, patins, skate ou patinetes, também se enquadram dentro da mobilidade ativa.

A Mobilidade Ativa está contemplada no PDDUA na Estratégia de Mobilidade Urbana que tem como objetivo geral qualificar **a circulação e o transporte urbano, proporcionando os deslocamentos na cidade e atendendo às distintas necessidades da população** (Art. 6º, PDDUA). A **prioridade** ao transporte coletivo, **aos pedestres e às bicicletas** surge com uma ação prioritária para alcançar este objetivo. A versão comentada do PDDUA aborda que:

A cidade deve também planejar seus sistemas de transporte de passageiros, de cargas e sua malha viária, para que possa oferecer rapidez, **conforto e segurança** para motoristas, passageiros e **pedestres e suas diferentes necessidades de deslocamento. As ruas e avenidas são espaços públicos. Portanto, devem ser usados de forma a favorecer o transporte coletivo, o pedestre, ciclistas** e o trânsito de veículos. Para tanto, devem ser reservadas para circulação e cada vez menos usadas como estacionamento. Porto Alegre necessita que rapidamente o uso do automóvel seja melhor disciplinado, para o impedir que o mesmo prejudique nosso ambiente urbano. (Porto Alegre, 2000, grifo nosso)⁴.

⁴ Edição da Lei Complementar nº 434, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), acompanhada de notas que comentam seus artigos. Trata-se de um trabalho de responsabilidade da equipe técnica da Secretaria do Planejamento Municipal (SPM), em março de 2000.

A Estratégia de Mobilidade Urbana ainda apresenta sua preocupação em atender as legislações que versam sobre acessibilidade.

Parágrafo único – As disposições da NBR-9050, do ano de 1994, referente à Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências, serão observadas na aplicação da Estratégia de Mobilidade Urbana, no caso de obras de construção de praças, vias públicas, loteamentos e espaços urbanos em geral, tanto nos planos e projetos de iniciativa privada como do Poder Público. (NR) (Porto Alegre, 2010).

Na mobilidade ativa, é importante considerar a acessibilidade universal para pessoas com mobilidade reduzida, assim como a construção de calçadas acessíveis e a adaptação de sistemas de transporte público, que venham a atender às necessidades de todos. Também deve-se considerar a importância da mobilidade sustentável, incentivando a redução da dependência de veículos particulares movidos a combustíveis fósseis através da promoção de meios de transporte mais ecológicos, como caminhadas, ciclismo e o uso de veículos elétricos.

O Art. 7º do PDDUA traz alguns conceitos de mobilidade urbana. Abaixo são apresentados aqueles, com interface com a mobilidade ativa:

Art. 7º [...]

I – **Setor Urbano de Mobilidade** – áreas da cidade com restrição ao tráfego veicular de passagem ou de travessia, em favor do pedestre, da bicicleta e do tráfego local;

X – **Rede Cicloviária** – conjunto de ciclovias integradas com o sistema de transporte urbano;

As vias, de acordo com os critérios de **funcionalidade e hierarquia**, classificam-se em:

V – **Ciclovias (V-5)** – vias com características geométricas e infra estruturais próprias ao uso de bicicletas;

VI – **Vias Secundárias (V-6)** – ligações entre vias locais, exclusivas ou não para pedestres;

VII – **Vias para Pedestres (V-7)** – logradouros públicos com características infra estruturais e paisagísticas próprias de espaços abertos exclusivos aos pedestres (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

Conforme abordado no Subgrupo I, para a qualificação do espaço público e priorização do transporte ativo, se faz necessário a definição de novos parâmetros de desenho viário seguro, compatibilizando o perfil viário com a arborização, dimensionamento de passeios, acessibilidade universal, ciclovias e implantação das infraestruturas (como iluminação, sinalização, saneamento).

3.4.1.4 Subgrupo IV | Transporte

O Plano Diretor é um instrumento de planejamento urbano que estabelece diretrizes e políticas para o desenvolvimento da cidade. O tema Transporte é crucial pois afeta diretamente a mobilidade urbana, o crescimento da cidade e a qualidade de vida dos cidadãos. Sendo importante promover o desenvolvimento de áreas densas e mistas em torno de estações de transporte público para incentivar o seu uso.

A temática **“Transporte”** é abordada, no PDDUA, pela Estratégia de Mobilidade Urbana, que tem como objetivo geral qualificar a **circulação e o transporte urbano, proporcionando os deslocamentos na cidade e atendendo às distintas necessidades da população** através das seguintes ações:

- I. Prioridade ao transporte coletivo, aos pedestres e às bicicletas;
- II. Redução das distâncias a percorrer, dos tempos de viagem, dos custos operacionais, das necessidades de deslocamento, do consumo energético e do impacto ambiental;
- III. Capacitação da malha viária, dos sistemas de transporte, das tecnologias veiculares, dos sistemas operacionais de tráfego e dos equipamentos de apoio – incluindo a implantação de centros de transbordo e de transferência de cargas;
- IV. Plano de Transporte Urbano Integrado, compatível com esta Lei Complementar, integrado à Região Metropolitana;
- V. Racionalização do transporte coletivo de passageiros, buscando evitar a sobreposição de sistemas, privilegiando sempre o mais econômico e menos poluente; e
- VI. Desenvolvimento de sistema de transporte coletivo de passageiros por via fluvial, aproveitando as potencialidades regionais (Porto Alegre, 2010).

O Art. 7º do PDDUA traz alguns conceitos de mobilidade urbana:

I - Setor Urbano de Mobilidade – áreas da cidade com restrição ao tráfego veicular de passagem ou de travessia, em favor do pedestre, da bicicleta e do tráfego local;

II - Corredores Viários – vias, ou conjunto de vias, de diferentes categorias funcionais ou não, com vistas a otimizar o desempenho do sistema de transporte urbano;

III - Sistema de Transporte Urbano – conjunto das diferentes modalidades de transporte de passageiros ou de cargas e seu inter-relacionamento com a cidade;

IV - Sistema de Transporte Coletivo – linhas e itinerários operados por veículos com tecnologias para média e baixa capacidade de passageiros, integrados ou não com outras modalidades de transporte urbano;

V - Sistema de Transporte Seletivo – linhas e itinerários operados por veículos com tecnologias para baixa capacidade de passageiros sentados, serviços e tarifação diferenciados, integrados ou não com outras modalidades de transporte urbano;

VI - Sistema de Transporte de Alta Capacidade – linhas operadas por veículos com tecnologias para grande capacidade de passageiros, integradas com outras modalidades de transporte urbano;

VII - Rede de Transporte Coletivo – centros de transbordo, equipamentos de apoio e conjunto de vias, segregadas ou não, cuja natureza funcional justifique a existência do serviço ou, reciprocamente, induza ao enquadramento na classificação funcional compatível;

VIII - Rede de Transporte Seletivo – equipamentos de apoio e conjunto de vias cuja natureza funcional justifique a existência do serviço ou, reciprocamente, induza ao enquadramento na classificação funcional compatível;

IX - Rede de Transporte de Alta Capacidade – centros de transbordo, equipamentos de apoio e conjunto de eixos físicos, coincidentes ou não com a malha viária básica, onde opera o sistema de transporte de alta capacidade;

X - Rede Cicloviária – conjunto de ciclovias integradas com o sistema de transporte urbano;

XI - Centros de Transbordo – terminais de integração, de retorno ou de conexão, destinados às transferências modais e intermodais das demandas de deslocamento de pessoas, equipados com comércio e serviços complementares;

XII - Centros de Transferência – terminais de manejo de cargas, de abastecimento, inclusive centrais de armazenamento e comercialização atacadista;

XIII - Terminais de Estacionamento – estacionamentos em áreas públicas ou privadas, destinados a substituir progressivamente os estacionamentos nos logradouros;

XIV - Estacionamentos Dissuasórios – estacionamentos públicos ou privados, integrados ao sistema de transporte urbano, com vistas a dissuadir o uso do transporte individual;

XV - Estacionamentos Temporários – estacionamentos públicos com tarifação periódica, ao longo dos logradouros de áreas de centralidade;

XVI - Heliponto – local para pouso e decolagem de helicópteros, a ser regulamentado por lei (Porto Alegre, 2010).

Na Estratégia de Mobilidade Urbana, a temática Transporte é abordada em dois programas. O “**Programa de Transporte Coletivo**, que abrange as questões físicas, operacionais e tecnológicas ligadas ao transporte de alta, média e baixa capacidades,

bem como ao transporte seletivo, em suas diferentes modalidades” (Porto Alegre, 2000). Diz ainda a versão comentada do PDDUA:

Abrange todos os aspectos ligados ao transporte de passageiros, com destaque imediato para elaboração do Plano Geral de Transportes (Porto Alegre, 2000).

O segundo programa é o “**Programa de Centros de Transbordo e de Transferência**, que visa à qualificação dos transbordos e das transferências modais e intermodais das demandas de deslocamento da população e das cargas, através da implantação e/ou melhoria de: a) Terminais de Integração – que também constituirão centros de intercâmbio urbano, com comércio, serviços e estacionamentos dissuasórios; b) Terminais de Retorno e Pontos de Conexão; c) Centro de Transferência de Cargas do Porto Seco; d) Estratificação em áreas especiais junto aos eixos de carga, de centrais de abastecimento, armazenamento e comércio atacadista, com vistas à racionalização dos serviços, à minimização dos custos operacionais e à integração modal de diferentes eixos de mobilidade, tarifas e fretes” (Porto Alegre, 2000). Diz ainda a versão comentada do PDDUA:

Trata das questões referentes às estações de transbordo de passageiros, com integração de itinerários e de tarifas, e de centrais de transferência de cargas. Entre os projetos e ações em andamento, destacam-se os centros de transbordo do Corredor Norte-Nordeste e da III Perimetral, bem como a complementação do Porto Seco (Porto Alegre, 2000).

Além dos tópicos mencionados até então, entende-se como importante considerar outros conceitos:

- a) **Transporte de Cargas:** componente crítico da infraestrutura de transporte de uma cidade. Envolve a movimentação de mercadorias e produtos por estradas, ferrovias, hidrovias e aéreo;
- b) **Transporte Público sob Demanda:** conceito que se concentra em sistemas de transporte público flexíveis e personalizáveis, muitas vezes com base em aplicativos, para atender às necessidades individuais dos passageiros;
- c) **Transporte Inteligente:** integração de tecnologias avançadas, como sensores, dados em tempo real e sistemas de gerenciamento de tráfego, para melhorar a eficiência e a segurança do transporte urbano;
- d) **Mobilidade Compartilhada:** inclui serviços como compartilhamento de carros, bicicletas, scooters elétricas e até mesmo compartilhamento de viagens, que visam reduzir a posse de veículos particulares e promover opções mais sustentáveis de transporte;

- e) **Transporte Intermodal:** envolve a integração de diferentes modos de transporte, como ônibus, metrô, bicicletas e trens, para permitir transições suaves entre eles, tornando o sistema de transporte mais conveniente para os passageiros;
- f) **Acessibilidade Universal:** implica em projetar o sistema de transporte de modo a garantir que todas as pessoas, incluindo aquelas com mobilidade reduzida, idosos e pessoas com deficiência, possam acessar e usar o transporte público de maneira eficaz;
- g) **Transporte Sustentável:** se refere à promoção de formas de transporte que reduzam o impacto ambiental, como veículos elétricos, transporte público eficiente em termos de energia e incentivos para o uso de meios de transporte mais sustentáveis, como bicicletas;
- h) **Segurança Viária:** este é um aspecto crítico do transporte urbano, envolvendo medidas para reduzir acidentes de trânsito, como sinalização adequada, controle de velocidade, faixas de pedestres seguras e educação para o trânsito;
- i) **Transporte sob Demanda para Pessoas com Mobilidade Reduzida:** se refere a serviços especiais de transporte público para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, garantindo que elas tenham acesso a serviços de transporte adequados às suas necessidades.

A inclusão e a consideração desses conceitos podem contribuir para a promoção de um sistema de transporte urbano mais eficiente, sustentável e acessível.

3.4.1.5 Subgrupo V | Instrumentos e Programas

A temática sobre “**Instrumentos e Programas**” está relacionada aos Programas previstos na Estratégia de Mobilidade Urbana do PDDUA, aos instrumentos básicos e complementares do PDDUA, aos instrumentos do Estatuto da Cidade e ferramentas complementares sugeridas no Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores. Este subgrupo foi idealizado para fomentar as discussões sobre a necessária interação entre os diferentes instrumentos e programas que tratam da mobilidade urbana nas diferentes escalas regionais, bem como a compatibilização dos planos setoriais com o Plano Diretor.

Os **programas** que constituem a Estratégia de Mobilidade Urbana do PDDUA são apresentados no Art. 8º:

Art. 8º [...]

- I. Programa de Transporte Coletivo
- II. Programa de Centros de Transbordo e de Transferência
- III. Programa Viário
- IV. Programa de Garagens e Estacionamentos
- V. Programa de Trânsito (Porto Alegre, 2010).

Os **instrumentos básicos** do PDDUA são apresentados no Art. 42:

Art. 42 [...]

- I. Estratégias de Desenvolvimento Urbano;
- II. Programas;
- III. Plano Regulador;
- IV. Modelo Espacial (Porto Alegre, 2010).

Já os Instrumentos Complementares são descritos no Art. 43 do PDDUA como sendo os **“Planos de Ação Regional e os Planos Setoriais ou Intersetoriais”**.

Art. 43 [...]

§ 1º Os Planos de Ação Regional consistem na definição de ações que promovam o desenvolvimento de cada Região de Gestão do Planejamento, partindo da análise das suas singularidades, adequando-se às diretrizes gerais propostas para a cidade, considerando as reivindicações e estimulando a participação de todos os segmentos sociais através de uma dinâmica continuada e sistemática.

§ 2º Os Planos de Ação Regional de que trata este artigo deverão conter a localização dos equipamentos comunitários, tais como parques, praças e escolas, bem como a localização dos prédios para atendimento público à saúde, ao policiamento e à administração regional, onde se inclui, obrigatoriamente, um espaço para uso da associação de moradores (Porto Alegre, 2010).

O Art. 49 do PDDUA aborda sobre os **Instrumentos de Regulação** para a intervenção no solo.

Art. 49 [...]

Na aplicação dos planos, programas e projetos, o Município utilizará os seguintes instrumentos urbanísticos de intervenção no solo para o cumprimento da função social da propriedade:

- I. Normas de Uso e Ocupação do Solo;
- II. Transferência de Potencial Construtivo;
- III. Solo Criado;
- IV. Tributação e Incentivos;

V. **Projetos Especiais;**

VI. Monitoramento da Densificação;

VII. **Áreas Especiais;**

VIII. Direito de Preempção; (Incluído pela L.C. nº 606, de 29 de dezembro de 2008).

IX. Direito de Superfície; (Incluído pela L.C. nº 606, de 29 de dezembro de 2008).

X. **Consórcio Imobiliário;** (Incluído pela L.C. nº 606, de 29 de dezembro de 2008).

XI. **Estudo de Impacto de Vizinhança;** (Incluído pela L.C. nº 606, de 29 de dezembro de 2008).

XII. **Operação Urbana Consorciada;** e (Incluído pela L.C. nº 606, de 29 de dezembro de 2008).

XIII. O parcelamento, a edificação e a utilização compulsórios do solo. (NR) (Incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010) (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

Considerando que as discussões deste subgrupo levavam em conta os tópicos de **sistema de monitoramento** e **sistemas de informações**, entende-se que dois dos programas que compõem a Estratégia do Sistema de Planejamento estão relacionados:

Art. 25 [...]

III – Programa de **Sistema de Informações** que busque disponibilizar informações para a gestão do desenvolvimento urbano, articulando produtores e usuários e estabelecendo critérios que garantam a qualidade das informações produzidas;

V – Programa de **Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano** que vise a descrever os elementos que propiciam avaliar a qualidade de vida urbana, bem como a aplicação das disposições do PDDUA (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

O Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores (Brasil, 2022) descreve os **Instrumentos** como um conjunto de ações e procedimentos legais para intervir, regulamentar, controlar e direcionar o desenvolvimento no território através do Plano Diretor. O guia refere-se aos instrumentos do Estatuto da Cidade sem, contudo, se ater exclusivamente a estes. A seguir segue a lista dos instrumentos:

- **I1 Consórcio Imobiliário**
- I2 Debates, audiências, consultas públicas e conferências sobre assuntos de interesse urbano
- i3 Direito de Preempção

- i4 Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)
- **i5 Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)**
- **i6 Operação Urbana Consorciada (OUC)**
- i7 Órgãos Colegiados e Fundos Municipais de Política Urbana
- i8 Outorga Onerosa de Alteração de Uso (OOAU)
- i9 Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC)
- i10 Macrozoneamento
- i11 Parcelamento do Solo Urbano
- i12 Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC); IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública
- **i13 Projetos Específicos de Expansão Urbana (PEEU)**
- i14 Transferência do Direito de Construir (TDC)
- i15 Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)
- i16 Zoneamento
- i17 Zoneamento Especial
- **i18 Sistemas de Estruturação Territorial (Sistemas de mobilidade, de saneamento ambiental, de áreas verdes, de equipamentos públicos, de centralidades)**

Com relação às **Ferramentas Complementares**, o Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores (Brasil, 2022) as descreve como ferramentas ou instrumentais que não são necessariamente conteúdos a serem desenvolvidos no Plano Diretor, mas são complementares e podem contribuir para leituras, diretrizes ou definições, bem como para uma melhor implementação das ações previstas.

- F01 Abandono da Propriedade Urbana Particular
- F02 Assistência técnica e jurídica gratuita para comunidades e grupos sociais menos favorecidos
- F03 Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM)
- F04 Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização
- F05 Código de Obras e Edificações (COE)
- F06 Código de Posturas
- F07 Consórcio Público Intermunicipal
- F08 Contribuição de Melhoria
- F09 Direito de Superfície
- F10 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)

- F11 Iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano
- F12 Imposto Predial e Territorial Urbana (IPTU) e ITBI
- F13 Leis Orçamentárias Municipais
- F14 Licenciamento Ambiental
- F15 Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)
- **F16 Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)**
- F17 Plano de Manejo de Unidades de Conservação (PMUC)
- F18 Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)
- F19 Plano Municipal de Arborização Urbana
- F20 Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
- F21 Plano Municipal de Iluminação Pública
- **F22 Plano Municipal de Mobilidade Urbana**
- F23 Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR)
- F24 Plano Municipal de Saneamento Básico
- F25 Plano Municipal de Turismo
- F26 Regularização Fundiária
- F27 Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)
- F28 Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA)
- F29 Tombamento Municipal
- F30 Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)
- F31 Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima (PMAMC)
- F32 Parcerias Público Privadas (PPP)
- F33 Plano de Manejo de Águas Pluviais (Plano de Drenagem)






O município de Porto Alegre aprovou recentemente seu Plano de Mobilidade Urbana (Porto Alegre, 2022b) e o Plano de Segurança Viária Sustentável (Porto Alegre, 2022a), os quais representam ferramentas importantes para o planejamento da mobilidade urbana, juntamente ao Plano Cicloviário e Plano de Acessibilidade. Neste subgrupo foram contempladas as discussões sobre a necessidade de compatibilizar os planos setoriais com o Plano Diretor, bem como adequar estas legislações com princípios e diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Brasil, 2012). Estas ações visam trazer benefícios ao planejamento urbano e à mobilidade urbana.


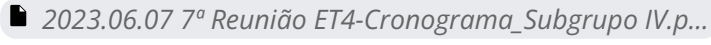








3.4.2 ET 4 | Reuniões do eixo temático




O grupo de trabalho do Eixo Temático 4 - Mobilidade e Transporte teve quatro reuniões prévias à Conferência de Avaliação do Plano Diretor, de março de 2023, e sete encontros entre este evento e o Seminário Leitura da Cidade, que ocorreu em julho de 2023. Estas reuniões ocorreram na modalidade on-line, com a presença da equipe técnica da DPU-SMAMUS e os integrantes do GT ET4, dentre os quais servidores da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SMMU), da Empresa Pública de Transportes (EPTC), Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa (SMCEC), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOI), representantes de entidades e da comunidade. No total, as 11 reuniões contaram com um número de 180 participações.

Os encontros anteriores à Conferência de Avaliação do Plano Diretor foram focados na sua organização. Os encontros após a Conferência abordaram os assuntos descritos no Quadro 5 a seguir.

Quadro 5 - ET 4: assuntos abordados após a Conferência de Avaliação do Plano Diretor

DATA	ASSUNTO
26/04/2023	<ul style="list-style-type: none"> - APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA GERAL - RESULTADOS GERAIS DA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PD - INSCRIÇÃO NO FORMULÁRIO EIXOS TEMÁTICOS
	APRESENTAÇÃO:  2023.04.26 5ª Reunião ET4-Cronograma e avaliação C...
	ATA / REGISTRO:  2023.04.26 Registro 5ª Reunião ET4.pdf
	OUTROS:  ET4 Recomendações Conferência Avaliação - Registr...
10/05/2023	PARTE 1: <ul style="list-style-type: none"> - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO - OFICINAS TEMÁTICAS PARTE 2: <ul style="list-style-type: none"> - APRESENTAÇÃO FABIANA SMMU: PMU x PDDUA - METODOLOGIA GUIA PARA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES; - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO V INSTRUMENTOS E PROGRAMAS.
	APRESENTAÇÃO:  2023.05.10 6ª Reunião ET4-Cronograma_Subgrupo V.pdf
	ATA / REGISTRO:  2023.05.10 Registro 6ª Reunião ET4.pdf

	OUTROS:	
07/06/2023	PARTE 1:	<ul style="list-style-type: none"> - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO - SEMINÁRIO - RESULTADO OFICINA TEMÁTICA ET4.
	PARTE 2:	<ul style="list-style-type: none"> - APRESENTAÇÃO VÂNIA ABREU EPTC: "Resultados do Estudo de Mobilidade para o Centro Histórico" e "A importância da pesquisa Origem - Destino para o planejamento da Mobilidade Urbana" - METODOLOGIA GUIA PARA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES; - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO IV TRANSPORTE.
	APRESENTAÇÃO:	
	ATA / REGISTRO:	
	OUTROS:	
15/06/2023	REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PARA FINALIZAR A DINÂMICA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 07/06/2023:	<ul style="list-style-type: none"> - METODOLOGIA GUIA PARA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES; - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO IV TRANSPORTE.
	APRESENTAÇÃO:	
	ATA / REGISTRO:	
	OUTROS:	
21/06/2023	<ul style="list-style-type: none"> - ATUALIZAÇÕES ET4; - APRESENTAÇÃO ANA PAULA H. BONINI SMMU: "Mobilidade Ativa: Construindo uma Cidade mais Humana"; - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO III MOBILIDADE ATIVA. 	
	APRESENTAÇÃO:	
	ATA / REGISTRO:	
	OUTROS:	
05/07/2023	REUNIÃO CONJUNTA ET 4 E ET5:	<ul style="list-style-type: none"> - ATUALIZAÇÕES "ET4" E "ET5";

	<ul style="list-style-type: none"> - APRESENTAÇÃO VANESKA PAIVA HENRIQUE SMAMUS – "Zoneamento e Estrutura Urbana"; - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO II ZONEAMENTO E ESTRUTURA URBANA. 						
	<table border="1"> <tr> <td>APRESENTAÇÃO:</td> <td> 2023.07.05 10º Reunião ET4-Subgrupo II.pdf</td> </tr> <tr> <td>ATA / REGISTRO:</td> <td> 2023.07.05 Registro 10º Reunião ET4.pdf</td> </tr> <tr> <td>OUTROS:</td> <td> Painel ET4-Zoneamento e Estrutura Urbana_Lucidchart...</td> </tr> </table>	APRESENTAÇÃO:	 2023.07.05 10º Reunião ET4-Subgrupo II.pdf	ATA / REGISTRO:	 2023.07.05 Registro 10º Reunião ET4.pdf	OUTROS:	 Painel ET4-Zoneamento e Estrutura Urbana_Lucidchart...
APRESENTAÇÃO:	 2023.07.05 10º Reunião ET4-Subgrupo II.pdf						
ATA / REGISTRO:	 2023.07.05 Registro 10º Reunião ET4.pdf						
OUTROS:	 Painel ET4-Zoneamento e Estrutura Urbana_Lucidchart...						
12/07/2023	<p>PARTE 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ATUALIZAÇÕES ET4; - APRESENTAÇÃO MÁRCIO SAUERESSIG GPOT/EPTC – "Compensação Tarifária"; - DEBATE <p>PARTE 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - APRESENTAÇÃO SISTEMA VIÁRIO - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO I SISTEMA VIÁRIO. 						
	<table border="1"> <tr> <td>APRESENTAÇÃO:</td> <td>  2023.07.12 11º Reunião ET4-Subgrupo I.pdf  Apresentação Márcio Sauressig_11º Reunião_METODOL... </td> </tr> <tr> <td>ATA / REGISTRO:</td> <td> 2023.07.12 Registro 11º Reunião ET4.pdf</td> </tr> <tr> <td>OUTROS:</td> <td> Painel ET4- Sistema Viário_Lucidchart.png</td> </tr> </table>	APRESENTAÇÃO:	 2023.07.12 11º Reunião ET4-Subgrupo I.pdf  Apresentação Márcio Sauressig_11º Reunião_METODOL...	ATA / REGISTRO:	 2023.07.12 Registro 11º Reunião ET4.pdf	OUTROS:	 Painel ET4- Sistema Viário_Lucidchart.png
APRESENTAÇÃO:	 2023.07.12 11º Reunião ET4-Subgrupo I.pdf  Apresentação Márcio Sauressig_11º Reunião_METODOL...						
ATA / REGISTRO:	 2023.07.12 Registro 11º Reunião ET4.pdf						
OUTROS:	 Painel ET4- Sistema Viário_Lucidchart.png						

3.5 ET 5 | Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana

O Eixo Temático 5 compreende aspectos do Plano Diretor relacionados ao uso e à ocupação do solo, tratando de questões como densidade, sustentabilidade, espaços públicos, equipamentos urbanos, redes de infraestrutura urbana, cidade consolidada e regularização fundiária. Questões relacionadas à forma urbana, tais como o desempenho das edificações em termos de conforto, iluminação, ventilação e sol, bem como o plano regulador, verticalização e miscigenação, também fazem parte deste eixo.

Tópicos:

- a) Uso e Ocupação do Solo: mudanças climáticas; sustentabilidade; densidade; parcelamento do solo; uso do solo; espaços públicos; equipamentos urbanos/comunitários; gestão, manutenção e conservação das vias públicas e calçadas; infraestruturas urbanas (saneamento básico, drenagem, abastecimento de água, comunicação, redes de fibra ótica); gestão de

resíduos; a cidade consolidada (impactos, mitigações, reciclagem de uso, reconhecimento da cidade existente); regularização fundiária;

- b) Forma Urbana: forma dos prédios; desempenho das edificações (conforto, iluminação, ventilação); verticalização; plano regulador; miscigenação.

Correlação com as Estratégias do PDDUA: I. Da Estruturação Urbana e III. Do Uso do Solo Privado.

3.5.1 ET 5 | Caracterização

O tema do Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana pode ser visualizado no PDDUA já no Art. 1º, que trata dos princípios do plano, especialmente quando fala-se dos seguintes aspectos:

Art. 1º [...]

II - a promoção da qualidade de vida e do ambiente, reduzindo as desigualdades e a exclusão social;

[...]

IV - o enriquecimento cultural da cidade pela diversificação, atratividade e competitividade;

V - o fortalecimento do papel do Poder Público na promoção de estratégias de financiamento que possibilitem o cumprimento dos planos, programas e projetos em condições de máxima eficiência;

VI - a articulação das estratégias de desenvolvimento da cidade no contexto regional metropolitano de Porto Alegre;

VII - o fortalecimento da regulação pública sobre o solo urbano mediante a utilização de instrumentos redistributivos da renda urbana e da terra e controle sobre o uso e ocupação do espaço da cidade;

[...]

IX - a defesa, a conservação e a preservação do meio ambiente;

X - a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda por meio do estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

XII - a distribuição dos benefícios e encargos do processo de desenvolvimento da Cidade, inibindo a especulação imobiliária, os vazios urbanos e a excessiva concentração urbana;

XIII - a recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

XIV - a preservação dos sítios, das edificações e dos monumentos de valor histórico, artístico e cultural;

XV - a preservação das zonas de proteção de aeródromos (Porto Alegre, 2010).

Dentre as Estratégias, colocando-se em foco a questão do desempenho, pode-se relacionar a temática com todas, uma vez que são elas “os caminhos que se deve percorrer para que a cidade atinja seus objetivos de desenvolvimento” (Porto Alegre, 2000). Entretanto, para fins do trabalho desenvolvido no grupo, destacam-se três: a Estratégia de Estruturação Urbana, a Estratégia de Uso do Solo Privado e a Estratégia de Qualificação Ambiental.

A **Estratégia de Estruturação Urbana** “trata da forma como serão integrados os diferentes lugares que constituem a cidade (bairros, avenidas e ruas, praças e parques, morros e o Guaíba) valorizando os espaços existentes e estimulando a criação de outros” (Porto Alegre, 2000). Diz ainda a versão comentada do PDDUA:

A cidade deve ter lugares onde as pessoas possam se divertir, passear, buscar atendimento médico, comprar ou vender e aprender. Chamados de Espaços Abertos, estes locais precisam estar espalhados pela cidade de uma maneira que cada habitante chegue até eles, a partir de suas casas, com facilidade, seja a pé ou de ônibus. Podem ser constituídos por áreas verdes (praças e parques), ou por edificações, como um shopping, um teatro ou mesmo um estádio de futebol. Esta estratégia também prevê um programa de integração com os municípios vizinhos possibilitando a definição de políticas de interesse comum e facilitando o acesso e a comunicação entre as cidades (Porto Alegre, 2000).

Entra em pauta tanto as questões de articulação interna, entre bairros, quanto a articulação de Porto Alegre com os municípios vizinhos. Sendo a primeira estratégia do Plano, demonstra a intenção de colocá-la como a principal ordenadora do espaço da cidade a partir das suas conexões e, de forma direta, das articulações de seus espaços de acesso público. É a principal estratégia relacionada à temática de **Estrutura Urbana**.

A **Estratégia de Uso do Solo Privado**:

Prevê as regras para as novas construções; quanto ao uso e à forma dos prédios e aos tipos de parcelamento (divisão de terra) que podem ser feitos na cidade. Estão propostos, também, meios de controle do número máximo de pessoas que podem morar ou trabalhar em cada zona da cidade (densificação), sem que haja problemas às redes de infra-estrutura. Quando isto não é bem planejado, podem ocorrer frequentes cortes no fornecimento de água ou luz e o trânsito fica muito complicado. Além disso, é preciso buscar um equilíbrio entre os investimentos feitos pela Prefeitura e o número de pessoas que vão usufruir das melhorias. Fazer obras caras para beneficiar um número pequeno de moradores caracteriza desperdício de dinheiro público. Este Plano propõe uma cidade que seja econômica e ambientalmente sustentável (equilibrada) (Porto Alegre, 2000).

Nesta estratégia temos relacionados não apenas os parâmetros do regime urbanístico, mas também as intenções que devem motivar a opção por determinados parâmetros e mesmo a flexibilização destes em um contexto de previsibilidade dos impactos resultantes. Diz ainda a lei comentada sobre o tema que esta deverá propor “procedimentos e análises técnicas que tornem o planejamento menos burocratizado” e que “as regras referem-se aos padrões urbanísticos que devem ser obedecidos nos casos de parcelamento do solo (divisão de terra), de novas edificações e da instalação de atividades e negócios na cidade” (Porto Alegre, 2000). Nesta estratégia residem os conceitos relacionados ao tema do **Desempenho** no Plano Diretor.

A **Estratégia de Qualificação Ambiental** aborda tanto o Ambiente Natural quanto o Ambiente Cultural da cidade. Para correlação com o Eixo Temático 5, destacamos os aspectos de maior interação com o eixo que tratam das questões de **Infraestrutura Urbana**. Neste tema, a versão comentada do PDDUA ressalta a necessidade de “propor medidas integradas entre os órgãos municipais quanto aos serviços de água, tratamento de esgoto sanitário e drenagem de terrenos na cidade, e quanto ao controle da poluição e do consumo de energia” (Porto Alegre, 2000), diretamente relacionada à temática.

Durante a Conferência de Avaliação do Plano Diretor e as reuniões do grupo de trabalho, os assuntos abordados no Eixo Temático 5 foram distribuídos em cinco subgrupos para melhor abordar suas especificidades. São eles (I) Densidade e Infraestrutura, (II) Equipamentos e Espaços Públicos, (III) Parcelamento e Uso do Solo, (IV) Desempenho das Edificações e (V) Cidade Consolidada e Regularização Fundiária. A seguir, cada um é apresentado.

3.5.1.1 Subgrupo I | Densidade e Infraestrutura

A temática da densidade no Plano Diretor de Porto Alegre aparece conceitualmente na previsão de estratégias distintas para desenvolvimento do território municipal, de regras expressas na Estratégia de Uso do Solo Privado para controle da densificação e na previsão de ações para o monitoramento do tema no Plano. Acerca das formas de controle, destaca-se o Capítulo III, DO USO DO SOLO PRIVADO, que em seu Art. 11 determina:

Art. 11 A Estratégia de Uso do Solo Privado tem como objetivos gerais disciplinar e ordenar a ocupação do solo privado, através dos instrumentos de regulação que definem a distribuição espacial das atividades, **a densificação** e a configuração da paisagem urbana no que se refere à edificação e ao parcelamento do solo.

§ 1º A Estratégia de Uso do Solo Privado é composta pelo **Plano Regulador**, que é apresentado na Parte III desta Lei.

§ 2º Constitui também instrumento de regulação da paisagem urbana a avaliação de **Projetos Especiais de Impacto Urbano**. (Redação dada pela Lei Complementar nº 646/2010) (Porto Alegre, 2010, grifo nosso).

Dentre os parâmetros previstos no plano, destaca-se o papel do **Plano Regulador**, estabelecendo parâmetros de referência a serem atendidos na construção de novas edificações e nas ações de parcelamento do solo e dos **Projetos Especiais**, na flexibilização de tais parâmetros de acordo com critérios técnicos.

Na normativa do Plano Regulador, tratam diretamente das densidades os parâmetros previstos nos **Anexos 04**, das Densidades Brutas, e **06**, do Índice de Aproveitamento. O primeiro, com pouca aplicação prática, estabelece parâmetros de referência para economias e habitantes por hectare de acordo com o zoneamento do Plano. O segundo, aplicado para os cálculos de licenciamento urbanístico, trazem como fatores de controle da densidade:

- a) IA - Índice de Aproveitamento: fator que multiplicado pela área líquida de terreno define a área de construção computável (as partes do prédio utilizadas para atividades, ou seja, morar, trabalhar, estudar, etc.);
- b) SC - Solo Criado: um dos instrumentos urbanísticos de intervenção no solo urbano para o cumprimento da função social da cidade. Consiste na oferta pelo Município de estoques construtivos públicos em determinadas áreas da cidade com infraestrutura disponível, onde se pretende induzir o crescimento. Os recursos decorrentes desta venda reverterem ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano FMDU, prioritariamente à habitação e infraestrutura;
- c) TPC - Transferência de Potencial Construtivo: quando sobre um terreno existe uma previsão do Plano Diretor (alargamento de uma rua, implantação de uma escola ou uma praça), a parte do terreno comprometida por esta previsão pode ser permutada com o Município por potencial construtivo (metros quadrados de construção), que pode ser utilizado no restante do terreno ou em outro terreno da mesma Macrozona;
- d) IA - Máx Índice de Aproveitamento Máximo: valor máximo que o IA pode atingir em determinada zona a partir da aquisição de SC;
- e) Quota Ideal: é um dos dispositivos de controle adotados pelo PDDUA. Define a quantidade de terreno por economia e destina-se ao controle da

densificação na Área de Ocupação Rarefeita (AOR) e nas áreas predominantemente residenciais na Área de Ocupação Intensiva (AOI).

Apesar de existir a possibilidade de flexibilização de parâmetros urbanísticos a partir do instrumento dos Projetos Especiais, aqueles relativos à densificação não estão listados dentre os tipos previstos para flexibilização no PDDUA (conforme o Art. 162 do Plano, tal matéria deve ser objeto de lei).

Como forma adicional de controle, o Monitoramento da Densificação está previsto no rol de Instrumentos de Regulação para a Intervenção no Solo. A partir deste instrumento, estabelece-se uma forma adicional de controle: o estoque máximo por quarteirão.

Todas estas formas de controle do adensamento urbano são ainda impactadas por limites volumétricos que, em razão de dimensões específicas de lotes urbanos, por vezes, comprometem a execução do potencial construtivo máximo previsto para os lotes urbanos (Henrique, 2019).

3.5.1.2 Subgrupo II | Equipamentos e Espaços Públicos

Os equipamentos e espaços públicos aparecem como componentes transversais nas Estratégias do PDDUA. Na Estratégia de Estruturação Urbana, tais componentes aparecem como pontos chave para a estruturação dos diferentes territórios municipais. Quando o plano fala da Mobilidade Urbana, o tema caracteriza tanto a necessidade de previsão de estruturas públicas de apoio à mobilidade, quanto a necessidade de alcance de determinados serviços públicos pela população local. Em Produção da Cidade, a possibilidade de parcerias para ampliação da rede de equipamentos surge como uma questão para solucionar as carências de Porto Alegre. Por fim, ao consolidar as Estratégias do Plano a partir de um Modelo Espacial, os equipamentos e espaços públicos surgem como referências fundamentais na constituição do tecido urbano.

Na relação de regras e instrumentos do Plano, a garantia de equipamentos e espaços públicos em porte e número adequado às estratégias de densificação do território, está mencionada na Transferência de Potencial Construtivo, no âmbito do Projeto Especial de Impacto Urbano, no Monitoramento da Densificação, no Cadastro Urbano, nas Áreas de Contenção do Crescimento Urbano, e nas normativas referentes ao Parcelamento do Solo, este último tratado no subgrupo a seguir.

3.5.1.3 Subgrupo III | Parcelamento e Uso do Solo

O tema do Parcelamento e Uso do Solo encontra-se previsto na Estratégia de Uso do Solo Privado, tal qual a densificação:

CAPÍTULO III - Do Uso do Solo Privado

Art. 11. A Estratégia de Uso do Solo Privado tem como objetivos gerais disciplinar e ordenar a ocupação do solo privado, através dos instrumentos de regulação que definem a distribuição espacial das atividades, a densificação e a configuração da paisagem urbana no que se refere à edificação e ao parcelamento do solo.

§ 1º A Estratégia de Uso do Solo Privado é composta pelo Plano Regulador, que é apresentado na Parte III desta Lei.

§ 2º Constitui também instrumento de regulação da paisagem urbana a avaliação de Projetos Especiais de Impacto Urbano. (NR) (Porto Alegre, 2010).

No Plano Regulador, Parte III do PDDUA, o Parcelamento do Solo aparece como um capítulo específico, detalhado em 24 artigos na versão de 2010 do PDDUA. No documento, o parcelamento do solo está previsto para realização de acordo com três modalidades: loteamento, desmembramento e fracionamento.

CAPÍTULO III - Do Parcelamento do Solo

Art. 134. Parcelamento do solo urbano é a divisão da terra em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, podendo ser realizado na forma de loteamento, desmembramento e fracionamento, sempre mediante aprovação municipal.

Parágrafo único. Equiparam-se, para efeito desta Lei, ao parcelamento do solo as situações previstas no § 3º do art. 153. (Porto Alegre, 2010).

De acordo com as regras do zoneamento de uso, o parcelamento do solo prevê, conforme a modalidade, parâmetros para doação de áreas de acordo com seu impacto:

- a) Fracionamento: modalidade de menor impacto, neste caso, sem doação de áreas públicas, aproveitando a estrutura viária existente;
- b) Desmembramento: modalidade de médio impacto, com doação de área pública para equipamento, aproveitando a estrutura viária existente;
- c) Loteamento: modalidade de maior impacto na estrutura urbana, com destinação de área pública para equipamento comunitário e para abertura de vias públicas.

Como forma de regulamentar a urbanização em áreas aptas à ocupação urbana, o PDDUA prevê em seu Art. 136 a vedação do parcelamento do solo nos seguintes casos:

Art. 136. Fica vedado o parcelamento do solo:

I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas ou a proteção contra as cheias e inundações;

II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde, sem que sejam previamente saneados;

III - em terrenos ou parcelas de terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), a critério do SMGP;

IV - em terrenos onde as condições geológicas e hidrológicas não aconselham a edificação;

V - em terrenos situados fora do alcance dos equipamentos urbanos, nomeadamente das redes públicas de abastecimento de água potável e de energia elétrica, salvo se atendidas exigências específicas dos órgãos competentes;

VI - em Áreas de Proteção do Ambiente Natural, após detalhamento que resulte em preservação permanente;

VII - em áreas onde a poluição ambiental impeça condições sanitárias, salvo se houver correções de acordo com as normas oficiais;

VIII - em imóveis dos quais resultem terrenos encravados ou lotes em desacordo com padrões estabelecidos em lei;

IX - em imóveis que não possuam frente para logradouros públicos oficiais;

X - em Áreas de Contenção ao Crescimento Urbano (ACCRU) (Porto Alegre, 2010).

Os padrões para o parcelamento do solo estão estabelecidos de acordo com o zoneamento de uso nos Anexos 8 e 9 do Plano Diretor.

Em relação ao tema do uso do solo, o PDDUA estabelece seu zoneamento de uso por porção territorial, conforme definido em seu Anexo 5, Regime de Atividades, estabelecido de forma macroespacial no Anexo 5.1, Grupamento de Atividades:

- a) Código 01: Área Predominantemente residencial, centro Histórico;
- b) Código 03: Mista 01;
- c) Código 05: Mista 02, centro Histórico;
- d) Código 07: Mista 03, centro Histórico;
- e) Código 09: Mista 04;
- f) Código 11: Mista 05;
- g) Código 13: Área Predominantemente Produtiva;
- h) Código 15.1: Área de interesse cultural – Área Predominantemente residencial;
- i) Código 15.3: Área de interesse cultural – Mista 01;

- j) Código 15.5: Área de interesse cultural – Mista 02;
- k) Código 15.7: Área de interesse cultural – Mista 03;
- l) Código 15.9: Área de interesse cultural – Parque urbano;
- m) Código 16.1: Área de ambiência cultural – Área Predominantemente residencial;
- n) Código 16.3: Área de ambiência cultural – Mista 01;
- o) Código 16.5: Área de ambiência cultural – Mista 02;
- p) Código 16.7: Área de ambiência cultural – Mista 03;
- q) Código 16.9: Área de ambiência cultural – Mista 04;
- r) Código 17: Área de interesse institucional;
- s) Código 19.1: Proteção do ambiente natural;
- t) Código 19.2: Parque natural;
- u) Código 19.3: reserva Biológica;
- v) Código 21: Área de desenvolvimento diversificado;
- w) Código 23: Área de Produção Primária (**);
- x) Código 25: corredor agroindustrial;
- y) Código 27: Área com Potencial de intensiva.

As atividades permitidas, proibidas ou com algum tipo de restrição de acordo com a posição geográfica de implantação são estabelecidas de acordo com a classificação dos códigos apresentados acima, combinados com os demais parâmetros do regime urbanístico. De modo geral, tais parâmetros visam permitir a adequada convivência entre atividades no meio urbano e rural. Acerca desta última, da atividade rural, cabe destacar que em 2015 o município volta a ter uma Zona Rural (Porto Alegre, 2015).

3.5.1.4 Subgrupo IV | Desempenho das Edificações

O tema “desempenho das edificações” não chega a ser abordado de forma explícita no PDDUA. A ideia de desempenho das edificações surge associada à previsão de parâmetros vinculados à volumetria das edificações.

O PDDUA de Porto Alegre estabelece três tipologias básicas para construção em lotes urbanos: prédios isolados no lote, colados na divisa ou no modelo base e corpo. O Anexo 7, Regime Volumétrico, especifica as alturas máximas para tais tipos, bem como a taxa de ocupação de acordo com o zoneamento de usos. Os elementos que definem o regime volumétrico são relacionados no parágrafo primeiro do Art. 112 do PDDUA:

Art. 112. O regime volumétrico das edificações é o conjunto das especificações que definem os limites de ocupação, a altura e os recuos que a edificação deve respeitar.

§ 1º O regime volumétrico será definido pelos seguintes elementos: (Parágrafo Único renomeado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

I – Taxa de Ocupação (TO) – relação entre as projeções máximas de construção e as áreas de terreno sobre as quais acedem as construções;

II – Referência de Nível (RN) – nível adotado em projeto para determinação da volumetria máxima da edificação ou de trecho dessa, definido conforme al. 'a' do inc. III do 'caput' do art. 113 desta Lei Complementar; (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

III – Altura da Edificação – distância vertical entre a referência de nível da edificação e o nível correspondente à parte inferior da laje ou similar do último pavimento;

IV – Altura da Base da Edificação – distância vertical entre a referência de nível da edificação e o nível correspondente ao forro do último pavimento que se enquadrar dentro do volume permitido para base;

V – Recuo de frente, lateral e de fundos – afastamento obrigatório das divisas de frente, laterais e de fundo do lote à edificação; e

VI – Área Livre Permeável (ALP) – parcela de terreno mantida sem acréscimo de qualquer pavimentação ou elemento construtivo impermeável, vegetada, não podendo estar sob a projeção da edificação ou sobre o subsolo, destinada a assegurar a valorização da paisagem urbana, a qualificação do microclima, a recarga do aquífero e a redução da contribuição superficial de água da chuva. (Incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

§ 2º O primeiro elemento que incide sobre o cômputo do regime volumétrico das edificações é a ALP. (NR) (Incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010) (Porto Alegre, 2010).

Os afastamentos de acordo com a altura, no entanto, são genéricos para todo o território, proporcionais à altura, conforme previsto no inciso terceiro do Art. 113:

Art. 113. [...]

III – Quanto a recuos de altura:

a) os recuos de frente, lateral e de fundos, para os prédios que ultrapassem os limites máximos previstos para construção na divisa, conforme Anexo 1.1 desta Lei Complementar, deverão ser livres de construção e não poderão ser inferiores a 18% (dezoito por cento) da altura em edificações com até 27m (vinte e sete metros) de altura, 20% (vinte por cento) da altura em edificações com altura compreendida entre 27m (vinte e sete metros) e 42m (quarenta e dois metros) e 25% (vinte e cinco por cento) em edificações com altura acima de 42,00m (quarenta e dois metros), garantido um mínimo de 3m (três metros), aplicados a partir da base da edificação; (Alterada pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010) (Porto Alegre, 2010).

Deste modo, o desempenho das edificações no PDDUA resulta da aplicação deste conjunto de regras sobre os lotes urbanos e a respectiva volumetria resultante do processo.

3.5.1.5 Subgrupo V | Cidade Consolidada e Regularização Fundiária

O tema da Cidade Consolidada e da Regularização Fundiária aparece na descrição da cidade a partir do Modelo Espacial proposto no Plano, partindo da visão de duas características em Porto Alegre: a cidade consolidada de forma mais intensiva e a cidade de ocupação rarefeita.

Prevendo a eventual disparidade entre as regras genéricas propostas para no Plano Regulador e a situação existente, o PDDUA previu no escopo do Projeto Especial de Impacto Urbano de 1º Grau a possibilidade de flexibilização visando a “compatibilização ou adequação a um padrão preexistente predominante e consolidado, em termos morfológicos, de porte ou de atividade”, conforme a alínea a, inciso II do Art. 60 do plano (Porto Alegre, 2010).

Tratando especificamente acerca da regularização fundiária, o PDDUA estabelece em seus princípios, inciso X do Art. 1º, que deve-se garantir:

Art. 1º [...]

X – a regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda por meio do estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais; (Incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010). [...] (Porto Alegre, 2010).

O tema aparece novamente na Estratégia de Promoção Econômica, na relação de Programas necessários para implementação de políticas que busquem a dinamização da economia da cidade, a melhoria da qualidade de vida e a qualificação da cidadania, através de ações diretas com a comunidade e com os setores produtivos, assim como a articulação com outras esferas de poder:

Art. 19. [...]

XIII – promoção de programas de inclusão social para população de baixa renda em processo de regularização fundiária; (Incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010). [...] (Porto Alegre, 2010).

Também sendo citada na Estratégia de Produção da Cidade, em artigo que trata da política habitacional:

Art. 22. Para a implementação da política habitacional de interesse social, serão adotadas as seguintes diretrizes:

I – a regularização fundiária e a urbanização específica dos assentamentos irregulares das populações de baixa renda e sua integração à malha urbana;

II – a democratização do acesso à terra e a ampliação da oferta de moradias para as populações de baixa e média renda;

III – a redistribuição da renda urbana e do solo na cidade, recuperando para a coletividade a valorização decorrente da ação do Poder Público; e

IV – a produção de padrões habitacionais adequados que atendam às necessidades básicas de habitabilidade, garantido os desempenhos técnico, econômico, humano, simbólico, social e ambiental. (Incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010) (Porto Alegre, 2010).

No Capítulo VII, que trata dos Equipamentos Urbanos e das Áreas Especiais, prevê-se o instrumento das Áreas Especiais de Interesse Social, em que destacamos a AEIS do tipo 1 como forma de atendimento da questão (inciso I, Art. 76):

Art. 76. [...]

I – AEIS I – assentamentos autoproduzidos por população de baixa renda em áreas públicas ou privadas, aplicando-se nessas áreas, conforme o caso, os seguintes instrumentos de regularização fundiária⁵: [...] (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010) (Porto Alegre, 2010).

Demandas específicas sobre o tema levaram o município a instituir uma Comissão específica para tratar do tema na forma de Projetos Especiais: a Comissão Técnica de Análise de Regularização Fundiária, CTARF.

Recentemente, a intitulada “Lei da REURB” (Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017), trouxe novos conceitos e outras oportunidades para ações sobre o tema.

3.5.2 ET 5 | Reuniões do eixo temático





O grupo de trabalho do Eixo Temático 5 - Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana teve quatro reuniões prévias à Conferência de Avaliação do Plano Diretor, que ocorreram entre janeiro e março de 2023, e sete encontros entre este evento e o Seminário Leitura da Cidade, que ocorreu em julho de 2023. Estas reuniões ocorreram na modalidade on-line, com a presença da equipe técnica da DPU-SMAMUS e os integrantes do ET5, dentre eles servidores de secretarias e autarquias do município, representantes de entidades e da comunidade. No total, as 11 reuniões contaram com um número de 298 participações. Do total de 11 reuniões, 10 foram realizadas de










⁵ Tema desenvolvido neste documento na seção 3.1.1. Subgrupo I | Áreas de Interesse Sócio-Cultural.





forma dedicada aos temas em debate e uma foi realizada de forma conjunta com o ET4, estando esta última registrada no quadro do eixo citado.

Os encontros anteriores à Conferência de Avaliação do Plano Diretor foram focados na sua organização. Os encontros após a Conferência abordaram os assuntos descritos no Quadro 6 a seguir.

Quadro 6 - ET 5: assuntos abordados após a Conferência de Avaliação do Plano Diretor

DATA	ASSUNTO
2/04/2023 5ª Reunião	<p>PARTE 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA GERAL - RESULTADOS GERAIS DA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PD - INSCRIÇÃO NO FORMULÁRIO EIXOS TEMÁTICOS <p>PARTE 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ESPAÇO LIVRE
	<p>APRESENTAÇÃO:  2023.04.26 5ª Reunião ET5-Cronograma e avaliação ...</p>
	<p>ATA / REGISTRO:  2023.04.26 Registro 5ª Reunião ET5.docx.pdf</p>
	<p>OUTROS:</p>
10/05/2023 6ª Reunião	<p>PARTE 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO; - OFICINAS TEMÁTICAS. <p>PARTE 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - METODOLOGIA GUIA PARA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES; - APRESENTAÇÃO SUBGRUPO I DENSIDADE E INFRAESTRUTURA (COORDENADORA DE PLANEJAMENTO URBANO ARQ. VANESKA PAIVA HENRIQUE) <p>PARTE 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO I DENSIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA.
	<p>APRESENTAÇÃO:  2023.05.10 6ª Reunião ET5-Cronograma_Subgrupo I....</p>
	<p>ATA / REGISTRO:  2023.05.10 Registro 6ª Reunião ET5.docx.pdf</p>
	<p>OUTROS:</p>
06/06/2023 7ª Reunião	<p>PARTE 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - RESULTADOS OFICINA TEMÁTICA ET5 <p>PARTE 2:</p>

	<p>- APRESENTAÇÃO SUBGRUPO II EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS (DIRETOR DE ÁREAS VERDES ALEX SOUZA)</p> <p>PARTE 3:</p> <p>- DISCUSSÃO DO SUBGRUPO II EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS</p>
	<p>APRESENTAÇÃO:  2023.06.14 7ª Reunião ET5-Oficina_Subgrupo II.pdf  2023.06.14 7ª Reunião ET5-Áreas Verdes.pdf</p>
	<p>ATA / REGISTRO:  2023.06.14 Registro 7ª Reunião ET5.docx.pdf</p>
	<p>OUTROS:</p>
21/06/2023 8ª Reunião	<p>PARTE 1:</p> <p>- CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO</p> <p>PARTE 2:</p> <p>- APRESENTAÇÃO SUBGRUPO III PARCELAMENTO E USO DO SOLO (ARQ. ANTÔNIO LUIS GOMES PINTO)</p> <p>PARTE 3:</p> <p>- DISCUSSÃO DO SUBGRUPO III PARCELAMENTO E USO DO SOLO</p>
	<p>APRESENTAÇÃO:  2023.06.21 8ª Reunião ET5-Oficina_Subgrupo III.pdf  2023.06.21 8ª Reunião ET5-Parcelamento.pdf</p>
	<p>ATA / REGISTRO:  2023.06.21 Registro 8ª Reunião ET5.docx.pdf</p>
	<p>OUTROS:</p>
27/06/2023 9ª Reunião	<p>PARTE 1:</p> <p>- CRONOGRAMA DAS REUNIÕES</p> <p>PARTE 2:</p> <p>- APRESENTAÇÃO SUBGRUPO IV DESEMPENHO DAS EDIFICAÇÕES (COORDENADORA DE PLANEJAMENTO URBANO ARQ. VANESKA PAIVA HENRIQUE)</p> <p>PARTE 3:</p> <p>- DISCUSSÃO DO SUBGRUPO IV DESEMPENHO DAS EDIFICAÇÕES</p>
	<p>APRESENTAÇÃO:  2023.06.28 9ª Reunião ET5-Oficina_Subgrupo IV.pdf  2023.06.28 9ª Reunião ET5-Adaptabilidade e Calibra...</p>
	<p>ATA / REGISTRO:  2023.06.28 Registro 9ª Reunião ET5.docx.pdf</p>
	<p>OUTROS:</p>
05/07/2023	<p>REUNIÃO CONJUNTA ET4.</p>

10ª Reunião	APRESENTAÇÃO:	 2023.07.05 Reunião Conjunta ET4-Zoneamento e Es...
19/07/2023 11ª Reunião	<p>PARTE 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES <p>PARTE 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - APRESENTAÇÃO SUBGRUPO IV CIDADE CONSOLIDADA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (DIRETORA DE PLANEJAMENTO URBANO ARQ. PATRÍCIA DA SILVA TSCHOEPKE) <p>PARTE 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DISCUSSÃO DOS SUBGRUPOS IV CIDADE CONSOLIDADA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA 	
	APRESENTAÇÃO:	 2023.07.19 11ª Reunião ET5-Oficina_Subgrupo V.pdf  2023.07.19 Reunião ET5-Cidade Consolidada e Regu...
	ATA / REGISTRO:	 2023.07.19 Registro 11ª Reunião ET5.docx.pdf
	OUTROS:	

3.6 ET 6 | Desenvolvimento Econômico

O Eixo Temático 6 engloba aspectos do Plano Diretor que se relacionam a incentivos para o desenvolvimento econômico do território, à capacitação e à geração de emprego e renda. Questões como o fortalecimento dos arranjos produtivos existentes e o estímulo a novos arranjos, considerando as tendências de desenvolvimento e os potenciais existentes no Município, também fazem parte deste eixo.

Tópicos: indústria; turismo; ecoturismo; cultura; economia; economia primária; economia criativa, solidária e inovação; atividades econômicas; habitação urbana e rural; tecnologia; dinâmica imobiliária; emprego e renda; agricultura familiar.

Correlação com as Estratégias do PDDUA: O tema Desenvolvimento Econômico relaciona-se diretamente com a Estratégia V. Da Promoção Econômica. No entanto, num aspecto mais amplo, o tema é transversal às demais estratégias, pois para uma cidade ser economicamente desenvolvida, não poderá descuidar-se de questões ambientais e de mobilidade urbana, devendo alcançar seu objetivo final de promoção do bem estar social.

3.6.1 ET 6 | Caracterização

O tema “Desenvolvimento Econômico” é abordado no PDDUA como uma Estratégia de Promoção Econômica da cidade:

Art. 19. A Estratégia de Promoção Econômica tem como principal objetivo o estabelecimento de políticas que busquem a dinamização da economia da cidade, a melhoria da qualidade de vida e a qualificação da cidadania, através de ações diretas com a comunidade e com os setores produtivos, assim como a articulação com outras esferas de poder.

§ 1º A implementação da Estratégia de Promoção Econômica dar-se-á através de:

- I - revalorização do papel de Porto Alegre como pólo metropolitano;
- II - redefinição do perfil de competitividade no Mercosul;
- III - estímulo ao crescimento e à desconcentração econômica;
- IV - promoção da geração de postos de trabalho em sua relação com o lugar de residência;
- V - fomento à organização e à autopromoção de iniciativas empreendedoras;
- VI - promoção de condições favoráveis para produzir um melhor valor agregado à atividade rural;
- VII - garantia de condições mínimas de abastecimento e de consumo a todos;
- VIII - incentivo à produção e à socialização de conhecimento tecnológico.
- IX - estabelecimento de mecanismos urbanísticos que promovam a produção econômica, incentivando a busca de implantação de indústrias e centros de excelência na fabricação de componentes de alta tecnologia;
- X - incentivo à criação de escolas técnicas para formação e capacitação profissional;
- XI - incentivo à criação de polos econômicos;
- XII - criação de programas de incentivo fiscal para alcançar o desenvolvimento urbano e ambiental da Cidade;
- XIII - promoção de programas de inclusão social para população de baixa renda em processo de regularização fundiária;
- XIV - incentivo ao comércio tradicional de porta de rua no Centro Histórico, inclusive fiscal, condicionado à contrapartida de qualificação do serviço; e
- XV - incentivo ao funcionamento do comércio e de serviços no Centro Histórico, durante o turno da noite.

§ 2º O Poder Executivo elaborará projeto, no prazo máximo de 1 (um) ano, a partir da publicação desta Lei Complementar, como parte do Plano de Promoção Econômica, hierarquizando os Projetos Especiais de Impacto Urbano de Realização Necessária, visando a:

I - renovação e revitalização de áreas comerciais tradicionais, pólos de comércio e serviços e formação de novas áreas comerciais;

II - critérios para localização de estabelecimentos comerciais de grande porte. (Porto Alegre, 2010)

Art. 20 Constituem a Estratégia de Promoção Econômica:

I - Programa de Dinamização da Economia, que visa a promover o crescimento e a desconcentração econômica;

II - Programa de Qualificação da Cidadania, que tem como principais metas a democratização do conhecimento técnico para os diversos tipos de atividades produtivas no Município, o incentivo a medidas que orientem para a visão de desenvolvimento sustentável nas empresas e a oferta de alternativas de atividades para a população de baixa renda;

III - Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Macrozona 8, que contemple, entre outras, ações e políticas de fomento à produção primária, de proteção ao patrimônio natural e de saneamento ambiental, com vistas à fixação das populações rurais, ao desenvolvimento de atividades de lazer e turismo e à qualificação das áreas habitacionais;

IV - Programa de Incentivos a Investimentos, o qual criará condições de competitividade e atração para estes.

V - Programa de Incentivo e Valorização do Comércio Tradicional de Porta de Rua no Centro Histórico; e

VI - Programa de Incentivo e Valorização do Comércio e da Prestação de Serviços no Centro Histórico, durante o turno da noite.

§ 1º Para viabilizar o programa previsto no inciso III deste artigo, o Município desenvolverá, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação desta Lei, projetos especiais que visem a:

I - cadastramento das propriedades rurais, nos termos do art. 32;

II - cadastramento das propriedades com patrimônio natural a preservar, nos termos do art. 32;

III - estímulo à melhoria da produtividade e rentabilidade das atividades agropecuárias;

IV - incentivo à produtividade máxima, conforme cadastramento e análise do Poder Executivo, devendo fomentar tal atividade mediante a utilização da política tributária municipal, utilizando, para tanto, a redução das alíquotas do IPTU, até a eliminação do imposto.

§ 2º As diretrizes espaciais básicas desta estratégia estão representadas na fig. 6 do PDDUA.

A respeito da Estratégia de Promoção Econômica, a versão comentada do PDDUA, de março de 2000, afirma que:

Uma boa cidade deve produzir e assim gerar trabalho. A prefeitura juntamente com os particulares deve criar as condições para que isso aconteça. É preciso estimular iniciativas da própria população, o surgimento de locais de trabalho próximos das áreas onde vivem as pessoas e incentivar a produção de alimentos e criação de animais para um melhor abastecimento da cidade. Além disso, é necessário reforçar o papel de Porto Alegre como centro de atividades da Região Metropolitana, bem como redefinir seu papel junto ao Mercosul (Porto Alegre, 2000).

São objetivos básicos desta estratégia, portanto, promover ações para democratizar o conhecimento técnico, incentivar as empresas ao desenvolvimento e criar alternativas de trabalho e emprego (Porto Alegre, 2000).

Anteriormente à Conferência de Avaliação do Plano Diretor e às reuniões do grupo de trabalho, os assuntos abordados no Eixo Temático 6 foram distribuídos em cinco subgrupos para melhor abordar suas especificidades. São eles (I) Setor Terciário, (II) Atividades Econômicas, (III) Economia Primária/Área Rural, (IV) Indústrias e (V) Infraestrutura. A seguir, cada um é apresentado.

3.6.1.1 Subgrupo I | Setor Terciário

No cenário econômico do Município, o setor terciário (de serviços) é o que vem se destacando como principal atividade econômica. Neste contexto, foi trazido ao debate o potencial que a Cultura tem em gerar emprego e renda através da realização de shows, exposições e demais eventos culturais.

Foi pauta de debate, além disso, que atividade econômica deverá incorporar conceitos voltados à sustentabilidade, utilizando princípios de economia criativa, solidária e inovadora, e devem ser permanentes os investimentos em tecnologia e capacitação a fim de fomentar os pólos tecnológicos.

O subgrupo também discutiu a miscigenação das atividades (moradia coexistindo com atividades de comércio e serviços), entendendo que esta contribui para uma maior dinamização da economia, promovendo uma melhora na mobilidade urbana e segurança do bairro, gerando menor emissão de GEE na atmosfera.

Considerando o potencial da Orla e da zona sul de Porto Alegre, debateu-se também que atividades ligadas ao turismo e mais recentemente ao turismo náutico devem ser estimuladas.

E por fim, considerando a tendência de envelhecimento da população, conforme apontado pelo último censo demográfico realizado pelo IBGE, destacamos a área da saúde como grande potencial gerador de emprego de qualidade e renda, exigindo para

isso, mão de obra especializada e investimentos em acessibilidade e qualidade nos espaços públicos e equipamentos voltados ao uso de idosos.

3.6.1.2 Subgrupo II | Atividades Econômicas

No subgrupo II, o debate centrou-se no zoneamento das atividades, zonas de usos concebidas pelo Plano Diretor de forma a organizar como os usos e as atividades serão distribuídos nas diversas partes da cidade. Nesse sentido, o artigo 31 do PDDUA conceituou as zonas de uso da seguinte forma:

Art. 31 As Zonas de Uso são concebidas de acordo com os seguintes conceitos básicos:

I - Cidade Miscigenada - caracteriza-se pela presença de diferentes atividades em todo o território, desde que compatíveis com condicionantes paisagísticos, ambientais, infra-estruturais ou com outras atividades instaladas;

II - Policentralidade - o conjunto dos espaços urbanos que configura a distribuição das centralidades conforme proposto no modelo espacial;

III - Centralidade - a qualidade de um espaço dito central, que reúne características próprias de densificação, fluxos, animação, miscigenação, acessibilidade e tipo de infra-estrutura que podem se apresentar em diferentes graus ou hierarquias, constituindo centralidades de caráter metropolitano, urbano, regional ou local;

IV - Incômodo - o estado de desacordo de alguma atividade com condicionantes locais como vivências sociais, qualidade ambiental e/ou outras atividades vizinhas;

V - Impacto - a repercussão, positiva ou negativa, ocasionada pela implantação de uma atividade específica no ambiente, na estrutura ou na infra-estrutura da cidade, bairro ou região;

VI - manutenção do Patrimônio Ambiental do Município através da preservação dos bens naturais e culturais;

VII - estímulo à produção primária (Porto Alegre, 2010).

Em seguida, no Art. 32 definiu-se quais atividades deveriam ser estimuladas em cada lugar, de acordo com suas características predominantes.

Art. 32 As Zonas de Uso representam parcelas do território municipal, propostas com as mesmas características, em função de peculiaridades a serem estimuladas nas seguintes categorias:

I - Áreas Predominantemente Residenciais - zonas da cidade onde se estimula a vida de bairro, com atividades complementares à habitação e demais atividades não-residenciais controladas quanto a incômodo e impacto;

II - Áreas Miscigenadas - zonas cuja ocupação é estimulada igualmente tanto para atividades residenciais como de comércio, serviços e indústrias,

distribuindo-se, com relação ao uso, em diferentes categorias que representam graus de restrição diferenciados quanto ao porte e à variedade de atividades:

a) Mista 1 e Mista 2 - zonas de maior diversidade urbana em relação às áreas predominantemente residenciais onde se estimule, principalmente, o comércio varejista, a prestação de serviços e demais atividades compatíveis, que representem apoio à atividade habitacional e ao fortalecimento de centralidades;

b) Mista 3 e Mista 4 - zonas com estímulo à atividade produtiva e à geração de postos de trabalho associados à atividade habitacional, onde a diversidade proposta apresenta níveis mais significativos de interferência ambiental, representando, também, maiores potencialidades de impacto;

c) Mista 5 - zonas de diversidade máxima, onde todas as atividades são permitidas, sendo o uso habitacional somente admitido por meio de Projetos Especiais de Impacto Urbano; (Redação dada pela Lei Complementar nº 646/2010)

III - Áreas Predominantemente Produtivas - zonas de diversidade máxima, sem controle de porte, onde o uso habitacional somente é admitido para a atividade de zeladoria ou para as situações existentes na data da publicação desta Lei;

IV - Áreas de Interesse Cultural - zonas que apresentam ocorrência de patrimônio cultural representativo da história da cidade, com características físicas ou não, que lhes conferem um caráter excepcional;

V - Áreas de Interesse Institucional - áreas públicas ou privadas de grande porte, destinadas a fins comunitários e administrativos;

VI - Áreas de Proteção do Ambiente Natural - zonas previstas para atividades que, conciliando a proteção da flora, da fauna e dos demais elementos naturais, objetivem a perpetuação e a sustentabilidade do patrimônio natural;

VII - Reserva Biológica - área que tem por finalidade proteger integralmente a flora, a fauna e seu substrato em conjunto, assegurando a proteção da paisagem e a normal evolução do ecossistema, bem como cumprindo objetivos científicos e educacionais;

VIII - Parque Natural - área em que se pretendem resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, de lazer e recreação;

IX - Áreas de Desenvolvimento Diversificado - zonas que, por suas características naturais e seu grau de transformação, permitem atividades mais diversificadas, sempre compatibilizadas com a proteção ambiental;

X - Áreas de Produção Primária - zonas propostas para o desenvolvimento compatibilizado de atividades primárias, extrativas, comércio e serviços de apoio, bem como para a localização de pequenas indústrias vinculadas à produção por propriedade rural;

XI - Corredor Agroindustrial - zona de apoio à produção agroindustrial com vistas a fortalecer o desenvolvimento primário no extremo sul do Município, respeitadas as ocorrências ambientais intrínsecas ao meio;

XII - Área com Potencial de Intensiva - corresponde às zonas que apresentam, pela sua localização espacial e usos preexistentes, condições de integração à área intensiva mediante demonstração de interesse por parte do urbanizador em realizar projeto habitacional de interesse social, sendo seu regime definido em função do entorno, respeitando, sempre, os condicionantes do patrimônio natural.

XIII - VETADO. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 646/2010)

XIV - Áreas Especiais de Interesse Recreativo e Desportivo;

XV - VETADO. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 646/2010)

§ 1º Com vistas a estimular a manutenção e o reconhecimento da função social da propriedade, para efeitos desta Lei, equiparam-se às zonas de uso as propriedades rurais e as que apresentam patrimônio natural a proteger, independente da zona de uso onde se localizem.

§ 2º Considera-se propriedade rural aquela explorada para a produção agropecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial, que assegure a conservação dos recursos naturais e possua produção satisfatória, conforme legislação específica.

§ 3º Considera-se propriedade com patrimônio natural a preservar, aquela que apresente elementos naturais de preservação significativos, nos termos de legislação específica, e garanta a manutenção e perpetuação (Porto Alegre, 2010).

A distribuição das atividades no território da cidade encontra-se prevista na Estratégia de Uso do Solo Privado, assim como a densificação:

CAPÍTULO III - Do Uso do Solo Privado

Art. 11. A Estratégia de Uso do Solo Privado tem como objetivos gerais disciplinar e ordenar a ocupação do solo privado, através dos instrumentos de regulação que definem **a distribuição espacial das atividades**, a densificação e a configuração da paisagem urbana no que se refere à edificação e ao parcelamento do solo.

§ 1º A Estratégia de Uso do Solo Privado é composta pelo **Plano Regulador**, que é apresentado na Parte III desta Lei.

§ 2º Constitui também instrumento de regulação da paisagem urbana a avaliação de **Projetos Especiais de Impacto Urbano**. (NR) (Porto Alegre, 2010).

As atividades permitidas, proibidas ou com algum tipo de restrição de acordo com a posição geográfica de implantação são estabelecidas de acordo com sua classificação, combinados com os demais parâmetros do regime urbanístico. De modo geral, tais

parâmetros visam permitir a adequada convivência entre atividades no meio urbano e rural.

O Plano Diretor apresenta ainda um instrumento inovador que permite flexibilizar parâmetros urbanísticos, entre eles, as atividades e/ou respectivos portes, dependendo do impacto gerado, tendo como objetivo o disposto no art. 54-A:

CAPÍTULO V - DOS PROJETOS ESPECIAIS DE IMPACTO URBANO

Art. 54-A O Projeto Especial de Impacto Urbano é a proposta de empreendimento ou atividade listado no Anexo 11 desta Lei Complementar, devendo observar, no que couber, os seguintes objetivos:

- I - viabilização das diretrizes e estratégias do PDDUA;
- II - promoção do desenvolvimento urbano a partir do interesse público, de forma concertada com o interesse privado;
- III - detalhamento deste PDDUA com base em estudos específicos;
- IV - solução dos impactos urbano-ambientais decorrentes da proposta;
- V - qualificação da paisagem urbana, reconhecendo suas diversidades e suas configurações socioespaciais; e
- VI - compatibilização das diversas políticas setoriais e do plano regulador com as diferentes escalas espaciais - terreno, quarteirão ou setor urbano.

§ 1º A avaliação dos impactos gerados pela proposta de empreendimento ou atividade deve resultar em soluções que visem à superação dos conflitos, devendo estabelecer condições e compromissos específicos, que, quando necessário, serão firmados em Termo de Compromisso.

§ 2º Dar-se-á sempre publicidade dos requerimentos e aprovações dos Projetos Especiais de Impacto Urbano. (Porto Alegre, 2010).

A seguir, o art. 56 elenca, sem esgotar, quais aspectos devem ser analisados a fim de se avaliar o impacto das flexibilizações:

Art. 56 O Projeto Especial de Impacto Urbano será objeto de análise com vista à identificação e à avaliação dos impactos decorrentes da proposta, considerando os seguintes conteúdos:

- I - estrutura urbana e paisagem urbana, observando os aspectos relativos a:
 - a) estruturação e mobilidade urbana, no que se refere à configuração dos quarteirões, às condições de acessibilidade e segurança, à geração de tráfego e à demanda por transportes;
 - b) equipamentos públicos comunitários, no que se refere à demanda gerada pelo incremento populacional;
 - c) uso e ocupação do solo, considerando a relação com o entorno preexistente, ou a renovar, níveis de polarização e soluções de caráter urbanístico; e

d) patrimônio ambiental, no que se refere à manutenção e à valorização;

II - infraestrutura urbana, no que se refere a equipamentos e redes de água, esgoto, drenagem, energia, entre outros;

III - bens ambientais, no que se refere à qualidade do ar, do solo e subsolo, das águas, da flora, da fauna, e às poluições visual e sonora decorrentes da atividade;

IV - estrutura socioeconômica, no que se refere a produção, consumo, emprego e renda da população; e

V - valorização imobiliária, a ser regulamentada.

§ 1º As obras de implantação de equipamentos públicos urbanos e comunitários, da malha viária, e outras que se tornarem necessárias em função dos impactos, bem como as medidas mitigadoras e compensatórias, serão, no que couber, de responsabilidade do empreendedor. (Redação dada pela Lei Complementar nº 646/2010) (Parágrafo Único transformado em § 1º pela Lei Complementar nº 837/2018)

§ 2º Quando da execução de empreendimentos propostos por Projetos Especiais de Impacto Urbano, as medidas mitigatórias e compensatórias deverão ser informadas:

I - por meio de placa afixada nesses locais pelo empreendedor ou proprietário, em tamanho e localização visíveis à população, com a indicação de código QR (quick response); ou

II - por meio eletrônico em site oficial do Executivo Municipal (Porto Alegre, 2010).

Já os artigos 57, 57-A e 57-B indicam quais instrumentos serão utilizados na avaliação de projetos especiais, os quais, a partir dos debates, identificamos que deverão ser objeto de aprimoramento a fim de garantir maior participação popular:

Art. 57 A avaliação do Projeto Especial de Impacto Urbano será realizada por meio de **EVU**, para o qual será exigido Estudo de Impacto de Vizinhança - **EIV** -, Estudo de Impacto Ambiental - **EIA** - ou Relatório de Impacto Ambiental - **RIA** -, na forma da legislação aplicável.

§ 1º Os empreendimentos ou atividades sujeitos ao EIA ou ao RIA serão dispensados do EIV.

§ 2º O EVU, o EIV, o EIA ou o RIA serão elaborados de acordo com legislação específica.

Art. 57-A Estarão sujeitos à elaboração de EIV os empreendimentos e as atividades que potencialmente possam gerar efeitos positivos e negativos na qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise de, no mínimo, o seguinte:

I - adensamento populacional;

II - equipamentos urbanos e comunitários;

- III - uso e ocupação do solo;
- IV - valorização imobiliária;
- V - geração de tráfego e demanda por transporte público;
- VI - ventilação e iluminação; e
- VII - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

§ 1º Lei municipal definirá os empreendimentos e as atividades sujeitos ao EIV.

§ 2º Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público Municipal, a qualquer interessado. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 646/2010)

Art. 57-B A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de EIA, requeridas nos termos da legislação ambiental (Porto Alegre, 2010).

Por fim, o artigo 58 prevê a possibilidade de flexibilização do regime de atividades, entre outros, para situações listadas no Anexo 11 do PDDUA, como nos casos de existência de edificações inventariadas no lote ou de empena cega lindeira, de terrenos com formato irregular ou muito acidentado, edificações destinadas a programas de habitação prioritária, reciclagem de usos entre outros.

Art. 58 A critério do SMGP, nas hipóteses previstas no Anexo 11 desta Lei Complementar, mediante Projeto Especial de Impacto Urbano, poderão ser alterados os padrões previstos para recuos de ajardinamento, **regime de atividades**, regime volumétrico, parcelamento do solo, garagens e estacionamentos.

Parágrafo Único - Os padrões previstos para o IA e Quota Ideal mínima por terreno somente poderão ser alterados por lei específica (Porto Alegre, 2010).

Destaca-se ainda no subgrupo II a preocupação com o crescimento de ocupações regulares ou irregulares em direção ao extremo sul, região vocacionada à produção primária que vem perdendo importância enquanto atividade econômica, no entanto com potencial de abastecer o mercado interno do Município com uma produção baseada na agricultura ou criação de animais, familiar e orgânica.

Outro tema desenvolvido, relaciona-se à preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade. O Plano Diretor estabeleceu regramento com vistas à valorização e preservação dos bens do patrimônio histórico e cultural, os quais permitirão a manutenção da memória e de uma identidade própria da cidade, conforme consta no artigos 32 (transcrito acima) e artigos 92 e 92-A cuja reprodução consta impressa no subgrupo I | Áreas de Interesse Sócio-Cultural do ET1 (item 3.1.1.1).

3.6.1.3 Subgrupo III | Economia Primária/Área Rural

No Subgrupo III o debate centrou-se na área rural de Porto Alegre, cuja vocação está ligada à produção primária (agricultura familiar, criação de animais, extrativismo) e à agroindústria, sendo necessários investimentos na capacitação da mão de obra local, em infraestrutura adequada para viver e produzir na região, sendo a distribuição da produção mais uma dificuldade trazida ao debate.

O excelente potencial para o ecoturismo, foi apontado como uma alternativa de exploração ambientalmente sustentável do extremo sul.

Uma definição clara quanto aos limites entre as áreas urbana e rural, a necessidade de cadastramento das propriedades rurais e a regularização de áreas irregularmente ocupadas, assim como garantir meios para que as comunidades tradicionais possam produzir e se desenvolver, também foram temas centrais deste subgrupo.

3.6.1.4 Subgrupo IV | Indústrias

Neste subgrupo foi dado ênfase ao cluster de serviços, notadamente na área de saúde, ensino e tecnologia, existentes no Município como potenciais geradores de emprego e renda. Sendo abordadas questões que poderiam fomentar a “indústria do conhecimento” e toda a sua cadeia produtiva, culminando com estratégias para a formação e retenção de talentos locais.

Garantir a implementação de complexos industriais de forma articulada às políticas de desenvolvimento urbano e ambiental do Município, avaliando quais as demandas e vocação de cada região, estimulando atividades industriais mais sustentáveis, mitigando assim os efeitos da mudança climática, foi outro tema discutido pelo Subgrupo IV.

3.6.1.5 Subgrupo V | Infraestrutura

Neste subgrupo, destacamos a qualidade da infraestrutura urbana como fator de segurança a novos investimentos na cidade; a importância da articulação entre a infraestrutura urbana disponível e a densidade populacional e a relação da melhoria da infraestrutura urbana com a valorização do território e criação de oportunidades de negócio.






3.6.2 ET 6 | Reuniões do eixo temático





O grupo de trabalho do Eixo Temático 6 - Desenvolvimento Econômico teve quatro reuniões prévias à Conferência de Avaliação do Plano Diretor, que ocorreram entre


janeiro e março de 2023, e sete encontros entre este evento e o Seminário Leitura da Cidade, que ocorreu em julho de 2023. Estas reuniões ocorreram na modalidade on-line, com a presença da equipe técnica da DPU-SMAMUS e os integrantes do ET6, dentre eles servidores de secretarias e autarquias do município, representantes de entidades e da comunidade. No total, as 11 reuniões contaram com um número de 128 participações.

Os encontros anteriores à Conferência de Avaliação do Plano Diretor foram focados na sua organização. Os encontros após a Conferência abordaram os assuntos descritos no Quadro 7 a seguir.

Quadro 7 - ET 6: assuntos abordados após a Conferência de Avaliação do Plano Diretor

DATA	ASSUNTO
27/04/2023 5ª Reunião	<p>PARTE 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA GERAL - RESULTADOS GERAIS DA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PD - INSCRIÇÃO NO FORMULÁRIO EIXOS TEMÁTICOS <p>PARTE 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ESPAÇO LIVRE
	<p>APRESENTAÇÃO:  2023.04.27 5ª Reunião ET6-Cronograma e avaliação C...</p>
	<p>ATA / REGISTRO:  2023.04.27 - Registro 5ª Reunião EIXO 6 - DESENVOLVI...</p>
	<p>OUTROS:</p>
11/05/2023 6ª Reunião	<p>PARTE 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - OFICINAS TEMÁTICAS; - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO. <p>PARTE 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> - METODOLOGIA GUIA PARA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES; <p>PARTE 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO II INDÚSTRIA
	<p>APRESENTAÇÃO:  2023.05.11 6ª Reunião ET6-Cronograma_Subgrupo II...</p>
	<p>ATA / REGISTRO:  2023.05.11 - Registro 6ª Reunião EIXO 6 - DESENVOL...</p>
	<p>OUTROS:  ET6 - Subgrupo II - Indústria.pdf</p>
15/06/2023 7ª Reunião	<p>PARTE 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO - SEMINÁRIO; - OFICINA TEMÁTICA ET 6.

	<p>PARTE 2: - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO I SETOR TERCIÁRIO (SERVIÇOS)</p>
	<p>APRESENTAÇÃO:  2023.06.15 7ª Reunião ET6-Subgrupo I.pdf</p>
	<p>ATA / REGISTRO:  2023.06.15 - Registro 7ª Reunião EIXO 6 - DESENVOL...</p>
	<p>OUTROS:  ET6 - Subgrupo II - Setor Terciário (Serviços).pdf</p>
22/06/2023 8ª Reunião	<p>PARTE 1: - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO</p> <p>PARTE 2: - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO III ECONOMIA PRIMÁRIA/ÁREA RURAL</p>
	<p>APRESENTAÇÃO:  2023.06.22 8ª Reunião ET6-Subgrupo III.pdf</p>
	<p>ATA / REGISTRO:  2023.06.22 - Registro 8ª Reunião EIXO 6 - DESENVOL...</p>
	<p>OUTROS:  ET6 - Subgrupo III - Economia Primária_Zona Rural.p...</p>
29/06/2023 9ª Reunião	<p>PARTE 1: - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO</p> <p>PARTE 2: - APRESENTAÇÃO: DADOS SOBRE A ECONOMIA DO MUNICÍPIO (ALVARÁS EMITIDOS e ECONOMIA DA ZONA RURAL) - Economistas Rodrigo Salvato de Assis e Oscar Pelicioli - SMDET</p>
	<p>APRESENTAÇÃO:  2023.06.29 9ª Reunião ET6-Subgrupo IV.pdf</p>
	<p>ATA / REGISTRO:  2023.06.29 - Registro 9ª Reunião EIXO 6 - DESENVOL...</p>
	<p>OUTROS:  ET6 - Subgrupo III - Economia Primária_Zona Rural.p...</p>
07/07/2023 10ª Reunião	<p>PARTE 1: - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO;</p> <p>PARTE 2: - APRESENTAÇÕES: Zoneamento (Atividades) - Arquiteta Maria Tereza Albano - Arquiteta Veronica Medina e Arquiteta Luiza Carolina Moron</p> <p>PARTE 3: - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO IV ATIVIDADES ECONÔMICAS</p>
	<p>APRESENTAÇÃO:  2023.07.07 10ª Reunião ET6-Subgrupo IV.pdf</p>

		 2023.07.07 10ª Reunião ET6-Apresentação EPE I.pdf
	ATA / REGISTRO:	 2023.07.07 - Registro 10ª Reunião EIXO 6 - DESENV...
	OUTROS:	
20/07/2023 11ª Reunião	PARTE 1: - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO; PARTE 2: - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO V INFRAESTRUTURA URBANA -	
	APRESENTAÇÃO:	 2023.07.20 11ª Reunião ET6-Subgrupo V.pdf
	ATA / REGISTRO:	 2023.07.20 - Registro 11ª Reunião EIXO 6 - DESENV...
	OUTROS:	 ET6 - Subgrupo V - Infraestrutura Urbana.pdf

3.7 ET 7 | Gestão da Cidade

O Eixo Temático 7 aborda os papéis do Plano Diretor na gestão da cidade e do planejamento urbano municipal, englobando questões como políticas públicas e instrumentos de planejamento, participação social e monitoramento do desenvolvimento urbano.

Tópicos: Sistema Municipal de Gestão do Planejamento (SMGP); participação no processo de planejamento; monitoramento; políticas públicas; instrumentos urbanísticos; instrumentos jurídicos e econômicos; financiamento da cidade; mercado imobiliário.

Correlação com as Estratégias do PDDUA: VII. Do Sistema de Planejamento.

3.7.1 ET 7 | Caracterização

O tema Gestão da Cidade é abordado no PDDUA nos Princípios - Parte I - Título 1 - DOS PRINCÍPIOS, que no Art.1º traz nos incisos I, III e VII as questões da gestão democrática, participação da população diretamente na formulação, execução e acompanhamento dos projetos (I), a integração das ações públicas e privadas (III), a integração horizontal entre órgão e Conselhos Municipais (VIII).

A estrutura do PDDUA de Porto Alegre, está dividida em quatro partes e o tema Gestão da Cidade é abordado na PARTE I TÍTULO II, no Art.3º, VII - Estratégia do Sistema de

Planejamento. A caracterização da Estratégia encontra-se na Parte I - CAP VII- ESTRATÉGIA DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO, nos Art. 24 e 25.

O Sistema de Planejamento é matéria da Parte II iniciando no Título I - DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, Art. 33 e 34 - que define os objetivos e os níveis de atuação do sistema. No TÍTULO II - DOS COMPONENTES DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO I - Da Estrutura e das Atribuições dos Componentes, Art.35 a 41, são detalhados a Estrutura e as atribuições dos componentes do Sistema, como o Sistema Municipal de Gestão e Planejamento (SMGP) e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA) .

No TÍTULO III - DOS INSTRUMENTOS DO PDDUA, Art. 42 a 48 são detalhados os Instrumentos Básicos e Complementares, tais como Planos de Ação, Mecanismos de Participação na Gestão, de Informação e de Avaliação. No TÍTULO IV - DOS INSTRUMENTOS DE REGULAÇÃO PARA INTERVENÇÃO NO SOLO, que inicia no Art.50 ao 92 são detalhados: I Da Ocupação e Uso do Solo, II Da Transferência de Potencial Construtivo, III Do Solo Criado, IV Da Tributação, V Dos Projetos Especiais de Impacto Urbano, VI Do Monitoramento da Densificação, VII Dos Equipamentos Urbanos e das Áreas Especiais.

Durante a Conferência de Avaliação do Plano Diretor e nas reuniões prévias do grupo de trabalho, os assuntos abordados no Eixo Temático 7- Gestão da Cidade foram distribuídos em cinco subgrupos para melhor abordar suas especificidades de forma a contemplar toda a matéria relativa ao tema contida no PDDUA: são eles (I) Gestão Democrática e Participação, (II) Mecanismos de Aprovação, Programas e Projetos Especiais, (III) Ações e Políticas de Desenvolvimento, (IV) Instrumentos Urbanísticos para Implementação das Ações e (V) Monitoramento. A seguir, cada um é apresentado.

3.7.1.2 Subgrupo I | Gestão Democrática e Participação

Os tópicos que constituíram os trabalhos relativos a esse subgrupo são : Conselho, Gestão Democrática, Fóruns, Canais, Regiões de Planejamento, Transparência, Capacitação, Políticas e ações.

No Plano Diretor a abordagem do subtema inicia nos Art. 24 Parágrafo único:

Parágrafo único. A Estratégia do Sistema de Planejamento efetivar-se-á através:

I - da rearticulação da estrutura administrativa;

II - de canais de participação como os Conselhos Municipais, Entidades Profissionais,

Sindicais e Empresariais, funcionalmente vinculadas ao desenvolvimento urbano da cidade, as Associações de Moradores e as Regiões de Gestão do Planejamento;

III – dos Planos de Ação Regional;

IV – dos instrumentos básicos do PDDUA;

V – do Sistema de Informações;

VI – do Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano;

VII – da definição de ações e políticas de desenvolvimento urbano globais e setoriais, dos programas e projetos especiais;

VIII – dos demais instrumentos de gestão (Porto Alegre, 2010).

E no Art. 25. Compõem a Estratégia do Sistema de Planejamento:

I – Programa de Gerenciamento de Políticas que busque articular as diversas políticas que definem as diretrizes do desenvolvimento urbano, garantindo maior racionalidade na produção sustentável da cidade;

II – Programa de Regionalização e Participação da Comunidade que busque a concretização de canais de participação, assegurando às Regiões de Gestão do Planejamento o espaço de deliberação sobre políticas de desenvolvimento regional;

III – Programa de Sistema de Informações que busque disponibilizar informações

para a gestão do desenvolvimento urbano, articulando produtores e usuários e estabelecendo critérios que garantam a qualidade das informações produzidas;

IV – Programa de Comunicação e Educação Ambiental que objetive dar suporte

de comunicação e divulgação sobre as principais idéias e conteúdos do desenvolvimento urbano ambiental, com caráter educativo, objetivando uma adequada compreensão do tema e incentivando a cultura participativa no planejamento urbano;

V – Programa de Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano que vise a descrever os

elementos que propiciam avaliar a qualidade de vida urbana, bem como a aplicação das disposições do PDDUA.

§ 1º As Regiões de Gestão de Planejamento terão seus limites constituídos pelos limites externos dos bairros que as compõem, assegurando-se, nas deliberações do SMGP, a representação de todos os bairros.

§ 2º As Regiões de Gestão do Planejamento estão identificadas na fig.9 (ver p.44, LC 434/99) (Porto Alegre, 2010).

Os Art. 39 a 41, tratam do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, que é denominado órgão de integração entre a administração (SMGP) e a sociedade.

Art. 39. O órgão de integração do SMGP é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA –, que tem por finalidade formular políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, ao qual compete:

I – zelar pela aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento urbano ambiental, propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações do PDDUA;

II – promover, através de seus representantes, debates sobre os planos e projetos que

incidam nas Regiões de Gestão do Planejamento;

III – propor, discutir e deliberar sobre os planos e projetos relativos ao desenvolvimento

urbano ambiental;

IV – receber e encaminhar para discussão matérias oriundas de setores da sociedade que sejam de interesse coletivo;

V – propor ao SMGP a elaboração de estudos sobre questões que entender relevantes;

VI – instalar comissões para assessoramento técnico compostas por integrantes do

CMDUA, podendo-se valer de órgãos componentes do SMGP, bem como de colaboradores externos;

VII – zelar pela integração de políticas setoriais que tenham relação com o desenvolvimento urbano ambiental do Município;

VIII – propor a programação de investimentos com vistas a assessorar a implantação de políticas de desenvolvimento urbano ambiental para o Município;

IX – aprovar Projetos Especiais de Impacto Urbano de 2º e 3º Grau, bem como indicar

as alterações que entender necessárias; (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

X – aprovar os estoques construtivos do Solo Criado;

XI – aprovar critérios e parâmetros para avaliação de Projetos Especiais de Impacto

3.7.1.2 Subgrupo II | Mecanismos de Aprovação, Programas e Projetos Especiais

Os tópicos que constituíram os trabalhos relativos a esse subgrupo são: Impactos, Mitigações, Compensações, Projetos Especiais, Planos Regionais e Equipamentos Comunitários, Projetos Públicos e Privados.

O subtema é abordado a partir do Art.54-A, o qual trata dos Projetos Especiais de Impacto Urbano, com seus objetivos e mecanismos de avaliação.

Art. 54-A. O Projeto Especial de Impacto Urbano é a proposta de empreendimento ou atividade listado no Anexo 11 desta Lei Complementar, devendo observar, no que couber, os seguintes objetivos: (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

I - viabilização das diretrizes e estratégias do PDDUA;(incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

II – promoção do desenvolvimento urbano a partir do interesse público, de forma

concertada com o interesse privado; (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

III – detalhamento deste PDDUA com base em estudos específicos; (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

IV – solução dos impactos urbano-ambientais decorrentes da proposta; (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

V – qualificação da paisagem urbana, reconhecendo suas diversidades e suas configurações socioespaciais; e (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

VI – compatibilização das diversas políticas setoriais e do plano regulador com as

diferentes escalas espaciais – terreno, quarteirão ou setor urbano.(incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

§ 1º A avaliação dos impactos gerados pela proposta de empreendimento ou atividade deve resultar em soluções que visem à superação dos conflitos, devendo estabelecer condições e compromissos específicos, que, quando necessário, serão firmados em Termo de Compromisso. (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

§ 2º Dar-se-á sempre publicidade dos requerimentos e aprovações dos Projetos Especiais de Impacto Urbano. (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010) (Porto Alegre, 2010).

3.7.1.3 Subgrupo III | Ações e Políticas de Desenvolvimento

Os tópicos que constituíram os trabalhos relativos a esse subgrupo são: Direito à cidade, acesso à infraestrutura, impactos sociais, econômicos e ambientais,

procedimentos específico para inclusão de comunidades tradicionais, aldeias indígenas e quilombos, Políticas e Ações.

O subtema é abordado na Estratégia da Qualificação Ambiental, a partir do Art.14:

Art. 14. Integram o Patrimônio Cultural, para efeitos desta Lei Complementar, o conjunto de bens imóveis de valor significativo – edificações isoladas ou não, ambiências, parques urbanos e naturais, praças, **sítios e áreas remanescentes de quilombos e comunidades indígenas** –, paisagens, bens arqueológicos – históricos e pré-históricos –, bem como manifestações culturais – tradições, práticas e referências, denominados bens intangíveis, que conferem identidade a esses espaços. (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010) (Porto Alegre, 2010).

O Art.72, o qual trata dos Equipamentos urbanos públicos ou privados.

As Áreas Especiais de Interesse Cultural estão no Art.92 descritas como locais identificados com presença de elementos culturais a serem valorizados e preservados:

Art. 92. Áreas de Interesse Cultural são áreas que apresentam ocorrência de Patrimônio Cultural e que devem ser analisadas, visando a sua preservação no quadro da sustentabilidade urbana e ao resgate da memória cultural por meio da revitalização, restauração e potencialização das áreas significativas, por meio de flexibilização e fomento pelo Poder Público, identificadas no Anexo 3 desta Lei Complementar. (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

§ 4º A identificação das áreas e dos bens que constituem Patrimônio Cultural será objeto de estudos específicos baseados no Inventário do Patrimônio Cultural, observados o valor histórico, o valor arqueológico, a excepcionalidade, os valores de representatividade, de referência, arquitetônicos, simbólicos, práticas culturais, tradições e heranças, considerando, ainda, as relações físicas e culturais com o entorno e a necessidade de manutenção de ambientação peculiar (Porto Alegre, 2010).

As Ações e Políticas são abordadas nos Art. 24, Parágrafo único. A Estratégia do Sistema de Planejamento efetivar-se-á através:

VII – da definição de ações e políticas de desenvolvimento urbano globais e setoriais, dos programas e projetos especiais;

E Art.25, I:

Art. 25. Compõem a Estratégia do Sistema de Planejamento:

I – Programa de Gerenciamento de Políticas que busque articular as diversas políticas que definem as diretrizes do desenvolvimento urbano, garantindo maior racionalidade na produção sustentável da cidade (Porto Alegre, 2010).

3.7.1.4 Subgrupo IV | Instrumentos Urbanísticos para Implementação das Ações

Os tópicos que constituíram os trabalhos relativos a esse subgrupo são: **EIV, Contrapartidas, Financiamento da Cidades, Recuperação da valorização imobiliária, Áreas Especiais e Instrumentos Urbanísticos específicos para DHP/HIS, povos originários** e outros.

São abordados no Art.1º:

Art. 1º A promoção do desenvolvimento no Município de Porto Alegre tem como princípio o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, nos termos da Lei Orgânica, garantindo:

V – o fortalecimento do papel do Poder Público na promoção de estratégias de financiamento que possibilitem o cumprimento dos planos, programas e projetos em condições de máxima eficiência;

XII – a distribuição dos benefícios e encargos do processo de desenvolvimento da Cidade, inibindo a especulação imobiliária, os vazios urbanos e a excessiva concentração urbana; (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010)

As contrapartidas são abordadas no Art. 63. Projeto Especial de Impacto Urbano de 3º Grau é a Operação Urbana Consorciada prevista na Lei Federal nº 10.257, de 2001, II – estruturação urbana ambiental;

§ 4º Os projetos de lei que tratam de Projeto Especial de Impacto Urbano de 3º Grau são de iniciativa do Poder Executivo e devem, necessariamente, prever contrapartidas que promovam melhorias sociais. (NR) (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010) (Porto Alegre, 2010).

O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) está no Art. 49.

Art.49 Na aplicação dos planos, programas e projetos, o Município utilizará os seguintes instrumentos urbanísticos de intervenção no solo para o cumprimento da função social da propriedade:

XI – Estudo de Impacto de Vizinhança; (incluído pela L.C. nº 606, de 29 de dezembro de 2008) (Porto Alegre, 2010).

Além do Art. 57, 57-A e 57-B que tratam da aplicabilidade de Estudos de Impacto:

Art.57 A avaliação do Projeto Especial de Impacto Urbano será realizada por meio de EVU, para o qual será exigido Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV –, Estudo de Impacto Ambiental – EIA – ou Relatório de Impacto Ambiental – RIA –, na forma da legislação aplicável. (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010)

Art. 57-A. Estarão sujeitos à elaboração de EIV os empreendimentos e as atividades que potencialmente possam gerar efeitos positivos e negativos na qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise de, no mínimo, o seguinte: (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

I - Adensamento populacional (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

II – equipamentos urbanos e comunitários; (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

III – uso e ocupação do solo; (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

IV – valorização imobiliária; (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

V – geração de tráfego e demanda por transporte público; (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

VI – ventilação e iluminação; e (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural. (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

§ 1º Lei municipal definirá os empreendimentos e as atividades sujeitos ao EIV. (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

§ 2º Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público Municipal, a qualquer interessado. (NR) (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

Art. 57-B. A elaboração do EIV não substitui a elaboração e a aprovação de EIA, requeridas nos termos da legislação ambiental. (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010) (Porto Alegre, 2010).

3.7.1.5 Subgrupo V | Monitoramento

Os tópicos que constituíram os trabalhos relativos a esse subgrupo são: Monitorar impactos urbanísticos e ambientais, Crescimento da cidade, Qualidade de vida, Sistema de Informações, Transparência. No âmbito do Eixo Temático Gestão da Cidade o Monitoramento está previsto no caput do Art.24 :

Art. 24. A Estratégia do Sistema de Planejamento objetiva um processo de planejamento dinâmico e contínuo, que articule as políticas da administração municipal com os diversos interesses da sociedade, **promovendo instrumentos para o monitoramento do desenvolvimento urbano.**

No Art. 34. está estabelecido que o SMPG atuará no Monitoramento para controle, aplicação e desempenho qualitativo e quantitativo das Estratégias, Programas e Projetos (Porto Alegre, 2010).

Art. 34 O SMGP atua nos seguintes níveis:

III – nível de monitoramento e controle dos instrumentos de aplicação e dos programas

e projetos aprovados.

IV – nível de monitoramento de aplicação e desempenho qualitativo e quantitativo das

estratégias do PDDUA. (NR) (incluído pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010).

Também é estabelecida a competência do SMGP quanto ao Monitoramento.

Art. 37. O SMGP é gerenciado pela Secretaria de Planejamento Municipal, à qual compete:

I – estabelecer as diretrizes do desenvolvimento urbano ambiental, planejar e ordenar

o uso e ocupação do solo do Município de Porto Alegre, através da elaboração, monitoramento e revisão de planos, programas e projetos, visando a sua permanente atualização (Porto Alegre, 2010).

O Art. 47 estabelece o Sistema de Avaliação de Desempenho Urbano (SADUR) e seus objetivos:

Art. 47. Fica criado o Sistema de Avaliação de Desempenho Urbano, instrumento de suporte à decisão que propicie ao Executivo Municipal as avaliações necessárias, o qual será regulamentado por lei ordinária.

Parágrafo único. Serão objeto do Sistema de Avaliação de Desempenho Urbano:

I - a avaliação de empreendimentos e atividades que caracterizam Projetos Especiais de Impacto Urbano; (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010)

II – a avaliação da implantação de empreendimentos de impacto; III – o monitoramento do desenvolvimento urbano;

IV – a elaboração de estudos com vistas à predição de situações. (NR)

Art. 48. O monitoramento do desenvolvimento urbano dar-se-á pelo acompanhamento permanente do crescimento da cidade, com a revisão e a adequação dos parâmetros da legislação urbanística, visando à melhoria da qualidade de vida.

§ 1º O Município utilizará, para o monitoramento do desenvolvimento urbano, os parâmetros referentes a infraestrutura, estrutura e ambiente.

§ 2º São unidades de monitoramento:

I – Macrozonas;

II – Regiões de Gestão do Planejamento; I

II – Bairros;

IV – Unidades de Estruturação Urbana;

V – Quarteirões.

§ 3º O Poder Executivo publicará semestralmente descrição das condições de desenvolvimento da cidade no Diário Oficial de Porto Alegre, ou em documento específico, a ser amplamente divulgado, com prioridade para os

representantes de Associações de Bairros e de Moradores do Município (Porto Alegre, 2010).

Desta forma, o Monitoramento constitui um - Dos instrumentos de Regulação para a intervenção no Solo, VI Do Monitoramento da Densificação, e é abordado a partir do Art. 66:

Art. 66. O Município promoverá o monitoramento da densificação através de patamares máximos de densidade por Macrozona e Unidades de Estruturação Urbana, com o objetivo de atender à demanda e racionalizar os custos de produção e manutenção dos equipamentos urbanos e comunitários de forma a garantir o desenvolvimento urbano sustentável. Parágrafo único. Densidade é a relação que indica a intensidade do uso e ocupação do solo urbano expressa pela:

I- densidade habitacional, através do número de habitantes fixos por hectare, a fim de controlar o uso dos equipamentos urbanos e comunitários

II - densidade populacional, através do número total de habitantes por hectare, residentes ou não, e número de economias por hectare, a fim de controlar o uso da infraestrutura urbana e dos serviços públicos (Porto Alegre, 2010).






3.7.2 ET 7 | Reuniões do eixo temático





O grupo de trabalho do Eixo Temático 7 - Gestão da Cidade teve quatro reuniões prévias à Conferência de Avaliação do Plano Diretor, as quais ocorreram entre janeiro e março de 2023, e seis encontros entre este evento e o Seminário Leitura da Cidade, que ocorreu em julho de 2023. Estas reuniões ocorreram na modalidade on-line, com a presença da equipe técnica da DPU-SMAMUS e os integrantes do ET7, dentre eles servidores de secretarias e autarquias do município, representantes de entidades e da comunidade. No total, as 10 reuniões contaram com um número de 174 participações.

Os encontros anteriores à Conferência de Avaliação do Plano Diretor foram focados na sua organização. Os encontros após a Conferência abordaram os assuntos descritos no Quadro 8 a seguir.

Quadro 8 - ET 7: assuntos abordados após a Conferência de Avaliação do Plano Diretor

DATA	ASSUNTO
------	---------

27/04/2023	<p>PARTE 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA GERAL - RESULTADOS GERAIS DA CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PD - INSCRIÇÃO NO FORMULÁRIO EIXOS TEMÁTICOS https://bit.ly/GTEIXOSTEMATICOS <p>PARTE 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - MANIFESTAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS - ENCAMINHAMENTOS
	<p>APRESENTAÇÃO:  2023.04.27 6ª Reunião ET7-Cronograma e avaliação ...</p>
	<p>ATA / REGISTRO:  2023.04.26 Registro 6ª Reunião ET7.pdf</p>
	<p>OUTROS:</p>
11/05/2023	<p>PARTE 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CRONOGRAMA ATÉ JULHO - OFICINAS TEMÁTICAS <p>PARTE 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - APRESENTAÇÃO METODOLOGIA EIXO GESTÃO DA CIDADE - APRESENTAÇÃO TCC RESIDENTE ARQª ANA AGUIRRE DA ROSA - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO
	<p>APRESENTAÇÃO:  11_05_2023_REUNIAO_EIXO_07.pdf</p>
	<p>ATA / REGISTRO:  2023-05-11- RegistroReunião ET7.docx - Documento...</p>
	<p>OUTROS:</p>
15/06/2023	<p>PARTE 1</p> <ul style="list-style-type: none"> - CRONOGRAMA DAS REUNIÕES ATÉ JULHO - SEMINÁRIO; - OFICINA TEMÁTICA ET 7 - FLUXO E CONTRIBUIÇÕES <p>PARTE 2</p> <ul style="list-style-type: none"> - APRESENTAÇÃO METODOLOGIA TCAP - CGMU <p>PARTE 3</p> <ul style="list-style-type: none"> - DISCUSSÃO
	<p>APRESENTAÇÃO:  2023.06.15 7ª Reunião ET7-.pdf</p>
	<p>ATA / REGISTRO:</p>
	<p>OUTROS:</p>

22/06/2023	PARTE 1: - RETOMADA PARTE 2 - CRONOGRAMA PARTE 3 - DISCUSSÃO DO SUBGRUPO - PLANOS ESCALA INTERMEDIÁRIA - PLANOS DE PORMENOR	
	APRESENTAÇÃO:	 2023.06.22 8ª Reunião ET7-.pdf
	ATA / REGISTRO:	
	OUTROS:	
29/06/2023	PARTE 1: - RETOMADA ÚLTIMA REUNIÃO PARTE 2 - DEBATE EIV	
	APRESENTAÇÃO:	 9ª reunião 2023.06.29 Reunião ET7-
	ATA / REGISTRO:	 2023.06.29 - EIXO 7 GESTÃO DA CIDADE.pdf
	OUTROS:	
06/07/2023	PARTE 1: - RETOMADA ÚLTIMA REUNIÃO PARTE 2 - PROJETOS ESPECIAIS E EIV	
	APRESENTAÇÃO:	 10ª reunião 2023.07.06 Reunião ET7-.pdf
	ATA / REGISTRO:	
	OUTROS:	

Referências

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>.

BRASIL. **Lei nº 12.587, de 3 de Janeiro de 2012**. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/guia-para-elaboracao-e-revisao-de-planos-diretores>>.

CONFERÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR, 2023, Porto Alegre. **Arquivos**. Porto Alegre: Diretoria de Planejamento Urbano, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, 2023. Disponível em: <<https://prefeitura.poa.br/smamus/novo-plano-diretor/conferencia-de-avaliacao-do-plano-diretor>>.

HENRIQUE, Vaneska Paiva. **Adaptabilidade e Calibragem de Normativas Urbanísticas a partir de Parâmetros de Desempenho**. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/217445>>.

NAÇÕES UNIDAS (Brasil). **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Brasília, DF, c2023. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>.

OFICINAS TEMÁTICAS, 2023, Porto Alegre. **Arquivos**. Porto Alegre: Diretoria de Planejamento Urbano, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, 2023. Disponível em: <<https://prefeitura.poa.br/smamus/novo-plano-diretor/oficinas-tematicas>>.

PORTO ALEGRE (RS). **Decreto nº 21.652, de 23 de setembro de 2022**. Institui o Plano de Segurança Viária Sustentável da cidade de Porto Alegre (PSVS). Porto Alegre, 2022a. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/01g8c>>.

PORTO ALEGRE (RS). **Lei Complementar nº 775, de 23 de outubro de 2015**. Institui a Zona Rural no Município de Porto Alegre e cria o Sistema de Gestão da Política de Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/kudcq>>.

PORTO ALEGRE (RS). **Lei Complementar nº 951, de 17 de agosto de 2022**. Dispõe sobre a mobilidade urbana no Município de Porto Alegre e institui o Plano de Mobilidade Urbana de Porto Alegre. Porto Alegre, 2022b. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/eyzwc>>.

PORTO ALEGRE (RS). **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental: PDDUA**. Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, atualizada e compilada até a Lei Complementar 646, de 22 de julho de 2010 e alterações posteriores. Dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Porto Alegre, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/planodiretortexto.pdf>.

PORTO ALEGRE (RS). Secretaria do Planejamento Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental: PDDUA comentado**. Porto Alegre, 2000. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/18vF3le6y8_Fnx0FpqBJ8CcEO3vW55hbV/view>.

PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. **Definição dos 12 temas prioritários**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://prefeitura.poa.br/planodiretor/linha-do-tempo/definicao-dos-12-temas-prioritarios>>.

PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. **Instrução Normativa nº 04, de 10 de fevereiro de 2021**. Institui o procedimento para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), e dá outras providências. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Documentos/IN_04-2021.pdf>.

PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. **Instrução Normativa nº 07, de 24 de maio de 2023**. Altera o inc. V do art. 6º, os §§ 7º e 8º do art. 16 e inclui os arts. 6ºA e 41-A na Instrução Normativa nº 004, de 10 de fevereiro de 2021. Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/4783_ce_20230525_executivo.pdf>.

SEMINÁRIO LEITURA DA CIDADE, 2023, Porto Alegre. **Arquivos**. Porto Alegre: Diretoria de Planejamento Urbano, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, 2023. Disponível em: <<https://prefeitura.poa.br/smamus/novo-plano-diretor/seminario-leitura-da-cidade>>.

Bibliografia Consultada

ET 1 | Desenvolvimento Social e Cultural

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Pesquisa de Núcleos Urbanos Informais**. Brasília, DF, c2023. Disponível em: <<https://pnui.ipea.gov.br/explorar.html>>.

LEITE, Carlos (Org.). **Guia de urbanismo social**. São Paulo: Núcleo de Urbanismo Social do Laboratório Arq. Futuro de Cidades do Insper e Diagonal, 2023. Disponível em: <[https://arquivos.insper.edu.br/2023/Urbanismo social/Guia%20de%20Urbanismo%20Social_2023.pdf](https://arquivos.insper.edu.br/2023/Urbanismo%20social/Guia%20de%20Urbanismo%20Social_2023.pdf)>.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Mapa Prevenção de Desastres do Serviço Geológico do Brasil - CPRM**. Brasília, DF, c2023. Disponível em: <<https://geoportal.cprm.gov.br/desastres/>>.

ET 2 | Ambiente Natural

ALONSO, André Chein. **Delineamento e avaliação de corredores lineares multi-hábitat**: estudo de caso com bugio-ruivo (*Alouatta clamitans*) em mosaico urbano-rural. 2010. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/30203>>.

BRASIL. **Lei Ordinária 13.446, de 24 de abril de 2023**. Estabelece a realização de diagnóstico socioambiental como requisito para a definição, pelo Município, de faixas marginais não edificáveis em Áreas de Preservação Permanente (APPs) no entorno de cursos d'água em áreas urbanas consolidadas distintas das estabelecidas no inc. I do art. 4º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e alterações posteriores - Código Florestal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/0iev1>>.

CIADAPTA. **Apresentação do Projeto**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, c2023. Disponível em: <<https://ciadapta.webnode.page/about-us/>>.

LOGE, Paulo Lima; SILVEIRA, André Luís Lopes da. Metodologia Trama Verde e Azul como instrumento de suporte para a gestão urbana e ambiental na cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul). **Meio Ambiente (Brasil)**, Recife, v. 4, n. 2, 2022. Disponível em: <<https://meioambientebrasil.com.br/index.php/MABRA/article/view/182>>.

MENEGAT, Rualdo (Coord.). **Atlas ambiental de Porto Alegre**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/atlas/atlas_digital.html>.

NEDER, Urban Adaptation Index: assessing cities readiness to deal with climate change.

Climatic Change, v. 166, n. 16, 2021. Disponível em:

<<https://link.springer.com/article/10.1007/s10584-021-03113-0>>.

PORTO ALEGRE (RS). **Plano Municipal de Proteção, Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Alegre**. Porto Alegre, 2022. Disponível em:

<<https://www.pmmapoa.com.br/>>.

PORTO ALEGRE (RS). Conselho Municipal do Meio Ambiente. **Lista das espécies da Flora ameaçadas de extinção em Porto Alegre**. Porto Alegre, 2021. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1Ri-2LHxvqSr2F5DwGrtC9TJJRXNtAa9T/view?usp=drive_link>.

PORTO ALEGRE (RS). Conselho Municipal do Meio Ambiente. **Lista das espécies de Plantas Raras com ocorrência em Porto Alegre**. Porto Alegre, 2021. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1XjR4gUntzfi-MHf7GhvWlb2MZjXc3gzc/view?usp=drive_link>.

PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Cartilha sobre arborização urbana**: Porto Alegre, Cidade das Árvores. Porto Alegre, 2002. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1kACuUy1wRrtulTQYR0Hx1bnCrgBbjvUp/view?usp=drive_link>.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Estudo das áreas de risco do Geoportal da CPRM**. Brasília, DF, c2023. Disponível em: <<https://geoportal.cprm.gov.br/desastres>>.

ET 3 | Patrimônio Cultural

PORTO ALEGRE (RS). **Lei Complementar nº 275, de 06 de abril de 1992**. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do Município de Porto Alegre, disciplina a integração de bens móveis e imóveis e cria incentivos ao tombamento e dá outras providências. Porto Alegre, 1992. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/dfliu>>

PORTO ALEGRE (RS). **Lei Ordinária 12.585, de 9 de agosto de 2019**. Dispõe sobre o Inventário do Patrimônio Cultural de Bens Imóveis do Município de Porto Alegre e sobre as medidas de proteção e preservação dos bens que o compõem. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/dxkto>>.

PORTO ALEGRE (RS). **Proposta de reformulação de 37 áreas especiais**. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1EG2t_To2WFEDN8-lu4fN9AnlFOFdtENg/view?usp=drive_link>.

PORTO ALEGRE (RS); CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS. **Definição de Regimes Urbanísticos das Áreas Especiais de Interesse Cultural**: PDDUA: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Porto Alegre, 2002. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1sCxt8_pTpMsmPtETLl9_ozbKOzftwBOK9/view?usp=drive_link>.

PORTO ALEGRE (RS); FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO RITTER DOS REIS.

Delimitação de Áreas Especiais de Interesse Cultural: PDDUA: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/10ez-3lhieGyaS4HMR_D5iy95oMqWlkb4/view?usp=drive_link>.

ET 4 | Mobilidade e Transporte

PORTO ALEGRE (RS). **Decreto nº 21.652, de 23 de setembro de 2022.** Institui o Plano de Segurança Viária Sustentável da cidade de Porto Alegre (PSVS). Porto Alegre, 2022. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/01g8c>>.

PORTO ALEGRE (RS). **Lei Complementar nº 951, de 17 de agosto de 2022.** Dispõe sobre a mobilidade urbana no Município de Porto Alegre e institui o Plano de Mobilidade Urbana de Porto Alegre. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/eyzwc>>

ET 5 | Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana

ACIOLY JR., Claudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade urbana.** Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

ERNST & YOUNG. **Produto 2:** conceitos e diagnósticos. Porto Alegre, 2023. Versão Draft. (Leitura da Cidade, v. I). Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Relat%C3%B3rios%20EY/23-06-27_EY_BRA19-014_JOF4111-2023_P2_v6_vdraft1.6_Limpa_compressed.pdf>.

GONÇALVES, Alice Rauber. **Indicadores de Dispersão Urbana.** 2011. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/40404>>.

HENRIQUE, Vaneska Paiva. **Adaptabilidade e Calibragem de Normativas Urbanísticas a partir de Parâmetros de Desempenho.** 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/217445>>.

LIMA, Fernando. **Métricas urbanas:** sistema (para)métrico para análise e otimização de configurações urbanas de acordo com métricas de avaliação de desempenho. 2017.

Tese (Doutorado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

<<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7009>>.

MASCARÓ, Juan José; MASCARÓ, Lucia. Densidades, ambiências e infra-estrutura urbana. **Vitruvius**, São Paulo, v. 2, out. 2001. Disponível em:

<<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.017/842>>.

PETERSEN, Rodrigo Córdova. **Arquitetura, forma urbana e legislação em Porto Alegre**: a indução tipo-morfológica das edificações. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189449>>.

PORTO ALEGRE (RS). **1º Parte**: sistema de monitoramento dos instrumentos urbanísticos. Porto Alegre, 2000.

PORTO ALEGRE (RS). **IQVU Índice de Qualidade de Vida Urbana e IVS Índice de Vulnerabilidade Social**. Porto Alegre, 2000.

PORTO ALEGRE (RS). **Sistema de Avaliação de Desempenho Urbano**. Porto Alegre, 1998.

PORTO ALEGRE (RS). **Subsídios para políticas habitacionais**: o instrumento solo criado. Porto Alegre, 2003.

PORTO ALEGRE (RS). Secretaria do Planejamento Municipal. **GT3.1**: avaliação da capacidade de adensamento da cidade. Porto Alegre, 1995.

ET 6 | Desenvolvimento Econômico

BERTAUD, Alain. **Ordem sem design**: como os mercados moldam as cidades. Porto Alegre: Bookman, 2023.

ERNST & YOUNG. **Produto 2**: conceitos e diagnósticos. Porto Alegre, 2023. Versão Draft. (Leitura da Cidade, v. I). Disponível em:

<https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/%5BNOVO%5D%20Plano%20Diretor%202023/Relat%C3%B3rios%20EY/23-06-27_EY_BRA19-014_JOF4111-2023_P2_v6_vdraft1.6_Limpa_compressed.pdf>.

ET 7 | Gestão da Cidade

GUIA EIV - CAPACIDADES. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1pRQhNZfU64jxmHK2lIJ9Y9SGGGenIDlg?usp=drive_link>.

PLANOS ESCALA INTERMEDIÁRIA E MATERIAL. Porto Alegre, 2023. Disponível em:
<https://drive.google.com/drive/folders/1knfQ8WYhko77ROErhY2usFWw4jDwmK?usp=drive_link>.

PORTO ALEGRE (RS). Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade. Diretoria de Planejamento Urbano. **Termo de Conversão de Áreas Públicas (TCAP)**. Porto Alegre, 2023. Disponível em:
<<https://docs.google.com/document/d/1jOftmlw3glhZl1Uyhcm-IA8Ac3Sjk8Rm/edit?usp=sharing&oid=107482662964665343383&rtpof=true&sd=true>>.

REFERÊNCIAS SOBRE OS TEMAS DEBATIDOS NAS REUNIÕES. Porto Alegre, 2023. Disponível em:
<https://drive.google.com/drive/folders/1_5Azsd3k8acGovbbhtNYTe5K0mCRM5Tu?usp=drive_link>.

ROSA, Ana Aguirre Silveira da. **Projetos especiais de impacto urbano**: sistematizando dados sobre a aplicação do instrumento para subsídio da 2ª Revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. Porto Alegre, 2022.

Anexos

A - Registros das Reuniões e lista de presença

Pasta Pública dos GTs Eixos Temáticos: https://drive.google.com/drive/folders/19GQ3DjuZUA-TGeNrImhAZFX7Arlw4riN?usp=drive_link

B - Apresentações Realizadas

Pasta Pública dos GTs Eixos Temáticos: https://drive.google.com/drive/folders/19GQ3DjuZUA-TGeNrImhAZFX7Arlw4riN?usp=drive_link

C - Circuitos Esquemáticos

ET 1 | Desenvolvimento Social e Cultural

 ET1-QUADROS_SUBGRUPOS.pdf

ET 2 | Ambiente Natural

 ET2-QUADROS_SUBGRUPOS.pdf

ET 3 | Patrimônio Cultural

 ET3-QUADROS_SUBGRUPOS.pdf

ET 4 | Mobilidade e Transporte

 ET4-QUADROS_SUBGRUPOS.pdf

ET 5 | Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana

 ET5-QUADROS_SUBGRUPOS.pdf

ET 6 | Desenvolvimento Econômico

 ET6-QUADROS_SUBGRUPOS.pdf

ET 7 | Gestão da Cidade

 ET7-QUADROS_SUBGRUPOS.pdf